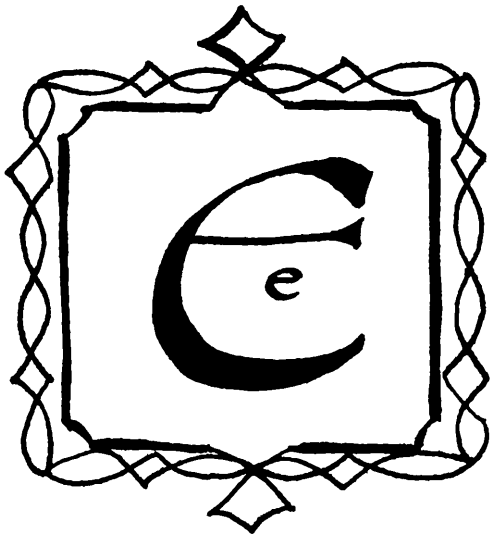


1. Formas Antigas

fenício (semítico), 1000 A.C. grego ocidental, 800 A.C. latino, 50 D.C.



2. Nos Manuscritos Gregos do Novo Testamento



3. Formas Modernas

E *E* e, *e* E E e e E *E* e *e* *E e*

4. História

E é a quinta letra do alfabeto português. Deriva-se, historicamente, da letra hebraica *he*, talvez «janela gradeada». Nas línguas semíticas era uma consoante, mas tornou-se uma vogal no grego e no latim. Os gregos modificaram-lhe a forma, chamando-a de *epsilon*. Essa letra representava o fonema *e* breve (é). No latim, essa vogal tinha tanto o som breve quanto o som longo. Do latim a letra passou para muitos idiomas modernos.

5. Usos e Símbolos

Nos sistemas de gradação, essa letra representa *péssimo*. E o nome da terceira nota musical, também chamada *mi* na escala do Dó. Pode representar o leste (este). Na abreviação *J.E.D.P.(S.)* relaciona-se à alegada fonte informativa eloísta. Ver o artigo sobre *E*. Ali representa *Elohim*, uma fonte informativa que teria favorecido esse nome divino. *E* é empregado como símbolo do *Codex Basiliensis*, descrito no artigo separado *E*.

Caligrafia de Darrell Steven Champlin

E

E Codex Basiliensis, um manuscrito do Novo Testamento, pertencente ao século VIII D.C. Contém os quatro evangelhos, com 318 folhas. Seu nome deriva-se da biblioteca da Universidade de Basiléia, na Suíça, onde permanece. O tipo do seu texto é um estágio antigo do texto bizantino padrão, pelo que é um elo para o texto mesclado que veio a fazer parte do Textus Receptus. É membro de uma família de manuscritos que tomou seu nome, de tal maneira que esse grupo inteiro de manuscritos chama-se *Família E*. Em 1966, publiquei um estudo sobre a Família E e seus aliados em Mateus, publicado pelos *Estudos e Documentos* da Imprensa da Universidade de Utah, nos Estados Unidos da América. O Dr. Jacob Geerlings, meu colega e diretor de meus estudos de doutoramento, fez estudos similares quanto aos evangelhos de Marcos, Lucas e João, publicados por quela mesma agência.

E (DOCUMENTO ELOHIM)

Símbolo usado para designar um dos documentos que, segundo se alega, juntamente com os documentos D, J e S (este último significando Código Sacerdotal), comporiam a matéria em que consiste o Pentateuco, cada um dos documentos representaria um tempo específico e um nível diferente do desenvolvimento daquela composição. Ver o artigo sobre *J.E.D.P.(S.)*, bem como o artigo sobre o livro de Gênesis onde a questão é discutida. No artigo sobre a *Cronologia do Antigo Testamento*, apresentamos um gráfico acerca do desenvolvimento literário daquele documento, onde as várias fontes originárias são postas na posição cronológica que tem sido proposta. A designação «E» representa o nome divino, Elohim, que, segundo se supõe, essa fonte usou, antes da revelação posterior de Yahweh a Moisés. Isso significa que o material «E» é mais primitivo do que o material «J» (usado para designar *Yahweh*). Encontra-se nos livros de Gênesis a Juízes, e também, provavelmente, em I e II Samuel. Segundo dizem os defensores da idéia, pertence ao século VIII A.C., proveniente de material utilizado pelo reino do norte, ou Israel. A própria existência de uma fonte informativa separada, chamada «E», tem sido contestada por eruditos que atribuem várias partes da mesma a outros documentos como «J», «D» e «S». O que resta, após essa transferência, é explicado como obra editorial.

EA

Esse era o nome de uma divindade assírio-babilônica. A palavra vem do termo sumeriano *Enki*, que significa «senhor do abismo». Nas lendas, ele aparece como o pai de Marduque. A princípio era identificado com a terra, mas seu reino acabou por incluir as águas, a sabedoria, os ofícios, as curas, a erudição e as artes mágicas. Teria estado envolvido na criação da terra, embora, posteriormente, isso tenha sido atribuído a seu filho, Marduque (que vide). Contava com vários centros de adoração e tinha muitos seguidores, embora a principal localidade fosse o templo de Eridu, às margens do golfo Pérsico. Ele era o deus protetor daquela cidade, uma das mais antigas do vale do rio Eufrates. Tendo sido, a princípio, um *deus tribal* (que vide), com o tempo se tornou uma divindade universal. Era adorado sob o símbolo de um monstro meio peixe, meio bode. Era uma divindade muito sábia, que realizava muitos feitos notáveis e não hesitava em lançar mão do ludíbrio e de muitos truques a fim de cumprir os seus propósitos. Juntamente com Anu e Enlil (formando assim uma tríada), Ea teria estado envolvido na criação, de acordo com o épico acádico da criação. Seu nome foi descoberto na estela de Nabonido, um governante da Babilônia do século VI A.C. Quando declinou a sua adoração na Babilônia, juntamente com outras divindades antigas, ele era relembrado somente em oráculos e encantamentos. Há algo de muito triste que cerca o declínio dos *deuses*, porquanto nisso percebemos a natureza transitória de todos os pensamentos e costumes dos homens. A revelação divina vem, então, em nosso socorro, e o nosso conhecimento melhorou tremendamente, desde a época em que Ea era adorado pelos homens. Não obstante, Deus (que vide) continua a ser o *Mysterium Tremendum*. (AM E)

EANES DE MAASÉIAS

Esse foi o nome de um sacerdote levita que, na época de Esdras, casara-se com uma mulher estrangeira. Após o exílio, porém, foi forçado a separar-se dela (Esd. 10:21 e I Esdras 9:21). Ele descendia de Harim. Seu outro nome, Eanes, só aparece no livro apócrifo de I Esdras. Viveu em torno de 450 A.C.

EBAL

No hebraico, «estar despido» ou «pedra». Esse é o nome de várias pessoas do Antigo Testamento, de ascendência hurriana, a saber:

1. Um filho de Sobal (Gên. 36:23 e I Crô. 1:40). Viveu em cerca de 1800 A.C.
2. Um filho de Joctã (Gên. 10:28; I Crô. 1:22). Viveu em torno de 2200 A.C. Também é o nome de um monte do território de Efraim, também chamado monte da maldição (Deu. 11:29). Ver o artigo separado sobre esse monte, abaixo.

EBAL, MONTE

Variações desse nome são Jebal e Hebal. No grego temos *Gaibal*. Era um monte que ficava defronte de Gerizim (Deu. 11:29; Jos. 8:30-35). O Pentateuco Samaritano diz *Gerizim*, em Deu. 27:4. Seu nome moderno é *Jabel Eslamiyeh*. Tem cerca de 4.820 m de altura. Foi naquele monte que a lei de Moisés foi registrada e foi lida por Josué, com o acompanhamento de bênçãos e maldições, conforme se lê em Jos. 8:30-35. O monte Gerizim e o monte Ebal ficam diante um do outro, havendo entre eles um vale. O texto do livro de Josué profere bênçãos sobre Gerizim e maldições sobre o monte Ebal. Ver Deu. 11:27. Por esse motivo, o monte Ebal veio a tornar-se conhecido como monte da maldição. Antes da entrada de Israel na terra de Canaã, foi mister essa reafirmação da lei, sendo essa a circunstância histórica que cerca a questão. Esses montes foram subseqüentemente divididos entre as tribos de Manassés e Efraim. Onri, o rei das rebeladas dez tribos do norte, erigiu sua capital em Samaria, o que, mais tarde, veio a tornar-se a designação de toda aquela região montanhosa. As invasões assírias despovoaram quase inteiramente essa região e outros povos semitas (mas não-israelitas) foram importados para preencher o

espaço vago. — Isso provocou uma fusão de culturas, tendo surgido um caldeamento que veio a chamar-se povo samaritano.

Alguns estudiosos pensam que o cume do monte Gerisim teria sido o lugar onde, originalmente, foi erguido o altar de Josué. Damos um artigo separado sobre uma descoberta arqueológica bem recente desse altar. Ver sobre o *Altar de Josué*. Os islamitas supõem que a cabeça de João Batista foi sepultada no sopé do monte Ebal. Durante a Idade Média havia um edifício em memória a João Batista, a fim de assinalar o local. Em ambos esses montes há ruínas de antigos templos cristãos ortodoxos. A arqueologia tem encontrado evidências de uma antiqüíssima ocupação humana naquela área, remontando ao quarto milênio A.C. Porém, biblicamente falando, seu período histórico mais importante é aquele associado ao desenvolvimento do reino do norte, Israel, em Samaria.

ÉBANO

No hebraico, **hobnim**. Essa palavra aparece somente em Eze. 27:15. Trata-se de uma madeira negra, da família da *Diospyros Ebenum*, nativa das Índias Orientais, muito procurada na antigüidade por seu valor comercial. Nessa única referência bíblica, o ébano é alistado juntamente com o marfim, como artigos de um comércio de luxo. O ébano era trazido para a Palestina proveniente de Dedã, no golfo Pérsico. Vergílio (*Georg.* 2.16) informa-nos de que a Índia também produzia o ébano, mas outras referências dão a Etiópia como lugar de origem do ébano. O ébano era de coloração escura, com manchas negras, embora não somente dessa cor. Era usada no fabrico de móveis finos, vasos valiosos, cetros e ídolos, ou seja, qualquer tipo de trabalho em madeira que envolvesse itens de grande valor. O ébano adquire um bom lustro; e até os nossos próprios dias recebe muitos usos. O texto do vigésimo sétimo capítulo de Ezequiel liga o ébano ao marfim, sendo perfeitamente possível que os dois materiais fossem usados juntos em móveis decorativos e outros itens, quando a cor negra do ébano e a cor branca do marfim faziam marcante contraste uma com a outra.

••• ••• •••

EBEDE

No hebraico, «servo» ou «escravo». Em alguns manuscritos há uma variante textual que diz Eber. Esse nome designa duas pessoas:

1. O pai de Gaal (que vide), que encabeçou uma insurreição contra Abimeleque, em Siquém. Ver Juí. 9:26-35. Viveu em torno de 1100 A.C.

2. Um filho de Jônatas, um dos descendentes de Adim que retornou do cativeiro babilônico juntamente com Esdras. Ver Esd. 8:6. Isso ocorreu em torno de 459 A.C. Essa palavra encontra-se em vários nomes compostos, conforme demonstramos abaixo.

EBEDE-MELEQUE

No hebraico, «servo de um rei». Esse homem era etíope. Vivia como adido à corte de Zedequias, rei de Judá. Era um eunuco (que vide), e salvou o profeta Jeremias de morrer à míngua, quando este foi deixado em um poço com lama (Jer. 38:7-13). A cidade de Jerusalém estava condenada, por decreto divino; mas esse homem, em face de sua bondade e serviço, recebeu a promessa de livramento. As tropas inimigas invadiriam a cidade, mas ele não sofreria dano da parte da invasão e ocupação (Jer. 39:15-18) (cerca de 589 A.C.). Por ser um eunuco, podemos supor que ele estivesse encarregado do harém do rei. Mas o artigo definido, usado antes de «eunuco», mostra-nos que esses homens com freqüência recebiam cargos de grande importância política. Seja como for, ele tinha livre acesso à presença do monarca judeu, e que sempre se deu no caso dos eunucos que tratavam das mulheres dos reis.

O termo *ebed* era empregado na cultura acádica para indicar certa classe de oficiais contratados, em contraste com um antigo costume em Israel, de acordo com o qual os chefes de tribos é que ocupavam tais ofícios. Parece que o rei Davi foi o primeiro monarca judeu a empregar essas pessoas na corte real.

EBEN-BOÃ

Ver sobre **Boã**.

EBEN-EZEL

Ver sobre **Ezel**.

EBENÉZER

No hebraico, «pedra de ajuda». Há duas coisas diferentes a serem consideradas neste verbete:

1. Uma localidade onde o povo de Israel foi derrotado por duas vezes pelos filisteus. Por ocasião da primeira batalha, Israel perdeu quatro mil homens; e, na segunda, houve uma esmagadora perda de trinta mil homens. Foi por ocasião da segunda dessas batalhas que os filisteus tomaram a arca da aliança (que vide). Por essa altura dos acontecimentos, os filhos de Eli, Hofni e Finéias, foram mortos (I Sam. 4:1-11). Os arqueólogos não têm podido identificar a localização exata desse lugar, embora saiba-se que ficava perto de Afeque; mas esta também é de localização incerta. Majdel Yaba tem sido tentativamente identificada como o local. Esta fica a nordeste de Haifa. Os filisteus continuaram controlando aquela área até o tempo da monarquia de Israel.

2. Ebenézer também foi o nome de uma pedra que fora erigida por Samuel entre Mispa e Sem, anos depois que aquelas batalhas ocorreram na área, mencionadas no primeiro ponto, acima. Essa pedra, pois, assinalava a vitória de Israel sobre os filisteus. Ver I Sam. 7:12. Provavelmente, esse nome foi dado para mostrar que Deus permitira uma reversão de acontecimentos, a fim de encorajar os israelitas. Um hino foi escrito, com base no nome e o que esse nome simboliza. Citamos abaixo a segunda estrofe:

••• ••• •••

Aqui levanto meu Ebenézer;
Pra cá cheguei com sua ajuda,
E espero, por seu bom prazer,
Chegar seguramente em casa.
Jesus me procurou quando fui estrangeiro,
Vagueando do aprisco de Deus;
Ele, para me salvar do perigo,
Interpôs seu sangue precioso.

Algumas vezes, as derrotas são esmagadoras. Mas a história da humanidade ensina-nos que Deus pode fazer reverter qualquer derrota. Há ocasiões em que nós os servos de Deus, podemos dizer: «Cá meu Ebenézer ergo. Até aqui, por Tua ajuda, cheguei».

ÉBER

No hebraico, «aquele que atravessa». Esse é o nome de várias personagens do Antigo Testamento, a saber:

1. Um filho de Salá, bisneto de Sém (Gên. 10:21,24; I Crô. 1:19). Algumas vezes, ele é confundido com Héber. Suas datas giram em torno de 2448-1984 A.C. Foi um dos antepassados de Abraão, aparecendo no quarto lugar na genealogia de Noé até Abraão. Nada sabemos acerca dele, excetuando esses poucos fatos. O nome original desse homem talvez nada tenha a ver com Éber, mas pode ter estado relacionado a *ibri*, que pode ter sido o mesmo *habiru* das inscrições em escrita cuneiforme, uma palavra designativa de muitos povos de várias regiões. Essa palavra, que significa «alguém que atravessa», provavelmente refere-se a *nômades* ou viagens, podendo estar relacionada à palavra *hebreus* (incluindo a designação antiga *habiru*). Isso significaria que o nome hebreu veio a designar o povo que acabou sendo conhecido por esse nome, por causa de seus hábitos de nomadismo. Alguns estudiosos, pois, pensam que esse Éber seria o fundador da raça dos hebreus.

2. Um filho de Elpaal, um benjamita, um dos fundadores do Ono e de Lode. Ver I Crô. 8:12. Viveu em torno de 1100 A.C.

3. Um sacerdote que representava a família de Amoque, nos dias de Joiaquim, filho de Jesua (Nee. 12:20). Viveu em redor de 535 A.C.

4. Um gadita, cabeça de uma família de Gileade, em Basã (I Crô. 5:13). Viveu em redor de 782 A.C.

5. Um filho de Sasaque, um benjamita (I Crô. 8:22,25). Viveu em torno de 535 A.C.

EBES

A LXX diz **Rebes**, que é a forma mais próxima do original hebraico do que a forma que aparece em nossa Bíblia, em português. Algumas traduções também estampam a forma *Abez*, refletindo variantes textuais. Está em foco uma cidade do território de Issacar (Jos. 19:20). Apesar de saber-se que ela ficava na fértil planície de Esdrelom, desconhece-se seu local exato.

EBIONISMO, EBIONITAS

Ver o artigo que se segue, sobre o evangelho ebionita.

1. *Nome e Caracterização*. O termo grego *ebionaioi* é transliteração do vocábulo hebraico *ebionim*, «pobres». Esse termo era usado para indicar uma seita judaico-cristã que houve no começo do cristianismo, bem como o evangelho associado a eles. Tertuliano opinava que o nome viria de um certo *Ebion*, um dos líderes da comunidade. Mas, a maioria dos eruditos supõe que esse título servia apenas de chamariz, usado por alguns cristãos contra aquela gente, por causa de seu ensino exagerado sobre a pobreza e a austeridade, sugeridas em algumas passagens como Mateus 5:3.

Seja como for, os *ebionitas* eram uma seita judaico cristã dissidente, que se opunha à interpretação paulina da fé cristã. Bem no seio do próprio Novo Testamento encontramos essa oposição, na epístola de Tiago, embora alguns intérpretes, ansiosos por preservar a suposta unidade do Novo Testamento, ignorem o fato, juntamente com as implicações do décimo quinto capítulo do livro de Atos. Entretanto, a história mostra-nos que os problemas gerados pela doutrina paulina da justificação pela fé foram grandes e duradouros, porquanto opunham-se à teologia judaica regular acerca desse particular. Também estava envolvida na questão a observância da lei mosaica, incluindo a circuncisão. Nesse conflito, os ebionitas eram os conservadores, enquanto que o partido paulino compunha-se de liberais, que haviam modificado os padrões antigos e tinham adotado novas crenças.

2. *Outras Distinções Doutrinárias*. Os ebionitas aceitavam o caráter messiânico de Jesus, mas não acreditavam que ele tivesse sido o Filho de Deus em qualquer sentido especial, o que significa que rejeitavam a sua divindade, exatamente conforme se esperaria de uma teologia de inclinações judaicas, orientada na direção do *monoteísmo*. Eles disputavam sobre a questão do nascimento virginal, alguns em favor e outros contra esse ensino. Exageravam o legalismo ao ponto de dizerem que Jesus obtivera seu caráter messiânico através de uma observância muito estrita da legislação mosaica. O batismo de Jesus teria assinalado o instante em que Deus teria proclamado publicamente que Jesus se qualificara para o ofício messiânico. Visto que Jesus tanto fora circuncidado quanto fora batizado, seu exemplo era evocado quanto a ambas essas práticas. A obediência tanto à lei quanto ao evangelho (as boas obras) para os ebionitas, era o próprio modo de salvação. Portanto, eles acreditavam em salvação mediante a fé e as obras, acompanhando de perto o judaísmo.

3. *Suas Escrituras Sagradas*. Eles usavam o Antigo Testamento, especificamente a versão grega de Símaco. Eusébio diz-nos que Símaco era ebionita. Os ebionitas repudiavam as epístolas de Paulo, chamando-o de apóstata. Os ebionitas tinham um evangelho chamado *Evangelho dos Hebreus*, que alguns, equivocadamente, chamaram de Evangelho de Mateus. Talvez fosse uma forma muito modificada do evangelho de Mateus, ou de alguma das fontes informativas usadas por Mateus.

4. *Seitas Ebionitas*. Os ebionitas não formavam um movimento unificado. Há evidências em favor da assertiva de que podemos distinguir três seitas ebionitas: a. os Nazarenos, que aceitavam o nascimento virginal de Jesus, mas sem chegarem ao ponto de desenvolverem uma cristologia calcedônica. Ver o artigo sobre a *Cristologia de Calcedônia*. b. Os Ebionitas Fariseus, que aceitavam o caráter messiânico de Jesus mas negavam o seu nascimento virginal. Eles odiavam Paulo. c. Os Ebionitas Gnósticos ou Essênios. Esses misturavam elementos cristãos, judaicos e gnósticos. Não se compreende bem a relação entre esse grupo e os essênios em geral e nem à comunidade (essênia?) do mar Morto. Houve uma seita mais antiga, chamada de os *recabitas*, com a qual esses ebionitas também tinham alguma ligação. Seja como for, a tendência geral do ebionismo (se negligenciarmos as distinções existentes entre eles), incluía duas questões principais: a. a pesada influência do judaísmo sobre o cristianismo; b. a negação da divindade de Jesus Cristo, posto que não de seu caráter messiânico.

5. *O Ebionismo e os Pais da Igreja*. Justino Mártir falava sobre os ebionitas com uma certa gentileza; mas pais da Igreja posteriores, como Tertuliano, Irineu, Hipólito e Eusébio falaram duramente sobre eles. Os ebionitas exerceram uma certa influência

sobre o cristianismo, representando um problema até o século IV D.C., quando desapareceram de cena como um grupo cristão.

6. *O Ebionismo e a Ética.* Os ebionitas eram legalistas, e insistiam sobre a necessidade de circuncidar os homens que se convertessem, de fazê-los guardar o sábado e de observarem certas outras características comuns do judaísmo. Alguns deles eram ascetas e vegetarianos. Não comiam carne, não bebiam vinho e desprezavam o matrimônio. Entretanto, Epifânio (*Panarion* 30:16) informa-nos de que eles rejeitavam o sistema judaico de sacrifícios. (AM B C H IR JAM)

EBIONITAS, EVANGELHO DOS

Somente Epifânio (falecido em 403 D.C.) menciona especificamente um evangelho com esse nome. Mas o mesmo tem sido tentativamente identificado (ou confundido) com o evangelho dos Hebreus ou com o evangelho dos Nazarenos. Alguns eruditos supõem que o documento em questão seria uma versão pesadamente emendada do evangelho de Mateus, ou de alguma das fontes informativas usadas por ele. Jerônimo falava sobre o Evangelho dos Hebreus, identificando-o com o evangelho de Mateus; porém, as citações extraídas do mesmo não sugerem essa identificação. As escassas citações extraídas do evangelho dos ebionitas ressaltam o vegetarianismo nas narrativas neotestamentárias sobre João Batista e Jesus. Outros pais da Igreja afirmam que os ebionitas usavam somente o evangelho de Mateus, e este em hebraico. Esse documento, porém, provavelmente era uma mutilação falsificada e sumariada do evangelho de Mateus, se é que, de fato, estava alicerçado sobre o evangelho de Mateus. Nesse caso, provavelmente, era uma tradução para o hebraico feita com base em material escrito em grego, porquanto não há qualquer evidência em prol de um original hebraico do evangelho de Mateus. Ademais, qualquer identificação entre o evangelho dos Hebreus e o evangelho dos ebionitas não passa de uma conjectura. Os ebionitas talvez contassem com mais de um evangelho. Essas questões, porém, estão perdidas na história, e somente novas evidências, porventura descobertas, poderiam esclarecer essa dúvida. Ver o artigo separado sobre *Hebreus, Evangelho dos.*

EBROM

No hebraico, «riacho» ou «companhia». Algumas traduções dizem Hebrom. Era uma cidade do território de Aser (Jos. 19:28). Ficava na extremidade noroeste da Palestina, já nas vizinhanças do mar Mediterrâneo. Alguns estudiosos supõem que Ebrom seja um erro de cópia em lugar de Absom, que teria surgido no texto massorético, devido à confusão feita entre duas letras hebraicas parecidas. Ver também sobre Hebrom.

EBRONA

Uma forma de **Abrona** (que vide).

ECANUS

Uma forma de **Etanus** (que vide).

ECBÁTANA

Também pode ser encontrada a forma **Acmeta.** A LXX diz *Amatha*, conforme também o fez Xenofonte. O termo grego *ekbátana* provavelmente significa «cidadela» ou «fortaleza». Mas alguns especialistas dizem que uma tradução mais correta seria «lugar de reunião». Ecbátana foi o nome usado pelos gregos para designar uma das capitais dos impérios persa e parta, embora o antigo nome persa fosse Hangmátana, que significa «lugar de assembléia». Alusões biblicamente relacionadas a esse lugar encontram-se nos livros apócrifos, com algumas poucas no cânon palestino do Antigo Testamento. Em Tobias 3.7; 7.1 e 14.13 é mencionada como o lugar onde residia Reguel e sua filha, Sara. O trecho de Juízes 1:1,2,14 mostra-nos que essa cidade foi fortificada pelo rei da Média, Arfaxade, quando ele combatia contra Nabucodonosor, da Babilônia. Antíoco Epifânio IV fugiu para esse lugar, pouco antes de sua morte (II Macabeus 9:1-3). O lugar moderno é Hamadã, no Iraque, perto do sopé nordeste do monte Alvand, — cerca de 280 km a noroeste de Teerã. Dominava as rotas das viagens da Mesopotâmia até o platô da Pérsia. Tinha um clima temperado que atraía um grande número de pessoas, residentes ou turistas.

Tal como se dá com a maioria das cidades antigas, a origem de Ecbátana está envolta em lendas. Supostamente foi fundada por Deiocles, o medo, em cerca de 678 A.C., conforme nos diz Her. 1:96. Mas, o próprio Deiocles é uma figura lendária, pelo menos em parte. Talvez seu filho seja quem tenha erigido Ecbátana, como um meio de tentar fazer estacar o avanço dos assírios. Seja como for, há algumas elaboradas descrições desse lugar, nos escritos de Heródoto e Políbio (10:27). Somos informados de que a cidade estava cercada por sete muralhas, com a forma de círculos concêntricos. Cada muralha teria uma cor diferente. A própria cidade era uma espécie de cidadela, e tinha um tesouro e muitos luxos, incluindo residências fabulosas. Ciro, o Grande capturou-a e fez dela uma de suas residências de verão. O trecho de Esdras 6:2 mostra-nos que os registros imperiais eram guardados ali no tempo do monarca Ciro. Foi ali que Dario encontrou o decreto baixado por Ciro, que autorizava a reconstrução da cidade de Jerusalém. Alexandre, o Grande capturou Ecbátana, derrubou suas muralhas e a saqueou.

Em tempos posteriores, Ecbátana tornou-se a residência de verão dos reis partas, embora tivesse declinado no tempo dos reis sassânidas. Em seguida, veio a conquista islâmica, e teve começo seu último estágio histórico, quando se tornou a moderna cidade de Hamadã. Existem ali muitas ruínas da antigüidade, exploradas pelos arqueólogos. Em 1923, foram descobertas duas placas de fundação, de prata e de ouro, onde havia o nome inscrito de Dario I. As informações ali encontradas indicam que ele e Artaxerxes II construíram certos lugares dessa cidade. Aos turistas são mostrados os supostos túmulos de Ester e Mordecai, mas estes estão relacionados mais de perto com as esposas de reis sassânidas.

Ecbátana notabilizava-se por seu esplendor e luxo. Fora construída sobre uma colina, a fim de que todos pudessem contemplá-la. Os tempos vão e vêm, e o esplendor humano, quando muito, permanece e impressiona apenas por pouco tempo. Somente a alma preserva valores permanentes. Essa é uma lição que precisamos aprender continuamente, aplicando-a às nossas vidas. (AM OLM Z)

ECCE HOMO

Essa é uma expressão latina que significa «Eis o homem» (ver João 19:5). Esse tema tem aparecido em muitas referências literárias e pinturas, exibindo os

sofrimentos de Jesus Cristo. Certo livro com esse título foi publicado pela primeira vez por Sir John Selley, em 1880, e desde então reimpresso com certa freqüência.

ECCLESIA

Esse termo latino vem diretamente do vocábulo grego *ekklesía*, «assembléia». E daí que se deriva a nossa palavra portuguesa «igreja». Ver o artigo geral sobre esse assunto. Os cristãos latinos tomaram o nome grego e transliteraram-no pelo termo latino *ecclesia*. A tradução da Septuaginta (LXX) já havia conferido um sentido religioso especial a essa palavra, usando-a para referir-se ao povo de Israel, como a igreja do Antigo Testamento. A comunidade cristã então aplicou o termo a si mesma, e tornou-se na Nova Igreja, na Nova Israel. É ali que encontramos a comunidade messiânica, representando um outro avanço religioso e espiritual.

Origem do Termo. Naturalmente, não foi a Igreja cristã quem cunhou essa palavra. Mui provavelmente, foi usada pela primeira vez em Atenas, antes do século VI A.C., para referir-se à assembléia governante de cada cidade-estado dos gregos. A primeira dessas assembléias compunha-se de homens armados e de governantes politicos, uma espécie de oligarquia. Essa assembléia foi se tornando mais e mais política, até que, finalmente, tornou-se um corpo democrático, isto é, de participação popular. Em Atenas, tornou-se importante quando Sólon concedeu a posição de membros da assembléia a todos os varões. Após as reformas de Clístenes, já no fim do século VI A.C., a assembléia tornou-se a instituição política mais importante de Atenas. A *ekklesía* elegia todos os magistrados diretamente e legislava sobre questões de todos os tipos. Reunia-se pelo menos quarenta vezes por ano. O quórum necessário para impor o ostracismo (que vide) era de seis mil membros, talvez uma sexta parte da população total da cidade; mas, no caso de outras decisões, a assembléia podia ser relativamente pequena. Já desde o século IV A.C. cada participante precisava pagar uma taxa, para poder fazer parte da assembléia. A votação era feita por simples exibição de mãos, excetuando-se no caso da imposição do *ostracismo*; as decisões passavam por maioria simples. Fora de Atenas, assembléias similares existiam em outras cidades-estados, — que usualmente eram menos democráticas, além do que usualmente impunham algumas restrições a quem quisesse tornar-se membro delas, como a posse de propriedades.

Foi apenas natural que a Septuaginta e a Igreja cristã tivessem adotado esse vocábulo, porquanto já era bem ilustrado nas assembléias populares, e também porque seu sentido básico de «chamados» ajusta-se tão bem à teologia cristã, segundo a qual Deus chama pecadores para saírem do mundo, a fim de se tornarem um corpo separado. O governo democrático que havia na Igreja cristã primitiva, segundo se vê refletido no décimo sexto capítulo de Mateus, também foi sugerido pela *ekklesia* de Atenas e da prática grega. (AM E)

ECK, JOHANN MAIER

Datas: 1486-1543. — Foi um teólogo alemão católico romano, que foi o grande defensor do papado contra Lutero e Zwínglio (ver os artigos a respeito deles). Era exímio polemista, sendo melhor relembrado por sua disputa com Lutero, em Leipzig, em 1519, onde conseguiu fazer Lutero afirmar que os concílios gerais da Igreja estão sujeitos a erro. Após essa afirmação, o conflito entre Lutero e Roma tornou-se irremediável, porquanto era e continua sendo uma doutrina comum e honrada, para a maioria dos católicos romanos, que os concílios formais da Igreja são autoritários, não podendo cometer erros em suas decisões. Naturalmente, a verdade é bem outra, pois se os homens, em sua arrogância, pensam que não erram em determinadas situações, na realidade, o erro sempre faz parte do procedimento humano, dentro ou fora da Igreja. Outrossim, é perfeitamente evidente que a Igreja reverte ou modifica as decisões dos concílios, mediante suas interpretações, um antigo truque que os filósofos e teólogos sempre empregaram. Ademais, os *homens*, e não Deus, é que dizem que eles não podem errar, pelo que não precisamos levar muito a sério uma declaração dessa natureza. Ver o artigo geral sobre a *Autoridade*.

Em 1520, Eck obteve a famosa bula papal *Exsurge Domini*, que condenou Lutero. Eck foi professor e vice-chanceler da Universidade de Ingolstadt durante três décadas, e exerceu imensa influência naquela escola, bem como em toda a Igreja Católica Romana. Sua obra *Enchiridion adversus Lutherum* (Manual Contra Lutero) passou por nada menos de quarenta e seis edições entre 1525 e 1576, o que serve para demonstrar a influência dele em seus dias.

ECKHART, JOHANNES MEISTER

Suas datas foram 1260-1327. Nasceu na Turíngia, Alemanha. Tornou-se mestre em teologia sagrada, em Paris, em 1302. Distinguiu-se como administrador e como teólogo. Foi escritor influente, bem como pregador de considerável poder e vitalidade. Foi um gênio religioso, um homem de piedade incomum, que se tornou conhecido como o «pai do misticismo alemão». Ver o artigo separado sobre o *Misticismo*. A definição básica dessa palavra é qualquer contacto de um ser superior a nós mesmos, por meio do que se obtém alguma espécie de comunicação. Portanto, de conformidade com essa definição, quase todas as fés religiosas têm uma base mística, visto que a própria revelação é um ato místico. Outro tanto se dá com os dons do Espírito, quando genuínos. A regeneração é uma obra do poder divino, tanto quanto as visões e os sonhos que transmitem, de modo genuíno, conhecimento espiritual. O misticismo oriental tende por ser *subjetivo*, supondo que o contacto a ser feito é com nosso *eu* superior, a dimensão espiritual maior de nossos próprios seres. Já o misticismo ocidental tende por ser *objetivo*, supondo que os poderes com os quais devemos entrar em contacto estão fora de nós mesmos, como Deus, os anjos, Cristo, o Espírito Santo ou os santos.

A tentativa principal de Eckhart era explicar os mistérios da deidade e a relação entre o Criador e os indivíduos. Naturalmente, foi acusado de heresia, mas conseguiu apresentar excelente defesa. O misticismo com freqüência fala em termos panteístas, porque uma de suas categorias é a *unidade*. Todavia, os místicos não se preocupam muito com as pequenas sutilezas das expressões verbais, conforme fazem os teólogos sistemáticos, porquanto, desde o princípio, eles supõem que os grandes mistérios são inefáveis, ultrapassando a força de expressão da linguagem humana. É apenas natural, pois, que surjam conflitos entre os teólogos, que tratam com conceitos verbais, e os místicos, que tratam com mistérios inefáveis e insondáveis. Poucos místicos pretendem ser teólogos precisos. Podem utilizar-se de um ousado

vocabulário metafísico, que não obedece ao jargão teológico, e isso sempre os deixa em dificuldades com os ortodoxos. Não obstante, a única ortodoxia que deveríamos reconhecer é a da verdade, e muitos pontos relativos a isso ainda precisam ser mais investigados e melhor definidos, não meramente através da linguagem humana, mas, muito mais, através da *experiência* humana. Nem toda experiência, entretanto, pode ser reduzida a uma expressão lingüística precisa. A intuição e o discernimento místico são como as fontes de águas que jorram no ar. Os conceitos assemelham-se mais a água que cai de volta ao solo e fica estagnada. Embora a intuição e o conceito tentem descrever a mesma água, seu modo de expressão é diferente em um caso e no outro.

Idéias de Eckhart:

1. **O Conhecimento de Deus.** Ele falava em dois estágios no conhecimento de Deus: a. *Em um espelho e mistério.* Ver nosso artigo sobre *Deus*, primeiro ponto. *Deus como o Mysterium Tremendum.* Nesse conhecimento refletido, empregamos a *via negativa*, conforme disseram Agostinho e outros teólogos. Ver o artigo separado sobre a *Via Negativa*. Nisso ele asseverava que devemos reconhecer quão inadequada é a linguagem humana para exprimir os mistérios divinos. Em primeiro lugar esforçamo-nos por reduzir, ao máximo, nossa maneira antropomórfica de falar sobre Deus, desnudando a nossa linguagem de todas aquelas propriedades que os homens têm mas que não podem ser aplicadas a Deus em qualquer sentido. Esse modo reconhece a transcendência e a *outra* verdadeira natureza de Deus, tão diferente da nossa, além de tentar reduzir as tolas asserções humanas sobre a divindade, que fazem de Deus apenas um super-homem. b. Também há o *espelho e a luz*. Essa segunda maneira dos homens tentarem conhecer a Deus é dada àqueles que se desvencilharam da extravagância e do orgulho humanos, por meio da disciplina espiritual. Nesse estado avançado, os homens movem-se na direção da *luz*, e chegam a conhecer a Deus face a face. Esse é o contacto místico com o ser divino, e aproxima-se, até certo ponto, da *visão beatífica* (que vide).

2. *A Natureza de Deus.* A abordagem de Eckhart acerca de Deus visava à *mente*, ao *intelecto*, e não tanto ao *Ser* de Deus. Naturalmente, mente é ser; mas isso envolve uma questão de ênfase e de abordagem. Deus existe porque sabe, por ser um Intelecto. Nesse ponto percebemos a atividade escolástica. Eckhart, na verdade, tornou-se conhecido como um popularizador do escolasticismo, em seu púlpito, e esse aspecto de sua teologia estava ligado a isso. Assim era Eckhart, quando tratava de conceitos. Ele evitava falar de Deus em termos de ser, visto que isso sempre nos envolve na linguagem antropomórfica, o que, para Eckhart, nos distancia da verdade, em vez de aproximar-nos dela. Por essa razão é que ele aproximava-se de Deus como a Grande Mente, presumivelmente porque situamos Deus como uma categoria inteiramente diferente de Ser, quando então podemos dizer coisas mais razoáveis a respeito dele. Eckhart injetava nessa discussão certa dose de *voluntarismo* (que vide). Sentia que podia falar com proveito sobre Deus descrevendo o que Deus *quer* e *faz*. Disse ele: «Deus não existe; mas eu existo e dou existência a Deus». Com isso, ele queria dar a entender que Deus não tem o mesmo modo de existência que conhecemos, ou seja, não existe meramente segundo termos humanos. Os homens, porém, fazem Deus existir de uma maneira similar à existência deles. O existencialismo moderno tem seguido essa linha de expressão. Até as próprias criaturas não existiriam, porquanto a única verdadeira existência seria a de Deus e as criaturas existem porque estão relacionadas a Deus. Deus é a única vida necessária e independente. Toda outra vida é dependente e contingente.

3. *A Unidade de Deus.* Deus é uma perfeição inefável na *unidade*, o que o distingue da multiplicidade dos fenômenos. Eckhart ligava essa doutrina à unidade da triunidade, embora suas expressões tivessem criado suspeitas de panteísmo em suas idéias. Ele usava a palavra *deidade* a fim de descrever essa unidade. O termo «Deus» era usado por ele para exprimir como Deus se revela, conforme o faz na trindade. Ele asseverava que não devemos identificar Deus, em sua essência última, com aquilo que ele nos revelou e a trindade é uma revelação de um modo de expressão de Deus. Mais básica ainda seria a unidade de Deus.

4. *Criação.* Eckhart falava sobre as criaturas como nada, pois a sua única existência seria aquela que possuem em relação a Deus. A sua terminologia, porém, sugeria certa crença panteísta. Ele também afirmava que a existência é idêntica a Deus, mas nisso temos apenas uma questão de ênfase. Na realidade, Deus é o único ser sobre quem vale a pena falarmos e se estivermos falando sobre qualquer outro ser, só poderemos fazê-lo porque esse outro ser é uma expressão de Deus. Podemos dizer que somente Deus existe e isso exprime uma verdade essencial. A verdade secundária inclui a criação, o mundo dos fenômenos. Nesse ponto, Eckhart expressava a sua idéia básica de unidade, mas não podia encontrar palavras para aludir à existência que não seja uma parte óbvia dessa unidade. Por isso, parece que aquilo que não é Deus na verdade está incluído em Deus, dando a impressão de que ele falava em termos panteístas.

As coisas existem porque Deus conferiu-se a elas. Novamente, Eckhart expressava-se em termos panteístas, de tal modo que dava a impressão de que onde não está Deus, na realidade Deus *está ali*, porquanto ali se manifestaria.

5. *A Encarnação.* A geração do Filho, por parte do Pai, e a procedência do Espírito Santo do Pai e do Filho, têm lugar desde a eternidade. A encarnação é um reflexo histórico desse processo. Eckhart temia que a ênfase excessiva e a devoção demasiada ao Cristo histórico mantivessem as almas presas a este mundo; e isso parece estar por detrás de sua relutância em falar muito sobre a encarnação.

6. *A Alma.* Assim como o Filho e o Espírito Santo procedem eternamente da deidade, assim também acontece à alma humana. Isso posto, a alma seria independente do tempo, sendo uma perfeita contraparte da eterna geração do Filho. O Filho nasce nas almas, e isso seria uma contraparte espiritual da eterna geração do Filho pelo Pai. As duas coisas são o mesmo processo, posto que em níveis diferentes. A alma, por conseguinte, é eterna, tanto na direção da eternidade passada quanto na direção da eternidade futura, estando envolvida no drama divino desde o começo, embora ocupando um nível diferente nesse drama. A alma seria a geração eterna do Filho, da mesma maneira que ele é a eterna geração de Deus. Isso importa, naturalmente, na participação humana na natureza divina, por intermédio do Filho, segundo ensina Paulo em Rom. 8:29; II Cor. 3:18; Col. 2:10 e, sem a menor dúvida, Pedro, em II Ped. 1:4.

7. *O Conflito Espiritual da Alma.* A alma precisa seguir duas veredas: a. a primeira é a imitação ética e prática do Jesus terreno. Isso exprime a conduta ideal

no caminho da formação do homem. b. Mas os místicos descobrem uma vereda superior, mediante o contacto direto com a deidade e assim procedem por meio do *caminho da formação da deidade*. Nessa vereda, a alma é transformada em Cristo, vindo a compartilhar de sua natureza e de seus atributos, ou seja, dos atributos divinos, porquanto o Filho é a eterna geração do Pai.

8. *A Alma no Deserto*. O conflito pela transformação espiritual precisa conduzir a alma a um deserto. Ela precisa aniquilar os auto-interesses, esvaziando-se completamente de si mesma. Uma vez que isso seja feito, a alma torna-se um deserto espiritual. Uma vez vazia e destituída de si mesma, a alma é então enchida por Deus.

9. *A Fagulha Divina*. O homem essencial, a alma eterna, é uma fagulha divina, não-criada e eterna. Essa é uma idéia platônica. Não sei dizer se Eckhart tomou por empréstimo essa idéia de Platão, ou se ele chegou à mesma conclusão de forma independente. Orígenes também defendia esse conceito. Alguns pais alexandrinos situavam a criação das almas humanas em alguma cena muito antiga, juntamente com a criação dos anjos, fazendo com que a alma humana seja uma entidade muito antiga, quando vem habitar no corpo físico. Esse outro ponto de vista faz a alma ser uma eterna companheira de Deus. A idéia parece atrativa. Penso que a mesma exprime a verdade dos fatos, embora nos faltem provas bíblicas e outras em seu apoio. Eckhart acreditava que a raiz de toda a vida espiritual é esse conceito da alma. A espiritualidade é algo antigo, em qualquer homem espiritual. Ela existe em graus variados, dependendo de quão profundo tornou-se o deserto da alma, a fim de que possa ser mais cheia de Deus. Foi por causa dessa opinião sobre a alma que Eckhart foi convocado ao juízo, em Colônia, em 1326, tendo sido condenado por heresia. Na verdade, ele ensinava que a sede da personalidade é a fagulha divina, a deidade em nós, por meio do Filho, que pode ir aumentando, conforme o místico se vai aproximando do Deus inefável. Os teólogos, porém, não gostam dessa maneira de pensar e falar, julgando que se trata de uma heresia. Mas os místicos sentem-se perfeitamente à vontade com a idéia. Assim como o Pai gera eternamente o Filho, assim o Filho gera eternamente as almas; e esse seria o sentido espiritual da encarnação. Há aspectos históricos dessa doutrina; mas o conceito espiritual dessa doutrina da encarnação é que se trata de um ato contínuo, e não de um mero acontecimento histórico.

Sabe-se que Eckhart teve muitas e grandiosas experiências espirituais, sendo assaz significativo que, em seus escritos, ele nunca exaltou a si mesmo, não fazendo alusões a essas experiências. Podemos ter certeza, porém, de que essas idéias eram influenciadas por essas experiências. As experiências místicas geram um discernimento mais penetrante quanto aos mistérios, embora esses mistérios continuem um tanto misteriosos, convidando os homens a uma sondagem ainda maior. A teologia sistemática, porém, não tem paciência com os mistérios e procura resolver todos os problemas espirituais classificando-os e explicando-os sob a forma de conceitos. Isso é manifestamente absurdo, porquanto nenhum mistério digno do nome pode ser solucionado desse modo. Portanto, apesar da teologia sistemática ser uma atividade útil, ela se leva por demais a sério.

Eckhart escrevia em latim para os cultos. Mas falava em alemão para os iletrados. Ele foi um gigante espiritual que teve algo a dizer. Homens menores do que ele tentaram condená-lo por heresia, acerca de *cem pontos* diferentes! Eckhart apelou para o papa, em Avignon, na esperança de defender seus ensinamentos e reverter sua condenação e exclusão. Foi até Avignon e o processo começou. No entanto, não muito tempo depois, adoeceu e faleceu.

O julgamento prosseguiu, mesmo após a sua morte. Setenta e uma das acusações foram eliminadas de imediato, como distorções. Dezessete pontos foram declarados heréticos, e onze pontos seriam duvidosos, embora pudessem ser interpretados segundo o pensamento ortodoxo. O resultado final do julgamento foi que Eckhart não foi publicamente declarado um herege, porquanto havia concordado, de antemão, que se submeteria a qualquer juízo que a Igreja Católica Romana, finalmente, lhe impusesse. Isso parece indicar que, se tivesse estado vivo, haveria de retratar-se de várias de suas opiniões.

Lições a Serem Aprendidas. Até mesmo os gigantes espirituais podem ser reduzidos à inércia, se porventura se preocuparem demais em agradar à maioria, desejando a aprovação daqueles que conhecem menos. Em minha opinião, Eckhart foi salvo de ser espiritualmente humilhado porque morreu antes que lhe fosse exigida a retratação. A verdade, porém, é mais importante do que a nossa aceitação pelos homens. (AM C E)

ECLESIASTES

Esboço:

I. Caracterização Geral
II. Autor
III. Integridade
IV. A Inspiração Histórica da Obra
V. Data
VI. Canonicidade
VII. Uso e Atitudes Cristãs
VIII. Conteúdo
IX. Bibliografia

I. Caracterização Geral

Esse livro representa um tipo pessimista de literatura de sabedoria oriental, que mistura declarações otimistas que sugerem que um segundo autor pode ter estado envolvido, ou que um compilador posterior misturou os sentimentos expressos por dois autores diferentes. O título, no hebraico, *Qoheleth*, que significa Pregador ou Orador da Assembléia, foi traduzido por *ecclesiastes*, no grego (Septuaginta) de onde também se deriva o título em português. À base do vocábulo hebraico temos o substantivo *kahal*, «assembléia». Presumivelmente, foi o próprio Salomão quem convocou a assembléia para entregar seus discursos de grande sabedoria. Esse livro contém uma coleção um tanto frouxa de material, sendo difícil estabelecer um estrito esboço do seu conteúdo. O trecho de Ecl. 9:17—10:20 poderia ser incluído no livro de Provérbios. Algumas porções apresentam o autor refletindo as suas próprias experiências ou admoestando outras pessoas, em vez de dirigir um discurso formal a qualquer tipo de assembléia. A *integridade* do livro é difícil de ser defendida. Quanto a peças literárias, esse vocábulo aponta para o conceito de que o livro foi produzido essencialmente por um único autor, e que existe até hoje conforme foi originalmente escrito. Ver sob esse título.

II. Autor

Precisamos lembrar que, nos tempos antigos, atribuir um livro a algum autor famoso era considerado uma honra prestada a esse autor,

especialmente se algumas de suas idéias estivessem sendo perpetuadas. Porém, muitas obras antigas eram atribuídas a pessoas bem conhecidas, com o propósito próprio de promover certas idéias ou filosofias, e com a esperança de que o nome vinculado ao livro ajudasse em sua distribuição. Os antigos simplesmente não pensavam como nós, no que concerne a essas práticas. Portanto, a afirmação de que certa pessoa é declarada autora de um antigo livro não garante que assim, realmente, sucedeu. Um exemplo notório dessa atividade aparece nos livros chamados *pseudepígrafos* (que vide), uma coleção que tem vários nomes de profetas do Antigo Testamento ou líderes espirituais, como se eles fossem seus autores, embora a realidade tivesse sido outra. É significativo que os Manuscritos do Mar Morto incluíam partes de vários desses livros, mostrando que as pessoas, bem ao lado da entrada de Jerusalém, consideravam-nos escritos sagrados. Não nos deveria surpreender, portanto, que alguns poucos dos livros *canônicos* da Bíblia, no Antigo e no Novo Testamentos, tenham nomes famosos vinculados a eles como autores, embora a realidade fosse outra.

O trecho de Eclesiastes 1:1 atribui o livro a *Salomão*. Mas Lutero negava a veracidade dessa afirmativa. Os eruditos liberais de modo geral concordam com a avaliação de Lutero, e é seguro dizer que muitos intérpretes conservadores também concordam com essa negação. Unger afirma que *poucos* estudiosos conservadores de nossos dias continuam defendendo essa tese de que Salomão foi o autor desse livro.

Em favor de Salomão como autor do livro, temos a considerar os pontos seguintes:

1. Eclesiastes 1:1 atribui o livro a Salomão; e 1:12,13 quase certamente também o faz.

2. A sabedoria da Salomão é refletida em vários textos, com declarações que mostram Salomão a falar. Ver Ecl. 1:16; 2:3-6 e 2:7,8.

3. O trecho de Ecl. 9:17—10:20 contém muitos provérbios, o que sugere que o autor do livro de Provérbios (Salomão) também foi o autor de Eclesiastes.

4. O caráter ímpar da linguagem e do estilo do livro parecem separá-lo das obras do período pós-exílico, conforme alguns têm pensado ser sua data. Isso poderia ser explicado como o desenvolvimento, por parte de Salomão, de uma espécie de gênero de linguagem e expressão literária. Há alguma similaridade com os escritos cananeus e fenícios antigos, o que sugere que Salomão poderia ter tirado proveito dessa literatura, com adaptações próprias. M.J. Dahood, em seu artigo «Influência Cananeu Fenícia no Qoheleth», *Biblica*, 33, 1952, defende essa comparação. Ele examinou inscrições e escritos que datam do século XIV A.C., os tabletes de Ugarite, o *Corpus Inscriptionum Semiticarum* e inscrições fenícias e púnicas. Ele tentou defender sua teoria com base em fatores como a ortografia fenícia, a inflexão dos pronomes e das partículas, a sintaxe e empréstimos léxicos, termos especiais referentes a itens comerciais e um vocabulário comercial. Os trechos de I Reis 9:26-28 e 10:28,29 mostram que Salomão pode ter tido contacto com a língua fenícia, tendo usado termos e expressões comerciais e estilos literários usados pelos fenícios.

Contra Salomão como autor do livro, têm sido sugeridos os seguintes argumentos:

1. Coisa alguma é mais clara, nos documentos antigos, do que o fato de que as declarações que afirmam autoria com freqüência são espúrias.

2. O autor sagrado pode ter sido um admirador de Salomão, em face de sua sabedoria, pelo que incluiu referências pessoais a ele, bem como a circunstância de sua vida, embora esse autor não tivesse sido o próprio Salomão. O que nos admira é que não existam ainda mais livros atribuídos a Salomão. O livro apócrifo, Sabedoria de Salomão, é um outro exemplo do nome desse monarca judeu ser usado para dar prestígio a um livro.

3. Um autor posterior poderia ter imitado os Prov. de Salomão, tendo incluído no livro (Ecl. 9:17-10:20) uma breve compilação, tendo chegado a tomar por empréstimo certos pensamentos, sem que ele mesmo fosse Salomão.

4. Os argumentos de natureza lingüística poderiam provar uma data antiga para o livro de Eclesiastes, mas também poderiam demonstrar que o autor dificilmente poderia ter sido o mesmo autor do livro de *Provérbios*. — Ademais, um autor antigo, que tivesse escrito em um estilo bastante distinto, poderia ter tomado por empréstimo alguns elementos fenícios, sem que tivesse qualquer conexão pessoal com Salomão. De fato, a verdadeira natureza distintiva desse livro parece militar mais contra Salomão, como seu autor, do que em favor dele, a menos que suponhamos que ele conseguia escrever de duas maneiras inteiramente diferentes, quando passava de um livro para outro, algo que sabemos ser contrário àquilo que conhecemos a respeito dos autores e seus livros. A linguagem e o estilo literário são as impressões digitais dos autores, o que não se modifica facilmente de um livro para outro, senão à custa dos mais ingentes esforços. Exemplos históricos disso são dificílimos de achar.

5. Certas idéias são contrárias à afirmação de que Salomão escreveu o livro de Eclesiastes. Alguns eruditos simplesmente não podem ver como um homem com a sabedoria de Salomão, com uma postura judaica ortodoxa, poderia ter escrito um livro tão pessimista quanto esse. Paralelos egípcios e babilônios demonstram que tal livro poderia ter sido escrito na época de Salomão; mas é inteiramente possível que aquilo que achamos nesse livro sejam invasões do pensamento helenista cético.

De fato, o propósito central do livro de Eclesiastes foi o de demonstrar que TUDO É VAIDADE ou inutilidade; que não existem valores permanentes, e que um jovem deveria cuidar para desfrutar o máximo de sua vida (*hedonismo!*). (Ver Ecl. 1:2; 3:13 *ss*; 11:9—12:8). Outrossim, o jovem que fizer isso terá pairando sobre a sua cabeça o juízo divino, um outro elemento da tese de que tudo é vaidade. «Faze o que bem entenderes; mas sabe que terás de pagar por isso!» Esse é um conselho muito difícil de seguir. É possível que Salomão, no declínio e apostasia que caracterizaram sua idade avançada, na verdade, tenha caído nesse tipo de armadilha; e, nesse caso, isso poderia refletir a autoria de Salomão.

6. Alguns lingüistas detectam no livro de Eclesiastes um hebraico posterior, bastante diferente do hebraico da época de Salomão e mais próprio dos tempos helenistas.

7. O pregador mostrou ser muito mais um *filósofo* e as suas atitudes foram bastante similares às atitudes dos filósofos epicureus gregos, depois do período da guerra do Peloponeso (404 A.C.). A atitude negativa dos gregos contra a religião judaica reflete-se em livros como I Macabeus e o Livro da Sabedoria, e o autor do livro de Eclesiastes parece ser um reflexo similar. O autor sagrado teria chegado ao mesmo tipo de conclusões a que chegaram seus vizinhos pagãos. O

livro, pois, representa uma espécie de meio caminho na direção do paganismo, embora com o desejo de manter a posição da antiga fé. Por esse motivo, a lei continua sendo um elemento importante, e até mesmo o dever do homem (Ecl. 12:13), mas a lei não conseguiu impedir que o autor sagrado chegasse a conclusões tão pessimistas.

8. Finalmente, há a questão da *canonicidade*. Ver abaixo, sobre o *Cânon*. Os próprios judeus não sabiam ao certo o que fazer com o livro de Eclesiastes. Se eles tinham certeza de que Salomão foi o autor do mesmo, não é provável que tivessem precisado de tanto tempo para incluí-lo no cânon do Antigo Testamento. A canonicidade do livro é algo que continuava sendo disputado nas escolas judaicas dos dias de Jesus Cristo.

Após o exame das evidências disponíveis, parece que a autoria salomônica repousa mais sobre o desejo de conservar a tradição do que a consideração dos fatos envolvidos. As evidências inclinam-se em favor de uma produção helenista, e não de uma produção que antecede a quase 1000 A.C.

III. Integridade

Alguns eruditos argumentam em favor de dois autores distintos que teriam estado envolvidos na escrita do livro de Eclesiastes, em vista de contradições que penetraram no mesmo. Outros estudiosos, porém, supõem que isso pode ser explicado pela atividade de algum editor. Tem havido tentativas para atribuir ao Koheleth dois, três ou mais autores; mas as evidências em favor dessa forma de atividade estão longe de ser convincentes. Por outra parte, é patente que algum editor procurou corrigir a incredulidade expressa pelo autor. Esse autor tem sido chamado de «o maior herege da antiga literatura dos hebreus», e algumas de suas declarações têm deixado consternados os eruditos da Bíblia, desde que o livro de Eclesiastes foi escrito. Para começar, sua filosofia básica de que tudo é *vaidade* (Ecl. 1:2) é uma atitude pessimista que não concorda com o pensamento comum dos hebreus. O seu *hedonismo* (Ecl. 2:24 *ss*; 11:9—12:8) dificilmente concorda com a ética dos hebreus. Uma mesma sorte atinge o sábio e o insensato (Ecl. 2:12-17), de acordo com ele, o que é contrário à essência da teologia hebréia. Ele chega mesmo ao extremo de dizer: «Pelo que aborreci a vida... sim, tudo é vaidade e correr atrás do vento» (Ecl. 2:17). Ele nega qualquer vantagem à sabedoria e ao conhecimento, pois essas coisas também produzem no homem o desespero (Ecl. 1:17,18). O sábio morre como o insensato, e ambos acabam no olvido (Ecl. 2:16,17). Ele também nega a imortalidade da alma, pois o destino do homem seria o mesmo que o destino de um animal irracional (Ecl. 3:18-20). O versículo que se segue especula que pode haver certa diferença entre um homem e um animal irracional—o espírito do primeiro subiria (para alguma outra forma de vida), ao passo que o espírito do segundo desceria, presumivelmente para ser esquecido—aparece sob a forma de uma indagação. O autor demonstra esperança, mas não exibe muita fé. Contudo, o trecho de Ecl. 12:7 afirma categoricamente que «o espírito volta a Deus». A maioria dos eruditos pensa que em tudo isso há a obra de um editor, ou de um segundo autor, que procurou suavizar o ceticismo do autor original do livro. Ou o autor original, ao chegar ao final de seu livro, apesar do seu desespero, resolveu deixar a sua sorte nas mãos de Deus e manifestou-se em favor da imortalidade como um meio de reverter o dilema humano?

Quase todos os estudiosos acreditam que o trecho de Ecl. 12:9-14 consiste em adições editoriais. De fato, o nono versículo foi escrito na terceira pessoa do singular. Ele fala sobre o *pregador* como uma pessoa diferente dele mesmo. Outras provas de que houve um editor ou um segundo autor encontram-se em Ecl. 2:26, onde se faz uma clara distinção entre o sábio e o insensato. Ali lê-se que ao homem bom são conferidos sabedoria, conhecimento e alegria, ao passo que o ímpio é coberto de vexames. Isso suaviza um tanto a filosofia do livro: «Tudo é vaidade». O trecho de Ecl. 3:17 parece ser uma outra adição, visto que o autor apela para o julgamento divino como meio de estabelecer diferença entre o homem bom e o homem mau. O trecho de Ecl. 12:12 provavelmente constitui uma crítica ao autor original, por parte do editor, louvando as declarações do homem sábio, que aparece como um Pastor (vs. 11), e adverte contra ultrapassar daí, o que, como é evidente, ele pensava que o autor fizera, em seu pessimismo. No décimo quarto versículo, ele apela novamente para o juízo divino e indica que o mesmo é importante, apesar das declarações pessimistas do autor, pois seremos julgados de acordo com aquilo que tivermos praticado. De fato, a passagem de Ecl. 12:9-14 é uma espécie de adição onde são acrescidos valores e limitações ao livro, segundo o espírito de ortodoxia. Se algum editor esteve atarefado nisso, é provável que o tenha feito mediante declarações mais otimistas e ortodoxas.

Em favor da integridade do livro, alguns estudiosos pensam que as declarações contraditórias podem ser explicadas mediante a suposição de que um único autor ficou divagando em seus pensamentos, defendendo ora uma posição ora outra, mostrando-se assim autocontraditório, e isso sem importar-se em procurar harmonizar suas idéias mais pessimistas com suas idéias mais otimistas. Além disso, muitos pensam ser estranho que um editor tentasse salvar uma obra herética, cuja publicação só serviria para prejudicar o judaísmo em sua corrente central. A primeira dessas sugestões é possível. Eu mesmo falo nesses termos, algumas vezes. A segunda dessas sugestões constitui uma boa resposta, até onde posso ver as coisas. Qualquer pessoa que raciocine sobre o livro, apesar de seu pessimismo, fica impressionada pelo fato de que o mesmo é uma excelente peça literária. Suas declarações são sucintas e precisas, curiosas, às vezes, dotadas de discernimento penetrante. Há muitas boas citações, que são freqüentemente ouvidas, extraídas desse livro. Um editor qualquer, fascinado pela beleza do livro, contentar-se-ia em procurar corrigir alguns pontos falhos, em vez de descartá-lo inteiramente. Sua excelência como peça literária é tão inequívoca que aqueles que finalmente fixaram o cânon hebreu (embora ortodoxo), não puderam deixar de incluí-lo, embora a questão há séculos viesse sendo debatida entre os judeus.

Minha conclusão a respeito é que temos apenas um autor principal do Eclesiastes, e que um editor posterior procurou tirar as arestas da obra original, e que o trecho de Ecl. 12:9-14 é sua nota de rodapé, como uma sua conclusão sobre a obra do autor. Mas, exatamente quanto material foi adicionado, é algo que terá de permanecer em dúvida.

IV. A Inspiração Histórica da Obra

Se procurarmos entender o espírito desse livro, descobriremos que o autor era um *filósofo* que, embora judeu, fora influenciado pela pessimista filosofia dos gregos, especialmente da variedade epicurea. Os epicureus sentiam fortemente a inutilidade das coisas,

objetando às ameaças de deuses imaginários, que receberiam homens que já teriam vivido de modo miserável, para fazê-los sentirem-se mais miseráveis ainda, com seus múltiplos e horrendos julgamentos. Eles prefeririam o olvido à imortalidade, como maneira de pôr fim a tanto sofrimento, e reduziam os poderes divinos a entidades deístas. *Se* eles realmente existem, então não teriam qualquer interesse nem pelo homem bom e nem pelo homem mau. Devemos lembrar que nem todos os judeus ofereciam resistência à helenização. Nem todos os judeus retiveram sua fé ortodoxa em face de inimigos que avançavam, destruindo e dispersando, e assim expunham filosofias que podem ter sido consideradas como uma avaliação mais justa da vida do que a avaliação apresentada pelo judaísmo, embora essas outras filosofias fossem mais pessimistas. Se o livro de Eclesiastes foi escrito em torno de 225 A.C., então o mesmo consiste em uma espécie de reafirmação daquilo que restou da fé judaica, visando algumas pessoas, fora da corrente principal do judaísmo, mas que continuavam sendo judias. Muitos judeus haviam começado a duvidar da doutrina dos galardões divinos em favor dos piedosos, e dos julgamentos divinos contra os iníquos. Eles chegavam a sentir que, afinal de contas, não há distinções fundamentais entre uns e outros. Nesta vida, a tragédia desaba sobre uns e sobre outros, igualmente; agora ambos vivem na inutilidade; e ambos entram no olvido, após a morte física. Não obstante, o autor sagrado exibe um saudável respeito pela lei de Deus. Ele não se bandeara inteiramente para o pensamento pagão. Ver o quinto capítulo do livro, do começo ao fim. Esse foi o elemento que o editor enfatizou, em sua conclusão (Ecl. 12:13,14).

V. Data

Se partirmos do pressuposto de que os argumentos em favor de Salomão como autor do livro de Eclesiastes são fortes, então teremos de pensar que a data de sua composição gira em torno da época de Salomão, cerca de 990 A.C. Impressiona-nos o caráter ímpar da linguagem usada, e suas afinidades com as expressões fenícias, mesmo que não aceitemos Salomão como o autor do livro. E poderíamos supor que esse livro é bastante antigo, se é que sofreu a influência fenícia. Mas, se ficarmos impressionados pela similaridade de idéias com certas idéias helenísticas, então talvez devamos pensar numa data de composição em torno de 225 A.C. A maneira como os próprios judeus disputaram sobre o livro, tendo-o incluído no seu cânon sagrado somente após muita relutância, a despeito do mesmo reivindicar haver sido escrito por Salomão, pesa em favor da data posterior.

VI. Canonicidade

Ver o artigo geral sobre o **Cânon**, do Antigo e do Novo Testamentos.

Quando foi definido o cânon da Bíblia hebraica, por ocasião do concílio de Jamnia, em cerca do ano 90 D.C., muitos judeus opuseram-se ao livro de Eclesiastes, alegando que o mesmo não era digno de receber posição entre os Escritos Sagrados. E mesmo mais tarde, quando o livro já estava fisicamente presente na coletânea sagrada, supostamente investido de autoridade, muitos rabinos continuaram opondo-se ao mesmo. Quando um judeu piedoso tomava nas mãos algum livro sagrado, lavava em seguida as suas mãos, em demonstração de respeito. Mas muitos deles, após terem manuseado o livro de Eclesiastes, não pensavam que essa providência seria necessária, por não considerarem esse livro uma obra inspirada. Seria apenas uma habilidosa peça filosófica, e não um dom do Espírito. Ver a **Mishinah**, *Yadaim* 3:5. Jerônimo, tão tarde quanto 389 D.C., conhecia judeus que se sentiam insatisfeitos com a inclusão do livro de Eclesiastes entre as Escrituras do Antigo Testamento. Não obstante, o livro tem encontrado um uso devido no seio do judaísmo. O livro de Eclesiastes é lido no terceiro dia dos *Sukkoth* (Tabernáculos), a tradicional festa da colheita entre os hebreus, com o propósito de lembrar os homens sobre a natureza transitória desta vida, e como uma advertência contra a cobiça pelas riquezas e vantagens materiais, além de servir para reiterar o importantíssimo princípio da necessidade de obedecer à lei de Deus, como o maior e mais solene dos deveres humanos.

VII. Uso e Atitudes Cristãs

Os eruditos **liberais** não podem perceber o motivo para tantos debates. O livro volta-se contra certas crenças ortodoxas. E daí? Há pontos bons no mesmo; o livro exibe bons discernimentos; confere-nos alguma melhor compreensão sobre certos desenvolvimentos do judaísmo. De que mais precisaríamos? E os *conservadores*, que precisam defender a idéia da inspiração a qualquer custo, para todos os livros do cânon, têm sido forçados a acomodar-se ao livro, provendo razões *pelas quais* o Espírito Santo teria achado apropriado incluí-lo no cânon. As respostas, quanto a essas questões, são similares àquelas que acabo de frisar acerca do cânon. Diz algumas coisas boas sobre a natureza transitória da vida humana, sobre a vaidade das coisas e atividades terrenas, e contém alguns versículos que servem de excelentes citações. Mas, que dizer sobre a sua *falta de ortodoxia?* Até hoje lembro-me de uma noite quando eu estava no escritório do presidente de uma das escolas teológicas que freqüentei, quando ele fora chamado ao telefone. Alguém lhe telefonara para fazer uma pergunta sobre o livro de Eclesiastes. Como é que declarações daquela ordem podem ter penetrado na Bíblia? E ele replicou dizendo que o Espírito deixou que esse livro fizesse parte da Bíblia a fim de mostrar-nos o que o *homem natural* pensa e como ele chega a conclusões negativas, enquanto não recebeu ainda a fé apropriada. Em outras palavras, o livro, em sua porção não-ortodoxa, serviria de uma espécie de exemplo ao contrário, mostrando-nos as coisas que devem ser evitadas, que precisam ser observadas, mas repelidas. Esse tipo de raciocínio parece atrativo para a mente ortodoxa. E não digo que é uma posição inútil, embora, de certa maneira, seja uma resposta superficial.

C.I. Scofield, em sua Bíblia anotada, diz *in loc.*, afirmando a posição conservadora da melhor maneira possível: «Este é o livro do homem *debaixo do sol*, que raciocina sobre a vida; é o melhor que o homem pode fazer com o conhecimento de que existe um Deus santo, e que ele trará tudo a juízo. As expressões chaves são *debaixo do sol*, *percebi* e *disse em meu coração*. A inspiração mostrou acuradamente o que sucede, mas a conclusão e o raciocínio, afinal, *é do homem*. Sua conclusão de que tudo é vaidade, em face do julgamento, pelo que o homem não deve consagrar a sua vida às coisas terrenas, certamente é verdadeira; mas a *conclusão* (12:13) é legal, o melhor a que o homem pode chegar, à parte da redenção, sem antecipar o evangelho».

Essa é uma boa declaração, mas mesmo assim continua sendo curioso que um livro herético encontrasse caminho até o cânon do Antigo Testamento, por causa de seu estranho encanto. Não

há explicação que possa alterar a estranheza desse acontecimento.

VIII. Conteúdo

A discussão acima nos provê a natureza essencial do conteúdo do livro de *Eclesiastes*. Abaixo damos um esboço acompanhando idéias bem gerais:

I. A Vaidade de Todas as Coisas (1:1-3)
II. Demonstração da Tese Básica da Vaidade (1:4—3:22)
  1. Todas as coisas na vida são transitórias (1:4-11)
  2. O mal é provado por seus resultados (1:12-18)
  3. Há inutilidade no lucro, no trabalho e nos prazeres (2:1-26)
  4. A morte mostra que tudo é inútil (3:1-22)
III. Um Desenvolvimento Mais Detalhado do Tema (4:1—12:8)
  1. As injustiças da vida mostram a inutilidade das coisas (4:1-16)
  2. As riquezas para nada servem (5:1-20)
  3. A brevidade e futilidade da vida do homem provam a inutilidade das coisas (6:1-12)
  4. A inexcrutável providência divina prova a inutilidade das coisas (7:1—9:18)
  5. As desordens e frustrações da vida ilustram a vaidade (10:1-20)
  6. Jovens e idosos demonstram a inutilidade das coisas (11:1—12:8)
IV. Conclusão (12:9-14)
  O dever inteiro do homem: guardar a lei na esperança de receber um bom julgamento divino.
IX. *Bibliografia*. AM G I IB KOH SCO UN Z

ECLESIÁSTICO

Ver o artigo geral sobre os **Livros Apócrifos**. Esse livro também tem sido intitulado de *Sabedoria de Jesus, o Filho de Siraque*.

Esboço:

I. Caracterização Geral
II. Autor
III. Data
IV. Proveniência e Destino
V. Propósito
VI. Conteúdo
VII. Doutrina
VIII. Cânon

I. Caracterização Geral

O Eclesiástico é um dos livros apócrifos mais constantemente citados e usados. Jesus, o filho de Siraque, aparece como autor do mesmo, pelo que, algumas vezes, o livro tem o seu nome. O título *Sabedoria de Jesus, o Filho de Siraque*, é um outro título comum desse livro, como também o simples nome, *Siraque*. O título *Eclesiástico* significa «da Igreja», tendo sido usado para designar o livro desde o século III D.C. Essa designação provavelmente ocorreu em reconhecimento ao valor do livro, para ser lido pelos membros da igreja, em contraste com outras obras apócrifas que não merecem tanta atenção. O livro foi mencionado em termos elogiosos por vários dos primeiros pais da Igreja. Esse título, entretanto, poderia ter sido dado meramente porque foi posto, desde o princípio, lado a lado com o livro de Eclesiastes, e talvez alguns tenham pensado que um título similar fosse apropriado.

Esse livro, quanto ao conteúdo e ao espírito, é similar aos livros bíblicos, Provérbios e Eclesiastes (que vide). Esses três livros pertencem à chamada *Literatura da Sabedoria Judaica* (que vide). Foi escrito originalmente em hebraico, em cerca de 180 A.C., e, subseqüentemente, foi traduzido para o grego, pelo neto do seu autor. O livro inteiro atualmente está preservado somente em forma grega. Perto do começo do século XX, grandes porções desse livro, escritas em hebraico, foram descobertas nas recâmaras de uma antiga sinagoga do Egito, fortalecendo o testemunho hebraico do texto.

A Igreja ocidental aceita o livro, juntamente com várias outras obras apócrifas, como um livro inspirado e canônico. Mas é rejeitado como tal pelos protestantes e evangélicos, alguns dos quais, porém, reconhecem seu valor para efeitos de instrução. Ver o artigo sobre o *Cânon*, que trata amplamente do problema do cânon e dos livros apócrifos. Uma anotação no prólogo do tradutor para o grego (o que ocorreu em cerca de 130 A.C.) afirma que essa tarefa foi efetuada, «visando o benefício daqueles que viviam no estrangeiro e desejavam adquirir sabedoria, estando dispostos a viver de acordo com os padrões da lei».

II. Autor

Ben Sira foi um escriba (**sopher**, 50.27; 51.23), um homem sério que estava interessado em transmitir sabedoria, conforme a mesma era contemplada pela lei e pelo judaísmo. Ele residia em Jerusalém. Em 39.1-16 desse livro, ele oferece uma espécie de biografia curta, descrevendo a si mesmo e à sua profissão. Ele tinha um agudo senso de missão, e sentia que era de sua responsabilidade ser um mestre de sabedoria, o que explica a publicação desse livro como um elemento desse tipo de ministério (24:30-34). Ele procurou apresentar uma espécie de compêndio de idéias veterotestamentárias, enfatizando a natureza e as obras da sabedoria espiritual. Ele mostrou ser muito influenciado pela expressão e pelas idéias dos livros de Salmos e de Provérbios, embora tenha composto declarações independentes, que atuam como antologias. Ele era homem de larga experiência, que muito tinha viajado (34.11) e os seus escritos espelham esse fato.

Esse é o único livro apócrifo que identifica o seu autor. Entretanto, há alguma confusão quanto a isso, visto que o simples «Siraque, filho de Eleazar» da versão grega talvez não seja original, visto que alguns manuscritos em hebraico dizem «Simão, o Filho de Josué, filho de Eleazar, filho de Sira». Poderíamos supor, assim sendo, que o texto hebraico foi simplificado na tradução grega. Todavia, é possível que a palavra «Simão» tenha entrado no texto por meio de interpolação baseada em Eclesiástico 50:1. Nesse caso, o texto grego representa o original, ao passo que alguns manuscritos em hebraico trazem uma forma expandida. Os manuscritos gregos são coerentes, tanto no próprio texto quanto no colofão.

Informações sobre o Autor. Não há qualquer referência histórica ao autor, além daquilo que se acha no próprio livro. Os itens do próprio livro foram dados acima. Entretanto, vale a pena esclarecer que a profissão dos escribas não consistia apenas em copiar manuscritos e fazer outros trabalhos de escrituração. Muitos escribas eram mestres bem conhecidos e líderes nas sinagogas, e esse também parece ter sido o caso de *Ben Sira*. Ele revelou eficiência não somente na escrita do hebraico, mas também quanto à sabedoria material, isto é, o acúmulo da erudição e da expressão encontrado nos sábios da antiguidade. Há alguns paralelos nos escritos de Eurípedes, Teognis e

Esopo. Portanto, ele pôde dizer com toda a confiança: «Aproximai-vos de mim, vós, que não fostes instruídos, e abrigai-vos em minha escola» (Eclesiástico 51.23). Ele tinha a confiança de que tinha algo para ensinar, com base em anos de aprendizado e experiência, do que seus discípulos bem podiam tirar proveito. É evidente que ele dirigia uma escola. Muitos rabinos usavam esse método, o que significa que havia um ensino que se fazia fora das sinagogas e era nas escolas, que os jovens tornavam-se mestres. Alguns têm dito que Ben Sira foi um dos precursores dos saduceus; porém, uma avaliação mais moderada é aquela que afirma que ele estabeleceu os ideais clássicos do farisaísmo. Ver abaixo sobre o ponto VII. *Doutrina*.

III. Data

O Eclesiástico é um dos poucos livros relacionados ao Antigo Testamento cuja data pode ser fixada quase com total precisão. O prólogo suprido pelo tradutor (que era neto do autor) informa-nos que ele havia emigrado para o Egito, no vigésimo ano do reinado de Evergetes. Ora, houve dois monarcas egípcios com esse nome, Ptolomeu III e Ptolomeu VII. O primeiro reinou por vinte e cinco anos, o que basta para excluí-lo. O segundo reinou por cinqüenta e três anos. Seu reinado começou em 170 A.C., pelo que a data da migração do tradutor pode ter sido 132 A.C. Retrocedendo daí até os dias do avô do tradutor, chegaríamos à porção inicial do século II A.C. Não há qualquer indício, no livro, sobre as catásfrofes que Antíoco IV Epifânio desfechou contra o judaísmo, em 168 A.C., pelo que esse livro deve ser ainda de data mais antiga do que isso. Portanto, mui provavelmente o *Eclesiástico* foi escrito entre 200 e 180 A.C.

IV. Proveniência e Destino

Essa questão também é fácil de ser deslindada. O autor diz-nos que ele vivia em Jerusalém (Eclesiástico 50.27). Também revela-nos que escreveu para todos aqueles que desejavam aprender. Portanto, em certo sentido, sua obra é um livro de sabedoria universal. A intenção do tradutor foi a de certificar-se de que seus leitores gregos também se beneficiariam com o livro, o que acrescentou mais ainda à universalidade da obra. O livro foi levado ao Egito pelo tradutor. A própria história comprova sua larga distribuição e seu grande valor.

V. Propósito

O autor era um mestre que se regozijava com a sabedoria que acumulara. Foi ele um grande apreciador dos ensinamentos da sabedoria espiritual do judaísmo, e anelava por comunicar esses ensinamentos. Dirigia uma escola rabínica, que lhe servia como um dos meios de seu ensino. Porém, também voltou-se para a literatura, que era e continua sendo o maior modo de comunicação do homem. Entretanto, o autor levava-se por demais a sério. Todo ser humano tem dificuldades com o seu próprio «ego». Sem muita modéstia, ele se considerava o último de uma grande linhagem de escritores, que defendiam os ensinamentos da lei mosaica. «Fui o último em atitude de vigilância; eu era como quem rabisca depois dos colhedores de uvas. Pela bênção do Senhor, fui bem-sucedido e, como um colhedor de uvas, enchi o meu lagar» (33.16). O trecho de Eclesiástico 24:33 diz algo similar. Apesar desse egoísmo tolo, o autor tinha algo com que contribuir. Muitos grandes homens espirituais vivem em uma viagem pelo egoísmo; mas, a despeito de sua tola ufania, Deus, ainda assim, utiliza-se de alguns deles. Sempre será muito difícil separar entre o próprio ego e o próprio trabalho. Cristão, em *O Peregrino*, queixou-se de que seus atos (aparentemente) mais nobres eram maculados por motivos egoísticos. É provável que *Ben Sira* observasse muitos de seus compatriotas debilitando-se sob a influência do helenismo. Ele, porém, tinha um caráter superior, e imaginava que ocupava um posição chave como instrutor. O tradutor sumariza o propósito do livro no prólogo: «Por familiarizarem-se com este livro, igualmente aqueles que amam a erudição deveriam fazer ainda maior progresso, vivendo de conformidade com a lei».

VI. Conteúdo

Aquilo que já foi dito até este ponto dá-nos uma idéia geral sobre o livro. Porém é quase impossível traçar um esboço da obra. O autor pode ter sido um bom mestre, mas faltava-lhe o senso da organização literária. Não há progressão no pensamento. Certo número de declarações gira em torno de um tema comum; mas, logo em seguida, ele já divaga para algo diferente. Vai saltando de um assunto para outro. Falava com sabedoria, mas nenhum aluno conseguiu esboçar-lhe a obra. É possível, contudo, que o livro tenha sido compilado com base em notas deixadas pelo autor que usara em seus discursos, tudo o que teria sido reduzido a um livro, com seções que abordassem temas comuns, mas sem qualquer organização. Qualquer esboço do livro é artificial. O estilo geral de apresentação é o estilo dos provérbios, ou *mashal*. Ali são tratados assuntos tão variegados quanto a *sabedoria* (1.1-30; 4.11-19; 6.18-37; 14.20—15.10; 19.17-26; 24.1-31), a *humildade* (3.17-29), a *amizade* (6.5-17; 9.10-16; 11.29—14.2; 22.19-26; 36.18—37.15), as *mulheres* (9.1-9; 25.13—26-18; 42.9-14), a *providência divina* (32.14—33.18; 40.1—41.13). Deus encontra glória por meio de seus servos (44.1—50.21). E, finalmente, temos alguns hinos, já perto do final do livro: sobre a grandeza das *obras de Deus na natureza* (39.12-35); louvando a Deus como *o criador* (24.3-39); a *sabedoria* que elogia a si mesma (44.1—50.24), *ação de graças* (51.1-12) e *lamentação* (36.1-17).

VII. Doutrina

Apesar do livro de Eclesiástico não ser um tratado teológico, contém muita doutrina, embora esta não seja exposta de maneira sistemática. — É uma expressão da corrente central do judaísmo antes que o processo da helenização e perseguição se instaurasse, —que veio a afligir o judaísmo sob o reinado do governante selêucida Antíoco IV Epifânio, que faleceu em 163 A.C. Não é uma obra anti-helenista, embora seja um lembrete servero da responsabilidade dos filhos de Israel de observarem suas leis e costumes. O Deus dele era o Deus da Torá, o Criador transcendental, o Soberano absolutamente santo, que estabeleceu um pacto com o seu povo, cujos requisitos esse povo precisava observar. Ele identifica explicitamente a sabedoria com a lei de Moisés (cap. 24). A sabedoria é personificada, quando então temos de tratar pessoalmente com Deus (24:8). A sabedoria está acima das realizações humanas, sem as provisões divinas. Comparar isso com os trechos de Jó 28:1-28 e Provérbios 1:7. O autor desse livro era um teísta que achava que os homens, que pensam que Deus não está interessado neles, são insensíveis (16:17 *ss*). Deus é o Deus da misericórdia, embora também castigue. Ambos esses elementos aparecem como importantes, servindo de padrão para as nossas obras (16.12). O autor não se preocupava com a prosperidade dos ímpios (11.14 *ss*). Ele sabia que a justiça final toma conta de tudo. Também não se preocupava diante das aflições dos pobres, supondo

que qualquer indivíduo pode cair na miséria antes de morrer (11.28). Mui estranhamente, porém, ele não se refere nunca à doutrina da retribuição após a morte, na outra vida. Parece que adotava a antiqüíssima doutrina hebréia do *sheol*, que recebe os bons e os maus e é um lugar tenebroso (38.16-23; 41.1-4). Também não alude à doutrina da ressurreição. Isso posto, ele estava mais interessado em como a justiça é cumprida nesta vida. Esse elemento surpreende o leitor, e, sem dúvida, estava por detrás dos pressupostos da teoria dos saduceus. Em outras palavras, o autor desse livro antecipou a posição daquela escola judaica. Não obstante, o autor demonstra um tranqüilo espírito de aceitação no que concerne à morte física (41.1-14). Um outro elemento que preparou o caminho para a avaliação dos saduceus é que ele amava o sacerdócio e as instituições eclesiásticas (38.24 *ss.*). Ele formava o conceito de um escriba aristocrático, o que, sem dúvida, ele foi.

Em Eclesiástico 19.19 há uma interpolação no texto grego que fala sobre o fruto da árvore da imortalidade. Os gregos estavam à frente dos hebreus quanto ao assunto da imortalidade da alma e temos de dar crédito aos gregos, por esse motivo. *Ben Sira* via a imortalidade somente no sentido da contínua lembrança sobre o homem piedoso, por parte de outras pessoas (44.8 *ss*). Isso não é suficiente para mim.

VIII. Cânon

Alguns eruditos têm feito objeção à distinção que se faz entre o cânon palestino e o cânon alexandrino. No entanto, nossas coletâneas literárias provam a realidade dessa distinção, pelo menos até onde posso ver as coisas. O fato é que o Eclesiástico, além de outros livros, tornou-se parte integrante da Septuaginta, embora não tivesse feito parte da Bíblia em hebraico. Também devemos considerar o fato de que o Eclesiástico foi originalmente escrito em hebraico. E mesmo que não tivesse sido escrito como tal, os judeus que admiravam a obra, com facilidade poderiam ter arranjado uma tradução do mesmo, bem como de qualquer outro dos livros apócrifos. Portanto, as próprias coletâneas literárias favorecem uma idéia diferente sobre o cânon dentro e fora da Palestina. Seja como for, esse é um dos melhores dentre os livros apócrifos. Vários dos primeiros pais da Igreja mostravam-se entusiasmados a seu respeito. Nos escritos deles encontramos declarações como «excelentíssimo», «todo virtude», etc., como descrições desse livro. Seu título pode dar a entender que era usado para ser lido nas reuniões religiosas. Esse livro parece ter desfrutado uma posição quase canônica. Certos concílios eclesiásticos dos fins do século IV e do século V D.C., bem como Agostinho, pronunciaram-se em favor de sua canonicidade. Jerônimo, entretanto, conferia ao Eclesiástico uma importância menor do que os livros normais do cânon hebreu. O concílio de Trento, já no século XVI, incluiu formalmente o livro de Eclesiástico no cânon católico romano. (AM CH JAM Z)

ECLESIÁSTICOS LATITUDINÁRIOS

Expressão usada em cerca de 1850, para descrever aqueles anglicanos para quem a *abrangência* era a mais notável característica da Igreja da Inglaterra (que vide). O segundo elemento da expressão provinha do termo latino *latitudinarium* (que vide). Alguns anglicanos queriam escapar das idéias estreitas e rígidas das controvérsias pós-reforma. Eles defendiam os grandes temas principais da teologia, dando pouca atenção a questões menores, controvertidas. Naturalmente, a atitude incluía a teologia liberal, e algumas vezes, a indiferença para questões debatíveis. Há nomes associados ao movimento como Thomas Arnold (vide) — que misturava a santidade pessoal com pontos de vista e causas liberais; A.P. Stanley (que vide), deão de Canterbury (1868-1881), homem dotado de grande erudição, que deu grande impulso à atitude tolerante da Igreja Latitudinária, conferindo-lhe um sentido católico, historicamente falando, com ênfase evangélica, quanto à expressão pessoal religiosa.

Na América do Norte, o movimento foi seguido por Phillip Brooks, — que salientava os mesmos princípios, em contraste com o calvinismo evangélico, ao qual reputava inflexível, em sua postura doutrinária. O movimento, na Inglaterra, produziu eruditos de nomes como Lightfoot, Westcott and Hort, que exerceram profunda e duradoura influência. Em cerca de 1900, o espírito do movimento inclinou-se mais ainda para o liberalismo franco, resultando no modernismo (que vide). (E)

ECLESIOLOGIA

Esse termo surgiu no século XIX, e foi aplicado, a princípio, à ciência da arquitetura eclesiástica. Somente mais tarde passou a designar a *doutrina* da Igreja, ou seja, a doutrina acerca da Igreja cristã.

Esboço:

I. Relação para com a Construção de Templos
II. Eclesiologia e Doutrina
III. Eclesiologia Agostiniana
IV. A Reforma Protestante

I. Relação para com a Construção de Templos

A filosofia vinculada a essa palavra é que edifícios deveriam ser construídos em face de sua função e conveniência. Esse conceito antecipou a moderna arquitetura funcional, em contraste com a filosofia por detrás de construções que tinham muitos detalhes por motivo de decoração ou mera ostentação, sem qualquer aplicação funcional direta. Entretanto, de mistura com tudo isso, temos o caso da construção de templos cristãos, que envolve considerações teológicas, porquanto a função de uma igreja ou templo está envolvida diretamente na teologia. O ato do batismo, para exemplificar, requer que, dentro de um desses edifícios, haja provisão para a cerimônia; e outro tanto pode ser dito no tocante à observância da eucaristia, à necessidade de capelas dentro do da igreja, etc. O modo de adorar determina o tipo de móveis e utensílios que serão instalados.

II. Eclesiologia e Doutrina

Nesta aplicação, temos a filosofia essencial acerca da natureza da Igreja. E nosso artigo sobre a *Igreja* aborda a maioria dos aspectos envolvidos. Portanto, eis aqui algumas poucas noções gerais. Importantes doutrinas são aquelas que frisam a Igreja como o corpo de Cristo, a noiva de Cristo, a comunidade messiânica, o Novo Israel, a assembléia dos crentes chamados. Quando a Igreja foi ameaçada por certas heresias, como a do gnosticismo, sentiu-se conveniente destacar certas doutrinas como a da sucessão apostólica (que vide), a fim de distinguir a verdadeira Igreja das inovações heréticas. No século III D.C., os alexandrinos, Clemente, Orígenes, etc., enfatizaram a Igreja espiritual ou celeste em distinção à Igreja visível, terrena. Cipriano, no Ocidente, enfatizou a unidade da Igreja e também a necessidade de aplicação da autoridade do bispo quanto à questão de quem deveria ser membro da mesma. E assim as

autoridades eclesiásticas começaram a impor restrições sobre os direitos do indivíduo. Segundo Cipriano, a própria salvação não pode ser obtida à parte da Igreja visível, devido à sua função de mediação. Dizia Cipriano: «Não pode alguém ter Deus como Pai, se não tem a Igreja como sua mãe» (*de Unit.* 6). Essa doutrina atuou como salvaguarda contra o cisma e a apostasia, em seu devido tempo, mas também contribuiu para a formação de uma forte hierarquia eclesiástica, que infringia direitos individuais e exagerava os poderes da Igreja. A controvérsia donatista forçou os teólogos a reconsiderarem a crescente doutrina e os poderes da Igreja. Ver sobre o *Donatismo*.

III. Eclesiologia Agostiniana

O poder de Agostinho nas idéias e na organização da Igreja dificilmente pode ser exagerado. Ele ressaltava o uso dos sacramentos como essencial para definir a Igreja. Ele reputava o episcopado uma força unificadora na Igreja, a fim de evitar os ensinos de grupelhos e a prática de seus modos particulares de adoração, sem o controle do corpo místico de Cristo. Entretanto, ele não se tornou um extremista como Cipriano, e sofreu sob a influência dos alexandrinos e do platonismo, o que significa que ele preservava a distinção entre a Igreja visível e terrena e a Igreja invisível e espiritual. Ele permitia todas as variedades de imperfeições na Igreja visível, mas via a mais pura santidade na Igreja invisível. Por igual modo, ele ensinava que os membros da Igreja invisível são os eleitos, aplicando a doutrina da predestinação. Em contraste, a Igreja visível pode contar com muitos elementos duvidosos, que não podem ser perfeitamente controlados por qualquer organização ou legislação eclesiástica. Seu ensino sobre a Igreja como o corpo inteiro de Cristo (*totus Christus*), seguindo Paulo, que fazia de Cristo o Cabeça da Igreja, que é o corpo (Rom. 12:4,5; I Cor. 12:12 *ss*), veio a dominar o conceito orgânico da Igreja dentro da eclesiologia ocidental, através dos muitos séculos que se seguiram a ele.

Agostinho também insistia que a unidade do Corpo místico de Cristo é garantida pelo único episcopado e por sua lealdade à sé de São Pedro, em Roma. Esse ponto de vista, como é óbvio, foi uma força que contribuiu para o imenso surgimento do papado, o zênite do qual foi atingido por Leão, o Grande (440-461). Ele reafirmou a idéia de que Jesus dera a Pedro poderes e privilégios especiais, que assinalavam o começo de um ofício supremo na Igreja. A sucessão apostólica era parte importante dessa doutrina, e ele chegou a ensinar a duvidosa e curiosa doutrina da presença mística de Pedro em Roma, como se ele continuasse a agir ali de modo espiritual, porém bem real. A autoridade dos bispos, segundo esse ponto de vista, lhes é dada através da autoridade de Pedro, sem o que não poderia haver episcopado. Houve quem protestasse contra tal doutrina. João Wycliff (cerca de 1328-1384) e João Huss (cerca de 1369-1415) declararam que o primado do papa não tem qualquer base escriturística, tendo denunciado tanto ao papado quanto à hierarquia romanista como se fossem o anticristo.

IV. A Reforma Protestante

Lutero e outros levaram avante essas objeções. Lutero ensinava que a Igreja é a comunhão dos santos e o Corpo místico de Cristo, pelo que não pode ser identificada com o corpo organizado da Igreja visível, com toda a sua variedade e corrupções. Haveria uma cristandade interna e uma cristandade externa, que ocupariam o mesmo espaço, mas não seriam uma mesma entidade. Somente Deus saberia distinguir as duas coisas. A verdadeira Igreja, mediante o uso da Palavra e dos sacramentos, está organizacionalmente incorporada dentro da Igreja visível, mas os homens não sabem como distinguir os dois elementos um do outro. A Igreja, conforme ele dizia, encontra-se em qualquer parte do mundo onde possam ser encontrados o evangelho e os sacramentos, pelo que a Igreja não poderia ser identificada com este ou aquele grupo, com esta ou aquela denominação, porquanto há uma união espiritual e mística que unifica os homens em torno de Cristo, mas que não é uma união eclesiástica.

Calvino concordava com Lutero que a pregação fiel da Palavra de Deus e a correta administração dos sacramentos são sinais da Igreja. Mas ele adicionava uma disciplina estrita a fim de separar os bons dos maus. Sua doutrina da predestinação forçava-se a estabelecer uma aguda distinção entre a Igreja visível e a Igreja invisível. Esta última seria a única Igreja verdadeira e pura, composta dos eleitos de Deus. Por isso é que ele disse: «A escolha secreta de Deus é a fundação da Igreja».

Depois de Calvino e Lutero surgiram os congregacionalistas, que rejeitavam a desejabilidade das igrejas nacionais e oficiais e ensinavam que somente as assembléias locais são igrejas, porquanto nelas há unidade essencial com Cristo. Isso significaria, por sua vez, que cada assembléia local precisa ser julgada de acordo com os seus próprios méritos, a fim de se verificar se ela merece ou não o nome de Igreja, o que não pode ser conseguido somente porque alguém se torna membro de alguma denominação ou corpo organizado mais numeroso. (C COP)

ECLETICISMO

Essa palavra vem de dois termos gregos, *ek*, «fora», e *lego*, «selecionar», ou seja, aquela atitude que leva um homem a selecionar suas idéias, dentre fontes variegadas, a fim de ficar com o seu próprio sistema ou coleção de conceitos aprovados. É feita a tentativa para harmonizar a seleção feita. A maioria dos sistemas, sem importar se de filosofia ou de teologia, na verdade, são sistemas ecléticos, embora seus proponentes não queiram admitir o fato. Alguns sistemas, contudo, são mais obviamente ecléticos do que outros.

O *ecleticismo* procura ser pacífico por natureza, dotado de mente aberta, tolerante e universal em seu espírito. Por outra parte, pode faltar-lhe originalidade, e também pode ser reduzido a mera *sondagem* das possibilidades que existem no pensamento, faltando-lhe assim a convicção e a vitalidade, como um sistema. Todos os sistemas incluem algo daquilo que já foi, incorporando novos elementos. Mas até mesmo esses novos subsídios são selecionados dentre várias possibilidades, unidas dentro do sistema resultante. Nesse sentido, o próprio cristianismo é eclético. Isso não nega a vital contribuição feita pela revelação cristã; mas reconhece que todos os sistemas estão baseados na história, e jamais se desenvolvem no vácuo.

No campo da filosofia, encontramos os notáveis exemplos da Quarta Academia de Platão, das Escolas Média e Nova do Estoicismo, da filosofia romana em geral, e da escola alexandrina do neoplatonismo. A maior parte dos cultos atuais religioso-filosóficos são ecléticos em princípio, misturando conceitos orientais e ocidentais. O *bahaísmo* (que vide), na busca pela unidade, naturalmente é um sistema eclético. O princípio do ecleticismo é bom e necessário na busca

pela verdade; mas não é a única resposta. Além de fazermos a triagem de coisas que já existem, precisamos de iluminação espiritual a fim de percebermos para além das complexidades e obscuridades que os sistemas humanos de pensamento têm criado.

ECOLOGIA

Ver o artigo sobre a **Poluição do Ambiente**, especialmente em seu segundo ponto.

ECONOMIA

Ver os artigos sobre *Capitalismo, Comunismo, Socialismo* e *Sociologia*. Ver também sobre *Smith, Adam*, segundo ponto, sobre o assunto da economia baseada no livre comércio.

ECROM

No hebraico, «extermínio» ou «naturalização». Esse era o nome de uma das cinco cidades da Filístia. Era uma cidade-estado, a mais nortista das cinco. Ver Jos. 13:3. Quando da divisão do território da Terra Prometida, Ecrom (tanto a parte conquistada quanto a parte não-conquistada) foi conferida à tribo de Judá (Jos. 13:3; 15:11,45). Mais tarde, entretanto, foi transferida para o território da tribo de Dã, embora tivesse sido conquistada pelos homens de Judá, após o falecimento de Josué (Jos. 15:11,45; 19:43 e Juí. 1:18). Ver também Josefo, em *Anti.* 5:1,22 e 6:2,4. A narrativa principal a respeito, no Antigo Testamento, no que concerne a essa cidade, envolve a arca da aliança. Foi de Ecrom que a arca foi devolvida a Israel, em uma carroça puxada por bois (I Sam. 5:10; 6:1-8). Os profetas, séculos mais tarde, denunciaram a cidade, juntamente com outras cidades filistéias (Jer. 25:20; Amós 1:8; Sof. 2:4; Zac. 9:5). O nome Acaron (forma variante de Ecrom), tem sido encontrado fora da Bíblia, como o nome do lugar envolvido, nos relatos sobre as cruzadas. A moderna *Akir,* ao que parece, corresponde à antiga cidade de Ecrom. Fica a dezesseis quilômetros a nordeste de Asdode, embora tal identificação tenha sido posta em dúvida. Eusébio, em seu *Onomasticon*, menciona Ecrom como uma grande aldeia judaica, entre Azoto e Jamnia, mais para o leste. Jerônimo, entretanto, identifica-a com *Turrim Stratonis* (Cesaréia). Embora satisfaça as exigências da localização geral, Akir não tem um cômoro, conforme seria de esperar no caso de um local que continuou sendo ocupado por mil e quinhentos anos. Alguns arqueólogos, precisamente por esse motivo, rejeitam essa identificação. Além disso, alguns eruditos têm proposto duas cidades com o mesmo nome de Ecrom. Uma estaria no território de Dã, — e a outra no território de Judá. O grande Albright, por sua vez, favorece Qatra, uma colina a cinco quilômetros a sudoeste de Akir. Nesse lugar há evidências de habitações grecorromanas. Esse lugar, pois, parece corresponder à identificação feita por Eusébio (ver acima). O arqueólogo Naveh, do Departamento de Arqueologia da Universidade Hebraica e da Sociedade Israelense de Explorações, propôs Kirbet al-Muqanna (Tell Miqne) como o lugar antigo e alguns antigos cacos de cerâmica têm sido encontrados ali. Aparentemente vinha sendo habitada desde a Idade do Ferro. Trechos das muralhas, além de outras coisas, têm sido desenterrados e as fontes existentes na área poderiam ter sustentado uma cidade de bom tamanho.

••• ••• •••

ECUMENISMO Ver Movimento Ecumênico.

Essa é uma palavra cunhada modernamente, com base no termo grego *oikoumenika*, «coisas relacionadas à terra habitada» (*oikoumenê*). Esse vocábulo tem sido usado para designar tudo quanto pertence ao mundo cristão (isto é, a Igreja, em seu aspecto ecumênico, como coextensiva do globo habitado). Em 1937, essa palavra foi empregada na Universidade de Princeton, nos Estados Unidos da América do Norte, para indicar a Cadeira de Missões, que se tornou, então, *Cadeira de Ecumenismo*. Daí, a palavra *ecumenismo* veio a significar a ciência da Igreja como a comunidade cristã mundial, em sua natureza, funções, relações e estratégia. Portanto, assim como a *sociologia* é a ciência da sociedade em geral, assim também o *ecumenismo* é a ciência da comunidade cristã mundial.

ECUMENISMO E ÉTICA

Ver o artigo geral sobre o **Ecumenismo**. Esse artigo separado aborda, de maneira abreviada, alguns princípios éticos que esse movimento tem salientado.

1. *A primeira questão* levantada é a retidão moral de uma Igreja unida. Como um ideal, sem dúvida essa posição é correta, opondo-se à vergonhosa fragmentação que tem havido no mundo cristão. O problema consiste em como atingir esse ideal sem sacrificar princípios importantes.

2. *A segunda questão* é a retidão de uma expressão missionária comum, que facilite a propagação da fé cristã, tornando-a mais eficaz no mundo. Não há que duvidar que uma Igreja dividida, com seus conflitos internos, em nada atrai os incrédulos. Alguns incrédulos referem-se abertamente a esse fato, como uma das razões pelas quais não levam a Igreja muito a sério. Ela faz soar um sonido incerto. Desde tão cedo quanto o ano de 1819, em Londres, grupos batistas, anglicanos e metodistas uniram-se visando a propósitos missionários. Idêntico interesse inspirou o Congresso Mundial de Evangelismo, efetuado em Berlim, em 1966. Os participantes pertenciam ou não à estrutura organizacional do Concílio Mundial de Igrejas.

3. Os grupos mais liberais, aderindo a uma espécie de agnosticismo metafísico, têm-se mostrado ativos dentro do movimento ecumênico. Esses têm promovido o *evangelho social* (que vide), com a sua ênfase sobre as atividades sociais e de caridade, em substituição ao evangelismo. Pelo lado positivo, isso tem alertado a Igreja para a necessidade de obras práticas, no nível comunitário ou nacional, bem como para a necessidade de haver uma organização que seja capaz desse tipo de expressão. Trata-se apenas de uma expressão da lei do amor (que vide). Pelo lado negativo, não podemos substituir legitimamente o interesse religioso, que visa ao bem-estar da alma, pelo bem-estar material do homem físico.

4. Os grupos que são membros do movimento ecumênico têm-se envolvido em movimentos políticos, alguns deles revolucionários e violentos. Fundos pertencentes ao Concílio Mundial de Igrejas, na verdade, têm sido usados para promover tais movimentos, de tal maneira que vemos o espetáculo de pessoas supostamente espirituais que promovem a violência (algumas vezes encabeçada por grupos esquerdistas) e isso em nome de Cristo. Não há que duvidar que isso é um erro grave.

5. Uma filosofia básica de muitos líderes ecumênicos diz que o homem é essencialmente bom e que corresponderá a esforços feitos para melhorá-lo

socialmente, bem como às condições de seu meio ambiente, sem qualquer necessidade de conversão religiosa, conforme muitos evangélicos definem essa conversão. No entanto, as duas últimas guerras mundiais deveriam ter ensinado melhor aos homens.

6. O Congresso Mundial de Evangelismo, efetuado em 1966, procurou enfatizar os dois lados da questão: primeiramente, a necessidade do evangelismo e, em segundo lugar, a necessidade da preocupação social, com a afirmação de que esses dois aspectos são alternativos e não contraditórios.

7. A Conferência de Jerusalém sobre Profecias Bíblicas, levada a efeito em 1971, salientou a iminente segunda vinda de Cristo (ver sobre a *Parousia*), que deveria servir-nos de encorajamento na promoção tanto do evangelismo quanto da justiça social, no esforço de recuperar a retidão pessoal e pública, retidão essa que será imposta pelo Rei que se aproxima. (H)

EDAR

Ver sobre **Eder**.

EDDY, MARY BAKER

Foi a fundadora da **Ciência Cristã** (que vide).

ÊDEN, FILHOS DE ou CASA DE

Ver sobre **Bete-Éden**.

ÊDEN, JARDIM DO

Esboço:

I. A Palavra
II. Interpretações Liberais e Alegóricas sobre o Éden
III. Localização do Éden
IV. Significados da Narrativa
V. A Dilmum dos Textos Sumérios

I. A Palavra

Dois sentidos possíveis estão vinculados a esse termo: 1. Se o mesmo deriva-se do acádico *edinu*, então refere-se a um «campo aberto». Entretanto, esse sentido não parece ajustar-se muito bem a um *jardim*. 2. Por conseguinte, talvez a palavra seja hebraica, e não um vocábulo importado. Nesse caso, vem do termo hebraico *eden*, que significa «deleite». A LXX com freqüência traduz a palavra por «parque de deleites», o que fortalece a segunda possibilidade. Seja como for, a palavra hebraica *eden* tem o sentido geral de «jardim», embora também possa aludir a qualquer localização territorial ou geográfica. Em Amós 1:5 aparece como o nome de uma cidade.

II. Interpretações Liberais e Alegóricas sobre o Éden

Nos mitos mesopotâmicos que narram as origens do homem e os anos iniciais e formativos da humanidade, há muitos paralelos com a narrativa do livro de Gênesis. Quanto a ilustrações a esse respeito, ver o artigo sobre *Cosmogonia*, que explana com detalhes a cosmogonia dos hebreus. Ver também o artigo sobre a *Criação*, que explica os paralelos ao relato dos hebreus, comparando-o com os relatos da cultura mesopotâmica em geral. Nas lendas e mitos daquela área, também há menção ao *Éden*. Ali, aparece como um deserto (o *espaço aberto* subentendido pela palavra), com um oásis. Dentro desse oásis, o homem teria sido criado. No Oriente Médio, onde a água é escassa e muito estimada, uma cena favorita imaginária é a de um parque ou oásis, onde água e verdura aparecem com abundância. Um autor qualquer, ao criar uma história, naturalmente dar-lhe-ia certo colorido local, pois as pessoas sempre gostam de pensar em sua região do mundo como mais importante do que qualquer outra região. Portanto, a narrativa bíblica fornece-nos alguma informação que parece indicar a localização do jardim do Éden. Havia um rio no Éden, que irrigava o jardim. Esse rio dividia-se em quatro braços, dentro do jardim. E esse detalhe pode levar à identificação dentro do atual Iraque. Ver a seção III. O que sucede aqui, entretanto, é que o autor proveu um meio ambiente fictício, embora injetando no mesmo algumas características geográficas locais. Provavelmente, ele queria que seus leitores acreditassem que «há muito tempo», o local era conforme ele descrevera. Agora, porém, as coisas haviam-se modificado, pelo que o que o autor dizia não podia ser identificado com as características geográficas existentes em seus dias.

Era um jardim especialíssimo. — Entre suas espécies vegetais, havia uma árvore de vida e uma árvore do conhecimento. O primeiro casal, em sua ansiedade de saber mais do que deveria, comeu do fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal. Ao assim fazerem, Adão e Eva perderam quaisquer direitos que tivessem à árvore da vida, por meio da qual poderiam ter-se tornado seres imortais. O próprio fato de que o conhecimento e a vida são considerados como coisas que podem ser obtidas mediante a ingestão do fruto de uma árvore, demonstra que alguma mente primitiva criou uma lenda improvável acerca de como o homem caiu de seu original estado de inocência. Ou então, o autor tencionava que seus leitores pensassem em termos de uma parábola ou alegoria, e não em termos literais. O fato de que uma serpente participou da cena da tentação, dotada até mesmo da capacidade de falar, demonstra, mui provavelmente, a natureza parabólica da narrativa. Deveríamos relembrar, em conexão com isso, que esses elementos também são paralelos, embora de maneira diversa, das fábulas próprias da cultura mesopotâmica. Ademais, a identificação da serpente com Satanás foi um desenvolvimento relativamente tardio do judaísmo, que não pode ser associado ao intuito do autor original do livro de Gênesis. Alguns dos pais da Igreja, como aqueles da escola alexandrina, não hesitaram em falar sobre essa narrativa como uma parábola; e, em vez de tentarem apresentar uma difícil defesa da narrativa como um relato literal, mostraram-se dispostos a descobrir nessa narrativa lições morais e espirituais, e não repostas para indagações acerca das origens do homem e da depravação original, que não têm qualquer resposta adequada, a despeito das especulações de muitos.

Muitos intérpretes conservadores objetam a essa maneira de manusear a narrativa de Gênesis, razão pela qual tentam identificar sua localização, com seriedade, conforme segue.

III. Localização do Éden

Alguns eruditos têm feito sérias tentativas para identificar a localização geográfica do jardim do Éden. Três sugestões têm sido feitas, a saber: 1. a Armênia; 2. a Babilônia, perto do alto do golfo Pérsico; 3. perto do pólo Norte. Essa terceira idéia, porém, deve ser descartada pelo fato de que sua flora elimina qualquer possibilidade. Também têm sido feitas tentativas para identificar os quatro rios mencionados, cujos nomes eram Pisom, Giom, Hidequel e Eufrates (Gên. 2:10-14). Todas as formas de idéias fantásticas estão vinculadas à tentativa de localizar esses rios. Alguns supõem que os grandes

rios mencionados não ocupam, atualmente, os mesmos lugares, devido ao rearranjo da crosta terrestre, por causa das mudanças dos pólos. Por essa razão, até o rio Amazonas, no norte do Brasil, tem sido considerado um dos quatro rios que banhavam o jardim do Éden. Mas a idéia é manifestamente absurda. Os rios Tigre e Eufrates são mencionados especificamente no décimo quarto versículo. Os outros dois rios não existem na área, na atualidade. Por essa razão, alguns intérpretes dizem que grande mudança topográfica deve ter ocorrido naquela região, ou então que esses outros dois nomes não representavam rios, mas canais de alguma sorte, talvez ligados aos dois grandes rios. Alguns estudiosos tentam incluir ali o Nilo e o Indus. Outros declaram que o dilúvio dos dias de Noé alterou o quadro, de tal modo que não podemos identificar os rios em questão, exceto o Tigre e o Eufrates. Houve canais, construídos muito mais tarde e que dificilmente se adaptam à descrição e ao intuito do livro de Gênesis. A Armênia aparece como a localidade do jardim do Éden, por alguns que procuram identificar o Pisom e o Giom com rios menores daquele país. O Hidequel é um antigo nome do rio Tigre. Nossa versão portuguesa, de fato, diz em Gênesis 2:14, «Tigre», e não Hidequel. Os estudiosos liberais, entretanto, declaram que a solução é perfeitamente simples. Visto que a narrativa seria uma lenda, não deveria ser interpretada como se desse descrições topográficas genuínas. A única coisa que se poderia afirmar é que o autor, ao identificar dois rios bem conhecidos, situou o berço da civilização na Babilônia, ou seja, em algum lugar do atual Iraque.

Por muito tempo houve o hábito de identificar essa área como o berço da civilização. Atualmente, porém, os especialistas estão se inclinando pela África como o berço da civilização. Considerando-se o fato de que os pólos mudam, e que a crosta terrestre sofre rearranjos, e, também, que houve raças humanas pré-adâmicas (ver o artigo sobre os *Antediluvianos*), pouco sentido faz tentar falar sobre qualquer área geográfica específica, onde o «homem» teria começado a sua existência na terra, marchando na direção da civilização, conforme a conhecemos atualmente.

IV. Significados da Narrativa

Os sentidos dados à narrativa de Gênesis estão entretecidos com aqueles da própria criação, e o artigo sobre esse assunto elucida a questão. Os principais ensinos são estes: 1. Que o estado original do homem era de paz, abundância e bem-estar. Supomos que o homem deveria ser concebido como um ser imortal, e que se Adão e Eva tivessem comido do fruto da árvore da vida, esse estado teria sido confirmado e tornar-se-ia permanente. 2. Embora vivesse em perfeito ambiente, o homem não era possuidor de uma natureza perfeita, a despeito de seu estado de inocência. Era capaz de ser tentado e de cair em pecado. Portanto, sem importar qual a sua condição exata, o homem não possuía a verdadeira imortalidade divina. 3. O tentador é uma realidade. O homem sempre terá de enfrentar escolhas morais e mesmo em meio às mais favoráveis circunstâncias, ele pode fazer escolhas erradas. 4. As más escolhas são seguidas pelo julgamento, o que envolve mudanças drásticas, tanto no meio ambiente quanto no estado espiritual do homem. Está envolvida a lei da colheita segundo a semeadura, porque o homem obtém aquilo que merece. O pecado de Adão não passou despercebido. Presume-se que se ele tivesse feito uma escolha diferente, teria recebido algum exaltado galardão. 5. O *teísmo* é um dos aspectos do relato. Deus não é um ser distante e transcendental, desinteressado pelo homem. O autor de Eclesiástico (que vide) declara que somente indivíduos insensíveis supõem que Deus não está interessado neles, desconsiderando o que fazem. 6. O fato de que foram postados querubins no oriente do jardim do Éden, para impedir o retorno do homem ao mesmo (Gên. 3:24) mostra-nos que uma vez que um homem faça uma má escolha, poderá ser barrado, por longo tempo, de reverter sua condição. O homem sacrificou qualquer imortalidade, ou oportunidade de atingir a mesma, que tivesse tido. A história da redenção, contudo, ensina-nos que a recuperação em Cristo é algo possível. Outrossim, um *novo tipo* de imortalidade (que vide) foi dado, um tipo que ultrapassa qualquer espécie de imortalidade que o primeiro casal pode ter conhecido ou antecipado. Nessa nova imortalidade, foi prometida a participação na natureza divina (II Ped. 1:4), mediante a transformação segundo a imagem do Filho (Rom. 8:29; II Cor. 3:18). Isso envolve a participação em toda a *plenitude* de Deus (Col. 2:10), que envolve sua natureza e seus atributos.

V. A Dilmum dos Textos Sumérios

Material proveniente da biblioteca da Suméria, descoberto há cinqüenta anos atrás em Nipur, no sul da Babilônia, fala sobre um lugar chamado *Dilmum*, um lugar aprazível onde eram desconhecidas a morte e as enfermidades. O lugar estivera sem água, mas Enki, o controlador das águas, ordenou que a situação fosse remediada. A *deusa* Ninti esteve associada a ele. Dentro do relato sumério, a estória tem uma função muito parecida com a de Eva, no relato bíblico. De fato, o nome *Ninti* significa «dama da costela». E também pode significar «dama que vivifica» (o sentido do nome *Eva* é «mãe dos viventes»). Essa deusa teria curado vários males do deus Enki, com seus poderes transmissores de vida. Como é óbvio, há nisso pontos de conexão com a história bíblica. Ver o artigo sobre *Eva*. Nas lendas babilônicas posteriores, Dilmum é chamado de «terra dos viventes», o lar dos seres imortais. O que aparece como mortal na história bíblica, é relacionado a seres imortais, nessas lendas. É curiosa a idéia de alguns mórmons sobre a história original de Adão e Eva, que eles tinham sido deuses, mas, caindo no pecado, tornaram-se seres mortais, e que Eva era uma das esposas de Adão, quando eles ainda eram imortais, bem como aquela que ele levou consigo ao jardim. Isso aproxima-se do espírito da lenda do material sumério.

Alguns eruditos pensam que a história bíblica é uma espécie de versão purificada, para ter um sentido monoteísta, do material da Suméria. Mas outros pensam que o material sumério representa uma corrupção do relato bíblico. A verdade mais provável é que ambas as versões originaram-se de um fundo comum, dentro da cultura mesopotâmica da época. A tentativa para interpretar a história em sentido literal (incluindo dados geográficos), tem levado a certo número de problemas acerca dos quais os teólogos e os eruditos da Bíblia continuam debatendo. Em contraste com isso, as lições morais e espirituais do relato são perfeitamente claras. (AM I IB KRA ND UN S Z)

EDER

Esse é o nome de uma cidade e de dois personagens do Antigo Testamento. Em hebraico, o nome significa «rebanho».

1. Uma cidade no distrito do Neguebe de Judá (Jos. 15:21). Esse lugar tem sido identificado com a

moderna localidade de el-Adar, - cerca de oito quilômetros ao sul de Gaza, na margem direita do wadi Ghazzeh. A LXX, nos manuscritos B, diz *Ara* nesse ponto, sugerindo que Arade (que vide) é a localidade em questão. Algumas traduções grafam o nome com a forma de Edar, no livro de Josué.

2. Um benjamita, sobre quem não temos qualquer conhecimento, é assim chamado, no trecho de I Crô. 8:15.

3. O segundo dos três filhos (isto é, descendentes) de Musi, que era um levita na época de Davi, tinha esse nome. Ver I Crô. 23:23; 24:30. Viveu em torno de 1000 A.C.

EDER, TORRE DE

No hebraico, «torre do rebanho». Era uma torre de vigia, provavelmente erigida para proteger os rebanhos. Ficava entre Belém e Hebrom. Foi ali que Jacó residiu temporariamente, após o falecimento de Raquel, e onde Rúben cometeu incesto com Bila (Gên. 35:21,22). Nessa referência temos, no original hebraico, o nome *Midal-Eder*. O trecho de Miquéias 4:8 refere-se à «torre de rebanho», quando alude à colina de Sião. Também era chamada Ofel, ou seja, «fortim».

EDERSHEIM, ALFRED

Suas datas foram 1825-1889. Foi um pastor evangélico inglês, erudito e autor, que conferenciou, durante algum tempo, sobre a Septuaginta, em Oxford. Ele tornou-se melhor conhecido por sua obra *Life and Times of Jesus the Messiah* (primeira edição em 1883), que tem sido muito usada nos séculos XIX e XX como um texto autoritário e muito informativo sobre a vida e os ensinamentos de Jesus, bem como sobre os costumes e idéias comuns ao judaísmo posterior, que servem de pano de fundo.

EDESSA

Esse é o nome antigo, em grego, da moderna cidade de Urfa, situada na porção suleste da Turquia, na planície que fica entre os rios Eufrates e Tigre. Atualmente há a província de Urfa, da qual essa cidade é a capital. Trata-se de uma região árida e estéril, com cultivos dispersos de trigo, frutas e vinhas.

A antiga cidade de Edessa reveste-se de interesse para a fé religiosa, por causa de sua conexão com povos que estiveram envolvidos com os tempos e os povos bíblicos. Era então uma cidade da parte noroeste da Mesopotâmia, capital do reino sírio semi-independente que servia de estado tampão entre Roma e a Pártia, a partir de 132 A.C., até que se tornou uma província romana, em 244 D.C. Servia de centro para a mais antiga Igreja cristã de fala síria, o que significa que foi o lugar onde se desenvolveu a literatura cristã siríaca, incluindo a versão siríaca do Novo Testamento. Entre essa literatura destaca-se o *Diatessaron* (que vide) de Taciano, uma antiga harmonia dos evangelhos. Essa forma do evangelho era largamente lida na área, até que se desenvolveu a versão siríaca padrão, intitulada Peshitta (que vide). Essa versão foi uma revisão e padronização das antigas traduções siríacas dos evangelhos, mas que foi ultrapassada no século V D.C. com o processo da padronização. No século V D.C., Edessa tornou-se o centro da Igreja Síria Oriental (nestoriana) e era uma importante sede da erudição cristã. Dali missionários espalhavam sua doutrina por todo o Oriente. Os árabes conquistaram a cidade em 637 D.C. e então ela se tornou uma cidade fronteiriça nas guerras contra os bizantinos. Os árabes recapturaram a cidade em 1087, mas perderam-na novamente para os turcos seldjuks, no mesmo ano. Os cruzados a conquistaram em 1098, — mas perderam-na de novo para Imad-al-Din (Zangi) o *atabeg* de Mosul, em 1144. Várias trocas de mãos, finalmente levaram a área a ficar sujeita aos turcos otomanos. (MA E)

EDIAS

Ver **Izias**.

EDIFICAÇÃO, EDIFICAR

A palavra grega por detrás dessa tradução é *oikodomē*, que figura por dezoito vezes: Mat. 24:1; 15:2; I Cor. 3:9; 14:3,5,12,26; II Cor. 5:1; 10:8; 12:19; 13:10; Efé. 2:21; 4:12,16,29. Diz o trecho de Rom. 14:19: «Assim, pois, seguimos as cousas da paz e também as da edificação de uns para com os outros». A isso segue-se uma ordem para não destruirmos a obra de Deus. O trecho de I Tim. 1:4 tem o termo grego *oikodomía*, «edificação». Esse versículo ordena-nos evitar as discussões tolas, a respeito de fábulas e genealogias, tudo o que contribui contra o processo espiritual de edificação, ou seja, são atitudes antiespirituais. A metáfora por detrás dessas palavras gregas é a da *edificação de uma casa*, e nesse caso, a casa é a casa espiritual de Deus, da qual todos nós fazemos parte. Somos instruídos a ser *edificadores* e não demolidores. É espantoso verificar quantas pessoas tornam-se especialistas em demolições e como se apresentam como se fossem defensores da fé! A edificação faz parte necessária da nossa espiritualidade, pois ninguém existe que tenha avançado tanto em sua vida espiritual que nada mais tenha para edificar. Por esse motivo, devemos empregar os meios espirituais para o desenvolvimento, tanto de nós mesmos como de outras pessoas, a saber, o estudo dos documentos espirituais e de outra literatura útil, a oração, a meditação, a prática das boas obras, o cumprimento da lei do amor, a santificação e os toques místicos, no uso dos dons espirituais e na busca e obtenção da iluminação espiritual. Ver o artigo separado sobre os *Caminhos do Desenvolvimento Espiritual*.

A própria Igreja cristã é metaforicamente descrita como um edifício (I Cor. 3:9; Efé. 2:21). A função de sua ereção nunca se completou, e requer uma atenção contínua, e a edificação deve ser efetuada sobre o alicerce apropriado, que é Jesus Cristo (I Cor. 3:10,12,14). É possível uma pessoa edificar de modo errado, e assim chegar a sofrer dano. Portanto, todas as coisas devem ser feitas tendo em mira a edificação espiritual genuína (I Cor. 14:26). A edificação espiritual compõe-se de *pedras vivas*, as quais, em si mesmas, encontram-se no processo do desenvolvimento individual; e então, coletivamente, elas provêm um desenvolvimento corporal, conjunto (I Ped. 2:4). É assim que a *casa espiritual* vai sendo edificada. Nessa metáfora, Cristo é a pedra principal, a pedra angular. Em um sentido absoluto, no tocante à salvação e à transformação espiritual, Cristo somente é o alicerce (I Cor. 3:11). Em um sentido histórico, Pedro (Mat. 16:18), bem como os outros apóstolos e os profetas da Igreja cristã são os alicerces da Igreja (Efé. 2:20).

João Wesley, em seus sermões, alistava os seguintes fatores como meios de edificação cristã: 1. a oração;

2. o uso das Escrituras; 3. a Ceia do Senhor; 4. o jejum; 5. a comunhão cristã. Essa é uma lista parcial, embora sugestiva. Todos os dons espirituais têm parte ativa na edificação (I Cor. 14:26). Isso anula a ostentação, porquanto a ostentação somente glorifica o próprio indivíduo e em nada contribui para beneficiar à Igreja. O apóstolo, por assim dizer, estava obcecado com a necessidade da *edificação*, como a grande finalidade dos cultos cristãos. A igreja local também precisa ser edificada, corrigida, consolada e instruída, a fim de que todos os seus membros se conformem mais intimamente à imagem de Cristo (Rom. 8:29; II Cor. 3:18). Esse é o propósito de todos os dons espirituais, e isso Paulo enfatizou no seu tratamento do assunto. O trecho de I Cor. 14:3-5, 7-9,11,12,14 enfatiza a mesma coisa. A profecia deve edificar seus ouvintes; as línguas também edificam o próprio indivíduo que as fala. A compreensão deve ser frutífera. É com essa finalidade que freqüentamos os cultos nas igrejas. — O nosso *dever* é nos edificarmos mutuamente (I Tes. 5:11).

EDINO

Ver **Jedutum.**

EDITO DE MILÃO

Esse documento foi publicado conjuntamente por Constantino e Licínio, em 313 D.C. Conferia tolerância aos cristãos e lhes devolvia as propriedades eclesiásticas, que tinham sido confiscadas. Assim terminou o período de perseguições imperiais contra o cristianismo, que se prolongara por duzentos anos, e então começou o levantamento político da Igreja. Trata-se de um dos grandes marcos da história eclesiástica, com resultados parcialmente bons e parcialmente maus. Um outro efeito foi que o bispo de Roma passou a ser mais distinguido que os outros bispos, tendo sido essa a semente que, finalmente, floresceu sob a forma do papado.

EDITO DE NANTES

Foi um documento decretado por Henrique IV, em 1598, a fim de definir a posição da Igreja Reformada Francesa. O documento concedia liberdade de consciência, mas, em vários pontos, limitava as liberdades dos protestantes. Em 1685 o edito de Nantes foi revogado, o que representou um desastre para os protestantes franceses, que começaram a ser intensamente perseguidos. Os huguenotes (protestantes franceses) formavam uma pequena porcentagem da população francesa total, mas exerciam uma influência política e social desproporcional. Contavam com cem cidades fortificadas.

O edito permitia liberdade de crença, de reuniões públicas, mas proibia qualquer aumento no número de cidades fortificadas. Eles também receberam igualdade política e social, acesso às escolas e instituições públicas e lhes foram restauradas as propriedades antes confiscadas. Henrique IV foi assassinado em 1610, e os huguenotes (que vide) novamente entraram em um período precário. O edito de Alais, expedido por Luis XIII, retirou seus direitos políticos e interditou suas cidades fortificadas. Luis XIV revogou completamente o edito de Nantes, em 1685. (AM E)

EDITO DE WORMS

Esse documento foi publicado pela famosa Dieta de Worms (ver *Worms, Dieta de*) em 1521. O documento condenava a teologia de Lutero. Foi um documento muito abrangente, combatendo as idéias de Lutero sobre muitos pontos, especificando várias penas e advogando uma rígida censura eclesiástica. A Dieta de Worms foi convocada pelo imperador Carlos V, do império alemão, na cidade de Worms, o que lhe explica o nome. Seu propósito específico era tratar do caso de Lutero, que já havia sido excomungado pelo papa. Lutero foi solicitado a retratar-se. A famosa defesa de Lutero foi uma dramática defesa do direito à livre consciência e à liberdade de expressão. O mundo, porém, ainda não estava preparado para tais liberdades, de tal modo que mesmo hoje vemos o espetáculo de grupos protestantes a perseguir (usualmente de modo não violento) àqueles que não concordam com as suas crenças. É fácil elogiarmos a liberdade quando ela nos favorece, mas é difícil aceitá-la quando protege outras pessoas, que não concordam conosco. O artigo sobre a Dieta de Worms dá mais detalhes sobre as questões por detrás desse documento.

EDNA

No hebraico, «deleite». Esse era o nome da esposa de Raguel, em Ecbátana, mãe de Sara, que se tornou esposa de Tobias, conforme o registro do livro apócrifo de Tobias 7:2. Ela preparou para o casal a câmara nupcial (7:15,16) e aceitou Tobias como seu genro. Há uma tocante despedida, quando o casal separou-se dela (10:12). Edna é chamada Ana, na Vulgata Latina, que também seria o nome da esposa de Tobias. Há vários nomes próprios masculinos, nas páginas do Antigo Testamento, que se derivam dessa raiz hebraica, como Adná, Éden e Adna. Ver os trechos de I Crô. 12:20; II Crô. 17:14; 29:12; Esd. 10:30 e Nee. 12:15.

EDOM, IDUMEUS

Jacó e Esaú seguiram seus respectivos caminhos, embora fossem irmãos gêmeos. O povo de Israel descende de Jacó, e os edomitas ou idumeus descendem de Esaú. *Esaú* (vide), de acordo com as tradições judaicas posteriores, mencionadas então no Novo Testamento, como no nono capítulo da epístola aos Romanos, não era favorecido por Deus. Porém, isso não é indicado pelo próprio relato veterotestamentário. De fato, ali Esaú aparece como homem de caráter mais nobre que Jacó. Pessoalmente, creio que Deus cuidou da alma de Esaú, através do ministério de Cristo, na vida após-túmulo. Sem importar como lhe tenha acontecido, o certo é que os descendentes de Esaú ocuparam um território que fica na fronteira suleste da Palestina (ver Juí. 11:17; Núm. 34:3), que era chamado de terra ou monte de *Seir* (vide). Ver também Gên. 32:3; 36:8; Eze. 35:3,7,15.

Esboço:

I. A Palavra
II. O Território
III. Os Idumeus
IV. História

I. A Palavra

No hebraico, **edome**, «vermelho», uma alusão ao cozido vermelho (ou marrom amarelado de lentilhas, o *adashim*, cuja preparação culinária aparece em gravuras egípcias), em troca desse cozido Esaú vendeu o seu direito de primogenitura, porquanto não dava valor à realidades espirituais. Essa palavra, pois, veio

a tornar-se um sobrenome de Esaú. O nome também tornou-se apropriado para designar o território de Esaú, a saber, o monte Sir, visto que a área é dominada por uma coloração avermelhada, devido à natureza das rochas superficiais.

Usos da Palavra. Essa alcunha foi dada a Esaú, filho de Isaque, depois que ele se desfez de seu direito de primogenitura por um mero prato de lentilhas cozidas (Gên. 25:30). Passou a ser um nome alternativo para indicar a Iduméia, ou seja, o monte Seir. Também designa a terra de seus descendentes (Gên. 32:3; 25:20,21,30), ou então, coletivamente, todos os idumeus (Núm. 20:18,20,21; Amós 1:6,11; Mal. 1:4).

II. O Território

Esse país estendia-se desde o mar Morto, na direção sul, até o golfo de Ácaba e desde o vale da Arabá, na direção leste, até o deserto da Arábia, isto é, tinha cerca de duzentos quilômetros de comprimento por quarenta e oito quilômetros de largura. Era uma região montanhosa, composta de rochas avermelhadas como uma de suas características principais. Acima dessas rochas havia pedras calcárias que assumiam formas fantásticas, ao mesmo tempo que de ambos os lados dessas formações havia colinas de pedra calcária. Para o lado oeste, ao longo do vale da Arabá, as colinas são mais baixas. Para o lado oriental, as montanhas atingem sua maior expressão. Grande parte do terreno era inóspito, embora houvesse áreas que podiam ser cultivadas (Núm. 20:17-19). O território compreende uma espécie de retângulo malformado. — O ponto mais elevado tem cerca de 1740 m de altura, acima do nível do mar. Os idumeus fortificaram a região em vários lugares, especialmente na sua fronteira leste, mais exposta. O Caminho do Rei passava ao longo do planalto leste dessa área, perto de Tofel, Bozra e Dana, mais ao sul, e então descendo ao vale de Hismé. A capital, Selá, estava situada a oeste desse caminho no maciço platô chamado Umm el-Biyara, que se eleva a 300 m acima de Petra (que vide). Petra é o nome grego da mesma cidade de Selá. Os idumeus não habitavam a área inteira desse retângulo, mas controlavam-na. Certas partes da Arabá possuíam ricos depósitos de ferro e minas de cobre, o que era uma das principais fontes de riqueza dos idumeus. As rotas comerciais que ligavam a região com a Mesopotâmia e com o Egito, passavam na extremidade sul dessa região, e isso também contribuía positivamente para a economia dos idumeus. A porção ocidental da Arabá era habitada por tribos nômades, que tinham uma frouxa associação com os idumeus, e que vieram a mesclar-se parcialmente com eles (Gên. 36:11,12), embora não fossem totalmente dominadas pelos filhos de Edom. O povo de Israel atravessou essa área, pouco antes da conquista da Terra Prometida.

III. Os Idumeus

Estes eram descendentes de Esaú (também apelidado *Edom*). O trecho de Deu. 2:12 mostra-nos que os habitantes originais da região eram os horeus, os quais foram dali expulsos pelos descendentes de Esaú. A arqueologia tem demonstrado habitações pré-iduméias na terra. Os descendentes de Esaú migraram para esse território e tornaram-se o poder dominante na região, — embora não o único agrupamento humano (Gên. 14:6). Por volta de 1850 A.C., houve uma interrupção no desenvolvimento da cultura iduméia, o que se prolongou até cerca de 1300 A.C., quando a área veio a ser dominada por povos nômades. Esaú ocupara essa área antes de Jacó retornar de Harã (Gên. 32:3; 26:6-8; Jos. 14:4). Chefes tribais controlavam a região (Gên. 36:15-19,40-43). *Reis* idumeus (chefes tribais. ou chefes de várias tribos) antecederam qualquer rei em Israel (Gên. 26:31-39; I Crô. 1:43-51).

IV. História

As descobertas arqueológicas desvendaram indícios de habitação, nessa área, até tempos tão remotos quanto o século XXIII A.C. A cultura iduméia começou ali entre 1850-1900 A.C. Talvez tenha sido a invasão de Quedorlaomer (Gên. 14:1 *ss*) que despovoou a área de seus habitantes mais antigos. Os horeus tomaram conta da região; e quando Esaú e seus filhos vieram a dominar e absorver os habitantes horeus originais (Gên. 14:6), eles encontraram as tribos usuais com seus respectivos chefes (Gên. 36:29,30). Esaú casou-se com uma filha de um desses chefes tribais (Gên. 36:2,25). Por sua vez, os descendentes de Esaú também tornaram-se chefes tribais da região (Deu. 2:12,22). Os idumeus tinham uma cultura bem estabelecida, com uma monarquia que começou antes mesmo da época do êxodo de Israel do Egito. Os registros escritos dos idumeus desapareceram, embora os egípcios nos dêem algumas informações, como também os hebreus e os assírios. Os registros dos dias dos faraós Mernepta (cerca de 1225-1215 A.C.) e de Ramsés III (cerca de 1198-1167 A.C.) mencionam os idumeus como tributários. Alguns historiadores duvidam da exatidão dessa reivindicação. Os trechos de Gên. 36:20-30 e I Crô. 1:43-54 mencionam a sociedade monárquica dos idumeus. O papiro Anastasi VI, do Egito, menciona tribos-pastores de Edom. E a carta de Tell el-Amarna, nº 256 (cerca de 1400 A.C.), ao chamar Edom de *Udumu*, refere-se ao lugar como um adversário do príncipe jordaniano. A história de Edom inclui grande caldeamento de raças. Os casamentos mistos deram-se com os cananeus (hititas, Gên. 26:24) e com os horeus do monte Seir (Gên. 36:20-30). A absorção e a mescla criaram um povo distintivo, hostil a Israel. Quando Israel desejou atravessar o território de Edom, a caminho da conquista da Terra Prometida, não tiveram permissão para tanto; mas Edom, visto descender de um irmão distante, não deveria ser perturbado (Jos. 15:1,21).

A história subseqüente inclui vários incidentes de hostilidades, sendo provável que esses fossem permanentes. Saul teve problemas com os idumeus (I Sam. 14:47). No entanto, houve idumeus que o serviram (I Sam. 21:7; 22:9). Davi subjugou a terra deles, e ali erigiu fortificações (II Sam. 8:13,14). Joabe tinha como um de seus alvos erradicar todos os idumeus do sexo masculino; e podemos supor que isso criou uma grande e contínua hostilidade (I Reis 11:15,16). Esse programa de Joabe, todavia, não obteve sucesso total, pelo que, mais tarde, Salomão teve problemas com os idumeus (I Reis 11:14-22). Entretanto, ele dominou essencialmente a Iduméia, tirando vantagem de suas riquezas naturais. Construiu um porto marítimo em Eziom Geber, no golfo de Ácaba, para servir ao comércio marítimo (I Reis 9:26; II Crô. 8:17). A arqueologia tem descoberto as minas de cobre e de ferro de Salomão, localizadas entre três e cinco quilômetros de Elate (no golfo de Ácaba).

Edom, porém, recuperou-se. Aliados de Amom e de Moabe, nos dias de Josafá, os idumeus atacaram Judá (II Crô. 20:1). Então, posteriormente, esses aliados combateram uns contra os outros (II Crô. 20:22,23). Judá, entretanto, conseguiu o predomínio e um governador, controlado por Judá, passou a dirigir os idumeus (I Reis 22:48). Todavia, no tempo de Jeorão, Edom rebelou-se novamente, atacando

Eziom-Geber (II Reis 8:21). Jeorão levou a melhor na refrega, embora não tivesse podido subjugar totalmente os idumeus. E Edom ficou independente por um período de cerca de quarenta anos. Amazias (796-767 A.C.) promoveu outra invasão de Edom, matou dez mil guerreiros idumeus e capturou Sela, a capital (II Reis 14:7; II Crô. 25:11,12). Uzias aniquilou o que ainda restava deles (II Reis 14:22). Porém, uma vez mais Edom obteve a independência e Judá nunca mais teve a oportunidade de reconquistar o território. Tiglate-Pileser III, da Assíria, compeliu Kaush-malaku, rei de Edom, a submeter-se a seu governo. A área foi absorvida pelos babilônios, em 604 A.C. Eles aliaram-se a Nabucodonosor e ajudaram a destruir a cidade de Jerusalém, em 587 A.C., e então regozijaram-se grandemente diante do acontecimento (Sal. 137:7; Lam. 4:21,22; Oba. 10-16). Subseqüentemente, alguns idumeus ocuparam a porção sul de Judá, fazendo de Hebrom a sua capital. Isso resultou na formação da Iduméia do período pós-exílico. No século V A.C., Edom caiu sob o poder dos árabes. Os nabateus, no século IV A.C., conquistaram a região e fizeram de Petra (Sela) a sua capital. Alguns idumeus fugiram para a Iduméia, mas a maioria deles foi absorvida pelos novos habitantes da região.

Chegamos então ao tempo dos Macabeus. Judas Macabeu obteve vitória sobre os idumeus, em 164 A.C. (I Macabeus 4:1-5; Josefo, *Anti.* 12:8,1). João Hircano ocupou o território inteiro, em 120 A.C. Nessa época, o judaísmo tornou-se a religião obrigatória deles, conforme nos diz Josefo (*Anti.* 13:9,1; 15:7,9). Depois disso, chegou o poder dos romanos, e todos os territórios em questão ficaram sob o domínio deles. Antípater, pai de Herodes, o Grande era proveniente da Iduméia. Ele governava o território inteiro; então Herodes, o Grande, tornou-se o governante, em 37 A.C. Foi nesse tempo que houve a última dinastia de governantes palestinos. Após a destruição de Jerusalém, em 70 D.C., os idumeus desapareceram da história. Isso pôs fim à história de Edom. Foi um jogo irônico da história que os descendentes daqueles que tanto haviam exultado ante a queda de Jerusalém, em 587 A.C., estivessem entre os mais resolutos defensores da cidade, quando os romanos a atacaram, em 66-70 D.C. (BAL GL S UN Z)

EDOS

Um filho de Nebo que se casara com uma mulher estrangeira, durante o cativeiro babilônico e que precisou divorciar-se dela. Ele é chamado Jadai, em Esd. 10:43. Ver também o livro apócrifo de Ezra 9:35.

EDREI

No hebraico, «forte», ou «terra semeada». No primeiro caso, talvez se refira às fortificações das cidades. Há duas cidades com esse nome, nas páginas do Antigo Testamento, a saber:

1. Nome de uma cidade fortificada do norte da Palestina, situada perto de Cades e Hazor, embora, atualmente, não se saiba exatamente onde ela ficava localizada. Alguns estudiosos têm sugerido o moderno Tell Khureibeh. Talvez a *i-t-r'* referida nas listas das campanhas de Tutmés III, encontradas em Carnaque, seja o local em questão. Quanto a uma referência bíblica, ver Jos. 19:37.

2. Uma cidade de Basã, do outro lado do Jordão, mencionada em Jos. 12:4,5; 13:12; Deu. 3:19. Foi nesse lugar que o rei Ogue foi derrotado em batalha contra Israel (Núm. 31:33-35; Deu. 1:4; 3:1-3). Foi edificada sobre um lugar elevado que olha para a bifurcação sul do rio Iarmuque, ao longo da fronteira sul de Basã (que vide). O local é atualmente identificado com uma aldeia do sul da Síria, chamada Der'a, cerca de noventa e sete quilômetros ao sul de Damasco e a metade dessa distância a leste do rio Jordão. A arqueologia tem identificado ruínas ali, que começam pelo menos na época da idade do Bronze Antigo. O cônsul Wetzstein foi quem primeiro escavou o local, em 1860; mas, depois dele, várias escavações tiveram lugar. Uma notável e incomum cidade subterrânea foi encontrada ali, — que provavelmente data do período helênico ou romano. Numerosas ruas, lojas, dependências, etc., foram descobertas em cavernas feitas na rocha basáltica. Aparentemente a cidade foi preparada a fim de receber a população que normalmente vivia à superfície, acima dela, quando invasores viessem ocupar a região. Na média, fica a 21 m abaixo da superfície. Respiradouros foram cavados até à superfície, a fim de suprir ar fresco. Foram cavadas cisternas, no fundo da cidade, a fim de suprir água. É possível que uma cidade ainda bem maior do que essa exista na mesma localização, ainda mais abaixo da superfície, e que aquilo que a arqueologia já descobriu seja apenas uma parte do total. É curioso que, em nossos dias de ameaça de guerras atômicas, o conceito da cidade subterrânea esteja retornando aos pensamentos dos homens e isso pela mesma razão: para obter proteção contra os desígnios violentos de outros homens.

EDUCAÇÃO

Esboço:

I. A Palavra e Suas Definições
II. A Educação em Relação ao Antigo Testamento
III. A Educação Helênica
IV. A Educação e Certos Personagens do Novo Testamento
V. Educação Cristã
VI. Filosofia da Educação
VII. A Educação e os Ideais do Novo Testamento

I. A Palavra e Suas Definições

A **educação** é o desenvolvimento e o cultivo sistemático das capacidades naturais, por meio do ensino, do exemplo e da prática. Inclui tanto o conhecimento teórico quanto a experiência prática, no desenvolvimento de habilidades diversas. Em um sentido formal, essa palavra indica o ensino como um sistema, servindo de sinônimo da palavra «pedagogia». No sentido bíblico, porém, o processo da educação combina-se com os princípios espirituais que, segundo se espera, emprestam poder e significado aos ensinos que transcendem os meios intelectuais normais e os meios humanos práticos. A revelação e a inspiração saem em ajuda da educação, pelo que também o Senhor Jesus Cristo é o supremo exemplo que as pessoas bem-educadas deveriam seguir e tentar duplicar, tanto na natureza quanto na prática.

O moderno vocábulo hebraico para «treinar» deriva-se do mandamento que aparece em Provérbios 22:6 e que nossa versão portuguesa traduz por: «Ensina a criança no caminho em que deve andar, e ainda quando for velho não se desviará dele». Outros termos relacionados à educação são aqueles que denotam as idéias de *instrução* e *aprendizagem*. Todos os bons processos de educação dispõem de compêndios adequados. No tocante ao processo da



Desenho do fim da Idade Média mostra diversas ciências na "torre da filosofia" presidida pela teologia

O conceito da Unidade da Verdade: Deús é a verdade; a fonte da verdade; o alvo da verdade. A teologia e a metafísica explicam Deus. Todas as ciências ilustram seus pensamentos.

O dono da casa de instrução, na Idade Média, era a teologia. A teologia era a rainha das ciências.

Os assuntos foram chamados (segundo duas grandes classificações) a *Filosofia Sobrenatural* e a *Filosofia Natural*, até 1870.

Mentes universais como Platão, Aristóteles (tempos clássicos) e Alberto Magno e Tomás de Aquino (tempos da Idade Média) dominaram todo o conhecimento de suas épocas, sendo *doutores universais*.

O crescimento do conhecimento humano criou inumeráveis áreas de estudo, acompanhadas por especialização.

Até o tempo da Renascença, Aristóteles dominou a ciência e a Igreja dominou o pensamento geral do homem ocidental.

A Igreja se mostrou intolerante às novas idéias. Se não houvesse intolerância, não haveria porque aprimorar argumentos.

A tolerância das religiões orientais não resultou num avanço significante das ciências naturais.

educação espiritual, o texto principal é a Bíblia, havendo outras obras que suplementam o conhecimento adquirido através da Bíblia, que fornecem instrução quanto a todas as variedades de conhecimento que podem ter alguma aplicação espiritual. *Mestres* são providos para ajudar no processo, a fim de proverem o exemplo e as instruções adequados. Esses professores são descritos como *sábios* (ver Pro. 13:14 e 15:7). Seus alunos eram chamados, antigamente, de «filhos» (ver I Crô. 25:8 e Pro. 2:1), porquanto a educação processa-se melhor quando os princípios espirituais da família divina estão sendo ensinados e seguidos.

No Novo Testamento encontramos menção aos *rabinos* (professores) e aos *mestres* (professores). No grego, esta última palavra é *didáskalos*, termo usado por cerca de cinqüenta vezes nos evangelhos, mas aplicado de modo supremo a Jesus. Ele ensinava às multidões (Mar. 2:13), nas sinagogas (1:21), ou então, particularmente, aos seus discípulos (Mat. 5:1,2). Os discípulos (aprendizes) foram mencionados por mais de duzentas vezes nos evangelhos. Ele lhes ensinava doutrina (no grego, *didache*). Parte da Grande Comissão era o ministério do ensino, conforme se vê em Mat. 28:19,20.

Educação Formal e Informal:

A **educação formal** é adquirida através do estudo bem organizado, usualmente administrado nas escolas. Esse ensino se faz por graus, havendo certo número de disciplinas requeridas, dentro de um determinado número de anos. A *educação informal* é aquela adquirida mediante o estudo privado, ou mediante a experiência diária, incluindo aquilo que se aprende através de comunicações, livros, revistas, rádio, televisão, cinema, etc. *Educação* é o nome daquela ciência ou ramo de estudos que trata, histórica e contemporaneamente, dos princípios e práticas do ensino e do aprendizado.

II. A Educação em Relação ao Antigo Testamento

1. *Pano de Fundo.* Sistemas primitivos de educação se desenvolveram já desde o terceiro milênio A.C. Há manuais de ensino que remotam até 2.500 A.C. Na antiga Suméria havia numerosas escolas para os escribas. As disciplinas ali ensinadas diziam respeito à religião, às atividades nos palácios e aos negócios do estado. Disciplinas específicas incluíam a botânica, a zoologia, a geologia, a geografia, a matemática, as línguas e várias questões relacionadas à cultura e à religião. Uma escola contava com seu professor e seus alunos, — que eram chamados, respectivamente, *pai* e *filhos*. Havia uma educação profissional, como no caso dos escribas e dos oficiais religiosos e do governo. No nível elementar, a língua era tão importante quanto a literatura e a religião. Uma educação superior estava reservada aos oficiais do governo, à casta sacerdotal, e a certos profissionais, como os médicos.

Há paralelos a esse tipo de sistema em várias referências do Antigo Testamento, embora as escolas formais (como aquelas dos profetas) pertençam a um tempo posterior, já dentro da monarquia. Desde a época de Samuel, por exemplo, vemos que esse profeta, desde menino, fora dedicado ao serviço de Deus, tendo sido educado sob a supervisão de Eli, o sacerdote. Assim sucedeu, embora Samuel não pertencesse à casta sacerdotal. Alguns estudiosos supõem que escolas formais, que funcionavam em torno dos santuários religiosos, foram um fenômeno bem antigo em Israel, com paralelos nos costumes egípcios, de onde também podiam ter sido importadas. Seja como for, havia uma classe de escribas em Israel, tal como no Egito. Personagens como Moisés, os juízes e os reis participavam do trabalho dos escribas, embora seja provável que a maioria dos escribas proviesse da classe sacerdotal. Ver o artigo sobre os *Livros*, que indica esse fato. Mais ou menos na época do exílio babilônico, a classe dos escribas tomou grande impulso, tornando-se uma profissão bem definida, que incluía uma lata função educativa, porquanto muitos deles eram professores, e não apenas copistas de manuscritos. Ver os informes sobre o *autor* do livro de Eclesiastes, quanto a informações sobre isso. Apareceu uma classe escribal aristocrática. Ver II Sam. 8:17; II Crô. 24:11; I Crô. 24:6; 27:32; II Crô. 34:13 e Jer. 36:26 quanto a referências bíblicas sobre esse tipo de atividade. A classe superior dos oficiais religiosos também envolveu-se em atividades políticas, mas a erudição bíblica passou para as mãos de uma classe especial de escribas, de onde surgiram as grandes escolas rabínicas. Ver Esd. 7:6,11 e Nee. 8:4,9,13 quanto a evidências sobre essa classe que vinha emergindo na época deles. Tal como na antiga Suméria, nas escolas dos rabinos havia a relação de pai e filhos, entre os professores e seus aprendizes. Ver Pro. 2:1. Isso nos brindou a literatura de sabedoria do Antigo Testamento, incluindo obras como Provérbios, Eclesiastes, Sabedoria de Salomão, etc.

2. *Inspiração Básica.* Platão interessava-se pela realidade última, isto é, o universal, e os seus diálogos demonstram que ele buscava um conhecimento celestial. Porém, ele também ensinava sobre política, ética, matemática, estética e epistemologia, como disciplinas importantes. Aristóteles foi um cientista, e quase todos os seus escritos representam investigações científicas. Mas a convicção que inspirava a educação judaica era a convicção de que o Deus dos judeus era um Deus moral e nacional, que regulamentava todo o conhecimento e a conduta de seu povo, conferindo-lhes suas instruções através de profetas e homens santos. Toda a educação entre os judeus, portanto, baseava-se sobre princípios morais e teológicos. A educação tinha por intuito tornar os homens sábios na teoria e na prática, promovendo a espiritualidade geral deles. A dimensão espiritual, por conseguinte, sempre ocupou o primeiro plano na educação judaica; e até mesmo em nossos dias, nas comunidades judaicas, esse é o princípio normativo. A responsabilidade dos pais, portanto, era bastante grande. As escolas formais, excetuando as mais antigas, dos escribas e dos profetas, desenvolveram-se primeiramente em outras culturas e não entre os judeus. Paradoxalmente, os judeus vieram a adotar aquela instituição helênica, a escola, com uma ampla aplicação, a fim de proteger o judaísmo das influências gregas.

3. *A Religião e as Habilidades Básicas.* O próprio Antigo Testamento é um texto de conhecimentos religiosos, e isso desde o começo. Seus livros foram aparecendo gradualmente, com a passagem de vários séculos, tendo inspirado toda a cultura judaica. Também sabemos que muitos outros livros foram publicados, que nunca vieram a fazer parte do cânon sagrado. O intuito da educação judaica não era tecnológico e científico. Nunca houve nenhum Aristóteles judeu. Em muitos aspectos culturais, a sociedade judaica era débil. Tinha que fazer empréstimos na área da arquitetura, por exemplo. Até mesmo o famoso templo de Jerusalém foi edificado com o aproveitamento de idéias estrangeiras, e com ajuda de construtores estrangeiros. A estética era fraca entre os judeus, porquanto temiam desobedecer ao mandamento acerca das imagens de escultura. Não havia

qualquer investigação formal nos campos da matemática, da biologia, da astronomia, etc., conforme se via em outras culturas, mormente na Babilônia. A fé religiosa absorvia praticamente toda a atenção. Naturalmente, havia um ensino relacionado às habilidades básicas da agricultura e do comércio. Às donzelas ensinavam habilidades domésticas, o que era feito pelas mães das famílias; e os pais eram responsáveis pela educação dos meninos e rapazes. A leitura era ensinada por estar diretamente relacionada ao uso das Escrituras. De fato, o alfabeto, conforme o conhecemos, é de origem hebréia. Ver o artigo separado sobre o *Alfabeto*. — Não sabemos qual proporção do povo judeu sabia ler. Supõe-se que a proporção era pequena, — e que apenas homens adquiriam essa habilidade, embora o conteúdo dos livros se tornasse conhecido de todos através do ensino. A literatura não era universal (Isa. 29:11), embora parecesse generalizada durante o começo do período monárquico. W.F. Albright supunha que aí por volta do século X A.C., até mesmo muitos aldeões de Israel sabiam ler. Textos como os de Deu. 6:9; 17:18,19; 27:2-8; Jos. 18:4,9; Juí. 8:14 e Isa. 10:19 mostram que a capacidade de ler era importante, ao menos na antiga sociedade judaica. As inscrições de Siloé, as cartas de Laquis e os papiros Elefantinos mostram que a escrita era uma prática generalizada entre as nações que estavam vinculadas geográfica e racialmente a Israel. O trecho de I Macabeus 1:56 mostra-nos que havia cópias da Tora e do Talmude nas casas e não apenas nas escolas, e isso demonstra que, por esse tempo, deve ter havido uma alta taxa de alfabetização em Israel.

4. *Alvos Específicos*. Já pudemos observar que a cultura hebréia dizia respeito, essencialmente à religião e às habilidades básicas, e não à ciência. O que importava era a história da nação e sua herança (Êxo. 12:26,27; 13:7,8; Jos. 4:21 *ss*). É significativo o destaque que os hebreus tiveram como historiadores desde a antiguidade, especialmente durante e após o período da monarquia. Uma porção considerável do Antigo Testamento consiste em história. O que tinha importância suprema eram as ordenanças da lei (Deu. 4:9,10; 6:20), de tal modo que a espiritualidade e os princípios éticos eram pontos básicos na educação judaica (Lev. 19:2 *ss*). Nisso entra, necessariamente, a lei civil e a organização da sociedade e suas instituições; mas não havia qualquer divisão clara entre a lei civil e a lei religiosa. As leis civis eram uma especialidade dos romanos. Na sociedade judaica, a justiça era definida em termos religiosos, sendo aplicada em todas as circunstâncias da sociedade em geral. A justiça social estava vinculada à justiça de Deus (Amós 2:6,7). O temor de Deus é o começo das boas idéias e das boas práticas (Pro. 9:10). Dentro da literatura de sabedoria, aparecem todas as formas de instruções específicas. Mas a base de tudo é a retidão (Pro. 1:2-4).

5. *Negócios Práticos*. Ver o artigo geral sobre *Artes e Ofícios*, que provê informações sobre essa questão, dentro da cultura de Israel. A arqueologia tem mostrado que os hebreus eram habilidosos em atividades como a edificação, a mineração, a metalurgia, o entalhe em madeira e em pedra, etc. (Êxo. 35:30 *ss*). Não havia, contudo, escolas formais para ensinar essas artes. Aprendia-se tudo na escola prática, cada qual começando como um aprendiz. Não havia escolas de música, de arquitetura, de escultura, de pintura ou das artes em geral; mas a música era uma importante atividade e profissão em Israel, por causa de sua conexão com a religião. Davi desenvolveu essa atividade de modo considerável, quando era rei.

6. *A Sinagoga*. Ver o artigo separado sobre esse assunto, quanto a um estudo mais completo. Não temos qualquer informação, nem no Antigo e nem no Novo Testamentos, sobre a origem das sinagogas; e nem mesmo nos livros apócrifos temos essa informação. Os eruditos supõem que, como uma instituição formal, a sinagoga desenvolveu-se durante o cativeiro babilônico. A palavra «sinagoga» encontra-se em Sal. 74:8, mas ali significa apenas «assembléia», não havendo qualquer alusão à instituição que recebeu esse nome. A palavra aparece por cinqüenta e seis vezes no Novo Testamento. Antes do exílio babilônico, o templo era o centro de todas as atividades religiosas. Quando o templo foi destruído, então as sinagogas tornaram-se células dessa atividade, bem como de aprendizado. É possível, contudo, que as sinagogas tenham surgido antes mesmo do exílio babilônico, e que este apenas consolidou a importância das mesmas. Seja como for, a sinagoga tornou-se um centro de todas as atividades religiosas, sociais e de instrução. Na sinagoga não havia altar e nem sacrifícios. O estudo e a leitura da Tora, bem como a oração, tornaram-se as atividades centrais ali. A sinagoga era o centro do governo de Israel. Ela provia uma espécie de sistema de educação de adultos em massa, onde a Tora era estudada sistematicamente, semana após semana. Todos quantos freqüentavam a sinagoga tornavam-se estudantes da lei. Quando o povo judeu não mais era capaz de entender o hebraico, as explicações eram feitas em aramaico.

7. *O Desenvolvimento de Escolas*. A primeira escola de um judeu era o seu lar. Os mestres eram os pais e os alunos eram os filhos. O lar nunca perdeu a sua importância como o lugar primário de aprendizado. Entre os cristãos, os mórmons são os que mais têm salientado esse aspecto da instrução. Então surgiram as escolas de profetas, que dirigiram o primeiro ensino sistemático e constante fora dos lares. Eles encontravam em Moisés a sua grande inspiração (Deu. 34:10; 18:15 *ss*). Os profetas tornaram-se os mestres e instrutores de Israel de uma classe de homens eruditos, que se tornaram líderes da nação. Pela época da monarquia, havia grupos ou companhias de profetas, de tal modo que eles formaram uma classe distinta dentro da nação (I Sam. 10:5,10; 19:20). Os «filhos dos profetas» eram os discípulos das escolas que haviam sido formadas. Ver I Reis 19:16; II Reis 2:3 *ss*. Então surgiram as sinagogas; que representaram um passo vital no desenvolvimento das escolas, conforme nós as conhecemos. Entretanto, nenhuma escola era separada da sinagoga e nenhum sistema escolar formal formou-se em Israel, senão já dentro do período helenista e isso por motivo de competição com as escolas gregas. A literatura rabínica informa-nos que um sistema escolar compulsório foi criado pelos fariseus, no século I A.C. Sabemos que Simão ben Shetach (75 A.C.) ensinava às pessoas de uma maneira sistemática e regular; mas o texto que ele usava era a Tora. Em Israel não havia educação liberal. As escolas elementares, para as crianças, não parecem ter surgido antes do século I D.C. Joseph ben Gamala (cerca de 65 D.C.) tentou fazer a educação elementar tornar-se compulsória e universal, com escolas onde as crianças entravam com seis ou sete anos de idade. As escolas elementares eram chamadas *Casa do Livro*. O currículo continuava sendo, essencialmente, orientado segundo a Bíblia. Toda e qualquer referência às ciências, em quaisquer de suas formas, era feita de modo inteiramente incidental. Foram desenvolvidas escolas secundárias para os alunos mais promissores. A religião

continuava sendo o centro de todas as atividades educacionais. Além da Bíblia e da Mishnah, foi instituído o debate teológico. As escolas que funcionavam desse modo eram chamadas *Casas de Estudo*. Finalmente, foram formadas academias autênticas, que eram reputadas lugares sagrados, e não apenas lugares de aprendizagem. O *Talmude* resultou das atividades dessas escolas e grandes líderes se salientaram então, como Hilel, Shamai e Gamaliel. Paulo educou-se na escola de Gamaliel.

Isso significa que, em Israel, havia três instituições de ensino diferentes: a sinagoga, as escolas elementares e as academias, ou casas de estudos. As academias funcionavam separadas das sinagogas, em seus próprios edifícios, ou talvez na residência do mestre principal.

8. *O Lar*. O lar era a unidade básica da sociedade, bem como a primeira escola que um menino judeu conhecia. O Antigo Testamento mostra o grande valor dado às crianças e grande responsabilidade pesava sobre os ombros dos pais, porquanto os filhos eram tidos como dons de Deus (Jó 5:25; Sal. 127:3; 128:3,4. Ver também Gên. 18,19 e Deu. 11:19 quanto à importância da instrução doméstica). As crianças eram treinadas em seus deveres, religiosos ou outros (I Sam. 16:11; II Reis 4:18). O treinamento artístico fazia parte da instrução recebida (Juí. 21:21; Lam. 5:14). Às meninas eram ensinadas prendas domésticas, por suas mães (Êxo. 35:25; II Sam. 13:8). Os meninos aprendiam negócios e ofícios. As casas numerosas, como aquelas de pessoas ricas, estavam sujeitas a uma instrução global (Gên. 18:19). O elemento religioso sempre ocupava o primeiro plano (Deu. 6:4-9; Sal. 78:3-6; Pro. 4:3). Algumas poucas mulheres, segundo todas as aparências, eram bem educadas e chegaram a tornar-se líderes (Juí. 4:4 *ss*, II Reis 22:14-20).

9. *Educação Pessoal*. Ouvi falar sobre um homem que conservou seus filhos em casa, a fim de que eles obtivessem uma boa educação. A iniciativa pessoal sempre foi muito importante em Israel. Abraham Lincoln era um advogado autodidata, que veio a tornar-se o presidente de uma grande nação. Alguns dos maiores rabinos eram autodidatas que exerciam algum ofício comum, ao mesmo tempo em que eram mestres religiosos na comunidade. Há um certo tipo de educação quase impossível de dominar sem mestres e sem escolas; mas a educação religiosa pode depender muito dos estudos individuais, inteiramente à parte de escolas. A moderna erudição bíblica, entretanto, inclui estudos sobre disciplinas como idiomas antigos, a história, a literatura, além de muitas coisas, às quais poucos têm acesso, exceto através de escolas e mestres formais.

10. *O Ensino como uma Profissão*. Os pais eram os primeiros tutores de seus filhos. Em tempos posteriores, os filhos da casa real (e, segundo podemos supor, dos ricos), tinham tutores especiais. O Talmude revela-nos a contínua importância dos pais, no ensino de seus filhos, aos quais ensinavam algum negócio ou ofício. Após o exílio babilônico, os escribas profissionais vieram à existência. Eles eram os mestres na sinagoga, e isso era a essência de suas atividades. Havia os sábios, mas o termo parece não distinguir uma classe distinta de mestres. No Novo Testamento há menção aos sábios (no hebraico, *hakam*), aos escribas (no hebraico, *sopher*) e aos oficiais (no hebraico, *hazzan*). Todos esses eram mestres, aparentemente em uma ordem descendente de autoridade. Nicodemos, entretanto, era um *doutor da lei* (no grego, *nomodidáskalos*), o que parece ter sido um título de muito prestígio. Os mestres, ordinariamente, não recebiam paga por seu trabalho, embora pareça ter havido alguma remuneração pelos serviços prestados (ver Eclesiástico 38:24 *ss*, onde o trabalho manual aparece como abaixo da dignidade de um mestre, embora isso pareça dizer respeito mais aos escribas aristocráticos). Muitos rabinos importantes exerciam alguma profissão juntamente com suas atividades como mestres e essa profissão geralmente envolvia algum trabalho manual. O Talmude fornece-nos muitas qualificações para os professores, embora essas qualificações fossem mais morais e espirituais e não tanto acadêmicas. Um professor do sexo masculino tinha de ser casado, segundo a prática judaica e as orientações do Talmude.

III. A Educação Helênica

1. *O período helenista* começou com Alexandre, o Grande e entrou no período greco romano, num total de cerca de trezentos anos. Corresponde, mais ou menos, ao período intertestamental. Foi nesse tempo que a língua e cultura gregas se espalharam pelo mundo civilizado da época. O helenismo foi um fenômeno cultural, militar, religioso e político e, naturalmente, influenciou o judaísmo e o cristianismo. No tocante à educação, os sistemas do helenismo tinham suas raízes nos sistemas de Esparta e de Atenas. Os dois sistemas eram radicalmente diferentes. Em Esparta, o indivíduo era subjugado, tornando-se subserviente ao Estado. Em Atenas, a idéia era o máximo de treinamento e desenvolvimento do indivíduo, de maneira tal que pudesse produzir o máximo, em benefício da cultura geral. Esparta frisava o aspecto militar. Atenas enfatizava a filosofia, as artes e as ciências. Platão foi um pioneiro na filosofia da educação. Em sua obra, República, ele oferece muitos detalhes sobre suas idéias educacionais. Sócrates foi o mestre de Platão, e também foi o supremo mestre da ética. Aristóteles foi pupilo deste e tornou-se o maior cientista da época. Ambos elaboraram teorias arrojadas sobre o conhecimento. Platão enfatizava o aspecto religioso e metafísico e Aristóteles enfatizava o aspecto científico. Alexandre, o Grande foi aluno de Aristóteles e tornou-se o instrumento na propagação da cultura grega de todos os tipos, em todo o mundo conhecido de seus dias. As filosofias de Platão e Aristóteles continuaram a dominar o pensamento do mundo civilizado por muitos séculos, juntamente com o estoicismo e o epicurismo. Ver o artigo separado sobre *Escolas Filosóficas do Novo Testamento*. Platão exerceu uma imensa influência sobre o pensamento religioso e o *neoplatonismo* (que vide) foi uma adaptação de suas idéias.

2. *Roma fez a Grécia curvar-se* diante de seu poderio militar. Roma foi a suprema legisladora antiga. Mas a filosofia e a cultura permaneceram gregas quanto à sua natureza. Os ideais gregos abordavam todos os aspectos do homem: do corpo, da mente e do espírito. Foi desenvolvida uma nobre filosofia acerca da alma, acompanhada por provas racionais. Isso ultrapassou a tudo quanto houvera no judaísmo. Quanto a esse ponto, a filosofia e a teologia dos gregos eram superiores às suas congêneres no judaísmo. Na verdade, a alma é um aspecto importante de nossa teologia cristã. Perguntaram, de certa feita, a Agostinho: «O que você mais deseja saber?» Ele respondeu: «Deus e a alma!» Veio nova pergunta, admirada: «Nada mais?» Agostinho então afirmou: «Nada mais!» Quanto a essa área, pois, o helenismo muito contribuiu para o pensamento dos hebreus, e qualquer processo de educação está baseado, pelo menos em parte, naquilo que consideramos que o homem é. Se o homem é um

espírito eterno, então a educação precisa levar isso em conta.

3. *Aspectos dos Sistemas Helenistas de Educação.* As meninas eram educadas, quanto às prendas domésticas, no lar. Poucas mulheres eram educadas academicamente, e a maioria delas continuava no analfabetismo. Somente as aristocratas e as prostitutas misturavam-se livremente na sociedade masculina da época. Os rapazes, durante cerca de cinco anos eram educados em casa. Havia escolas elementares para meninos, uma vez que atingissem os seis anos de idade, onde continuavam até cerca de quinze anos de idade. Esses anos eram dedicados ao aprendizado de habilidades fundamentais como a leitura, a escrita e a matemática. Então vinha o *ginásio*, para rapazes que tinham entre dezesseis e dezoito anos de idade. Nesse tempo, as disciplinas estudadas eram a educação física, a filosofia, as ciências, a literatura e a política. Esse tipo de educação, entretanto, limitava-se aos homens livres, com o intuito de torná-los cidadãos dignos e produtivos. Os rapazes entre os dezenove e os vinte anos, que fossem capazes, serviam às forças militares.

4. *O Ginásio.* Em muitos lugares, o ginásio equivalia aos colégios de artes liberais. Eram freqüentados, principalmente, pelos filhos dos ricos e dos aristocratas. As cidades de Atenas, Tarso e Alexandria contavam com verdadeiras universidades, as quais, naturalmente, eram mais limitadas em seu currículo que suas congêneres modernas. A filosofia e a retórica eram ali muito enfatizadas, embora também fossem incluídas ciências como a matemática, a biologia, a zoologia, a medicina, etc.

5. *Influências Sobre a Educação Judaica.* Livros como Eclesiastes e Eclesiástico, ou seja, pertencentes à literatura de sabedoria, refletem a sabedoria e o estilo literário dos gregos. A alma, finalmente, veio a ser muito importante no pensamento judaico, porque os gregos (e as religiões orientais) estavam propagando suas idéias, que influenciavam o judaísmo. Os judeus ortodoxos, contudo, detestavam a *sabedoria grega*, e falavam em termos cortantes contra qualquer pai que ensinasse seus filhos à moda helênica. Por outra parte, os filósofos hebreus desenvolveram uma tentativa de reconciliação entre Platão e Moisés, como foi o caso de Filo. Maimonides (já na Idade Média) é um outro exemplo desse esforço; e, juntamente com ele, Aristóteles muito tem a dizer sobre temas importantes. A fim de combater as escolas pagãs helênicas, o judaísmo precisou instituir escolas similares, onde eram promovidos os grandes ideais judaicos.

A cultura helênica foi a responsável pela produção da Septuaginta e de outra literatura em grego, que se revestiram de interesse para os judeus da *dispersão* (que vide). Os livros apócrifos e pseudepígrafos vieram à existência e acrescentaram algo à tradição judaica de livros sagrados. Idéias e elementos extraídos desses livros foram incorporados no Novo Testamento, mormente no que diz respeito à tradição profética e à descrição do julgamento final. Escritores como Filo, de Alexandria (século I D.C.), exerceram grande influência sobre o judaísmo; e eles mesmos foram muito influenciados pelas idéias helênicas, especialmente pelo neoplatonismo. Josefo, o único grande historiador judeu do século I D.C., era homem perfeitamente integrado na cultura helênica. Paulo, que nasceu em Tarso (um dos centros do estoicismo romano) aprovou e lançou mão de muitas idéias éticas e teológicas dos filósofos estóicos em suas epístolas, embora sua educação principal fosse uma educação tradicionalmente judaica, porquanto educou-se aos pés de Gamaliel, que foi um notório mestre fariseu. Paulo ensinou na escola de Tirano, em Éfeso (Atos 19:9), que é a única referência do Novo Testamento onde aparece a palavra grega *skolē*. É provável que Paulo tivesse alguma educação helênica formal. E homens como Apolo (Atos 18:24,28), certamente, eram bem treinados no sistema helênico. O próprio Paulo, ainda que em Atenas tivesse aplicado suas habilidades retóricas (Atos 17), de modo geral rejeitava a abordagem pagã em seu ensino do cristianismo, conforme se vê em I Cor. 1:17; 2:1-4,32—4:9,20. Era considerado um homem cru, de acordo com os padrões do paganismo, quanto à maneira de falar (II Coríntios 10:10 e 11:6). Precisamos lembrar que a retórica fora desenvolvida como uma ciência e que os gregos eram oradores realmente excelentes. Para uma audiência grega, um rabino podia ser uma pessoa muito enfadonha. Paulo, como bom judeu que era, continuou a depender dos essenciais da revelação nos assuntos que ensinava, e não se mostrava muito entusiasmado diante da autoglorificação que a retórica podia trazer a um orador. Ele vangloriava-se em sua humildade (II Cor. 6:4-10; 10:9—12:13). Muitos pregadores de nossa época continuam sendo mais atores e retóricos do que mensageiros do evangelho. O teatro continua exercendo forte influência sobre a Igreja.

IV. A Educação e Certos Personagens do Novo Testamento

1. *Jesus.* Pouca informação dispomos sobre esse assunto, no que concerne a Jesus, mas os poucos informes que temos ajudam-nos a formar uma idéia. Ele foi ensinado por sua mãe e aprendeu de José o ofício de carpinteiro. Mui provavelmente, ele freqüentou a escola da sinagoga local, onde deve ter aprendido a leitura e a escrita e onde deve ter-se ocupado em estudos religiosos. Entretanto, nunca freqüentou qualquer escola rabínica, segundo lemos em João 7:15. «Como sabe estas letras, sem ter estudado?» perguntavam. Apesar de sua falta de educação formal superior, foi capaz de deixar perplexos aos mais augustos líderes judeus com a sua sabedoria, quando estava apenas com doze anos de idade (Luc. 2:47). Naturalmente, quando falamos sobre Jesus, que foi o maior de todos os mestres espirituais, não podemos nos limitar a comentários sobre escolas. O seu ensino provinha do Pai, que O enviara (João 7:16). Existem coisas tais como a inspiração e a revelação que vão além do que qualquer educação formal é capaz de suprir. As declarações de Jesus mostram que ele tinha um total conhecimento das Escrituras judaicas e de modos de interpretação, juntamente com grande variedade de idéias, resultantes dessa atividade. Um grande mestre espiritual como foi Jesus, não pode ser avaliado, nem pelos nossos sistemas de educação e nem pelos nossos métodos científicos. Há um conhecimento por meio da razão, da intuição e da revelação, e esse conhecimento não depende de cursos acadêmicos.

2. *Os Doze Apóstolos.* Uma vez mais, nossas informações são escassas, embora possamos fazer algumas observações gerais. Visto que André, Pedro, Tiago e João foram pescadores, supomos que eles receberam pouca educação formal, provavelmente uma educação parecida com a de Jesus. Levi (Mateus) era cobrador de impostos e, como homem público que era, tinha alguma educação formal, incluindo aquela de estilo helenista. É especificamente mencionado em Atos 4:13 que as pessoas admiravam-se de Pedro e João, por causa de seus sermões vigorosos e de seu ministério poderoso, incluindo curas, porquanto sabia-se que eles eram homens que não haviam

recebido uma educação formal. E isso foi explicado com base no fato de que eles tinham estado com Jesus. Quem passara alguns anos em companhia do Mestre, nunca mais poderia ser um homem comum.

3. *Paulo*. Alguns intérpretes duvidam que Paulo tivesse recebido qualquer educação helenizada formal; mas sua habilidade no uso do grego mostra outra coisa. Paulo não adquiriu isso aos pés de Gamaliel, um fariseu, em cuja escola ele obtivera sua principal educação (Atos 22:3). Gamaliel era um doutor da lei, um membro do Sinédrio. Essa foi a principal influência sobre a vida religiosa e intelectual de Paulo; mas precisamos lembrar que ele foi criado em Tarso, um centro da erudição estóica (Atos 16:37; 21:39; 22:25 *ss*). Sem dúvida, Paulo sabia grego (como uma língua nativa), latim (outra língua nativa, pois fora criado falando diversos idiomas), além do hebraico e do aramaico. As cartas encontradas entre o material dos Manuscritos do Mar Morto (que vide), incluem algumas escritas em hebraico e não apenas em aramaico. Podemos supor que ele dominava esses quatro idiomas. Paulo era dotado de consideráveis habilidades de estilo e de expressão. Portanto, o Espírito do Senhor escolheu-o para dar-nos uma larga porção de nosso Novo Testamento. E Lucas, um judeu grego bem educado, contribuiu ainda com maior volume de escritos neotestamentários, com sua longa história de Lucas-Atos. Aqueles que depreciam a educação, e que negligenciam e desprezam a atividade intelectual e as habilidades humanas, deveriam dar atenção a esses fatos. A própria existência do Novo Testamento originou-se de tais habilidades, desenvolvidas por homens que não temiam adquirir erudição e exprimi-la. Festo interrompeu Paulo, quando ele se defendia, dizendo: «Estás louco, Paulo; as muitas letras te fazem delirar» (Atos 26:24).

4. *Lucas*. A narrativa de Lucas-Atos, quanto ao volume, representa uma porcentagem levemente maior que a literatura paulina. Os estudiosos concordam que a linguagem usada por Lucas é da mais alta qualidade. Por detrás disso havia uma boa educação, provavelmente adquirida nas escolas helênicas. Lucas era de origem gentílica, visto que não era contado entre aqueles que pertenciam à circuncisão (Col. 4:11,14). Lucas era médico, conforme vemos em Col. 4:14. Isso significa que ele recebera educação formal em alguma escola pagã. Era um grego bem-educado. Os judeus pouco valor davam à medicina e jamais a ensinaram. Mas a íntima associação de Lucas com os judeus cristãos parece sugerir que ele também recebeu alguma instrução na sinagoga. Isso também fica subentendido em seu óbvio conhecimento da religião e das tradições judaicas. Eusébio revela-nos, em sua *História* (3:4), que Lucas era nativo da cidade de Antioquia, um centro da erudição grega. Não há provas por detrás dessa declaração, mas ela é suficiente para informar-nos que um produto das escolas helênicas foi usado pelo Espírito Santo para fornecer-nos a mais volumosa porção do nosso Novo Testamento, o que é um fato muito significativo, do ponto de vista da educação.

V. Educação Cristã

Ver o artigo separado sob esse título.

VI. Filosofia da Educação.

Ver o artigo separado sob esse título.

VII. A Educação e os Ideais do Novo Testamento

O surgimento do cristianismo neotestamentário não criou qualquer novo sistema escolar. Muitos cristãos haviam recebido instruções próprias do judaísmo e muitos outros receberam uma instrução tipicamente grega. A Igreja cristã primitiva, porém, não promoveu qualquer novo sistema de educação. Sabemos, através das afirmações de Juliano, o apóstata, do século IV D.C., que os cristãos vieram a exercer uma grande influência sobre as escolas pagãs; e os cristãos tinham a esperança de acabar com as escolas pagãs, anulando seu poder sobre o sistema educacional.

A Contribuição do Novo Testamento sobre a Educação. Essa contribuição tomava a forma de ideais educacionais e não de sistemas de educação. Os ideais morais e espirituais dos judeus foram continuados, mas, em terras de maioria gentílica, isso tinha de conviver com o sistema judaico. Havia cristãos educados em centros pagãos, mas que levavam consigo os ideais ensinados pelos livros sagrados judaico-cristãos. O Novo Testamento, pois, trouxe novos ideais. Ora, há homens espirituais cuja vida é promovida pelo Espírito, com a ajuda de dons espirituais. A educação não mais podia ser mero meio de produzir bons cidadãos de Atenas, de Corinto, de Tarso ou de algum outro lugar. Antes, precisava promover o bem-estar e o caráter dos cidadãos do reino celestial. Existe uma verdadeira *educação superior*. Ver Efé. 4:11-16. O alvo final dessa educação consiste em formar, no íntimo, o homem espiritual, segundo a imagem de Cristo, o grande Ideal, e assim implantar nos remidos a natureza divina (Col. 2:10; II Ped. 1:4; Rom. 8:29; II Cor. 3:18). Um indivíduo esperto e bem preparado pode nunca chegar à posição do Homem Ideal. Um outro ideal da educação cristã é o supremo princípio do *amor*. Não basta adquirir conhecimento. De fato, o conhecimento incha. Precisamos ultrapassar o conhecimento e chegar ao ideal do amor cristão (I Cor. 13). Essa é a medida real da estatura espiritual de um homem (I João 4:7 *ss*). Alguém já disse que ninguém é verdadeiramente educado enquanto desconhece a Bíblia. Esse é um fato autêntico. Porém, também é verdade que nenhum homem é realmente educado a menos que nele estejam bem formados os princípios bíblicos, incluindo, como um fator principal, o amor cristão, a prova mesma da espiritualidade. (AM BARC ID P PT Z)

EDUCAÇÃO, FILOSOFIA DA

Esboço:

I. Aspectos Históricos
II. Áreas da Filosofia Enfatizadas Nesse Estudo
III. Filosofias Tradicionais da Educação
IV. Algumas Teorias Educacionais Contemporâneas
V. Idéias de Filósofos Específicos

I. Aspectos Históricos

Filósofos antigos, como Platão, incorporaram em seus escritos elementos da filosofia da educação, embora ainda não contassem com um sistema. Até a década de 1960, a filosofia da educação, como uma disciplina separada, não havia conseguido ser uma disciplina importante na maioria das universidades. Eram ensinados assuntos como «a história das idéias educacionais», «princípios de educação», e eram analisadas as idéias dos filósofos, desde Platão até Dewey. Agora, entretanto, muitas universidades estão incluindo algum curso formal intitulado Filosofia da Educação.

II. Áreas da Filosofia Enfatizadas Nesse Estudo

A filosofia da educação é uma especialização dentro

da própria disciplina da filosofia, e, por conseguinte, como é natural, incorpora idéias provenientes de vários campos específicos. Quatro ramos da filosofia são necessários nesse estudo, a saber:

1. *A Ética*. Ver o artigo sobre a Educação e a Moralidade, quanto a uma completa exposição do envolvimento da ética na história da educação. A educação é algo superficial, a menos que faça algo em favor da moralidade e da espiritualidade dos homens. O homem não pode viver somente de tecnologia.

2. *A Filosofia Social*. Ver o artigo separado sobre o assunto. Essa filosofia preocupa-se em como a sociedade é ou deveria ser. A economia e a política são evocadas constantemente, como também a ética. A justiça social é um importante tópico de discussão. Também são essenciais os conceitos metafísicos básicos.

3. *A Gnosiologia*. Ver o artigo separado sobre esse assunto. É simplesmente impossível discutir a educação, sem a compreensão da teoria do conhecimento. Além do exame dos sistemas tradicionais, para a educação é importante levar perguntas como: Que tipos de conhecimento são fundamentais para a educação? Como um currículo de estudos pode abranger melhor o conhecimento essencial? Em que consiste o conhecimento prático e o conhecimento ideológico?

4. *A Filosofia da Mente*. O aluno é uma mente, pelo que precisamos saber o que pensar acerca desse assunto.

Naturalmente, ainda há outras disciplinas que servem de subsídios para a Filosofia da Educação, como a política, a religião, a história e a matemática. Conforme dizia Dewey, a filosofia da educação é simplesmente a filosofia geral, aplicada aos problemas educacionais.

III. Filosofias Tradicionais da Educação

Essas filosofias são o idealismo, o realismo e o pragmatismo. Esses sistemas têm importantes conceitos no tocante à educação. Apresentamos um artigo separado sobre cada uma dessas três filosofias.

IV. Algumas Teorias Educacionais Contemporâneas

1. *Progressismo*. Essencialmente, essa é a filosofia da educação criada por John Dewey (vide), — que afirmava que a educação deve ser ativa, relacionando-se aos interesses naturais das crianças, devendo seguir métodos pragmáticos e experimentais, com valores relativos. Isso não significa que a educação deveria abandonar os materiais tradicionais da educação, mas significa que deveria avançar para outras áreas dignas. Deveríamos conceber a educação como a própria experiência da vida e não apenas como preparação acadêmica para alguma carreira. A função do professor deveria ser aconselhar e não dirigir; e o aluno deveria tomar uma parte mais ativa do processo de aprendizado e de experimentação. A própria escola deveria ser uma agência cooperadora e não coerciva. A democracia é uma necessidade fundamental nesse tipo de educação.

2. *Perenialismo*. Aqueles sistemas que promovem supostos valores constantes e absolutos são chamados perenes. Bases para tanto são encontradas nas idéias de Platão, Aristóteles, Tomás de Aquino, bem como em grandes livros, as obras clássicas do pensamento humano, o que, naturalmente, inclui a Bíblia. Supõe-se que a natureza humana seja uma entidade constante, e não vacilante, e que seus valores também sejam perenes. Nesse sistema, a razão é parte importante, como a capacidade que o homem tem de realizar coisas. A verdade é considerada algo universal e permanente. A verdade não seria produto das experiências humanas. Mortimer J. Adler, da Universidade de Chicago, é um defensor bem conhecido desse tipo de sistema, e foi o editor da obra *Grandes Livros*.

3. *Essencialismo*. Esse sistema não se opõe ao progressismo, mas somente a determinados aspectos do mesmo. Salienta que há certas coisas absolutamente necessárias e básicas, que um currículo de estudos precisa incluir, e também diz que algumas idéias do progressismo são válidas e valiosas. A iniciativa, dentro do processo de ensino, pertenceria ao professor, e não aos estudantes. De nada adianta negar ou suavizar o elemento do *trabalho árduo*, no aprendizado. Tal negação ou suavização apenas engana o aluno, conferindo-lhe uma idéia distorcida da educação e da vida.

4. *Reconstrutivismo*. Esse sistema é o sucessor do progressismo, ou pelo menos, assim afirmam os seus adeptos. O ponto central da educação seria a reconstrução da sociedade. A educação deveria ter por alvo não apenas o aprendizado por parte do indivíduo, mas também deveria promover, de modo ativo, a reforma social. Uma ordem social genuína deveria ser promovida como a melhor ordem possível, visando o progresso do indivíduo e a expressão da liberdade, a essência de um homem. Uma ética científica, ou as leis da conduta, deveriam governar o avanço dessa filosofia. Um outro objetivo seria a mudança da mentalidade humana, e não apenas uma mudança em seu sistema educacional. A ciência de todos os tipos torna-se importante dentro dessa questão. A política, as ciências sociais e as ciências exatas devem mostrar-se igualmente ativas na reconstrução. Para esse sistema, a ciência é um deus.

V. Idéias de Filósofos Específicos

A maioria das filosofias contém idéias a respeito da educação; mas certas idéias são mais importantes no que concerne ao desenvolvimento de uma filosofia da educação formal.

1. *Platão*. Ele edificou a sua *República* ideal em torno de certo senso de sabedoria e de uma teoria do conhecimento. A educação, conforme ele pensava, era necessária para a concretização desse estado ideal.

2. *Comênio*. Viveu no século XVII. Advogava um sistema de aprendizagem graduado e internacional, com alguns elementos comuns, os quais, segundo ele pensava, poderiam levar à maior compreensão entre os povos, e, por conseguinte, à harmonia e à união.

3. *Rousseau*. Ver o artigo separado sobre ele. Ele queria eliminar os fatores artificiais e impraticáveis da educação, lançando mão dos desejos naturais, empregando princípios que relacionam a causa e o efeito na natureza e nos seres humanos vivos.

4. *Pestalozzi* (que vide). Para cada indivíduo a verdade deve ser buscada, envolvendo tanto a experiência social quanto a experiência religiosa.

5. *Froebel* (que vide). Seria função do professor estimular a atividade voluntária por parte dos alunos, o que é a base de toda a pesquisa.

6. *Herbart* (que vide). Os alvos éticos, incluindo a liberdade interna e a benevolência deveriam ser um alvo importante da educação. Novas idéias e sua aplicação apropriada aos indivíduos e à sociedade fazem parte central de sua teoria.

7. *John Dewey* (que vide). Ele representa um ponto culminante na inquirição pelo desenvolvimento do indivíduo, em uma sociedade democrática, onde a liberdade é algo indispensável. O solucionamento de problemas ocupa lugar de destaque, o que é tentado mediante as experiências guiadas, seguindo-se méto-

dos científicos. Finalidades fixas são eliminadas, e uma contínua experimentação é encorajada como a essência mesma da educação. A educação não consistiria apenas em preparação para alguma carreira. No sistema de Dewey o futuro é mais importante do que o passado. Ver os artigos separados sobre a *Educação*, e a *Educação Cristã*. (E F EP KN)

EDUCAÇÃO CRISTÃ

Introdução. Dentro da economia judaica, a educação era, essencialmente, um produto do lar, envolvendo o aprendizado da religião, de alguma profissão e estava usualmente associada à atividades agrícolas. Quando surgiram as artes e ofícios, esses eram ensinados mediante o aprendizado. Quando surgiram as escolas, as sinagogas tornaram-se o centro da erudição. No cristianismo primitivo, a situação era muito parecida com isso, excetuando que, na cultura romana, havia escolas profissionais, que não somente ensinaram artes e ofícios, e os cristãos tinham acesso a esses meios. Uma vez que a Igreja deixou de ser perseguida, após a conversão de Constantino ao cristianismo, a Igreja começou a ser a mestra do estado. Sucedeu, pois, que na Idade Média, a educação tornou-se essencialmente uma função da Igreja. Após cerca de mil anos em que essa condição prevaleceu, o secularismo e o nacionalismo debilitaram o poder da Igreja. A renascença e a Reforma protestante deram prosseguimento a esse processo, época em que o estado começou a recuperar o poder que havia perdido quando da queda do império romano do Ocidente, e, uma vez mais, tornou-se uma entidade educadora, independente da Igreja. Ver os artigos sobre a *Cristandade* e a *Civilização Cristã*.

1. A Cena Moderna. Os cristãos orientais e os romanos sempre mantiveram o seu sistema escolar, e uma porcentagem não muito grande de ortodoxos e católicos romanos, tem-se educado dentro dos seus respectivos sistemas religiosos, e não nas escolas públicas. Apesar dos grupos protestantes também sempre terem contado com suas escolas, os seus sistemas educacionais nunca foram muito extensos.

Condições em Desintegração. Penso que a maioria das pessoas admite que as coisas realmente mudaram, cultural e moralmente, em relação ao que era, digamos, há trinta anos passados. O mundo nunca foi bom, mas pode tornar-se pior do que o normal. Influências mundanas tem debilitado definidamente a Igreja, e não meramente corrompido os que não fazem parte dela. Tenho ouvido a apreciação geral—e penso que há alguma verdade nessa observação—de que na época em que surgiu o rock-and-roll, o que, naturalmente, fez as drogas serem introduzidas na cultura geral, teve início um declínio moral bem radical. Isso tudo começou na década de 1950. Essa música corrupta é usada dentro dos próprios templos evangélicos, e muitos jovens têm-se tornado viciados em drogas. O número de candidatos ao ministério, como pastores e missionários, tem declinado radicalmente. Há uma permissividade geral, acerca de muitas coisas, que não existia há trinta anos. Entrementes, no mundo, não havia dúvidas de que o declínio se instalara para ficar. Esse declínio não somente é moral, mas também envolve a qualidade da educação oferecida nas escolas públicas. Tem havido um colapso de respeito pela autoridade, um declínio generalizado na moral, uma permissividade nos colégios e universidades sobre a qual nem se sonharia há trinta anos atrás. Embora o governo ainda disponha de muito mais dinheiro para manipular em prol da educação do que os grupos eclesiásticos, um grande número de estudantes com freqüência cancela qualquer garantia de educação de boa qualidade. Há uma certa verdade na declaração feita por certa pessoa que disse: «Mantive em casa os meus filhos, para certificar-me de que eles obteriam uma boa educação». E os filhos desse homem, embora educados em casa, sairam-se muito melhor do que outros jovens, produtos da educação pública.

No entanto, a maioria das pessoas não dispõe do tempo, dos meios, do equipamento e da habilidade para ensinar seus filhos em casa. E nem as leis, vigentes na maioria dos países, permite tal prática. O ideal ocidental de uma educação popular deriva-se da convicção cristã de que as Escrituras promovem o benefício de todas as pessoas, e não meramente de uma elite ou dos poderosos e ricos. A Bíblia também tem inspirado o estabelecimento de grande número de instituições de alta erudição. Assim, os primeiros colégios e universidades estabelecidos nos Estados Unidos da América tinham o propósito central de treinar ministros do evangelho. Portanto, o desejo de criar escolas cristãs, separadas do sistema educacional público, não foi inspirado pelo espírito exclusivista, e, sim, devido à desintegração moral e dos padrões educacionais do sistema escolar público. Em muitos lugares, professores céticos ou mesmo ateus têm procurado solapar propositalmente os ensinos e ideais cristãos, e esse é um outro fator negativo que tem inspirado uma multiplicação realmente fenomenal das escolas e instituições educativas cristãs.

2. Problemas das Escolas Cristãs. Há certas coisas que deveriam ser ditas aqui. a. **Cada denominação e,** de fato, em muitos casos, igrejas individuais, resolveram que terão suas próprias escolas, porquanto o espírito denominacionalista tem fragmentado os esforços. A falta de cooperação tem excluído o recolhimento de fundos, de tal modo que apenas algumas poucas escolas, realmente boas, têm sido erigidas. O resultado disso é que, em muitos lugares, não há dinheiro suficiente para ser investido nas escolas, havendo poucos professores qualificados. Essa situação pode ser tolerada quando se trata do primeiro grau escolar; mas, quando os estudantes chegam à idade do ginásio e do colégio, quando a alta matemática e questões científicas mais profundas entram em cena, tudo o que requer laboratórios, etc., a qualidade da educação baixa de maneira lamentável. b. *O problema da saturação.* Os estudantes que são constantemente sujeitados a uma atmosfera de igreja com freqüência ficam saturados. Os missionários que têm visitado as escolas cristãs, a fim de ali promoverem o conceito de missões, com freqüência têm encontrado alunos vacinados, que já não correspondem ao desafio missionário. Um desses missionários, após ter tido uma dessas experiências em uma escola, disse-me pessoalmente que a única maneira de justificar a existência das escolas cristãs seria garantir que elas oferecessem uma educação melhor que aquela dada nas escolas públicas. Isso pode envolver um certo exagero, mas faz-nos pensar. c. *O problema do mundanismo.* Os relatórios feitos por pesquisadores dão-nos a entender que as próprias coisas que as escolas cristãs têm a esperança de evitar —o mundanismo e a degradação moral— não são evitadas pelas mesmas. — Os estudantes dessas escolas não são puros como de se esperar, e as crianças que ali estudam não são protegidas como seria de se esperar. d. *A ausência da prática.* É fato bem conhecido que no boxe não basta treinar. Um bom boxeador precisa de experiência no ringue. Em

outras palavras, precisa ter muitas lutas, defrontar-se com grande variedade de oponentes, precisa aprender muitos truques e aperfeiçoar as suas habilidades. Ele jamais poderá fazer isso enquanto ficar na academia. Por igual modo, alguns objetam às escolas cristãs com base no fato de que as crianças e os jovens das mesmas somente treinam, mas nunca enfrentam o adversário frente a frente. Em outras palavras, a escola cristã teoriza muito, mas nunca pratica.

É óbvio que os grandes cristãos sempre foram aqueles que treinaram na frente da batalha espiritual. Não louvamos as virtudes enclausuradas. Criticamos os católicos romanos por manterem os seus mosteiros, onde homens e mulheres são afastados do mundo real e de seus problemas. — Não seriam as escolas cristãs uma espécie de mosteiro para crianças e jovens? A teorização pode ser mantida durante os anos do curso primário e do ginásio. Mas, quando chegam os anos da universidade, os estudantes enfrentam graves problemas. O currículo das escolas cristãs é severamente limitado. Há muitos assuntos, especialmente científicos, que não são oferecidos nos currículos das escolas cristãs. Portanto, muitos jovens que foram treinados em escolas primárias e ginásios cristãos precisam energia para uma nova vida escolar, que lhes é estranha e para a qual estão despreparados. Portanto, eles têm de enfrentar uma guerra para a qual não se prepararam até aquele momento. Ficamos impressionados diante das biografias de grandes vultos evangélicos. Mas é que estavam enfrentando o inimigo dia-a-dia, e a espiritualidade deles guiou-os e protegeu-os. Eles não se separaram formando comunidades isoladas, onde ficavam constantemente protegidos dos ataques externos. Meditemos sobre a Igreja primitiva, nos dias da perseguição movida pelo império romano. As perseguições e as provações tornavam-nos vigorosos. Mas, a proteção excessiva faz as crianças tornarem-se espiritualmente fortes, ou meramente as afastam das múltiplas tentações do mundo?

Essas são as críticas merecidas pelas escolas cristãs. Compensa meditarmos a esse respeito.

3. Apesar do Novo Testamento não exigir a separação outorgada pelas escolas cristãs, ainda assim dá a entender que os crentes precisam enfrentar inúmeros conflitos, enquanto estão no mundo, embora encorajando-os a uma vida piedosa. Aqueles que promovem o sistema escolar cristão supõem que essa exigência possa ser melhor atendida se as crianças forem protegidas das formas crassas de imoralidade que são tão comuns no sistema moderno das escolas públicas. Além disso, também com certa justificação, eles salientam as condições de desintegração que há no sistema educacional de nossos dias, sobretudo no tocante ao aproveitamento escolar. Pelo menos em alguns casos, a reivindicação de que as escolas cristãs *educam melhor* tem-se mostrado veraz, diante de exame. Nesses casos, é difícil argumentar contra o funcionamento das escolas cristãs. Se uma escola cristã educa melhor aos seus estudantes, e, se, ao mesmo tempo, é capaz de instilar em seus alunos valores morais e espirituais, então a sua existência deve ser louvada. Mas, tal como se dá com todos os problemas complexos, não há respostas simples para essas questões. (GAB H)

EDUCAÇÃO E MORALIDADE

Esboço:

I. Definição de Termos
II. O Antigo Exemplo Judaico
III. A Continuação Cristã
IV. O Processo de Secularização
V. Uma Colheita Inesperada

I. Definição de Termos

A palavra **educação** (ver o artigo geral) vem de uma palavra que significa «criar», «nutrir». A raiz latina é *educare*, «criar». Ver o artigo referido quanto a uma discussão mais detalhada. «Moralidade» é uma palavra que vem de uma raiz latina que significa «costume», «medida», «conduta». A própria palavra sugere o pragmatismo e o relativismo no campo da ética, visto que sua raiz significa «costume». Porém, nas mãos dos autores do Antigo e do Novo Testamentos e subseqüentemente, na teologia e na ética religiosa, a idéia não é promovida. Bem pelo contrário, a moralidade baseada na revelação desenvolve-se com base na idéia de que é Deus quem revela o que é certo, e não o homem, que, por meio de sua experiência, venha a chegar a conclusões acerca dessas questões. A palavra *ética* (que vide) vem do termo grego *ethos*, «costume», «uso», «hábito», «maneiras». Portanto, essa palavra é similar ao vocábulo latino *mos, moris*. No campo da filosofia, a palavra veio a indicar *conduta ideal*, sem importar no que essa conduta consista, e sem importar os meios através dos quais essa conduta seja concretizada.

II. O Antigo Exemplo Judaico

No judaísmo não havia qualquer distinção entre a educação e a moralidade. De fato, o principal elemento a ser ensinado *era* a moralidade. Os pais tinham a responsabilidade de ensinar princípios morais corretos a seus filhos, e o sistema religioso dava apoio a esse esforço. Ver Deu. 6:4-9; 11:13-21. Vários meios eram empregados para lembrar as pessoas de sua responsabilidade diante dos preceitos da lei. Sumários desses preceitos eram afixados às vergas das portas das casas, ou postos dentro de caixinhas de couro (filactérias), postas em torno do braço ou da testa. Quando vieram os exílios e a dispersão, a sinagoga foi a instituição que se encarregou do ensino. Ver o artigo sobre a *Educação*, segunda parte, *Educação em Relação ao Antigo Testamento*.

III. A Continuação Cristã

A Igreja cristã começou como uma espécie de extensão da sinagoga, porém, não demorou a ser uma entidade essencialmente gentílica. Os cristãos, em sua maioria, eram educados nas escolas pagãs, embora levassem consigo os ideais morais e espirituais do cristianismo. Ver as seções IV e VII do artigo sobre a *Educação*, onde há uma ampla declaração sobre a questão.

Quando cessaram as perseguições contra o cristianismo, em face da conversão de Constantino, no começo do século IV D.C., a Igreja começou a agir como um poder político. Durante a Idade Média, a Igreja era a proprietária das escolas, e eram os eclesiásticos que formavam os corpos docentes das universidades. A moralidade cristã e os ensinos teológicos (apesar dos abusos), predominavam no currículo ensinado ali.

IV. O Processo de Secularização

Com o surgimento das ciências e das condições gerais da Renascença (que vide), o processo de educação foi radicalmente modificado. Pouco a pouco, a rainha das ciências (a teologia) foi sendo destronada pelo rei da ciência; e, exceto no caso das escolas religiosas, é essa a condição que prevalece em nossos dias. Diante desse acontecimento, a moralidade passou a ser a grande matéria ensinada pela Igreja e pela religião, e os cristãos, uma vez mais,

começaram a levar à escola a sua moralidade e espiritualidade, para enfrentarem as adversas condições da imoralidade, do agnosticismo e do ateísmo.

As instituições oficiais tornaram-se competidoras das escolas das denominações religiosas. E gradualmente aquelas instituições oficiais cresceram em número. Além disso, o currículo ensinado nessas escolas, por causa do florescimento das ciências, do estudo das línguas e do desenvolvimento das humanidades, foi ampliado em seu escopo. Se antes os clérigos haviam servido como mestres das comunidades (porque muitos deles eram professores, e não apenas líderes eclesiásticos), agora professores profissionais, de muitas especializações, passaram a assumir o controle nas escolas e universidades. Entrementes, a rivalidade religiosa, até mesmo dentro de denominações do mesmo nome, debilitava a qualidade da educação religiosa, principalmente por falta de dinheiro e de professores treinados em muitas áreas do conhecimento humano.

O material empregado no ensino havia incluído narrativas bíblicas, com ensinos morais e espirituais. Mas esse material foi substituído por uma literatura secular, e, geralmente, profana. À medida que diminuía a influência da Igreja Católica Romana, ia aumentando a influência das ciências baseadas no ateísmo. Muitos países declararam-se abertamente a favor da separação da Igreja do Estado, e o ensino das questões religiosas, nas escolas, quando não foi eliminado, foi bastante diminuído. A perpetuação da ética judaico-cristã tem sido um dos alvos mais queridos da civilização ocidental. Entretanto, a ciência assumiu, atualmente, total controle. Visto que o método científico depende das experiências, dos testes e do erro, quase sempre em meio a uma situação de relativismo, é natural que a *ética científica*, assim desenvolvida, também seja relativista.

V. Uma Colheita Inesperada

A ciência vem jactando-se de estar nos estágios iniciais da utopia. Porém, a ciência tem abandonado as raízes da civilização cristã. As guerras se vão tornando cada vez maiores e mais destruidoras; a moral do indivíduo está fraquejando horrivelmente; a taxa de criminalidade sobe cada vez mais; a pobreza e a violência vão-se generalizando; a profanação e a vulgaridade têm-se tornado parte integrante do entretenimento público; a cultura das drogas tem sido o último insulto. A ciência tem conduzido o mundo a grande sofisticação tecnológica, embora tenha deixado o espírito humano reduzido a um pigmeu. A liberdade de inquirição tem sido equiparada à liberdade de toda a moralidade, e uma amarga colheita maligna tem sido colhida pelos homens.

EDUCAÇÃO RELIGIOSA

Ver sobre **Educação Cristã**.

EDWARDS, JONATHAN

Suas datas foram 1703-1758. Foi filósofo teólogo norte-americano, líder religioso e educador. Nasceu no estado de Connecticut. Graduou-se em Yale. Tornou-se pastor em Northampton, Massachussets, e foi missionário entre os índios Stockbridge. Mais tarde, foi presidente da Universidade de Princeton. Ele foi o primeiro talento filosófico a nascer e criar-se dentro do que, mais tarde, tornou-se os Estados Unidos da América do Norte. Mostrou-se ativo durante o grande despertamento de 1740. Suas maiores contribuições foram no campo da psicologia da conversão religiosa. Era um calvinista da linha dura. No terreno da filosofia ele seguia as diretrizes de Locke, Berkeley, Hutcheson e Shaftesbury. As bases bíblicas e filosóficas do calvinismo foram expostas de modo habilidoso, e até mesmo formidável, em sua obra *Enquiry into the Freedom of the Will*, publicada em 1754.

Idéias

1. **O Idealismo** (que vide). Ele defendia a filosofia idealista, de acordo com a qual Deus e o espaço, por assim dizer, são identificados um com o outro. Todas as coisas existiriam como idéias da mente divina.

2. Esse tipo de existência, segundo o qual tudo se encontra na mente divina, naturalmente faz de Deus o Ser supremo. Todas as coisas são imediatamente causadas por Deus (*determinismo*, que vide).

3. Qualquer definição que possamos expor da *liberdade* deve ser coerente com a determinação divina. Certas coisas, segundo as aparências, seriam feitas isentas de qualquer constrangimento externo; mas, podemos estar certos (segundo pensava Edwards) de que a *necessidade* está por detrás das cenas que definem a suposta liberdade. Isso posto, a pessoa teria a capacidade de fazer o que quiser, mas o que ela quer já foi determinado pela vontade de Deus. Isso, naturalmente, é a negação do livre-arbítrio, conforme o mesmo é explicado em termos convencionais. Deus seria a única causa de todas as coisas. Tal como na teologia judaica, Edwards ignorava com freqüência as segundas causas. Quando assim fazemos, caímos no *voluntarismo* (que vide) e Deus precisa ser encarado como a causa do mal, e não apenas do bem, porquanto teremos sacrificado as causas secundárias como um princípio que é capaz de explicar o mal existente no mundo.

4. *A Queda no Pecado*. Antes da queda, os homens tinham uma genuína vontade livre. Mas esta perdeu-se por ocasião da queda e não apenas no caso de Adão, pois todos os homens, subseqüentemente, foram envolvidos. Daí por diante a graça divina tornou-se necessária para o processo redentor. Essa graça é seletiva e aplicada somente a alguns homens.

5. *A Ética*. A virtude é a coisa mais importante. A virtude seria a beleza das qualidades morais. A virtude concorda, antes de tudo, com o Ser de Deus, e então entre um ser humano e outro. A virtude é uma disposição de benevolência para com o ser em geral, e também precisa ser altruísta. A virtude maior é o amor a Deus, o Ser Supremo. Em segundo lugar, a virtude consiste no amor ao próximo, com atos altruístas daí resultantes. A virtude de Deus consiste em amar a Si mesmo, — pelo que a razão da criação foi a exaltação de Deus, ou seja, a própria glória divina. Portanto, a virtude final é uma espécie de *egoísmo divino*, que deve envolver todos os seres humanos.

6. *Uma Visão Pessimista do Homem*. Tudo quanto o homem faz está errado. Ele erra no coração, no espírito, nas atitudes, no serviço espiritual e em todas as suas ações. Volve-se totalmente para os seus próprios interesses, o pólo oposto do *egoísmo divino*. O homem é o mais perigoso de todos os animais, e mataria o próprio Deus se pudesse fazê-lo. O homem está na obrigação de arrepender-se, mas é incapaz de fazê-lo, porquanto a graça divina não é conferida a todos os homens, de maneira prática. O homem, contudo, é responsável, porque, em Adão, ele tinha a capacidade de fazer o que é certo e escolher corretamente. Quando da queda, o homem perdeu voluntariamente essa capacidade. O *pecado original* (que vide) lança toda a culpa sobre o homem. Essa

idéia, porém, não é coerente com o conceito de que tudo está contido dentro da mente divina e de que tudo é feito por meio dessa mente (a forma de *idealismo* de Edwards). A própria queda do homem deve ter feito parte da mente divina. Nenhum pensador calvinista foi capaz de dar uma explicação adequada e respeitável da existência do mal, exceto atribuindo-o a um decreto divino ativo, o que faz Deus ser a causa do mal. Quando um filósofo calvinista oferece alguma explicação adequada, nesse instante ele deixa de ser um completo calvinista. Se existe somente *Uma Causa*, então essa causa única também é a causa do mal. De acordo com Edwards, o homem faz muitas coisas que parecem atos bons; mas, na realidade, há veneno em algum lugar, e os melhores atos humanos não agradam a Deus. Portanto, até mesmo nos atos bons há algum mal, e o homem precisa arrepender-se deles. Um calvinismo realmente radical! Isso ignora o fato de que os homens serão julgados de acordo com seus atos, os bons e os maus (Rom. 2:6), o que significa que Deus haverá de reconhecer bons atos, até mesmo da parte de homens não-regenerados. De outra sorte, teríamos de dizer que Deus punirá os homens pela prática do bem, e não meramente por praticarem o mal! Isso é manifestamente absurdo.

Requisitos Desarrazoados. Se Deus requer a perfeição moral da parte de *todos* os homens, ele confere sua graça apenas aos eleitos, para que obedeçam eficazmente aos seus mandamentos. O homem regenerado, pois, está preparado para seguir a santificação ou a *obediência universal* à vontade de Deus. A graça divina garante que essa vontade será cumprida, pelo que a santidade faria parte necessária da regeneração. A graça outorgada aos eleitos não poderá falhar, pelo que a perseverança ou a segurança eterna (que vide) segue-se naturalmente à conversão. Alguns seguidores de Edwards tentaram ultrapassá-lo em seu calvinismo radical, chegando mesmo a desejarem estar condenados, se isso promovesse a glória de Deus! Mas tudo isso é uma completa distorção do amor de Deus, do intuito universal do evangelho e da benevolência de Deus. Há muitas distorções assim no *calvinismo radical*. Este sistema cria um Deus de má vontade. Ver o artigo separado sobre *Calvinismo*.

Obras. Notes on the Mind; Religious Affections; Dissertation Concerning the Nature of True Virtue; Freedom of the Will; Original Sin. (AM E F P)

EFA (MEDIDA)

No hebraico, **ephah**, «medida». Essa palavra ocorre por vinte e oito vezes: Êxo. 16:36; Lev. 5:11; 6:20; 19:36; Núm. 5:15; 28:5; Juí. 6:19; Rute 2:17; I Sam. 1:24; 17:17; Isa. 5:10; Eze. 45:10,11,13,24; 46:5,7, 11,14; Amós 8:5; Zac. 5:6-10. Um efa era igual a três medidas (no hebraico, seah). Era uma medida para secos, equivalente ao *bato*, para medir líquidos. Essa medida era suficientemente grande para nela caber uma pessoa (Zac. 5:6,10). É uma medida mais exatamente descrita em Lev. 19:36. Valia por uma décima parte de um *homer*, que era a *carga* de um burro, ou seja, cerca de duzentos e vinte litros. Portanto, o efa tinha cerca de 22 litros. A maior parte das referências bíblicas ao efa está ligada a cereais. Ver Eze. 45:13; 46:14; Juí. 6:19; Deu. 25:14 e Pro. 20:10. Ver o artigo sobre *Pesos e Medidas*.

EFÁ (PESSOA)

No hebraico, «trevas». Foi o nome de vários personagens mencionados nas páginas do Antigo Testamento, a saber:

1. O filho mais velho de Midiã, que habitava na Arábia Petrea. Ele emprestou o seu nome a uma cidade (Gên. 25:4; I Crô. 1:33). Essa cidade, com algum território ao seu redor, fazia parte de Midiã, na margem leste do mar Morto. Efá tinha relações de sangue com Abraão por meio da concubina deste, Quetura. Isaías mencionou os jovens camelos de Midiã e de Efá (Isa. 60:6). As referências bíblicas aos descendentes de Efá mostram que eles estavam aparentados com os midianitas, com os ismaelitas e com a nação de Sabá, descendente de Quetura.

2. Uma concubina de Calebe, da tribo de Judá, também tinha esse nome. Ver I Crô. 2:46. Ela viveu algum tempo depois de 1860 A.C.

3. Um filho de Jadai, da tribo de Judá (I Crô. 2:47). Viveu depois de 1836 A.C. Provavelmente, esse homem era da mesma linhagem de Calebe, através de sua concubina, conforme se vê no número «dois», acima.

EFAI

No hebraico, «semelhante a um pássaro». Nome de um homem cujos filhos foram deixados no território de Judá, após o exílio babilônico (Jer. 40:8). Viveu em torno de 548 A.C. Eles parecem ter sido massacrados por Ismael (Jer. 41:3). Habitavam em Netofá, uma cidade ou grupo de aldeias perto de Belém. Eram oficiais que serviam sob Gedalias, o governante de Judá nomeado pelos babilônios.

EFATÁ

No aramaico é o imperativo passivo, que tem a força de «sê aberto». Essa foi a palavra que Jesus disse ao surdo, curando-o de sua surdez (Mar. 7:34). O incidente exibe uma daquelas raras ocasiões em que os autores dos evangelhos, que escreveram em grego, preferiram dizer-nos exatamente as palavras proferidas pelo Senhor Jesus, em aramaico. Alguns poucos estudiosos têm-se valido dessa circunstância para tentar convencer-nos de que os evangelhos originais foram escritos em aramaico. Naturalmente, esses estudiosos não dependem somente disso, em sua contenção. Como é óbvio, a tradição oral da Igreja primitiva foi preservada em aramaico, e não em grego. Porém, quando esses ensinos eram vertidos à forma escrita, o grego era o idioma usado, pois então qualquer pessoa, de todo o império romano, e até mesmo fora dele, era capaz de ler tais documentos, o que já não teria acontecido se os livros do Novo Testamento tivessem sido escritos em aramaico. Assim é que os evangelhos não dão qualquer sinal de terem sido traduzidos para o grego e nem jamais foi encontrado qualquer manuscrito neotestamentário antigo em aramaico. Além disso, aqueles de que dispomos, provenientes já de uma época posterior, dão mostras de terem sido traduzidos de um original grego.

Mas, quanto ao milagre da cura do surdo, deve haver conexão com as palavras de Isaías 35:5: «Então se abrirão os olhos dos cegos e se desimpedirão os ouvidos dos surdos; os coxos saltarão como cervos e a língua dos mudos cantará...» Nos tempos modernos, essas palavras de Jesus ao surdo são incluídas no ritual do batismo de infantes, pela Igreja Católica Romana.

EFEITO DO TOMATE

Por muito tempo, na América do Norte, as pessoas

tinham a certeza de que o tomate não deveria ser comido, por ser tóxico. Porém, os franceses e os italianos vinham comendo tomates desde muito tempo. Apesar disso, dizer a um norte-americano, antes de 1820: «Coma este tomate, porque os italianos comem tomate», poderia provocar forte reação de repúdio. Isso era assim porque todos os norte-americanos *sabiam* que o tomate é uma fruta tóxica. Finalmente, Robert Gibbon Johnson resolveu desvendar a verdade. Assim, na escadaria do tribunal de Salém, em Nova Jérsei, aos olhos de todos os circunstantes, ele *comeu alguns tomates*. Todos ficaram olhando, esperando ver o pobre Sr. Johnson cair morto. Porém, ele continuava de pé, com um sorriso meio tolo no rosto. Somente depois disso os norte-americanos resolveram aceitar que os franceses e italianos tinham estado com a razão o tempo todo.

O *efeito do tomate* é a rejeição de alguma teoria ou idéia, porque a mesma não faz sentido para quem a rejeita. Essa rejeição é um ato *a priori*, porque não resulta de qualquer experiência comprovadora. No campo da medicina, por exemplo, o «efeito do tomate», opera cada vez em que alguém afirma que descobriu algo novo, mas outras pessoas consideram isso uma impossibilidade. Na filosofia e na religião, o «efeito do tomate» entra em ação sempre que alguém diz algo que não se harmoniza com os dogmas de algum indivíduo ou de alguma denominação. É que os críticos usam um padrão de verdade que consiste naquilo que «eu» ou a minha «denominação» diz. Tudo aquilo que não concorda com isso, automaticamente torna-se um tomate tóxico.

EFER

No hebraico, «veado». Foi o nome de três pessoas diferentes, no Antigo Testamento:

1. O segundo filho de Midiã e irmão de Efá (que vide) (I Crô. 1:33). Eles estavam relacionados a Abraão por meio de sua concubina, Quetura. Abraão havia enviado esses seus descendentes mais para o oriente (Gên. 25:4-6; I Crô. 1:33). Talvez houvesse vários clãs entre os midianitas, ou então esse nome pode ter sido usado frouxamente para indicar povos que não estavam racialmente relacionados entre si. Seja como for, em tempos posteriores, alguns deles mostraram-se dispostos a ajudar Israel (Êxo. 3:1), ao passo que outros, dentre eles, eram inimigos de Israel (Núm. 31:2 *ss*; Juí. 6:1 *ss*). Efer viveu entre 1900 e 1800 A.C.

2. Um filho de Esdras, da tribo de Judá (I Crô. 4:17). Viveu em cerca de 1400 A.C.

3. O chefe de uma das famílias de Manassés, conhecido por sua habilidade como guerreiro (I Crô. 5:24). Viveu em cerca de 800 A.C.

EFES-DAMIM

No hebraico, «fronteira de sangue». Nome de um lugar onde os filisteus acamparam, entre Socó e Azeca, pouco antes de Golias ser morto por Davi (I Sam. 17:1). Esse lugar é chamado Pas-Damim, em I Crô. 11:13. Ficava localizado no território de Judá. Talvez o solo avermelhado tenha ajudado a dar o nome que o lugar recebeu, embora isso também se devesse às muitas batalhas sanguinolentas que os filisteus e os israelitas travaram nessa localidade. Tem sido identificado com a moderna *Beit Fased*, que fica a suleste de Socó. Mas as ruínas de *Damum*, cerca de seis quilômetros e meio a nordeste de Socó, têm sido identificadas como o que resta de Efes-Damim. Portanto, o local exato é desconhecido, a menos que uma dessas sugestões esteja com a razão.

EFÉSIOS

Esboço:

I. O Vexatório Problema da Autoria
   a. A Confirmação Histórica
   b. A Crítica Moderna: Natureza do Problema
II. Data e Proveniência
III. Para Quem foi Escrita? Propósitos
IV. Temas Centrais
V. Conteúdo
VI. Bibliografia

A epístola aos Efésios é um dos documentos religiosos mais elevados que já foram produzidos, e isso devido tanto à sua sublime mensagem como suas formas nobres de expressão.

Esta epístola, escrita essencialmente sem as pressões da controvérsia, e sem a necessidade de dar atenção a grandes necessidades pastorais, acima de todos os demais documentos do N.T., contém as mais significantes e profundas declarações sobre os eternos propósitos de Deus relativos aos homens, com a única possível exceção do oitavo capítulo da epístola aos Rom. (ver Efé. cap. 1). Além disso, esta epístola encerra as mais claras revelações divinas acerca da natureza e do destino da igreja (ver caps. 1,3,5). Os capítulos quatro a sexto são extraordinários em sua concisa mas eloqüente expressão sobre as conseqüências práticas da vida cristã, em face do elevado destino determinado para os remidos pelo sangue de Cristo.

I. O Vexatório Problema da Autoria

Quatro epístolas são largamente aceitas, sem qualquer disputa séria, como obras paulinas clássicas. Essas epístolas são aos Romanos, aos Gálatas, e I e II Coríntios. São tão similares quanto a questões como estilo, vocabulário e características literárias de todos os tipos, e apresentam idéias e doutrinas tão parecidas, que praticamente nenhum erudito sério tem duvidado de que todas elas tenham saído da mesma pena e que o seu autor foi o apóstolo Paulo. Comumente, outras cinco epístolas são aceitas como paulinas, com pouca disputa. Essas outras cinco epístolas são Colossenses, Filipenses, I e II Tessalonicenses e Filemom. A essas nove epístolas, a maioria dos estudiosos adicionam a epístola aos Efésios. Outros eruditos conservadores também acrescentam as chamadas epístolas «pastorais», a saber, I e II Timóteo e Tito, ao mesmo tempo que muitos sábios eruditos, e quase todos os intérpretes liberais, acreditam que essas epístolas pastorais foram escritas posteriormente, pois refletiriam uma igreja cristã mais desenvolvida, embora seu autor ou autores tivessem usado o nome de Paulo, tendo incorporado, nas mesmas, idéias nitidamente paulinas. (Quanto aos problemas de *autoria* das citadas epístolas, ver os artigos sobre cada uma delas).

a. A Confirmação Histórica

A controvérsia sobre a autoria da epístola aos Efésios não tinha qualquer significação até os primórdios do século XIX, quando, por razões de vocabulário, de ausência de situação real a que se dirigia essa epístola, de uma avançada doutrina «eclesiástica», e de certas supostas expressões posteriores, como, por exemplo, «santos apóstolos e profetas», começou-se a pôr seriamente em dúvida que Paulo tivesse sido realmente o autor dessa epístola. Todavia, se a questão da autoria dessa epístola dependesse somente da confirmação histórica, não se teria levantado qualquer questão séria.

Embora fosse considerado um herege gnóstico, Márcion foi quem imprimiu o primeiro impulso óbvio para a formação do «cânon» do N.T., em sua forma mais primitiva. Márcion rejeitava a autoridade do A.T., mas aceitava dez epístolas paulinas, já que o apóstolo Paulo era o seu herói, bem como uma forma mutilada do evangelho de Lucas, como o seu «cânon» dos documentos sagrados. A igreja cristã, por causa disso, começou então a preparar o seu próprio «cânon», utilizando-se do «cânon» básico de Márcion. O «cânon» neotestamentário do século II D.C. consistia essencialmente de dez das epístolas paulinas e dos quatro evangelhos. Não foi senão já nos fins do século IV D.C. que todos os vinte e sete livros que hoje conhecemos tivessem sido universalmente reconhecidos como o Novo Testamento autorizado. Quanto a detalhes sobre o problema inteiro do *Cânon* ver o artigo.

A epístola aos Efésios fazia parte do «cânon» marcionita, embora ela ali houvesse recebido o título de *Aos Laodicenses*, porquanto ele cria que ela fosse a suposta «epístola perdida», referida em Col. 4:16. É deveras interessante que alguns eruditos modernos têm concordado com essa suposição de Márcion. E isso porque, desde o descobrimento do papiro «Chester Beatty» (pertencente ao início do século III D.C., que é o mais antigo documento de que dispomos, dentre as epístolas paulinas), verificou-se que as palavras «*...em Éfeso...*», em Efé. 1:1, não aparecem no texto original. Por conseguinte, se essa epístola foi escrita não tendo qualquer destino particular em mira, conforme indicam nossos mais antigos manuscritos (o papiro Chester Beatty, P(46), Aleph e B), então parece lógica a conclusão de que aquela a que damos o nome de «epístola aos Efésios» na realidade foi escrita à igreja de Laodicéia. Essa idéia, entretanto, não é mais fácil de ser defendida do que a tradição que afirma que ela foi escrita aos Efésios. (Ver seção III deste artigo, que mostra para quem essa epístola foi escrita, onde há detalhes sobre o destino da epístola).

Por enquanto, no que diz respeito à confirmação histórica, basta observarmos que o «cânon» neotestamentário mais primitivo, preparado por Márcion, continha a epístola aos Efésios como livro de autoria paulina, embora sob um título diferente do daquele que hoje usualmente designa essa epístola. Policarpo, que foi martirizado em 168 D.C., faz alusão a essa epístola, em sua própria epístola aos Filipenses (capítulos primeiro e décimo segundo). Isso nos mostra que essa epístola, desde os tempos mais remotos, antes mesmo dos anos da canonização dos livros neotestamentários, já usufruía de alto prestígio. Mais ou menos nesse tempo encontramos o *cânon muratoriano*, que dava testemunho sobre a autoridade dessa epístola. Entre as igrejas para quem Paulo escreveu, esse citado «cânon» alista Éfeso em segundo lugar. Por igual modo, Irineu, que foi martirizado em 202 D.C., cita de forma definida a epístola aos Efésios. (Ver *Adv. Haer*, v. 2,36:i.5,8). Esta última referência parece indicar que antes desse tempo os valentinianos aceitavam essa epístola como autêntica. Clemente de Alexandria, por semelhante modo, acrescenta o seu testemunho sobre a autoridade dessa epístola e sobre sua autoria paulina. (Ver *Strom*. iv.65 e *Pard*. i.18). Orígenes, pouco mais tarde (254 D.C.), igualmente a menciona como de autoria paulina. (Ver Phil. 6,54). Finalmente, o historiador eclesiástico, Eusébio, cita a nossa epístola aos Efésios em sua *homologoumena*. Pode-se observar, portanto, que a epístola aos Efésios desfruta de notável confirmação histórica, tanto como qualquer outro dos livros do N.T.

b. A Crítica Moderna: Natureza do Problema

No entanto, nos tempos modernos, vários argumentos têm sido apresentados por alguns eruditos, contrários à autoria paulina da epístola aos Efésios. Erasmo, contemporâneo de Lutero, e que foi o compilador do primeiro N.T. grego impresso, observou algumas peculiaridades de estilo da epístola aos Efésios, em contraste com outras epístolas paulinas; e isso lançou uma sombra de dúvida sobre essa epístola, como obra do apóstolo Paulo. Entretanto, não houve nenhuma dúvida verdadeira até o surgimento de Evanson, o deísta inglês, que publicou um livro sobre os evangelhos, no ano de 1782. Esse autor foi seguido rapidamente por numerosos outros críticos, como Usteri (1824), De Wette (1826), etc. Baur e os seus discípulos rejeitaram a epístola aos Efésios como paulina, juntamente com Colossenses, porquanto encontraram ali alguns traços de gnosticismo, porquanto pensavam erroneamente que o gnosticismo só surgira depois dos tempos de Paulo. Desde os dias desses críticos, pois, tornou-se costumeiro, incluindo até mesmo alguns intérpretes conservadores, supor que a epístola aos Efésios não é de autoria paulina, ainda que muitos outros a tenham defendido como tal, a despeito disso, mantendo-a dentro da coletânea dos escritos sagrados paulinos. Abaixo oferecemos as principais objeções feitas contra a autoria paulina da epístola aos Efésios:

1. Essa epístola não foi escrita para qualquer comunidade distinta, posto que as palavras «em Éfeso» não aparecem nos mais antigos manuscritos que possuímos. Não era costume de Paulo escrever uma epístola sem visar qualquer comunidade.

2. Outrossim, essa epístola não visou qualquer «situação de vida real» em particular, nem qualquer necessidade eclesiástica, o que significa que lhe falta qualquer conexão geográfica ou histórica, característica essa definidamente não-paulina, conforme se pode averiguar pelo estilo de suas outras epístolas, reconhecidamente paulinas.

3. Há vocabulário que não pertence ao vocabulário paulino. Nessa epístola comparativamente curta, existem quarenta e dois vocábulos que não são usados em qualquer outra porção do N.T., bem como oitenta e dois vocábulos que não são utilizados em qualquer das outras epístolas paulinas.

4. Há questões de estilo e de estrutura nas sentenças. Alguns estudiosos descobrem na epístola aos Efésios um temperamento diferente daquele que transparece nas epístolas reconhecidamente paulinas. Em vez de sua expressão qual torrente, encontramos uma mente calma e ruminante. Nos trechos de Efé. 1:3,14,15; 2:1-7,11-13,14-18,19-22; 3:1-19; 4:11-19, 20-24; 6:14-20, alguns estudiosos encontram uma sucessão de expressões prolongadas, de reverberações continuadas, e que eles não sentem serem paulinas. Somente em Colossenses, no primeiro capítulo, temos alguma coisa semelhante no *corpus* das escrituras de Paulo.

5. Há questões de expressões não-paulinas. Na epístola aos Efésios há uma forte inclinação para compostos, com a preposição grega «sun» (com), o que não pode ser observado em outras epístolas paulinas. Também há um número extraordinário de frases que contêm a palavra grega, «aion» (ver Efé. 1:21; 2:2,7 e 3:21), — que não podem ser encontradas em outras epístolas paulinas. Além disso, outros eruditos vêem algumas palavras usadas em outras epístolas de Paulo que recebem um sentido não-paulino. Por exemplo: «ta ethne» (as nações), que

em outras epístolas significa «não-judeus», mas na epístola aos Efésios significa «não-cristãos». (Ver Efé. 4:17). Similar é o caso do vocábulo grego «oikonomia», que aparece em Efésios não com o sentido paulino usual de «mordomia», mas antes, recebe o sentido de «plano» ou «norma». (Ver Efé. 1:10 e 3:9). Ver igualmente o vocábulo «mistério», em relação aos crentes, em Col. 1:27 indica «Cristo em vós, a esperança da glória», ao passo que em 2:3 é Cristo «em quem estão ocultos todos os tesouros da sabedoria e do conhecimento». Porém, na epístola aos Efésios, esse mistério é o «plano» divino que procura unir todas as coisas em volta de Cristo (ver Efé. 1:10), incluindo a idéia de que os gentios são *co-herdeiros* juntamente com os judeus (ver Efé. 3:6). Em Efé. 5:32 essa mesma palavra se reveste de um significado «místico», que alguns estudiosos consideram ser um «uso helenista secundário», não podendo ser encontrado em qualquer das epístolas consideradas definitivamente paulinas.

6. Alguns conceitos existentes na epístola aos Efésios, apesar de talvez se relacionarem a idéias paulinas, parecem ser desenvolvimentos que refletem um período posterior ao de Paulo. Há grande ênfase sobre a igreja cristã e pouca saliência posta sobre questões escatológicas. O estudo sobre a doutrina dos «dons espirituais», diferente daquele que aparece na primeira epístola aos Coríntios, e a questão sobre a descida ao hades (ver Efé. 4:8-10), não aparecem como temas paulinos em nenhuma outra porção dos escritos paulinos.

7. A grande similaridade com a epístola aos Colossenses, sugere que esta epístola aos Efésios foi uma expansão com base naquela, feita por algum dos discípulos de Paulo, ou por alguém cujo herói era o apóstolo Paulo.

Aqueles que procuram defender a autoria paulina tradicional têm procurado responder a todas essas dificuldades, conforme se vê abaixo:

a. Em resposta às razões 1 e 2, esses eruditos perguntam: Por que se pensaria que Paulo não poderia ter escrito uma epístola «circular», não endereçada a qualquer comunidade em particular, não baseada em qualquer situação geográfica ou pastoral? Pois a verdade é que Paulo poderia ter escrito uma epístola geral, a fim de ensinar elevadas doutrinas, tendo-a enviado para uma localidade bem geral, como a Ásia Menor, com a esperança de que a mesma receberia boa circulação entre as igrejas cristãs, tal como esperou que acontecesse às epístolas aos Colossenses e aos Laodicenses (ver Col. 4:16). Muito presumem aqueles que pensam saber tudo acerca do método e do caráter de Paulo, acerca dos seus hábitos, ou acerca de alguma decisão diversa que ele possa ter tido.

b. O vocabulário não paulino poderia ser explicado à base simples do assunto abordado por ele, nessa epístola aos Efésios, porquanto envolvia temas conhecidos por ele mas não ventilados em qualquer de suas demais epístolas, e que, envolviam, naturalmente, palavras diversas para expressá-los. A coletânea paulina total de nove ou dez epístolas, que a maioria dos estudiosos admite como paulina, dificilmente pode ser considerada como uma demonstração do vocabulário conhecido pelo apóstolo Paulo, como se ele só conhecesse essas palavras, dependendo das necessidades da ocasião. Isso responde à objeção número (3).

c. A questão de estilo e da estrutura das sentenças, abordada na objeção de número 4, não é muito difícil para responder. Devemos nos lembrar que a quantidade de material que temos em Efésios é muito pequena. A carta inteira poder ser lida facilmente em vinte minutos. A quantidade pequena de matéria simplesmente não oferece uma base adequada para os tipos de julgamentos que alguns estudiosos fazem concernentes a questões de estilo, vocabulário, termos, etc. Também, o uso de amanuenses diferentes, na produção de documentos diversos, podia ter modificado as cartas de Paulo (nas questões sob consideração) adequadamente para criar certos problemas à respeito.

d. As expressões não-paulinas. O que temos falado sob o ponto (c) também se aplica aqui. O corpo *inteiro* das cartas de Paulo, sendo relativamente *pequeno*, não pode representar todas as expressões possíveis do Apóstolo. Cada documento, portanto, deve ser uma simples representação de algumas expressões paulinas. Cada carta de Paulo, *necessariamente*, apresenta algumas expressões e idéias que as outras não contêm.

e. Os supostos *conceitos não-paulinos*, que supostamente seriam por demais «eclesiásticos» para a sua época, e que conteriam pouquíssimas idéias escatológicas, não formam uma objeção justa. Pois a epístola aos Colossenses frisa fortemente a doutrina da igreja; e não é razoável supormos que Paulo não pudesse enfatizar ainda mais esse tema, em uma ocasião posterior qualquer. Além disso, não há negligência pelo aspecto escatológico na epístola aos Efésios. Porquanto o grande e notável primeiro capítulo dessa epístola consiste principalmente de questões escatológicas. Outrossim, a questão da «descida ao hades» era um pensamento comum naquela época, no seio da igreja cristã, conforme se pode ver nos trechos de I Ped. 3:18-20 e 4:6, tema esse igualmente aludido em Fil. 2:9-11, embora ali não seja especificamente declarado. Ver a descida mencionada em Rom. 10:7. Isso responde à objeção de número 6.

f. Há estudiosos que têm considerado a óbvia similaridade entre a epístola aos Efésios e a de Colossenses, como uma prova em favor da autoria paulina, e não algo que milita contra a mesma. Pois isso pode sugerir-nos que, algum tempo depois de haver escrito a epístola aos Colossenses, em uma outra epístola, Paulo expandiu os temas que havia abordado naquela primeira. Isso responde à sétima e última dessas objeções. Não nos parece, entretanto, que a epístola aos Efésios tenha sido «copiada» da epístola aos Colossenses, em qualquer sentido, porquanto não aparece qualquer cópia *verbatim*, ou seja, palavra por palavra, conforme se esperaria no caso de alguém ter supostamente «expandido» essa epístola a fim de produzir a epístola aos Efésios.

Se Paulo não escreveu a epístola aos Efésios, **qual seria a razão de um pseudônimo, isto é, de alguém** que escreveu sem revelar o próprio nome, fazendo-o em lugar desse apóstolo? Por que essa epístola teria sido atribuída a Paulo? Em primeiro lugar, devemo-nos lembrar que, nos tempos antigos, não era considerado errado escrever um livro ou uma obra qualquer em nome de algum personagem famoso, com o intuito de ajudar na sua circulação e prestígio. Existem muitos documentos antigos dessa natureza, e os muitíssimos livros apócrifos do N.T. mostram exatamente esse tipo abundante de atividade literária. Embora fossem reconhecidos como pseudônimos, muitos destes livros antigos desfrutaram de grande fama e circulação, até mesmo entre alguns cristãos primitivos.

Alguns estudiosos acreditam que a epístola aos Efésios foi escrita como uma espécie de *epístola de apresentação*, para ser posta juntamente com a

coletânea de escritos paulinos, na tentativa de restaurar o interesse pelas epístolas desse apóstolo. Goodspeed foi quem primeiro expôs essa teoria, supondo que Filemom (ou algum outro dos primeiros discípulos de Paulo) tivesse sido o seu compilador, isto é, da coleção dos escritos paulinos, bem como o autor da epístola de apresentação, que seria a de Efésios. As epístolas de Paulo tinham um interesse e uma aplicação locais; mas algum discípulo seu pode ter visto claramente a sua aplicação universal, motivo pelo qual interessou-se por reavivar o interesse pelas mesmas, tendo usado o método acima descrito para realizar o seu alvo. Goodspeed, pois, supunha que «cada linha dela (da epístola aos Efésios) mostra sua dívida para com uma ou outra das nove epístolas de Paulo», o que serviria para demonstrar quão intimamente vinculado estava o seu autor ao apóstolo Paulo, pelo menos no tocante à simpatia e ao estudo de seus escritos. Sem importar quem teria sido esse suposto autor, é evidente que ele só poderia ter sido um judeu, segundo se vê em Efé. 2:11,12, onde seu autor se expressa como se os seus leitores pertencessem a uma categoria diferente da sua, sem nos referirmos às muitas expressões de origem semítica, como *filhos da desobediência*, «da ira», «da luz» e «obras das trevas».

Conclusão

1. Temos exposto os vários **prós** e **contras** sobre a autoria paulina de Efé. A posição deste artigo é que, apesar de haver dificuldades que devem ser reconhecidas e estudadas, não há objeções avassaladoras à autoria paulina dessa epístola. A epístola é mui provavelmente paulina, considerando-se que reflete grande gênio, profundas expressões e conceitos profundos, possuidora de qualidades que a destacam acima de todos os demais livros do N.T. Porventura Paulo teria algum *discípulo* que o ultrapassou? A epístola é muito mais que um mero sumário das idéias paulinas. Antes, é um empreendimento ambicioso, possuindo sinais de grande originalidade e poder. A epístola tenta formular uma filosofia da religião, a qual, ao mesmo tempo, é uma filosofia da história humana. É o documento teológico mais profundo do N.T., apesar de sua brevidade.

2. O real problema. Prezados amigos, conforme se dá com todos os livros do N.T., cuja autoria é disputada, nosso real problema aqui não é afirmar que «Paulo o escreveu» ou «Paulo não escreveu». Antes, nosso cuidado deveria ser: Quanto do mesmo eu já aprendi? Quanto do mesmo venho praticando? O que sei acerca de 'vir a participar de toda a plenitude divina' (3:19)? O que sei acerca de fazer de Cristo o motivo de toda a vida e viver diário (1:10)? Já fui libertado dos vícios pagãos que ele deplora? Conheço algo da inspiração, revelação e iluminação da alma, sobre o que o livro fala (1:18)?

II. Data e Proveniência

Se a epístola aos Efésios não foi escrita por Paulo, a sua proveniência não pode ser determinada, porquanto essa questão se torna impossível de ser investigada, já que não teremos para ela qualquer conexão histórica. Além disso, se ela não é de autoria paulina, não pode ter sido escrita antes de 90 a 92 A.C., mais ou menos na época em que se fazia a coleção dos escritos paulinos, que já usufruíam de intensa circulação na igreja cristã primitiva. Assim, pois, se a teoria de Goodspeed está correta, e não existe teoria melhor, ficando assim comprovado que essa epístola não é de autoria de Paulo, então a «epístola de apresentação», que seria a nossa atual epístola aos Efésios, como já dissemos, mui provavelmente teria surgido depois da publicação e circulação da literatura lucana; e isso indicaria, quando muito, o fim do século I D.C., como o tempo da escrita da epístola aos Efésios. As citações que aparecem nos escritos dos pais da igreja, entretanto, indicam que isso não poderia ter acontecido mais tarde que a primeira porção do século II D.C.

Por outro lado, se a nossa epístola aos Efésios é realmente paulina (que é a suposição deste autor) fica óbvio que a mesma foi escrita ao mesmo tempo que as epístolas aos Colossenses e a Filemom. (Comparar Col. 4:7,8 com Efé. 6:21,22 e File 23 e 24, trechos que exibem circunstâncias definidamente similares, sob as quais essas três epístolas foram escritas, além de mostrarem que Paulo vinha sendo ajudado pelos mesmos companheiros de trabalho). Na epístola aos Colossenses, Onésimo, o escravo convertido que voltou à companhia de seu senhor, é mencionado como co-portador dessa epístola, juntamente com Tíquico. Isso não é dito na epístola aos Efésios; mas as circunstâncias parecem indicar que o envio da epístola aos Efésios teve lugar ou pouco antes ou pouco depois do envio da epístola aos Colossenses. A maioria dos estudiosos que atribuem a Paulo a autoria da epístola aos Efésios, pensa que a mesma foi escrita pouco depois da epístola aos Colossenses, — e que foi escrita em Roma, — durante o período de aprisionamento descrito nos versículos finais do livro de Atos. Outros eruditos, contudo, atribuem-na a um período de aprisionamento anterior, em Cesaréia, descrito a partir do capítulo vigésimo terceiro do livro de Atos. Isso fazia a carta ter sido escrita cerca de dois ou três anos antes. É bem provável que Paulo tenha chegado em Roma em cerca de 58 D.C., o que significaria que as epístolas que ele escreveu dali poderiam ser datadas em qualquer ponto, entre 58 e 60 D.C., supondo-se que ele foi aprisionado pela primeira vez por um período de dois anos ou pouco mais. (Ver Atos 28:30).

Podemos observar como Paulo, em File. 22, requer que Filemom lhe prepare um cômodo, em antecipação à visita que tencionava fazer para breves dias. Dificilmente Paulo poderia ter escrito tais palavras em Cesaréia, mas poderia tê-lo feito quando se aproximava o fim do período de seu aprisionamento na cidade de Roma, ou, pelo menos, na esperança de que seu aprisionamento terminaria dentro de poucos dias. Os trechos de Efé. 3:1; 4:1 e 6:20 identificam definidamente essa epístola como missiva enviada da prisão. E o tradicional «primeiro aprisionamento romano» é uma boa idéia proposta pelos estudiosos para situar essa prisão, embora tal sugestão seja acompanhada de algumas dificuldades. No entanto, outros eruditos têm sugerido Éfeso como lugar onde foi escrita a epístola a Filemom, porquanto Paulo também foi aprisionado ali. A cidade de Colossos ficava nas proximidades e Paulo pode ter desejado ficar ali algum tempo, — antes de finalmente despedir-se de Éfeso, para fazer sua visita final à Macedônia e à cidade de Corinto. Ora, isso situaria o tempo da escrita da epístola a Filemom tão cedo como o verão de 54 D.C.

A alusão feita por Paulo de que ele lutou «*...em Éfeso com feras...*» (I Cor. 15:32), talvez indique que realmente Paulo tenha sido aprisionado em Éfeso, embora o livro de Atos nada nos diga a respeito. Não obstante, continua sendo forte a conjectura de que ele deveras foi aprisionado ali, apesar de que a maioria dos eruditos opine que o primeiro aprisionamento em Roma seja a sugestão mais isenta de dificuldades. Não obstante, G.S. Duncan (*St. Paul's Ephesian Ministry*, 1929) sugeriu nada menos de três períodos diversos de

aprisionamento em Éfeso, supondo que todas as chamadas «epístolas da prisão» foram escritas daquela cidade. Esse autor tem sido secundado em suas opiniões por alguns excelentes eruditos, como E.J. Goodspeed (*History of Early Christian Literature*, 1942), bem como por outros nomes respeitáveis do mundo da literatura bíblica. Não devemos deixar de observar, entretanto, que em sua tradução, no ponto onde ele apresenta introduções a cada um dos livros do N.T., nessa época ainda aceitava a idéia de que Paulo escreveu suas «epístolas da prisão» quando estava aprisionado na cidade de Roma. Por conseguinte, a questão continua sem solução; mas, afinal de contas, não se reveste de grande importância.

Ver uma nota mais detalhada sobre este assunto no artigo sobre *Colossenses*, seção II.

III. Para Quem foi Escrita? Propósitos

A epístola aos Efésios, menos do que qualquer das demais epístolas de Paulo, tem alguma vinculação com qualquer localidade conhecida. A essa epístola faltam as saudações locais. Por essa razão, muitos eruditos têm duvidado que essa epístola tivesse qualquer endereço certo, pensando que a mesma foi escrita como mera «epístola de apresentação», por parte de algum dos discípulos íntimos de Paulo, a fim de restaurar o interesse pela literatura paulina. (Ver a seção sobre a «Autoria», no tocante a detalhes sobre essa suposição). Mas outros estudiosos têm suposto que essa epístola foi uma *circular*, enviada às igrejas locais da Ásia Menor, que poderia ter incluído a de Éfeso; e, posto que a cidade de Éfeso era a mais importante daquela região, finalmente essa epístola veio a ser chamada de «epístola aos Efésios».

Para muitos estudiosos, as palavras que aparecem no primeiro versículo dessa epístola, «...aos santos que vivem em Éfeso...», conforme aparecem em alguns dos manuscritos antigos, que são seguidos pela esmagadora maioria das traduções de todos os tempos, solucionam o problema de «para quem» essa epístola foi escrita. Infelizmente, porém, a questão não pode ser solucionada com essa facilidade; pois é fato inequívoco que a maioria dos manuscritos antigos não contém essas palavras. Abaixo oferecemos as evidências textuais a respeito:

As palavras «*...em Éfeso...*» estão contidas nos mss ADG e na maioria das versões latinas, bem como em todos os manuscritos minúsculos posteriores. As traduções ASV, BR, NE, KJ, PH e WY seguem esses manuscritos. (Quanto à identificação dessas traduções, ver a introdução ao NTI e a lista de abreviações das mesmas). Contudo, os manuscritos mais antigos, como P(46), o mais antigo manuscrito existente das epístolas de Paulo, um papiro pertencente ao séc. III D.C., não contém essas palavras. Esse testemunho é consubstanciado, igualmente, pela omissão dessas palavras nos dois mais antigos mss unciais, escritos em velino, que se conhecem, a saber, os mss Aleph e B, ainda que, em ambos, um escriba posterior, naturalmente, escreveu as palavras *em Éfeso*. Os mss 424(2) e 1739 também omitem essas palavras, e os pais da igreja Márcion, Tertuliano, Orígenes e Basílio omitiram-nas também em suas referências a essa epístola. É interessante que Basílio diz especificamente que a alusão a Éfeso se fazia ausente na maioria dos manuscritos que ele conhecia. Por sua vez, Márcion diz que essa epístola foi escrita «aos Laodicenses», embora isso tivesse sido somente uma opinião, baseada na menção de Col. 4:16, onde Paulo fala de uma epístola «aos Laodicenses», que atualmente desconhecemos, mas que Márcion (além de muitos outros estudiosos de séculos posteriores) supunha ter podido identificar com aquela que atualmente chamamos de «aos Efésios». Entretanto, nenhum manuscrito antigo diz «aos Laodicenses» ou frase semelhante, que nos permita identificar tal epístola; e todos os problemas que são contrários ao tradicional endereço, «aos Efésios», se fazem presentes no caso de Laodicéia, além do problema adicional que não existe qualquer evidência textual em favor desse suposto endereço, ao passo que pelo menos manuscritos posteriores exibem o endereço «aos Efésios».

Essa **ausência de qualquer endereço**, no teor da própria epístola, tem provocado muita discussão e controvérsia. As provas textuais de mais peso evidentemente favorecem a omissão das palavras «em Éfeso», e isso deixa a questão insolúvel, do ponto de vista textual. Outrossim, os trechos de Efé. 1:15 e 3:2 parecem indicar que o autor sagrado ainda não havia visitado o lugar para onde escrevia, embora se saiba perfeitamente bem que Paulo passou longo período de tempo em Éfeso, segundo se compreende através do décimo nono capítulo do livro de Atos. A maioria dos intérpretes, na realidade com base em pouquíssimas provas textuais, supõe que essa tenha sido uma *epístola circular*, enviada para certo número de igrejas da Ásia, mui provavelmente as mesmas que são mencionadas no livro de Apocalipse, a saber, Éfeso, Esmirna, Sardes, Colossos, Filadélfia, Laodicéia e Tiatira, incluindo até mesmo outras localidades não mencionadas no N.T. em parte alguma.

Em favor do ponto de vista ventilado no fim do parágrafo acima, pode-se dizer que a nossa epístola aos Efésios tem certa conexão com as epístolas aos Colossenses e a Filemom, pois Filemom evidentemente residia na cidade de Colossos. Tíquico estava então em sua companhia, e o apóstolo declara que ele estava pronto a informar aos leitores de sua epístola quais eram as condições de sua pessoa (Paulo estava então aprisionado). Na epístola aos Colossenses lemos que Onésimo também estava em companhia de Paulo; mas não ocorria outro tanto no tempo em que ele escreveu a epístola aos Efésios. Não obstante, Onésimo poderia já ter sido enviado de volta a seu senhor, Filemom; mas também é possível que a epístola aos Efésios tenha sido escrita antes, tendo assim precedido a visita feita por Onésimo. A comparação entre Col. 4:7,8 e Efé. 6:21,22 e File. 23,24, mostra-nos a relação bem definida entre essas três epístolas. Por conseguinte, se a epístola aos Efésios é verdadeiramente paulina, então adquire grande força a idéia de ter sido ela uma «epístola circular». Outrossim, o fato de que essas três missivas são apresentadas como epístolas escritas «na prisão», sem importar se Paulo era prisioneiro em Roma, em Cesaréia ou em Éfeso, mostra-nos haver íntima conexão entre elas, e que todas as três foram enviadas aproximadamente para a mesma localização, a saber, a Ásia Menor, da qual a cidade de Éfeso era um dos principais centros populosos.

Não obstante, se não pudermos aceitar a autoria paulina da epístola aos Efésios, então as referências que poderiam identificar a localidade aproximada para onde essa epístola foi enviada são todas artificiais, tendo sido inseridas por quem quer que tenha escrito esse livro, a fim de dar-lhe um sabor paulino. Porém, se essa epístola é deveras paulina, então as palavras «em Éfeso», naturalmente, devem ter sido ajuntadas à epístola, primeiramente por causa de sua íntima conexão com as cartas paulinas enviadas para as proximidades daquela cidade, todas as quais foram enviadas por intermédio de Tíquico; e,

em segundo lugar, porque não havia nenhum livro de origem apostólica dirigido a Éfeso, um dos lugares mais importantes dentre aqueles onde Paulo labutou no evangelho e isso preencheria a lacuna. Além disso, posto que Éfeso era a grande capital daquela região, sendo a cidade mais populosa, cópias da «epístola circular», enviada àquela área geral, com o tempo mui naturalmente, seriam consideradas como enviadas para os crentes «em Éfeso», e não para os de qualquer outra localidade, quando alguns dos primeiros copistas desejaram emprestar-lhe uma identificação local.

Isso significaria apenas que os primeiros copistas meramente escolheram **Éfeso** por causa de seu prestígio e importância, em detrimento de qualquer outra localidade próxima, como a localidade específica para onde essa epístola foi enviada.

O motivo que mais recomenda a teoria da «epístola circular», como explicação para os destinatários da nossa epístola aos Efésios, é que ela representa a única alternativa plausível para a teoria da autoria não paulina; sendo essa a razão pela qual tantos eruditos conservadores, não tendo idéia melhor do que essa, e querendo reter sua identificação como epístola paulina, se têm apegado a essa citada teoria. Pois nenhum erudito nas questões textuais haveria de incluir as palavras «em Éfeso», que aparecem logo no primeiro versículo dessa epístola, ignorando o fato de que mui provavelmente essas palavras foram incluídas posteriormente, não refletindo realmente seus verdadeiros destinatários. Nenhum manuscrito anterior ao século IV D.C. inclui as palavras «em Éfeso»; pelo que também se pode concluir que essa epístola, apesar de não ter sido especificamente enviada para os crentes que habitavam naquela cidade, foram incluídos como habitantes de uma área geral maior, a Ásia Menor. Essa é a posição tomada pela grande maioria dos eruditos conservadores modernos, ao passo que a maioria dos eruditos liberais prefere pensar na autoria não-paulina, conforme foi descrito na seção deste artigo, intitulada «O Vexatório Problema da Autoria».

Portanto, essa epístola foi realmente endereçada «*...aos santos e fiéis em Cristo Jesus...*», conforme o texto grego pode ser traduzido, se omitirmos as palavras «em Éfeso». No entanto, o particípio presente do verbo grego, «ousin», conforme se verifica em certos papiros pertencentes ao século primeiro da era cristã, significa «local»; motivo pelo qual alguns estudiosos têm conjecturado que a saudação de Paulo deve ser compreendida como «aos santos locais, que são fiéis em Cristo, Jesus». Essa tradução possível favorece a teoria da «epístola circular», pois, nesse caso, ver-se-ia que essa epístola realmente teve um destino, ainda que extremamente amplo, o que explica a ausência de quaisquer referências pessoais.

Mas existem eruditos que pensam que foi deixado um espaço em branco, no manuscrito original, de tal modo que as cópias que fossem enviadas às diversas congregações locais preenchessem ali o nome das diversas localidades, segundo o caso. Todavia, esse método de envio de missivas não tem paralelo histórico quanto aos métodos literários, bastando essa razão para que ele não seja muito provável. Outrossim, se tais nomes tivessem sido inseridos, é perfeitamente certo que ao menos alguns deles tivessem sido preservados para nós, do mesmo modo que o título «aos Efésios» foi preservado em tantos manuscritos. De outro modo, teríamos de supor que **todas** as demais cópias se perderam, e que foram **preservadas** tão somente aquelas endereçadas «aos Efésios», o que parece absurdo, devido à **alta** porcentagem de improbabilidade.

Além das razões que já abordamos, sobre por que razão a cidade de Éfeso veio a ser associada à nossa «epístola aos Efésios», podemos acrescentar aqui aquela outra que resulta de II Tim. 4:12, que diz: «Quanto a Tíquico, mandei-o até Éfeso». Posto ter sido ele o portador das epístolas aos Colossenses e a Filemom, e visto que ele foi também o portador da epístola aos Efésios (ver Efé. 6:21), é apenas natural vincular essa epístola a Éfeso, supondo-se, mediante a comparação entre essas duas referências, que quando ele foi ali, levou a epístola de Paulo para eles.

Essa epístola foi enviada, segundo nos parece certo, à igreja cristã universal, uma sociedade de âmbito mundial, e não local, a saber, aos «santos e fiéis em Cristo Jesus», sem importar se foi o apóstolo Paulo ou outro qualquer que a escreveu.

Quais foram os propósitos dessa epístola *aos Efésios*, escrita para a Igreja Universal? O primeiro capítulo estabelece o *tom*, ao anunciar o elevado destino dos remidos como «plenitude daquele que preenche a tudo em todos». Devemos observar que esse primeiro capítulo é muito semelhante, quanto à sua mensagem, embora seja uma abordagem mais abreviada, ao oitavo capítulo da epístola aos Romanos, não havendo literatura religiosa mais elevada, no mundo inteiro, do que aquela que nossos olhos encontram nesses dois trechos bíblicos. Um dos propósitos centrais dessa epístola, portanto, é a de salientar esse elevadíssimo destino dos remidos, apresentando as várias aplicações desse conceito, no que diz respeito ao andar cristão diário.

Goodspeed, e aqueles que seguem as suas idéias, supõem que um discípulo qualquer de Paulo é que teria escrito a epístola aos Efésios, como uma espécie de «epístola de apresentação» para as demais epístolas paulinas, a fim de despertar novamente o interesse pelos escritos paulinos. Não há meios para confirmarmos ou negarmos essa teoria; mas, quando muito, isso deve ser reputado uma *mera hipótese*. Mas, ainda que assim realmente tivesse acontecido, e que esse tivesse sido um dos *propósitos* da escrita dessa epístola, contudo, acima dessa razão avulta aquela outra, que é a de revelar o elevadíssimo destino da igreja cristã, e o que isso deve significar em relação à conduta diária, tanto acerca da igreja cristã inteira como em relação ao indivíduo.

É evidente, na própria epístola, que se caracteriza por sua elevada cristologia, que Paulo combatia alguma forma do *gnosticismo*, tal como se verifica também no caso da epístola aos Colossenses. Sabemos atualmente que formas anteriores e mais primitivas do gnosticismo já existiam, certamente, antes do começo do movimento cristão, não sendo, portanto, um desenvolvimento doutrinário de séculos posteriores. Por conseguinte, a epístola aos Efésios deve ser classificada entre as «epístolas que combatem heresias», o que significa simplesmente que um de seus propósitos era apologético. Apesar de ter por intuito ensinar elevadas doutrinas cristãs, não foi ela escrita exclusivamente com essa finalidade, mas também tinha outros objetivos. Se porventura ela foi escrita por algum dos discípulos de Paulo, então um de seus propósitos, pelo menos parcialmente, foi exaltar a teologia paulina aos olhos da igreja cristã, sobretudo no que se relaciona a questões que envolvem a igreja e o seu destino específico, porque essas questões, apesar de serem abordadas em outros trechos, são descritas de maneira mais completa e vigorosa em nossa epístola aos Efésios.

«Seu principal propósito era o de confirmar os seus irmãos na fé, ampliando os seus horizontes, apertando ainda mais os laços de fraternidade que já os uniam; ensinando-lhes assim que as mais profundas experiências e os mais exaltados pensamentos podem ser encontrados dentro do corpo a que todos eles pertenciam; e que na unidade deles jazia a garantia da unidade de toda a humanidade, e, de fato, da criação inteira, na pessoa de Cristo». (Francis W. Beare).

IV. Temas Centrais

Nenhuma outra epístola de Paulo se tem mostrado dotada de maior influência sobre a história subseqüente da igreja cristã do que a epístola aos Efésios. Somente as epístolas aos Romanos e aos Gálatas têm sido mais largamente usadas. E a projeção da epístola aos Efésios é resultado natural das idéias elevadas e das expressões eloqüentes existentes nessa epístola. Pode-se sentir a notável influência do apóstolo Paulo através dessa epístola, tal como a influência de Tertuliano foi transmitida através de Cipriano. Eis os grandes temas da epístola aos Efésios:

1. Cristo Jesus é aquele que *preenche tudo em todos, sendo* esse o seu tema principal e central. O primeiro capítulo dessa epístola tem a finalidade precípua de situar o Senhor Jesus na mais elevada posição cosmológica possível, do mesmo modo que Paulo faz nos capítulos primeiro e segundo de sua epístola aos Colossenses: «...porquanto nele habita corporalmente toda a plenitude da Divindade» (Col. 2:9). Portanto, vê-se no primeiro capítulo da epístola aos Efésios que Cristo é o mais elevado poder cosmológico, acima de qualquer ser angelical.

Mas os gnósticos, em contraste com isso, ensinavam que apesar de Cristo ter sido uma exaltada figura, certamente mais do que humana, provavelmente da ordem angelical, não pertencia, entretanto, à ordem mais elevada de todas, isto é, a ordem divina; e que, apesar dele ter sido o criador; não era o criador de «todos os mundos», mas tão somente *deste mundo*, o que fazia dele «o deus deste mundo». As epístolas aos Colossenses e aos Efésios, entretanto, contradizem essa tese gnóstica, mostrando que o Senhor Jesus é o cabeça de toda a criação, o ponto em torno de quem tudo tem sua unidade e significação, pois nada mais profundo e vigoroso do que isso poderia ter sido dito com relação à sua divindade inerente do que Paulo diz acerca de Cristo. O «mistério» de Deus consiste exatamente nessa unidade de tudo em torno de Cristo, — o que se manifestará quando ele assumir a posição que lhe compete, e vir a ocupá-la de forma universal, aos olhos de todas as criaturas inteligentes.

2. A criação inteira, portanto, está relacionada a Cristo, e, de uma maneira ou de outra, encontra nele o seu alvo e o *seu propósito de ser*. (Efé. 1:10). Não sabemos como tudo isso se concretizará, mas o segundo capítulo da epístola aos Filipenses dá-nos a entender a mesma verdade. O quarto capítulo da epístola aos Efésios, em conexão com aquele trecho antes citado, repete a idéia popular nos séculos I e II da era cristã, e que finalmente foi incorporada no chamado «Credo Apostólico», isto é, a idéia da descida de Cristo ao hades, onde ele realizou uma obra remidora. Alguns dizem que ele ofereceu salvação aos perdidos. Outros dizem que ele só *melhorou* seu estado. Ver o artigo sobre a *Descida de Cristo ao Hades*.

Essa descida de Cristo ao hades e sua subseqüente **ascensão** aos céus, são especificamente declaradas como necessárias ao fato de que ele «enchesse a todas as coisas», isto é, que ele fosse o *Senhor de tudo*, a personagem *unificadora* de toda a criação. Com base nisso se deriva a grande esperança dos *efeitos universais* da missão de Cristo, que, apesar de não ser dito claramente esse tanto, dá-nos a entender que Cristo estabeleceu uma diferença em toda a parte, para melhor, afetando não só a igreja cristã, mas até os próprios perdidos no estado eterno, embora isso não queira dizer, sob hipótese alguma, — que eles venham a receber o *mesmo tipo* de vida dos eleitos. O evangelho apócrifo de Nicodemos também apresenta Cristo nesse ministério, como também o faz o Testamento apócrifo de Abraão, apesar de que esses livros expõem um resultado universalista, como se a descida de Cristo ao hades significasse salvação para todos. Apesar da teologia de Paulo não descer a tanto, é justo observarmos que Cristo, sendo a mais elevada figura cosmológica da história, estabeleceu uma diferença universal e cosmológica para melhor. Esse é o tema central dos capítulos primeiro e quarto da epístola aos Efésios. Efé. 1:10, certamente, ensina este conceito. Ver sobre *Mistério da Vontade de Deus*.

3. Em sua aplicação aos crentes, aos eleitos e predestinados, esse tema se eleva mais ainda. No tocante aos remidos vemos que eles são «a plenitude daquele que preenche a tudo em todos», o que, como é óbvio, eleva a pessoa de Cristo muito acima da ordem dos seres angelicais, e, por conseqüência, os remidos são elevados, em Cristo, acima dos anjos. O oitavo capítulo da epístola aos Romanos define essa elevação em termos de nossa transformação segundo a imagem de Cristo, ao passo que o trecho de II Ped. 1:4 o faz em termos de nossa participação na natureza divina.

Nessa epístola, o trecho de Efé. 1:23 é o versículo central que ensina essa doutrina. Ora, esse é o verdadeiro e completo evangelho de Cristo. Não envolve o evangelho de Cristo meramente o perdão dos pecados e a mudança de endereço para os lugares celestiais. Antes, manuseamos uma transformação celestial e divinamente determinada do ser humano, que fará os remidos subirem até à própria posição ocupada por Cristo, levando-os a herdarem aquilo que Cristo herdará. Assim nos ensinam passagens como Rom. 8:14 e *ss* e Efé. 1:11. Muitos versículos desse primeiro capítulo da epístola aos Efésios descrevem o elevadíssimo privilégio dos eleitos, motivo pelo qual esse capítulo é um dos que maiores informações nos prestam sobre o tema, perdendo em importância apenas para o oitavo capítulo da epístola aos Romanos, se é que realmente assim acontece. Até que ponto o «evangelho de Paulo» afeta os homens, pois, é um dos temas centrais da epístola aos Efésios. Esse tema central envolve outros temas secundários, como a questão inteira da predestinação e da eleição, tão disputada na história eclesiástica subseqüente. (Ver Efé. 1:4,5).

4. O segundo capítulo da epístola aos Efésios mostra-nos como essa redenção e *eleição* afetam os gentios. Eles são elevados do paganismo para os lugares celestiais. A redenção dos gentios, por conseguinte, é um dos temas centrais dessa epístola, embora seja uma subcategoria da redenção humana, conforme aparece no teor do primeiro capítulo da mesma. Um outro subproduto da reconciliação com Cristo e da unidade que foi estabelecida entre judeus e gentios, é o ensino que aqueles que estavam em inimizade serão unidos, sendo tanto os judeus como os gentios convertidos, edificados sobre o alicerce dos apóstolos e profetas, sendo o próprio Jesus Cristo a principal pedra de esquina. Portanto, na igreja cristã, judeus e gentios são unidos em Cristo, estabelecendo-

se uma unidade que elimina as antigas divergências, conforme se vê no segundo capítulo dessa epístola.

5. Tudo isso se revestia de significação pessoal para o próprio apóstolo Paulo. Isso revelava a glória de seu chamamento, que o convocara especialmente para ser o apóstolo dos gentios. (Ver Efé. 3:14-21).

6. As conseqüências práticas dessa *redenção geral*, e seu elevado destino, são os temas ou assuntos centrais dessa epístola, a começar por Efé. 4:1 até o fim do mesmo. Uma maneira digna de andar é o tema geral (ver Efé. 4:1-16), o que requer a negação da vida antiga de ignorância e de hábitos pecaminosos. (Ver Efé. 4:17-32). Porém, a unidade de todos os crentes em Cristo requer a unidade da igreja como uma comunidade de seres humanos. (Ver Efé. 4:1-8). E também exige o exercício apropriado dos dons ministeriais da igreja (ver Efé. 4:9 e *ss*), porquanto Cristo capacita a todos a servirem-no de alguma maneira específica. Além disso, a unidade em Cristo também importa na unidade no lar, entre esposo e esposa, visto que essa relação é análoga à de Cristo e sua igreja. (Ver Efé. 5:22-33). A unidade em Cristo provoca o conflito contra o reino das trevas e contra os seus muitíssimos agentes que povoam ao redor da terra. Esses poderes malignos são considerados seres perfeitamente reais pelo autor sagrado, — que também ajunta que os remidos devem resistir-lhes de maneira diligente. (Ver Efé. 6:10-20). Em parte alguma das Escrituras o conflito dos crentes contra as forças malignas é salientado e descrito com maior clareza do que nessa passagem que é uma das porções mais eloqüentes da epístola aos Efésios.

7. Os *mistérios* da epístola aos Efésios. De conformidade com o vocabulário paulino, um «mistério» não é nenhum assunto insondável, que só possa ser conhecido por alguns poucos indivíduos seletos, conforme esse vocábulo é usualmente usado, sobretudo como era empregado para indicar as chamadas «religiões misteriosas» dos dias desse apóstolo. Pelo contrário, um «mistério» é um «segredo desvendado», pertencente à categoria das verdades «reveladas», visto que tais verdades não podem ser descobertas pela percepção dos sentidos ou pela razão humana. Ver o trecho de Efé. 3:5, onde essa definição essencial aparece na própria epístola. É mister desdobrarmos essa questão, conforme fazemos abaixo:

a. Efé. 1:10 apresenta-nos o maior e todo inclusivo «mistério». Trata-se da *unidade universal* de todas as coisas em redor de Cristo, a expansão total de sua obra criativa, bem como os resultados finais dessa obra. Esse mistério, naturalmente, inclui todos os outros mistérios. Ver **Mistério da Vontade de Deus**.

b. O trecho de Efé. 3:4, que introduz o tema da *igreja*, assevera que esse é um mistério. Os gentios deveriam ser salvos e equiparados em pé de igualdade com os judeus crentes, em Cristo, formando uma comunidade religiosa remida, o que era tema profético; mas a verdadeira natureza dessa comunidade, segundo a descrição de Paulo nos capítulos primeiro a quinto dessa epístola, — era um «mistério». Portanto, na qualidade de plenitude daquele que enche a tudo em todos, na qualidade de um corpo místico que incorpora tanto judeus como gentios (pois divisões entre os dois foram eliminadas em Cristo, desde que se convertam a ele), a igreja cristã era um assunto que os profetas antigos percebiam apenas mui indistintamente; e, em seu sentido completo, conforme Paulo o revelou, era algo totalmente ignorado, e, portanto, um «mistério».

c. A igreja cristã, na posição de *noiva de Cristo*, o que envolve uma relação especial, um privilégio sem igual, é um «mistério», ilustrado pelo matrimônio terrestre. É salientada a unidade, pois é declarado que os dois (marido e mulher, que representam, respectivamente, Cristo e sua igreja) tornar-se-ão *uma só carne*. O tema do povo celestial, a noiva de Cristo, em sua relação para com o Senhor Jesus, é um «mistério», algo que antes era completamente desconhecido, mas que agora nos foi revelado pela vontade divina.

d. O trecho de Efé. 6:19 menciona o *mistério do evangelho*, isto é, o evangelho conforme o mesmo é plenamente revelado, com tudo quanto está implícito nesse ensino, relativamente à redenção humana, algo que foi totalmente oculto dos profetas antigos. O evangelho, pois, revela certas verdades anteriormente ocultas, verdades exaltadas, que falam sobre uma redenção e uma glorificação transcendentais para os crentes. Que o mero homem pudesse estar destinado para um alvo tão elevado e celestial era algo desconhecido nos tempos do A.T., mas que nos foi revelado em Cristo, através do apóstolo Paulo, o agente dessa revelação.

8. *Deus como Pai*. (Ver Efé. 1:2; 2:4,5; 3:13,15). Deus aparece nessas passagens como o cabeça de toda a criação, que é vista como se fosse muitas famílias.

9. O *Espírito Santo*, como agente da iluminação espiritual. (Ver Efé. 1:18 e *ss*). Ele é o revelador da unidade que há em Cristo (ver Efé. 3:5). O acesso a Deus Pai se dá por meio do Espírito Santo, para todos (ver Efé. 2:18). E todos os crentes se tornam uma habitação de Deus, através do Espírito (ver Efé. 2:22). Além disso, o Espírito Santo aparece nessa epístola como o poder revigorador, no homem interior, que produz a piedade prática dos crentes (ver Efé. 3:16 e *ss*.). Outrossim, a unidade entre os membros da igreja se verifica por meio do Espírito Santo (ver Efé. 4:3). O fruto do Espírito Santo é bondade, verdade e retidão. (Ver Efé. 5:9). Na batalha contra o reino das trevas, o Espírito é a nossa espada, nossa principal arma ofensiva. (Ver Efé. 6:17). É o Espírito Santo, igualmente, quem nos assegura poder na oração. (Ver Efé. 6:18).

V. **Conteúdo**

I. *Seção Doutrinária* —Os Elevados Propósitos de Deus quanto ao Destino Humano. 1:1-3:21.
1. Saudação (1:1,2)
2. Ação de graças e louvor (1:3-8)
3. Mistério da vontade de Deus, mediante Cristo (1:9-14)
4. Oração pedindo iluminação dos crentes (1:15-22)
5. O mais alto propósito de Deus para o homem: a igreja como a plenitude daquele que enche tudo em todos (1:23).
6. O propósito de Deus relativo aos gentios (2:1-10)
7. A unidade espiritual de todos em Cristo (2:11-22)
8. A missão de Paulo, e como a mesma se aplica à igreja e aos propósitos de Deus—o mistério da igreja (3:1-13)
9. Segunda oração: que a igreja experimente o amor de Cristo e sua plenitude habitadora (3:14-21)

II. *Seção Exortatória*—Conseqüências práticas das doutrinas da primeira seção (4:1-6:24)
1. Exortações à unidade e ao andar digno, à luz dos elevados propósitos de Deus para os remidos (4:1-16)
2. Segunda exortação: ponto final em todas as práticas do anterior paganismo (4:17-32)
3. Terceira exortação: amor e pureza, como filhos

da luz e a plenitude de louvor e utilidade no reino celeste (5:1-20)

4. Quarta exortação: observância da subordinação mútua entre todos os membros da casa cristã (5:21-6:9)
   a. Maridos e mulheres—o matrimônio simboliza a relação entre Cristo e sua igreja (5:21-33)
   b. Pais e filhos (6:1-4)
   c. Escravos e senhores (6:5-9)
5. Quinta exortação: necessidade de usar toda a armadura de Deus, na batalha contra o mal (6:10-17)
6. Sexta exortação: apelo à prática da oração (6:21,22)

III. *Recomendação* sobre o portador da epístola (6:21,22)

IV. *Bênção final* (6:23,24)

VI. Bibliografia

AM EN GO(1833) I IB LAN MOF NTI TI TIN VIN RO Z

ÉFESO

Esboço:

I. Localização e Caracterização Geral
II. História
III. Religião
IV. Éfeso e a Arqueologia

I. Localização e Caracterização Geral

Éfeso era uma antiga cidade grega no território da Lídia, na Ásia Menor. Ficava localizada na desembocadura do rio Caister, cerca de cinqüenta e seis quilômetros a suleste de Izmir (a antiga Esmirna mencionada no Novo Testamento). Ficava entre as duas antigas cidades de Esmirna e Mileto. Era uma das mais importantes cidades da Ásia Menor, no que atualmente é a Turquia. Na época do surgimento do cristianismo, Éfeso também estava ficando mais importante do que as cidades vizinhas. Em parte, devia sua prosperidade aos favores feitos por seus governantes. Lisímaco chamou a cidade de Arisone, em honra à sua segunda esposa. Atalo Filadelfo construiu excelentes docas e instalações portuárias. Éfeso tornou-se o grande empório da Ásia Menor, no lado ocidental das montanhas do Taurus, conforme nos diz Estrabão (14.5.641,663). Era a capital da Ásia proconsular, uma cidade rica e o principal porto da costa ocidental da Ásia Menor. Seu nome, mui provavelmente, significa «desejável». Quanto ao aspecto religioso, era conhecida mundialmente por causa de seu famoso templo de *Ártemis*. Oferecemos ao leitor um longo artigo sob esse título, que inclui muita informação sobre Éfeso e seus costumes, sobretudo no campo religioso. O lago antigo fica agora a onze quilômetros da beira-mar, por causa do depósito de entulho, no processo de muitos séculos.

II. História

Ao que parece, Éfeso foi fundada por gregos jônicos, em cerca de 1050 A.C., especificamente sob a direção de Androclus, filho do rei ateniense, Codro. Desde os dias mais antigos, competia com Mileto e Esmirna, para ser o porto de exportação da Ásia Menor. Creso, rei da Lídia, obteve o controle de Éfeso em cerca de 562 A.C., somente para que os lídios perdessem esse controle para os persas, em 546 A.C. Os persas mantiveram o domínio sobre Éfeso até que Alexandre, o Grande, devolveu a cidade aos domínios gregos. Os macedônios (334-283 A.C.), os selêucidas (280-187 A.C.) e os pergamenes (187-133 A.C.), foram os governantes da área, em sucessão. Então veio Atalo III, rei de Pérgamo, que, em 133 A.C., doou a cidade aos romanos. Não foi muito tempo depois disso que Éfeso tornou-se a capital da província romana da Ásia. Então ela cresceu de tal modo em importância que chegou a rivalizar com Antioquia da Síria, com Alexandria e com Constantinopla (atual Istambul, na Turquia Européia).

Éfeso tornou-se um dos grandes centros do movimento cristão primitivo. De fato, depois que Jerusalém foi destruída, no ano 70 D.C., tornou-se o centro cristão mais importante da época. Paulo passou ali três anos, evangelizando a cidade e a região em derredor, de tal modo que a Igreja cristã ficou bem estabelecida na Ásia Menor (na porção ocidental da moderna Turquia). Ver Col. 1:7 e 2:1. Paulo usava essa cidade como sua sede de operações na Ásia Menor. Durante esse tempo ele escreveu suas epístolas aos crentes de Corinto.

É bem possível que Paulo tenha lutado literalmente com feras, naquela cidade, onde pode ter sofrido um período de detenção que não é mencionado. Ver I Cor. 15:32. Alguns estudiosos supõem que as chamadas «cartas da prisão», de Paulo, ou, pelo menos, uma parte delas, tenham sido escritas em Éfeso, e não em Roma, conforme tradicionalmente se pensa. Mas, também pode tê-las escrito parcialmente em Éfeso e parcialmente em Roma.

Quando Paulo deixou a cidade, deixou Timóteo encarregado da igreja cristã local (I Tim. 1:3). E não demorou muito para que a igreja fosse invadida, juntamente com outras, por falsos ensinamentos, conforme Paulo havia predito que sucederia (Atos 20:29,30 e II Tim. 4:3).

É possível que o décimo sexto capítulo da epístola aos Romanos na realidade tenha sido uma carta enviada a *Éfeso*. Essa possibilidade é discutida no artigo sobre a epístola aos Romanos, na oitava seção, *Integridade da Epístola*. Mas, como é claro, temos a epístola de Paulo aos Efésios, que pode ter sido uma epístola «circular», e não especificamente enviada aos crentes de Éfeso, visto que as palavras «em Éfeso», no primeiro versículo do primeiro capítulo dessa epístola, não aparecem no original. Esse problema é discutido no artigo sobre a epístola aos Efésios, em sua terceira seção, *Para Quem Foi Escrita? Propósitos*. A autoria paulina dessa epístola tem sido posta em dúvida por alguns estudiosos, questão essa discutida naquele mesmo artigo, em sua primeira seção, *O Vexatório Problema da Autoria*.

As tradições também fazem o apóstolo João ter vivido ali, como também Maria, mãe de Jesus, que fora entregue por ele aos cuidados do discípulo amado, segundo se aprende em João 19:27. João, pois, teria recebido jurisdição sobre as sete principais igrejas daquela área. Mas há probabilidades de que não tenha sido ele o autor do livro de Apocalipse, que foi dirigido a essas cidades (incluindo Éfeso). Antes, o autor do Apocalipse teria sido João, o vidente, e não João, o apóstolo, embora ele também fizesse parte do grupo joanino. Isso reflete a opinião de alguns eruditos, contra a opinião de outros, que dizem precisamente o contrário. Em favor da associação de João com a cidade de Éfeso, temos o testemunho de Irineu e Eusébio (3.21), dois pais da Igreja, que deixaram registrados vários incidentes da vida do apóstolo João, que ocorreram ali. Mais tarde, Inácio (*Efésios* 11) adicionou mais algumas informações sobre a questão. Subseqüentemente, Éfeso tornou-se um importante centro do cristianismo e um certo número de concílios foi efetuado nessa cidade. Ver Sobre *Éfeso, Concílios de*.

A cidade de Êfeso era vulnerável aos ataques, pelo que foi saqueada repetidas vezes por invasores. Os godos atacaram-na e obtiveram controle sobre a mesma, em 262 D.C. Os árabes, em 655 e 717 D.C. Os turcos, em 1090 e, por duas vezes, novamente, no século XIV. Os mongóis, sob Tamerlão, completaram a destruição da cidade, em 1403. Finalmente, o islamismo chegou a controlar toda aquela região, pondo fim ao poder do cristianismo naquela região do mundo. Atualmente, uma pequena cidade turca, de nome *Ayasaluk*, assinala o local antigo.

III. Religião

O décimo nono capítulo do livro de Atos fala sobre o conflito que o cristianismo precisou enfrentar para estabelecer ali um centro de operações. Desde o começo de sua história, Êfeso fora um centro forte do politeísmo. Diana (ver o artigo sobre *Ártemis*, um artigo detalhado) tornou-se a principal deusa da cidade e um grande empreendimento comercial foi estabelecido em torno de seu nome. Ártemis era o nome grego de Diana, conforme os romanos chamavam essa divindade. À semelhança de Apolo, ela era representada armada de arco e flechas, que ela usava a fim de subjugar monstros e gigantes. Era considerada uma divindade benéfica e ajudadora. Apolo era tido como o deus luminoso do dia e ela, com sua tocha, era a deusa da luz, à noite. Veio a ser identificada com a deusa da lua e da noite. Seu domínio era a natureza. Todas as feras eram consagradas e ela, embora fosse considerada uma caçadora. Também foi assumindo os aspectos da deusa da guerra, Minerva. O paganismo retrata deuses e deusas sob muitos aspectos, pelo que ela também aparecia como a Deusa Virgem, reverenciada pelas donzelas como sua protetora. No entanto, nos primeiros tempos de sua história, foram-lhe oferecidos sacrifícios humanos.

O templo de Diana, em Êfeso, chegou a ser uma das maravilhas do mundo antigo. Foi erigido em 550 A.C. Era uma obra magnificente da arquitetura jônica. Ficava em uma plataforma com cerca de cento e trinta metros de comprimento por cerca de setenta e três metros de largura. Dez degraus levavam ao pavimento dessa plataforma e mais três degraus levavam ao nível do pavimento do próprio templo. O templo tinha cem metros de comprimento por cinqüenta metros de largura. Havia duas fileiras de oito colunas cada, na frente e na parte de trás do edifício e duas fileiras de vinte colunas de cada lado do santuário, totalizando cento e dezoito colunas. Cada coluna era um monolito de mármore, com 16,75 m de altura; e dezoito dessas colunas, em cada extremidade, eram elaboradamente esculpidas. O teto era coberto com grandes telhas de mármore branco. O santuário interno era circundado por colunas, tendo trinta e dois metros de comprimento por vinte e um metros de largura. Havia uma ornamentação interna de inigualável beleza, muito intrincada. Havia obras de Fídias, de Praxíteles, de Scopas, de Parrásio e de Apeles, grandes artistas plásticos do passado.

Juntamente com a própria cidade de Êfeso, o templo de Diana teve uma história muito agitada. Sofreu vários saques e, pelo menos por duas vezes, foi incendiado. O incêndio que ficou mais notório foi o de 336 A.C., ateado por um efésio de nome Herostrato, o que ele teria feito apenas com o propósito de imortalizar o seu nome. Mas esse templo sempre era reconstruído pelos efésios, após cada novo ataque sofrido. Todavia, em 262 D.C., os bárbaros godos arrasaram-no e assim terminou a sua história.

Em Atos 19:36 nos é dada a informação de que a imagem que era adorada naquele templo havia «caído do céu». Sem dúvida isso significa que algum meteorito foi recolhido e amoldado para formar uma imagem. Somente em tempos modernos aceitou-se a queda de meteoritos. Até bem recentemente, os céticos afirmavam que é impossível caírem rochas do firmamento. O fato é que os santuários tornavam-se pontos de exploração comercial; e questões econômicas causaram maiores dificuldades para Paulo em Êfeso (ver Atos 19:23 *ss*) do que as questões religiosas, em suas lutas contra o paganismo.

O culto idólatra em Êfeso tinha o apoio de livros sagrados chamados *Ephesia grammata*, que eram numerosos livros que continham encantamentos, artes mágicas, etc. Quando o evangelho lançou raízes em Êfeso, grande quantidade desse material foi queimado, avaliado em cinqüenta mil peças de prata (equivalentes cerca de cento e sessenta anos de trabalho de um operário comum — Atos 19:19). Quanto a completos comentários a esse respeito, bem como sobre as *artes mágicas*, praticadas em Êfeso, ver as notas expositivas em Atos 19:19, no NTI. Mediante essas *artes mágicas*, os homens procuram empregar forças desconhecidas (ocultas), em seu benefício, ou, outras vezes, para prejudicar seus inimigos. Essas artes são uma espécie de excursão pelas dimensões dos poderes ocultos que os homens sempre pensam que os cercam, no mistério que é a *vida*.

Nos dias do Novo Testamento havia uma numerosa colônia judaica em Êfeso. Assim, com o vigoroso paganismo que ali medrava, com uma boa comunidade judaica e com um cristianismo crescente, Êfeso veio a ser uma cidade cosmopolita quanto a questões religiosas. E, em tempos de intolerância, isso sempre significará convite a dificuldades. O cristianismo, porém, gradualmente foi ganhando terreno, só tendo sido suplantado, séculos mais tarde, pelo islamismo, que conquistava territórios com a força da espada dos fanáticos seguidores de Maomé. Mas, antes disso, Êfeso finalmente chegou a contar com templos cristãos que procuravam copiar a majestade da adoração à deusa Diana. O imperador Justiniano edificou um templo cristão em honra a João, no local do antigo templo de Diana. É irônico que o quarto crescente do islamismo veio a rebrilhar sobre as cúpulas das anteriores igrejas cristãs. E ainda mais irônico é que, ainda mais tarde, o lugar tornou-se desolado, onde nem imagens pagãs, nem cruzes e nem quartos crescentes eram exibidos. O próprio mar retirou-se do antigo porto de Êfeso, que agora fica a onze quilômetros de distância da beira-mar. Atualmente há um pantanal cheio de canas onde, antigamente, grandes navios traziam suas mercadorias, provenientes de todas as partes do mundo antigo.

Em Êfeso esteve a igreja cristã que perdera seu primeiro amor (Apo. 2:4) e que fora advertida no sentido de que, se não se arrependesse, teria removido o seu candeeiro (Apo. 2:5). Isso acabou acontecendo, embora no processo de vários séculos. Importantes concílios cristãos foram efetuados ali, antes do triste fim da cidade. Ver o artigo separado sobre *Éfeso, Concílios de*.

IV. Êfeso e a Arqueologia

Após muita pesquisa paciente, o arqueólogo J.T. Woods descobriu as ruínas do grande templo de Diana. Isso ocorreu em 1870. Mostrou que era quatro vezes maior que o Partenon de Atenas. As escavações demonstraram a grandiosidade da estrutura, descrita na terceira seção, acima. O Instituto Austríaco de

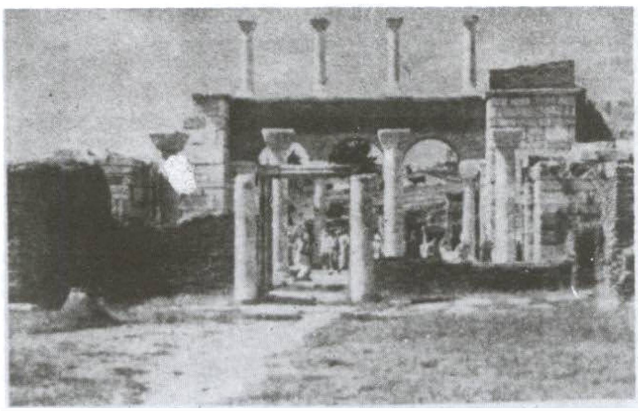


Estrada de Mármore, Éfeso, Cortesia, Matson Photo Service



A casa tradicional do Apóstolo João e Maria, mãe de Jesus, em Éfeso, reconhecida em 1967 pelo Papa Paulo VI.

Cortesia, Fate Magazine



A Basílica do Apóstolo João, supostamente marcando a localidade de seu sepultamento.

Arqueologia realizou notáveis escavações nesse lugar, desde o ano de 1896; e os labores de vários outros estudiosos vieram juntar-se a isso. Ficou demonstrado que Êfeso contava com muitos edifícios públicos, típicos das cidades grego-romanas. A porção principal da cidade contava com esplêndidos teatros, banhos, bibliotecas, a *agorá* (praça do mercado) e ruas pavimentadas de mármore. A descoberta de muitas moedas e de artefatos conferem uma compreensão ainda maior quanto à cultura e à história dessa cidade. Havia sobre o monte Piom um grande teatro, com capacidade entre vinte e cinco mil a cinqüenta mil espectadores.

A arqueologia tem provado que a cidade continuou a prosperar, mesmo quando o seu porto diminuiu de importância. Sob o imperador Cláudio, foi remodelado o seu teatro (meados do século I D.C.). Nos dias de Trajano (início do século II D.C.), houve novas obras nesse teatro. Foi Cláudio quem mandou pavimentar com mármore certas ruas da cidade. Nero conferiu à cidade um estádio. Domiciano alargou e embelezou a avenida central. Outros melhoramentos foram realizados, antes do ataque dos bárbaros godos, em 262 D.C. (AM RAM UNA Z)

ÊFESO, CONCÍLIOS DE

Ver o artigo geral sobre **Êfeso** que procura mostrar a importância desse antigo centro cristão. Sua importância, como centro do cristianismo, perdurou por vários séculos. Foi apenas natural que vários concílios cristãos tivessem ocorrido ali. Ver o artigo geral sobre os *Concílios Ecumênicos*.

1. O Terceiro Concílio Ecumênico foi efetuado em Éfeso. Foi convocado pelo imperador Teodósio II. Foi presidido por Cirilo, patriarca de Alexandria e contou com a presença de cerca de duzentos bispos, quase todos eles orientais. Foi efetuado de junho a setembro de 431 D.C. Seu principal alvo foi a condenação do *nestorianismo* (que vide). Por ocasião desse concílio opunham-se uns aos outros *alexandrinos* e *antioqueanos* (ver os artigos sobre eles). Eles se reuniam formando grupos separados. O grupo alexandrino, mais numeroso, dirigido por Cirilo, posteriormente foi reconhecido oficialmente, quando houve a reconciliação. Esse concílio definiu a unidade pessoal de Cristo, afirmando ainda que a Virgem Maria era *theótokos* (mãe de «Deus»), que eram idéias a que os nestorianos se opunham. Quanto a esta última, a ênfase recaía sobre «Deus» e não sobre «mãe», conforme faz hoje em dia a Igreja Católica Romana. A idéia é de que a Maria era a mãe de Jesus Cristo, o qual é Deus, e não que Deus tem mãe.

2. O concílio dos Ladrões (no latim, *latrocinium*), conforme foi mais tarde estigmatizado, também foi convocado por Teodósio, em agosto de 449 D.C. Dióscuro, patriarca de Constantinopla, foi quem o presidiu. Estiveram presentes cerca de cento e trinta bispos de dioceses orientais. Eles endossaram o *eutiquianismo* (que vide) que era o ensino do arquimandrita de Constantinopla, *Eutíquio* (que vide). Essa decisão foi anulada pelo concílio de Calcedônia em 451 D.C., o qual declarou que esse sínodo de Êfeso não deveria ser reconhecido como verdadeiramente ecumênico. O papa de Roma, Leão I, apelidou-o de sínodo dos «Ladrões», por causa da decisão ali tomada, contrária à teologia romana.

3. Foi convocado um concílio por Polícrates, bispo de Êfeso, em cerca de 200 D.C., para discutir a data em que deveria ser observada a páscoa.

4. João Crisóstomo, patriarca de Constantinopla, convocou um concílio que se reuniu em Êfeso em 401 D.C., a fim de restaurar a disciplina clerical na Ásia Menor.

5. Timóteo II Aeluro, patriarca de Alexandria, convocou um concílio realizado em Êfeso, em 476 D.C., a fim de declarar a sé de Êfeso independente do patriarcado de Constantinopla. (AM E)

EFETUAI A VOSSA SALVAÇÃO! Fil. 2:12

O que significa essa declaração? Será não-paulina?

1. Não é idéia não-paulina, porquanto não há nela qualquer pensamento de *merecer* a salvação através de boas obras, ritos, cerimônias, sacramentos. Isso seria inteiramente oposto à teologia paulina.

2. Não obstante, o original grego indica mais do que apenas «desenvolver» nossa porção espiritual, por havermos sido salvos por Deus. Além disso, significa muito mais do que «expressar externamente» a salvação que possuímos internamente, ou «dar evidências» de que somos convertidos.

3. Pelo contrário, Paulo mostra que realmente pomos em funcionamento a nossa salvação, em termos não legalistas.

a. O processo (do princípio ao fim, da conversão à glorificação), na realidade terá de ser efetuado mediante o exercício da vontade humana, que «acolhe e encoraja» a vontade divina, para que esta opere. À acolhida à vontade divina, denominamos «fé». Portanto, em sentido importante, o desenvolvimento de nossa salvação é o exercício da fé inicial e contínua.

b. Essa fé, entretanto, é encarada como um princípio vivo e ativo, que transforma um homem segundo a imagem moral e metafísica de Cristo. Paulo dizia: «Deveis ter uma fé genuína; também deveis permitir e encorajar o Espírito, para que realize a sua obra; deveis ser verdadeiramente santificados; deveis realmente desenvolver as virtudes morais; deveis ser transformados; deveis viver a vida caracterizada pelo amor. Do contrário, não haverá a salvação em vós. Tudo isso se refere ao lado humano, e como cooperamos com o Espírito de Deus.

c. Desenvolvemos nossa salvação porque cada avanço na espiritualidade é realizado por nós, à medida que vamos cooperando com o poder divino. Nenhum avanço pode ser atingido sem essa cooperação.

d. A essência dessa idéia é a de que «somos responsáveis» por cada passo de nossa salvação, incluindo a conversão (quando nos achegamos a Cristo), a santificação (quando permitimos que o seu Espírito nos torne santos) e as boas obras (quando pomos em prática a lei do amor).

e. O versículo seguinte, naturalmente, expõe o lado divino de todo esse processo. Não poderíamos *querer* a vontade de Deus, e nem querer pô-la em prática, e realmente praticá-la, a menos que o seu Santo Espírito nos inspirasse e nos capacitasse a tanto. Assim sendo, o pêndulo balouça de volta à pura graça divina. A graça se acha no alicerce de todo o nosso ser e em tudo que estamos nos tornando. (Comparar isso com I Cor. 4:7 e 15:10).

4. Notemos como até mesmo as «boas obras» de um indivíduo, as suas atividades, a sua bondade expressa por meio de atos, e aquelas coisas que ele faz para cumprir a sua missão, tudo foi preordenado e agora recebe de Deus a energia (ver as notas em Efé. 2:10 no NTI). Por conseguinte, devemos ao Senhor as nossas próprias boas obras. Deus faz cada homem tornar-se um ser singular, em si mesmo e em sua missão (ver Apo. 2:17). Nada existe no homem decaído no pecado, que possa produzir tais resultados, sem a

intervenção divina.

5. Como a nossa vontade e a determinação divina operam conjuntamente, não sabemos dizê-lo. O trecho de Fil. 2:12,13 diz-nos que assim sucede. Há em tudo isso um profundo mistério, pelo que as explicações aqui oferecidas são inadequadas, embora, por certo, se revistam de certo significado.

É possível o fracasso? O versículo deixa entendido que uma pessoa, uma vez convertida, pode falhar na aplicação de sua santificação, perdendo assim sua conversão, voltando ao mundo. De fato, esta passagem, ficaria sem sentido, como uma advertência, que se torna mais vigorosa pela adição das palavras *com temor e tremor*. O trecho de II Ped. 1:10 menciona a possibilidade de *queda*; a passagem de I Cor. 9:27 mostra-nos que até mesmo um grande pregador poderia ser finalmente «desqualificado». Isso, naturalmente, cria o problema da reconciliação entre os ensinos bíblicos da «segurança eterna do crente» e da «possibilidade de desvio», conforme se percebe claramente em passagens como o nono capítulo da epístola aos Romanos e o décimo capítulo do evangelho de João. A posição deste comentário é que a possibilidade de desvio é *relativa*, mas a segurança é *absoluta*. Como isto pode ser, ver o artigo sobre a *Segurança Eterna do Crente*.

«Posto que a graça nos é dada, devemos trabalhar. O dom da graça se manifesta quando o indivíduo se torna cooperador de Deus (ver I Cor. 3:9). A salvação dada mediante a graça deve ser posta em funcionamento pelo homem, com a ajuda da graça divina (ver Rom. 6:8-19 e II Cor. 6:1). O que esse desdobramento da salvação requer é visto em Fil. 3:10; 4:1-7; Efé. 4:13—16:22 e *ss* e Col. 2:6,7. Para tanto, o crente precisa ser constantemente fortalecido pelo Espírito. A possibilidade de sucesso transparece na oração feita por Paulo, em Efé. 3:16-20. A obra de Deus precisa ser exteriorizada por nós mesmos». (Vincent, *in loc.*).

«Qualquer que seja o descanso que o cristianismo providencie para os filhos de Deus, certamente jamais é visto como algo que elimina a necessidade do esforço pessoal. E qualquer descanso que dê margem à indiferença será imoral e irreal, fabricará parasitas, e não homens. É exatamente porque Deus opera nele, como evidência e triunfo desse fato, o verdadeiro filho de Deus põe em execução a sua própria salvação, tendo-a recebido, agora a põe em funcionamento, e não como algo sem importância, como um labor supérfluo, mas antes, como temor e tremor, como é razoável e indispensável que os filhos de Deus o sirvam». (Drummond, *Natural Law and the Spiritual World*, pág. 335).

As palavras do autor citado acima concordam com a lei universal da colheita segundo a semeadura, porquanto essa lei não se aplica apenas aos incrédulos, mas também aos remidos. (Ver Gál. 6:7,8). Note-se na referência citada que a «vida eterna» é o alvo e o fruto da boa semeadura. O trecho de Gál. 5:22,23 ensina-nos que os vários aspectos do «fruto do Espírito Santo», são implantados em nós pelo Espírito de Deus, sendo aceitos, buscados e aplicados por nós; e essa é uma outra maneira pela qual apontamos para o caráter daquilo que está sendo «realizado» por nós, mediante o poder de Deus.

Salvação é palavra que deve ser aqui entendida em seu sentido absoluto e primário—a salvação começa quando da conversão, envolve a santificação e culmina na glorificação, envolvendo tudo quanto as Escrituras atribuem a esse processo. (Ver Heb. 2:3).

Uma *perseverança enérgica* é necessária para que a salvação seja vivida ou executada em nossas vidas, até o seu glorioso fim. Isso é exatamente o que o apóstolo ensinava aqui.

EFLAL

No hebraico, «juiz». Era filho de Zabade, da casa de Hezrom e de Jerameel, descendente de Judá (I Crô. 2:37). Viveu em cerca de 1618 A.C.

EFLUXOS, TEORIA DOS

Os atomistas gregos supunham que a superfície dos objetos emite, continuamente, finos filmes de átomos que eles chamavam de *idola, effluvia* ou *simulacra*. Presumivelmente, esses átomos impressionariam os olhos, produzindo a percepção da vista. Outras percepções dos sentidos seriam explicadas da mesma maneira. Portanto, todos os sentidos seriam tácteis. Locke, em seu *Essay on Human Understanding*, apresentou um ponto de vista não muito diferente disso. Os filósofos antigos que empregavam essa linha de raciocínio foram Empédocles, Demócrito e Epicuro (que vide). Pelo menos é verdade que o sentido do olfato envolve esse tipo de percepção que depende de leves emanações.

ÉFODE

No hebraico, «cobertura». Era pai de Haniel. Haniel foi o principal líder da tribo de Manassés, durante os seus dias. Foi-lhe determinada a tarefa de ajudar a Josué e Eleazar a dividir as terras ocidentais da terra de Canaã (Núm. 34:23). Viveu em torno de 1500 A.C.

EFRAIM (CIDADE)

Uma cidade chamada Efraim é mencionada em João 11:54. Para ali retirou-se o Senhor Jesus, depois que os judeus incrédulos resolveram que lhe tirariam a vida. Essa resolução foi tomada por eles pelo fato de que Jesus ressuscitara Lázaro. Para aquelas mentes embotadas pelo pecado, isso lhes parecia ameaçador. Eles logo imaginaram o pior: se Jesus continuasse agindo livremente, todos os judeus creriam nele e os romanos viriam e sujeitariam a nação a forte domínio. Ver João 11:47-52. Essa cidade, no dizer de João, ficava em uma região contígua ao deserto. Muitos estudiosos têm procurado identificar a cidade de Efraim. Alguns pensam em *Et Taiyibeh*, embora isso não passe de uma conjectura, tão boa quanto outra qualquer.

EFRAIM (PESSOA)

No hebraico, a palavra significa «frutífero». Efraim era o filho menor de José, mas, quando Jacó abençoou os dois irmãos, ele teve precedência sobre seu irmão mais velho, Manassés (Gên. 41:52; 48:1). Essa bênção foi um ato de adoção, mediante o qual Efraim e Manassés passaram a ser contados como filhos de Jacó, em lugar de seu pai, José. O objetivo do ato foi dar a *José*, através de seus filhos, uma dupla porção das bênçãos divinas que acompanhariam as doze tribos de Israel.

A mãe de Manassés e Efraim era Asenate, filha de Potífera, sacerdote de Om (Gên. 41:50-52). Esse é um fato interessante, porquanto injeta em Israel, em sua herança genética, o sangue egípcio, isto é, camita. Aliás, esse não foi um caso isolado, pois as duas concubinas de Jacó, Bila e Zilpa, eram egípcias e elas foram mães de quatro dos filhos de Jacó: Dã, Naftali

(de Bila) Gade e Aser (de Zilpa). Se adicionarmos a isso os filhos de José, Manassés e Efraim, então teremos um total de seis, dentre os doze patriarcas ou cabeças de tribos, em Israel, que tinham cinqüenta por cento de sangue camita. E o processo de miscigenação em Israel continuou, conforme todo leitor atento do Antigo Testamento facilmente percebe. No entanto, diferente da opinião prevalecente entre os modernos rabinos judeus, a linhagem e a herança racial eram concebidas através do pai e não da mãe. Se prevalecesse o parecer rabino naquelas primeiras gerações, então nada menos de seis tribos de Israel estariam excluídas dentre o povo, logo de saída e Davi não poderia ter sido o segundo rei de Israel, pois Rute, sua bisavó, era moabita, e não israelita. Mas, para Deus, o que vale não é a pureza racial e, sim, o temor ao Senhor. Por isso mesmo, na genealogia do Senhor Jesus temos até o caso da cananéia Raabe (vide), — que, além de ter sido uma estrangeira, foi uma prostituta, antes de converter-se a Deus. O que importa não é a descendência física, mas a espiritual.

Efraim nasceu durante os sete anos de abundância, no Egito, pelo que a sua vida cobriu tanto o começo desse período como todo o período de escassez, até o fim de sua adolescência. Foi assim que ele ficou sujeito às influências do modo de viver patriarcal de Israel, bem como às promessas e bênçãos que provinham diretamente de Jacó. A natureza dessa bênção, sem dúvida, estava ligada ao fato de que José era filho da esposa favorita de Jacó, Raquel, pelo que ele ansiava por ver essa linhagem prosperar. Mas, além disso, podemos perceber a mão providencial de Deus, pois José foi um servo fiel ao Senhor como poucos. Além de pedir a José que, ao morrer, fosse sepultado em Canaã (Gên. 47:27-31), Jacó tinha a firme certeza de que as gerações futuras experimentariam o cumprimento das promessas divinas e haveriam de possuir a Terra Prometida. Ver o artigo abaixo, sobre a tribo de *Efraim*.

EFRAIM (TRIBO)

Ver o artigo sobre a pessoa desse nome, um dos dois filhos de José, e que foi adotado, juntamente com seu irmão, Manassés, como filhos de Jacó, antes da morte deste. Efraim recebeu uma bênção superior à de Manassés, da parte do grande patriarca, correspondente à maior prosperidade e importância futura de seus descendentes, dentro do povo de Israel, do que se daria com os descendentes de seu irmão Manassés.

O fato de que os descendentes de Efraim tornaram-se uma grande tribo é demonstrado pelas listas de recenseamento, em Números 1:33 (40.500 homens) e em Números 25:37 (32.500 homens). No acampamento de Israel, a tribo de Efraim ocupava posição no lado ocidental (Núm. 2:18). Homens ilustres dessa tribo incluíam Elisama (que vide), importante na vida de Moisés (Núm. 1:10) e Josué, filho de Num, um dos doze espias enviados por Moisés e que, finalmente, veio a ser o seu sucessor (Núm. 34:17). Depois de Israel ter conquistado a Terra Prometida, Josué foi nomeado, juntamente com o sumo sacerdote Eleazar, para dividir as terras conquistadas (Núm. 34:17). Quando ainda tinha uma população maior, a tribo de Efraim era a décima na ordem numérica; mas, por ocasião do segundo recenseamento, havia baixado para o décimo primeiro lugar.

Elementos da História da Tribo de Efraim.

1. *Sua posição no acampamento.* Isso já foi ventilado no parágrafo anterior. Essa posição foi mantida durante todo o tempo em que o povo de Deus ficou a vaguear pelo deserto. Nosso artigo sobre *Acampamento* ilustra bem essa circunstância. Nesse tempo, o principal líder da tribo de Efraim era Elisama (que vide). Fontes informativas rabínicas informam-nos de que o estandarte da tribo era dourado, com a figura de uma cabeça de novilho. *Oséias* foi o representante da tribo de Efraim, entre os espias, que Moisés enviou para averiguarem a terra de Canaã, como preparação para a invasão. Mais tarde, Moisés alterou-lhe o nome para *Josué*, que é a forma hebraica de *Jesus*, que chegou no português através do grego, ou seja, *Iesoûs*. A tipologia bíblica considera Josué uma figura que simbolizava Jesus Cristo, conforme fica demonstrado no artigo sobre ele.

2. *O território de Efraim.* Depois da conquista do território, a tribo de Efraim ficou bem no centro da Palestina, dona de uma região com cerca de sessenta e cinco quilômetros de leste a oeste e com cerca de dez a quarenta quilômetros de norte a sul. Na direção leste-oeste ia da margem ocidental do rio Jordão até o mar Mediterrâneo. Ao norte ficava a meia-tribo de Manassés; ao sul ficavam as tribos de Benjamim e Dã (Jos. 16:5; 18:7; I Crô. 7:28,29). As fronteiras do território da tribo de Efraim são dadas no décimo sexto capítulo do livro de Josué. Comparar isso com I Crô. 7:28,29. Quando os homens da tribo de Efraim não ficaram satisfeitos com as dimensões de seu território, foram instruídos a expandi-lo, expulsando os habitantes das montanhas e das florestas adjacentes (Jos. 17:14-18). Assim, sua fronteira sul ia desde as margens do rio Jordão até Jericó, descendo até, aproximadamente, dezesseis quilômetros ao norte de Jerusalém. Sua fronteira norte era o ribeiro de Caná. Ver Jos. 16:8.

3. *Um centro de atividades religiosas.* Antes do tempo da construção do templo de Jerusalém, a arca da aliança e o tabernáculo estavam situados em Silo, que ficava bem no âmago do território de Efraim. Ver Jos. 18:1; 22:12; Juí. 18:31; 21:19; I Sam. 1:3,9,24; 2:14 e 3:21. A arca e o culto religioso continuaram centralizados ali, até que os filisteus capturaram a arca, em batalha. E, quando a arca da aliança foi devolvida, não há qualquer indício de que ela tenha sido posta novamente em Silo. Na verdade, é provável que essa cidade tenha sido destruída pelos filisteus, quando estes foram vitoriosos na batalha durante a qual tomaram a arca da aliança.

4. *O tempo dos juízes.* Os efraimitas estiveram envolvidos em revoltas internas, na época de Gideão (Juí. 8:1-3), bem como durante o período do governo de Jefté (Juí. 12:1-6). Gideão teve a sabedoria de tratá-los com palavras lisonjeadoras, a fim de pacificá-los. Jefté, por outra parte, atacou-os ousadamente e derrotou-os.

5. *Efraim e Davi.* A princípio, os efraimitas não deram apoio a Davi (II Sam. 2:8,9); mas, após a morte de Is-Bosete, muitos efraimitas foram a Hebrom, protestar o seu apoio a Davi e tornaram-se uma importante força em favor de seu governo. No entanto, a inveja irrompeu entre Judá e Efraim (I Crô. 12:30; Sal. 60:7; II Sam. 19:40-43).

6. *Efraim e Salomão.* A tribo de Judá chegou a tornar-se a tribo liderante e Jerusalém tornou-se a cidade principal do reino. Mas, os passos preliminares do reino dividido estavam atuando, visto que havia um conflito cada vez mais aceso entre Efraim e Judá, ou seja, entre o norte e o sul.

7. *Divisão entre o norte e o sul.* Quando Salomão faleceu, Jeroboão I, da tribo de Efraim, tornou-se o

primeiro rei do reino separado do norte, que tomou o nome de Israel, enquanto que o sul ficou sendo conhecido como reino de Judá, sob a direção de Reoboão, filho de Salomão. Isso ocorreu quando Reoboão insensatamente recusou-se a satisfazer às exigências das tribos do norte, o que causou a revolta das dez tribos nortistas. E Reoboão (que vide) não teve a força necessária para preservar a unidade de Israel. Assim, depois dessa divisão, Efraim tornou-se a tribo principal do reino do norte, ao ponto em que essa nação nortista chegou a ser intitulada, algumas vezes, de «Efraim».

A reunião futura entre Israel e Judá é um dos sonhos previstos pelos profetas (Isa. 7:2; 11:13; Eze. 37:15-22). Essa esperança nunca se concretizou nos dias dos profetas e acabou sendo tema de predições sobre a eventual restauração do povo de Israel. Seguiu-se uma longa série de reis, uma linhagem só em Judá e diversas linhagens em Israel. Mas, afinal, o reino do norte terminou quando do cativeiro assírio; e o reino do sul cerca de século e meio mais tarde, por ocasião do cativeiro babilônico.

8. *A restauração*. A tradição profética prediz a eventual reunião das tribos do norte (Israel) e do sul (Judá), dentro do reinado messiânico futuro. A brecha haverá de ser curada quando o grande Rei da linhagem de Davi estiver governando todas as doze tribos. Ver Ezequiel 37. Após o cativeiro, os filhos de Efraim vieram residir em Jerusalém (I Crô. 9:3 e Nee. 11).

Entre os judeus corre a idéia de que só se sabe das tribos de Judá, de Benjamim e de Levi. E muitos deles estão aguardando o encontro com as tribos restantes. Este co-autor e tradutor pertence à tribo de Judá. Os Bentes são judeus sefarditas que chegaram de Portugal ao Brasil, instalando-se, a princípio, na cidade de Belém do Pará, de onde se foram espalhando pelo resto do Brasil. Meu avô paterno, Joaquim Theodoro Bentes, ensinou aos seus quatro filhos homens como ler o hinário em hebraico. Em menino e rapazinho eu ia voluntariamente às duas sinagogas de Manaus, no Amazonas. Portanto, tenho algum conhecimento de causa acerca do que digo sobre coisas judaicas. Por outro lado, muitos estudiosos preferem pensar que, quando do retorno de Israel do exílio babilônico, houve representantes de todas as tribos e que o atual povo judeu é uma composição de elementos provenientes das doze tribos e que não se deve esperar encontrar nenhuma *tribo perdida* de Israel!

Hoje em dia o mundo já se acostumou com a existência do moderno Estado de Israel (organizado em 1948, sob a égide das Nações Unidas). Antes disso, porém, parecia que o ideal do sionismo jamais se concretizaria. Podemos estar certos de que a formação do Estado de Israel é um começo da realização de profecias bíblicas, embora a plena realização das mesmas ainda tenha de esperar até os acontecimentos preditos para o fim, acontecimentos esse que, segundo muitos eruditos da Bíblia, se iniciarão com o aparecimento do anticristo e culminarão com a segunda vinda de Cristo. E então, de acordo com as profecias bíblicas, Israel deixará de ser a cauda das nações para tornar-se a cabeça das nações. «O Senhor te porá por cabeça e não por cauda; e só estará em cima, e não debaixo, se obedeceres aos mandamentos do Senhor teu Deus, que hoje te ordeno, para os guardar e cumprir» (Deu. 28:13). Isso ocorrerá durante o *milênio* (que vide) quando as palavras de promessa do Senhor a Israel se cumprirão acima de qualquer esforço da imaginação. Então Jerusalém tornar-se-á a capital do mundo, em uma nova e renovada civilização, em que Israel estará convertida, por inteiro, ao Senhor. Essa era a visão que o Apóstolo Paulo deixou registrada: «E assim todo o Israel será salvo, como está escrito: Virá de Sião o Libertador, ele apartará de Jacó as impiedades. Esta é a minha aliança com eles, quando eu tirar os seus pecados» (Rom. 11:26,27).

EFRAIM, BOSQUE DE

Esse bosque é claramente mencionado em II Samuel 18:16,17. Comparar com Josué 17:14-18, onde o mesmo lugar deve estar em foco. Essa alusão, no livro de Josué, talvez diga respeito à expansão dos territórios de José para o leste, quando os efraimitas conquistaram terras da Transjordânia. Mas, também podem estar em pauta os bosques da região montanhosa de Efraim. O texto massorético, em Josué 17:15, diz «terra dos ferezeus e dos refains», isto é, dos ferezeus e dos gigantes. Esse texto é seguido pela nossa versão portuguesa. Isso alude à Transjordânia e dá apoio ao que dissemos acima, quanto à primeira dessas duas possibilidades. Ali o «bosque» aparece em justaposição à «região montanhosa de Efraim». Essa área é associada a Maanaim, em II Samuel 17:27, que era a capital transjordaniana de Esbaal (II Sam. 2:8,9). Esses informes conferem-nos a localização envolvida nas diversas referências a respeito. Posteriormente, os gileaditas tomaram essa área de florestas para Efraim (Juí. 12:1-15). Interessante é observar que a palavra aqui traduzida por «bosque», *yaar*, não era usada apenas com o sentido de área arborizada esparsamente. O trecho de Jos. 17:15, ao mostrar-nos que Josué recomendou, «...sobe ao bosque e abre ali clareira...», mui provavelmente indica que o lugar era floresta densa. Foi nessa região que morreu Absalão, quando seus longos cabelos emaranharam-se nos galhos de uma árvore, quando ele fugia, após ser derrotado na revolta armada contra seu pai. Ver II Sam. 18:14,15.

EFRAIM, PORTA DE

Essa era um dos portões das muralhas de Jerusalém. Essa entrada é mencionada em II Reis 14:13; II Crô. 25:23; Nee. 8:16 e 12:39. Usualmente, os portões das antigas cidades orientais recebiam nome conforme as localidades que ficavam diretamente em frente. Essa porta de Efraim ficava na muralha leste e tem sido identificada com a porta de Damasco. Dava frente para o território de Efraim, o que lhe explica o nome. Essa porta foi reparada nos tempos de Neemias, depois que os judeus começaram a voltar do exílio babilônico (Nee. 12:39).

EFRAIM, REGIÃO MONTANHOSA DE

Essa região é mencionada em trinta e dois trechos diferentes do Antigo Testamento. Ver, por exemplo, Jos. 17:15; Juí. 3:27 e I Sam. 1:1. A região referida ficava bem no centro da Palestina, ocupada pela tribo de Efraim, o que lhe explica o nome. Mas também tinha outros nomes, como «montanhosa de Israel» (Jos. 11:21) e «montes de Samaria» (Amós 3:9). Josué foi sepultado naquelas colinas, em Timinate-Heres, no lado norte do monte Gaás (Juí. 2:9).

A expressão «região montanhosa de Efraim» refere-se à *cadeia central* dos montes de Samaria, da mesma maneira que todo o tabuleiro de Judá era chamado de «região montanhosa de Judá». Aquela era uma região frutífera, uma das poucas áreas onde Israel foi capaz de estabelecer-se em paz. Dois

santuários principais foram edificados ali, na época dos juízes, a saber, Betel e Silo, na região contígua a essas colinas.

EFRAIMITAS

Nome geral que indica os descendentes do patriarca *Efraim* (que vide). Ver Jos. 16:10; Juí. 12:4-6. Esse adjetivo pátrio indicava tanto indivíduos isolados dessa tribo, como a tribo em sua inteireza. O texto do livro de Josué parece indicar que os efraimitas tinham um sotaque peculiar, que os identificava, da mesma maneira que, nos dias de Jesus, os galileus falavam de uma maneira que os identificava prontamente, segundo se vê em Mateus 26:73.

EFRATA

No hebraico, «frutificação». Foi o nome de três lugares diferentes, nas páginas do Antigo Testamento, a saber:

1. Esse era o nome de uma cidade ou área associada a Belém, em Judá. Talvez tenha sido o nome mais antigo de Belém, ou então uma aldeia próxima que acabou sendo absorvida pela cidade de Belém. Elimeleque e seus familiares eram efrateus de Belém (Rute 1:2; I Sam. 17:12). Em Miquéias 5:2 os dois nomes aparecem em forma composta: «E tu, Belém Efrata...» Em Gênesis 35:19 e 48:7 aparece como o lugar onde Raquel foi sepultada. O trecho de Miquéias 5:2 é uma predição profética. Os nomes de Noemi (Rute 4:11), de Rute e de seu bisneto, Davi (I Sam. 17:12; Sal. 132:6), sem falarmos no próprio Senhor Jesus, o Messias, estão associados a Belém Efrata.

2. Há uma dificuldade que cerca Efrata, quando aparece como lugar do sepultamento de Raquel. Nos trechos de I Samuel 10:2 e Jeremias 31:5, Efrata aparece como cidade localizada dentro do território de Benjamim, e não de Judá. Além disso, o trecho de Gênesis 35:16 sugere uma considerável distância entre Belém e Efrata. Por essa razão, alguns eruditos supõem que os trechos de Gênesis 35:19 e 48:7 representam glosas inexatas do texto. Nesse caso, deve ter havido uma outra cidade chamada Efrata, na fronteira norte de Benjamim, onde também Raquel teria sido sepultada.

3. Em Salmos 132:6 uma outra região é chamada Efrata, vinculada a Quiriate-Jearim («campo de Jaar») (que vide). Foi dali que a arca da aliança foi levada para Jerusalém. Em I Crônicas 2:50-52, Efrata, Belém e Quiriate-Jearim aparecem associadas.

EFRATE

No hebraico, «fertilidade». Esse foi o nome da segunda esposa de Calebe, filho de Hezrom. Ela foi a mãe de Hur e avó de Calebe, filho de Jefuné. Seu nome aparece em I Crô. 2:50 e 4:4. Viveu em torno de 1540 A.C.

EFRATEU

Adjetivo gentílico que indica um natural ou residente de Efrata (Rute 1:2; I Sam. 17:12). Os habitantes de Belém da Judéia também eram conhecidos como *efrateus*, conforme nos mostra a referência do livro de Rute.

EFROM

Alguns estudiosos pensam que o sentido dessa palavra é desconhecido, e outros opinam que significa «forte»; e, ainda outros, pensam que quer dizer «corço», «gamo». Nas páginas do Antigo Testamento aparece como nome de várias localidades e de uma pessoa, a saber:

1. Um monte ou área montanhosa entre Neftoa e Quiriate-Jearim (que vide). Ficava na fronteira de Judá (Jos. 15:9). Entretanto, em vez de dizer «monte Efrom», a nossa versão portuguesa diz «região montanhosa de Efraim», o que certamente é um erro, devido à semelhança de nomes.

2. Abias capturou um lugar, perto de Betel, que tinha esse nome (II Crô. 13:19). O texto massorético, entretanto, diz *Efraim*. Mas a nossa versão portuguesa diz *Efrom*. Ver também II Sam. 13:23, onde o verdadeiro texto diz «Efraim». A cidade capturada por Abias ficava no território de Benjamim, cerca de treze quilômetros de Jerusalém, perto de Betel, no deserto da Judéia.

3. Uma cidade da Transjordânia, localizada entre Carmion (Astorete-Carnanaim) e Citópolis (Beisã), capturada por Judas Macabeu (I Macabeus 5:41; II Macabeus 12:27) e que também era chamada Efrom. Tem sido identificada com *Et-Taiyibeh*, a suleste do mar da Galiléia.

4. Um *heteu* (no vocabulário secular, *hitita*) que residia em Hebrom e que vendeu um campo com uma caverna, chamado de Macpela, a Abraão, a fim de que pudesse fazer do local um lugar de sepultamento para a sua família. O relato dá-nos a entender certos aspectos de como eram efetuados os negócios no antigo Oriente, com sua mescla de polidez e astúcia. A negociação foi bastante complicada. Efrom realmente queria vender a propriedade, mas também queria fazê-lo por um bom preço (Gên. 23:8). Porém, não querendo parecer ansioso, e querendo demonstrar boa educação, — e que era bom vizinho, ofereceu-se para presentear o terreno, sem estabelecer qualquer preço (Gên. 23:11). Abraão, porém, sabia que seria muita presunção aceitar o terreno como uma dádiva (o que ambos os homens reconheciam muito bem). Portanto, conforme era de esperar, Abraão insistiu em pagar pelo terreno (Gên. 23:13). Nem assim Efrom declarou que seu terreno estava à venda, embora tenha dito astuciosamente o preço do mesmo, segundo ele pensava que o terreno valia. Naturalmente, Abraão compreendeu que aquele era o preço e fez o pagamento (Gên. 23:16).

O terreno tinha uma caverna e várias árvores (Gên. 23:17). Sara foi sepultada ali. Com a passagem dos anos, houve outros sepultamentos no mesmo local. Abraão (Gên. 25:9), Isaque, Rebeca, Jacó e Lia foram todos sepultados no mesmo lugar.

Até hoje a área é conhecida. Uma grande estrutura de pedra, dos islamitas, assinala o local da caverna. Os visitantes têm permissão de entrar no edifício, mas não de adentrarem à caverna. Este é um lugar considerado por demais sagrado para ser franqueado ao público.

EGÍDIO DE LESSINES

Suas datas aproximadas foram 1230-1304. Foi um filósofo escolástico que nasceu na Bélgica. Era frade dominicano. Foi aluno de Alberto Magno, que defendia a doutrina tomista de unidade de formas, contra os argumentos de Robert Kilwardeby (que vide). Sua obra escrita principal foi *Sobre a Unidade da Forma*.

••• ••• •••

EGÍDIO ROMANO

Suas datas aproximadas foram 1257-1316. Foi um filósofo escolástico. Nasceu em Roma e educou-se em Paris, onde também ensinou. Era membro da ordem dos Eremitas de Santo Agostinho. Foi vigário geral dessa ordem, em 1295. Ele defendia a idéia da unidade substancial das formas, advogada por Tomás de Aquino. Ele também mantinha a real distinção entre essência e existência. Era mais intensamente influenciado por Agostinho do que por Tomás de Aquino. Seus escritos incluem os seguintes títulos: *Questões Disputadas sobre Essência e Existência; Sobre o Intelecto Possível; Sobre os Graus das Formas; Sobre o Poder Eclesiástico; Comentários sobre Aristóteles; O Livro das Causas.*

EGÍPCIO, O

No trecho de Atos 21:38, Cláudio Lísias, o comandante da guarnição romana (no grego, *chiliarchos* = chefe de mil), aproxima-se de Paulo e lhe pergunta: «Não és tu, porventura, o egípcio que há tempos sublevou e conduziu ao deserto quatro mil sicários?» Josefo também menciona esse egípcio, tanto em *Antiguidades* (186.204 e 208) quanto em *Guerras dos Judeus* (254-257). A despeito desses informes históricos, a identificação desse indivíduo é desconhecida. Seja como for, ele foi um homem violento, que reuniu em seu redor um bando de assassinos (sicários). Josefo afirma que esse homem viera de Jerusalém, afirmando ser um profeta presente, e foi capaz de conseguir um considerável número de discípulos. De certa feita, conduziu-os ao monte das Oliveiras e afirmou que, à sua ordem, as muralhas da cidade ruiriam à frente deles. Quando isso acontecesse, eles poderiam invadir e conquistar a cidade. Os discípulos do egípcio foram; o homem deu ordens, mas nada aconteceu de extraordinário. O governador Felix ficou cansado com o jogo e enviou tropas. Os soldados mataram muita gente, mas o egípcio fugiu, provavelmente procurando saber o que dera errado.

Esse egípcio representou apenas mais um elemento revolucionário que misturava a fé religiosa com o fanatismo e que tanto malefício causou à sociedade romano judaica. A última revolta dos judeus, em 66 D.C., fora bem organizada. Os sicários tomaram parte ativa nessa revolta; mas ela terminou em desastre e teve como conseqüência a destruição da cidade de Jerusalém, em 70 D.C.

Os sicários eram uma organização terrorista, como muitas outras de nossos próprios dias, fanaticamente religiosos, ao mesmo tempo, e que estavam interessados em libertar Israel do domínio romano. Abominavam a língua latina e, provavelmente, também o grego. Seja como for, o comandante romano mostrou surpresa diante do fato de que Paulo sabia falar o grego, o que não esperaria da parte de um egípcio. Ao que se presume, os egípcios, numa oportunidade dessas, falariam em aramaico. O texto mostra-nos a familiaridade da população judaica com ambas essas línguas. Ver os comentários sobre Atos 21:27 e 38, no NTI, quanto a outros detalhes sobre essa questão.

EGÍPCIOS, EVANGELHO DOS

Orígenes mencionou um evangelho com esse nome, juntamente com uma outra obra apócrifa que lhe chamara a atenção (Luc. Hom. I). Na verdade, duas obras diferentes receberam esse mesmo título, a saber:

1. Uma obra mencionada e citada por Clemente de Alexandria (*Strom.* III). Na oportunidade, Clemente estava abordando questões relativas ao casamento e à moralidade sexual, em conflito com os encratitas e outros grupos religiosos. Em seu estudo, Clemente referiu-se ao fato de que esses grupos usavam o evangelho em questão. Eles empregavam certos trechos de um suposto diálogo entre Cristo e Salomé. Também é possível que tenhamos outras menções a essa obra em II Clemente 12:1,2 e na obra de Clemente, *Excerpta ex Theodoto*, 67. Hipólito (*ref.* 5:7,8 *ss*) informa-nos de que os naassenos usavam essa obra. Epifânio (*Pan.* 62:4) diz que os sabelianos também utilizavam essa obra, embora nenhum deles nos preste informações quanto ao conteúdo desse livro.

A grande maioria de obras dessa natureza tinha tendências gnósticas, tendo surgido somente nos séculos II ou III D.C. Por isso mesmo, os eruditos acham que outro tanto se deve pensar sobre o Evangelho dos Egípcios. Contudo, não dispomos de informes suficientes que nos permitam saber qual o seu conteúdo. Curiosamente, Clemente citou a obra *Contra os Encratitas* (vide), — que eram uma seita gnóstica e ascética; e isso não parece favorecer a idéia de que essa obra fosse de origem gnóstica. Mas, como os cristãos citavam o Antigo Testamento contra os judeus, leva-nos a concluir que qualquer coisa é possível quando as pessoas argumentam sobre questões teológicas e lançam mão de textos de prova.

Também tem sido conjecturado de que essa obra era um evangelho criado por cristãos gentios do Egito, ao passo que o Evangelho dos Hebreus, outra obra apócrifa, era utilizada pelos cristãos judeus. Parece haver algum paralelismo entre o Evangelho dos Egípcios e o Evangelho Cóptico de Tomé. Entretanto, o material disponível é muito escasso e vago e não faz qualquer declaração definida.

2. Há uma outra obra chamada *Evangelho dos Egípcios*. Esse título foi dado no colofon de uma obra intitulada *Livro Sagrado do Grande Espírito Invisível*, e que é o codex III da biblioteca de Nag Hammadi. Os manuscritos de Nag Hammadi faziam parte da literatura dos gnósticos (que vide). Ver também o artigo separado sobre *Nag Hammadi, Manuscritos de*. O codex II dessa mesma coletânea também tem o título de *Livro Sagrado do Grande Espírito Invisível*. Esse codex começa com uma descrição do Grande Espírito e suas supostas emanações (incluindo o Pai, a Mãe e o Filho), concordando com uma doutrina gnóstica comum. Também há certos pontos de semelhança com a seita barbelo gnóstica (que vide) e a obra pode ter sido uma de suas produções. (CH HEN)

EGITO

Esboço:

I. O Nome
II. Geografia e Topografia
III. Esboço da História do Egito
IV. Língua e Literatura do Egito
V. As Religiões do Egito
VI. A Ética Egípcia

I. O Nome

O termo Egito vem do nome grego desse país, *Aigyptos*, que parece ser uma transliteração do egípcio H(wt)-k'-Pt(h). Essa palavra era pronunciada como *ha-ku-ptah*, conforme se vê nas cartas de Tell el-Amarna, de cerca de 1360 A.C., onde encontramos *hikuptah*. Esse era um dos nomes dados à cidade de Mênfis, que, na antiguidade, foi capital do Egito. Estava localizada na margem ocidental do rio Nilo,

imediatamente acima de Cairo. Esta última, finalmente, tornou-se mais importante das duas. — Este nome veio a ser usado para indicar o país inteiro. Atualmente, o Cairo e o Egito são ambos referidos pela palavra egípcia *Misr*.

Kemet era o nome que os próprios egípcios usavam, na antiguidade, para aludir à sua terra. Essa palavra significa «terra negra», o que fala sobre as águas de coloração escura do Nilo, que se espraiam ao longo do seu curso, em contraste com a areia avermelhada do deserto. Um outro nome antigo era *Toui*, que significa «dois países», referindo-se à comum divisão do Egito em Alto Egito e Baixo Egito. O antigo nome hebraico que aparece no Antigo Testamento, como designação do Egito, é *Misrayim*, uma forma dual que aparentemente refere-se à antiga dupla divisão do território egípcio. Essa palavra é confirmada desde tempos tão remotos quanto o século XIV A.C., sob a forma de *msrm*, nos textos ugaríticos (cananeus do norte). Nos textos assiriobabilônios de cerca de 1000 A.C., encontramos a forma variante *musri*. Essa palavra parece significar «terras fronteiriças», podendo ser usada para indicar qualquer país fronteiriço, embora muitos estudiosos rejeitem esse sentido e prefiram a idéia de *dualidade*, que já mencionamos. Têm sido feitas tentativas para entender *msr* como «fortificação», o que, se fosse verdade, faria a palavra relacionar a *i(mdr)*, «muralhas de fortificação». E isso seria uma referência às fortificações que os egípcios mantinham na fronteira com a Ásia, desde cerca de 2000 A.C. em diante. A palavra semítica *masor* quer dizer «fortificação», e isso empresta certo prestígio a essa última interpretação do nome. Porém, nenhuma certeza se tem podido adquirir com respeito a isso.

II. Geografia e Topografia

1. O Egito moderno é uma república norte-africana, que, de 1958 a 1961 fez parte da República Árabe Unida, em união com a Síria. Em 1961, a Síria separou-se da aliança, embora o título República Árabe Unida tenha sido retido pelo Egito como sua designação oficial. Jaz na porção nordeste da África e inclui a adjacente península do Sinai, que já fica no continente asiático. Limita-se ao norte pelo mar Mediterrâneo, a nordeste por Israel, a leste pelo mar Vermelho, ao sul pelo Sudão e a oeste pela Líbia. Tem um total de cerca de 1.000.000 km(2), dos quais somente cerca de 36.000 km(2) são cultiváveis e povoados. A distância máxima, de norte a sul, bem como de leste a oeste, é de cerca de 1.100 km, o que significa que tem quase o formato de um quadrado. A utilização apenas de uma pequena parte desse território deve-se a um clima extremamente seco. Alexandria desfruta de apenas 17,8 cm de chuva por ano, e o Cairo apenas ligeiramente mais do que 2,5 cm. A maior parte do território do Egito desconhece virtualmente qualquer índice pluviométrico, pelo que o rio Nilo é a linha de vida do Egito. Ao longo de seu curso é que pulsa, realmente, a vida do Egito. O recenseamento de 1966 demonstrou que o país tinha um pouco mais de trinta milhões de habitantes, e um quinto desse total vive em uma única cidade, o Cairo. O porto principal é Alexandria. É o país mais populoso de toda aquela região, excetuando a Turquia.

2. *O Antigo Egito*. Duas divisões podem ser especificadas como representações essenciais do antigo Egito: a. uma estreita faixa de terra que acompanha ambas as margens do rio Nilo, desde Mênfis (Cairo) até à primeira catarata (644 km). b. o Delta, assim chamado por causa de sua configuração como a letra grega desse nome. Essa área fica entre o mar Mediterrâneo e a cidade do Cairo, com cerca de 200 km de norte a sul e com cerca de 185 km de leste a oeste. A faixa estreita veio a ser conhecida pelo nome de Alto Egito e o Delta veio a ser conhecido como Baixo Egito. Combinando as duas regiões, obtemos o total de 885 km como o comprimento total do país, desde as margens do mar Mediterrâneo até a primeira catarata do rio Nilo.

3. *O Alto Egito*. A faixa estreita, ou seja, o vale do rio Nilo, está limitada de ambos os lados por colinas de pedra calcária, ao norte e de arenito ao sul de Esnas, ou seja, cerca de 530 km ao sul do Cairo. Essa faixa tem apenas cerca de dezenove quilômetros e meio de largura, na média, embora algumas vezes se estreite a algumas poucas centenas de metros, como sucede em Gebel Silsileh. Fora dessa região (que é regada pelas águas do Nilo), o território inteiro é desértico, estendendo-se até as colinas que a ladeiam.

4. *O Baixo Egito*. Cerca de dezenove quilômetros ao norte do Cairo, o Nilo divide-se em dois braços principais. O braço norte avança para o mar, na direção de Rosetta. O braço leste vai na direção de Damietta, cerca de 145 km distante. Do Cairo até o mar há somente cerca de 160 km. Entre os dois braços do Nilo há um delta pantanoso, composto de depósitos sedimentares que se têm acumulado através dos milênios. Muitos canais e valetas de drenagem ligam os dois braços. Heródoto disse que o Nilo tinha sete bocas que desaguavam no mar, mas os próprios egípcios identificaram apenas três. As duas áreas, o Alto e o Baixo Egito, nem sempre formaram um único país, mas, finalmente, tornaram-se unidos sob um único monarca, desde milênios antes de Cristo.

O Egito ficava localizado em rotas comerciais que ligavam a Europa e a Ásia, estando na África, e entre aqueles outros dois continentes. Portanto, era um escoadouro da África, bem como o lugar fortificado que dominava o caminho entre a Europa e a Índia, mais para o oriente. Os portos naturais do mar Vermelho e do mar Mediterrâneo emprestavam-lhe grande importância nas comunicações e no comércio antigos.

5. *O Rio Nilo*. Esse é um dos maiores rios do mundo em extensão, com um total de 5.607 km. Somente há poucos anos, exploradores descobriram as verdadeiras nascentes do Amazonas, dando a este último a honra de ser não somente o mais volumoso rio do mundo, mas também o mais longo, com um total de mais de 6 mil quilômetros. Seja como for, o rio Nilo é o mais longo e importante rio do continente africano. É formado pela união do Nilo Branco, que nasce em Uganda, e do Nilo Azul, que nasce na Etiópia. Os dois finalmente unem-se, a pouca distância abaixo de Kartum, na república do Sudão. Originalmente, seu curso era um tanto mais para oeste, onde agora fica o deserto da Líbia. Desconhece-se a razão dessa mudança de rumo para a direita. Alonga-se por cerca de 1.530 km desde a fronteira entre o Sudão e o Egito até Rosetta (Rashid), ao desembocar no mar Mediterrâneo. Sua largura varia entre 1.100 m a 16 km, sendo muito mais estreito no sul do que no norte. O vale do rio Nilo fica entre 45 m e 300 m abaixo do nível do deserto, que o ladeia. A sedimentação do Nilo encheu o que era uma antiga baía, e agora essa área forma o Delta, que se estende por cerca de 240 km de um lado ao outro. A partir de 3000 A.C., a sendimentação tem enchido cerca de 8 km mar adentro. As originais sete desembocaduras foram todas entupidas, excetuando as de Rosetta e Amietta. A fonte essencial das águas do Nilo são as chuvas tropicais que caem na parte oriental da África.

Excetuando o Nilo, o Egito conta com bem poucos acúmulos naturais de água potável. A moderna represa de Aswan formou um grande lago artificial. Essa represa fica localizada cerca de 730 km ao sul do Cairo. Foi construída a fim de adicionar, finalmente, cerca de dois milhões de acres de terras cultiváveis.

Sem o rio Nilo, não haveria o Egito, pelo que desde a antiguidade se vem dizendo que «o Egito é o dom do Nilo». Nos tempos antigos, quando não havia ainda meios artificiais de renovação do solo, em larga escala, toda a área povoada dependia das inundações do Nilo, para que houvesse fertilidade. Nos tempos modernos, visto que a represa de Aswan retém a sedimentação, o país tem sido forçado a gastar astronômicas quantias em fertilizantes químicos. A sedimentação que o rio deixava a cada ano era ideal para o plantio. Os agricultores pouco tinham que fazer para preparar o solo, que era extremamente fértil. O rio Nilo é o único grande rio do mundo que é maior perto de suas origens do que em sua embocadura. Isso deve-se ao fato de que atravessa uma região muito árida e assim vai diminuindo ao longo do trajeto, porquanto não adquire qualquer novo suprimento de água, não tendo tributários. Desde a junção com o Atbara até a sua boca, cerca de 2.700 km, não recebe qualquer tributário. Portanto, o solo absorve muita água e a evaporação também é considerável, o que significa que o volume de suas águas vai diminuindo cada vez mais.

Topograficamente, o Egito está dividido em três regiões: 1. a leste do Nilo. Aí fica o deserto da Arábia, que, na antiguidade, continha importantes rotas comerciais e de comunicação entre o Nilo e o mar Vermelho. Ao longo da costa do mar Vermelho, essa região conta com elevadas montanhas, que atingem os 2.150 m. Antigamente, havia alguma atividade vulcânica nessa área. 2. A oeste do rio Nilo. Aí fica o deserto da Líbia, com formações causadas pelos ventos, como as dunas de areia. A infiltração de água, vindo do rio Nilo, formou uma depressão que atravessa essa região, do que resultaram os oásis de Kharga, Dakhla e Siwa. 3. O vale do rio Nilo. Essa é a estreita faixa de terras férteis, que já descrevemos.

III. Esboço da História do Egito

Juntamente com a Mesopotâmia (o moderno Iraque), o Egito tem a mais longa história registrada de qualquer nação moderna.

1. Período Pré-Histórico ou Pré-Dinástico (4000-3100 A.C.). Há evidências de que o vale do rio Nilo vem sendo continuamente habitado pelo menos há seis mil anos. Durante o período pré-dinástico, que se prolongou até cerca de 3100 A.C. segundo sabemos, havia ali povos que desenvolveram a agricultura e a domesticação de certos animais. Nesse tempo ainda não havia um Egito unificado, prevalecendo então as duas divisões principais de Baixo e Alto Egito. Biblicamente falando, os antigos egípcios eram descendentes de Cão, o filho mais novo de Noé. Ver Gên. 10. Invasões de babilônios trouxeram para o Egito povos predominantemente semitas. Outros elementos étnicos, como os núbios, penetraram e deram ao Egito um caráter de povo muito caldeado. Finalmente, o país foi dividido em quarenta e duas províncias, vinte do Baixo Egito, e vinte e duas do Alto Egito. Alguns estudiosos pensam que, ainda mais antigamente, o Egito contava com uma camada de população semítica, pelo que poderia ser considerado como um ramo dos novos semitas.

Estágios da Pré-História. a. Os primeiros povos agrícolas. Além da agricultura, também havia a mineração de cobre. Os costumes de sepultamento mostram que ali havia a crença na vida após-túmulo. Esses povos têm sido denominados pelos historiadores de *taso-badarianos*, e parece que tinham origem africana. b. Uma outra fase pré-histórica foi aquela chamada de Naqada I, onde houve algum contacto com o sul da Arábia, com o Irã e com a Mesopotâmia, por meio do Wadi Hammamat e do mar Vermelho. Por essa altura dos acontecimentos, povos semitas e, portanto, línguas semíticas, começaram a penetrar na cena egípcia, modificando a cultura do país. c. Durante o chamado período Naqada II, houve contatos com a cultura sumério-mesopotâmica. Durante esse tempo, surgiram dois reinos separados, o Baixo e o Alto Egitos. Mas isso terminou quando Narmer, Faraó do Alto Egito, conquistou a região do delta e fez o Egito tornar-se um país unificado. Foi então que surgiu a escrita hieroglífica, bem como a monumental arquitetura egípcia.

2. Período Arcaico. Dinastias I e II (3100-2686 A.C.). Menes ou Narmer pode ter sido uma figura fictícia. Seja como for, a ele é atribuída a união do Baixo e do Alto Egitos, por volta de 3110 A.C. Acredita-se que ele estabeleceu a sua capital em Mênfis, e assim teve início uma série de trinta dinastias diferentes. Presumivelmente, ele foi o primeiro monarca egípcio a governar como se fosse uma divindade, e não meramente como um agente dos deuses, conforme era a doutrina prevalente no sudoeste da Ásia. O governo era essencialmente centralizado, e os registros do governo eram conservados em tabletes de marfim. Departamentos distintos eram mantidos a fim de gerenciar melhor as duas divisões naturais e territoriais, o Baixo e o Alto Egitos. Aparentemente, houve sete monarcas que sucederam a Narmer e que eram seus descendentes diretos. Cada um desses reis tinha o seu lugar sagrado, um túmulo circundado pelas sepulturas de seus nobres. A estela ou tampo do túmulo do quarto desses reis é um notável monumento. Túmulos feitos de tijolos eram construídos com decorações muito elaboradas. Os móveis eram fabricados com madeira de ébano, incrustados de marfim, e havia vasos e instrumentos de cobre, além do que, o ouro era usado em grande abundância. Havia então uma civilização elaborada, uma complexa estrutura governamental, uma boa organização militar e toda a espécie de comércio e artigos de luxo. Tudo isso cerca de dois mil anos antes do tempo de Davi e Salomão.

3. O Reino Antigo. Dinastias III a VI (2778-2423 A.C.).

Durante esse período foi atingido um impressionante pico de prosperidade, esplendor e civilização elaborada. A terceira dinastia produziu os construtores das grandes pirâmides. A quarta dinastia também tinha seus construtores de monumentos. A arqueologia tem descoberto maciças evidências atinentes a esse período, incluindo excelentes móveis, jóias, pinturas e relevos, bem como uma religião altamente desenvolvida, com sua casta sacerdotal. Poucas evidências, sob a forma de documentos, têm sido achadas no tocante à quarta dinastia. Zoser (Djoser, 2664—2646 A.C.), foi o construtor da pirâmide de degraus, em Sakkara, e foi um notável governante desse período. Essa pirâmide foi o primeiro grande edifício de pedra do mundo, elevando-se a quase 60 m de altura em uma área fechada com cerca de 600 m de comprimento por 300 m de largura. Essa área continha um complexo de edifícios, além da pirâmide referida, tudo o que, aparentemente, estava envolvido na manutenção do culto imperial. Os sucessores de Zoser também erigiram pirâmides de degraus, mas essas pirâmides não foram completadas, devido à morte prematura

desses governantes.

As dinastias IV a VI (2614—2181 A.C.) formaram o tipo de civilização que haveria de predominar no Egito por mil e quinhentos anos. Essa foi a era das pirâmides por excelência. O faraó era um monarca absoluto e sua posição monolítica era simbolizada pelas grandes pirâmides de Queopes, Quefren e Miquerinos, em Gizé.

A grande pirâmide de Queopes tinha quase 147 m de altura. A de Quefrem tinha o formato de uma esfinge, retratando o monarca como uma figura guardiã real divina. A terceira pirâmide, de Miquerinos, era a menor das três, mas estava revestida de pedras de granito. O formato das pirâmides provavelmente era um símbolo solar, simbolizando como os raios do sol partem de um ponto, no firmamento, e espalham-se à superfície da terra. Também é possível que, devêssemos pensar nas pirâmides como uma espécie de rampa ou meio de acesso para o rei divino subir ao céu. As pirâmides de degraus fazem-nos lembrar a escada de Jacó, por meio da qual subiam e desciam seres celestiais do céu à terra e vice-versa.

Durante esse período, a arquitetura incluiu palácios e templos suntuosos, nos quais eram usados granito e o alabastro. Havia colunas e pátios muito bem trabalhados, paredes elaboradamente decoradas e pinturas incomuns. Túmulos gigantescos para os membros da realeza eram erigidos, nos quais havia capelas fúnebres, que continham muitas pinturas representando a vida diária. A fabricação de estátuas atingiu uma qualidade sem rival em qualquer período posterior da história do mundo, antes do aparecimento da cultura grega.

A adoração egípcia tinha formas que requeriam as habilidades de muitos artesãos, bem como o desenvolvimento de uma sofisticada casta sacerdotal. Livros de sabedoria de considerável qualidade literária foram escritos pelos líderes da nação. Câmaras internas das pirâmides reais, estavam inscritas com inúmeros encantamentos, rituais mágicos e textos religiosos. Esses tornaram-se coletivamente conhecidos como os *textos das pirâmides*. Ver o artigo separado sobre as religiões do Egito. A esse período é que pertencem os eventos do livro de Gênesis relativos a Abraão e ao começo do período patriarcal de Israel.

4. Levantamente e Queda do Reino Médio. Dinastias VII a X (cerca de 2180-2030 A.C.).

Houve um primeiro período intermediário, que abrangeu a sétima e a oitava dinastias, com reinados curtos, com nenhuma realização especial. Todavia, a ordem estabelecida foi arruinada na área do delta egípcio. As dinastias sétima a décima primeira foram assinaladas pelo aparecimento de nobres feudais locais, o que descentralizou o poder. Os Faraós, em Mênfis, eram reconhecidos como meras figuras decorativas. O conceito de Faraós absolutos não mais funcionava no Egito. Essa descentralização também foi ajudada pelo crescente poder da casta sacerdotal que adorava o deus Rá (Ré). Prevaleceu uma certa desordem, até que a cidade de Tebas estabeleceu sua hegemonia sobre todas as rivais, já na décima primeira dinastia (2134 A.C.).

5. Reino Médio Propriamente Dito. Dinastias XI e XII (2160-1580 A.C.). Aquilo que é chamado de reino médio propriamente dito foi constituído pelas dinastias XI e XII. A cidade de Tebas estabeleceu sua autoridade sobre todas as rivais, e isso prevaleceu até o fim da dinastia XII (1786). O território egípcio foi reunificado e o poder dos Faraós foi restabelecido, acompanhado pelo reavivamento cultural e econômico. Amenemete III (1842—1797 A.C.) tornou-se conhecido por cultivar a terra em grande escala, com o uso de sistemas de irrigação. A estabilidade interna ajudou o Egito a ampliar o seu poder no exterior. Foi durante esse período que a influência egípcia ampliou-se, em grau significativo, até à região asiática contínua, à Núbia e ao sul do Sudão.

6. Segundo Período Intermediário. Dinastias XIII a XVII (1785-1580 A.C.). A décima segunda dinastia terminou com uma rainha; a décima terceira dinastia teve uma série de reis que governaram por curtos períodos. Então entraram no Egito asiáticos (semitas ocidentais) em grande número e obtiveram o controle sobre áreas localizadas, especialmente no delta do Nilo. Finalmente, bárbaros asiáticos dominaram o Egito, em 1678 A.C., continuando a reinar ali até 1570 A.C. Esses povos asiáticos eram chamados *hicsos*, nome esse que vem de duas palavras egípcias, *kihau khasut*, isto é «governantes de terras estrangeiras». Eles estabeleceram-se principalmente no delta do Nilo, embora também tivessem podido controlar áreas no extremo sul do Egito, incluindo a cidade de Tebas. Não eram culturalmente tão avançados quanto os egípcios, mas tinham criado habilidades militares superiores, incluindo o uso do cavalo, dos carros de guerra, de armaduras de proteção do corpo e de arcos bem elaborados. É a esse período que pertence a história de José e dos patriarcas de Israel, no Egito.

7. O Império no Novo Reino. Dinastias XVIII a XX (1551-1301 A.C.).

a. Amoses I (1551—1526 A.C.). Ele deu continuidade ao que fora iniciado pelo seu irmão mais velho, o rei Camoses, expulsando os governantes hicsos do Egito. Como parte das medidas que tomou, ele invadiu a Palestina. Seus sucessores deram prosseguimento à sua obra e um novo período de grande civilização foi inaugurado. De fato, durante os próximos cinco séculos (1570 a 1085 A.C.), o Egito atingiu o pináculo de seu poder e influência, exibindo sua mais impressionante grandiosidade e riqueza. Porém, esse período terminou em uma notável degeneração, que finalmente produziu a dissolução da antiga civilização egípcia. A esse período pertence o tempo de servidão de Israel, no Egito.

b. Tutmés I tinha como sua política a expansão territorial, a fim de evitar outra situação como a invasão dos hicsos. Seu neto, Tutmés III encarregou-se de conquistar a área da Síria-Palestina, por essa mesma razão, tendo procurado estabelecer as fronteiras nacionais tão longe do Egito quanto lhe fosse possível. Ele dirigiu dezessete campanhas contra a região da Síria, e estabeleceu o domínio egípcio na Palestina, na Fenícia e em grande parte do norte da Síria, chegando até as margens do rio Eufrates. Naturalmente, com isso o Egito tornou-se mais cosmopolita do que em qualquer outro período de sua história. Isso fez do Egito a maior potência militar de toda aquela região.

c. Foram cativos cananeus asiáticos, que trabalhavam nas minas de turquesas da península do Sinai que, no começo do século XV A.C., desenvolveram o alfabeto (que vide).

d. As classes militares, profissionais e sacerdotais desenvolveram-se em seu poder e organização. O sacerdócio de Amom-Rá (Amum), em Tebas, o deus oficial do império egípcio, adquiriu grande autoridade e muitas terras. Tão notável foi esse desenvolvimento que os Faraós tiveram de tomar medidas para entravá-lo. Primeiramente eles nomearam os seus próprios sacerdotes, procurando controlar a estrutura

eclesiástica. E então, dentro dessa estrutura, eles promoveram um jogo de poder. O deus sol, Atén, cresceu em estatura, devido à promoção encabeçada pelo Faraó Amenofis III. Amon-Rá continuava sendo honrado, mas desenvolveram-se dois sacerdócios que competiam um com o outro. As denominações se digladiavam! Amenofis IV rejeitou totalmente Amon-Rá e lançou uma campanha contra a pluralidade de divindades, chegando mesmo a apagar os nomes dos deuses das inscrições e esculturas. Ele estabeleceu o monoteísmo com Aten como o único deus a ser adorado e mudou o seu próprio nome para Aquenaten. Em seguida, ele mudou a capital do império para Aquete-Aten, no médio Egito. Essa é a moderna Tell el-Amarna, de tanta fama arqueológica. Aquenaten era adorado pelo povo comum como a personificação de Aten. Essa situação tem sido vista em visões, por místicos modernos, começando algum tempo antes de 1962, como um precursor do anticristo, que, segundo alguns, teria nascido em 1962, e que, segundo alguns pensam, seria descendente biológico ou espiritual de Aquenaten. O anticristo, portanto, seria a incorporação do monoteísmo pagão egípcio, formando contraste com a verdadeira adoração ao único Deus. Esse tipo de paganismo fará guerra ao cristianismo. Ver o artigo sobre o *Anticristo*.

e. *O domínio egípcio sobre a Síria-Palestina* foi um tanto debilitado durante esse período, porquanto havia príncipes rivais que combatiam uns contra os outros, cada qual procurando o apoio dos Faraós. A correspondência que se originou dessa situação criou as famosas cartas de Tell el-Amarna, escritas em letra cuneiforme babilônica, própria da diplomacia, que usava tabletes de argila e que tanto têm contribuído para iluminar a vida humana naqueles tempos. É interessante observar que a imensa preocupação de Aquenaten com as coisas do espírito levaram-no a negligenciar questões políticas e militares, de tal modo que as lutas intestinais, que continuavam sem solução, debilitaram o império egípcio. Isso transparece claramente na correspondência encontrada em Tell el-Amarna.

f. *O monopólio de Aquenatén começou a ruir*. Ele precisou transigir. Dois anos após o seu falecimento, Tebas tornou-se novamente a capital do Egito, sob Tutancamom e Ai. A adoração a Amon-Rá foi plenamente restaurada. À medida que o poder egípcio foi afundando, os militares foram-se encorajando a estabelecer uma virtual ditadura militar.

g. *A Dinastia XIX*. Ramsés I fundou essa dinastia, mas governou por apenas um ano. A Síria caiu diante dos hititas, mas Ramsés II a reconquistou. Então surgiu um novo adversário, que forçou o Egito a aliar-se aos hititas, — como medida de proteção mútua. Esse inimigo eram os minoanos e indo-europeus das ilhas do mar Mediterrâneo. Nos dias de Ramsés III (1190—1158 A.C.), a Síria e a Palestina caíram nas mãos do inimigo. Até mesmo a península do Sinai foi perdida para esse inimigo, no tempo de Ramsés IV (1140—1138 A.C.), o que assinalou o fim do Egito como um poder imperial.

h. *Israel e a XIX[a] Dinastia*. A primeira metade dessa dinastia foi o tempo da opressão contra Israel e do êxodo. Ver o artigo geral sobre a *Cronologia*. Os eruditos continuam disputando sobre a questão de que Faraó teria promovido a opressão de Israel. Nesse tempo, havia muitos escravos semitas que foram utilizados no projeto de construções no Egito. Têm sido achados documentos que mencionam quão numerosos eram esses escravos. Amenofis II (1438—1412 A.C.) fala sobre cativos que foram tomados da Síria, e afirma que havia ali 3.600 apiru, 15.200 sasu (seminômades), 36.300 horeus, etc. Portanto, nada havia de muito diferente daquilo que aconteceu aos hebreus, que foram forçados a fabricar tijolos (Êxo. 1:14). A arqueologia tem descoberto excelentes pinturas que retratam os semitas e outros fabricando tijolos, no túmulo da capela de Recmire, um governador subordinado a Tutmés III. Um ostraco desse mesmo oficial menciona obras de construção, aludindo à extração e preparo de pedras de construção, ao fabrico de tijolos, etc. Os papiros Anastasi, que pertencem a esse mesmo período, também contém descrições sobre projetos de construção. Um outro papiro queixa-se da escassez de homens e tijolos, bem como da falta de palha para os tijolos, tudo o que nos faz lembrar o quinto capítulo do livro de Êxodo. Várias outras pinturas tumulares, ostraca e inscrições confirmam esse tipo de situação no Egito, no tempo correspondente ao período de opressão dos israelitas ali. Estrangeiros também eram empregados em outras obras, como pastores, tecelões, fabricantes de cerveja, mercadores de vinhos, porteiros, soldados, ou seja, em todas as atividades da sociedade. O sistema econômico dependia do trabalho escravo para sobreviver, o que demonstra por que razão o Faraó tanto ansiava por impedir a partida do povo de Israel. Ver o artigo geral sobre o *Êxodo*, quanto a certos detalhes relativos a essas questões.

i. *Naturalmente, alguns semitas adquiriram posições de autoridade*. Isso incluía posições no governo, nas forças militares e no sacerdócio. Alguns deles tornaram-se administradores de elevados oficiais. Si-Montu, um filho de Ramsés II, casou-se com a filha de um capitão da marinha síria, chamado Ben-Anate. As Escrituras Sagradas dizem que Moisés foi adotado pela filha do Faraó, e também que ele foi elevado a alta posição na corte real. Presumivelmente, ele poderia ter levado uma vida suave e próspera, em meio à realeza egípcia. Foi na corte real que ele aprendeu a sabedoria egípcia e a sua posição elimina a teoria que diz que Moisés era analfabeto e que dificilmente poderia ter sido autor de qualquer porção do Pentateuco. No entanto, sabemos que esse período histórico contava com escribas sábios e as descobertas arqueológicas demonstram que a capacidade de escrever não estava limitada à classe dos escribas.

j. Pelo menos a partir do tempo do reinado de Ramsés II, elementos asiáticos (semitas) eram criados nos haréns reais e treinados para ocupar importantes posições oficiais. A filha mais velha de Ramsés II tinha um nome inteiramente semita, Bint-'Anath, havendo muitas provas de palavras emprestadas dos idiomas semíticos pelos egípcios. Assim, apesar de que indivíduos semitas comuns eram escravos empregados em duros trabalhos manuais, havia aqueles que tinham uma vida próspera, em meio à abundância material. É por causa dessa circunstância que o trecho de Hebreus 11:23 *ss*, observa sobre a nobreza das escolhas espirituais feitas por Moisés, quando ele se recusou a ser chamado de filho da filha do Faraó, preferindo sofrer aflições juntamente com o povo de Deus. Ele dava mais valor às riquezas de Cristo, do que às riquezas materiais da corte do Faraó. No coração, desprezou o Egito e não temeu a ira do Faraó. Tudo isso porque prestava lealdade a um Rei maior.

1. *A Mistura de Religiões*. A arqueologia tem demonstrado que certas divindades semíticas, como Ball, Anate, Resefe, Astarte (Astarote), etc., não somente foram aceitas no Egito, mas até mesmo tinham seus templos e seus aderentes sacerdotais

especiais. Com base nessa circunstância, os hebreus tinham plena consciência de que eram um povo separado, e as tradições orais mantinham as memórias da pátria bem vívidas em suas mentes. Outrossim, quando algum grande movimento histórico está prestes a ocorrer, há uma inspiração divina nesse sentido. Moisés foi adredemente preparado para um momento histórico em que grandes modificações tiveram lugar.

m. *Dinastia XX* (1200—1070 A.C.). Após a morte de Siptá, o último rei da XIX[a] Dinastia, Setnact governou durante breve tempo, como fundador da XX[a] Dinastia. Ele restaurou a ordem interna no Egito. Seu filho, Ramsés III, foi o último grande Faraó do império egípcio. Essa dinastia teve cerca de dez monarcas, todos com o nome de Ramsés; mas Ramsés III foi o mais importante deles. Por algum tempo, ele fora capaz de repelir povos marítimos invasores, incluindo aqueles provenientes da Palestina. Depois dele, entretanto, o declínio foi rápido e radical. Foi durante o governo de Ramsés III que a Síria e a Palestina passaram para as mãos dos invasores, que incluíam os minoanos e povos indo-europeus que vinham das ilhas do Mediterrâneo. No tempo de Ramsés VI, até mesmo Sinae foi perdida pelos egípcios, e isso assinalou o fim do Egito como um poder imperial (1148—1138 A.C.).

n. *A Arqueologia e o Novo Reino*. Evidências de todos os tipos e com abundância, confirmam esse período, incluindo muitos artefatos, pinturas, documentos escritos, capelas tumulares, inscrições, etc., pertencentes a esse tempo.

8. O Declínio: Dinastias XXI[a] a XXX[a]. A Dominação Persa e Alexandre, o Grande (1085-332 A.C.).

a. *Colapso e Desintegração*. O colapso externo do império egípcio foi acompanhado pela desintegração interna, o que quase sempre caracteriza o declínio e a queda dos grandes poderes hegemônicos. O Egito havia perdido suas possessões estrangeiras e, juntamente com isso, muito de suas riquezas e a fonte do trabalho escravo, que era uma das bases de sua economia. Estabeleceu-se, pois, a depressão econômica. A ordem pública não pôde mais ser mantida. Por volta de 1075 A.C., a antiga união política do Alto e do Baixo Egito foi rompida. O Alto Egito passou a ser dominado por Tebas; e o Baixo Egito, por Tânis. Houve um período de dominação estrangeira, com o líbio Sesonque I, da XXII[a] Dinastia (940—730 A.C.). Seguiu-se então o período de dominação etíope (736—657 A.C.). De 670 a 654 A.C. o Egito foi ocupado pelos assírios. Em 663 A.C., Tebas foi conquistada e saqueada. Quando da Dinastia Saite (664—525 A.C.), por algum pouco tempo, foi restabelecido de novo o governo nativo no delta do Egito. Porém, em 525 A.C., o domínio estrangeiro tornou-se absoluto, quando Cambises II, rei dos medos e dos persas, passou a governar o Egito. Em seguida, apareceu Alexandre, o Grande, o macedônio. Ele guerreou contra os acamenidas e, em 332 A.C., expulsou completamente os persas do Egito. No mesmo ano, Alexandre fundou a cidade de Alexandria. Ver os artigos separados sobre Alexandre e sobre Alexandria. Foi restabelecido o controle egípcio sobre a Palestina e a Síria, até que os romanos tomaram conta de toda a região, já em 30 A.C., foi então que o Egito foi reduzido a uma mera província romana.

b. *Relações com Israel Durante Esse Período*. A época dos Juízes, de Saulo, de Davi e de Salomão corresponde à XXI[a] Dinastia, ou seja, o começo do declínio radical do Egito. No trecho de I Reis 11:18-22, encontramos o primeiro elo mencionado especificamente. Joabe devastou Edom e seu jovem príncipe, Hadade, foi levado para o Egito. Ali ele cresceu, casando-se com uma cunhada do Faraó. Quando Davi morreu (cerca de 970 A.C.), Hadade retornou a Edom. Os historiadores muito têm-se esforçado para identificar (tentativamente) a mulher específica que se tornou esposa de Hadade, iluminando aspectos da vida dele, por meio dos quais se sabe dos costumes egípcios da época.

Salomão também envolveu-se com o Egito, por meio do casamento, tendo tomado como esposa uma filha do Faraó. Gezer (que vide), uma das principais cidades da parte norte de Sefelá, foi-lhe dada como dote. Ver I Reis 3:1 e 9:16. Os arqueólogos supõem que o Faraó assim envolvido foi Siamun. Foi encontrado um relevo em Tânis, que mostra esse monarca a ferir asiáticos, brandindo uma arma de aparência daquelas usadas no mar Egeu. Ele comandou uma campanha militar na Filístia próxima, sendo provável que foi então que ele se apossou de Gezer e que mais tarde, usou para dar a Salomão como dote. Esse incidente, sem dúvida, envolveu uma aliança com o Egito, confirmada por esse matrimônio.

Na XXII[a] Dinastia, Jeroboão, filho de Nebate (I Reis 11:40), tornou-se um refugiado político no Egito. Quando Salomão faleceu, Jeroboão retornou, encabeçando a divisão do povo de Israel em dois reinos, o do norte (Israel) e o do sul (Judá). Sosenque I foi o Faraó envolvido.

Sisaque (nome com que é conhecido no Antigo Testamento) invadiu a Palestina durante o quinto ano do reinado de Reoboão, filho de Salomão (cerca de 925 A.C.). Foi encontrada uma estela em um templo, em Carnaque, que sugere que um incidente de fronteira deu ao Faraó a desculpa necessária para ordenar a invasão. Seus triunfos foram registrados em um grande relevo, na muralha sul de Carnaque. Esse Faraó tornou-se riquíssimo em face desse saque (I Reis 14:26).

Mas outras aventuras militares do Egito, na Palestina, durante a XXII[a] Dinastia e que são mencionadas em II Crônicas 14:9, não foram tão bem sucedidas.

O Cativeiro Assírio de Israel ocorreu entre as Dinastias XXII[a] e XXV[a]. Israel tentou, mas fracassou na tentativa de evitar o cativeiro, apelando para a ajuda dos egípcios (II Reis 17:4). O apelo de Oséias a So, Faraó do Egito, parece não ter sido respondido. Talvez o nome que aparece na Bíblia, «So», seja uma abreviação de Osorkon IV, o último e débil monarca da XXII[a] Dinastia do Egito. Nesse caso, surgem problemas cronológicos, porquanto sua data é por demais atrasada para corresponder ao período do cativeiro assírio de Israel. Alguns estudiosos acreditam que está em foco Sabacon ou Sabaca, o etíope. Esse foi o primeiro rei da XXV[a] Dinastia. Talvez o nome So (que vide) seja o nome de algum oficial do Faraó, e não o nome do próprio monarca egípcio. Seja como for, as datas exatas dessas dinastias egípcias têm sido postas em dúvida, pelo que é difícil descobrir paralelos históricos em muitos casos. Mas, ainda assim, sabe-se que, por esse tempo, o próprio Egito foi dividido em duas porções, tendo surgido submonarcas que somente ajudaram no declínio geral. O Egito não estava preparado para enfrentar um novo adversário.

Tiraca. Esse Faraó é mencionado em II Reis 19:9 e Isaías 27:9. Ele pertencia à XXV[a] Dinastia, o que tem sido abundantemente confirmado pelas inscrições

assírias. Os egípcios ofereceram ajuda a Israel, se este quisesse resistir à Assíria; porém, a debilidade geral do Egito, nesse período, era um fato bem conhecido. O Rabe-Saqué usou de sarcasmo diante de Hezequias, acerca de sua esperança de obter a ajuda da parte dos egípcios, tendo zombado do Faraó como «bordão de cana esmagada» (II Reis 18:21).

A XXVI[a] Dinastia. Dois Faraós dessa dinastia foram mencionados na Bíblia, a saber, Faraó Neco e Faraó Hofra. O primeiro (II Reis 23:29) enfrentou Josias, na batalha de Megido. Josias foi morto na oportunidade. O poder desse Faraó foi quebrado por Nabucodonosor, da Babilônia, em vista do que foi escrito: «O rei do Egito nunca mais saiu da sua terra; porque o rei de Babilônia tomou tudo quanto era dele, desde o Ribeiro do Egito até o rio Eufrates» (II Reis 24:7; ver também Jer. 46).

Faraó Hofra ajudou Jeoiaquim e Zedequias em sua rebelião contra Nabucodonosor (Jer. 44). Em conseqüência, os babilônios atacaram e conquistaram o Egito; e Judá também não conseguiu resistir aos babilônios, e foram levados para o exílio, em 587 A.C. Quanto a um *completo sumário* de eventos do Antigo Testamento, no que concerne à história do Egito, ver o artigo sobre a *Cronologia*.

9. Datas Importantes da História Egípcia:

Antes de 3100 A.C.: período pré-dinástico (pré-histórico): Badarianos, Naqada I, Naqada II.
Cerca de 3100-2686: período arcaico (dinastias I e II).
Cerca de 2686-2180 A.C.: Reino Antigo (dinastias III a VI).
Cerca de 2180-2030: Primeiro Período Intermediário (dinastias VII a X).
Cerca de 2134-1991 A.C.: dinastia XI: Reino Médio
Cerca de 1991-1786 A.C.: dinastia XII
Cerca de 1786-1551 A.C.: Segundo Período Intermediário (dinastias XIII a XVII).
Cerca de 1551-1315/01 A.C.: Reino Novo (Império) dinastia XVIII
Cerca de 1315/01-1200 A.C.: dinastia XIX
Cerca de 1200-1070 A.C.: dinastia XX
Cerca de 1070-945 A.C.: Começa o período posterior (dinastia XXI)
Cerca de 945-715 A.C.: Terceiro Período (dinastias XXII e XXIII)
Cerca de 720-715 A.C.: Intermediário (dinastia XXIV)
Cerca de 715-664 A.C.: (dinastia XXV)
Cerca de 664-525 A.C.: — reavivamento Saite. (dinastia XXVI)
Cerca de 525-402 A.C: governo persa (dinastia XXVII)
Cerca de 402-341 A.C.: (dinastias XXVIII a XXX)
Cerca de 341-332 A.C.: governo persa renovado
332-331 A.C.: Alexandre e os Ptolomeus.
31 A.C.: Começo do domínio romano.

10. Cronologia Comparada

Oferecemos quadros sobre a cronologia bíblica em geral, no fim deste artigo. Esses quadros apresentam a história geral comparada entre o Egito e Israel, desde o começo da história desse povo de Deus até chegarmos, inclusive, ao período intertestamental. Além disso, a porção da história egípcia que antecede o registro do livro de Gênesis, também foi incluída.

IV. A Língua e a Literatura do Egito

1. O termo literatura dá-nos a entender todos os documentos escritos dos antigos egípcios. Esse material chegou até nós parcialmente sob a forma de inscrição em material perdurável, alguns móveis e outros não. Os materiais perduráveis incluem a pedra, a madeira, o vidro, os metais e a terracota. As paredes, os pisos e os tetos dos túmulos, dos templos e dos edifícios públicos têm servido de ricas fontes informativas, quando ali se acham inscrições. Essas são as fontes informativas imóveis. Mas materiais como a ostraca, o couro e outras substâncias são as fontes informativas móveis. Têm sido achadas inscrições em tábuas de madeira, em esquifes e em outros objetos e utensílios.

Os manuscritos em couro (velino) e em papiro representam fontes informativas móveis de extrema antiguidade. Os primeiros papiros que nos chegaram do Egito foram escritos em caracteres hieroglíficos, antecedendo até mesmo à época dos construtores das grandes pirâmides, perto de 3000 A.C.

2. Tipos de Escrita. Os veículos da linguagem escrita eram de três tipos diferentes: os hieróglifos puros, a escrita hierática e a escrita demótica. O tipo mais antigo é a escrita hieroglífica. Esse tipo encontra-se nos mais antigos monumentos. É impossível descrever o desenvolvimento dos hieróglifos com precisão, tão antiga é essa forma de escrita. Ver o artigo sobre o *Alfabeto*. A escrita hierática aparece pela primeira vez em papiros da XII Dinastia (cerca de 2000 A.C.). E a escrita demótica só entrou em uso já no século VIII A.C. Esses três tipos de escrita, entretanto, não representam uma mesma forma de linguagem. A escrita hieroglífica pura teve seus alicerces na antiga língua sagrada. Outro tanto pode ser dito sobre a forma hierática mais antiga; mas, a partir da XIX Dinastia (1300 A.C.), essa forma acomodou-se um tanto à linguagem falada. Já a escrita demótica representa (conforme fica subentendido nessa palavra) a *escrita popular*, usada pelo povo comum. Foi usada para escrever cartas ou outros materiais comuns, pessoais ou governamentais. Os hieróglifos eram usados para registrar os textos sagrados e as memórias históricas. E a escrita hierática era empregada em material poético e prosaico, ou nos estudos científicos.

3. A Língua Cóptica. Esse idioma descendia diretamente do antigo egípcio, tendo substituído inteiramente o egípcio antigo quando o cristianismo chegou ao Egito. Portanto, trata-se do desenvolvimento mais recente do antigo egípcio. Em cerca de 1500 D.C., entretanto, tornou-se uma língua morta, embora continue sendo usada na linguagem litúrgica da Igreja Copta. Algumas das primeiras versões do Novo Testamento foram produzidas em cóptico; e agora servem de preciosas testemunhas do texto do Novo Testamento. Ver o artigo intitulado *Manuscritos do Novo Testamento*, sob *Versões*, e também o artigo separado *Bíblia, Versões da*. Na língua cóptica adotou-se o alfabeto grego com pequenas modificações, para representar fonemas inexistentes na língua grega. O cóptico e o demótico existiram por muito tempo lado a lado; mas a produção do Novo Testamento em cóptico eliminou, finalmente, o uso da língua mais antiga, em todas as suas formas. Entretanto, sete caracteres foram tomados de empréstimo do demótico e adicionados às letras gregas, a fim de formar-se o alfabeto. E é somente assim que o demótico continua existindo.

4. Classificação da Língua Egípcia. Essa língua pertence ao grupo de línguas semito-camíticas, juntamente com certo número de outros idiomas parecidos, existentes na África. Os eruditos, porém, não têm conseguido determinar a posição exata do egípcio, dentro desse grupo.

Quatro estágios do desenvolvimento do Egípcio. Esses estágios seguem os períodos distintos de produção literária, a saber:

a. *Egípcio Antigo.* Essa era a língua literária do antigo reino (dinastias IV a VI, mais ou menos em meados do III milênio A.C.

b. *Egípcio Médio.* Da XI à XVI Dinastia (séculos XXI a XV A.C.).

c. *Egípcio Posterior.* Dinastias XIX e XX (séculos XIII e XII A.C.)

d. *Demótico.* Essa era a língua usada popularmente, e de grande parte da literatura dos fins do século VII A.C., até que foi substituída pelo cóptico. Literatura escrita em egípcio antigo, médio e posterior continuava a ser produzida na época dos Ptolomeus e dos primeiros imperadores romanos, embora sob forma modificada ou corrompida, algo um tanto parecido com o latim bárbaro depois da queda do Império Romano do Ocidente, em comparação com o latim clássico.

5. Decifração do Idioma Egípcio. No ano de 1799, elementos da expedição militar de Napoleão contra o Egito descobriram a Pedra de Rosetta (que vide), uma peça de basalto negro que trazia inscrições em escrita hieroglífica, demótica e grega, que repetiam o mesmo conteúdo. Isso proveu a chave necessária para a decifração do egípcio antigo, o que foi conseguido pelo francês François Champollion, em 1822.

6. Literatura

Existem peças literárias egípcias que chegaram a nós vindas do século XXIX A.C. A última peça **literária escrita em hieróglifo data de 24 de agosto** de 394 D.C. O texto demótico mais recente data de 2 e 11 de dezembro de 452 D.C. Portanto, as datas mais antiga e mais recente de textos escritos em egípcio, cobrem nada menos de trinta e três séculos. E textos produzidos em cóptico continuaram até o século X D.C. Isso significa que temos trinta e oito séculos de contínua tradição literária, se não incluirmos os tempos modernos. Isso é um recorde.

Períodos de Produção Literária

A. Terceiro Milênio A.C.

As mais bem conhecidas produções literárias do Reino Antigo e do Primeiro Período Intermediário eram de natureza religiosa e de sabedoria. Os sábios Imhotep, Hardidief (Kairos?), e até Kagemni e Photep, produziram instruções éticas e religiosas, incluindo máximas expressivas. A esse período pertencem muitas inscrições e pequenas peças literárias associadas às funções religiosas, como os Textos da Pirâmide e a Teologia Menfítica. Maiores detalhes sobre essas questões são dadas na seção V, que aborda a *Religião Egípcia*. As mais antigas obras literárias egípcias que possuímos são breves observações biográficas existentes em túmulos, em capelas ou nas proximidades, com o intuito de deixar uma boa impressão sobre os passantes. Diz uma dessas inscrições, vindas da IV Dinastia (2700-2500 A.C., a época dos construtores das pirâmides): «Nenhum dos homens que fizeram este (túmulo) para mim, nenhum ficou irado. Sem importar se operário ou artífice, satisfiz a todos». Se esse homem expressou uma verdade, então era realmente uma pessoa bondosa!

Um outro texto deveras interessante é o de Uni, um oficial do governo (da VI Dinastia, 2423-2263 A.C.): «Sua Majestade determinou que eu julgasse (a rainha) sozinho. Nenhum ministro ou juiz principal estava presente, mas eu estava só, porque eu sou excelente, porque agrado ao coração de Sua Majestade, porque Sua Majestade encheu seu coração de minha pessoa. Escrevi sozinho o registro, com apenas um juiz associado, embora meu ofício fosse supervisor dos domínios reais. Nunca antes alguém da minha categoria havia julgado um segredo da família real, mas Sua Majestade pediu-me para julgar porque eu era mais excelente, no coração de Sua Majestade, do que qualquer outro de seus oficiais, do que qualquer outro de seus nobres, do que qualquer outro de seus serviçais». Essa citação mostra-nos que os antigos egípcios sabiam jactar-se. Naturalmente, Uni deve ter dito a verdade, pois, de outro modo, dificilmente ele teria deixado ao léu uma peça escrita como essa.

Pertencente ao Primeiro Período Intermediário (Dinastias IX e X, 2190—2040 A.C.), a obra *Admoestações de Ipuwer* reflete o declínio e a desintegração da antiga ordem de coisas na vida egípcia. Outra obra, intitulada *Disputa de um Homem Cansado da Vida com a sua Alma,* é a obra de um homem desencorajado, que estava pensando em cometer o suicídio. Essa obra termina com quatro comoventes poemas que louvam a morte! As *Instruções do Rei Merikare* exibem grande sabedoria social e política. Nove discursos retóricos, em favor da justiça social, intitulam-se *Apelos do Aldeão Eloqüente.*

B. Começo do segundo milênio A.C.: O Reino Médio

De acordo com os peritos, o Reino Médio (2052-1786 A.C.) foi o período clássico da literatura egípcia. De acordo com certa divisão, os *Apelos do Aldeão Eloqüente* é obra pertencente a esse período. Além dessa temos a *Saga de Sinuhe.* Esta última é a história de grandes aventuras passadas na Síria-Palestina, narrada na primeira pessoa do singular, por um oficial que serviu ao rei Sesostris I (1971-1928 A.C.), quando **ele ainda era co-regente** de seu pai, Menemhet I. Ali há aventuras perigosas e ousadas. Sinuhe retirara-se para o exílio voluntário quando seu pai foi assassinado e a intriga ameaçava a sua própria vida. Conseguiu, porém, sobreviver a todos os perigos, até que sentiu saudades de sua terra natal. Sentia que fora estrangeiro por tempo suficiente, e que o Egito era o único país onde lhe convinha viver. Todavia, retornou com grande medo no coração, supondo que poderia ser morto por haver-se exilado voluntariamente. No entanto, os seus temores eram infundados. Foi recebido com grande regozijo e celebração, de uma maneira que nos faz lembrar da história do retorno do filho pródigo, contada pelo Senhor Jesus. Presentearam-no com uma excelente moradia, uma propriedade na forma de um terreno e um túmulo, e ele ajustou-se a uma vida amena, podendo esperar pacientemente a morte física, com um sepultamento condigno, em sua própria terra— um drama humano comum bem como a substância central de muitas narrativas.

Nessa época, a escrita dos egípcios exibia uma considerável variedade e era bastante diferente em sua natureza, da produção literária dos hebreus, que explorava, exclusivamente, temas religiosos. A obra *Marinheiro Náufrago* é uma fantasia náutica. A *Profecia de Neferti* é uma pseudoprofecia, com o intuito de promover Amenemhat I como salvador do Egito, e portanto, ajudá-lo em sua carreira política. Outras obras similares intitulam-se *Sehetepibre* e *Um Homem a Seu filho,* que exaltam as vantagens para quem é leal às classes governantes. As *Instruções de khety, Filho de Duauf,* também chamadas *Sátira dos Negócios,* exaltam o trabalho efetuado pelos escribas, — diminuindo a importância do que é feito em outras atividades e profissões humanas. A peça

poética, *Hinos de Sesostris* III, foi escrita a fim de inspirar a lealdade aos reis «divinos».

C. Fins do Segundo Milênio A.C.

Nesse período, continuou a grande variedade de formas literárias. Obras como *O Príncipe Condenado pelo Destino* e *A Saga dos Dois Irmãos*, apresentam historietas de grande imaginação. A *Captura de Jopa* é uma obra de ficção um tanto similar à história de *Ali Babá e os Quarenta Ladrões*, dos tempos modernos. E o *Relatório de Wenamon* (também chamado *As Desventuras de Wenamon*), conta como ele foi enviado ao Líbano a fim de buscar madeira para a construção da barcaça sagrada do deus Amon, em cerca de 1085 A.C. Isso ocorreu nos dias infelizes de Ramsés XI. — Alguns eruditos, mediante hábeis argumentos, afirmam que o manuscrito de que dispomos é o original, escrito pelo próprio Wenamon. Se isso é a verdade, então representa o único original de qualquer obra antiga em existência. Mas, há outros especialistas que supõem que esse manuscrito foi escrito um século ou mais depois da época de Wenamon, pelo que seria apenas uma cópia muito antiga do original. Seja como for, essa obra descreve uma aventura muito movimentada, que presumimos ser fiel à vida real. Esse período também nos legou grande variedade de obras poéticas, do tipo lírico, real e religioso. Há alguns poemas de amor, que nos fazem lembrar de Cantares de Salomão, um dos livros da Bíblia. Ali diversos Faraós elogiavam os seus feitos e realizações por meio de hinos, o melhor dos quais são os de Tutmés III, Amenofis III e Ramsés II e Meremptah. Em um desses hinos, o último desses quatro Faraós menciona Israel, em uma estela. Além desses, havia numerosos hinos poéticos, louvando a diversas divindades. A literatura de sabedoria continuou a ser produzida, conforme se vê nas *Instruções de Ani e Amenacte*. E a obra intitulada *Imortalidade da Escrita*, é uma peça literária realmente notável.

D. Primeiro Milênio A.C.

Esse período não deixou para nós uma literatura tão abundante quanto o período anterior, pelo que podemos deduzir que já passara o auge da produção literária no Egito. Entre as peças existentes dessa época encontramos a *Petição de Peteesi*. Peteesi residia em Teuzoi (moderna el-Hibeh). A petição feita por ele foi um eloqüente apelo aos governantes persas da época, a fim de restaurarem a sua família à sua anterior posição de glória e utilidade pública. Essa família fora uma casta de sacerdotes importantes, mas eles haviam perdido seu poder e riquezas materiais e talvez até a sua dignidade de ofício. Uma peça literária de sabedoria chama-se *Instruções de Onkh-sheshonqy*, produzida já quase no final desse período. Foi escrita em demótico. *As Histórias dos Sumos Sacerdotes de Mênfis* foram produzidas já no começo da era cristã. Com o advento do cristianismo, na língua cóptica, houve uma renovada atividade literária.

E. Elos Entre a Literatura Egípcia e a Literatura dos Hebreus

Há peças literárias parecidas nos escritos egípcios e hebreus. Os eruditos, porém, não acreditam que tenha havido verdadeiros empréstimos ou dependências entre essas literaturas. O monoteísmo representado pelo deus-sol de Aquenaton parece ter sido um claro caso de henoteísmo. O henoteísmo diz que há muitos deuses, mas apenas um deus principal, que se relacionaria com os homens. Ora, em vista disso, não há necessidade de pensarmos que os egípcios copiaram idéias hebréias. Outro tanto sucedeu na cultura grega, como nos escritos de Platão, que assumiu o ponto de vista agnóstico do politeísmo grego. Em seu diálogo, Leis, ele substituiu os seus universais pela palavra grega correspondente a *Deus*. Antes de Platão, Xenófanes (século VI A.C.), um teólogo especulativo, revoltara-se contra o politeísmo de sua época, tendo-se referido ao único Deus indivisível, o que, de certa forma, aproxima-se bastante do pensamento hebreu, embora, até mesmo nesse caso, não precisamos pensar em intercâmbio de idéias.

Na *Saga dos Dois Irmãos* há um incidente parecido com o que envolveu a mulher de Potifar e José, ao qual ela tentou seduzir. Porém, coisas dessa ordem sempre aconteceram, e deve ter havido muitos casos similares, que serviram de inspiração para essa obra.

Os eruditos deixam-se impressionar mais pelas similaridades entre a literatura de sabedoria de Amenenope e alguns dos provérbios da Bíblia. Mas, mesmo assim, não parece ter havido qualquer empréstimo direto, a despeito da similaridade geral. Quando algum autor aproveita os escritos de outro, quase sempre inclui algumas poucas citações diretas da obra deste; e tal atividade não se evidencia nesse caso.

O *Hino a Aten*, de Aquenaton, encerra alguns pensamentos similares aos do Salmo 104; mas as similaridades observadas envolvem expressões piedosas universais, existentes em muitas culturas diferentes. Deus, ou um deus superior, ou um deus-chefe, pode ser venerado como criador e sustentador da vida em qualquer cultura, e o que é dito para expressar tais idéias acaba sendo parecido com o que é dito a respeito em uma outra cultura. Os hinos a Zeus exaltavam-no como criador e sustentador, mas isso não faz com que Zeus seja o mesmo Yahweh dos hebreus.

Certos *salmos penitenciais* dos construtores de necrópolis tebanos, da XIX Dinastia, são similares a passagens bíblicas, como o Salmo 51. Mas as pessoas às vezes ficam muito emocionadas, por causa dos pecados que cometem, e proferem coisas similares, sem nenhuma necessidade de empréstimos literários. O rei hitita, Mursil II, quando confessou os seus pecados, não usou uma linguagem muito diferente da de Davi. As odes penitenciais dos babilônios também servem de exemplos desse tipo de literatura.

A cultura e a literatura. Pelo menos é verdade dizer que somente na literatura o povo hebreu aproximou-se, quanto à qualidade, das produções egípcias. Para Israel, a religião era tudo, e o Antigo Testamento é a grande contribuição do judaísmo para a cultura mundial. Em todos os demais aspectos culturais, os egípcios ultrapassaram os israelitas. Os egípcios desenvolveram muitas formas literárias, foram ativos nas ciências, nas artes, na arquitetura, na astronomia, na mecânica e na medicina.

V. As Religiões do Egito

1. *História envolvida e caracterização geral*. A história da religião, no antigo Egito, começa paralelamente à sua história secular, ou seja, em 3000 A.C., e, então, continua até o advento do islamismo (após 642 D.C.). Somente então podemos falar em termos do Egito medieval e do Egito moderno. Talvez somente na época do monoteísmo de Aquenaton (1372-1354) tenha havido qualquer coisa parecida com um movimento unificador na religião; mas, mesmo assim, foi um esforço de pouca duração, imposto de cima para baixo. Em tudo o mais, a religião egípcia era pluralista, estando envolvida em desenvolvimentos e práticas de cunho local, pois cada localidade tinha

seu próprio deus, seu sacerdócio e seu culto religioso.

2. *Características mais antigas.* Muitas culturas seguem as mesmas diretrizes gerais. As primeiras divindades são sempre personificações das forças da natureza, como o sol, as estrelas, certos animais como o touro, o falcão, o crocodilo, ou então o trovão, o relâmpago, os poderes infernais (estes últimos sugeridos pelas atividades vulcânicas), a força das tempestades, dos ventos, da chuva, etc. Depois disso aparecem os espíritos dos mortos ou outros espíritos, que inspiram o terror nos homens, e os levam a adorá-los. A necessidade das colheitas, para a continuação da vida, fornecem aos homens seus deuses e deusas da fertilidade, e o desejo pelos prazeres é a inspiração dos deuses e deusas da alegria e da fertilidade. Acrescente-se a isso a inevitável atividade antropomórfica, que faz deuses e deusas serem concebidos em termos de seres humanos, embora ampliados, mas que têm virtudes e vícios melhores e piores do que as virtudes e vícios dos homens.

3. *Divindades protetoras.* Antes que Menes unificasse o Egito sob o seu governo, o país estava dividido em dois reinos (o Alto e o Baixo Egitos). Subseqüentemente, foi dividido em distritos, bem como em um certo tipo de cidades-estados. Cada cidade ou distrito contava com seu deus protetor ou patrono. Alguns dos deuses mais importantes eram os seguintes:

Anúbis, de Cinópolis, um deus com cabeça de chacal, que era o deus dos mortos. *Atom*, de Heliópolis, mais tarde identificado com o deus-sol Rá (que vide). *Bastete*, a deusa-gata de Bubástis. *Hator* (que vide), a deusa-vaca de Denderá e de Afroditópolis. *Horus*, o deus-sol, em forma de falcão, de Bedete. *Edfu*, o deus real do Egito. *Khnum*, o deus com cabeça de carneiro de Elefantina, que também era adorado sob a forma da catarata existente na região. *Khonsu*, o deus-lua de Tebas. *Min*, o deus-peixe fálico de Cóptos. *Akhmim*, um deus agrícola. *Montu*, o deus da guerra de Hermontis e que tinha cabeça de milhafre. *Amom*, o deus do carneiro sagrado, que substituiu a Montu, em Tebas. *Neite*, a deusa de Sais e de Esna. *Necbete*, a deusa corvo de El-Kab. *Ptá*, o deus-boi de Mênfis, que era considerado o patrono especial dos artistas. *Sebeque*, o deus-crocodilo de Fayum e de Kom Ombo. *Tote* (vide), — **o deus com cabeça de íbis de Mermúpolis, que, supostamente, teria inventado a arte da escrita** e que era o santo patrono da erudição e que era também representado pelo babuíno!

Os deuses animais patronos, no Egito. Além de adorarem deuses que eram representados por seres animalescos, os egípcios também adoravam diretamente a certos animais. Assim, havia *Ápis* (vide), um touro negro com manchas brancas, adorado em Mênfis. *Mnevis*, um boi de cor clara, que era o deus de Heliópolis. Havia ainda outros deuses-boi, relacionados a outras localidades egípcias. Outros animais sagrados, formando uma lista difícil de nela acreditarmos, incluíam o babuíno, o musaranho, o cão, o lobo, o chacal, o gato, o leão, o hipopótamo, o carneiro, a vaca e vários pássaros, como o abutre, o gavião e o ganso. Também não nos devemos esquecer da serpente, considerada uma divindade em muitos lugares do Egito. Até mesmo insetos, como o escaravelho, vieram a fazer parte do panteão egípcio. É curioso, todavia, que a adoração direta a certos animais não garantia aos mesmos uma longa vida, conforme se dá na Índia, no caso da vaca sagrada, que ninguém toca. Muito pelo contrário, os egípcios comiam o boi sagrado.

Apesar desse costume, os túmulos dos bois sagrados, em Sacara, encontram-se entre os mais impressionantes túmulos do Egito. O gato, por sua vez, era um animal considerado sagrado e muitos gatos mumificados têm sido encontrados naquele país. Ver o artigo separado sobre o *Gato*.

O deus-chacal, Anúbis, tinha a tarefa especial de proteger os espíritos dos mortos que vagueavam, no após-vida. Também havia cães de guarda para os vivos e o grande Cão de Guarda para os mortos! A imaginação dos homens mostra-se ridícula, para dizermos o mínimo.

Deuses que eram forças da natureza. Entre esses havia *Rá*, o sol; *Hapi*, o rio Nilo; *Num*, o oceano; *Sou*, o ar; *Tefnute*, o orvalho; e *Gebe*, a terra.

4. *Movimento de unificação da V Dinastia e outras unificações.* Os teólogos de Heliópolis, nesse tempo (2560-2420 A.C.), identificaram sua divindade local, *Atom*, com o deus-sol, *Rá*. Isso deu origem a uma espécie de religião nacional, embora não tivessem sido eliminados os muitos deuses locais, o que se evidencia pelas muitas divindades descritas antes. Antes mesmo desse tempo, porém, tinha havido outras unificações, como quando Sete e Ombos tornaram-se divindades especiais no Alto Egito, e Horus tornou-se outro tanto, no Baixo Egito. Em uma outra ocasião, a deusa corvo, *Necbete*, do Alto Egito, obteve proeminência maior que a de outros deuses, e o deus-serpente, Buto, tornou-se muito importante no Baixo Egito. Posteriormente, Horus foi identificado com Atom-Rá-Haracte, de Heliópolis. E foi então que se tornou a divindade real dos Faraós, conferindo-lhe grande proeminência no panteão egípcio.

5. *Amenopofis IV* (Icnaton, 1375-1358 A.C.), da XVIII Dinastia, promoveu a causa do monoteísmo, tendo negado o poder de deuses solares, como Amon, que haviam recebido a lealdade de cidades como Tebas. Esse Faraó opôs-se abertamente à casta sacerdotal de Amom, fazendo com que Atom-Rá-Haracte se tornasse o único deus-sol do Egito. Os estudiosos referem-se a *Aten* como o nome do deus que resultou dessa consolidação. Outros deuses foram proscritos no Egito, embora, aparentemente, continuassem sendo reconhecidos como entidades. Portanto, temos então muito mais o fenômeno do henoteísmo do que o fenômeno do monoteísmo dos hebreus, e também diferente do fenômeno do politeísmo pagão, embora, na prática, tivesse sido estabelecido no Egito, um monoteísmo de breve duração. Todavia, essa adoração unificada não contava com qualidades morais especiais, conforme se verificou no monoteísmo hebreu. Aten era retratado como um criador benévolo, como sustentador da vida. É curioso que Aquenaton tenha se casado com a sua própria filha, embora isso não tivesse resultado de qualquer convicção religiosa, pois outros Faraós haviam feito a mesma coisa. Esse Faraó é que tem sido visto, nas visões de místicos modernos, como o progenitor do anticristo (biológico ou espiritualmente, ou ambas as coisas?)

6. *Osíris.* a. Pano de fundo. Os primórdios desse culto podem ser encontrados no Antigo Reino Egípcio, bastante anterior à época de Abraão e dos patriarcas de Israel. Toda uma família de deuses desenvolveu-se em torno de Osíris, o que incluía um culto muito elaborado. No entanto, nos primeiros dias do Reino Antigo, essa família divina ainda não havia sido imaginada. Ao que parece, o próprio Osíris a princípio fora o deus Nilo de Busiris, no Delta. Em tempos remotos, Osíris, Ísis, Horus e Sete tinham sido

divindades tribais independentes. Horus acabou sendo adorado em companhia dela, considerado seu filho. Sete era adorado como uma espécie de figura divina igual a Horus. Osíris, quando unido a essa *família*, tornou-se o esposo de Ísis. Com a passagem do tempo, — Sete deixou de ser igual a Horus, e acabou sendo o irmão mau de Osíris. Então Osíris tornou-se o pai bom, Horus tornou-se o filho bom, e ambos faziam oposição a Sete. É deveras curioso que alguns teólogos mórmons supõem que Satanás é um irmão desviado do Filho e que tanto o Filho quanto o Pai agora se opõem a Satanás. Assim, apesar das relações serem diferentes, a idéia é idêntica: uma família de deuses na qual um dos membros erra e sofre oposição. Além disso, Osíris veio a ser imaginado como irmão de Ísis, que se casou com ela, de acordo com um antigo costume entre os egípcios. Sete também tinha uma irmã, chamada Nebate, que se casou com ele. Mas, em algumas representações, Osíris teria uma segunda esposa, essa mesma Nebate, que tinha um filho divino, Anpu, ou Anúbis.

b. *Osíris era o deus dos mortos*, o que explica a grande proeminência dessa divindade na teologia egípcia. Para uma egípcia, a felicidade eterna dependia de ser ela favorecida e transformada por Osíris. Seu nome veio a tornar-se um sinônimo virtual de *bem-aventurado*. O reino de Osíris era descrito em termos vagos e indistintos; mas, antropomorficamente, de tal modo que o após-vida era visto essencialmente como uma existência análoga à do mundo presente. O famoso Livro dos Mortos, até hoje existente em várias traduções, era o roteiro para alguém chegar ao reino de Osíris. Ver o artigo separado sobre o *Livro dos Mortos*, onde se descrevem as coisas surpreendentes e mesmo deleitosas e sábias, que se acham naquele escrito. Uma cópia desse livro com freqüência era deixada nos túmulos, a fim de guiar os mortos e servir-lhes como uma espécie de amuleto. Osíris atuava como um juiz. Cada alma era pesada em comparação com a verdade e era submetida a um longo questionário referente, principalmente, àquilo que alguns chamariam de *pecados mortais*. Se uma alma fosse aprovada, entrava na felicidade eterna. Se fosse rejeitada, ela seria expulsa sob a forma de um porco, para alguma sorte desconhecida.

c. *Osíris e a ressurreição*. Os mitos que circundavam essa família de deuses inclui a idéia de que Osíris foi assassinado por Sete. Horus, porém, conseguiu reunir os pedaços de seu corpo desmembrado, para restaurar o seu corpo à vida. Portanto, temos aí a curiosa doutrina do filho que ressuscitou ao pai, o contrário da ressurreição de Jesus Cristo, no Novo Testamento. Naturalmente, outras religiões antigas também contavam com histórias de ressurreições, pelo que não há nenhuma conexão direta entre Osíris e o Novo Testamento, excetuando aquela esperança que os homens sempre tiveram de que a morte, de alguma maneira, pode ser derrotada mediante algum ato divino. No relato da ressurreição de Osíris, também há o paralelo com o cristianismo de que essa mesma vida pode ser dada aos homens, sob a condição deles seguirem pela vereda espiritual. Em algumas versões, quem ressuscita a Osíris, após seu assassinato, não é o filho dele, Horus, e, sim, a sua esposa, Ísis.

d. *O submundo e o céu*. Osíris, antes de tudo, era o deus do submundo, das regiões infernais. Em tempos posteriores, entretanto, ele passou a ser imaginado como um habitante dos lugares celestiais, onde se encontraria sentado em um trono, para julgar todas as coisas.

e. *Faráo e Osíris*. Isso envolve uma doutrina de filiação, visto que o Faraó era tido como filho de Osíris, ou seja, divino por seu próprio direito. O conceito do rei divino exercia grande poder sobre a política e a religião do Egito.

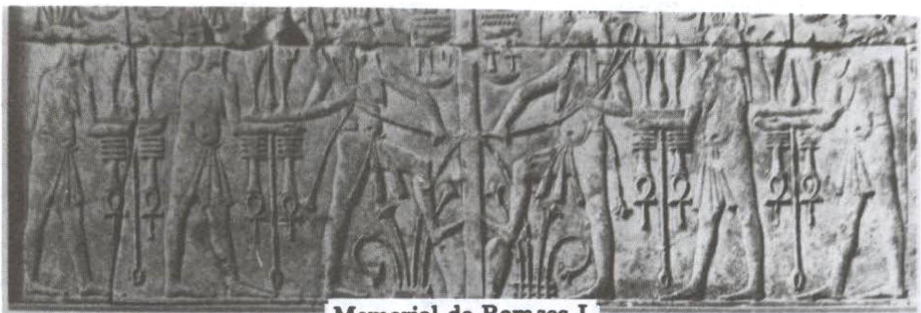
f. *A imortalidade obtida por Osíris*. Um aspecto da teologia egípcia que circunda a figura de Osíris diz que ele mesmo obteve a imortalidade mediante obras piedosas, e através de ritos religiosos apropriados. Quão parecido com a doutrina católica romana! O sacerdócio que servia a Osíris é retratado como os preservadores da fórmula para a obtenção da imortalidade. Eles exortavam os homens a seguirem o exemplo deixado pelo próprio Osíris, para poderem obter o mesmo tipo de vida que ele teria obtido. Há nisso, igualmente, um curioso paralelo com a doutrina mórmon, que diz que o próprio Deus, no passado distante, foi um homem como qualquer outro, mas obteve a sua augusta posição e natureza através da obediência perfeita às leis divinas superiores.

g. *Adaptações romanas*. Nos tempos dos romanos, Osíris e Ísis foram unidos como as divindades protetoras de certa religião misteriosa que falava sobre um deus que morrera, mas foi trazido de volta à vida.

h. *Proeminência de Osíris e Ísis*. A adoração que circundava Osíris e a sua família tornou-se tão dominante nos tempos helênicos que os visitantes gregos do Egito, como Heródoto (ver II.42), tinham a impressão de que Osíris e Ísis eram as únicas divindades nacionais do Egito. Os estudiosos das religiões do mundo supõem que essa popularidade devia-se à ênfase sobre a imortalidade alcançável que esse culto prometia aos homens. De fato, a maioria das pessoas tem a esperança de sobreviver à morte, encontrando uma vida imortal melhor do que a vida atual.

i. *Unificações*. Quando Osíris se tornou o fator principal da fé egípcia, esse deus começou a incorporar em si mesmo as funções e poderes de outras divindades locais. Ele absorveu deuses anteriores do submundo, como Khentamentiu, o deus com cabeça de cão de Abidos, Ptá-Socar, de Mênfis, e Gebe. Visto que os mitos afirmavam que seu corpo fora desmembrado, vários santuários afirmavam possuir algum pedaço de seu corpo. Entretanto, sua cabeça estaria guardada em um certo túmulo, em Abidos. Ali, esse alegado túmulo era exibido aos visitantes, pelo que o local tornou-se um dos principais centros desse culto. O paralelo católico romano, que envolve relíquias e ossos de santos, nem precisa ser comentado. O deus Anúbis, com cabeça de chacal (um dos filhos de Osíris), era quem teria a tarefa de dar as boas vindas às almas, levando-as ao trono de julgamento. O resto que precisa ser dito sobre Osíris e seu culto pode ser lido no artigo sobre o *Livro dos Mortos*.

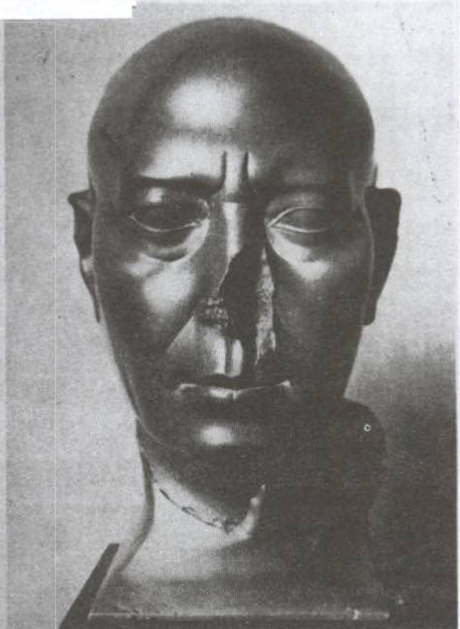
7. *Algumas Formas religiosas*. — Essas formas variavam de uma região para outra. A descrição sob o terceiro ponto, *Deuses Protetores*, sugere a grande variedade de formas de adoração do Egito. Antes de tudo, temos uma fantástica idolatria, que representava as divindades sob uma variedade quase interminável de figuras. Em segundo lugar, havia castas religiosas que cuidavam dos templos, com ritos os mais elaborados. Os deuses eram servidos com libações (líquidos) e com alimentos sólidos. A vida após-túmulo era retratada como um estado onde as pessoas trabalhavam, pelo que pessoas proeminentes



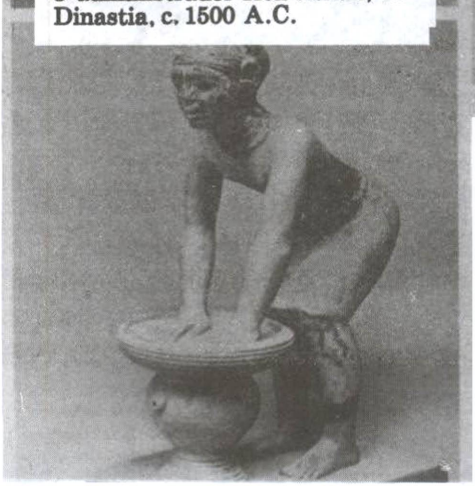
Memorial de Ramses I



O administrador Ken-Amún, 18ª Dinastia, c. 1500 A.C.

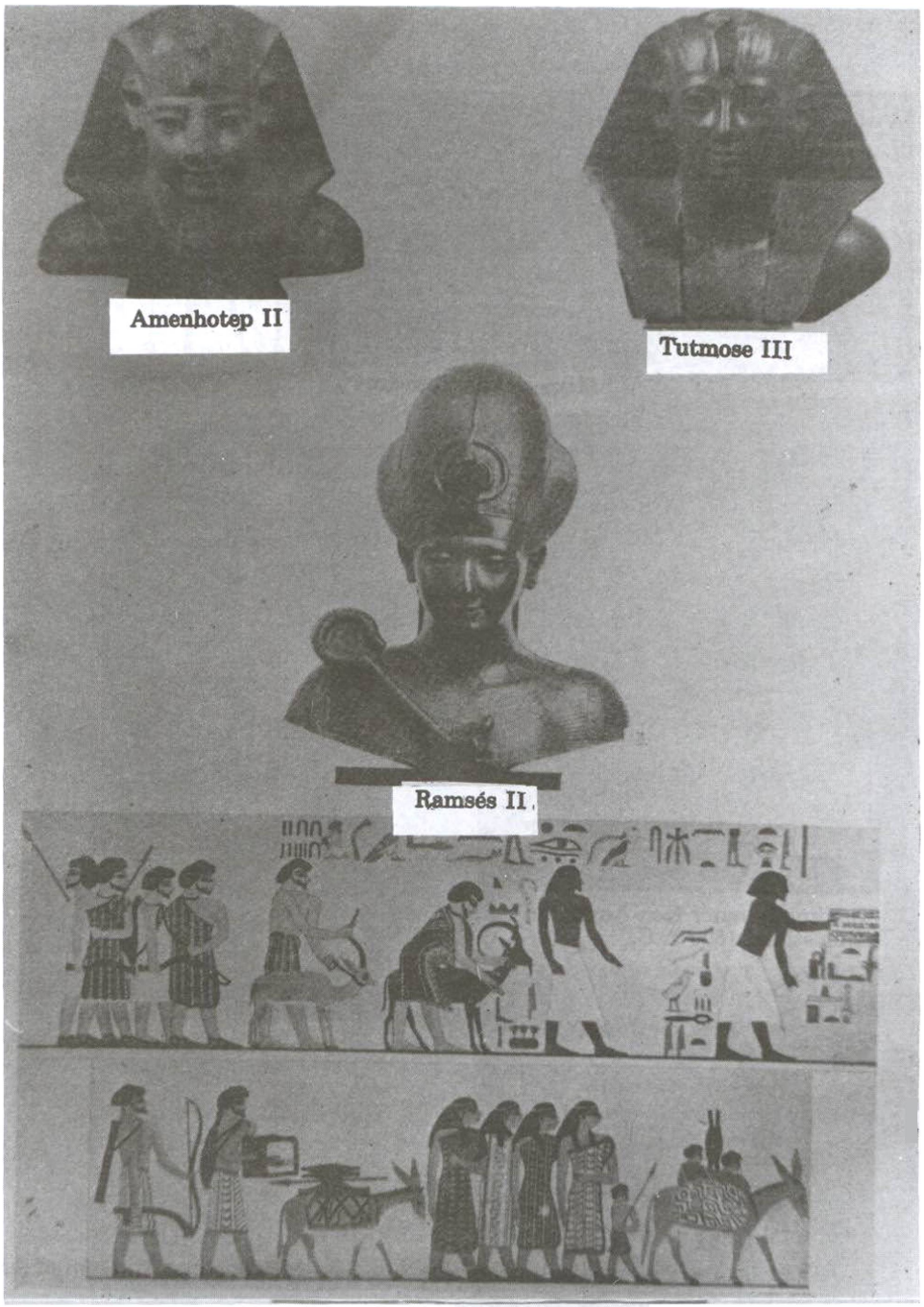


Escultura da 26ª Dinastia



Fazendo vinho, 4500 A.C.

Cortesia, Metropolitan Museum of Art

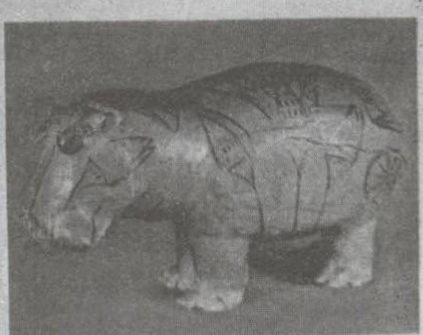


Asiáticos entrando no Egito, pintura num sepulcro
Cortesia, Oriental Insti., University of Chicago



Barco funerário, c. 2000 A.C.

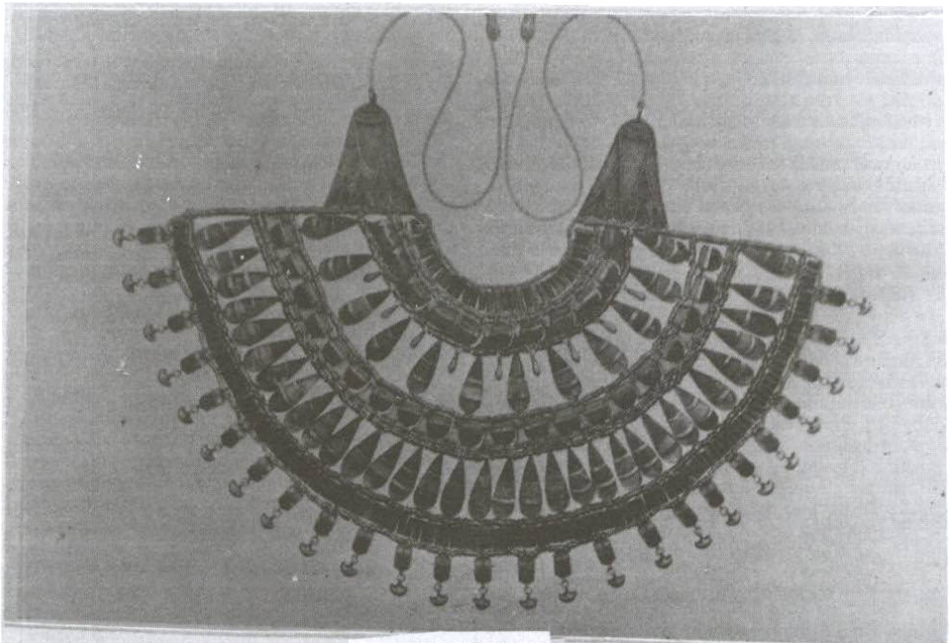
Arte Egípcia



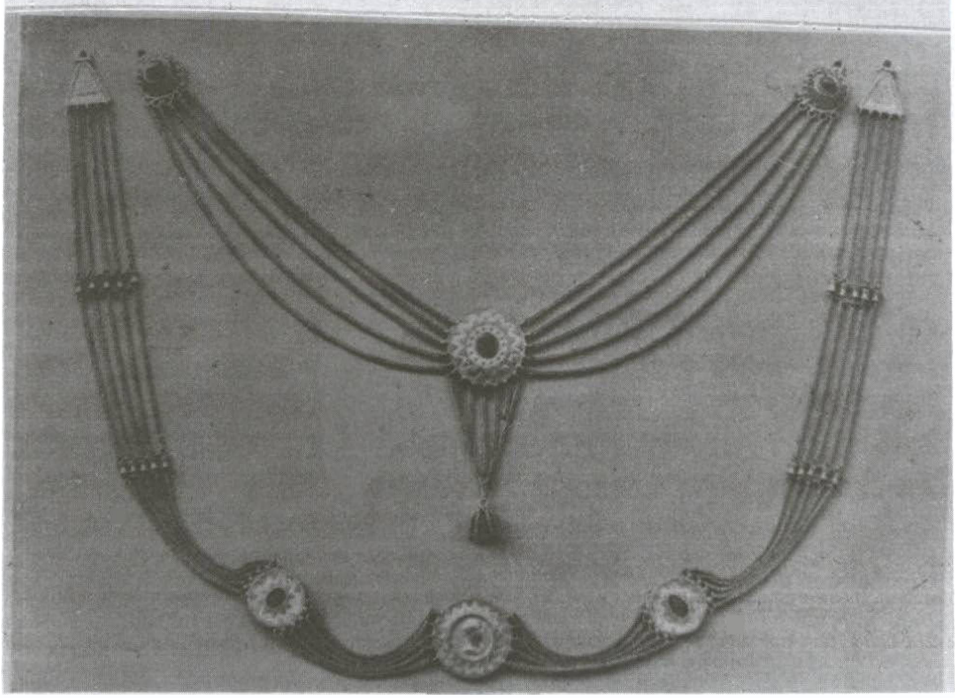
Hipopótamo do administrador, Soneb, 12ª Dinastia, c. 1786 A.C.

Cortesia, Metropolitan Museum of Art

Jóias Egípcias



1500 A.C.



250 A.C.

Cortesia, Metropolitan Museum of Art

teriam escravos, os quais eram mortos e sepultados juntamente com eles, para garantir que continuariam sendo servidos do outro lado da existência. Alguns eruditos pensam que sacrifícios humanos eram comuns no Egito, embora as evidências quanto a isso não sejam conclusivas. Em tempos posteriores, em vez de serem sepultados pessoas reais, bastavam estátuas representando as mesmas, pelo que a morte só envolvia os mortos.

Amuletos e encantamentos. Não havia fim desses objetos entre os egípcios, que chegaram até nós desde os tempos mais remotos. Os amuletos incluíam objetos como olhos sagrados de cavalos, imagens de deuses, cabeças de chacal, vespas e outros insetos, todos os quais teriam propriedades mágicas e divinas.

O culto a Osíris oferecia alguns fatores interessantes. A adoração efetuada nos grandes templos incluía a veneração pessoal dos deuses. Uma parte dessa veneração incluía o ato de alimentá-los (simbolicamente, através de sacrifícios). Além disso, os ídolos que os representavam eram grandemente ornamentados. Esses serviços pessoais usualmente cabiam aos sacerdotes de cada culto. Em dias de festa religiosa ou de observância cúltica, a imagem do deus (escondida por algum véu ou cortina, para dar uma aura de mistério à coisa) era transportada em uma procissão. Quando surgiu o cristianismo, o paganismo, com suas antigas formas religiosas, sofreu um retrocesso; mas, com o tempo, o paganismo ressurgiu, sob a forma de doutrinas e cerimônias, primeiramente fora da cristandade, até 390 D.C., mas, pouco a pouco, como parte do culto cristão. Nos dias de Teodósio I, foram fechados os grandes e antigos templos pagãos. A religião pagã havia percorrido um longo caminho no Egito, e agora uma nova fase da história da religião haveria de começar.

8. *A natureza e o destino da alma*. A grande pluralidade envolvida na religião, no Egito, naturalmente produziu muitos conceitos sobre a alma. Alguns aspectos são dignos de menção, embora tudo quanto se diga não represente uma doutrina unificada. Um corpo embalsamado presumivelmente poderia ressuscitar, tornando-se, novamente, um veículo da alma. O *ká*, ou seja, o congênere do corpo físico, ou o seu fantasma, teria início quando do nascimento do corpo, era imortal e ficava a vaguear após a morte do corpo físico. Não se pode duvidar que essa doutrina foi inspirada por experiências com fantasmas e formas espirituais, que, algumas vezes, podem ser vistas, até com certa freqüência, por algumas pessoas. O *ká* era associado a um outro elemento formativo do complexo humano, chamado de *khaib*, ou «sombra», simbolizado pela sombra da pessoa à luz do sol. Esses dois elementos, segundo se concebia, estariam vinculados ao corpo *material* e mesmo em algum sentido também material. Todavia, também haveria elementos *imateriais* no complexo humano, que incluíam o *bá*, a verdadeira alma, simbolizada por uma ave com cabeça humana e que voaria para dentro e para fora do túmulo da pessoa morta. Naturalmente, a *ave* é um símbolo universal da imortalidade, um dos arquétipos do espírito, dentro da psique humana. O *bá* dos monarcas era simbolizado pelo falcão. Também haveria o *khu*, ou glória, que seria o espírito, representado pelo pássaro de crista. E também haveria o *ab*, simbolizado por um coração. Igualmente havia o *sekhem*, ou força; e, finalmente, o *ran*, ou nome. Porém, exatamente como esses diversos elementos se combinavam ao *bá*, de acordo com o pensamento egípcio, e até que ponto seriam meros sinônimos de uma mesma coisa, não é muito claro.

Relação entre o Ká e o Bá. Esse é um ponto interessante, porquanto os estudos mais recentes demonstram a existência de um fantasma aparentemente semimaterial, oú vitalidade, em contraste com o corpo físico, que é verdadeiramente material. Isso posto, o homem seria composto, pelo menos, de três níveis de energia: o corpo físico (material); a vitalidade (semimaterial); e o espírito, ou alma (imaterial). Também há provas incipientes de que o homem real é o superego, um ser semelhante ao anjo guardião do pensamento cristão. Nesse caso, o verdadeiro ser humano seria um poder elevadíssimo (semelhante aos anjos, abaixo dos quais os espíritos humanos foram postos, temporariamente, conforme se vê em Salmos 8:5 e Hebreus 2:7), capaz de manipular tanto a alma quanto o corpo, quando se trata de aprender alguma coisa. Seja como for, o contraste entre o *ká* e o *bá* também pode ser observado em alguns escritores gregos, embora não com esses nomes e nem de forma sistemática e coerente. Mas, pelo menos, fica esclarecido que o *ká* é o responsável por algumas formas de aparições fantasmagóricas e, talvez, das manifestações de *poltergeist* (que vide). Também pode estar por detrás de certos fenômenos associados às sessões espíritas ou de mediunidade. Já o *bá*, ou alma verdadeira, é uma outra questão; e, algumas vezes, tem contacto com os homens mortais.

Idéias Simples. De acordo com os egípcios, após a morte física, a alma ficaria pairando por sobre o túmulo da pessoa sepultada, exigindo alimentos e bebidas, uma idéia compartilhada por muitos outros povos antigos. Isso deu origem a vários ritos religiosos, mediante os quais homens mortais cuidariam de almas imortais. Em tempos posteriores, oferendas reais foram substituídas por ofertas simbólicas, sob a forma de desenhos ou pinturas, nos túmulos. Se esses sacrifícios não fossem realizados, a alma tinha de depender da deusa árvore, a fim de receber nutrição. Essa deusa viveria nas árvores existentes nos cemitérios e nas áreas onde havia túmulos, pelo que sempre havia tal deusa, com esse propósito. Por qual motivo os homens gostam de sepultar seus mortos em áreas arborizadas, até em nossos próprios dias? Porventura alguma memória antiga da raça chegou até nós? Ou simplesmente associamos a árvore à vida física, pelo que sentimos um certo consolo, ao depositarmos os corpos de nossos mortos sob a sombra das árvores? O *bá*, segundo os egípcios, podia entrar ou sair de um túmulo, à sua vontade.

Em tempos posteriores e mais sofisticados, os egípcios supunham que a alma iria a juízo, na presença de Osíris, podendo participar de sua bem-aventurança, se fosse aprovada por ele. Da mesma maneira que Osíris conseguira atingir uma feliz imortalidade, outro tanto poderia ser feito pela alma. E, visto que um rei podia tornar-se divino, é seguro supormos que o ensino egípcio posterior dizia que as almas humanas que são aprovadas em juízo, passam a participar da natureza divina, embora eu esteja especulando quanto a isso. O que é inegável é que a imortalidade era um aspecto importante da adoração a Osíris, tendo sido o elemento responsável, pelo menos parcialmente, pela popul. ridade que o culto a Osíris contava entre as massas populares do Egito.

VI. A Ética do Egito

1. *Fontes informativas*. Todas as religiões estão envolvidas em questões éticas, pelo que as mesmas fontes informativas atinentes à religião egípcia, automaticamente servem para compreendermos tam-

bém a ética dos egípcios. Já pudemos ver que a literatura egípcia, embora não fosse de natureza totalmente religiosa, como era a literatura antiga de Israel, sempre contou com um fundo religioso, que representava uma parcela importante do quadro literário total do Egito. A história dos Faraós (3100-330 A.C.) contém muitos aspectos éticos. Durante a era da construção das pirâmides (cerca de 2700-2200 A.C.), foram produzidos os livros de sabedoria de Kagemni, Hardejedef e Pthahoptep, que contêm muitíssimas injunções éticas. Obras autobiográficas, encontradas em túmulos de pessoas notáveis, refletem os códigos éticos que dirigiam as vidas dessas pessoas. Nos períodos do Primeiro Reino Intermediário e do Reino Médio (2200-1780 A.C.), continuaram a ser postos escritos autobiográficos nos túmulos, juntamente com os Textos Fúnebres (encantamentos fúnebres, etc.), que também continham um sentido ético. O período do Novo Reino (1550-1085 A.C.) produziu maior quantidade de literatura de sabedoria, como as obras de Aniy e de Amenemope. O *Livro dos Mortos* (que vide) pertence precisamente a esse período, onde encontramos muitos princípios éticos da adoração a Osíris, que veio a tornar-se, com o tempo, na mais proeminente religião do Egito. O período do Reino Posterior (1085-332 A.C.) produziu ainda maior quantidade de literatura de sabedoria e autobiográfica, com muitas reverberações éticas, como as obras de Onkh-sheshonqy e Petersíris.

2. *Alguns conceitos éticos básicos.* Certos temas repetem-se na literatura egípcia que podemos até dizer, em sentido geral: «Os egípcios acreditavam nisto ou naquilo». Podemos pensar em quatro áreas principais: a. *O Princípio ético subjacente* a que devem sujeitar-se todos os seres, deuses e humanos, seria o *maat*. Esse é o princípio do bem em oposição ao princípio do mal, a justiça contra a injustiça, a ordem contra a desordem. O *maat* também misturava-se com as cerimônias religiosas, como um meio de enfatizar e empregar o princípio envolvido. b. *A ética doméstica.* Um homem deveria casar-se e cuidar de sua esposa; a esposa deveria sentir-se responsável principalmente pelo lar; os filhos deveriam honrar e obedecer aos pais. A monogamia era honrada, embora também se aceitasse a poligamia. As aventuras extraconjugais eram vistas com maus olhos, pelo que o adultério podia até mesmo ser condenado com a morte. As pinturas, os desenhos e as inscrições confirmam o grande afeto que havia na família e na sociedade egípcia em geral. A lei do amor operava, até onde os homens são capazes da mesma, sem a ajuda do Espírito de Deus. c. *Ética social.* A literatura egípcia condena unanimemente o furto, a fraude (como a falsificação de documentos e a mudança de marcos), a mentira, a violência de toda espécie, o homicídio e as atitudes e atos anti-sociais em geral. Quanto ao lado positivo, havia virtudes elogiadas, como a compaixão pelos necessitados, a imparcialidade no julgamento, a discrição, o espírito fidedigno, a habilidade na expressão lingüística, o temperamento bem controlado. d. *Virtudes dos governantes.* O Faraó reinante, filho de Osíris como era considerado, era todo poderoso e divino, era um esteio e alicerce da sociedade. Podia unir deuses e homens mediante uma boa administração. Competia-lhe manter o *maat* a todo custo. Devia servir aos deuses e aos homens, promovendo reformas sociais e cuidando do culto religioso. Tanto ele quanto os seus súditos precisavam respeitar as formalidades e os rituais religiosos, confessando os seus erros, fazendo restituição pelos erros cometidos e cuidando da conservação dos túmulos.

3. *Uso das artes mágicas.* Fórmulas mágicas eram empregadas com o intuito de afastar os males, curar o corpo, orientar o espírito e castigar a outros que, segundo o indivíduo pensasse, precisavam de punição. Pelo lado negativo, certas fórmulas mágicas foram inventadas para permitir que uma pessoa pecasse, mas escapasse às más conseqüências. Mesmo no após-vida, supunha-se que um bom mágico poderia fazer uma alma sair-se bem no julgamento que merecia. Certos pontos de vista sacramentais da cristandade também fomentam essa idéia! Pode uma alma evitar ser apanhada pela justiça, mediante algum truque mágico, por mais consagrado que seja o uso religioso desse truque? Seja como for, quando examinamos os códigos éticos dos povos antigos, como os babilônios e os egípcios, percebemos quanta verdade é expressa no segundo capítulo da epístola aos Romanos. Encontramos ali o testemunho geral do Espírito de Deus, que confere a todos os homens o senso básico daquilo que é certo ou errado, com a presença ou não de livros sagrados, que reforcem esses ensinos.

Bibliografia: AM BRE CER COT E H HAY MT ND S UN WILS Z

EGITO, ÉTICA DO

Ver sobre o **Egito**, sétimo ponto, **A Ética do Egito.**

EGITO, RELIGIÕES DO

Ver sobre o **Egito**, ponto sexto, **As Religiões do Egito.**

EGITO, RIBEIRO DO

Esse era um riacho (no hebraico, **nachal**; no árabe, *wady*) do Egito, que tem sido identificado com o presente wady el 'Arish. Desaguava no mar Mediterrâneo em El 'Arish, cerca de cento e quarenta e cinco quilômetros a leste do canal de Suez. As referências bíblicas situam-no a oeste de Gaza (Núm. 34:4,5). Deve ser identificado com a expressão hebraica *nachal-misrayim*, e com o acádico *nahal-musur*, ao qual se referiu Sargão II da Assíria, em 716 A.C. Os estudiosos, todavia, têm-no confundido com o Seor (que vide), o braço mais oriental do rio Nilo. Formava a fronteira sudoeste da Terra Prometida (Núm. 34:5), dentro do território que coube à tribo de Judá (II Reis 24:7). Seu nome moderno deriva-se da vila chamada El 'Arish, que antigamente se chamava Rinocolura (*Diod.* 1.60), situada perto de onde o riacho deságua no mar Mediterrâneo. O atual wadi el 'Arish é uma corrente larga e rasa, que forma parte da fronteira sul de Israel. Por ali deságuam águas supérfluas, durante a estação chuvosa, vindas do deserto de Parã. Seu curso forma uma linha de demarcação entre a península do Sinai, pertencente ao Egito, e a Palestina. Fica cerca de cento e cinqüenta e quatro quilômetros a nordeste de Kantara, onde o canal de Suez atravessa para o Egito propriamente dito.

EGLÃ

No hebraico, «vitela». Foi uma das numerosas esposas de Davi, e mãe do sexto filho desse monarca, chamado Itreã, o qual nasceu em Hebrom (II Sam. 3:5; I Crô. 3:3). Alguns eruditos têm-na identificado com Mical, filha de Saul, que, presumivelmente, morreu de parto, por ocasião do nascimento de Itreã.

••• ••• •••

EGLAIM

No hebraico, «fonte dupla». Uma cidade jordaniana, a leste do mar Morto, em Moabe (Isa. 15:8). Eusébio, o historiador eclesiástico, situava-a a treze quilômetros ao sul de Areópolis, identificando-a com Ar de Moabe (Rabá). Isso a poria perto da fronteira norte de Moabe. Porém, a maioria dos estudiosos modernos rejeita essa identificação. Uma outra opinião é que se trata de Khirbet el-Gilime, a nordeste de er-Rabba. Outros pensam em Mazra', na península de Lisã. Seja como for, não se trata da cidade chamada En-Eglaim (que vide).

EGLATE-SELISIAS

No hebraico, «terceira Eglate», nome de uma cidade próxima de Zoar. Aparece nos oráculos que predizem o julgamento de Moabe (Jer. 48:34; ver também Isa. 15:1-9).

EGLOM

No hebraico, «semelhante a vitela» ou «vitelo». Esse foi o nome de uma cidade e de um homem, nas páginas do Antigo Testamento, a saber:

1. Uma cidade de Judá (Jos. 10:3; 15:39). Era uma das cinco cidades que formaram uma confederação com Adoni-Zedeque, rei de Jerusalém, quando do ataque contra Gibeom. Posteriormente foi atacada e destruída por Josué. Albright identificou-a com o moderno Tell el-Hesi, identificação que tem sido geralmente aceita pelos estudiosos. W.M.F. Petrie (1890) e F.J. Bliss (1891-1893) escavaram o local. Essas escavações deram início às investigações da arqueologia moderna na Palestina. Oito níveis de ocupação foram descobertos, datando desde o período do Bronze Antigo III, até o período da dominação persa. Os textos de execração do Egito fazem referência a esse lugar. Foi encontrado um tablete em escrita cuneiforme em Tell el-Hesi, que se deriva do período do Bronze posterior, contemporâneo dos textos descobertos em Tell el-Amarna. Esse tablete descreve planos traiçoeiros contra o Faraó do Egito, que estavam sendo traçados em Laquis e Jarmute, localidades próximas.

2. Eglom foi também um gordíssimo rei moabita, da época dos primeiros juízes de Israel. Ele governava o território a oeste do rio Jordão, perto de Jericó. Em ligação com os amonitas e amalequitas, ele subjugou territórios de Israel além do Jordão, bem como de certas tribos sulistas, do outro lado desse rio. Fez de Jericó uma das capitais de seu pequeno império, em cerca de 1527 A.C. As Escrituras lançam a culpa sobre a apostasia de Israel, como a causa dessas catástrofes nacionais. Esses eventos tiveram lugar sessenta anos depois que Josué capturara a cidade de Jericó. Josefo (*Anti.* 5:4,1 *ss*) afirma que Eglom edificou um palácio em Jericó, o qual, aparentemente, era sua residência de verão (Juí. 3:20).

Israel serviu Eglom durante dezoito anos. E então *Eúde* (que vide) foi levantado pelo Senhor a fim de pôr fim à opressão estrangeira. Foi-lhe dada a incumbência de levar um presente a Eglom. Porém, esse presente era uma adaga, que ele enfiou até ao cabo, no abdome do monarca, que ficou oculta pela espessa camada de gordura. Eúde escapou e foi-se para Seirate, no monte Efraim. Após algumas horas, o cadáver de Eglom foi descoberto (Juí. 3:12-16). Ficamos perplexos diante de toda a violência e as matanças em que a raça humana se tem envolvido. Grande é a depravação humana!

EGO

Esboço:

I. A Palavra
II. O «Eu» Experimentado
III. Nas Descrições da Psicanálise
IV. Na Filosofia e na Religião

I. A Palavra

Esse termo vem do grego e do latim, **ego**, que é o pronome pessoal «eu». Portanto, refere-se ao «eu» do indivíduo. Pode referir-se ao corpo físico com sua harmoniosa unidade e suas funções, ou pode referir-se ao «eu» essencial, sem importar qual a composição do mesmo. De acordo com o pensamento oriental, essa palavra é contrastada com o *eu* real, referindo-se à ilusão da matéria e à falsa identificação do homem com a matéria. Dentro do uso popular, o «ego» é a pessoa que eu identifico com eu *mesmo*, em contraste com aquela pessoa em que me transformo, por exemplo, em alguma explosão de ira. Por isso, dizemos: «Eu não sou aquela pessoa em que me tornei temporariamente, quando eu não era *eu mesmo*».

II. O «Eu» Experimentado

O termo **ego** é usado para designar o «eu» que experimentamos, mas que não é co-extensivo nem com a mente e nem com o corpo. Antes, seria o centro da organização das atitudes para com o corpo, bem como para com o mundo físico e social, ou seja, todas as experiências que identificamos conosco mesmos e com a nossa individualidade. Trata-se de nosso ponto pessoal de referência. Para além do *ego* há aspectos do ser e da personalidade que são desconhecidos e que não nos parecem claros.

III. Nas Descrições da Psicanálise

São postuladas três divisões da personalidade, que são virtuais personalidades diversas dentro de cada indivíduo, cada uma delas com seu próprio nome e sua proposta função. 1. O *id* seria o homem em seu nível biológico básico. Seria a porção primitiva, inconsciente e não diferenciada da estrutura psíquica do indivíduo. Aí encontram-se os impulsos instintivos. 2. O *ego* seria aquela porção do homem capaz de aprender com as experiências práticas, que também controla o *id*. Essa porção da personalidade dirige as atividades da vida desperta, ou seja, ela sente, relembra, age, adapta, foge ou se integra. 3. O *superego*, aquela porção do homem que se deriva do que é esperado dele, por parte da sociedade. Há forças externas que inspiram ou entravam o ego. O superego, pois, é um distilamento das pressões e exigências da sociedade, bem como o lugar (de acordo com Freud) onde se forma a moralidade humana. O ego e o superego com freqüência precisam censurar o *id*, de tal modo que a pessoa total torne-se um elemento aceitável na sociedade. O ego com freqüência se vê aprisionado entre o *id* e o superego, e disso origina-se certa ansiedade. Com freqüência, o superego funciona de modo inconsciente, de tal modo que, apesar de ser sempre uma força influente, pode permanecer fora das possibilidades da análise.

IV. Na Filosofia e na Religião

1. **Alguns filósofos**, entre os posteriores pitagoreanos e os sofistas em geral, referiam-se à *alma* como a harmonia entre as funções e propriedades do corpo físico e não como uma entidade separada, de essência diferente da do corpo físico. Essa alma seria o ego. A teoria da psiquiatria, descrita na terceira seção, exprime essencialmente esse ponto de vista. Alguns budistas também têm essa opinião sobre a alma, supondo que a reencarnação não envolve a alma, que migraria de um corpo para outro, mas seria somente a

bagagem «kármica», que passaria de um corpo para outro, embora sem existência própria, independente. Essa bagagem inclui percepções, impressões, idéias, etc., ou seja, a totalidade das experiências humanas, que permanece como uma espécie de pseudo-entidade.

2. *Em várias filosofias e religiões*, a alma é concebida como o verdadeiro «ego», não devendo ser identificada com o corpo físico. Ver sobre o *dualismo*. Essa posição foi defendida por Platão, em seu *Faedo*, e também pelo hinduísmo, pelo jainismo, por alguns budistas, pelos judeus, pelos islamitas e pelos cristãos. Há o nosso *eu empírico* que é autoconsciente, mas que tem propriedades transcendentais, consistindo em mais do que é experimentado por meio da percepção dos sentidos.

3. *Segundo Aristóteles*, a alma seria a forma do corpo. Portanto, a alma não seria uma entidade distinta, embora seja mais do que a mera harmonia do corpo físico. Ela seria dotada de uma força normativa, embora não se deva esperar que ela sobreviva à morte biológica. O ego seria esse tipo de alma, nos escritos de Aristóteles.

4. Algumas religiões orientais falam sobre o *ego ilusório*. Embora o indivíduo costume identificar-se com o seu «ego», com o seu «eu» físico, prático, terreno, o homem não é isso. De fato, todas as coisas materiais, incluindo o próprio mundo, seriam ilusórias, como se fossem um profundo sonho, que se impõe sobre a realidade e a obscurece. A destruição dessa ilusão revelaria aos homens o Bramá (Deus), porquanto nele é que se encontraria a verdadeira realidade.

5. *Fichte* (que vide) supunha que postulamos tanto o «ego» quanto o «não ego» como funções necessárias que se originam na razão, com base na experiência. Não temos provas perceptíveis dessas entidades, mas a existência das mesmas deriva-se de nosso processo de postulação, que nos confere certo sentido à busca pela compreensão. Essa coisa-em-si-mesma é uma realidade que ultrapassa à nossa função postuladora, mas que talvez seja responsável pela mesma. Anterior a todo *ego* e sua postulação, existe o *Ego absoluto* (o Deus do ego). (E H EP)

EGOÍSMO

Esboço:

I. Definição
II. Egoísmo Coletivo
III. Egoísmo Religioso e Cristão
IV. Mistura do Egoísmo com o Prazer e a Fé Religiosa
V. Várias Definições do Egoísmo

I. Definição

Ver o artigo geral sobre **Altruísmo e Egoísmo**. O *egoísmo* é a idéia de que todos os atos de uma pessoa, bons e maus, são auto-orientados, isto é feitos por interesse próprio, ainda que, em alguns casos, essa atitude possa ser perfeitamente disfarçada. Hobbes (que vide) tinha certeza de que o homem é incapaz de fazer qualquer coisa que vá além de seus desejos e finalidades pessoais. Portanto, o *altruísmo* também seria uma forma de egoísmo disfarçado. Se alguém vê a outrem perecendo em um incêndio, talvez tenha a coragem para tentar salvá-lo, mesmo que pense que poderá morrer na tentativa. Por quê? Poderia ele fazer isso por motivos egoístas? A resposta dada por alguns filósofos é afirmativa. Talvez a motivação real seja que tal pessoa saiba que ficaria desgraçada, em sua própria opinião e na opinião alheia, se recusasse a tentar o salvamento. Por que um jovem vai à guerra, mesmo sabendo que poderá ser morto? Porque prefere arriscar-se a morrer (ou realmente morrer) a sofrer a vergonha de ser considerado um covarde.

II. Egoísmo Coletivo

Um aspecto possível do egoísmo é o «ego» coletivo. O homem é um animal comunitário e os seus instintos tendentes à preservação da comunidade à qual ele pertence sempre serão muito fortes. Quando a guerra irrompe, nem é necessário convocar os jovens. Um grande número apresenta-se voluntariamente «para proteger a pátria», mais do que o serviço militar é capaz de absorver de uma vez só. Por qual razão? Porque parte da autopreservação consiste na preservação da comunidade. Portanto, um homem, em um sentido social e genético, preserva o próprio «eu» quando está defendendo a sua comunidade. Mediante esse raciocínio, o ato de salvar outro ser humano de um incêndio poderia ser uma demonstração de autopreservação, por meio da preservação da comunidade. Nesse caso, permanece verdade que a única motivação da escolha de uma pessoa depende, de algum modo, da promoção do próprio «eu».

III. Egoísmo Religioso e Cristão

Apelamos aos homens para que se voltem para Cristo, com base na idéia de que «será melhor para você, se você fizer assim». Quem se arrepende escapa do julgamento divino e atinge a vida eterna. Não há que duvidar que isso é um apelo aos interesses pessoais. Todas as filosofias que apelam para a *felicidade* (eudemonismo), na verdade estão aplicando o motivo do egoísmo à conduta humana, como o seu grande princípio orientador e inspirador. Naturalmente, ao assim dizermos, ainda não dissemos que o interesse próprio é mau. O ponto de vista cristão, naturalmente, leva-nos além desse ponto, porquanto a lei do amor é um princípio que promove o altruísmo. Na realidade, — amamos algumas pessoas, inteiramente à parte de qualquer interesse próprio, e alegremente nos sacrificaríamos por elas, se isso fosse necessário. Como é óbvio, poucos homens conseguem um amor que ultrapassa a todo o egoísmo; mas isso constitui um ideal que fala de uma verdadeira possibilidade —que algumas pessoas atingem, pelo menos em parte. Quando Deus amou ao mundo de tal maneira que deu seu próprio Filho (João 3:16), ele estabeleceu o grande exemplo de altruísmo, demonstrando que, dentro de uma autêntica espiritualidade, é possível atingirmos esse alvo.

IV. Mistura do Egoísmo com o Prazer e a Fé Religiosa

Alguns filósofos realmente afunilam o campo, supondo que o egoísmo também sempre é *hedonista* (que vide). O que os homens realmente buscariam seriam o *prazer*. Esse prazer poderia ser físico, mental ou mesmo espiritual. Para alguns pensadores, como Hobbes, esse prazer seria egocêntrico. Para outros, como Bentham (que vide), esse prazer estaria vinculado a um egoísmo coletivo. O alvo da vida seria procurar o mais alto prazer de todos. O hedonismo espiritual supõe que sempre haveremos de derivar prazer do crescimento e da realização espirituais, e que isso tanto é legítimo quanto é garantido pela vontade de Deus. Essa suposição teísta dá sentido ao egoísmo e ao hedonismo; porém, é difícil supormos que somente esses princípios (por mais legítimos que possam ser), governem a espiritualidade. Na verdade, há pessoas que realmente gostam de ajudar aos outros, mostrando-se *altruístas*. Sendo esse o caso, podemos definir o altruísmo como hedonismo e egoísmo, ao mesmo tempo, embora como formas legítimas de ambos. O que precisamos combater,

pois, são as formas destrutivas, quando o «eu» realmente é o centro e o alvo de todas as coisas.

V. *Várias Definições do Egoísmo*

A discussão acima demonstra como a linguagem pode ser manipulada de modo a fazer as palavras significarem o contrário do que esperamos que elas signifiquem. É possível definirmos o egoísmo de tal maneira que fique incluído o conceito de altruísmo. Sabemos o que é uma pessoa egoísta, sem importar as manipulações verbais de certos filósofos. O egoísmo é um pecado. O altruísmo é a ordem divina. O viver segundo a lei do amor é prova de espiritualidade (I João 4:7 *ss*).

EÎ

No hebraico, «unidade», «fraternal» ou «amigo de Yahweh». Ele foi o cabeça de uma das famílias benjamitas, conforme se aprende em Gênesis 46:21. Na passagem de Números 26:38, seu nome aparece como Airã. É possível que «Eî» fosse uma forma sintética desse nome. — A família chama-se «airamitas». Em I Crônicas 8:1, o nome aparece como «Aará»; e, em I Crônicas 8:7 como «Aías». Ainda, em I Crônicas 7:12 como «Aer»; e em I Crônicas 8:6 como «Eúde». Tão grande número de variantes, quanto a esse nome, dá a entender que houve cópias faltosas do mesmo, em diversos manuscritos. Eî viveu em torno de 1690 A.C.

EIDÉTICO (EIDOS)

Esse adjetivo vem do termo grego **eidos**, «forma», «formato», «figura». Platão identificava o *eidos* de uma coisa qualquer com sua essência ou forma. Ver sobre os *Universais*. Husserl (que vide) propôs a idéia de uma *redução eidética*, a qual, segundo ele esperava, poderia levá-lo à essência das coisas. Essa essência seria procurada através da *intuição eidética*, expressando um *juízo eidético*, que é um juízo que não postula qualquer existência individual. O seu método partia do pressuposto de que a verdade pode ser obtida através da intuição quanto às essências, e não através da crassa percepção dos sentidos. Foi através disso que ele desenvolveu o seu método fenomenológico. O artigo a seu respeito explica essa questão.

EIDOLA

Essa é a transliteração portuguesa do vocábulo grego que significa «imagens». O termo foi empregado por Demócrito (que vide) e por Epicuro (que vide) a fim de dar a entender o *contorno destacado* que os objetos físicos aparentemente deixam e que é captado pelo nosso sentido da visão.

EIDOLOGIA

Esse foi o nome dado por Herbart à sua forma de *epistemologia* e que é explicado no artigo a respeito dele, no seu terceiro ponto.

EINFUHLUNG

Termo alemão que significa **empatia**, como parte da filosofia de Theodor Lipps. Para ele, esse era um aspecto central da teoria estética. Sentimo-nos dentro dos objetos e temos impressões como se eles fossem separados de nós mesmos. Projetamos nossos sentimentos e atividades àquele objeto, sem a intenção de fazê-lo, se a forma de arte nos parece boa e permanecemos em uma espécie de estado contemplativo, quando então percebemos a essência da mensagem que algum objeto de arte supostamente tenciona comunicar. Ver o artigo geral sobre *Arte*, segunda parte, *Teorias principais da estética*.

EINSTEIN, ALBERT

Suas datas foram 1879-1955. Foi um físico teórico judeu-alemão que se naturalizou cidadão norte-americano. Nasceu em Ulm, na Alemanha. Estudou no Instituto Federal de Tecnologia, em Zurique, na Suíça. Tornou-se funcionário do Escritório de Patentes de Berna, nesse mesmo país. Formou-se doutor de física pela Universidade de Zurique. Foi professor ali e na Universidade de Berlim. — Veio a ser diretor do Instituto Kaiser Wilhelm, onde ensinava a teoria física. Ganhou o prêmio Nobel em face de seus labores científicos. No entanto, durante o período nazista, foi privado de sua posição e de sua cidadania alemã, em 1933. Recebeu o professorado no Instituto de Estudos Avançados de Princeton, em Nova Jérsei, nos Estados Unidos da América, onde passou o resto de sua vida.

As teorias de Einstein têm grandes implicações para a metafísica, o que justifica a sua inclusão nesta enciclopédia. Suas formulações das teorias geral e especial da relatividade lançaram os alicerces da física moderna. Ele desviou-se da física clássica, mediante uma grande mudança em seu pensamento filosófico, ao propor que o observador é uma parte fisicamente importante do mundo que está descrevendo, de tal maneira que, para exemplificar, a relação temporal entre dois acontecimentos só pode ser determinada no tocante a um observador que esteja em um movimento definido, relativo a esses acontecimentos. Os seus estudos sobre o espaço e o tempo, com freqüência, têm sido considerados como um triunfo do empirismo estrito, conforme se vê o mesmo nos escritos de Hume e de Mach. Ver os artigos separados sobre o ***Operacionalismo***, **sobre a *Relatividade***, **sobre a *Filosofia do Espaço e do Tempo***.

Em seu livro, *Teoria Especial da Relatividade*, Einstein abandonou a suposição de que existem espaço e tempo *absolutos*. — Esse ponto de vista pressupõe que a simultaneidade pode ser obtida somente dentro de um dado sistema inerte, não sendo válida para observadores que estejam em sistemas em movimento, em relação àquele sistema. A energia de qualquer massa seria equivalente ao produto da massa pelo quadrado da velocidade da luz: $E=M(2)$. Isso significa que qualquer partícula de matéria contém uma vastíssima quantidade de energia armazenada. A velocidade da luz é considerada uma constante, mas a massa aumenta e o tempo diminui de ritmo conforme a velocidade aumenta e, então, o tempo é considerado como uma quarta dimensão. Várias conseqüências surpreendentes derivam-se desse raciocínio, a saber: 1. Um mesmo acontecimento, visto de sistemas inertes em movimento, no tocante uns aos outros, ocorrerá em tempos diferentes. 2. Os corpos adquirem diferentes comprimentos. 3. Os relógios trabalham em velocidades diferentes.

Em sua obra, *Teoria Geral*, Einstein generalizou os resultados da sua teoria especial. Assim, a gravidade aparece como o resultado da curvatura do espaço-tempo, dependendo das massas distribuídas pelo universo inteiro. Isso posto, ficou eliminada a noção de ação à distância. A descoberta da curvatura dos raios luminosos, quando passam por algum forte campo gravitacional, parece favorecer a idéia geral e

também, demonstra, ao que se presume, o conceito cosmológico de um universo em expansão. Isso significa que o universo é visto como finito, embora sem limites perceptíveis.

Einstein procurou operar contrariamente às características das probabilidades da mecânica quantum (ver sobre *Mecânica*, segundo ponto), propondo uma teoria de campo unificado. Einstein acreditava que «Deus não joga dados», pensando que o universo é determinado e pode ser predito. Suas tentativas, quanto a esse terreno, ainda não foram demontradas, e certos estudos da mecânica quantum, ao que parece, negam a sua tese. Não obstante, ainda não foram obtidas todas as evidências necessárias. Einstein, todavia, acreditava que os eventos futuros já foram determinados mediante as condições de uma existência contínua, em quatro dimensões. Ele concordava com Spinoza, que concebia Deus como um ser em ordeira harmonia com todos os seres.

Atividades não-científicas de Einstein. O grande físico também esposava as causas do pacifismo, da resistência passiva (com exceção aberta apenas no caso do fascismo militante), da liberdade de consciência, do sionismo, do controle internacional da energia atômica e da necessidade de estabelecer uma ordem política internacional, para que haja a justiça e relações harmônicas entre os povos.

Algumas implicações do seu pensamento, nos campos da filosofia e da religião, são enumeradas abaixo:

1. Há existências que não obedecem às nossas noções comuns de tempo e de espaço, que sugerem a possibilidade de uma outra realidade e, portanto, de dimensões espirituais ainda desconhecidas. Podemos comparar as idéias de Einstein sobre o tempo com as idéias de Agostinho, que propôs que a totalidade, fora de nosso mundo preso ao tempo, está na eternidade. Essa idéia, naturalmente, foi expressa pela primeira vez na doutrina dos *universais* (que vide), de Platão.

2. Os estudos de Einstein, que aumentaram os conceitos das dimensões, novamente sugerem que a realidade pode envolver muito mais do que é evidente para os nossos sentidos, podendo incluir dimensões inesperadas da realidade.

3. Deus é o *unificador*, garantindo a boa ordem e a harmonia em toda a criação. Deus, nesse caso, também é a força por detrás do determinismo cosmológico.

4. Para alguns filósofos morais, a teoria da relatividade sugere a correção da relatividade nas questões morais, embora outros pensadores façam objeção a esse tipo de aplicação filosófica da cosmologia.

5. Os estudos de Einstein lançaram no descrédito o *empirismo ingênuo* que predominava na física e nas ciências em geral, antes do advento da teoria da relatividade. De acordo com a sua perspectiva, embora as conseqüências da teoria física precisem ser testadas empiricamente, os seus axiomas não são inferências automáticas com base na experiência, mas antes, são criações livres da mente humana (idéias inatas?), guiadas por considerações de natureza matemática.

6. Aplicando as idéias e os métodos de Hume e de Mach, Einstein demonstrou que a nossa metodologia precisa incluir a crítica que penetra nas idéias e nos sistemas tradicionais, se quisermos avançar na teoria e no conhecimento. A defesa constante de qualquer sistema ortodoxo faz estagnar a pesquisa pela verdade. A rejeição absoluta, por parte de Einstein, da natureza absoluta do tempo e do espaço, alerta-nos para o fato de que existem muitos alegados absolutos, no pensamento humano que, na realidade, não são absolutos. A *verdade* deve ser a nossa única ortodoxia. (AM E EP)

EIRA

Há duas palavras hebraicas envolvidas neste verbete:

1. *Idderin*, «eiras». Palavra aramaica usada somente em Dan. 2:35.

2. *Goren*, «eira». Palavra hebraica usada por dezenove vezes com esse sentido: Gên. 50:10; Núm. 15:20; 18:27,30; Rute 3:2; I Sam. 23:1; II Sam. 6:6; 24:16,18,21,24; I Crô. 13:9; 21:15,18,21,22,28; II Crô. 3:1 e Jer. 51:33. Literalmente, essa palavra hebraica significa «plano».

A eira era um terreno plano, bem batido, ao ar livre (Juí. 6:37; II Sam. 6:6). Ali eram trilhados os grãos de cereal (Isa. 21:10; Jer. 51:33; Miq. 4:12; Mat. 3:12). Algumas vezes, o alto de uma pedra grande e plana, que aparecia acima da superfície, servia de lugar conveniente para uma eira. Usualmente, trilhava-se com um «instrumento de trilhar» (Isa. 28:27). Também eram usados animais, como bois, que ficavam pisando o grão. Os bois e outros animais também puxavam certos instrumentos que ajudavam no processo. Esses instrumentos, que eram blocos de madeira ou pedras arrumadas de certa maneira, eram regularmente empregados. O trecho de Rute 3:4 mostra-nos que a eira tinha de ser cuidadosamente guardada, porque o grão já trilhado podia ser roubado, depois de tanto trabalho para separá-lo da palha. As eiras e os lagares eram as principais instalações antigas para a produção de alimentos; e, por isso mesmo, por várias vezes são mencionados juntos (Deu. 16:13; II Reis 6:27; Osé. 9:2; Joel 2:24). Os cereais, o vinho e o azeite eram os três mais importantes produtos agrícolas das terras em redor do mar Mediterrâneo. As eiras, às vezes, recebiam nomes específicos, para serem melhor identificadas, como Nacom (II Sam. 6:6), Quidom (I Crô. 13:9), Atade (Gên. 50:10), Araúna ou Ornã (II Sam. 24:18; I Crô. 21:15). Ver o artigo geral sobre a *Agricultura*.

Uso Figurado. O ato de trilhar representa a destruição, a pesada aflição (Ha. 3:12; Amós 1:3). A Babilônia foi um agente de castigo, tendo trilhado a nação de Israel (Isa. 21:10; Jer. 41:53). Mas, no dizer de Miquéias 4:13, Israel haverá de debulhar as nações trazendo o produto ao Senhor.

EIRADO, TERRAÇO, TETO

No estudo da cobertura de uma casa ou edifício, precisamos considerar duas palavras hebraicas e uma palavra grega.

1. *Gag* é a palavra hebraica mais comumente usada para indicar a cobertura de uma edificação. Significa «parte superior». No Oriente Médio quase sempre tinha a forma de uma laje plana, acessível por meio de uma escada externa. É palavra usada por trinta vezes (para exemplificar, Deu. 22:8; Jos. 2:6,8; II Sam. 11:2; 18:24; Nee. 8:16; Jer. 19:13; 32:29; Eze. 40:13). Os tetos planos usualmente eram formados de argila, compactada por roletes de pedra e sustentados por um forro de ramos que cruzavam as vigas de madeira ou troncos de palmeira. Na Babilônia e no Egito, arcos ou abóbadas de tijolos algumas vezes formavam a subestrutura, ao passo que a superfície superior do teto era nivelada com argila ou com tijolos, com uma camada de argila compactada.

O eirado geralmente era ocupado (ver Deu. 22:8), usado como armazém (ver Jos. 2:6), para descansar à tarde (ver II Sam. 11:2), e, igualmente, usado para a adoração idólatra (ver Jer. 19:13). Ver sobre *Arquitetura*.

2. *Qorah*, «trave». Esse termo hebraico é usado por cinco vezes (ver II Reis 6:2,5; II Crô. 3:7; Can. 1:17 e Gên. 19:8). Nossa versão portuguesa traduz essa palavra de vários modos, como «viga», «tronco», «trave» e «teto». Na última referência, acima, é traduzida em português por «teto», pois o termo hebraico para «trave» é uma expressão idiomática para lar.

3. *Stége*, «teto». Palavra grega usada por três vezes (ver Mat. 8:8; Mar. 2:4 e Luc. 7:6). Em Marcos 2:4 temos o uso literal da palavra, que nossa versão portuguesa traduz por «eirado». Nas outras duas referências há um uso idiomático, com o sentido de «lar».

EIRADO DA ESQUINA

A expressão aparece em Nee. 3:31,32. De acordo com a descrição do livro de Jeremias, havia alguma espécie de cômodo coberto, talvez uma torre de vigia ligada à esquina nordeste do templo de Jerusalém, a leste da Porta das Ovelhas e ao norte da Porta das Tropas.

EISEGESE

Esse vocábulo deriva-se de duas palavras gregas, *eis*, «para dentro», e *egeesthai*, «explicar», o verbo básico por detrás do termo grego *ago*, «dirigir», «conduzir». Nesse contexto, a direção é feita de maneira mental, envolvendo ensino. *Eisegese*, pois, consiste em injetar em um texto, alguma coisa que alguém deseja que esteja ali, mas que, na verdade, não faz parte do mesmo. Em outras palavras, quem usa de eisegese força o texto, mediante várias manipulações, fazendo com que uma passagem diga o que na verdade não se acha ali. Em contraste com isso, a *exegese* consiste em extrair de um texto qualquer, mediante legítimos métodos de interpretação, o que se encontra ali. Entretanto, quase toda a exegese feita pelos intérpretes contém um certo elemento de *eisegese*. Nenhum cientista ou teólogo aproxima-se de uma questão qualquer sem esperar, antes do tempo, o que deve encontrar na mesma. A interpretação sempre envolve um elemento de subjetividade, pelo que toda exegese (que vide) é influenciada pela *eisegese*.

Quando a eisegese pode ser uma boa atividade? Nenhum texto, ou conjunto de textos, de qualquer volume sagrado, pode estar isento de todo elemento humano, de toda aplicação antropomórfica. Outrossim, nenhum grupo de textos de prova pode conter alguma declaração absoluta de qualquer verdade. Por conseguinte, é legítima a atividade do intérprete que inclui em sua explanação aquilo que ele conhece com base em outras fontes, bíblicas ou não. Não é errado, por exemplo, suavizar declarações radicais sobre a doutrina da predestinação (que se acham em certos textos bíblicos) por meio de outras referências que enfatizam a responsabilidade e o livre-arbítrio humanos. Porém, quando um intérprete estiver fazendo isso, deveria avisar seus leitores ou ouvintes acerca do que está fazendo, sem distorcer o texto que estiver sendo interpretado, para que não diga aquilo que nunca pretendeu dizer. Um intérprete deveria dizer (por meio da exegese): «Este texto ensina isto». Mas então deverá dizer (por meio da eisegese): «Mas também deveríamos lembrar do que se segue». Além disso, um intérprete nunca deveria limitar-se a qualquer grupo de textos, nem aqueles envolvidos na exegese e nem aqueles envolvidos na eisegese. Há verdades que ultrapassam a quaisquer textos de prova, razão pela qual tentar explicar a verdade, *somente* através do uso de textos de prova é uma atividade intelectual infantil.

Quando a eisegese é uma atividade falsa e prejudicial? Muitos intérpretes opinam que é necessário fazer as Sagradas Escrituras amoldarem-se a alguma teologia sistemática específica. Esses presumem, erroneamente, que tal sistema pode *ser* extraído da Bíblia e que *todas* as passagens atinentes podem ser forçadas a refletirem e se amoldarem aos sistemas deles. Por conseguinte, qualquer versículo que assim *não faça*, é distorcido por eles. Essa distorção é feita através da atividade da eisegese. Eles forçam um versículo a amoldar-se às suas idéias. Para exemplificar, o trecho de João 3:16, que diz: «Porque Deus amou ao mundo de tal maneira que deu o seu Filho...» significa «Porque Deus amou aos eleitos de tal maneira que...» E a passagem de I João 2:2, que declara: «...ele (Cristo) é a propiciação pelos nossos pecados, e não somente pelos nossos próprios, mas ainda pelos do mundo inteiro», significa: «Cristo morreu pelos nossos pecados, que agora estamos entre os eleitos, bem como pelos pecados do mundo inteiro dos eleitos, incluindo aqueles que ainda não foram chamados». Os exemplos dados aqui são bem simples. Mas, qualquer comentário bíblico pode suprir o leitor com inúmeros exemplos dessa atividade. O problema começa pelo conceito que diz que qualquer verdade, grande ou pequena, pode ser entendida mediante a manipulação de textos de prova. Se as pessoas não pensassem dessa maneira, não se mostrariam tão ansiosas por manipular textos bíblicos em apoio aos seus respectivos sistemas.

EJETOS

O filósofo inglês W.K. Clifford (que vide) distinguia entre o que ele denominava de *objetos* e de *ejetos*. Os objetos, pois, são aquelas coisas que podem fazer parte da consciência humana, contrariamente aos ejetos, que nunca chegam a impressionar a consciência dos homens. O mundo compõe-se, todavia, de ejetos que são feitos de *estofo mental* e que possuem a qualidade de ferir os *sentimentos*.

EL

No hebraico, «força», «poder». Essa palavra é cognata do termo assírio *ilu*, bem como do vocábulo ugarítico *il*. Essa palavra significa «deus» (em contextos não-hebraicos), ou então «Deus» (no Antigo Testamento). Esse nome para Deus (ou para deus), não foi inventado pelos hebreus religiosos, mas foi adotado por empréstimo do uso semita pagão. O termo latino *deus*, que chegou ao português sem qualquer modificação, era o nome pagão de uma divindade similar a *Zeus*, o principal dos deuses dos gregos. Significava apenas *deus* ou *divindade*, tendo perdurado mais que os nomes específicos dos deuses, e assim tornou-se um termo genérico para indicar a natureza divina. Por essa razão, podemos dizer que a origem do termo *Deus*, em português, é pagã. A palavra correspondente em inglês, *God*, é de origem anglo-saxônica, referindo-se a qualquer objeto de respeito e adoração religiosa e, naturalmente, também estava relacionada ao paganismo. Isso ocorre

no caso de qualquer outro idioma, visto que os vocábulos antecedem às revelações dadas aos hebreus e aos apóstolos de Jesus. Portanto, o mero fato de que o termo *El* é empregado como nome comum para indicar deuses, divindades, poderes divinos, etc., nas religiões semíticas, em nada detrata do valor desse vocábulo, usado no Antigo Testamento, para indicar o *Deus da Força*. Ver o artigo geral sobre *Deus*, porção VI, onde são aiistados e discutidos os muitos nomes dados a Deus no Antigo Testamento, incluindo o nome *El*, sozinho ou em suas muitas combinações.

Essa palavra, como um substantivo, é um dos nomes de Deus, embora também possa ser usada como um adjetivo, com o sentido de «forte», em alusão a qualquer coisa, inclusive seres humanos (Eze. 31:11) ou anjos (Sal. 29:1). Essa palavra também pode indicar deuses pagãos, incluindo os seus ídolos representativos, conforme se vê em Êxo. 15:11; 34:14; Isa. 43:10, um fato que demonstra a larga aplicação dessa palavra, não se limitando a indicar o único verdadeiro Deus forte, conforme é usada, na maioria de suas ocorrências no Antigo Testamento.

A palavra *El* aparece isolada, algumas vezes; mais freqüentemente, porém, em combinações, como *El Elyon* (o Deus Altíssimo, Gên. 14:18), *El Shaddai* (o Deus Todo Poderoso, Gên. 17:1), e El Hai (o Deus Vivo, Jos. 3:10). A forma plural dessa palavra é *Elohim*, embora esse plural seja a forma intensiva e não um verdadeiro plural. A tradução de *Elohim* poderia ser algo como *Grande Deus*. Além disso, encontramos *El Olam* (o Deus da Eternidade, Gên. 21:33), *El Roi* (o Deus que vê, Gên. 16:13), *El Rehum* (o Deus da Compaixão, Deu. 4:31), *El Nose* (o Deus do Perdão, Sal. 99:8), *El Hannun* (o Deus Gracioso, Nee. 9:31), e *El Kanna* (o Deus Zeloso, Êxo. 20:5), etc.

A História pagã do termo *El* não é muito agradável. Dentro da religião dos cananeus, conforme é refletido pelo historiador fenício, Filo de Biblos (cerca de 100 D.C.), bem como na literatura religiosa desenterrada em Ras Shamra (a antiga Ugarite, no sul da Síria, 1929-1937), *El* era a divindade principal de um elaborado panteão cananeu. De acordo com essas fontes informativas, El teria três esposas, todas elas suas irmãs. Aparece ali como um tirano sanguinário, que destronou o seu próprio pai, Urano, assassinou o seu filho favorito e decapitou uma de suas filhas. Também era uma criatura sensual e mórbida. Contudo, pelo lado bom, ele era intitulado de «Pai dos Anos», «Pai do Homem», e «Touro Pai». À semelhança de Zeus, deus grego, ele era imaginado como o progenitor de todos os deuses. Baal, que finalmente chegou a ser o principal objeto de adoração, era considerado filho de El. Seja como for, El foi tão importante, em certa época, que a literatura de Ras Shamra refere-se à terra de Canaã como «terra de El».

Todas as religiões, antigas ou modernas, quando descrevem Deus (ou algum deus), são forçadas a lançar mão de termos antropomórficos, quando então são atribuídas qualidades humanas à deidade. Essa é uma das dificuldades humanas, visto que a linguagem é o nosso principal meio de expressão e comunicação e que a mesma reveste-se de tão grande importância para nós, seres humanos. As religiões pagãs constantemente atribuíam aos seus deuses todas as más qualidades humanas, excetuando que os homens vão se tornando cada vez piores, multiplicando a destruição e a selvageria que caracterizam as pessoas. Encontramos algo dessa atividade nas páginas do Antigo Testamento, onde Deus é retratado com cabeça de exércitos destruidores, que exige toda a forma de matanças. As tentativas de muitos evangélicos para justificar esse quadro sobre Deus são comuns e insistentes, mas não me convencem. É ridículo supor que uma revelação mais avançada não melhora o nosso conceito de Deus, conforme melhora tudo o mais que conhecemos a respeito da espiritualidade. Deus atua através do processo histórico e sua **auto-revelação** ocorre apenas em estágios e mui gradualmente. Ainda estamos a longa distância da verdadeira compreensão sobre Deus, embora saibamos muitas coisas sobre as suas obras, especialmente o que foi feito por meio de Cristo, que é o Irmão mais velho dos homens e que veio redimir e restaurar à humanidade.

ELÁ

No hebraico, «carvalho». Há seis personagens e um acidente geográfico, nas páginas do Antigo Testamento, com esse nome, a saber:

1. Um príncipe idumeu. Ver Gên. 36:41 e I Crô. 1:52. Viveu em cerca de 1618 A.C.

2. O pai de Simei, que era administrador na tribo de Benjamim, encarregado de obter provisões para a corte do rei Salomão. Seu nome aparece somente em I Reis 4:18. Viveu em torno de 1015 A.C. Quanto a uma descrição geral sobre esse serviço de superintendência e sobre os seus oficiais, ver I Reis 4:7 ss.

3. O filho e sucessor de Baasa, rei de Israel. Foi o quarto monarca do reino nortista de Israel. Reinou somente por dois anos (930-929 A.C.). A sua vida foi cortada quando foi assassinado, estando alcoolizado. Sua família também foi destruída por seu assassino, Zinri, o capitão da metade de seus carros de guerra. Também foi o último monarca da linhagem de Baasa. Essa catástrofe cumpriu as predições de Jeú (I Reis 16:6-14). O drama da morte de Elá teve lugar enquanto o seu exército atacava a cidade filistéia de Gibeton. Portanto, o rei israelita estava se divertindo enquanto o seu reino combatia. A linhagem de Baasa promoveu toda a forma de maldade e violência e a história da família acabou violentamente.

4. Um outro Elá foi o pai de Oséias, o último rei de Israel (II Reis 15:30; 17:1; 18:1,9). Ele viveu em torno de 740 A.C.

5. Um dos três filhos de Calebe, filho de Jefuné (I Crô. 4:15). Viveu por volta de 1380 A.C.

6. Um dos filhos de Uzi, um dos chefes da tribo de Benjamim e cabeça de um dos clãs que foi levado para o cativeiro babilônico (I Crô. 9:8). Através de seus descendentes, retornou à Terra Prometida. Esses descendentes estabeleceram-se em Jerusalém, em cerca de 536 A.C.

7. *O vale de Elá*. Esse nome indica o vale do *terebinto* ou do *carvalho*. Foi nesse lugar que os israelitas estavam acampados, quando Davi combateu contra Golias e o derrotou (I Sam. 17:19). Ficava situado cerca de dezoito quilômetros a sudoeste de Jerusalém. É o moderno wady *es-Sunt*, que significa *vale da acácia*. À entrada desse vale fica o Tell *es-Safiyeh*. Provavelmente trata-se do mesmo vale de Sitim, mencionado em Joel 3:18. O termo hebraico Shittah é o equivalente do vocábulo árabe Sant (ou Sunt), ambos referem-se à acácia. Essa palavra, portanto, veio a ser vinculada ao wady que assinala a sua localização. Até os dias de hoje, o leito desse curso de água é recoberto por pequenas pedras, do tipo que Davi, em sua juventude, pôde ter usado em sua funda, quando lutou contra o gigante Golias.

ÉLÃ VITAL

Uma expressão usada por Bergson (que vide) a fim

de indicar o impulsionador primário, ou força essencial de todas as coisas, que opera no mundo e é responsável pelo processo evolutivo. A expressão é francesa e significa «força de vida», ou «energia vital». Seria o impulso vital criativo que permeia todas as coisas. Deus é o «élã vital» da criação, a força espiritual que faz todas as coisas serem o que são. Ver também o artigo sobre o *Vitalismo*.

ELANÃ

No hebraico, «Deus tem sido gracioso». Esse é o nome de duas pessoas que aparecem nas páginas do Antigo Testamento, a saber:

1. Um filho de Dodó, de Belém. Ele foi um dos trinta guerreiros heróicos de Davi (II Sam. 23:24; I Crô. 11:26). Entre os trinta, ele aparecia como o primeiro depois dos três maiores. Viveu em cerca de 990 A.C.

2. Um guerreiro da época de Davi, que se portou brilhantemente contra os filisteus, em Gobe, abatendo o irmão do gigante Golias (I Crô. 20:5). De acordo com II Samuel 21:19, ele era filho de Jaaré-Oregim, o belemita. Em toda essa questão há uma certa confusão, pois se em II Samuel 21:19 e 23:24 o pai de Elanã é Jaaré-Oregim, em I Crônicas 20:5, Jair aparece como seu pai. Acresça-se a isso que em II Samuel 21:19 Elanã teria morto o próprio Golias, embora, conforme seja bem sabido, Davi foi quem matou esse gigante. Por isso mesmo, algumas traduções adicionam ali «irmão de» antes de Golias, para fazer o texto harmonizar-se com I Crônicas. As diversas maneiras de tentar solucionar esse problema são as seguintes:

a. Teria havido dois gigantes com o nome de Golias, um morto por Davi e o outro morto por Elanã.

b. Golias seria um nome genérico, para representar uma família, e não apenas um indivíduo.

c. A expressão «irmão de» faz parte genuína do texto, tendo desaparecido em II Samuel por descuido escribal. Nesse caso, o versículo concordaria com o trecho de I Crônicas 20:5.

d. Mais radicalmente ainda, teria sido Elanã quem matou o gigante Golias, mas a tradição dos hebreus teria conferido essa distinção a Davi, a fim de aumentar a sua reputação.

e. Há uma tradição preservada por Jerônimo, em *Quaest. Heb. in Libros Regnum*, bem como nos *Targuns*, no sentido de que Davi e Elanã eram apenas nomes diferentes de uma mesma pessoa. Nesse caso, Davi seria o nome real (com o qual se tornou rei), ao passo que Elanã teria sido seu nome verdadeiro. Os textos de Mari trazem o nome *dawidum* com o sentido de líder; e alguns têm usado esse título em apoio a essa idéia. Na verdade, porém, o problema permanece sem solução, mas é capaz de perturbar apenas os ultraconservadores, que não são capazes de admitir problemas sem solução ou ainda não solucionados nos textos bíblicos (sem pensarem eles que não dispomos dos manuscritos escritos pelos seus próprios autores e, sim, apenas cópias que datam, na maioria das vezes, muitos séculos depois que os livros sagrados foram originalmente escritos, dando tempo a muitos erros de transcrição); ou capazes de perturbar os céticos, sempre ansiosos por utilizar-se de problemas assim com o intuito de destruir a fé nas Sagradas Escrituras.

ELÃO (Nome Pessoal)

Os eruditos não têm muita certeza sobre o que significa essa palavra, no hebraico. Entre as conjecturas temos «oculto», «terras altas», e «juventude». Nada menos de oito personagens têm esse nome, no Antigo Testamento. Quanto ao país e ao povo com esse nome, ver o artigo separado sobre *Elão, Elamitas* (abaixo).

1. Um dos filhos de Sem tinha esse nome; ele foi o ancestral dos elamitas, de acordo com os trechos de Gên. 10:22 e I Crô. 1:17. Viveu por volta de 4000 A.C.

2. Um dos chefes da tribo de Benjamim, filho de Sasaque, que vivia em Jerusalém, no tempo do cativeiro e/ou depois do mesmo (I Crô. 8:24). Viveu em cerca de 536 A.C.

3. Um levita coatita, o quinto filho de Meselemias. Ele servia como porteiro do tabernáculo de Israel, nos dias de Davi (I Crô. 26:3). Viveu por volta de 1000 A.C.

4. O chefe de uma família que retornou juntamente com Zorobabel, após o cativeiro babilônico. Seu clã tinha cerca de mil, duzentos e cinqüenta e quatro indivíduos (Esd. 2:7 e Nee. 7:12). Outros setenta e um membros dessa família vieram em companhia de Esdras. Foi ele quem sugeriu a Esdras que os judeus que se tinham casado com mulheres estrangeiras, enquanto estavam no cativeiro, deveriam divorciar-se delas e abandonar seus filhos com elas (Esd. 10:2-4). Ficou registrado que seis dos homens dessa família anuíram à ordem (Esd. 10:26).

5. Um sacerdote que participou nas cerimônias da dedicação das muralhas de Jerusalém, nos dias de Neemias (Nee. 12:42). Viveu em torno de 445 A.C.

6. Um dos chefes do povo judeu, que assinou o pacto juntamente com Neemias (Nee. 10:14). Viveu em cerca de 455 A.C.

7. Um outro homem, com esse nome, cuja posteridade retornou do exílio. Esse homem é mencionado em Esd. 2:31 e Nee. 7:34. Seria o mesmo do número 5, acima?

8. Um outro homem, com esse mesmo nome, cujos descendentes voltaram do exílio em companhia de Esdras (Esd. 8:7). Viveu em torno de 455 A.C.

ELÃO, ELAMITAS

Esboço:

I. O Nome e Lugar
II. História Geral de Elão
III. Dissolução de Elão

I. O nome e o lugar

O nome Elão, no hebraico, parece ser um cognato da palavra acádica *elamtu*, que significa «terras altas». Esse vocábulo designa tanto a terra quanto o povo que ali habitava. O território chamado por esse nome ficava do outro lado do rio Tigre, a leste da Babilônia, limitado ao norte pela Assíria e pela Média, e ao sul pelo golfo Pérsico. Nos tempos modernos, o território fica ao sul do Irã, um platô nas montanhas do Zagros, a leste e a nordeste do vale do rio Tigre, sendo, mais ou menos, o equivalente à província do Cuzistão. Os assírios chamavam a região de Elamtu. Mas os gregos chamavam-na Susiana, devido à capital, Susa. Modernamente, essa é a cidade de Shush. O idioma falado no lugar não era semítico; porém, ainda não foi determinado qual a relação entre os elamitas e os povos das circunvizinhanças. A civilização dessa região é antiqüíssima, estando intimamente associada à cultura da baixa Mesopotâmia. Uma escrita pictográfica local veio a ser usada nessa área, pouco depois da invenção da escrita, na Babilônia. Há estudiosos que têm pensado que os modernos zíngaros, ou ciganos, seriam descendentes dos elamitas. Os ciganos são tidos como um povo originário da região oeste da Índia e os

elamitas estavam precisamente ali. Os ciganos chegaram a espalhar-se por todos os países do mundo. E as Escrituras profetizam o tempo em que os elamitas serão reunidos novamente em sua região de origem. Ver Jeremias 49:39, que diz: «Nos últimos dias mudarei a sorte de Elão, diz o Senhor».

II. História geral de Elão

A palavra «elão» ocorre pela primeira vez na Bíblia em Gênesis 10:22, como nome de um dos filhos de Sem, de quem descendia a tribo mencionada. A nação daí formada aparece em Gênesis 14:1, juntamente com o reino de Sinear, na Babilônia. Em Isaías 21:2 e Jeremias 24:25, o Elão é mencionado juntamente com a Média. A passagem de Esdras 4:9 diz que os elamitas eram uma das nações do império persa. Em Daniel 8:2, a cidade de Susa, a capital do Elão, aparece situada às margens do rio Ulai (Eulaeus ou Chaaspes), na província do Elão. Os gregos e os romanos chamavam a região de Elymais.

Várias tribos habitavam naquela região, os estudiosos classificam-nas como caucasianas não-semitas. Durante toda a história discernível, o Elão esteve culturalmente dependente da Mesopotâmia. A princípio, o Elão foi mencionado em registros mesopotâmicos não-bíblicos, sujeitos ao sumeriano Eanatum, de Lagase (2450). Quando os acádios, sob Sargão de Acade (2360-2305 A.C.), passaram a ser o poder dominante, essa dependência teve continuação. Foi então que os elamitas adotaram a **escrita cuneiforme sumero-acádica.** Várias inscrições, feitas em tabletes de argila, têm sobrevivido, produzidas pelos elamitas, com essa forma de escrita. Sabe-se que elamitas de Susa participaram na construção do templo de Gudea, de Lagase, o que ocorreu em cerca de 2000 A.C.

Os elamitas tornaram-se independentes por algum tempo, quando o poder de Acade declinou. Porém, a terceira dinastia de Ur reobteve o poder sobre aquela região. Novos *contra-ataques*, porém, libertaram os elamitas dos governantes de Ur. O último rei de Ur, Ibbi-Sin (cerca de 2030 A.C.), foi conduzido prisioneiro ao Elão, depois de haver sido derrotado. Os elamitas então destruíram a cidade de Ur, o que é lamentado em uma inscrição suméria. Kudur Mabuk tornou-se o senhor de Larsa e foi sucedido no trono por seus filhos, Warad-Sin e Rim-Sin. Posteriormente, os elamitas levaram para Susa o código de Hamurabi, onde foi descoberto em 1901 ou 1902. Hamurabi, da Babilônia, havia expulsado os elamitas em cerca de 1760 A.C., mas seu império foi posteriormente derrotado pelos amorreus e pelos elamitas, que tinham se aliado, em cerca de 1625 A.C. Os cassitas, que desceram dos montes Zagros centrais, na Babilônia, expulsaram-nos dali; uma vez mais, entretanto, eles cresceram em poder militar e reconquistaram a área. Assim, eles conquistaram a Babilônia, onde governaram, bem como na região em redor, por diversos séculos (1300 a 1120 A.C.). Entre os troféus tomados e transportados para Susa estava a famosa estela das leis de Hamurabi, que já foi mencionada acima. A arqueologia confirma o saque de cidades babilônicas por parte dos elamitas. Monumentos capturados foram postos nos átrios dos templos importantes da cidade de Susa, sendo dedicados aos vários deuses de Elão.

III. Dissolução de Elão

A história dos elamitas fica muito obscura desde cerca de 1000 A.C. até às campanhas de Sargão, da Assíria (721-705 A.C.). Senaqueribe e Assurbanipal finalmente subjugaram os elamitas e deportaram alguns deles para Samaria, na mesma ocasião em que israelitas foram deportados para o Elão (Esd. 4:9 e Isa. 11:11). O rei do Elão, Tuemmann, foi capturado. Há um alto relevo que mostra a sua cabeça pendurada em uma árvore, no jardim do palácio onde Assurbanipal, sua rainha e seus nobres estavam se banqueteando, desfrutando a sua vitória sobre Elão. Assurbanipal pôs um rei títere no trono de Elão, a fim de cuidar das coisas ali. Porém, esse homem mostrou que era desleal, pelo que outra invasão armada tornou-se necessária. O rei assírio saqueou Susa e deportou a população para Samaria. Foi isso que pôs fim ao Elão, como uma nação separada.

Depois do colapso do poder assírio, povos indo-europeus vieram a dominar a região. Susa, finalmente, tornou-se uma das três principais cidades do império medo-persa. O trecho de Ezequiel 32:24 relata como os caldeus venceram militarmente os elamitas.

Isaías convocou profeticamente aos elamitas, a fim de ajudarem a esmagar a Babilônia (Isa. 21:2), e foi isso que, realmente, aconteceu (Dan. 8:2). Todavia, chegou a vez da derrota e destruição do poder dos elamitas (Jer. 25:25; 49:34-39; Eze. 32:24). O próximo informe que a Bíblia nos dá sobre os elamitas é em Atos 2:9, que mostra que, no dia de Pentecoste, alguns judeus vindos dali estavam presentes em Jerusalém. Podemos presumir que comunidades judaicas muito antigas sobreviveram naquele lugar, através de todos os séculos de destruição e vicissitudes, preservando a sua fé e os seus costumes tipicamente hebraicos. Alguns deles, pois, converteram-se à fé cristã. (AM BAR ND TH UN Z)

ELASA

Um lugar mencionado em I Macabeus 9:5, onde Judas Macabeu acampou com as suas tropas, quando Baquides avançava contra ele, em cerca de 160 A.C. Judas foi morto na batalha que se seguiu. O lugar tem sido identificado com a moderna Ilasa, perto de Bete-Horom.

ELASAR

Desconhece-se o sentido desse nome. Mas sabe-se que foi o nome de uma cidade no território da antiga Babilônia, mencionada por duas vezes no livro de Gênesis (14:1,9), na lista dos quatro reis da região que fizeram guerra contra os cinco reis da antiga Canaã e que os venceram. O rei de Elasar é chamado Arioque (que vide). Sua cidade, Elasar, ficava no sul da Babilônia, entre Ur e Ereque, na margem esquerda do grande canal de Shat-en-Nil. Atualmente, o sítio é assinalado por um cômoro que os nativos da região chamam de *Senkereh*. O local era um centro de adoração ao sol, durante o império babilônico. Mais ao norte, a cidade de Sipar era o centro do mesmo culto. A forma babilônica do nome de Elasar é Larsa. Em tempos mais recentes, os gregos chamavam-na *Larissa*. Não há qualquer informação quanto às suas origens, embora muita coisa se saiba no tocante a seu uso como centro do culto ao sol. Em cerca de 2400 A.C. já era um lugar importante. Os reis de Elasar também controlavam a Suméria e a Acádia. Conhecem-se somente dois nomes específicos da dinastia que ali governou, a saber: Nur-Raman e Sin-Idina. Foi este último quem construiu um importante canal, ligando Shat-en-Nil ao rio Tigre. Pouco depois da construção desse canal, os elamitas, que no tempo de Arioque haviam sido aliados, conquistaram o local, nos tempos do rei Kudur-Mabuque. Seu filho foi enviado a Elasar, a fim de manter o controle sobre a situação. O nome desse príncipe era

Eri-Aku. Mas, nas inscrições babilônicas ele aparece com o nome de Rim-Sin. Hamurabi, rei da Babilônia, posteriormente o derrotou, anexando o território sobre o qual governava ao recém-fundado império babilônico.

A identificação de Elasar com a moderna Larsa não mais é considerada absoluta. Uma outra identificação sugerida é Ilanzura, entre Carquêmis e Harã, no norte da Síria. Mas, quanto a isso, também não há qualquer certeza.

ELATE

No hebraico, «bosque de palmeiras». O nome ocorre no Antigo Testamento por três vezes: Deu. 2:8; II Reis 14:22; 16:6. Elate era uma cidade da Iduméia, dotada de um porto no braço oriental ou golfo do mar Vermelho, ou seja, o golfo de Ácaba. Eusébio localizava o lugar a dezesseis quilômetros de Petra. Ficava situada na extremidade do vale de Elgor, que corre no fundo de duas cadeias montanhosas paralelas, de norte para sul, atravessando a Arábia Petréia, do mar Morto ao norte do golfo Elanítico.

1. *História Anterior.* O trecho de Deuteronômio 2:8 menciona a localidade em conexão com a jornada dos israelitas na direção da Terra Prometida. Eles passaram pela localidade que, na época, era apenas uma vila minúscula. É possível que o príncipe idumeu, Elá (Gên. 36:41), tenha dado seu nome ao lugar. A região era essencialmente desabitada. No século XIII A.C., Elate e Ezion-Geber, nas proximidades, naquele tempo provavelmente nada mais eram do que um lugar onde havia fontes, com alguma esparsa vegetação.

2. *No Tempo dos Reis de Israel.* Davi chegou a controlar essa região (II Sam. 8:14). Salomão (em cerca de 960 A.C.) desenvolveu a mineração do cobre e do ferro imediatamente ao norte de Ezion-Geber, cerca de quatro quilômetros a oeste de Ácaba, o local de Elate. Não se tem certeza se Ezion-Geber servia como fundição, ou apenas como depósito. Tem sido identificada com o moderno Tell el Keleifeh e foi escavada por Nelson Glueck. Salomão construiu ali, às margens do mar Vermelho, um porto que servia à sua frota mercante, que ia até Ofir e até à Arábia (I Reis 9:26; II Crô. 8:17). O local foi incendiado e então foi reconstruído no que corresponde à fase II das descobertas arqueológicas feitas no local e que datam do século XIX A.C. Josafá, rei de Judá (860 A.C.), também tinha ali um porto, mas a sua frota mercante sofreu uma grande catástrofe, devido aos ventos e às rochas, existentes nas proximidades (I Reis 22:48 e II Crô. 20:36, 37). Edom revoltou-se contra Jeorão, de Judá (cerca de 840 A.C.), e então incendiou e reocupou Ezion-Geber. Cerca de sessenta anos mais tarde, Uzias (Azarias) recuperou a cidade dos idumeus (II Reis 14:22; II Crô. 26:2) e a reconstruiu. Isso representa a fase arqueológica III. Rezin, de Arã (Síria) capturou a cidade e a reintegrou novamente ao domínio elamita (II Reis 16:6). Assim, a cidade ficou sob o controle elamita durante longo tempo, do século VII ao século IV A.C., o que envolve as fases arqueológicas IV e V. Sob o domínio persa, a área tornou-se um importante centro comercial, nos séculos V e IV A.C. Ostraca ali encontrada confirma o excelente comércio ali existente, porquanto muitas mercadorias passavam por ali, em trânsito para outros lugares. A chegada dos nabateus na cidade, que substituiram os idumeus, restringiu o local ao que agora é Ácaba. Foi então que o nome do local foi alterado, passando a ser chamada Aila. Os romanos preservaram esse nome. A moderna cidade de Eilate, em Israel, compartilha do mesmo local geral, mas é possível que a cidade jordaniana de Acaba seja a que realmente ocupa o local dos tempos bíblicos.

●●● ●●● ●●●

EL-BERITE

No hebraico, «deus do pacto». Esse era o nome de um ídolo adorado em Siquém. É referido apenas em Juízes 8:33 e 9:46. Foi no templo dessa divindade que os habitantes de Siquém se refugiaram quando Abimeleque destruiu essa cidade, segundo se vê na última dessas referências.

EL-BETEL

No hebraico, «Deus da Casa de Deus». Esse foi o nome dado por Jacó a um altar por ele erigido, conforme se vê em Gên. 35:7. Provavelmente estava no mesmo local onde ele sonhara com a escada que subia até o céu. Ver Gên. 28:13.

ELCANA

No hebraico, «Deus se apossou», ou «Deus criou». Esse é o nome de oito pessoas, nas páginas do Antigo Testamento. Há muita confusão quanto à identificação exata desses indivíduos.

1. Um descendente de Coré, na linhagem de Aimote (I Crô. 6:26,35). Ele era o chefe da casa de seu pai (Êxo. 6:24,25). Seu pai chamava-se Assir e teve um filho chamado Ebiasafe (I Crô. 6:23). Viveu em torno de 1490 A.C.

2. O pai do profeta Samuel (I Sam. 1:19), um homem nascido em Ramataim-Zofim, na região montanhosa de Efraim (I Sam. 1:1). Seu pai foi Jeroão, um efraimita. Tinha duas esposas; e a favorita era Ana, a estéril. Por causa dessa circunstância, temos o drama relacionado ao final nascimento de Samuel e sua dedicação ao Senhor como sacerdote e juiz de Israel. Na verdade, Samuel foi o último juiz de Israel e o primeiro da grande linha de profetas de Deus. A outra esposa de Elcana chamava-se Penina (I Sam. 1:2). A narrativa de Elcana e sua esposa Ana contém muitos elementos parecidos com os de Sara, esposa de Abraão, e com os de Isabel, esposa de Zacarias e mãe de João Batista. Deus vence barreiras aparentemente impossíveis, para que sua vontade seja feita. Nesse caso, nasceu um notável personagem que cumpriu uma importante missão no antigo povo de Israel. Um bisneto desse homem, chamado Hemã, era cantor nos dias de Davi, pelo que a família continuou a ocupar posições de destaque posteriormente, embora nenhum deles se comparasse ao próprio Samuel.

3. Um antepassado de Samuel e descendente de Levi (I Crô. 6:25,26), por intermédio de Coate. Viveu em torno de 1490 A.C.

4. Ainda um outro descendente de Samuel, duas ou três gerações mais perto dele do que o Elcana de número «três» (I Crô. 6:26,36). Era filho de Aimote, ou Maate, e pai de Amasai. Estava na nona geração depois de Coate, filho de Levi. Viveu em torno de 1490 A.C., se, porventura, foi o mesmo homem de número «três», acima. Em caso contrário, uns setenta e cinco anos antes.

5. Um antepassado de um dos levitas, chamado Berequias e que veio habitar em Jerusalém, após o retorno do cativeiro babilônico (I Crô. 9:16). Viveu

em torno de 500 A.C.

6. Um homem que veio juntar-se a Davi em Ziclague, quando este lutava contra Saul e estava no exílio. Foi um dos trinta poderosos guerreiros de Davi. Ver I Crô. 12:6. Viveu em torno de 1050 A.C.

7. Um porteiro do tabernáculo, nomeado por Davi. Ele era levita. Sua tarefa consistia em cuidar da arca da aliança (I Crô. 15:23).

8. Um oficial do rei Acaz, cuja autoridade só era inferior à do próprio monarca de Judá (II Crô. 28:7), Foi morto por Zicri, um guerreiro da tribo de Efraim, porquanto havia abandonado a sua fé religiosa. Viveu em torno de 735 A.C.

ELCÓS, ELCOSITA

A rigor, não aparece o nome locativo «Elcós», mas somente o adjetivo pátrio «elcosita» (Naum 1:1). O profeta Naum era natural desse lugar, de localização moderna desconhecida, embora várias conjecturas tenham sido apresentadas pelos estudiosos, a saber:

1. Um lugar da Galiléia chamada Elcesi, que Jerônimo aceitava como a localização correta.

2. Um lugar da Mesopotâmia, a norte de Mosul, localizado nas proximidades do rio Tigre. Ali existe um túmulo intitulado Naum, embora não haja como confirmar a tradição por detrás dessa identificação. Fica localizada perto da moderna Elqush, a norte de Mosul. O local era comumente visitado, em peregrinações.

3. Um local no sul do território de Judá, que talvez seja corretamente identificado com a moderna Beit Jibrin, entre Jerusalém e Gaza. Em favor dessa última localização temos o fato de que há uma antiga tradição que diz que Naum era natural de Judá.

4. *Cafarnaum*, cujo sentido literal é «vila de Naum». Essa cidade ficava localizada na margem norte do mar da Galiléia, onde Jesus ensinou com grande freqüência, quando ministrava na Galiléia. No entanto, a maioria dos peritos duvida da autenticidade da conexão entre esse lugar e o profeta Naum, apesar do nome. Ver o artigo geral sobre *Cafarnaum*.

Não há evidências conclusivas acerca de qualquer uma dessas identificações. E nem mesmo há certeza se o termo «elcosita» refere-se a uma suposta *Elcós*.

ELDA

No hebraico, «aquele que Deus chamou». O quinto filho de Midiã, filho de Abraão e Quetura (Gên. 25:1; I Crô. 1:32). Quetura foi a mãe de diversos povos árabes. Alguns têm dito que não se pode encontrar nenhuma tribo chamada Elda entre os árabes, mas isso não é argumento válido, pois nem sempre um indivíduo qualquer deu origem a uma tribo. Se ele deixou descendentes, podem ter-se misturado com seus parentes de sangue ou com outros.

ELDADE E MEDADE

No hebraico, o primeiro nome significa «Deus é amigo», e o segundo, «amor». Esses eram os nomes de dois dos setenta anciãos que Moisés nomeou para ajudá-lo em sua obra administrativa (Núm. 11:16,26, 27). Teriam recebido o ofício profético, da parte do Espírito de Deus. Josué, em sua inexperiência, pensou que era impróprio eles terem esse tipo de autoridade, e solicitou que Moisés os proibisse de profetizarem no acampamento. Mas isso Moisés recusou-se a fazer, asseverando que seria bom que o dom da profecia fosse distribuído por todo o povo de Deus. Ver Núm. 11:26-29.

Uma Obra Pseudepígrafa Acerca de Eldade e Medade. Ao redor dessas duas figuras, no período helenista, vários relatos, predições e ensinos desenvolveram-se, atribuídos a esses dois homens. Se esse material realmente existiu, coisa alguma chegou até nós, e as poucas citações existentes são de natureza muito duvidosa. As tradições dos Targuns palestinos fornecem outros alegados detalhes da história que os cerca, relacionado ao trecho de Números 11:26, adicionando algum material sobre coisas que Eldade e Medade teriam dito. Uma notável alegada citação é aquela que diz: «O Senhor está próximo daqueles que estão sendo provados». Presumivelmente, entre as profecias feitas por esses personagens, há algumas relacionadas a Deus e a Magogue, nos dias finais da história de Israel. Entretanto, essa é uma das tradições judaicas comuns, encontrando-se também no material incluído nos *Manuscritos do Mar Morto* (que vide).

A obra *Pastor de Hermas* menciona a obra apócrifa de Eldade e Medade, provendo-nos uma citação supostamente extraída da mesma: «O Senhor está próximo daqueles que se voltam para ele, conforme está escrito em Eldade e Medade, que profetizaram ao povo, no deserto». (ANF)

ELEADA

No hebraico, «Deus é testemunha». Um descendente de Efraim, cujo pai e cujo filho chamavam-se ambos Taate (que vide) (I Crô. 7:20). Sobre Eleada nada sabemos dizer, além do fato de que ele existiu.

ELEADE

No hebraico, «Deus é testemunha» ou «Deus é defensor». Um descendente de Efraim, ou através de Sutela (que vide), ou através de seu filho, do mesmo nome. No trecho de I Crô. 7:20,21, há dois homens com o nome de Sutela, separados um do outro por seis gerações. Alguns eruditos pensam que deve ter havido nisso uma repetição de nomes. Porém, nada há de extraordinário nessa repetição, sobretudo quando os nomes são separados por tantas gerações. Porém, no caso de ter mesmo havido repetição, então está em foco o patriarca.

Eleade, juntamente com outros, foi morto pelos homens de Gate, quando vieram roubar gado, e houve um entrevero. Efraim muito se angustiou por causa do incidente, e quando nasceu o seu próprio filho, lembrou-se do caso chamando-o de «Berias» (que vide), um nome que parece estar associado à idéia de «infortúnio». Ver I Crô. 7:23.

ELEALE

No hebraico, «Deus é exaltado» ou «Deus ascende». Nome de uma cidade dos rubenitas, a leste do rio Jordão (Núm. 32:3,37; Isa. 15:4; 16:9; Jer. 48:34). Os profetas designam esse lugar como uma cidade dos moabitas, conforme se vê nas últimas três dessas referências.

A cidade tem sido identificada com a moderna El-Al, cerca de um quilômetro e meio de Hesbom. Ela fica sobre o cume de uma colina e domina uma visão magnífica. Ficava na fronteira sul da região conhecida como Gileade, quase a leste do extremo sul do mar Morto. Quando Israel ocupou a região, conquistou essa cidade; mas, posteriormente, ela foi retomada pelos moabitas, aos quais os profetas denunciaram. O território ficou sendo disputado

entre Amom e Moabe, mas estava sob o controle dos moabitas no período dos profetas. Na região, nos tempos modernos, ainda há muitas ruínas.

ELEASÁ

No hebraico, «Deus fez». Esse foi o nome de dois personagens do Antigo Testamento:

1. Um filho de Helez, descendente de Judá, através da família de Hezron (I Crô. 2:39,40). Viveu em torno de 1305 A.C.

2. Um filho de Rafa, descendente de Saul e Jônatas (I Crô. 8:37; 9:43). Viveu em torno de 960 A.C.

ELEASA, ELEASÁ

No hebraico, «Deus fez». Nome de duas personagens bíblicas, a saber:

1. Um dos filhos de Pasur, que se desfez de sua esposa estrangeira, terminado o cativeiro babilônico (Esd. 10:22). Viveu em cerca de 445 A.C.

2. Um filho de Safã, enviado por Zedequias em missão especial à corte de Nabucodonosor. Foi na oportunidade que levou uma carta de Jeremias aos judeus exilados. Ver Jer. 29:3. Viveu em cerca de 593 A.C. Embora a palavra hebraica seja uma só, a nossa versão portuguesa grafa o nome de dois modos diferentes, «Eleasa» em Esdras e «Eleasá» em Jeremias. Algumas versões estrangeiras fazem algo parecido.

ELEÁTICOS

Um grupo de filósofos gregos dos séculos VI e V A.C. Eles tinham o seu centro em Elea, uma antiga cidade da Lucânia, na Itália. Por essa razão, aquela escola filosófica, ali existente, chamava-se escola eleática de filosofia. Nomes associados a essa escola foram Parmênides, Zeno de Elea, Xenófanes e Melisso de Samos. Eles pensavam que todo movimento e mudança seriam apenas uma ilusão, expondo argumentos muito sutis, mas sofistas, em prol desse ponto de vista. Ver os artigos separados sobre os vários filósofos mencionados.

ELEAZER

No hebraico, «Deus é ajudador». No grego, **Eleázar**. Nome de nove personagens referidos nas páginas do Novo Testamento, a saber:

1. O filho (sobrevivente) mais velho de Arão (Êxo. 6:23,25), que foi o chefe da tribo de Levi durante o período de vida de seu pai (Núm. 3:32). Era o terceiro filho de Arão e Eliseba, filha de Aminadabe. Arão teve quatro filhos, chamados Nadabe, Abiú, Eleazar e Itamar. Nadabe e Abiú morreram quando ofereciam fogo estranho diante do Senhor, e foram castigados por esse motivo. Isso significa que Eleazar, apesar de ter sido o terceiro filho, chegou a ser o mais velho, e assim sucedeu a seu pai na posição de sumo sacerdote. Eleazar casou-se com a filha de Putiel. Eliseba, sua mãe, era irmã de Naassom, que era chefe da tribo de Judá (Êxo. 6:23; Núm. 1:7; I Crô. 2:3-10). Viveu em torno de 1450 A.C.

Quando Arão morreu, Eleazar ocupou os deveres sumo sacerdotais (Núm. 20:25,26; Deu. 10:6). Ele supervisionava os coatitas que transportavam a arca e os utensílios sagrados, sobre os ombros, durante a marcha pelo deserto (Núm. 3:30-32). Ele também estava encarregado do tabernáculo, de seus móveis, do azeite, do incenso, etc. (Núm. 4:16). Seu irmão mais novo, Itamar, dirigia os gersonitas e os meraritas, que transportavam o tabernáculo, as suas cortinas, as suas tábuas, etc., visto que Israel estava sempre caminhando (Núm. 4:28,33).

O ofício ocupado por Eleazar foi contemporâneo do governo militar de Josué, e, ao que parece, sobreviveu a este último. Havia um bom relacionamento entre os dois (ver Núm. 27:19-21). Josefo diz que Josué e Eleazar morreram mais ou menos ao mesmo tempo, isto é, vinte e cinco anos depois da morte de Moisés. O livro de Josué termina com uma nota sobre a morte de Eleazar. (Jos. 24:33). Ao que parece, o sumo sacerdócio permaneceu na família até Eli, inclusive. Mas, foi por razões desconhecidas que os ancestrais de Eli tornaram-se sumos sacerdotes. Posteriormente, o ofício sumo sacerdotal passou para a família de Eleazar, na pessoa de Sadoque (I Sam. 2:27; I Crô. 6:8; 24:3; I Reis 2:27). Essa linhagem de sacerdotes continuou até os dias de Esdras (I Crô. 6:1-15; Esd. 7:1-5). Eli era da linhagem de Itamar, irmão mais novo de Eleazar, o que significa que a linhagem sumo sacerdotal continuou na família imediata de Arão, através de dois de seus descendentes. Foi a iniqüidade dos filhos de Eli que causou a transferência do sumo sacerdócio para a linhagem de Eleazar.

2. Um outro Eleazar era filho de Aminadabe, que cuidava do transporte da arca da aliança, depois que a mesma foi enviada de volta a Israel pelos filisteus (I Sam. 7:1). Esse Eleazar aparentemente era sacerdote, e deve ter sido um levita, embora ele não seja especificamente alistado como tal. Viveu em torno de 1125 A.C. Como é natural, a um levita teria sido dada essa incumbência.

3. Dentre os trinta e sete heróis de Davi, três deles eram os mais destacados; e dentre esses três, estava Eleazar. Ele foi um dos três que foram buscar água no poço da aldeia nativa de Davi, Belém, quando o rei anelou por beber água dali. Esse ato impressionou profundamente a Davi, porquanto os três arriscaram a sua vida nesse ousado ato. Portanto, ele pensou que a água era por demais preciosa para ser bebida, pelo que a ofereceu ao Senhor, em libação, (II Sam. 23:8,10,13). Esse Eleazar era filho de Dodó, talvez descendente de Aoá, da tribo de Benjamim (I Crô. 8:4). Viveu em torno do ano 1000 A.C.

4. Um levita, filho de Mali, neto de Merari. Ele é mencionado como homem sem filhos; tinha somente filhas. Estas casaram-se com «os filhos de Quis, seus irmãos», o que, no hebraico, provavelmente significa «primos» (I Crô. 23:21,22; 24:28). Viveu em cerca de 1400 A.C.

5. Um filho de Finéias, que trabalhava lado a lado com sacerdotes e levitas, cuidando do tesouro sagrado e dos vasos que foram devolvidos a Jerusalém, após o exílio babilônico (Esd. 8:33). Viveu em cerca de 457 A.C. Não sabemos dizer se ele era sacerdote ou levita, ou se simplesmente foi-lhe solicitada a cooperação.

6. Um descendente de Parós, que se casara com uma mulher estrangeira, durante os dias do cativeiro babilônico, e que teve de divorciar-se dela quando Israel voltou à sua terra (Esd. 10:25). Seu tempo girou em torno de 456 A.C.

7. Um sacerdote que esteve presente à festa da dedicação das muralhas reconstruídas de Jerusalém, sob a direção de Neemias. Ver Nee. 12:42. O tempo dele foi cerca de 446 A.C. Alguns estudiosos identificam esse homem com o de número quatro desta lista.

8. O quarto dos irmãos Macabeus, filho do sacerdote Matatias (I Macabeus 2:5). Foi morto quando um elefante caiu sobre ele, quando ele ferira o

animal sob o ventre, na esperança de, subseqüentemente, matar o rei Antíoco Eupator. Ele supunha que esse rei estivesse montado sobre o animal, mas estava equivocado (I Macabeus 6:43-46). Viveu em cerca de 164 A.C.

9. Um homem desse nome era filho de Eliúde, três gerações antes de José, marido de Maria, mãe de Jesus, dentro da genealogia de Cristo (Mat. 1:15). Isso quer dizer que esse Eleazar era bisavô de José.

ELEFANTE

Esse animal nunca é mencionado na Bíblia, embora apareça com freqüência nos livros de I e II Macabeus. Ver I Mac. 1.17; 3.34. No entanto, há várias referências bíblicas ao marfim; e a palavra aparece nas notas marginais em certas Bíblias, nos trechos de Jó 40:15; I Reis 10:22 e II Crônicas 9:21. Na primeira dessas referências, nossa versão portuguesa diz «hipopótamo».

A arqueologia tem demonstrado que uma espécie atualmente extinta de elefantes tinha o seu habitat na Palestina, no período Plistocênico. Até o fins do primeiro milênio A.C. o elefante asiático habitava nas regiões superiores do rio Eufrates; mas, por essa época, os caçadores o extinguiram dali. Há vários tipos de marfim, como aquele dos dentes do hipopótamo. Porém, o marfim verdadeiro é o das presas do elefante. Esse material sempre foi muito valorizado para o fabrico de itens como caixinhas, ornamentos de móveis, e muitas outras aplicações. A palavra «marfim» (ver o artigo separado a respeito) ocorre por treze vezes na Bíblia: I Reis 10:18,22; 22:39; II Crô. 9:17,21; Sal. 45:8; Can. 5:14; 7:4; Eze. 27:6,15; Amós 3:15; 6:4; Apo. 18:12. Os registros assírios confirmam a abundância de elefantes na Síria. Ali eles eram caçados principalmente através de armadilhas, grandes buracos cavados no chão, onde eles caíam e eram aprisionados.

O elefante sobrevive em duas espécies, o *Elephas indicus* (elefante indiano) e o *Elephas africanus* (elefante africano). A testa do africano é baixa; e a do indiano é alta. O africano tem dois dentes molares de cada lado do maxilar, em cima e embaixo, e somente três unhas dos pés em cada pata traseira. O asiático tem somente um dente de cada lado do maxilar, em cima e embaixo. O elefante macho asiático tem presas, mas não a fêmea, ao passo que tanto o macho quanto a fêmea do **elefante africano têm presas.** E o elefante africano tem presas com até 2,15 m de comprimento e 70 kg de peso. A tromba do elefante é um maravilhoso instrumento. É um membro elástico e cilíndrico, que pode contrair-se até dois terços de seu comprimento, ou ficar um terço mais longo. Tem quase quatro mil músculos entretecidos, de tal modo que a tromba é flexível em todas as direções. É tão bem suprida de nervos que é um dos órgãos vivos mais sensíveis que se conhece na natureza.

Os elefantes são animais pacíficos, a menos que sejam irritados por alguma coisa. Eles são animais **sociáveis entre si mesmos, e reúnem-se em planícies de gramíneas ou em florestas. Além do valor de seu** marfim, algumas pessoas usam-nos como montarias, até mesmo em operações militares, ou, mais geralmente, para arrastarem grandes pesos, como troncos de árvores derrubadas. Os romanos antigos caçavam-nos por puro esporte ou abatiam-nos nas arenas, o que constituiu um dos capítulos mais insensatos da história romana. Antíoco usou elefantes em suas batalhas contra os judeus (II Macabeus 13:2). (BOD S)

●●● ●●● ●●●

ELEFANTINOS, PAPIROS

Ver o artigo separado sobre Papiros e Ostraca. O nome *elefantino* significa «lugar de elefantes» ou «cidade de elefantes». A palavra básica é o termo egípcio *iebew*, reproduzido em papiros aramaicos posteriores como *yeb*, que significa «mercado» ou «posto mercantil».

1. *Designação*. Essa palavra era o nome de uma povoação que havia em uma ilha do rio Nilo, defronte da antiga Siene (que vide). Modernamente, esse local chama-se *Geziret Aswan*, que significa «ilha de Aswan». Faz parte do Alto Egito. O nome dessa cidade veio também a designar certos papiros **provenientes do século V A.C., por terem sido achados nesse lugar.**

2. *Localização Geográfica*. A antiga Siene ficava no lado oriental do rio Nilo, e Elefantina ficava no lado ocidental, bem defronte daquela. A moderna cidade de Aswan fica no local preciso da antiga Siene. Ali foi construída a grande represa de Aswan, uma das maiores do mundo. Elefantina ficava logo abaixo da primeira catarata do Nilo. O lugar servia como porto terminal para embarcações de maior calado.

3. *Elefantina e a Arqueologia*. Esse lugar é notável por causa de suas antigas ruínas egípcias, romanas e árabes. A ilha era um posto comercial e militar, além de ser um centro de culto religioso, na época dos Faraós. Nos tempos dos Ptolomeus, as atividades religiosas foram transferidas quase inteiramente para a ilha de File. As ruínas de Elefantina remontam ao século XXVIII A.C. Muitas dessas ruínas foram estragadas ou destruídas em 1822, quando o governador de Aswan explorou o lugar para aproveitamento de pedras, para diversas construções. A parte principal do nilômetro, mencionado por Estrabão, e que ficava na extremidade norte dessa ilha, foi restaurada nos fins do século XIX D.C. Muitas ostraca, especialmente recibos alfandegários, foram descobertas ali; mas, a descoberta mais famosa foi precisamente os papiros chamados de Elefantina. Ver sobre o quinto ponto, abaixo.

Vários importantes edifícios antigos foram escavados no local do templo de Ghnum (pertencentes aos séculos IV a II A.C.). No mesmo local, em tempos ainda mais antigos, foram encontrados vestígios de um templo feito com tijolos de barro. Havia um templo judaico naquela região, do século VI ou V A.C., embora não tenham sido encontradas provas arqueológicas conclusivas a respeito.

4. *Informes Históricos*. Essa região vem sendo habitada pelo menos desde a III[a] Dinastia egípcia, quando foi ali construída uma fortaleza. Supõe-se que príncipes egípcios residiram ali desde a VI[a] Dinastia egípcia. De 1550 a 700 A.C., o lugar foi um importante posto militar de fronteira, que ajudava a resistir os invasores e a manter abertas as rotas comerciais. Um outro fortim foi construído em Siene. Alguns dos habitantes locais tinham residências em ambos os lugares, em Elefantina e em Siene.

A Colônia Judaica. Em c. do século V A.C., foi estabelecida uma colônia judaica ali, com um templo dedicado à adoração a Yahweh. Essa colônia atuava como uma organização militar a serviço dos persas. Antes desse tempo, porém, houve ali uma outra colônia judaica, de natureza não militar. Portanto, ao que parece, essa antiga colônia tornou-se uma colônia militar, no século V A.C. Os arqueólogos supõem que, originalmente, essa colônia foi fundada no tempo do reinado do Faraó Apries (o mesmo chamado Hofra, em Jer. 44:30), entre 588 e 566 A.C. quando os judeus passaram a servir os persas, os egípcios, como

é evidente, não ficaram satisfeitos, e destruíram o templo que os judeus haviam construído ali, em 410 A.C. Todavia, esse templo foi reconstruído alguns anos depois, tendo perdurado até o tempo de Neferites I (399-393 A.C.).

Nesse lugar, a fé judaica recebeu elementos provenientes de outras culturas, de tal modo que, paralelamente ao nome de Yahweh, outros deuses, como Esembetel e Anate-Betel, foram nomeados ali, conforme se vê em escritos daquele tempo. Foi então criada uma fórmula politeísta: «Que os deuses **desejam** o teu **bem-estar**». No entanto, há evidências que mostram a preservação dos elementos essenciais da fé judaica, apesar de misturas com o paganismo. O **sábado** era guardado, como também a festa dos pães asmos e, mui provavelmente, a páscoa. Um certo papiro (Aram. p. 30) menciona Sambalate (governador de Samaria), e também Joanã, filho de Joiada, confirmando o que se lê em Neemias 2:10; 13:28 e 12:22, respectivamente. Esses fatos nos são dados a conhecer por meio dos papiros Elefantinos (que vide, abaixo).

5. *Os Papiros Elefantinos*. Nas ruínas de uma pequena cidade localizada na extremidade sul da ilha de Elefantina, no Alto Egito, foi encontrado um número considerável de papiros escritos em aramaico, pertencentes à primeira porção do século V A.C. Esses documentos foram produzidos pela colônia judaica que descrevemos acima, e talvez sejam anteriores à destruição de Jerusalém, por parte de Nabucodonosor. Esses papiros muito contribuíram para lançar luz sobre a vida judaica da época. Um importante documento dessa coleção é uma carta que solicitava ao governador persa da Palestina que usasse a sua influência diante do governador persa do Egito, para que permitisse que a colônia judaica reconstruísse o seu templo, para adorar Yahweh, templo esse que os egípcios haviam destruído, de cuja destruição até mesmo sacerdotes egípcios invejosos haviam participado. Esses papiros datam do século V A.C., quando a colônia judaica atuava como uma guarnição militar em prol dos conquistadores persas do Egito. O aramaico ali utilizado é idêntico ao aramaico dos livros de Daniel e de Esdras. Esses documentos têm um conteúdo bastante variado, incluindo documentos legais e missivas governamentais e particulares. As referências religiosas existentes nesses documentos provam o sincretismo religioso da colônia judaica, mas também a preservação de costumes e crenças tipicamente judaicos.

6. *Referências Bíblicas*. A cidade de Elefantina nunca é mencionada nas Escrituras Sagradas, mas podemos supor que está incluída nas referências à cidade de Siene (Eze. 29:10 e 30:6). Por igual modo, Heródoto (2.175) referiu-se às pedras extraídas em Elefantina, e em cuja referência deve ter incluído Aswan, onde também havia uma pedreira. (COW DRIV)

ELEFE

No hebraico, «união» ou «raposa». Nome de uma das cidades entregues à tribo de Benjamim (Jos. 18:28). Ela é mencionada imediatamente após Jerusalém. O nome sugere que seus habitantes originais eram pastores, ou então que o local era próprio para criação de gado. Tem sido identificada com o moderno local de *Neby Samvil*, que significa «profeta Samuel», localizado cerca de duas horas de caminhada a pé de Jerusalém, para o noroeste. Outros estudiosos preferem pensar em *Salah*, também não muito longe de Jerusalém.

ELEIÇÃO

Esboço

I. Caracterização Geral
II. Vinte e Três Fatos Distintos da Eleição
III. O que Dizer sobre o Livre-Arbítrio
IV. Conceitos Relacionados
V. Antiguidade da Eleição
VI. A Implacável Doutrina da Predestinação
VII. Finalidade da Eleição

I. Caracterização Geral

1. A eleição é um dos **decretos** (que vide) de Deus. A idéia é de que Deus *escolheu* algumas pessoas, mesmo antes da existência delas, para serem seus filhos. Portanto, devem compartilhar da natureza e imagem do Filho, Rom. 8:29; II Cor. 3:18. Isto significa que, afinal, participarão da natureza divina, Col. 2:10; II Ped. 1:4. Alguns teólogos acham que a eleição foi determinada antes, e sem considerar a queda do homem no pecado (supralapsarianismo, que vide). Outros pensam que a despeito do fato de que cronologicamente foi determinada antes da existência destas pessoas, logicamente, levou em conta a queda (*infralapsarianismo*, que vide).

2. *O lado oposto* da eleição é a *reprovação* (que vide). Isto significa que os não-eleitos foram rejeitados *ativamente* por Deus, e portanto, sofrem o julgamento merecido pelos seus pecados, sem a intervenção do evangelho. Estas pessoas foram predestinadas ao julgamento eterno, e tinham só *aparentemente*, uma chance para serem salvas. Alguns teólogos rejeitam a reprovação ativa, e acham que Deus simplesmente ultrapassou estas pessoas, deixando-as sofrerem os resultados de seus pecados. Esta doutrina se chama *reprovação passiva*. De qualquer maneira, nesta segunda posição, o resultado é o mesmo. Estas pessoas, antes mesmo de seu nascimento, não tinham nenhuma chance para serem salvas, porque o evangelho, (segundo esta teologia) não é para os não-eleitos, e nunca tinha estas pessoas em mente como possivelmente sujeitas a sua mensagem. Ver sobre o *Calvinismo*, o sistema teológico que defende estas doutrinas.

3. O *Arminianismo* (que vide) se opõe violentamente a estas doutrinas, promovendo o ensino do livre-arbítrio (que vide) do homem, e a *universalidade* do evangelho, no sentido de que todos os seres humanos poderiam ser salvos se quisessem. Ver os artigos sobre os *Cinco Pontos do Calvinismo e os Cinco Pontos do Arminianismo*.

4. *Uma posição intermediária*. A reprovação de Deus (ativa ou passiva) seria uma doutrina imoral *se* os não-eleitos realmente nunca pudessem ter a oportunidade de participar da salvação, sendo condenados por um julgamento incrivelmente brutal, sem nenhum remédio possível. Mas, se Deus também fez uma obra em favor deles na restauração (que vide) geral, então ninguém pode se queixar. A restauração é parte da missão de Cristo, e leva os não-eleitos a uma glória secundária, mas magnificente, embora, comparativamente baixa, porque não resulta na participação dos não-eleitos na natureza divina (o que é o alvo da redenção). Então, neste caso, o próprio julgamento é um meio de restauração, não meramente de retribuição e castigo. I Ped. 4:6 quase certamente ensina esta possibilidade. Esta idéia concorda com o amor de Deus, o poder da missão de Cristo, e a universalidade do ato salvador-restaurador, e assim glorifica o Salvador e declara que sua missão não pode falhar. Muitas igrejas ensinam um evangelho que falha porque não realiza muita coisa,

se falarmos sobre as multidões, que a Bíblia declara que Deus *ama* (Jo. 3:16). Podemos fazer qualquer coisa menos sacrificar o amor de Deus.

5. *Opiniões do autor deste artigo e enciclopédia.*

a. Tanto o calvinismo como o arminianismo são doutrinas unilaterais, partes de uma verdade maior, na qual há uma reconciliação do livre-arbítrio com o determinismo. Se este conceito maior fosse pronunciado, provavelmente, com nosso entendimento de hoje, não compreenderíamos sua essência.

b. Devemos chamar o problema envolvido de um *paradoxo* (que vide), um ensino que *parece* ser contraditório.

c. O livre-arbítrio e o determinismo (do qual a eleição é uma subcategoria) representam pólos opostos de uma verdade maior. Ver o artigo sobre *Polaridade*.

d. A reprovação ativa (ou mesmo passiva) com a idéia correspondente de que os não-eleitos sofrem um julgamento implacável, de fogo, para sempre, é uma doutrina imoral. Ignora totalmente os ensinos do evangelho da universalidade da missão de Cristo e o poder do amor de Deus.

e. A minha fé é que os decretos de Deus são justamente aqueles poderes que garantem a realização mais alta de cada indivíduo. O amor e o desígnio benéficos de Deus governam seus decretos, inclusive a sua ira. Sua ira contra o pecado faz parte de seu amor, como um dedo de uma mão, porque *pelo julgamento* ele faz algumas coisas benéficas que não podem ser feitas de qualquer outra maneira. Isto quer dizer que seu julgamento é remedial, não somente vingativo, I Ped. 4:6.

f. Embora o julgamento possa ser severo e prolongado (e em muitos casos, será), é governado por um desígnio benéfico que garante, afinal, a *Restauração* dos não-eleitos, se não sua *redenção*. Ver o artigo sobre estes assuntos para explicações. O ato da missão de Cristo é redentor-restaurador, redentor para os eleitos, e restaurador para os não-eleitos.

II. Vinte e Três Fatos Distintos sobre a Eleição

Efé. 1:4: *como também nos elegeu nele antes da fundação do mundo, para sermos santos e irrepreensíveis diante dele em amor;*

1. Coletivamente, como no caso de uma nação ou povo (ver Isa. 45:4), como foi o caso dos israelitas, e como agora é o caso dos gentios. (O décimo primeiro capítulo da epístola aos Romanos aborda ambos os temas).

2. Mas também somos escolhidos como «indivíduos» (ver I Ped. 1:2 e Rom. 9:11-13). O presente versículo refere-se tanto à eleição dos gentios em geral como à eleição de gentios individuais. E o oitavo capítulo da epístola aos Romanos certamente alude a indivíduos como eleitos e escolhidos.

3. A eleição é para a vida eterna, para a transformação segundo a imagem de Cristo, o qual, acima de todos, é o *eleito de Deus*. A chamada de Rom. 8:29,30, a chamada da predestinação, visa conferir todas as promessas da salvação à coletividade eleita e aos indivíduos eleitos. A mera pesquisa das várias passagens que falam sobre a chamada, a eleição e a predestinação mostrar-nos-á que está em foco muito mais do que o «privilégio» de ouvir e de possuir vantagens espirituais. Romanos capítulo 8 ensina, claramente, que a eleição faz parte do evangelho, e o objeto do evangelho é a salvação da alma. A *chamada* de Deus oferece a participação da *filiação*, portanto, na natureza divina, II Ped. 1:4.

4. Segunda a presciência de Deus. — Isto, certamente, não indica apenas que Deus previu quem creria. Antes indica o fato de que Deus previu os próprios indivíduos, tendo-os amado de antemão e fixado neles o seu coração desde a eternidade. Cristo Jesus também foi previsto (ver I Ped. 1:20), e isso não pode significar meramente que Deus previu o que ele faria. (Essa particularidade é amplamente ventilada nas notas expositivas sobre Rom. 8:29 e I Ped. 1:2 no NTI).

5. A eleição se alicerça sobre a vontade divina, e não sobre o mérito humano ou a fé prevista. (Ver Efé. 1:11 e João 15:16).

6. A eleição foi estabelecida segundo o propósito divino (ver Efé. 1:11). Portanto, não foi algo arbitrário.

7. A eleição foi estabelecida em consonância com a salvação pela graça divina. Ver o artigo sobre *Graça*.

8. A eleição foi determinada na mente divina antes da fundação do mundo (como diz Efé. 1:4), pelo que reside exclusivamente na vontade divina, inteiramente à parte do homem, de sua fé, de suas obras, de seus esforços voluntários, etc. É pela chamada de Deus.

9. *A chamada de Deus*

Rom. 8:30: *e aos que predestinou, a estes também chamou; e aos que chamou, a estes também justificou; e aos que justificou, a estes também glorificou.*

Trata-se de uma *chamada eficaz* para que o indivíduo chamado participe da glória de Deus, e tem seus alicerces sobre a predestinação. Temos aqui, portanto, a predestinação, no que ela se aplica ao crente, na questão de sua chamada para que seja transformado segundo a imagem de Cristo. Sua base é a preocupação ou interesse amoroso, ou seja, a «presciência» de Deus, e não o mero conhecimento prévio de quem crerá, conforme alguns intérpretes têm reduzido a «presciência».

A eleição é posta «antes da fundação do mundo», em Efé. 1:4, e isso a localiza dentro dos *propósitos* de Deus, e não a torna dependente da escolha humana. Os homens são «escolhidos por Deus» para a salvação, conforme aprendemos em II Tes. 2:13. Os frutos de piedade na vida são uma prova da eleição divina, conforme lemos em I Tes. 1:3,4. Além disso, a eleição visa indivíduos, e não nações, como se isso significasse que certas nações receberiam a oportunidade de ouvir o evangelho, ao passo que outras não teriam esse privilégio, embora isso também expresse uma verdade. (Ver Rom. 9:11-16).

Assim como a posse da salvação é a prova da eleição *do indivíduo*, assim também a eleição é a garantia de quanto está implícito na salvação. Portanto, somos exortados a confirmar ainda mais a nossa eleição, como um fato, em II Ped. 1:10. A eleição assegura a vindicação divina contra todas as acusações e julgamentos possíveis (ver Rom. 8:33); mas isso não nos dá permissão de nos entregarmos à licenciosidade, à impiedade; pelo contrário, visto que todos os eleitos contam com a presença habitadora do Espírito Santo, isso assegura que os mesmos se distinguirão como pessoas santas. Todos os eleitos, portanto, devem contar com o fruto do Espírito Santo, pois, conforme disse o Senhor Jesus: «...pelos seus frutos os conhecereis» (Mat. 7:16). (Ver Gál. 5:22,23). A eleição é uma escolha soberana, feita por Deus, impulsionada pela própria escolha e prazer de Deus (ver Efé. 1:5,9), não estando condicionada às obras ou à vontade dos homens. (Ver Rom. 9:15-18).

A eleição não importa em uma *injustiça* da parte de Deus, em face do fato de que envolve a *graça* ou favor divino para com alguns, ao passo que os outros simplesmente são deixados à vontade, para que façam

o que bem quiserem. Isso fica melhor esclarecido quando consideramos certos particulares:

A eleição faz a salvação depender inteiramente de Deus, do princípio ao fim, como fruto da misericórdia discriminadora, divina e soberana.

10. A eleição tem Cristo como seu *centro*.

11. A eleição tem Cristo como seu *alvo*, porquanto todos os eleitos haverão de ser finalmente transformados segundo a sua imagem moral e metafísica.

12. A finalidade última da eleição é a glória de Deus. (Ver I Cor. 1:31).

13. A eleição assegura a *segurança* eterna do crente. (Ver Rom. 8:33 e *ss*).

14. A eleição é a base de todas as *ações éticas*, bem como a garantia da santidade. (Ver Efé. 5:5 e *ss*, e Col. 3:12-17).

15. O Espírito Santo leva os eleitos a crerem, e opera neles a transformação segundo a imagem de Cristo, que é o alvo mesmo da eleição deles.

16. A provisão de Deus provê a melhoria de toda a humanidade, e, de fato, de toda a criação, embora poucos, realmente, façam parte do número dos eleitos.

17. A vontade de Deus é que, finalmente, haja uma completa unidade de todas as coisas em torno de Cristo, Efé. 1:10, que fala da restauração de tudo.

18. O conceito da eleição é moralmente aceitável se aqueles que são deixados de lado também recebem alguma provisão, embora em grau inferior. Naturalmente, essa provisão também se dará através da missão cósmica de Cristo. (Ver Efé. 1:23; João 12:32).

19. A eleição é necessária à salvação, porque é algo tão elevado que o homem nada poderia fazer, por si mesmo, para alcançá-lo. E o livre-arbítrio também é necessário, pois, sem tal elemento, o homem não seria digno de ser salvo. Há um hino que diz: «Ele me conduziu, e eu o segui». Isso exprime ambos os lados da questão, mas não dá solução ao paradoxo.

20. A eleição é um índice da graça, pois se baseia nela. A vontade divina é suprema sobre a questão. (Ver o artigo sobre *Graça*).

21. A cruz confere a graça geral a todos os homens. Todos os seres humanos poderiam escolher Cristo; mas, ao mesmo tempo, só os eleitos o farão. Não há como solucionarmos esse mistério.

22. *Confronto da eleição com a santidade*. Posto que a eleição é produzida pelo Espírito Santo, e que o Espírito de Deus habita nos eleitos, é necessário que os eleitos sejam indivíduos *santos*, porquanto, de outra maneira, *não seriam* eleitos coisa nenhuma. Esse é um pensamento sério, que se reveste de grandes conseqüências, pois a vida santa, na realidade, é a *prova prática* da eleição do indivíduo. E é exatamente por essa razão que o apóstolo Pedro nos adverte sobre a necessidade de *confirmarmos* a nossa chamada e eleição. (Ver II Ped. 1:10). Por isso também é que o apóstolo Paulo, nesta passagem, responde ainda à pergunta formulada em Rom. 6:1: «Que diremos, pois? Permaneceremos no pecado, para que seja a graça mais abundante». O apóstolo dos gentios oferece-nos certa variedade de respostas, a partir desse ponto de sua epístola, respostas essas sumariadas nas notas expositivas referentes ao vigésimo nono versículo deste capítulo.

23. Os não-eleitos serão restaurados a uma glória secundária, mas magnificente, porque deverá ser digna do *Logos-Cristo*, o *Mestre-Artífice*.

III. Que Dizer sobre o Livre-Arbítrio?

1. Essa também é uma verdade ensinada nas Escrituras. Sem o livre-arbítrio não pode haver responsabilidade em qualquer sistema de moral (Ver o artigo sobre *Livre-Arbítrio*).

2. Não podemos descobrir um meio para reconciliar entre si o livre-arbítrio e a eleição. A palavra «eleição», por si mesma, fala de limitação, ao passo que o livre-arbítrio afirma que todos poderiam ser salvos se quisessem, e que todos poderiam exercer a fé. Simplesmente, temos de aceitar ambos os conceitos como verdadeiros, esperando receber maior luz para entendermos como isso pode ser. Deus se utiliza do livre-arbítrio do homem sem destruí-lo, apesar de não sabermos exprimir de que maneira o faz. Isso nos apresenta um «paradoxo», isto é, um ensino que parece entrar em contradição consigo mesmo. Não deveríamos diminuir o vulto da eleição, procurando fazê-la ajustar-se ao livre-arbítrio. E nem deveríamos diminuir a importância do livre-arbítrio procurando ajustá-lo à eleição. Por que se pensaria ser estranho que os mais profundos conceitos teológicos escapam à nossa pobre capacidade de expressão? A eleição muito ensina aos homens. Portanto, ensinemo-la! O livre-arbítrio muito ensina aos homens. Portanto, ensinemo-lo!

IV. Conceitos Relacionados

Ver os artigos sobre **Determinismo, Voluntarismo,** e **Reprovação.**

A *compreensão intelectual* nem sempre é o critério certo para aceitarmos algum ensinamento ou doutrina. Não existe problema mais difícil, tanto para a ciência como para a filosofia (e também para a teologia) do que aquele apresentado pelas evidências dadas tanto pelo livre-arbítrio (ou liberdade) como pelo determinismo, sob o que a predestinação e a eleição podem ser classificadas como subcategorias. Por conseguinte, a antiga batalha verbal acerca das doutrinas da predestinação e do livre-arbítrio humano, que tem dividido denominações evangélicas e causado contendas entre os crentes, é uma batalha inútil e desnecessária. Ambos os lados desse conflito têm razão, embora não saibamos determinar de que maneira.

V. Antiguidade da Eleição.

Antes da fundação. Foi «nele», isto é, em Cristo Jesus, que fomos escolhidos. Fomos escolhidos por consideração a ele, para que lhe fôssemos dados como seus irmãos, mediante a sua redenção, através dos seus méritos (ver Efé. 1:6), através de sua «agência remidora» (ver Efé. 1:5), e visando a sua glória (ver Efé. 1:10-23). E aqui o tempo em que se processou essa escolha é determinado — ANTES DA FUNDAÇÃO DO MUNDO, ou seja, antes da criação. É interessante que essa mesma expressão é usada para indicar o amor de Deus Pai para com o seu Filho, em João 17:24. Por semelhante modo, é usada para falar sobre o fato de que Deus conheceu Cristo de *antemão*, porquanto isso também se verificou antes da fundação do mundo. E ainda em outras passagens é empregada essa expressão familiar, «antes da fundação do mundo». Por exemplo: Em Mat. 25:34, onde se vê que o reino estava adredemente preparado, desde então, para os futuros discípulos; em Luc. 11:50, onde se vê que o sangue dos profetas foi visto derramado desde aquela época; em Heb. 4:3, onde se lê que as obras de Deus estavam terminadas, no desígnio divino desde a eternidade; em Heb. 9:26, onde se aprende que os sofrimentos de Cristo estavam determinados desde o passado remoto; em Apo. 13:8, onde os ímpios não tinham o seu nome escrito no livro da vida do Cordeiro, que é reputado por morto desde aquele tempo.

VI. A Implacável Doutrina da Predestinação

1. A vontade de Deus é suprema nesse particular, mas jamais será uma vontade arbitrária. Há propósito por detrás de tudo quanto ela envolve. Deus sabe o que está fazendo, e porque, ainda que nossas mentes não possam penetrar em seus mistérios (ver Rom. 11:33 e *ss*). Por conseguinte, a predestinação, apesar de arraigada na vontade de Deus, não é irracional nem caprichosa. O voluntarismo, pois, não é um acompanhante necessário da predestinação. (Ver o artigo sobre o *Voluntarismo*).

2. Embora o propósito predestinador de Deus opere inteiramente à parte de qualquer consideração humana, (ver Rom. 9:16), ela não alcança necessariamente todos os eleitos nesta esfera terrena. Pode atingi-los além do sepulcro (ver I Ped. 4:6).

3. A eleição é uma subcategoria da predestinação, relacionando-se, especificamente à salvação do homem, mas a predestinação é a vontade de Deus por detrás de todas as coisas.

4. O lado negativo da predestinação é a reprovação. Assim, Deus *não* escolhe a alguns, e, ao mesmo tempo, *determina* os destinos dos não-eleitos. (Ver Rom. 9:10).

5. Neste artigo, toma-se a posição de que a própria reprovação ativa pode expressar uma verdade, se o que Deus fizer em prol dos não-eleitos for, finalmente, bom, e não destrutivo. Cremos que a missão de Cristo, possibilitou uma *Restauração* (que vide), que opera em favor dos não-eleitos, conferindo-lhes uma glória positiva a ser conquistada e entregue a Cristo, além de uma vida digna de ser vivida. Isso será alcançado *através* do julgamento, e não à revelia do mesmo. Esse conceito é comentado plenamente em Efé. 1:10 no NTI, pois faz parte do mistério da vontade de Deus, que é a unidade de todas as coisas em redor de Cristo no ainda distante dia eterno. Ver o artigo sobre a *Missão Universal do Logos* (*Cristo*).

6. A restauração dos não-eleitos não pode ser comparada com a redenção dos eleitos, pois, a despeito da glória importante que certamente envolve, comparativamente falando, é uma realização secundária, pois o que perderão representa — para os eleitos — uma vantagem indescritível. Ver os artigos sobre *Salvação* e *Julgamento*.

7. O outro lado da moeda é o *livre-arbítrio* (que vide), — que também representa um princípio escriturístico que declara que todos os homens têm a responsabilidade de responder afirmativamente ao evangelho; todos os homens poderiam exercer fé; todos os homens poderiam ser salvos. É inútil tentar reconciliar esse conceito com a idéia da predestinação, embora seja correto ensiná-lo individualmente, à parte da predestinação. A verdade não depende de nossa habilidade de reconciliar doutrinas aparentemente contraditórias.

VII. Finalidade da Eleição

1. Como adoção, em que alguém é posto na posição de filho, de filho adulto, sujeito ao recebimento de uma *herança*, «através da adoção». Ao assim expor a questão, o apóstolo Paulo lança mão da metáfora do costume de adoção que havia na sociedade romana.

2. Como geração natural, conforme se encontra em João 1:12,13. Isso envolve inerentemente «a participação na mesma natureza de *Deus* Pai», que é uma verdade cristã elevadíssima.

Os remidos haverão de *participar da divindade* (Col. 2:10) e vão sendo agora transformados de glória em glória, conforme a imagem moral de Cristo, com vistas a participarem totalmente de sua própria natureza metafísica (ver II Cor. 3:18). A cabeça e o corpo têm sempre a mesma natureza, ainda que a posição da cabeça seja maior. Mas a cabeça e um dos dedos da mão, por exemplo, a despeito de ocuparem posições diversas, compartilham da mesma natureza. Naturalmente, dentro do plano da redenção, não haverá afinal um tão grande hiato entre o Irmão mais velho e os irmãos que estão sendo conduzidos à glória, como há entre a cabeça e um dos dedos em um corpo humano. A transformação será um processo *eterno* e sempre *crescente*, II Cor. 3:18.

Filiação a Deus: Hodge (em Efé. 1:5) observa sobre essa verdade como segue: «A filiação inclui: 1. A participação na natureza de Cristo, ou conformidade com a sua imagem. 2. Aprazimento do seu favor, em que os filhos são objetos especiais do seu amor. 3. Herança, ou participação na glória e bem-aventurança de Deus. Algumas vezes se destaca uma dessas idéias, e outras vezes outra aparece com proeminência. No presente caso acham-se salientes a segunda e a terceira». Acrescentamos aqui que, naturalmente, a questão da participação na natureza e imagem de Cristo envolve igualmente a participação na própria santidade de Deus Pai. (Ver Mat. 5:48 e Rom. 3:21).

Barry comentou sobre a «predestinação», destacando os seguintes pontos: «1. Sua origem é o amor divino (pensando ele que as palavras *e em amor*, que geralmente aparecem no fim do quarto versículo do primeiro capítulo de Efé., realmente pertencem ao quinto versículo, conforme a opinião da maioria dos intérpretes modernos). 2. Sua causa meritória é a mediação do Senhor Jesus Cristo. 3. O seu resultado é a adoção, de tal modo que Jesus Cristo aparece como o *primogênito entre muitos irmãos* (Rom. 8:29), os quais são amoldados à sua imagem, tendo sido remidos por ele da servidão para a filiação (ver Gál. 4:5). 4. A idéia de predestinação transparece nas palavras '...segundo o beneplácito de sua vontade...', do que tudo, finalmente, depende. 5. Seu propósito final é o de exibir a glória de Deus no dom do seu amor».

«Nós, os cristãos modernos, com freqüência pensamos que essa doutrina da eleição, que atravessa a Bíblia inteira, é difícil de ser compreendida. É que não somos suficientemente humildes. Também não temos sido disciplinados como convém pela justiça de Deus. Somos herdeiros inconscientes de dezoito séculos da graça cristã. Olvidamo-nos que somos órfãos ADOTADOS. Por natureza não somos filhos de Deus, sob hipótese alguma. Somos simplesmente pecadores. Pensamos em Deus como um servo, e não como o Senhor. Não temos nós todos o direito de exigir que o universo nos sirva? Nem mesmo os cidadãos mais iníquos de uma democracia qualquer põem em dúvida os seus direitos de serem tratados como seres dotados de valor infinito, a quem a sociedade precisa tratar com respeito. O 'valor infinito de uma alma individual', na realidade, é uma das marcas distintivas do sistema democrático. Porém, isso é um presente derivado da fé cristã dos antepassados cristãos dos democratas modernos. As sociedades totalitárias mostram-se bastante lógicas ao descartarem-se desse dogma, sem qualquer cerimônia. Pois a menos que Deus nos confira alguma posição em seu universo, 'de conformidade com a escolha que tiver feito de nós... desde antes da fundação do mundo', seremos apenas meras criaturas que existem por alguns momentos e então desaparecem da face desta terra». (Wedel, *in loc.*).

••• ••• •••

ELEIÇÃO CANÔNICA

Uma pessoa recebe um ofício eclesiástico por meio de eleição canônica. Em sentido geral, o termo inclui as idéias de apresentação, benefício eclesiástico e nomeação (há artigos sobre todos estes três pontos, nesta enciclopédia). Mais precisamente, refere-se à nomeação de alguém por parte de um colégio eleitoral, como quando um cardeal da Igreja Católica Romana nomeia (elege) o papa, e quando o capítulo de uma catedral elege o bispo.

EL-ELYON

Expressão que, no hebraico, significa, «Deus Altíssimo», uma das designações dadas a Yahweh, o Deus de Israel. Ver o artigo geral sobre *Deus*, sob a seção VI, quanto aos nomes bíblicos de Deus. Ver também o artigo separado sobre *El*.

El-Elyon é um título freqüente conferido a Deus, no livro de Gênesis e nos Salmos. Quando Abraão pagou dízimos a Melquisedeque (Gên. 14:17-22), esse foi o nome pelo qual aquele sacerdote adorava a Deus, ou, pelo menos, era um dos nomes pelo qual ele indicava o verdadeiro Deus. A passagem diz: «Bendito seja Abraão pelo Deus Altíssimo, que possui os céus e a terra; e bendito seja o Deus Altíssimo, que entregou os teus adversários nas tuas mãos».

Esse título divino aparece com essa forma, e também com algumas variantes, em Sal. 7:6 e 47:2. Em Salmos 78:35 temos exatamente *El-Elyon*, no hebraico. A forma *Elyon* aparece em Núm. 24:16; Deu. 32:8; II Sam. 22:14; Sal. 9:2; 18:13; 21:7; 46:4; 50:14; 73:11; Isa. 11:14; Lam. 3:35,38, só para darmos um exemplo. Esse título, que significa «Altíssimo», também é usado para indicar os principais anjos, ou elevados seres espirituais diferentes do próprio Deus. Ver Sal. 82:6 e comparar com Gên. 6:2.

ELEMENTOS

O vocábulo **elemento refere-se ao alegado elemento** ou elementos básicos de qualquer substância, como a terra, o ar, o fogo e a água, dos filósofos pré-socráticos, ou o átomo dos atomistas, o *apeiron*, ou algum elemento indeterminado, conforme imaginava Anaximandro, de onde todos os outros elementos derivar-se-iam, pelo que também seriam secundários. Os filósofos pitagoreanos falavam a respeito de dois princípios: o princípio ilimitado (*apeiron*) e o princípio limitado (*peras*). Dentro da ciência moderna, os elementos são as partículas atômicas. Isso posto, ainda não sabemos no que consistem os elementos, ou seja, as partículas atômicas. Mas alguns especialistas têm sugerido que o átomo é apenas uma concentração de energia psíquica, e que a energia psíquica, por sua vez, depende da mente. E a mente por sua vez, depende do grande *Intelecto*, que é Deus.

A idéia básica que envolve os elementos é que estes não podem ser reduzidos a algo ainda mais simples, pelo que eles seriam as entidades mais simples da natureza. Popularmente, porém, o termo tem uma aplicação mais ampla. Em seu sentido primário, significa alguns constituintes essenciais ou finais da natureza. Os filósofos e os cientistas continuam à cata dessa entidade essencial. A química moderna emprega o termo para aludir àquele número limitado de substâncias, cada uma das quais compõe-se inteiramente de átomos que têm uma carga nuclear invariável, e nenhuma das quais pode ser decomposta por meios químicos ordinários, como o ouro, o carbono, o sódio, o actínio, o alumínio, o cobre, etc. Esses elementos químicos, até o momento, chegam ao número de cento e três.

Uso Eclesiástico. O pão e o vinho da comunhão (ou eucaristia) são chamados, na linguagem eclesiástica, de «os elementos». Ver o artigo seguinte que fala sobre o uso que o Novo Testamento faz do vocábulo *elemento*.

ELEMENTOS E ESPÍRITOS ELEMENTARES

No grego stoikelon (no plural, stoicheia). Esse vocábulo aparece no Novo Testamento por sete vezes: Gál. 4:39; Col. 2:8,20; Heb. 5:12; II Ped. 3:10,12. Em Hebreus 5:12 encontramos a expressão portuguesa «princípios elementares», que representa a palavra grega em questão. Os versículos restantes dão certa variedade de sentidos dessa palavra.

I. A Palavra Grega. Stoicheia significa, literalmente, «fileira», «série», os elementos básicos do alfabeto, as «letras». Os princípios fundamentais de qualquer coisa também podem ser assim chamados, ou seja, os elementos naturais deste mundo físico. Daí é que partem as aplicações filosóficas e teológicas. Ver o artigo sobre *Elementos*. O termo grego *stoichos* é um termo cognato, que significa «fileira», «curso». No grego clássico, um *stoikeion* podia ser um *poste*, um princípio básico, a matéria primária, ou qualquer tipo de elemento básico.

II. Usos no Novo Testamento

1. Em I Pedro 3:10,12 a referência provável é aos elementos *físicos* básicos deste mundo. Posteriormente, a palavra veio a aludir aos corpos celestes (seres angelicais associados ou idênticos às estrelas e aos planetas) bem como aos sinais do zodíaco, uma idéia descrita detalhadamente no quinto ponto, abaixo.

2. *Os rudimentos* (*elementos*) do mundo, Col. 2:8. No grego temos o termo *stoicheia* que literalmente significa *fileira*, *série*, como as letras do alfabeto, indicando os elementos físicos que compõem o universo (ver II Ped. 3:10,12). O uso desse vocábulo, em Col. 2:8, tem recebido diversas interpretações, a saber:

a. Seriam os *ensinamentos elementares* (Heb. 5:12), como os elementos das leis cerimoniais e das práticas judaicas (Atos 15:10 e Gál. 4:3,9).

b. O cerimonialismo, com seus ritos, carnes, abluções, bebidas, práticas ascéticas, etc., de mistura com os mistérios simbólicos dos pagãos, com seus ritos iniciatórios, seriam coisas pertencentes a um sistema moralista rudimentar. (Ver Col. 2:1,21 e Gál. 4:9). «O ABC das instruções religiosas» (Abbott, *in loc.*).

c. Mas talvez seja mais correto compreendermos em Col. 2:8,20, os *espíritos elementares*. As *stoicheia* eram, provavelmente, elementos ou representantes das emanações, dos *aeons*, que eram adorados, em competição com Cristo, dentro do sistema gnóstico. O desenvolvimento da idéia dos *espíritos*, associados aos «elementos», se originou da noção de que as substâncias (*stoicheia*) do mundo, a terra, o ar, o fogo e a água, seriam possuidores de vida (*hilozoísmo*), isto é, toda a matéria seria realmente «animada»; e então, por um processo de rarefação e condensação, tudo quanto existe, animado ou inanimado (segundo nossos termos modernos), veio à existência. Não distante dessa idéia é o conceito de que os corpos celestes, como o sol, os planetas, as estrelas e a lua são corpos de deuses, que precisam ser adorados, através de seus corpos físicos. As antigas crenças astrológicas

foram envolvidas em tudo isso, mediante a idéia de que esses corpos celestes influenciam as vidas dos homens. Não sabemos exatamente como os gnósticos de Colossos encaravam essas questões; mas parece que, para alguns deles, as «stoicheia» seriam uma espécie de *espíritos*, que mereciam ser adorados. Por conseguinte, diminuíam a importância da adoração a Cristo, pondo tais espíritos em atitude de competição com o Senhor. Dentro da astrologia, esse termo era empregado para indicar os corpos celestes, sendo eles considerados as moradias ou corpos dos espíritos. É possível que a mescla de tais idéias com conceitos astrológicos esteja no décimo sexto versículo deste capítulo, onde a questão da comemoração de «luas novas» e «sábados» é trazida à luz (pois isso algumas vezes, tinha a ver com as fases da lua, etc.).

d. Dentro da literatura judaica posterior, há uma influência astrológica bem clara. No livro de Enoque 82,10 *ss*, há alusão aos anjos, como se fossem estrelas que vigiam, dotados de tempos e ordens de aparecimento e influência. Quatro líderes dividiriam as estações, e então doze taxiarcas dividiriam os meses, e sobre os trezentos e sessenta dias haveria governantes especiais, os «quiliarcas» ou chefes de mil. Em Enoque 18,15, as estrelas são vistas sob o castigo de Deus, por aparecerem fora de sua ordem. No livro de Jubileus, em seu segundo capítulo, aparecem muitos anjos, dotados de muitas funções, como os anjos dos ventos, das nuvens, do calor, do frio, da geada, do trovão, etc. Tais pensamentos podem ter influenciado os trechos de Sal. 114:4 e Apo. 7:1,2; 14:18 e 16:5. Na mistura peculiar de doutrinas que caracterizava o gnosticismo de Colossos, tais noções podem ter-se desenvolvido na doutrina dos «espíritos elementares», que eles consideravam dignos de adoração. Ora, tudo isso se opunha ao reconhecimento da posição suprema de Cristo no universo.

N.B. — Aqueles que negam a interpretação dada sob o número 2. c., acima, esquecem-se de que a epístola aos Colossenses estava fazendo oposição aos gnósticos, e não à heresia dos essênios, e que a adoração aos anjos era uma característica comum entre os gnósticos. Isso envolvia a adoração das emanações dos elementos e das ordens espirituais.

***Alguns* protestantes realmente roubaram dos anjos o seu serviço, supondo que somente *protegem*.** O papel dos anjos na Bíblia é muito maior do que isto. Para os judeus, um encontro com um anjo era, praticamente, a mesma coisa que encontrar com o Próprio Senhor. —Alguns protestantes liberais já abandonaram a crença em anjos, mas estudos psíquicos indicam a realidade de seres invisíveis, tanto maus como bons, e outros mais, no meio, como nós. Na teologia recente, todavia, anjos têm sido considerados como uma maneira pré-científica de ver a existência. Karl Barth, entretanto, deu uma consideração séria ao assunto. A teologia romana católica, enquanto preservando a angelologia antiga, em tempos recentes, não tem pronunciado qualquer coisa nova neste campo. Os abusos da doutrina não devem nos cegar ao fato de que existem grandes poderes espirituais que estão disponíveis para nos ajudar.

Uso moderno do termo «espíritos elementares»

Na parapsicologia, esta expressão fala de uma espécie, ou espécies de espíritos que têm menos poder e inteligência do que o espírito humano, sendo praticamente os *macacos* do mundo espiritual. É razoável supor que o mundo espiritual não é menos complexo do que o mundo de entidades materiais.

ELENCHUS

Vem do termo grego **elengchos**, «um meio de testar», ou seja, uma refutação, por meio de algum argumento. Ver sobre *Ignoratio Elenchi*.

ELEUSIANOS, RITOS

Ver sobre as **Religiões Misteriosas**.

ELÊUSIS

A moderna **Elêusis** está localizada cerca de vinte e um quilômetros a noroeste de Atenas, na praia norte da baía de Elêusis, diretamente ao norte da ilha de Salamina. Nos tempos antigos, era um famoso centro de adoração de Demeter (a *Ceres* dos romanos). O templo ali construído em honra à divindade, era um dos maiores edifícios sagrados da Grécia antiga. Adoradores e turistas chegavam ao local vindos de todos os lugares do mundo antigo, quando da celebração dos chamados mistérios eleusianos. Elêusis permaneceu essencialmente independente de Atenas até cerca do século VII A.C.; mas depois tornou-se parte da cidade estado ateniense. Ali adorava-se Persefone, além de Demeter. Os ritos tinham o intuito de despertar emoções fortes e promover sensações de purificação e mudança de costumes. Um molho de trigo era elevado cerimonialmente, simbolizando a morte e o renascimento. Pode-se comparar isso à declaração de Jesus, em João 12:24, acerca do grão de trigo que morre, a fim de que venha a reviver. Foi ali que nasceu o dramaturgo Ésquilo, em 525 A.C.

Arqueologia. O governo grego deu início a escavações arqueológicas nesse local, em 1882. Depois disso, muitas outras equipes arqueológicas operaram no lugar. O resultado tem sido a descoberta de um grande número de ruínas notáveis. Há remanescentes de todos os períodos históricos, desde os tempos micenianos até os dias dos romanos. Os remanescentes mais importantes são o templo e os recintos sagrados que eram dedicados aos ritos misteriosos.

A moderna cidade de Elêusis é um pequeno centro industrial e agrícola. Os produtos principais, ali produzidos são o cimento, o sabão, o azeite de oliveira e bebidas alcoólicas. Em 1961, a sua população era de 15.527 habitantes.

ELEUTÉRIO

Considerado um antigo santo cristão, papa (bispo da igreja da cidade de Roma) entre 174 e 189 D.C. Evidentemente, ele era de origem grega. Fora diácono da igreja de Roma, sob Aniceto (cerca de 154-165 D.C.), e novamente, sob Soter (cerca de 165-175 D.C.), ambos papas de Roma. Foi ele quem sucedeu este último, tendo-o tornado o décimo terceiro papa.

Foi durante o seu tempo que apareceu em Roma o movimento dos montanistas (que vide), ao qual Eleutério se opôs. O *Liber Pontificalis* (século VI D.C.) alude a um certo rei Lúcio que, presumivelmente, teria feito perguntas a esse papa, com a idéia de converter-se ao cristianismo, embora se ponha em dúvida a historicidade do incidente. A data da festa de São Eleutério é 26 de maio.

ELEUTERO

Transliteração da palavra grega que significa «livre». Esse era o nome de um pequeno rio que flui das montanhas do Líbano, atravessava a antiga Fenícia e desaguava no mar Mediterrâneo. As

expedições comandadas por Jônatas Macabeu atingiram aquele ponto do extremo norte da Síria-Palestina (I Macabeus 11.7 e 12.30).

ELEVAÇÃO DA HÓSTIA

A certo instante da missa, a hóstia é levantada no ar, a fim de que os circunstantes a adorem. Essa prática vem da Idade Média. Essa elevação ocorre imediatamente após a consagração dos elementos do pão e do vinho, quando, segundo a doutrina católica romana, tornam-se no corpo, no sangue, na alma e na divindade de Jesus Cristo. Ver o artigo sobre a *Transubstanciação*. O ato tornou-se uma característica padrão da missa, o seu ponto culminante. Quando a hóstia é levantada, tocam os sinos, e tochas e incenso deixam escapar sua fragrância. E os católicos romanos adoram o pedacinho de pão circular, supondo que, de alguma forma especial, Jesus Cristo esteja presente ali, literalmente falando. Na verdade, porém, o costume tem origens no paganismo, quando o disco solar era adorado ao levantar-se acima do horizonte. As Escrituras Sagradas desconhecem totalmente o rito, que só começou muitos séculos depois do cânon do Novo Testamento e, por conseqüência da Bíblia, ter sido terminado.

ELI

No hebraico, literalmente, «Yahweh é elevado», mas que também significa, naquele idioma, «subida», «cume», «alto». Esse é o nome de duas personagens do Antigo Testamento, bem como uma palavra incluída em uma das exclamações soltas pelo Senhor Jesus, na cruz, e em cujo contexto significa «meu Deus» (ver Mat. 27:46, quanto a este último caso).

1. Eli era sumo sacerdote em Silo, nos dias da juventude de Samuel. Eli foi um dos juízes de Israel pelo espaço de quarenta anos, de acordo com I Samuel 4:18. Descendia de Arão por meio de Itamar (Lev. 10:1,2,12), visto que Abiatar certamente pertencia à descendência de Eli (I Reis 2:27). Abiatar teve um filho, de nome Aimeleque, que aparece expressamente como um dos filhos de Itamar (I Crô. 24:3). A linhagem sumo sacerdotal passava através de Eleazar, irmão de Itamar; mas, durante certo tempo, por razões desconhecidas, essa linhagem havia sido transferida para os descendentes de Itamar. Porém, a tragédia que circundou Eli e seus filhos fez a linhagem sumo sacerdotal voltar aos descendentes de Eleazar. Ver o artigo sobre *Eleazar*, quanto a informações adicionais sobre essa particularidade.

a. *Eli como Sumo Sacerdote*. Supostamente, Eli teria sido o primeiro sumo sacerdote da linhagem de Itamar, o filho mais novo de Arão. Isso é deduzido com base em I Crô. 24:3,6, mediante comparações com informações dadas por Josefo (*Anti.* 5:9,1). Esse fato também se evidencia diante da omissão dos nomes de Eli e de seus descendentes imediatos, na enumeração dos sumos sacerdotes da linhagem de Eleazar, em I Crô. 6:4-6.

b. *Eli Como Juiz*. Após a morte de Sansão, Eli atuou como juiz civil e religioso em Israel. É óbvio que os sumos sacerdotes também deveriam operar como juízes, por terem sido as principais autoridades em Israel, antes do surgimento da monarquia israelita. Eli, pois, serviu nessa função por quarenta longos anos pelo que deve ter sido um homem dotado de autoridade e de sabedoria, para ter perdurado no ofício por tanto tempo. No entanto, a Septuaginta só lhe atribui vinte anos como juiz. Provavelmente, o número quarenta refere-se ao total combinado de seu ofício como sumo sacerdote e como juiz; e, nesse caso, vinte anos, como sumo sacerdote, teriam corrido paralelos aos vinte anos em que Sansão foi juiz em Israel (Juí. 16:31). Eli faleceu com a idade de noventa e oito anos (I Sam. 4:15), de tal modo que os seus quarenta anos de ofício devem ter começado quando ele já estava com cinqüenta e oito anos de idade.

c. *Os Filhos de Eli*. Hofni e Finéias não temiam a Deus e nem respeitavam aos homens, tendo-se tornado culpados de imoralidade e de sacrilégio. Eli estava criando o jovem Samuel como servo do templo, e, quanto a isso, fez um excelente trabalho; mas, no caso de seus próprios filhos, falhou grandemente. Seja como for, seus melhores esforços de nada adiantaram, porquanto não fora capaz de impedir os maus intuitos e atos de seus filhos. Por causa disso, o menino Samuel foi chamado por Deus para proferir a condenação da casa de Eli, que seria retirado do ofício sumo sacerdotal (I Sam. 3:11-14). Ver também I Samuel 2:27-36. Quando o exército de Israel requereu que a arca da aliança fosse trazida para servir de uma espécie de talismã, para assegurar o sucesso da batalha, os dois filhos de Eli, que a transportavam, foram mortos; e foi então que a arca foi levada pelos filisteus. E quando Eli soube da notícia, ficou tão chocado que caiu para trás, de seu assento à porta da cidade. Nessa queda, ele quebrou o pescoço e morreu.

d. *Pais e Filhos*. Pesada responsabilidade é a dos filhos desobedientes que foram instruídos por seus pais quanto às realidades espirituais, mas as negligenciam. O profeta Baha Ullah ensinava que o pior erro que um pai pode cometer é deixar de comunicar a seus filhos as verdades espirituais, embora as conheça bem. Um pai deve a seus filhos três coisas: *exemplo... exemplo... exemplo*. Que podemos dizer, entretanto, daqueles casos em que um pai ensina e dá bom exemplo a seus filhos, mas estes não dão importância aos valores espirituais? Penso que esse fator esteve presente no caso de Eli e seus filhos, embora Eli não estivesse inteiramente isento de culpa. Não é um fenômeno incomum que os jovens que desfrutam de todas as vantagens da educação e da boa criação negligenciem seus bons costumes ensinados, e desperdicem as suas vidas, do ponto de vista espiritual, embora possam prosperar materialmente. Ver o artigo sobre a *Educação Cristã*, onde abordo algumas possíveis razões para isso.

e. *Pontos Recomendáveis em Eli*. Eli deve ter feito um bom trabalho no treinamento do jovem Samuel. Também sabemos que ele exortou Ana, mãe de Samuel, a viver piedosamente, tendo-a abençoado por causa da fé que ela demonstrou. Samuel pôde ser criado com bem maior sucesso do que no caso dos próprios filhos de Eli, porquanto era mais receptivo à espiritualidade. Em outras palavras, desde o começo era mais inclinado às verdades espirituais do que os filhos de Eli. Os pais alexandrinos da Igreja acreditavam na preexistência da alma; e, de acordo com essa doutrina, a pessoa já traz consigo, antes da alma entrar em união com o corpo físico, a bagagem que ela vem transportando até aquele ponto. Essa bagagem pode ser consideravelmente boa ou consideravelmente má. Essa doutrina pode incluir ou não a idéia da *reencarnação* (que vide). Seja como for, essa doutrina ensina que um homem não é o que é somente devido às experiências e às influências que sofre nesta vida tão breve. Os filhos de Eli, pois, chegaram a este mundo como ovos podres, e coisa alguma que o pai deles tivesse tentado teria surtido grande efeito para aprimorá-los. Em contraste com isso, Samuel já teria

trazido consigo uma elevada espiritualidade, e Eli foi capaz de fomentá-la ainda mais. Quase certamente algo parecido com isso está em operação nas vidas das pessoas. João Batista foi cheio do Espírito Santo desde o ventre materno. Paulo era um vaso escolhido por Deus desde o começo. (Ver Luc. 1:15 e Gál. 1:15). É difícil acreditar que essas coisas acontecem somente porque Deus assim quer, sem haver qualquer razão que diga respeito ao próprio indivíduo, capaz de fazer de uma pessoa uma grande figura, mas não muito de um outro ser humano. Antes, certas missões são entregues a certas pessoas porquanto prepararam-se para as mesmas, durante muito tempo, antes de nascerem neste mundo físico. A teologia judaica também incluía a idéia da reencarnação de grandes líderes (e de outros também), a fim de darem prosseguimento às suas missões, como, por exemplo, a noção de que Moisés e Jeremias foram uma mesma pessoa, etc.

Se essas idéias exprimem uma verdade, então os irmãos do nosso Irmão mais velho também são preexistentes, tal como o Filho de Deus teve uma existência anterior à de sua vida terrena. No caso de Jesus Cristo, o nosso Irmão mais velho, sabemos, com base em Hebreus 1:9, que a grandeza dele, *como homem*, dependia de uma longa (na verdade, eterna) história de espiritualidade. A grandeza de Jesus Cristo é uma questão humana, e não apenas divina. Jesus foi um grande homem, e não meramente porque era o Logos encarnado. Os pais alexandrinos da Igreja acreditavam na preexistência do espírito humano de Jesus, e não somente na preexistência do Logos divino, o princípio do Filho, dentro da Triunidade de Deus. Nessas declarações, naturalmente, entramos profundamente na teologia especulativa. Algumas vezes, entretanto, a teologia especulativa pode lançar luzes preciosas sobre problemas que, de outra maneira, não poderiam ser explicados.

Eli presidiu o tabernáculo em Silo, durante quatro décadas. Aparentemente, ele serviu bem, se excetuarmos o problema criado por seus filhos. A arqueologia tem mostrado que Silo foi destruída em torno de 1050 A.C., ou seja, na época da morte de Eli. A tragédia de Silo durante séculos e séculos continuou sendo lembrada em Israel. Ver, para exemplificar, Jeremias 7:12.

2. Eli era o nome do pai de José, dentro da linhagem de Jesus, de acordo com Lucas 1:23. Portanto, era o avô adotivo de Jesus.

3. *Eli* faz parte da declaração de Jesus, estando ele encravado na cruz, quando disse: «Eli, Eli, lemá sabactâni» (Mat. 27:46). Ver o artigo abaixo, a respeito dessa declaração de Jesus.

ELI, ELI, Lama Sabactani

Mat. 27:46: *Cerca da hora nona, bradou Jesus em alta voz, dizendo: Eli, Eli, lamá sabactani; isto é, Deus meu, Deus meu, por que me desamparaste?*

«Por volta da hora nona, clamou Jesus...Eli, Eli, lamá sabactani...» Os mss antigos diferem ao dar essas palavras em forma transliterada. Seguindo o aramaico, alguns mss dizem «Eloi, eloi, lema sabacthanei». O Codex Vaticanos é o principal ms. que contém esse texto. Os mss Aleph e 33 dizem «Eloi, eloi», mas depois alteram levemente as palavras restantes. Outros mss, seguindo a transliteração hebraica dessas mesmas palavras, dizem: «Eli, Eli, lama zaphthanei». Todavia, isso pode ser simplesmente a transliteração de Sal. 22:1, de onde se deriva a citação, e pode ter sido diretamente copiada dali por alguns escribas antigos que compilaram mss do N.T. O Codex D e muitos mss latinos assim registram. Outros mss misturam o aramaico e o hebraico de uma maneira ou de outra, dizendo «lema» ou «lama», «Eli», «Eloi», ou «Elei» e «sabachthanei» ou «zaphtanei». O texto adotado pelo Nestle é *Eli, Eli, lema sabachthani,* que é essencialmente aramaico, embora o *Eli* seja hebraico. Ainda que uma conclusão inteiramente certa sobre as palavras exatas que Jesus proferiu, pareçá impossível de ser obtida, parece bem provável que ele deve ter usado termos aramaicos; ou então, estando em terrível agonia, realmente pode ter *misturado* os dois idiomas, o que seria um resultado natural de tão intensos sofrimentos como os que experimentou.

O evangelho apócrifo de Pedro, refletindo tendências docéticas, diz: «Meu poder, meu poder, tu me abandonaste!» Os gnósticos ceríntios diziam que o *aeon* Cristo veio habitar no homem Jesus, quando de seu batismo, tendo-o abandonado na cruz, de tal modo que somente o homem Jesus morreu, enquanto que a sua porção «divina» ou semidivina abandonou-o antes da morte. Essa idéia foi considerada herética pela igreja primitiva, e certamente não é doutrina neotestamentária quanto à pessoa e a identificação de Jesus Cristo. (Quanto a um completo tratamento sobre a identificação de Jesus, consultar o artigo intitulado *Jesus, Identificação, Ministério e Ensinos*. Ver notas sobre o «Filho de Deus», em Mar. 1:1; sobre o «Filho do homem», em Mar. 2:7 e Mat. 8:20 e sobre a humanidade de Cristo, em Fil. 2:7 no NTI).

Esse clamor de desolação foi solto ao término das três horas de escuridão e, mui curiosamente, é a única das sete declarações da cruz dada ao mesmo tempo por Marcos e Mateus.

«...hora nona...» No começo da tarde de sexta-feira, um novo grupo de sacerdotes, de levitas e de 'auxiliares', que eram os representantes de todo o povo de Israel, chegaram a Jerusalém; e então, tendo-se preparado para o período festivo, subiram ao templo. A aproximação do sábado, e seu início real, foram anunciados por três sinais de trombeta, soprados pelos sacerdotes. Os três primeiros toques tiveram lugar quando um terço do culto do sacrifício verpertino terminara, ou seja, cerca da hora nona; isso era cerca de 15:00 horas da sexta-feira (Edershein, *Temple*). Por conseguinte, o grito dado por Jesus na cruz e a sua morte, seguiram-se quase imediatamente, e isso correspondeu ao tempo em que terminavam os sacrifícios.

Muita discussão se tem centralizado em volta *do sentido* desse clamor de desamparo. Naquele ponto, após aquelas horas de trevas, Jesus sentiu mais agudamente o seu horrendo estado de separação de Deus, porquanto suportava os pecados do mundo, e se identificou perfeitamente com o pecador, que está separado de Deus. Alguns intérpretes acreditam que Deus abandonou Jesus naquele momento, sendo ele o representante dos homens pecaminosos; porém, parece mais provável que tenha ocorrido exatamente o contrário. Deus não abandanou Jesus, porquanto naquele momento (como em todos os momentos em que esteve na cruz), quando Jesus expressou seu grito de total desolação, Deus aceitou não somente a ele, mas também toda a humanidade em sua pessoa; pois tão grande é o seu valor, como homem representativo, que, mediante identificação com ele, somos aceitos nele. Por isso mesmo é que o Sal. 22, de onde se deriva esta declaração, termina com uma nota de triunfo, e não de desespero ou derrota. Diríamos, portanto, que a pessoa de Cristo é tão grande que o abandono de sua pessoa por parte de Deus Pai era simplesmente uma impossibilidade. Naquele momento, todavia, Deus

teve *de aceitar todos os homens* em sua pessoa; e o valor de Cristo é tão grande que isso se tornou possível, e realmente se tornou realidade. Dessa forma, o valor de Jesus envolveu o mundo inteiro, a raça inteira dos homens. E agora, em Jesus Cristo, a raça humana inteira é aceita, sob condição de arrependimento e fé.

O que não devemos perder de vista nesta passagem, no clamor de Jesus, é que uma vez mais fica comprovada a sua verdadeira humanidade, porque ele não era um mero ator a desempenhar um papel. Era homem autêntico, tendo compartilhado plenamente de nossa natureza, tendo experimentado os sofrimentos humanos, e tendo sido aperfeiçoado em sua natureza humana por meio desses sofrimentos, como também se fica sabendo em Heb. 5:9. Quanto a uma nota sobre a grande importância dessa doutrina, tão freqüentemente ignorada pela igreja moderna, ver o artigo sobre a *Humanidade de Cristo*.

O *grito de desamparo* de Jesus foi registrado apenas por Mateus e Marcos, sendo a única declaração feita por Jesus, estando na cruz, registrada em ambos esses evangelhos. Quanto a uma discussão sobre as declarações de Jesus da cruz, ver o artigo sobre as *Sete Declarações de Jesus da Cruz*.

ELIÃ

No hebraico, «Deus do povo» ou então «Deus é aparentado». Esse é o nome de duas pessoas, nas páginas do Antigo Testamento:

1. O pai de Bate-Seba, uma das esposas de Davi (II Sam. 11:3). Em I Crônicas 3:5, seu nome aparece com a forma de Amiel. Nesse mesmo texto, o nome de Bate-Seba torna-se Bat-Sua. O nome Amiel rearranja os fonemas de Eliam, mas o sentido continua sendo o mesmo.

2. O filho de Aitofel, o gilonita. Ele foi um dos trinta poderosos guerreiros de Davi (II Sam. 23:34). Viveu em torno de 1050 A.C. Uma antiga tradição judaica faz dele o mesmo que o Eliã acima (número um). Em I Crônicas 11:36 ele também é chamado de Aías, o pelonita. Esse nome, «Aías», significa «irmão de Yahweh».

ELIABA

No hebraico, «aquele a quem Deus esconde». Era um saalbonita, um dos trinta grandes guerreiros de Davi (II Sam. 23:32; I Crô. 11:33). Viveu em torno de 1046 A.C.

ELIABE

No hebraico, «Deus é pai». Esse foi o nome de seis personagens do Antigo Testamento, a saber:

1. Um filho de Helom, chefe da tribo de Zebulom, que viveu no tempo em que foi feito o recenseamento no deserto do Sinai (Núm. 1:9; 2:7; 7:24,29; 10:15), isto é, em cerca de 1657 A.C. Eliabe foi um dos ajudadores de Moisés. Ele trouxe uma oferenda ao Senhor, que foi usada para fomentar a obra do tabernáculo da aliança. Ver Núm. 7:24-29 quanto a detalhes a esse respeito, bem como o capítulo inteiro, quanto ao contexto envolvido. Dentro de Israel, Eliabe foi líder de um total de 57.400 pessoas (Núm. 1:9; 2:7).

2. Esse também foi o nome de um filho de Palu, que pertencia a uma das famílias mais importantes da tribo de Rúben. Seus descendentes, Datã e Abirã, foram líderes de um levante contra Moisés, registrado em Núm. 26:8,9; 16:1,12 e Deu. 11:6. Ele viveu algum tempo após 1856 A.C.

3. O irmão mais velho de Davi tinha esse nome (I Crô. 2:13; I Sam. 16:6; 17:13,28), cuja filha, Abiail, casou-se com Reoboão, seu primo de segundo grau (II Crô. 11:18).

4. Um levita que era porteiro e músico, no tabernáculo, na época de Davi (I Crô. 15:18,20; 16:6). Viveu em torno de 1013 A.C.

5. Um refugiado gadita que, quando fugia de Saul, foi bem acolhido por Davi e começou a suportar a sua causa (I Crô. 12:9). Viveu por volta de 1000 A.C.

6. Um levita, filho de Naate, um dos antepassados do profeta Samuel (I Crô. 6:27). Ele também aparece com os nomes de Eliel (I Crô. 6:34) e de Eliú (I Sam. 1:1). Viveu por volta de 1250 A.C.

ELIADA

No hebraico, «Deus sabe». Foi o nome de três homens do Antigo Testamento:

1. O penúltimo dos filhos de Davi, que nasceu após o governo de Davi que ele estabeleceu em Jerusalém (II Sam. 5:16; I Crô. 3:8). Parece que ele era filho de uma das esposas legítimas de Davi, e não de uma de suas concubinas. Em I Crô. 14:7 ele é chamado Beeliada. Esse nome tem Baal como base, e não o nome divino *El* (que vide). É impossível determinar por que existia essa variação ou mudança no nome. mas podemos supor que os nomes de deuses pagãos foram incorporados em nomes próprios pessoais e locativos, embora sem nenhuma intenção de honrar as divindades assim envolvidas. A verdade é que a maioria dos nomes divinos que os hebreus davam a Deus tinham um pano de fundo pagão, pelo que nada existe de estranho no uso desses nomes para servirem de nomes pessoais. Ver o artigo sobre *Deus*, seção VI, quanto aos nomes bíblicos para Deus. Viveu depois de 1000 A.C.

2. O pai de Rezom, que derrotou Hadadezer e se tornou rei da Síria (I Reis 11:23,24). Viveu em torno de 960 A.C.

3. Um guerreiro benjamita de considerável habilidade, que dirigia duzentos mil homens de sua tribo. Eles foram arqueiros, no tempo de Josafá, rei de Judá (II Crô. 17:17). Viveu em cerca de 945 A.C.

ELIALIS

Um filho de Bani, um daqueles que, terminado o cativeiro babilônico, precisou divorciar-se de sua esposa estrangeira, que havia adquirido, estando no exílio (I Esdras 9:34). Seu nome não figura no trecho paralelo de Esd. 10:38.

ELIAQUIM

No hebraico, «Deus está levantado». Esse foi o nome de cinco personagens aludidos no Antigo Testamento, a saber:

1. Um filho de Hilquias, mordomo de sua casa ou guarda do palácio durante o tempo do rei Ezequias (II Reis 18:18,26,37). Ele foi escolhido, juntamente com dois outros, para negociar com o exército assírio que cercava Jerusalém (701 A.C.). Os assírios exigiam a rendição incondicional de Jerusalém, e essa mensagem ameaçadora foi transmitida ao monarca judeu. O trecho de Isaías 22:20-24 mostra-nos que Eliaquim estava destinado a tomar o lugar de seu indigno pai no governo. A natureza exata do ofício de Eliaquim tem sido debatida entre os eruditos. A Septuaginta, muitos escritores antigos, inclusive Jerônimo, pensa-

vam que esse ofício seria de natureza sacerdotal, mas a descrição que aparece em Isaías 22:22 diz: «Porei sobre o seu ombro a chave da casa de Davi...», dando a entender uma função governamental, e não sacerdotal, a qual exigiria «...a chave da casa de Deus...» Isso, pois, incluiria a posição de subgovernador, o que incluía funções próprias de um embaixador.

2. Eliaquim era o nome original de Jeoaquim (qu vide), rei de Judá (II Reis 23:34; II Crô. 36:4). Ele foi entronizado pela autoridade do Faraó Neco, depois que os egípcios depuseram Jeoacaz e o levaram para o Egito, onde acabou morrendo. Foi nessa ocasião que mudaram o nome de Eliaquim para Jeoaquim, que significa «Yahweh levanta». Corria, aproximadamente, o ano de 605 A.C. Com relutância, entretanto, Jeoaquim tornou-se rei títere dos egípcios. Ver II Reis 23:34—24:6; II Crô. 36:4-8; Jer. 22:13-19,25,26,35, 36, quanto à narrativa bíblica a seu respeito.

3. Um sacerdote que ajudou a Neemias quando da dedicação da nova muralha de Jerusalém (Nee. 12:41) em cerca de 446 A.C. Naquela ocasião, ele tocou uma trombeta.

4. Um irmão de José e pai de Azor, na genealogia de Jesus, em Mat. 1:13. É provável que seja idêntico ao Secanias, referido em I Crônicas 3:21. Seu nome também figura em Luc. 3:30.

5. Um filho de Meleá e pai de Jonã, dentro da genealogia de Jesus, conforme se lê em Luc. 3:30,31. Viveu em cerca de 1010 A.C. Parece ter sido neto de Natã, um dos filhos de Davi.

ELIAS

Esboço:

I. O Nome
II. História Pessoal
III. Passado Formativo
IV. Eventos Resultantes
V. Translação de Elias
VI Estatura de Elias e sua Posição nas Escrituras

I. O Nome

Elias é a transliteração da forma grega do nome hebraico *eliyyahu*, onde há uma combinação com os nomes divinos *Yahweh* e *El*. O nome poderia ser traduzido por «Yahweh é (meu) Deus».

II. História Pessoal

À semelhança de Melquisedeque (Gên. 14:18; Heb. 7:3), Elias aparece no texto bíblico sem qualquer menção a pai, mãe ou árvore genealógica. Essa circunstância tem ocasionado muitas especulações inúteis, incluindo a invenção de mitos e lendas que circundam essa figura. O trecho de I Reis 17:1 refere-se a ele como o *tesbita* e, também, que ele habitava em Gileade. Talvez o adjetivo «tisbita» indique que ele era natural de Tisbe de Naftali. A Septuaginta diz «Tisbe da Galiléia», o que parece indicar que havia uma cidade na Galiléia com esse nome. E Josefo parece concordar com a idéia (*Anti.* 8:13,2). Todavia, não sabemos se essa conjectura pode ser comprovada. A tradição judaica aponta para um lugar cerca de treze quilômetros ao norte do ribeiro de Jaboque, na Galiléia. O local moderno seria, ao que se presume, Listibe, no árabe, *el Istib*, a vinte e um quilômetros a noroeste de Gerasa. Alguns estudiosos têm sugerido um erro textual, que eliminaria qualquer alusão a Tisbe, substituindo aquele adjetivo pátrio por *jabesita*, isto é, alguém natural de Jabes de Gileade (que vide).

Características Pessoais. Embora virtualmente nada saibamos sobre a história pessoal e da família de Elias, várias características pessoais podem ser facilmente reconhecidas, com base nas fontes informativas que temos, acerca de sua vida. Mui provavelmente, Elias era um habitante das regiões desérticas, na Transjordânia. Foi uma espécie de João Batista do Antigo Testamento, conforme as suas vestes sugerem: «Era homem vestido de pêlos, com os lombos cingidos por um cinto de couro. Então disse ele: É Elias, o tesbita». Deve ter sido um homem dotado de grande autoridade espiritual, pois, do contrário, não teria tido acesso tão fácil ao rei. Também era homem fisicamente forte, o que é indicado por sua capacidade de correr adiante do carro de Acabe, desde o monte Carmelo até a entrada de Jezreel (I Reis 18:42-46). Era homem dedicado à oração e de grande poder espiritual, evidenciados por sua vida e por seu ministério em geral. Contudo, o seu lado humano ficou demonstrado por seu desencorajamento e pelo fato de ter fugido diante das ameaças de Jezabel. A passagem de Tiago 5:17,18 salienta tanto a sua espiritualidade quanto à sua condição humana natural, incluindo suas fraquezas. Elias estava interessado na educação formal e no treinamento de profetas e de líderes religiosos, pelo que não era do tipo eremita, apesar do muito que se tem dito em contrário. Por ocasião de sua translação ao céu, nada menos de cinqüenta «filhos dos profetas» (estudantes de teologia, digamos), estavam nas proximidades (II Reis 2:7,16-18).

III. Passado Formativo

Supõe-se que seu ofício como presidente da escola de profetas o colocou em uma posição de oposição às tendências e aos acontecimentos em Israel. O rei Acabe tomara como esposa a Jezabel, uma mulher pagã, cananéia. Ao rei faltavam convicções religiosas, pelo que ela estabelecera a adoração típica dos fenícios em larga escala, em território israelita. E Israel ficou repleta de sacerdotes e profetas de Baal. Mas os profetas de Yahweh eram perseguidos e muitos deles morreram por causa disso. Outros ocultaram-se em cavernas, a fim de escaparem da morte. O movimento perseguidor foi tão generalizado que a adoração a Yahweh quase chegou a ser extinta em Israel. De fato, o propósito de Jezabel era eliminar totalmente o sacerdócio levítico, bem como as instituições que cercavam o mesmo. Ver I Reis 18:4,13,22; 19:10,14; II Reis 9:7.

Elias, na qualidade de principal profeta da época, precisou fazer finca pé, e, subitamente, compareceu diante do rei Acabe, a fim de anunciar a iminente vingança de Yahweh. Antes de tudo, Elias anunciou uma grande e próxima seca, que haveria de paralisar o país inteiro (I Reis 17:1). Sem dúvida alguma isso provocou uma tremenda agitação e a vida de Elias começou a correr perigo. O próprio Senhor Deus ordenou que ele fugisse (I Reis 17:2 *ss*).

IV. Eventos Resultantes

1. Elias fugiu para perto do ribeiro de Querite, a leste do rio Jordão, onde todos os dias os corvos lhe traziam algum alimento. Não se conhece a localização exata desse ribeiro, mas talvez seja o wady Kelt ou o wadi Yabis. Mas ali Elias teve um refúgio apenas temporário, pois as águas do ribeiro secaram, provavelmente quando a estação do ano mudou.

2. Em seguida, Elias retirou-se para Sarepta, no território de Sidom. Ali Deus apontou uma viúva para cuidar do profeta. — Essa cidade também é mencionada no Novo Testamento (ver Luc. 4:26), a qual é identificada com a moderna Sarafande, localizada entre Tiro e Sidom. De acordo com I Reis

17:8-16, ali Elias encontrou um suprimento inesgotável. A farinha de trigo e o azeite da viúva renovavam-se miraculosamente. E foi predito que aquele suprimento haveria de perdurar até o retorno das chuvas. Desse modo, um suprimento substituiria outro, à medida que as vicissitudes da vida de Elias o transportassem a maiores realizações. Uma declaração que exprime a idéia, no Novo Testamento, é a de Filipenses 4:19, que diz: «E o meu Deus, segundo a sua riqueza em glória, há de suprir em Cristo Jesus, cada uma de vossas necessidades».

A Ajuda Mútua. A viúva de Sarepta ajudava a Elias. A presença do profeta garantia para ela, por igual modo, o devido suprimento alimentar. Quando o filho pequeno da viúva morreu, ela, em um momento de tensão emocional, chegou a pensar que Elias, de algum modo, era o culpado. Ela supunha que a santidade dele trouxera à tona os pecados dela, fazendo Deus resolver julgá-la. Porém, explosões emocionais não conseguiram fazer Deus cessar na execução de sua vontade. Elias clamou fortemente em oração, na qual dizia que Yahweh fizera sobrevir a desgraça sobre a família da viúva, por causa da presença dele naquela casa; e rogou que o Senhor fizesse algo para reverter aquela calamidade. Segundo podemos supor, o Senhor sorriu diante de tais clamores, porquanto ele sabia o que estava fazendo, durante o tempo todo. Não foi difícil trazer de volta à vida o menino, e o menino foi devolvido com vida à viúva. Diz o texto sagrado, em I Reis 17:22: «O Senhor atendeu à voz de Elias; e a alma do menino tornou a entrar nele, e reviveu». Portanto, no mínimo, temos no incidente um caso de experiência perto da morte, ou mesmo um caso de morte real, com total rompimento do *fio de prata* (que vide), pois, sem dúvida, Deus é poderoso para restaurar o mesmo. Ver também sobre *Experiências Perto da Morte*, quanto a informes sobre o que a ciência atual tem descoberto no tocante a esse tipo de experiências e o que acontece nos primeiros estágios da morte física. Então a viúva comentou: «Nisto conheço agora que tu és homem de Deus e que a palavra do Senhor na tua boca é verdade» (I Reis 17:24). — Também podemos ter a certeza de que a autoconfiança de Elias lhe foi devolvida. Deus continuava com ele, embora ele parecesse ter sido abandonado pelo Senhor. Algumas vezes precisamos de alguma intervenção divina em nossas vidas, para que possamos prosseguir.

3. *Elias Enfrenta Novamente a Acabe*. Passaram-se três anos e seis meses. Não caía nenhuma chuva em toda a terra de Israel (Tia. 5:17). A fome estava extingüindo toda espécie de vida. Mas, quando Elias apresentou-se pela segunda vez ao rei Acabe, descobriu que o velho pecador em nada se tinha corrigido. Jezabel continuava entusiasmada com o seu paganismo e com os seus ídolos. Realmente, é muito difícil reformar os pecadores.

4. *Quem Havia Prejudicado o Povo de Israel?* Elias teve um encontro com Obadias (um servo autêntico do Senhor) — que estava servindo temporariamente na corte de Acabe. Por intermédio de Obadias, pois, Elias conseguiu uma entrevista com o rei. E, quando houve o encontro, Acabe indagou: «És tu, o perturbador de Israel?» (I Reis 18:17). Mas Elias rechaçou a pergunta do rei, declarando que Acabe é quem era o verdadeiro perturbador de Israel, ajuntando, «...porque deixaste os mandamentos do Senhor e seguistes os Baalins» (vs. 18). Foi nessa mesma oportunidade que Elias desafiou a Acabe para que enviasse seus falsos profetas e seus sacerdotes de Baal ao monte Carmelo, para que se tirasse a prova de quem estava com a razão e se Deus ou os deuses pagãos é que tinham poder. I Reis 18:19-40.

5. *O Conflito do Monte Carmelo*. O décimo oitavo capítulo de I Reis narra a história que qualquer aluno de Escola Dominical pode contar-nos. Acabe enviou ao monte Carmelo quatrocentos e cinqüenta profetas de Baal e quatrocentos profetas de Aserá, todos eles subsidiados pelo Estado. E muita gente se fez presente, para ver o que sucederia. Elias, com seus cabelos desgrenhados, com suas roupas rústicas e com a sua capa de pele de ovelha, estava sozinho, conforme ele mesmo disse: «Só eu fiquei dos profetas do Senhor e os profetas de Baal são quatrocentos e cinqüenta...» (I Reis 18:22). Aqueles que temiam ao Senhor precisavam ver uma vitória do profeta solitário, porquanto até então escondiam-se para não perder a vida. Mas Elias estava plenamente confiante. Elias fez uma pergunta de grande efeito, aos circunstantes, ainda incapazes de tomar posição: «Até quando coxeareis entre dois pensamentos? Se o Senhor é Deus, segui-o; se é Baal, segui-o» (I Reis 18:21). Realmente, uma pessoa que não é capaz de tomar posição e que permanece vacilante, não é conhecida de mente decidida. Por isso, o povo ouviu as palavras de Elias, mas ninguém lhe respondeu uma só palavra. Visto que Elias estava sozinho na ocasião, sem contar com o assessoramento de qualquer outro profeta do Senhor, então estes, se os havia, perderam uma grande demonstração do poder divino. E nisso também está encerrada uma profunda lição. Quantos acontecimentos importantes perdemos, porque não participamos dos mesmos!

O Desafio do Fogo. O sinal solicitado, para mostrar quem era o verdadeiro Deus, consistia em que o verdadeiro Deus faria o sacrifício posto sobre o altar ser consumido a fogo. Aos profetas de Baal foi dada a oportunidade inicial. Eles provocaram grande gritaria durante muitas horas e terminaram golpeando-se com lanças e adagas, a fim de mostrarem sua grande devoção e sinceridade. Entrementes, Elias zombava deles, sugerindo que era possível que Baal estivesse pensando, ou teria feito alguma viagem e que só poderia ouvir se fosse feita uma barulheira ainda maior. Era um espetáculo lamentável, como certos cultos religiosos o são. E, quando ficou evidenciado que Baal não atendia aos seus quatrocentos e cinqüenta profetas, Elias erigiu um altar, derramou muita água sobre o mesmo, — bem como na trincheira que circundava o mesmo, por três vezes em seguida, encharcando tudo. Quando a tarde ia chegando ao fim, as coisas estavam preparadas para o grande final. Elias invocou o Deus de Abraão, de Isaque e de Jacó para que enviasse fogo do céu. E o fogo caiu *imediatamente*. Há vezes em que precisamos de respostas imediatas da parte do Senhor; e, algumas vezes, Deus no-las concede. O fogo que caiu do céu consumiu tudo. O povo caiu de bruços diante do Senhor, o que haviam deixado de fazer por longo tempo. A isso seguiu-se uma grande matança de profetas falsos, os quais pereceram todos.

6. *A Seqüela*. Agora podiam vir as chuvas novamente, porquanto o bem estava voltando a imperar em Israel. Mas o trecho de I Reis 18:41-46 narra-nos uma outra história dramática. Elias ouviu o ruído de uma grande chuva. Ele teve uma visão com impressões auditivas, anunciando que a chuva estava próxima. Então recomendou a Acabe que se apressasse, porque, se não o fizesse, seria apanhado pela chuvarada. O firmamento estava recoberto de pesadas nuvens, prenunciando chuva. E veio um vendaval com muita chuva. «A mão do Senhor veio sobre Elias...» (I Reis 18:46). A seca de três anos e

meio chegara ao fim.

História Moderna de um Conflito Similar. Meu irmão mais velho, que é missionário evangélico no Suriname, teve uma experiência um tanto similar à de Elias, resguardadas as devidas proporções. Tendemos por pensar que os milagres só sucediam nos tempos bíblicos. E há pessoas que pensam que milagres nunca aconteceram e nem nunca acontecerão. Esses são os céticos, que nunca se aproximaram do poder espiritual e nem desejam fazê-lo. Seja como for, esse meu irmão trabalha em uma região muito primitiva, onde prolifera o paganismo e a bruxaria mais primitivos. Ele foi convidado por um bruxo da selva para assistir à demonstração de uma caminhada sobre brasas e pedaços de vidro quebrado. Esses fenômenos são conhecidos na África e em outros lugares do mundo. Meu irmão de nada suspeitava. Ele foi e tomou lugar entre muitas outras pessoas, incluindo crianças de sua escola. A demonstração foi realizada e o bruxo e seus auxiliares realmente caminharam por cima do fogo, sem usar sapatos ou qualquer outra proteção para os pés; e, em seguida, pularam sobre vidro quebrado, sem se cortarem. E foi então que o feiticeiro indagou: «Se a religião de vocês é verdadeira, por que vocês não podem fazer a mesma coisa?» Foi somente então que meu irmão percebeu por qual motivo havia sido convidado. Fora convidado para que o bruxo destruísse a fé dos novos convertidos na religião evangélica, que ele havia introduzido naquela região.

Em vista disso, meu irmão aceitou o desafio. Ele tirou os sapatos e saltou sobre as brasas. Tempos depois, quando me narrava pessoalmente o acontecido, ele contou-me que sentira o calor, mas não queimaduras e nem dor. E, quando notou que não sofria nenhum dano, ficou pulando por cima das brasas, dançando como um louco (um missionário evangélico dançando!), apagando as brasas com os pés descalços. Em seguida, saltou sobre os vidros quebrados (feitos de garrafas de cerveja!) e dançou sobre os cacos de vidro. E, quando viu que o vidro não o estava golpeando, saltou sobre os cacos, quebrando-os em pedaços ainda menores. Houve um tremendo debate e, finalmente, a reunião terminou.

Naquela noite, quando meu irmão preparava-se para dormir, ajoelhou-se ao lado de sua cama e falou com o Senhor: «Se amanhã houver queimaduras ou golpes em meus pés, tu, Senhor, terás sofrido uma grande derrota!» No dia seguinte, ele saltou da cama e pôs-se a examinar os próprios pés. Não havia um único corte ou queimadura. E quando vários habitantes da vila vieram vê-lo, disseram: «Missionário, queremos examinar os seus pés». E meu irmão lhes mostrou os seus pés. Não havia o menor sinal de ferimentos. E eles disseram: «Oh, isso é o poder de Deus!» Sim, a mão do Senhor também pode vir sobre nós, os crentes, se ao menos crermos e aceitarmos essa realidade.

7. Jezabel não ficou impressionada com o feito de Elias (I Reis 19:1-18). Ele ordenara a matança dos profetas de Baal e ela jurara que faria a Elias exatamente o que ele fizera aos profetas falsos. A rainha chegou mesmo a fazer um juramento, invocando os seus deuses para tirar-lhe a vida, se ela não tirasse a vida de Elias. E Elias temeu e fugiu novamente. Nisso encontramos uma lição importante. Nem mesmo a maior vitória possível garante-nos uma longa e poderosa vida. Podemos ceder diante das nossas fraquezas. Sempre estaremos sujeitos à derrota. O homem que enfrentara quase mil profetas falsos, zombara deles no rosto, e que foi capaz de invocar fogo do céu, agora fugia com medo de uma mulher! Nessa fuga, Elias chegou a Berseba, em Judá, e se sentou só, no deserto (I Reis 19:1-4). Elias sentou-se debaixo de um junípero, desencorajado, desejoso de morrer. Apareceram comida e bebida de modo miraculoso. Ele comeu e bebeu. Um anjo apareceu de súbito e tocou em Elias. Algumas vezes precisamos do toque divino, quando tudo o mais fracassa. Esse anjo deu instruções a Elias. E o profeta, fortalecido pelo emissário angelical, partiu, caminhando durante quarenta dias e quarenta noites, até chegar em Horebe, o monte de Deus (I Reis 19:8).

8. *Um Outro Dramático Incidente.* Elias ocultou-se em uma caverna. Veio o Senhor e lhe perguntou: «Que fazes aqui, Elias?» (I Reis 19:9). Elias queixou-se de que servira com grande zelo ao Senhor, em oposição ao paganismo que tomara conta do povo de Israel, mas que tudo resultara em nada, afinal. Era chegado o momento de Elias ser testemunha de outra demonstração do poder divino. Portanto, o Senhor chamou-o para fora da caverna. O Senhor passou e houve um terrível vento, que partia tudo; em seguida, um terremoto esfarinhou as rochas. Também houve fogo. Mas o Senhor não estava nem no vento, nem no terremoto e nem no fogo. Finalmente, houve um cicio tranqüilo. E Deus estava naquele sussurro. O Senhor falava, instruindo Elias. E disse-lhe que agora haveria de atuar entre monarcas. Elias foi enviado pelo Senhor à Síria, para ungir Hazael como rei daquele país; e também foi enviado para ungir Jeú como rei de Israel. A grande mudança não ocorreria em um único dia: mas Deus, finalmente, agiria, e Elias seria vindicado em sua fé. A vontade divina cumprir-se-ia e, onde houvera apenas desapontamento, haveria triunfo. Hazael e Jeú seriam dois instrumentos usados por Deus para limpar a terra. Os ímpios que escapassem da espada de um seriam abatidos pela espada do outro. Além disso, um outro grande profeta, Eliseu, estava prestes a aparecer. Eliseu seria o sucessor de Elias, um homem de espiritualidade suficiente para dar continuidade à obra iniciada por Elias. Além disso, foi dada a Elias a informação adicional de que havia, em Israel, sete mil homens que não haviam dobrado os joelhos diante de Baal. Esses homens não constituíam grandes poderes espirituais e nem podiam ser comparados com Elias; mas haviam permanecido fiéis ao Senhor Deus. Nunca o quadro é tão negro quanto imaginamos, em nossos momentos de depressão.

Lições a Serem Aprendidas. Nem sempre Deus está onde está o grande espetáculo. Apreciamos os números e a excitação. Pensamos que as multidões representam poder. Os eventos e os espetáculos grandiosos nos impressionam. Os sinais de poder nos chamam a atenção. Algumas vezes, entretanto, Deus fala através de um cicio suave, na tranqüilidade de nosso coração, em nossos momentos de reflexão.

Uma outra lição a ser aprendida é que Deus tem um plano que transcende à nossa imaginação e os nossos débeis esforços. Há aqueles que fazem parte daquilo que estamos tentando realizar. Acabe e Jezabel pareciam invencíveis, mesmo depois que os sacerdotes de Baal haviam sido executados. Porém, dois homens estavam chegando a posições-chaves, pois o plano de Deus continuava a desdobrar-se. Esses homens eram Hazael e Jeú. Eles seriam instrumentos que endireitariam muitas coisas. Portanto, o labor espiritual não seria inútil e nem sofreria perda, mesmo que Elias, que não era nenhum poder desprezível, viesse a desaparecer.

9. *Eliseu.* Elias encontrou Eliseu em Abel-Meolá.

Eliseu estava arando a terra, mas Deus tinha outros planos para ele. Elias lançou por cima dele a sua capa de profeta, feita de pêlos de ovelhas. Um novo destino começava a formar-se. Elias e Eliseu ficariam juntos, até o tempo do arrebatamento de Elias. Ver I Reis 19:19-21.

10. *Outro Confronto e a Morte de Acabe.* Passaram-se seis anos. Acerca desses seis anos, nada sabemos. Então Elias foi novamente enviado a Acabe, a fim de pronunciar contra ele o julgamento divino. Jezabel acabara de arranjar a morte do inocente Nabote (que vide) a fim de tomar posse das terras dele. Agora o cálice de Acabe e de Jezabel estava cheio. Elias encontrou-se com Acabe no caminho e proferiu contra ele uma terrível maldição (I Reis 21:19-25). Era cerca de 869 A.C. A maldição assustou Acabe e ele deu mostras de haver-se arrependido. Isso lhe deu mais algum tempo de oportunidade, mas seu dia, finalmente, chegaria.

Israel e Judá alinharam-se em batalha contra a Síria. Acabe participava da batalha disfarçado. Em meio à refrega, um arqueiro sírio retesou o arco e atirou sua flecha ao acaso, a qual atingiu Acabe bem em uma junta de sua armadura. O sangue começou a empapar o chão do seu carro de guerra. Acabe ainda sobreviveu por algumas horas, mas, finalmente, faleceu. O carro de guerra foi levado à beira do açude de Samaria. Vieram cães, e puseram-se a lamber o sangue de Acabe e algumas prostitutas lavaram-se naquelas águas, quando vieram usar as mesmas. Isso cumpria a maldição proferida contra a casa de Acabe, por motivo de sua vida geralmente maligna e porque permitira a morte do inocente Nabote (I Reis 21:19).

11. *Elias e Acazias.* Agora Acabe estava morto e Acazias, seu filho, governava Israel em lugar do pai (II Reis 1). A linhagem iníqua continuava. Acazias, porém, caiu de modo fatal, tendo ficado seriamente ferido. Então Acazias enviou mensageiros para que consultassem Baal-Zebube (*senhor das moscas*) quanto às suas possibilidades de recuperação. Elias, entretanto, interceptou os mensageiros e forneceu-lhes a correta informação de que precisavam. Acazias haveria de morrer. Mediante as descrições dadas, Acazias entendeu que a mensagem fora dada pelo profeta Elias. O rei ficou enfurecido e enviou cinqüenta homens para aprisionarem Elias. Mas o profeta invocou fogo do céu, que pôs fim à primeira e à segunda tentativas dos homens de Acazias. Quando um terceiro grupo foi enviado, seu comandante, com espírito humilde, induziu Elias que comparecesse à presença do rei. Isso Elias fez, mas, simplesmente, repetiu o que já havia mandado dizer por meio dos emissários. O rei haveria de morrer, o que, de fato, aconteceu.

V. Translação de Elias

Elias havia cumprido a sua missão. Jezabel continuava no poder, mas ela não haveria de perdurar ainda por muito tempo. Elias nada mais precisava provar. Eliseu haveria de terminar a tarefa. O trecho de II Reis 2:1-12 narra o arrebatamento de Elias. Algum tempo antes, entretanto, Eliseu solicitou a Elias que lhe fosse dado o dobro do seu poder espiritual. Esse duplo poder só lhe seria outorgado, contudo, *se* Eliseu visse Elias ser arrebatado pelo poder divino, quando o grande profeta fosse transportado para outra dimensão da existência. Subitamente, o arrebatamento de Elias teve lugar. Os dois foram separados por um carro e cavalos de fogo. Um grande redemoinho arrebatou Elias. Eliseu contemplava tudo, enquanto Elias era tirado da cena terrestre e exclamou, em sua grande excitação: «Meu pai, meu pai, os carros de Israel e seus cavaleiros!» (II Reis 2:12). Elias foi-se deste mundo. Eliseu não mais podia vê-lo. Mas, o manto de Elias jazia no solo. Eliseu, pois, ajuntou-o. Agora dispunha do poder necessário para completar a sua tarefa, completando a obra iniciada por Elias. Quanta excitação espiritual houve naquele dia! Até mesmo os homens de Deus se excitam, quando vêem que o poder de Deus está operando!

A ocorrência de *arrebatamentos* tem seu lugar na história da religião. Pode-se ouvir ou ler sobre algum caso, com grande raridade. Há uma realidade que é obscurecida por muitos mistérios. Paulo explicou: «Eis que vos digo um mistério...» (I Cor. 15:51). Um mistério, nas Escrituras, é algum segredo antes oculto, mas então revelado. Algum dia, nos tempos finais, todos os verdadeiros crentes serão arrebatados, em massa. Nenhum deles ficará neste mundo. Isso ocorrerá nos dias da Grande Tribulação, que, segundo cremos, ocorrerá em nossos próprios dias. Os teólogos têm debatido sobre exatamente quando e de que maneira esse arrebatamento terá lugar. Mas todos concordam que haverá essa realidade e a maioria pensa que será *em breve*. Ver o artigo sobre a *Parousia*. Ver outras descrições sobre os arrebatamentos, no artigo sobre *Eliseu*, quarto ponto.

Fim de Jezabel e da Casa de Acabe. Elias havia predito esse final (I Reis 21:21). E Eliseu confirmou essa predição (II Reis 9). Foi Jeú quem executou essa sentença divina. Houve uma tremenda matança e o povo de Israel foi purificado de maus elementos (II Reis 10:10,17). Ver os artigos sobre *Acabe* e sobre *Jezabel*.

VI. Estatura de Elias e sua Posição nas Escrituras

Elias foi uma daquelas grandes vidas humanas que desafiam qualquer explicação natural. Ver o artigo sobre *Satya Sai Baba*, quanto a um exemplo moderno que também desafia explicações naturais. Elias foi um homem cujas ações e realizações não conseguem ser explicadas em termos humanos. Muitos escritos e tradições orais surgiram, na tentativa de descrevê-lo e explicá-lo. Isso sempre acontece quando algum gênio criativo, religioso ou científico, aparece entre os homens. Alguns homens não podem ser explicados, em face do que acontece a eles, desde o nascimento até que chegam à idade adulta. Há poderes maiores em operação. Elias foi um precursor dos profetas e os escritos dos profetas, a partir de seus dias, adquiriram imensa proeminência nas Escrituras. Ele deu um tremendo exemplo de poder espiritual e de busca pela verdade, pela justiça e pela santidade em Israel, tudo o que veio a tornar-se temas dos profetas que se seguiram.

Além dos feitos históricos em sua vida, Elias ocupa um importante papel na tradição geral das Escrituras. O trecho de Malaquias 4:5 prediz que Elias reapareceria, a fim de cumprir uma outra missão, antes do grande e terrível dia do Senhor. Essa predição tornou-se uma tradição do judaísmo e foi transferida para o Novo Testamento. João Batista foi identificado como Elias, por alguns e, provavelmente, a ele se referiam aquelas predições bíblicas. Ver Luc. 1:17. Ver, igualmente, Mat. 11:14 e 17:10-13. Seja como for, é uma doutrina cristã comum que ele reaparecerá nos últimos dias. A passagem de Apocalipse 11:6 parece identificá-lo como uma das duas testemunhas do Apocalipse, que farão oposição ao anticristo. Ver notas completas sobre a questão no NTI, naquele versículo. O poder demonstrado por Jesus era tão grande que alguns pensaram que Ele fosse Elias, que voltara (Mat. 16:14; Mar. 6:15; 8:28).

Lembremo-nos, porém, que Elias seria apenas o precursor do Senhor, apesar de sua grandeza.

Outras Informações. Jesus usou o acolhimento de Elias, por parte da viúva de Sarepta, a fim de ilustrar a falta de fé do povo de Israel (Luc. 4:25,26). Interessante é observar que Elias se fez presente, juntamente com Moisés, por ocasião da transfiguração de Jesus (Mat. 17:4). Quando Jesus clamou, estando na cruz, «Eli, Eli, lemá sabactâni» (Mat. 27:46), alguns pensaram que ele estivesse invocando Elias. Ver Mat. 27:46-49. Paulo, quando falava acerca do remanescente de Israel, reservado pela graça divina (pela eleição), ilustrou o caso com os sete mil da época de Elias, que não tinham dobrado os joelhos diante de Baal (Rom. 11:2). Há um Elias, referido em I Crônicas 8:27, como um dos chefes da tribo de Benjamim. Seria o mesmo profeta Elias? Alguns estudiosos pensam que sim. (AM PEAK S UN WALL)

ELIAS (Outros que Não o Profeta)

No Antigo Testamento aparecem outros três homens com o nome de Elias, a saber:

1. Um certo Elias, não o grande profeta desse nome, foi chefe de uma das famílias da tribo de Benjamim (I Crô. 8:27).

2. Um sacerdote que, estando na Babilônia, no cativeiro, casara-se com uma mulher estrangeira, teve de divorciar-se dela, após o exílio, nos dias de Esdras. Era um dos filhos de Harim. Ver Esd. 10:21.

3. Um filho de Elão, um homem que se casara com uma mulher estrangeira, durante o exílio babilônico e que teve de divorciar-se dela, terminado o cativeiro (Esd. 10:26).

ELIASAFE

No hebraico «Deus acrescentou». Esse é o nome de duas personagens do Antigo Testamento:

1. Um filho de Deuel ou Reuel e chefe da tribo de Dã, quando o recenseamento foi feito, no monte Sinai (Núm. 1:4; 2:14; 7:42; 10:20). Ele viveu em torno de 1438 A.C.

2. Um filho de Lael, um chefe entre os levitas (Núm. 3:24). Viveu em cerca de 1450 A.C. Estava encarregado das coberturas do tabernáculo, das cortinas do átrio e do altar principal.

ELIASIBE

No hebraico, «Deus restaurará». Esse é o nome de seis pessoas, nas páginas do Antigo Testamento:

1. Um sacerdote da época de Davi, que ocupava o décimo primeiro lugar nas vinte e quatro ordens dos dirigentes do santuário (I Crô. 24:12). Viveu por volta de 1013 A.C.

2. Um sumo sacerdote da linhagem de Eleazar, que sucedeu a Joaquim, no templo de Neemias (Nee. 2:1,20,21). Viveu em cerca de 445 A.C.

3. Um filho de Elioenai, da família real de Judá (I Crô. 3:24). Também viveu em torno de 445 A.C.

4. Um músico dos dias de Esdras, que se casara com uma mulher estrangeira mas que concordou em divorciar-se dela, depois do retorno do cativeiro babilônico (Esd. 10:24). Viveu em torno de 458 A.C.

5. Um filho de Zatu, um leigo, que se casara com uma mulher estrangeira durante o cativeiro babilônico, mas que se divorciou dela, após o retorno à Jerusalém (Esd. 10:27). Viveu em torno de 458 A.C.

6. Um filho de Bani (Esd. 10:36), um homem que tomara esposa estrangeira durante o cativeiro babilônico, mas que se divorciou dela após o retorno a Jerusalém. Viveu em torno de 458 A.C.

ELIASIMO (ELIASIBE)

Um dos filhos de Zatu (ou Zamote) que se casou com uma mulher estrangeira na Babilônia, durante o exílio, mas que se divorciou dela, após a volta a Jerusalém (I Esdras 9:28). No trecho de Esd. 10:27 seu nome aparece como «Eliasibe» e que é o mesmo Eliasibe do número 5, no verbete acima.

ELIASIS

Um filho de Bani, das famílias não-levíticas, não-sacerdotais. Ele se casou com uma esposa estrangeira durante o cativeiro babilônico, mas divorciou-se dela quando houve o retorno para Jerusalém (I Esdras 9:28). O paralelo de Esd. 10:36,37 não alista o seu nome.

ELIATA

No hebraico, «Deus vem». Era filho de Hemã, um profeta do templo, que participava da adoração musical do templo de Jerusalém. Sob a orientação de seu pai, ele e seus irmãos tocavam os címbalos, a harpa e a lira (I Crô. 25:4). Esse serviço foi designado por Davi. O vigésimo curso pertencia a Eliata, a seus filhos e a seus irmãos (I Crô. 25:27).

ELICA

No hebraico, «Deus, seu rejeitador». Foi um dos trinta guerreiros heróicos de Davi (II Sam. 23:25). Seu nome não figura na lista paralela de I Crô. 11:27. Ele era charodita, ou seja, natural de um lugar chamado Charode. Viveu em cerca de 1046 A.C.

ELIDADE

No hebraico, «Deus amou». Esse foi o nome de um dos filhos de Quislom, um benjamita, oficial nomeado para ajudar a distribuir as terras, em Canaã, quando Israel conquistou o território (Núm. 34:21). Viveu em cerca de 1390 A.C. A região que ele ajudou a dividir ficava no lado ocidental do rio Jordão. Talvez seja o mesmo indivíduo chamado Eldade, em Núm. 11:26 *ss*. Ver sobre *Eldade e Medade*, em artigo separado nesta enciclopédia. Eldade tinha o ofício de profeta.

ELIEL

No hebraico, «Deus dos deuses». Ou então, de acordo com outros estudiosos, «Meu Deus é Deus». Esse é o nome de nove, ou talvez de dez pessoas do Antigo Testamento:

1. Um chefe da tribo de Manassés, que residia na porção oriental do rio Jordão (I Crô. 6:34). É descrito como homem valoroso. Viveu em cerca de 1612 A.C.

2. Um filho de Toá e pai de Jeroão, que foram antepassados de Hemã, um levita cantor (I Crô. 6:34). Talvez ele seja idêntico ao *Eliabe* do vs. 27 e ao *Eliú* de I Sam. 1:1. Foi o bisavô de Samuel.

3. Um descendente de Berias e Sema, chefes de uma família benjamita, em Jerusalém (I Crô. 8:20) e que viveu na época de Davi, em cerca de 1000 A .C. O nome do pai dele era Simei.

4. Um descendente de Sasaque, chefe de uma família benjamita de Jerusalém (I Crô. 8:22) e que também viveu na época de Davi.

5. Um maavita, um dos trinta guerreiros poderosos de Davi (I Crô. 11:46). Viveu em cerca de 990 A.C.

6. Outro dos trinta poderosos heróis guerreiros de Davi (I Crô. 11:47).

7. Um herói gadita, que atravessou o rio Jordão e juntou-se às forças de Davi, em seu refúgio no deserto, quando fazia oposição a Saul e era perseguido por ele (I Crô. 12:11). Os gaditas eram guerreiros habilidosos, velozes na corrida e muito fortes fisicamente. Dizia-se que o menor deles equivalia a cem homens ordinários, um exagero tipicamente oriental, naturalmente. Alguns identificam-no com os homens do mesmo nome, em «5» ou «6», acima.

8. Um dos oitenta levitas hebronitas que foram escolhidos por Davi para trazerem a arca de volta a Jerusalém, para ser instalada no tabernáculo. Quando Davi se tornou rei de todo o Israel, estabeleceu uma adoração condigna e santa (I Crô. 15:9,11). Viveu em cerca de 980 A.C.

9. Um levita nomeado por Ezequias para cuidar das ofertas e dos dízimos que foram dedicados ao templo e ao seu culto (II Crô. 31:13). Viveu em cerca de 720 A.C.

ELIENAI

No hebraico, «meus olhos voltam-se para Yahweh». Nome de um descendente de Simei, um chefe de uma das famílias de Benjamim e que habitava em Jerusalém (I Crô. 8:20). Viveu em torno de 1340 A.C.

ELIEZER

No hebraico, «Deus do socorro». Através de um processo de abreviação surgiu o nome «Lázaro», no Novo Testamento. É possível que a parábola acerca de Lázaro (Luc. 16:23) aluda ao nome de Eliezer, a quem Abraão considerara como seu herdeiro, antes do nascimento de Ismael e Isaque. Seja como for, esse nome designa nada menos de onze indivíduos no Antigo Testamento:

1. O servo principal de Abraão (Gên. 15:2), que alguns estudiosos pensam haver sido um escravo nascido em sua casa. Na ausência de herdeiros naturais, caberia a ele tornar-se o herdeiro de Abraão, uma prática comum na antiguidade (2070 A.C.). Supõe-se que esse foi o homem enviado à Mesopotâmia para buscar esposa para Isaque, o que ilustra a grande confiança que Abraão tinha nele (Gên. 24:2). Mas outros rejeitam essa identificação, supondo que houve dois homens de nome Eliezer envolvidos. De fato, há certa dificuldade quanto a Gên. 15:2, onde é dito que o homem era «damasceno», isto é, de Damasco, ao passo que em Gên. 15:3 lemos que ele, no dizer de Abraão, era «um servo nascido na minha casa». Todavia, essa descrição simplesmente poderia significar que seus familiares eram de Damasco. Mas outros estudiosos pensam que não devemos entender o texto hebraico como se dissesse, no vs. 3, que o homem *nascera* na casa de Abraão, pois a passagem deveria ser mais corretamente traduzida por «filho da possessão de minha casa», isto é, ele seria o possuidor da casa, das propriedades, do gado, etc. Nesse último caso, é possível que Eliezer fosse, realmente, de Damasco e poderia ter sido um parente próximo e não um mero escravo. Se esse homem tivesse sido apenas um escravo, por que motivo Ló, um sobrinho, não era considerado o herdeiro? Porém, se Eliezer tivesse sido um parente e talvez até mais próximo de Abraão do que Ló, podemos entender que Eliezer tivesse a primazia sobre Ló. Em questões como essa, porém, temos de envolver-nos em muitas conjecturas, não havendo como obter certeza quanto a elas e nem mesmo elas são importantes o bastante.

2. O segundo dos dois filhos de Moisés, que nasceu estando ele exilado na terra de Midiã (Êxo. 18:4). Esse filho de Moisés, por sua vez, teve um filho de nome Zebadias (I Crô. 8:17). Viveu por volta de 1500 A.C.

3. Um dos filhos de Bequer, que era neto de Benjamim (I Crô. 7:8). Viveu por volta de 1650 A.C.

4. Um sacerdote que foi nomeado por Davi para acompanhar o transporte da arca da aliança, quando esta foi retirada da casa de Obede-Edom, a fim de ser instalada no tabernáculo de Jerusalém (I Crô. 15:24). Viveu em cerca de 1043 A.C.

5. Um filho de Zicri, um chefe rubenita da época de Davi (I Crô. 27:16). Viveu em torno de 1010 A.C.

6. Um profeta, filho de Dodava (II Crô. 20:37). Ele repreendeu a Josafá, em face da aliança deste com Acazias. Sua profecia previa como Deus destruiria as obras do rei, reduzindo a nada os seus esforços. Viveu em torno de 895 A.C.

7. Um filho de Jorim e descendente de Natã, filho de Davi (Luc. 3:29). Foi um antepassado de José, pelo que aparece na genealogia de Jesus. Viveu em algum tempo entre Davi e Zorobabel.

8. Um oficial de Israel que foi enviado por Esdras a Casifia, em uma missão especial (Esd. 8:16). Viveu em torno de 455 A.C. O trecho de I Esdras 9:19 grafa seu nome com a forma de *Eleazar*.

9. Um sacerdote que, na época de Esdras, concordou em divorciar-se de sua esposa estrangeira, com quem se casara durante o cativeiro babilônico, depois de seu retorno a Jerusalém (Esd. 10:18). Viveu em cerca de 455 A.C.

10. Um outro levita que se envolvera em situação idêntica e fez a mesma coisa que o Eliezer de número «9» acima. Ver Esd. 10:23. Ele talvez seja o mesmo Joná, referido em I Esdras 9:23. Viveu em cerca de 455 A.C.

11. Ainda um outro israelita que se envolveu em um casamento misto, tendo-se divorciado de sua esposa estrangeira, terminado o exílio babilônico (Esd. 10:21). Talvez deva ser identificado com o Elionas de I Esdras 9:32. Viveu por volta de 455 A.C.

ELIFAL

No hebraico, «Deus julgou». Era filho de Ur. Foi um dos trinta guerreiros poderosos de Davi (I Crô. 11:35). Ver sobre Elifelete, número «três». As passagens paralelas de II Samuel e de I Crônicas têm uma certa confusão de nomes, talvez devido ao fato de que, em Israel, as pessoas tinham mais de um nome, o que, de fato, era algo bastante comum. Ou então tal confusão devia-se a variações criadas pelos copistas. — Outras vezes, as modificações deviam-se a erros nas abreviações.

ELIFAZ

No hebraico, «Deus é vitorioso». Esse foi o nome de um dos três «amigos» ou «consoladores» de Jó. Ele era idumeu de Temã. Era homem conhecido por sua sabedoria, rico e dirigente de homens. Ele foi o líder do grupo que tomou sobre si a incumbência de examinar o caso de Jó: *por que os homens sofrem?* O livro de Jó é uma excelente obra poética, que examina esse complicado problema humano. Damos um artigo separado sobre o *Problema do Mal*, que aborda a questão de forma detalhada, um dos problemas mais

delicados e críticos da filosofia e da teologia.

Elifaz, a princípio, dirigiu a palavra a Jó com delicadeza e respeito (capítulos quarto e quinto), embora tivesse certeza de que as tribulações de Jó deviam-se a algum pecado seu secreto. Ele tivera um sonho que o impressionara muito. Falava sobre a pecaminosidade do homem diante de Deus (Jó 4:12-21) e procurou impressionar a Jó com a necessidade de arrepender-se, pois Deus estaria esperando ansiosamente pela volta do pecador. No entanto, em seu segundo discurso, Elifaz mostrou-se irritado devido ao fato de que Jó não dera ouvidos ao seu conselho e assim premiu mais ainda os seus argumentos. Ver Jó 15. No seu terceiro discurso, Elifaz já havia perdido inteiramente a paciência com Jó, porque a sua tese fora repelida por este. Poderia um homem qualquer sofrer, sem ser culpado de algum grave pecado? Jó se declarava inocente, mas a teologia de Elifaz não podia aceitar tal coisa. Nossa teologia com freqüência desvia-se do reto caminho da verdade e os homens sempre ficam irritados, quando alguém sugere que a teologia deles não corresponde às questões vitais da vida. Elifaz começou a inventar coisas, acusando Jó de praticar muitos vícios e pecados vis. Porém, retornando à sua primeira atitude, uma vez que exibira sua consternação diante do que lhe parecia ser a teimosia de Jó, em sua conclusão ele ofereceu esperança ao sofredor, enfatizando a misericórdia de Deus, sempre pronta a perdoar e acolher o pecador. Ver o artigo sobre Jó, quanto a uma descrição geral sobre a filosofia e o conteúdo desse livro.

ELIFELETE

No hebraico, «Deus é livramento». Nome de seis personagens nas páginas do Novo Testamento:

1. Davi teve muitas esposas e concubinas, o que ilustramos mediante um gráfico, no artigo a seu respeito. As concubinas e os filhos delas com ele são referidos apenas mediante números, sem nomes específicos. Suas muitas esposas, contudo, são ali mencionadas por seus nomes, bem como os filhos delas. Elifelete foi o terceiro dos nove filhos de Davi que nasceram em Jerusalém, se não incluirmos os filhos de Bate-Seba (I Crô. 3:6 e 14:5). Os tradutores têm criado algumas variantes na soletração desse nome, como Elifalate e Elifalete.

2. Um outro dos filhos de Davi, que também nasceu em Jerusalém (I Crô. 3:8; 14:7; II Sam. 5:16). Esse era o seu nono filho, na ordem dos nascimentos. Há uma certa dúvida se os Elifeletes aqui representados como «um» e «dois» não seriam a mesma pessoa. Todavia, o mesmo nome poderia ter resultado de uma repetição errônea, feita pelos copistas. O livro de Samuel não fala em dois Elifeletes, filhos de Davi; mas as listas separadas em I Crônicas incluem ambos, e o total dos filhos, que então aparece, inclui ambos. Isso parece conclusivo quanto à existência de dois filhos de Davi com um mesmo nome.

3. Um dos trinta heróicos guerreiros de Davi tinha esse nome. Em II Samuel 23:34 ele é chamado «Aasbai», filho de um maacatita. Mediante erro e abreviação ele é chamado Elifal, filho de Ur, em I Crô. 11:35. Ver sobre *Elifal*.

4. O terceiro dos três filhos de Ezeque, um benjamita descendente de Saul e Jônatas (I Crô. 8:39). Viveu em torno de 830 A.C.

5. Um dos três filhos de Adonicão, que retornou do cativeiro babilônico em companhia de seus irmãos e de sessenta outros homens (Esd. 8:13), nos tempos de Artaxerxes. Viveu por volta de 455 A.C.

6. Um descendente de Hasum, que se casara na Babilônia com uma mulher estrangeira, durante o exílio, mas que se divorciou dela quando voltou a Jerusalém (Esd. 10:33). Viveu em torno de 455 A.C.

ELIFELEU

No hebraico, «separado por Deus». Esse era o nome de um levita que Davi nomeou como músico. Esteve presente por ocasião do transporte da arca da aliança da casa de Obede-Edom para Jerusalém, a fim da mesma ser instalada no tabernáculo, quando Davi governava Israel. Elifeleu cantava e fazia soar os címbalos de bronze, enquanto outros tocavam as liras, com o *tom de oitava* (I Crô. 15:18-21). Sabemos que a música era muito importante para Davi, sendo ele, igualmente, um músico perito. É difícil determinar exatamente quais habilidades se tinham desenvolvido quanto aos vários instrumentos de música então existentes; todavia, podemos conjecturar que os instrumentos de corda eram tocados com grande maestria, não menos que nos nossos dias.

ELIM

No hebraico, «árvores». Esse foi o nome da segunda parada, onde Israel acampou no deserto, quando vagueava pelo Sinai, antes de entrar na terra de Canaã (Êxo. 15:27; Núm. 33:9). Os israelitas ficaram nesse lugar pelo espaço de um mês (Êxo. 16:1). O local contava com dez fontes de água e setenta palmeiras, o que explica o nome que recebeu. Portanto, era um pequeno mas aprazível oásis, embora o povo de Deus estivesse se encaminhando para algo muito melhor. Desconhece-se a localização exata de Elim, visto que o próprio monte Sinai ainda não foi identificado de modo absoluto. Se a localização tradicional é a correta, isto é, a porção inferior da península do Sinai, então Elim é um dos oásis nos wadis, ao longo da rota principal que penetra naquela região. O local talvez fique dentro do wadi Gharandel. Mas, se o monte Sinai não ficava nas proximidades dessa região, segue-se daí que não há como localizar Elim. Alguns estudiosos têm conjecturado de que Elim deve ser identificada com Elate, referida em I Reis 9:26, no começo do golfo de Ácaba, perto de Ezion-Geber. Porém, isso não concorda com o que se lê em Números 33:36, que indica que a área foi atingida bem mais tarde, durante a jornada.

ELIMAIS

Esse foi o nome de uma província da antiga Pérsia. Ficava localizada a leste do rio Tigre, ao sul da Média e ao norte de Susiana. A cidade de Susa, uma antiga capital, ficava nesse território. No cânon veterotestamentário não há nenhuma alusão a essa província persa, mas o trecho de I Macabeus 6:1 refere-se a uma cidade com esse nome. Seria uma cidade conhecida por suas riquezas em ouro e em prata. No entanto, não há nenhuma *cidade* com o nome de Elimais, pelo que, quando muito, deveríamos entender que a alusão é a uma cidade (cujo nome não é dado), dentro da província chamada Elimais. Alguns estudiosos têm identificado essa província com o Elão (que vide) do Antigo Testamento, o que é uma forte possibilidade. Não há muitas fontes informativas dignas de confiança que descrevam os reis dessa região; mas, um certo número de moedas e inscrições, descobertas naquela área, nos fornecem alguma noção a respeito.

Sabe-se, por exemplo, que os seus habitantes falavam o aramaico.

ELIMAS

No grego Elúmas, «feiticeiro», «bruxo». Esse termo grego evidentemente deriva-se do árabe *ahman*, onde tem o sentido de «sábio». Em Atos 13:6-11, Lucas interpreta-lhe o título como «o mágico». Paulo encontrou-se com esse falso profeta judeu durante a sua primeira viagem missionária. Esse homem, cujo nome em hebraico era *Barjesus* («filho de Jesus» ou «filho de Josué»), atuava como uma espécie de guru para Sérgio Paulo, o procônsul romano da ilha de Chipre. O procônsul era homem inteligente e, evidentemente, interessava-se por questões filosóficas e religiosas. Foi por isso que ele convidou Paulo e Barnabé para lhe exporem as suas idéias.

Alguns mestres e filósofos itinerantes adquiriam grande fama e alguns deles, em vista disso, tornavam-se mestres nas escolas da época. Barjesus, no dizer de Juvenal (6:562; 14:248), deve ter sido um daqueles homens bem treinados nas ciências ocultas e que muitas vezes eram convidados a aconselhar ou auxiliar oficiais do governo, quando estes mostravam-se crédulos quanto a essas coisas. Aliás, esse costume está bem vivo em muitos países, inclusive no nosso Brasil, onde os «pais de santo» são consultados quanto a decisões importantes. Ver também Horácio (*Sat.* 1.2,1). Na Babilônia, os judeus haviam desenvolvido essas habilidades psíquicas e astrológicas. Não devemos olvidar de que não eram *buenas dichas* populares apenas, mas eram, freqüentemente, homens de grandes conhecimentos, tanto nas ciências quanto nas artes. Isso explica melhor o sucesso deles diante dos governantes da antigüidade. Já os modernos «pais de santo» brasileiros são apenas uns espertalhões, semi-analfafetos, que só são ouvidos por motivo da credulidade de nosso povo.

Mas, voltando a Elimas, esse mágico tinha uma boa posição e haveria de perder muita coisa se Sérgio Paulo orbitasse para a influência de Paulo e Barnabé, ou seja, do evangelho e, assim, se libertasse de Barjesus para tornar-se servo de Jesus Cristo. Por isso mesmo é que Elimas procurava perturbar os encontros entre Sérgio Paulo e os missionários cristãos. Houve um momento, porém, em que Paulo perdeu a paciência com o bruxo e proferiu contra ele uma maldição que resultou em cegueira total «por algum tempo».

O incidente nos é bastante instrutivo. Antes de tudo, todo juízo divino tem um aspecto remediador e não apenas punitivo. Portanto, podemos presumir que aquela cegueira temporária deve ter resultado em alguma vantagem posterior para Elimas. Em segundo lugar, o incidente teve o propósito de mostrar a Sérgio Paulo onde estava a verdade de Deus. O resultado foi que este, «vendo o que sucedera, creu, maravilhado com a doutrina do Senhor» (Atos 13:12).

Josefo (*Anti.* 20:7,2) descreveu um mágico judeu de Chipre, que ajudou o ímpio Félix a conquistar amorosamente a Drusila (ver Atos 24:24), fazendo-a abandonar o seu esposo, Aziz de Emessa. É possível que Josefo estivesse tecendo comentários sobre o mesmo homem, Elimas. Os *conhecimentos* psíquicos dele, — sem dúvida — haviam lhe dado o título de Elimas, «o mágico». Damos um artigo ainda mais detalhado sobre esse homem, sob o título de Barjesus (que vide). Os poderes psíquicos podem ser naturais, sobrenaturais ou demoníacos. Esses poderes, por si mesmos, são neutros. Todas as pessoas possuem capacidades psíquicas menos ou mais desenvolvidas. Em caso contrário, nem ao menos poderiam movimentar seus corpos físicos, pois o homem é um espírito que se utiliza de seu corpo material. Todas as capacidades, físicas ou psíquicas, podem ser usadas para o bem ou para o mal. Ver o artigo sobre a *Parapsicologia*.

ELIMELEQUE

No hebraico, «Deus é rei». Esse era o nome de um homem nativo de Belém. Era esposo de Noemi e pai dos dois filhos do casal, Malom e Quiliom. Elimeleque viveu em torno de 1370 A.C. Em certo período de fome na Terra Prometida, ele deixou o território de Judá (onde era um dos chefes) e emigrou para Moabe, buscando melhores condições de sobrevivência. Com os anos, Elimeleque morreu entre os moabitas. Seus filhos, já adultos, casaram-se com mulheres moabitas, Malom casou-se com Rute, mas morreu não muito depois. Outro tanto sucedeu a Quiliom, que se casara com Orfa.

Após quase dez anos, Noemi e Rute, ambas viúvas, voltaram a Israel. Boaz era aparentado de Elimeleque (Rute 2:1,3) e, com o tempo, devido ao direito de parentesco, comprou de Noemi o terreno que antes fora de Elimeleque. Em seguida, casou-se com a moabita Rute, nora de Elimeleque e Noemi e que era bem mais jovem do que ele (Rute 4:3,9). Desse casamento nasceu Obede, que foi pai de Jessé, pai de Davi. Naturalmente, isso fez com que a moabita Rute fosse uma das antepassadas do Senhor Jesus (ver Mat. 1:5 e Luc. 3:32, embora neste último versículo haja menção somente a Boaz e não a Rute). A graça de Deus! Os moabitas não podiam, segundo a lei mosaica, fazer parte do povo de Israel, nem mesmo da décima geração (Deu. 23:3).

ELIOENAI

No hebraico, «meus olhos voltam-se para Yahweh». Uma leve variante de *Elienai* (que vide). Há seis pessoas com esse nome, no Antigo Testamento:

1. Um descendente de Benjamim e cabeça de uma das famílias que provinham de Bequer (I Crô. 7:8). Viveu em cerca de 1860 A.C.

2. Cabeça de uma das famílias simeonitas (I Crô. 4:36). Viveu em torno de 1620 A.C.

3. Um neto de Coré e filho de Meselemias, um levita. Com seu pai e com dezesseis de seus irmãos e parentes, ele guardava o portão oriental do templo de Jerusalém. Seis levitas serviam nesse trabalho a cada dia, pelo que a vez de Elioenai chegava de três em três dias (I Crô. 26:3,17). Viveu em torno de 960 A.C.

4. O filho mais velho de Nearias, filho de Semaías, sete gerações depois de Zorobabel (I Crô. 3:23,24). Viveu em torno de 460 A.C.

5. Um filho de Pasur, um sacerdote da época de Esdras. Ele se casara com uma mulher estrangeira quando do cativeiro babilônico e teve de divorciar-se dela quando retornou a Jerusalém (Esd. 10:22). Talvez se trate do mesmo indivíduo aludido em Neemias 12:41 e que ajudou a tocar as trombetas quando foram dedicadas as novas muralhas de Jerusalém. Viveu em cerca de 455 A.C.

6. Um filho de Zatu, um cantor. Tomara uma mulher estrangeira durante o cativeiro na Babilônia e divorciou-se dela depois de voltar a Jerusalém (Esd. 10:27). Viveu em cerca de 455 A.C.

••• ••• •••

ELIONAS

Esse nome aparece na lista de I Esdras 9:22, onde aparecem os homens que se tinham casado com mulheres estrangeiras, durante o exílio babilônico, mas que se divorciaram delas, depois de voltarem a Jerusalém. Duas pessoas são assim denominadas, correspondentes ao *Elioenai* de Esdras 10:22 e ao *Eliezer* de Esdras 10:31.

ELIOREFE

No hebraico, «Deus do outono». Foi um oficial de Israel nos dias de Salomão (I Reis 4:3). Era filho de **Sisa. Foi um dos escribas mais importantes que serviram ao rei (I Reis 4:3). Viveu por volta de 1015** A.C. Seu irmão, Aías (que vide), era o outro escriba. Ambos eram homens de cargo importante, cujos deveres ultrapassavam a simples produção de documentos e o cuidado pelos mesmos, pois chegavam a ser confidentes do rei de Israel.

ELIPANDO

Foi arcebispo de Toledo, na Espanha (780 D.C.) e fez oposição ao islamismo e ao nestorianismo. Contudo, apoiava a teoria adopcionista da cristologia (que vide) e que tantas dificuldades criou à teologia posterior. Ele distinguia entre o Filho natural de Deus (o Jesus divino) e o Filho adotivo de Deus (o Jesus humano). Essa posição foi considerada herética, tendo sido condenada por Adriano I, em 785 D.C., um papa romano. Ver o artigo geral sobre o *Adopcionismo*.

ELISA

No hebraico, «Deus é salvação». Um dos filhos de Javã (Gên. 10:4 e I Crô. 1:7). Aparentemente as *ilhas de Elisá* receberam seu nome por causa desse neto de Jafé. Essas ilhas são descritas como centros exportadores, especialmente de tecidos de cor púrpura e escarlate. Tiro era um dos mercados distantes para onde tais tecidos eram enviados. A identidade dessas ilhas (ou ilha) tem sido disputada. Ezequiel (27:7) associa essas ilhas às costas do mar Mediterrâneo, dando ainda a entender que Elisá é a mesma Quitim, ou Chipre (que vide). Trata-se da mesma Alashia, referida nas cartas de Tell el-Amarna. Chipre, juntamente com o Peloponeso, e as ilhas e costas marítimas do mar Egeu eram ricos em conchas produtoras de púrpura, um corante muito usado na antigüidade.

Alguns eruditos identificam os descendentes de Elisá com os eólios, um antigo povo de sangue grego. Isso era o que Josefo dizia; e alguns estudiosos modernos concordam com a idéia. Mas outros eruditos têm proposto Cartago, uma nação do norte da África, como o lugar em pauta. De acordo com certa tradição antiga, teria sido Elissa, uma princesa tíria, quem fundou Cartago, e, por isso, alguns pensam que seu nome está refletido no nome *Elisá*. Na verdade, porém, Cartago é de origem fenícia e, **portanto, semito-camita e não jafetita, conforme o são os gregos. A idéia moderna mais persistente é que** estão em foco as ilhas do mar Egeu, que tinha íntimas associações com os descendentes de Javã e com a indústria de tecidos tingidos.

A pessoa de nome Elisá era o filho mais velho dos quatro filhos de Javã. Ver Gên. 10:4. Alguns supõem que os descendentes de Javã povoaram a Grécia, embora a opinião não seja compartilhada por todos. Talvez fosse mais certo dizer que os descendentes de Javã ocuparam as terras que margeavam a parte norte ao longo do mar Mediterrâneo e que a Grécia foi ocupada principalmente por descendentes de Elisá. **Em grego, Grécia é *Ellás*. Mas como os gregos muito se espalharam, até no sul da Itália, havia muitos** gregos. Na antiguidade, a porção sul da Itália era chamada Magna Grécia, antes da formação do império romano. Que Javã se subdividiu em vários povos e línguas, somos informados em Gênesis 10:4,5: «Os de Javã são: Elisá, Társis, Quitim e Dodanim. Estes repartiram entre si as ilhas das nações nas suas terras, cada qual segundo a sua língua, segundo as suas famílias, em suas nações». A expressão «ilhas das nações», na opinião de todos os estudiosos, indica as terras ao redor do mar Mediterrâneo.

ELISAFÃ, ELIZAFÃ

No hebraico, «Deus é protetor». Esse foi o nome de duas personagens referidas no Antigo Testamento:

1. Filho de Uziel, tio de Arão e cabeça da família de Coate (Núm. 3:30; Êxo. 6:22). Moisés ordenou-lhe que tirasse do acampamento os cadáveres de Nadabe e Abiú, no incidente descrito no décimo capítulo de Levítico, quando ofereceram «fogo estranho» diante do Senhor. Os descendentes de Elisafã, mais de quatro séculos mais tarde, ajudaram na cerimônia do transporte da arca da aliança para Jerusalém, na época de Davi (I Crô. 15:8) e, mais tarde ainda, tomaram parte ativa no reavivamento que houve sob a direção de Ezequias (II Crô. 29:13). Os coatitas tinham a responsabilidade de cuidar da arca da aliança, — da mesa dos pães da proposição, do candeeiro de ouro e dos vasos do santuário, etc. Ver I Crô. 16:8; II Crô. 29:13.

2. Com a grafia Elizafã, temos um filho de Parnaque, que foi líder da tribo de Zebulom. Assessorou Moisés na divisão da terra conquistada de Canaã, em porções para cada tribo (Núm. 34:25). Viveu em torno de 1490 A.C.

ELISAFATE

No hebraico, «Deus do juízo». Um filho de Zicri. Ajudou Joiada, o sumo sacerdote, a estabelecer Joás como rei de Judá (II Crô. 23:1). Viveu em cerca de 846 A.C. Foi um dos capitães de grupos de cem homens armados, que ajudaram a destronar a rainha Atalia.

ELISAMA

No hebraico, «Deus ouviu». Esse é o nome de sete pessoas, no Antigo Testamento:

1. Um filho de Amiúde, príncipe da tribo de Efraim, no deserto do Sinai (Núm. 1:10; 2:18; 7:48,53). Ele viveu em torno de 1440 A.C. A genealogia de I Crônicas 7:26 informa-nos de que ele era neto de Josué.

2. Um filho de Davi que nasceu depois que ele retornou e reconquistou o poder em Jerusalém (II Sam. 5:16; I Crô. 3:8; 14:7). Viveu em cerca de 1050 A.C. Em I Crônicas 3:16 esse nome é atribuído a um outro filho de Davi; mas, nas demais listas ele é chamado *Elisua* (que vide). Nove nomes aparecem em I Crô. 3:8, e treze nomes em I Crô. 14:7 e, esta última, ao que parece, inclui algumas filhas de Davi.

3. Um outro filho de Davi, nascido em Jerusalém e que recebeu o mesmo nome (I Crô. 3:6).

4. Um filho de Jecamias, descendente de Judá por meio de Perez (I Crô. 2:41). Teria vivido em torno de 1280 A.C.

5. O avô de Ismael. Ele matou Gedalias, governador de Israel, nomeado por Nabucodonosor (II Reis 25:25). Ver também Jer. 41:1. Viveu em torno de 535 A.C.

6. Um escriba dos dias do profeta Jeremias, que ouviu a leitura do rolo da lei por parte de Baruque (Jer. 36:12). O rolo foi guardado em uma câmara, até que foi levado para ser lido na presença do rei (Jer. 36:20,21). Viveu em algum tempo depois de 604 A.C.

7. Um dos sacerdotes que foi enviado por Josafá para ensinar a lei ao povo de Judá (II Crô. 17:8). Ele tem sido identificado com os homens de número «quatro» e «cinco». Viveu algum tempo após 875 A.C.

ELISEBA

No hebraico, **«Deus é jurador». Outros pensam em** «aliança de Deus». Corresponde, no Novo Testamento, a Isabel (que vide). Era esposa de Arão e mãe de toda a família sacerdotal de Israel. Era filha de Aminadabe e irmã de Naason e, portanto, da tribo de Judá. Ver Êxo. 6:23. Viveu em torno de 1490 A.C. Os filhos dela foram quatro: Nadabe, Abiú, Eleazar e Itamar. Os dois primeiros perderam a vida por castigo do Senhor (Núm. 3:4). Os dois últimos tiveram descendentes que ocuparam o ofício sumo sacerdotal, em diferentes épocas da história de Israel. Eleazar foi o sucessor imediato de Arão (Núm. 20:25-28).

ELISEU

Esboço:

I. Nome
II. Família e Origens
III. Sua Chamada e Esboço de seu Ministério
IV. Incidentes Específicos de sua Vida
V. Conclusão

I. Nome

No hebraico, **Elisha**, «Deus é salvação» ou «Deus, sua salvação». A forma grega, na Septuaginta, é *Elisá*. No Novo Testamento, *Elisaíos* (Luc. 4:27).

II. Família e Origens

Há mais informações sobre o passado formativo de Eliseu, do que no caso de Elias (que vide), embora também não muita coisa. O pai de Eliseu chamava-se Safate e era natural da cidade de Abel-Meolá, que alguns estudiosos identificam com o moderno Tell Abu Sifri, a oeste do rio Jordão e cerca de meio caminho entre o mar Morto e o mar da Galiléia. O trecho de I Reis 19:19-21 é que nos fornece essas informações. Entretanto, não se sabe dizer onde Eliseu nasceu, embora possamos supor que foi no mesmo lugar em que nasceu seu pai, Abel-Meolá (ver I Reis 19:16).

III. Sua Chamada e Esboço do seu Ministério

Depois de Elias, Eliseu tornou-se o presidente da escola dos profetas de Israel. Os discípulos dos profetas eram chamados de seus «filhos», o que explica a expressão «filhos dos profetas» (que vide). Entre os jovens discípulos de Elias, estivera Eliseu. Se datarmos o ministério de Eliseu a partir de seu chamamento, então esse ministério foi realmente longo, desde os reinados de Acabe, Acazias, Jeorão, passando por Jeú e Jeoacás, e até Joás, um período de mais de cinqüenta anos. Os textos bíblicos que narram a história de Eliseu são o décimo nono capítulo de I Reis e os capítulos dois a nove e treze de II Reis. Esses textos fornecem-nos dezoito diferentes e significativas crônicas, que poderíamos considerar como uma seleção entre tantos outros incidentes. É inútil tentar descobrir a cronologia desses incidentes, porquanto há interrupções óbvias na seqüência dos mesmos. Comparar II Reis 6:23 com 6:24; 6:27 com 8:4,5; 13:13 com 13:14 *ss*.

Após o arrebatamento de Elias, Eliseu tomou o seu lugar, como cabeça da escola dos profetas. Ele recebera a dupla porção do poder espiritual de Elias (II Reis 2:9,10). Por esse motivo, as narrativas a que aludimos contam muitos sinais e prodígios feitos por Eliseu, alguns dos quais tiveram um interesse nacional. Portanto, Eliseu foi um autêntico substituto de Elias, não representando qualquer declínio quanto ao poder espiritual, conforme, com tanta freqüência, acontece quando um grande mestre é substituído por algum de seus discípulos, posto que, liderante. Eliseu é retratado como um profeta popular, a quem aldeões e reis, igualmente, apelavam, pedindo ajuda. As grandes tensões criadas na nação de Israel por causa da adoração ao deus pagão Baal, tinham amainado, pelo que também o ministério de Eliseu foi mais pacífico que o de Elias.

IV. Incidentes Específicos de sua Vida

1. Testemunha da Translação de Elias. Quando ainda era jovem, Eliseu foi chamado por Elias para tornar-se um de seus «filhos», isto é, *discípulo*. Elias fizera isso a mando do Senhor, e pôs seu manto de pêlos de carneiro sobre os ombros de Eliseu, como sinal de sua nova ocupação. Eliseu foi despedir-se dos seus pais, ofereceu uma festa aos seus amigos, e passou a acompanhar Elias, como seu criado e aprendiz. Ver I Reis 19:19-21. Tudo isso faz-nos lembrar o poder de Jesus, quando convocou os seus primeiros discípulos. Que teria impulsionado aos discípulos de Jesus a abandonarem tudo e se tornarem discípulos de um homem pobre, cuja vida era ponteada por tantas incertezas financeiras? Eles fizeram isso porque haviam encontrado um grande Mestre e tinham consciência do fato. Há pessoas deveras extraordinárias, que dominam a outras com o seu magnetismo pessoal. Elas têm uma presença avassaladora, um poder mental que projeta e cativa. Jesus foi um homem assim. Séculos antes disso, Elias foi reconhecido como um grande Mestre. Creio que Satya Sai Baba, em nossos próprios dias, é um homem assim, resguardadas as devidas proporções. Ver o artigo acerca dele. As profecias, bíblicas e outras, asseguram-nos de que o anticristo será uma figura de grande envergadura. Quando algum grande mestre chama, as pessoas o *atendem!*

Elias chamou e Eliseu o atendeu. Seguir a um mestre não garante uma vida fácil e brilhante. Quase todos os discípulos de Jesus sofreram o martírio e, antes mesmo da morte libertá-los, tiveram muitas tribulações. Porém, o que caracteriza todos os verdadeiros discípulos do Senhor é que eles têm vidas úteis, sendo capazes de cumprir alguma missão condigna neste mundo. É com esse motivo que estamos neste mundo e não para adquirirmos vantagens pessoais.

O Grande Dia de Eliseu. Após o seu chamamento, não ouvimos mais falar em Eliseu, até o grande dia do arrebatamento de Elias. Eliseu não largava o profeta mais idoso por nenhum motivo, mesmo quando instado a isso. Sabia que estava prestes a perder a sua companhia. Os estudantes da escola de teologia (os «filhos dos profetas») sabiam que o tempo de Elias, neste mundo, estava chegando rapidamente ao fim. Perguntaram a Eliseu, naquele dia, por mais de uma vez: «Sabes que o Senhor hoje tomará o teu senhor elevando-o por sobre a tua cabeça?» (II Reis 2:5). E, —cada vez, Eliseu dava a mesma resposta:

«Também eu o sei; calai-vos». É evidente que Eliseu estava nervoso e irritado. Estava prestes a experimentar uma grande crise, que constituía um evento incomum, extraordinário. Eliseu estava muito tenso. Elias dividiu as águas do rio Jordão. E ambos passaram para a margem oposta. Então Elias perguntou se haveria algum favor que Eliseu gostaria de pedir-lhe, antes de sua partida deste mundo. E Eliseu solicitou a dupla porção do Espírito de Elias. Elias disse que o pedido era dificílimo, mas prometeu que tal pedido seria conferido a Eliseu, se este visse a partida dele para o céu. Os dois continuaram andando e conversando. Subitamente, o ar ficou carregado de grande poder. Uma carruagem de fogo, com cavalos de fogo, desceu e separou os dois homens. Elias foi arrebatado em um redemoinho e levado para os céus. *E Eliseu viu a cena!* E, em sua excitação e admiração, exclamou: «Meu pai, meu pai, os carros de Israel, e seus cavaleiros!» (I Reis 2:12). Agora, Elias se fora definitivamente. Em sua consternação, choque e saudades, Eliseu rasgou suas próprias vestes e, então, ajuntou do chão o manto deixado por Elias. Voltou à margem do Jordão, invocou o Senhor e dividiu as águas do rio, tal e qual Elias havia feito e atravessou para a outra margem. Agora o poder do Espírito, em dupla dose, estava com Eliseu, conforme ele havia solicitado.

Um detalhe deveras interessante. Os filhos dos profetas, aproximando-se de Eliseu, observaram: «O espírito de Elias repousa sobre Eliseu» (I Reis 2:15). Agora, pois, Eliseu era o grande mestre e bastava a sua presença para mostrar àqueles estudantes de teologia que o seu novo «senhor» tinha toda a estatura espiritual do anterior.

Que Dizer sobre Translações e Arrebatamentos? Os céticos lêem relatos como esses, sobre Elias e Eliseu, sorrindo, a fim de demonstrar que sabem mais do que essas histórias dizem. Para eles, essas narrativas não passam de lendas fantásticas, criação de mentes fanáticas, talvez com a ajuda de condições mentais patológicas. Essa avaliação é errada, pois a verdade é que esses relatos refletem experiências religiosas humanas reais, visto que as *translações espirituais* ocorrem, posto que mui ocasionalmente. Não ficamos dependendo de uma ou duas histórias. Eu mesmo, de certo modo, cheguei perto de um caso desses. Em Salt Lake City, no estado de Utah, nos Estados Unidos da América do Norte, eu tinha um amigo que era dono de uma livraria. O nome dele era Wilson. Por sua vez, ele tinha uma amiga de nome Analee Skarin. Ela vinha do meio mórmon, mas tinha sido rejeitada por eles, por causa de algumas de suas crenças. Ela afirmava que não é necessário uma pessoa morrer, pois é possível a qualquer pessoa ter uma experiência de translação. Wilson dizia que sua amiga era uma pessoa incomumente santificada. Ele defendia a integridade dela. Analee vivia em companhia de uma família em Salt Lake City. Os membros dessa família tinham consciência de que ela estava esperando ser arrebatada, porquanto *fora informada* por autoridades espirituais de que isso haveria de acontecer. Isso seria uma indicação da veracidade de seus ensinos, uma convocação para os homens buscarem maior espiritualidade, em seus próprios corações.

Chegado o dia do esperado acontecimento, a família estava reunida. Subitamente, Analee foi circundada e permeada por uma grande luz. A cena assemelhava-se àquela em que o Senhor Jesus foi transfigurado (Mateus 17). A família contemplou uma Analee transformada, vendo-a desaparecer diante de seus olhos. Eles nada tinham a ganhar, ao contarem o sucedido, exceto o ridículo lançado por outras pessoas, que não haveriam de aceitar ou entender tal acontecimento como real. A história tem sido recontada em um livro publicado sobre a história intitulado: *Onde Está Analee Skarin?* As testemunhas afirmam que ela foi transladada. Isso aconteceu há cerca de quinze anos atrás (no início da década de 1970).

O bispo anglicano Pike e sua esposa, Diane, sempre julgaram ser engraçado que os líderes das grandes religiões tivessem experimentado «ascensões». No entanto, quando o bispo Pike morreu, no deserto da Judéia, onde se perdera, sua esposa viu a *ascensão* dele, sob a forma de uma visão. Embora o casal sempre se tivesse mostrado cético acerca de coisas assim, pensando que as mentes religiosas estão sujeitas a todos os tipos de exagero, ela exclamou: *Tudo isso é verdade!* Coisas assim assumem a forma de uma visão. Eliseu viu uma carruagem e cavalos de fogo. Não é mister supormos que a coisa foi literal. Antes, pode ter assumido a forma de uma visão, embora resultante de um poder real. Os discípulos de Jesus viram-no subindo em uma nuvem. Essa nuvem deve ter sido a nuvem própria das experiências místicas, alguma forma de energia e não uma nuvem formada de vapor de água.

Uma das grandes doutrinas da Bíblia é a do arrebatamento geral dos crentes, quando da «parousia» ou segunda vinda de Jesus Cristo. Ver I Cor. 15:51 *ss* e o nosso artigo sobre a *Parousia*. Essa doutrina, um dos *mistérios* ensinados por Paulo, segundo muitos crentes esperam, haverá de cumprir-se ainda nos dias desta geração. Portanto, ainda que duvidemos que tais coisas possam acontecer, elas são solidamente confirmadas pela experiência religiosa; e essas experiências, algumas vezes, chegam bem perto de nós, tocando em nós com a sua graça.

No caso de Elias, porém, os filhos dos profetas queriam ter certeza de que a coisa havia mesmo acontecido. Eles buscaram por Elias, procurando encontrá-lo, mas tudo em vão. Elias tinha-se ido deste mundo. Realmente acontecera! Cinqüenta homens ficaram procurando por ele. Passaram três dias nessa busca. E, quando regressaram, Eliseu zombou deles, dizendo: «Não vos disse que não fôsseis?» (II Reis 2:18). No entanto, eles tinham de averiguar as coisas com os próprios olhos. Algumas vezes, precisamos ver uma coisa para acreditar nela. Às vezes, precisamos ter certeza. Quando obtemos essa certeza, então sentimos o poder do evento. Nenhum daqueles filhos dos profetas desistiu de continuar. Estavam vivendo grandes dias de espiritualidade.

2. *Sanando as Águas de Jericó.* Após a translação de Elias, Eliseu foi habitar em Jericó (II Reis 2:18). Com ele estava também o seu grupo de discípulos proféticos. Os cidadãos de Jericó queixavam-se da péssima qualidade da água que ali se tomava. Eliseu remediou a situação lançando um pouco de sal na fonte das águas, em nome de Yahweh (II Reis 2:19-22).

3. *A Morte dos Meninos.* Eliseu saiu de Jericó e mudou-se para Betel. Mas, ao longo do caminho, alguns meninos viram-no e começaram a caçoar dele, por ser ele calvo. O profeta considerou a zombaria como uma afronta contra Deus e não apenas contra ele mesmo. Duas ursas saíram da floresta e despedaçaram quarenta e dois daqueles meninos. O texto não diz especificamente que todos eles morreram. Talvez tenha sido apenas um grande susto. Mas John Gill afirma, nesse ponto, que os meninos foram realmente mortos, declarando que o

castigo não se deveu apenas ao incidente com Eliseu, mas também atingiu os pais deles, porquanto haviam-nos criado na *impiedade*. John Gill também pensava que os pais dos meninos é que os tinham mandado para zombar do profeta. Seja como for, não aprecio muito a história. Jesus não tinha atitudes assim. Mas o texto sagrado diz que Eliseu amaldiçoara os meninos e aquele foi o resultado. Ver II Reis 2:23-25. O trecho de Lucas 9:54 mostra-nos que Jesus não aprovou os seus discípulos, quando eles quiseram destruir, mediante o fogo, àqueles que o tinham rejeitado (imitando os atos severos de Eliseu). Jesus, entretanto, era dono de um espírito profético diferente, sem dúvida mais excelente ainda que o de Eliseu. O Novo Testamento informa-nos de que Jesus veio para salvar e não para destruir.

4. *A Derrota dos Moabitas*. Israel e Judá estavam em luta contra Moabe. Havia escassez de água no deserto por onde estavam marchando e um exército não luta bem sem bem-estar físico. Josafá, rei de Judá, pediu a ajuda de Eliseu. A princípio o profeta recusou-se, mas depois, mudou de parecer, ao ouvir música. O profeta declarou que não veriam vento e nem chuva, mas que, a despeito disso, o leito seco do ribeiro ficaria cheio de água. Na manhã seguinte, desceu grande quantidade de água, da direção dos montes de Edom. E na região houve água em abundância. Mui provavelmente, esse foi um acontecimento natural, tendo havido chuvas nas cabeceiras do riacho, cujas águas agora chegavam até onde estavam os israelitas. Seja como for, Eliseu, com a ajuda da música (II Reis 3:15), foi capaz de prever o que sucederia, sem importar se, no acontecido, havia algo de miraculoso ou não. A música é usada pelos místicos para provocar um estado de transe, mediante o qual as coisas chegam a ser conhecidas por meios místicos e espirituais; e esse é um interessante aspecto da narrativa. Eliseu também predisse a esmagadora vitória de Israel e Judá sobre os moabitas, com a ajuda do rei de Edom. Ver II Reis 3:4-24 quanto a esse relato. Há um paralelo desse incidente na batalha que, muito depois, houve entre os romanos e Jugurta. Uma chuva súbita e inesperada trouxe refrigério (e, portanto, a vitória) a um exército romano extremamente sedento.

5. *O Azeite da Viúva*. O suprimento básico de alimentos permanece uma grave dificuldade para muitas pessoas, em nosso mundo moderno, apesar de todo o avanço da ciência humana. Elias fora miraculosamente alimentado pelos corvos; e a viúva com a qual ele ficara hospedado também pôde alimentá-lo durante todo o tempo restante da seca, por meios miraculosos. Algumas vezes, esse suprimento nos é dado através de algum ato direto de Deus. Outras vezes, está ao alcance das nossas próprias mãos suprir as nossas necessidades materiais. Uma pobre viúva, —conhecida de Eliseu, queixou-se a ele de um credor que estava prestes a escravizar seus filhos, — como meio de receber a dívida. Ora, a única coisa que a viúva tinha ao seu dispor era uma botija de azeite. O profeta então instruiu-a para que pedisse emprestado todos os tipos de vasos vazios, da parte de suas vizinhas. Então ela derramou da botija o azeite, enchendo todos aqueles vasos. O azeite continuou vertendo da botija para os vasos; e assim ela foi capaz de pagar a dívida, vivendo ainda da renda produzida pela venda do azeite. Deus pode fazer as árvores produzirem dinheiro, se isso é o que tem de ser feito, a fim de dar aos seus santos o que eles precisam. Ver II Reis 4:1-7.

6. *O Filho da Mulher de Suném*. Uma rica mulher de Suném prestou a Eliseu um grande favor, ao construir para ele um quartinho onde ele podia hospedar-se. O quartinho era um *alijah*, um cenáculo, um aposento em andar superior e, portanto, talvez fosse o lugar mais desejável da casa. Eliseu queria recompensá-la por isso, mas uma de suas ofertas de ajuda foi rechaçada por ela. No entanto, Geazi, servo de Elias, destacou que a mulher não tinha filhos. E Eliseu predisse o nascimento de um menino, filho daquela mulher. Isso efetivamente, sucedeu. Alguns anos depois, o menino adoeceu gravemente, de repente, e acabou morrendo. A mulher foi até o monte Carmelo, em busca da ajuda de Eliseu. A princípio ele enviou Geazi com o seu cajado, para que o pusesse sobre o rosto da criança. Mas isso em nada ajudou. Portanto, Eliseu foi pessoalmente ressuscitar o menino dos mortos. O que nos chama a atenção nesse incidente foi que a primeira tentativa feita por Eliseu não deu certo. Algumas vezes, os curadores podem curar à distância. Outras vezes, os objetos podem ser permeados com poder de cura, podendo curar sem qualquer intervenção direta do curador. Outras vezes, entretanto, somente a presença pessoal do curador surte efeito. Jesus, porém, curava e até ressuscitava mortos à distância.

7. *A Panela com Veneno*. Houve um tempo de fome em Israel. Eliseu chegou a Gilgal e ordenou que se preparasse comida para os filhos dos profetas, isto é, os discípulos de sua escola de profetas. Acidentalmente, porém, alguém misturou com a comida colocíntidas venenosas. Quando foi dado o brado de alerta, o profeta fez o cozido tornar-se novamente bom para o consumo humano, mandando pôr na panela um pouco de farinha de trigo (II Reis 4:38,41).

8. *Multiplicação de Pães*. Certo homem, vindo de Baal-Salisa, trouxera vinte pães de cevada e algumas espigas verdes em seu alforje. Eliseu ordenou que isso fosse posto diante de cem homens. Porém, era tão óbvio que o alimento não era suficiente, que seu servo protestou. Mas, quando a palavra do profeta foi obedecida, o alimento foi-se multiplicando miraculosamente, de tal maneira que houve o suficiente para todos, II Reis 4:42-44. Os céticos riem-se de histórias dessa natureza e até, mesmo a multiplicação de pães, por duas vezes, por parte de Jesus, não escapa do ridículo deles. No entanto, em nossos próprios dias, Satya Sai Baba (que vide), com certa freqüência cria alimentos perfeitamente comestíveis sem dispor de qualquer fonte visível que possa ser transformada. Em outras palavras, ele tem transformado energia em substância comestível.

9. *A Cura de Naamã*. Naamã era comandante do exército sírio, nos dias de Eliseu. Naamã era um homem que merecia o respeito de todos. Mas, o fato de que ele era leproso maculava o quadro inteiro. A sua cura começou a ocorrer quando uma menina israelita escrava, que servia na casa dele, falou sobre o profeta de Israel que seria capaz de fazer cessar o opróprio do general sírio. O general sírio resolveu não mostrar-se cético e dirigiu-se ao rei de Israel, após ter obtido autorização do rei da Síria. Mas o rei de Israel entrou em pânico, porquanto pensava que um ataque militar estava sendo arquitetado astuciosamente. No entanto, ele não tinha necessidade alguma de temor, pois tudo quanto estava envolvido era o problema de saúde pessoal de Naamã. Eliseu ordenou que o general fosse mergulhar no rio Jordão por sete vezes em seguida. Isso não agradou ao general sírio, porquanto o rio Jordão é um rio muito lamacento, ao passo que, na Síria, havia muitos rios de águas cristalinas. Além disso, Naamã nunca esperara uma ordem tão tola.

Quando Naamã já se dispunha a não anuir, seus servos persuadiram-no a seguir a recomendação, por mais simples que a mesma fosse, argumentando que se Eliseu tivesse requerido alguma coisa extraordinária, ele o teria atendido. Quando Naamã começou a mergulhar no rio, primeira, segunda, terceira, quarta vez... nada sucedeu. Porém, quando ele saiu do rio, pela sétima vez, —não somente estava curado, mas também a sua pele tornara-se limpa como a de uma criança pequena. Em outras palavras, ele conseguira a reversão dos efeitos da idade, sobre o seu organismo.

Há vezes em que Deus nos faz esperar por muito tempo por seus milagres; mas quando eles ocorrem, são maiores do que tudo quanto esperávamos e tínhamos pedido. Essa história teve uma interessante seqüela. Naamã tentou oferecer a Eliseu alguma recompensa monetária pelo milagre recebido. Chegou a insistir, mas Eliseu não estava interessado nem por dinheiro e nem por meras coisas. Todavia, nem todos compartilhavam de sua despreendida atitude. Geazi, o principal servo de Eliseu, observou o quão ansioso Naamã estava por recompensar o profeta. E isso o interessou muito. Portanto, quando Naamã despediu-se, Geazi foi atrás dele. E, chegando à presença do general sírio, Geazi disse uma mentira, afirmando que Eliseu mudara de opinião e resolvera aceitar alguma recompensa. Eliseu teria acabado de receber dois filhos dos profetas, vindos de Efraim e queria dar-lhes dinheiro e vestes. Naamã creu na mentira e deu a Geazi dois talentos de prata e duas vestes festivais.

Quando Geazi retornou, Eliseu, naturalmente, sabia o que havia acontecido. O profeta perguntou onde Geazi estivera. E o servo respondeu: «Teu servo não foi a parte alguma». Essa era uma segunda mentira. A cobiça pelo dinheiro faz muitas pessoas tornarem-se mentirosas. Eliseu, pois, repreendeu a Geazi por sua ganância e especialmente, porque a mesma estava misturada com um grande milagre, que acabara de ter lugar. Não era ocasião própria para Geazi pensar em coisas puramente materiais. E Eliseu proferiu a sentença : a lepra que fora removida de Naamã sobreviria a Geazi. E Geazi afastou-se, coberto de lepra. A lição assim ensinada é perfeitamente clara. É um perigo brincar com as realidades espirituais. Ver II Reis 5:1-27.

10. *O Machado Flutuante __ um Caso de Levitação.* As instalações onde residiam os estudantes de teologia eram pequenas demais para o grupo, pelo que resolveram mudar-se. Foram até um lugar perto da margem do rio Jordão e começaram a construir novos alojamentos. Durante o trabalho, um machado de ferro escapuliu do cabo e caiu dentro do rio. O ferro do machado desapareceu nas águas, para grande consternação dos estudantes. Eliseu chegou, jogou um pedaço de madeira nas águas e o pedaço de madeira flutuou. E o ferro do machado subiu juntamente com o pedaço de madeira, até a superfície da água, sendo facilmente retirado do rio. Ver II Reis 6:1-7.

A levitação de objetos tem uma longa história nos fenômenos religiosos e psíquicos. Usualmente, as pessoas são capazes de levantar apenas pequenos objetos, de pouco peso. Ocasionalmente, porém, surge alguém que pode elevar grandes e pesados objetos, deixando-os suspensos no ar por algum tempo. A gravidade é uma das forças naturais que menos conhecemos; mas, sob certas circunstâncias, determinadas pessoas podem vencer a força da gravidade, fazendo com que os objetos flutuem no ar. Um grande poder espiritual, como foi o de Eliseu, não deveria ter encontrado grande dificuldade para fazer o ferro do machado flutuar. Jesus foi capaz de caminhar por sobre a superfície do lago, o que significa que era capaz de suspender o seu próprio peso, contra a força da gravidade. Ver João 6:19. O fenômeno da levitação não é necessariamente espiritual. Uma força psíquica poderosa é capaz do feito, sob circunstâncias que nada têm a ver com questões religiosas e por pessoas que não temem a Deus. Certos santos católicos romanos têm sido vistos a levitar espontaneamente, quando em meditação; e não há qualquer necessidade de duvidarmos de tais acontecimentos. Há muitos poderes e forças misteriosas. **Sem dúvida, passar-se-á muito tempo antes de compreendermos direito coisas dessa ordem.**

11. *Espionagem Espiritual.* Em diversas ocasiões, quando os sírios e os israelitas estiveram em guerra, Eliseu ajudou seu povo a obter a vitória, revelando os atos e as intenções dos sírios, mediante meios psíquicos ou espirituais, assim conferindo a Israel uma vantagem logística nas operações militares. Em nossos dias, tanto os Estados Unidos da América quanto a União Soviética estão pesquisando seriamente sobre como a telepatia, a clarividência e o conhecimento prévio podem ser aplicados às questões da espionagem e da guerra. Os relatórios indicam que muitos bilhões de cruzados estão sendo gastos nessas questões, por ambas as grandes potências. É óbvio, pois, que fenômenos assim podem ser psíquicos e não somente espirituais. Entretanto, algumas vezes, é difícil estabelecer a linha divisória entre um fenômeno espiritual e um fenômeno psíquico. Sem dúvida, certos fenômenos psíquicos só se tornam espirituais por causa de sua aplicação ou utilidade espiritual. Para exemplificar, Eliseu pode ter tomado consciência dos planos sírios mediante a telepatia. Não seria necessário, nesse caso, qualquer operação especial da parte do Espírito de Deus. Na verdade, os estudos feitos demonstram que todas as pessoas, visto que são almas (têm psique), são dotadas de poderes psíquicos. Ver o artigo geral sobre a *Parapsicologia*.

Há pessoas que pensam que todos os fenômenos psíquicos procedem do diabo. Se isso fosse verdade, então todas as pessoas seriam endemoninhadas, especialmente quando estão sonhando, porquanto a telepatia, a clarividência e o conhecimento prévio são acontecimentos comuns e universais quando sonhamos. Ver o nosso artigo sobre os *Sonhos*. Ademais, é o poder da mente, através da *psicocinese* que controla as ações do corpo. Portanto, sem poderes psíquicos (ver o artigo sobre o *Problema do Corpo-Mente*), seria impossível uma pessoa utilizar e movimentar o **seu próprio corpo. Por que motivo as pessoas temem o aspecto psíquico de seus próprios seres? O relato** sobre a espionagem espiritual de Eliseu, na Bíblia, encontra-se em II Reis 6:8-10.

12. *Dificuldades em Dotã.* A reputação de Eliseu chegou à Síria e os sírios resolveram aprisioná-lo. O problema específico era a espionagem espiritual de Eliseu, que acabamos de descrever, acima. O rei sírio, como é óbvio, queria pôr fim a esse estado de coisas, tirando a vida do profeta. Portanto, enviou homens armados a Dotã, com a finalidade de capturarem Eliseu. Chegando, os sírios cercaram a cidade com um grande contingente de homens, cavalos e carros de guerra. Porém, forças espirituais ainda em maior número protegiam Israel, embora invisíveis a todos quantos estavam no acampamento, excetuando o próprio Eliseu. E o servo de Eliseu, que o acompanhava, teve os seus olhos abertos, para poder divisar o grande exército espiritual protetor. Muitos sermões, utilizando-se desse texto, têm sido usados

para mostrar como os nossos olhos espirituais podem ser abertos. A próxima coisa que aconteceu, porém, foi que Eliseu feriu de cegueira os soldados sírios. Então, ele mesmo os conduziu até a cidade de Samaria, capital do norte, Israel. Ali, eles estavam prisioneiros; e então os seus olhos foram abertos. O rei de Israel pretendia executá-los, mas Eliseu lembrou ao monarca de que se eles tivessem sido aprisionados em guerra, não teriam sido mortos. Até os prisioneiros de guerra, algumas vezes, têm direitos reconhecidos. Portanto, em vez de castigá-los, Eliseu ordenou que lhes fosse oferecido um banquete. De fato, segundo lemos nas Escrituras, eles tiveram «um grande banquete, comeram e beberam» (II Reis 6:23). E, em seguida, foram mandados embora em paz. E o resultado é dado logo em seguida: «...e da parte da Síria não houve mais investidas na terra de Israel» (mesmo versículo). Esse foi um dos mais estranhos acontecimentos da história militar do mundo inteiro. É possível que algo similar já tenha ocorrido por mais de uma vez. No entanto, quando a memória do acontecido se apagou das mentes dos sírios, Ben-Hadade, rei da Síria, novamente preparou um exército invasor, que sitiou a cidade de Samaria, em Israel, II Reis 6:24 *ss*.

13. *Fome, Guerra e Festividades em Samaria.* Ben-Hadade, o rei sírio, havia atacado e sitiado a cidade de Samaria. Sob o cerco, os habitantes da cidade estavam passando fome. Algumas mulheres de Israel chegaram ao extremo da miséria de terem de comer as carnes de seus próprios filhinhos mortos! Jeorão, o rei de Israel, estava horrorizado diante de tais acontecimentos. E, em um momento de ira, de frustração e de desvario, de alguma maneira chegou a pensar que Eliseu era o responsável por aquela situação. Talvez ele tenha pensado assim porque Eliseu impedira a morte de tantos soldados sírios, embora tivesse feito adiar um novo ataque sírio por algum tempo, mas agora, de alguma maneira, parecia ter falhado. O trecho de II Reis 6:33 mostra-nos que o rei de Israel chegou a culpar o próprio Senhor por aquela drástica situação. Portanto, como principal representante de Deus, Eliseu era o alvo de toda a indignação real. O rei enviou um homem para que assassinasse Eliseu; mas o profeta, sem dúvida por meios psíquicos, percebeu o plano traiçoeiro e ordenou que o porta de entrada fosse fechada, impedindo a entrada do mensageiro. Em vista do fracasso da missão homicida, o próprio rei de Israel veio queixar-se pessoalmente a Eliseu. E Eliseu garantiu ao monarca de que as coisas haveriam de melhorar *em breve*. Naquela mesma noite, as tropas sírias fugiram, tomadas de pânico, porquanto tinham ouvido o ruído da aproximação de muitos cavalos e carros de guerra, imaginando que Jeorão tivesse conseguido defechar um contra-ataque, mediante tropas mercenárias egípcias e hititas. No entanto, aquele ruído foi divinamente produzido. Seja como for, os sírios fugiram e deixaram para trás todo o seu grande suprimento de alimentos. Ao raiar do dia, quatro leprosos israelitas, vendo o acampamento sírio abandonado, vieram anunciar a notícia de que havia grande quantidade de alimentos à espera dos habitantes da cidade de Samaria. Há ocasiões em que Deus prepara para nós uma mesa, na presença mesma de nossos inimigos (Sal. 23:5). Nesse caso, a mesa dos próprios inimigos de Israel foi entregue ao povo de Deus, repleta de coisas apetitosas. Poderíamos comentar que Deus atuou de forma nada ortodoxa, a fim de conferir aos israelitas tão grande suprimento. Ver a narrativa bíblica no trecho de II Reis 6:24—7:20, onde há detalhes interessantes, não referidos aqui, mas que são dignos de nossa atenção.

14. *A Propriedade da Mulher Sunamita.* No sexto ponto, acima, vimos que Eliseu tinha uma amiga dileta, uma mulher sunamita. Consciente de tempos difíceis que se aproximavam, incluindo sete anos de fome, Eliseu aconselhou-a a abandonar aquele lugar, Suném. Foi o que ela fez. Mas, quando o período de escassez terminou, ela voltou à sua casa, somente para descobrir que outras pessoas haviam se apossado de sua propriedade. Instruído por Geazi, o rei de Israel resolveu fazer algo a respeito, em defesa da mulher. Todas as propriedades da mulher lhe foram devolvidas. Ver II Reis 8:1-6 quanto a esse incidente. As provisões divinas podem incluir a restauração daquilo que nos pertencia; e isso pode acontecer com a ajuda de pessoas amigas. Algumas vezes, essa restauração nos é feita depois de atravessarmos algum tempo de necessidades.

15. *O Estranho Caso de Hazael.* Ben-Hadade, inimigo de Israel desde muito tempo e que era o rei da Síria, adoeceu um dia. Mui estranhamente, o monarca resolveu mandar consultar o profeta Eliseu, em Israel, para saber das possibilidades de sua recuperação. O rei sírio enviou Hazael, um de seus oficiais, para fazer a consulta. Eliseu informou então ao homem que *ele*, Hazael, haveria de ser o próprio rei da Síria. De volta à Síria, Hazael resolveu apressar o cumprimento da profecia e sufocou o débil monarca sírio com um cobertor molhado, depois de haver dito a ele uma mentira. Foi assim que Hazael tornou-se o rei que sucedeu a Ben-Hadade no trono da Síria e que este foi castigado por suas maldades. Existe aquilo que se poderia chamar de profecia que se cumpre a si mesma. O relato desse incidente fica em II Reis 8:7-16.

16. *Jeú torna-se Rei de Israel.* Essa crônica fica em II Reis 9:1—10:36. Na história acerca de Acabe e sua mulher, Jezebel, no relacionamento inamistoso que tiveram com Elias, somos lembrados de que nunca houve em Israel um rei e uma rainha tão corruptos e violentos. O juízo divino teria de sobrevir algum dia. Elias havia predito que o próximo rei de Israel seria Jeú e que o próximo rei de Síria seria Hazael. Ver I Reis 19:16-18. Elias havia profetizado que Jeú, o rei de Israel, e que Hazael, o rei da Síria, poriam fim à casa de Acabe. Em confirmação à profecia feita por Elias, Eliseu enviou um estudante da escola de teologia para que ungisse a Jeú como o futuro rei (II Reis 9:1-3). Isso teve lugar em Ramote-Gileade. O nono capítulo do segundo livro dos Reis registra o começo do cumprimento dessa predição. Jezabel teve o seu cadáver devorado pelos cães, conforme Elias havia predito. E o décimo capítulo desse mesmo livro conta o resto da história, de como chegou ao fim a casa reinante de Acabe. O próprio Jeú reinou sobre Israel pelo espaço de vinte e oito anos, tendo-lhe sido prometido que a sua linhagem manter-se-ia sobre o trono de Israel por quatro gerações. Jeú também destruiu a adoração a Baal no reino do norte, Israel. No entanto, ele mesmo cometeu inúmeros erros e Hazael foi usado por Deus para impor a disciplina sobre Israel, nessa conjuntura.

17. *Eliseu e Jeoás.* No decurso da enfermidade de que veio a falecer, Eliseu profetizou que Jeoás, rei de Israel, haveria de derrotar os sírios. Jeoás visitou o profeta quando este já estava em seu leito de morte. Jeoás era neto de Jeú e estava muito triste em face da partida iminente do grande profeta. Quando Jeoás feriu a terra com suas flechadas, por apenas três vezes, Eliseu ficou indignado, dizendo que ele deveria tê-lo feito por mais vezes, porquanto assim teria

destruído totalmente os sírios, mas agora só obteria três vitórias contra eles: pela sua própria timidez, pois, não obteria uma vitória decisiva. Ver II Reis 13:14-19, onde essa história é relatada.

18. *Uma Ressurreição Póstuma.* Estava sendo efetuado um funeral, no cemitério onde Eliseu fora sepultado. Quando se aproximaram alguns atacantes, o cadáver foi lançado às pressas na cova. E, quando, o cadáver tocou nos ossos do profeta Eliseu, foi devolvido à vida. Ver II Reis 13:20,21. A lição espiritual nisso encerrada é que o poder de um verdadeiro profeta prossegue mesmo depois de sua morte. Isso pode ocorrer através de seu exemplo, de seus escritos, ou de alguma organização ou escola de pensamento por ele iniciada. No caso de Eliseu, a questão foi ilustrada de maneira realmente estranha. Há casos de pessoas santificadas cujos corpos não se decompõem. Vários santos católicos romanos, segundo se diz, nunca se decompuseram. Há nisso algum poder que não compreendemos, mas não há como negar a realidade do fenômeno.

19. *Eliseu nas Páginas do Novo Testamento.* Em contraste com a freqüência de alusões a Elias, no Novo Testamento, Eliseu é ali mencionado apenas por uma vez. Quando Jesus pregava em Nazaré, lembrou os seus ouvintes acerca da cura de Naamã, o general sírio, por parte de Eliseu. Assim ele ilustrava quão fraca era a fé do povo de Israel, observando que, nos dias de Eliseu, havia muitos leprosos em Israel, mas foi um *estrangeiro* quem se beneficiou do poder do profeta. Um profeta não é aceito em sua própria terra, mas encontra seguidores nos lugares mais inesperados. Ver Lucas 4:27.

V. Conclusão

Eliseu solicitou receber a dupla porção do espírito de Elias. E isso foi-lhe concedido. O fato de que o Novo Testamento fala mais sobre Elias do que sobre Eliseu e também a profecia sobre uma missão final de Elias nos últimos dias, obscurecem, até certo ponto, a vida impressionante de Eliseu. Porém, quando lemos o relato bíblico a respeito de Eliseu, não podemos considerá-lo inferior a Elias, em coisa alguma, pelo menos do ponto de vista de suas realizações espirituais. No entanto, o estilo de vida de Eliseu era muito diferente do de Elias. Elias habitara no deserto e era um filho do deserto. —Eliseu, por sua vez, era um homem citadino, um cavalheiro civilizado que vivia em íntimo contacto com reis. A missão de Elias teve lugar em uma época em que a casa real de Israel estava muito corrompida e ele via-se forçado a manter-se sempre em posição de ataque, envolvendo-se em grandes conflitos. Mas Eliseu, embora tivesse compartilhado um tanto dessa atividade, era um curador e conselheiro de reis. Muitos de seus milagres foram prodígios de cura e restauração. Os maiores milagres efetuados por Elias foram exibições de desfavor divino, com o propósito de impor julgamento e purificar a nação.

Embora Eliseu pudesse ter tirado grande proveito financeiro, de seus contactos com reis e líderes importantes, que muito o respeitavam, ele não ganhou qualquer dinheiro com essas atividades religiosas, em contraste com tantos líderes religiosos que enriquecem em face das associações que fazem. Eliseu serviu de ilustração daqueles poucos líderes espirituais que podem tornar-se homens poderosos, ao mesmo tempo em que retêm a sua simplicidade. (G GEI WALL)

ELÍSIOS, CAMPOS

Esse é o nome do paraíso nos escritos de Homero e Hesíodo. Na Odisséia (4:563), encontramos a seguinte declaração: «Os campos elísios, onde a vida é mais fácil para os homens. — Ali não cai neve, não há grandes tempestades e nem chuvas; mas o oceano envia a brisa do fresco Ocidente, para refrescar os homens». Poetas posteriores, porém, começaram a usar a expressão «campos elísios» para indicar o mundo infernal. Homero descreveu essa planície como um lindo prado, localizado na extremidade ocidental da terra, às margens do rio Oceano. Segundo se dizia, Zeus teria levado certos seres humanos, altamente favorecidos, para aquele lugar, sem terem tido de passar antes pela morte física; e é mediante essa informação lendária que ficamos sabendo que havia alusão ao paraíso celestial, apesar dos limites geográficos que lhe eram atribuídos.

Acresça-se a isso que, nessa ficção dos campos elísios, achamos uma versão grega da doutrina do *arrebatamento*. Ver o artigo sobre a *parousia*. Os homens chegariam ali de outras maneiras, equivalentes a um processo remidor. Píndaro supunha que os homens que vivem bem no decurso de três gerações, são recompensados com a bem-aventurança dos campos elísios. Os titãs, depois que se reconciliaram com Zeus, teriam recebido asilo nesses campos. E, mesmo quando o lugar começou a ser associado com as regiões infernais, ainda assim reteve certas características paradisíacas. Tal como o paraíso da teologia judaica, seria um lugar separado do sofrimento dos perdidos, embora localizado em algum lugar, no centro da terra. (E OS)

ELISUA

No hebraico, «Deus é salvação». Um filho de Davi, que lhe nasceu em Jerusalém (II Sam. 5:15; I Crô. 14:5). Ele é chamado Elisama em I Crô. 3:6, por meio de alguma variação escribal. Em I Crô. 3:6,8 há uma dúvida quanto a esse nome. Ver sobre *Elisama*. Viveu em cerca de 1050 A.C.

ELITE, TEORIA DA

Ver o artigo sobre **Pareto**, primeiro ponto.

ELIÚ

No hebraico, «Ele é o meu Deus» ou então «Meu Deus é Pai». Cinco homens têm esse nome, nas páginas do Antigo Testamento, a saber:

1. Um filho de Toú e avô de Elcana, pai de Samuel (I Sam. 1:1). Aparentemente, ele também era conhecido como *Eliabe*, segundo se vê em I Crô. 6:27 e por Eliel, em I Crô. 6:34, visto que, nas listas de nomes que ali aparecem, esses nomes correspondem à posição ocupada por ele. Os eruditos pensam que Eliú era o seu verdadeiro nome e que os outros dois eram apenas variantes escribais.

2. Um chefe ou capitão da tribo de Manassés, que seguiu Davi a Ziclague pouco antes da batalha de Gilboa e que o ajudou a derrotar os amalequitas (I Sam. 30:1-20). Ver I Crô. 12:20, o único trecho bíblico onde ele é mencionado. Viveu em torno do ano 1000 A.C.

3. Um membro da família de Obede-Edom e que era porteiro do tabernáculo durante o reinado de Davi (I Crô. 26:7). Cabe aqui o reparo de que o termo «porteiro» não indica apenas quem desempenhava um papel de espécie de guarda. Os porteiros estavam encarregados de várias tarefas, incluindo o serviço militar e alguns deles foram guerreiros notáveis.

4. Um homem desse nome teria sido um dos irmãos

de Davi, podendo ser identificado com o *Eliabe* de I Samuel 16:6. Ver I Crô. 27:18. Foi um dos líderes da tribo de Judá.

5. Um dos chamados «amigos» ou «consoladores» de Jó. Era jovem ainda quando se envolveu nas intricadas discussões existentes no livro de Jó acerca do problema do mal. Por que os homens sofrem? Ver o artigo separado sobre o *Problema do Mal*. Eliú ficou indignado ante os raciocínios de Jó e consternado diante do fracasso dos outros «amigos» que não conseguiam derrotar a Jó na argumentação. Eliú, pois, apresentou um longo discurso, no qual argumentou que o sofrimento tem certo propósito disciplinador (Jó 32:6—37:24). De fato, essa é uma resposta comum para tentar explicar *por que motivo* o ser humano sofre, e como é evidente, reveste-se de algum valor, embora existam outras respostas. Eliú é descrito (Jó 32:2) como «filho de Baraquel, o buzita, da família de Rão». Isso pode significar que ele descendia de Buz, filho do irmão de Abraão, Naor. O livro de Jó tem sido considerado por muitos como uma lenda ou parábola, porquanto não aparecem ali genealogias no tocante a Jó, o que parece ser uma displicência imperdoável (do ponto de vista judaico) se é que, de fato, Jó foi uma personagem histórica. No entanto, temos aqui um informe genealógico, no tocante a uma das personagens envolvidas no debate. Também deveríamos pensar que não é dada a genealogia de Elias e, nem por isso, ele é conhecido como uma mera figura lendária. A questão relativa a Jó é mais amplamente discutida no artigo sobre esse livro.

ELIÚDE

No hebraico, «Deus é glória». Um antepassado de Jesus, alistado na genealogia de Mateus (1:14,15), na quinta geração antes do próprio Jesus. Era filho de Aquim e pai de Eleazar. Ver notas completas sobre essa genealogia, no NTI, *in loc*.

ELIZUR

No hebraico, «Deus é rocha». Um filho de Sedeur, um dos chefes da tribo de Rúben (Núm. 1:5; 2:10; 7:30,35; 10:18). Viveu em torno de 1210 A.C.

ELMADÃ

No grego, **Elmodám** ou **Elmadám**. Seu nome aparece na genealogia lucana de Jesus (Luc. 3:28) onde aparece como pai de Cosã, da linhagem de Davi. Seu nome, entretanto, não aparece no Antigo Testamento. No tocante ao que se sabe a seu respeito, nessa genealogia, ver o NTI, *in loc*. Ele viveu seis gerações antes de Zorobabel.

ELNAÃO

No hebraico, «Deus é agradável», ou «Deus é deleitoso». Ele foi o pai de Jeribai e Josavias, dois dos poderosos guerreiros de Davi (I Crô. 11:46). Viveu em torno do ano 1000 A.C. Na Septuaginta, Josavias aparece como filho e não como irmão de Jeribai. E o próprio Elnaão é quem é mencionado como um dos guerreiros de Davi. É dificílimo julgar o mérito dessa variante.

ELNATÃ

No hebraico, «Deus é doador». Pode-se notar que um dos nomes de Deus, *El* (que vide), faz parte desse nome pessoal. Quando esse elemento vem no fim, e não no começo da outra palavra, o resultado é *Natanael* (que vide). Elnatã é o nome de várias personagens do Antigo Testamento, a saber:

1. Um habitante de Jerusalém. Sua filha, *Neusta*, foi a mãe do rei Joaquim (II Reis 24:8). Viveu em cerca de 595 A.C. Esse homem tem sido identificado com o filho de Acbor, que o rei Jeoaquim enviou para trazer do Egito o profeta Urias (Jer. 26:22). Foi na presença de Elnatã, entre outros, que o rolo do profeta Jeremias foi lido. Elnatã solicitou que esse rolo fosse preservado, tendo convencido o rei de que o ato era certo (Jer. 36:12,25).

2. Vários outros homens com esse nome são mencionados como levitas liderantes, homens dotados de sabedoria e discernimento nos dias de Esdras (Esd. 8:16, onde há menção a três homens com esse nome). Os levitas eram escassos naqueles dias e a passagem fala da busca que foi feita para localizar o maior número possível deles. E os que foram achados foram convidados a acompanhar Esdras até Jerusalém. A época geral era 455 A.C.

ELOÁ

Essa é a transliteração, para o português, da forma singular do termo hebraico que comumente aparece no plural, no Antigo Testamento, *elohim* (que vide). A forma singular aparece por um total de cinqüenta e sete vezes no Antigo Testamento, das quais somente dezesseis fora do livro de Jó. Mas, naturalmente, a palavra nunca aparece transliterada no texto português, pois sempre é traduzida como «Deus». Para exemplificar, ver II Crô. 32:15; Jó 12:6; Dan. 11:37-39 e Hab. 1:11. O vocábulo hebraico referia-se ao verdadeiro Deus e sua forma plural não assinalava qualquer sentido politeísta, mas chama-se «plural majestático», que destaca a importância da pessoa assim tratada. Ver o artigo sobre *Deus, Nomes Bíblicos de*.

ELOHIM

É patente que El é a raiz desse nome de Deus, que está no plural. Tem o sentido de «poderoso» ou «forte». Ver o artigo separado sobre *El*. Todavia, os eruditos não concordam entre si quanto à natureza exata da combinação. *Elohim* é a forma plural de *Eloá* (que vide). Alguns têm pensado que essa palavra significava *forte*. Ver o artigo geral sobre *Deus, Nomes Bíblicos de*, onde esclarecemos os sentidos desses nomes, entre os quais está *Elohim*. A forma plural, além de ser um *plural majestático* também indicava *deuses*, um emprego legítimo no hebraico. Contudo, reiteramos que, nos escritos em hebraico, o nome de Deus torna-se mais proeminente quando está em sua forma plural, porquanto tem então uma função aumentativa. No plural, esse vocábulo hebraico também era usado para indicar os anjos, como representantes de Deus, além de serem, eles mesmos, grandes poderes espirituais. Por semelhante modo, os magistrados humanos podiam ser assim chamados, meramente por causa da idéia de «força» ou «autoridade», neles investida e não por serem divindades. Interessante é o uso que Jesus fez do termo, na citação que aparece em João 10:34,35, de Salmos 82:6, que alude aos poderes humanos como «deuses». Portanto, Jesus podia estar dando a entender a participação potencial dos homens na natureza divina (II Ped. 1:4). Oferecemos comentários pormenorizados sobre essa questão, no NTI, em João 10:34,35. O ponto culminante da salvação que Deus nos deu é a participação na natureza divina. Ver

o artigo geral sobre a *Salvação*. O trecho de Salmos 82:6, no original hebraico, usa a palavra *elohim*.

Algumas vezes, a literatura ugarítica trazia o uso aumentativo da palavra *elohim*, que alguns estudiosos chamam de «plural majestático». Em Deu. 4:35,39; I Reis 8:60; 18:39; Isa. 45:18, encontramos menção a Deus, com o uso dessa palavra no plural. Porém, em trechos como Êxo. 18:11; 20:23; I Sam. 4:8; II Reis 18:33, etc., os *deuses* pagãos são mencionados. A mesma palavra envolve juízes ou governantes humanos, conforme se vê em Êxo. 21:6 e 22:28. Os anjos também são chamados assim, em Jó 1:6; 2:1 e 38:7. Ver também Sal. 82:6. O Novo Testamento, seguindo a Septuaginta, cita Salmos 97:7 como uma alusão aos *anjos*; e, naquele salmo, aparece a palavra hebraica *elohim*.

Com a chegada do *monoteísmo* (que vide), uma graduação acima do *henoteísmo* (que vide), foi retida a forma plural, *elohim*, embora entendida em um sentido singular (aumentativo). E foi feito o contraste entre os deuses pagãos (*elohim*) e o verdadeiro Deus dos hebreus (*Yahweh*).

ELOI, ELOI, LEMÁ SABACTÂNI

Ver sobre **Eli, Eli, Lemá Sabactâni**.

ELOÍSTA

Esse termo designa o suposto autor ou editor da chamada fonte informativa «E» do Pentateuco, que usava freqüentemente a palavra hebraica *Elohim* como nome de Deus em seus escritos. Presumivelmente, segundo os criadores da teoria, esse documento ter-se-ia originado em cerca de 750 A.C. no reino do norte, Israel, tendo sido mesclado com outros documentos (o que significaria a multiplicidade de autoria), para formar o que chamamos de Pentateuco. Essa teoria chama-se teoria *J.E.D.P.(S.)*. Cada uma das letras dessa sigla seria uma fonte informativa separada: jeovista, eloísta, deuteronômica e sacerdotal. Ver também sobre cada uma das letras dessa sigla. Ver também o artigo sobre o *Código Sacerdotal*, bem como sobre os livros de *Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio*.

ELOM

No hebraico, «forte», «homem» ou «carvalho». Foi o nome de várias personagens referidas no Antigo Testamento:

1. Um heteu, pai de Basemate, uma das esposas de Esaú, filho de Isaque (Gên. 26:34). Ela causava muita consternação para Isaque e Rebeca, sua esposa. No trecho de Gên. 36:2 ela é chamada *Ada*. Em Gên. 36:3 há uma outra Basemate, filha de Ismael e irmã de Nebaiote. Isso significa que duas das esposas de Esaú tinham o mesmo nome, Basemate. É possível, pois, — que a primeira tenha recebido o apelativo *Ada*, a fim de ser distinguida da segunda.

2. O segundo dos três filhos de Zebulom (Gên. 46:14). Ele foi cabeça da família dos «elonitas», mencionado em Números 26:26. Encontrava-se entre aqueles que desceram ao Egito, em companhia de Jacó. Viveu em torno de 1700 A.C.

3. Houve um juiz em Israel, da tribo de Zebulom, que atendia por esse nome (Juí. 12:11). Dirigiu Israel durante dez anos. Quando faleceu, foi sepultado em Aijalom, no território de Zebulom (Juí. 12:12). É interessante observar que, no hebraico, *Elom* e *Aijalom* são palavras formadas exatamente com as mesmas letras do alfabeto hebraico. Por essa razão, alguns estudiosos pensam que esse lugar veio a ser assim chamado porque ali Elom veio a ser sepultado. Ele deve ter vivido um pouco antes de 1100 A.C.

ELOM (CIDADE)

Havia uma cidade com esse nome, nos dias do Antigo Testamento. Ela tornou-se parte da herança da tribo de Dã. Ficava entre Itala e Timna (Jos. 19:43). A aldeia do wadi 'Alin assinala o antigo local, a um quilômetro e meio a leste de 'Ain-Shems (Bete-Semes). Trata-se da mesma Elom, referida em I Reis 4:9. Nessa referência, está em foco um dos doze distritos de onde foram escolhidos superintendentes para prover mantimentos — para a corte de Salomão.

Ainda em I Reis 4:9 encontramos uma questão de interpretação. Algumas versões dizem Elom-Bete-Hanã, ao passo que a nossa versão portuguesa separa os nomes, «Elom» e «Bete-Hanã», como se fossem duas cidades e não uma só. Ver também sobre Bete-Hanã.

ELOM-BETE-HANÃ

Ver sobre **Elom (Cidade)**, último parágrafo.

ELOTE

Ver sobre **Elate**.

ELPALETE

Ver sobre **Elifelete**.

EL-PARÃ

No hebraico, «carvalho das cavernas». Com essa forma, aparece somente em Gên. 14:6. Mas também é chamado «monte Parã» e «Parã» (Gên. 21:21; Núm. 10:12; 12:16; 13:3,26; Deu. 1:1; 33:2; I Sam. 25:1; I Reis 11:18 e Hab. 3:3). Ver também o artigo sobre *Parã*.

Era um lugar ao sul de Canaã e a oeste do território de Edom, onde os horeus habitavam, em Seir. Era um lugar ermo, desértico, que se estendia para oeste, até Sur e para o sul, até o golfo Elanítico. Foi até ali que chegou Quedorlaomer, com suas tropas e seus reis aliados, quando guerreava contra os horeus do monte Seir. A leste ficava o wadi Arabá, localizado ao norte do golfo de Ácaba. Os montes de Edom, que modernamente chamam-se cadeia do Jebel-esh-Shera, alongavam-se a sudoeste do golfo de Ácaba. El-Parã é o nome mais antigo de Elate (modernamente, *Eilat*), o porto marítimo do extremo norte do golfo de Ácaba. Israel foi residir no deserto de Parã, depois que ele e sua mãe, Hagar, foram expulsos por Sara (Gên. 21:21). El-Parã é o único «oásis» a meio caminho da estrada principal que atravessa o deserto de Parã. Posteriormente, veio a ser conhecido como *Qala at Nukhl* ou *Castelo Nahkl*, isto é, «Castelo da Palmeira».

ELQUESAÍTAS

Assim eram chamados os seguidores de Elquesai, o qual, ao que se presume, teria recebido visões e revelações da parte de um anjo. Os ensinos daí resultantes prometiam o perdão dos pecados daqueles que aceitassem certa forma de batismo, juntamente com as doutrinas ensinadas em uma versão escrita das visões. Esse livro surgiu em Roma no século III D.C.

Hipólito (que vide) fez oposição à heresia inteira, de forma vigorosa. O movimento, contudo, foi forte, porquanto consistia em uma pequena denominação que contava com uma escola muito influente, que se mostrou ativa posteriormente, até na Babilônia. Persistiu até tão tarde quanto o século X D.C., na Arábia.

ELQUIAS

Um indivíduo mencionado no livro apócrifo de Judite (8:1), onde figura como filho de Ananias, neto de Gideão e pai de Oziel.

EL-ROÍ

Em algumas versões, aparecem essas palavras em Gênesis 16:13, onde a nossa versão portuguesa diz, corretamente, «Deus que vê». Efetivamente, «El-Roí» é resultado de uma cópia com pontos vocálicos defeituosos, no texto massorético, como se fosse um dos nomes de Deus. Hagar foi quem usou o nome pela primeira vez, no incidente no qual ela foi protegida por Deus, após ter sido expulsa, juntamente com Ismael, por Sara. Deus é *aquele que vê*, isto é, aquele que «protege». Alguns intérpretes têm pensado que a expressão significa «Deus da Visão».

EL-SHADDAI

Esse nome divino também nunca aparece em nossa versão portuguesa, a exemplo de El-Roí e de outros. Todavia, diferente do caso de El-Roí, El-Shaddai não é um erro textual e, sim, um dos nomes autênticos de Deus, dentro do texto hebraico. A nossa versão portuguesa a traduz sempre por «Deus Todo-Poderoso». Algumas referências bíblicas são: Gên. 17:1; 28:3; 35:11; 43:14; Êxo. 6:3; Núm. 24:4,16; Rute 1:20,21; Sal. 68:15; 91:1; Joel 1:15; Eze. 1:24. Somente no livro de Jó, a expressão é usada por trinta e uma vezes. Ver o artigo geral sobre *Deus, Nomes de*, onde esse nome é amplamente ventilado.

O elemento isolado, *Shaddai*, deve ser traduzido por «Poderoso». Tem raízes na palavra hebraica *sadad*, «violento». A Septuaginta traduz a expressão inteira por *pantokrátor*, «todo-poderoso». Conforme pensam alguns estudiosos, é possível que originalmente o nome indicasse algum deus tribal (que vide); mas, firmando-se o monoteísmo, tornou-se apenas um título para o verdadeiro Deus, entre outros títulos, na concepção dos hebreus. Os trechos de Deuteronômio 32:17 e Josué 24:2 podem ser entendidos como alusivos a uma época ainda politeísta em Israel. O politeísmo foi-se modificando para o henoteísmo e este, por sua vez, para o monoteísmo. Não há como negar que o conceito de Deus foi se aprimorando com a progressão da história e da revelação escrita. E isso sucedeu tanto em Israel como entre muitos outros povos. Há documentos egípcios que confirmam esse título, embora com a forma de *Shadai-'ammi*.

Há estudiosos que pensam que *shaddai* seria uma referência aos seios femininos, dando a entender, simbolicamente, a idéia de nutrição e força. É possível que as primeiras representações da divindade que usava esse nome tivessem o formato de uma figura com muitos seios. Diana dos Efésios (ver Atos 19:24), segundo a arqueologia tem demonstrado, era uma figura feminina com mais de uma dúzia de seios. Ver o artigo sobre *Artemis*. Todavia, no que toca ao nome El-Shaddai, tudo isso é pura conjectura de alguns.

••• ••• •••

ELTECOM

No hebraico, «Deus é reto» ou «Deus é firme». Esse era o nome de uma cidade existente no distrito montanhoso de Judá (Jos. 15:59). O local tem sido tentativamente identificado com a moderna Khirbet ed-Deir, cerca de seis quilômetros a oeste de Belém.

ELTEQUE

No hebraico, «Deus é seu temor». O nome dessa cidade aparece somente em Jos. 19:44 e 21:33. Era uma cidade do território de Dã, que os levitas coatitas utilizavam. Em 701 A.C., Senaqueribe, rei da Assíria, destruiu essa cidade, a caminho de Timna e Ecrom. Foi nas proximidades de Elteque que houve uma batalha decisiva entre os assírios e os egípcios (II Reis 18:13 *ss* e 19:8 *ss*). Senaqueribe foi o vencedor da refrega. É provável que entre os que lhe fizeram resistência estivessem muitos judeus, que combatiam ao lado dos ecronitas e dos egípcios. A moderna Khirbet el-Muquenna identifica o antigo local de Eltaque. Fica esta a quase dez quilômetros a suleste de Ecrom e a onze quilômetros e meio a noroeste de Timna.

ELTOLADE

No hebraico, «Deus é gerador», «Deus é parente» ou «aliado a Deus». Foi uma cidade do território de Judá, mencionada somente em Jos. 15:30. Quando da divisão da terra, foi dada aos homens da tribo de Simeão (Jos. 19:4; I Crô. 4:29). Alguns pensam que esse nome significa «lugar de obtenção de crianças» e, então, supõem que o local foi, em algum tempo, o lugar onde havia um templo de fertilidade; mas isso é uma interpretação fantasiosa. A cidade é mencionada juntamente com *Azém*, que é, seguramente, a moderna Abu 'izam e também com *Hormá*, que, sem dúvida, é o Tell es-sab', o que serve para identificar a área em geral. Ficava em algum ponto entre Arará e Berseba.

ELUL

Nome do sexto mês do calendário religioso dos judeus. Alguns pensam que o sentido da palavra é desconhecido, mas outros pensam em «mês da respiga». Quanto ao ano civil judaico, era o décimo segundo mês. Corresponde ao nosso agosto-setembro. Ver o artigo geral sobre o *Calendário*, onde também há um estudo sobre o calendário judaico, juntamente com um quadro ilustrativo. É evidente que o nome ELUL deriva-se do babilônico *elulu* ou *ululu*, «purificação». A única referência bíblica a esse mês dos hebreus fica em Nee. 6:15.

ELUZAI

No hebraico, «Deus é a minha força» ou «Deus é defesa». Ele é mencionado somente em I Crô. 12:5. Foi um guerreiro benjamita que veio ajuntar-se às tropas de Davi, em Ziclague, quando este fugia e se ocultava de Saul. Era perito no uso da funda (que vide), que sabia utilizar com maestria com ambas as mãos. Viveu em torno de 1000 A.C.

ELVIRA, SÍNODO DE

Esse sínodo efetuado em Elvira, lugar esse que, provavelmente, corresponde — à moderna cidade espanhola de Granada, em 306 D.C. Neste sínodo fizeram-se presentes dezenove bispos e vinte e seis

presbíteros. Teve lugar um ano depois que terminou a perseguição dirigida por Diocleciano, imperador romano. O bispo Hósio (que vide) foi a figura principal. Ele era bispo de Córdova, na Espanha. Os cânones desse sínodo incluíam uma severa condenação às imoralidades pagãs. Promoviam uma estrita disciplina eclesiástica. Hósio era um dos conselheiros do imperador Constantino, o que lhe emprestava grande prestígio. Um total de oitenta e um cânones foram adotados, versando, principalmente, sobre questões como idolatria, celibato, casamento, falta de castidade, penitência e a determinação de não ser servida a Ceia do Senhor a certas classes.

ELZABADE

No hebraico, «dado por Deus». Foi o nome de duas personagens do Antigo Testamento, a saber:

1. Um dos trinta heróicos guerreiros do exército de Davi (I Crô. 12:12). Ele veio juntar-se a Davi, quando este estava com os filisteus, em Ziclague.

2. Um levita coreíta, filho de Semaías, da família de Obede-Edom (I Crô. 26:7). Ele servia de porteiro do templo de Jerusalém e seus parentes e descendentes, ao que parece, ocupavam-se no mesmo serviço. Ambos esses homens viveram como contemporâneos de Davi.

EMADABUM

Esse nome encontra-se no livro apócrifo de I Esdras (5:8), embora seja omitido no trecho paralelo de Esd. 3:9. Ele teria sido chefe de uma linhagem de levitas que ajudaram a reconstruir o templo de Jerusalém, nos dias de Josué e Zorobabel. Algumas traduções dos livros apócrifos fazem esse nome ser um sobrenome de Josué.

EMANAÇÃO

Essa idéia exprime aquela doutrina que diz que todas as coisas que existem emanaram do Ser ou Realidade Suprema. Essa teoria tem recebido larga aceitação e aplicação, tanto no campo das especulações filosóficas como no campo da fé religiosa. À medida que as supostas emanações se vão afastando de seu ponto originador, vão-se tornando menos e menos divinas (se é que poderíamos chamar o ponto originador de divino), embora sempre retendo a natureza divina, posto que de formas mais e mais modificadas. Assim sucederia porque, de acordo com esse modo de pensar, haveria somente uma natureza essencial e as emanações implicariam, necessariamente, em um *monismo* (que vide). Para os gnósticos e neoplatônicos, a idéia de emanação constituía uma importante doutrina. Ver os artigos sobre o *Gnosticismo* e sobre o *Neoplatonismo*. Os gnósticos, mais especificamente, pensavam que Cristo seria a mais elevada emanação de Deus, talvez associada ao Logos (que vide). Para Paulo, porém, Cristo não seria apenas uma emanação de Deus, posto que a mais importante. Antes, seria a totalidade dessa emanação, ou a pleroma, palavra grega que ele usou em Colossenses 2:8-10. Nossa versão portuguesa diz ali: «...nele (em Cristo) habita corporalmente toda a plenitude da Divindade...» Para Paulo, portanto, ficavam eliminados todos os níveis de emanações, que seriam seres mediadores angelicais. Isso sem prejuízo de uma outra sua crença (conforme se vê em Efé. 1:21), que mostra que ele cria em muitas ordens de seres angelicais. É na pessoa de Jesus Cristo, igualmente, que o crente se torna plenitude de Deus (Col. 2:10: «Também nele estais aperfeiçoados»). E isso só pode significar que Paulo antecipava a participação dos remidos na natureza divina, tudo mediado através do Filho de Deus.

Embora a idéia das emanações tenha algumas aplicações úteis, a teologia cristã a tem rejeitado, porquanto, quase necessariamente, envolve a noção panteísta: tudo é Deus e Deus é tudo. O trecho de Hebreus 1:3, que chama Jesus Cristo de «resplendor da glória e a expressão exata» do Ser de Deus, é uma metáfora alicerçada sobre a idéia das emanações, embora sem o mínimo intuito de promover o panteísmo. O Filho de Deus é o *resplendor* de Deus Pai, e os filhos de Deus são reflexos da glória do Filho.

A palavra *emanação* deriva-se de dois termos do latim: *e* (fora) e *mano* (fluir). Os gnósticos empregavam a idéia de uma existência que teria saído de Deus, a fim de tentarem explicar a natureza da realidade e, também, para tentar encontrar solução para o *problema do mal* (que vide). A fim de isentarem Deus da responsabilidade pelo mal, eles imaginavam que o mal ocorre muito longe de Deus, quando suas emanações estão muito distantes. Portanto, Deus não seria o causador do mal, pelo menos não diretamente. Outrossim, Deus não entraria em contacto com a matéria e com o mal, mas manipularia tanto uma quanto a outra coisa por meio de suas emanações. O *Demiurgo* seria uma emanação um tanto distante, que estaria envolvida com a criação do mundo. Os gnósticos identificavam-no com o Deus do Antigo Testamento, que era pintado como um criador imperfeito, o que explicaria todos os problemas existentes no mundo.

Os místicos da era medieval usavam o termo «emanações» a fim de indicarem aqueles estados mentais que servem de degraus para alguém subir na direção de Deus. Que há tal gradação, na aproximação a Deus, é algo óbvio, embora os termos e as designações cunhados para descrever essa gradação sejam sempre inexatos.

Na Filosofia. O neoplatonismo está particularmente associado ao conceito das emanações, embora tal idéia seja mais antiga ainda que a filosofia grega. Plotino (que vide) expôs uma clara formulação da idéia e, com base em seus escritos, a noção passou, pelo menos quanto a alguns de seus aspectos, para o pensamento judaico, para o pensamento medieval e para o pensamento islâmico. A tarefa *espiritual* consistiria, dentro de um universo emanado, a regressar por todo o caminho que distancia Deus do homem, de tal modo a restaurar a comunhão e a renovar uma espiritualidade superior. A ciência moderna, do ponto de vista físico, lançou totalmente no descrédito qualquer idéia de emanação envolvida na criação; mas, em um sentido religioso, esse conceito tem alguma coisa com que contribuir. Mesmo que nada tenha a ver com a criação física, a idéia das emanações diz alguma coisa, se pensarmos que a *Mente* de Deus, através de suas várias disposições, emanou os estados físicos existentes. Em outras palavras, a *Mente* é o arquiteto de todas as coisas, bem como o poder por detrás de todas as realizações.

Emanação em Hebreus 1:3

Heb. 1:3: *sendo ele o resplendor da sua glória e a expressa imagem do seu Ser, e sustentando todas as coisas pela palavra do seu poder, havendo ele mesmo feito a purificação dos pecados, assentou-se à direita da Majestade nas alturas,*

O resplendor da glória. No grego é usado o termo

apaugasma, que significa *refulgência*, «reflexo», como sentidos possíveis. Considerando que estamos tratando com a linguagem do Filo, precisamos entender que «resplendor» significa «emanação». Pensar que Cristo é meramente aquele que «reflete» a glória de Deus é ficar muito aquém da cristologia inerente ao primeiro capítulo da epístola aos Hebreus, e também é contradizer a idéia inteira do «Logos». Esse «Logos» é sempre participante da divindade, a própria manifestação da divindade à criação, pelo que dificilmente pode ser mero reflexo da glória divina. Deus é o grande Sol central. Ele se manifesta enviando os seus raios. A primeira intensidade desses raios, que participa da natureza mesma do Sol, é o «Logos». Dentro da metafísica estóica e neoplatônica, isso era posto sob moldes panteístas, como se esses raios também constituíssem todas as coisas vivas, que gradualmente se tornariam menos resplandescentes, à medida que se afastassem do Sol central, o que criaria o mundo espiritual e até mesmo o nosso mundo material, onde a luz desse Sol chegaria tão fraca que a matéria habitaria em trevas totais, o que, por sua vez, explicaria o pecado e a impiedade desta terra física e dos seus habitantes. Mas nosso autor não estende tal pensamento, e portanto, não cria qualquer conceito panteísta.

A Metáfora da Emanação

1. Com quase absoluta certeza, neste ponto o autor sagrado tomou por empréstimo uma metáfora extraída das religiões contemporâneas, sob a influência do neoplatonismo e do estoicismo. Deus, o Fogo central, emana os seus raios, e esses raios são exatamente os diversos aspectos da criação.

2. O Logos, que seria o ser mais próximo de Deus, seria a emanação primária e mais forte do Pai, partícipe de sua natureza e intermediário entre Deus e todas as suas demais emanações.

3. Essa metáfora enfatiza o elevado poder, a majestade e a glória do Logos, bem como a sua posição de «primeiro junto ao Pai», e de «Senhor de toda a criação», por ser a sua causa e sustentáculo. Isso pode ser comparado com o que ensina o trecho de Col. 1:16,17.

4. O uso dessa metáfora, por parte dos antigos, tinha um sentido panteísta; e, por essa razão, normalmente tal metáfora era evitada pelos autores cristãos.

O Filho de Deus resplende em glória,
Por demais brilhante para o perscrutarmos;
Mas podemos enfrentar a luz que emana
Do ser do Filho do homem.

Três Explicações Possíveis

1. Vários dos mais antigos escritores cristãos, a fim de evitarem a noção panteísta inerente no conceito da emanação, interpretaram a expressão «plenitude», aqui usada, como se quisesse dizer «reflexo». E assim, o Filho, em consonância com essa explicação, seria o reflexo do Pai, tal como a lua reflete a luz do sol. Porém, isso empresta um significado bem pobre a este texto.

2. Outros opinavam que a luz procedente do Pai, transforma-se em um outro corpo luminescente, igual ao primeiro; e que esse novo corpo luminescente (portador de luz em si mesmo) é exatamente o Filho. Tal interpretação, todavia, é por demais sutil e complexa, para ser aquilo que o autor sagrado tencionava dizer.

3. A única interpretação que satisfaz o texto, é a de emanação, posto que sem distorções panteístas, conforme se esclarece acima.

4. O Filho, na qualidade de *Luz*, ilumina os homens, e estes, por sua vez, se tornam *luzes*, participantes da natureza do Filho. (Ver as notas sobre esse conceito em João 1:4,9 no NTI).

O Sol não pode existir sem irradiar os seus raios, sem o seu resplendor. Portanto, dizer «Pai» é, ao mesmo tempo, dar a entender a idéia de «Filiação». E, de acordo com a figura simbólica deste versículo, isso significa que o Filho compartilha da glória do Pai, sendo sua eterna e gloriosa refulgência para os outros. A idéia da geração eterna fica assim bem ilustrada nesse simbolismo. O sol não poderia existir sem o seu glorioso resplendor. Portanto, também não houve começo na Filiação de Deus, trata-se de um fato eterno. Portanto, a idéia de «geração», não fala sobre algum «começo», quando aplicamos essa idéia às relações divinas entre Deus Pai e Deus Filho.

«...somos relembrados de que, sem Cristo, também não há luz divina, mas apenas trevas; pois assim como Deus é a única luz verdadeira pela qual convém que sejamos todos iluminados, assim também essa luz é derramada sobre nós, por assim dizer, apenas por irradiação». (Calvino, *in loc.*). (AM B E F NTI)

EMANCIPAÇÃO DA MULHER

Ver o artigo sobre **Mulher, Posição da.**

EMANUEL

Esboço:

I. Significado e Usos Bíblicos
II. O Significado de Isaías 7:14
III. A Teologia do Emanuel
IV. Deus Está Conosco e Nós Estamos com Deus

I. Significado e Usos Bíblicos

A palavra «Emanuel» é de origem hebraica e tem o sentido de «Deus conosco». Aparece somente por três vezes na Bíblia inteira, duas vezes no Antigo Testamento e uma vez no Novo Testamento: Isa. 7:14; 8:8 e Mat. 1:23. Alguns pensam que o trecho de Isa. 8:10 também pode haver empregado esse nome, onde encontramos as palavras «...porque Deus é conosco».

II. O Significado de Isaías 7:14

Em nosso artigo sobre o *Nascimento Virginal de Jesus*, no começo do mesmo, apresentamos um tratamento sobre Isa. 7:14, conforme foi utilizado em Mat. 1:22,23. Esse artigo expõe abundantes informações sobre a questão, em relação ao nome Emanuel, que se tornou um dos nomes de Cristo. Ali há uma firme declaração sobre a doutrina da encarnação (que vede), pois de maneira especial, na encarnação, Deus fez-se presente com os homens.

Várias Interpretações sobre Isaías 7:14

1. *Interpretação Não-Messiânica*. As interpretações dessa classe tentam eliminar qualquer elemento profético daquele texto de Isaías. Suas palavras são aplicadas a algum menino já nascido ou prestes a nascer, de alguma mulher judia. A identidade da mãe e seu filho é tema controvertido. A palavra «virgem» é substituída por «mulher jovem», eliminando assim qualquer elemento miraculoso do texto. Apesar do original hebraico poder ser assim traduzido, no artigo *Nascimento Virginal de Jesus* damos razões pelas quais a tradução «virgem» é preferível. O texto requer que esse nascimento fosse um *sinal*. Apesar de que nem todos os sinais de Deus têm de ser, necessariamente, miraculosos, algum nascimento realmente incomum foi antecipado por Isaías. Além disso, estava em foco uma mulher solteira. Poderia isso significar solteira até esse tempo, mas casada mais

tarde? Ou deveríamos traduzir a palavra hebraica *alma* simplesmente por «mulher jovem»? Historicamente, o sinal pode ter sido apenas o livramento de Israel de seus inimigos políticos, o que também aparece no contexto. Nesse livramento, Deus estava presente entre os homens (Emanuel). Alguns estudiosos pensam que a questão refere-se a Ezequias, que efetuou certa forma de livramento. Ele era filho do rei Acaz, a quem o sinal foi dado. Essa explicação, entretanto, tem de enfrentar duas grandes dificuldades: Ezequiel já havia nascido. E, se Ezequiel conseguiu livrar Jerusalém de ser capturada, cerca de dois terços da população de Judá foi morta ou foi levada para o cativeiro, pelas tropas de Senaqueribe, rei da Assíria; e isso não parece ter sido nenhum grande sinal.

2. *Interpretações Semimessiânicas*. De acordo com essa posição, a profecia de Isaías 7:14 tinha um duplo sentido: aplicava-se aos dias de Acaz, mas também olhava para o futuro ministério do Messias.

3. *Interpretações Francamente Messiânicas*. A profecia de Isaías, de acordo com essa terceira posição, foi verdadeiramente messiânica, que esperava um real livramento de Israel de seus inimigos, através do Messias. Mateus, pois, estava correto em sua avaliação sobre Jesus, — como Deus conosco (Emanuel), por meio da sua encarnação.

III. A Teologia do Emanuel

Yahweh é freqüentemente apresentado como quem estava com o povo de Israel de maneira especial. Ver Êxo. 24:8; 33:16; Núm. 23:21; Deu. 2:7; 5:2; 20:1; Juí. 6:13; I Reis 8:57; I Crô. 22:18; II Crô. 15:2; 13:12; 32:7,8. A Bíblia inteira, no Antigo e no Novo Testamentos, é um livro altamente teísta, e não deísta. O teísmo ensina que Deus está com os homens, recompensando ou punindo, e também intervindo na história da humanidade. O deísmo, por sua parte, ensina que apesar de talvez existir uma força cósmica ou Deus que começou as coisas, esse Deus abandonou a criação, deixando-a ser governada pelas meras leis naturais. Apesar de ser possível Deus estar com os homens, mesmo sem qualquer encarnação da divindade na humanidade, é através da encarnação que ele permanece mais significativamente conosco. Ver sobre a *Encarnação*, quanto a um completo desenvolvimento sobre essa doutrina.

IV. Deus Está Conosco e Nós Estamos com Deus

O Filho de Deus veio para compartilhar da natureza e das condições humanas (João 1:14), a fim de que o homem pudesse compartilhar de sua natureza e condição divinas (Col. 2:10; I Ped. 1:4; II Cor. 3:18). Esse é o significado do nome Emanuel. O sinal de Emanuel foi dado ao rei Acaz, para que ele deixasse de temer aos seus inimigos. «Se Deus é por nós, quem será contra nós?» (Rom. 8:31).

EMAÚS

A palavra grega da qual é transliterada esse vocábulo significa «fontes» ou «termas». Há uma cidade com esse nome no Novo Testamento e outra nos livros apócrifos, mencionada, igualmente, por Josefo.

No Novo Testamento, *Emaús* era uma aldeia cerca de doze quilômetros de Jerusalém, mas que, modernamente, tem sido variegadamente identificada. Foi para esse local que dois dos discípulos de Jesus caminhavam, quando ele mesmo veio ao encontro deles, sem ser reconhecido, depois que ressuscitou e ficou conversando com eles até chegarem ao lugar e entrarem na casa onde se instalaram, até que foi reconhecido por eles no ato do partir do pão. O relato constitui uma das mais dramáticas aparições do Senhor Jesus, após a sua ressurreição. Ver Luc. 24:13-35.

Identificações. Não há que duvidar que Emaús ficava perto de Jerusalém, mesmo porque o percurso podia ser feito em um lance apenas de caminhada. Mas, sua localização exata já é outra questão, pelo que continua sendo disputada, desde a antiguidade.

1. Josefo alude à existência de uma cidade de Emaús, localizada cerca de sete quilômetros e meio de Jerusalém, — **que teria sido selecionada por Vespasiano como local de uma colônia de soldados** romanos, após o ano 70 D.C. Ver *Guerras* 7:6,6.

2. Emaús também tem sido identificada com a moderna Qaloniyeh, com base na hipótese de que este último nome é uma corruptela da palavra latina *colônia*.

3. Emaús também tem sido identificada com a localidade de Amwas, que ficava cerca de vinte e oito quilômetros de Jerusalém, na estrada para Jope e que, posteriormente, recebeu o nome de Nicópolis.

4. Também havia uma Emaús na Galiléia, que se tornou famosa por causa de suas fontes termais e medicinais (Josefo. *Ant.* 18:2,3). Essa cidade estava situada cerca de pouco mais de um quilômetro e meio de Tiberíades. É provável, no entanto, que a Emaús mencionada em Lucas 24, ficasse perto da área geral de Jerusalém e qualquer identificação deve satisfazer a essa exigência.

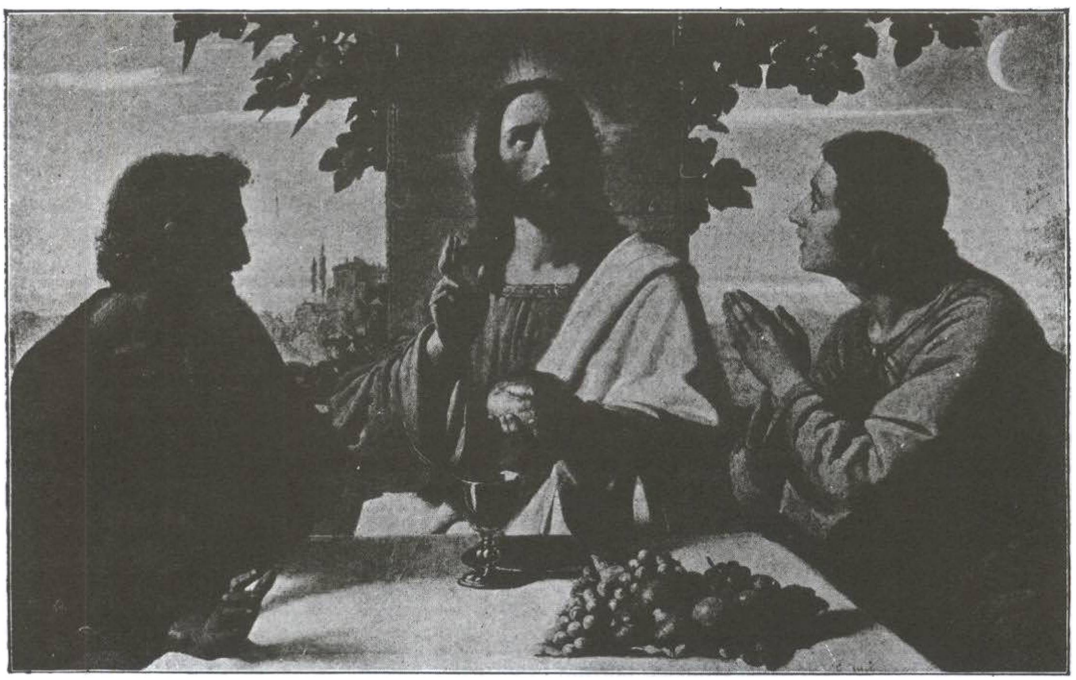
5. *Identificações Específicas, Próximas de Jerusalém*. El Kubeibeh, Kaliyeh, 'Amwas, Abu Ghosh, el Khamsa e Artas. Essas seis localidades ficam a um raio de seis e meio a trinta e dois quilômetros de Jerusalém. El Kubeibeh tem sido identificada como Emaús desde os tempos das cruzadas. Os franciscanos encontraram restos de objetos deixados pelas cruzadas, naquele lugar. Josefo informa-nos a respeito de uma colônia romana onde Vespasiano estacionou cerca de oitocentos soldados. Amwas é descrita em I Macabeus 3:40 e 4:1-15. Judas Macabeu, em 166 A.C., derrotou Gorgias, nesse local. No entanto, muitos estudiosos pensam que esse lugar é muito distante de Jerusalém para corresponder à Emaús do Novo Testamento. Em Abu Ghosh foi construída uma Igreja Católica Romana das cruzadas, presumivelmente a fim de identificar o local como a Emaús do Novo Testamento. Esse templo foi construído sobre um fortim romano, o que significa que havia ali habitação humana antiga; mas o lugar parece distante demais de Jerusalém. El Khamsa, onde havia fontes termais (daí o seu nome), também parece muito distante.

A Mensagem de Emaús. A desolação dos discípulos transmutou-se em júbilo quando o Senhor demonstrou que a morte não era capaz de retê-Lo. Ver o artigo geral sobre a *Ressurreição*, bem como a exposição sobre Lucas 24:13-25 no NTI.

Aqueles que se encontraram com o Senhor, no caminho para Emaús, não queriam perder a sua presença, conforme é expresso pelo belo hino de H.F. Lyte:

Fica comigo; desce depressa a escura noite;
As trevas se aprofundam, ó Senhor, fica comigo;
Quando falham outras ajudas e o consolo foge,
Ajuda dos desamparados, Oh! fica comigo.

Rápido se aproxima o fim da breve vida;
O júbilo terreno diminui, sua glória passa;
Mudança e decadência em tudo vejo ao meu redor;
Ó Tu, que não mudas, fica comigo!
.....



F. Ittenbach.

A Ceia em Emaús

Jesus ofereceu provas irrefutáveis de sua sobrevivência da morte biológica e assim fortaleceu a fé de todos os homens de todos os tempos. Uma das histórias mais dramáticas relacionadas à ressurreição de Jesus foi aquela de Lucas 24:13 *ss*. Dois discípulos encontraram com o Jesus ressurrecto no caminho para Emaús.

●●● ●●●

Uma das histórias mais dramáticas relacionadas à ressurreição de Jesus foi aquela de Lucas 24:13 *ss*. Dois discípulos encontraram com o Jesus ressurrecto no caminho para Emaús.

...indo eles falando entre si, e fazendo perguntas um ao outro, o mesmo Jesus se aproximou, e ia com eles. Mas os olhos deles estavam como que fechados, para que o não conhecessem.

...

Jesus lhes disse: Ó néscios, e tardos de coração para crer tudo o que os profetas disseram!

...

Começando por Moisés, e por todos os profetas, explicava-lhes o que dele se achava em todas as Escrituras.

...

Chegaram à aldeia...

Eles o constrangeram, dizendo:

fica conosco porque já é tarde.

...

E aconteceu que, estando com eles à mesa, tomando o pão o abençoou e partiu-o, e lho deu. Abriram-se-lhes os olhos e o conheceram.

...

E disseram um para o outro:

Porventura não ardia em nós o nosso coração quando, pelo caminho nos falava e quando nos abria as Escrituras?

●●● ●●●

EMBAIXADA

No grego, *presbeia*, «embaixada». Palavra usada por Jesus por duas vezes, no sentido de «grupo de uma embaixada» a um rei mais poderoso, pedindo condições de paz. Na parábola das minas, em Lucas 19:11-27, certos cidadãos enviaram uma embaixada a um nobre malquerido, com a mensagem de que não queriam que ele reinasse sobre eles. Ver os detalhes sobre esses versículos no NTI. (NTI Z)

••• ••• •••

EMBAIXADOR

No hebraico é **malak**, «mensageiro», **sir**, «enviado». e *melis*, «intérprete» ou «embaixador». Usualmente eram oficiais temporários, escolhidos para alguma missão especial. (Ver II Crô. 32:31; 35:21; Isa. 30:4; I Mac. 9:70). Qualquer desrespeito para com eles era considerado desrespeito para com seu soberano, o que poderia levar à declaração de guerra (II Sam. 10:4). Isso mostra a grande identidade existente entre um soberano e seus embaixadores.

No Novo Testamento, a palavra traduzida por «embaixador» é o termo grego *presbeutes*, II Cor. 5:20: «...somos embaixadores em nome de Cristo...» Em forma verbal, a palavra aparece em II Cor. 5:20 e Efé. 6:20. *Presbeia*, «embaixada», aparece em Luc. 14:32.

Os ministros cristãos, vistos como encarregados de uma missão especial, que visa a promover o ministério salvatício de Cristo, são chamados Seus embaixadores. Nessa missão, eles tornam-se porta-vozes do Rei dos reis, o que não é papel pequeno. O trecho de Apo. 2:17 diz que os homens têm missões distintas, baseadas em caracteres sem-par. Conseqüentemente, o valor de uma alma é verdadeiramente grande (Mar. 8:36). O uso dessa vida sem-par como porta-voz de Cristo é um ofício distintivo. Consideremos a tarefa de um embaixador:

1. Ele constrói pontes do reino celeste para este mundo.

2. Ele é representante do Rei, e anuncia a Sua mensagem, que contém o anúncio da salvação (ver o artigo a respeito).

3. Ele tem a solene responsabilidade de cumprir bem a sua tarefa.

4. Está investido de grande honra, e suas palavras devem ser respeitadas, tal como seu Rei deve ser respeitado.

5. Não pode envolver-se na preguiça, em atos errados, em linguagem dúbia, e em qualquer coisa que impeça sua missão e eficácia.

6. Precisa possuir a atitude de conciliador e diplomata. Deve saber conquistar os homens, com conhecimento, espírito enérgico e dedicação.

7. Deve apresentar sua mensagem mediante palavras, atos e caráter bem formado. Não pode dar-se ao luxo de embotar sua mensagem.

8. Deve ser uma pessoa que promova e viva a lei do amor (ver o artigo sobre *o amor*), visto ser essa a principal virtude espiritual. Quem for pugnaz e exigente, dogmático e violento, só conseguirá atrapalhar sua mensagem.

9. Deve conhecer intimamente o seu Rei, a fim de poder representá-lo bem, o que envolve um elevado grau de desenvolvimento espiritual.

10. Ele deve ser humilde. Ele não é a mensagem. Portanto, deve evitar o orgulho humano e o exibicionismo. Seu propósito não é atrair a atenção para si mesmo.

Embaixador em II Coríntios

II Cor. 5:20: *De sorte que somos embaixadores por Cristo, como se Deus por nós vos exortasse. Rogamo-nos, pois, por Cristo que vos reconciliais com Deus.*

Embaixadores. A forma verbal *presbeuomai* é aqui usada, a qual significa «ser enviado como embaixador», «trabalhar como embaixador», «ir como representante», e isso em prol de um governante ou oficial de alguma sorte. A forma verbal se encontra somente nesta passagem e em Efé. 6:20. A forma nominal, «presbeian» (embaixada), é usada em Luc. 14:32 e 19:14. E nesta última passagem tal palavra pode ser traduzida por «mensagem». A raiz dessa palavra, no grego, é «ancião», talvez devido ao fato de que a maioria dos embaixadores se compunha de homens idosos. A palavra aqui usada é aquela que designava o legado de um imperador, o que empresta prestígio ao emprego dela aqui, — como designação — dos mensageiros especiais — de Cristo. Paulo, pois, era o portador da mensagem do grande Rei, o Senhor Jesus Cristo, sendo, ao mesmo tempo, um representante comissionado do Senhor. E todos os crentes, de certa maneira, compartilham desse ofício; todavia, Paulo era um apóstolo, o que quer dizer que era um embaixador especial e elevado de Cristo.

A tarefa de um exmbaixador: sumário detalhado.

1. Um embaixador é um **construtor de pontes**. Em sua missão ele deve representar um poder elevado, e então leva aqueles a quem é enviado a agirem favoravelmente para com aquele que o enviou. Em sentido espiritual, deve o embaixador levar os homens a compreenderem a sua necessidade da benevolência daquele que o enviou, e, portanto, se reconciliarem com ele, porquanto serão contados como inimigos enquanto essa reconciliação não for efetuada.

2. Um embaixador é comissionado como *representante* daquele que o envia, pelo que também deve ser um reflexo do mesmo, conhecendo e transmitindo os seus desejos, e tendo cuidado com a sua conduta, para que não lance uma luz adversa sobre o caráter de seu enviador.

3. Um embaixador tem uma grande responsabilidade, que está na obrigação de cumprir.

4. Um embaixador também está investido de uma elevada honra, que ele está na obrigação de respeitar em toda a sua conduta e maneira de falar.

5. Um embaixador não pode envolver-se nos atos errados e desviados daqueles para quem é enviado; antes, compete-lhe manter os elevados padrões de conduta daquele que o tem enviado. Por conseguinte, o embaixador cristão deve ser uma pessoa distinta, respeitosa, e deve permanecer como tal.

6. Um embaixador deve ser habilidoso para *conciliar*, possuidor de um espírito diplomático, porquanto é realmente um diplomata. Deve saber como conquistar os homens para o ponto de vista de seu enviador. Não pode ser uma pessoa crua, embotada e ofensiva, atitudes essas que certamente mais alienam do que conciliam.

7. Um embaixador tem uma *mensagem a anunciar*, bem como certa norma de conduta a pôr em efeito, além de uma causa que ele representa. É mister que o embaixador cristão desenvolva certas habilidades para realizar o seu trabalho. Deve aprender como «expor» a sua mensagem, e deve, antes de tudo, estar pessoalmente convicto de sua veracidade e vitalidade.

8. Em um sentido espiritual, um embaixador cristão deve caracterizar-se pelo amor, pelo altruísmo

e pela paciência. Deve ser capaz de sofrer afrontas, persuadindo os homens a passarem para o seu lado, embora sejam seus inimigos naturais. Também deve mostrar-se paciente para com a cegueira humana, para com a pequenez dos homens, sem jamais rebaixar-se à posição deles. Em tudo isso, pois, o embaixador cristão deve ser semelhante ao grande Rei que o enviou, suportando as contradições dos pecadores. Não sofrerá dano por ser homem de erudição, até o ponto em que suas circunstâncias lhe permitam; mas, acima de tudo, deve conhecer com grande intimidade ao seu Rei.

Paulo enfatiza aqui a sua elevada posição de embaixador de Cristo, usando a mesma palavra que designaria os representantes do imperador romano. A sua dignidade repousava sobre o fato de que o seu chamamento era divino, e não humano, algo que nem mesmo um embaixador romano poderia afirmar sobre si. (Ver os trechos de I Cor. 1:1; II Cor. 1:1 e Gál. 1:16).

«O embaixador, antes de agir, recebe comissão da autoridade que representa. Um embaixador, enquanto age, atua não somente como um agente, mas igualmente como representante do seu soberano. Finalmente, o dever de um embaixador consiste não meramente de transmitir uma mensagem definida ou de agir segundo certa norma de conduta; mas está na obrigação de esperar por oportunidades de estudar os caracteres, de aguardar expedientes, a fim de que possa apresentar a sua mensagem aos ouvintes em sua forma mais atrativa. Ele é um diplomata». (Lightfoot em seu livro, *Ordination Addresses*, pág. 48).

Como se Deus exortasse por nosso intermédio. Deus apela aos homens, o que é um fato extremamente significativo; e isso somente por motivo do seu amor condescendente, conforme sabemos que o Senhor possui. (Ver João 3:16). Não é muito freqüente que um soberano terreno pleiteie ou implore qualquer coisa para quem quer que seja. Um soberano é elevado demais para isso. Que pensamento tremendo, por conseguinte, que Deus não se sinta importante por demais (embora seja o grande Soberano do universo) para exortar aos homens.

Exortasse. No original grego é «*parakaleo*», que significa «convidar», «convocar», «conclamar», «apelar», «exortar», «encorajar», «implorar». A *mensagem de convite*, mediante a qual Deus apela aos homens, é transmitida através de seus embaixadores. Ser «exortado por Deus», neste ponto, equivale em espírito ao que diz o A.T.: «Assim diz o Senhor».

Em nome de Cristo. Literalmente traduzida, essa frase diria «em favor de Cristo», em seu lugar, falando em lugar dele. É em favor de Cristo porque Jesus foi o grande Embaixador, e aquele trabalho é seu. Também é em favor de Cristo por causa do seu interesse que os homens venham a ele, porquanto grande é o seu amor e grande é a glória que ele outorga aos homens. (Ver Rom. 8:30 e II Tes. 1:10,12). A glória e o benefício são recíprocos, conforme esses versículos o mostram.

Rogamos que vos reconcilieis com Deus. No original grego, *rogamos* é tradução da palavra «deomai», que significa «implorar», uma palavra forte de condescendência. Não são muitos os embaixadores que se humilham até esse ponto; mas os ministros de Cristo, devido ao seu amor às almas, e desejando dar-lhes o conhecimento da vida eterna, devem fazer os apelos mais pungentes, as exortações mais vigorosas. A reconciliação é o alvo, e da reconciliação se origina a vida eterna, a promessa de algo mais significante, mais elevado e mais duradouro do que qualquer soberano deste mundo poderia apresentar àqueles a quem envie um embaixador.

«Que condescendência sem paralelo, e que ternas misericórdias divinas se refletem neste versículo! Algum juiz jamais implorou a um criminoso condenado que aceite o perdão? Um credor jamais instou com um devedor arruinado que recebesse o perdão completo de sua dívida? Não obstante, nosso todo-poderoso Senhor e Juiz eterno, não somente condescendeu em oferecer-nos essas bênçãos, mas igualmente nos exorta, solicitando-nos com a ternura mais importuna a não o rejeitarmos». (João Wesley).

Deus, o ofendido altíssimo Deus,
Envia embaixadores aos rebeldes;
Seus mensageiros tomam o seu lugar,
E Jesus implora que lhe sejamos amigos,
A nós, em lugar de Cristo, eles rogam,
A nós, em lugar de Cristo, eles pedem.
Que lancemos fora nossos pecados,
E encontremos perdão aos seus pés.
Nosso Deus, em Cristo, a tua embaixada
E tua misericórdia oferecida aceitamos;
E alegremente reconciliados contigo,
Louvamos tua misericórdia condescendente.
Pobres devedores, por pedido do Senhor,
Recebei um perdão completo;
E criminosos, com perdão bendito,
Nós, sob o pedido do Senhor, vivemos.
(Charles Wesley)

«Não imagineis que somos nós quem vos estamos rogando; é o próprio Cristo quem vos roga, é o próprio Pai que pleiteia junto a vós, por nosso intermédio. O que pode ser comparado com tal amor? Os inúmeros benefícios de Deus têm sido tratados com insolência; mas não somente ele não baixou penalidade, mas até mesmo deu o seu Filho, a fim de que com ele sejamos reconciliados. E quanto àqueles para quem ele foi enviado a princípio não se deixaram reconciliar a ele, mas antes, mataram-no, ele uma vez mais enviou outros mensageiros; e ao enviá-los é que ele agora roga convosco». (Crisóstomo, *in loc.*). (A B S Z)

EMBALSAMAR (EMBALSAMAMENTO)

Esboço:
1. O Vocábulo
2. A Arte do Embalsamamento
3. Embalsamamento Entre os Egípcios
4. Embalsamamento Entre os Hebreus
5. Os Campeões do Embalsamamento: Os Antigos Chilenos

1. O Vocábulo. A palavra hebraica envolvida, **chanat** (usada por quatro vezes no livro de Gênesis — 50:2,3,26), fala sobre «condimento», «temperar». Portanto, era de modo mais ou menos parecido com que uma boa cozinheira conserva os alimentos, com o uso de temperos, que os antigos embalsamadores preservavam os cadáveres postos aos seus cuidados. No entanto, a base da palavra moderna é *bálsamo*, o que é um termo geral, que significa aromáticos, exudações resinosas produzidas por vários tipos de árvores ou arbustos. Nos tempos modernos, o embalsamamento verifica-se mediante o uso de substâncias de princípio ativo muito mais eficiente do que meros extratos vegetais, pois são elementos químicos poderosos. Ver o artigo sobre *Taxidermia*.

2. A Arte do Embalsamamento. O mundo antigo oferece-nos vários exemplos da prática do embalsamamento. A prática mais notável é a dos egípcios (ver abaixo). Essa arte parece ter-se originado no Egito

entre 3110 e 2884 A.C., ainda na primeira dinastia do Egito. Foi praticada desde esse tempo até o período bizantino, já no século VII D.C. Os propósitos dos egípcios, no embalsamamento, eram essencialmente religiosos, conforme explicamos sob o terceiro ponto, abaixo.

a. Métodos de Embalsamamento. Heródoto refere-se a três métodos de embalsamamento, assegurando-nos de que eram empregados especialistas nesse mister. O *primeiro método*, mais dispendioso. A maior parte possível do cérebro era retirada por meio das narinas, por intermédio de um instrumento de ferro e com o uso de drogas. Era feita uma incisão no lado do abdome, para retirar os órgãos internos do tronco. O interior do tronco, agora vazio, era lavado com vinho de palmeiras e com aromáticos e recheado de especiarias próprias. Em seguida, o cadáver era mergulhado em carbonato de sódio por setenta dias. Essa substância era encontrada no lago do deserto da Líbia. Então o corpo era lavado e envolto, do alto da cabeça até os pés, com faixas de linho fino, besuntadas em resina. Então o cadáver era devolvido aos parentes do morto, que o punham em um esquife apropriado, usualmente uma caixa de madeira com a forma de um corpo humano. Então o esquife era colocado em uma câmara mortuária pertencente à família, usualmente encostado em uma parede. O *segundo método*, menos dispendioso do que o primeiro, não envolvia qualquer incisão. Antes, — óleo de cedro — era inserido no abdome do cadáver, por meio de seringas. Então o corpo era mergulhado em carbonato de sódio durante setenta dias. O óleo de cedro, que fora injetado, era retirado e o estômago e os intestinos eram extraídos. Não havia enrolamento em faixas, como no primeiro método. O *terceiro método*, aplicado a pessoas das classes pobres, envolvia somente a remoção dos intestinos e o mergulho do cadáver em carbonato de sódio, por setenta dias. O cadáver também não era envolto em faixas.

b. No Novo Mundo. Os índios incas conheciam as técnicas de embalsamamento. Alguns estudiosos chegam a supor que a técnica deles foi tomada por empréstimo dos egípcios, mas os peritos mais recentes têm razão em pensar que não foi isso que sucedeu. Certos povos africanos usam certo tipo de embalsamamento, no caso de figuras proeminentes. Assim, alguns chefes da tribo Ashanti são sepultados com pó de ouro enchendo-lhes as sete aberturas do corpo. Os índios jívaros, da América do Sul, no Peru e no estado brasileiro do Amazonas, são capazes de encolher e preservar as cabeças de seus inimigos. Talvez eles façam isso devido à crença de que a cabeça possui propriedades mágicas. Os caçadores de cabeça, que então as ressecam e preenchem, conforme se vê na Melanésia e em certas porções da América do Sul, provavelmente são impelidos por crenças similares. Quanto ao *embalsamamento no antigo Chile*, ver o quinto ponto, abaixo.

c. Nos Tempos Modernos. Alguns países modernos, como os Estados Unidos da América do Norte e o Canadá praticam largamente o embalsamamento. Em certos estados norte-americanos o embalsamamento é requirido por lei, nos casos de morte por enfermidades contagiosas. O processo também assegura uma boa apresentação do cadáver, para o sepultamento, o qual pode ser então efetuado dias após o óbito, sem quaisquer problemas. Na União Soviética, corpos dos líderes principais, como Lenin e Stalin, têm sido embalsamados e deixados expostos ao público, como emblemas do estado.

3. Embalsamamento Entre os Egípcios. No segundo ponto, acima, foi descrito como os egípcios embalsamavam, mediante seus três métodos. Essa arte atingiu o seu ponto culminante na XXI Dinastia (cerca de 1075-945 A.C.) e perdurou por mais mil e setecentos anos. A principal função do embalsamamento era impedir a decomposição do cadáver e, desse modo, perpetuar a identidade pessoal do indivíduo, para a sua viagem para o outro mundo. Dentro das cerimônias mágicas, o ato de abrir a boca de uma múmia era considerado o modo de permitir que o espírito retornasse e assim, reanimasse o corpo morto. Tal como na maioria das culturas, não havia somente uma idéia acerca da alma e de como perpetuá-la, para o seu destino final, dentro da cultura egípcia. Aqueles que praticavam a mumificação julgavam que a preservação do corpo físico era necessária para a preservação da identificação pessoal e para a continuação da própria vida, mas nem toda a teologia dos egípcios estava assim tão presa ao corpo físico. Uma doutrina vaga afirmava que a perpetuação da vida da alma dependia, pelo menos em parte, da preservação do corpo físico, que antes usara como veículo de expressão.

Os antigos egípcios embalsamavam animais sagrados, que tinham vivido em recintos sagrados, como gatos, cães, macacos, bois, pássaros, crocodilos e peixes. Havia cemitérios para os animais, o que demonstra um grande respeito dos egípcios pelo reino animal.

Exageros Tipicamente Egípcios. Governantes importantes, como Tutancamon, eram sepultados com um fastígio quase inacreditável. Além dos métodos de embalsamamento da mais apurada técnica, eles eram postos em esquifes tremendamente elaborados. Oficiais de menor importância eram postos em esquifes de papiro ou de madeira. Mas os mais importantes eram postos em esquifes de ouro. A caixa interna era de ouro sólido, com aplicações de lápis lazúli, cornalina e esmalte, segundo se vê no esquife de Tutancamon. Inúmeras jóias e escaravelhos, com o selo real, assinalavam o túmulo.

Ver o artigo geral sobre *Sepultamento, Costumes de*.

4. Embalsamamento Entre os Hebreus. Poderíamos supor que o embalsamamento fosse uma questão importante para os hebreus, por causa de sua doutrina da ressurreição. No entanto, eles mesmos nunca puseram em prática um verdadeiro embalsamamento. É verdade que José foi embalsamado, ao estilo dos egípcios (Gên. 50:2,26), mas isso foi por causa de sua vinculação com os egípcios. Em Israel, os ricos apenas tinham seus corpos untados e envoltos em tiras de linho, polvilhadas com especiarias aromáticas (João 19:39), mas esse processo em nada contribuía para preservar o cadáver por qualquer período considerável.

5. Os Campeões do Embalsamamento: os Antigos Chilenos. A arqueologia tem demonstrado, bem recentemente, que, contrariamente a todas as expectativas, quase três mil anos antes dos egípcios mumificarem os seus Faraós, um povo que habitava na região que hoje é o norte do Chile, na América do Sul, usava técnicas ainda mais complexas e perfeitas, para preservação de seus cadáveres. Arqueólogos de várias regiões do globo têm ido a certo local de escavações arqueológicas com a finalidade de investigarem um notável exemplo de cultura pré-colombiana. Como é que um presumível povo primitivo, que ainda não conhecia nem a agricultura e nem a cerâmica, poderia utilizar-se de conhecimentos de anatomia que, segundo tudo indica, eram mais avançados que os conhecimentos dos egípcios?

Múmias descobertas no Chile têm sido datadas, pelo método do carbono, desde 6000 A.C. em diante, em uma atividade que prosseguiu ininterrupta por quatro mil anos. As primeiras múmias chilenas foram descobertas em 1983, por operários de obras sanitárias que estavam colocando canos de água. Noventa e seis corpos foram desenterrados, cinqüenta e dois de adultos e quarenta e quatro de crianças.

Marvin Allison, um patologista norte-americano que trabalha na Universidade de Tarapaca, em Arica, no Chile, demonstrou que algumas das técnicas empregadas por esses mumificadores chilenos ainda são mais avançadas que as empregadas pelos egípcios, cujas múmias mais antigas datam somente de 3200 A.C. e, portanto, dois mil e oitocentos anos mais recentes que as do Chile. Além disso, o processo chileno era bem diferente. Eles tiravam a pele do cadáver, extraíam os músculos principais, esvaziavam as cavidades do corpo e ressecavam o corpo a fogo. Uma camada de certo material era posto em volta dos ossos, como se fosse a colocação de uma luva. E as cavidades do corpo eram recheadas de minerais. Em seguida, a pele era novamente posta no lugar e cuidadosamente costurada. Pelo lado de dentro, o corpo era reforçado com varas, aparentemente com o intuito de transformar o corpo em uma estátua, capaz de ser posto de pé.

Presume-se que alguma motivação religiosa inspirava esse processo, conforme também se dava no Egito. Mas os cientistas, em face da ausência de inscrições e registros escritos de qualquer espécie, talvez nunca descubram as razões.

Bibliografia. AM COT (1960) FAT (junho de 1986) GB HER UN

EMBLEMA

No grego, **parásemos**, «emblema», «insígnia». Esse vocábulo grego aparece somente em Atos 28:11, onde se refere a um símbolo na proa de um navio alexandrino, no qual Paulo viajou até à cidade de Roma, após ter sido detido em Jerusalém e ter estado aprisionado por dois anos, em Cesaréia. Esse emblema era dos Gêmeos (no grego, *Dióskouri*; que vede), ou seja, Castor e Pólux, filhos de Zeus. Supostamente, esse emblema traria boa sorte aos marinheiros, porquanto os gêmeos eram divindades especialmente veneradas pelos marinheiros antigos.

EMBOSCADA

No hebraico, **awrab**, «emboscar», na fraseologia militar consiste em ocultar um exército ou um destacamento em algum lugar onde o inimigo precisa passar, a fim de atacá-lo de surpresa, e portanto, em desvantagem. Com freqüência, a manobra inclui a provisão de não se permitir a fuga do inimigo. Temos o exemplo dado por Josué em *Ai* (ver o artigo a respeito). Ver Jos. 8:21.

Na tentativa de surpreender Siquém (ver Juí. 9:30 ss.), a operação, como manobra militar, não foi feita com habilidade, embora tivesse obtido sucesso, afinal. Esse vocábulo é usado metaforicamente para indicar as astúcias dos ímpios (Sal. 10:8; 59:3; Pro. 1:11,18; 24:15; Jer. 9:8). (S Z)

EMEQUE-QUEZIZ

No hebraico, «terreno baixo». Nome de um vale de Queziz, uma fissura geológica. O vocábulo é cognato do ugarítico *'m q*, do cananeu *'amq*, e do acádico de Mari, *hamqum* e *q'siys*. Essa última palavra significa «decepar». O nome figura na Bíblia somente em Jos. 18:21, onde aparece certo número de cidades fronteiriças, entre Jericó e o mar Morto. Alguns estudiosos pensam que se trata do moderno wadi el-Kaziz, um braço do ribeiro do Cedrom. Mas essa identificação foi posteriormente rejeitada, pelo que o local continua sem identificação precisa. Todavia, aquele nome preserva o nome antigo.

EMERSON, RALPH WALDO

Suas datas foram 1803-1882. Foi um filósofo norte-americano, ensaísta e místico religioso. Nasceu em Boston, estado de Massachussets. Formou-se na Universidade de Harvard, em 1821, e também na Harvard Divinity School. — Serviu como pastor da Segunda Igreja Unitária. Mas acabou se demitindo do cargo, porque desprezava os sacramentos. Foi conferencista e veio a ser a figura central do *Transcendentalismo* da Nova Inglaterra (que vide). Mudou-se para Concord e passou a fazer preleções sobre grandes homens, sobre literatura inglesa, sobre filosofia da história e sobre outros assuntos. A maioria de seus livros foram compilados com base em suas inúmeras conferências. Tornou-se doutor em Letras pela Universidade de Harvard, em 1866.

Seu primeiro livro, intitulado *Nature* (1836), continha a essência das suas idéias, as quais foram expandidas em um outro volume, com título em inglês *The American Scholar*. Uma famosa série de suas preleções intitulou-se *Divinity School Adress*. Emerson exerceu uma poderosa influência sobre o pensamento liberal, na Inglaterra e nos Estados Unidos da América do Norte.

Idéias:

1. Emerson objetava à super-secularização dos homens, sobretudo por meio do comercialismo, e desejava contra-atacar isso exortando os homens a conhecerem seu senhor, isto é, «ensinou o finito a conhecer o seu senhor».

2. Um homem precisa voltar-se para si mesmo e para a sua própria mente. É ali que encontramos a *idéia pura*, que faz contraste com o materialismo. Há grandes facetas e proporções na vida que permanecem ocultas na maioria dos homens, — que são arrebatados na correria louca em busca das riquezas materiais e das vantagens mundanas. Assim, um homem precisa desenvolver a *autodependência*, tornando-se um indivíduo que saiba que existem coisas a buscar no seu próprio interior e que não são representadas nos brinquedos deste mundo.

3. Há grandes vultos da história que servem de exemplos a serem seguidos. A autodescoberta pode ser ajudada por meio de bons exemplos e quando o indivíduo descobre a si mesmo, torna-se um exemplo para outras pessoas.

4. *Autodesenvolvimento do indivíduo* é algo que se reveste de máxima importância; e o homem está naturalmente equipado para isso, embora precise investigar e cultivar esse campo. O homem é um *microcosmo* do *macrocosmo*, de tal modo que há uma certa correspondência entre a alma humana e todas as coisas que existem na natureza. A intuição supre-nos a maneira certa de tomar conhecimento da natureza que nos cerca.

5. Em todas as coisas vivas há um desígnio em operação. A pessoa a quem faltam dons e capacidades em um setor, descobre que foi *compensada* quanto a outro setor, de tal modo que todos podem obter bom êxito, se o tentarem. O ato de filosofar é uma ajuda ao

homem que está procurando compreender e utilizar os poderes de sua própria mente. Emerson advogava uma espécie de processo de respiga com base na filosofia, na religião, nas artes, na literatura, ou seja, em todos os aspectos culturais, em sua busca por auto-realização, de tal maneira que os resultados e as *supostas conclusões*, em vários campos do conhecimento humano, não sejam considerados de importância, além das medidas convenientes.

6. Ele defendia certa doutrina da sobrealma, o aspecto mais elevado do nosso ser, de onde o indivíduo pode extrair discernimento, inspiração e renovadas forças.

7. Um homem teria *poderes intuitivos* que se assemelham às faculdades intuitivas mentais que Kant supunha poder impor ao mundo a realidade que elas têm (*idealismo subjetivo*, que vide). Essas seriam forças fidedignas, que nos ajudam em nosso autodesenvolvimento e, também, para chegarmos a conhecer realidades superiores.

8. Emerson dava maior valor à cultura do que ao comércio, como atividade que os governos mundiais deveriam promover. Os cidadãos deveriam enfatizar a justiça e os verdadeiros interesses humanos, não salientando apenas o que é crassamente material. Ver o artigo separado sobre o *Transcendentalismo*, quanto a maiores detalhes sobre essa questão.

EMINS

No hebraico, «terrores». Esse nome, no plural, designava uma raça numerosa de gigantes que, nos dias de Abraão, ocupava a região de além do Jordão, um território que os moabitas vieram a ocupar, tempos mais tarde (Gên. 14:5; Deu. 2:1). Os emins ocupavam a área em redor de Quiriataim (que vide), que ficava a leste do mar Morto. O trecho de Gên. 14:5 diz-nos que eles foram derrotados pelas tropas dos quatro monarcas invasores. Moisés descreveu-os com as palavras: «...dantes habitavam nela...» isto é, como os primeiros habitantes da região que depois tornou-se conhecida como Moabe. Ainda segundo Moisés, os emins eram um «...povo grande, numeroso e alto como os enaquins» (Deu. 2:10).

Há quem pense em uma derivação diferente desse nome, supondo que está em pauta uma palavra cognata de *aima*, «tribo», «horda». A Bíblia informa-nos de que a parte leste do Jordão era ocupada por várias raças de gigantes: os *refains*, que viviam em Basã; os *zanzumins* (cujas terras os amonitas conquistaram, Deu. 2:20,21) e que, talvez, sejam os mesmos *zuzins* de Gên. 14:5; os *emins* (cujas terras os moabitas conquistaram); e os *horeus* (cujas terras foram conquistadas pelos idumeus).

EMMET, DOROTHY

Ela nasceu em 1904. É uma filósofa inglesa. Estudou em Oxford e Manchester e tornou-se professora de filosofia em Manchester. — Ficou melhor conhecida por sua defesa da validade da metafísica, dentro da filosofia. Para ela, a atividade pensante analógica é uma atividade generalizada e legítima. A metafísica leva ao raciocínio analítico, até mesmo nas ciências. Expressa-se melhor através de metáforas. A metafísica é a mais abstrata de todas as disciplinas humanas, e tem a incumbência de expressar uma coerência sobre toda a experiência, incluindo aquela obtida pelas ciências. Pensamos sobre certas coisas como autoevidentes e temos razão. Uma das funções da metafísica é obter essa coerência. E uma outra função é a da projeção. Acima daquilo que conhecemos e experimentamos, projetamos significados transcendentais. Dessa maneira, fazemos «juízos importantes». Emmet também estava interessada pela Etica, relacionando-a à Sociologia, como uma co-disciplina necessária.

Escritos. Whitehead's Philosophy of Organism; Philosophy and Faith; The Nature of Metaphysical Thinking; Function, Purpose and Power; Rules, Roles and Relations. (EP P)

EMMONS, NATHANIEL

Teólogo norte-americano da escola calvinista. Era seguidor de Samuel Hopkins (vide), que, por sua vez, era seguidor de Jonathan Edwards. Em nosso artigo sobre Edwards, demonstramos até que ponto o calvinismo radical participa de sua doutrina de Deus, como a *única Causa* e que problemas teológicos são causados por essa posição. Emmons procurou reconciliar a atividade e a responsabilidade humanas com a total dependência, tanto dos virtuosos quanto dos pecaminosos, a Deus, como a primeira e única causa onipotente. O calvinismo tem dado ênfase demasiada àquelas passagens bíblicas que dão essa idéia, às expensas daqueles trechos que projetam o pólo oposto óbvio, que é o da responsabilidade humana. O homem é um ser criativo, apenas um pouco menor do que os anjos e o calvinismo radical não tem conseguido perceber esse aspecto do que está envolvido no ser humano. Ver o artigo geral sobre o *Calvinismo* e o outro, sobre o *Arminianismo*. Ver também os *Cinco Pontos* dos dois sistemas.

EMOÇÕES

Esboço:

1. Definições
2. Emoções Básicas
3. O Poder das Emoções
4. Emoções Certas e Erradas
5. Teorias Básicas sobre as Emoções
6. As Emoções e o Bom Equilíbrio

A filosofia ensina-nos que um termo tão importante e amplo como esse não pode ser definido com grande sucesso. Terminamos fazendo muitas descrições. No entanto, há algumas teorias fundamentais que estão por detrás das nossas emoções, explicando por que elas fazem parte da experiência humana.

1. Definições. Uma emoção é qualquer manifestação ou perturbação forte da mente consciente normal ou da mente inconsciente; geralmente de forma involuntária, conduzindo, muitas vezes, a complexas alterações no corpo e nas formas externas da conduta. Uma emoção é o poder do sentimento mental. O termo latino básico é *emovere*, que significa «agitar», porquanto uma emoção é algo que nos agita mentalmente. Trata-se de algum desvio do estado de calma ou tranqüilidade mental.

2. Emoções Básicas. René Descartes (1596-1650), o filósofo racionalista, preparou uma lista com as seis emoções básicas: o desejo, o ódio, o amor, a alegria, a tristeza e a admiração. Esses são estados mentais. John Broadus supunha que um infante humano tem três emoções naturais, não-aprendidas: amor, temor e raiva. Pode-se multiplicar o número das emoções, mediante subcategorias. Assim, a ira seria uma subcategoria do ódio. Por outro lado, após exame mais detido, parece que a ira pode existir independentemente do ódio, podendo resultar de alguma irritação, sem a presença do ódio. Sendo esse o caso, a ira deveria ser adicionada à lista de Descartes, do que

resultariam sete emoções fundamentais. A ternura, por sua vez, é uma emoção relacionada ao amor. A piedade é uma emoção vinculada à tristeza ou ao temor. O orgulho e a altivez são parentes do amor próprio, talvez com alguma mistura de ódio contra outrem. O desdém certamente é um aspecto do ódio. A saudade é uma emoção complexa, combinando o amor, o desalento e o desejo. O desalento parece ser um aspecto do temor misturado com a tristeza.

3. O Poder das Emoções. Qualquer trabalho torna-se mais fácil quando o indivíduo sente grande desejo, amor e entusiasmo pelo que está fazendo. É qualquer trabalho torna-se mais difícil quando há emoções negativas vinculadas ao caso. O tédio é uma forma de desalento, talvez. Tal emoção faz um trabalho parecer mais difícil e parece que o tempo se alonga. As emoções fortes podem fortalecer-nos espiritualmente e o amor é a grande coluna isolada dos atos morais. O ódio está por detrás de muitos atos pecaminosos e egoístas. As emoções são um dos instrumentos principais, senão mesmo o instrumento mais básico, do poder dos evangelistas, dos políticos e dos professores eficientes. Mas isso, por sua vez, produz muitos abusos, porquanto as emoções podem provocar todas as formas de reações erradas e de crenças errôneas. As emoções podem distorcer a verdade, até mesmo a mais evidente, como quando um político desperta emoções e crenças que, na realidade, são contrárias àquilo que é certo e justo. Um sermão embotado pode vir, subitamente, à vida, se o pregador contar um relato ou dois que despertem as emoções. O perigo é que um sermão pode ser muito emocional, mas não ter substância real, de tal modo que não haverá efeitos duradouros sobre os ouvintes.

Conta-se a história de uma datilógrafa que não gostava de seu trabalho e acabou apanhando artrite nas mãos. Seu médico foi suficientemente sábio para notar que sua condição era psicossomática. Tentou chegar às raízes do problema da datilógrafa. E descobriu que a verdadeira razão das dificuldades dela é que ela desprezava o seu patrão. O médico recomendou: «Mude a sua atitude para com seu patrão, ou então mude de emprego». Ela escolheu esta última alternativa e não demorou muito para desaparecer o seu «artritismo».

Manifestações Psicossomáticas. A história que acabamos de contar demonstra o poder das emoções sobre as alterações que se processam no organismo. A medicina moderna está atualmente proclamando que a maioria das condições patológicas tem causas emocionais, ou pelo menos, são agravadas por essas emoções. As religiões orientais, entretanto, vêm-nos dizendo isso há séculos. Diz o trecho de Provérbios 23:7: «Porque, como imagina (o homem) em sua alma, assim ele é...» E isso aplica-se tanto às questões espirituais quanto às questões físicas. Tem sido amplamente demonstrado que as emoções afetam a respiração, a circulação, a pressão sangüínea, a transpiração, o ritmo cardíaco, podendo provocar até mesmo crises circulatórias, com lesões reais ao coração. Por outra parte, as emoções podem combater as enfermidades e até mesmo o câncer. A famosa revista *Seleções* do *Reader's Digest* publicou largamente a história de como um homem foi curado de uma séria desordem nervosa por meio da alegria e do riso. Os praticantes da ioga chegam a fazer parar sua respiração e seu coração mediante a força do pensamento e dos desejos, algo que, normalmente, seria uma condição fatal, embora não para eles, devido ao seu longo treinamento.

As Emoções e o Comportamento. A maioria das pessoas age em conformidade com as suas emoções. As mulheres são acusadas de serem especialmente susceptíveis às suas emoções. Por essa razão, alguém já disse: «As mulheres são apenas uma longa emoção flutuante e contínua». Deve haver nisso certo exagero, mas a sentença inclui uma grande verdade. Também é óbvio que as emoções são mais poderosas do que a razão. Consideremos o temor de apanhar a chamada «AIDS». Esse temor tem contribuído mais para modificar a conduta sexual das pessoas do que puderam fazê-lo, durante todos os séculos, a religião e a filosofia.

4. Emoções Certas e Erradas. Alguns filósofos morais supõem que não existem conceitos morais fixos que nos guiem a conduta. Antes, querem que creiamos que os nossos supostos conceitos e padrões morais são apenas reações emocionais, disfarçadas como regras sobre o que é direito ou errado. Assim, quando uma pessoa qualquer diz: «Roubar é errado», não somente terá proferido uma regra alicerçada sobre uma verdade, mas também terá reagido emocionalmente contra aquele ato. Essa é apenas uma outra maneira de expressar os conceitos da ética relativista e situacional. Apesar dessa explicação envolver certa verdade óbvia, é absurdo pensar que as questões do que é certo e do que é errado são apenas reações emocionais. Não obstante, é evidente que as nossas emoções inspiram em nós atos bons e atos maus, os quais, por si mesmos (à parte das nossas emoções), revestem-se de boas ou de más qualidades. Ver o artigo sobre o *Emotivismo*.

5. Teorias Básicas sobre as Emoções. Essas teorias, quando generalizadas, são apenas três, a saber:

a. *O Naturalismo.* As emoções seriam ações e reações cérebro-químico-fisiológicas de seres físicos, nada tendo a ver com a mente ou com o espírito. As reações emocionais resultariam de um longo período de desenvolvimento no mundo animal. Darwin opinava que muitas emoções resultam da difusão de impulsos nervosos a vários músculos e glândulas e que a causa das mesmas são situações inesperadas, com as quais os organismos envolvidos não estariam acostumados. As reações emocionais seriam herdadas biológica e geneticamente, pelo menos em parte, de tal maneira que até os recém-nascidos teriam certas emoções não-aprendidas, como o amor, o temor e a raiva.

De acordo com essa teoria, pensa-se que as emoções resultam de modificações psicológicas, sendo *sentidas* quando tomamos *consciência* de tais mudanças. Há em tudo isso uma certa verdade; mas, a própria palavra «consciência» demonstra que as emoções envolvem mais do que a simples fisiologia. De fato, as condições psicossomáticas demonstram que as emoções ocorrem primeiro e que as reações físicas resultam dessas emoções e não ao contrário. Uma droga pode produzir euforia ou depressão. Porém, a euforia espontânea pode produzir modificações químicas no corpo, podendo até mesmo servir de instrumento em um processo de cura.

b. *A Teoria Psicológica.* Essa teoria distingue entre a mente e o cérebro. As emoções seriam uma propriedade mental, que afetaria a porção material do homem. As emoções, pois, demonstrariam a existência da mente. A mente, ao emanar emoções, é capaz de curar ou de prejudicar. Em sua *interação*, tanto a mente quanto as funções do organismo podem produzir e mediar emoções. Ver o artigo sobre o *Problema Corpo-Mente*. Jamais será possível explicar o homem apelando apenas para a sua natureza física. Visto que o homem é um ser intrincado e complexo, havendo interações entre sua mente e seu

corpo físico, as emoções, naturalmente, participam de ambos os aspectos. Uma condição patológica no corpo pode criar uma emoção negativa. Porém, uma disposição mental positiva pode produzir excelentes efeitos sobre o corpo físico.

c. *A Teoria Espiritual.* As emoções humanas não poderiam ser totalmente explicadas mediante o apelo ao corpo físico ou à mente, e nem mesmo mediante o apelo a ambos, ao mesmo tempo. Visto que o homem é um *espírito*, estando sujeito a influências espirituais, as emoções certamente também originam-se de sua natureza espiritual. Acresça-se a isso que as emoções também podem ser causadas por poderes espirituais externos, tanto positivos quanto negativos. A mente é uma qualidade do espírito e tanto a mente quanto o espírito podem estar envolvidos em nossas emoções. Não há como explicar um *grande amor*, somente com base no cérebro ou na mente. O espírito humano está envolvido em uma emoção assim. O amor de Deus pode ser infundido no crente e essa é uma qualidade espiritual, tal e qual o são todas as virtudes morais.

6. As Emoções e o Bom Equilíbrio. Podemos abusar das emoções das pessoas. Um pregador ou evangelista erra quando tenta manipular as emoções das pessoas, sem equilibrá-las com as forças correspondentes do intelecto, da erudição e do conhecimento. As reações emocionais aos sermões podem ser impressionantes, mas elas são notórias por causa de sua curta duração. Aristóteles estava com toda a razão quando caracterizou Deus como o *Intelecto* e os homens como intelectos. Sem importar as críticas que possam ser feitas contra Joseph Smith, fundador do mormonismo, há uma afirmação sua que **está acima de qualquer crítica: «A glória de Deus é a inteligência». A natureza inteira dá provas disso.** A imensa inteligência de Deus permeia a todas as coisas. A razão é o vigia que monta guarda à porta e protege o ser de excessos e abusos; um dos abusos pode ser o emocionalismo. Um homem é uma complexidade de fatores e um desses fatores são as emoções. Mas um outro fator é a razão. A estabilidade obtém-se por meio do *bom equilíbrio* e não através da ênfase exagerada quanto a um desses fatores, com quase total esquecimento do outro.

As Emoções e o Enriquecimento Espiritual. Uma pessoa inclinada à melancolia propaga a inércia. Mas a pessoa feliz inspira à ação. Paulo era dotado de *convicções* emocionais quanto à sua fé religiosa e propagava-a com grande entusiasmo. Deus *amou* e, assim, deu o Seu Filho unigênito. Quando amamos a alguém, tendemos por dar-lhe o melhor que temos. As emoções emprestam colorido e riqueza à vida de uma pessoa, injetando valor naquilo que ela possui. Uma dona-de-casa gosta muito de seu belo carpete e alegra-se quando o vê. Um autor sente alegria quando contempla um livro seu, que está sendo bem distribuído. E essa satisfação nos enriquece a alma. Um homem generoso encontra-se com algum necessitado e sente-se feliz quando é capaz de aliviar tal condição. Um pai alegra-se quando vê um filho seu ser bem-sucedido nos estudos ou na carreira que escolheu. O indivíduo que se compadece de outro e o ajuda, empresta ao Senhor e haverá de receber de volta uma rica recompensa, com juros (ver Pro. 19:17). A permanência do Espírito de Deus em nós leva-nos a não temer a morte do corpo físico (Mat. 10:28). As belas artes são bons veículos das boas emoções. A arquitetura, a música, a pintura e a escultura são bons veículos para a expressão das nossas emoções. Sentimo-nos bem acerca do mundo, quando estamos em um ambiente decorado artisticamente. Porém, as mais excelentes emoções são aquelas de fundo espiritual. Mostra-se correto aquele hino evangélico que diz: «Há alegria no serviço a Jesus». As experiências místicas fazem-nos entrar em êxtase de alegria. (AM EP H P)

EMOTIVISMO (Emoções e a Ética)

Essa é a teoria que afirma que os valores estão alicerçados sobre as nossas atitudes emocionais. E esses valores não seriam certos ou errados por seus próprios méritos, mas somente em relação às nossas emoções. A princípio, essa teoria era aplicada somente às questões éticas; mas agora, também, tem sido aplicada a outros aspectos da filosofia, como os aspectos estéticos e sociais.

David Hume falava sobre normas éticas como normas aprovadas ou desaprovadas por alguém ou por alguma coisa. Mas isso pode tornar-se muito subjetivo, pelo que não envolve, realmente, o que diz respeito ao que é certo ou errado. Charles Stevenson (que vide), pensava que a maioria dos valores, bem como todos os valores éticos, têm níveis de sugestão ou significado emotivo por detrás deles. Isso teria o poder de produzir reações em outras pessoas. Por conseguinte, as discussões sobre questões éticas são uma atividade em que as pessoas tentariam forçar sobre outras, as suas próprias atitudes, fundamentadas sobre suas reações subjetivas às diversas situações. No entanto, o certo e o errado podem ser questões inteiramente independentes de nossas emoções. Todavia, reconhecemos que elas podem ser qualidades subjetivas, o que impossibilita qualquer definição mais exata. Seja como for, as declarações éticas, de acordo com essa teoria, não seriam nem falsas e nem verdadeiras, mas apenas exclamações carregadas de emoções, com base em meros sentimentos subjetivos.

Os proponentes mais extremados dessa teoria chegam mesmo a objetar ao subjetivismo de que os acusamos. Os subjetivistas objetam a normas absolutas no campo da ética, asseverando que quando uma pessoa faz uma reivindicação moral, na verdade é como se ela estivesse dizendo: «Gosto disto»; ou então: «Não gosto daquilo». Em outras palavras, ela estaria declarando os seus próprios sentimentos e não o que é, realmente, certo ou errado. Os emotivistas radicais, bem ao contrário, não pensam que uma declaração moral seja, ao menos, uma afirmativa. Para eles, seria apenas uma exclamação sobre sentimentos, como quando alguém solta uma gargalhada diante de uma boa piada, ou como quando alguém chora diante de uma notícia triste. Para eles, tais reações podem ser próprias ou impróprias, mas nunca verdadeiras ou falsas. Entretanto, há questões onde se torna difícil estabelecer tais distinções. Assim, um homem choraria por causa de algum sentimento subjetivo, por causa de alguma avaliação que faz diante de um acontecimento qualquer. E rir-se-ia porque uma piada tocou nele em alguma coisa que o divertiu, subjetivamente falando. Os emotivistas também costumam acrescentar o detalhe de que as declarações ou exclamações emocionais de uma pessoa têm uma finalidade persuasiva, de tal modo que leve as reações emocionais de outras pessoas harmonizarem-se com as suas próprias.

Críticas Contra essa Teoria. Há seis objeções a serem feitas a essa teoria do emotivismo, a saber:

1. O emotivismo é uma forma de subjetivismo, estando sujeito às mesmas críticas levantadas, com toda a razão, ao subjetivismo. É mister que haja

realidades objetivas, dignas de serem compartilhadas com nossos semelhantes. Não podemos julgar o mundo somente com base naquilo que pensamos ou sentimos. Ver o artigo sobre *Subjetivismo e Objetivismo*.

2. O emotivismo, na realidade, não é uma teoria moral, mas é apenas propaganda feita por certas pessoas acerca do que elas pensam que deveria ser a teoria moral.

3. O subjetivismo reduz o juízo moral a uma mera propaganda. É preciso que haja algo mais palpável do que isso, em uma teoria acerca das nossas emoções.

4. O subjetivismo exclui a racionalidade, que certamente faz parte da composição do ser humano.

5. O subjetivismo exclui a revelação divina, onde são dados valores morais provenientes de fontes superiores ao homem e aos seus sentimentos.

6. O subjetivismo ignora as qualidades da alma humana e zomba das questões morais sérias. Não há que duvidar que as declarações acerca do homicídio de uma pessoa envolvem muito mais do que o riso diante de uma piada ou o choro diante de uma notícia entristecedora. (F H EP)

EMPATIA

Essa palavra vem dos termos gregos en (em) e pathein (sentimento, emoção, experiência). O vocábulo foi cunhado no começo do século XIX, em relação a expressões e sentimentos estéticos, referindo-se à capacidade de alguém, por assim dizer *entrar em* uma obra de arte, ou nos sentimentos de outrem, perdendo a sua própria identidade e fundindo-se na identidade alheia. Na linguagem da psicanálise, a palavra tem sido usada para indicar a capacidade de adotar, em relação a alguma outra pessoa, uma atitude de aceitação e que não se ponha a julgar. Alguns pensam que a *empatia* é um importante método ou chave para a obtenção da compreensão das experiências estéticas.

Dentro do contexto cristão, o termo aponta para a participação nos problemas e tristezas de outra pessoa, identificando-se com ela, com aquilo que ela sente e sentindo a devida compaixão (que vide). Isso, porém, não elimina a necessidade da verdade, porquanto algumas situações só podem ser corrigidas quando há uma genuína mudança de atitude, um autêntico modo diferente de tratar com os nossos semelhantes. Cumpre-nos dizer a verdade em amor (Efé. 4:15), pois isso envolve ambos os elementos necessários para a cura. O indivíduo inclinado a julgar os outros distancia-se do próximo e acaba sendo conhecido como um destruidor e não como um reconciliador e curador, mesmo que costume dizer a verdade. Jesus tornou-se conhecido por sua imensa compaixão, mas não se sabe de nenhum caso em que ele transigiu, sacrificando a verdade ou algum princípio espiritual.

EMPÊDOCLES

Um filósofo grego que nasceu e viveu em Agrigentum, na ilha da Sicília. Ele era muito respeitado por outras pessoas, algumas das quais chegaram a honrá-lo como se ele fosse uma divindade. Há lendas que foram criadas em torno de sua pessoa, dizendo que ele chegou a realizar muitos milagres. Isso significa que devemos estar tratando com uma pessoa incomum. Além de ser um filósofo, ele trabalhava como médico e imiscuía-se em assuntos políticos. Foi essa última questão que o levou à sua queda. Ele ajudou a derrubar uma oligarquia e a estabelecer a democracia. Porém, o poder político mudou de mãos (como sempre costuma acontecer) e isso o deixou em uma posição de desfavor. O novo regime mandou-o para o exílio, onde acabou morrendo. Viveu entre 490 e 430 A.C.

Idéias

1. Não existiria tal coisa como vir absolutamente à existência ou sair da existência. Começos e fins são apenas processos dentro de um contínuo eterno, o que produz misturas e separações.

2. Na natureza, o processo da mistura envolve os elementos básicos da terra, do ar, do fogo e da água e todas as coisas seriam formadas pelas distinções quantitativas, produzidas por essas misturas. Todavia, não haveria tal coisa que tenha surgido do nada.

3. Há um princípio cósmico de atração e repulsão, que opera nas misturas. Falamos sobre essas coisas, metaforicamente, como amor e esforço. Há um processo envolvido. *a*. As coisas começam dentro da harmonia do amor. *b*. As coisas são separadas quando começam as contendas. *c*. As contendas chegam a dominar e isso produz separações absolutas. *d*. O amor reaparece e restaura a anterior unidade e harmonia.

4. A vida vem à tona no segundo e no terceiro estágios desse processo. A vida física resultaria de um processo evolutivo. A evolução, por causa da contenda atuante, produz todas as formas de má combinação e de aparentes equívocos. Mas as coisas que são misturadas de modo ordeiro, são capazes de sobreviver. Os mitos falam sobre animais estranhos, monstros, centauros, górgonas, tudo o que consiste em más misturas temporárias, dentro do processo evolutivo, mas que não são capazes de sobreviver.

5. Quanto ao pensamento metafísico, Empédocles cria na transmigração das almas, na doutrina da queda da alma e na necessidade de sua restauração, através da roda do renascimento, por meio da purificação. As suas crenças religiosas podem ser explicadas como influenciadas pelas idéias de Pitágoras e pelos mistérios de Orfeu. Ele opinava que o homem é um *daemon decaído* (uma divindade secundária), cujas vagueações por este mundo teriam sido a causa de sua queda. Declarou ele: «Um homem deve vaguear por trinta mil vezes, desde onde habitam os bem-aventurados, nascendo no tempo e em todas as variedades de forma mortal, mudando de uma vereda cansativa para outra». Ele descrevia a si mesmo como um desses exilados, um «vagabundo que se afastou dos deuses». E afirmava que era capaz de lembrar sua vereda de inúmeras vicissitudes, desde o reino animal até o estado de ser humano; e que, uma vez tendo chegado a ser homem, foi vários seres humanos. Descrevia a morte como uma separação entre o elemento fogo e os demais elementos, o que deixaria fria a mistura. No frio, todas as coisas morreriam. Em seguida, os elementos passariam por transformações, até emergirem novamente como coisas vivas. Essa idéia parecia ser incoerente com seu ponto de vista sobre a transmigração das almas; porém, penso que ele falava sobre modificações que têm lugar no veículo físico e não no espírito imortal que vem habitar no veículo físico, a fim de expressar-se por meio do mesmo. Ver o artigo geral sobre a *Reencarnação*, que inclui uma descrição do que está sendo feito, nos meios científicos, a fim dessa idéia ser examinada.

Escritos. On the Nature of Things; Hymns of Purification. Ambas essas obras foram escritas como poesias de várias centenas de linhas cada.

••• ••• •••

EMPIRIOCRITICISMO

O nome Richard Avenarius (que vide) está vinculado a esse termo. A palavra alude a uma abordagem do mundo através da experiência pura, destituída de pressupostos. Essas experiências seguem o princípio da menor energia, ou seja, o indivíduo exclui sistematicamente, de seu conteúdo mental, todos os elementos que não entrem especificamente nas experiências diretas, através dos sentidos físicos. Desse modo, evita-se o *dualismo*, porque se a única coisa que alguém pode saber está associada aos sentidos e seus sujeitos, então essa pessoa não estará pensando muito sobre realidades imateriais, como Deus, o espírito ou a alma. Todas as chamadas experiências mentais são integradas de tal modo no que é material que o indivíduo obtém uma única experiência. A mim, porém, parece que essa teoria é uma maneira tímida e covarde de evitar pensar sobre coisas acima de nós mesmos. O método representa uma visão do mundo totalmente inadequada, uma experiência muito estreita e deficiente da realidade. Ver o artigo geral sobre o *Empirismo*, mormente o ponto sexto, onde apresento críticas àquele sistema e que também se aplicam a este assunto.

EMPIRISMO

Esboço:

I. Definição
II. O que é Combatido pelo Empirismo
III. Estágios do Empirismo
IV. Elementos do Empirismo
V. Filósofos Específicos e o Empirismo
VI. Críticas Contra o Empirismo

I. Definição

A palavra portuguesa **empirismo** deriva-se do grego *empeiría*, «experiência», «teste». A forma adjetivada é *empeîros*, que significa «experiente». O *empirismo* é a tese que diz que todo o conhecimento (excetuando as proposições puramente lógicas, como as da matemática) está alicerçado sobre a *experiência*. Os empiristas puros argumentam que essa experiência tem sua origem na *percepção dos sentidos*. Já o *empirismo ingênuo* supõe que um conhecimento verdadeiro e completo pode ser obtido através da percepção dos sentidos. Nesse caso, o conhecimento seria um juízo verdadeiro, com uma descrição *completa*. Por exemplo, quando digo: «Esta é uma mesa», isso expressa o meu juízo. Se eu não tiver confundido um objeto com outro qualquer (fazendo assim um falso juízo) então poderei passar a descrever aquela mesa. E a minha descrição me levará além de coisas óbvias, como configuração geométrica, volume, cor, etc., levando-me até a teoria atômica da matéria. Somente com uma completa e perfeita descrição do átomo terei obtido o conhecimento. O empirismo ingênuo supõe que tal descrição está ao nosso alcance. Ignora a possibilidade de que o próprio átomo pode não ser a unidade básica da natureza material e que pode ser apenas uma manifestação da energia ou da mente. Porém, se tivéssemos de adotar essa idéia, então teríamos de dar prosseguimento às nossas descrições, incluindo aquilo que está por detrás das manifestações da matéria.

Por sua vez, o *empirismo crítico* abandonou de vez a tentativa de chegar a uma descrição completa, atolando-se no ceticismo e no pragmatismo (que vide). A verdade, nesse caso, torna-se algo prático e não uma teoria perfeita. A ciência moderna representa o empirismo crítico, porquanto confessa abertamente que o nosso conhecimento acerca do átomo é muito incompleto e que a percepção de nossos sentidos não é digna de confiança. Portanto: «Vemos o mundo da maneira que *nós somos* e não da maneira que o mundo realmente é». — Em outras palavras, a percepção dos nossos sentidos impõe ao mundo aquilo que somos obrigados a pensar a seu respeito. Essa percepção não descobre a natureza real do mundo. Quando olhamos algo por meio de um microscópio, o que vemos é determinado pelo poder de aumento do microscópio, bem como de minha boa visão. Posso ver um pequeno organismo magnificado centenas de vezes e ficar admirado; mas nunca verei os átomos que compõem aquele organismo e nem chegarei a entender a verdadeira natureza dos átomos, somente porque olhei algo através de um poderoso microscópio eletrônico. E mesmo que eu pudesse ver os átomos e pudesse entendê-los, nem por isso teria compreendido o poder do Criador, que deu vida às coisas. E nem o meu microscópio eletrônico conseguirá ver formas invisíveis de vida, como a alma. Por conseguinte, estarei sempre manuseando com verdades parciais. O meu conhecimento sempre será apenas provincial, sempre será duvidoso.

II. O que é Combatido pelo Empirismo

Pode-se compreender melhor o empirismo considerando aqueles pontos de vista sobre a teoria do conhecimento que o empirismo combate. Assim, o empirismo opõe-se ao *racionalismo* (que vide) que é a idéia de que só podemos conhecer as coisas por meio da razão, sem as experiências obtidas pelos sentidos físicos. O empirismo reconhece que existem *juízos analíticos*, conforme se dá nos raciocínios matemáticos, que podem ser conhecidos e demonstrados pela razão; mas pensa que esses raciocínios são meras definições ou tautologias. Para exemplificar, uma esposa, por definição é uma mulher casada. Dois mais dois, por definição, é igual a quatro. Não é preciso fazer qualquer experiência para que se chegue a essa conclusão. A razão diz-nos que isso é uma verdade, mas nem por isso teremos adquirido qualquer conhecimento empírico sobre o mundo e sobre nós mesmos. O empirismo nega que possamos aplicar juízos analíticos a qualquer outra coisa, além das tautologias. O empirismo também nega a existência das *idéias inatas*, afirmando que todas essas idéias começam nos informes obtidos pela percepção dos sentidos. E também nega que possamos ter *intuições* que nos dêem conhecimento sem a mediação dos sentidos. Os empiristas usualmente suspeitam de qualquer reivindicação de conhecimento que diga estar apoiado sobre alguma fonte superior ao homem, como é o caso das revelações dadas por Deus, embora certos empiristas não neguem, necessariamente, essas coisas. Mas o empirismo nega as idéias do idealismo, mediante as quais a mente de um homem supostamente já vem equipada com idéias que correspondem ao mundo das idéias, conforme foi descrito por Platão.

III. Estágios do Empirismo

Na antiga filosofia grega, encontramos um empirismo ingênuo em Aristóteles (que vide). Já os atomistas (que vide) são empiristas céticos. Platão negava que este mundo é um objeto de conhecimento verdadeiro e que as percepções tenham o poder de atingir o conhecimento. Ele fazia o conhecimento alicerçar-se sobre o mundo real, isto é, o mundo dos universais (ou idéias). Para ele, este mundo é objeto da razão, da intuição e das experiências místicas (nessa ordem ascendente de importância). A percepção dos sentidos envolve apenas o mundo menos real,

o mundo dos particulares ou objetos materiais; e não se poderia dizer, realmente, que esteja envolvido na busca pelo conhecimento, visto que não é o mundo *real*. Aristóteles era um cientista que negava essa abordagem ao conhecimento e pensava que os particulares são os objetos da nossa busca pelo conhecimento. A ciência moderna tem demonstrado que Platão estava com a razão acerca da natureza insegura da percepção de nossos sentidos e, assim, aceita o antigo ceticismo como uma abordagem válida do conhecimento, pelo menos até onde vai o ceticismo. No entanto, a ciência moderna também acrescenta o espírito prático ou pragmatismo, como uma condição normativa para aquilo que chamamos de conhecimento.

Em vista disso tudo, temos quatro fases no empirismo, a saber: 1. O *empirismo ingênuo*, que pensa que um conhecimento definitivo pode ser obtido através dos sentidos, talvez com alguma ajuda da razão. 2. O *ceticismo*, que abandona essa noção e termina desesperando de obter o conhecimento, considerando isso uma impossibilidade. 3. O *pragmatismo*, que aceita a idéia de que o conhecimento teórico é impossível, embora também diga que o que opera é o conhecimento e a verdade. Isso posto, a praticalidade torna-se o grande objetivo da nossa inquirição. Essa busca seria governada pelo método empírico da tentativa e do erro. 4. *O pragmatismo científico*, conforme se vê no *positivismo lógico* (que vide) assevera que nossa inquirição empírica deve ser governada essencialmente pela disciplina das pesquisas científicas, em laboratório, porquanto somente as coisas descobertas e confirmadas dessa maneira poderiam ser consideradas objetos do nosso «conhecimento». Mas, até mesmo esse conhecimento ainda não é absoluto, mas apenas um meio para fazermos o que queremos e atingirmos o que queremos atingir. No positivismo lógico, portanto, temos um ceticismo científico-prático-pragmático.

IV. Elementos do Empirismo

1. De acordo com o que pensava John Locke (que vide), começamos a nossa vida sem nenhum conhecimento, como uma *tabula rasa*. De acordo com ele, a mente humana, que consistiria no cérebro e não em alguma entidade imaterial, chegaria a este mundo inteiramente vazia, quando do nascimento do bebê. Os informes obtidos através da percepção dos sentidos iria marcando esse quadro limpo (a *tabula rasa*), com suas impressões e nisso consistiria o conhecimento, nos seus primeiros estágios. Não haveria *idéias inatas*, já impressas sobre a *tabula rasa*, quando chegamos a este mundo.

2. As *experiências*, as formais e as informais, deixam marcas sobre a *tabula rasa* e isso é o começo do nosso conhecimento.

3. As experiências recebem *nomes* e isso assinala o desenvolvimento da linguagem, que, por sua vez, torna-se o principal veículo do conhecimento.

4. A linguagem torna-se possível por causa da *memória*, que organiza os nomes em ordem, para que se tornem veículos eficazes da expressão.

5. Com base no desenvolvimento da linguagem, temos a *faculdade discursiva*, que possibilita todas as vastas sutilezas da intelecção humana.

6. Com base na experimentação, emergem certas *leis* da natureza. Há experimentações que sempre terminam dando os mesmos resultados. Alguns resultados contrários podem exigir — a revisão de uma lei, ou mesmo a sua rejeição final.

7. Aquelas leis que resultam de muitas experimentações e que não são eliminadas por provas em contrário, agrupam-se formando *teorias*.

8. A *refutação* é uma questão importante, conforme foi enfatizado por Karl Popper (que vide). Teorias estabelecidas precisam ser abandonadas, se puderem ser destruídas por algumas poucas bem aplicadas refutações. Popper falava em termos de *falsidade*. Isso ele pensava ser mais importante, como um modo de se obter conhecimento, do que a possibilidade de verificação. Mas, como é óbvio, as duas coisas precisam caminhar de mãos dadas.

9. Quando alguma teoria conta com uma confirmação respeitável e mostra-se isenta de defeitos debilitantes ou de falsificações, então ela representa um *conhecimento tentativo*. Visto que as experimentações nunca terminam, o conhecimento, por igual modo, nunca é completo. No entanto, pode tornar-se prático e útil; e os homens, a despeito de todas as suas fraquezas, têm conseguido levar o conhecimento até esse ponto.

V. Filósofos Específicos e o Empirismo

1. Antes de tudo, encontramos Aristóteles contrariando Platão, conforme foi salientado acima. Aristóteles preocupava-se com as ciências empíricas. Alguém já observou que todos os homens são platonistas ou aristotelianos em sua ênfase. Alguns preferem o conhecimento através da razão e da intuição, buscando um conhecimento extraterreno. Mas outros buscam o conhecimento próprio deste mundo, mediante testes e experiências. As profissões que os homens ocupam podem ser divididas de acordo com essas duas preferências fundamentais. Ambas as preferências são úteis e há quem faça combinações entre esses dois extremos.

2. Demócrito e Epicuro (os atomistas em geral; que vide), eram empiristas puros, pensando que todo conhecimento é obtido pela percepção dos sentidos e estando mais interessados pelo que é material, em contraste com aquilo que é espiritual. Eles foram nominalistas (ver sobre o *nominalismo*), supondo que o universal seria apenas um *nome*, que vinculamos às classes de coisas.

3. O *empirismo britânico*, conforme visto nos escritos de Roger e Francis Bacon (que vide) criaram uma base para as ciências empíricas. A Inglaterra foi a primeira nação do mundo a industrializar-se. John Locke (que vide) fomentou ainda mais a teoria do empirismo. David Hume exagerou em seu empirismo e desenvolveu um ceticismo moderno, que exerceu poderosa influência sobre o pensamento posterior e que levou Kant a lançar para um lado o seu dogmatismo e a começar a pensar e a investigar.

4. O empirismo dos ingleses foi exportado para o continente europeu no século XVIII. Condillac (que vide) foi discípulo de Locke, e de'Alembert (que vide) antecipou idéias de J.S. Mill (que vide), ao tentar demonstrar que até mesmo a matemática é empírica.

5. J.S. Mill salientava a lógica indutiva, bem como o desenvolvimento de métodos empíricos para analisar relações de causa e efeito. Ele falava sobre a matemática como uma ciência empírica, e pensava que a matéria nada mais é do que a permanente possibilidade de alguma sensação.

6. O *pragmatismo*, como um movimento moderno (os *sofistas*, da época de Sócrates, eram pragmatistas), teve início no século XIX e floresceu no século XX. O pragmatismo é um empirismo prático. William James (que vide) intitulava a sua filosofia de *empirismo radical*.

7. O *positivismo lógico* (que vide) tentava *purificar*

a filosofia de seus elementos não-empíricos, fazendo dela a base de uma filosofia da ciência. O Círculo de Viena tornou-se conhecido por essa tentativa. A.J. Ayer e Herbert Feigl foram os principais exponentes desse sistema. Ver o artigo que trata sobre eles. De modo geral, eles falavam sobre a distinção entre o juízo *analítico* e o juízo *sintético*, atribuindo o primeiro à matemática, às definições e às tautologias e o segundo às ciências, ónde quer que o verdadeiro conhecimento (embora sempre limitado) possa ser encontrado.

8. O *fenomenalismo* (que vide) consiste na tentativa de construir um sistema de conhecimentos apenas à base de informes empíricos. H.H. Price fez uma declaração acerca do *padrão sólido*, descrito como uma convergência de famílias de informes captados pelos sentidos, que é uma dessas tentativas. Ver o artigo sobre ele, no primeiro ponto.

VI. Críticas Contra o Empirismo

O sistema do empirismo é um **provincialismo.** Todos os sistemas assim têm os seus pontos fortes e os seus pontos fracos. É óbvio que a ciência alicerça-se essencialmente sobre sistemas assim. Entretanto, cientistas como Einstein, e inventores como Edison, têm afirmado que muitas de suas idéias lhes ocorreram através da *intuição* (que vide) e não como resultado do acúmulo de informes empíricos. Einstein considerava a mente humana uma entidade cognitiva, capaz de ter pensamentos originais e de fazer descobertas sem a ajuda dos informes da percepção dos sentidos. Evidentemente, ele acreditava em *idéias inatas* (que vide). Em outras palavras, a mente não seria uma *tabula rasa*, conforme John Locke afirmou. Não obstante, uma idéia científica, uma vez detectada pela intuição, precisa ser desenvolvida por meio do método empírico. Outrossim, muitas idéias, bem como o uso que lhes é dado, resultam do acúmulo gradual de informes obtidos pelos sentidos. Muitos, se não mesmo a maioria dos empiristas, concordam que também precisamos apelar para a razão a fim de organizar e implementar os experimentos, dizendo ainda que esse poder de raciocínio está por detrás do que é diretamente sugerido pela percepção dos sentidos e as suas manipulações.

Os filósofos racionalistas e intuitivos insistem que apesar do empirismo estar por detrás das máquinas, a razão e a intuição são capazes de investigar melhor os problemas éticos. Mas, quanto a elevadas idéias espirituais, nós, os evangélicos, confiamos mais no *misticismo* (que vide), do qual a revelação divina é uma subcategoria. A *parapsicologia* (que vide) tem demonstrado, de maneira adequada, mediante o uso de métodos científicos, que a percepção dos sentidos não é o único meio de adquirirmos conhecimentos. Figuras poderosas e extraordinárias, a quem podemos atribuir uma mentalidade universal, como Platão, Jesus e Tomás de Aquino, têm provado, em suas vidas e em seus ensinos, que neste mundo há mais do que os nossos sentidos nos são capazes de dar conhecimento. Um moderno exemplo disso é o de *Satya Sai Baba* (que vide). Os estudos feitos no campo da regressão hipnótica de pessoas, até os seus nascimentos, têm revelado que mesmo então eles tinham consciência do que estava sucedendo ao seu redor, como, para exemplificar, até o estilo de penteado de suas mães, podendo lembrar e até mesmo compreender diálogos que estavam sendo efetuados na sala do parto! Certo médico ainda recentemente observou que um bebê é uma *pessoa inteira*, presa em um corpo infantil. Isso demonstra, acima de toda dúvida, que a mente de um bebê em nada se assemelha a uma *tabula rasa*, quando ele nasce. Poderia um infante entender um diálogo em um idioma que ele ainda não aprendeu? Ou então, quando já adulto, pode ele compreender tal idioma, porquanto o mesmo foi preservado em sua memória? Os estudos parecem indicar a primeira dessas duas possibilidades. Nesse caso, precisamos postular a existência de uma *mente*, em contraste com o cérebro. A antiga distinção entre a mente e o cérebro está sendo salientada cada vez mais em nossa época, até mesmo através dos métodos científicos. Aqueles que têm experimentado a *projeção da psique* (que vide) têm descoberto, acima de qualquer dúvida, a realidade da mente, completamente à parte da associação com o corpo físico. Em outras palavras, o conhecimento está à nossa disposição, sem qualquer mediação do corpo físico e da percepção de seus sentidos. Estudos sobre as *experiências perto da morte* (que vide) mostram que a parte não-material do ser humano pode separar-se do corpo e observá-lo, retendo plenamente a sua memória e o seu poder de raciocinar. As percepções do espírito podem assemelhar-se às do corpo físico; mas o espírito é dotado de uma percepção superior, um conhecimento intuitivo que bem poucas pessoas, em associação com seu corpo, são capazes de exercer.

O Empirismo e os Mistérios. Não há que duvidar que esta vida está repleta de imensos mistérios, alguns poucos dos quais vão sendo lentamente desvendados. O empirismo, a despeito de suas contribuições, não é capaz de revelar os grandes mistérios.

O Empirismo, O Materialismo e o Ateísmo. Ser materialista ou ser ateu não é um corolário necessário para quem é um empirista. No entanto, a história da ciência mostra que certos homens revoltaram-se contra o dogmatismo da Igreja; e, nessa revolta, chegaram a extremos. Esses extremos incluíam o materialismo e o ateísmo. Em algumas universidades, ser ateu é quase um pré-requisito para ser um cientista. Mas essa atitude está se modificando. De fato, atualmente é evidente que a obtenção de provas em prol da existência e sobrevivência da porção imaterial do homem, a alma, está quase ao alcance da ciência empírica. Os cientistas, e não os filósofos e os teólogos, são os que, provavelmente, desfecharão o golpe fatal no materialismo! — A princípio, isso será feito por certos pioneiros, mas, onde estes traçarem uma vereda, seguir-se-ão outros que ampliarão essa vereda até tornar-se uma auto-estrada. Quando a ciência tiver posto, finalmente, o materialismo, em seu sepulcro, então haverá um notável avanço em todo o conhecimento humano e isso abrirá toda a forma de possibilidade para o avanço na obtenção de conhecimentos, como quase nem podemos imaginar no presente.

A crença na existência da alma é aliada da crença na existência de Deus. Algumas pessoas têm conseguido separar as duas coisas, a exemplo de John Ellis McTaggar (que vide), o qual acreditava na existência da alma (como um produto da evolução), mas não na existência de Deus. Contudo, essas duas crenças usualmente seguem paralelas, porquanto a imortalidade não tem valor algum, se Deus também não existir, porquanto ele é a fonte e o sustentador de toda a vida, aquele cujo poder faz a vida tornar-se digna de ser vivida. (AM EP F MM P)

EMPREGO

Naturalmente, muitos problemas éticos estão envolvidos na questão do *emprego*, o que justifica a inclusão desse assunto, em nossa enciclopédia. Consideremos os três pontos abaixo:

1. *Definição.* O emprego é um relacionamento entre aquele que dá o emprego (o patrão, ou empregador) e o empregado. E a base desse relacionamento é algum acordo voluntário. Se não houver esse acordo, então também não haverá emprego e, sim, alguma forma de escravidão. O sistema de empregos contratados, pois, — visa o benefício mútuo, dos dois lados envolvidos: o patrão e o empregado.

2. *Condições.* As leis dos países e dos governos estaduais estipulam as condições básicas, atendendo a circunstâncias locais. Se essas condições não estiverem sendo observadas, haverá alguma injustiça, haverá algum desrespeito à legislação aplicável ao caso. Além das condições estipuladas por lei (como o salário mínimo, por exemplo), tanto o empregador quanto os empregados têm o direito de estabelecer outras normas, para benefício mútuo. De modo geral, é o patrão quem determina o tipo de serviço de que precisa, e por quanto tempo ele precisa dos serviços. No Brasil, o tempo diário de trabalho está estabelecido por lei. Mas, as classes trabalhistas estão lutando para conseguir a estabilidade que evitaria a temida rotatividade. Esta última significa que quando um operário obtém um emprego, ele sabe que, dentro de algum tempo, seu patrão haverá de querer despedi-lo, para que possa substituí-lo por alguém que aceite um salário menor do que ele está ganhando no momento. O ideal, nesse campo, deve ser algo como sucede no Japão, onde uma pessoa geralmente faz carreira em uma única firma, durante toda a sua vida, sem temer a rotatividade. Mas, para isso, também é preciso uma criação doméstica que, desde o berço, inculque nas pessoas o senso de lealdade e honestidade, compreende o leitor? Afinal, os patrões também precisam de certas garantias. Portanto, isso envolve muito uma questão de cultura, pessoal e coletiva.

Se a pessoa a ser empregada tem muito poder na determinação das condições, então já não haverá uma situação real de emprego e, sim, de *contrato* particular. Este último caso, passamos a exemplificar mediante duas ilustrações: posso contratar os serviços de um advogado, que cuide de meus interesses sobre uma questão qualquer, mas isso não fará dele um empregado meu. Também posso contratar um pedreiro, que faça para mim um serviço na casa; mas este poderá decidir sobre muitas coisas, quanto ao que deverá ser feito e não será um empregado meu. Em casos assim, já nos aproximamos da idéia da sociedade em um empreendimento qualquer. A sociedade dar-se-á nos casos em que ambas as partes envolvidas são impelidas pelo forte desejo de ver um trabalho realizado. Então o «empregado» não se preocupará em cumprir somente condições mínimas de desempenho, mas fará além do que lhe for exigido, despendendo energias de um modo como um empregado comum dificilmente faria.

3. *Obrigações Morais.* A situação empregatícia envolve obrigações morais da parte do patrão e da parte dos empregados. O patrão precisa prover condições de trabalho razoáveis, um lugar de trabalho seguro e um salário justo, mesmo que não generoso. Deve haver provisões que satisfaçam às leis trabalhistas básicas. Um patrão tem o direito de pagar a um empregado mais do que a outro, dependendo dos serviços realizados, dos anos de trabalho dedicados à firma e de diferentes níveis de dedicação que os empregados demonstrem. Ver Mat. 20:1-15 quanto à exemplificação desse princípio. Os patrões precisam tratar seus empregados de maneira digna (Efé. 6:8,9). Um patrão beneficiará a si mesmo e a seus empregados, se conseguir instilar neles a ufania pelo que eles estiverem fazendo. Por sua vez, os empregados devem ao menos uma diligência básica, de tal modo que o trabalho que lhe for dado para fazer seja bem-feito e dentro do prazo marcado razoável. Um empregado precisa ser diligente, pontual e leal. Também precisa ser honesto, evitando qualquer dano que possa ser feito por descuido, desmazelo ou furto. Um empregado também pode prejudicar à firma em que trabalha mediante a resistência passiva, quando só faz o mínimo necessário, ocupando-se, durante as horas de trabalho com atividades tolas, que nada produzem. Os princípios bíblicos que requerem corretas atitudes da parte dos empregados são encontrados em Efésios 6:5-8 e Tito 2:9,10.

Vivendo a Vida Caracterizado pelo Amor. Todos os relacionamentos humanos prosperam quando as pessoas envolvidas fazem o esforço de pôr em execução a lei do amor. Então surgirá em cena a generosidade. Um empregador generoso receberá um serviço generoso da parte de seus empregados, com raras exceções. Mas, o patrão que dá o menos possível, receberá um serviço deficiente e de má qualidade, porquanto far-se-á ausente o tempero da gratidão e da amizade, por parte dos empregados.

EMPRESTAR, TOMAR EMPRESTADO

Seis palavras hebraicas são usadas para indicar o ato de emprestar, ou tomar emprestado. Essas palavras são: *Nashah*, «emprestar com usura» (Deu. 24:11; Jer. 15:10); *shaal*, «pedir» (Êxo. 12:36; I Sam. 1:28); *lavah*, «emprestar» (Êxo. 22:25; Deu. 28:12,44; Sal. 37:26, etc.); *nathan*, «dar» (Lev. 25:37), *abat*, «entretecer» (Deu. 15:6); *maat*, «pouco» (II Reis 4:3). No grego temos duas palavras: *Daneizo*, «emprestar» ou «pedir emprestado» (Mat. 5:42; Luc. 6:34,35); e *kíchremi*, «negociar» (Luc. 11:5).

A prática de emprestar e tomar emprestado era regulada pela lei mosaica. Israel podia emprestar aos pagãos e cobrar juros (Deu. 15:6); mas outro tanto era proibido no caso de compatriotas israelitas (Deu. 23:19,20). Aqueles que não devolviam o que tomavam emprestado, sem importar se dinheiro ou objetos, eram considerados ímpios (Sal. 37:21). No entanto, no êxodo, quando os israelitas pediram emprestado dos egípcios, e não devolveram a eles o emprestado, não foram considerados errados (Êxo. 3:22; ver também Juí. 5:25; 8:24). Talvez fosse uma compensação pelos muitos prejuízos e danos sofridos pelos israelitas, no Egito, naquela geração. Mas, apesar da legislação mosaica a respeito, havia quem exigisse penhor e oprimisse aqueles que não devolviam o empréstimo, por absoluta falta de condições (Deu. 24:10-13,17; 15:1-6; Pro. 6:1; 22:7; Mat. 18:28).

Nos dias do Novo Testamento já se haviam desenvolvido costumes similares àqueles que encontramos nos nossos dias. Havia cambistas, banqueiros, e lucros comerciais cobrados sobre os empréstimos, conforme se vê em passagens como Mat. 25:14-30; Luc. 19:11-27; João 2:13-17. Não há nenhum mandamento neotestamentário que condene a usura, embora o Novo Testamento ensine que se deve usar de misericórdia para com nossos devedores (Mat. 18:23-35). Ver também sobre *Dívida* e *Devedor*. (DEIS LAN)

EM VERDADE, EM VERDADE

João 1:51: *E acrescentou: Em verdade, em verdade*

vos digo que vereis o céu aberto, e os anjos de Deus subindo e descendo sobre o Filho do homem.

Por detrás da tradução «*em verdade*», encontramos no original o vocábulo *amém*, que é literalmente retido por algumas traduções. O autor sagrado do evangelho de João sempre usa a afirmação em forma dupla, e jamais simples, como, por exemplo, «em verdade vos digo». Não sabemos dizer, contudo, qual fórmula exata Jesus empregava regularmente. Ele pode ter usado uma forma simples e uma forma dupla; mas as diferenças existentes entre os evangelhos sinópticos e o evangelho de João, neste particular, provavelmente se derivam meramente da escolha pessoal dos seus respectivos autores, e não são necessariamente, um reflexo de qualquer imitação direta e perfeita do que Jesus costumava dizer. Todavia, quer Jesus usasse a fórmula simples ou a fórmula dupla, o sentido é o mesmo, e a fórmula dupla de forma alguma é mais augusta ou autoritária do que a simples, *em verdade*.

No original, o termo *amém* se deriva de uma raiz que expressa as idéias de «certamente», «verdadeiramente», «fielmente». Era palavra hebraica usada nas orações e liturgias religiosas, como palavra final de aclamação devota. (Ver Deut. 27:15-26; Sal. 41:13; 89:52). Também é empregada como afirmação das próprias palavras de alguém, a exemplo de Jesus e de Paulo (ver Rom. 9:5 e 11:36). Quando usada como palavra inicial, significa «verissime», «certissime», isto é, «verdadeiramente», «em verdade». Esse termo deveria ser familiar no hebraico e no uso cristão primitivo, pois de outro modo João tê-lo-ia explicado. Os evangelhos sinópticos se utilizam do termo por cerca de cinqüenta vezes, e ocorre no evangelho de João (na forma dupla), por cerca de vinte e cinco vezes. Sem contar os evangelhos, aparece por mais outras setenta vezes, a maioria delas nas epístolas de Paulo, em I Pedro, em II Pedro, em I e II João, e no livro de Apocalipse. O seu propósito é o de destacar a *autoridade* das declarações que vêm em seguida.

ENÃ

No hebraico, «fonte dupla(?)» Outros estudiosos preferem «par de olhos». Esse foi o nome de uma cidade e de um homem, a saber:

1. Uma cidade nas terras baixas da tribo de Judá (Jos. 15:34). Há eruditos que pensam que se trata da mesma Enaim (Gên. 38:14,21) (que vide).

2. O pai de Aira, mencionado por cinco vezes no Antigo Testamento (Núm. 1:15; 2:29; 7:78,83; 10:27). Enã era líder da tribo de Naftali, nos dias em que o povo de Israel vagueava pelo deserto do Sinai. Foi nomeado por Moisés para ajudar no recenseamento feito no Sinai e trouxe as oferendas tribais apropriadas.

ENAIM

No hebraico, **pethach enayim**, que, literalmente, significa «entrada dos dois olhos», uma rara forma dual no hebraico. No hebraico e em alguns outros idiomas, o dual era o plural de pares. A expressão ocorre somente em Gên. 38:14,21. A nossa versão portuguesa traduz, respectivamente, por «entrada de Enaim» e «caminho de Enaim». Em Josué 15:34 há menção à cidade de *Enã* (ver o verbete anterior, com esse título). Alguns estudiosos supõem que estava em foco um par de fontes. Porém, a palavra hebraica tem uma longa e complicada história e o que esses estudiosos têm dito é pura conjectura.

••• ••• •••

ENANTÃ

Esse nome encontra-se no livro apócrifo de I Esdras 8:44. Nas listas paralelas de Esdras 8:16, o nome é *Elnatã* (que vide). Enantã não aparece no cânon palestino.

ENCAIXES

No hebraico, **yad**, «mão». Mas, com esse sentido, em Êxo. 26:17,19 e 36:22,24. Talvez a referência seja a tarugos ou presilhas, usadas nas beiras das tábuas que formavam as paredes laterais do tabernáculo armado no deserto, pelos israelitas. Um tarugo é usualmente uma projeção, em uma tábua, que se encaixa em perfurações, em outra tábua, atuando como se fosse uma espécie de prego de madeira.

ENCANTADOR

No hebraico temos oito vocábulos que devem ser levados em conta quanto a este verbete, a saber:

1. *Nachash*, «sussurrar», «usar de encantamentos», «encantador». Essa palavra é usada por sete vezes: Deut. 18:10; Núm. 23:23; 24:1; II Reis 17:17; 21:6; Lev. 19:26 e II Crô. 33:6.

2. *Anan*, «observar as nuvens», «encantador». Esse termo é usado por nove vezes: Jer. 27:9; Lev. 19:26; Deu. 18:10,14; II Reis 21:6; II Crô. 33:6; Isa. 2:6; Miq. 5:12; Isa. 57:3.

3. *Lachash*, «sussurro», «amuleto». Vocábulo usado por cinco vezes: Ecl. 10:11; Jer. 8:17; Sal. 58:5; II Sam. 12:19; Sal. 41:7.

4. *Lat*, «encantamento», «segredo». Termo empregado por três vezes: Êxo. 7:22; 8:17,18.

5. *Cheber*, «encantamento». Palavra que ocorre por três vezes: Sal. 58:5; Isa. 47:9,12.

6. *Lehatim*, «brilhos». Palavra que aparece apenas por uma vez: Êxo. 7:11.

7. *Ittim*, «prestidigitador», «ilusionista», «impostor». Palavra que aparece por apenas uma vez: Isa. 19:3.

8. *Chabar cheber*, «fascinar». Expressão usada por duas vezes: Deu. 18:11 e Sal. 58:5.

A idéia de «sussurro», por detrás de certas palavras hebraicas envolvidas neste verbete, refere-se aos augúrios daqueles que buscavam consultar os baalins (Núm. 24:1). Talvez haja nisso uma referência à adivinhação por meio de serpentes (*ofiomancia*). Os encantamentos por meio de palavras proferidas destacam-se em Isa. 47:9,12, onde é usada a palavra hebraica *cheber*. Ver o artigo geral sobre *Adivinhação*

O Antigo Testamento proibia a prática da adivinhação, sob qualquer de suas formas; mas o fato é que os hebreus praticavam encantamentos como parte de sua cultura. Assim, o *Urim e o Tumim* (que vide) envolviam o lançamento de sortes, ou alguma forma de bola de cristal. É possível que esses objetos (pois seus nomes estão no plural) fossem pedras preciosas que o sumo sacerdote ficava olhando, produzindo nele uma espécie de transe hipnótico, que facilitava o discernimento profético. O sentido da palavra hebraica *urim*, «luzes», favorece essa idéia, embora ninguém tenha certeza quanto ao que estava envolvido. Ver o uso desses objetos, com propósitos oraculares, em Deuteronômio 33:8,10 e Números 27:21. Fora da cultura dos hebreus, embora conhecido por eles, havia o encantamento por meio de serpentes (Ecl. 10:11 e Jer. 8:17). O «sussurro» talvez fosse uma alusão ao «silvo» das serpentes.

Também havia a profissão dos astrólogos (Dan.

2:10, etc.). É que as pessoas interessam-se por todos os meios que, supostamente, prevêem o futuro ou dão conselhos sobre o que deve ser feito neste ou naquele caso, porquanto uma evidente incerteza permeia a vida e todas as suas vicissitudes. A maioria dessas coisas, reconhecidamente, são apenas jogos, como se esses pudessem orientar as pessoas. Na falta de orientação mais segura, serve mesmo o acaso, o azar! Todavia, tambem estão envolvidas atividades psíquicas, algumas das quais envolvem as intervenções demoníacas. O artigo sobre *Adivinhação* aborda, com detalhes, essas questões.

ENCANTADORES

Ver sobre **Adivinhação** e sobre **Mágica**.

ENCANTAMENTO

Os encantamentos são aquelas práticas, comuns entre os povos primitivos, de usar fórmulas verbais ou ritos mágicos que encorajariam os poderes sobrenaturais a entrar em ação, praticando o bem ou o mal, abençoando ou amaldiçoando as pessoas, exorcisando os demônios, provocando experiências místicas ou curando enfermidades. Essas fórmulas verbais são faladas ou entoadas e, geralmente, fazem parte de rituais para todos os tipos de ocasiões.

Em seus primórdios, um encantamento era um desejo envolto em fortes emoções, expresso *por meio de palavras*. Segundo é mundialmente entendido, um encantamento é alguma combinação de palavras que, supostamente, está carregada de uma potência misteriosa qualquer, capaz de cumprir aquele desejo expresso. Um amuleto, por sua vez, é um *objeto material* qualquer que, supostamente, mostrar-se-ia eficaz na obtenção de certos benefícios. Um encantamento em forma escrita sobre um objeto, torna-se um amuleto. A distinção entre encantamento e amuleto geralmente é esquecida, pelo que, muita gente chama os amuletos de encantamentos, embora equivocadamente. Os amuletos devem ser usados em contacto com a pessoa. Visto que sua função essencial é a de cumprir desejos, espera-se que os amuletos confiram riquezas, forças físicas, boa sorte, sucesso nas conquistas amorosas, vitória nas batalhas, proteção diante dos perigos, cura de enfermidades, proteção à saúde, proteção contra tentativas de morte, proteção contra os ataques de demônios e fantasmas, proteção contra a inveja, contra o mau-olhado, etc. Ver os artigos separados sobre *Amuletos, Mágica* e *Feitiçaria*.

É evidente que recursos dessa espécie ficam bem em pessoas de mente obscurecida pelo paganismo da pior espécie. Poderíamos juntar a isso as chamadas «rezas», como as de São Cipriano, etc., que supostamente fazem as pessoas até mesmo tornarem-se invisíveis, podendo escapar à detecção da polícia. Muitas pessoas que entram pela senda do crime procuram proteger-se sob o manto dessas superstições. Os amuletos e as pessoas que os usam se equiparam.

ENCANTAMENTO DE SERPENTES

A prática antiga do encantamento de serpentes é referida por duas vezes nas páginas da Bíblia, e ambas as vezes em sentido metafórico. A primeira dessas menções fica em Salmos 58:4,5. Nesse trecho, os ímpios são comparados a serpentes peçonhentas, que não dão ouvidos à voz dos encantadores, ou seja, não dão ouvidos à razão, mas fazem ouvidos surdos para todos os conselhos. Na passagem de Jeremias 8:17, Deus adverte aos israelitas que enviaria entre eles serpentes venenosas contra as quais não haveria defesa, ainda que apelassem para encantamentos. Antes, eles seriam mordidos por elas. Sem dúvida, essa linguagem oculta uma alusão aos babilônios, que haveriam de conquistar militarmente a Judéia, levando os seus habitantes para o exílio. Foi precisamente o que aconteceu, em 587 A.C.

Diversas palavras hebraicas são usadas com a idéia de «encantamento». Porém, quando se trata de encantamento de serpentes, devemos destacar o vocábulo hebraico *lachash*, que significa «sussurro», «encantamento», conforme o mesmo aparece no trecho de Eclesiastes 10:11, onde se lê: «Se a cobra morder antes de estar encantada, não há vantagem no encantador».

As serpentes eram muito numerosas na Palestina, por isso a arte de encantar serpentes era praticada na região. Mas, se havia serpentes susceptíveis a essas técnicas de encantamento, outras resistiam a tudo (ver Sal. 58,4,5; Jer. 8:17). É possível que o trecho de Isaías 3:3 também se referia ao encantamento de serpentes. Na passagem de Jeremias 8:17, o encantamento de serpentes é usado metaforicamente para descrever os adversários de Judá, que eram «áspides contra as quais não há encantamento e vos morderão», no dizer do Senhor. E, em Salmos 58:4,5, os ímpios são caracterizados como serpentes peçonhentas e como a «víbora surda», que tapa os ouvidos para não ouvir a voz dos encantadores, ou seja, que não dão ouvidos às advertências de Deus, através de seus pregadores e profetas.

ENCANTO

Ver os artigos sobre **Adivinhação** e **Mágica**.

Um encantamento é lançado mediante a palavra falada ou escrita, ou através de símbolos apropriados ao propósito. O objetivo de um encantamento é modificar, anular ou provocar eventos, operando alterações na natureza das coisas, ajudando a alguém ou a alguma coisa, impedindo ou prejudicando a alguém ou a alguma coisa. Com freqüência, os encantamentos são falados ou escritos com supostas palavras poderosas que atraem a cooperação de espíritos e deuses. A maioria das religiões envolve algo de *encanto* de maneira aberta ou sutil.

ENCARNAÇÃO (DE CRISTO)

Ver também sobre *Encarnações*.

I. O Fato da Encarnação
II. A Natureza da Encarnação
III. A Confissão da Encarnação
IV. O Grande Efeito da Encarnação
V. A Operação da Encarnação pela Água e Pelo Sangue

I. O Fato da Encarnação

João 1:14: *E o Verbo se fez carne, e habitou entre nós, cheio de graça e de verdade; e vimos a sua glória, como a glória do unigênito do Pai.*

E o Verbo se fez carne. Ver o artigo sobre *Verbo* (*Logos*). O majestático prólogo foi desenvolvendo impacto até este ponto, demonstrando a história do Logos antes de sua encarnação, a sua eternidade essencial, a sua divindade, a sua função criadora; e agora é exposta aquela característica distintiva da doutrina joanina do «Logos», que faz contraste com a doutrina da primitiva filosofia grega, da teologia

hebraica, dos pensamentos do neoplatonismo, como aqueles que foram esposados por Filo. (Quanto a uma completa discussão acerca da doutrina do «Logos» e seu desenvolvimento, ver as notas existentes em João 7:1-3 no NTI).

Este versículo 14 faz parte integral da seção que cobre os vss. catorze a dezoito, e que serve de coroa da doutrina do *Logos*, parte essa que contém a mesma mensagem essencial do evangelho inteiro de João. A declaração «E o Verbo se fez carne...» é um repúdio definido contra todo e qualquer ensinamento gnóstico, tanto no tocante à natureza do *Logos*, como no que se refere ao repúdio à natureza física humana. Os *gnósticos* ensinavam que o corpo é a residência do princípio do mal, e também diziam que aquilo que fazemos com os nossos corpos pouca diferença faz para as nossas almas; e que é por ocasião da morte que o espírito fica liberto desse princípio do mal. No entanto, o N.T., apesar de encontrar muito maior valor no espírito humano do que no corpo do homem, não declara que este contenha o princípio do mal; que seja um obstáculo, está certo, mas não que seja inerentemente perverso. O corpo não pode mesmo ser inerentemente mal, porquanto o próprio «Logos», o mais elevado de todos os seres espirituais, pôde manifestar-se em carne, isto é, em uma verdadeira encarnação. Ora, uma das mais bem salientadas doutrinas do evangelho de João é justamente esta—a encarnação foi real, Jesus foi um homem autêntico, e não um fantasma; Jesus sofreu as tristezas humanas e teve uma morte vergonhosa. Tudo isso seria impossível, caso fossem verdadeiros os ensinamentos dos gnósticos. O apóstolo Paulo afirma a mesma verdade em Rom. 8:3. Alguns gnósticos ensinavam que o Cristo Espírito (o «Logos») teria descido sobre o homem Jesus, por ocasião de seu *batismo*, tendo-se afastado dele quando da *crucificação*, porquanto o verdadeiro «Logos», na opinião deles, não poderia nem nascer como homem e nem morrer. Dessa maneira, os gnósticos julgavam que o versículo catorze do primeiro capítulo do evangelho de João se referia ao batismo de Jesus, e não ao seu nascimento. Não obstante, os vss. 32-34 desse mesmo primeiro capítulo mostram, mui claramente, que foi o Espírito Santo que desceu sobre o Senhor, por ocasião de seu batismo, e não o «Logos».

«O vs. 14 contém a idéia central do prólogo—o evangelho e o sistema do cristianismo—sim, até mesmo a idéia central da história inteira do mundo. Pois a história antiga, anterior à encarnação, foi uma preparação para a vinda de Cristo, como cumprimento de todos os tipos simbólicos, profecias e mais nobres aspirações dos homens; e a história, após esse acontecimento, é subserviente à propagação e ao triunfo do cristianismo, até que Cristo venha a ser tudo em todos. A teologia joanina é cristológica do princípio ao fim (comparar com I João 4:2,3); a teologia de Paulo, nas epístolas aos Romanos e aos Gálatas é antropológica e soteriológica, mas, nas epístolas aos Colossenses e aos Filipenses é, por semelhante modo, cristológica, ao passo que no trecho de I Tim. 3:16 o apóstolo Paulo faz da encarnação o fato central de nossa religião. Contudo, a idéia da encarnação, o grandioso mistério da piedade, não deve ser confinada ao mero nascimento de Cristo, mas deve ser estendida a toda a sua vida divina humana, à sua morte e à sua ressurreição; trata-se de Deus manifestado na carne». (Philip Schaff, *in loc.* no Lange's Commentary).

II. A Natureza da Encarnação

1. Ele participou de nossa natureza por destruir as forças do mal (quando de sua morte), Heb. 2:14.

2. Ele assumiu nossa natureza para que, por nossa vez, pudéssemos assumir a sua natureza, Fil. 2:7 e Col. 2:9,10.

3. Ele participou da nossa miséria, para que pudéssemos participar de sua plenitude, Efé. 1:23 e 3:19.

4. Ele andou em nossas trevas, para que pudéssemos participar de sua luz, João 1:9 e Col. 1:13.

5. Ele é o Caminho (João 14:6), mas também é o Pioneiro, o primeiro a andar por esse caminho, Heb. 5:9.

6. Ele experimentou nossas fraquezas, para que pudéssemos participar de sua vida eterna, Rom. 8:3 e Heb. 2:9.

7. O trecho de Rom. 8:3 fornece-nos uma importante *definição* acerca da natureza da encarnação: «Porquanto o que fora impossível à lei, no que estava enferma pela carne, isso fez Deus, enviando o seu próprio Filho, em semelhança de carne pecaminosa, e, no tocante ao pecado; e, com efeito, condenou Deus, na carne, o pecado». Isso demonstra, de forma conclusiva, que a «carne» que Jesus tomou para si mesmo era idêntica à de todos os outros homens, isto é, ele era um homem real, e não uma imitação de homem ou uma representação humana parcial. Dessa forma, as conjecturas que asseveram que ele não tinha alma humana (Prázeas, Kostlin, Zeller e outros) são todas falsas. Outrossim, cumpre-nos rejeitar idéias semelhantes às do gnosticismo, que dizem que apesar dele ser humano, contudo, em sua humanidade, ele era uma espécie de super-homem, e que, nessa qualidade, ele foi exaltado acima das limitações materiais dos homens (conforme ensinava o sistema valentiniano).

O Logos se tornou carne, e acerca disso declarou Ewald (segundo foi citado no **Lange's Commentary**): «De todas as palavras que expressam a natureza humana, João selecionou as mais vis e as mais desprezíveis, isto é, a *carne*, vocábulo esse que, no V.T., denota a porção mais inferior, perecedora, corruptível do homem; porém, nem mesmo o «Logos» desprezou a «carne», e por isso ele se tornou homem no sentido mais absoluto do termo. A expressão utilizada pelo apóstolo Paulo, 'carne pecaminosa', serve para destacar esse particular. Cristo não pecou, e no entanto tomou sobre si aquela natureza humana que se deixara envolver demasiadamente no princípio do mal, e assim ficara debilitada, a fim de que a pudesse elevar até os lugares celestiais. (Quanto a versículos que falam sobre a alma de Cristo, ver João 11:33; 13:21; 19:30).

8. *Habitou entre nós*. Essas palavras implicam em mais do que a tradução em português parece indicar. A palavra grega traduzida por *habitou*, neste caso, se deriva do substantivo que significa *tenda*, e é bem provável que apesar desse vocábulo ser usado no simples sentido de «habitar», sem qualquer referência à sua etimologia, contudo, o místico autor do evangelho de João talvez tenha querido fazer uma definida *alusão ao tabernáculo*, armado no deserto, onde o Senhor viera habitar no meio do seu povo. (Ver Êxo. 25:8,9 e 40:34). Estamos lembrados das manifestações visíveis da presença de Deus, como no caso da coluna de fogo e nuvem, que pairava por cima da tenda da congregação, e isso servia de sinal externo de que Deus, em forma perfeitamente real, habitava com o seu povo antigo.

9. *A presença* de Deus, de acordo com o uso judaico posterior, veio a ser designada como a *Shekina*, que

poderia sugerir, aos judeus bilíngües, o vocábulo grego de pronúncia semelhante *skene*, isto é, «tenda». Dessa maneira, a presença de Deus, em João 1:14, é salientada; e essa presença se tornara agora visível por intermédio do «Logos» na carne, a saber, Jesus Cristo. Assim sendo, Deus *contava com seu tabernáculo* entre os homens. (Ver Lev. 27:11; II Sam. 7:6; Sal. 78:67 e Ezé. 37:27). Nas páginas do V.T., o tabernáculo era tanto o lugar da habitação de Deus como o lugar de encontro entre Deus e os homens. Assim também o «Logos» veio ter com os homens, tornou-se homem, e, ao mesmo tempo, era Deus manifestado aos homens. O termo «tabernáculo» também pode dar a entender uma permanência apenas temporária; e isso expressa a verdade, em certo sentido, porquanto o «Logos» desde há muito passou para uma dimensão mais elevada, e está em um estado de glória. Não obstante, o tabernáculo de Deus, de outras formas, está sempre entre os homens, como também é indicado pela passagem de Apo. 21:3, que diz: «...Eis o tabernáculo de Deus com os homens. Deus habitará com eles. Eles serão povos de Deus e Deus mesmo estará com eles». (Ver também o trecho de Apo. 7:15).

Entre nós. — Indubitavelmente temos aqui uma ilusão de um contato face a face com o **Logos**. «De acordo como o espetáculo se apresentava ante a mente do evangelista, e considerando como a memória mais pessoal as palavras 'entre nós', isso se tornou para ele o objeto de uma deleitosa contemplação». (Godet, *in* João 1:14).

Referência semelhante, embora mais completa, é nos oferecida por esse mesmo autor sagrado, em I João 1:1,2, onde ele diz: «O que era desde o princípio, o que temos ouvido, o que temos visto com os nossos próprios olhos, o que contemplamos e as nossas mãos apalparam, com respeito ao Verbo da vida, e a vida se manifestou, e nós a temos visto, e dela damos testemunho...»

Apesar de que isso alude, de forma definida, ao testemunho ocular de João, que pôde contemplar ao *Logos* e à sua glória, com os seus próprios olhos, por extensão, isso significa que o «Logos» habitou entre os homens, no meio da humanidade em geral; e assim ele pôde ser contemplado, porquanto aqueles que o viram pessoalmente haveriam de ser testemunhas oculares dessa visão, tendo descrito a mesma, bem como a sua importância, para todos os homens. Por isso mesmo compreendemos que essa revelação visava todos os homens, a humanidade inteira, e certamente os efeitos dessa revelação têm por intenção ser aplicados a todos os homens de todos os lugares da terra. Os trechos de I Ped. 3:18,19 e 4:6 ensinam os efeitos universais da encarnação, da morte, da ressurreição e da glorificação do «Logos», onde aprendemos que até os níveis espirituais mais inferiores foram soerguidos por essa visitação de Deus na pessoa do «Logos». Dante, no sétimo canto de seu poema *Paraíso*, fala sobre o *Logos* e a encarnação como segue:

...a espécie humana, lá em baixo
Jaz enferma por muitos séculos, em grande erro,
Até que ao Verbo de Deus agradou descer
Até onde a natureza, de seu próprio Criador
Se alienara, Ele se uniu a Ele, em pessoa
Por ato exclusivo de Seu eterno amor.

10. *Contraste às Idéias do Gnosticismo.* A encarnação nega o *Docetismo* (que vide) e também a idéia da *possessão* do *Logos* do corpo de *Jesus*—sendo o Logos e Jesus vistos como entidades distintas. Ver o artigo sobre *Gnosticismo*.

III. A Confissão da Encarnação

I João 4:2: *Nisto conheceis o Espírito de Deus: todo espírito que confessa que Jesus Cristo veio em carne é de Deus;*

O teste exposto pelo autor sagrado é bastante simples, mas certamente é inadequado para testar todos os casos de falsos profetas. (Ver os comentários sobre «provai os espíritos», no primeiro versículo do quarto capítulo de I João no NTI). Neste ponto o autor sagrado menciona apenas uma questão crítica, o «docetismo».

O gnosticismo cria ser impossível a «encarnação» do «Logos» (uma emanação elevadíssima de Deus), e até mesmo de um «aeon» qualquer (uma das emanações angelicais, entre os quais enfileirava o «Espírito-Cristo»). Para eles a «matéria» era o princípio mesmo do mal, pelo que seria impossível que uma emanação de Deus (um ser espiritual), dotado de qualquer grau de santidade, pudesse encarnar-se realmente. Portanto, não criam que «Jesus» e o «Cristo» fossem a mesma pessoa. Antes, um «aeon» ter-se-ia apossado do corpo de Jesus de Nazaré, quando de seu batismo, tendo-o abandonado por ocasião da crucificação. Não teria havido nisso qualquer «encarnação». Portanto, o «Espírito-Cristo» teria de homem apenas a «aparência». Também não teria sofrido, pois certamente não poderia morrer. A morte de Jesus, por essa razão, não teria valor expiatório. Além disso, o Cristo teria vindo somente «pela água» (isto é, foi autenticado em seu batismo), mas não «pelo sangue», não havendo autoridade para sua morte como expiação; mas ver I João 5:6.

O docetismo puro. Alguns gnósticos acreditaram que o **Espírito-Cristo** não tinha um corpo físico, nem possuia o corpo de um homem (Jesus), mas sim, fez uma encenação, *como se fosse homem*. Neste caso seu suposto corpo físico era somente uma *ilusão* teatral, não um corpo verdadeiro.

Ver o artigo sobre *Docetismo* que oferece explicações, tanto da forma *pura* como da teoria *da possessão* que é uma forma de meio docetismo.

Da noção de que o Espírito-Cristo apenas *parecia* humano, mas não era, é que obtemos a palavra «docetismo», que se deriva do termo grego «dokeo», que significa «parecer». A maioria dos gnósticos não identificava o «aeon» (emanação angelical) chamado «Cristo» com o «Verbo» ou «Logos», pois este seria uma elevadíssima emanação divina, não podendo contaminar-se pela aproximação à matéria. Por isso mesmo, para a maioria deles, Cristo teria sido apenas um dentre muitos poderes angelicais dotados de uma missão terrena. Mas essa missão teria sido efetuada mediante o «uso» do corpo do homem Jesus de Nazaré por alguns anos. Porém, ainda segundo pensavam os gnósticos, haveria muitos salvadores, pequenos deuses e mediadores. Muitos dos gnósticos nem ao menos faziam de Cristo o principal «aeon», embora estivesse encarregado de uma missão especial nesta esfera terrena. Notemos, entretanto, que segundo diz a epístola de I João, «Jesus Cristo» veio na carne. O autor sagrado identifica Jesus com o Cristo, como uma única e só pessoa, que se uniram mediante uma autêntica encarnação. É a passagem de I João 1:1 mostra-nos que o autor sagrado identificava esse «Cristo» com o «Verbo» ou «Logos».

IV. O Grande Efeito da Encarnação

A encarnação do «Logos» subentende a **fusão** da divindade e da humanidade em Jesus, o Cristo. E essa fusão é o arquétipo ou modelo da futura fusão do divino com o humano, nos outros filhos, porquanto também haverão de participar da natureza divina (ver

II Ped. 1:4), após terem sido transformados segundo a imagem do próprio Cristo. Desse modo, pode-se perceber quão vital é a doutrina da «encarnação do Logos», pois é o fundamento de nossa salvação eterna, e não apenas a base para uma melhor compreensão sobre a natureza de Cristo. Cristo identificou-se plenamente com os homens, a fim de que, na eternidade, mediante um processo eterno, os homens pudessem identificar-se plenamente com Ele. Esse conceito é comentado amplamente nas notas expositivas sobre Col. 2:10 no NTI.

O trecho de II Cor. 3:18 pinta o crente a olhar para o *espelho espiritual*, que é Cristo. Quando olha para esse espelho, vê, não a si mesmo, mas antes, ao «Homem ideal». Nesta contemplação do *homem ideal* (que é Cristo), o crente vai sendo gradualmente transformado em sua imagem, de um estágio de glória para outro. Esse processo é ativo e é mantido pelo Espírito Santo. O grande alvo é que ao olhar para o espelho, veja a Cristo Jesus, e não a si mesmo, pois a natureza e os atributos de Cristo tornar-se-ão reais possessões suas. Porquanto o Filho participa infinitamente da natureza e dos atributos de Deus, ele sempre será ímpar; mas a eternidade inteira terá por desígnio ir diminuindo a diferença entre o Filho de Deus e os filhos de Deus. Trata-se de uma inquirição eterna; não haverá qualquer estagnação, e Cristo será sempre o alvo de toda a existência. Ele é o «Alfa»; mas é igualmente o «Ômega».

V. A operação da Encarnação pela Água e pelo Sangue

I João 5:6: *Este é aquele que veio por água e sangue, isto é, Jesus Cristo; não só pela água, mas pela água e pelo sangue.*

Veio. Por ocasião de sua missão terrena, *na encarnação*. Cristo Jesus foi *enviado* pelo Pai, o que subentende as seguintes verdades:

1. A sua preexistência e missão messiânica, em favor da redenção humana.

2. Sua união com o Pai, em unidade de propósitos.

3. Seu ofício intermediário, que pertence exclusivamente a ele, não tendo sido compartilhado por qualquer sucessão sombria de *aeons* ou poderes angelicais.

4. Sua autoridade, recebida da parte do Pai.

5. O fato de que ele é o representante das regiões celestiais, com o intuito de levar até ali os homens, mediante o seu ofício remidor. Esse tema se encontra no evangelho de João por cerca de quarenta vezes. (Ver João 3:17 no NTI quanto a notas expositivas completas a esse respeito. Comparar também com I João 4:9,10,14). O Espírito Santo é testemunha dessa missão de Cristo, mas não veio a este mundo no mesmo sentido em que Cristo veio, porquanto o Espírito nunca se encarnou.

Por meio da água. Consideremos os pontos seguintes:

1. A alusão aqui feita é ao batismo de João, ao tempo de sua unção pelo Espírito Santo. Sua missão tornou-se autoritária por essa unção.

2. Os gnósticos pervertiam isso, supondo que o homem Jesus de Nazaré fora «possuído» pelo «aeon» que seria o *Espírito-Cristo*, por ocasião de seu batismo. Mediante essa noção, mantinham a «distinção» de pessoas entre o *Espírito-Cristo*, e Jesus de Nazaré, desse modo negando inteiramente a verdade bíblica da encarnação.

3. Por extensão, o Espírito Santo nos confere a mesma unção e autoridade, porquanto a nós também foi dado o dom do Espírito (ver as notas em Atos 2:4 no NTI).

4. Não há qualquer alusão ao batismo cristão, como aquilo que é o meio de mediação do Espírito. O batismo em água, entretanto, talvez tenha por intuito simbolizar a regeneração; mas até mesmo isso é duvidoso. Seja como for, o intuito do autor sagrado é salientar as questões *históricas* relativas à missão do Cristo encarnado, e não algum sacramento da cristandade posterior. A idéia do sacramento só pode ser introduzida aqui como uma «alusão», que quiçá se faça presente, mas não por implicação direta.

E sangue. Está em foco a expiação pelo sangue de Cristo. Jesus, o Cristo, morreu, e isso fez expiação pelo pecado. (Ver I João 2:2). Os gnósticos supunham que Cristo, o *aeon*, não poderia sofrer e nem morrer, e que a morte de Jesus não foi a mesma coisa que a morte de Cristo, não tendo havido qualquer valor expiatório nessa morte. Quando muito, Jesus teria morrido como mártir, em defesa de uma boa causa. Na verdade, entretanto, Cristo viera «pelo sangue». Em outras palavras, o sucesso de sua missão dependia da expiação pelo sangue. (Ver o artigo sobre a doutrina da *Expiação*).

Naturalmente, a menção do sangue fala sobre os benefícios que os homens recebem devido à expiação pelo sangue de Cristo, e, apenas mui indiretamente, através da Ceia do Senhor, que celebra isso.

«A ênfase recai sobre a vinda de Cristo 'por' e 'com o sangue' (ver João 19:34,35), porque sua morte sobre a cruz e a sua significação eram negadas pelos docéticos, pelos seguidores do Batismo e também por outros grupos». (Wilder, *in loc.*). Esses benefícios são transmitidos misticamente, e não através de cerimônias, conforme se aprende em Rom. 6:3 e Col. 3:1,2. Em outras palavras, o Espírito Santo é quem os torna reais para nós, transformando-nos de acordo com a morte e a vida ressurrecta de Cristo.

A *encarnação* é uma verdade (como acabara de ser afirmada). Inclui tanto o batismo como a expiação, como aspectos de seu propósito. Aquele que confia no Cristo encarnado, que foi ungido pelo Espírito Santo, por ocasião de seu batismo, e que fez expiação pelos pecados, mediante sua morte, haverá de vencer o mundo. O autor sagrado diz, indiretamente, que o *Cristo-aeon* postulado pelos gnósticos era um *pseudo-cristo* e não o verdadeiro Cristo.

Não somente com água. Temos aqui uma enfática reiteração dos princípios postulados, de tal modo que ninguém viesse a equivocar-se acerca do que o autor sagrado queria dizer. Para o autor sagrado, essas verdades são tão fundamentais e importantes que não podem ser enfatizadas em demasia; a vida eterna, no caso dos homens, depende delas.

Pai, se Ele, O Cristo, foi teu revelador,
Em verdade, o Primogênito do Senhor,
Então deves ser Sofredor e Curador,
Transpassado no coração pela tristeza da espada.

Então deve significar, não somente que tua tristeza
Feriu-te certa vez, sobre aquela cruz solitária,
Mas que hoje, esta noite, e pela manhã,
Ainda assim virá, ó Deus galante, a Ti.
(G.A. Studdert-Kennedy)

Os gnósticos ensinavam que a salvação vem pelo «conhecimento», de forma mágica, mística e cerimonial. Pelo contrário, no dizer do autor sagrado, há um único Salvador, em quem esse grande benefício é dado aos homens. Cumpre-nos «conhecer» a Cristo. E disso consiste a vida eterna. (João 17:3). «Havia algo no...amor de Deus que a água não poderia expressar. Havia algo na necessidade humana que a água não podia satisfazer adequadamente, mas somente o

sangue». (Law, Tests of Life, pág. 122).

Há interpretações inferiores e falsas acerca de I João 5:6.

1. Alguns imaginam estar aqui em foco o que é puramente sacramental, o que faz a palavra «água» aludir ao batismo cristão, ao passo que o «sangue» seria a Ceia do Senhor. Mas é o que sucedeu na vida de Cristo que está aqui em foco, e não as ordenanças cristãs do batismo e da Ceia do Senhor.

2. Também não podemos dividir os dois elementos, fazendo com que a «água» aponte para o batismo cristão, como uma cerimônia, ao passo que o «sangue» seria a expiação de Cristo, como acontecimento histórico. Ou então, vice-versa, a *água*, indicaria o batismo de Cristo, ao passo que o «sangue» apontaria para a Ceia do Senhor.

3. Nem está em foco a vida «inteira» de Cristo, que envolveu esses dois acontecimentos importantes, o batismo e a morte. Essa interpretação, contudo, não contradiz a verdade; pois a *encarnação* que naturalmente incluiu a missão terrena inteira de Cristo, teve esses dois eventos centrais. Poder-se-ia argumentar, porém, que o termo *veio* indica a missão encarnada de Cristo; e, nesse caso, essa vinda é definida pelos dois termos, «água» e «sangue». Se realmente esse é o intuito do autor sagrado, então essa é a interpretação correta do versículo. Seja como for, o contexto geral ensina exatamente isso, porque a encarnação está em foco em I João 3:1-5.

4. A água e o «sangue» não são aqueles elementos aludidos em João 19:34, o fluxo desses líquidos do lado de Cristo, depois que o soldado o feriu com a lança.

ENCARNAÇÕES

Ver o artigo separado sobre a **Encarnação de Cristo**. A doutrina da Encarnação é comum a todas as religiões. Fica pressuposto que uma entidade divina (ou demoniaca) pode assumir controle, temporário ou pela vida inteira, em um animal ou em um corpo humano. Isso pode acontecer com bons ou maus propósitos. Várias culturas têm suposto que seus principais líderes e suas grandes figuras religiosas foram assim usadas pelos deuses ou por espíritos. Ver o artigo separado sobre a *Deificação*.

1. *Formas de Relacionamento*. O poder encarnador encarna-se a fim de dar alguma revelação ou visão, a fim de dotar com algum poder especial ou ofício, a fim de outorgar autoridade para governar, estabelecendo a autoridade de alguma dinastia real, ou a fim de dar poder para curar, para prover um desenvolvimento espiritual mais elevado, para iluminar, para amaldiçoar ou para abençoar.

2. *Pessoas Específicas*. A glória real dos monarcas persas, os demônios ou gênios dos gregos e romanos, a luz divina dos imãs xiitas islâmicos, o poder por detrás dos Faraós egípcios são incidentes bem conhecidos dessa doutrina. No caso dos egípcios, supunha-se que o deus-sol, Rá, tomava a forma de um monarca governante, a fim de impregnar a rainha,—e dar continuidade à linhagem real. De acordo com a teologia hindu, Deus encarnar-se-ia periodicamente a fim de dar orientação em ocasiões especialmente difíceis e testadoras.

A religião grega popular tinha estórias sobre encarnações temporárias, quando um dos deuses vinha para realizar algum serviço especial, como alterar o curso de alguma batalha, vingando-se ou para ser o pai divino de alguma criança nascida de uma mulher humana. Os muitos casos amorosos de Zeus tornaram-se um dos escândalos da religião grega, uma vez que os homens começaram a meditar mais detidamente sobre seus deuses e sobre si mesmos.

No hinduísmo, o benéfico Vishnu é quem está envolvido na maioria das estórias de encarnação. Essa divindade viria para consolidar o quadro, porquanto, na antiguidade, havia histórias sobre outros deuses, que teriam vindo para centralizá-lo e unificá-lo. Isso posto, Vishnu seria uma virtual figura de Filho (falando em termos cristãos), nessa fé. Quando o mundo afunda na depravação, quando a iniqüidade consegue dominar as coisas, quando a decadência envolve todas as coisas, quando os homens encontram-se em dificuldades que não podem solucionar, Vishnu encarnar-se-ia em algum grande profeta, conferindo aos homens alguma nova direção e experiência espiritual. E assim os bons ensinamentos seriam restaurados. As encarnações de Vishnu seriam inúmeras, em corpos de animais, em corpos de seres humanos, em santos, em governantes, etc.

Embora o budismo fosse, originalmente, uma religião ética, com poucas especulações metafísicas, posteriormente veio a ensinar que os homens podem chegar ao ideal de Buda, com a ajuda da presença de alguma divindade. Assim os homens seriam capazes de adquirir poder, sabedoria e bondade divina. Gautama, naturalmente, seria uma figura dessa ordem.

No Tibete, o Dalai Lama e o Tashi Lama seriam encarnações do Bodhisattava Avalokitesvara celestial e do Buddah Amitabha, respectivamente. Ver o artigo separado sobre o *Bodhisattva*.

3. No *cristianismo*, temos a encarnação de Cristo, uma doutrina cêntrica deste sistema, em sua expressão conservadora. Além disso, a presença permanente do Espírito Santo, que faz do homem um templo seu, é uma espécie de encarnação.

4. No *espiritismo* (que vede), os médiuns são usados como veículos de supostas encarnações, da parte de espíritos humanos desencarnados.

5. Na *reencarnação* (que vede) algum espírito humano retorna para residir em algum outro corpo humano; ou então, de acordo com certa variedade de reencarnação, a *transmigração*, até mesmo em um corpo animal.

6. Nas *possessões demoníacas*, alguma entidade espiritual negativa, como um anjo caído, algum espírito humano desencarnado, ou outro nível de ser espiritual, desconhecido, viria habitar corpos humanos ou de animais, a fim de viverem seus desígnios pervertidos, através daquele corpo.

ENCÍCLICAS PAPAIS

No termo grego kuklos, «círculo», encontra-se à raiz da palavra portuguesa *encíclica*. Designa uma carta de instruções enviada pelo papa a um círculo de dioceses. Porém, quando se trata de uma questão de grande importância, pode ser enviada uma encíclica ao mundo inteiro. Trata-se, pois, apenas de um vocábulo eclesiástico correspondente a «carta circular».

Esses documentos papais começam sempre com essa palavra, o que lhes explica o nome. O conteúdo dos mesmos é alguma instrução e um decreto dogmático. Em contraste com as encíclicas, as bulas papais encerram a definição de algum dogma ou de dogmas, visando à instrução geral da Igreja. As encíclicas também devem ser distinguidas dos *decretos*, que determinam alguma ordem ou proibi-

ção. E também há os *rescriptai* (que vide) que são missivas pessoais ou locais, a menos que sejam especificamente endereçadas a alguma comunidade maior. As encíclicas são escritas primeiramente em latim e, então, são traduzidas para o idioma ou idiomas apropriados.

ENCICLOPÉDIAS DA BÍBLIA

Ver o artigo sobre os **Dicionários da Bíblia.**

ENCICLOPEDISTAS

Certo grupo de escritores franceses do século XVIII tornou-se conhecido por esse título. Sob a liderança editorial de Diderot e de D'Alembert, eles compuseram a comissão que produziu a *Encyclopédie* (1751-1765). Essa era uma extensa enciclopédia, com grande escopo de interesses, como as artes, as profissões, as ciências e a religião. Essa obra incluía artigos de autoria de Voltaire (que vide) e Helvécio (que vide), além de outros intelectuais. Isso significa que a obra caracterizava-se pela atitude de ceticismo diante de assuntos religiosos, exprimindo avançadas idéias liberais quanto a questões sociais e políticas. Em vários pontos, a obra exprimia a idéia de que os males sociais podem ser eliminados por meio da propagação do conhecimento. Essa obra, que consistia em trinta e cinco volumes, tinha por intuito enfeixar todo o conhecimento da época em uma única coleção de escritos. O próprio Denis Diderot (que vide) foi quem escreveu a maioria dos artigos sobre assuntos religiosos, da história antiga e da teoria política. E também contribuiu para artigos sobre filosofia. Combatida por oponentes na Igreja Católica Romana, na corte real e na própria Sorbonne, a obra acabou sendo suprimida, em 1752 e em 1759. Circulavam muitos panfletos contrários à mesma e produções teatrais faziam alusões pejorativas à mesma. Mas Diderot resistiu a todos esses ataques e foi capaz de lançar os primeiros volumes em 1772.

Alguns afirmam que foi essa obra que iniciou o conflito entre a religião e a ciência; e, em um sentido moderno, há muita verdade nessa acusação. Historicamente, essa enciclopédia teria sido um dos fatores que provocaram a Revolução Francesa, embora os seus autores, quase todos eles aristocratas, dificilmente poderiam haver antecipado tal resultado. Todos os seus autores criam no poder da razão humana e outros eram agnósticos ou ateus. Essa obra desempenhou um importante papel na história das idéias; mas do ponto de vista da religião, foi um verdadeiro *marco*, porquanto refletia a primeira dúvida combinada e expressa acerca da revelação divina e seus resultados, de maneira organizada, por meio de uma coleção de documentos. Era uma espécie de depósito de todas as avançadas idéias céticas da Iluminação Francesa (que vide). (AM C E P)

ENCRATITAS

O sentido dessa palavra é «autodisciplinados». O termo refere-se a certos cristãos do século II D.C. considerados hereges. Tornaram-se conhecidos pelas suas tendências ascéticas. Essa heresia foi criada ou adotada por Taciano. As principais doutrinas deles eram a natureza maligna da matéria, a proibição do casamento, a abstinência de vinho e, talvez, de carne. Também parece que Taciano acreditava na existência dos «aeons» (que vide) um dos quais teria sido o Demiurgo ou criador deste mundo. Ele também negava a salvação de Adão, o primeiro homem. E, quando celebrava os mistérios (isto é, a Ceia do Senhor), usava somente água e não vinho. Taciano escreveu vários livros. Nesses livros, embora haja menção freqüente à recuperação da vida, o que seria obtido mediante a união com o Logos, não há qualquer alusão às doutrinas da encarnação ou da expiação. Ver sobre *Taciano*.

Com a passagem do tempo, o nome «encratitas» veio a ser aplicado a uma atitude gnóstica de vários grupos e não somente a uma única seita. Os escritores patrísticos, como Irineu, usavam esse vocábulo para indicar seitas como as dos ebionitas, dos gnósticos e dos docetistas, ou seja, os principais envolvidos na produção e uso dos evangelhos apócrifos. Uma das coisas mais estranhas dos encratitas é que eles nunca mencionavam o nome de Cristo. Taciano fez de Antioquia da Síria o centro de suas atividades. Entre seus discípulos podemos mencionar Rodon e, talvez, Apeles e Clemente de Alexandria.

Movimentos heréticos dessa natureza foram previstos pelos apóstolos. Paulo, por exemplo, escreveu: «...o Espírito afirma expressamente que, nos últimos tempos, alguns apostatarão da fé, por obedecerem a espíritos enganadores e a ensinos de demônios... que proíbem o casamento, exigem abstinência de alimentos, que Deus criou para serem recebidos com ações de graça, pelos fiéis e por quantos conhecem plenamente a verdade...» (1 Tim. 4:1 *ss*). Até mesmo entre os modernos evangélicos tem havido movimentos ascéticos, que proíbem certos alimentos. Geralmente essas proibições são de pouca duração, sendo substituídas por outras regras.

ENDOGAMIA Ver **Exogamia.**

EN-DOR

No hebraico, «fonte de dor», isto é, «fonte do círculo». Uma cidade da Galiléia entregue à tribo de Manassés, na divisão das terras conquistadas por Israel, Jos. 17:11. O lugar é mencionado em conexão com a vitória de Débora e Baraque sobre Jabim e Sísera, Sal. 83:9

De conformidade com Salmos 83:9, a cidade fazia parte da planície de Quisom, e, portanto — também do campo de batalha de Megido. Tem sido identificada com Endur, a pouco mais de seis quilômetros ao sul do monte Tabor e a quase dez quilômetros a suleste de Nazaré, na vertente norte do **Pequeno Hermom (Nebi Dahi). — Foi ali que o exército de Saul acampou, antes da derrota** desastrosa durante a qual ele morreu. E, naturalmente, era ali, igualmente, que residia a feiticeira de En-Dor, que foi consultada por Saul, em um incidente que tem ocasionado tantas discussões. Ver I Sa. 28:7 *ss*. O nome dessa cidade nunca aparece no Novo Testamento. Nos dias do império romano, a cidade contava com uma numerosa população. Chegou a ser ocupada pelos árabes, que foram forçados a abandoná-la em 1948, quando da guerra entre árabes e judeus, naquele ano. Israel estabeleceu ali uma povoação, chamando-a de *Ein Dor*.

EN-EGLAIM

No hebraico, «fonte das duas novilhas». Esse era o nome de uma cidade de Moabe (Eze. 47:10), que Jerônimo afirmou ficar na extremidade norte do mar Morto, perto da embocadura do rio Jordão. Mas, os eruditos modernos não crêem que o lugar tenha sido identificado de modo absoluto, embora muitos pensem que ficava a poucos quilômetros ao sul de

Khirbet Qumran (que vide). O lugar é mencionado em referência a Israel, em seus dias áureos. A profecia ali existente afirma que naquele lugar, ao sul de En-Gedi (que vide) a meio caminho da praia ocidental do mar Morto, pescadores haveriam de lançar suas redes, a fim de pescarem. Isso indica que o mar Morto deixará de ser morto e tornar-se-á piscoso. A sua atual elevada concentração de sal impede que ali vivam peixes. O grande Lago Salgado, no estado de Utah, nos Estados Unidos da América do Norte, bem maior do que o mar Morto (embora também bem mais raso) e que contém mais ou menos a mesma concentração de sal (mais de vinte por cento do volume da água), só consegue sustentar um pequeno camarão, o que significa que aquele lago também é morto. É possível que nos eventos cataclísmicos preditos para o fim dos tempos, novas fontes de água potável venham a derramar ali as suas águas e que o mar Morto obterá uma saída para o oceano, o que faria com que o mar Morto se tornasse um lago de águas potáveis. No estado de Utah, em tempos remotos, houve um grande lago, que ocupava a maior parte da porção norte daquele estado e outras porções de estados vizinhos, porquanto era do tamanho do atual lago Michigan e era, então, um lago de águas frescas. Mas, quando diminuiu o suprimento de água potável e todas as saídas foram fechadas, esse vasto lago foi diminuindo e se tornando graduativamente mais salgado. O mesmo processo deve ter formado o mar Morto. Mas certos cataclismos, como terremotos, poderão reverter o processo.

EN-GANIM

No hebraico, «fonte dos jardins». Esse foi o nome de duas cidades que figuram nas páginas do Antigo Testamento:

1. Uma cidade do território de Judá (Jos. 15:34), localizada na Sefelá (terras baixas), não muito longe de Bete-Semes. Jerônimo situava-a perto de Betel. Tem sido identificada com a moderna Beit Jemal, mas isso é duvidoso.

2. Uma cidade levítica no território de Issacar (Jos. 19:21; 21:29). Foi dada aos gersonitas, quando da divisão da terra. A cidade de *Aném*, que aparece em I Crô. 6:73, é uma corruptela escribal desse nome. Provavelmente é a mesma Bete-Hagã aludida em II Reis 9:27. Algumas traduções dizem, neste último trecho, «casa do jardim». O local é a moderna Jenin, cerca de vinte e quatro quilômetros ao sul do monte Tabor. Continua sendo um local com muita água e com jardins, embora ali haja poucos habitantes.

EN-GEDI

No hebraico, «fonte do cabrito» ou «fonte de Gade». Nome de três locais diferentes, nas páginas do Antigo Testamento:

1. A fonte e o riacho resultante que manava das rochas de pedra calcária no lado ocidental do mar Morto, na direção quase leste de Hebrom. O trecho de II Crônicas 20:2 diz «Hazazom-Tamar, que é En-Gedi». Porém, é possível que não se trate do mesmo lugar que tem esse nome, em Gên. 14:7. Essa região ficava dentro do território da tribo de Judá.

2. Esse mesmo nome é usado para indicar uma cidade de Judá, na mesma região. Davi foi residir ali, quando fugia de Saul (Jos. 15:62; I Sam. 24:1-4). Se tivermos de supor a identificação da mesma com Hazazom-Tamar, então trata-se da mesma cidade mencionada em Gên. 14:7. Esse nome mais antigo, Hazazom-Tamar, sugere a existência de palmeiras, o que pode apontar para algum oásis no deserto da Judéia. O trecho de Cantares 1:14 menciona as «vinhas de En-Gedi»; mas quando os islamitas ocuparam a Palestina, transformaram tudo em área desértica. Um moderno povoado israelense, existente no local, reviveu a agricultura daquela região, através do uso de irrigação. A água continua abundante ali, manando da fonte de Ain-jidy, que produz um riacho de águas cristalinas. Ao que parece, na antiguidade, a descida se fazia por meio de terraços, onde havia plantações e jardins. Ao sopé da colina existem ruínas antigas e a cidade adquiriu o seu nome com base na fonte.

3. O deserto de En-Gedi é a área adjacente e desolada dos lugares acima mencionados. Trata-se de uma das porções mais desoladas e ermas do deserto da Judéia. O trecho de I Crônicas 20:1 *ss*, relata como Amom, Moabe e Edom tentaram invadir Judá através dessa região desolada. É possível que eles pensassem que uma invasão, vinda daquela direção, não fosse esperada pelos habitantes de Judá. Porém, uma vez que se soube o que estava sucedendo e foi dado o aviso, a invasão fracassou. Foi nessa área que Davi e seus homens esconderam entre as rochas e as cabras selvagens e onde ele cortou a fímbria das vestes de Saul, na caverna (I Sam. 24:1-5). Esse lugar está coalhado de cavernas, que serviam de esconderijos para Davi e seus homens. Através da história, os ladrões têm tirado vantagem desse tipo de terreno, para se ocultarem. Ver *Hazazom-Tamar*.

EN-HACORÊ

No hebraico, «fonte do que clama» ou «fonte daquele que chamou». Sansão bebeu das águas dessa fonte, após ter massacrado muitos filisteus em Leí (Juí. 15:14-19). O local moderno de Leí não tem sido identificado. A palavra *leni* significa «queixada». E isso tem feito alguns tradutores enganarem-se, pensando eles que a água saiu da queixada do jumento, embora fosse apenas o nome de um lugarejo. Ver Juí. 15:19.

EN-HADÁ

No hebraico, «fonte rápida» ou «fonte aguda». Era o nome de uma cidade mencionada somente em Jos. 19:21. Quando da divisão da Terra Prometida, a cidade coube aos homens da tribo de Issacar. Eusébio menciona um lugar com esse nome, entre Eleuterópolis e Jerusalém, a dezesseis quilômetros da primeira. Os eruditos modernos supõem que esse lugar ficava entre cinco a dez quilômetros a leste do monte Tabor.

EN-HAZOR

No hebraico, «fonte da vila». Esse era o nome de uma das cidades muradas (fortificadas), na herança que coube à tribo de Naftali. Não deve ser confundida com Hazor (Jos. 19:37). A Bíblia inclui pelo menos cinco localizações que incorporam a palavra *Hazor*. A própria cidade desse nome estava localizada, igualmente, na região que ficou com a tribo de Naftali, a noroeste do mar da Galiléia. No entanto, a localização de En-Hazor é desconhecida. Contudo, alguns estudiosos identificam-na com a moderna 'Ainitha.

EN-MISPATE

No hebraico, «fonte do julgamento». Diz Moisés, em Gênesis 14:7, que Quedorlaomer e seus aliados, tendo atravessado o deserto de Parã, chegaram a «En-Mispate (que é Cades)». Alguns pensam que essa

explicação, «(que é Cades)», foi acrescentada por algum escriba posterior, a fim de identificar a área envolvida. Seja como for, En-Mispate é identificada com *Cades* (que vide). Está em foco um oásis na porção nordeste da península do Sinai.

EN-RIMOM

No hebraico, «fonte da romã». Esse foi o nome de uma vila que foi reocupada depois que os judeus voltaram do cativeiro babilônico (Nee. 11:29). Provavelmente é correta a sua identificação com Aim e Rimom, mencionadas em Jos. 15:32, ou, pelo menos, ficava localizada na mesma área geral. Ver Aim e Rimom, em Jos. 19:29; I Crô. 4:32 e Nee. 11:29. Algumas versões dizem, nestas duas últimas passagens, Aim-Rimom, como se fossem uma só cidade. Nossa versão portuguesa prefere distinguir uma da outra, em todos os casos. A região foi entregue a princípio à tribo de Judá, na divisão da Terra Prometida; mas, mais tarde, foi transferida para Simeão. Os arqueólogos nunca escavaram o local proposto. Originalmente, pode ter-se constituído por duas aldeias, próximas uma da outra, mas que, depois, uniram uma à outra, tornando-se uma única cidade. Ou então, há algum erro de cópia envolvido, dando a entender que uma única vila era, na verdade, duas, com diferentes nomes, embora localizadas na mesma área geral. Talvez corresponda à Rimom que aparece em Zac. 14:10. O local tem sido identificado com a moderna Khirbet Umm er-Rumamin, que fica cerca de catorze quilômetros e meio ao norte de Berseba.

EN-ROGEL

No hebraico, «fonte do lavandeiro», ainda que o sentido original dessa localidade pareça ter sido «fonte do pé», mas que, subseqüentemente foi entendido pelo comentário dos Targuns como «fonte do lavandeiro», porquanto os lavandeiros pisoteavam os tecidos que queriam branquejar. En-Rogel é uma fonte bem ao sul de Jerusalém, no vale do Cedrom. Nos tempos antigos, esse manancial era mais ativo e suas águas borbotavam espontâneamente até a superfície. Atualmente, as águas sobem através de bombas à gasolina. — O lugar é chamado — *Bir Ayyub*, ou seja, «poço de Jó». A outra fonte a leste de Jerusalém chama-se Ain Sitti Miriam, isto é, «Fonte de Nossa Senhora Maria», também conhecida como *Fonte da Virgem*. Essa fonte tem sido identificada com a antiga En-Rogel, embora a outra identificação provavelmente seja mais correta. Seja como for, estão separadas apenas por algumas dezenas de metros. Talvez a *Fonte da Virgem* seja a fonte de Giom, mencionada em I Reis 1:33. O nome En-Rogel aparece, pela primeira vez, em Jos. 15:7 e 18:16, onde se aprende que ficava localizada na fronteira entre Judá e Benjamim. Davi deixou ali dois de seus espiões, Jônatas e Aimaás, quando Absalão, seu filho, obteve temporariamente o poder. Ver II Sam. 17:17. O lugar também é mencionado em conexão com a tentativa de Adonias para usurpar o poder real. Ele ofereceu sacrifícios perto da Pedra da Serpente (em nossa versão portuguesa, «pedra de Zoelete», conforme se vê em I Reis 1:9).

EN-SEMES

No hebraico, «fonte do sol». Essa fonte servia de marco fronteiriço entre Judá e Benjamim (Jos. 15:7; 18:17). Ficava localizada a leste do monte das Oliveiras. Tem sido identificada com a moderna *'Ain el-hod*, cerca de cinco quilômetros de Jerusalém, no caminho para Jericó, no vale do rio Jordão. Também tem sido chamada de *Fonte dos Apóstolos*. A região é essencialmente seca e essa fonte é a única que, segundo dizem, existe no caminho entre Jericó e Jerusalém.

EN-SOI

Expressão francesa que significa «em si mesmo», tradução da expressão latina *in se* e que em alemão se expressa por *an sich* (que vide). Sartre (que vide, quinto ponto) contrastava essa expressão com *pour-soi*.

EN-TAPUA

No hebraico, «fonte de Tapua», um manancial existente perto da cidade chamada *Tapua* (que vede). Esse nome aparece somente em Jos. 17:7. Essa fonte seria um dos marcos de fronteira da tribo de Manassés. Tem sido comumente identificada com o moderno Tell Sheikh Abu Zarad, localizado cerca de treze quilômetros ao sul de Siquém. Os cananeus contavam com uma fortaleza naquele lugar, que resistiu, durante algum tempo, a invasão dos israelitas. Na divisão da Palestina, a princípio ficou com a tribo de Manassés, mas, posteriormente, passou a ser considerada como parte do território de Efraim.

ENDRO

No grego, **ánethon**. Uma das plantas alistadas em Mat. 23:23, acerca das quais os fariseus pagavam dízimos. Essa planta tem sementes aromáticas muito procuradas como condimento e para propósitos medicinais. Era planta que crescia selvagem em Israel, embora também fosse cultivada. As sementes eram postas em pães ou bolos, podendo ser reduzidas a pó e usadas em líquidos, porquanto acreditava-se que a substância tinha valor como remédio para certas doenças. Alguns a têm identificado com o anis (*Pimpinella anisum*). De fato, o verdadeiro anis medra atualmente na Palestina. Entretanto, a maioria dos estudiosos nega que essa identificação esteja correta, preferindo pensar no *Anethum graveolens* como a planta referida em Mateus 23:23. É uma planta daninha cuja aparência se assemelha à salsa.

Lições Contidas no Endro. Jesus acusou certos líderes religiosos de seus dias de serem hipócritas, porquanto apesar de se mostrarem ansiosos e mesmo fanáticos quanto a darem os dízimos do endro (uma questão de ínfima importância), na verdade ignoravam seus deveres éticos e espirituais, que realmente eram importantes, como o juízo, a misericórdia e a fé. A espiritualidade de quase todas as pessoas é maculada por esse tipo de atitude. É fácil alguém dar pouca importância ao que é importante, e dar muita importância ao que não é importante. É facil termos uma hierarquia distorcida de valores.

ENDURECIMENTO DO CORAÇÃO

As idéias envolvidas nessa expressão são a obstinação, o embotamento da consciência, a cegueira proposital do entendimento e da sensibilidade. Tanto o Antigo quanto o Novo Testamentos contêm certo número de expressões que se referem a essas condições, algumas vezes envolvendo a palavra «coração», e de outras vezes, não. Em II Crô. 30:8 há

alusão à dura cerviz (pescoço duro); em Êxo. 7:3 lê-se acerca do endurecimento do coração; em Eze. 2:4; Deu. 2:30 e II Crô. 36:13 há menção ao fato de que alguns endureciam o coração contra o Senhor. Lemos em Êxo. 7:3 e 14:4 que Deus endureceu o coração de Faraó. E Paulo, em Rom. 9:18, aproveita isso para ensinar sua doutrina da *predestinação* incondicional. Ver os artigos sobre esse assunto e sobre o *Voluntarismo*. Ver também sobre o *Determinismo*.

Quando alguém endurece o seu coração, ou seja, torna-se rebelde e insensível quanto às questões espirituais, e então age em consonância com essa insensatez auto-imposta, então torna-se merecedor de castigo (Pro. 29:1). Consideremos as condições do povo de Israel, em Meribá (Sal. 95:8). A recusa em atender a bons conselhos também é um endurecimento do coração (II Reis 17:14; Nee. 9:16,17 e Heb. 3:8).

Os discípulos de Jesus tinham corações endurecidos, por não serem capazes de entender os seus ensinos mais profundamente espirituais (Mar. 6:52; 8:17). Os gentios incrédulos encontram-se nessa condição, em sua alienação de Deus (Efé. 4:18). Aqueles que não pertencem ao grupo dos eleitos de Deus estão endurecidos, talvez por ato de Deus, ou por circunstâncias criadas por eles mesmos (Rom. 11:7). O povo de Israel, em seu presente estado de apostasia, acha-se endurecido (Rom. 11:25). Aqueles que vivem destituídos de sensibilidade espiritual, condicionados pela iniqüidade, têm os corações endurecidos (Mat. 19:8).

ENEADAS

Esse é o título da obra em seis volumes, escrita por Plotino (que vide), que foi a sua *magnum opus*. Os princípios ali ensinados aparecem no artigo a respeito dele.

ENÉIAS

Um paralítico de Lida, curado por Pedro (ver Atos. 9:33,34). O termo grego significa *louvor*. Essa cura, de uma paralisia de oito anos, foi instrumental na atração de muita gente para o cristianismo. (S Z)

ENERGEIA

Transliteração do termo grego que significa «energia», «ação», «operação». Aristóteles usava essa palavra com os seguintes sentidos:

1. Um estado de potencialidade concretizada.
2. Uma atividade que conduz a essa situação.

Em qualquer desses sentidos, a palavra é contrastada com outro termo grego, *dúnamis*, que era usado para indicar uma *potencialidade não-concretizada*. É mais difícil perceber a diferença entre *energeia* e *enelecheia*. Esta última palavra grega é usada para indicar *plena concretização* de alguma essência, ou seja, tem um sentido igual ao da primeira definição de *energeia*. Portanto, o vocábulo *energeia* é empregado para indicar os *meios* através dos quais a *entelecheia* é concretizada. Isso posto, o termo *entelecheia* é usado para indicar a perfeita concretização de *energeia*. (Ep P)

ENERGIA ATÔMICA

A física entrou no campo da ética quando produziu o grande poder destruidor das armas atômicas. A energia atômica, extraída do núcleo atômico, torna-se disponível através de dois processos: 1. a fissão de um núcleo volumoso, como se dá com o urânio, transformando-o em dois núcleos; 2. a fusão de dois núcleos de hidrogênio, para que formem um núcleo maior. Há muito que se fazem aplicações industriais, com problemas colaterais como segurança e polução terrestre e atmosférica (lixo atômico), o que tem implicações éticas. Alguns chegam a objetar aos atos da descoberta e do uso dos segredos da natureza dessa maneira, mas principalmente aos resultados indesejáveis que tais coisas podem trazer ao meio ambiente.

A questão mais crítica, porém, é o poder de destruição das armas atômicas. Têm sido testadas com sucesso bombas produzidas por fissão ou por fusão. A primeira bomba por fissão, lançada sobre a cidade japonesa de Hiroshima, matou oitenta mil pessoas. Equivalia à explosão de 20 mil toneladas de TNT. Mas algumas bombas de hidrogênio (até 1980), tinham o poder explosivo de 50 milhões de toneladas de TNT. Até soldados de infantaria (nos exércitos modernos) podem manusear armas atômicas táticas de grande poder destrutivo. O resultado é que as grandes potências atômicas presumivelmente se protegem, ameaçando de aniquilamento em massa as potências adversárias. A conseqüência é um equilíbrio de terror. Alguns cientistas agonizam diante do fato de que tudo isso tem se sucedido sem a aplicação de qualquer princípio ético e religioso, e os homens parecem estar-se precipitando cegamente para a destruição mútua. Os profetas procuram consolar-nos, salientando que isso será necessário, porque tal destruição terá o trabalho de baixar as nações gentílicas, para que Israel possa assumir seu papel de cabeça das nações, o que dará início ao milênio, ou «era áurea» (ver o artigo a respeito). Os antigos ciclos históricos sempre terminam na destruição, sendo substituídos por algo melhor. Nisso, pois, há um avanço espiritual. Ver o artigo sobre *A Tradição Profética e o Nosso Tempo*. Desnecessário é dizer que tais assuntos são intensamente debatidos. (H NTI)

ENFEITES

No hebraico, as principais palavras são **hadar**, «beleza», «honra» (por exemplo, Jó 40:10; Sal. 110:3; Pro. 20:29; Lam. 1:6; Deu. 33:17; Sal. 90:16; Isa. 2:10,19,21; 5:14; Miq. 2:9 — uma palavra usada por mais de trinta vezes); e *yophi*, «beleza» «formosura» (por exemplo, Est. 1:11; Sal. 45:11; 50:2; Pro. 6:25; 31:30; Isa. 3:24; 33:17; Lam. 2:15; Eze. 16:14,15,25; 27:3,4,11; 31:8; Zac. 9:17 — uma palavra usada por dezoito vezes).

Os enfeites femininos em geral, como pendentes, braceletes, véus, etc., podiam ser coletivamente mencionados como «enfeites». Ver Isa. 3:18. O exagerado uso de enfeites foi atacado pelos profetas e o juízo divino foi ameaçado e executado contra esses excessos. O evangelho cristão requer moderação quanto a esses enfeites, embora não os proíba. Ver I Ped. 3:3,4 quanto ao ensino neotestamentário. Existem adornos do espírito que não podem ser substituídos por enfeites do corpo. Existem aquelas jóias imperecíveis de um espírito gentil e tranqüilo, com que uma mulher crente deveria adornar-se.

ENFERMIDADES NA BÍBLIA

Ver também sobre **Medicina (Médicos)** e **Medicina, Ética da.**

Esboço:

I. Enfermidades Físicas
II. Enfermidades Mentais
III. Tratamento das Enfermidades na Antiguidade
IV. A Teologia da Doença

Declaração Introdutória:

Os homens sempre se preocuparam muito com suas condições físicas. Muita gente, quando adoece, dificilmente pode falar sobre qualquer outra coisa. Cremos na existência da alma, mas apegamo-nos de tal modo ao corpo físico, em nosso presente estado, que qualquer ameaça ao corpo físico nos parece uma ameaça à própria existência. Os filósofos e os teólogos falam sobre as doenças no contexto do PROBLEMA DO MAL (que vide). Por que razão os homens sofrem? Temos algumas respostas, mas elas parecem funcionar melhor quando é alguma *outra* pessoa que está doente, ou quando alguma outra pessoa é que sofreu alguma espécie de tragédia. Deus, sem dúvida, preocupa-se com a questão das enfermidades, pois, de outro modo, não teria provido o dom de curas, para alívio do sofrimento físico, causado pelas enfermidades do corpo. Tornou-se uma questão de discussão teológica determinar até que ponto, a enfermidade é uma experiência normal dos crentes, ou se ao menos os crentes podem adoecer sem que isso seja resultado de algum pecado. Esse problema é comentado no quarto ponto deste artigo.

Muitas enfermidades físicas são mencionadas na Bíblia. Os hebreus estavam sujeitos a enfermidades comuns aos climas semitropicais, como aquele que domina o Oriente Médio. As descrições de doenças, que aparecem na Bíblia, geralmente são vagas, e segundo presumimos, algumas vezes são inexatas. Podem ser mencionados sintomas como a febre, as hemorragias, as purulências, as dores, as coceiras, etc. Mas é quase sempre impossível dizer com certeza quais doenças estão em pauta. É quase certo que algumas identificações de doenças, como algumas supostas formas de lepra, na realidade não eram aquilo que hoje chamamos por este ou aquele nome. Para exemplificar, o nome lepra provavelmente envolve certo número de enfermidades da pele que os antigos não sabiam distinguir da verdadeira lepra. Portanto, devemos antecipar uma certa inexatidão no tocante a essa questão, porquanto, na Bíblia, estamos às voltas com escritos de natureza religiosa, que ocasionalmente mencionam alguma enfermidade, e não com relatórios médicos.

I. Enfermidades Físicas

1. *Alcoolismo*. Até mesmo hoje, com todo o avanço da ciência, — não sabemos até que ponto o alcoolismo pode ser considerado uma enfermidade, ou um vício moral, isto é, um distúrbio da alma, e não do corpo físico. Que há um fator hereditário mostra que a explicação como uma *enfermidade* está parcialmente correta; mas também é por demais óbvio para precisar ser provado que os alcoólatras *se fazem*. Portanto, parece que ambas as explanações desse problema têm suas razões. A sociedade judaica entregava-se ao vinho e às danças. Simplesmente não temos ali uma típica comunidade evangélica. Era bom que cada indivíduo contasse com sua própria vinha e com sua própria figueira; e a Bíblia refere-se laudatoriamente ao vinho, como parte das bênçãos de Deus (Gên. 27:28). É um equívoco falar sobre o vinho mencionado na Bíblia como se fosse apenas suco de uva, ainda não fermentado. Por outro lado, a fermentação natural do suco da uva produz apenas cerca de oito por cento de álcool. Mas essa porcentagem é suficiente para causar intoxicação alcoólica, com graves problemas. Parece haver certo descontrole químico, no organismo de certas pessoas, que as fazem desejar ardentemente as bebidas alcoólicas. Uma vez que a pessoa se torna alcoólatra, esse vício torna-se muito difícil de interromper. E dentre aqueles que supostamente foram libertados, as estatísticas demonstram que setenta e cinco por cento retornam ao vício, embora possam ficar libertos durante alguns meses, ou, em alguns casos, durante alguns anos. A Bíblia aconselha-nos a moderação em todas as coisas. Paulo sugeriu que Timóteo tomasse um pouco de vinho, por causa dos problemas estomacais de que ele sofria (ver I Tim. 5:23).

Luzes da Ciência Moderna. A ciência tem demonstrado que qualquer quantidade de álcool, na corrente sangüínea, mata células do cérebro. Esse é um fato que os escritores sagrados da Bíblia desconheciam. Se Paulo tivesse tido conhecimento disso, é quase certo que ele teria proibido a ingestão de qualquer quantidade de bebida alcoólica, com base no princípio de que os nossos corpos são templos do Espírito Santo. Ver I Cor. 3:16,17 e 7:19. Não é justo matarmos, propositalmente, algumas células do cérebro. Ver os artigos separados sobre o *Vinho*, sobre o *Alcoolismo* e sobre as *Bebidas Fortes*.

2. *Febre*. No hebraico, *qaddachath* (Lev. 26:16 e Deu. 28:22). Um termo geral que indica um sintoma de várias moléstias, resultando de diversas infecções, como a febre tifóide, o paratifo ou a malária. A malária era bastante comum nas terras bíblicas, sendo bem provável que as febres causadas por motivos não identificados estivessem ligadas à malária.

3. *Atrofia*. No hebraico, *qamat*. O termo hebraico aparece somente em Jó 16:8 e 22:16. Nossa versão portuguesa o traduz por «encarquilhado» e «arrebatado», respectivamente. Especialmente a primeira dessas passagens parece apontar para essa enfermidade. Aparentemente, Jó foi afetado por várias enfermidades ao mesmo tempo. A distrofia muscular é uma condição segundo a qual os músculos recusam-se a absorver os nutrientes que lhes são trazidos pela corrente sangüínea. Em resultado disso, os músculos vão se debilitando e afinando cada vez mais. A pessoa termina imobilizada, e, finalmente, morre. O cérebro não é envolvido nesse processo. O trecho de Lucas 6:6 (onde nossa versão portuguesa usa o adjetivo «ressequida») talvez seja uma outra referência a essa condição. Podemos supor que a poliomielite era comum, embora não identificada, nas terras bíblicas. O homem de mão mirrada talvez tivesse sobrevivido a um caso dessa doença, tendo resultado em um aleijão. Mas o poder de Jesus foi capaz de restaurar até mesmo certa má formação, o que diz muita coisa sobre a estatura espiritual do Grande Mestre e Curador. Uma estela descoberta no Egito, com data do século XIII A.C., retrata um homem com uma perna atrofiada, talvez por causa de poliomielite.

4. *Calvície*. No hebraico, *gorchah*, palavra que aparece por nove vezes: Lev. 21:5; Deu. 14:1; Isa. 3:24; 15:2; 22:12; Jer. 47:5; Eze. 7:18; Amós 8:10 e Miq. 1:16. Os egípcios não gostavam de ter pêlos e cabelos no corpo, pelo que se rapavam e barbeavam constantemente. Os judeus, entretanto, muito gostavam de deixar seus cabelos compridos, e suas barbas luxuriantes eram muito admiradas por eles. Ver o artigo sobre a *Barba*. Os estrangeiros que viviam entre os judeus podiam rapar a cabeça e a barba (Isa. 15:2), embora essa prática fosse vedada aos judeus (Deu. 14:1). Pode-se perceber facilmente, pois, por qual razão a calvície era considerada uma grave aflição. A calvície pode ser hereditária; mas outras condições patológicas podem ser sua causa, como a dermatite seborréica, os fungos e a tinha.

5. *Defeito*. No hebraico, *mum*, palavra usada por dezenove vezes: Lev. 21:17-18,21,23; 22:20-23;

24:19,20; Num. 19:2; Deu. 15:21; 17:1; II Sam. 14:25; Jó 31:7; Pro. 9:7; Deu. 32:5; Jó 11:15; Can. 4:7. Essa é uma designação inexata de certa variedade de enfermidades, sobretudo da pele, que desqualificavam um homem para o sacerdócio.

6. *Cegueira*. No hebraico temos duas palavras: *sanverim*, «coberturas», «véus»; essa palavra ocorre por três vezes: Gên. 19:11; II Reis 6:18. E *ivvaron*, «fechar»; essa palavra ocorre por duas vezes: Deu. 28:28 e Zac. 12:4. A ignorância a respeito das infecções bacteriológicas, as condições de sujeira entre a pobreza, tudo encorajado por um clima muito quente, além de certas infecções por virus, defeitos genéticos e acidentes, causavam um grande número de casos de cegueira. O Oriente até hoje é muito afetado por essas condições. A cegueira prevalecia ali muito mais do que qualquer coisa que podemos observar no Ocidente moderno. A causa mais comum de cegueira parece que era e continua a ser a infecção vaginal pela gonorréia, o que passa para os olhos do bebê, por ocasião do nascimento.

7. *Tumores*. No hebraico, *shechin*, palavra que aparece por treze vezes: Êxo. 9:9-11; Lev. 13:18-20, 23; II Reis 20:7; Jó 2:7; Isa. 38:21; Deu. 28:27,35. Esses tumores apareciam isolados ou em grupos. Provavelmente as diversas referências bíblicas indicam certa variedade de afecções da pele. Algumas delas eram causadas por estafilococos e outras eram abscessos, glândulas infeccionadas e doenças da pele de várias origens. Há informações arqueológicas recentes, provenientes da Babilônia, que dizem que o tratamento de tumores era uma questão séria. O médico que sarjasse um tumor tinha que fazê-lo com extremo cuidado, porquanto, se seu paciente falecesse, ele perdia ambas as mãos, que eram decepadas. Se o morto fosse um escravo, então o médico não perdia as mãos, mas teria de substituir o escravo morto por um vivo.

8. *Pé quebrado* ou *mão quebrada*. No hebraico, *sheber regel* e *sheber yad*. Essa condição é mencionada somente em Lev. 21:19, e desqualificava qualquer homem para ser sacerdote.

9. *Câncer*. No grego, *gággraina*, «gangrena». O termo figura exclusivamente em II Tim. 2:17. A referência pode ser a diferentes tipos de úlceras; ou mesmo o temido câncer pode estar em foco. Ver sobre *Gangrena*.

10. *Tísica*. No hebraico, *shachepheth*, uma palavra que aparece somente por duas vezes: Lev. 26:16 e Deu. 28:22. É possível que esteja em foco certa variedade de enfermidades, desde a tuberculose à malária, embora também possam estar em vista várias formas de disenteria e outras doenças consumidoras.

11. *Corcova*. No hebraico, *gibben*, palavra que é usada apenas em Lev. 21:20. O sentido dessa palavra é *arcado*. A corcunda podia ser causada por defeitos genéticos, acidentes ou por carregar de maneira errada objetos pesados. — Esse era outro dos defeitos que impedia um homem de Israel de servir como sacerdote do Senhor.

12. *Surdez*. No hebraico, *cheresh*, palavra que ocorre por nove vezes: Êxo. 4:11; Lev. 19:14; Sal. 38:13; 58:4; Isa. 29:18; 35:5; 42:18,19; 43:8. No grego, *kofós*, «surdo», «embotado». Essa palavra grega aparece por quinze vezes: Mat. 9:32,33; 11:5; 12:22; 15:30,31; Mar. 7:32,37; 9:25; Luc. 1:22; 7:22; 11:14. As causas da surdez podiam ser infecções, defeitos genéticos e acidentes. As condições de clima árido do Oriente Médio, com muita areia e poeira, encorajavam o bloqueio dos canais do ouvido e piorava as infecções. As Escrituras, além de se referirem à surdez literal (ver Êxo. 4:11; Lev. 19:14; Mar. 7:32; Mat. 11:5; Luc. 7:22), também usam a palavra em sentido metafórico, para indicar a insensibilidade espiritual das pessoas impenitentes (ver Isa. 28:18).

13. *Hidropisia*. No grego temos o adjetivo *udropikós* somente em Luc. 14:2. Essa doença consistia de um acúmulo anormal de fluido seroso nos tecidos do corpo em uma das suas cavidades, — sobretudo no abdômen. As causas usuais eram disfunções renais ou descompensação cardíaca. A cirrose hepática, provocada pelo alcoolismo, pode encher o abdômen com muitos litros de líquido, que dificultam a respiração. Se esses fluidos forem retirados mediante uma agulha e seringa, o paciente sente um alívio temporário; mas os fluidos não demoram a acumular-se novamente.

14. *Nanismo*. No hebraico, *daq*, «pequeno», «anão». Essa palavra ocorre por doze vezes, embora somente por uma vez com o sentido de *anão*, isto é, em Lev. 21:20. Por ocasião do nascimento, os anões parecem normais. Porém, não se desenvolvem segundo os padrões normais, e sua condição não demora a tornar-se evidente. Uma das causas pode ser uma deficiência das funções da glândula pituitária. Essa mesma glândula, quando se mostra superativa, causa o gigantismo. O nanismo pode ser uma característica herdada, como no caso dos pigmeus da África e de certas ilhas do oceano Pacífico. Alguns casos são devidos a deficiência alimentar (como se dá quando das secas do Nordeste brasileiro) ou à absorção insuficiente dos nutrientes pelo intestino delgado. Outras causas podem ser enfermidades crônicas dos rins ou más formações do coração. Em Israel, os anões não podiam ser sacerdotes, conforme se vê na referência de Levítico.

15. *Mutismo*. No hebraico, *illem*, palavra usada por seis vezes: Êxo. 4:11; Pro. 31:8; Sal. 38:13; Isa. 35:6; 56:10; Hab. 2:18. No grego, *álalos*, termo que figura por três vezes: Mar. 7:37; 9:17,25. Esse defeito indica a total incapacidade de falar (mutismo), ou então a incapacidade de falar de modo claro e coerente (afasia ou gagueira; ver Mar. 9:32). Algumas vezes, há causas psíquicas, e não físicas, como nos casos de histeria. Mas certas lesões cerebrais também podem causar a condição. A pessoa que nasce surda normalmente fica muda por muitos anos, porquanto não pode ouvir sons e nem aprender como manipular os sons. No entanto, com o correto treinamento, tal pessoa pode aprender a falar. Essa palavra também é usada para indicar a incapacidade temporária de falar, devido a alguma forte emoção (Sal. 38:13 e Atos 9:17). Também é usada metaforicamente para caracterizar os ídolos (I Cor. 12:2), os quais são considerados como importantes por seus adoradores, mas nem ao menos são capazes de falar. A Igreja cristã ficaria muito melhor sem esse tipo de mutismo!

16. *Disenteria*. A rigor, essa enfermidade só é mencionada no Novo Testamento, em Atos 28:8 (onde é usada a palavra grega *dusentería*). Essas infecções intestinais podem ser causadas por amebas, bactérias e vermes, causas abundantemente representadas no Oriente Médio. A condição pode ser acompanhada por severas cólicas abdominais, bem como o desenvolvimento de hemorróidas e a protrusão dos intestinos para fora do ânus. Esta última condição é mencionada em II Crô. 21:18 *ss.*, onde é mencionada a morte lenta e agônica de Jeorão, rei de Judá. Públio (ver Atos 28:8) sofria de febre e disenteria, mas ele foi curado através do ministério de Paulo.

17. *Epilepsia*. Essa palavra nos veio diretamente do grego, onde significa *ataque*. Os ataques epilépticos

podem ser muito superficiais, manifestando-se como um tique no rosto ou em uma das mãos. Porém, os ataques severos levam o paciente a perder a consciência, passando por contorções e convulsões, chupando a língua e espumando pela boca. Esses ataques duram de cinco a vinte minutos. A enfermidade ocorre em cerca de uma em cada duzentas pessoas. Os antigos, naturalmente, ligavam essa condição à possessão demoníaca (o que, algumas vezes, correspondia à realidade dos fatos); ou então, ao oposto, à possessão por parte de alguma divindade, pelo que também era chamada de *doença sagrada*. O trecho de Mat. 4:24 a alista entre outras doenças. Temos um outro caso em Mat. 17:15, atribuído à atividade demoníaca. Os tumores e injúrias cerebrais podem causar a condição; mas há casos hereditários, que também podem envolver lesões cerebrais.

18. *Calor ardente*. No hebraico, *charchur*, palavra que aparece somente em Deu. 28:22. Pode estar em foco alguma febre altíssima, ou a insolação. Essa condição tem lugar quando a temperatura do corpo aumenta muito. Cessa a sudorese e segue-se a inconsciência. O trecho de II Reis 4:19 evidentemente registra uma morte por essa causa.

19. *Rosto mutilado*. No hebraico, *charam*. Essa palavra ocorre somente em Lev. 21:18. Parece haver dúvida quanto ao seu sentido, porquanto há traduções que a traduzem por «nariz chato», embora a própria palavra hebraica nada tenha a ver com a idéia de nariz. O certo é que essa condição desqualificava um homem do sacerdócio levítico.

20. *Aleijado*. No grego, *cholós*, termo que aparece por catorze vezes: Mat. 11:5; 15:30,31; 18:8; 21:14; Mar. 9:45; Luc. 7:22; 14:13,21; João 5:3; Atos 3:2; 8:7; 14:8; Heb. 12:13. Essa palavra aponta para alguma condição das pernas ou dos braços, causa de defeitos genéticos, acidentes, amputação ou qualquer tipo de deformidade. Nossa versão também diz «coxo», em alguns trechos.

Outra palavra grega, também traduzida por «aleijado», em nossa versão portuguesa, é *anápeiros*, que só aparece em Luc. 14:13,21. Também devemos levar em conta o vocábulo grego kullós, «manco», que ocorre por quatro vezes: Mat. 15:30,31; 18:8 e Mar. 9:43. Essa palavra significa «torto», «distorcido».

21. *Hemorragia*. No grego, *rúsei aímatos*, «fluxo de sangue». A expressão aparece em Luc. 8:42-48, no caso da cura da mulher hemorrágica. Refere-se a alguma constante e freqüente perda de sangue, como a hemorragia vaginal ou retal daquela mulher. A condição pode ser provocada por distúrbios hormonais ou por algum tumor. Esse tumor pode ser de caráter maligno ou benigno.

22. *Menstruação*. No hebraico, *duvah*. Essa palavra só ocorre por uma vez, em Lev. 12:2. A rigor, não temos aí uma enfermidade, mas uma condição feminina normal. A enfermidade seria, antes, a suspensão das regras mensais. No entanto, entrou na lista porque algumas traduções dizem ali, «enfermidade», no que estão equivocadas.

23. *Inflamação*. No hebraico, *dalleqeth*. Essa palavra é usada exclusivamente em Deu. 28:22. É sintoma de muitas doenças e injúrias. Trata-se de um estado mórbido dos tecidos ou órgãos, caracterizado por inflamação, vermelhidão, inchaço e dor.

24. *Gagueira*. No grego, *mogilálos*. Esse termo aparece somente em Mar. 7:32. Modernamente, chamaríamos essa doença de «afasia motora». As pessoas sabem o que querem dizer, mas os músculos da boca e da face não correspondem às suas tentativas para falar, resultando na gagueira. Os impedimentos da fala também se devem a certas anormalidades do rosto ou da boca, como aquilo que popularmente se chama «língua presa». O lábio leporino é uma condição genética bastante comum, resultando em uma voz muito nasalada. O lábio leporino não atinge apenas o lábio superior, mas também a arcada dentária, o septo nasal e até o palato duro da boca. As crianças já nascem com esse defeito, tendo muita dificuldade para mamar, enquanto pequeninas.

25. *Indigestão*. Segundo lemos em I Tim. 5:23, Timóteo tinha problemas estomacais, sem dúvida envolvendo a digestão de alimentos. A indigestão é causada, geralmente, por excesso de acidez. Se esse foi o problema de Timóteo, a ingestão de vinho teria piorado sua condição. Também há pessoas que não se dão bem com certos alimentos. O que é bom para uma pessoa pode não ser bom para outra. Os pratos excessivamente condimentados são difíceis de digerir. Os médicos e as companhias de seguros reconhecem que os temperos em demasia a longo prazo podem causar até o câncer. O vinho não é tão prejudicial quanto a pimenta do reino, para exemplificar; mas até mesmo o suco de uva é ácido demais para certos estômagos. Sabemos que a glutonaria é um pecado. Muitos pecados são castigados por vias naturais. Usualmente, quando sofremos de alguma indigestão, estamos pagando por esse tipo de pecado.

26. *Prurido*. No hebraico, *cheres*, palavra que figura somente em Deu. 28:27. Uma palavra sinônima mais popular seria «coceira». Os pruridos têm muitas causas, como irritações da pele, muitos tipos de parasitas, enfermidades diversas, produzidas nos climas tropicais e semitropicais. Alguns parasitas enterram-se na pele; outros ocultam-se entre os cabelos e pêlos do corpo. Os piolhos pertencem a três tipos gerais: os que infestam a cabeça; os que infestam o corpo em geral e os que infestam a região púbica. Deus ameaçou os israelitas que, se abandonassem a sua fé, sofreriam de pruridos (Deu. 28:27), entre várias outras enfermidades.

27. *Lepra*. No hebraico, *tsaraath*. Esse vocábulo ocorre por trinta e cinco vezes, quase todas no livro de Levítico 13 e 14, mas também em Deu. 24:8; II Reis 5:3,6,7,27 e II Crô. 26:19. No grego, *lépra*, que ocorre por quatro vezes: Mat. 8:3; Mar. 1:42; Luc. 5:12,13 (o adjetivo, «leproso», ocorre por mais nove vezes, sempre nos evangelhos sinópticos). A enfermidade assim chamada na Bíblia não é só a verdadeira lepra moderna (causada pelo bacilo de Hansen), porquanto as descrições bíblicas da mesma incluem outras afecções da pele. A lepra verdadeira era conhecida sob várias formas. Há dois tipos gerais, o tipo ***lepramatoso*** e o tipo ***tuberculóide***, que são, respectivamente, as formas mais e menos severas. Ambos os tipos começam com a descoloração da pele, uma mancha branca ou rósea, que pode aparecer na testa, no nariz, na bochecha, no queixo ou em qualquer outra parte do corpo. As glândulas sudoríparas são destruídas naquela área, pelo que nunca há transpiração na região atingida; e essa área também fica insensível ao tato e à dor. No tipo lepromatoso, a mancha pode espalhar-se rapidamente em todas as direções. Resultam disso inchaços, tipos de tumores esponjosos. Essa enfermidade também afeta os órgãos internos. Aparecem deformidades nas mãos e nos pés quando os ossos se deterioram e começam a desaparecer. As extremidades dos nervos sensórios não mais respondem ao calor ou aos ferimentos. Por sua vez, a lepra tipo tuberculóide é menos severa. Suas manchas tendem por ser limitadas, e mesmo nos casos sem tratamento a enfermidade pode ficar inteiramente sanada após um a três anos. Isso talvez

explique a informação dada no Antigo Testamento acerca daqueles que eram enviados para se mostrarem aos sacerdotes, de que estavam curados. Mas esse tipo de lepra também pode tornar-se crônico, embora seja menos debilitante.

Em 1873, um médico norueguês. de nome G. Armauer Hansen descobriu o bacilo chamado *Myobacterium leprae*, que causa essa enfermidade. Por esse motivo, os leprosos também são chamados hansenianos.

Metaforicamente falando, essa enfermidade representa o pecado, que é uma condição da alma que se propaga, contagia e é crônica, tal e qual aquela enfermidade. No Antigo Testamento, os leprosos não podiam conviver em sociedade com os sãos (Núm. 12:14,15) e eram considerados «imundos» (Lev. 13:12,17). A lepra também atacava roupas, paredes, etc., o que parece apontar para diversos tipos de fungos, e não a lepra propriamente dita.

Um leproso, naturalmente, nunca podia tornar-se um sacerdote (Lev. 22:2-4), da mesma maneira que um pecador impenitente não pode ser um sacerdote espiritual, estando alienado de Deus. Jesus curou muitos casos de lepra (Mat. 8:3), sendo ele a propiciação pelos pecados até mesmo do mundo inteiro (ver I João 2:2).

28. *Obesidade*. No hebraico, *bari*. Essa palavra ocorre por seis vezes, com o sentido de «gordo»: Gên. 41:4,18,20; Juí. 3:17; I Reis 4:23 e Zac. 11:16. Na referência do livro de Juízes há menção a Eglom, rei de Moabe, um homem gordíssimo, que foi morto por Eúde, o segundo juiz de Israel, com uma adaga. A adaga desapareceu dentro do abdômen desse rei, porque a gordura fechou-se em torno da mesma, em grandes camadas.

A obesidade nem sempre é uma doença. Pode ser resultado do excesso de calorias ingeridas na alimentação. Quando é uma doença, geralmente deve-se a algum distúrbio glandular. Os cirurgiões queixam-se da dificuldade de operar pessoas excessivamente gordas. As causas da obesidade podem ser: a. hereditárias; b. distúrbios glandulares; c. comer em demasia; d. distúrbios psicológicos, por causa dos quais a pessoa come demais, como uma compensação por outros apetites, que não podem satisfazer; e. em algumas culturas, as pessoas gordas são consideradas saudáveis e bonitas. A ciência moderna, porém, tem demonstrado um grande número de problemas de saúde vinculados à obesidade, ou peso excessivo, geralmente acumulado no abdômen. Essas doenças são distúrbios cardiovasculares, veias varicosas, arteriosclerose, diabete, um período de vida mais curto, problemas da coluna vertebral, devido ao excesso de peso do corpo.

29. *Idade avançada*. Isso também não constitui uma enfermidade por si mesma, mas o desgaste físico, imposto pelos anos, acarreta vários resultados maléficos ao bem-estar e à saúde. O nosso organismo começa a debilitar-se em uma idade relativamente prematura, quando a substituição das células não é tão imediata como antes. Uma pessoa adquire um conjunto inteiramente novo de células a cada sete anos, mais ou menos. Infelizmente, porém, os corpos sucessivos não são tão resistentes e saudáveis quanto os anteriores. Somente até cerca dos vinte anos de idade a substituição de células continua sendo feita em um bom regime. Os cientistas ainda não compreendem bem o processo do envelhecimento, e nem sabem como encorajar as novas células, substitutas, a serem tão vigorosas quanto as anteriores. Cada pessoa, entretanto, tem o seu próprio relógio biológico, umas envelhecendo mais rapidamente, e outras com um pouco mais de lentidão. Antes da época de Noé, as pessoas viviam várias centenas de anos. É perfeitamente possível que isso ocorra novamente, uma vez que a ciência conquiste o problema do envelhecimento. O envelhecimento precoce chega a ser incrível em alguns casos. Essa condição chama-se «progéria».

Para a maioria das pessoas, viver uma longa vida é algo muito desejável. Atualmente, vemos o ridículo espetáculo de serem congelados os cadáveres, na tola esperança de que, algum dia, possam ser revivificados. A grande ansiedade de viver muito tempo e trazer de volta à vida corpos congelados são sinais de baixa espiritualidade e de uma visão distorcida do que está envolvido na vida. O corpo físico nos foi dado como um instrumento de manifestação neste mundo físico. A força física nos é prometida perdurar tanto quanto os «teus dias», o que dá a entender que esse período nos é dado, de acordo com a resistência física programada a cada um pela vontade de Deus (Deu. 33:25). Um indivíduo que tenha vivido vinte anos mas tenha terminado a missão que lhe fora dada para realizar, poderia estar dilapidando seus dias aqui, se vivesse mais do que isso. Um homem que se aposenta aos sessenta e cinco anos de idade e então vive até os noventa e cinco, e que nada faz durante aqueles trinta anos senão a rotina de comer, dormir e divertir-se, na realidade está vivendo uma vida inútil. Por outro lado, se ele usar aqueles trinta anos para alguma boa causa, incluindo a busca pelo conhecimento, — vivendo segundo a lei do amor, então estará investindo o seu tempo de uma forma espiritual, embora talvez não seja tão economicamente produtivo quanto antes. Quanto ao homem espiritual, o Senhor provê forças físicas. «O Senhor é a fortaleza da minha vida; a quem temerei?» (Salmos 27:1; ver também Sal. 118:4). Todos nós estamos sujeitos ao processo do envelhecimento, e o sofrimento e a lamentação que isso causa, e que é uma das porções mais horríveis do problema do mal, levam, finalmente, à morte biológica. Ver sobre o *Problema do Mal*. A morte biológica é considerada, por alguns, como a pior de todas as calamidades; mas o homem espiritual sabe que a morte do corpo é apenas o portal de uma vida nova e gloriosa, e que Deus tem, sob o seu controle, a situação inteira.

30. *Paralisia*. No Novo Testamento, sempre encontramos o adjetivo, *paralutikós*, «paralítico», palavra usada por onze vezes: Mat. 4:24; 8:6; 9:2,6; Mar. 2:3-5,9,10; Luc. 5:24. Esse termo grego significa «frouxo», «solto». As causas conhecidas da paralisia são estas: a. inflamação do cérebro e da coluna espinal, o que pode levar a uma paralisia parcial ou completa; b. injúrias da coluna vertebral; c. pressão na curvatura da espinha; d. tumores que deformam a espinha; e. apoplexia, causada por alguma lesão vascular do cérebro, ou por causa de uma hemorragia, como no caso de uma congestão. Jesus curou pessoas desse tipo de enfermidade, embora a ciência continue essencialmente impotente diante da mesma.

31. *Pestilência*. No hebraico, *deber*, palavra que ocorre por quarenta e nove vezes, desde Êxodo 5:3 até Heb. 3:5. No grego, *loimós*, palavra que aparece por duas vezes: Luc. 21:11 e Atos 24:5. Ambas essas palavras podem indicar uma grande variedade de enfermidades que atacam grande número de pessoas ao mesmo tempo. Certo pecado cometido por Davi foi punido com uma praga que arrebatou setenta e cinco mil vidas (II Sam. 24:15). Todos estamos familiariza-

dos com as pragas do Egito, antes do êxodo de Israel. Não há como determinar quais vírus ou bactérias foram as causas deste ou daquele caso. A cólera provavelmente era uma das pestilências mais comuns nos tempos bíblicos. É propagada por água ou alimentos contaminados por bacilos fecais, uma das maneiras mais comuns de propagação de enfermidades.

32. *Pústula*. No hebraico, *mispachath*, vocábulo usado por três vezes: Lev. 13:6-8. Era alguma espécie de erupção da pele, com a formação de pústulas, um sintoma de diversas afecções cutâneas. Algumas pústulas chegam a provocar calvície, uma calamidade para uma mulher (ver Isa. 3:17).

33. *Tinha*. No hebraico, *netheq*, um termo que aparece por treze vezes: Lev. 13:30-37 e 14:54. Esse é um termo geral para indicar erupções cutâneas, um sintoma de várias enfermidades.

34. *Sarna*. No hebraico, *garab*, palavra que aparece por três vezes: Lev. 21:20; 22:22 e Deu. 28:27. Algumas traduções dizem ali «escorbuto», mas o termo hebraico provavelmente indica várias enfermidades que causam coceira, e não o verdadeiro escorbuto, que é provocado por uma deficiência de vitamina C na alimentação. Os sintomas do escorbuto são manchas lívidas debaixo da pele, gengivas inchadas e sangrentas e grande prostração. Os hebreus eram um povo agrícola e tinham muito vinho. Não é provável que eles conhecessem o verdadeiro escorbuto, exceto, talvez, em período de fome prolongada.

35. *Feridas*. No hebraico, *makkah*, palavra que ocorre por cerca de quarenta e cinco vezes, como em Isa. 1:6; I Reis 22:35; II Reis 8:29; II Crô. 22:6; Jer. 6:7; 10:19; 30:12,14,17; Miq. 1:9; Naum 3:19; Zac. 13:6. No grego, *élkos*, «úlcera», que figura por três vezes: Luc. 16:21; Apo. 16:2,11. Ambos os termos tinham um uso geral, indicando vários tipos de úlceras ou ferimentos, causados por diversos agentes.

36. *Úlcera*. No hebraico, *yabbal*, que indica uma úlcera que supura pus e sangue. Essa palavra aparece por apenas uma vez, em Lev. 22:22 (nossa versão portuguesa diz «ulceroso»). Alguns estudiosos pensam que se trata de alguma forma de quisto, que aparece no homem ou em certos animais.

37. *Vermes*. Os parasitas intestinais são quase onipresentes, encontrando-se entre os mais abundantes vermes do globo terrestre. As autoridades sobre o assunto informam-nos que há mais de meio milhão de espécies identificáveis. Os próprios cientistas pensam que essa variedade imensa é quase inacreditável. Os tipos mais comuns são a lombriga, a tênia solitária, o verme trematódeo, o nematelminto, o ancilóstomo, o nematódeo e o oxiúro. Esses parasitas provocam toda espécie de dano quando fixam residência no corpo humano, havendo até mesmo casos de morte, nos casos mais radicais. Alguns vermes são minúsculos; outros alcançam gigantescas proporções; alguns enterram-se sob a pele; outros viajam no sangue e chegam até os órgãos internos vitais. Não há que duvidar que Israel, tal como outros povos antigos, era infestado por vermes, tanto ou mais que as nações modernas. O caso mencionado em Atos 12:23 onde se lê que Herodes foi comido de «vermes», pode apontar para larvas de moscas, que podem ter sido depositadas em alguma ferida aberta do corpo dele, embora não haja maneira de determinar exatamente o que esteve envolvido.

II. Enfermidades Mentais

1. Loucura. No hebraico, shigganon, que ocorre apenas por duas vezes: Deu. 28:28 e Zac. 12:4. Os trechos de I Sam. 21:15 e Pro. 26:18 mencionam casos de loucura. Temos o famoso caso da insanidade temporária de Nabucodonosor, e que o profeta disse que foi castigo por seu orgulho (Dan. 4:25,32-34). No grego, *seleniázomai*, «lunático», que aparece somente por duas vezes: Mat. 4:24 e 17:15. Na primeira dessas referências, esse estado mental é distinguido da influência demoníaca. Esse termo grego vem do latim, *luna*, «lua», referindo-se à suposta influência da lua sobre as mentes dos homens, tornando-os loucos ou, pelo menos, desequilibrados. Há alguma evidência científica em favor da idéia. Há pessoas que realmente sofrem efeitos dessa ordem. Os antigos, porém, inclinavam-se por atribuir todas as enfermidades à atividade dos demônios, sobretudo quando havia algum distúrbio mental patente. É verdade, contudo, que certos casos de insanidade são causados por influências ou possessões demoníacas, casos esses que podem ser instantaneamente curados pelo *exorcismo*. Outros casos, entretanto, têm causas físicas ou psicológicas, como o desequilíbrio da química do cérebro, a ausência de hormônios, ou injúrias contra o cérebro.

2. *Possessão demoníaca*. Fazia parte da crença dos antigos que todas as formas de enfermidade, incluindo aquelas de natureza mental, eram causadas pela atividade de espíritos destrutivos e invisíveis. O Novo Testamento reflete essa crença, embora o trecho de Mateus 4:24 faça distinção entre a verdadeira insanidade e os casos de possessão demoníaca. Jesus podia curar todos os casos, sem importar a natureza exata dos mesmos. O trecho de Marcos 5:1-20 fala sobre um caso de insanidade causado por poderes demoníacos. Os antigos acreditavam que a mente humana está sujeita a mentes malignas espirituais. Um exemplo cru dessa crença era o costume que eles tinham de fazer uma perfuração no crânio da pessoa afetada, — para permitir a saída do espírito maligno pelo buraco. Muitos cemitérios antigos testificam isso. Um cemitério desses mostrou que dos cento e vinte crânios examinados, seis haviam sido perfurados. As demonologias antigas falavam sobre demônios específicos que causavam enfermidades específicas. Havia muitos nomes de demônios supostamente envolvidos nessa especialidade. Apesar das cruas noções que os antigos tinham, há provas abundantes, nos tempos modernos, em prol da crença que *alguns* casos de insanidade são, realmente, causados por entidades espirituais externas, e não por agentes psicológicos ou físicos da própria pessoa. Tais casos podem ser curados imediatamente pelo exorcismo bem-sucedido. Ver os artigos separados sobre a *Loucura*, a *Possessão Demoníaca* e os *Demônios*.

III. Tratamento das Enfermidades na Antiguidade

Sempre houve a esperança de alguma cura divina ou espiritual, e quase todas as culturas antigas compartilhavam da crença nessa possibilidade. Ver o artigo separado sobre *Curas*. Ver também sobre *Curas, Dom de*. Visto que os extratos de plantas continuam sendo um importante aspecto das curas físicas, não há razão para duvidar que todas as culturas antigas haviam descoberto muitas curas por meio de plantas. As descobertas arqueológicas mostram que há milênios os cirurgiões vêm fazendo intervenções em pacientes; e evidências recentes chegam a mostrar casos de cirurgias no cérebro. Os hebreus, porém, eram grandemente inferiores a seus poderosos vizinhos do Egito, da Assíria e da Grécia, em todas as formas de atividade científica, incluindo a medicina. No Antigo Testamento não há qualquer alusão sobre atividades científicas relacionadas às doenças, e nem mesmo relacionadas a qualquer outro

campo do conhecimento humano. A religião era tudo em Israel, excetuando as instruções militares, que também eram ministradas, se não nas escolas, em quartéis, de maneira formal. Os vizinhos de Israel, em contraste com isso, envolviam-se nas ciências da matemática, da astronomia, da lógica, da metafísica, da lei e da medicina. Muitos livros ou porções de livros chegaram até nós, tratando sobre questões científicas. Mas, dos tempos veterotestamentários, dentre a cultura dos hebreus, temos somente o próprio Antigo Testamento; e, de tempos posteriores, outros volumes sagrados. A despeito de ter estado no Egito por várias gerações, onde as ciências floresciam, Israel não se interessou por questões científicas. Os estudos talmúdicos foram extensos, tendo havido muitos grandes mestres e estudantes diligentes; mas as questões religiosas sempre foram o assunto apaixonante, e qualquer outra matéria de estudo entrava nesses estudos apenas incidentalmente.

Devido à ausência de referências a qualquer tipo de profissão médica ou de ciências, no Antigo Testamento, podemos ter quase absoluta certeza de que em Israel não havia tais atividades. Há menção a parteiras (ver Gên. 35:17; 38:27-39; Êxo. 1:15), e podemos presumir que, através da prática, elas aprenderam muita coisa sobre a questão; mas elas não formavam uma classe profissional, devidamente instruída. Não há qualquer alusão à existência de médicos que se ocupassem em cuidar dos enfermos e curá-los. Havia a operação simples da circuncisão, que era realizada pelos chefes de família ou por outras pessoas (Gên. 17:10-14,23-27), até mesmo por mulheres (Êxo. 4:25), mas não havia qualquer classe que se ocupava profissionalmente da medicina.

A lei mosaica tinha algumas provisões concernentes às curas (Exo. 21:19), mas não havia nenhum código médico. O trecho de Gênesis 50:2 mostra que os médicos egípcios embalsamaram Jacó; mas esses médicos eram egípcios, e não judeus. Jó também menciona médicos (Jó 13:4), o que parece ser uma das raríssimas alusões a alguma classe de pessoas ocupada nessa atividade. Entretanto, esse termo veio a ser compreendido em sentido geral, como aqueles que procuravam curar, mas sem indicar qualquer classe profissional. Os médicos de Asa (II Crô. 16:12) poderiam ser nativos ou estrangeiros. É possível, contudo, que, na época desse rei, uma classe médica tivesse começado a surgir. Apesar de haver alusão a médicos na expressão «Acaso não há bálsamo em Gileade? ou não há lá médico?» (Jer. 8:22), não subentende, necessariamente, a existência de uma classe médica, mas somente aqueles que usavam vários remédios caseiros, que procuravam curar doentes. Outro tanto pode ser dito acerca de trechos como Prov. 3:8; 12:18; 17:22; 20:30; 29:1 e Ecl. 3:3, que, presumivelmente, mostram que Salomão era versado em assuntos de medicina. O que é certo é que os hebreus, como todos os outros povos, tinham suas medicinas naturalistas, que empregavam ervas medicinais; mas não há qualquer evidência sólida da existência de uma classe de médicos profissionais. As referências muito gerais e inexatas às enfermidades, nas páginas do Antigo Testamento, mostram que não havia qualquer ciência médica em Israel.

Em contraste com isso, temos os egípcios que mostravam um conhecimento notavelmente preciso de questões anatômicas, talvez por causa de sua prática de embalsamamento. Eles conheciam até mesmo a anatomia dos animais. Eles tinham um sistema de patologia, cultivavam ervas medicinais e até tinham médicos especializados em condições patológicas específicas. Os israelitas, excetuando alguns poucos indivíduos, geralmente eram analfabetos, pelo que conseguiram derivar do Egito um conhecimento científico bem pequeno. A lei mosaica incluia certo número de excelentes medidas higiênicas; mas, quando se tratava de curar enfermidades, os israelitas deixavam muito a desejar. Eles tinham a tendência de retornar aos rituais religiosos, bem como à providência divina, na cura das enfermidades (Êxo. 15:26; Sal. 103:3; 147:3; Isa. 30:26). Quando Asa buscou os médicos, e não ao Senhor (II Crô. 16:12), aparentemente ele foi considerado como quem laborava em erro. O comentário de John Gill sobre essa passagem é bastante instrutiva no que diz respeito à questão inteira dos médicos, no tocante à cultura dos hebreus. Ele supôs que esses médicos eram encantadores, talvez até mesmo adivinhos pagãos, que usavam ervas, encantamentos, etc. Diz John Gill que essa é a primeira vez que, entre os judeus, são mencionados médicos, dando-nos uma série de referências à literatura judaica, de onde podemos extrair as seguintes idéias:

«Os judeus não tinham os médicos em boa conta; os melhores dentre eles, diziam os judeus, merecem o inferno, e aconselhavam que os homens não vivessem em uma cidade onde o homem principal fosse médico». Em contraste com isso, John Gill salienta que o livro de Eclesiástico (38:1-8) recomenda efusivamente a profissão médica. E o imperador Juliano honrava aos médicos, pensando que certamente estavam com a razão os filósofos que diziam que a arte da medicina caiu do céu. A aversão dos judeus pelos médicos provavelmente origina-se no fato de que os encantamentos dos pagãos, ou mesmo a mais franca bruxaria, faziam parte das mais antigas práticas médicas. Ver o artigo separado sobre os *Medicina (Médicos)* e *Medicina, Ética da.*

Nos tempos do Novo Testamento encontramos um período que reflete o acúmulo de conhecimentos derivados das culturas antigas, dos egípcios, dos babilônios, dos gregos e dos romanos. Essas sociedades haviam cultivado várias ciências. Havia uma classe médica; e Lucas, o evangelista, aparece como médico, em Colossenses 4:14. Paulo teve a coragem de chamá-lo de «médico amado», juntando esses dois termos de um modo como nunca teria sido feito nos dias do Antigo Testamento. Portanto, a profissão médica havia feito grandes progressos, no conceito dos hebreus e na cultura judaica. É significativo e interessante observar que foi esse médico educado que nos proveu a história de Lucas-Atos, o maior bloco de material escrito por qualquer autor isolado do Novo Testamento. Apesar de Paulo haver escrito treze epístolas, o volume total é menor que o dos escritos de Lucas. O excelente grego usado por Lucas reflete sua educação superior, melhor que a da maioria dos outros autores do Novo Testamento. Os trechos de Marcos 5:26 e Lucas 8:43 mostram que a classe dos médicos era numerosa. Substâncias vegetais e animais eram usadas como medicamentos, incluindo o anis, o bálsamo, o cálamo, a cássia, o cinamomo, a galha, a hortelã, a mirra e o vinho, além de outras numerosas demais para serem mencionadas. Naturalmente, os antigos ritos pagãos e os encantamentos prosseguiram, juntamente com a prática do exorcismo. Apesar de que, segundo os padrões modernos, a medicina antiga fosse crua, ela era capaz de manusear pelo menos uma boa variedade de enfermidades. Jesus teve de intervir quando os médicos falharam (Mar. 5:26). Além disso, eles cobravam altos proventos, como até hoje (Luc. 8:43), pelo que uma pessoa podia gastar tudo quanto possuía, em busca de cura.

IV. A Teologia da Doença

Deus tencionava que os homens adoecessem? Deus deixa que os homens adoeçam por causa do pecado? O homem espiritual precisa sofrer enfermidades? Na expiação pelo sangue de Cristo está incluída a cura dos males físicos? Qual é a origem das enfermidades? Qual será o resultado final de tudo isso? Essas são as perguntas que os filósofos e teólogos continuam fazendo.

1. Origem das Enfermidades. A resposta bíblica moral, e também aquela refletida pelos teólogos cristãos, é que o pecado encontra-se à raiz do problema das enfermidades. Presumivelmente, o primeiro homem era um ser *físico* imortal, e poderia ter continuado a viver nesse estado. Como ser imortal, ele não estava sujeito às doenças. Porém, o pecado pôs fim a essa forma de imortalidade, e foi justamente então que as enfermidades entraram no quadro. O conceito que derivamos dos escritos de Platão é que a própria *matéria* está sujeita à desintegração, inteiramente à parte do problema moral. Portanto, quando a alma humana resolveu experimentar a cena terrestre, e rebaixou-se moralmente, tornou-se sujeita à materialidade. Tornando-se sujeita à matéria e suas manifestações, ela teve de sofrer, naturalmente, a enfermidade, e até mesmo a morte, o que, felizmente, liberta a alma de sua prisão ou sepulcro, conforme Platão denominava o corpo físico. Até onde sou capaz de ver as coisas, por mais inexatos que tenham sido os detalhes oferecidos por Platão, sua idéia central é superior àquela outra. Penso que é altamente improvável que o homem tenha sido alguma vez um ser imortal *material*; é mais improvável ainda que ele tivesse podido manter-se nesse estado. A matéria por si mesma desintegra-se, decompõe-se, e coisa alguma material pode ser imortal ou eterna. Não é provável que o pecado tenha rebaixado a qualidade da *matéria*, reduzindo-a a algo que, antes, ela não havia sido. Estou convencido de que a teologia cristã tem explorado demasiadamente a narrativa do livro de Gênesis, fazendo-a dizer mais do que ela tenciona dizer ou poderia dizer, no tocante ao problema da imortalidade física e das subseqüentes enfermidades e morte do corpo. É melhor dar aqui uma resposta existencial. A matéria envolve desintegração, enfermidade e morte, por sua própria *natureza*, mesmo que não haja o concurso do pecado. E o espírito envolve a imortalidade, por sua própria natureza, embora, no momento, toda imortalidade dependa do Espírito de Deus e de sua graça sustentadora.

2. Conexão Vital entre o Pecado e as Enfermidades. Apesar de não termos de olhar para o pecado como a explicação absoluta da *origem* das enfermidades físicas e da morte, nos casos práticos a conexão entre essas duas coisas é por demais óbvia para precisar de defesa. Há uma conexão vital entre o pecado e as enfermidades. Muitos pecados produzem doenças específicas, como é o caso conspícuo das doenças venéreas. A medicina moderna cada vez mais está ligando hábitos e atitudes mentais às enfermidades. Mesmo quando isso não *causa* as enfermidades como agentes primários, eles encorajam a atividades das bactérias e dos vírus, baixando a atividade dos sistemas de defesa natural do corpo físico. Aquele que odeia e vive com o coração rancoroso, está convidando o câncer, embora, como é óbvio, o câncer possa ocorrer inteiramente à parte dessas influências. Era comum na teologia dos hebreus relacionar doenças específicas a pecados específicos, e essa idéia tem continuado a ser defendida por alguns pensadores modernos.

Aqueles que acreditam na reencarnação dizem-nos que o elo entre o pecado e as enfermidades não se aplica somente a esta vida. Eles afirmam que os problemas mentais e morais de vidas anteriores podem manifestar-se na vida presente, produzindo enfermidades. Em favor dessa suposição é o fato de que as curas, algumas vezes, podem ser produzidas pela regressão hipnótica (ou psicoterapêutica). Quando uma pessoa percebe *por que* se acha doente de certa maneira, algumas vezes pode ser curada prontamente. — **Esse porquê nem sempre** pode ser explicado pelas circunstâncias da vida presente. Médicos de grande reputação têm-se envolvido nessa forma de cura. Alguns acreditam na teoria por detrás da idéia, de que o desvendamento de *causas* em vidas anteriores pode ajudar na cura de enfermidades presentes. Outros não crêem nessa teoria, supondo que o que então acontece é que os mecanismos naturais de cura de uma pessoa podem ser ativados se a pessoa *acredita* que descobriu a razão para sua enfermidade. Mas tal descoberta mostra-se eficaz, mesmo que a razão descoberta resida em uma pseudovida passada, que a mente subconsciente da pessoa inventa com esse propósito. Sem importar qual seja a verdade envolvida em tudo isso, o que é óbvio é que há uma fortíssima ligação entre o pecado e as enfermidades. As pessoas dotadas de mente saudável, o que inclui a saúde espiritual, mostram-se mais saudáveis no corpo. A evidência em favor disso é avassaladora.

3. O Homem Espiritual Pode Adoecer? As enfermidades são necessárias? Platão teve a boa sorte de desfrutar de grande saúde física. Quando já tinha mais de oitenta anos de idade, continuava conservando suas forças. O dia em que ele morreu foi como qualquer outro. — Ele estava com seus amigos, por ocasião da festa de casamento de um amigo, e estava ocupado em seus usuais diálogos filosóficos. Estava planejando um novo diálogo, uma nova investigação. Subitamente, faleceu. Teria sido um derrame cerebral? Teria sido um ataque cardíaco? Não sabemos dizê-lo; mas sabemos que sua morte foi rápida e fácil, e que Platão não experimentou um longo período de enfermidade e incapacidade física, que, finalmente, chegou a um desfecho. A morte pode sobrevir dessa maneira a todos os homens espirituais? Vamos além dessa proposição, fazendo a seguinte indagação: a morte é necessária, afinal? Algumas pessoas profundamente espirituais têm postulado a idéia de que uma grande espiritualidade poderia libertar-nos tanto das enfermidades quanto da morte, porquanto isso resultaria em uma espécie de arrebatamento espiritual, como aquele que Elias experimentou. Tenho lido apenas sobre um caso moderno, que parece ser genuíno. Seja como for, não é provável que, por enquanto, esse ideal possa ser atingido por muitas pessoas. Isso nos deixa debatendo com as enfermidades e com a morte. Portanto, precisamos ainda ventilar a pergunta: o homem espiritual pode adoecer, ou suas enfermidades seriam um sinal de defeitos secretos e pecados? A resposta dada por Paulo é que um homem espiritual *pode* adoecer, pois ele mesmo sofreu uma aflição que não foi aliviada, embora ele tivesse procurado curar-se da mesma, por três vezes, com grande diligência. A resposta obtida por ele foi que sua enfermidade tinha um *propósito*, a saber, que ele precisava aprender a confiar no Senhor, e não em si mesmo, e que a fraqueza do homem pode ser transformada em fortaleza, se o homem depender devidamente do Senhor. Ver II Cor. 12:7 *ss*.

4. Propósitos das Enfermidades. Observe o leitor o

plural, «propósitos». Aqueles que ensinam que o homem espiritual nunca deveria adoecer, esquecem-se de alguns fatos importantes: a. Em *primeiro lugar*, tudo quanto estiver envolvido na matéria, forçosamente precisa passar pelo processo de degeneração, e isso inclui as enfermidades. Esse é o nosso estado como seres mortais. Essa regra funciona cem por cento, porquanto, de outro modo, as pessoas não morreriam. b. Em *segundo lugar*, o pecado não é a *única* causa das enfermidades. Há *outras causas*. No caso de Paulo, ele recebeu uma aflição, um espinho na carne, a fim de manter-se humilde, em meio a todas as suas exaltadas experiências espirituais. Evidentemente, ele poderia ter ficado muito orgulhoso de sua espiritualidade (como sucede a tanta gente!). Supõem os intérpretes que Paulo sofria de alguma afecção dos olhos (ver a exposição sobre Gál. 6:11, no NTI). Por três vezes ele buscou ao Senhor, pedindo livramento. Mas este não lhe foi concedido porque, em sua *debilidade*, ele deveria aprender a confiar na força do Senhor (II Cor. 12:9). Portanto, aquele espinho tornou-se uma medida da *graça* divina para fortalecê-lo, conforme esse mesmo versículo nos mostra. Portanto, podemos falar em enfermidades em termos de graça divina, e não em termos de castigo contra o pecado, pelo menos em alguns casos. c. Em *terceiro lugar*, a experiência humana demonstra que as pessoas espirituais não são menos sujeitas às enfermidades que as pessoas ímpias. A experiência humana também mostra que *todos* aqueles que dizem que o crente não precisa ficar doente, e que se consideram pessoas santificadas, finalmente adoecem, e mesmo morrem. Nunca vi uma exceção a essa regra. A menos que seja morto em algum acidente, o corpo humano só morre por causa de alguma condição patológica. Algumas dessas condições atuam lentamente; outras atuam rapidamente; mas todas elas são formas de enfermidade. 4. Em *quarto lugar*, a experiência humana demonstra que as enfermidades produzem certo benefício espiritual para algumas pessoas, que aprendem como tirar proveito da sua condição. Como é óbvio, é melhor estarmos bem do que estarmos doentes; mas a escolha nem sempre é nossa, e, finalmente, não temos escolha: acabamos doentes.

5. Há cura na Expiação de Cristo? Se contássemos apenas com o trecho de Isaías 53:4 que é interpretado como se incluísse as enfermidades referidas em Mateus 8:17, poderíamos supor que a expiação no sangue de Cristo incluiu, automaticamente as enfermidades físicas. O contexto do oitavo capítulo de Mateus é o ministério de cura de Jesus. Se a expiação inclui a cura das enfermidades, então temos o direito de viver livres de doenças, da mesma forma que temos o direito de viver livres das conseqüências eternas do pecado. No tocante a isso, quero observar estes pontos: a. embora isentos do pecado no sentido judicial que não seremos condenados por causa do mesmo, nossas vidas ainda têm muitos pecados. b. *Logo*, mesmo que tivéssemos o direito de estar livres das enfermidades e tivéssemos o direito de orar pela cura, em face da expiação, ainda assim poderíamos estar cheios de enfermidades. Isso sucede assim porque somente no estado imortal os efeitos da expiação serão levados à sua mais plena fruição. No presente, no tocante ao pecado e às enfermidades, o conflito continua. Já recebemos a primeira prestação, mas ainda não entramos na plena possessão que nos pertence. c. Outrossim, apesar de termos esse texto de Mateus 8:17, a doutrina da expiação, conforme é esboçada por Paulo, nunca inclui o problema das enfermidades físicas, pelo que é duvidoso que se possa fazer essa inclusão de forma dogmática. Notemos igualmente, no mesmo contexto do oitavo capítulo de Mateus, foi a *vida terrena* de Jesus que trazia a cura de enfermidades físicas, e não a sua expiação. Podemos afirmar, portanto, que Mateus usou aquele texto de Isaías de maneira bastante livre, indicando certa variedade de benefícios derivados do ministério do Messias. Ele não estava fazendo uma declaração dogmática acerca da expiação. d. Não obstante, visto que, em um sentido muito geral, todos os benefícios que recebemos da parte de Cristo dependem, antes de tudo, de sua bem sucedida expiação pelo pecado, podemos considerar que a cura das mazelas do corpo está ligada ao ato expiatório, embora não dogmaticamente garantida pelo mesmo. e. No sentido *escatológico*, a expiação é uma das causas da eliminação das enfermidades, embora não a cura necessária do corpo humano. O corpo espiritual não estará sujeito às enfermidades; pelo que no mundo espiritual há cura, mas não do corpo físico. Antes, há uma *substituição*, de modo a eliminar todos os problemas da *mortalidade*, incluindo as enfermidades. (ND NTI SHO UN Z)

ENFORCAMENTO

Ver o artigo geral sobre **Crimes e Castigos**. Há alusões bíblicas a verdadeiros enforcamentos, como nos casos de Aitofel (II Sam. 17:23) e de Judas Iscariotes (Mat. 27:5), ambos por suicídio. Ver também Tobias 2:3; 3:10 e Josefo (*Anti.* 16:11,7). A crucificação não era um enforcamento, embora também haja alusão ao ato de ficar pendurado (na cruz). Ver Gál. 3:13, que alude a Deu. 21:23. E também havia a prática de pendurar cadáveres em uma árvore, para ficarem expostos, sujeitos à ignomínia, conforme se vêm em Gên. 40:19,22; 41:13; Deu. 21:23.

A forca (no hebraico, *ets*, «árvore», «madeiro») só é mencionada na Bíblia no livro de Ester (5:14; 6:4; 7:9,10; 8:7; 9:13,25). Hamã mandou fazer uma imensa forca, a fim de nela executar o judeu Mordecai. Porém, muitos eruditos acreditam que o texto do livro de Ester não se refere ao enforcamento, no sentido moderno. Antes, na Pérsia praticava-se a *empalação*.

ENGANO, ENGANAR

Há várias palavras hebraicas e gregas envolvidas neste verbete:

1. *Hathal*, «enganar», «zombar». Palavra hebraica usada por dez vezes, como em Gên. 31:7; Jer. 9:5; Juí. 16:10,13,15; I Reis 18:27; Jó 13:9.

2. *Kachash*, «mentir», «fingir». Palavra hebraica que ocorre por vinte e duas vezes. Para exemplificar: Zac. 13:4; Osé. 7:3; 10:13; 11:12; Naum 3:1.

3. *Nasha*, «guiar errado». Palavra hebraica usada por treze vezes, como, por exemplo, em I Reis 18:29; 19:10; II Crô. 32:15; Isa. 36:14; 37:10; Jer. 4:10; 29:8; 37:9; 49:16; Oba. 3:7.

4. *Pathah*, «enganar», «persuadir». Termo hebraico que aparece por vinte e sete vezes, como, por exemplo, em II Sam. 3:25; Pro. 24:28; Jer. 20:7; Eze. 14:9; Êxo. 22:16; Juí. 14:15; 16:5; Pro. 1:10; 16:29.

5. *Ramah*, «enganar», isto é, «deixar de lado». Termo hebraico usado por oito vezes com esse sentido. Para exemplificar: I Sam. 19:17; 28:12; II Sam. 19:26; Pro. 26:19; Lam. 1:19; Gên. 29:25; Jos. 9:22.

6. *Shalah*, «enganar», «desviar». Palavra hebraica que ocorre por somente uma vez, com esse sentido, a

saber, em II Reis 4:28.

7. *Apatáo*, «enganar». Palavra grega que, como verbo ou substantivo, ocorre por dez vezes: Efé. 5:6; I Tim. 2:14; Tia. 1:26; Mat. 13:22; Mar. 4:19; Efé. 4:22; Col. 2:8; II Tes. 2:10; Heb. 3:13; II Ped. 2:13.

8. *Eksapatáo*, «enganar gravemente». Palavra grega que figura por seis vezes! Rom. 7:11; 16:18; I Cor. 3:18; II Cor. 11:3; II Tes. 2:3; I Tim. 2:14.

9. *Paralogízomai*, «raciocinar errado». Termo grego usado por duas vezes: Col. 2:14 e Tia. 1:22.

10. *Planáo*, «enganar». Vocábulo grego que aparece por trinta e oito vezes como verbo e por dez vezes como substantivo. Alguns exemplos do verbo: Mat. 18:12,13; Mar. 12:24,27; Luc. 21:8; João 7:12,47; I Cor. 6:9; Gál. 6:7; Tito 3:3; Heb. 3:10; Tia. 1:16; I Ped. 2:25; I João 1:8; Apo. 2:20; 12:9; 13:14. Como substantivo: Mat. 27:64; Rom. 1:27; Efé. 4:14; I João 4:6; Jud. 11.

11. *Phrenapatáo*, «enganar a mente». Palavra grega que ocorre exclusivamente em Gál. 6:3 como verbo, e em Tito 1:10 como substantivo.

Enganar é dizer ou realizar atos cujo propósito é iludir outras pessoas, em face de algum motivo ou intuito ocultos. Enganar é dar uma falsa impressão. As Escrituras sempre condenam o ato (Jer. 23:26). Por detrás do engano, quase sempre há um motivo egoísta. Mas, há casos em que o propósito é misericordioso e altruísta, como aquele caso clássico de não informar um ente amado de que ele (ou ela) tem uma doença fatal, sendo melhor não preocupar a pessoa enferma com pressões psicológicas, se ela viesse a saber de seu verdadeiro estado. Os filósofos discutem essa questão e buscam determinar se, em tais casos, o engano é permissível, ou mesmo desejável. Uma solução razoável para o problema parece ser que o ludíbrio, quando motivado pelo egoísmo, é errado. Porém, em alguns casos, nos quais o motivo é misericordioso ou altruísta, é permissível enganar, o que pode envolver, até mesmo, um ato de amor. Esse ato, porém, deve ser distinguido daqueles nos quais a pessoa enganada realmente está sendo prejudicada e burlada, sem o saber. Se, mediante um truque sujo, por exemplo, eu defraudo a alguém para tirar-lhe o dinheiro ou a propriedade, eu poderia raciocinar que se esse alguém nunca viesse a descobrir o fato, ele ficará psicologicamente calmo, pelo que seria melhor nunca vir a saber da realidade. Pois, embora tal pessoa tenha sido enganada (pois poderia ter ganho alguma coisa, mas não ganhou), ela não sabe disso, e, conseqüentemente, não sofre. Isso não poderia ser tachado de ato de misericórdia, mas sim, — um ato de furto, pois a vítima sofreu uma *perda*, e não um benefício. O engano só é permissível quando a pessoa enganada ganha alguma coisa.

Satanás é o grande mestre do engano (I Tim. 2:14; Apo. 20:8,10). Em contraste com isso, no Senhor Jesus nunca se achou dolo (I Ped. 2:22). O trecho de II Coríntios 12:16 não pode ser usado como texto de prova de que enganar seja apropriado em qualquer sentido, pois ali Paulo fala de modo irônico.

Enganar uma pessoa é persuadi-la a acreditar em algo que não corresponde à realidade dos fatos, ou fazê-la pensar que o lógico é ilógico, e vice-versa. Satanás enganou Eva (Gên. 3:13). Os midianitas iludiram o povo de Israel para que praticassem idolatria e imoralidade (Núm. 25:18). Os gibeonitas, fingindo-se de viajantes que vinham de longe, enganaram a Josué (Jos. 9:22).

O Novo Testamento adverte contra os falsos mestres que são especialistas no engodo (Rom. 16:18; Col. 2:18; II Ped. 2:14; II Tes. 2:3; Col. 2:24). Essas advertências referem-se por duas vezes à narrativa do engodo em que caiu Eva (II Cor. 11:3; I Tim. 2:14). Uma das piores formas de engano é aquela em que uma pessoa se impõe, a fim de preservar crenças somente para manter a sua tranqüilidade mental, sustentando alguma falsidade, mesmo quando acumulam-se evidências acerca da falsidade daquelas crenças. (A Z)

ENGELS, FRIEDRICH

Suas datas foram 1820-1895. Foi um filósofo marxista. Nasceu em Barmen, na Alemanha. Era filho de um industrial que tinha extensos interesses comerciais em Manchester, na Inglaterra. Engels foi co-fundador do movimento marxista, além de ter sido o amigo mais íntimo de Karl Marx (que vide) e seu colaborador por muitos anos. Foi o estruturador da filosofia marxista, após o falecimento de Marx, tendo editado o segundo e o terceiro volumes da obra *Capital*, além de haver cuidado de sua publicação.

1. Quanto a um sumário geral da filosofia marxista, ver o artigo sobre o *Marxismo* (especialmente em seu terceiro ponto). Ver também sobre o *Comunismo*. No tocante à sua moderna aplicação teológica, ver sobre a *Teologia da Libertação*. Esta é tão importante, dentro da história do catolicismo romano, que o papa foi forçado a aceitar suas idéias, para não haver um terceiro cisma, semelhante àquele que dividiu a Igreja Católica em Igreja Católica Romana e em Igreja Ortodoxa Oriental e àquele que resultou na formação das igrejas protestantes. Se esse terceiro cisma se concretizasse, teríamos uma grande divisão do catolicismo romano, na América do Sul. Uma das contribuições de Engels, para a estrutura filosófica do comunismo, foi a introdução da dialética hegeliana, com sua tríada, conferindo-lhe uma filosofia dogmática da história. Esse detalhe é explicado no artigo sobre o *Comunismo*. Nessa conexão, ver uma completa explicação sobre o uso que Hegel fazia sobre a tríada de *tese-antítese-síntese*, no artigo a seu respeito.

2. O próprio Engels não fazia da *economia* um elemento todo-poderoso em seu sistema, mas parece que acreditava que os fatores econômicos são uma das forças que, juntamente com outras, como o fator político, moldam a natureza de um Estado. Outras entidades culturais, além da econômica, são forças contribuintes.

3. A filosofia resultante tornou-se toda-poderosa na União Soviética, de tal maneira que *todos os filósofos*, nas universidades russas, precisam submeter-se à teoria básica do comunismo, sob pena de não poderem tornar-se professores. Portanto, temos ali uma incrível destruição do espírito naturalmente pesquisador e especulativo dos filósofos. Na verdade, somente através da coerção ou da exclusão se consegue chegar ao consenso de opiniões entre os filósofos, sobre qualquer assunto, mormente sobre um assunto tão importante quanto é o da *filosofia política* (um dos seis ramos tradicionais da filosofia).

4. É curioso observar que o dinheiro que sustentava Marx, possibilitando a propagação de suas idéias, tenha provindo de seu amigo Engels, cujo pai tinha fábricas na Inglaterra. Portanto, seu sustento provinha de meios capitalistas! Também é curioso que, ajudado por esse dinheiro, Engels tornou-se o fundador da Liga Comunista dos socialistas holandeses, ingleses, franceses e alemães; e então, em parceria com Marx, ele organizou a Primeira Socialista Internacional, em 1864. Mais tarde na vida,

Engels retirou-se da gerência industrial e passou a viver de rendas, das suas propriedades! Em seu testamento, Engels deixou todas as suas propriedades para os filhos de Karl Marx, de tal modo que eles tornaram-se proprietários, em contradição direta com o ideal comunista. Portanto, temos nisso o espetáculo de um rico aristocrata que financiou o nascimento e os primeiros passos do movimento comunista. Antes de sua morte, porém, Engels nunca quis desfazer-se de suas possessões e propriedades; e, quando morreu, enriqueceu os filhos de Karl Marx, os quais, presumivelmente, passaram a viver confortavelmente apoiados no dinheiro aplicado aos moldes capitalistas, isentos dos fatores debilitantes do ideal comunista. A grande verdade é que o comunismo funciona melhor — conforme alguns governos comunistas têm reconhecido ultimamente — quando algum dinheiro e alguns métodos capitalistas são injetados no mesmo. Em nossos dias, a China está buscando financiamento capitalista, bem como a tecnologia ocidental, porquanto, segundo as autoridades políticas chinesas mesmas têm admitido, as teorias de Karl Marx não são adequadas para solucionar os problemas chineses.

Escritos. As obras de Engels foram de natureza principalmente polêmica, em defesa de sua crença no determinismo econômico da história (à la Hegel). Ele também procurou mostrar as debilidades dos estados democráticos, afirmando que tanto a revolução popular quanto a ditadura são necessárias para estabelecer o socialismo no mundo. Suas obras principais, com títulos em inglês, são: *Conditions of the Working Class in England; Herr Eugen Duhring's Revolution in Science; The Origin of the Family, Private Property and State*; e o segundo e o terceiro volumes de *Das Kapital* foram editados e publicados por ele. Em parceria com Karl Marx, ele publicou o *Manifesto Comunista* (1848), que foi a obra mais famosa dos dois. (AM P)

ENGI SHIKI

Em japonês, «As Cerimônias de Engi». Essa obra consiste em uma compilação feita por Engi Era, que viveu na primeira metade do século X D.C., contando a história do Japão. Essa compilação foi publicada em 927 D.C., envolvendo uma coleção de cinqüenta livros, que relatam a antiga vida na corte e as cerimônias efetuadas nos santuários xintoístas.

ENIGMA

No hebraico, tal como no grego (**ainigma**), a palavra significa declaração obscura, quebra-cabeça. Os enigmas eram de uso comum, por todo o mundo bíblico. Arbitrariamente, pode-se distinguir entre um quebra-cabeça e uma fábula ou um enigma. Mas o ponto central de um quebra-cabeça é deixar o ouvinte confuso. Os enigmas podem ser concebidos como declarações místicas que, embora difíceis de compreender, não são difíceis quanto ao seu desígnio. O que cria a dificuldade pode ser a falta de melhores informações por parte do ouvinte. Por sua vez, uma fábula é apenas uma narrativa fictícia (com freqüência envolvendo membros da flora ou da fauna), relatada a fim de transmitir alguma mensagem ou idéia espiritual. Uma fábula, embora possa ser difícil de entender, não o é necessariamente.

A principal palavra hebraica, usada por dezessete vezes, é traduzida por «enigma», «intriga», «perguntas difíceis», etc. (ver, por exemplo, Juí. 14:12-19; Eze. 17:2; I Reis 10:1; II Crô. 9:1). A raiz da palavra hebraica significa «torcer», «evitar». Talvez a idéia é que um enigma seja uma declaração «indireta» e «distorcida». — Sobre Moisés é dito que ele comungava com Deus, «face a face», o que é posto em contraste com as comunicações enigmáticas (ver Núm. 12:8). Estas últimas às vezes precisavam da ajuda de um intérprete. Algumas vezes a palavra é usada como um paralelo de «provérbio», como em Sal. 49:4,5, no original hebraico. O enigma de Sansão, no décimo quarto capítulo do livro de Juízes, é o mais notável exemplo de enigma de todo o Antigo Testamento. A rainha de Sabá apresentou-se a Salomão a fim de «prová-lo com perguntas difíceis» (I Reis 10:1). De acordo com Josefo, Salomão e Hirão entraram em uma competição de enigmas, e este último, com alguma ajuda, saiu-se vitorioso. O trecho de Eclesiástico 47:15 declara que Salomão era criador de enigmas. Em face disso, é surpreendente que a palavra hebraica que significa «enigma» só apareça por uma vez no livro de Provérbios (1:6), embora haja seções naquele livro que bem podem ser classificadas como enigmáticas. O trecho do décimo sétimo capítulo de Ezequiel provavelmente é mais uma fábula do que um enigma, visto que membros dos reinos animal e vegetal representam outras coisas. Poderíamos citar apenas de passagem trechos obscuros ou enigmáticos em Jer. 25:26 e 51:1.

Um enigma autêntico figura em Apocalipse 13:18, onde o número «666» aparentemente é uma referência obscura a algum indivíduo. As tentativas para interpretá-lo formam legiões, não havendo consenso entre os intérpretes. Sabemos, pelos oráculos sibilinos, que referências numéricas como essa eram comuns no mundo antigo. A palavra grega *ainígma* aparece em I Coríntios 13:12, dentro da frase: «Porque agora vemos como em espelho, obscuramente...» Alguns têm sugerido que a melhor tradução dessa sentença seria: «...como em espelho, por meio de uma palavra enigmática...»

Algumas das declarações de Jesus podem ser classificadas como enigmas (ver Luc. 22:36; João 3:1-3; 4:10-15; 6:53-59). Grande cautela precisa ser exercida na interpretação das «declarações obscuras» da Bíblia. Um cuidado especial precisa ser tomado quanto ao sentido exato das palavras nos idiomas originais. Nessa conjuntura, o contexto sempre se reveste de capital importância.

ENIPÓSTASE

Uma das muitas contorções feitas pelos teólogos, na tentativa de explicar o *mistério* da encarnação da divindade em um ser humano (no caso de Jesus), é o da *enipóstase*. Ver o artigo sobre a *Cristologia*, quanto a uma descrição sobre as muitas tentativas que têm sido feitas nesse sentido, algumas das quais reputadas ortodoxas e outras heréticas. A *enipóstase* é a doutrina que diz que a *hipóstase* (isto é, pessoa) da Deidade, que se encarnou em Cristo, incluía todos os atributos humanos em sua perfeição e que, em vista disso, a pessoa de Cristo, embora divina, era perfeitamente humana. João Damasceno (falecido em cerca de 749 D.C.) advogava essa idéia. O termo *hipóstase* também tem sido sujeitado a muitas distorções e distinções sem base, que conferem à Cristologia uma natureza intrincada, até mesmo exasperada, porquanto os homens tentam reduzir um mistério divino à maneira de pensar dos homens. Ver o artigo separado sobre **Mistério**.

ENOM

No grego, **fontes**, nome de um lugar perto de Salim,

onde João Batista imergia os penitentes. (Ver João 3:23). Ali havia muita água, pelo que o ato de batismo ou imersão tornava-se conveniente. Visto que o batismo cristão, quanto à forma, seguia o modelo do batismo judaico de prosélitos; havia a prática da imersão. Ver o artigo geral sobre o *batismo*. Quanto à localização exata, os eruditos não têm certeza. Eusébio (Onomasticon 40) situava o local a oito milhas romanas ao sul de Citópolis (Bete-Sã), e a cinqüenta e três milhas romanas a nordeste de Jerusalém. Mas outros pensam que se trata do Wady Far'a, a oito quilômetros ao norte de Jerusalém.

A alusão à «muita água», naquele trecho de João, situa essa localidade longe do vale do rio Jordão, entretanto, era bem conhecido que, no vale do Jordão, havia muita água. Todavia, essa observação pode ter sido feita de modo trivial, simplesmente porque ali se realizavam atos de imersão, o que, como é óbvio, requeriam muita água. Alguns arqueólogos têm identificado Enom com a atual Salim, a pouco mais de cinco quilômetros a leste de Nabus (Siquém). Há uma *Ainum* ali, que pode ser reflexo do nome antigo. Tem-se descoberto no local uma extensa ocupação romana, havendo fontes (no árabe, *ain*) próximas do local, no Wadi Far'a. — Nas páginas do Novo Testamento, foi nesse lugar que houve uma discussão acerca do papel de João Batista, em face da crescente popularidade de Jesus. Devemos lembrar que João conseguiu um grande número de adeptos, e que muitos consideravam-no o Messias. Ver o NTI em Atos 18:25, acerca dessa questão. (DE S UN Z)

ENOQUE

O significado desse nome não é certo, mas, entre as conjecturas encontramos «iniciado», «ensino», «professor», «treinado» e «dedicado». A palavra parece ser cognata da palavra hebraica por detrás das palavras de Provérbios 22:6, «Ensina a criança...» Vários personagens bíblicos tinham esse nome, a saber:

1. O filho de Caim, que deu nome à primeira cidade que Caim construiu (Gên. 4:17,18). Essa cidade ficaria a leste do Éden e talvez o seu nome tenha sido preservado em *Hanuchta*, que Ptolomeu situava na Susiana. Outras localizações têm sido propostas, mas nada se sabe com certeza. E nem se sabe sobre o homem assim chamado, exceto essa circunstância.

2. Um filho de Jarede, da linhagem piedosa de Sete. Ele foi o pai de Matusalém, que detém o recorde da mais longa vida registrada na Bíblia. Sem dúvida, Enoque foi uma pessoa incomum, homem de poder e de notável influência. Lemos a seu respeito: «Andou Enoque com Deus e já não era, porque Deus o tomou para si» (Gên. 5:24). Naturalmente, isso significa que ele foi a primeira pessoa a ser arrebatada, sem passar pela morte. Ver sobre a *Parousia*, quanto a elementos sobre o *arrebatamento cristão*, que promete generalizar, entre todos os remidos, a experiência de Enoque. Elias tambem passou por essa experiência. Em nosso artigo sobre *Eliseu*, quinto ponto, «Testemunha do Arrebatamento de Elias», oferecemos comentários que o leitor achará interessantes, incluindo casos modernos de translação.

Enoque foi arrebatado depois de ter vivido trezentos e sessenta e cinco anos. O trecho de Hebreus 11:5 alista-o como um dos heróis da fé. A tipologia cristã faz dele um tipo de Igreja que, na opinião de alguns, será arrebatada antes da Grande Tribulação, da mesma maneira que Enoque foi arrebatado antes do dilúvio, um tipo da Grande Tribulação. Enoque foi o avô de Noé.

Figuras como Enoque sempre criam lendas a seu respeito. E, usualmente, alguns livros são atribuídos a personagens assim, o que se deu também com Enoque. Visto que Enoque teria sido levado corporalmente para o céu, isso fez com que escritores posteriores produzissem por escrito o que ele (presumivelmente) viu. Os escritos apócrifos sempre tentam preencher os hiatos, sobre os quais nada se conhece. Os livros a ele atribuídos (ver sobre *Enoque, Livros de*), de acordo com alguns são os mais importantes entre os livros pseudepígrafos, por servir de pano de fundo ao Novo Testamento. Comumente diz-se que os autores do Novo Testamento não se utilizaram dos livros apócrifos e pseudepígrafos; mas, qualquer pessoa que tenha examinado o Novo Testamento, versículo após versículo, sabe que há algumas citações, muitas alusões e muitas idéias extraídas daquelas obras. Ver o artigo geral sobre as obras *pseudepígrafas*.

Enoque é glorificado na crônica judaica. Ele teria sido o inventor das letras, da matemática e da astronomia. De fato, é reputado como o primeiro autor de livros e supõe-se que vários livros emanaram dele. Também teria sido homem que recebeu muitas visões e profecias. Presumivelmente, a literatura por ele deixada foi posta nas mãos de seu filho, e foi preservada por Noé, chegando aos dias de depois do dilúvio. Tudo isso tipifica como a matéria apócrifa é manuseada. E esse material é datado de tempos muito remotos. E aqueles que falam em uma data posterior dão explicações não muito convincentes a esse respeito. Temos algo similar no caso do *Livro de Mórmon* (que vide, sob o título *Livros Apócrifos Modernos*). As placas de ouro supostamente teriam sido enterradas em uma data antiga e, então, teriam sido descobertas no século XIX, quando, finalmente, o conteúdo dessas placas foi revelado. O Alcorão (Sur. xix) refere-se a Enoque como *o sábio*, título esse que deve ter resultado do conhecimento das tradições judaicas que circundam o livro de Enoque.

Em nossa discussão sobre as coisas curiosas que resultaram da vida de Enoque, não podemos esquecer o verdadeiro significado de sua vida. Ele demonstrou que é possível ao homem atingir uma elevadíssima espiritualidade. A epístola aos Hebreus com toda a razão incluiu o seu nome entre os heróis da fé, por causa de suas realizações espirituais.

3. Um filho de Midiã, filho de Abraão e Quetura. Ele foi o ancestral das tribos dos midianitas (Gên. 25:4; I Crô. 1:3).

4. O primeiro filho de Rúben, filho de Jacó (Gên. 46:8,9; Êxo. 6:14; Núm. 26:5; I Crô. 5:3).

ENOQUE, CIDADE DE

Uma cidade edificada por Caim, mencionada em Gên. 4:17, recebeu esse nome. Coisa alguma se conhece acerca desse lugar, exceto aquilo que é dito nesse versículo. Foi edificada e chamada *Enoque* em honra ao filho de Caim. Essa é a primeira *cidade* a ser mencionada na Bíblia. Ver sob Enoque, primeiro ponto, quanto a outros detalhes.

ENOQUE, LIVROS DE

Era apenas natural que alguns livros fossem atribuídos a Enoque. A Bíblia esclarece que ele foi arrebatado corporalmente para o céu, pelo que se encontrava em posição de receber elevadas revelações divinas. — A curiosidade das pessoas encarregou-se do resto. O que Enoque aprendeu? A resposta é: o que está contido nos *livros de Enoque*. Naturalmente, Enoque não foi o autor desses livros; porém, apesar disso, eles são importantes, porque

contêm algum material que entrou no Novo Testamento, por meio de citações, de alusões e de substância de idéias, mormente no que diz respeito à tradição profética. Além disso, por si mesmos, esses livros são importantes porque constituem parte de obras não-canônicas, mas relacionadas à Bíblia, que são sempre ricos modos de ilustrar o que as pessoas associavam à herança da literatura judaico-cristã. O material descoberto que constituiu os *Manuscritos do Mar Morto* (vide) incluía várias obras pseudepígrafas, o que nos permite saber que bem perto das portas de Jerusalém, pelo menos algumas pessoas consideraram estes documentos inspirados e dignos de serem usados. Ver os artigos gerais sobre os *Livros Apócrifos* e sobre os *Pseudepígrafos*.

Há três livros que estampam o nome de Enoque. Esses livros são o Enoque Etíope (I Enoque); o Enoque Eslavônico (II Enoque); e o Enoque Hebreu (III Enoque). Abaixo discutimos sobre os mesmos, nessa ordem.

ENOQUE ESLAVÔNICO (II ENOQUE)

Esse livro também é chamado *Livro dos Segredos de Enoque*. Ver o artigo sobre o *Enoque Etíope* (I Enoque), quanto a comentários sobre o *material* usado nos livros de Enoque, que constituem a primeira porção daquele artigo.

Esboço:

I. Caracterização Geral
II. Conteúdo
III. Crenças Refletidas em II Enoque
IV. Linguagem e Proveniência
V. Data
VI. Autoria
VII. Influência Exercida por II Enoque
VIII. Descoberta de II Enoque; Texto Crítico

I. Caracterização Geral

II Enoque é um livro bastante diferente de I Enoque. Essa é outra obra atribuída a Enoque (que vide), o patriarca antediluviano que, naturalmente, não escreveu pessoalmente essa obra. Por essa razão, chamamo-la de livro *pseudepígrafo* (escrito sob um falso nome). Tem sido preservado em sua versão eslavônica, o que lhe explica o nome *Enoque Eslavônico*. Parece que algumas porções do mesmo foram originalmente escritas em grego e, outras, em hebraico. Tem algumas características que nos fazem lembrar de I Enoque, embora não haja qualquer conexão real entre esses dois livros. II Enoque contém sessenta e oito capítulos, os quais, por motivo de conveniência, podem ser divididos em três seções.

II. Conteúdo

1. *Viagens pelos sete céus* (1.1—21.5). Enoque foi arrebatado, no fim de seu período de vida na terra e foi escoltado por anjos em sua viagem celeste. No *primeiro céu* ele viu anjos que governam as estrelas, bem como os depósitos das condições atmosféricas, como a chuva, o orvalho e a neve. No *segundo céu*, ele encontrou uma situação similar à do hades, onde os *anjos* são torturados e há profundas trevas. No *terceiro céu*, ele encontrou o jardim do Éden celestial, o lugar dos bem-aventurados.Comparar com II Cor. 12:2-4, onde se lê que Paulo visitou esse terceiro céu, o qual, como é óbvio, não deve ser identificado com o lugar onde Deus habita. Ao norte desse terceiro céu, havia um outro lugar similar ao hades, embora ali estivessem pecadores *humanos*, sendo atormentados. No *quarto céu* seria o lugar do sol e da lua, onde também seres como a fênix e outros entoam louvores a Deus. O *quinto céu* seria o lugar dos anjos malignos, chamados *grigori*, os quais, sob a orientação de seu ímpio príncipe, Satanail, rejeitaram o Senhor da Luz. O *sexto céu* é a residência dos elevados e santos anjos, e onde está localizado o trono do Senhor. Mas, a *presença* de Deus só é encontrada no décimo céu.

2. O *décimo céu* é visitado em II Enoque 21:6-35:3. Esse décimo céu conta com a presença de Deus. Ali Enoque foi instruído quanto ao mistério da criação e da queda de Adão, bem como dos mistérios das coisas futuras.

3. *A volta à terra* (II Enoque 35.4—68.7). Enoque foi enviado de volta à terra a fim de dar instruções a seus filhos. Ele lhes entregou trezentos e sessenta e seis livros, que escreveu estando no céu. Tendo cumprido essa tarefa de comunicação, ele foi novamente arrebatado e levado de volta ao mais alto céu.

III. Crenças Refletidas em II Enoque

1. A preexistência da alma. As almas são pintadas como criadas antes mesmo da criação do mundo físico.

2. Existem céus e infernos que acolhem as almas, após a morte biológica de seus corpos físicos, tudo dependendo de suas obras boas ou más.

3. As almas foram criadas todas boas, mas caíram por terem sido investidas com genuíno livre-arbítrio e assim escolheram o mal. A habitação em um corpo físico surtiu influências prejudiciais, tendo sido parte da causa, se não mesmo a principal causa da queda no pecado.

4. Os homens receberam cuidadosa instrução sobre os *dois caminhos*, mas isso não conseguiu impedi-los de cair no pecado.

5. Há descrições sobre o inferno que são típicas do material pseudepígrafo e que, em alguns lugares, chegaram a entrar no Novo Testamento. Essas descrições não foram extraídas do Antigo Testamento e, sim, desses citados livros. Certos trechos do Novo Testamento ultrapassam essa maneira de pensar. O trecho de Efésios 1:10 antecipa uma restauração geral, como acontecimento final. Ver o artigo intitulado *restauração*. O trecho de I Pedro 4:6 (a declaração final, que dá o sentido da descida de Cristo ao hades) revela-nos que o próprio julgamento tem por finalidade obter um bom resultado, a saber, *doar a vida*. Isso significa que o julgamento é remedial. O livro de II Enoque, entretanto, não antecipa esse ensino.

6. Há muitas instruções éticas excelentes em II Enoque, seguindo o melhor estilo do Antigo Testamento.

7. O paraíso das almas humanas. Este está localizado no *terceiro céu*, que é mencionado ou tem paralelo em II Coríntios 12:2-4. Essa era uma crença aparentemente popular do século I D.C., compartilhada pelo autor de II Enoque e pelo apóstolo Paulo. Não sabemos qual a fonte original dessa noção.

8. Alguns supõem que o lugar de julgamento dos anjos maus, no segundo céu, talvez tenha reflexos em Efésios 3:10 e 6:12, onde Paulo situa os anjos malignos nos *lugares celestiais*.

9. Enoque predisse que o tempo da duração do ciclo terreno, antes da inauguração do estado milenar, será de seis mil anos, correspondentes aos seis dias da criação. Em seguida, ele fala sobre um período de mil anos de descanso e bem-aventurança, correspondente ao sábado original da semana da criação. Portanto, temos aí o conceito de um *milênio*. Essa é a escatologia popular na Igreja cristã atual, em muitos

lugares, que fala sobre sete mil anos de duração, desde a criação até o estado eterno. Quando muito, isso pode ser verdadeiro apenas em sentido simbólico, visto que o homem tem estado neste mundo há muito mais tempo do que isso. Depois desse período, «o tempo deixará de existir», uma declaração paralela ao que se lê em Apocalipse 10:5,6. Esse conceito milenar penetrou no Apocalipse (20:6), sendo evidente que era uma idéia do meio ambiente teológico do século I D.C. Ver a nota geral sobre o *Milênio*. Em II Enoque não há qualquer menção à ressurreição.

IV. Linguagem e Proveniência

Pelo menos uma parte desse livro foi originalmente escrita em grego. O nome Adão é derivado das letras iniciais das palavras gregas que indicam os pontos cardeais, leste, oeste, sul e norte. E é evidente que a Septuaginta está sendo seguida, quando o Novo Testamento se manifesta, e não o Antigo Testamento hebraico. Além disso, há alusões à versão grega de Ben Siraque e ao Livro da Sabedoria. Algumas porções, entretanto, parecem ter tido uma origem hebraica. É provável que o autor tenha atuado como um compilador, com empréstimos de várias fontes informativas, em vários idiomas. Especulações e expressões tipicamente helenistas apontam para uma origem egípcia, provavelmente Alexandria. Não há ali nenhuma doutrina messiânica, embora apareçam serpentes ao estilo egípcio. A narrativa da criação é sincretista, de acordo com o estilo dos judeus helenistas.

V. Data

O estabelecimento de uma data para esse livro depende, essencialmente, de observarmos seus paralelos literários. O *Testamento dos Doze Patriarcas* (que vide) usa II Enoque e isso pode significar que certas porções do mesmo pertencem a um período pré-cristão. Porém, II Enoque utiliza-se de I Enoque e do Livro da Sabedoria e isso subentende uma data após 30 A.C. Há paralelos literários e também paralelos de pensamento, em relação às idéias do século I D.C. Em II Enoque 51:4, o livro menciona a adoração efetuada no templo de Jerusalém, pelo que deve ter sido escrito antes do ano 70 D.C. quando a cidade foi destruída pelos romanos. É provável que o escrito final (que empregou fontes informativas mais antigas) tivesse sido efetuado na primeira porção do século I D.C.

VI. Autoria

Não há como identificar algum autor específico. O livro é uma obra pseudepígrafa, o que significa que um autor qualquer se aproveitou do nome de Enoque para dar maior prestígio ao seu livro, um esquema literário antigo. Considerando-se o caráter do livro, parece que o autor foi um judeu helenista, talvez alguém que fazia parte da dispersão (ver o artigo sobre a *Dispersão*), mas que retornara a Jerusalém.

VII. Influência Exercida por II Enoque

Aparentemente o livro era muito usado no século I D.C., por autores judeus e cristãos e, um pouco mais tarde, pelos primeiros pais da Igreja. As alusões ao mesmo encontram-se no Livro de Adão e Eva, no Apocalipse de Moisés, no Apocalipse de Paulo, nos Oráculos Sibilinos, na Ascensão de Isaías e no Testamento dos Doze Patriarcas. A epístola de Barnabé, bem como os pais Irineu e Orígenes, em seus escritos, aludem ao livro de II Enoque. Além disso, o próprio Novo Testamento tem muitas passagens que refletem verbalmente o livro, havendo algum paralelo quanto às idéias entre os dois, conforme demonstramos no terceiro ponto, acima. Quanto a problemas criados pelo uso dos livros pseudepígrafos no Novo Testamento, ver o artigo sobre *I Enoque*, em sua sétima seção.

VIII. Descobertas de II Enoque: Texto Crítico

Esse livro não era conhecido no mundo ocidental senão quando Robert Henry Charles supôs (e então ficou provado, mais tarde, que ele estava correto) que um certo manuscrito, publicado por A. Popov, em 1880, não era uma versão diferente de I Enoque, mas antes, um livro distinto. William Richard Morfil traduziu esse manuscrito escrito em eslavônico para o inglês, em 1896. E somente então reconheceu-se que uma outra obra pseudepígrafa havia sido acrescentada à coletânea desse nome. Vários outros manuscritos desse mesmo livro têm sido traduzidos e publicados. Uma edição crítica do livro foi publicada em 1952, por André Vaillante, com base em doze diferentes manuscritos em eslavônico.

Bibliografia. AM CH J Z

ENOQUE ETÍOPE (I ENOQUE)

Esboço:

I. O Material de Enoque
II. Conteúdo
III. Data, Integridade e Autor(es)
IV. Linguagem e Proveniência
V. Manuscritos
VI. I Enoque e o Novo Testamento
VII. Problemas Criados pelo Uso dos Livros Pseudepígrafos no Novo Testamento
VIII. I Enoque e a Literatura Cristã Posterior; Cânon

I. O Material de Enoque

Esse livro, I Enoque, também é chamado Enoque Etíope porque, antes da descoberta dos *Manuscritos do Mar Morto* (que vide), ele era melhor preservado em sua versão etíope.

Os livros de Enoque foram uma coletânea complexa de literatura popular judaica, constituída por muitos fragmentos frouxamente vinculados entre si. Esse material veio a ser preservado em três livros: I Enoque, também chamado Enoque Etíope; II Enoque, também chamado Enoque Eslavônico, ou Livro dos Segredos de Enoque; e III Enoque, ou Enoque Hebreu. Essas obras contêm as narrativas de muitas alegadas visões e experiências místicas de Enoque (que vide), o patriarca antediluviano referido em Gênesis 5:23,24. Esses livros, além de outros, são chamados «pseudepígrafos» por terem sido escritos no nome de outrem, que não foi o verdadeiro autor. Diferente dos livros apócrifos do Antigo Testamento, que obtiveram posição canônica na versão da Septuaginta do Antigo Testamento, esses livros, como um grupo, não tiveram nunca essa honra. No entanto, o fato de que foram preservados mostra-nos que alguns deles eram aceitos como inspirados, sendo respeitados de tal modo que muitos não queriam que os mesmos perecessem. Foram os livros *Pseudepígrafos* que desenvolveram a tradição profética que começara no Antigo Testamento, sobretudo no livro de Daniel. De modo geral, o Novo Testamento adotou, com muitas adições, essa tradição. Assim, aquele que está familiarizado com o sistema de profecias do Novo Testamento admira-se de encontrar ali tantos empréstimos feitos dos livros Pseudepígrafos, uma vez que comece a examinar esses livros, para ver o que têm a dizer. O uso feito pelo Novo Testamento dos livros *Pseudepígrafos*, entretanto, não se limita a isso, conforme é ilustrado no sexto ponto do presente artigo, *I Enoque e o Novo Testamento*.

Os eruditos do Novo Testamento pensam que os livros mais importantes, entre as obras *Pseudepígrafas*, são os *Apocalipses*. Ver o artigo separado sobre *Apocalípticos, Livros* (Literatura Apocalíptica). Dentro dessa coleção, os mais importantes são os *Livros de Enoque*. Vários manuscritos de I Enoq. foram encontrados entre os manuscritos do Mar Morto, perto de Jerusalém, o que prova que até mesmo na Palestina esses livros tinham considerável influência e, sem dúvida alguma, eram conhecidos pelos cristãos primitivos.

No seu todo, a literatura pseudepígrafa lança luzes sobre o período de preparação para o evangelho. Esses livros surgiram em uma época de grande perplexidade, onde era difícil reconciliar as promessas do Antigo Testamento com os desastrosos eventos que estavam ocorrendo. O material apocalíptico previa a reversão desses acontecimentos, declarando-se em favor da vitória de Israel e da justiça. Precisamos considerar isso mais do que um truque psicológico, em busca de conforto mental, supondo que esses livros contêm profecias genuínas, ao menos em forma de esboço. A principal idéia dessas predições é que se aproxima uma época que terá origem e natureza sobrenaturais e que substituirá a ímpia era da criação do homem. Isso teria lugar após uma era áurea intermediária (equivalente ao milênio do Novo Testamento), ou então imediatamente depois da era da criação do homem, quando a nova era substituiria, repentinamente, a antiga (amilenialismo). Ambas as idéias fazem-se presentes nas obras *pseudepígrafas*, embora o número de anos da idade áurea seja de mil, tal como aparece no Novo Testamento, no Apocalipse. O conceito messiânico é transcendental no livro de I Enoque e encontra reflexos nas páginas do Novo Testamento. Apesar do nacionalismo judaico ser ali preservado, há um tom de universalidade que ultrapassa a tudo no Antigo Testamento. E isso também é antecipado na mensagem do Novo Testamento, naturalmente.

II. Conteúdo

O livro de I Enoque compõe-se de cento e oito capítulos, arranjados em cinco seções, ou livros, que supomos correspondam, cada um, a uma fonte informativa específica usada pelo autor da compilação. À totalidade foi acrescentada uma introdução e uma conclusão. Também é provável que o compilador tenha adicionado material de sua própria lavra e pode ter havido mais de um autor, envolvido em diferentes seções. Alguns preferem agrupar o material desse livro em oito e não em cinco seções.

Esboço do Conteúdo:

1. Capítulos 1—5. Essa seção anuncia a vinda do evento escatológico, quando Deus, que é chamado o Grande, aparecerá subitamente na terra, forçando o estabelecimento da paz, destruindo os ímpios e estabelecendo a retidão. Os pecadores estão perdidos, mas os eleitos herdarão a terra. Porções dessa seção (1:3-9 e 5:4-9) foram escritas em forma poética. Essa seção age como um peça introdutória, provendo os grandes temas do fim da antiga era, o começo da nova era, o castigo, as recompensas e a vitória do bem sobre o mal. Conforme o leitor pode ver, essa é a mesma idéia geral apresentada pelo Novo Testamento.

2. Capítulos 6—16. A História dos Anjos Caídos. Supõe-se que, originalmente, esse trecho constituía um livro separado, embora agora unido a uma unidade maior, a saber, I Enoque. Nisso temos uma tentativa de explicar como o mal veio a existir. O ensino consiste, essencialmente, em elaborações daquilo que é apenas sugerido em Gênesis 6:2. Os **filhos de Deus** (os anjos) casam com as filhas dos homens e, então, começam a acontecer muitas coisas interessantes. Em primeiro lugar, os deuses (anjos) ensinam aos homens muitas artes, habilidades e conhecimentos. A astrologia, a mágica, a metalurgia e a cosmetologia são algumas das questões ensinadas. Todavia, esse ensino é acompanhado por certas coisas desagradáveis. Da união entre anjos e mulheres **nascem monstros sobre-humanos.** E estes ficam matando animais e homens, bebendo o sangue deles e devorando-se mutuamente. As coisas chegam a um ponto que há a intervenção divina e os monstros são mortos. Porém, isso não põe fim à história. Enoque aprende, mediante revelação, que os *espíritos* dos monstros permanecem ativos e que continuarão perseguindo à humanidade até o juízo final. Isso seria a explicação da origem dos *demônios* (que vide). Dessa seção originam-se várias idéias teológicas, que exerceram imensa influência sobre os séculos que se seguiram. O *problema do mal* (que vide) recebe uma explicação rudimentar. O *dualismo* (que vide) explica esse problema. Existem forças boas e forças más. Deus não é a causa do mal. Há um poderoso reino inimigo que luta contra os retos; mas, finalmente, o bem vencerá. Portanto, não temos nisso aquele dualismo puro, que conserva para sempre o princípio do mal, mas apenas um dualismo temporário. O mal prevalecerá por algum tempo, mas chegará ao fim, em algum tempo no futuro distante.

Essas idéias substituem o monismo essencial do Antigo Testamento, de acordo com o qual é muito difícil explicar a origem do mal (sem lançar a culpa em Deus). O calvinismo (que vide) tem incorrido no erro de tentar preservar o monismo. O dualismo puro retrata dois princípios eternos. Algumas vezes, eles misturam-se, do que resulta a luta entre o bem e o mal. A vitória do bem, porém, não ocorre através da *destruição* do mal, mas somente pela *separação* (temporária) entre os dois princípios, de tal modo que o bem deixará de ser vexado pelo mal. Um dualismo temporário é o ponto de vista que diz que o bem vencerá e, finalmente, destruirá o princípio do mal, de tal modo que este último deixará de existir.

A forma de dualismo concebida em I Enoque é o dualismo adotado pelo Novo Testamento. Alguns estudiosos supõem que o comentário paulino, em I Coríntios 11:10, que dá uma das razões pelas quais as mulheres devem usar véu na igreja, ou seja, «por causa dos anjos», é um reflexo das atitudes de I Enoque. Para afastar os ataques indesejados de anjos malignos, que desejam as mulheres, seria útil usar um véu. Naturalmente, há outros para quem tal interpretação é uma tolice. Esse versículo, é óbvio, tem sido interpretado de outras maneiras, e apresento uma noção geral sobre a questão no NTI, *in loc*. Em favor da teoria dos anjos malignos, deve-se notar que várias outras obras pseudepígrafas apresentam essa mesma idéia e que alguns dos primeiros pais da Igreja, como Tertuliano, promoveram a mesma. Seja como for, a idéia tornou-se generalizada, sendo bem aceita na Igreja antiga, embora uma idéia mais comum seja a de que os anjos bons observam a boa ordem das igrejas locais, mostrando-se zelosos por essa boa ordem, pelo que, com toda a propriedade e decência, as mulheres deveriam cobrir-se com o véu.

3. Capítulos 17-36. A História das Viagens de Enoque. Novamente, temos nessa seção um livro separado (que recebeu tratamento variegado, por parte dos editores) e que foi incorporado na obra maior que se tornou I Enoque. Parece que o documento original era constituído pelos capítulos

21—36. E os capítulos 17—19 parecem ser um *sumário* posterior, que foi então posto no começo dessa terceira seção. Enoque viajou para a. vários lugares do mundo, incluindo a região ao sul onde Deus assentar-se-á em juízo, o jardim do Éden, ao oriente e aos portões de onde fluem as condições atmosféricas do inverno. b. Ele também visitou outros lugares (não terrestres), onde corpos celestes e anjos caídos são mantidos em cadeias. c. Mais importante ainda, ele visita o submundo, o hades, onde encontra quatro grupos distintos de pessoas: 1. os justos que desfrutaram de felicidade na terra, e que agora são **mais bem-aventurados ainda**; 2. os pecadores, que sofreram na terra; 3. os justos, que sofreram na terra, mas agora são bemaventurados; 4. os grandes pecadores e criminosos que escaparam do castigo na terra, mas que agora recebem o que merecem. Nesse trecho há uma forma peculiar de ressurreição: aparentemente, os dois primeiros grupos não precisarão ressuscitar, porquanto podem permanecer exatamente da maneira como são. Porém, os dois últimos grupos precisam ressuscitar, para que seu julgamento (ou recompensa) seja apropriado. Seja como for, **temos ali a idéia da imortalidade da alma à parte da ressurreição. Naturalmente, antes mesmo desse livro** ter sido escrito, o judaísmo posterior já havia incorporado essa idéia em seu sistema. Todavia, podemos supor que essa incorporação não era absolutamente universal entre os judeus. Nessa seção percebe-se um pano de fundo oriental quanto às idéias cosmológicas, em contraste com as noções semicientíficas da cultura helênica. Nesta última, deuses e anjos misturam-se com os corpos celestiais, ou são, eles mesmos, esses corpos celestiais.

A passagem de I Pedro 3:18—4:6 (que fala sobre a descida de Cristo ao hades) de acordo com alguns eruditos, teria sido sugerida por I Enoque, na seção que ora estamos comentando. Talvez seja verdade. Porém, deve-se notar que, em I Enoque, o profeta ora apaixonadamente pela redenção dos anjos caídos (capítulos 12—16), mas, no fim, é forçado a proferir a condenação dos mesmos. De acordo com a versão de Pedro, o próprio Cristo intervém em favor dos perdidos do Antigo Testamento, anunciando-lhes o evangelho (I Ped. 4:6). Portanto, o benefício que Enoque desejara ver ser feito em favor dos anjos, é feito em favor dos homens, de acordo com I Pedro. Alguns supõem que os anjos estão em foco, na passagem petrina; mas isso é totalmente contrário ao texto bíblico. Quem está ali em foco são os mortos humanos, que antes haviam sido desobedientes (I Ped. 3:20). Noé não pregou a anjos caídos, mas a homens que tinham preferido não dar atenção à sua mensagem, pelo que foram devidamente julgados. Não obstante, é provável que tenha havido certa dependência literária, embora apenas de forma sugestionada, e não detalhada.

Relatos sobre *descidas* eram comuns nas obras pseudepígrafas e nos livros apócrifos do Novo Testamento, bem como nos escritos pagãos. Portanto, há uma forte tradição literária em favor dessa doutrina, que penetrou no Novo Testamento em alguns lugares. Há um longo artigo sobre o assunto, com o título de a *Descida de Cristo ao Hades*. É significativo que as *Experiências Perto da Morte* (que vide; que aparentemente dizem-nos o que sucede a uma pessoa, nos primeiros estágios da morte física) **apresentam evidências em favor da idéia de que há missionários trabalhando entre as almas perdidas em** lugares como o hades. Para mim, penso que isso é fundamental para o conceito que diz que, algum dia, Cristo tornar-se-á tudo para todos os seres (Efé. 1:23). Portanto, a mensagem geral de que Cristo estava interessado pelos perdidos, tendo feito algo acerca do estado dos mesmos, é uma mensagem verdadeira. É encorajador que Pedro tenha visto maior esperança, envolvida na descida de Cristo ao hades, do que Enoque foi capaz de perceber. O chamado evangelho de Nicodemos retrata Cristo a esvaziar o hades totalmente, assim obtendo uma vitória final sobre o mal e as suas forças. Ver o artigo sobre os *Livros Apócrifos do Novo Testamento*.

4. Capítulos 37-71. As Parábolas de Enoque. Novamente, ao que parece temos o que era um livro separado, que foi incorporado na compilação intitulada I Enoque. São apresentadas três parábolas principais nesta seção. Ali o profeta é visto mais como um sábio, que dá soberbas instruções e não tanto como um profeta que anuncia a condenação. Há ali uma visão apocalíptica (caps. 70 e 71), onde ele vê o *ancião de dias* (Dan. 7:9,13). Porém, essa seção é essencialmente didática. Há alguns excelentes provérbios e declarações impressionantes. No trecho que aborda questões escatológicas, temos o nome do *Eleito*, o Messias, o *Filho do homem*. Pela primeira vez, pois, o Messias é identificado com o Filho do homem. Ver Dan. 7:13 quanto a algo parecido, trecho que pode ter sido o pano de fundo dessa passagem de I Enoque. O paralelo assemelha-se tanto ao Novo Testamento que alguns têm pensado que algum escritor cristão foi autor desse trecho. No entanto, não temos ali o motivo neotestamentário da crucificação, morte e ressurreição do Messias, o que um escritor cristão, inevitavelmente, haveria de incluir. Talvez seja melhor supormos que houve nisso o espírito de revelação, acompanhando o desenvolvimento da tradição profética. E, por mais imperfeitamente que esse espírito de revelação tenha operado, mostrou ter um pré-conhecimento genuíno. Os estudos no campo da *parapsicologia* (que vide) têm demonstrado amplamente que a natureza humana, inteiramente à parte de qualquer força externa, é capaz de ter conhecimento prévio. Isso deve ter operado muito mais no caso de homens que estavam buscando a verdade religiosa e escrevendo sobre ela, de acordo com as tradições judaicas que, afinal de contas, prepararam o caminho para o cristianismo. Isso não equivale a dizer que as obras que eles escreveram foram divinamente inspiradas, mas somente que certos *elementos* dessas obras fizeram parte genuína de uma crescente tradição profética, dotada de elementos genuínos, de predições genuínas. Seja como for, essa seção parece ter sido obra de dois autores diferentes, embora o compilador tenha conseguido uma boa harmonia na sua apresentação do material.

Essa seção também descreve a bem-aventurança dos santos, que são vistos do *terceiro paraíso* (ver a referência de Paulo, em II Cor. 12:2) onde o paraíso é medido (comparar com a mediação da Jerusalém celestial, em Apo. 21:15 *ss*), o julgamento dos reis e dos poderosos (comparar com o tema similar dos capítulos dezessete e dezoito do Apocalipse) e os nomes e funções dos anjos caídos.

5. Capítulos 71—82. O Livro dos Luminares Celestes. Essa seção é essencialmente uma pequena amostra da antiga pseudociência, com apenas uma breve menção a Enoque, em suas viagens (descritas sob o terceiro ponto, acima). Nessas jornadas ele obtém informações sobre o sol, sobre a lua e suas fases, sobre o ano lunar, sobre os doze ventos, sobre os quatro quadrantes da terra, sobre as sete montanhas, sobre os sete rios e sobre as estrelas que determinam as estações do ano e os meses. Ele tenta

obter essas informações usando informes astronômicos existentes no Antigo Testamento. Argumenta em favor da mediação do tempo por meios solares e não lunares e termina obtendo um ano de 364 dias, embora tenha consciência de que o número mais exato é 365-1/4 dias. Mas, em 20.2-8, o autor volta a fazer predições, anunciando que, nos últimos dias, haverá distúrbios nos corpos celestes, um tema comum da profecia neotestamentária. Os capítulos 83 e 84 apresentam uma visão que prediz o dilúvio (como uma compreensão tardia, do que deveria ter sido, naturalmente).

6. Capítulos 85—90. O Apocalipse dos Animais. Nessa seção, o autor passa em revista a história da raça eleita (Israel) desde a criação até o julgamento final e assim expõe uma espécie de filosofia da história. O título do livro, conforme é dado aqui, origina-se do fato de que o autor usa animais que simbolizam as coisas que ele descrevia: as *ovelhas* representam o verdadeiro Israel; os bois representam os patriarcas judeus; as *aves* simbolizam os pagãos; o *grande chifre,* associado às ovelhas, provavelmente representa Judas Macabeu; e o *touro branco* é o Messias vindouro. Esse touro tem grandes chifres, o que indica o seu vasto poder. A visão termina com uma cena da *Nova Jerusalém*, com a conversão dos gentios, com a ressurreição dos justos e com o estabelecimento do reino messiânico. Os paralelos com o Novo Testamento são tão óbvios que nos admiram e nem requerem comentários. O simbolismo com animais faz-nos lembrar de certos trechos do livro de Daniel, podendo indicar uma data da época dos Macabeus, onde a maior parte dos eruditos liberais situa o livro de Daniel, embora isso seja fortemente disputado. Ver sobre o livro de Daniel, quanto à questão de sua *Data*.

7. Capítulos 91 e 93. O Apocalipse das Semanas. Essa seção procura contar a história da humanidade mediante dez semanas simbólicas. Essa história é caracterizada por muitas tristezas e desastres. Há a predição do fim desses infortúnios mediante *inúmeras* semanas felizes, o que é um excelente toque poético. Essas semanas inumeráveis emergem das dez semanas, ou mesmo *constituem* essas dez semanas. A tristeza, pois, tem um limite que pode ser determinado. É nessa seção que encontramos um precedente para a doutrina do milênio, embora a extensão da era messiânica, que antecederá ao estado final, não seja dada como mil anos. Porém, o conceito é o mesmo: uma era messiânica será inaugurada, antes do estado final. Cada semana começa com um evento especial. Assim, a primeira semana começa com o nascimento de Enoque, a segunda com a chamada de Abraão, etc. E a sétima semana começa com a publicação do material escrito de Enoque, pelo que temos aí um autor que realmente se levava a sério! Na nona semana, o mundo estará preparado para a destruição. E a décima semana será interminável, pelo que haverá inúmeras semanas. E é então que aparecem a era messiância e o estado eterno.

8. Capítulos 92, 94-108. Exortações e Advertências Finais. O autor denuncia violentamente, nessa seção, àqueles que não crêem na retribuição após a morte física. É possível que ele estivesse atacando, disfarçadamente, um grupo de judeus helenistas, que teria abandonado a doutrina da imortalidade da alma, bem como a doutrina da ressurreição. Nisso eles copiavam aos filósofos epicureus, que se contentavam em imaginar uma vida que terminaria com a morte biológica. Os capítulos 106 e 107 alicerçam-se sobre o livro anterior de Noé (que vide), relatando a grande multiplicação do pecado após o dilúvio e chegando a um extremo fantástico, antes da inauguração do reino messiânico. Esses capítulos finais mencionam a recompensa dos justos e o julgamento dos ímpios.

III. Data, Integridade e Autor(es)

Os eruditos sentem-se capazes de distinguir várias fontes informativas que algum compilador teria usado para compor o livro de I Enoque. Cada seção contribuinte pode ter tido um autor ou mais, mas não há como identificar qualquer compilador específico. A diversidade de materiais dificulta a tarefa de datar o livro. Os capítulos sexto a décimo sexto parecem ser a porção mais antiga, podendo ser anteriores à época dos Macabeus, ou seja, antes de 168 A.C. Não há qualquer alusão a perseguições religiosas, o que teria sido muito difícil de evitar durante o período dos Macabeus. Em I Enoque 14:19-22, há uma alusão ao trecho de Daniel 7:10, pelo que deve ter sido escrito depois do livro de Daniel. Contudo, a data do livro de Daniel continua sendo disputada, posto que a maioria dos eruditos liberais pensa que esse livro pertence ao período dos Macabeus. Os capítulos dezessete a trinta e seis, e setenta e dois a oitenta e dois mostram grande dependência ao livro de Daniel; mas, novamente, isso não nos ajuda muito, a menos que se encontre um meio de datar o livro de Daniel sem a menor sombra de dúvida. Os capítulos oitenta e cinco a noventa, noventa e um e noventa e três nada têm que nos ajude a datar o livro; mas os capítulos trinta e sete a setenta e um e, então, noventa e quatro a cento e oito parecem refletir controvérsias entre os fariseus e Alexandre Janeu, livro esse que data esses capítulos em algum tempo depois de 95 A.C. Os capítulos sexto a décimo primeiro e, então 54.7—55.2; 60; 65.1—69. 25; e os capítulos cento e seis e cento e sete, aparentemente, são a parte mais antiga, pertencendo, originalmente, a alguma compilação anterior, associada a Noé e não a Enoque. Apesar de certos trechos do livro poderem pertencer a uma data anterior a 170 A.C. (antes dos Macabeus), a sua compilação provavelmente teve lugar entre 95 e 63 A.C., ou mesmo mais tarde, embora não dentro da era cristã.

IV. Linguagem e Proveniência

Os estudiosos concordam, de modo geral, que a língua originalmente usada na escrita de I Enoque era uma língua semítica, o hebraico ou o aramaico, ou mesmo ambas. R.H. Charles atribui os capítulos 1—5 e 37—105 a um original hebraico, mas os capítulos 6-36 a um original aramaico. O livro de Daniel, naturalmente, compartilhava dessa dupla qualidade lingüística. Todas as coisas apontam para uma origem palestina de I Enoque.

V. Manuscritos

O livro de I Enoque é chamado também de Enoque Etíope porque, durante muito tempo, o livro era melhor conhecido em sua versão etíope, embora tivesse sido originalmente escrito em hebraico e aramaico. Porém, a descoberta dos *Manuscritos do Mar Morto* (que vide) alterou essa situação. A versão etíope desse livro era representada por vinte e nove manuscritos diferentes, o que significa que havia uma sólida tradição preservada nesse idioma. A maioria desses manuscritos exibe a obra completa, ao passo que, em outros idiomas, há somente partes da mesma. Entretanto, os manuscritos etíopes são bastante tardios, quase todos eles pertencentes ao século XVI. Dois manuscritos gregos, pertencentes ao século VIII D.C., — ou mesmo mais tarde, foram encontrados em um sepulcro cristão, em Akhmim, no Egito; mas, nesses manuscritos, apenas certos trechos de I Enoque estavam preservados. Sincelo (cerca de 800 D.C.) preservava algumas outras porções. Certo

manuscrito grego, na biblioteca do Vaticano, também contém porções do livro. Já se conseguiu determinar que a versão etíope é uma tradução do grego, pelo que o etíope é uma tradução de uma tradução. Os papiros de Chester Beatty (ver sobre os *Papiros de Chester Beatty*) trazem um fragmento desse mesmo livro. Alguns manuscritos latinos preservam, em forma fragmentar, certas minúsculas porções da última parte desse livro.

Os Manuscritos de Qumran. Cerca de dez fragmentos do livro de I Enoq. foram encontrados na caverna IV de Qumran, escritos em aram., correspondentes aos capítulos 1 e 6 do livro. Há provas de que antes eram obras separadas e não porções constitutivas de uma única compilação. Quatro manuscritos escritos em aramaico representavam a seção sobre os Luminares Celestiais (ver sobre o quinto ponto, acima). O começo do Apocalipse das Semanas (ver o sétimo ponto, acima), é representado por um manuscrito fragmentado, encontrado em Qumran. Os capítulos 37—71 (ver sobre o quarto ponto, acima), não é ali representado por qualquer manuscrito. Porém, foi descoberta a *Carta de Enoque a Shammazya*, um escrito associado ao nome de Enoque, mas que antes disso era desconhecido.

VI. I Enoque e o Novo Testamento

O livro de I Enoque exerceu considerável influência sobre a literatura do seu período, sobre o Novo Testamento e sobre os escritos dos primeiros pais da Igreja. Há muitas afinidades entre esse livro e outros escritos judaicos, como o Livro dos Jubileus, o Testamento dos Doze Patriarcas, a Assunção de Moisés, II Baruque e IV Esdras.

No Novo Testamento, encontramos estes paralelos específicos:

1. Os evangelhos sinópticos têm um ponto de vista similar do reino, o que é óbvio mediante a comparação entre I Enoque 104:4,6 e Mar. 12:18-27; Mat. 22:23-33; Luc. 20:27-36.

2. A figura messiânica de Enoque é similarmente descrita, em comparação com o Novo Testamento, sendo chamado de *o Justo* (I Enoque 38:2; 4:3; 53:6, comparados com Atos 3:15; 7:52; 22:14); *o Eleito* (I Enoque 40:5; 54:3,4; 51:3,5, comparados com Lucas 9:35 e 23:35); *O Filho do homem* (I Enoque 46:2,3, comparado com inúmeras referências do Novo Testamento, como Mat. 9:6; 10:23; 11:19; Mar. 2:10; 10:45; Luc. 6:22; 17:22, etc).

3. A doutrina do *Messias celestial* é um surpreendente aspecto de I Enoque, comparável com o chamado Jesus teológico do Novo Testamento, que alguns intérpretes consideram uma invenção da Igreja, em contraste com o Jesus histórico. A segunda parábola de I Enoque, caps. 45-57, trata sobre o Eleito, o Filho do homem sentado para julgar. Ele é um ser celestial majestático, que exerce governo universal, sobre os homens e sobre os anjos. Isso pode ser comparado com trechos do Novo Testamento como Mat. 26:64; Fil. 2:5 *ss*; Heb. 1 e Atos 17:31.

4. Muitas alusões, usos similares de termos, frases e também idéias similares. A *Zondervan Pictorial Encyclopedia of the Bible* comenta sobre essa circunstância, afirmando: «Podemos citar paralelos com I Enoque praticamente de qualquer seção do Novo Testamento, embora provavelmente seja um exagero dizer que cada escritor do Novo Testamento estava necessariamente familiarizado com esse livro...»

5. A descida de Enoque ao hades e sua intercessão pelos anjos caídos tem um paralelo claro em I Ped. 3:18—4:6. Alguns peritos supõem que Pedro tomou a idéia diretamente por empréstimo de I Enoque. Ver I Enoque 12—16 e também 67.4—69.1,12. No artigo intitulado Descida de Cristo ao Hades, em sua quarta seção, demonstramos que a história, em I Pedro, tem paralelos literários com vários livros judaicos e cristãos. Na seção sexta desse mesmo artigo, mostramos que espíritos humanos desobedientes ouviram a pregação e não espíritos eleitos e nem anjos caídos, na versão de Pedro. Ver também a seção décima primeira desse artigo quanto a referências a relatos pagãos sobre a descida de heróis e deuses, ao mundo infernal, por certa variedade de razões. Suponho que a consciência humana tem a percepção de que o amor de Deus requer que algo seja feito em prol dos espíritos humanos perdidos e que a salvação, somente nesta esfera terrestre, é inadequada para satisfazer às exigências da missão de Cristo e que a sua missão não poderia ser adequadamente cumprida sem a dimensão do hades, suplementando aquilo que ele fez e está fazendo na terra e nos céus.

6. O trecho de I Coríntios 11:10, que requer que as mulheres usem o véu nos cultos, *por causa dos anjos* (ou seja, espíritos malignos que poderiam cobiçar as mulheres sem véu, de acordo com certa interpretação, ou então anjos bons, cujo intuito é verificar a boa ordem desses cultos), poderia ser paralelo ao ensino de I Enoque 6-16, que depende, parcialmente, do trecho de Gên. 6:2 e que, talvez, seja a origem desse conceito. Outras obras pseudepígrafas também contêm tal ensino, acerca do que damos uma completa descrição no NTI, *in loc*.

7. *Demonologia*. Os espíritos dos gigantes e dos monstros, produzidos pelos anjos caídos e pelas mulheres humanas, permanecem neste mundo para vexar os homens até o tempo do juízo, embora esses monstros físicos tenham sido destruídos por intervenção divina. Isso promove a idéia de que os demônios são anjos caídos, sendo uma das idéias que o Novo Testamento tem acerca da origem dos demônios. Comparar I Enoque 6—16 com Jud. 6 e Apo. 11:4.

8. *A era áurea*, ou reino messiânico, como um período entre o fim do antigo ciclo terrestre (em que vivemos) e a era eterna (milenismo, sem a especificação dos mil anos) é um conceito contido em Enoque, que foi aproveitado pelo Novo Testamento. Comparar I Enoque 91 e 93 com Apo. 20:6.

9. *O esboço profético geral* de I Enoque é o mesmo adotado pelo Novo Testamento, incluindo os muitos ciclos da degradação humana, o fim dessa degradação mediante uma destruição generalizada, o reino messiânico (a era áurea) e o estado eterno que virá em seguida. I Enoque introduz aqui a idéia do juízo universal das almas. Ver I Enoque 91 e 93. Os paralelos com o Apocalipse são patentes, conforme o sabe qualquer estudioso do Novo Testamento.

10. Judas 14,15 cita I Enoque diretamente. Ver I Enoque 1.9; 5.4; 27.2; 60.8 e 93.2. O vs. 9 da epístola de Judas é um empréstimo feito de outro livro pseudepígrafo, a saber, *Assunção de Moisés*. Orígenes, em seus *Primeiros Princípios* (3.2,1) comenta quanto a esse uso feito por Judas; e muitos dos primeiros pais da Igreja respeitavam as obras pseudepígrafas como inspiradas, ou, pelo menos, como úteis para estudo e aplicação. Alguns intérpretes evangélicos, entretanto, sentem-se ameaçados pelo uso das obras pseudepígrafas por autores do Novo Testamento. E alguns chegam ao extremo de tentar mostrar, mediante pseudo-evidências, muito ridículas, que isso não sucedeu. Alguns aproveitam o ensejo para tentar provar que Judas não se utilizou de I Enoque. Mas o que é mais trágico, em toda essa

atividade, é que eles não têm consciência da *grande* influência do livro de I Enoque sobre o Novo Testamento. Portanto, é ridículo atacar esse ponto somente em Judas 14,15, como se essa fosse a única ocasião em que isso sucedeu. Mas, a atitude de vários dos primeiros pais da Igreja, quanto ao uso das obras pseudepígrafas, contradiz a atitude moderna de alguns estudiosos, que preferem interpretar com desonestidade, contanto que não percam seu conforto mental. Antes, deveriam admitir abertamente que o Novo Testamento contém referências, alusões e empréstimos da parte dos livros apócrifos e pseudepígrafos. Quanto aos problemas criados por essa circunstância, ver a sétima seção deste artigo. A descoberta dos *Manuscritos do Mar Morto* demonstra que, na própria cidade de Jerusalém, tanto as obras apócrifas quanto as obras pseudepígrafas eram utilizadas e respeitadas, e que pelo menos alguns consideravam-nas obras inspiradas. Estes últimos exageravam, evidentemente. E note-se que isso não ocorreu somente entre os judeus da dispersão. Temos que admitir, entretanto, que essas obras são de qualidade inferior, de modo geral, em relação ao cânon palestino do Novo Testamento; mas, essa inferioridade não significa que não eram obras usadas.

11. *O ponto de vista geral sobre o julgamento vindouro* (que vide), com seus terrores, com sua universalidade e com sua eternidade, são características comuns não somente de I Enoque, mas também do material pseudepígrafo em geral. Várias passagens do N. Testamento, especialmente no *Apocalipse*, refletem esse material. Pouca dúvida resta de que a idéia geral do N. Testamento foi emprestada das obras pseudepígrafas. Ver I Enoq. 93:6-16. O fogo do inferno foi aceso, pela primeira vez, em I Enoque.

VII. Problemas Criados pelo Uso dos Livros Pseudepígrafos no Novo Testamento

1. Para os estudiosos liberais, o que dissemos acima não constitui problema, porquanto sempre foi uma das teses deles que o Novo Testamento, tal como qualquer outra obra produzida pelos homens, envolve empréstimos literários, adoções de idéias mais antigas, etc. Nada há para estranhar no fato de que os autores do Novo Testamento — cuja maioria, sem dúvida, tinha consciência da existência dos livros apócrifos e pseudepígrafos e os usava — acabaram incorporando algum material proveniente dessas obras em seus escritos, embora dependessem supremamente do cânon palestino do Antigo Testamento. Os estudiosos liberais, que não têm idéias rígidas sobre a questão da inspiração, podem ver pequenas parcelas de inspiração nessas obras, e também em produções de origem totalmente pagã. Aceitamos o Novo Testamento como obra inspirada, mas não devemos adorar qualquer livro. Não somos culpados de *bibliolatria* (que vide). Todos os chamados livros sagrados encerram pontos falhos e concepções incompletas, visto que a verdade é algo crescente e progressivo e não algo que possa ficar estagnado em uma única coletânea. Como Deus poderia ser reduzido a um grupo de livros?

2. Porém, aqueles que estabelecem uma rígida e radical distinção entre os Livros Sagrados e outras obras, acham difícil acreditar que o Novo Testamento como um documento inspirado, — tenha lançado mão de obras como I Enoque. Alguns justificam essa posição dizendo que isso não difere da citação de poetas pagãos por parte de Paulo (ver Atos 17:28). Essa explicação, contudo, ignora o uso *extensivo* de I Enoque no Novo Testamento, o que lhe confere um peso muito maior do que se poderia dar a um pagão casualmente citado. Alguns eruditos têm sugerido que I Enoque pode ter figurado entre os setenta livros sagrados, mencionados em IV Esdras 14:46, que eram respeitados como divinamente inspirados pela cultura judaica, embora não fossem incluídos entre os livros canônicos do Antigo Testamento. Tertuliano aceitava o livro de I Enoque como inspirado, e admirava-se do fato de que escapara das destruições do dilúvio! Mas outros pais da Igreja repeliam esse livro como inspirado e houve, até mesmo, quem rejeitasse a epístola neotestamentária de Judas, por haver citado I Enoque! Vemos que as opiniões têm diferido enormemente quanto a essas questões.

3. Tradição Profética. Consideramos que as passagens proféticas do Novo Testamento são inspiradas. Mas, se algumas delas dependeram do esboço fornecido pelos livros pseudepígrafos, em que sentido poderíamos dizer que o Novo Testamento é inspirado quanto a esse aspecto da questão? Neste ponto, é bom lembrarmos que a tradição profética, como qualquer outro aspecto de nosso conhecimento da verdade, é um desenvolvimento e não uma revelação feita em uma única ocasião. A profecia bíblica começa no Antigo Testamento. Por que não poderia ter continuado nos livros pseudepígrafos? A experiência mostra que os místicos modernos, de modo geral, concordam com o esboço da tradição profética, conforme se vê nos livros canônicos da Bíblia. Além disso, fora da tradição cristã, encontramos o esboço acerca do futuro, em outros escritos proféticos. Estou informado de que até mesmo a astrologia — uma vez que se deixe de lado aquilo que é conjectura óbvia — fornece o mesmo esboço profético. Parece, pois, que os homens, de maneira geral, têm consciência do futuro do mundo. Isso é melhor enfocado em alguns livros e por algumas pessoas do que em outros livros e por outras pessoas, mas, *trata-se de uma propriedade comum*. Sendo essa a verdade, não admira que os escritos religiosos dos autores judeus, que foram criados no judaísmo e mostravam-se sensíveis para com as questões religiosas, tivessem consciência, de modo especial, das coisas que teriam de acontecer a Israel e ao mundo, sempre que os acontecimentos internacionais estivessem vinculados ao povo de Deus.

E o Novo Testamento, alicerçando-se sobre esse material, expandiu-o e tornou-se um aspecto mais avançado da crescente tradição profética. Os místicos têm representado uma outra faixa dessa tradição, preenchendo alguns detalhes. Deve-se dizer, porém, que a tradição profética, como qualquer outra atividade em que a verdade é buscada, não é perfeita, ao menos pelo fato de que é parcial. Assim, no Antigo Testamento, torna-se claro que as predições concernentes ao período pós-exílico antecipavam um *imediato* estabelecimento do reino de Deus, bem como o levantamento de Israel entre as nações, como a mais importante delas. No entanto, isso ainda não ocorreu. A cronologia dessas predições estava equivocada, por haver deixado de lado todo o período intermediário da Igreja, a era da graça (uma revelação que só foi dada no Novo Testamento). O décimo sétimo capítulo do Apocalipse mostra que o autor sagrado esperava o fim imediato do império romano. Ele não antecipava uma longa era da Igreja, que já se prolonga por praticamente dois mil anos. Antes, pensava que o império romano terminaria no seu sétimo imperador, com um oitavo que surgiria dentre os sete e que o sexto desses imperadores já estava governando. Ver Apo. 17:10 *ss*. Como é óbvio,

ele estava equivocado quanto a essa idéia. O império romano continuou por mais alguns séculos. E nós, que lemos essas previsões bíblicas, extrapolamos o cumprimento das mesmas para o tempo do fim. Mas, voltando ao que dizem essas predições bíblicas, nenhuma manipulação dos textos é capaz de fazê-los dizer outra coisa, além daquilo que acabamos de destacar. Que esses erros entrem nas questões proféticas não aniquila a profecia. Pois nenhuma profecia dá todos os detalhes e nem mostra um quadro completo. Explica o apóstolo Paulo: «...porque em parte conhecemos e em parte profetizamos...» (I Cor. 13:9). Tudo isso demonstra que a verdade profética é semelhante a qualquer outra verdade, ou seja, é parcial, sempre incompleta, enquanto estivermos deste lado da existência. A verdade profética é sempre parcial, por ser revelada apenas *gradualmente*. Não sabemos muita coisa sobre qualquer assunto dado. E por que isso haveria de surpreender-nos?

O Novo Testamento é o nosso melhor documento espiritual, levando avante a tradição profética de modo todo especial, conferindo-lhe um rumo fidedigno. As profecias ali contidas foram dadas por inspiração divina. Mas isso não excluiu os empréstimos, bem como o material inédito. Alguns desses empréstimos vieram das obras pseudepígrafas, incluindo o esboço geral dos eventos vindouros. Só encontramos dificuldades no tocante a essas questões se exigirmos demais, através de dogmas muito rígidos, acerca de como as coisas *devem* ter lugar, de como a inspiração divina *deve* operar e acerca de qual *deve* ser o resultado. Todos esses «deves» envolvem os *dogmas* humanos acerca da verdade. Não refletem necessariamente a verdade, conforme ela é. Porém, sempre será muito difícil separar os dogmas humanos da verdade. As duas coisas não correspondem uma à outra, necessariamente.

4. O Messias Celestial. Neste ponto, o problema torna-se mais sério, embora possa ser explicado do mesmo modo que se dá com qualquer outro aspecto da tradição profética, conforme esclarecemos no terceiro ponto, acima. O autor de I Enoque talvez estivesse cônscio do fato de que o Messias teria maior estatura e seria uma personagem superior às comuns expectações judaicas sobre o Messias. Por outra parte, alguns suspeitam que o precedente para o Jesus *teológico* do Novo Testamento, em contraste com o Jesus *histórico*, encontra-se nas obras pseudepígrafas. Pelo menos é verdade que a noção do julgamento, incluindo suas várias descrições, encontradas em alguns versículos neotestamentários, especialmente os versículos aterrorizantes do Apocalipse, foi tomada por empréstimo dos livros pseudepígrafos. E eu, pessoalmente, acredito que certas porções do Novo Testamento ultrapassam aquela visão do juízo e antecipam uma *restauração* geral (que vide). O juízo será um meio de produzir a restauração, não lhe sendo contrário. De fato, o juízo divino é uma maneira de Deus exprimir seu amor e não um fator contrário a esse amor.

Várias outras coisas poderiam ser ditas sobre o problema do suposto Jesus teológico e o suposto Jesus histórico. Em primeiro lugar, o exaltado e divino Messias de I Enoque não é diferente do Messias retratado em Isa. 9:6 *ss*. O segundo Salmo também expõe uma figura exaltada quando fala no Messias, sendo ele o próprio Filho de Deus, em sentido especial, e o governante universal. Em segundo lugar, Jesus citou Salmos 110:1: «Disse o Senhor ao meu Senhor: Assenta-te à minha direita, até que eu ponha os teus inimigos debaixo dos teus pés», a fim de ensinar aos fariseus que o Messias não era apenas (ou principalmente) o Filho de Davi, conforme eles supunham. De fato, sua posição era muito maior do que isso, porquanto era o próprio Senhor de Deus, a quem *o Senhor* dera a promessa de domínio universal. (Ver Mateus 22:43-45). Em terceiro lugar, Jesus tinha plena consciência de sua exaltada posição como o Messias, de uma maneira que ultrapassava a todas as expectações dos fariseus (ver Mat. 26:64). Em quarto lugar, não devemos fingir ser capazes de definir, com precisão, qual a posição cósmica exata de Cristo, embora de nada adiante negar a tese geral. Em quinto lugar, o livro de I Enoque pode ter apresentado um genuíno discernimento profético quanto a essa questão, mesmo sem ser uma obra inspirada, ou pode ter se valido, simplesmente, de passagens bíblicas como o Salmo segundo ou o nono capítulo de Isaías, para servir de base da formulação dessa doutrina, mediante a razão. E, desse modo, o livro de Enoque pode ter ido além da doutrina messiânica normal do judaísmo. A figura do Filho de Deus, em Daniel 3:25, bem como o exaltadíssimo Filho do Homem, de Daniel 7:13,14, que recebeu domínio universal e glória eterna, da parte do Ancião de Dias, provavelmente está por detrás da elaboração de I Enoque quanto à sua doutrina do Filho do homem, tendo servido de fator contribuinte para o ensino neotestamentário acerca do Messias. Torna-se claro, pois, que se a Igreja cristã primitiva inventou um Jesus teológico, distinto do Jesus histórico, então deve tê-lo feito com base nas profecias do Antigo Testamento e não apenas alicerçada sobre as idéias das obras pseudepígrafas. A grande estatura espiritual de Jesus, o Messias, Filho de Deus, leva-nos a acreditar que essas profecias são corretas e verdadeiramente proféticas. Há pessoas realmente extraordinárias, que desafiam o nosso conhecimento e as nossas supostas leis científicas. Quanto a um exemplo moderno, ver o artigo sobre *Satya Sai Baba*.

VIII. I Enoque e a Literatura Cristã Posterior; Cânon

Talvez I Enoque tenha sido um dos setenta livros sagrados da cultura judaica, mencionados em IV Esdras 14:46. Nesse caso, isso explicaria o seu prestígio, tanto diante dos autores do Novo Testamento como diante de autores cristãos posteriores. O livro, todavia, nunca obteve estado canônico. Há nele algum material bastante fantástico e muito de pseudociência, de tal modo que, apesar das suas virtudes, nunca obteve posição canônica. Mas, conforme já vimos, o livro foi largamente usado pelos autores do Novo Testamento, embora só tenha sido diretamente citado em Judas 14 e 15. A Epístola de Barnabé (14:4) parece citar o livro de I Enoque como se fosse Escritura Sagrada. Comparar esse trecho dessa epístola de Barnabé com I Enoque 89:56,66. Tertuliano (160?—230? D.C.) pensava, de modo bem definido, que I Enoque é um livro inspirado e chegou a admirar-se de que o mesmo tenha sido preservado apesar do dilúvio. Zózimo de Panópolis (século V D.C.) também utilizou-se desse livro como Escritura Sagrada. Bede reverenciava o livro porque o Novo Testamento chegou a basear-se nele (637-735 D.C.). A maioria dos pais da Igreja e autores cristãos posteriores, porém, rejeitaram I Enoque como livro inspirado. Jerônimo (340-419? D.C.) e Agostinho (354-440 D.C.) referiram-se a esse livro especificamente como um livro apócrifo. E as Constituições Apostólicas (século IV D.C.) concordavam com esse parecer. Essa opinião também era compartilhada pelo pseudo-Atanásio e por Nicéforo (século VIII D.C.). Porém, na igreja etíope, o livro foi incluído no seu cânon do Antigo Testamento. A tradição católica

alista o livro como uma obra apócrifa, mas os grupos protestantes tratam-no como um livro *pseudepígrafo*. Essa distinção existe porque aquilo que os protestantes chamam de *apócrifo*, os católicos romanos chamam de *deuterocanônico*, ao se referirem a livros que somente mais tarde vieram a fazer parte do cânon do Antigo Testamento.

Bibliografia. AM CH J Z

ENOQUE HEBREU (III ENOQUE)

Esse livro não é uma obra antiga, conforme o são I e II Enoque. De fato, o livro pertence à literatura mística do judaísmo da era medieval. Contém quarenta e oito capítulos que falam sobre a ascensão do rabino Israel, a fim de receber uma série de revelações. O agente dessas revelações foi o anjo Metatron, — que é o mesmo Enoque, já na vida eterna. Uma doutrina comum das obras pseudepígrafas é que o maior grau de glorificação humana é tornar-se a alma um ser angelical. Isso aparentemente é refletido em Lucas 20:36, onde Jesus diz que os homens tornar-se-ão semelhantes aos anjos. Isso já seria uma elevada glória; mas o Novo Testamento ensina-nos que o nosso destino é compartilhar da imagem do próprio Filho de Deus (Rom. 8:29), mediante a operação transformadora do Espírito, mediante muitos estágios em gradação (II Cor. 3:18), de tal modo que chegaremos a compartilhar da própria natureza divina (Col. 2:10; II Ped. 1:4). Ver o artigo geral sobre a *Salvação* e também sobre a *Transformação Segundo a Imagem do Filho*. Esse livro evidentemente incorpora materiais provenientes de tão cedo quanto o século IV D.C. E é citado no Talmude (Berakoth 7a). Entretanto, a sua parte principal é de proveniência bastante tardia. Utiliza-se de I e II Enoque como fontes e também é incorporado algum material proveniente da literatura mandeana (que vide).

Há um encontro com Enoque no sétimo céu, aparentemente o mais elevado desse livro, ao passo que II Enoque situa a presença de Deus no décimo céu. As discussões de Enoque sobre a vida de Adão e sobre a sua própria vida refletem os conceitos de II Enoque e podem ter tido uma origem hebréia. O livro é atribuído ao rabino Ismael, uma proeminente figura durante a rebelião de Barcocheba. Este foi líder da revolta dos judeus contra Adriano. imperador romano (132-135 D.C.) e que alguns de seus contemporâneos disseram ser o Messias, um título que ele aceitou. Ele desfechou uma longa e corajosa batalha, mas que, no fim, mostrou ser inútil. Morreu durante a batalha de Betar, em 135 D.C. O rabino Ismael foi uma personagem histórica genuína, embora seja impossível que ele tenha sido o autor de III Enoque.

Esse livro acha-se preservado principalmente em um manuscrito pertencente à Biblioteca Bodleiana, em Oxford, Inglaterra, publicado por Hugo Odebert, em 1928.

Bibliografia. AM CH J OD Z

ENOS

No hebraico, «homem» ou «humanidade», embora alguns estudiosos prefiram o sentido de «mortal» ou «decadência». Foi um dos filhos de Sete e pai de Cainã. Morreu quando estava com novecentos e cinco anos. Ver Gên. 5:6-11. E o trecho de Gênesis 4:26 diz que, na época de seu nascimento, os homens começaram a invocar o nome do Senhor. Em Luc. 3:38, aparece o seu nome alistado dentre os antepassados do Senhor Jesus.

ENOTEÍSMO Ver Deus, III. 2, Enoteísmo.

ENS (ENTE)

Esse termo é o particípio presente do verbo latino *esse* (ser). Dentro da filosofia escolástica, essa palavra era usada para referir-se a qualquer tipo de ser, dentro ou fora da mente de alguém. Abaixo damos os usos do termo:

— *ens reale*, algo que existe independente da mente de alguém;
— *ens in potentia*, um ser em potencial;
— *ens in acto*, um ser concretizado;
— *ens rationis*, um ser que existe como razão, dentro da mente.

ENS REALISSIMUM

Essa é a expressão latina que significa «ser mais real», que vários filósofos têm usado como um título para Deus, a fonte e a força sustentadora de todos os seres.

ENSINO

I. A Importância do Ensino Cristão

1. Ensinemos por meio de palavras, pela mensagem dos hinos, pela força do exemplo. O ensino faz parte da Grande Comissão (ver Mat. 28:20).

2. Os dons espirituais existem para servir de auxílio no ministério do ensino, e o alvo de tudo é a maturidade espiritual, o crescimento e o aperfeiçoamento dos santos (ver Efé. 4:11 e *ss*).

3. Os verdadeiros mestres são dádivas divinas à igreja, para seu benefício (ver Efé. 4:11). E o dom do «conhecimento» é dado especialmente aos mestres, a fim de que sejam eficazes em seu ministério (ver I Cor. 12:8).

4. O ensino tem um efeito «edificador». Portanto, é importante, se a igreja tiver de ser «edificada». O ensino é vital para esse propósito.

5. As Escrituras Sagradas nos foram transmitidas nessa forma escrita a fim de que o ministério do ensino fosse facilitado e se tornasse mais eficaz.

6. Acima de tudo o mais, Cristo foi o Mestre supremo. Se seguirmos o exemplo que nos deixou, sem dúvida haveremos de ensinar.

7. Aqueles que somente evangelizam, negligenciando o ensino cristão, terão de contentar-se com uma igreja infantil, carnal, com disputas e cisões na igreja local. Um povo faminto espiritualmente, será um povo infeliz.

8. A ausência de ensino cristão arma o palco para a apostasia (ver Heb. 6:1 e *ss*).

9. Chega um tempo, na vida de cada crente, que se espera que ele se torne um mestre, e não um aprendiz (ver Heb. 5:12).

10. Observemos a importância emprestada por Paulo à necessidade de haverem homens bons que sejam mestres de outras pessoas na fé cristã, para que esta possa passar de uma geração à outra (ver II Tim. 2:2).

II. Em Rom. 12:7

O que ensina, esmere-se no fazê-lo. Uma vez mais, o original grego diz tão-somente, *aquele que ensina, no seu ensino*, deixando subentendida a idéia de «dedicação» ou «diligência». Aquele cujo ofício consiste em ensinar, deveria esforçar-se por aprimorar os seus conhecimentos, por melhorar a eficácia dos seus métodos de ensino, aumentando o seu interesse



JESUS PREGANDO PERTO DO MAR DA GALILÉIA



S. Hart. R. A.

ENSINANDO NA SINAGOGA

••• ••• •••

Ensina ou perece.

O mestre efetua a eternidade. Ele nunca
pode saber onde sua influência parará.
(Henry Adams)

Saber como sugerir é a grande arte
do professor. (Henri-Frederic Amiel)

O maior amigo da verdade é o tempo.
Seu inimigo maior é o preconceito.
O seu companheiro constante é a humildade.
(Charles C. Colton)

Deus oferece a cada mente a escolha entre
duas alternativas: o sossego ou a verdade
Você nunca pode ter os dois.
(Ralph Waldo Emerson)

Todos os livros que eu li
me transformaram — um pouco.
(John Updike)

O que de mim, entre muitas testemunhas,
ouviste, confia-o a homens fiéis, que
sejam idôneos para também ensinarem
os outros.
(II Tim. 2:2)

••• ••• •••

pessoal por aqueles que são os seus alunos. Um dos mais graves escândalos das modernas igrejas evangélicas é que a grande maioria dos seus mestres em nada melhora com a passagem dos anos, incluindo-se nisso tanto o conhecimento como os métodos empregados, como também não demonstram crescente interesse pessoal pelo bem-estar de seus alunos. — Pois não é verdade que muitos pastores e outros ministros, depois de terminarem algum curso bíblico, em um instituto bíblico ou em um seminário qualquer, nunca mais envidam esforço para *melhorarem,* — mas ano após ano não apresentam qualquer mudança para melhor, dizendo sempre as mesmas coisas e da mesma maneira? Poderíamo-nos admirar, portanto que, neste nosso mundo moderno, onde o conhecimento geral aumenta de forma assustadora, tantos se sintam enfadados das igrejas, até que finalmente se desviam de todo? Não é suficiente proferir dogmas contínuos, sem variação e sem imaginação. Ninguém pode tolerar esse tipo de ministério para sempre. Esse tipo de ministério não corresponde aos problemas de nossa complexa sociedade contemporânea. No entanto, que o ensino bíblico é importante se torna imediatamente evidente através do fato de que a Grande Comissão ordena-nos não somente evangelizar, mas igualmente ensinar, e ensinar «todas as coisas» que ele nos ordenou. (Ver Mat. 28:18-20, acerca dessa particularidade).

Ensinar mediante o «exemplo» também é importante, embora se trate de um aspecto olvidado por tantos mestres cristãos. (Há notas expositivas sobre essa questão em Atos 12:25 no NTI. Ver também a distinção entre «profetas» e «mestres», em Atos 13:1 e Efé. 4:11). A distinção é que os mestres, apesar de serem-no por dom celestial, não se encontram sob inspiração imediata, de modo que lhes permita revelar alguma coisa nova, embora tenham à sua disposição certa forma de inspiração, que empresta autoridade àquilo que dizem. A inspiração dos mestres, entretanto, é muito mais sutil que a inspiração dos «profetas», pois a inspiração dos «mestres» vem mais por meios naturais, e não tanto por meios mais obviamente sobrenaturais e externos. Os *mestres* não precisam possuir quaisquer habilidades «psíquicas», o que sempre assinala o ofício dos «profetas».

Deveria tornar-se evidente, com base neste texto da epístola aos Romanos, que o *ensino* é um dom e ministério, e que somente os indivíduos assim dotados deveriam ensinar. E os crentes possuidores desse ministério deveriam procurar aprimorar-se na aplicação de sua chamada. O mestre cristão que espera pelo Espírito Santo, para que o Senhor o guie em suas pesquisas e em seus pensamentos, poderá expor aos seus ouvintes muitos tesouros, alguns antigos e outros novos, mas todos proveitosos e expressos de maneira tão convincente que possam transformar as vidas dos homens, porquanto as suas palavras podem ser usadas pelo Espírito de Deus visando exatamente a essa função.

«Há muitos anos passados, na Convenção Keswick, na Inglaterra, estava eu voltando, cerca de sete horas da manhã, de um passeio matutino. Passei pelo 'Salão Drill', e eis que apareceu Macgregor (G.H.C.). o qual me saudou. E eu lhe disse: 'Seu rosto está pálido; está se sentindo bem?' 'Oh, sim, respondeu ele, apenas um pouco cansado'. E então, fazendo outras indagações, acabei por descobrir que ele acabara de entrevistar-se com o último caso, deixado da reunião da noite anterior! Isso era realmente ensinar. Ele havia trabalhado pacientemente a noite inteira, a fim de expor, a uma pessoa após outra, 'o caminho de Deus mais perfeitamente'|» (William R. Newell)

III. O Exemplo de Paulo

Atos 20:20: *como não me esquivei de vos anunciar coisa alguma que útil seja, ensinando-vos publicamente e de casa em casa.*

Paulo geralmente falava sobre o que era agradável e gentil, mas também sabia repreender, quando a reprimenda se tornava necessária. O apóstolo dos gentios não tinha a idéia de um amor que destrói a necessidade da severidade; mas o seu senso de amor era tão profundo que garantia um ministério de piedosa preocupação e interesse por aqueles para quem ele ministrava. Portanto, Paulo agia como um pai maduro e bem disciplinado entre aqueles novos convertidos, exigindo da parte deles o mesmo espírito de disciplina. Paulo tomava a sério as suas responsabilidades espirituais, porquanto sabia que estava cuidando de almas que são eternas e que têm imenso potencial nos planos de Deus. Jamais agiu como um *ministro profissional do evangelho,* não agindo como quem cumpria os seus deveres a fim de receber o seu salário mensal, dando de si mesmo somente o que fosse considerado necessário para merecer o dinheiro.

Jamais deixando. «Uma expressão pitoresca aparece aqui no original grego. Originalmente, o sentido da palavra grega era *atrair* ou *contrair.* Era usada para indicar velas enfunadas ou dedos que se fechavam; ou para indicar um recuo até um abrigo; ou ocultar os próprios pensamentos; e os médicos usavam essa palavra para indicar que certos alimentos eram negados aos seus pacientes. Todavia, é demasiado dizer, a exemplo de Canon Farrar, que Paulo estava se utilizando de uma metáfora náutica, sugerida por seu ouvir constante de que as velas estavam enfunadas, durante suas viagens marítimas. As metáforas de Paulo se baseavam principalmente nas questões da vida militar, da arquitetura, da agricultura e dos jogos esportivos dos gregos...Paulo queria dizer aqui que ele nada suprimira da verdade, temendo ofender a alguém. Comparar com Gál. 2:12 e Heb. 10:32». (Vincent; *in loc.*).

Importância do ministério de ensino na igreja cristã. Isso transparece nas palavras de Paulo: «*...publicamente e também de casa em casa...*» Devemos observar quão grande valor Paulo dava ao ministério do *ensino,* embora tão freqüentemente esse ministério seja negligenciado até mesmo nas igrejas evangélicas modernas, devido a mania pela evangelização, com detrimento a quase todas as demais atividades cristãs. Faríamos bem em lembrar que a instrução dada aos crentes faz parte integrante da Grande Comissão: «...ensinando-os a guardar todas as cousas que vos tenho ordenado». (Ver Mat. 28:20).

Sabemos qual foi o zelo de Paulo nesse sentido, na escola de Tirano, em Éfeso (ver Atos 19:9,10), onde ficava ensinando diversas horas por dia. — Ficámos sabendo aqui que nem ao menos ele se satisfazia com a intensidade desse ministério, mas ia de casa em casa e também publicamente, sem dúvida alguma, falando ao ar livre, nos mercados e onde quer que encontrasse um grupo de pessoas disposto a dar-lhe ouvidos. Dificilmente algum mestre cristão pode comparar-se em zelo e diligência ao apóstolo Paulo, sendo ele o grande exemplo que nos convém imitar. De fato, ele exortava mesmo aos outros cristãos que fossem seus imitadores (como se vê em I Cor. 4:15; 11:1 e Fil. 3:17).

Na verdade, o ministério do ensino cristão exige *muito mais* do que a dedicação a esse mister por algumas horas diárias. É necessário que haja um

mestre bem treinado e experiente, um mestre na Palavra de Deus, um homem de erudição suficiente, que entenda bem quais ensinos estão explícitos e implícitos na palavra de Deus escrita. Uma erudição formal é com freqüência necessária e útil para a preparação de bons mestres bíblicos. Muita coisa há para ser aprendida dentro da variedade bíblica: fundos históricos, idiomas, manuscritos antigos, conhecimento sobre o *cânon* sagrado, literatura cristã primitiva extrabíblica, cultura geral sobre os costumes dos tempos e povos bíblicos, tudo o que não pode ser fácil e adequadamente apresentado somente na igreja, mas que requer horas extras de estudo dedicado.

Não há limites para o conhecimento bíblico que um homem pode adquirir, e tudo serve para ajudá-lo a compreender mais perfeitamente ao cristianismo e à pessoa de Cristo. O mais importante de tudo, entretanto, é a iluminação conferida pelo Espírito Santo, porque, sem essa, qualquer conhecimento meramente intelectual que um homem possa adquirir, não lhe será de grande proveito, quando tiver de ensinar aos outros os caminhos da piedade cristã.

«É digno de nossa atenção que esse maior de todos os pregadores pregava de casa em casa, e que suas visitas não eram meras obrigações sociais». (Robertson, *in loc.*).

«Portanto, a negligência daqueles homens é inexcusável, os quais tendo apresentado um sermão qualquer, como se já se tivessem desincumbido de sua tarefa, passam no ócio o resto do tempo de que dispõem; como se suas vozes estivessem encerradas dentro das paredes do templo, pois logo em seguida, emudecem...Esses são mais ursos do que ovelhas, pois não garantem que a voz do pastor seja ouvida em outros lugares fora do púlpito...» (Calvino, *in loc.*). Há notícias de que Calvino ensinou pessoalmente a dois mil pregadores, os quais se ocuparam de igrejas reformadas, pelo que vemos que ele seguiu diligentemente o exemplo deixado pelo apóstolo Paulo.

Atos 20:21: *testificando, tanto a judeus como a gregos, o arrependimento para com Deus e a fé em nosso Senhor Jesus.*

Qual a natureza do ministério de ensino do apóstolo Paulo? Matthew Henry (*in loc*), comentando sobre a natureza desse ministério paulino, deixou para nós as seguintes notas, tão dignas de nossa atenção, que separamos em diversos pontos, para melhor compreensão do leitor:

1. O próprio Paulo era *exemplo digno* de como se deve ensinar aos outros: «Ele se conduzira bem, desde o primeiro dia em que chegara na Ásia; em todos os instantes...ninguém podia encontrar falta nele...E fizera de sua grande ocupação o serviço ao Senhor...Fizera o seu trabalho com mente humilde... Sempre se mostrara muito terno, afetuoso e compassivo entre eles...Lutara com muitas dificuldades. Muitos mestres cristãos desqualificam sua própria mensagem por causa de sua falta de coerência e pela preguiça que deixam transparecer em sua vida diária. Outros perdem terreno nesse ponto por causa de pouca erudição, ou devido à sua experiência insuficiente no Espírito Santo.

2. A mensagem de Paulo era clara: «Eu vos tenho mostrado e ensinado. Sim, o apóstolo não os divertira com belas especulações, e nem os conduzira às nuvens das noções e expressões exaltadas, deixando-os naquele ponto; mas mostrara-lhes as patentes verdades do evangelho, que são da maior importância e conseqüência, ensinando-os como se ensina aos próprios filhos».

3. A mensagem de Paulo era poderosa: «Pregava como alguém *obrigado* por juramento, convicto plenamente, ele mesmo, das verdades que pregava, e desejoso de convencer seus ouvintes a respeito das mesmas, influenciando-os por meio delas».

4. A mensagem de Paulo era proveitosa: «Em toda a sua pregação o seu alvo não era o de agradar, e, sim, de fazer o bem àqueles para quem pregava; ele apresentava o que tendia a torná-los mais sábios e melhores; informá-los sobre os juízos que tinham de fazer e reformar os seus corações e as suas vidas. Ensinam debaixo de Deus, aqueles que ensinam aos homens, visando o proveito dos mesmos. Ver Isa. 48:17».

5. Sua mensagem era *criteriosa*, diligentemente *completa*: «Ele foi extremamente industrioso e infatigável em seu trabalho; pregava publicamente e de casa em casa, não imaginando que um dos métodos excluía-o da necessidade de ocupar-se do outro método».

6. O ministério de Paulo era *fiel*: «ele não somente pregava o que era proveitoso; mas tudo quanto ensinava podia ser aproveitado; porque também não reteve nenhuma verdade de seus ouvintes...embora nem tudo parecesse próprio e aceitável para alguns. Não abafava as reprimendas, quando estas eram necessárias, com temor de ofender a alguém; e nem deixava para segundo plano a pregação da cruz, embora bem soubesse que para os judeus isso era um escândalo, e que para os gregos era uma insensatez».

7. A pregação de Paulo era *universal*: «Testificava tanto para os judeus como para os gentios, igualmente...Os ministros devem pregar o evangelho com imparcialidade, porquanto são ministros de Cristo em prol da igreja universal».

8. Finalmente, Paulo mostrou ser um pregador verdadeiramente cristão e evangélico: «não pregava meras idéias filosóficas, nem questões duvidosas e disputadas, e nem questões políticas, mas antes, a fé e o arrependimento, as duas notáveis graças do evangelho, a natureza e a necessidade das mesmas».

ENSINOS DE JESUS

Ver o artigo separado sobre **Jesus**, seção III *Ensinos*. Em volume, esta seção do artigo citado é maior do que o artigo que segue, portanto, deve ser consultada e comparada.

Nenhum outro aspecto do ministério de Jesus é tão freqüentemente salientado nos evangelhos como o seu ensino. Até mesmo questões como a pregação e os milagres envolviam, necessariamente, o ato de ensinar. Em certo sentido, pode-se afirmar que tudo quanto Jesus dizia e fazia tinha por finalidade dar-lhe oportunidade de apresentar o seu ensino. Embora Jesus tenha sido muito mais do que um mestre, a certa altura foi caracterizado como «...Mestre vindo da parte de Deus...» (João 3:2). Pensamos que poderemos examinar melhor esse assunto, dividindo-o como segue:

I. Autoridade
II. Eficácia
III. Habilidade
IV. Métodos
V. Conteúdo

I. Autoridade

Os ouvintes de Jesus ficavam atônitos diante de seu ensino em face do tom de firme autoridade com que ele falava (Mat. 7:28,29). A origem dessa autoridade, como é evidente, provinha da consciência de que ele tinha de ser o perfeito porta-voz de Deus Pai, por ser o

Filho encarnado. «Porque a lei foi dada por intermédio de Moisés; a graça e a verdade vieram por meio de Jesus Cristo» (João 1:17). Essa natureza foi sendo gradualmente desvendada, conforme se vê nos títulos sucessivos que lhe foram sendo aplicados:

1. *Rabi*. As pessoas dirigiam-se a Jesus com o título usual de respeito, *Rabi*. Essa palavra vem diretamente do hebraico, onde significa «grande». Quando usada com o pronome possessivo, resultava em «meu grande», embora nunca seja traduzida como tal em nossa Bíblia portuguesa. Tanto os discípulos de Jesus (Mat. 26:25,49; Mar. 9:5; 11:21; João 1:38,49; 4:31; 9:2; 11:8) quanto outras pessoas (João 3:2; 6:25) trataram-no desse modo. Que tanto ele mesmo quanto os seus discípulos consideravam esse termo uma indicação de elevada posição pode ser visto no fato de que os discípulos não deveriam chamar-se mutuamente «...*mestres* (no original grego, *rabbi*), porque um só é vosso *Mestre* (no grego, *didáskalos*), e todos vós sois irmãos» (Mat. 23:8; os itálicos são nossos).

2. *Mestre*. A palavra grega mais freqüentemente traduzida por «mestre» é *didáskalos*. Nas páginas do Novo Testamento, esse termo indica alguém que ensina as realidades de Deus e os deveres dos homens. Esse vocábulo grego, por sua vez, quase sempre é tradução do termo hebraico *rabi*. Jesus usava esse vocábulo grego, acima de tudo, para indicar a si mesmo (Mat. 23:8). Ainda que muitos gostem de chamar-se «mestres», os crentes só têm um verdadeiro Mestre, Jesus Cristo, o Mestre Divino, enviado por Deus. Nos evangelhos, esse termo é empregado repetidas vezes em contextos onde se tenciona exprimir uma extrema deferência (sem importar se sincera ou não). Ver Mat. 12:38; 22:16,24,36; Mar. 4:38; 10:17, onde há as mais variadas situações. Queremos destacar o relacionamento que havia entre Jesus e seus discípulos (João 13:13). Nesse versículo, é a palavra *mestre* (no grego, *didáskalos*) que está associada a «Senhor».

3. *Profeta*. O papel desempenhado por Jesus como proclamador e intérprete das revelações divinas é indicado pelo termo grego *prophétes*, «profeta». Literalmente, esse termo significa «alguém que fala por outrem», nem sempre destacando o elemento preditivo. Moisés havia predito que um Profeta sempar apareceria entre o povo (Deut. 19:15). Após a ascensão de Jesus, Pedro proclamou, no templo de Jerusalém, que Jesus era esse profeta (Atos 3:22). Estêvão repisou o mesmo ponto, quando era julgado (Atos 7:37). Durante o decurso de seu ministério terreno, com freqüência, Jesus foi chamado de «profeta». Ver, para exemplificar, João 4:19. Embora Jesus nunca tivesse considerado essa designação adequada para descrever a sua missão à terra, ele admitia tal categoria de uma maneira frouxa, geral, pelo menos (Mar. 6:4; Luc. 4:24; João 4:44).

4. *Senhor*. A autoridade do ensino de Jesus como rabi, mestre e profeta repousava ainda sobre uma outra e mais ampla dimensão de seu ser. Ele também é o *Senhor* (no grego, *kúrios*). Em algumas instâncias, nas narrativas dos evangelhos, é impossível dizermos se esse termo meramente indicava respeito, ou então o reconhecimento de que Jesus não era apenas um ser humano. Mas há instâncias que indicam claramente uma referência religiosa que aponta para a sua deidade. O vocábulo «Senhor» designa Jesus em muitas citações do Antigo Testamento, no Novo Testamento. Ver Mat. 3:3; 22:44,45; Mar. 1:2,3; 12:36,37; Luc. 3:4; 20:42-44; João 1:23; Atos 2:34; I Cor. 1:31; Rom. 10:13; Heb. 1:10; I Ped. 2:3 e 3:15. Se excetuarmos a questão das citações, Mateus e Marcos narram que Jesus chamou a si mesmo de «Senhor». Ver Mat. 21:3 e Mar. 11:3. Os quatro evangelhos registram que Jesus foi freqüentemente tratado como «Senhor». Lucas alude a Jesus, por certo número de vezes, como «o Senhor». Essa terminologia é tão comum no resto do Novo Testamento, que ficam dispensadas as referências. Particularmente claras são expressões como «Senhor Jesus» (Atos 7:59; 19:5,13,17) e «Senhor Jesus Cristo» (Rom. 1:3; 5:1; 15:30 etc.). Na Septuaginta, *kúrios* foi termo grego usado para indicar dois dos nomes de Deus, a saber, *Yahweh* e *Adonai*. Isso é repetido no Novo Testamento. Logo, quando Jesus é chamado *kúrios* (em português, Senhor), no Novo Testamento, ele está sendo chamado de *Yahweh* e *Adonai*, ambos títulos divinos muito sugestivos. Ver Gên. 15:2, onde o nome divino, *Adonai*, é usado, pela primeira vez, por Abraão. E ver Êxo. 6:3, que mostra o momento em que Deus revelou seu novo nome, Yahweh (o que transparece mais claramente, é óbvio, no original hebraico, pois nossa versão portuguesa diz apenas «...mas pelo meu nome, O Senhor, não lhes fui conhecido»).

5. *Filho de Deus*. Um quinto título completa a estrutura de autoridade que subjazia às palavras e atos de Jesus. Ele é o «Filho de Deus» (no grego, *uíos toũ theoũ*). Por duas vezes isso foi dito por alguma voz proveniente do céu (Mat. 3:17; Luc. 9:35), em cujas vezes era exigido — que os homens dessem ouvidos a Jesus. Isso é muito sugestivo, porquanto há quem diga que Jesus só lentamente teria tomado consciência de sua missão divina. Assim foi assaltado por dúvidas neste respeito. No entanto, em Mat. 3:17, a voz vinda do céu esclareceu tudo, assim que Jesus saiu da água, quando foi imerso no Jordão e, por conseguinte, bem no começo de seu ministério. E em Luc. 9:35, a ocasião foi a sua transfiguração. Antes, deveríamos dizer que os próprios discípulos só com muita lentidão entenderam a natureza divina de Jesus. A primeira confissão clara nesse sentido foi a de Pedro, em Mateus 16:13-17. Jesus sempre se afirmou o Filho de Deus, até mesmo sob juramento (Mat. 26:63,64), e edificou o seu ministério, o seu ensino e a redenção que viera realizar sobre esse fato fundamental. Sua grande oração sumo sacerdotal, de João 17, não teria qualquer sentido sem esse fato básico. Nos evangelhos, ele é chamado «Filho de Deus», de vez em quando (Mar. 1:1; 3:11; 5:7; Luc. 1:35; João 1:49). E também no resto do Novo Testamento, implícita ou explicitamente (Atos 9:20; Gál. 2:20; Efé. 4:13, etc.). Quem, a exemplo de Pedro, recebeu revelação divina acerca da identidade de Jesus, não demonstra dúvidas quanto a isso e nem hesita em chamá-lo de «o verdadeiro Deus» (ver I João 5:20).

II. Eficácia

É impossível medirmos a eficácia do ensino de Jesus mediante a utilização de um único padrão qualquer. Os métodos que ele empregava estavam inseparavelmente trançados com a sua divina revelação. Tudo quanto Jesus disse ou fez era parte integrante de sua missão. Apesar disso, as técnicas por ele usadas, como o Grande Mestre que ele foi, até hoje são o mais excelente modelo a ser seguido por aqueles que querem aprender a ensinar. A didática de Jesus era perfeita.

1. *Aclamação*. Após a popularidade sem precedentes, obtida por João Batista, a reputação de Jesus, ainda no começo de seu ministério, é que ele fazia e batizava mais discípulos do que João (João 4:1). Embora Jesus fosse oficialmente rejeitado pelas autoridades religiosas de Jerusalém, no começo do seu

ministério na Judéia, muitos confiaram nele (João 2:23). Nicodemos, o mestre fariseu, exprimiu mais do que apenas a sua opinião pessoal, quando confessou: «Rabi, sabemos que és Mestre vindo da parte de Deus; porque ninguém pode fazer estes sinais que tu fazes, se Deus não estiver com ele» (João 3:2). Na Galiléia, houve momentos em que a multidão que se reunia para ouvi-lo era tão grande, que os discípulos nem ao menos tinham tempo para comer (Mar. 6:31). E quando Jesus se retirava para lugares ermos, a fim de escapar das multidões, era seguido por milhares de pessoas (Mat. 14:13-21; 15:29,30,38). É claro que muitos vinham somente para ver os seus milagres, e não tanto para ouvir os seus ensinamentos. O doutrinamento, por si mesmo, por muitas vezes era menos popular (João 6:66). Para sempre havia alguns que reconheciam o inestimável valor de suas instruções, e se apegavam a ele por esse motivo. Ver João 6:67-69. Até mesmo os oficiais que tinham vindo com a finalidade precípua — de deter Jesus, retornaram de mãos vazias, com a desculpa de que «Jamais alguém falou como este homem» (João 7:46). E os próprios fariseus e os principais sacerdotes testificaram, diante do Sinédrio, que o poder de seu ensino era inigualável: «Se o deixarmos assim todos crerão nele; depois virão os romanos e tomarão não só o nosso lugar, mas a própria nação» (João 11:48). Segue-se, portanto, que Jesus deve ter-se mostrado admiravelmente eficaz em seu ensino e em seus atos.

2. *Resultados*. Os efeitos duradouros dos ensinos de Jesus foram temporariamente obscurecidos pelos eventos de sua paixão e morte. Não fora a continuação de seu ministério, — pela atividade de seus discípulos, muitos dos resultados do ensino de Jesus ter-se-iam perdido. Por outra parte, não fora a eficácia do seu impacto sobre o povo, bem como o seu sucesso, no treinamento dos seus discípulos, e teria sido impossível o incrível sucesso da Igreja apostólica. Não há que duvidar que dezenas de milhares de pessoas haviam ficado permanentemente impressionadas e significativamente transformadas em resultado dos ensinos de Jesus. Seja como for, os resultados daquilo que Jesus ensinou e fez (Atos 1:1,2) o que teve prosseguimento através da Igreja, deixam-nos sumamente admirados. Os seus seguidores, em nossos dias, ultrapassam o número dos seguidores de qualquer outro mestre; e as nações que professam seguir-lhe os ensinos, embora de longe e mui imperfeitamente, são as nações que encabeçam a civilização do mundo. Jesus ensinou aos homens as mais elevadas verdades espirituais e morais, embora tenha-o feito com grande simplicidade, usando as técnicas pedagógicas certas, de tal maneira que o povo comum o ouvia com satisfação.

III. Habilidade

Em última análise, o poder de Jesus como mestre era muito mais do que mera técnica e habilidade. O que estava por detrás desse poder era sua deidade e sua missão redentora. Mas, até mesmo isso tinha de ser apresentado de tal modo que cativasse a atenção dos ouvintes e os motivasse a uma participação nos benefícios espirituais por ele oferecidos. A habilidade de Jesus, na comunicação de sua mensagem, só pode ser equiparada à perfeição da graça divina, que ele oferecia aos homens.

1. *Aptidão*. Cinco são as qualificações para quem queira ser um mestre universal. Essas qualificações são aquelas observadas na vida do Senhor Jesus. São as seguintes:

a. Uma visão global, que envolva toda a humanidade.

b. O conhecimento profundo sobre o coração humano.

c. O total domínio da matéria a ser ensinada.

d. A aptidão para ensinar.

e. Uma vida diária que corresponda fielmente ao ensino.

Conforme Jesus esclareceu a Nicodemos, somente ele podia falar como alguém que descera do céu (João 3:13). Portanto, somente Jesus tinha perfeita compreensão da disciplina a ser ensinada, e uma correspondente habilidade para transmitir a mensagem certa.

2. *Alvo*. O ensino eficaz não acontece por acidente. As palavras e os atos de Jesus sempre exibiram uma notável estratégia, cujo desígnio era atingir os propósitos pelos quais ele veio a este mundo. Esse propósito central encontrava expressão em muitos outros alvos menores, mas, imediatos. Jesus, pois, tem sido intitulado de «estrategista com objetivos».

3. *Visão*. Embora Jesus nunca tivesse viajado para muito longe da Palestina, ele sempre tinha em mira a humanidade inteira. Convinha-Lhe atrair também as «outras ovelhas», ao seu rebanho (João 10:16). Importava-lhe atrair a si todos os homens (João 12:32). Ele comissionou os seus seguidores para que saíssem pelo mundo inteiro e pregassem «o evangelho a toda criatura» (Mar. 16:15). Competia-lhes fazer «discípulos de todas as nações» (Mat. 28:19). A visão de Jesus, que ele procurou transmitir aos seus discípulos, era intensiva e extensiva. Os aprendizes deveriam partir da teoria para a prática, não ficando somente naquela: «...ensinando-os a guardar todas as cousas que vos tenho ordenado» (Mat. 28:20). E as palavras «todas as cousas», dentro dessa citação, mostram que coisa alguma, de tudo quanto Jesus ensinou, deveria ser omitida. E as palavras finais da Grande Comissão: «E eis que estou convosco todos os dias, até à consumação do século» (mesmo versículo), mostram que essa tarefa deve prosseguir até o fim da atual dispensação da graça.

4. *Atenção*. O Senhor Jesus conquistava de tal modo a atenção de seus ouvintes que, em certas ocasiões, chegavam a atropelar-se aos outros a fim de se aproximarem dele, para vê-lo e ouvi-lo (Luc. 12:1). Quase vinte séculos depois, praticamente ninguém consegue ficar neutro diante de suas idéias. Um menor número ainda o ignora. Aquilo que Jesus é, o que ele disse, como ele o disse, e o que ele fez, tornam-no o centro de todas as atenções. As pessoas sentem-se naturalmente envolvidas por ele. Uma atenção involuntária é acompanhada por profundas motivações, que mantêm o interesse e atraem as pessoas a ele. Jesus cultivava deliberadamente a arte de chamar e conservar a atenção das pessoas, conforme veremos, quando estivermos considerando os métodos por ele usados.

5. *Motivação*. Jesus compreendia perfeitamente bem as profundas motivações do coração humano. Os apelos de Jesus eram saudáveis e mostravam-se à altura de sua missão sem-par Todavia, eram apelos poderosos e compelidores. Jesus apelava aos homens quanto ao auto-interesse e ao altruísmo, e também a motivos naturais ou intrínsecos e a motivos extrínsecos, como os motivos do recebimento de galardões ou do recebimento de punição. Ele também advertia contra a tragédia do mal e suas conseqüências. Estando plenamente consciente de que os motivos obedecem a uma escala de gradação, a despeito disso ele sempre se mostrou francamente prático. Dirigia o seu apelo às necessidades e capacidades de cada um. No entanto, para ele, o valor espiritual e moral

definitivo é o amor que devemos devotar a Deus e aos nossos semelhantes (Mar. 12:30,31).

6. *Participação*. Jesus sabia perfeitamente bem que mais do que meras preleções se fazem necessárias, se as pessoas tiverem de ser transformadas para melhor. Os interesses de cada indivíduo precisam ser despertados de tal modo que ele chegue ao ponto de querer participar. É mister que as pessoas peçam, busquem e batam (Mat. 7:7,8). Precisam participar ativamente, tomando iniciativas em busca da vontade do Senhor. Esse princípio subjaz a toda a sua metodologia. Jesus apreciava iniciar debates, questões, projetos, exemplos concretos e tarefas.

7. *Quadros Mentais*. Jesus evitava empregar formas abstratas de expressão, sempre que isso lhe foi possível. Ele dirigia-se às mentes e aos corações daqueles que viviam vendo, ouvindo e fazendo as coisas. Ele referiu-se, como ilustrações, a traves e ciscos, quando se referiu ao espírito de crítica acerba (Mat. 7:4,5). A incoerência foi por ele comparada com o ato de coar um mosquito, para, em seguida, escancarar de tal modo a boca que se pudesse engolir um camelo (Mat. 23:24). Sal, luz, sementes, árvores, lírios, cidades, rios e céus, em seus lábios, resplandeciam de insuspeitos significados, para o tempo e para a eternidade.

8. *Senso Artístico*. O encanto da metodologia e da incrível habilidade de Jesus, como professor, dependia do domínio da arte do ensino, em que ele era o mais perfeito mestre. Os princípios pedagógicos por ele usados não eram truques desconexos, mas faziam parte do senso artístico de um perfeito artista, que fazia bem todas as coisas (Mar. 7:37). Não havia qualquer esforço menos digno, em busca de mero efeito. A beleza e força de atração de Jesus é que ele falava como ninguém jamais falou (João 7:46).

IV. Métodos

Apesar de que o ensino de Jesus continha um único conteúdo, não havendo quem lhe possa igualar como mestre, devido à perfeição da comunicação de suas idéias, o que não pode ser duplicado, por outro lado há métodos de ensino que podemos discernir e estudar, a fim de os emularmos em nosso próprio ministério de ensino.

1. *As Parábolas*. Um dos métodos mais notáveis, usados por Jesus em seu ensino, era o das parábolas. Uma parábola podia ser uma história longa ou uma declaração de grande sabedoria; mas sempre transmite alguma verdade espiritual por meio de alguma comparação com fatos familiares. Alguns estudiosos têm contado cerca de vinte e oito breves comparações, e talvez vinte e cinco narrativas diferentes, nas palavras de Jesus, registradas nos evangelhos. No evangelho de Marcos, cerca de uma quarta parte de todas as palavras proferidas por Jesus fica dentro dessa categoria. Era através de parábolas que, por muitas vezes, Jesus obtinha e conservava a atenção dos seus ouvintes. Ele falava ao coração das pessoas, em palavras que se repetiriam com sentidos cada vez mais profundos, quando elas meditavam sobre a comparação ou comentário interessante. Dessa forma, era possível dizer coisas, nas entrelinhas, sob a capa de uma figura simbólica, como não se poderia fazê-lo em um discurso mais direto. (Ver Mat. 22:1). Por muitas vezes, em vez de contar alguma história, Jesus usava algum milagre, por ele realizado, como base de seu ensino. Entre outras vantagens desses milagres, havia essa vantagem adicional de servir de vívida ilustração para algum ensino de Jesus (por exemplo, João 6:11,27,35,63).

2. *Os Provérbios*. Epígrames, provérbios, aforismos, máximas e paradoxos comprimem, da maneira mais breve possível, algum gérmen de verdade que a mente popular compreende muito bem, capaz de produzir, mais tarde, o desencadeamento de uma série de pensamentos. Felizmente para nós, os ensinamentos de Jesus abundavam de recursos dessa natureza. Dependentes como eram os primeiros cristãos da tradição oral, eles tinham bem pequena dificuldade para preservar e usar essas declarações compactas.

3. *A Poesia*. Alguns ensinos de Jesus revestem-se de uma qualidade rítmica que se evidencia até mesmo nas traduções (por exemplo, Luc. 6:27). Alguns estudiosos têm chegado a sugerir que Jesus moldou o âmago de sua doutrina de acordo com um certo padrão rítmico, como um artifício pedagógico. À semelhança de outros rabinos de sua época, é possível que ele tenha exigido que seus discípulos memorizassem o cerne de sua doutrina, sob a forma de declarações compactas. Se isso, realmente, sucedeu, então, visto que é muito mais fácil reter um trecho em verso, e não em prosa, é possível que ele tenha feito isso com essa finalidade, e não para obter algum efeito de beleza de expressão.

4. *Indagações*. Um outro método favorito de Jesus era o das perguntas e respostas. Essa técnica era um convite à participação direta, por parte de seus ouvintes, dentro da questão que estivesse sendo enfocada. Era capaz de despertar a consciência, desviar um ataque, despertar as emoções, cativar o interesse e sondar as profundezas de qualquer questão. Em certas oportunidades, podia até mesmo silenciar aqueles que procuravam pôr um ponto final ao seu ministério (Mateus 22:46).

5. *Discursos*. Havia ocasiões, entretanto, — que a verdade podia ser comunicada com maior rapidez e eficácia mediante um discurso bem concatenado, ou sermão. O supremo exemplo disso é o Sermão do Monte (Mat. 5 — 7). A verdade precisava ser organizada e preservada em uma forma sistemática, que pudesse ser examinada de vez em quando. Outros exemplos notáveis dessa técnica aparecem no discurso do monte das Oliveiras (caps. 24 e 25), e do cenáculo (João 14 — 16).

6. *Citações*. O uso de citações extraídas do Antigo Testamento tem um lugar central no ensinamento de Jesus. Ele tinha a mais absoluta confiança nesses documentos (Mat. 5:18), tendo-os usado para refutar as idéias de seus adversários (Mat. 22:41-45), para explicar a sua própria missão, com base nessas Escrituras (Luc. 24:27), e até mesmo para servirem de trampolim para as suas doutrinas mais avançadas (Mat. 5:22).

7. *Projetos*. A seqüência formada por impressão-expressão, com freqüência dentro do contexto de um projeto qualquer, ajudava a conseguir um efeito de modificação permanente nos ouvintes de Jesus. Jesus não somente informava aos seus discípulos como ministrar a outras pessoas, e o que haveriam de encontrar; ele também os enviava ao campo, para obterem experiência direta com o trabalho a ser feito, e então convidava-os para sessões em que prestavam relatório. Os discípulos, portanto, aprendiam fazendo, instruindo a outros e discutindo sobre os assuntos a serem ensinados (Luc. 9:1-10).

8. *Símbolos*. Um símbolo concreto torna-se um emblema que tipifica o que é apenas abstrato. A propriedade e firmeza de um símbolo tende por impedir que aquilo que é apenas uma idéia abstrata se desvie e desintegre. Jesus enfatizou o batismo e a Ceia do Senhor como métodos apropriados para ensinar os

conceitos fundamentais de seu reino. Por semelhante modo, ele lavou os pés dos seus discípulos a fim de impressioná-los acerca da necessidade de serem humildes (João 13:4-7), e recomendou que seus discípulos sacudissem a poeira dos pés, a fim de salientarem a indignidade daqueles que rejeitassem a sua mensagem ou os seus mensageiros (Mar. 6:11).

9. *A Força do Exemplo*. Jesus era o supremo exemplo vivo de seus próprios ensinamentos. Ele vivia aquilo que ensinava. Conforme ele mesmo disse, ele santificava-se a fim de que os seus seguidores também fossem santificados (João 17:19). Quando estava lavando os pés dos seus discípulos, Jesus esclareceu: «Porque eu vos dei o exemplo, para que, como eu vos fiz, façais vós também» (João 13:15). Portanto, Jesus ensinava por meio de seus atos, tanto quanto por meio de suas palavras. Sua vida continua sendo, até hoje, a maior inspiração de santidade para os homens.

V. Conteúdo

Os ensinamentos de Jesus teriam sido reduzidos a quase nada, a despeito de toda a sua habilidade, não fora o conteúdo de seus ensinamentos. Jesus revelava quem era Deus e como era Deus (João 14:8-11). Jesus, conforme ele mesmo esclareceu, é o caminho, a verdade e a vida (João 14:6). Ele veio a este mundo a fim de que os homens tivessem vida, e a tivessem em abundância (João 10:10).

1. *Deus*. Em parte alguma Jesus argumentou quanto à existência de Deus. Ele sempre tomava a existência de Deus como ponto pacífico, como verdade indiscutível. Na verdade, Jesus revelou a Deus. Jesus pareceu um tanto ressentido porque estivera em contacto com Filipe, por tanto tempo, mas aquele apóstolo não estava ainda satisfeito com a revelação de Deus nele. Em termos humanos concretos, Jesus tornou Deus conhecido como o nutridor — o Pai que cuida de toda a humanidade. Jesus sempre chamou Deus de «Pai» ou de «Deus», excetuando nas citações do Antigo Testamento, onde Deus é chamado «Senhor» (que vede).

2. *Sua Própria Pessoa*. Embora Jesus nunca tivesse apresentado uma doutrina sistemática acerca de sua própria pessoa, sua autoconsciência transparecia mediante declarações formais ou incidentalmente. Entre as mais específicas indicações de sua divindade, poderíamos pensar nestas três: «...porque eu vim de Deus e aqui estou; pois não vim de modo próprio, mas ele me enviou» (João 8:42). «Em verdade, em verdade eu vos digo: Antes que Abraão existisse, eu sou» (João 8:58). «Vim do Pai e entrei no mundo; todavia, deixo o mundo e vou para o Pai» (João 16:28). Mas, paralelamente aos atributos de deidade e à missão sem-par de que fora revestido, havia o seu constante senso de que participava das experiências comuns à humanidade. Para ele, o tempo, o espaço, a pobreza, a solidão, a fadiga e a tristeza eram tão reais quanto eram as suas qualidades e habilidades transcendentais. Todas essas coisas ele não somente sentia, mas também exprimia diante dos seus seguidores.

3. *O Espírito Santo*. O ensino de Jesus sobre o Espírito Santo girava em torno da obra do Espírito em favor dos crentes. Ele enfatizou que o homem entra no reino de Deus ao nascer por operação do Espírito de Deus (João 3:5); e que o crente encontra seu cumprimento na vida abundante do Espírito (João 7:38,39). Jesus também atribuía o poder de seu ministério ao mesmo Espírito Santo (Mat. 12:27,28), o qual, segundo Jesus também esclareceu, haveria de permanecer para sempre com os crentes, vindo residir neles (João 14:16,17).

4. *As Escrituras*. Embora Jesus nunca tivesse feito qualquer exposição sistemática das Escrituras, ele apresentou as mais firmes declarações acerca do caráter fidedigno da Bíblia. Ao argumentar em defesa de sua vida, Jesus asseverou: «...e a Escritura não pode falhar». E, noutra oportunidade, declarou: «Porque em verdade vos digo: Até que o céu e a terra passem, nem um *i* ou um *til* jamais passará da lei, até que tudo se cumpra» (Mat. 5:18). Jesus anunciava «a palavra» às multidões (Mar. 2:1,2). Jesus sempre apelava à Palavra de Deus, convocando as autoridades religiosas do povo judeu para que dessem ouvidos e voltassem ao que estava escrito. Sua queixa acerca da tradição secular dos judeus é que, via de regra, fazia a Palavra de Deus tornar-se sem efeito (Mat. 7:13). Em suma, Jesus ensinava que a Palavra de Deus é a verdade (João 17:17).

5. *A Vida Cristã*. Jesus não expunha a vida cristã segundo termos legalistas. Deveria haver uma vitalidade espiritual, produzida por meio de um novo relacionamento entre o homem e ele, por meio da fé (João 5:24). Nenhuma outra verdade merecia tanta atenção e nem recebeu ênfase maior, dentro do ensinamento de Jesus, do que o fato de que ele era a própria vida dos homens. Assim, ele se declarou o pão da vida (João 6:35), a luz da vida (8:12), o caminho, a verdade e a vida (14:6), a ressurreição e a vida (11:25). A conduta cristã é a expressão dessa vida, em consonância com os princípios divinos e com os preceitos da Palavra de Deus. Isso posto, há dois mandamentos fundamentais que se reduzem a um só — o amor. Amar a Deus com todas as fibras do ser, e amar ao próximo como a nós mesmos, é a vida focalizada em termos éticos (Mar. 12:30,31). O outro lado do amor é a santidade, isto é, a semelhança com Cristo. Foi por esse motivo que Jesus orou ao Pai: «Santifica-os na verdade; a tua palavra é a verdade» (João 17:17).

6. *O Reino de Deus*. Um dos temas mais constantemente repetidos, dentro do ensino de Jesus, era o reino de Deus, ou reino dos céus. O reino de Deus é o governo de Deus, quer simplesmente nos corações dos homens, quer em alguma forma de estabelecimento neste mundo. Tem começo nas vidas dos crentes (Luc. 17:21), mas é também um fato capaz de ser ampliado e de ter pleno cumprimento, até que Deus venha a ter de volta a soberania que lhe cabe por direito, sobre todas as suas criaturas, dentro de uma perfeita ordem de coisas (Mat. 6:10). «Percorria Jesus toda a Galiléia, ensinando nas sinagogas, pregando o evangelho do reino...» (Mat. 4:23).

7. *A Igreja*. O reino de Deus assume forma palpável na Igreja, na presente ordem mundial. A Igreja é a assembléia daqueles que se submeteram voluntária e jubilosamente ao governo de Deus, por meio da redenção que há em Cristo. Jesus tinha plena consciência do surgimento da coletividade dos crentes, os remidos pelo seu sangue. Ele chamou essa coletividade de a Igreja, afirmando-se o seu fundador (Mat. 16:18).

8. *Escatologia*. Para Jesus, as questões escatológicas eram uma simples extensão dos princípios morais e espirituais que ele ensinava, levadas às suas conseqüências lógicas, sob o governo de Deus. Ficam subentendidos a responsabilidade moral, a vida futura, o céu, o inferno, o julgamento, as recompensas, os castigos, o triunfo final de Deus e de seu povo, e a perdição eterna daqueles que se perderem. Aqueles que rejeitarem a Jesus Cristo e ao Espírito Santo não têm qualquer esperança (Mat. 12:30,31). E aqueles a quem Jesus conferir a vida eterna jamais perecerão (João 10:28).



A ENTRADA TRIUNFAL



Munkacsy. FIGURA DE JESUS



Rubens. JESUS É AÇOITADO

ENTALHE

Ver sobre **Artes e Ofícios**. O entalhe é uma obra artística em madeira, pedra, marfim, bronze, ouro, prata e até mesmo vidro. O objeto de arte é obtido mediante o processo gradual de desbastamento, corte, moldagem, raspagem e incisão. Ver os trechos de Isa. 40:19,20; 41:7 e 44:9-17 quanto a uma descrição bíblica. A primeira menção dessa arte aparece na Bíblia em Gên. 38:18, no tocante ao anel de selar de Judá. A arte foi empregada na decoração dos móveis do tabernáculo, particularmente em seus objetos de ouro e de prata (Êxo. 31:4,5; 35:32,33). A capacidade para se fazer esse trabalho de arte era atribuída a um dote divino (Êxo. 31:2-35). O povo de Israel deve ter observado muito trabalho artístico no Egito, sendo provável que muito desse trabalho de lavor tenha sido tomado por empréstimo das habilidades egípcias. No entanto, quando o templo de Salomão foi decorado, ele importou artesões de Tiro (I Reis 5:1-18). Essa arte desenvolveu-se de tal modo que incluiu técnicas como a fundição, entalhe e blindagem (Isa. 40:19,20). Naturalmente, essa era uma arte que muito se prestava às finalidades da idolatria (Lev. 26:1; Núm. 33:52; Jer. 2:27), e, quanto a isso, os principais inspiradores de Israel eram seus vizinhos cananeus. Porém, em Israel, os ricos empregavam tal arte por pura ostentação, o que foi condenado por Amós como um pecado (ver Amós 3:15). O marfim era um dos materiais preferidos pelos entalhadores. No templo de Salomão havia painéis de madeira, pedras artisticamente lavradas e portas decoradas com imagens de palmeiras e lírios (I Reis 6:18). Além disso, havia as grandes imagens dos querubins, entalhadas em madeira e recobertas com chapas de ouro (I Reis 6:23; II Crô. 3:11). Os suportes da pia do templo também foram laboriosamente entalhados (I Reis 7:31). (Z)

ENTELÉCHEIA

Ver o artigo sobre **Energeia**, que inclui informações sobre essa palavra grega.

ENTELÉQUIA

Palavra que se deriva do grego **en-telos** (no fim) e *echeim* (ter), ou seja, *realidade* ou *estar completo*. A palavra tem sido usada em mais de um sentido, segundo mostramos abaixo:

1. Nos escritos de *Aristóteles* (que vide), a *enteléquia* de alguma coisa é tanto a sua realidade completa como o seu poder de atingir a perfeição, ou o estado completo. Aristóteles contrastava essa palavra com a idéia de potencialidade.

2. Em *Leibniz* o termo é empregado para indicar as nômadas, com a idéia que elas possuem a capacidade que Aristóteles atribuía a essa palavra.

3. No *vitalismo* (que vide) o vocábulo é usado por Hans Driesch (que vide) a fim de referir-se à força controladora interna dos organismos biológicos que determina o desenvolvimento e a utilidade dos órgãos. Essa força é não química, é imaterial.

De acordo com os estudos de Aristóteles, a alma (*psiche*) era definida como a forma da realidade (enteléquia) do corpo físico, que é potencialmente dotado de vida. De acordo com esse pensamento, a alma é que confere à porção material do homem a sua realização e estado completo. Assim pensando, porém, Aristóteles não concebia, necessariamente, que a alma sobreviveria à morte física do corpo. Ver os artigos sobre *Alma* e *Imortalidade*.

ENTERRO

Ver **Sepultamentos, Costumes de e Túmulo**.

ENTIA NATURAE

Expressão latina que significa «coisas da natureza». Ver o artigo sobre a *Natureza*.

ENTIA RATIONIS

Expressão latina que significa «coisas da razão».

ENTIDADE

Essa palavra portuguesa vem de **ens, entis**, «coisa», «ser», palavra latina. Dentro da filosofia escolástica, a palavra indica qualquer ser real. Este último sentido veio a incluir qualquer coisa que tem *existência separada*, incluindo os pensamentos, que podem ser usados para apoiar predicações. Portanto, até mesmo um conceito ou pensamento, considerado como completo em si mesmo, é chamado de *entidade*.

ENTORPECENTES Ver o artigo sobre **Drogas**.

ENTRADA TRIUNFAL

Mat. 21:1 — 23:39 contém a história da *última semana* da vida de Jesus, antes da crucificação. Nesta seção é apresentada uma série de breves narrativas que evidentemente têm por desígnio explicar como foi crescendo a oposição contra Jesus, como ela foi organizada, e como isso resultou em sua morte. A cena na cidade de Jerusalém, a Cidade Santa, que não obstante se mostrou cidade ímpia, porquanto Jesus não foi o primeiro profeta a perecer ali, e também porque naquele período da história ela estava cheia de hipocrisia por todos os lados, pelo que era dificílimo encontrar qualquer expressão religiosa autêntica. O *protomarcos* é a fonte básica, pois o autor deste evangelho segue de perto o esboço do evangelho de Marcos. Entretanto, a fonte «Q» também forneceu alguns subsídios, o que se vê em Mat. 22:1-10; 23:4,13,23-29. É muito difícil termos certeza sobre as origens das seguintes passagens: Mat. 21:28-32; 23:2,3,5; 8:10 e 15:22,24. Essas adições podem ter se derivado parcialmente da fonte «M» ou seriam simples comentários editoriais feitos pelo próprio autor.

O evangelho de João registra *quatro* visitas de Jesus a Jerusalém; mas o de Marcos, que é a principal fonte informativa dos evangelhos sinópticos, fala apenas de uma visita declarada, embora os trechos de Mar. 11:2,3 (Mat. 21:2,3) mostrem que ele era bem conhecido nessa região da Palestina, sendo provável que tenha havido mais visitas a Jerusalém que os evangelhos sinópticos não registraram. Os evangelhos não explicam o propósito de sua última visita, exceto que foi para celebrar a páscoa, o que era exigido de todos os homens de Israel. As narrativas se limitam às palavras e feitos de Jesus, sem dar quaisquer notas interpretativas. Talvez os evangelistas tivessem pensado ser um sacrilégio tecer comentários, pensando que as palavras e as ações de Jesus falam por si mesmas. Um espírito de admiração e perplexidade interpenetra nessas narrativas. As idéias que dizem que Jesus subiu a Jerusalém a fim de fazer — uma última tentativa — para estabelecer o reino literal, não estão bem fundadas nos fatos, pois parece perfeitamente claro que Jesus sabia que não sobreviveria a essa visita. O que é certo é que Jesus foi anunciar uma mensagem, caracterizada principalmente pela condenação à dureza de coração das autoridades religiosas, que dificilmente pareciam ainda ser capazes de deixar-se comover por qualquer ensino de Jesus. «*A reserva reverente* é apropriada tanto ao comentarista como aos evangelistas. Só podemos dizer que os acontecimentos redundaram na glória de Deus, e que o próprio Jesus não poderia desejar mais do que isso»

(Sherman E. Johnson, *in loc.*).

Os paralelos deste trecho são Mar. 11:1-11; Luc. 19:28-40 e João 12:12-19. Este é um dos poucos relatos acerca da vida de Jesus, quer se trate de simples incidentes históricos, quer se trate de narrativas sobre milagres ou ensinos, que foram registrados por todos os quatro evangelistas. A exposição aqui oferecida inclui os elementos dos outros evangelhos que não aparecem na narrativa de Mateus.

Lições Espirituais Envolvidas no Incidente:

1. A *resolução de Jesus* em cumprir a sua missão, mesmo em face dos perigos evidentes, foi digna de nota. Ele não foi a Jerusalém meramente a fim de cumprir deveres religiosos. Foi ali a fim de promover a causa de sua missão de origem celestial.

2. A *inconstância* das multidões é algo proverbial. Os mesmos que, dias antes, haviam-no aclamado Rei, já na semana seguinte exigiam a sua crucificação. Os números estatísticos nunca servem de indicação segura de realização espiritual.

3. Os *números* nunca indicam realização ou autenticidade espiritual. Quanto maior o espetáculo, maior a multidão que se reúne para ver. Até mesmo hoje, em muitas igrejas evangélicas, os pregadores pensam que é vantajoso atrair grandes multidões. Pensam que isso evidencia o sucesso de seu trabalho.

4. No caso de Jesus, houve uma genuína *autenticidade* em sua postura real, porquanto havia autoridade espiritual por detrás de sua entrada triunfal em Jerusalém, conforme sabemos, com base em Mat. 21:5: «Eis aí te vem o teu Rei...» Uma predição bíblica se cumpriu nesse evento.

Significação da Entrada Triunfal:

Mat. 21:8: *E a maior parte da multidão estendeu os seus mantos pelo caminho; e outros cortavam ramos de árvores, e os espalhavam pelo caminho.*

Primeiro Domingo de Ramos: três são as principais interpretações sobre a significação da entrada triunfal de Jesus em Jerusalém:

1. Que Jesus tencionava fazer, com esse ato, uma *proclamação messiânica*. — Por muitas vezes, Jesus relutara em revelar os seus propósitos acerca disso, talvez por temer que a verdadeira natureza de tal proclamação viesse a ser mal-entendida, como se fosse uma medida política, com finalidades materialistas. Pouco tempo depois, entretanto, declarou-a abertamente a Pilatos.

2. Outros acreditam que a proclamação veio *por puro acidente* e que Jesus não tivera qualquer intenção de fazer tal proclamação; mas que os discípulos, misturando esperanças terrenas e espirituais, haviam forçado a situação e incitado a multidão; ou então que as próprias multidões juntamente com os discípulos, fizeram tal proclamação, contra os desejos das autoridades religiosas. Esta interpretação tem certo elemento de verdade, se lhe dermos o sentido de proclamação de ambições políticas intencionais. É verdade que Jesus não tinha qualquer intenção de ser rei, no sentido que o povo almejava. Jesus foi sempre um líder religioso, um reformador e um inovador; mas jamais foi um político. Também é verdade que as profecias messiânicas não somente subentendem mas até mesmo exigem ações políticas, mas essa parte das profecias messiânicas pode ser melhor entendida se for aplicada à sua segunda vinda e ao seu reino milenar. Essa distinção, todavia, nunca foi compreendida pelo povo. É verdade que Jesus veio a fim de inaugurar um reino, e que esse reino, necessariamente, incluirá o domínio político. Não obstante, Jesus jamais agiu como mero político. Os conselhos de Deus podem explicar plenamente essas circunstâncias, apesar de não podermos compreender ou reconciliar completamente as ocorrências entre si. Mas, pelo menos, parece que, de conformidade com as exigências dos conselhos de Deus, especialmente que envolve o elemento tempo, Jesus sentia intuitivamente quais as ações exatas que deveria tomar e quais deveriam ser por ele evitadas.

3. Outros acreditam que o cortejo fez, realmente, parte da celebração da *festa dos Tabernáculos*, e que os seguidores de Jesus, transbordados de alegria, tiraram proveito do ensejo para honrá-lo como seu rei e profeta. As profecias indicam que Deus estava por detrás de tudo quanto ocorria, e que isso era um acontecimento necessário na vida de Cristo. O incidente não representou um movimento popular, pois a própria população da cidade ficou quase inteiramente indiferente. Diz Buttrick (*in loc.*): «Os homens continuavam a falar sobre o preço do trigo e acerca da ocupação romana. Não conheceram o *tempo da visitação de Deus* (Luc. 19:44). Alguns esperavam que o Cristo viesse ser um Messias terreno; outros demoraram-se nas proximidades esperando vê-lo realizar um milagre. Talvez alguns poucos tivessem podido apreender a grandeza de sua alma, e talvez tenham sido esses os que estenderam suas vestes à frente dele, conforme de certa feita o povo recepcionou o rei Jeú (ver II Reis 9:13). Provavelmente a maioria das pessoas da multidão que se formou deu pouca atenção ao sentido do hosana!»

ENTUSIASMO

No grego, significa «ter um deus em si mesmo», ou seja, estar debaixo da influência inspiradora de alguma divindade. O sentido comum da palavra, porém, é um sentimento ardoroso, intenso, ardente, que resulta na feitura de alguma coisa com grande zelo. Outras vezes, a palavra é associada à irracionalidade e a pensamentos e atos exagerados. Assim, um *entusiasta* é alguém inclinado a pensamentos e atos ardorosos, algumas vezes bem controlados e dirigidos; mas, outras vezes, o termo indica alguém que age impelido por impulsos dúbios e prejudiciais. Seja como for, os produtores são aqueles que se mostram entusiasmados com aquilo que fazem. E, em alguns casos, pode-se supor que há uma inspiração genuína por detrás desse entusiasmo. Em alguns poucos casos, também podemos pensar que seres espirituais externos, de vários níveis e tipos, podem estar envolvidos no entusiasmo. Nesse caso, o sentido do vocábulo grego cumpre-se de forma literal.

Na história eclesiástica e na teologia, essa palavra tem sido usada, algumas vezes, para referir-se aos movimentos e aos indivíduos carismáticos. E isso tanto em sentido elogioso quanto em sentido zombeteiro. Esses movimentos usualmente frisam um retorno às raízes neotestamentárias, quando o entusiasmo cristão era grande. Esses entusiastas advogavam a renovação dos dons carismáticos. Geralmente tornam-se conhecidos por seu zelo. Tendem por minimizar a importância dos ritos, das cerimônias e dos sacramentos e por dar maior valor às experiências espirituais. Por igual modo, na maioria das vezes (mas nem sempre), eles são antiintelectuais, supondo que somente a revelação divina (através das Escrituras Sagradas, ou através dos dons espirituais, para casos particulares, sem aplicações genéricas) é válida como fonte de conhecimento. Esses supõem que o Espírito Santo inspira todos os tipos de

experiência mística, especialmente aquelas alistadas nos escritos de Paulo, quando se refere aos dons do Espírito.

Na época da Reforma protestante, o termo *entusiastas* foi aplicado a várias seitas que se diziam possuidoras de inspiração divina, como os anabatistas e os schwenkfeldianos (que vide). Dentro do vocabulário de Lutero, o termo é aplicado a todos aqueles que supõem que o Espírito de Deus atua imediatamente, de forma independente das Escrituras e dos sacramentos. Outros movimentos religiosos considerados entusiastas são os swedenborgianos, os quacres e os pentecostais. Ver os artigos separados sobre o *Movimento Carismático* e os *Dons Espirituais*.

ENUMA ELISH

Essas são as palavras iniciais e, portanto, o título de um importante texto cosmológico da Mesopotâmia. Ver os artigos separados sobre *Cosmogonia* e *Cosmologia*.

Essa obra é um antigo mito mesopotâmico sobre os começos da criação, com algum paralelo na narrativa bíblica. Essa obra reveste-se de grande importância quanto à compreensão das idéias cosmológicas dos povos que viviam naquela região, desde as eras mais remotas, embora tenha qualidade inferior a outros textos mais eloqüentes, como os de *Gilgamés*, *Ludlul Bel* e *Nemequi*. As evidências apontam para um fundo comum de idéias acerca das origens. Os paralelos bíblicos do que diz a obra babilônica Gilgamés são mais exatos; mas são de natureza tal que é impossível dizer-se que não há qualquer conexão entre essa obra e certos relatos bíblicos. Quanto a uma pesquisa sobre a questão, ver o artigo separado sobre *Cosmogonia*. Alguns estudiosos argumentam que o relato bíblico tomou por empréstimo elementos daquelas obras babilônicas lendárias e da obra *Gilgamés*, em particular, ao passo que outros asseveram que os informes bíblicos é que foram usados e deturpados. Porém, a verdade mais provável é que um fundo comum de idéias foi usado, de onde se derivam todos esses relatos, bíblicos ou outros. A narrativa bíblica é mais elevada e equilibrada, posta dentro do contexto do monoteísmo, ao passo que os outros relatos são altamente politeístas.

A obra *Enuma Elish* foi escrita em sete tabletes, no dialeto acádico da Babilônia. Era usada nas cerimônias épicas do ritual do Ano Novo, no grande templo de Esagila. Isso significa que tal obra era reputada uma composição sagrada. A versão padrão do texto data do primeiro milênio A.C., embora incorpore outros materiais, posteriores. Cópias desse livro foram recuperadas em Nínive, Assur e Quis. Não se sabe, entretanto, onde essa composição foi originalmente escrita.

Conteúdo:

Primeiro tablete. Vêm à existência os deuses e as forças cósmicas originais. Tiamate aparece como a deusa do mar.

Segundo tablete. Tiamate e os seus monstros preparam-se para a batalha contra os deuses que tinham, como seu grande herói, o deus Marduque (mas outros manuscritos substituem esse deus por Assur).

Terceiro tablete. A assembléia dos deuses predeterminou o resultado da batalha iminente e glorificou a Marduque.

Quarto tablete. Marduque derrotou Tiamate em uma sangrenta batalha e subseqüentemente, dissecou o seu cadáver.

Quinto tablete. Então Marduque atuou como arquiteto criador, trazendo as cores à existência, utilizando-se dos restos mortais de Tiamate.

Sexto tablete. Um dos ajudantes de Tiamate, Kingu, é morto, seu corpo é dissecado e seu sangue é usado para ser criado o homem.

Sétimo tablete. Nesse tablete temos uma lista dos nomes mágicos de Marduque, juntamente com um breve epílogo.

Tal como se dá na maioria das religiões, um *dualismo* original (que vide) arma o palco para uma longa luta. As forças do bem, finalmente, saem-se vitoriosas. Nessa lenda, temos o excelente discernimento de que o próprio mal é transformado em bem, tão grande é o poder do bem. O bem pode proceder até mesmo do mal, o que concorda com o sentimento expresso por Paulo, em Romanos 8:28. (HEI Z)

ENUMERAÇÃO

Na filosofia, essa palavra é usada de duas maneiras principais, a saber:

1. *Definição*. Uma coisa qualquer pode ser definida por uma enumeração de pontos e subpontos. A combinação de todos os pontos e subpontos, pois, torna-se a definição desejada.

2. *Indução*. A indução pode ser realizada mediante a simples enumeração de elementos constitutivos e de fatos que se relacionam a um assunto qualquer. Esse método também se intitula indução perfeita ou completa. Francisco Bacon criticou esse método de investigação, por dar preferência ao *método experimental*.

ENXERTO

No grego, **egkentrizo**. Palavra que aparece por seis vezes, sempre no décimo primeiro capítulo da epístola aos Romanos (vs. 17,19,23 e 24).

Usualmente, faz-se o enxerto de um ramo de espécie vegetal cultivada em uma árvore inculta. Isso pode ser feito em uma planta da mesma espécie, ou em planta de outra espécie ou variedade. A planta que recebe o enxerto chama-se matriz. E o enxerto é a muda. A matriz torna-se a fonte de nutrição da muda; mas esta continua a produzir, segundo seu tipo original, com leves modificações. Assim, a lima pode ser enxertada na laranjeira e o resultado será a laranja-lima; ou vice-versa. O uso que Paulo faz do procedimento aparece em Rom. 11:17-24. Em sua metáfora, ele imaginou que aquilo que era «contra a natureza» (vs. 24), ou seja, a oliveira brava (os gentios), tinham sido enxertados na boa oliveira (o povo de Israel, os beneficiários do pacto abraâmico). Parece que o apóstolo Paulo quis indicar que tal enxerto, no mundo religioso e espiritual, não daria fruto; mas Deus, em seu plano misericordioso, faz esse enxerto funcionar.

Além disso, continuando na mesma linha de pensamento paulino, quando o povo de Israel vier a converter-se, então será reenxertado em sua própria boa oliveira, da qual, por motivo de apostasia, fora arrancado, sendo substituído pelos ramos da oliveira brava. Seja como for, os ramos de oliveira brava, de onde ninguém esperava que houvesse fruição espiritual, tornaram-se frutíferos na Igreja.

ENXOFRE

No hebraico, **gophrith**, no grego, **theion**. O termo

hebraico, derivado de uma árvore, provavelmente indicava a goma produzida pela mesma. Posteriormente, passou a indicar toda espécie de substância inflamável. O termo hebraico ocorre por sete vezes (Gên. 19:24; Deu. 29:23; Jó 18:15; Sal. 11:6; Isa. 30:33; 34:9 e Eze. 38:22). O termo grego deriva-se da idéia de «divino», aparecendo no Novo Testamento por sete vezes: Luc. 17:29; Apo. 9:17,18; 14:10; 19:20; 20:10 e 21:8.

O enxofre é um elemento não metálico, de cor amarela, normalmente encontrado sob a forma de cristais, mole, que se dissolve à temperatura de 113° centígrados. Queima com uma chama azul e produz uma fumaça malcheirosa e sufocante, composta de gás dióxido. Encontra-se na camada rochosa das cúpulas de sal, em leitos sedimentares e em regiões onde há atividade vulcânica, como, por exemplo, em torno do lago de Tiberíades e na Síria, onde o monte Hebrom é um vulcão importante. É possível que sua associação aos vulcões também tenha originado a idéia de que fazia parte do meio ambiente do hades (que vide). Os povos antigos acreditavam que o hades estava localizado sob a superfície do globo terrestre, e que os vulcões penetravam até ele. A alusão em Apocalipse 21:8, do lago que arde com fogo e enxofre, o *lago sulfuroso*, está relacionada a esse conceito. Ver também Isaías 30:33. É possível que a palavra usada em relação ao fogo e ao enxofre, caídos como chuva, em Salmos 11:6, seja uma referência à chuva de matéria ígnea de alguma forte erupção vulcânica. Alguns intérpretes acreditam que a destruição de Sodoma e Gomorra, historiada em Gênesis 19:24, foi devida a uma erupção dessa natureza.

Uso Figurado. A palavra é usada na Bíblia para denotar punição, destruição e julgamento (Deu. 29:23; Jó 18:15; Sal. 11:6; Isa. 30:33; Luc. 17:29 e Apo. 8:17). E, naturalmente, em Apocalipse 21:8, encontramos o lago de fogo e enxofre, destino final dos iníquos. Alguns estudiosos, mesmo em nossos dias, insistem na literalidade do julgamento, mediante fogo literal. Mas, nesse caso, tal fogo nada significaria para as almas imortais. De fato, tentar castigar as almas imateriais com o fogo literal seria como querer atingir o sol com uma pedrada. Ou dizer que essas almas receberão corpos físicos, de tal modo que possam sentir os efeitos consumidores das chamas literais, expõem uma idéia por demais ridícula para lhe darmos atenção séria. Os trechos de Efé. 1:10 e I Pedro 4:6 fornecem-nos um ponto de vista são e equilibrado do destino final dos perdidos. (NTI S Z)

EPAFRAS

Esse nome provavelmente é uma contração de *Epafrodito*, que significa *belo, encantador*. Ele foi um importante mestre da igreja cristã de Colossos, a quem Paulo chamou de «nosso amado conservo» e de «fiel ministro de Cristo» (Col. 1:7 e 4:12). Com base na epístola de Paulo a Filemom, parece que Epafras foi aprisionado juntamente com o apóstolo dos gentios, em Roma. O trecho de Colossenses 1:17 pode sugerir que Epafras foi o fundador da igreja cristã em Colossos. Mui provavelmente ele foi o instrumento da proclamação do evangelho nas três cidades frígias de Colossos, Hierápolis e Laodicéia, tendo levado o ministério apostólico até àqueles lugares, na ausência de Paulo. Ver as referências a Epafras em Col. 1:7,8; 4:12,13; File. 23. Não devemos confundir Epafras com o Epafrodito da igreja de Filipos (Fil. 2:25; 4:18). Talvez fosse, originalmente, um convertido de Paulo, durante o tempo de seu ministério em Éfeso, segundo se vê em Atos 19:10. E então tornou-se assistente de Paulo, na propagação da mensagem cristã nas cidades circunvizinhas.

Uma das coisas destacadas nas menções de Paulo a Epafras é o fato de que ele levava avante um fervoroso ministério intercessório pelas igrejas do vale do rio Lico (Col. 4:12,13), o que significa que era homem dedicado à oração, e não apenas um homem de ação. Esses dois fatores não se excluem necessariamente.

EPAFRODITO

No grego, «encantador», «belo». Foi um mensageiro da igreja de Filipos para o apóstolo Paulo, quando este encontrava-se em Roma, passando necessidades. A igreja cristã de Filipos enviou Epafrodito a Roma, levando ofertas a Paulo que, provavelmente, constituíram tudo quanto ele ganhou enquanto estava ali. Ver Fil. 2:25-30 e 4:18. Esse nome grego é o equivalente ao latim *Venustus*, que significa «pertencente a Vênus», o que, mui provavelmente, indica que ele era um gentio, e não de origem judaica. Alguns identificam-no com o Epafras (que vide) de Col. 1:7 e 4:12 (cujo nome é uma contração de Epafrodito), mas não há qualquer evidência em favor dessa conjectura.

O fato de que ele foi comissionado para entregar ofertas enviadas pela igreja de Filipos a Paulo indica que ele era um dos líderes da igreja dali, embora não saibamos dizer se ele era pregador do evangelho. Chegando em Roma, Epafrodito adoeceu e esteve à beira da morte. A cansativa viagem talvez tenha sido um fator contribuinte, tendo enfraquecido a sua resistência, pois as viagens, na antigüidade, eram perigosas e cansativas. Em Filipenses 2:30, Paulo diz que Epafrodito «se dispôs a dar a própria vida», a fim de desincumbir-se de sua missão em favor de Paulo. Recuperou-se lentamente e foi enviado de volta a Filipos. Paulo enviou a epístola aos Filipenses pelas mãos de Epafrodito, o que é uma interessante informação histórica. A epístola aos Filipenses, pois, é uma espécie de expressão de agradecimento missionário, embora, como é claro, Paulo tenha aproveitado a oportunidade para escrever uma missiva repleta de instruções, algumas delas positivas e outras corretivas. Paulo chamou-o de «irmão», de «cooperador» e de «companheiro de lutas» (Fil. 2:25), descrições essas que parecem indicar que ele era pregador do evangelho, — e não apenas um mensageiro da igreja. Um bom sinal de um servo autêntico de Cristo é que ele chega a arriscar a própria vida a fim de realizar a sua tarefa. A vida de um crente assim é usada e desgastada no serviço do Senhor. Jesus ensinou que o discipulado cristão requer que o indivíduo perca a sua própria vida, a fim de encontrá-la (Mar. 8:35).

EPAGOGE

Esse termo português deriva-se do grego diretamente e tem o sentido de «trazer», embora seja substantivo, e não verbo. Os filósofos gregos usavam essa palavra com o sentido de «indução». Os exemplos de indução, por isso mesmo, algumas vezes são chamados de *silogismos epagógicos* ou *demonstrações epagógicas*.

EPÊNETO

No grego, «louvado». Um crente que residia em Roma (ou na Ásia Menor, se o décimo sexto capítulo da epístola aos Romanos originalmente foi uma pequena epístola enviada à Ásia Menor). Epêneto foi uma das pessoas para quem Paulo enviou saudações

especiais. Ver Rom. 16:5. Ele foi o primeiro convertido na Ásia Menor. Alguns dizem ali *Acaia*, mas isso representa uma variante inferior. Comparar com I Cor. 16:15, que deve ter originado a variante «Acaia», em Rom. 16:5. Seu nome aparece depois dos de Priscila e Áquila, o que pode sugerir que, juntamente com eles, ele era um dos líderes da igreja local da Ásia Menor (ou de Roma?) Talvez ele tenha sido convertido por instrumentalidade de Priscila e Áquila, antes que Paulo tivesse retornado a Éfeso (ver Atos 18:27). É possível que Epêneto fosse natural de Éfeso; e muitos estudiosos pensam que o último capítulo da epístola aos Romanos pode ter sido originalmente endereçado àquele lugar. Esse problema é amplamente tratado no artigo sobre a epístola aos Romanos, em sua oitava seção, *Integridade da Epístola*. Essa seção incorpora os nomes de vinte e cinco pessoas. É possível que Paulo conhecesse pessoalmente muitos dos membros da igreja romana, pelo que pôde dirigir-se a eles pessoalmente, embora nunca tivesse estado ali. E, nesse caso, não pode ter sido o pai espiritual da igreja daquela cidade?

Seja como for, Epêneto foi chamado de «querido», por Paulo, o que subentende um forte amor cristão e uma amizade que vinha sendo cultivada por algum tempo. E outro tanto poderíamos supor no caso de outras pessoas, que aparecem nessa mesma lista.

EPÍCLESIS

Esse é o título da petição feita durante a anáfora (que vide), ou seja, a porção principal da cerimônia da eucaristia. Nessa petição, solicita-se ao Espírito Santo que desça sobre os elementos, transformando-os no corpo e no sangue de Cristo. Segundo a Igreja Oriental Ortodoxa acredita-se que essa petição é atendida no momento em que é proferida. Nesse instante ocorreria a transformação. Os católicos romanos, em contraste, supõem que essa transformação ocorre somente quando o padre oficiante profere as palavras da consagração. A maioria dos teólogos ortodoxos acredita que tanto as palavras de consagração quanto a *epíclesis* são essenciais.

A origem da *epíclesis* é obscura. Tem havido muitos debates a respeito, sem qualquer resultado definitivo. No Livro de Orações de 1549, da Igreja Anglicana, o arcebispo Cranmer (que vide) inseriu uma epíclesis (do Espírito e da Palavra) antes das palavras dominicais; mas, em 1552 e em 1662, essas palavras foram omitidas. No entanto, revisões anglicanas posteriores retiveram a petição. O rito temporariamente autorizado pela Igreja Anglicana, em 1967, não inclui a *epíclesis*. (C E)

EPICTETO

Suas datas foram 60 e 138 D.C. Foi um filósofo grego; nasceu em Hierápolis; frequentava conferências feitas pelos filósofos estóicos, especialmente aquelas de Musonius Rufus, um dos melhores filósofos estóicos romanos. Epicteto começou sua carreira de mestre de filosofia quando ainda era escravo em Roma. Então foi libertado, continuou ensinando em Roma e, mais tarde, foi expulso, juntamente com todos os outros filósofos, pelo imperador romano Domiciano, em 90 D.C. Em seguida foi para o Épiro, onde se devotou ao estudo e ao ensino. Um de seus alunos, Flávio Arriano, registrou o material ensinado por Epicteto e grande parte desse material sobrevive até hoje.

Idéias:

1. **A única atividade realmente importante em que** um homem pode ocupar-se consiste em conduzir-se de modo ideal. A conduta humana ideal alicerça-se, essencialmente, sobre a descoberta de que no homem há um grande poder de controle e também, sobre a descoberta de nossas inadequações, às quais devemos ajustar nossos atos e atitudes. Essa posição exprime o típico *estoicismo* (que vide).

2. O que somos capazes de controlar não é aquilo que acontece, mas os tipos de atitudes que assumimos diante dos acontecimentos. O ser humano pode ceder diante da tristeza e de outras reações negativas, ou então pode triunfar dentro de si mesmo. Os estóicos costumavam dizer que se uma esposa amada falecer, ou se alguém deixa cair no chão um vaso de barro e ele quebra-se, tudo dá na mesma coisa. Ambos os eventos são simplesmente inevitáveis. Esses acontecimentos poderão entristecer-nos ou poderemos ficar indiferentes diante dos mesmos; e essa é a única coisa que somos capazes de controlar. Assim, a vontade do homem é de natureza tal que pode resistir a todas as reações negativas. Porém, um homem fraco é aquele que *prefere* deixar-se abalar pelos acontecimentos.

3. A racionalidade humana é uma manifestação divina dentro dele. A racionalidade do homem segreda-lhe que ele é um companheiro dos deuses. Assim, apesar de um homem ser membro da humanidade, dentro dos limites de países e cidades, ele também é um membro da comunidade dos deuses. Isso posto, quando o homem percebe a elevada estatura que tem, não se preocupa com as coisas externas, com as inquirições materiais, com as vantagens deste mundo, etc. Nenhum acontecimento é capaz de abalá-lo. O homem está acima de todas as vicissitudes. Preciosa doutrina a de Epicteto. Mas, quem pode agir desse modo, sem ajuda do Espírito de Deus?

4. Deus, em última análise, é quem dirige todas as coisas. Ver sobre o *Determinismo*. Os estóicos defendiam a idéia de um determinismo absoluto. Portanto, aquilo que sucede, acontece por motivo de necessidade. Inútil é o homem lutar contra a vontade de Deus; portanto, a paz vem quando aplicamos a atitude de apatia diante dos acontecimentos desagradáveis, bem como a atitude de tranqüilidade diante dos acontecimentos desejáveis. Há paz para aquele que confia de modo absoluto na vontade de Deus.

O estoicismo, tal como o antigo judaísmo, mostrava-se inadequado quanto às causas secundárias. Portanto, eles lançavam a culpa de tudo sobre o princípio divino, que permeia a todas as coisas. Cícero se considerava um bom estóico, até que uma sua filha, de cerca de vinte anos, a quem ele muito amava, faleceu. Foi preciso muito tempo para ele recuperar sua postura tipicamente estóica. Cícero ficou arrasado. E quanto aos cristãos? Paulo diz que nos *entristecemos*, mas não como os demais, «que não têm esperança» (I Tes. 4:13). Portanto, ele mostrou-se mais realista que os estóicos. Um autômato seria um perfeito estóico, mas não um ser humano! Mas, se o crente não pode ficar indiferente diante das desgraças que lhe sobrevêm, ele sabe que, no tempo certo, tudo será devidamente sanado e compensado pelo Senhor. E, mais tarde, Paulo ainda pôde perceber uma esperança mais profunda. Dentro da doutrina da *restauração* (que vide) ele percebeu que todos, afinal, devido à beneficente vontade de Deus, podem ter esperança. Ver Efé. 1:9,10 quanto a essa esperança. Por esse ângulo, pois, a confiança dos estóicos parece estar justificada. A longo termo, *a vontade de Deus* opera em favor de *todos* os homens, fazendo valer a missão de Cristo entre os homens, embora em mais de um nível. Por conseguinte, podemos descansar na vontade de Deus, em meio às piores tempestades da

vida. Acreditamos que a bondade de Deus está solidamente alicerçada sobre o determinismo e que até mesmo a sua ira é manifestação de seu amor. Ver o artigo sobre a *Predestinação*.

5. Deus está em tudo e em todos os lugares. Ele permeia a natureza inteira. A sua vontade é que faz todas as coisas existirem e expressarem-se. Deus não incorre em equívocos. Para o crente, aí está a nossa confiança.

6. Cada ser humano tem um papel específico a desempenhar na vida, uma missão especial, só sua. Isso também é absolutamente controlado pela vontade do Senhor. Epicteto usava a palavra *pessoa* a fim de referir-se ao indivíduo, ao desempenhar o seu papel. Esse vocábulo acabou entrando na legislação romana, retendo o sentido que Epicteto lhe conferira.

7. A *felicidade* dependeria da vontade humana e, mais especificamente, de como o homem reage diante dos acontecimentos, e não dos acontecimentos em si mesmos. Um homem é tão feliz quanto quiser sê-lo. As coisas externas não têm qualquer importância quanto a essa questão. O indivíduo feliz é aquele que é dotado de uma mente satisfeita consigo mesma. Epicteto acreditava que Deus cuida dos homens e que o caos não vem da parte de Deus. Portanto, um homem pode ter uma mente satisfeita, se depender dessa confiança.

8. Todos os homens são filhos de Deus, pelo que deveriam amar-se uns aos outros. O cristianismo não concorda com a primeira parte dessa avaliação, senão de maneira qualificada; mas concorda com a segunda parte — todos deveríamos amar-nos mutuamente, porquanto todos pertencemos à mesma raça adâmica!

Escritos. Discursos de Epicteto e *Encheirídion* ou seja, «Manual», onde Epicteto sumariou os ensinos em seus *Discursos*.

Há alguma evidência no sentido de que Epicteto foi influenciado pela mensagem de missionários cristãos contemporâneos. Ele se considerava um missionário enviado a homens de baixa condição. Ele sabia como esses homens sofrem, com base em seu próprio passado como escravo. Seu famoso lema era: «Suporta tudo e renuncia». Era com uma atitude assim que ele enfrentava este mundo tão duro. Um sábio preocupa-se com sua liberdade e contentamento internos, e não com acontecimentos tempestuosos no mundo exterior. O indivíduo precisa desempenhar bem o seu papel neste mundo. Ele precisa ser uma *pessoa*. E uma pessoa, ao desincumbir-se do papel que lhe foi conferido, poderá atingir o estado de felicidade interna.

EPICURISMO

Esse sistema filosófico antigo foi descrito com abundância de detalhes no artigo intitulado *Escolas Filosóficas do Novo Testamento*. Essa filosofia era comum no império romano, durante e depois da era apostólica. Foi fundada por *Epicuro* (que vide) que viveu entre 342 e 270 A.C. A leitura desses dois artigos conferirá ao leitor uma perfeita compreensão da filosofia envolvida.

EPICURISMO (ESBOÇO HISTÓRICO)

Podemos traçar a história dessa escola filosófica através de seis pontos:

1. No começo houve apenas a escola de Epicuro (que vide), que começou em Atenas, em 306 A.C.

2. Houve os sucessores de Epicuro, Hermarco e Polistrato; e então seguiram-se vários outros.

3. No século I A.C., um certo número de filósofos adotou essa filosofia, em parte, por propósitos específicos, ou como um grupo. Entre esses filósofos poderíamos citar Lucrécio, Filodemo e Asclepíades (ver os artigos a respeito deles). Foi salientada a abordagem empírica ao conhecimento, conforme também se via no deísmo de Epicuro. Cícero (que vide) misturava o epicurismo com o estoicismo e outros sistemas (como noções de Aristóteles e de Platão), o que significa que era um pensador muito *eclético*.

4. Nos séculos II e III D.C., Diógenes de Oinoanda (que vide) e Diógenes (que vide) utilizaram-se e promoveram a ética de Epicuro.

5. Nos séculos XV e XVI surgiu uma forma de epicurismo cristão, dentro das filosofias de Lorenzo Valla e de Erasmo (que vide). A ética era o fator mais enfatizado. Thomas More (que vide) fazia da ética de Epicuro a base mais importante de sua *Utopia*.

6. No século XVII houve um forte reavivamento do interesse pelo *atomismo*. Os filósofos Berigard, Gassendi e Maignan (ver os artigos sobre eles) foram os principais pensadores envolvidos nessa atividade.

EPICURO

Ver o artigo separado intitulado *Escolas Filosóficas do Novo Testamento*, onde damos informações essenciais sobre *Epicuro* e suas idéias e onde também mostramos como o seu sistema cresceu em importância e tornou-se um dos grandes movimentos na *história das idéias*.

Epicuro foi um filósofo grego. Nasceu na ilha de Samos. Foi influenciado por *Demócrito* e pelos *atomistas* (ver os artigos a respeito). Ele iniciou a sua escola filosófica em Atenas, no ano de 306 A.C. Contava com um grupo de estudantes que o ajudavam no ensino. Ensinava e vivia uma maneira simples e mesmo austera de viver, enfatizando os prazeres mentais, e não os prazeres físicos. Tinha muitos discípulos, tendo-se tornado muito popular. As fontes informativas antigas descrevem as multidões que ele atraía.

Idéias:

1. O seu cânon era uma alusão à sua **gnosiologia**, constituindo uma das três divisões em que ele dividia a sua matéria. As outras divisões eram a *metafísica* (atomismo) e a *ética*. O ponto de partida de todas as suas considerações eram os cinco sentidos físicos humanos, que ele pensava serem capazes de outorgar-lhe os *fatos*. Rejeitava as especulações metafísicas e era um *deísta*, no tocante à divindade. Segundo Epicuro, os deuses talvez existam; mas, se existem, podemos ter a certeza de que não se interessam por nós. O *deísmo* (que vide) admite que alguma força ou forças divinas trouxeram as coisas à existência; mas também pensa que essas forças mostram-se indiferentes para com o homem e sua vida, exceto que estabeleceram leis naturais para controlar os acontecimentos. Mas nem coisas boas e nem coisas más sucederiam aos homens por causa de Deus ou dos deuses.

2. À percepção dos sentidos, a pessoa deve adicionar a analogia e a elucidação, ou explicação, incluindo a não contradição. Epicuro não se importava muito com explicações finais, mas somente com a vida diária, prática, ou seja, com questões de *ética* (que vide).

3. O *atomismo* (que vide). Era conveniente para Epicuro adotar a teoria atômica de Demócrito, a fim de contar com um apoio metafísico para a sua teoria

do conhecimento e da ética. Se pudéssemos explicar todas as coisas em termos de partículas físicas chamadas *átomos* (isto é, partículas tão pequenas que não podem ser divididas), então não teríamos de incluir os deuses em nossas considerações, na tentativa de explicar as operações do universo. Os átomos seriam elementos não compostos, sem qualquer espaço interior. Nisso, Demócrito estava equivocado, conforme a física moderna tem demonstrado sobejamente. Mas, segundo ele, os átomos variariam indefinidamente quanto às dimensões e ao formato, embora não infinitamente, embora exista um número infinito de átomos de todos os formatos. Os átomos existiriam dentro de um vazio infinito (seu nome para o *espaço*). Os movimentos seriam possíveis devido a esses vazios e não porque, dentro dos átomos, movem-se em círculos as partículas componentes, conforme se vê na moderna teoria atômica. Mas, voltando a Demócrito, a realidade básica consistiria em espaço (o vazio) e o átomo, sendo inútil descer a especulações metafísicas que postulem mais do que isso. Para Epicuro, se existe tal coisa como a alma (e ele não aceitava a noção da sobrevivência da alma ante a morte física), essa também deveria estar envolvida no sistema dos átomos e do vazio. Os átomos estariam em perpétuo movimento dentro do vazio. Esse movimento seria *para baixo*. E teriam a curiosa capacidade de dar *guinadas*, sem qualquer causa aparente. Essas guinadas produziriam a colisão dos átomos. Quando os átomos colidissem, começariam a rodopiar. É nesse movimento de rodopio que todas as coisas se formam. Todas as coisas aconteceriam pela mais pura chance.

4. *Epicuro* aplicava o princípio do *acaso* (conforme seria visto nos movimentos dos átomos), à vida inteira e a todas as coisas vivas. Ele considerava que coisa alguma está determinada; e assim negava um princípio fundamental da doutrina dos estóicos. O homem seria livre para fazer o que bem quisesse e os deuses nunca interfeririam. O futuro poderia ser moldado através daquilo que resolvemos fazer. Logo, deveríamos viver livres do temor do que os deuses possam estar preparando para nós.

5. A *alma* e a *mente* seriam concentrações de átomos minúsculos e rápidos de tipo especial, mas não seriam imateriais. Os átomos formadores da alma existiriam disseminados por todo o corpo, embora os átomos vinculados à racionalidade se encontrem na região peitoral. Portanto, o homem teria qualidades de alma como a razão e as emoções, enquanto vive. A morte física, entretanto, desintegraria todos os átomos, pelo que também a alma deixaria de existir. Todos os átomos exigiriam a proteção do corpo para preservarem suas concentrações específicas. É assim, quando o corpo morresse, cessariam todas as concentrações.

6. *A percepção*. Os corpos compostos projetariam imagens (*eidola*), as quais impressionam os nossos cinco sentidos físicos. O equívoco era explicado pelas colisões entre essas imagens, antes delas chegarem à atenção do observador. Epicuro acreditava na existência dos deuses (ou do princípio da *divindade*), porque nos homens há uma profunda crença neles, o que deveria originar-se da *eidola* em operação, visto que a percepção dos sentidos seria a nossa única maneira de chegar a conhecer as coisas. Quando sonhamos, podemos perceber mais claramente as *eidola* divinas; mas, quando estamos despertos, essas impressões confundem-se com as impressões da vida diária, o que obscurece aquelas.

7. *O divino*. Não nos prejudicaria em coisa alguma admitir a existência do *princípio divino*. Somos prejudicados a partir do instante em que, erroneamente, descrevemos a natureza dos deuses. Quando os misturamos com as — vidas humanas —, tornamo-los objetos de nosso respeito e temor, então criamos alguma filosofia prejudicial. A divindade também seria atômica, como todo o resto da natureza e podemos supor que as coisas e as entidades divinas vivem na mais perfeita felicidade. Porém, não teriam motivo algum para interessar-se pelos homens, e nem fazem a vida humana tornar-se miserável. Em outras palavras: *deísmo* puro.

8. *Felicidade*. Ser feliz é o grande alvo da vida humana. Isso seria obtido por meio dos prazeres, embora não do tipo físico, sensual. Há informações no sentido de que Epicuro sofria dificuldades estomacais, pelo que mostrava-se cauteloso quando se tratava de satisfazer seus apetites físicos. É possível que, se não sofresse dessa mazela, tivesse promovido o puro hedonismo (que vide). Seja como for, a felicidade é melhor conseguida em meio à *ataraxia*, isto é, o estado de tranqüilidade. Não devemos forçar demais as coisas; nem ser muito gananciosos. Antes, cumpre-nos satisfazer-nos com as coisas simples da vida, enfatizando os prazeres mentais, e não os físicos. É melhor o homem viver imperturbado do que excitado. A prudência deveria impelir-nos em todos os nossos empreendimentos. Asseverava ele: «Não podemos viver agradavelmente sem viver sábia, nobre e retamente». O verdadeiro prazer não consistiria nos deleites sensuais, mas no bem mais elevado de cada indivíduo. Ele valorizava a amizade e os prazeres mentais, os quais eram considerados como os maiores fatores promotores do bem de cada indivíduo. No campo da amizade, não devemos buscar os prazeres crassos, que usualmente prejudicam a outras pessoas.

Escritos. *Sobre a Natureza* (originalmente existia em 37 volumes, dos quais restam apenas nove); *O Cânon* e *Cartas* a vários indivíduos. Cerca de trezentas obras têm sido atribuídas a ele, mas a maioria não é de sua autoria. (AM BE E EP)

EPIFANIA

Transliteração de uma palavra grega que significa «manifestação». Esse é o nome da festa religiosa celebrada a 6 de janeiro, comemorando a manifestação de Deus em Cristo, por ocasião da *encarnação* (que vide). Na Igreja Oriental originalmente era a festa da natividade, conforme continua sucedendo entre os armênios. Nesse segmento da cristandade, agora essa festa comemora, primariamente, o batismo de Jesus. E, na Igreja Ocidental, celebra a visita dos *magos* (que vide).

O termo grego, dentro do contexto politeísta, falava sobre a suposta manifestação dos deuses, em certos homens, especialmente aqueles que se destacam nos campos da religião, da política e da guerra. Assim, temos o notório Antíoco IV Epifânio, que presumivelmente foi um homem dotado de poder divino a impulsioná-lo. Também temos a filosofia grega da religião epifânica, que supunha que a divindade manifestava-se em todas as coisas, formando uma espécie de religião natural, sem quaisquer revelações específicas. Essas coisas antecipam, mas não duplicam a verdadeira *epifania* ou «manifestação» de Deus em Cristo, por meio de quem Deus tornou-se conhecido. Ver João 1:18.

A mais antiga alusão a essa festividade nos é dada por Clemente de Alexandria, já nos fins do século II D.C., em *Stromata* 1.146. Essa referência informa-nos de que certos cristãos gnósticos observavam a data

de 6 ou 10 de janeiro, em comemoração ao batismo de Jesus. Portanto, nesse caso, a palavra «manifestação» poderia referir-se à manifestação do Espírito Santo, ou então a de Jesus Cristo, em seu ministério público.

Não sabemos quando essa festividade foi adotada pela Igreja Oriental; mas, no século IV D.C., veio a ser universalmente comemorada ali, relembrando o nascimento, o batismo e o primeiro milagre de Cristo, este último efetuado em Caná da Galiléia. Igualmente no século IV D.C., embora ligeiramente mais tarde, essa festividade começou a ser observada na Igreja Ocidental em conexão com a natividade, isto é, a 25 de dezembro. Por sua vez, mais ou menos na mesma época, o Natal, que começou a ser observado no Ocidente, também começou a ser observado no Oriente. Entretanto, a Igreja Armênia não adotou esse costume ocidental. O Ocidente associava a visita dos magos com a epifania. Jesus, o Cristo, revelou-se tanto aos judeus quanto aos gentios. Essa foi a sua *epifania*, ou «manifestação». As liturgias orientais mantêm, até hoje, a tríplice comemoração, mas a lição do evangelho, associada à mesma, no que toca ao batismo, representa a observância original (gnóstica). A Igreja também combina com essa comemoração a chamada *bênção das águas*, das fontes, dos mananciais, dos rios, dos lagos e dos mares.

Não há como fixar datas acerca de qualquer dos vários elementos (antigos acontecimentos) da festa da epifania. É provável que datas fixas competissem com feriados pagãos. Em Alexandria, uma festa que durava uma noite inteira celebrava o nascimento do deus Aeon, a qual, por sua vez, parece ter estado ligada à observância ainda mais antiga do solstício do inverno dos egípcios e aos ritos de Osíris, associados às enchentes anuais do rio Nilo. Também há lendas que narram como as fontes de água misteriosamente manavam vinho, a 5 e a 6 de janeiro. Um santuário envolvido com essa crença foi descoberto pelos arqueólogos, em Gerasa (que vide), que modernamente se chama Jerash, uma das dez cidades da Decápolis (que vide). Uma igreja cristã foi edificada nesse local, no século IV D.C.

Durante a Idade Média, a Igreja Ocidental celebrava o advento dos magos com peças teatrais que falavam em milagres. Essa prática sobreviveu na Inglaterra até o período elizabetano, onde passou a ser a conclusão das celebrações natalinas. Os ingleses chamavam aquele dia de «décima segunda noite», porquanto ocorria no décimo segundo dia de celebrações. Shakespeare usou esse título para dar nome a uma de suas peças, —que é sempre encenada no dia da epifania. (AM C E)

EPIFANIA

Hoje, o dia da epifania,
Que alegria, que esperança,
Que mensagem nova ela traz?

Coros celestes, em alegre cântico,
Montes, vales ressoam, ecoando,
Os humildes habitantes da terra cantam alegres.

6 de janeiro, o dia certo? só por grande acaso;
Para mim, saber o dia não aumentaria sua glória.

Sábios orientais, trouxeram-Lhe ricos presentes,
E para eles, por sua vez, foi mostrado o Grande Rei.

Alguns julgam-nos «reis», e outros dizem que eram «três»;
Detalhes, como esses não me são importantes.

Sua importância, a aura que agora desce sobre meu cérebro,
É o sentido histórico, retratado na escolta no deserto:

Epifania.
Cristo, por muitos séculos cansativos oculto,
Agora, aos gentios humildes é revelado.

(Russell Champlin ao meditar, a 6 de janeiro de 1973, sobre o sentido da *manifestação*, isto é, da Epifania).

EPIFÂNIO

Suas datas foram 315-403 D.C. Foi bispo de Constância (Salamina), capital da ilha de Chipre. Foi eleito para esse ofício em 367 D.C. Tornou-se conhecido por sua violenta perseguição contra qualquer forma de heresia que ele encontrasse (ou imaginasse haver encontrado). Opunha-se amargamente aos ensinos de Orígenes (que vide). Seu escrito mais proeminente foi o *Panarion*, uma espécie de antigo *Caos dos Cultos*, onde combatia os erros doutrinários de sua época. Ali ele descrevia e refutava cerca de oitenta sistemas que ele considerava heréticos. Essa obra existe até hoje, juntamente com o seu *Ancoratus*, uma obra sobre doutrinas cristãs. Ele atacava àqueles que dessem apoio a qualquer forma de ensino que ele combatia, como o bispo João, de Jerusalém, e o monge ocidental Tirânio Rufino, que simpatizava com Orígenes.

Pouco antes de sua morte, ainda na prática da sua obsessão hostil, ele esteve em Constantinopla a fim de denunciar João Crisóstomo (que vide) por haver favorecido os origenistas. — João Crisóstomo não concordava com a doutrina deles, mas, visto que estavam sendo perseguidos, agia com humanidade para com eles. Epifânio, em contraste, gostava de perseguir ao próximo, incluindo àqueles que exerciam bom senso, em defesa dos direitos humanos. Porém, uma severa reprimenda do patriarca Crisóstomo anulou os planos de Epifânio, que estava se intrometendo onde não era chamado. E Epifânio morreu na viagem de volta a Chipre.

Talvez a maior contribuição de Epifânio tenha sido o seu livro sobre as heresias, porquanto, de outra sorte, nunca teríamos recebido informações sobre certos movimentos religiosos do passado. Porém, quanto a vários casos, não há como confirmar se o seu relatório era veraz ou preconcebido. Os caçadores de heresias usualmente exageram muito e não são bons repórteres.

O Exemplo Contrário. Algumas pessoas têm, como seus heróis, figuras como Epifânio, imitando-os com deleite. Tenho minhas dúvidas quanto a essa atividade destroçadora, como uma atitude contrária à lei do amor. Até mesmo quando criticamos doutrinas e sistemas com os quais não concordamos, sem importar quão fortes sejam os nossos sentimentos em contrário, deveríamos agir no espírito de instrução e de amor cristão. Quando não fazemos assim, mas exibimos ódio e espírito contencioso, tornamo-nos piores do que os erros (verdadeiros ou supostos) que atacamos. Na verdade, muitos desses ataques estão baseados no orgulho, na altivez de espírito e no exclusivismo, e não na verdade. Todas as denominações da Igreja cristã atacam-se umas às outras, para nada dizermos a respeito das religiões não-cristãs. Toda essa atividade de combate não passa de um grande escândalo religioso. A prova da espiritualidade é o amor, e não quão combativos somos. Paulo recomendou a Timóteo: «Ora, é necessário que o servo do Senhor não viva a contender e, sim, deve ser brando para com todos, apto para instruir, paciente; disciplinando com mansidão os que se opõem, na

expectativa de que Deus lhes conceda não só o arrependimento para conhecerem plenamente a verdade, mas também o retorno à sensatez...» (II Tim. 2:24-26). (AM E)

EPIFÂNIO, ANTÍOCO IV

Ver sobre **Antíoco IV Epifânio.**

EPIFENOMENALISMO

Ver o artigo geral sobre o *Problema do Corpo-Mente*, que inclui o epifenomenalismo como um dos seus elementos. A palavra «epifenomenalismo» vem do grego *epi* (sobre) e *phainómenon* (aparição). Portanto, um epifenômeno é uma *aparição lateral*, algo incidental no tocante a um outro fenômeno qualquer. O termo indica a idéia de que a consciência — bem como os fenômenos psíquicos — é meramente incidental dentro dos processos neurológicos, pelo que também não têm existência separada, como se dá com a alma imaterial, que tem existência própria. Em outras palavras, essa doutrina é uma tentativa de explicação dos chamados fenômenos mentais, por parte de pensadores materialistas. Assim, eles negam que os eventos mentais existam à parte de causas físicas. Porém, quanto mais aprendemos acerca da personalidade humana e suas potencialidades, menos aceitamos idéias dessa ordem. A própria ciência moderna, através da parapsicologia (que vide), além de fenômenos como aqueles que se verificam nas *experiências perto da morte* (que vide), vem-se manifestando cada vez mais em favor do *dualismo*: o ser humano é um composto de uma parte material e de outra imaterial (a alma). A mente existe e tem a capacidade de produzir fenômenos físicos. A matéria existe e pode ser afetada pelas substâncias imateriais. Ver o artigo geral sobre a *Alma*.

EPIFI

Esse era o nome do décimo primeiro mês do calendário egípcio. Ver o artigo geral sobre *Calendário*. Corresponde ao período de 25 de junho a 24 de julho do nosso próprio calendário. O livro de III Macabeus diz que os judeus, no Egito, deveriam ser destruídos, por ordem do monarca Ptolomeu IV Filopater (221-203 A.C.), durante um período de quarenta dias, desde o dia 25 do mês Pacon (que corresponde aos nossos 26 de abril e 25 de maio) até o quarto dia do mês Epifi. A matança dos judeus deveria ocorrer entre os dias cinco e sete do mês Epifi (III Macabeus 6:38). Mas, ainda de acordo com esse livro, uma série de eventos miraculosos, criados por intervenção divina, livrou os judeus da extinção no Egito. (Z)

EPISCOPAL (Membro da Igreja Anglicana)

No artigo intitulado *Igreja da Inglaterra (Anglicana)*, fornecemos informações gerais sobre esse assunto. A isso adicionamos algumas observações que completam o que dissemos no artigo *Episcopado*.

I. Caracterização Geral

O termo **episcopal** é um vocábulo amplo, que pode indicar qualquer pessoa que acredita que o governo tipo episcopal é o único tipo de governo eclesiástico determinado por Deus, ou, pelo menos, é o melhor entre vários tipos de governo eclesiástico. Entre esses poderíamos incluir os antigos católicos, os católicos romanos, os ortodoxos orientais, a Igreja Anglicana e alguns grupos protestantes.

II. Dentro do Contexto Anglicano

1. *Os Eclesiásticos da Alta Igreja*. Esses são aqueles que querem ser chamados *católicos*, julgando que a Igreja Católica Romana não é a única proprietária legítima do termo. Esses salientam que a congregação judaica contava com três ordens em seu ministério: o sumo sacerdote, os sacerdotes e os levitas. Eles pensam que deveria haver um paralelo exato entre esse sistema judaico e a economia do Novo Testamento, por meio de três ordens eclesiásticas: bispo, padre e diácono. Essa opinião é mantida embora a própria Bíblia não estabeleça esse paralelismo. Assim, eles acreditam no episcopado como o governo eclesiástico próprio do Novo Testamento. Quase todos eles acreditam, igualmente, na idéia da sucessão apostólica (que vide) e, por igual modo, na presença real de Cristo, em corpo e sangue, nos elementos da eucaristia ou Ceia do Senhor. Além disso, quase todos esses grupos acreditam na regeneração batismal. E, talvez um ponto que não deve ser esquecido é que esses grupos não vêem a Igreja como um organismo espiritual (composto de crentes regenerados, já na glória ou ainda militando na terra), mas somente como uma organização religiosa na terra. Daí o seu temor em relação à fragmentação organizacional. Se vissem a Igreja como um organismo espiritual, aceitariam como conseqüência lógica, a sua unidade. Nesse sentido espiritual, a Igreja não sofrerá, jamais, fragmentação, mas ela é o corpo único do Cabeça único, que é Jesus Cristo. Ver Efésios 4:15,16. Conforme pode ser deduzido, esses grupos são anglo-católicos(que vide). Muitos deles estão aguardando a reunião com a Igreja Católica Romana, pensando que isso seria uma medida proveitosa e desejável.

2. *Os Eclesiásticos da Igreja Baixa*. Esses outros também acreditam que o episcopado é, no mínimo, a melhor forma de governo eclesiástico, mesmo que não seja a única forma aceitável. Esses grupos talvez falem em «regeneração batismal». Porém, quando suas idéias são submetidas ao mais profundo escrutínio, verifica-se que eles não crêem em qualquer forma reconhecida dessa doutrina errada. Muitos deles são batistas, evangélicos quanto à sua postura doutrinária, embora empreguem um vocabulário que confunde seus ouvintes.

3. *Os Eclesiásticos da Facção Liberal da Igreja Anglicana*. Esses favorecem a forma episcopal de governo eclesiástico, embora não acreditem que seja a única forma aceitável de operação eclesiástica. Eles acreditam que a forma episcopal conta com o respaldo da tradição antiga, pelo que é desejável, visto ser uma forma de governo eclesiástico consagrada pelo uso. Todavia, permitem que outras pessoas acreditem e pratiquem o que quiserem, — não julgando que isso os situe fora da Igreja. Muitos que pertencem a esse grupo são liberais declarados ou têm tendências liberais.

4. *Os Episcopais Reformados*. Esses favorecem a forma episcopal de governo eclesiástico, embora não se mostrem radicais ou fanáticos quanto a esse assunto. Eles supõem que apesar dessa forma de governo não ser imprescindível para a *existência* da Igreja, ela contribui para o seu bem estar. Eles eliminaram o vocábulo «padre» de seus livros de orações, rejeitaram a doutrina da regeneração batismal e a doutrina da transubstanciação. Recebem membros provenientes de outros grupos cristãos, sem os forçarem a receber o rito da confirmação. Também recebem ministros vindos de outros grupos cristãos, sem os obrigarem a uma nova ordenação. Entretanto, rejeitam o rito e as cerimônias da Igreja Alta, não

contando com altares de sacrifícios, paramentos especiais, velas, etc.

EPISCOPAL, IGREJA

Ver os artigos sobre **Comunhão Anglicana** e **Episcopalismo.**

EPISCOPALISMO

O termo grego por detrás desse vocábulo é *epíscopos*, «supervisor» e, por extensão, resultou no termo português «bispo». Na literatura em geral foi usado para indicar o próprio Deus, como em Ésquilo (*Sept.* 272), em Sófocles (*Ant.* 1148), em Filo (Migr. Abr. 115); ou então para indicar Cristo (I Ped. 2:25), pessoas dotadas de funções liderantes nas igrejas (Fil. 1:1; Atos 20:28; I Tim. 3:2; Tito 1:7). Tem sido disputado até que ponto, nos tempos do Novo Testamento, ou imediatamente depois, alguns anciãos ou pastores passaram a ser considerados «bispos», porquanto, nas páginas do Novo Testamento, essas três palavras designam apenas funções diferentes de um mesmo ofício eclesiástico. Quanto a uma discussão sobre isso, ver o artigo geral sobre *Anciãos*.

Dentro do uso moderno, o *episcopado* é uma forma de governo eclesiástico onde o «bispo» é o chefe das três ordens: bispos, padres e diáconos. Ver o artigo separado sobre cada um desses títulos. Portanto, a característica básica dessa forma de governo eclesiástico é que o bispo (embora possa ter assistentes) é chefe de uma diocese. Essa organização eclesiástica não segue um modelo neotestamentário e, sim, um modelo da religião pagã romana, inclusive na escolha dos termos chaves, como «diocese» (que vide). Todavia, um bispo não é um déspota. É um oficial ordenador, aquele que consagra os *padres* e os *diáconos*. As funções dos bispos (católicos romanos e outros) têm sofrido alterações no decorrer dos séculos. Os bispos já atuaram como ministros de paróquias; como evangelistas ou missionários; como conselheiros reais; como nobres feudais; como políticos e como administradores e juízes. Não obstante, em qualquer época, sua função essencial e declarada é a de *pastor*, embora sua autoridade extrapole a essa função. Ele é o supervisor de sua própria diocese; é uma espécie de pai espiritual de seu povo. Envolve-se diretamente nos ritos e sacramentos da Igreja (católica romana ou outra).

O termo *episcopado* pode ser empregado para indicar o ofício ou então o indivíduo que ocupa o ofício, ou seja, o bispo. Na época da Reforma Protestante, a forma episcopal de governo foi repudiada. Antes de tudo por causa de abusos e corrupções que tinham entrado na mesma; e, em segundo lugar, porque os reformadores julgaram que as evidências neotestamentárias em favor desse tipo de governo não são nada convincentes. No entanto, grupos como os antigos católicos, os católicos romanos, os ortodoxos orientais e as igrejas anglicanas têm retido o sistema. Essas igrejas praticam esse sistema dentro do contexto da idéia da *sucessão apostólica* (que vide). Alguns grupos luteranos também retiveram essa prática. E uma certa forma da mesma também foi adotada pelo metodismo norte-americano. No entanto, os bispos metodistas são considerados apenas anciãos investidos de funções adicionais, como o da ordenação de ministros.

Alguns segmentos da cristandade pensam no episcopado como o *esse* (a própria essência) da Igreja, sem o que a Igreja não poderia existir, porquanto haveria fragmentação. Ainda outros chamam o episcopado de *bene esse*, ou seja, algo benéfico, embora não necessário para a existência da Igreja. Todos os cristãos concordam que a Igreja cristã precisa de *supervisão* espiritual; mas, de que maneira exata essa supervisão deve ser posta em prática, continua sendo tema de debates. Em alguns segmentos, o episcopado é concebido como uma extensão da supervisão do próprio Cristo sobre a sua Igreja, algo necessário, sem importar se essa noção é combinada ou não com o conceito da chamada sucessão apostólica.

Aqueles que se opõem à forma *episcopal* de governo eclesiástico, como os congregacionais (ver sobre o *Congregacionalismo*), são forçados a negar que qualquer aspecto do ofício dos apóstolos tenha sido transferido para a história eclesiástica posterior. Não é mister defendermos a transferência de funções assim, como quando dizemos: «Há apóstolos na Igreja atual», para reconhecermos a sabedoria de uma organização centralizada, na qual os bispos outorguem coesão e unidade à igreja local. Nada é mais evidente do que o fato de que, no sistema congregacional, de acordo com o qual cada igreja local é autônoma e independente, que isso conduz, inevitavelmente, à *fragmentação*. Basta-nos examinar o Novo Testamento para averiguar que, por meio dos apóstolos, havia um tipo de governo eclesiástico episcopal. Portanto, para negar totalmente o governo episcopal nas igrejas, temos de estar preparados para provar que, após a morte dos apóstolos, foi instaurado o tipo de governo democrático nas igrejas. Porém, só podemos fazer isso mediante uma *eisegese* (que vide), lendo nas páginas do Novo Testamento o que ali não está escrito, mediante a manipulação de textos de prova e ignorando o ofício apostólico. Não é fácil defender a idéia da sucessão apostólica, com base exclusiva no Novo Testamento. É mais fácil defender a sabedoria da retenção do espírito do ofício apostólico, se não mesmo a autoridade absoluta envolvida no termo «apóstolos». Concluímos que é mais justo dizermos que várias formas de governo eclesiástico podem ser defendidas nas páginas do Novo Testamento. Portanto, a aceitação de qualquer dessas formas, com a conseqüente rejeição das demais, é muito mais uma questão de preferência pessoal. Cada forma de governo eclesiástico oferece sua própria série de vantagens e desvantagens, criando seus próprios abusos. Algumas vezes, esses abusos são gerados pelo uso errado da autoridade investida em um bispo. A história eclesiástica ilustra amplamente essa forma de abuso. (AM C E R)

EPISTEMOLOGIA (GNOSIOLOGIA)

Oferecemos um completo e detalhado artigo sobre esse assunto, com o título de o *Conhecimento e a Fé Religiosa*. Além dos ramos tradicionais da gnosiologia, incluímos as principais teorias da verdade, todas elas relacionadas à fé religiosa.

A palavra *epistemologia* é mais usada pelos filósofos de fala inglesa, indicando a teoria geral do conhecimento, incluindo o método científico. Em português dá-se preferência ao vocábulo *gnosiologia*, que indica a teoria geral do conhecimento, ao passo que *epistemologia* é usada para indicar a teoria científica do conhecimento. No grego, *episteme* significa «conhecimento», e é um sinônimo de *gnosis*, o que significa que, do ponto de vista do vocábulo, trata-se apenas de uma escolha de diferentes raízes gregas, mas sempre indicando um mesmo sistema

teórico. A epistemologia (ou gnosiologia) é um dos seis ramos tradicionais da filosofia. Os outros cinco ramos são: a lógica, a política, a estética, a ética e a metafísica. Cada um desses ramos conta com um artigo separado. O assunto da estética é tratado sob o título de *Arte*.

EPÍSTOLA

Esboço:

I. A Palavra
II. Distinções
III. Composição e Entrega
IV. Classificação dos Escritos Neotestamentários
V. Elementos Comuns nas Epístolas Antigas
Bibliografia

I. A Palavra

No grego, **epistole**, «carta», «despacho», sempre indica alguma espécie de comunicação escrita. E também indica a palavra portuguesa «epístola», que já é uma forma de missiva mais formal que uma simples carta. Uma epístola teria uma maior qualidade literária que uma carta, além de conter uma mensagem mais importante, que faz contraste com o caráter informal e, algumas vezes, superficial, de uma simples carta. A raiz verbal dessa palavra grega é *epistello*, que significa «enviar a», «enviar uma carta», «expedir uma ordem ou comando», «anunciar». O vocábulo também pode significar, naturalmente, «escrever uma carta». Todavia, o termo grego *epistolē* não contém qualquer distinção entre uma epístola formal e uma carta informal, conforme se dá no português.

II. Distinções

As epístolas, missivas de natureza mais formal, incluem os tratados religiosos, as orações públicas, os tratados filosóficos, os tratados políticos, as exortações morais, etc. A arqueologia, mediante documentos antigos preservados até nós, oferece-nos abundante confirmação disso quanto a todas essas variedades de epístolas. E aquilo que chamamos de «cartas» (as missivas menos formais) também é abundantemente confirmado. Centenas de cartas, de correspondência pessoal, escritas em papiro, provenientes do período intertestamentário, do Novo Testamento e posteriormente, chegaram até nós. Uma epístola é uma obra de arte; uma carta é um pedaço da vida diária. A primeira é como uma pintura feita com arte. A segunda assemelha-se a uma fotografia feita apressadamente, sem qualquer cuidado. O Antigo Testamento contém algumas indicações de cartas. Ver II Sam. 11:14, 15; I Reis 21:8,9; II Reis 19:14; Jer. 29. Cartas, no seu sentido comum, são mencionadas em Atos 9:2; Rom. 16:1 *ss* e I Cor. 7:1. Os eruditos têm feito bem em chamar as cartas do Novo Testamento de *epístolas*, visto que, em sua grande maioria é precisamente o que são, mesmo no caso de cartas de correspondência pessoal. Sem dúvida, um dos fatores de sua preservação foi o próprio fato de que eram comunicações formais e sérias, e não apenas informes sobre acontecimentos diários, corriqueiros. A epístola aos Filipenses é ligeiramente mais informal; porém, foi tão bem preparada que é uma pequena peça de literatura clássica. Portanto, até mesmo nesse caso a palavra «epístola» fica melhor do que a palavra «carta». A segunda e a terceira epístolas de João, no entanto, aproximam-se um pouco mais das cartas comuns. Em contraste, a primeira epístola de João é uma epístola autêntica. As cartas às sete igrejas da Ásia Menor (Apo. 2 e 3) com freqüência têm sido intituladas cartas; porém, o seu caráter formal e a sua solenidade também as transformam em pequenas mas verdadeiras epístolas.

III. Composição e Entrega

As cartas dos tempos helenistas eram escritas em folhas de papiro (que vide) com uma pena de cana e tinta. Quando terminadas, as cartas eram enroladas ou dobradas e, algumas vezes, eram seladas. A selagem era feita com dois propósitos: privacidade e autenticação. A assinatura do missivista também autenticava uma carta. Ver II Reis 21:17; Est. 3:21; 8:8; Dan. 12:4 e Apo. 5:9. Algumas cartas antigas eram escritas em tabletes com uma fina camada de cera, com um estilete. Essa forma era muito econômica, pois as letras podiam ser apagadas para um novo texto ser escrito. Os romanos tinham uma espécie de sistema postal, o *cursus publicus*; todavia, o serviço não servia ao público em geral, mas estava reservado aos negócios do governo. Por isso, uma carta escrita a um amigo ou a uma igreja (como no caso das epístolas do Novo Testamento), exigia alguém que as levasse pessoalmente ao destinatário. Esses transportadores de cartas são mencionados em Atos 15:22; II Cor. 8:16-23; Fil. 2:25 e Col. 4:7,8.

É evidente que Paulo teve uma correspondência muito maior do que o número de epístolas que ficaram preservadas, de sua autoria, no Novo Testamento. O trecho de I Coríntios 7:1 indica que havia uma regular troca de cartas entre Paulo e a igreja cristã de Corinto. Há estudiosos que pensam que I e II Coríntios representam nada menos de quatro, e não apenas duas epístolas. E sem dúvida outro tanto deve ter ocorrido no caso da correspondência paulina com outras igrejas locais. Podemos estar certos, contudo, que as epístolas que ficaram preservadas no Novo Testamento representam toda a gama de seu pensamento essencial, embora, mui provavelmente, alguns preciosíssimos documentos tenham se perdido nesse processo. Ver I Cor. 5:9 e Col. 4:16.

Os eruditos disputam se Paulo e outros escritores do Novo Testamento tinham consciência do valor duradouro de seus escritos e se antecipavam que esses escritos tornar-se-iam parte de um novo cânon das Sagradas Escrituras. Podemos apenas conjecturar a esse respeito; embora, seja provável que eles não tivessem tais pensamentos em mente, quando escreveram tais composições, ainda que haja indícios bem claros de que eles tinham consciência de que haviam sido impelidos pelo Espírito de Deus. Contudo, as «Escrituras» referidas em II Timóteo 3:16 são o Antigo Testamento, e não porções do Novo Testamento. Ver o artigo geral sobre as *Escrituras*, em sua terceira seção, quanto a uma discussão detalhada sobre a questão da *Inspiração das Escrituras*.

IV. Classificação dos Escritos Neotestamentários

A palavra **epístola** é usada para designar vinte e um dos vinte e sete livros do Novo Testamento. Além disso, os livros de Lucas e Atos dos Apóstolos são ambos prefaciados por uma carta enviada por Lucas a Teófilo, um amigo seu, o qual, ao que parece, era oficial romano. Os *Evangelhos* (que vide) são um tipo literário *sui generis*, criado pela Igreja primitiva, porquanto um *evangelho* não é apenas uma biografia. O livro de *Atos dos Apóstolos* é uma peça histórica, que cobre alguns poucos anos da história da Igreja primitiva; mas também é uma obra polêmica e uma obra de defesa dos pontos de vista cristãos. Esse livro assemelha-se muito com um tratado, de tal modo que podemos dizer que é um tratado histórico polêmico.

O *Apocalipse* é um típico apocalipse judaico. Ver sobre *Apocalípticos, Livros*. O resto dos livros do Novo Testamento é constituído por epístolas. O Apocalipse é introduzido por sete cartas, dirigidas às igrejas da Ásia Menor (capítulos segundo e terceiro). As chamadas *Epístolas Católicas* (que vide) foram escritas a grupos cristãos em geral.

Os Autores. De acordo com uma estimativa muito rígida, poderíamos afirmar que as epístolas do Novo Testamento foram escritas por *cinco* pessoas. Essas pessoas foram Paulo, Pedro, João, Tiago e Judas. Porém, alguns estudiosos pensam que há outros autores envolvidos nas chamadas epístolas paulinas, especialmente as chamadas «epístolas pastorais»; mas há outras epístolas de autoria paulina duvidosa, como Colossenses e Efésios. A segunda epístola de Pedro não é atribuída a Simão Pedro, pela maioria dos estudiosos; e, até mesmo, a primeira epístola de Pedro é posta em dúvida, quanto à autoria petrina, devido ao grego excelente em que foi escrita. Alguns estudiosos supõem que um ou mais autores estiveram envolvidos nas epístolas joaninas; e, naturalmente, a epístola aos Hebreus não foi escrita por Paulo. O problema de autoria é debatido nos artigos referentes a cada um desses livros. O que fica claro em tudo isso é que não sabemos exatamente quantos autores estiveram envolvidos na produção dessas epístolas, e nem o assunto reveste-se de grande importância. O que é importante é se estamos pondo em prática os ensinamentos ali contidos.

Assuntos Abordados. É impossível fazer um sumário dos muitos e grandiosos assuntos tratados nas epístolas do Novo Testamento em um único parágrafo. Porém, certas diretrizes básicas podem ser salientadas: 1. *Escatologia* (I e II Tessalonicenses); 2. *soteriologia* (Gálatas, Romanos, I e II Coríntios); 3. *cristologia* (Colossenses, Efésios, Filipenses); 4. eclesiologia (I e II Timóteo, Tito); 5. *problemas pessoais* (Filemom); 6. *ética* (Tiago); 7. *polêmica e heresias* (Judas, II Pedro); 8. *considerações pastorais* (I e II Pedro; I, II e III João); 9. *polêmica e teologia comparadas* (Hebreus).

Esse tipo de esboço, naturalmente, é apenas uma sugestão, visto que as categorias se justapõem. Para exemplificar, oito dos livros do Novo Testamento contêm ataques contra a antiga heresia gnóstica, pelo que, pelo menos em parte, são obras polêmicas. Essas epístolas são: Efésios, Colossenses, I e II Timóteo, I, II e III João e Judas. O evangelho de João e o livro de Apocalipse também contêm material dessa natureza.

V. Elementos comuns nas Epístolas Antigas

As epístolas do Novo Testamento são bastante parecidas com as epístolas da cultura helenista, quanto à sua apresentação básica. Estes são os elementos comuns: 1. Uma saudação pessoal, com a usual palavra grega *charis*, «graça», como parte dessa saudação; 2. Uma espécie de ação de graças ou louvor; 3. Expressão de desejo pelo bem-estar dos leitores da epístola, o que, no Novo Testamento, geralmente assume a forma de uma oração; 4. O tratamento da mensagem principal a ser comunicada, o que, no Novo Testamento, inclui instruções doutrinárias e éticas, de mistura com informes pessoais; 5. Uma bênção, que geralmente contém alguma forma de saudação pessoal; 6. A assinatura, para propósitos de identificação e autenticação. Ver Gál. 6:11 e II Tes. 3:17. As epístolas neotestamentárias diferiam das cartas da sociedade secular quanto a seu conteúdo de natureza religiosa. Outrossim, as saudações introdutórias e as despedidas eram cristianizadas.

Gênero Literário. Como é óbvio, os escritores do NT não inventaram o gênero literário da *epístola*. Mesmo assim, deram para ela uma utilização espiritual extraordinária, através de alguns documentos de valor histórico indisputável.

Bibliografia. DEIS IB ID FAR Z

EPÍSTOLA DOS APÓSTOLOS

Ver sobre **Apóstolos, Epístola dos**.

EPÍSTOLAS APÓCRIFAS

Os livros apócrifos do Novo Testamento são estruturados de acordo com o modelo deixado pelo próprio Novo Testamento. Esses livros apócrifos são epístolas, evangelhos, atos e apocalipses. Quanto às epístolas apócrifas do Novo Testamento, ver o artigo geral intitulado *Livros Apócrifos do Novo Testamento*.

EPÍSTOLAS CATÓLICAS

1. O Termo e as Obras Envolvidas. Um dos sentidos da palavra «católica» é universal (que vide); ou geral, em contraste com específico. Nesse sentido, o vocábulo é aplicado a várias epístolas do Novo Testamento. A idéia é que essas epístolas foram escritas para a Igreja em geral, e não para indivíduos ou igrejas locais específicas. As epístolas assim intituladas são sete: Tiago, I e II Pedro, I, II e III João e Judas. Esse título é um tanto inexato se o aplicarmos a todas essas sete epístolas, pois II e III João foram dirigidas a indivíduos. Além disso, a epístola de Judas foi escrita às doze tribos da dispersão judaica, e I Pedro aos estrangeiros eleitos da dispersão. No entanto, os endereçados representam grupos tais que o título «católico» continua sendo razoável no caso dessas epístolas. Outros sentidos do vocábulo «católico» foram sugeridos no tocante a elas.

2. Sumário de Possíveis Usos da palavra «católico», no tocante a essas epístolas:

a. Conforme foi dito acima, essas foram epístolas enviadas à Igreja em geral, e não a pessoas ou igrejas locais específicas.

b. Elas são epístolas instrutivas *gerais*, que cobrem muitos assuntos.

c. Visto que vários autores estiveram envolvidos, como uma coletânea elas podem ser consideradas gerais, e não específicas, no tocante à sua autoria.

d. Visto que essa coletânea ensina uma doutrina «católica» (tanto geral quanto ortodoxa), em oposição à idéias e movimentos hereges, o título lhes é apropriado.

e. I Pedro e I João foram consideradas, desde o começo, porções genuínas do cânon neotestamentário, e foram *universalmente* aceitas. As demais epístolas que receberam esse nome, conforme foram sendo acrescentadas, também foram sendo assim intituladas, pela mesma razão. Dentre esses diversos significados, o primeiro é o mais largamente aplicado. Seja como for, os eruditos tratam essas sete epístolas como uma unidade separada, dentro da coletânea de livros do Novo Testamento, embora, como é óbvio, elas tratem de uma grande variedade de assuntos, não tendo elas qualquer tema unificador.

3. Dentro da Coleção de Manuscritos, a ordem dessas sete epístolas tem variado consideravelmente, excetuando que I João e I Pedro sempre estiveram à testa da coletânea, presumivelmente por terem sido as melhores epístolas gerais autenticadas no processo de canonização. Em algumas listas canônicas, bem como em alguns antigos manuscritos, essas epístolas são

postas entre o livro de Atos e as epístolas paulinas. Em outras listas, porém, seguem-se às epístolas paulinas e antecedem o livro de Atos. Os primeiros manuscritos tendiam por incluir os livros de acordo com categorias, não contendo essas listas todos os nossos vinte e sete livros do Novo Testamento, isto é, apresentavam os evangelhos juntos, o livro de Atos em separado, as epístolas paulinas como um grupo, etc.

4. Utilidade. a. As epístolas católicas fornecem-nos uma seção cruzada de idéias da Igreja cristã primitiva, sobre certa variedade de assuntos. b. Elas consubstanciam, em suas idéias, várias obras anteriores, como as epístolas paulinas. A primeira epístola de Pedro tem muito em comum, provavelmente através de empréstimo, como as epístolas paulinas. I João muito tem em comum com o evangelho de João. c. Há nelas muitas e variegadas instruções éticas. d. I Pedro, em suas considerações sobre a descida de Cristo ao hades (que vide), em 3:18-4:6, confere-nos uma luz mais intensa sobre a dimensão do evangelho, que não aparece tão claramente no resto do Novo Testamento. Vemos ali, especificamente em I Pedro 4:6, que o poder de Cristo pode atingir os homens em todo lugar, até mesmo no além-túmulo, no lugar do próprio juízo! e. I João fornece-nos um estudo profundo sobre a natureza do amor e sua lei, mostrando que essa lei encontra-se à base da espiritualidade dos vivos. Ver especificamente I João 4:7 até o fim do capítulo. f. II Pedro 1:4 contém a ousada declaração de que a salvação envolve a participação na natureza divina. Esse ensino também aparece, sob forma metafórica, na doutrina paulina de que a salvação consiste na participação na natureza do Filho de Deus (Rom. 8:29). Ver as notas no NTI em Col. 2:10, -quanto a explicações detalhadas sobre essa verdade. Ver também o artigo separado sobre a *Salvação*. (ID NTI UN Z)

EPÍSTOLAS DOS PAIS APOSTÓLICOS

Os chamados **pais apostólicos** foram os líderes principais da Igreja cristã que foram contemporâneos dos apóstolos. Alguns deles converteram-se através do ministério de algum apóstolo ou de algum discípulo de apóstolo. — As espístolas a eles atribuídas revestem-se de grande e especial importância. Algumas dessas epístolas, entretanto, provavelmente não foram genuínas, no sentido de que não foram escritas para as pessoas a quem são atribuídas, como é o caso da Epístola de Barnabé (ver sobre *Barnabé, Epístola de*) e a segunda epístola de Clemente. Ademais, precisamos levar em conta as epístolas apócrifas, atribuídas a apóstolos ou a discípulos dos mesmos, mas que não foram escritas pelos tais. Ver sobre *Liv os Apócrifos do Novo Testamento*. Consideremos estas várias composições:

1. *As Epístolas de Clemente* (Clemens Romanus). Provemos para o leitor um artigo separado sobre os escritos de Clemente de Roma (ou seus supostos escritos). Ver sob o título *Clemente, Epístolas de*. Ver também os dois artigos separados sobre *Clemente* e *Clemente I de Roma* (papa?)

2. *Inácio*. Tanto a pessoa quanto as epístolas de Inácio são discutidas em artigos separados.

3. *Policarpo*. Tanto a pessoa quanto a epístola de Policarpo são discutidas em um artigo separado.

4. *Pastor de Hermas*. Ver o artigo separado intitulado *Hermas, Pastor de*. Alguns estudiosos pensam que essa obra foi escrita ainda durante o tempo dos apóstolos, mas outros pensam em uma data posterior.

••• ••• •••

EPÍSTOLAS PASTORAIS: I, II TIMÓTEO, TITO

Esse título coletivo, que indica a Primeira e a Segunda Epístolas a Timóteo e a Epístola a Tito, foi dado às mesmas desde o século XVIII. Trata-se de apropriada designação para as mesmas, porquanto abordam problemas eclesiásticos, tendo por intuito ajudar os pastores em seu trabalho, especialmente no ministério do ensino e na vigilância em favor da igreja cristã, mormente no tocante aos assédios dos ensinamentos falsos. Essas epístolas tratam essencialmente de temas de natureza prática, como a ordem e a disciplina eclesiásticas, a seleção dos oficiais da igreja e o caráter e os deveres dos membros da comunidade cristã. Essas três epístolas estão tão intimamente entrosadas, em sua estrutura, fraseologia e propósitos, que não podem ser encaradas como unidades separadas. Por isso mesmo, este artigo é para as três, ainda que apareçam qualidades distintas em cada uma.

I. O Vexatório Problema de Autoria
II. Dependência Literária
III. Data e Proveniência
IV. A Quem Foram Dirigidas
V. Motivos e Propósitos
VI. Integridade e Confirmação Histórica
VII. Ensinamentos e Temas
VIII. Importância das Epístolas Pastorais
IX. Conteúdo de I Timóteo
X. Conteúdo de II Timóteo
XI. Conteúdo de Tito
XII. Bibliografia

Com base em questões como pontos gramaticais e estilo literário, vocabulário e temas, são universalmente considerados como escritos clássicos paulinos, as epístolas aos Romanos, Primeira e Segunda aos Coríntios e Gálatas. A aceitação de qualquer dessas como paulina exige a aceitação de todas as demais; e, vice-versa, a rejeição de uma delas exige a rejeição de todas, tão convincentes são as evidências internas de que procederam da mesma pena inspirada. Por essa razão, pouquíssimos em extremo têm sido os críticos que se têm aventurado a negar a origem e a natureza autenticamente paulina dessas citadas epístolas. Ainda outras cinco epístolas têm sido adicionadas a essa lista com pequena hesitação, tanto por estudiosos liberais como por conservadores, por críticos antigos ou modernos. Essas cinco outras são Filipenses, Colossenses, Primeira e Segunda aos Tessalonicenses e Filemom. Portanto, nada menos de nove epístolas são aceitas como paulinas com pouca disputa. Depois dessas nove epístolas citadas, surge a epístola aos Efésios, que a maioria dos eruditos conservadores acolhe como paulina, com o que concorda uma minoria de estudiosos liberais. (Ver o artigo sobre a epístola aos Efésios, sob o título *Autoria*, quanto a uma discussão acerca desse problema). E as epístolas que vinham sendo reputadas como paulinas desde tempos antigos, mas que vieram a ser postas em dúvida como tais, por questões de estilo, de vocabulário e de algum conteúdo que parece refletir uma situação pós-apostólica, são a Primeira e a Segunda epístolas a Timóteo e a epístola a Tito. As discussões abaixo abordam amplamente esse problema inteiro.

As Epístolas da Prisão: Dentre as treze epístolas comumente atribuídas ao apóstolo Paulo, sete são reputadas «epístolas da prisão», o que significa que foram elas escritas estando ele encarcerado. No entanto, em tempos modernos, não há concordância,

entre os eruditos, de que todas essas epístolas foram escritas na cidade de Roma, conforme dizia a idéia antiga, mas que se tornou sujeita a objeções sérias. Sabemos que o apóstolo dos gentios esteve aprisionado em Jerusalém, em Cesaréia, em Roma e provavelmente, em Éfeso. É bem possível que essas epístolas—Filipenses, Efésios, Colossenses, I e II Timóteo, Tito e Filemom—não foram escritas na mesma cidade, e nem mesmo na mesma época, conforme o demonstram as considerações internas. As circunstâncias eram diferentes, as expectações concernentes à soltura do apóstolo eram diferentes, a gravidade da situação de Paulo era diferente, e até mesmo os companheiros de Paulo eram diferentes; de onde se conclui que é quase certo que os «lugares» e as «ocasiões», ligadas a essas diversas epístolas, também eram diferentes. Dentre essas sete epístolas, aquelas aos Colossenses, aos Efésios e a Filemom formam um grupo comum. Muitos eruditos acreditam, hoje em dia, que isso reflete um período anterior de aprisionamento, que importava em menor perigo, e que talvez tenha ocorrido em Éfeso. A epístola aos Filipenses poderia ter sido escrita durante o «primeiro» aprisionamento em Roma, e estas epístolas «pastorais», se foram genuinamente paulinas, poderiam ter sido escritas em um «segundo» período de aprisionamento, e que conduziu ao martírio do grande apóstolo. A primeira epístola a Timóteo poderia ter sido escrita durante o intervalo entre esses dois períodos de encarceramento (ver I Tim. 3:14), o que também pode ter sido o caso da epístola a Tito (ver Tito 3:12), mas a segunda epístola a Timóteo reflete a expectação pelo fim, uma missão terminada, a coroa do martírio (ver II Tim. 4:6 e *ss*). (Quanto a detalhes acerca da «proveniência» e da «data» das três epístolas aos Colossenses, aos Efésios e a Filemom, ver as discussões a respeito no artigo sobre a epístola aos Colossenses. Quanto a essas mesmas questões, referentes às «epístolas pastorais», ver sob «Data e Proveniência», nas notas expositivas mais abaixo).

Em termos bem amplos, as epístolas paulinas têm sido divididas em dois grupos, a saber, as **primeiras** e as **últimas**. Nas «primeiras» são postas todas as suas epístolas, com exceção das «epístolas da prisão», isto é, Gálatas, I e II Tessalonicenses, I e II Coríntios e Romanos. O grupo das «últimas» inclui aquelas epístolas tratadas acima, dentre as quais as epístolas pastorais surgem em último lugar. Esse tipo de classificação, entretanto, em tempos recentes, tem sido reputada altamente artificial, porquanto algumas das epístolas da «prisão» podem ter sido produzidas relativamente «cedo» na carreira ministerial de Paulo, em alguma prisão que não a da cidade de Roma.

Normalmente, se tem pensado ser correto colocar a primeira e a segunda epístolas aos Tessalonicenses no início cronológico da coletânea paulina; mas existem bons argumentos para que essa posição seja ocupada pela epístola aos Gálatas. Parece quase certo que a epístola aos Gálatas foi escrita antes do «concílio de Jerusalém», talvez tão cedo quanto o ano de 48 D.C. (Quanto a explicações sobre essa questão, ver o artigo sobre esse livro, sob *Data*). Pelo menos a primeira e a segunda epístolas aos Tessalonicenses ocorreram pouco mais tarde, embora antes de todas as demais epístolas de Paulo. Pode-se supor, por conseguinte, a seguinte ordem para as epístolas de Paulo: a. Gálatas, em cerca de 48 D.C.; b. I e II Tessalonicenses, em 50—51 D.C.; c. então o grupo formado por Colossenses, Efésios e Filemom, em cerca de 54 D.C., escritas durante um período de aprisionamento anterior ao de Roma; d. então I e II Coríntios e Romanos, em 54—57 D.C., embora alguns estudiosos situem-nas tão cedo quanto 52 D.C. e. Segue-se então Filipenses, produzida em Roma, durante o «primeiro» aprisionamento ali, em cerca de 61—63 D.C.; f. finalmente, surgem as «epístolas pastorais», escritas durante o «segundo» aprisionamento, em 65—68 D.C., embora a primeira epístola a Timóteo e a epístola a Tito possam ter sido escritas no intervalo entre esses dois aprisionamentos. Alguns eruditos pensam que o primeiro aprisionamento de Paulo ocorreu já em 58 D.C. Nesse caso, todas as datas aqui propostas teriam de ser igualmente adiantadas. No tocante à cronologia do N.T., devemo-nos lembrar que várias das epístolas paulinas antecederam aos evangelhos, ou mesmo a qualquer outro livro neotestamentário, pelo que também são os primeiros grandes escritos que deram início àquela soberba série de documentos que, finalmente, veio a formar nosso N.T.

I. O Vexatório Problema de Autoria

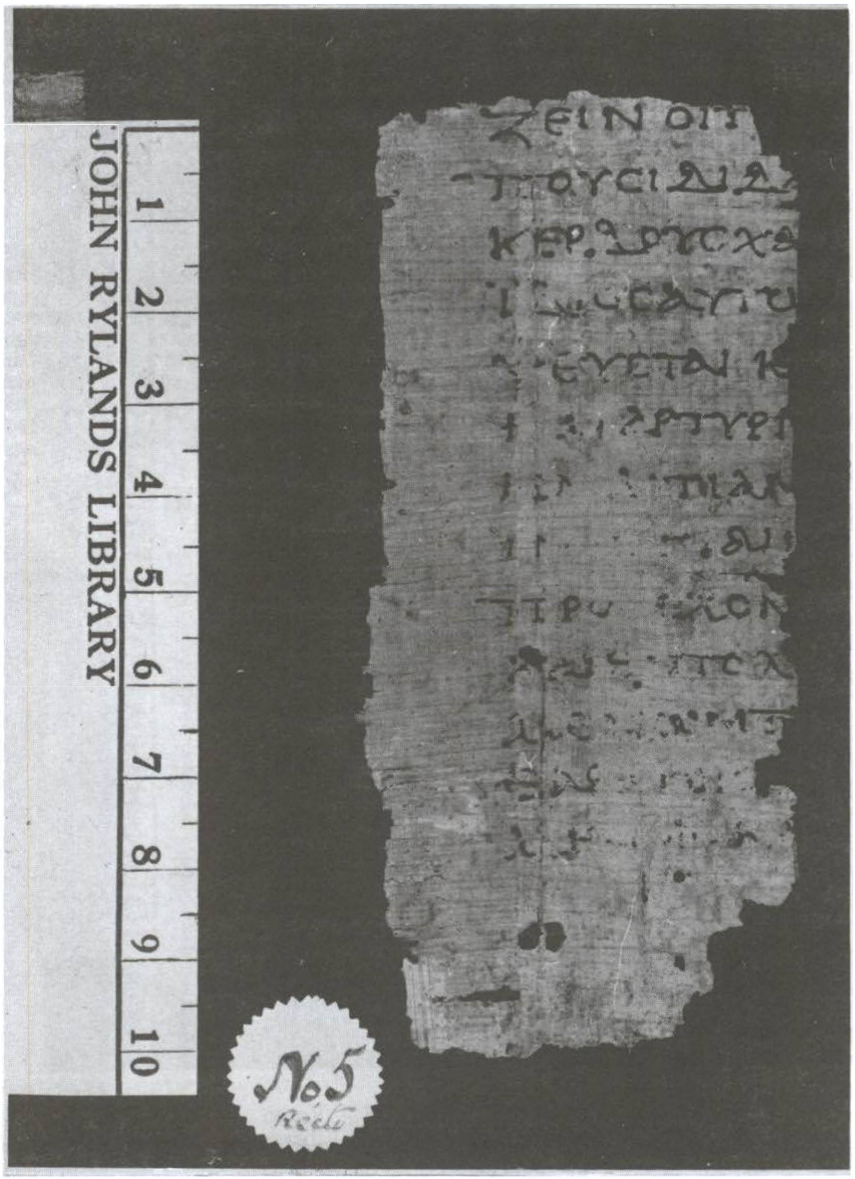
Intensa controvérsia se tem centralizado em torno desse problema, com imenso dispêndio de energia e muito material escrito, defendendo ou rejeitando a autoria paulina da primeira e segunda epístolas a Timóteo e da epístola a Tito. Na realidade, porém, esse problema se reveste de muito menor importância do que se pensaria, ao examinar esse vasto acervo de estudos, posto que essas epístolas, desde os tempos mais remotos, têm sido aceitas como «canônicas», tendo sido acolhidas pela igreja como tais, possuindo assim autoridade na formação da fé cristã, sem importar se Paulo foi o autor das mesmas ou não. Sendo essa a verdade da questão, o que realmente importa, nesses três livros, é o que os mesmos procuram ensinar-nos, quão bem temos aplicado esses ensinamentos à vida eclesiástica e particular, e não tanto quem teria sido o autor dos mesmos. No entanto, estaria fora de ordem não abordar um problema assim, em um artigo desta natureza. Por isso mesmo, as posições favorável e contrária à autoria paulina são expostas da maneira mais abreviada possível, a fim de que a questão não tenha sua importância ampliada além do que convém.

Os argumentos contrários à autoria paulina das «epístolas pastorais».

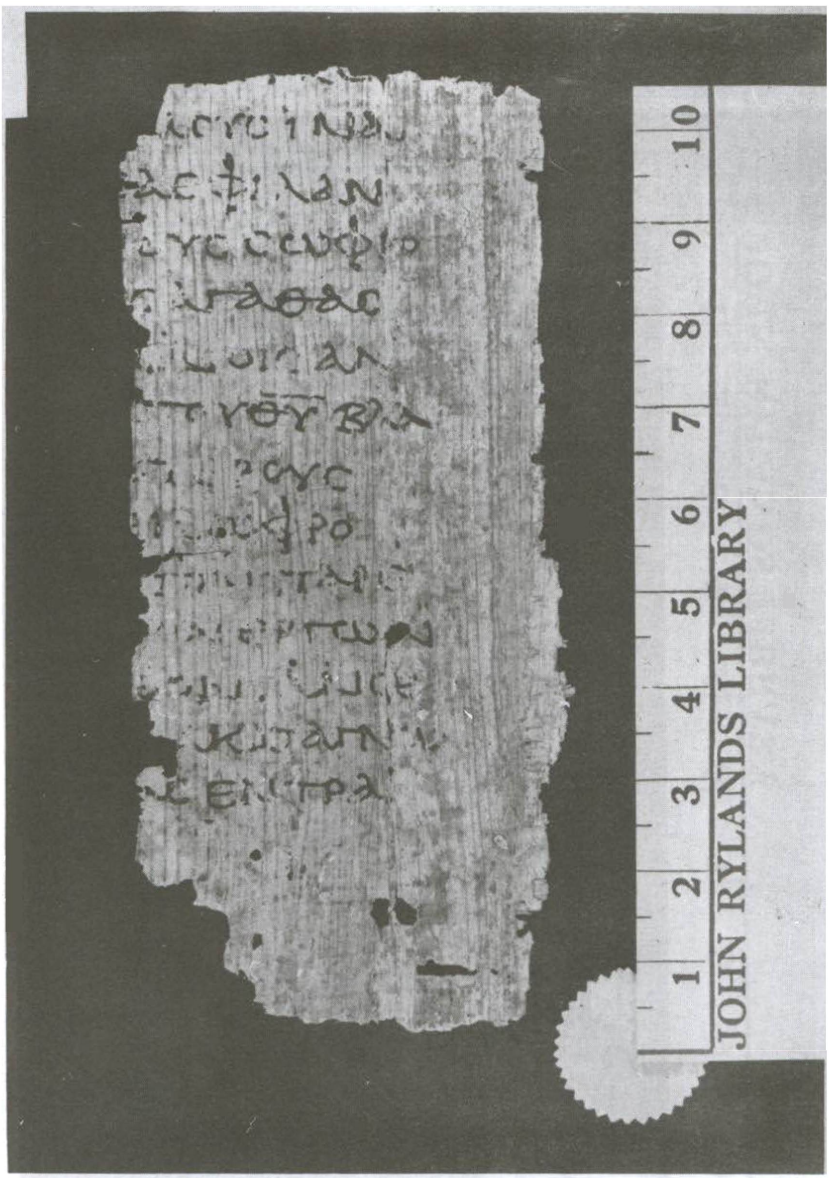
Todos eruditos concordam ao menos acerca do ponto que essas três epístolas formam um grupo distintivo, visto terem o mesmo estilo, o mesmo vocabulário geral, os mesmos temas e os mesmos propósitos—procederam da mesma pena, portanto. Assim sendo, o problema da «autoria» se aplica a todas essas três epístolas ao mesmo tempo, sendo a questão assim examinada nas notas expositivas abaixo.

1. Não era incomum, nos tempos antigos, um autor escrever no nome de alguma pessoa famosa, normalmente para aumentar a autoridade da obra e para garantir-lhe uma maior circulação. Era tão comum essa prática, naqueles tempos, que se sabe de pelo menos cem dessas obras, produzidas em nome de famosos elementos cristãos.

No tocante às «epístolas pastorais», as *razões* pelas quais isso poderia ter sido feito (segundo alguns eruditos) poderiam incluir as seguintes: a. Uma pessoa, que considerava Paulo como seu grande herói, em humildade, ao escrever, não daria o seu próprio nome como autor, mas apresentaria o nome de seu herói, pensando assim ajudar a sua causa. Nesse caso, estaria escrevendo esquecendo-se de si mesmo; e na moralidade antiga nada havia que condenasse essa forma de ação. b. Havia uma heresia ou heresias a



P(32) c. 200, Tito 1:11-15 — recto
Cortesia, John Rylands Library



P(32) c. 200, Tito 2:4-7 — Verso
Cortesia, John Rylands Library

combater, na igreja cristã primitiva, após o período apostólico, e as «epístolas pastorais» tinham exatamente o propósito de fazer oposição às mesmas. O apóstolo Paulo mesmo se opusera à intromissão de heresias na igreja, conforme nos mostra a epístola aos Colossenses, e o autor das epístolas pastorais reforça mais ainda essa oposição à heresia mediante o uso do nome de Paulo, muito mais do que poderia fazer se tivesse usado o seu próprio nome. Bastaria isso para justificar o uso do nome do apóstolo dos gentios, e a mentalidade antiga não condenava essa atitude. O autor sagrado se opunha aos hereges, à ilusão satânica, no intuito de proteger a igreja, de convocar os homens de volta à fé apropriada em Cristo. O uso do nome de Paulo o fortalecia em sua causa, que era digna e recomendável. c. Ao fazer «Paulo» tornar-se o campeão do ponto de vista «universal» sobre a igreja daquele tempo, no que respeita a questões doutrinárias, o autor sagrado esperava livrar Paulo da pecha de suposto representante de posições heréticas (pois os hereges tinham a Paulo como um de seus campeões; e um dos exemplos notáveis disso foi Márcion, o gnóstico). Portanto, o autor sagrado deve ter pensado em prestar um notável serviço a Paulo e à igreja cristã, longe de imaginar que sua ação era condenável, digna de censuras.

2. Além da «possibilidade histórica» que alguns dos livros do N.T. tenham sido composições pseudônimas, essencialmente quatro outras questões têm sido levantadas, nas quais a autoria paulina das «epístolas pastorais» é posta em dúvida. Essas questões são o «problema histórico», o «problema doutrinário», «o problema lingüístico», e o «problema comparativo».

O Problema Histórico

a. **As heresias.** Alguns estudiosos pensam que as heresias atacadas nos livros que ora consideramos, refletem um período posterior ao da era apostólica. Sob o ponto V deste artigo, intitulado «Motivos e Propósitos», são discutidos os «tipos» de heresia que se refletem nas epístolas pastorais. Essa questão é nublada por grande número dos mais variados argumentos. Porém, um quadro claro emerge: estamos considerando ali um período — pós-apostólico —. Nas próprias epístolas pastorais, em contraste com a epístola aos Colossenses, por exemplo, principalmente os aspectos «morais» das heresias são estudados, e não os aspectos doutrinários. Os hereges aparecem como homens ímpios, impostores, que enganam e são enganados, corruptos em seus princípios morais, carregados de pecados, conduzidos por diversas concupiscências, gananciosos de lucro. A raiz de tudo isso foi certa forma de gnosticismo judaizante. Apesar de que, em Colossenses, em termos bem gerais, se faz oposição ao mesmo tipo de heresia, o ponto destacado pelos que se opõem à autoria paulina das «epístolas pastorais» é que as descrições são bastante diferentes, apesar de que devem estar descrevendo uma espécie de gnosticismo encontrado nas áreas de Éfeso e Colossos, posto que aquela região geral era onde Timóteo, supostamente, trabalhava. Já o gnosticismo do território em foco, nos tempos de Paulo, era essencialmente *ascético* (ver Col. 2:20 e *ss*), ao passo que aquele tipo atacado nas epístolas pastorais é definidamente «libertino». Sabemos que ambas as formas existiam, entretanto, sendo extremamente difícil apresentar um bom argumento nesse caso, pois simplesmente não sabemos o bastante acerca do gnosticismo, no tocante às suas manifestações em cada período e localidade, para poder argumentar muito sobre a matéria, para um lado ou para outro. (Ver o artigo acerca do *Gnosticismo*).

Em todos os seus pontos essenciais, o gnosticismo teve origem anterior à do surgimento do cristianismo, e todas as suas tendências e idéias já se achavam presentes nos dias de Paulo, incluindo sua tentativa de fazer do cristianismo uma mera teosofia, reconciliando-o com idéias filosóficas mais antigas e com religiões místicas orientais. Os estudiosos ainda estabelecem mais um ponto, sobre essa questão, dizendo que as «formas de tratamento» são diferentes, no tocante às heresias, entre aqueles escritos reconhecidamente paulinos e as «epístolas pastorais». Na epístola aos Colossenses, por exemplo, Paulo ataca, exata e incisivamente, pontos específicos do sistema por ele combatido, contrastando tal sistema com a verdade cristã definida. No entanto, nas epístolas pastorais, as acusações são gerais e graves e falsos mestres de muitas espécies são indiscriminadamente denunciados. Isso se aceita como uma abordagem «não paulina», contrária ao gênio dos escritos legitimamente paulinos. Este segundo ponto é mais forte que a simples assertiva que «diferentes tipos» de heresia estão sob ataque, mas não é muito convincente.

b. A norma eclesiástica. Um dos mais comuns argumentos contra a autoria paulina das epístolas pastorais diz que elas refletem um período histórico posterior, pois os tipos de governo eclesiástico são diferentes daqueles que poderíamos deduzir como características dos tempos anteriores. Nas primeiras epístolas de Paulo, universalmente aceitas como tais, parece haver pouco ou nenhum traço de ofícios eclesiásticos formalmente constituídos. Nas primeiras de suas epístolas, os termos «bispos e diáconos» falam sobre funções na igreja, mas não sobre ofícios formais, ao passo que nas *epístolas pastorais* essas funções passaram para a categoria de ofícios formais. Notemos que na lista formal de funções da igreja, conforme se vê em Efé. 4:11, os termos «bispos e diáconos» nem ao menos são mencionados. Antes das epístolas pastorais, os líderes da igreja seriam «indivíduos espiritualmente dotados», levantados pelo Espírito Santo, dentre a comunidade geral, de maneira informal, ao passo que nas epístolas pastorais existem *ofícios formais*, para os quais seus ocupantes eram «nomeados» por pessoas ainda mais poderosas. As epístolas pastorais reconheceriam os bispos, os diáconos e os presbíteros, as mesmas três ordens distintivas que aparecem nas epístolas de Inácio, as quais datam de 100—118 D.C. Apesar de que tais distinções são ainda mais evidentes naquelas epístolas, as epístolas pastorais estariam a meio caminho de estabelecer tais distinções, já que se afastam da atitude espiritualmente informal acerca dos líderes da igreja, conforme o reflexo que vemos nas primeiras epístolas de Paulo.

B.H. Streeter observa sobre este ponto: «O autor das epístolas pastorais, segundo podemos inferir, aceita o episcopado monárquico como questão pacífica. Para ele, as figuras de Timóteo e Tito são importantes, não tanto como personagens históricas, mas como quem nos fornece tipos de bispo ideal. Timóteo é o bispo ideal em suas relações para com a sua própria igreja, em uma província como Éfeso, onde já havia igrejas locais organizadas em todas as cidades provinciais. Tito, por outro lado, seria o bispo missionário ideal, o bispo de alguma província longínqua, onde as igrejas, fora da própria igreja-sede do bispo, se encontram fracas e desencorajadas». (*The Primitive Church*, Nova Iorque, Macmillan Col, 1929, págs. 118-119).

Cumpre-nos observar que Timóteo e Tito são mais do que simples «anciãos», no sentido paulino anterior. Eles é que «nomeavam» outros anciãos, conforme o

estilo de tempos posteriores, como se fosse uma espécie de primeiro passo na direção de uma verdadeira hierarquia eclesiástica (ver o terceiro capítulo da primeira epístola a Timóteo e o trecho de Tito 1:5 e *ss*).

Contra tais idéias normalmente se salienta que o avanço do governo eclesiástico, na direção de formas eclesiásticas posteriores, não é tão grande como aquele avanço refletido nas epístolas de Inácio, e de que temos pouco conhecimento acerca de quão rapidamente tais formas governamentais realmente se desenvolveram, e, por conseguinte, o que se acha refletido nas epístolas pastorais que poderia coincidir com os últimos anos do ministério de Paulo e com um desenvolvimento natural, que teria partido do tipo informal de governo que caracterizava a igreja cristã primitiva, conforme transparece nas primeiras epístolas daquele apóstolo. Pelo menos é certo que as *epístolas pastorais* são um tanto vagas sobre questões de ofícios eclesiásticos e sobre a expressão governamental daquele tempo, pelo que também nenhum argumento sólido pode ser erigido sobre o reflexo de um «período posterior». Se o autor sagrado estivesse interessado em informar-nos acerca dessa questão, facilmente poderia tê-lo feito, e é lamentável que em vista das epístolas pastorais serem os únicos livros do N.T. devotados à pessoa e ao trabalho dos pastores, que informações mais claras não nos tenham sido conferidas sobre a estrutura real do governo eclesiástico, o que se revestiria de grande interesse histórico.

O Problema Doutrinário:

Alguns estudiosos objetam à idéia de que as «epístolas pastorais» sejam genuinamente paulinas, com base no argumento de que doutrinas diferentes se refletem nelas, algumas vezes similares às de Paulo, mas outras vezes bem diferentes do que ele dizia e até mesmo contraditórias a seus escritos. Por exemplo, as questões como a morte e a ressurreição de Cristo não aparecem mais como temas centrais, mas são reduzidas a meras alusões. O conceito da justificação e da nossa transformação segundo a imagem de Cristo, como alvo mesmo da vida cristã, não aparece aqui. — Os ensinamentos das epístolas pastorais são primariamente éticos, muito semelhantes ao estilo dos ensinamentos ministrados nas sinagogas judaicas. A «eusebia» (piedade) toma o lugar que a «pistis» (fé) ocupa nas epístolas paulinas, o que, uma vez mais caracteriza uma fé mais judaizante. Essa palavra «eusebia» é usada por doze vezes nas epístolas pastorais, e nunca nas demais epístolas paulinas. Somente nos trechos de I Tim. 1:16 e II Tim. 3:15 é que a fé surge claramente com o seu antigo sentido de meio para a apropriação da salvação. Nas demais menções, a fé perde sua função distintivamente salvadora, sendo reduzida a uma das «virtudes cardeais». Conforme comenta C.H. Dodd, *The Johannine Epistles* (pág. 30): «Para os hebreus... conhecer a Deus não era primariamente um exercício intelectual e nem uma inefável experiência mística; antes, consistia em reconhecer a Deus nos seus caminhos com o homem reconhecendo suas reivindicações sobre o homem, compreendendo suas leis com a intenção de obedecê-las».

Alguns intérpretes asseguram que esse é o ponto de vista essencial das «epístolas pastorais», que abandona o misticismo tipicamente paulino. (Ver I Cor. 1:4 acerca desse elemento nos escritos de Paulo). Alguns intérpretes, entretanto, vão longe demais a esse respeito, insistindo que a «salvação pelas obras» é destacada nas epístolas pastorais, o que é distintivamente contrário à clara declaração de Tito 3:5. Contudo, o trecho de I Tim. 1:7 e *ss* põe certa ênfase sobre a lei, dando-lhe uma importância que dificilmente pode ser reconciliada com o que se lê nas epístolas aos Romanos e aos Gálatas, ainda que o nono versículo daquela passagem também torne duvidosa tal idéia. No entanto, a idéia de «salvação pelas obras» pode ser vista implícita em I Tim. 6:12, que diz, «Combate o bom combate da fé. Toma posse da vida eterna, para a qual também foste chamado, e de que fizeste a boa confissão, perante muitas testemunhas». (Ver igualmente I Tim. 5:6). Entretanto, isso não diz coisa alguma mais do que aquilo que se encontra em Fil. 2:12: «Assim, pois, amados meus, como sempre obedecestes, não só na minha presença, porém muito mais agora na minha ausência, desenvolvei a vossa salvação com temor e tremor».

Outrossim, esses indícios podem ser exagerados ou mesmo distorcidos, por estudiosos ansiosos por apresentar argumentos favoráveis ou contrários à autoria paulina. Por exemplo, é salientado por alguns eruditos que o tema muito enfatizado por Paulo, o da «união vital» com Cristo, não se pode encontrar nas epístolas pastorais. Porém, a consulta a uma boa concordância bíblica mostra-nos que as expressões «em Cristo» ou «nele», denotando exatamente essa união (e que figura por cento e sessenta e quatro vezes em suas epístolas, ver as notas expositivas a respeito, em I Cor. 1:4 no NTI) também se acham com freqüência nas epístolas pastorais, isto é, nada menos do que nove vezes, de uma maneira ou de outra. (Ver I Tim. 1:15; 2:7; 3:13; II Tim. 1:1,9; 2:10 e 3:12,15).

Diferenças quanto às expressões doutrinárias podem ser explicadas com base nas diferenças de propósito e de intuito do apóstolo. As grandes doutrinas que foram expressas naquelas epístolas, onde alguma atividade polêmica era exercida, visavam atender especificamente a situações locais. Nenhuma das epístolas de Paulo (com a exceção única, talvez, da epístola aos Efésios) foi escrita apenas para expor doutrinas, inteiramente à parte das necessidades especiais das igrejas locais para as quais ele escreveu; e normalmente foram pronunciadas em oposição a idéias falsas, correntes na igreja particular para a qual ele escrevia. As expressões doutrinárias, por conseguinte, dependiam das circunstâncias locais. Visto que essas circunstâncias diferiam, havia doutrinas centrais, consideradas nitidamente paulinas, que apareciam ou não nas diferentes epístolas que ele escreveu. Assim, ao passo que alguns, como McGiffert (*History of Christianity in the Apostolic Age*, pág. 402), têm asseverado que as diferenças doutrinárias são o argumento mais «decisivo» contra a autoria paulina das «epístolas pastorais», parece antes que essas diferenças podem ser adequadamente explanadas, embora não tão conclusivamente para eliminar todo o problema.

O Problema da Escassez de Material

Alguns intérpretes têm caído no erro de «ver demais», em certas porções minúsculas de material escrito. As supostas diferenças de conceitos doutrinários entre epístolas de pequenas dimensões, que foram escritas para atender a situações meramente locais, dificilmente podem ser premidas para resolverem problemas de autoria, por exemplo. Essas epístolas não foram escritas como teologias sistemáticas; e declarações isoladas, aqui e acolá, uma vez extraídas de seus respectivos contextos, facilmente podem ser interpretadas como se fossem contraditórias.

As epístolas de Paulo não foram escritas como manuais destinados a estudos doutrinários. Supomos

mesmo que a maioria delas foi escrita com bastante espontaneidade. Paulo, sem dúvida, acreditava em grande número de coisas sobre as quais jamais escreveu nas epístolas que possuímos. Outrossim, também, deve ter tido muitos pontos de vista sobre coisas que costumava afirmar, mas sobre as quais nunca escreveu, nas epístolas que chegaram até nós. Por conseguinte, é muito precário edificar teorias de autoria por causa de aparentes discrepâncias doutrinárias, a menos, naturalmente, que essas diferenças sejam realmente evidentes.

O Problema Lingüístico

Na realidade, é neste ponto que se tem registrado mais objeção à autoria paulina das «epístolas pastorais». É fato bem conhecido, por aqueles que lêem muito vários autores, que cada um deles tem seu próprio estilo de expressão, o qual pode ser breve, profuso, complicado, simples, confuso, claro, eloqüente, pedante, sem falarmos no uso de termos e expressões idiomáticas favoritos. Geralmente é fácil até mesmo perceber quando um autor começa a «tomar por empréstimo», embora não se identifique diretamente, ou quando começa a «citar», sem importar se ele identifica ou não a sua fonte informativa. Outrossim, é extremamente difícil alguém imitar o estilo alheio, exceto mediante citações diretas; antes, assim que um escritor começa a falar *por si mesmo*, deixa transparecer a sua mentalidade e estilo. Poderíamos mesmo dizer que o estilo de um autor, sua escolha de palavras e suas expressões em geral são tão peculiares a ele como suas impressões digitais. E essas questões transparecem até mesmo através da «tradução» de um idioma para outro. Em outras palavras, o estilo de um autor se deixa ver até mesmo quando sua obra é bem traduzida para outra língua. O estilo de um autor é como que as *impressões digitais* de sua mente. Ora, é justamente aqui que muitos intérpretes vêem uma «impressão digital» diferente do que aquela que aparece nos comuns e «primeiros» escritos paulinos.

O vocabulário das epístolas pastorais. Existem novecentas e duas palavras que formam a base das «epístolas pastorais». O estudo mais completo a respeito foi feito por P.N. Harrison, em seu livro *Problem of the Pastoral Epistles* (Londres, Oxford University Press, 1921). Cinqüenta e quatro dessas palavras são nomes próprios, pelo que ficam fora da discussão. Trezentas e seis dessas palavras, o que representa mais de um terço do total, não se encontram nas demais dez epístolas atribuídas a Paulo. Dessas, cento e setenta e cinco nem ao menos ocorrem em qualquer outra porção do N.T. Cento e trinta e uma ocorrem em outras porções do N.T. (em conjunção com as «epístolas pastorais»), mas não em qualquer das comumente aceitas epístolas paulinas. Existem quinhentas e quarenta e duas palavras, nas epístolas que ora comentamos, compartilhadas com outros escritos paulinos. Cinqüenta desses termos podem ser reputados exclusivamente paulinos, no sentido de que não figuram em qualquer outro lugar do N.T. Muitos desses vocábulos, contudo, são empréstimos evidentes, extraídos de outros escritos paulinos, sobretudo da epístola aos Romanos. Dessa porção do vocabulário, que não concorda com outras epístolas de Paulo, duzentas e onze palavras têm sido aceitas atualmente como parte do vocabulário dos escritores cristãos do período de 95—170 D.C. Dentre as seiscentas e trinta e quatro palavras que Paulo usou, e que parece terem desaparecido do vocabulário do século II D.C., no grego representado pelos escritos dos pais apostólicos, quinhentas e noventa e cinco não são usadas nas «epístolas pastorais», o que, talvez, mostre que tais vocábulos tenham caído em desuso, e que o vocabulário das três epístolas se aproxime mais do vocabulário dos pais da igreja do século II D.C. do que do grego de Paulo. Finalmente, aquelas palavras existentes nas epístolas pastorais, mas que não se acham em qualquer outra porção do N.T., e nem mesmo nos escritos dos pais apostólicos, e nem nos escritos dos primeiros apologistas cristãos, encontram companhia com os escritos não-cristãos da primeira metade do século II D.C., como Epicteto (60—120 D.C.), Diom Crisóstomo (40—115 D.C.), Dioscordes (100 D.C.), Plutarco (120 D.C.), Ariano (100-170 D.C.), Marco Aurélio (121-180 D.C.), além de outros autores que viveram na mesma época, o que, uma vez mais, indica um vocabulário grego «posterior».

Alguns poucos dos termos especiais, usados nas «epístolas pastorais», o que forma um vocabulário teológico e eclesiástico, não usados em outros escritos paulinos, aparecem aqui para satisfazer a curiosidade dos leitores: «*Didaskalia*», que significa «corpo de doutrinas» (encontra-se por quatro vezes na primeira epístola a Timóteo, por duas vezes na segunda epístola a Timóteo, e por três vezes na epístola a Tito, isto é, em I Tim. 1:10; 4:1,6,13,16; 5:17; 6:1,3; II Tim. 3:10,16, 4:3; Tito 1:9; 2:1,7,10); «*pistis*» que quer dizer «fé», em sentido «objetivo», a «fé ou credo cristão», rara no restante do N.T., embora essa palavra seja de ocorrência freqüente com outro sentido (encontra-se na primeira epístola a Timóteo por oito vezes, aparecendo também ali o sentido «subjetivo», isto é, «a fé que alguém exerce»; ver os exemplos em I Tim. 1:2,19; 3:9,13; 4:1; 5:8; 6:10,21; na segunda epístola a Timóteo aparece por duas vezes, e em Tito por três vezes, isto é, em II Tim. 13:8; 4:7 e Tito 1:4,13 e 3:15). A palavra «*eusebeia*», que significa «piedade», aparece por dez vezes, e duas vezes como advérbio, isto é, em I Tim. 2:2; 3:16; 4:7,8; 6:3,5,6,11; II Tim. 3:5; Tito 1:1; e adverbialmente, em II Tim. 3:12 e Tito 2:12. Essa lista poderia ser ampliada até incluir trezentas e seis palavras. O *Expositor's Greek Testament*, editado por W. Robertson, alista bem mais de cem dessas referências.

Além disso, faltam termos e expressões paulinos comuns, nas «epístolas pastorais», como o «Espírito Santo», que aparece por oitenta vezes em «outras» epístolas paulinas, mas apenas por três vezes nestas epístolas, o que certamente indica certa diferença de ênfase. O termo «justificar» figura apenas em Tito 3:7, ao passo que «justiça» ou «retidão» recebem uma qualidade ética, não figurando aqui como uma relação religiosa com Deus (ver I Tim. 6:11 e II Tim. 2:22). Em vez dos vocábulos paulinos «revelar» e «revelação», estas epístolas pastorais usam «aparecimento» e «aparecer». Paulo usa «Senhor», em contraste com «escravo», ao passo que as epístolas pastorais usam o termo «despotes», que significa «mestre», «déspota». Observações similares podem ser feitas com relação aos termos «injusto», «imundo», «pacto», «andar» (metáfora sobre a conduta espiritual) e «corpo», com subentendidos éticos. Esta última palavra é usada por setenta e uma vezes nos quatro escritos clássicos paulinos, isto é, Romanos, Gálatas, I e II Coríntios.

Palavras que dão estilo. O termo grego *gar*, freqüente nas «outras» epístolas paulinas, é mui raramente empregado nas «epístolas pastorais». «Ara» ou «ara oun» não aparecem nas epístolas pastorais, o que também se dá no caso de outras partículas de ligação, expressões e partículas adverbiais, como «anti», «achri», «dio», «dioti», «emprosthen», «eneken», «epeita», «eti», «ide», «idou», «mepos», «opos», «ouketi», «oute», «palin», «para» (com o acusativo),

«em panti», «pote», «pou», «sun», «osper». Não há nas epístolas pastorais qualquer traço do hábito de Paulo—aplicar diferentes preposições ao mesmo objeto em uma sentença, com o propósito de defini-lo mais acuradamente, conforme se vê em Gál. 1:1 e Rom. 1:17. O uso freqüente do termo «tou», pelo apóstolo Paulo, antes de infinitivos, não figura aqui. Seu uso freqüente do artigo, antes de sentenças inteiras, advérbios, interjeições, numerais, e, especialmente, antes de verbos no infinito, também não aparece aqui. Apesar de que alguma diferença no vocabulário naturalmente pode ser explicada com base na «diferença» de tema, é extremamente difícil explicar, para satisfação de todos, por que motivo as palavras de estilo, conforme aquelas que aparecem acima, não se fazem presentes, uma vez que são partículas que aparecem constantemente nos escritos de Paulo, sem importar qual o tema explorado. Situações similares exigem diferentes usos adverbiais nas «epístolas pastorais». Por exemplo, o familiar termo grego «oun» é substituído por «meta».

Notemos que se a saudação coerente de Paulo é «Graça a vós e paz», em todas as suas *primeiras* epístolas, estas três «epístolas pastorais» dizem «Graça, misericórdia e paz»; e apesar de que essa é uma questão diminuta, poderia facilmente indicar um autor que, apesar de tentar imitar o apóstolo dos gentios, ainda assim usava certas questões de estilo todo pessoal.

Estilo. Até mesmo aqueles que admitem a autoria paulina das «epístolas pastorais», confessam que as «primeiras» epístolas de Paulo têm um estilo mais vigoroso, mais explosivo, mas incisivo. Alguns estudiosos supõem que a «idade avançada» o tornou mais suave, ao passo que outros pensam em certa perda de «energia mental» devido à idade.

«Quem está perfeitamente familiarizado com o estilo e a dicção de Paulo, ao ler estas epístolas, de imediato fica impressionado com a diferença que há entre elas e as suas demais epístolas. Sente-se que ali há uma atmosfera retórica estranha. As sentenças não têm o seu impacto familiar. O pensamento não se movimenta com a pressa costumeira. A verve das epístolas aos Coríntios e aos Gálatas, o vigor dialético da epístola aos Romanos, a majestade da epístola aos Efésios, não transparecem ali. A associação de idéias é frouxa, a construção não é compacta, a movimentação é lenta e desajeitada. Faz falta ali a expressão profunda de Paulo. O pensamento é escasso, em proporção ao volume de palavras; conforme declara Holtzmann: 'Sentimos falta daquelas frases carregadas de sentido profundo'. Tambem se fazem ausentes os anacolutos comuns, os parênteses não fechados, as digressões repentinas, as obscuridades que se derivam do ímpeto do pensamento e dos sentimentos. A construção das sentenças é simples, os pensamentos são simples, expressos sem adornos, tudo de acordo com regras e com suavidade, mas sem impulso e sem cor. Estranhas palavras compostas, palavras profundíssimas, dão início à vereda: os pensamentos paulinos aparecem sob vestes diretas; a voz é a voz de Jacó mas as mãos são as mãos de Esaú». (Vincent, *Word Studies*, introdução às Epístolas Pastorais, pág. 190).

«A sintaxe é mais inflexível e mais regular do que nas primeiras epístolas, mais compacta e menos fluente. As cláusulas são reunidas juntamente, e surge a tendência para o paralelismo». (Lightfoot, *Biblical Essays*, pág. 402). Exemplos desse tipo de fenômeno: I Tim. 1:9; 2:1,2; 3:16; 4:12,13,15; 5:10; 6:9,11-13, 15,18; II Tim. 2:11,12; 3:1-8; 3:10-13,16; 4:2,5,7; Tito 1:7-9; 2:7,12 e 3:1-3.

O Problema Comparativo:

Interpretações mais antigas consideravam a impossibilidade de encaixar as epístolas pastorais dentro do arcabouço histórico do livro de Atos. Assim sendo, acusavam tais epístolas de serem cartas forjadas, sem bom fundamento nos fatos históricos. Muito tempo e energia têm sido gastos, em alguns comentários, na tentativa de fazê-las se encaixarem na narrativa do livro de Atos. Mas atualmente quase todos os estudiosos concordam que, se elas são genuínas, refletem um período histórico posterior ao do livro de Atos, talvez envolvendo uma viagem de Paulo ao Ocidente, até à Espanha, durante um intervalo entre seu primeiro o seu segundo períodos de encarceramento. Até mesmo aqueles eruditos que não acreditam que isso realmente sucedeu, ainda assim crêem que o autor sagrado, sem importar quem foi ele, tencionava que seus leitores entendessem ter havido um pano de fundo histórico. Há certas evidências acerca da «viagem ao Ocidente», de um aprisionamento final e, finalmente, do martírio. Por isso é que o fragmento muratoriano sobre o «cânon», descoberto na Biblioteca Ambrosiana, em Milão, na Itália, que supostamente não teria sido escrito após o ano de 170 D.C., diz: «Nos Atos dos Apóstolos, Lucas relata a Teófilo acontecimentos dos quais ele fora testemunha ocular... mas omite a viagem de Paulo de Roma à Espanha... uma epístola a Tito, e duas a Timóteo, — que embora escritas somente por motivo de afeto pessoal, continuam sendo consagradas no respeito da igreja universal, bem como no arranjo da disciplina eclesiástica».

Naturalmente, não se sabe quais as autoridades ou provas que serviram de base para essa declaração do fragmento muratoriano; e confirmações posteriores dessa tradição, nos escritos dos chamados pais da igreja, podem ter sido apenas a repetição de uma tradição fundamentada apenas no que se lê em Rom. 15:24, onde o apóstolo dos gentios expressou o desejo de fazer tal viagem, que foi interrompida pelo seu encarceramento, sem base em qualquer confirmação histórica. No trecho de Atos 28:31 no NTI, são apresentadas notas expositivas acerca do que se sabe sobre esta conjectura — atinente às atividades missionárias de Paulo após o período histórico que se reflete na narrativa do evangelho de Lucas. Seja como for, sem importar qual seja a verdade sobre a questão, isso não importa em qualquer objeção à autoria paulina das *epístolas pastorais*, na suposição de que tal autoria seria uma contradição com a narrativa do livro de Atos, o que se torna perfeitamente evidente quando se faz a devida comparação.

A Refutação

Uma típica refutação aos argumentos contrários à *autoria paulina das epístolas pastorais*: com base nas dificuldades, com a confirmação da autoria paulina. Trata-se do que disse A.T. Robertson, a fim de que o leitor possa ter exemplo dos tipos de argumentos que são expostos pelos intérpretes a fim de apoiar a autoria paulina tradicional dessas epístolas.

Diz, pois, A.T. Robertson: «É mister discutir questões introdutórias atinentes a essas três (epístolas) porque elas são comuns a todas elas. É verdade que alguns eruditos modernos admitem como paulinas as passagens pessoais, em II Tim. 1:15-18 e 4:9-22, ao mesmo tempo que negam a genuinidade do resto. Mas essa crítica cai por seu próprio peso, porquanto precisamente as mesmas características de estilo aparecem tanto nessas passagens admitidas como no resto; e nenhuma razão terrena pode ser apresentada que explique por que Paulo teria escrito

meros trechos esparsos, ou que explique a omissão de outras porções e a preservação dessas porções por um forjador do segundo século da era cristã.

As evidências externas em prol da autoria paulina são fortes e conclusivas (Clemente, Policarpo, Irineu, Tertuliano, Teófilo e o cânon muratoriano). «Traços de sua circulação na igreja, antes do tempo de Márcion, são mais claros que aqueles referentes às epístolas aos Romanos e II Coríntios». (Zahn, *Introduction to the N.T.*, II, pág. 85). Márcion e Taciano rejeitavam-nas porque nelas Paulo condena o ascetismo.

As objeções quanto a questões internas seguem as normas ditadas por Baur, seguidas por Renan. São principalmente quatro. A mais decisiva, conforme é argumentado por McGiffert (*History of Christianity in the Apostolic Age*, pág. 402), é a que diz que o cristianismo das epístolas pastorais não é o cristianismo de Paulo. Ele pensava em Paulo, conforme o conhecemos em outras epístolas. Mas essa acusação não é veraz. É verdade que Paulo alista ali a fé juntamente com outras virtudes, mas ele também faz isso em Gál. 5:22. Em nenhuma outra porção Paulo nos apresenta uma exposição mais exaltada sobre a fé do que em I Tim. 1:12-17. Uma outra objeção apresentada é que a organização eclesiástica, vista nas *epístolas pastorais*, pertence ao segundo século e não ao tempo da vida de Paulo. Além disso, contamos com a epístola de Inácio, da segunda metade do século II D.C., na qual a palavra 'bispo' é posta acima da palavra 'anciãos', acerca do que não há nenhum traço no Novo Testamento. (Lightfoot). Um forjador do século II D.C. certamente teria reproduzido a organização eclesiástica daquele século, em vez da do primeiro século, conforme encontramos nas epístolas pastorais. Nestas se vê apenas o desenvolvimento normal de bispo (=*ancião*) e de diácono. Uma terceira objeção se tem feito com base de que não haveria espaço, dentro da vida de Paulo, conforme a conhecemos pelo livro de Atos e de outras epístolas paulinas, para os acontecimentos aludidos nas epístolas pastorais; e também se tem argumentado, com base em testemunhos posteriores e não conclusivos que Paulo foi morto em 64 D.C., tendo sofrido apenas um período de aprisionamento em Roma. Se Paulo foi executado em 64 D.C., então esse argumento se reveste de vigor, embora Bartlet (*The Apostolic Age*) tenha tentado abrir espaço para elas no período coberto pelo livro de Atos. Duncan faz idêntica tentativa em favor dos trechos esparsos paulinos admitidos por ele como pertencentes ao hipotético período de aprisionamento em Éfeso. Porém, se admitirmos que Paulo foi libertado da primeira ocasião de encarceramento em Roma, então surge espaço suficiente, antes de sua execução, em 68 D.C., para os acontecimentos referidos nas epístolas pastorais, para que ele tenha escrito essas epístolas (sua ida para leste, para Éfeso, Macedônia, Creta, Trôade, Corinto, Mileto, Nicópolis e Roma), incluindo a visita à Espanha, antes de sua ida a Creta, uma vez que a mesma fora planejada (ver Rom. 15:24,28), tendo sido mencionada por Clemente de Roma como um fato («o limite do oeste»). A quarta objeção envolve a linguagem destas epístolas. Mui provavelmente, maior número de pessoas é influenciada por esse argumento do que por qualquer outro. A mais hábil exposição dessa dificuldade foi feita por P.N. Harrison, em *The Problem of the Pastoral Epistles*, (1921). Além dos argumentos, o dr. Harrison imprimiu o texto grego de modo a ajudar os olhos perceberem os fatos. Palavras que não aparecem em outras epístolas paulinas figuram em vermelho, frases paulinas (extraídas das outras dez epístolas) são sublinhadas, e *hapax legomena* são assinaladas por um asterisco. À primeira vista, pode-se ver que as palavras dessas três epístolas, que não se acham em outras epístolas paulinas, bem como frases paulinas comuns, são mais ou menos iguais. Os informes acerca de meras palavras, são mais ou menos como seguem, segundo disse Harrison: — palavras nas epístolas pastorais, que não figuram em qualquer outra parte do N.T. (nas epístolas pastorais são 'hapax legomena'), 175 (167, conforme Rutherford); palavras nas outras dez epístolas paulinas que não se encontram em qualquer outra porção do N.T. 470 (627, conforme Rutherford). As variações nos manuscritos talvez expliquem algo da dificuldade de contagem. É claro que há uma maior proporção de novas palavras, nas epístolas pastorais (mais ou menos o dobro) do que em outras epístolas paulinas. No entanto, as tabelas de Harrison igualmente demonstram diferenças notáveis em outras epístolas. A média de tais palavras por página, na epístola aos Romanos, é de quatro, mas em II Coríntios é de 5,6, em Filipenses é de 6,2, embora apenas de 5 em Filemom.

Parry (Comm., pág. CXVIII) observa que das oitocentas e quarenta e cinco palavras, existentes nas epístolas pastorais, em comparação umas com as outras, é que duzentas e setenta e oito ocorrem somente na primeira epístola a Timóteo, noventa e seis, apenas em Tito, e cento e oitenta e cinco apenas na segunda epístola a Timóteo. 'Se considerarmos apenas o vocabulário, isso indicaria uma autoria separada para cada uma dessas epístolas'. No entanto, é evidente que o mesmo estilo aparece em todas essas três. Afinal de contas, o vocabulário não é um problema inteiramente pessoal. Varia segundo a idade, numa mesma pessoa, e também de conformidade com os temas abordados. Precisamente, tais diferenças existem nos escritos de Shakespeare e de Milton, conforme os críticos desde há muito têm observado. O único problema que resta é se essas diferenças são tão grandes, nas epístolas pastorais, a ponto de impedir a autoria paulina quando *Paulo, o velho*, escreveu sobre o problema da liderança pastoral a dois dos jovens ministros treinados por ele, que tinham de enfrentar a mesma heresia gnóstica incipiente, que o apóstolo já havia enfrentado em suas epístolas aos Colossenses e aos Efésios. Meu parecer é que, levando-se em consideração todas as coisas, o conteúdo e o estilo das epístolas pastorais são genuinamente paulinos, suavizados pela idade e pela sabedoria, escritas talvez aquelas epístolas por sua própria mão, ou, pelo menos, pelo mesmo amanuense, em todas as três instâncias. Lock sugeriu que Lucas talvez tenha sido o amanuense de Paulo nas epístolas pastorais.

«A conclusão de Lock é de que 'ou elas são (epístolas) genuínas ou são artifícais'. (*Int. Crit. Comm.*, pág. xxv). Se elas não são genuínas, então foram cartas forjadas no nome de Paulo (seriam pseudepígrafes). 'O argumento com base no estilo favorece a autoria paulina; o argumento baseado no vocabulário é fortemente contrário a essa autoria, embora não de maneira conclusiva'. (Lock, *op cit.*, pág. xxix).

Eu deveria ter afirmado ainda mais fortemente o caso em favor da autoria paulina do que fiz, e de agora por diante tratarei essas epístolas como produzidas por Paulo. Bem que Parry (*Comm.*, pág. cxiii) diz: 'Não é razoável esperar-se que uma carta particular, dirigida a um amigo pessoal, para sua própria instrução e consideração, exiba as mesmas

características de uma epístola dirigida a uma comunidade para ser publicamente transmitida mediante leitura oral'». (A.T. Robertson, *Introdução às Epístolas Pastorais*).

Testemunho negativo antigo. Em contraste com a aceitação geral, desde os primeiros tempos do cristianismo, da autoria paulina das «epístolas pastorais», apareceram algumas dúvidas no começo do século II D.C. acerca dessa autoria. A autoria paulina foi negada tanto por Basílides como por Márcion (ver Tert. *Adv. Marc.* v.21). Taciano aceitava a epístola a Tito como paulina, mas negava como tais a primeira e a segunda epístolas a Timóteo (ver Jerônimo, *Prol. at Titum*); e havia outros, normalmente considerados hereges, que concordavam com tais avaliações, conforme aprendemos nos escritos de Clemente (Alex. *Strom.* ii.11) e de Tertuliano. Clemente e Jerônimo asseveravam que essas negativas foram motivadas pelo fato de que alguns não apreciavam seus ensinamentos antiascéticos. Nos tempos modernos, alguns críticos têm aceito uma ou outra dessas três epístolas como paulinas, embora tenham negado a outras. O professor H.J. Rose (*Journal of Theological Studies*, outubro de 1923), com base no ritmo dos finais das sentenças, em toda a coletânea de escritos paulinos, concluiu que a segunda epístola a Timóteo é genuinamente de Paulo, mas rejeitou totalmente a primeira epístola a Timóteo, deixando a epístola a Tito em posição duvidosa.

II. Dependência Literária

Não se pode demonstrar ter havido qualquer dependência das «epístolas pastorais» aos evangelhos canônicos. As declarações que *parecem* refletir tal dependência (ver I Tim. 5:18 e 6:3) provavelmente foram apenas ecos da mesma tradição oral sobre os quais os próprios evangelhos se fundamentaram. Entre essas passagens poderíamos alistar I Tim. 2:6 (ver Mar. 10:45); 4:8 (ver Luc. 18:30); 5:5 (ver Luc. 2:37); 5:18 (ver Luc. 10:7, que concorda verbalmente com o fraseado de Paulo, em contraste com o fraseado de Mat. 10:11); 6:17-19 (ver Luc. 12:20,21); II Tim. 2:19 (ver Mat. 7:23); 4:18 (ver Mat. 6:13); Tito 1:15 (ver Mar. 7:19 e Luc. 11:41); e 3:5 (ver João 3:5).

Também podem ser percebidas similaridades no fraseado em Rom. 16:26 (ver I Tim. 1:1,17); 13:10 (ver I Tim. 1:5); 3:30 (ver I Tim. 2:5); 9:1 (ver I Tim. 2:7). A segunda epístola a Timóteo também contém alguns poucos trechos similares à epístola aos Romanos, como segue: II Tim. 1:3 (ver Rom. 1:18); 1:7 (ver Rom. 8:15); 1:8 (ver Rom. 1:16); 1:9 (ver Rom. 16:26); 1:14 (ver Rom. 8:11); 2:11-13 (ver Rom. 6:8 e 8:17). Tito também contém algumas poucas passagens similares à epístola aos Romanos, a saber: Tito 1:1-4 (ver Rom. 16:26); 1:15 (ver Rom. 14:20); 3:1 (ver Rom. 13:1).

Os pontos de acordo com a primeira epístola aos Coríntios, quanto ao fraseado, são os seguintes: I Tim. 1:12,13 (ver I Cor. 7:25 e 15:10); 2:11,12 (ver I Cor. 14:34); 4:4 (ver I Crô. 10:30); 5:18 (ver I Cor. 9:9); 5:17 (ver I Cor. 9:14); II Tim. 2:4-6 (ver I Cor. 9:7); Tito 3:3 (ver I Cor. 6:9-11).

Com a segunda epístola aos Coríntios temos o seguinte ponto de contato quanto ao fraseado: I Tim. 1:11 (ver II Cor. 4:4).

Com a epístola aos Efésios: II Tim. 1:18 (ver Efé. 4:1); 1:9 (ver Efé. 1:4 e 2:8); Tito 3:3 (ver Efé. 2:3); 3:5 (ver Efé. 2:8 e 5:26).

Com a epístola aos Filipenses: II Tim. 4:6 (ver Fil. 1:23 e 2:17).

Algumas poucas e esparsas referências são similares a outras porções do N.T., como Tito 2:14, em comparação com I Ped. 2:9; Tito 3:5, em comparação com I Ped. 1:3 e 3:21; Tito 2:14, em comparação com I Ped. 1:18. Mas não há que duvidar que esses casos são mera coincidência, embora haja a dependência à coletânea paulina, como não se pode duvidar. Tal dependência mostra uma data *posterior* para as «epístolas pastorais», em comparação com as *primeiras* epístolas de Paulo.

Existem outras citações espalhadas, extraídas de hinos ou de declarações cristãs bem conhecidas, em I Tim. 1:15 e 3:16.

Também há algumas citações extraídas do A.T., usualmente aquelas passagens que também são citadas nas «primeiras» epístolas paulinas: I Tim. 5:18 (ver Deut. 25:4, a única citação explícita). Mas outras passagens do A.T. são claramente inferidas, a saber: I Tim. 1:9,10 (os dez mandamentos); 2:13,14 (terceiro capítulo de Gênesis); 4:3-5 (primeiro capítulo de Gênesis); 5:19 (ver Deut. 19:15); II Tim. 2:19 (possível reflexo de Núm. 16:5); 4:14 (ver Sal. 6:2-12); 4:17 (ver Sal. 22:21); Tito 2:14 (ver Sal. 130:8 e Deut. 14:2).

Os livros apócrifos judaicos também são citados, conforme se vê em II Tim. 3:8, quanto à ilustração sobre Janes e Jambres. (Comparar com II Tim. 2:19).

Há o aproveitamento de fontes informativas extrabíblicas. É possível que epígrames helenistas sejam a fonte originária dos trechos de I Tim. 1:9; 3:1; 4:8; 5:5; 6:7-10; II Tim. 2:4-6,20; 4:7 e Tito 1:12,15.

Regulamentação da ordem eclesiástica. É provável que, neste particular, o autor sagrado tenha regulamento à proporção que ia escrevendo, conforme as necessidades da igreja no momento; mas também é possível que algumas das normas encontradas nas «epístolas pastorais» dependam de regras já formuladas, conforme aquelas que se acham na *Tradição Apostólica de Hipólito* ou nas *Constituições Apostólicas*. (Ver I Tim. 2; 3:1-13; 5:3-16; 5:17-22; 6:1,2; Tito 1:6 e *ss*; 2:1 e *ss*, que são seções onde tais empréstimos podem ter tido lugar).

III. Data e Proveniência

Se essas **epístolas pastorais** porventura não são genuinamente paulinas, então as questões de data e proveniência são artificiais, quando aplicadas à vida de Paulo. Com base em questões de vocabulário, julgaríamos que essas epístolas datam dos fins do século I D.C., ou do começo do século II D.C. Qualquer tempo após 64-68 (tempo em que Paulo foi martirizado) teria sido possível, até cerca de 115 D.C., mas, mais provavelmente ainda, entre 60 e 90 D.C. Márcion (100-150 D.C.) menciona e rejeita essas epístolas como paulinas, o que significa que já estavam em circulação pelo menos no começo do segundo século de nossa era. Alguns estudiosos vêem nas epístolas de Clemente (95 D.C.) algumas reminiscências das *epístolas pastorais*, o que talvez indique que elas já circulavam por esse tempo. Em cerca de 140 D.C., as epístolas pastorais foram traduzidas e incorporadas nas versões siríaca e latina. Há notáveis coincidências de linguagem nas epístolas de Inácio e Policarpo, o que significa que as epístolas pastorais já eram bem conhecidas pelos cristãos antes de 115 D.C. É significativo que o conhecimento sobre as epístolas pastorais, antes do tempo de Márcion, parece preceder (pelo menos como forma de evidência) algumas das inquestionáveis epístolas paulinas, como Romanos e II Coríntios. Não se pode dizer sem mentir que elas já fossem conhecidas antes de outras epístolas paulinas; mas as evidências sobre o

conhecimento de pelo menos algumas delas, depois da era apostólica, são mais fortes do que no caso de algumas das epístolas comumente aceitas como paulinas.

Há eruditos que pretendem datar as «epístolas pastorais» entre 140 e 180 D.C., supondo que são, essencialmente, documentos antimarcionistas. Mas tal data é atrasada demais, em face das considerações expostas mais acima, como também em face do fato de que refletem uma organização eclesiástica anterior à época de Inácio, o que significa que precisam ser datadas em antes de 110 D.C. (Ver as notas expositivas sobre «A Quem Foram Dirigidas», que discutem sobre as epístolas de Inácio, em comparação com estas «epístolas pastorais»). Notáveis semelhanças com os escritos de Policarpo podem ser vistas nas seguintes comparações: Policarpo *Fil.* 4:1 (ver I Tim. 6:10,17); Policarpo, *Fil.* 9:2 (ver II Tim. 4:10); Policarpo, *Fil.* 5:2 (ver II Tim. 2:12 e I Tim. 3:8); Policarpo, *Fil.* 11:4,11 (ver II Tim. 2:25); Policarpo, *Fil.* 12:3 (ver I Tim. 2;1,2).

— Parece que todos esses casos refletem as epístolas pastorais nos escritos de Policarpo. Os casos nos escritos de Clemente e de Inácio são por demais fragmentares e vagos para fazermos um juízo certo a respeito.

Se Paulo realmente escreveu as «epístolas pastorais», então podemos situá-las juntamente com as outras «epístolas da prisão», como a epístola aos Filipenses (escrita em cerca de 64 D.C.), e a cidade de Roma teria sido o local de sua composição. Ou poderíamos aceitar a tradição, preservada no fragmento muratoriano (ver as notas expositivas sob o ponto quinto da discussão acerca da *Autoria*) e nos dizeres de alguns dos pais da igreja, no sentido de que Paulo foi solto da prisão, durante cujo período as epístolas aos Filipenses e a outros foram escritas, tendo passado algum tempo em liberdade, embora não saibamos dizer quanto tempo. (Comentado no NTI, Atos 28:31). Se realmente esse foi o caso, então, mui provavelmente, a primeira epístola a Timóteo e a epístola a Tito foram escritas primeiro, sem importar qual das duas realmente foi a primeira; e depois teria sido escrita a segunda epístola a Timóteo. (Ver I Tim. 3:14; Tito 3:12 quanto ao fato de que Paulo pode ter estado em liberdade quando escreveu essas citadas epístolas, pois vê-se que não estava sob ameaça de morte imediata). A passagem de II Tim. 4:6 e *ss*, entretanto, indica que ele esperava o martírio para breve. Que a segunda epístola a Timóteo deve ser encarada como a última das epístolas do apóstolo dos gentios, pouca dúvida resta; mas é difícil dizer se antes foi escrita a epístola a Tito ou a primeira epístola a Timóteo. Seja como for, todas essas três epístolas devem ter sido escritas depois de 64 D.C., mas até 68 D.C., o mais tardar.

Se as **epístolas pastorais** devem ser agrupadas juntamente com aquelas escrituras no primeiro aprisionamento, então todas as três foram escritas em Roma. Mas se Paulo escreveu a primeira epístola a Timóteo e a epístola a Tito, no intervalo entre dois períodos de encarceramento, então devem ter sido elas escritas em algum lugar no Ocidente, talvez na Espanha. Nesse caso, a segunda epístola a Timóteo deveria ter sido escrita em Roma, durante o *segundo* aprisionamento de Paulo. Na verdade, é impossível reconstituirmos esse período da vida de Paulo, acompanhando-o em todos os seus movimentos, porquanto estes não estão contidos na narrativa do livro de Atos; e não temos outras fontes informativas além dessa, exceto algumas poucas observações esparsas nos escritos dos pais da igreja.

A questão se torna um tanto mais fácil no tocante à segunda epístola a Timóteo, pois esse próprio livro assevera seu aprisionamento e seu martírio esperado para breve, o que só poderia apontar para a capital do império romano. O trecho de I Tim. 1:3 mostra-nos que Paulo estivera recentemente nas vizinhanças de Éfeso, e a passagem de Tito 1:5 mostra-nos que é bem provável que o apóstolo tivesse estado, recentemente, na ilha de Creta. Em Tito 3:12 Paulo exorta a Tito para vir reunir-se a ele em Nicópolis, para ali passarem o inverno. É bem possível que haja aqui alusão à cidade situada às margens do rio Épiro (na porção noroeste da Grécia), sendo essa a única referência sobre uma visita de Paulo àquela região. Porém, onde o apóstolo dos gentios esteve, antes disso, podemos apenas conjecturar. E foi desse lugar desconhecido que Paulo enviara a epístola a Tito; e talvez não muito distante dali escreveu sua primeira epístola a Timóteo.

Alguns estudiosos têm pensado que Paulo escreveu a primeira epístola a Timóteo e a epístola a Tito antes de sua viagem ao Ocidente, e que Filipos, ou algum outro centro cristão, tenha sido o local de sua composição. A passagem de I Tim. 1:3 pode indicar que Filipos foi o local de onde Paulo enviou essas epístolas. Após a sua *quarta* viagem missionária, ele pode ter sido aprisionado em Nicópolis (ver Tito 3:12). Que Paulo estava em Roma, quando escreveu a segunda epístola a Timóteo, é percebido em II Tim. 4:16,18.

IV. A Quem Foram Dirigidas

Se as «epístolas pastorais» são genuinamente paulinas, então os jovens ministros, Timóteo e Tito, foram os endereçados. Timóteo é mencionado no N.T. fora das duas epístolas que têm seu nome, em Atos 16:1; 17:14,15; 18:5; 19:22; 20:4; Rom. 16:21; I Cor. 4:17; 16:10; II Cor. 1:2,19; Fil. 1:1; 2:19; Col. 1:1; I Tes. 1:1; 3:2,6 e File. 1. Seu nome também figura em I Tim. 1:2,18; 6:20 e no título. Por semelhante modo, seu nome aparece nos títulos da primeira epístola aos Coríntios, na segunda epístola a Timóteo e em II Tim. 1:2. (Notas expositivas completas são dadas a seu respeito, em Atos 16:1 no NTI). Por sua vez, Tito é mencionado no N.T. em I Cor. 2:13; 7:6,13,14; 8:6,16,23; 12:18; Gál. 2:1,3; II Tim. 4:10; Tito 1:4 e nos títulos da segunda epístola aos Coríntios e na epístola a Tito. Notas expositivas completas sobre «Tito» são dadas em II Cor. 2:13 no NTI

A tradição supõe que Timóteo trabalhou em Éfeso e nas regiões vizinhas, e isso, sem dúvida alguma, se baseia nos trechos de I Tim. 1:3; II Tim. 1:18 e 4:12. Tito é apresentado a trabalhar em Creta, conforme a afirmação em Tito 1:5. Se estas «epístolas pastorais» são realmente paulinas, então aquelas são as regiões para onde elas foram enviadas. Alguns supõem que o «anjo» de Apo. 2:1 seja Timóteo.

Ainda que essas epístolas tenham sido dirigidas a Timóteo e a Tito como crentes individuais, é muito provável que essas epístolas tenham um desígnio instrutivo para qualquer crente que aspire à *liderança* na igreja, para que saibam quais as qualidades e os deveres que se esperam dele.

Notemos que as personagens de Timóteo e Tito, nessas epístolas, são muito mais que simples pastores, dois entre muitos, que compartilhavam da liderança de igrejas locais, o que é o caso normal no restante do N. Testamento. Pelo contrário, eram figuras de *grande autoridade*, capazes de nomear outros pastores, ou, pelo menos, de exercerem algum controle sobre a nomeação dos mesmos. Isso talvez reflita o desenvol-

vimento da maquinaria eclesiástica dos fins do século I D.C.

Nas próprias «epístolas pastorais» há indícios que parecem justificar as especulações expostas acima; mas é difícil determinarmos até que ponto isso é verdade. Mas pelo menos se percebe que a simplicidade primitiva do governo eclesiástico já tinha começado a tornar-se mais complexa.

As epístolas de Inácio e as epístolas pastorais. Inácio de Antioquia escreveu sete epístolas, enquanto se encaminhava da Síria à cidade de Roma, onde seria martirizado, entre 110 e 117 D.C. Essas epístolas foram enviadas às igrejas cristãs de Éfeso, Magnésia, Trales, Filadélfia e Esmirna; outra foi enviada a Roma, e ainda outra, a Policarpo, que era o pastor de Esmirna. Nessas epístolas, o termo «igreja católica», isto é, «igreja universal», aparece pela primeira vez; e parece que a igreja cristã realmente tinha atingido um estágio de desenvolvimento — que merecia tal denominação.

É interessante observarmos que até mesmo nessa data tão anterior se reconhece o *primado* da igreja de Roma, um passo gigantesco para o desenvolvimento posterior do papado, embora, nos tempos de Inácio, nada houvesse equivalente a isso. Em relação às *epístolas pastorais* é importante observarmos que, pelo tempo de Inácio, a hierarquia de bispos, sacerdotes e diáconos já estava bem estabelecida, e isso ao ponto em que é óbvio que as epístolas pastorais refletem um estágio *anterior* ao dessa situação. Isso significa que as epístolas que ora consideramos não podem ser datadas além de 110 D.C., e que talvez tenham de ser datadas consideravelmente *mais cedo* que isso. Entretanto, alguns estudiosos, como Bauer (Rechtglaubigkeit und Ketzerei im altespen Christentum, Tubingen, 1934), supõem que os documentos que possuímos desvalorizam propositadamente os movimentos heréticos e exageram os padrões de fé «ortodoxos», fazendo com que a igreja da suposta corrente principal tivesse mais autoridade e domínio do que realmente sucedia. Inácio, por exemplo, bem poderia ter sido líder de um grupo de minoria, que procurava impor a outros grupos a sua autoridade, o que significaria que seu «episcopado monárquico» não representava, necessariamente, a verdadeira situação da igreja nos primórdios do século II D.C. É possível, pois, que o suposto padrão «avançado» de governo eclesiástico, representado nas epístolas de Inácio, represente mais um ideal distante do que um fato consumado.

Com as presentes informações de que dispomos, é impossível averiguar-se quanto há de verdade nessas *especulações*. Mas, se porventura essas especulações estão com a razão, então não haveria grande diferença entre o estado do governo eclesiástico, refletido nas *epístolas pastorais* — e nas epístolas de Inácio. No entanto, o próprio fato de que Inácio pôde descrever um governo eclesiástico mais desenvolvido, existente em qualquer área da igreja cristã, serve para mostrar-nos que houve desenvolvimento a partir do que é refletido nas «epístolas pastorais», sendo difícil crermos que tudo quanto Inácio disse sobre esse ponto foi um «esforço da imaginação». Nesse caso, a natureza *totalmente conjectural* das sugestões de Bauer recebe um vigor antes insuspeitado. Pelo menos, nas «epístolas pastorais», fica subentendida a existência de uma situação eclesiástica composta de bispo-pastor-diácono. Não há nessas citadas epístolas qualquer tentativa de defender as formas de governo eclesiástico já existentes, ou de impô-las a terceiros (como parece ter sido o caso das epístolas de Inácio); pelo contrário, nas epístolas pastorais há apenas a tentativa de assegurar que homens qualificados ocupassem as funções representadas por esses termos. Timóteo e Tito representariam esses homens devidamente qualificados.

V. Motivos e Propósitos:

Há três impulsos primários que podem ser observados nas «epístolas pastorais», a saber: a. a necessidade de combater as heresias; b. a necessidade de encorajar a nomeação de homens espiritual e moralmente qualificados para o ministério, o que exigiu várias instruções sobre as qualificações desses homens; c. a necessidade de instrução no caminho da «piedade», que envolve a vida prática e moral. Nesse ponto, as epístolas pastorais ocupam terreno comum com todas as demais epístolas paulinas. Abaixo oferecemos considerações sobre cada um desses três pontos colimados.

A. As Heresias:

Grande parte dessas epístolas visa direta ou indiretamente, refutar as doutrinas falsas e confundir os hereges. O autor sagrado, na sua intensidade de espírito, acumula epítetos adversos contra seus oponentes de diversas naturezas, dificultando assim a identificação das heresias específicas envolvidas. Parece quase certo que ele se opunha a mais de uma forma de heresia, o que explicaria a variedade do tratamento e a falta de ataque organizado e específico. O autor sagrado assediou homens maus, que propagavam doutrinas de demônios, apanhados nas armadilhas do diabo, enganadores que por sua vez eram enganados. Então, como se isso não fosse golpe suficientemente rude, ele amontoou contra seus adversários uma lista de vícios constante de dezoito terríveis itens, conforme se lê em II Tim. 3:2-5. É difícil imaginar qualquer povo religioso, que reivindique autoridade espiritual, baseada no nome de Cristo, envolvido nos defeitos e distorções sugeridos nessa lista. Podemos distinguir ali duas queixas gerais contra eles, a saber: — 1. estavam envolvidos em especulações, em discussões vãs, em conversas ímpias; 2. e isso encorajava-os à degradação moral, à destruição da consciência, à perversão da sinceridade (ver I Tim. 1:4,5; 1:9 e *ss*; II Tim. 3:1 e *ss*; II Tim. 4:3 e *ss*; Tito 2:2,7,12; 3:9 e *ss*). O autor sagrado chama por nome — *alguns* indivíduos, conforme se lê em I Tim. 1:20 e II Tim. 1:15.

A tentativa de amálgama de várias vigorosas crenças religiosas e idéias filosóficas daquela época, como o judaísmo, as religiões misteriosas, o misticismo oriental, o neoplatonismo, com algumas novas idéias produzidas pelo pensamento cristão, talvez arme o palco para grande variedade de combinações, algumas das quais penetraram na igreja cristã, exercendo influência sobre a mesma. Isso era apenas natural para os *convertidos* da época, provenientes de sociedades onde prevaleciam tais amálgamas, que naturalmente traziam consigo suas idéias distintivas favoritas, das quais não podiam desfazer-se imediatamente, e das quais talvez nunca se desfizeram, apesar de terem prestado sua lealdade a Cristo, como o Messias (no caso de judeus), ou como o Salvador e Senhor (no caso de gentios).

Acrescenta-se a isso o fato de que, naquela época, não havia a coletânea do N.T., que teria tido a função de prover autoridade e que teria limitado e restringido tais idéias, pelo menos até certo ponto. Na igreja cristã, a autoridade ainda dependia muito das tradições orais, e essas tradições não estavam igualmente distribuídas, estando sempre abertas a dúvidas. Duas forças principais vieram a exercer influência sobre o cristianismo: a. o judaísmo, em sua

variedade helenista; e b. o mundo helenista pagão, permeado por várias religiões misteriosas e filosoficamente dominado pelo neoplatonismo, isto é, uma interpretação religiosa das idéias de Platão, de mistura com a metafísica dos estóicos. O próprio cristianismo era considerado, por muitos, como simples «heresia judaica». Nunca medrou abundantemente em solo judaico; mas, quando foi transplantado para o mundo helenista e pagão, propagou-se como um incêndio, ao ponto que, excetuando seus princípios éticos, virtualmente perdeu sua identificação judaica. Há grande verdade na afirmativa de Gealy (ibid., pág. 351), que «Embora a história nunca possa certificar-se nem mesmo em nossos dias, sobre qual proporção exata dos ingredientes judaicos e helenistas deve ser misturada higidamente em sua fé, seus líderes têm reconhecido que o cristianismo se propaga melhor quando nem judeus e nem gregos podem excluir um ao outro, quando certa tensão entre eles é mantida, mas quando o espírito ético e profético judaico é reconhecido». Até certo ponto, essas *epístolas pastorais* procuram conservar esse equilíbrio, pois o cristianismo não poderá nunca ser totalmente identificado como o judaísmo, mas também nunca poderá ser inteiramente separado do mesmo (ver I Tim. 1:7 e *ss*). Não obstante, a igreja cristã era um fenômeno essencialmente *gentílico*, embora não pudesse aceitar muitas contribuições culturais do mundo gentílico, que lhe eram adversas à saúde espiritual.

De maneira geral, pois, as heresias combatidas nas «epístolas pastorais» continham elementos judaicos e pagãos, de natureza principalmente gnóstica. Alguns intérpretes acreditam que o elemento judaico era o mais forte; mas outros acham que o elemento mais forte era o gnóstico. Essas idéias normalmente se baseiam sobre a data proposta dessas epístolas. Se foram escritas (alguns dizem) para combater o gnosticismo, então uma data posterior deve ser preferida; mas, se uma data anterior for preferida, então a tendência será considerar a heresia atacada como alguma corrupção do judaísmo. Entretanto, isso é uma distinção *artificial*, porquanto se sabe hoje em dia que o gnosticismo, em seus elementos essenciais, surgiu antes mesmo da época de Paulo e que facilmente poderia possuir as formas que transparecem nos escritos bíblicos. (Ver o artigo sobre *Gnosticismo*, uma heresia que perturbou a igreja por cerca de cento e cinqüenta anos, e contra a qual não apenas as «epístolas pastorais», mas igualmente a epístola aos Colossenses e as epístolas joaninas foram dirigidas).

Identificações Propostas das Heresias Envolvidas

1. Heresias judaico-cristãs. (Ver Tito 1:4 sobre os «mitos judaicos»; ver Tito 3:9 sobre as «querelas acerca da lei», e ver Tito 1:10 acerca do «partido da circuncisão»). As intermináveis genealogias, que promoviam especulações (ver I Tim. 1:4), talvez fossem interpretações alegóricas do A.T., que seguiam métodos existentes no Haggada ou na Mishnah. O livro dos Jubileus (135-105 A.C.) provê um típico exemplo dessa forma de atividade, segundo o estilo da Midrash judaica. Nesse livro é reescrito o livro de Gênesis, na tentativa de expor a lei em uma forma posterior, que faz do sábado e da circuncisão ordenanças eternas, praticadas até mesmo pela hierarquia dos anjos. Os «hereges», por conseguinte, poderiam ser tais judeus, influenciados pela cultura helenista. Talvez se alicerçassem sobre algumas de suas «práticas mágicas», sobre a «astrologia» e sobre outros elementos comuns ao judaísmo helenista. Os indivíduos descritos na passagem de II Tim. 3:6-9 podem ter sido mágicos, místicos falsos, videntes, que exerciam domínio sobre as mulheres, o que não é raro em tais casos. O ascetismo sobre os alimentos (ver I Tim. 4:3) talvez tivesse ligações com o judaísmo. Os essênios eram celibatários, e todos sabem quantas regulamentações sobre os alimentos estavam contidas no judaísmo.

Parece que o que provocou a escrita das «epístolas pastorais», se quisermos dizê-lo de maneira bem abreviada, foi um tipo de heresia judaica. (Ver o artigo sobre *Circuncisão, Partido da*). A simples leitura das «epístolas pastorais», mostra-nos que a heresia atacada, a despeito de reter certas formas judaicas, ultrapassa em muito a qualquer coisa jamais sonhada pela facção legalista da igreja. Notemos que esses homens eram, não apenas, ascetas, mas também libertinos (ver II Tim. 3:6), e que não há quaisquer evidências de que eles tenham tentado reintroduzir a circuncisão e as leis levíticas comuns, sobre alimentos, na igreja cristã, que eram características distintivas dos primeiros legalistas cristãos. Em contraste com os hereges de Colossos (ver Col. 2:16), não tentavam forçar a igreja a observar o sábado judaico, que era uma das principais preocupações do partido legalista da igreja primitiva.

2. Heresias gnósticas. Parece haver pouca dúvida que a heresia enfrentada nas epístolas pastorais era uma das variedades do movimento gnóstico greco-oriental, que tinha muitas facetas. Alguns eram ascetas e outros eram libertinos, e aqueles que entravam em contacto com o cristianismo normalmente traziam algumas formas de pensamento judaico. Isso ocorreu em Colossos, bem como nos lugares descritos nas epístolas joaninas. Todos os elementos do gnosticismo já estavam presentes no mundo, antes da época de Paulo, e poderiam ser formulados formando um sistema que caracterizasse o gnosticismo posterior, ainda que alguns dos mais famosos «movimentos gnósticos», relacionados à igreja cristã devam ser atribuídos a uma data posterior. No entanto, muitos eruditos pensam que o gnosticismo teve início antes da era cristã, por ser, essencialmente, um «misticismo oriental pré-cristão», conforme diz a *Encyclopedia of Religion*, editada por Vergilius Ferm, em seu artigo sobre o gnosticismo, na pág. 300. Ao entrar em contacto com o judaísmo e com o cristianismo, o gnosticismo assumiu formas distintivas, mas até mesmo em seus primeiros contactos com o cristianismo já exerceu influência sobre o mesmo. (Ver o artigo sobre *Gnosticismo*). O gnosticismo, em sua expressão normal, era tanto pré-cristão como anticristão. Se o gnosticismo porventura houvesse ganho a batalha, o cristianismo teria sido reduzido a apenas outra das religiões misteriosas do Oriente. Por isso mesmo, alguns eruditos fazem objeção ao termo «hereges», aplicado aos gnósticos, porquanto um herege é alguém que teve vinculação a algum sistema ou crença, para em seguida pervertê-lo ou abandoná-lo; e ao abandoná-lo torna-se um «apóstata». Contudo, é óbvio que os elementos contra os quais se voltam as epístolas aos Colossenses e as joaninas, bem como as epístolas pastorais, estavam vinculados à igreja cristã e sobre ela exerciam influência; e muitos reputavam-nos autênticos discípulos de Cristo. Portanto, o apelativo «herege» (conforme se vê em Tito 3:10), pode ser apropriadamente aplicado a eles.

O gnosticismo era mais que a «helenização aguda do cristianismo», no dizer de Harnack, embora isso também diga uma verdade. Era muito mais uma tentativa de transformar o cristianismo em uma «*teosofia*», desconsiderando a alma judaica do A.T.,

que lhe dera origem (conforme também disse Harnack). A «forma» que assumiu o gnosticismo, quando entrou em contacto com o cristianismo, foi uma «novidade», provocada por esse contacto. Mas todos os seus elementos essenciais, como um movimento histórico, eram anteriores ao cristianismo. Os gnósticos sentiam a necessidade de explicar a vida e o poder grandiosos de Jesus de Nazaré; e lançaram mão de idéias já existentes, como as hierarquias angelicais, etc., a fim de formularem sua tentativa de explanação.

«O gnosticismo é um termo geral para indicar uma fase da religião, que apareceu no paganismo, no judaísmo e no cristianismo; mas foi no cristianismo que o gnosticismo se tornou mais agressivo». (Samuel Angus, *The Religious Quests of the Graeco-Roman World*, Nova Iorque, Charles Scribner's Sons, 1929, pág. 377).

Nas epístolas pastorais são negadas certas doutrinas distintivamente gnósticas, sobre os seguintes pontos essenciais:

a. Não existem dois deuses, um maligno, que teria criado a matéria, e o outro bondoso, que teria criado os espíritos. O dualismo radical do gnosticismo é negado e rejeitado nestas epístolas, como também se dá no caso de todo o pensamento cristão refletido nas páginas do N.T. Paulo, por exemplo, apesar de reconhecer que o nosso «corpo» físico serve de instrumento fácil para o pecado (ver o sexto capítulo da epístola aos Romanos), jamais permitiu que se pensasse que o corpo é mau por si mesmo, fora do alcance da redenção, segundo diziam erroneamente os mestres gnósticos. Deus é o Salvador, nas «epístolas pastorais», como também é o Criador — portanto, é o Criador e o Salvador. Já os gnósticos supunham a existência de uma imensa linhagem de mediadores, de tal maneira que ninguém poderia entrar em contacto direto com o próprio Deus, pois a matéria bruta só poderia contaminá-lo. (Ver a expressão «Deus, nosso Salvador», em I Tim. 1:1; Tito 1:3, 2:10 e 3:4).

b. Não há uma grande hierarquia de mediadores entre Deus e o homem, mas o único mediador é o Senhor Jesus Cristo, o qual é igualmente denominado de «Salvador» (ver I Tim. 2:5). Ele é o grande Mediador, que aboliu a morte. (Ver II Tim. 1:10).

c. A salvação não se verifica mediante o retorno das «emanações» ao Sol central, que seria Deus, conforme diziam os gnósticos, através do «conhecimento secreto» que seria conferido exclusivamente aos iniciados nos mistérios gnósticos. Antes, a salvação é outorgada ao homem mediante a fé obediente e através da graça divina (ver Tito 2:12-15 e 3:5).

d. Não são apenas alguns *poucos iniciados* os que podem ser salvos, ao passo que a grande maioria dos homens estaria fora da possibilidade de «salvação», visto estarem esses totalmente preocupados com a matéria, motivo por que, finalmente, deveriam perecer, conforme ensinavam os gnósticos. Para os gnósticos havia três classes de pessoas, a saber: os «espirituais», que seriam indivíduos altamente capazes da redenção, que significaria a reabsorção em Deus; os «psíquicos», que já não seriam tão inclinados para a redenção; e os «hílicos» ou «materialistas», a grande massa da humanidade, totalmente incapaz de ser remida. Pelo contrário, faz parte da vontade de Deus salvar a todos, e de fato, em Deus há poder para tanto, visto que não há qualquer sentido de exclusividade na salvação. (Ver I Tim. 2:1-6; 4:10 e Tito 2:11). Não há distinções entre os homens, como «pneumatikoi», «psychikoi» e «hylikoi», conforme diziam os gnósticos.

e. Não há um Cristo *docético*, isto é, que seja humano apenas na aparência, mas que seja um «elevado *aeon*» que veio à terra fingindo-se homem. O mediador é antes o «homem Cristo Jesus» (ver I Tim. 2:5), que se manifestou na carne (ver I Tim. 3:16). (Ver também as epístolas joaninas, que são enfáticas sobre esse ponto, conforme se vê, por exemplo, em I João 4:2 e *ss*).

f. Além disso, o cristianismo bíblico rejeita o sistema ético do gnosticismo, tanto em seu ascetismo (ver I Tim. 4:3 e *ss*) como em seu espírito libertino (ver II Tim. 3:4 e *ss*). A variedade gnóstica que havia em Colossos era essencialmente asceta (ver Col. 2:20 e *ss*); mas ambas essas variedades existiam e perturbavam à igreja. Os gnósticos ensinavam que o corpo encerra o princípio mesmo do pecado, até onde o homem está envolvido, sendo inerentemente maligno e totalmente incapaz de ser remido. Portanto, não importaria o que fazemos com o mesmo, podendo os homens abusar do mesmo e ceder ante suas paixões, como meios que apressariam o processo pelo qual nos livramos do corpo, levando-o à sua destruição necessária, como algo que participa do processo cósmico. Mas o cristianismo bíblico nega que o corpo humano seja inerentemente maligno; pois, bem pelo contrário, requer sua consagração ao Senhor, tanto quanto a consagração do espírito (ver Rom. 12:1,2), seguido pela vereda da *moderação*, em toda a ação ética, exceto nos casos em que o *princípio do pecado* esteja envolvido, — em cujos casos está proibida qualquer forma de participação. Por isso, longe de proibir o matrimônio, as «epístolas pastorais» apresentam o casamento como um dos pré-requisitos essenciais para quem queria ser diácono ou pastor (ver I Tim. 3:2 e Tito 1:6). É possível que alguns dos gnósticos fossem «antinomianos», mas as «epístolas pastorais», em contraste com isso, ordenam a obediência da parte das esposas e dos escravos, e em tudo o mais desencorajam o espírito de revolta. (Ver I Tim. 2:8-15; 5:3-16 e 6:1,2).

3. Alguns estudiosos, pretendendo atribuir uma data posterior para estas epístolas, crêem que elas fazem oposição à heresia marcionita. Márcion foi um importante elemento herege do século II D.C., que tinha a Paulo como seu herói, e que aceitava apenas uma forma mutilada do evangelho de Lucas (sem as narrativas do nascimento de Jesus) entre os evangelhos, e dez das epístolas paulinas, em seu «cânon» do N.T. Foi o fato de que ele formou o seu «cânon do N.T.», que deu origem à formação do cânon do novo pacto. Portanto, a ele devemos pelo menos isso, indiretamente. Mas Márcion rejeitava o A.T. em sua inteireza, crendo que um «aeon» inferior estaria envolvido na criação da matéria, e que esse «aeon» seria o Deus apresentado no A.T., de natureza maligna, e não benigna, porquanto viveria em contacto demasiadamente íntimo com a matéria. Márcion foi o mais versátil e inteligente empreendedor herege — do século II D.C. —, e por conseguinte, foi também o mais perigoso de todos. Era gnóstico, da cabeça aos pés. Procurou «expurgar» o cristianismo de todas as suas influências judaicas. Pode-se notar que a polêmica das «epístolas pastorais» ataca os seus ensinamentos centrais, a saber: a. o dualismo (ver I Tim. 2:5); b. a rejeição ao A.T. (ver II Tim. 3:14-17); c. o ascetismo quanto aos alimentos e bebidas (ver I Tim. 4:3,4) e quanto ao casamento (ver I Tim. 3:2; 4:3 e 5:14).

Todavia, argumentar que as epístolas que ora consideramos pertencem à época de Márcion, devido ao fato de que combate muitas de suas idéias, é algo impossível de ser comprovado, porquanto as citações

e alusões existentes nas «epístolas pastorais» também aparecem nos escritos de Policarpo, e talvez nos escritos de Inácio e Clemente de Roma, que foram cristãos ainda anteriores a Policarpo. (Ver evidências a esse respeito sob o título «Data»). Outrossim, nada havia na heresia marcionita que fosse exclusivo dele, porquanto todos os itens mencionados acima também caracterizavam os gnósticos de algum tempo anterior a esse. A grande «crise gnóstica» da igreja, todavia, teve lugar entre 150 e 180 D.C., mas é evidente que as «epístolas pastorais» já faziam oposição a uma forma gnóstica previamente existente. Naturalmente, é verdade que Márcion e alguns poucos outros dentre os chamados «pais da igreja» rejeitavam as *epístolas pastorais*, mas isso não indica que elas tenham sido especificamente escritas contra ele.

B. Problemas de Organização Eclesiástica, quanto à sua Liderança

Temos aqui o segundo grande impulso por detrás da escrita das «epístolas pastorais». Consideremos os pontos abaixo, para melhor entendimento sobre esse aspecto:

1. Solenes exortações são feitas a Timóteo, no sentido de que ele se desincumba de seus deveres de conformidade com sua elevada chamada (ver II Tim. 1:5-8,13 e *ss*; 2:1,22; 3:14 e 4:1 e *ss*). Tito e Timóteo tinham a obrigação de pelejar em prol da pureza de doutrinas; deveriam ansiar por ensinar a verdade cristã pura aos outros, resistindo às heresias (I Tim. 4:11; 6:2; II Tim. 3:1 e *ss*, e Tito 2:1,15). Somente dessa maneira poderiam ser líderes da igreja cristã, aceitando as pesadas responsabilidades que tinham de nomear outros para os ofícios eclesiásticos.

2. A igreja da época coberta pelas «epístolas pastorais», sem importar se isso envolvia o tempo de Paulo, no fim de sua vida, ou algum período subseqüente ao do apóstolo dos gentios, precisava de uma organização apropriada, bem como da nomeação de líderes qualificados. Para garantir que isso estaria sendo apropriadamente feito é que foram escritas essas epístolas. (Ver I Tim. 3:1 e *ss* e Tito 1:5 e *ss*).

3. São mencionadas as relações entre vários grupos existentes no cristianismo, e o trabalho pastoral, no que diz respeito a esses grupos, é elaborado com minúcias, detalhando as questões que caracterizam o ministério ideal de um líder cristão. (Ver I Tim. 2:8 e *ss*; 5:1 e *ss*; 6:1 e *ss* e Tito 2:1 e *ss*).

4. Um dos principais propósitos das *epístolas pastorais* é o de garantir o devido funcionamento do ministério, o que é descrito neste artigo em seu ponto VII, intitulado «Ensinamentos e Temas». — Ver igualmente, nessa seção, a descrição da posição e a função dos ofícios eclesiásticos. Delinear tais coisas foi o *propósito* principal destas epístolas.

C. Instruções acerca da Piedade Cristã

O terceiro grande impulso por detrás da escrita das «epístolas pastorais» foi o desejo de fornecer instruções sobre a *piedade*, na vida cristã diária, permitindo ao crente um alto padrão de moralidade cristã. Os mandamentos morais acham-se dispersos por todas essas três epístolas, não formando qualquer seção específica nas mesmas. Notemos que a palavra grega «eusebeia» (isto é, «piedade»), é apenas uma outra forma do vocábulo usado por doze vezes nestas epístolas, dentre um grande total de dezessete ocorrências, na totalidade do N.T., isto é, em I Tim. 2:2; 3:16; 4:7,8; 6:3.5,6,11; II Tim. 3:5; Tito 1:1 (adverbialmente, em II Tim. 3:12 e Tito 2:12). As instruções dadas a diferentes grupos são de natureza essencialmente ética, sem quaisquer relações específicas para com as heresias ou para com outros problemas ali contidos. (Ver I Tim. 2:8 e *ss*; 5:2 e *ss*; 6:1 e *ss*; Tito 2:2 e *ss* e 3:1). Alguns estudiosos supõem, entretanto, que os mestres gnósticos estivessem defendendo alguma forma de filosofia antinomiana, que estivesse impelindo tais grupos de mulheres e de escravos a oferecerem resistência às autoridades diversas, pelo que tais seções se tornaram necessárias como reprimendas. Todavia, isso não passa de mera conjectura, não estando a questão sujeita a comprovações ou negações.

VI. Integridade e Confirmação Histórica

Integridade. Se estas «epístolas pastorais» são genuinamente paulinas, então há pouca razão para supormos que não teriam sido preservadas até nós praticamente como foram escritas. Somente quando imaginamos que Paulo não as escreveu é que caímos em dificuldades acerca de sua forma original. Mas a maioria dos eruditos modernos rejeita a autoria paulina, supondo que o verdadeiro autor, tendo escrito após o martírio de Paulo, entrara em contacto com certos escritos autênticos de Paulo, incorporando-os em sua composição, sendo talvez ajudado nessa empresa pelas tradições orais existentes acerca da vida do apóstolo dos gentios. Isso explicaria as várias «porções pessoais». Essas porções são passagens como I Tim. 1:3,20; II Tim. 1:5,15-17 e 4:9-21.

Vários outros estudiosos consideram-nas autênticas quanto às informações que nos prestam, ilustrando uma *quarta* viagem missionária, após o primeiro período de encarceramento do apóstolo, em Roma, um período da vida de Paulo completamente fora da narrativa do livro de Atos. Esses informes particulares, entretanto, mostram-nos que Paulo ainda estava bem distante de Roma quando escreveu, pois talvez tenham sido escritas pouco depois de sua soltura, talvez em Filipos (I Tim. 1:3). Outros textos, como I Tim. 1:12 e *ss*, e 5:9-16, facilmente poderiam ter-se alicerçado sobre material escrito por Paulo.

Na primeira epístola a Timóteo, as passagens abaixo citadas têm sido recebidas (por alguns eruditos) como genuinamente paulinas, incorporadas pelo autor em sua epístola: I Tim. 1:1-10,18-20; 4:1-16; 6:3-16,20 e *ss*. Outros eruditos dividem em duas seções ou localizações de onde teriam vindo materiais paulinos incorporados nestas «epístolas pastorais», cada seção composta em um local diverso: De Corinto (I Tim. 1:3 e *ss*; 1:18-20; 2:1-10; 4:12; 5:1-3,4-6,11-13,19-23,24 e *ss*). De Cesaréia (I Tim. 1:12-17; 3:14-16; 4:1-11; 5:7 e *ss*; 6:17-19; 1:5-11; 6:2,20,21). Naturalmente, esses «refinamentos» se baseiam em puras conjecturas, sendo mencionados apenas para mostrar que tipo de atividade os eruditos levam a efeito, quando abordam o problema da integridade.

Na segunda epístola a Timóteo, dois pensamentos diversos são entrelaçados. O primeiro diz: «Vem e reúne-te a mim em Roma». O segundo diz: «Faz teu trabalho como evangelista, em Éfeso». E essas duas declarações se neutralizam, exceto se a vinda a Roma foi proposta apenas como uma visita. Por outro lado, essas questões pessoais podem ter sido incorporadas na composição de um autor posterior, de modo um tanto desajeitado. Por isso é que alguns estudiosos têm proposto a vinculação de duas epístolas, uma particular (ver II Tim. 4:9-21), à qual pertenceriam saudações pessoais (ver II Tim. 4:22 *ss*), e a outra uma epístola geral e pastoral (ver II Tim. 1:14-18). Lock (*Internacional Critical Commentary*), na introdução às «Epístolas Pastorais» (xxxiii), acredita que porções de duas epístolas paulinas genuínas foram

incorporadas em uma única composição, por parte de um autor posterior, a saber: II Tim. 1:1—4:8, escrita de Roma—e II Tim. 4:9-22, escrita algum tempo antes daquela. Cria aquele autor que a segunda epístola a Timóteo é essencialmente paulina, mas que a primeira epístola a Timóteo e a epístola a Tito seriam essencialmente não-paulinas, com algumas inserções de material paulino genuíno.

Os fragmentos genuínos de material paulino, (segundo alguns estudiosos), na epístola a Tito, podem ser os trechos de Tito 1:1-4 e 3:12,13 (segundo Von Soden); ou Tito 1:1-6 e 3:1,7,12,13 (segundo McGiffert); ou mesmo Tito 3:12-15 (segundo Harrison). Muito mais poderia ser dito acerca da integridade das «epístolas pastorais», mas assim fazendo entraríamos em grande número de especulações essencialmente infrutíferas, praticamente destituídas de importância. O leitor curioso poderia consultar a introdução às Epístolas Pastorais por Walter Lock, no *International Critical Commentary*, xxxi-xxxv. Em tempos mais recentes, a tendência tem sido negar que qualquer material genuinamente paulino tenha sido incorporado nessas epístolas, mas que todos os informes pessoais e as localidades mencionadas, que parecem ter tido ligação com a pessoa de Paulo, foram criações do autor dessas epístolas. Se essa opinião está com a verdade, isso significaria que não há qualquer problema de «integridade», mas tão-somente de «autoria».

Podemos confiar muito pouco nas muitas especulações sobre os problemas de integridade, e temos mencionado estas coisas somente para satisfazer a curiosidade do leitor.

Confirmação Histórica. A confirmação histórica, em favor da autoria paulina e da canonicidade das «epístolas pastorais» se assemelha muitíssimo com o caso das demais epístolas existentes de Paulo. Todas elas foram citadas como livros de autoria de Paulo por Irineu (180 D.C.), em seu *Cont. Haer. Praef.* ii.14.7 e iv.16:3 (I Timóteo); iii.2,3 e iii.14:1 (II Timóteo); e i.16.3 (Tito). Essas epístolas foram incorporadas nas traduções latina e siríaca, pelos meados do segundo século de nossa era. Há várias coincidências de linguagem que podem indicar que elas já eram conhecidas por Clemente de Alexandria e por Inácio. Não há que duvidar que Policarpo também as conhecia, em cerca de 135 D.C. (Ver evidências a esse respeito, sob a discussão acerca da «Data» das epístolas pastorais, na seção III deste artigo).

Após o segundo século da era cristã, a confirmação se torna normal nos escritos de quase todos os pais da igreja. Clemente de Alexandria (em Alex. *Strom.* lib. 2) Tertuliano (em *De praescript. hearet.*, cap. 25); Teófilo (em *Ad Auto.*, cap. 3 acerca da primeira epístola a Timóteo). Os mesmos autores citam também as duas outras «epístolas pastorais». Eusébio (em H.E. 11.22) cita a segunda epístola a Timóteo; e em sua obra, *Homologoumena*, alista todas as três epístolas como documentos aprovados do «cânon» do N.T.

Também há evidências negativas acerca da autoria paulina das «epístolas pastorais», conforme se vê nos escritos de Basílides (130 D.C.) e de Márcion (150 D.C.), conforme se sabe através dos escritos de Tertuliano (*Adv. Marc.* v.21) e de Taciano (150 D.C.), que aceitavam a epístola a Tito mas rejeitavam as outras duas (Jerônimo, *Prol. ad Titum*). Clemente de Alexandria (*Strom.* ii.11) diz-nos que havia outros «hereges» que se sentiam igualmente repelidos pelas «epístolas pastorais». Isso poderia ser devido ao tom antignóstico e/ou antiascético dessas epístolas.

VII. Ensinamentos e Temas

Acerca desse aspecto das «epístolas pastorais»; consideremos os pontos abaixo discriminados:

1. *As heresias.* (Quanto a um estudo completo sobre os ensinamentos contrários às heresias, e sobre o que seriam essas heresias, ver a seção V deste artigo, parte A).

2. *Funções do ministério.* (Ver as exortações feitas a Timóteo, que instam com ele para que seja digno ministro de Jesus Cristo, em I Tim. 4:11; 6:2; II Tim. 1:5-7; 1:8,13 e *ss*; 2:1,22; 3:14; 4:1 e *ss* e Tito 2:1,15). Dotado de tal preparação, um homem será capaz de realizar seus deveres necessários. As funções específicas de um ministro da Palavra são as seguintes:

a. Confirmar e conservar a *ortodoxia*, resistindo às heresias. Esse tema é enfatizado muito mais nas «epístolas pastorais» do que em qualquer outro livro do N.T. (Ver I Tim. 1:10 e *ss*; 3:15 e *ss*; 4:11 e *ss*; 6:3 e *ss*; II Tim. 1:13 e *ss*; 2:23 e *ss*; 3:1 e *ss*; 4:2 e *ss*; Tito 1:9 e *ss*; 2:1 e 3:9 e *ss*).

b. *Pregar com intensa devoção.* O pregador não deve esquecer-se de cumprir adequadamente seu trabalho, como um ministro que anuncia a Palavra. Não pode ser meramente alguém que combate as heresias. (Ver I Tim. 4:16; II Tim. 1:13,14 e 2:15). Mas ele mesmo deve ser um exemplo que os crentes imitem. (Ver I Tim. 4:12 e Tito 2:7,8). Não deveria apreciar as controvérsias, mas antes, deveria ser alguém dedicado a seu ministério, de modo positivo (ver I Tim. 6:4; II Tim. 2:23 e Tito 3:9). Sua pregação deveria ser prática, e não especulativa (ver I Tim. 1:5,15; 4:10 e II Tim. 3:15-17). Também deve dispor-se a sofrer perseguições devido a seu ministério fiel, tornando-se um bom soldado de Jesus Cristo (ver II Tim. 2:3; 4:5 e I Tim. 6:13, seguindo o exemplo do próprio Cristo; e ver II Tim. 2:8,9, seguindo o exemplo do próprio Paulo).

c. Ter cuidado na seleção de outros *pastores*, a fim de que a igreja cristã conte com seus ministros apropriados. A tradição cristã será melhor preservada se for posta sob a guarda de homens fiéis. que se submetam à autoridade do apóstolo Paulo e de seus auxiliares. (Ver I Tim. 3:1 e *ss*; 5:22; II Tim. 2:2 e Tito 1:6 e *ss*).

d. Sustentar o ministério e *disciplinar* o mesmo. Os ministros do evangelho não devem ser amantes do dinheiro, trabalhando por motivo do ganho (ver I Tim. 3:3 e 6:6-10); não deveriam ser anelantes pelas vantagens pessoais (ver I Tim. 3:8 e Tito 1:7). Não obstante, têm o direito de receber sustento financeiro apropriado (ver I Tim. 6:8). Alguns pastores, especialmente aqueles que dirigem bem e são bons mestres, podem receber com justiça um duplo salário, ou alguma forma especial de reconhecimento. (Ver I Tim. 5:17).

e. Os líderes cristãos têm a *responsabilidade* de supervisionar os cultos de adoração, quanto aos seguintes itens: — nas orações (ver I Tim. 2:1,2), na participação exclusivamente masculina na pregação e no ensino (ver I Tim. 2:8-15) e na leitura das Sagradas Escrituras (ver I Tim. 4:13; II Tim. 3:16 e 4:2).

f. Também devem proteger os que sofrem necessidades *especiais*, provendo o necessário para os mesmos, como as viúvas que não são sustentadas por seus parentes. (Ver I Tim. 5:5 e *ss*).

3. *Exortações éticas em geral.* (Quanto a esse tema, ver a parte C da seção V deste artigo. No tocante aos próprios ministros do evangelho, isso pode ser percebido especialmente em I Tim. 4:1-16).

VIII. Importância das Epístolas Pastorais

Dentre todos os escritos do N.T., as «epístolas pastorais» são os únicos livros devotados a mostrar quais são as qualificações dos pastores e qual é o seu ministério. É lamentável apenas que a porção organizacional da igreja não seja ali mais claramente definida. A despeito da brevidade de seu texto, estas epístolas se têm tornado os livros de texto padronizados para as qualificações dos líderes e para ensinar os tipos de ministério que esses líderes têm a cumprir. Certas passagens (ver I Tim. 3:1 e *ss*; II Tim. 4:2-7 e Tito 1:6 e *ss*) se têm tornado parte da liturgia de consagração de várias denominações evangélicas. E à parte da própria consagração de ministros, muitas expressões das «epístolas pastorais» têm encontrado caminho até à liturgia da igreja. Essas expressões incluem «Rei dos séculos», «Salvador dos homens», «Deus, nosso Salvador», «Nosso grande Deus e Salvador», «o Senhor seja com o teu espírito». Na liturgia da igreja anglicana, essas epístolas são citadas, sobretudo quando da consagração de bispos, com exortações e orações de diferentes formas. O famoso documento antigo, *Didache*, toma por empréstimo muitas expressões dessas epístolas, tal como o fazia a Ordem Eclesiástica Egípcia e as mais antigas Ordens Eclesiásticas existentes. Há citações das mesmas encontradas nos *Cânones de Hipólito*, bem como em outros famosos escritos sobre a ordem eclesiástica e sobre o ministério, como aqueles de Crisóstomo, *De Sacerdotio*, e de Gregório o Grande, *Regulae Pastoralis Liber*. Há outras passagens de elevadíssima qualidade, que têm sido memorizadas e citadas através da história da igreja, como I Tim. 1:15; 6:10; II Tim. 1:12; 2:15; 3:16 e 4:7,8.

No contexto histórico, as «epístolas pastorais» têm sido usadas para combater modificações debilitantes e pervertidas, embora alguns radicais tenham lançado mão de seus preceitos severos contra as heresias, fazendo com que os mesmos se apliquem a tudo quanto esses radicais combatem. Mas não se pode negar o fato de que essas epístolas ensinam que há uma «verdade» a ser promovida, e «erros» a serem combatidos, e que o Senhor Jesus Cristo se acha no centro dessa verdade. Esses livros, a despeito de estereotipados e de usarem expressões comuns, nem por isso deixam de ser heróicos, porquanto conclamam-nos para uma devoção intensa e incansável a Cristo e a seu evangelho, à lealdade a ele, em meio a este mundo hostil. As epístolas pastorais até mesmo convidam os homens ao martírio, se porventura isso tornar-se necessário. É nessas epístolas que podemos achar aquelas imortais palavras de Paulo: «Quanto a mim, estou sendo já oferecido por libação, e o tempo da minha partida é chegado. Combati o bom combate, completei a carreira, guardei a fé. Já agora a coroa da justiça me está guardada, a qual o Senhor, reto juiz, me dará naquele dia; e não somente a mim, mas também a todos quantos amam a sua vinda» (II Tim. 4:6-8). E onde mais se poderia encontrar palavras mais despertadoras do que «...todavia não me envergonho; porque sei em quem tenho crido, e estou certo de que ele é poderoso para guardar o meu depósito até aquele dia» (II Tim. 1:12)? Qual instituição, devotada ao ensinamento da Palavra de Deus, ou então qual pastor, que recomende o estudo das Escrituras, em algum tempo ou outro, não se utilizou das palavras, que dizem: «Procura apresentar-te a Deus aprovado, como obreiro que não tem de que se envergonhar, que maneja bem a palavra da verdade» (II Tim. 2:15)? Qual pregador, ansioso por comprovar a autoridade das Escrituras, não tem usado a passagem de II Tim. 3:16, que diz: «Toda Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para a correção, para a educação na justiça...»? Quão terna é a apresentação das últimas palavras de Paulo, proferidas já na expectação do martírio, suas palavras de despedida, simples mas belíssimas, em II Tim. 4:6-22, onde, conforme disse também Sócrates, ao morrer, o trivial e mundano se mistura com declarações eivadas de grandes sentimentos.

IX. Conteúdo de I Timóteo

I. Saudação (1:1,2)
II. Necessidade de refutar os falsos ensinamentos (1:3-7)
III. O uso apropriado da lei (1:8-11)
IV. Paulo, o ministro ideal e suas experiências (1:12-17)
V. A comissão de Timóteo (1:18-20)
VI. A fé cristã é para todos os homens (2:1-7)
VII. A adoração pública e as mulheres (2:8-15)
VIII. Qualificações dos pastores (3:1-7)
IX. Qualificações dos diáconos (3:8-13)
X. A igreja em seu caráter ideal (3:14-16)
XI. Os adversários da igreja (4:1-5)
XII. O ministro ideal de Cristo (4:6-10)
XIII. O exemplo de um bom ministro (4:11-16)
XIV. A função do ministro quanto a grupos específicos (5:1,2)
XV. As viúvas e a igreja (5:3-16)
XVI. Sustento e disciplina dos ministros (5:17-25)
XVII. Injunções miscelâneas (6:1-19)
a. Sobre os escravos e os senhores (6:1-2)
b. Sobre os falsos mestres (6:3-5)
c. Sobre o dinheiro (6:6-10)
d. Sobre os motivos de um homem de Deus (6:11-16)
e. Sobre o dinheiro, novamente (6:17-19)
XVIII. Exortações Finais. Um apelo à fidelidade. (6:20,21)

X. Conteúdo de II Timóteo

O artigo a esta segunda epístola a Timóteo está incluído no artigo sobre as *epístolas pastorais*, que são a primeira e a segunda epístolas a Timóteo e a epístola a Tito. Essas três epístolas possuem o mesmo estilo, o mesmo vocabulário, os mesmos propósitos e formam uma unidade dentro dos documentos do N.T. Quanto às questões como autoria, dependência literária, a quem dirigida, motivo e propósitos, integridade e confirmação histórica, ensinamentos e temas, importância e bibliografia, o leitor deveria consultar o presente artigo.

I. Saudação (1:1,2)
II. Timóteo, o Ministro Ideal (1:3-7)
III. Necessidade do Ministro defender o Verdadeiro Evangelho (1:8-14)
IV. Exemplo de Outros quanto à Lealdade a Paulo (1:15-18)
V. O Ministro Ideal é Soldado de Cristo (2:1-7)
VI. O Significado Verdadeiro da Vida (2:8-13)
VII. Relações do Ministro Ideal e suas Reações contra os Ensinamentos Falsos (2:14-19)
VIII. O Caráter e o Ministério de Ensino do Ministro Ideal (2:20-26)
IX. Advertência contra os Hereges (3:1-9)
X. Paulo deu o Exemplo de Dedicação (3:10-13)
XI. Relações do Ministro Ideal para com as Escrituras (3:14-17)
XII. Como o Ministro Ideal Cumpre seu Ministério (4:1-5)
XIII. Paulo é o Modelo do Ministro Ideal (4:6-8)

XIV. Questões Pessoais relativas a Paulo (4:9-18)
XV. Saudações e Exortações Finais (4:19-22)

As *Epístolas Pastorais* não foram escritas meramente para o benefício de dois homens, Timóteo e Tito, e, sim, para que os «ministros» do evangelho tivessem instruções regulamentadoras sobre como se deve agir nas igrejas locais. Ver a seção intitulada «A Quem Foram Dirigidas», que é a seção IV do artigo sobre as *Epístolas Pastorais*. Estas epístolas refletem um governo eclesiástico em *desenvolvimento*, que ultrapassa um tanto o resto do N.T., ainda que não tão «eclesiástico» em seu caráter como a situação refletida nas epístolas de Inácio, onde o «bispo» ou «supervisor» já alcançara aquela posição virtual que hoje damos a essa palavra, no conceito moderno, isto é, um homem que exercia autoridade sobre uma região inteira, e não somente sobre uma igreja local. Ver notas expositivas a esse respeito, na seção do artigo sobre as *Epístolas Pastorais*, «A Quem Foram Dirigidas», além de outros comentários dados em I Tim. 5:17 no NTI, os quais demonstram que, nas Epístolas Pastorais, parece que havia três ofícios distintos, os «bispos» ou «supervisores», os «anciãos» e os «diáconos», ao mesmo tempo que, enquanto no restante do N.T. «bispos» e «anciãos» eram termos intercambiáveis, o mesmo não acontecia nestas *Epístolas Pastorais*. (Quanto aos períodos de aprisionamento de Paulo, ver o artigo sobre a Epístola aos Colossenses, sob o título, «Proveniência». Quanto à tradição que Paulo foi aprisionado por duas vezes na cidade de Roma, com um intervalo de liberdade entre esses dois períodos, durante o qual supostamente cumpriu seu antigo desejo de visitar a Espanha. Ver o artigo *Aprisionamento de Paulo em Roma*.

XI. Conteúdo de Tito

Os principais problemas que envolvem as **Epístolas Pastorais** são amplamente comentados no presente artigo. Essas três epístolas, I e II Timóteo e Tito, formam uma unidade dentro do N.T., porquanto todas as três foram escritas pelo mesmo autor, essencialmente com os mesmos propósitos. Portanto, a introdução a uma destas epístolas serve de introdução às demais. Questões como a de autoria (tema muito debatido no que diz respeito a estas *Epístolas Pastorais*), de data, de proveniência, dos endereçados, de temas centrais, de motivos, de propósitos, de integridade, de confirmação histórica e de material geral de pano de fundo, já foram discutidas. É impossível alguém compreender o verdadeiro significado de diversas declarações existentes nestas cartas, bem como seu propósito geral de ensinamento, se porventura não tiver ao menos um entendimento parcial acerca dessas questões incorporadas neste artigo. Portanto, ao leitor solicitamos que dedique tempo à leitura deste artigo, o que tornará muito mais vitais e significativas essas *Epístolas Pastorais*.

Em adição a isso, precisamos apenas esboçar o conteúdo desta epístola a Tito:

I. Saudação (1:1-4)
II. Qualificações dos Anciãos ou Supervisores (1:5-8)
III. Dever dos Supervisores de Combater os Falsos Ensinamentos (1:9-16)
IV. Deveres dos Supervisores quanto às suas Congregações (2:1-10)
V. Conduta dos Supervisores em face da Volta de Cristo (2:11-15)
VI. A Conduta Cristã Ideal em relação ao Mundo Pagão (3:1-7)
VII. A Conduta Cristã Ideal deve ser Demonstrada nas Obras (3:8-11)
VIII. Instruções e Saudações Finais (3:12-15)

XII. *Bibliografia*. AM EN I IB KELL LAN MOF NTI SIM TI TIN VIN RO Z

EPOCHÉ

No grego, significa «suspensão de juízo». Esse termo era usado pelos céticos e pelos membros da segunda e da terceira Academias de Platão, para indicar a reação apropriada de uma pessoa diante dos problemas atinentes ao conhecimento. Visto que, de acordo com a doutrina deles, na verdade não podemos tomar conhecimento real das coisas, é mostra de sabedoria suspender todo o juízo. Isso daria lugar à *ataraxia*, isto é, atitude de «tranqüilidade».

Por outra parte, existem aqueles que buscam tranqüilidade mental apegando-se a juízos não examinados, os quais então tornam-se dogmas. O fator psicológico, dentro da teoria do conhecimento e da crença, sempre será um fator preponderante. Com freqüência, cremos em coisas que nos fazem sentir bem, em vez de nos darmos ao trabalho de buscar o conhecimento. Husserl (que *vide*, no sexto ponto do artigo sobre ele) empregava essa palavra para assinalar um certo estágio da redução fenomenológica.

EQUER

No hebraico, «estrangeiro», «transplantado». Outros pensam que significa «raiz». Ele descendia de Judá por meio das famílias de Jerameel e Hezron (I Crô. 2:27). Viveu em torno de 1800 A.C.

EQUIPROBABILISMO

Esse é o nome da teoria ética que afirma que quando não pode ser resolvida alguma questão moral debatível, quando então surgem alternativas aparentemente iguais, então o indivíduo pode adotar uma ou outra dessas alternativas. Essa posição ocupa meio caminho entre o probabilismo (que vide) e o *probabiliorismo* (que vide).

EQUÍVOCO

Essa palavra vem do latim **aequa** (igual) e **vox** (voz). Temos aí o uso de uma palavra com dois sentidos ou mais. Isso pode produzir falácias e jogos de palavras. Aristóteles explicou: «Diz-se que as coisas são nomeadas *equivocadamente* quando, embora tenham um nome comum, as definições correspondentes ao nome diferem em cada caso» (*Categorias*, 1.). Quem usa de casuísmos (que vide), algumas vezes lança mão de equívocos. O equívoco deve ser teoricamente distinguido da mentira, porquanto quem erra por equívoco não tem consciência do fato e nem pretende fazer passar uma inverdade como se fosse uma verdade, pois o seu intuito não é enganar. Na lógica, o equívoco é contrastado com o *unívoco* (que vide). Nos campos da religião e da moral reconhece-se que todas as pessoas e sistemas estão sujeitos a elementos que envolvem equívoco. Todos nos enganamos acerca de muitas coisas, embora nos pronunciemos com convicção quanto a elas.

••• ••• •••

ER

No hebraico, «vigia». Há três pessoas com esse

nome nas páginas da Bíblia, duas no Antigo Testamento e uma no Novo Testamento, a saber:

1. O filho mais velho de Judá, que, já adulto, casou-se com Tamar. Por causa de sua iniqüidade, morreu prematuramente (Gên. 38:7; Núm. 26:19). Viveu por volta de 1896 A.C.

2. Um filho de Selá, outro filho de Judá (I Crô. 4:21). Viveu em torno de 1859 A.C. Sua mãe era filha de Sua, o cananeu.

3. Um homem que aparece na genealogia de Jesus de acordo com o terceiro evangelho. Ali ele aparece como filho de Josué e pai de Elmadã. Deve ter vivido em torno de 725 A.C.

ER, MITO DE

Platão, em sua obra, **República**, no seu décimo livro, tem várias parábolas. A última dessas é o *mito de Er*, cujo intuito é ensinar algo sobre a vida para além da morte física. Aparentemente, o guerreiro *Er* foi morto em batalha e teve certas experiências do outro lado da vida biológica; mas foi-lhe permitido voltar à vida terrena, para contar a sua história. Foi-lhe mostrado no outro lado da existência, que a busca pela sabedoria e pela justiça é a única salvaguarda da alma contra a insensatez e a degradação. Er também entendeu que a alma precisa reencarnar-se e que pode escolher quanto a essa questão. A parábola termina com a visão de Er acerca dos *juízes* e de como as vidas dos mortos são passadas em revista. Recompensas ou castigos aguardam os espíritos dos mortos, de acordo com as obras de cada um, durante esta vida terrena. Porém, podem reencarnar-se, escolhendo a vida que quiserem viver. Uma vez feita a escolha, precisam passar pelo trono da *necessidade*, o que fixa a escolha feita. Então atravessam a planície do *esquecimento*, para esquecerem a sua vida anterior. Chegam então à beira do rio da *indiferença*, cujas águas não podem ser contidas por qualquer vaso. São compelidos a sorver dessa água; e, quando o fazem, olvidam-se das muitas jornadas que tinham feito antes, porquanto, quem poderia trazer o fardo da eternidade sobre os ombros? Eles descansam por algumas horas, mas, ao soar a meia noite, há um raio, um trovão e um terremoto e, no instante seguinte, as almas humanas voltam a ocupar corpos humanos, como se fossem uma massa de estrelas atiradas aqui. *Er*, entretanto, não bebeu daquelas águas e retornou ao corpo físico, embora sem saber como. Abriu os olhos ao amanhecer o dia e descobriu que estava deitado sobre a pira fúnebre, considerado morto, embora tivesse retornado à vida. Platão então adverte a seus leitores de que essa estória foi preservada desde tempos *antigos*, não tendo desaparecido, porque contém uma advertência severa. Para ele, é muito importante o que fazemos aqui. A alma pode escolher entre o bem e o mal, e haverá de prestar contas por aquilo que tiver feito.

Vários intérpretes modernos, com razão, têm encarado essa estória como o relato de um antigo retorno após a morte biológica. Sem dúvida, houve então elaborações e adornos dogmáticos, de acordo com as idéias religiosas da época. Porém, o relato retém os elementos essenciais daquilo que ocorre a uma pessoa que entra nos primeiros estágios da morte física e retorna. Foi preparado um artigo, nesta enciclopédia, intitulado *Experiências Perto da Morte*, que dá as informações essenciais a respeito. Cientistas e filósofos estão estudando a questão e parece que essa é a nossa melhor esperança de demonstrar, *cientificamente*, a existência da alma e sua sobrevivência diante da morte biológica.

ERA

Uma era é alguma época histórica durante a qual as datas são contadas a partir de algum evento histórico significativo. No entanto, muitos usam a palavra *era* como se fosse sinônimo de *época*. Aqueles que fazem distinção entre essas duas palavras entendem que uma época é de menor duração, de tal modo que, dentro de uma era, pode haver várias épocas. Para exemplificar, dentro da era cristã têm havido várias épocas, como a dos apóstolos, a dos cristãos antigos, a dos cristãos medievais, a da Renascença, a moderna, etc.

Pode-se conceber uma era como um período caracterizado por algum fenômeno co-extensivo ou ordem de coisas, com condições sociais, religiosas, intelectuais, políticas ou físicas todas próprias. Uma época, à semelhança de uma era, também começa com algum acontecimento importante. Assim, falamos sobre a época da bomba atômica como aquela que teve início quando da explosão de duas bombas atômicas, lançadas sobre o Japão, nos últimos dias da Segunda Guerra Mundial, em agosto de 1945.

I. Eras Judaicas:

1. A época dos patriarcas (Gên. 7:11; 8:13).

2. Da saída do Egito (Êxo. 19:1) à construção do templo de Jerusalém.

3. Da construção do templo (I Reis 9:10; II Crô. 8:1) ao fim do período da monarquia judaica.

4. Do começo do cativeiro babilônico (Eze. 1:1; 33:21) à dedicação do segundo templo de Jerusalém.

5. Período dos governantes selêucidas, que começou em 312 A.C.

6. Uma grande era foi calculada a partir do tempo em que começou a monarquia em Israel (I Reis 15:1).

7. O Talmude data todas as coisas a contar da suposta data da criação, fixada pelos rabinos em 3761 A.C. Naturalmente, isso é uma completa falácia, pois não há informes bíblicos que nos permitam retroceder até à data da criação do mundo. Ver o artigo sobre a *criação*.

II. Eras Profanas:

1. A primeira Olimpíada (jogos atléticos) foi o princípio de uma era comum para as várias populações helênicas. Estaria correndo o ano 3228 da criação do mundo, correspondente ao nosso 776 A.C. Isso faria retroceder a data da criação do mundo para 4004 A.C.

2. A conquista de Tróia, pelos gregos, assinalou uma era, sendo o ano 2820 A.C. do mundo, correspondente ao nosso 1184 A.C.

3. A viagem feita para adquirir o velocino de ouro, sendo o ano do mundo de 2760.

4. A fundação de Roma, 753 A.C.

5. A era de Nabonassar, 747 A.C.

6. A era de Alexandre, o Grande, que começou quando ele obteve a vitória sobre Dario, o persa, 330 A.C.

7. A era juliana, que é a data da reforma do calendário, por Júlio César, a 1º de janeiro de 45 A.C.

8. A era de Diocleciano, desde o ano em que ele tornou-se imperador, 29 de agosto de 285 D.C.

9. A Hegira dos islamitas, 622 D.C. A *Hegira* (no árabe, «partida») refere-se à fuga de Maomé de Meca para Medina.

10. A era de Yezdegirde III, 16 de junho de 632 D.C., assinala uma era para as persas.

Entretanto, alguns pensam em um quadro diferente, quando calculam as eras profanas, a saber:

1. A era que começou com a fundação do império assírio, 1267 A.C.

2. A era de Nabonassar, quando da morte de Sardanapalo, 747 A.C.

3. O reinado de Ciro, sobre a Babilônia, 538 A.C.

4. O reinado de Alexandre, O Grande, sobre os persas, também é contado como um ponto inicial, 330 A.C.

5. A era iniciada pela instituição do calendário juliano, 1º dejaneiro de 45 A.C.

III. Era Cristã:

Durante um longo tempo os cristãos não falaram em termos de sua própria era cristã, em distinção às datas fixadas pelos pagãos. Porém, a lista de datas, abaixo, pode ser considerada como sancionada pelos cristãos, ou como parte integrante de sua história:

1. *A era cristã mundana*, ou seja, a suposta data da criação, 4004 A.C. Essa data foi calculada inicialmente por John Lightfood (1602-1675) e, então, também foi adotada por James Ussher (1581-1656). A Bíblia inglesa *King James Version*, em suas notas marginais, popularizou essa data. Essa data foi calculada com base nos registros genealógicos do Antigo Testamento. Mas os eruditos concordam que essa data só pode ser simbólica, não tendo qualquer valor histórico, pois os dados bíblicos não permitem que alguém recue até à data da criação. Ver os artigos sobre *Criação; Antediluvianos* e *Cosmogonia*.

2. As *eras judaicas*, conforme mostramos acima, foram largamente adotadas pelo pensamento cristão.

3. A *era cristã* é um grande marco histórico, a começar pelo nascimento do Senhor Jesus Cristo. Em 527 D.C., calculou-se que isso teria acontecido no ano 1 D.C. Porém, cálculos posteriores mais exatos mostram que devemos pensar em cerca de 4 A.C. para a data do nascimento de Jesus. Se isso está com a razão, então sempre devemos somar quatro anos a mais, em relação à data de qualquer ano, para sabermos há quanto tempo o Senhor Jesus nasceu. O ano de 1986 marca 1990 anos desde o seu nascimento, para exemplificar.

4. A *era de Diocleciano,* ou era dos mártires, iniciada a 29 de agosto de 284 D.C., quando Diocleciano tornou-se imperador de Roma. Seguiram-se dois séculos quase ininterruptos de perseguições contra os cristãos, por parte do governo romano.

5. A *era armênia*, que data da retirada da Igreja Armênia da comunhão com o patriarca de Constantinopla, a 9 de julho de 552 D.C.

6. A *era bizantina* ou de Constantinopla, que fixou a data da criação como 5508.

7. A *era da Igreja Oriental,* quando ela se separou de Roma, em 1054.

8. A *era da Reforma protestante*, iniciada na primeira metade do século XVI.

9. A *era das missões modernas*, que começou no século XIX.

ERA (Aeon, Aion)

Tradução do termo hebraico **olam,** um longo e indefinido período de tempo, limitado apenas pelo contexto.

Usos veterotestamentários:

1. *Tempo passado indefinido*. Amós 9:11; Miq. 7:14; Isa. 58:12; Jer. 28:8 em várias conexões. Joel 2:2 e Isa. 64:4 usam o termo para indicar a história humana inteira. Em alusão a Deus, o termo pode significar eterno (Sal. 93:2). Ver também *o Deus da antiguidade*, em Gên. 21:33; Isa. 40:28 e Jer. 10:10.

2. *Tempo futuro indefinido*. Indica o tempo em que um homem viverá, Deu. 15:17; a eternidade da Terra, Sal. 104:5; o ato final do juízo e da redenção, Ageu 2:6; o futuro indeterminado, Isa. 32:14; Eze. 25:15; objetos como o templo de Salomão, I Reis 9:3; a observância da páscoa, Êxo. 12:24; a cidade santa, Sal. 125:1. Mas, quando aplicado a Deus, indica Sua eternidade, Isa. 40:28; Deu. 32:40. O plural intensifica a palavra, dando a entender o futuro interminável, Isa. 45:17, ou a salvação eterna, *idem*.

3. *Passado ou futuro indefinidos*. Da eternidade passada à eternidade futura, como a existência de Deus, Sal. 90:2; 106:48. Indica a duração do amor de Deus. Sal. 103:17; Seu louvor, Nee. 9:5; e a promessa da terra a Israel, Jer. 7:7; 25:5.

Usos neotestamentários:

No grego é *aion*.

1. *Tempo passado indeterminado*. Luc. 1:70; Atos 3:21. Em Judas 25, significa «antes de todas as eras».

2. *Futuridade, duração contínua*. É assim usado por 27 vezes no Novo Testamento, cada vez definido pelo contexto. Ver Mat. 21:19; João 13:8 e I Cor. 8:13, onde significa «nunca». A eternidade futura é vista em João 6:51;58; II Cor. 9:9; Heb. 5:6, etc. O plural reforça a idéia de interminável, como «antes de todas as eras», I Cor. 2:7; «dos séculos», Col. 1:26. A idéia de «eterno propósito» aparece em Efé. 3:11. Um outro termo, «pelos séculos dos séculos» é a forma enfática de dizer «para sempre», Mat. 6:13; Rom. 1:25. Judas 25 tem «por todos os séculos». Assim, a eternidade é vista como uma interminável sucessão de eras ou ciclos. O eterno governo de Deus é pintado pela expressão «rei dos séculos», I Tim. 1:17 e Apo. 15:3.

3. *Um segmento de tempo de considerável duração*. Assim, a blasfêmia contra o Espírito não é perdoada nesta era e nem na vindoura (Mat. 12:32). Jesus Cristo é exaltado nesta e na outra era (Efé. 1:21). A «era vindoura», ou seja, a eternidade que aguarda (Mar. 10:29-30). A presente era terminará com a *parousia* de Cristo (Mat. 24:3). Esta era chegará ao fim com a separação entre os bons e os maus (Mat. 13:39-42). A era vindoura será a era da vida eterna (Mar. 10:30). Esta era faz agudo contraste com a vindoura, quanto ao caráter e à glória (Gál. 1:4). Podemos amar demais a esta era, o que prejudica a alma (II Tim. 4:10). Mediante a morte de Cristo, somos libertos dos males desta era (Gál. 1:4). O reino de Deus pertence à era vindoura (Mat. 25:34). Portanto, as realidades remidoras são escatológicas, embora prefiguradas desde o presente.

4. *O mundo físico*. A palavra «mundo» (kosmos) é usada de modo intercambiável com *aion*. Assim, temos menção à sabedoria deste *mundo* (I Cor. 2:6), e talvez a criação dos *mundos* (Heb. 1:2).

5. *Como uma pessoa*. Na religião helênica, o *aion* era um ser semidivino, superior ao homem mas inferior a Deus, um tipo de ser intermediário, poderoso e mesmo capaz de criar. Alguns gnósticos pensavam que Cristo seria um *aion*, um representante de Deus nesta esfera. Ver Efé. 2:2, sobre o *aion* (maligno) que governa este mundo. Os trechos de Col. 1:26 e Efé. 3:9 e 2:7 talvez usem a palavra para indicar os seres angelicais. O gnosticismo usava o termo para falar sobre a longa sucessão de seres angelicais medianeiros entre o céu e a terra. Esses também eram chamados de *emanações*, e, coletivamente, eram o *pleroma*, ou «plenitude». Ver o NTI quanto a essa palavra, em Col. 2:9, e sobre o *pleroma*. (B E S Z)

••• ••• •••

ERA, É E SERÁ (CRISTO); APO. 1:4

Que é

Cristo, tanto quanto Deus Pai, é aquele *que é*. Esse conceito foi tomado por empréstimo do trecho de Êxo. 3:14, onde é aplicado ao Deus do A.T. Nisso, naturalmente, é ensinada de forma indireta a divindade de Cristo. Fica subentendido, pois, em consonância com a exaltação geral atribuída a Cristo em Apocalipse, que aquilo que é dito acerca do Pai, também se aplica a Cristo, por aplicação e implicação, ainda que não por declaração direta. Ambos são o Alfa e o Ômega. (Comparar com Apo. 1:8—acerca do Pai; e com Apo. 1:11—acerca do Filho). (Ver também Heb. 1:3 no NTI, onde há notas expositivas completas sobre esse tema e sobre a «divindade de Jesus Cristo»). A série inteira ensina a mesma coisa—Cristo é o eterno «passado», «presente» e «futuro». Isso só poderia mesmo ser atribuído a uma pessoa «divina».

Que era, Apo. 1:4. Nenhum «acúmulo» de tempo passado é assim designado; deve-se compreender aqui o «passado absoluto», isto é, todo o tempo passado possível, a «eternidade passada» de Cristo. Isso também o identifica como divindade, porque isso poderia ser dito exclusivamente acerca de Deus. Os grandes versículos cristológicos, como os de João 1:1-3, identificam o Filho com o Pai, de tal modo que aquilo que é dito sobre um é dito também sobre o outro. Assim também em Apo. 1:4, a graça e a paz vêm da parte de Deus Pai e de Deus Filho, pois, como membros da Trindade que são, ambos *eram, são,* e *serão*, embora o Pai seja particularmente salientado aqui. Isso com o segundo versículo daquele mesmo capítulo: «Ele estava no princípio com Deus». (Ver também o oitavo versículo, onde é reiterada essa descrição de Deus).

Que há de vir. Apo. 1:4. Essas palavras aludem à «eternidade futura», bem como à «imutabilidade» de Deus. Provavelmente há aqui uma alusão à segunda vinda de Cristo, quando sua glória futura será vivamente retratada diante dos homens, porque então o filho transmitirá plenamente o Pai aos homens.

Os sentidos diversos desse título, a saber:

1. Aquele que «era», «é» e «será» é uma espécie de paráfrase do «indizível» nome divino. Ele é aquele ser que envolve o tempo todo, toda a criação dentro do tempo.

2. Sua imutabilidade é salientada.

3. Sua divindade autêntica destaca-se sobre tudo.

4. Seu caráter «diferente» é afirmado, pois somente ele pode ser assim descrito.

5. A «tríplice» designação pode dar a entender o Deus «triúno», embora Deus Pai é quem esteja aqui especificamente em foco. Essa referência é possível, tendo sido defendida por alguns bons intérpretes.

6. O «senhorio» de Deus é inerente em tudo isso, pois somente o Deus imutável e intemporal pode ser o verdadeiro Senhor dos homens.

7. Portanto, ele é o Alfa e o Ômega, a fonte e o alvo da criação, o tudo para todos (ver Efé. 1:23 e os versículos oito e onze do primeiro capítulo de Apoc.). O próprio livro de Apoc. serve de prova da estatura divina do Filho. O primeiro capítulo da epístola aos Efésios ilustra como, finalmente, ele será o centro e o cabeça de toda a criação. A vida inteira encontrará nele o seu cumprimento, ainda que nem todos receberão a vida dos eleitos; pois, de alguma maneira, em alguma medida, ele restaurará «tudo» a si mesmo, tal como ele é o criador de «tudo». (Ver Col. 1:16, acerca desse conceito). Biblicamente falando, portanto, aquilo que é dito sobre Deus Pai, em Apoc. 1:4, aplica-se a Deus Filho, em outros lugares.

ERA APOSTÓLICA

É aquele período da história da Igreja, registrado no livro de Atos, e que cobre cerca de trinta anos, além de um período imediatamente posterior, em tempos neotestamentários, e que vai do Pentecoste à morte de João, o último apóstolo. Comumente está dividida em três períodos: 1. do Pentecoste à segunda viagem missionária de Paulo (cerca de 41 D.C.); 2. daí até o falecimento de Paulo (cerca de 67 D.C.); 3. o período joanino, que se prolonga até cerca do ano 100 D.C. Esse terceiro período não é historiado pelo livro de Atos, e nos leva até depois do término do livro de Apocalipse.

Eventos principais. 1. Inauguração da era apostólica (30-33 D.C. - Atos 2), mediante a descida do Espírito Santo, na festa do Pentecoste. Começa aí o poder e a realização da Igreja, e o cristianismo começa a emergir como uma religião separada do judaísmo. 2. Martírio de Estêvão (Atos 7:2-8:2). Completa-se a separação entre o cristianismo e o judaísmo, e o cristianismo é forçado a propagar-se, por causa da perseguição. 3. Conversão de Saulo (Paulo) e suas subseqüentes viagens missionárias, o que faz a Igreja tornar-se principalmente uma entidade gentílica, algo novo no mundo (Atos 8:1 em diante, incluindo capítulos posteriores do livro de Atos). 4. Concílio de Jerusalém, em cerca de 48 D.C. (Atos 15). Esse foi o primeiro concílio cristão, refletindo os conflitos que aumentavam e as tentativas de separatismo, desde os primeiros dias da Igreja. Ocorre um cisma judaico-gentio, embora esse concílio tenha procurado impedir tal coisa. — O sucesso foi apenas temporário. A graça divina alça-se acima do legalismo. 5. Missão ao mundo gentílico, mediante a qual a Igreja muda-se de Jerusalém, tornando-se poderosa em lugares como Éfeso (Atos 13-28). A Igreja avança para o Ocidente. O evangelho espalha-se por todo o mundo então conhecido (Col. 1:6). Esse admirável avanço, dentro da própria era apostólica, é confirmado nos escritos de muitos dos primeiros pais da Igreja, como Justino Mártir, Tertuliano, Lactânio e Clemente de Roma. (S WR Z)

ERA ÁUREA

A crença em uma futura era áurea é quase universal no pensamento e na literatura humanos. Hesíodo, um dos autores dos tempos gregos clássicos, esboçou quatro eras diferentes: a do ouro, a da prata, a do bronze e a do ferro, caracterizando assim a degeneração geral que, segundo ele pensava, os homens tinham atravessado, para chegarem ao estado de depravação em que se encontravam. Isso é paralelo, a grosso modo, do conceito hebreu cristão do paraíso, com a subseqüente queda do gênero humano no pecado. Daniel refere-se a algo parecido, embora não em relação à degeneração da humanidade, e sim, em relação a quatro grandes impérios mundiais sucessivos, a começar pela Babilônia, em seus próprios dias, seguida pela Média-Pérsia (também em seus dias), pela Grécia e, finalmente, por Roma (ver Dan. 2:31 *ss*). A mitologia grega falava sobre a suposta época da inocência paradisíaca, sob o governo do deus Cronos, filho de Urano (o céu) e de Gea (a terra), que foi interrompida por motivo de um ato de rebeldia.

Aspecto Futuro. O Antigo Testamento, os livros pseudepígrafos e as porções proféticas do Novo

Testamento exibem, diante dos homens, uma era áurea final, que algumas vezes aparece como equivalente ao estado eterno e, de outras vezes, aparece como equivalente ao reino messiânico. Na verdade, não há nisso qualquer discrepância, pois o reino messiânico é que abrirá as portas para o estado eterno, este como conseqüência daquele. A moderna tradição profética, igualmente, aponta para uma era áurea futura, que haverá de seguir-se ao período mais atribulado da história do mundo. Isso concorda com o quadro bíblico, que diz que a Grande Tribulação chegará ao fim com a segunda vinda de Cristo, e que o Senhor, então inaugurará o seu reino milenar. Ver o artigo sobre o *Milênio*, que corresponde à expectação judaica-cristã sobre a *era áurea*.

ERA, Vigilante

No hebraico, «vigilante». Filho de Sutela, filho de Efraim (Nú. 26:36). Ele foi o fundador da família dos eranitas. A passagem paralela de I Crô. 7:20 não menciona Erã, embora mencione Eleada, como descendente de Sutela (pai de Erã). Ele viveu em torno de 1450 A.C.

ERASMO, DESIDÉRIO

Nasceu em 1467 e faleceu em 1536. Foi uma proeminente figura da Renascença (que vede). Foi homem de letras e humanista. Nasceu na Holanda, estudou em Paris, Oxford, Louvain e Turim. Ensinou em Cambridge. Então mudou-se para Basiléia, na Suíça, a fim de trabalhar com Froben. Publicou seus escritos. Foi o compilador do primeiro Novo Testamento Grego impresso, o que pôs fim à grande massa de variantes textuais, que foi criada por causa da produção de manuscritos. O seu texto do Novo Testamento recebeu o nome de *Textus Receptus*. Embora composto de textos inferiores e mesclados, serviu como base da tradução para os primeiros Novos Testamentos impressos, em vários idiomas. Ver o artigo separado sobre o *Textus Receptus*, e também sobre os *Manuscritos do Novo Testamento*.

A vida de Erasmo foi caracterizada por uma incessante atividade. Enquanto Lutero atraía as pessoas comuns, Erasmo influenciava toda a classe intelectual de sua época. Mas, apesar de favorecer vários pontos da doutrina reformada (que vede), ele nunca se separou formalmente da Igreja Católica Romana. Erasmo também desejava a reforma, mas feita através da erudição, e não através do confronto e do debate. Lutero não tinha essa paciência. Erasmo sentia-se revoltado diante do cru fervor evangélico, mas deixava-se atrair por várias idéias advogadas por Lutero. No entanto, foi Lutero quem possibilitou a reforma, e não Erasmo.

Idéias:

1. **O humanismo** (que vide) de Erasmo era exposto de modo conciliador, ocupando um terreno intermediário entre o programa de reformas de Lutero e o tradicionalismo católico romano. Intitulava seus pontos de vista e sua abordagem de *filosofia de Cristo*, salientando a simples piedade e detestando as distinções teológicas sobre questões secundárias, que dividem as pessoas. O Novo Testamento era sua principal fonte de teoria moral.

2. Ele defendia a idéia do livre arbítrio humano (que vede) em vista do que foi violentamente atacado por Lutero. Erasmo usava os princípios do ceticismo em seus argumentos. Ele salientava que a Igreja cristã, através da história, sempre ensinava o livre arbítrio como uma base necessária para a moralidade. Visto que a nossa razão não pode explicar os problemas que surgem quando as doutrinas paralelas do determinismo divino e do livre-arbítrio humano são postas em conflito uma com a outra, de acordo com Erasmo, seríamos forçados a aceitar os ensinos da Igreja sobre o assunto. Porém, comentando sobre essa solução de Erasmo, afirmamos que é melhor depender do princípio da *polaridade* (que vede) que mostra que algumas verdades são o extremo oposto de outras verdades, como se fossem os pólos positivo e negativo de um ímã, em cujo caso a verdade consistiria na doutrina combinada. Também poderíamos exprimir essa idéia afirmando que a Bíblia, às vezes, olha a verdade do ponto de vista divino, para então olhá-la do ângulo do homem. No caso em foco, o determinismo seria o lado divino e o livre-arbítrio seria o lado humano. Deus utiliza-se do livre-arbítrio humano para atingir os seus fins. O homem escolhe o bem ou o mal, por sua livre escolha; mas Deus já determinara quem são os seus escolhidos. Mais do que isso, não nos ajuda a revelação divina, pois a Bíblia reconhece que há verdades mais profundas que Deus reservou para si mesmo e que o homem não consegue penetrar. Ver Deu. 29:29.

3. No campo da *moralidade*, Erasmo advogava uma espécie de epicurismo (que vede) em moldes cristãos. Há prazer para quem serve a Cristo e isso neste mundo e nesta vida terrena. Outrossim, as atividades neste mundo imortalizar-se-iam através do poder de Cristo, pelo que teriam valor permanente e seriam uma fonte de prazer espiritual. Epicuro teria identificado corretamente certos prazeres humanos, que Deus determinou para nosso aprazimento legítimo. Esses prazeres seriam quase todos de natureza mental, em contraste com os prazeres físicos. Teríamos a liberdade de desfrutar desses prazeres.

4. Erasmo era defensor sério daquela *atitude gentil* de que o mundo necessita tão urgentemente. No entanto, a sua mensagem perdia-se em meio ao caos e ao fanatismo que caracterizaram a sua época. A despeito disso, deixou uma impressão duradoura sobre a classe intelectual. Todavia, a sua mensagem era por demais calma, por demais gentil e por demais profunda para aquele mundo violento dar-lhe ouvidos. Homens como Erasmo não conseguem impor reformas, mas a contribuição deles é óbvia.

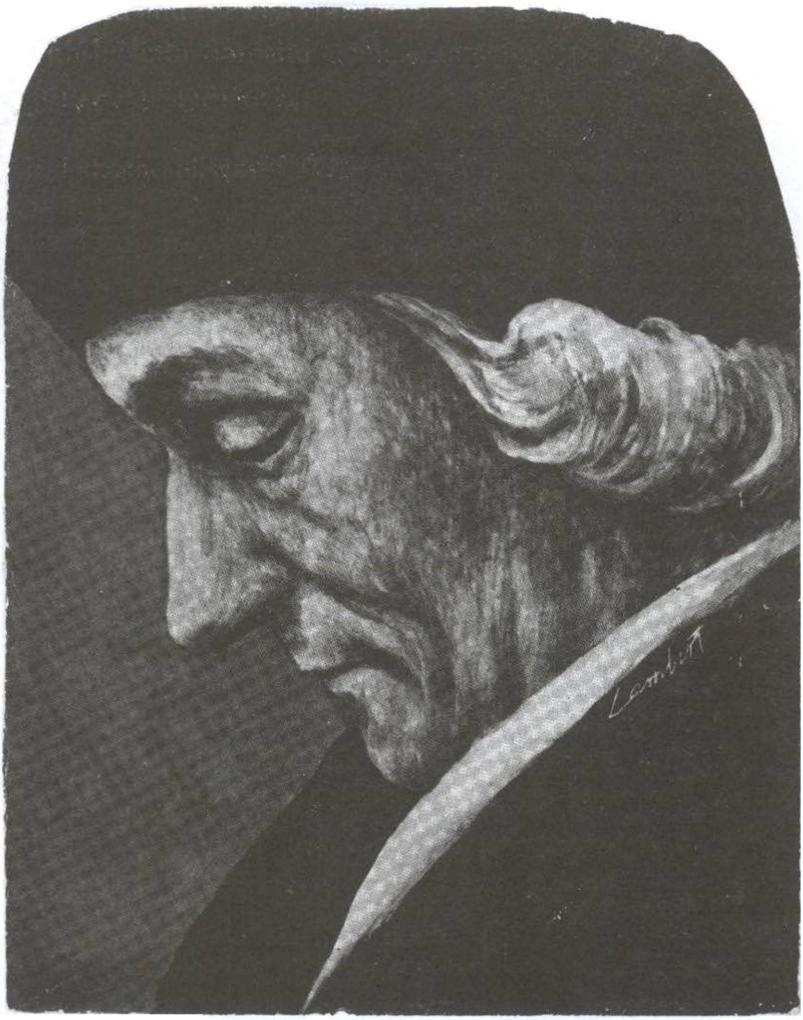
Obras: *Desprezo ao Mundo; Chiliades Adagidrum; Louvor à Insensatez; Diatribe sobre o Livre-Arbítrio; O Epicúrio; O Novo Testamento Grego;* e escritos sobre os *Pais da Igreja*. (AM EP P)

ERASTIANISMO

Esse é o ensino que diz que o Estado é supremo quanto a questões religiosas. Esse ensino argumenta com base na filosofia de Tomás Erasto, o que lhe explica o nome. Erasto acreditava que os pecados dos cristãos professos deveriam ser punidos pelas autoridades civis, — em vez de lhes serem negados os sacramentos. Suas idéias influenciaram o pensamento de Thomas Hobbes. Em sua obra, *Leviatã*, ele conferia ao Estado total poder quanto a questões religiosas. Jesus, porém, negou-se a intrometer-se nos negócios do governo, mesmo quando tentado a isso. E a conclusão lógica de seu ensino, na ocasião, é que o Estado também não pode intrometer-se nas questões religiosas. «Dai, pois, a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus» (Mat. 22:21).

ERASTO

No grego, «amado». Nome de três homens



Desiderus Erasmus — 1467-1536

Erasmo, homem letrado e erudito da Renascença; moderado por natureza e defensor de uma forma de humanismo cristão. Publicou o primeiro texto imprimido do Novo Testamento grego que recebeu, depois, o título de *Textus Receptus*.

••• •••

Erasmo de Roterdã

•••

Erasmo era um humanista cristão, reconciliador, e espírito humilde cuja voz suave não foi bem ouvida no tumulto da Reforma. Tinha um intelecto brilhante e antecipou teologias e modos de pensar modernos.

Seu dogma fixo era a necessidade de imitar o Senhor Jesus Cristo, em palavra e ato.

Com outros dogmas ele não mostrou muita paciência. Erasmo soube que a linguagem humana não pode aprisionar o infinito. O dogma representava para ele um desenvolvimento histórico que continua crescendo com o progresso espiritual do pensamento humano.



Ele defendeu com vigor a —
liberdade de investigação.

mencionados nas páginas do Novo Testamento, embora haja quem pense em apenas um homem, conforme se vê abaixo:

1. Um crente de Corinto, discípulo de Paulo, cujas saudações ele enviou de Corinto para os membros da igreja de Roma. Em Romanos 16:23 ele é mencionado como «tesoureiro da cidade», isto é, da cidade de Corinto. Isso significa que ele era figura de considerável importância em Corinto. A descrição feita por Josefo (*Anti.* 7.8,2), acerca dos «tesoureiros de cidades», mostra a importância do cargo. Com freqüência, esses oficiais eram abastados. Em 1929, arqueólogos descobriram uma inscrição latina em Corinto, que dizia: «Erasto, comissário das obras públicas, fez esta pavimentação às suas próprias custas». É possível, embora não seja provável, que esteja em foco a mesma personagem do Novo Testamento. Também não é muito provável a sua identificação com a personagem mencionada, com esse nome, em Atos 19:22.

Tesoureiro. No grego original temos a palavra *oikonomos*, que pode significar também «mordomo». (Ver Luc. 16:1. Ver Atos 12:20 acerca desse ofício). Todavia, a tradução «tesoureiro» não está errada, sendo provavelmente esse o sentido do termo neste caso. Tal encargo incluía a administração dos fundos públicos e das obras públicas. Seria ele o coletor dos impostos e cobranças, sendo responsável pela utilização do dinheiro em favor da cidade.

Erasto, portanto, pode ter facilmente sido o homem mais influente e importante da comunidade cristã do lugar, se levarmos em conta a posição social e política; mas, na igreja cristã, ele era apenas mais um irmão na fé, que enviava suas saudações juntamente com os demais.

2. Um ajudante de Paulo, enviado juntamente com Timóteo, de Éfeso à Macedônia, em uma missão (Atos 19:22).

3. Paulo tinha um companheiro de viagens, com esse nome, que deixou em Corinto (II Tim. 4:20). Nada é dito acerca dele, na Bíblia, além desse fato.

Se houve três, dois, ou apenas um homem com o nome de Erasto, nas páginas da Bíblia, é algo que ninguém pode desvendar.

EREMITA Ver **Mosteiro; Monasticismo; Eremita.**

ERIQUE

No hebraico, «extensão», «tamanho». No acádico, o nome dessa cidade é *Uruk* e, no sumério, *Unug*. Essa foi a segunda cidade fundada por Ninrode. Ele aparece como fundador das cidades de Babel (Babilônia), Ereque, Acade, Nínive, Reobote-Ir, Calá e Resen, sete ao todo (Gên. 10:10,11). Alguns salientam, contudo, que a rigor não é dito que ele foi o construtor dessas cidades, mas somente que estabeleceu sua autoridade sobre elas. Isso significaria que algumas delas, pelo menos, já existiriam antes dele. Ereque ficava localizada na margem esquerda do rio Eufrates. O local antigo é assinalado pela moderna *Warka*, situada cerca de cento e sessenta quilômetros a suleste da cidade de Babilônia, em uma área pantanosa do Eufrates. Nesse mesmo lugar, foram encontrados pelos arqueólogos, dois antigos *zigurates* (que vede). Serviam de torres de templos e ali foram encontrados selos cilíndricos (que vede). O mais antigo desses zigurates data do começo do quarto milênio A.C. Ereque, juntamente com Ur, Lagase e Eridu, representam as mais antigas cidades do sul da Babilônia de que se tem notícia.

Entre as inscrições encontradas nesse lugar, muitas delas são dos dias dos reis Dungi, Ur-Bau, Gudea, Singaside, Merodaque-Baladã. Também têm sido encontrados no lugar tabletes pertencentes aos reinados de Napopolassar, Nabucodonosor, Nabonido, Ciro, Dario e os selêucidas. Além disso, muitos artefatos têm sido encontrados, como peças de cerâmica esmaltada, esquifes, muitos tipos de receptáculos e sepulcros.

A vila original chamada Culabe, foi fundada por pessoas do período Ubaide (cerca de 4000 A.C.). A principal pessoa envolvida nisso foi o governante semítico Mesquiagaser, da primeira dinastia. Uruque (Ereque) foi a capital do rei heróico mítico, Gilgamés, cujas lendas são paralelas, em muitos pontos, à narrativa da criação do livro de Gênesis. Ver o artigo sobre *Cosmogonia*. A literatura assíria e babilônica tem muitas referências a Ereque. Nos tempos assírios, ao que parece, a cidade tornou-se uma espécie de necrópole nacional.

O local foi escavado a partir de 1850. E após essa data, houve muitas outras escavações arqueológicas. Além das coisas já mencionadas, deveríamos destacar que foram encontrados ali dois zigurates, vários templos e uma grande biblioteca, com muitos documentos, alguns deles pertencentes até 70 A.C. Canais artificiais traziam água para a cidade. As referências ao lugar indicam que, antigamente, a cidade ficava situada em uma área fértil, embora atualmente seja um virtual deserto.

O culto a Anu talvez fosse a mais importante expressão religiosa de Ereque, porquanto a divindade desse nome era um dos deuses mais proeminentes da Babilônia. Um outro culto importante do lugar era o de Istar. (EL UN Z)

ERI

No hebraico, «vigia». Seu nome é mencionado em Gên. 46:16 e Núm. 26:16. É possível que o seu nome estivesse ligado ao verbo que significa «despertar-se». Ele era o quinto filho de Gade, filho de Jacó. De acordo com a segunda dessas referências, foi o progenitor dos eritas. Viveu em torno de 1700 A.C.

ERIGENA, JOÃO ESCOTO

Suas datas foram 810-877 D.C. Foi eclesiástico e filósofo irlandês. Foi educado em um mosteiro irlandês. Veio a fazer parte da corte de Carlos, o Calvo, rei da França. Ensinou na escola Palatina. Traduziu escritos do pseudo Dionísio (que vede), do grego para o latim e produziu comentários sobre esse material. Era seguidor das idéias de Agostinho, bem como das do pseudo-Dionísio. Também traduziu as obras de Gregório de Nissa. Foi uma figura enigmática, em redor de quem surgiram várias lendas. Seus escritos incluíam elementos do agnosticismo, do misticismo e do panteísmo.

Idéias:

1. Ele definia a natureza como a totalidade das coisas, incluindo aquelas que consideramos existentes e não existentes. Com base nisso, ele dividia a existência em quatro partes: a. a natureza não criada; b. a natureza que foi criada e que cria; c. a natureza que foi criada, mas não cria; d. a natureza que nem foi criada e nem cria. Deus seria representado tanto por «a» quanto por «d». A posição «a» representaria a doutrina padrão; mas a posição «d» refere-se a Deus como uma parte da natureza. E é através de idéias assim que descobrimos o seu panteísmo. Apesar disso, contradizia a si mesmo, dizendo que Deus está

acima da natureza. Também há estudiosos que dizem que Deus é o cabeça da natureza, e que a criação é o corpo de Deus. A posição «b» fala sobre as idéias, padrões e atos divinos eternos, através dos quais as coisas individuais teriam sido formadas. Isso é uma adaptação da doutrina platônica das *idéias* e dos *universais* (que vede). E a posição «c» representaria o mundo das coisas criadas (ou emanadas), equivalente aos *particulares* de Platão (que vede).

2. O homem é o *microcosmo* do universo, da mesma forma que Deus é o seu *macrocosmo*. Como tal, ele compartilha, em alguma coisa, de toda a criação. Para exemplificar, juntamente, com as plantas ele compartilha da capacidade da nutrição e do crescimento; com os animais, compartilha das sensações e das emoções; e, com os anjos, compartilha da razão.

3. O *homem caído no pecado* pode ser e será remido pelo Logos, chamado Cristo em sua encarnação. Isso significa que *todos os homens*, de uma forma ou de outra, haverão de adquirir alguma forma de união glorificada com Deus e, finalmente, existirá em uma forma glorificada. Há um *retorno* a Deus, da mesma maneira que cada indivíduo *proveio* de Deus. Essa *saída* de Deus foi justamente o ato da criação. E o retorno a Deus será o ato de restauração final. Esse retorno será tão inevitável quanto foi a saída. Ambos são atos divinos inevitáveis. Toda a criação haverá de reverter, finalmente, à essência das idéias e padrões eternos. Assim como houve um padrão de emanação, descrito no primeiro ponto, acima, por igual modo haverá um padrão de retorno, que reverterá o processo. Assim como o homem proveio do universal eterno, que é Deus, assim também haverá de retornar. Isso exprime a idéia da *restauração* (que vede)! Naturalmente, temos nisso a aplicação de noções platônicas e estóicas. Ver o artigo sobre as *Emanações*.

4. *Duas Maneiras de Abordarmos a Deus*. a. A maneira *afirmativa*. Observamos alguma propriedade no homem ou na natureza, e então, atribuímo-la a Deus. Quando encontramos um homem sábio, dizemos que Deus é *sábio*, somente que em escala maior. Ou vemos algum ato de bondade e afirmamos que Deus é *bondoso*, supremamente bondoso. b. A maneira *negativa*. Deus também é *não-sábio*, no sentido de que a sua sabedoria não pode ser descrita com sucesso, mediante qualquer analogia com a sabedoria humana, porquanto ele possui uma *supersabedoria*, que desafia qualquer descrição por meio da linguagem e do pensamento humanos. As categorias humanas, positivas ou negativas, não vão muito longe em sua descrição de Deus; mas pelo menos isso já representa uma tentativa, um começo. Além desses modos, temos o misticismo (que vede) que também é imperfeito, mas que oferece uma promessa maior do que no caso dos outros meios. Ele conferia um grande peso à razão, afirmando que até mesmo a revelação precisa ser controlada pela razão. A discussão sobre essas maneiras de conhecer a Deus (a forma positiva e a forma negativa) foram tomadas por empréstimo do pseudo-Dionísmo (que vede).

5. *Deus*. Deus concentra em si mesmo toda a causa, a causa material, a formal, a eficiente e a final. Ver sobre Aristóteles quanto a uma discussão sobre essas quatro modalidades de causa. Por ser Deus a causa final, todas as coisas haveriam, finalmente, de retornar a Deus, encontrando nele a vida eterna e compartilhando de sua natureza. As nossas categorias de substância, como qualidade, quantidade, tempo e espaço não se aplicam a Deus em qualquer sentido absoluto, podendo tão-somente descrever os seus modos de expressão dentro da criação. O mundo existiria dentro de Deus. Tanto é eterno quanto é criado, dependendo do ângulo que o consideramos.

6. *Predestinação Benévola*. A criação sairia e retornaria a Deus, de acordo com a sua benevolente vontade. Erigena era dotado de um excelente otimismo místico, de acordo com o qual tudo quanto acontece é controlado pelo amor de Deus. Qualquer evento, dentro do relacionamento de Deus com os homens, é compatível com sua natureza toda amorosa. Em outras palavras, a predestinação divina corresponde ao propósito restaurador de Deus.

7. *Salvação*. Ser salvo seria retornar a Deus e ser reabsorvido em sua essência divina, isto é, na *Idéia Ideal* da existência. Finalmente, a alma, mediante um vôo místico, é absorvida por Deus, mais ou menos como o ar mescla-se com a luz, ainda que, de alguma maneira misteriosa, preserve a sua identidade. Assim sucederia à alma. O grande místico alemão, Meister Eckhart (que vede) quatrocentos anos mais tarde recebeu e elaborou as idéias de Erigena.

Escritos. Sobre a Predestinação Divina; Sobre as Divisões da Natureza, além de várias traduções e comentários.

Desnecessário é dizê-lo, Erigena foi finalmente condenado por concílios eclesiásticos, como o de Paris, de 1210, o de Sens, em 1225 e pelo papa Gregório XIII, em 1585. No entanto, sem dúvida alguma, ele foi o maior pensador dos seus dias, tendo assinalado a transição do pensamento medieval anterior para o escolasticismo. (AM E EP MM)

ERÍSTICO

Esse adjetivo vem do termo grego **éris**, «contenda». É aplicado ao argumento que tem por seu alvo a vitória na disputa. Aristóteles afirmava que um argumento dessa categoria diferia tanto da ciência quanto da dialética. A escola Megariana de Filosofia (que vede) tornou-se famosa por usar esse tipo de argumentação. Há pessoas que pensam que esse é um elemento essencial na vida cristã. As disputas e as batalhas verbais sempre foram uma praga para a Igreja.

ERMO

Ver sobre **Deserto.**

ERQUEBEL

Uma localidade mencionada no livro apócrifo de Judite (7:18), perto de Cusi, às margens do ribeiro de Mocmur. Provavelmente deve ser identificada com a moderna aldeia de Akrabeh, cerca de quarenta quilômetros ao norte de Jerusalém, na região montanhosa, a poucos quilômetros do poço de Sicar.

ERRO

Esse termo português vem de uma palavra latina, *errare*, que significa «vaguear». Estudemos o erro dentro da filosofia e dentro das idéias bíblicas.

I. Na Filosofia. Como é que alguém cai em erro? Há várias respostas, dadas pela filosofia:

1. *Sócrates*. Ele acreditava que o homem não erra voluntariamente, e que o erro é resultante da ignorância. Portanto, supostamente o conhecimento seria capaz de corrigir o erro humano. Entretanto, isso exprime um ponto de vista por demais otimista da natureza humana.

2. *Platão*. Ele associava o erro a uma identidade

equivocada. Em um aviário, uma pessoa pode procurar uma certa ave. Mas ela poderá identificar erroneamente uma ave, como se fosse aquela que ela quer. Portanto, quanto ao conhecimento, pode formar uma opinião equivocada sobre alguma coisa e, portanto, incorrer em erro. Porém, ainda que tenhamos opiniões perfeitas sobre os *particulares*, ou seja, as coisas de nosso mundo físico, isso ainda não confere um verdadeiro conhecimento. O verdadeiro conhecimento precisa envolver o *universal* (que vede), ou seja, a realidade última. E isso nos é conferido não pela percepção dos sentidos, mas pelos poderes envolvidos na razão, na intuição e, finalmente, no misticismo, que envolve a contemplação direta dos objetos do conhecimento. Ora, isso só pode ocorrer após esta vida física, quando a alma é libertada e purificada da matéria crassa, com os seus imperfeitos envolvimentos.

3. *Descartes*. Ele cria que o erro ocorre quando a vontade do homem vai além da sua razão. Portanto, não se deveria apenas à falta de conhecimento, conforme Sócrates pensava.

4. *Royce*. Ele criou um curioso argumento sobre a existência de Deus com base no erro. O erro não descobre a verdade, mas subentende que a verdade deve existir, pois, doutra sorte, como poderíamos cair em erro acerca da verdade? A pessoa que tem alguma idéia errônea é um *conhecedor*. A existência do conhecedor, pois, implica na existência de Alguém que trouxe o conhecedor à existência. Essa fonte da vida é Deus. Temos aí uma aplicação do conhecimento através da dúvida, postulado por Descartes. Antes de tudo, não podemos duvidar da existência de Deus. Em seguida, não podemos duvidar da nossa própria existência, crendo que Deus não nos levaria a pensar que existimos, a menos que, realmente, existamos.

5. *No campo da ética*. Um ato que contradiga os padrões da conduta ideal, e que subentenda e usualmente inclua algum resultado prejudicial, para o próprio indivíduo e seus semelhantes, é um erro.

6. *No campo das crenças religiosas*. É erro qualquer opinião que se desvie da verdade espiritual. Todavia, o grande problema consiste em definir a verdade espiritual, e também por qual ou quais meios essa verdade espiritual deve ser adquirida. Como é óbvio, todos nós erramos muito no tocante a essa questão. Isso nos envolve no problema de *autoridade* (que vede).

II. Idéias Bíblicas. O conhecimento falso envolve-nos no erro (I Tim. 6:20,21; II Tim. 2:18). O erro é a negação de alguma verdade específica, como a realidade da ressurreição (Miq. 12:18,27). Também é um desvio da conduta certa (Núm. 15:22; Sal. 119:21; Jud. 11). O erro pode ocorrer por meio do descuido ou da falta de previsão; mas, por muitas vezes, os homens querem errar. O primeiro capítulo de Romanos assim nos ensina. Ver Atos 26:5. Paulo foi um fariseu zeloso e não procurava errar propositalmente. Somente a iluminação divina, porém, foi capaz de fazê-lo perceber o seu erro. A heresia é um erro agravado. A apostasia é o agravamento da heresia. Há um desvio da fé hígida e da reta conduta que pode destruir a nossa comunhão com Deus (I João 4:6; Tia. 5:19; Rom. 1:27). O erro, todavia, pode ser corrigido mediante a devida aplicação das Escrituras, ou então pela aplicação do poder de Deus (Mat. 22:29; Sal. 19:7-12; I João 4:6).

ERVAS

Há seis palavras hebraicas e duas palavras gregas envolvidas neste verbete:

1. *Orah*, «erva brilhante». Palavra hebraica usada por duas vezes, com esse sentido: II Reis 4:39 e Isa. 26:19.

2. *Or*, «erva brilhante». Palavra hebraica que aparece por apenas uma vez com esse sentido, em Isa. 18:4.

3. *Deshe*, «relva». Palavra hebraica que figura por treze vezes no Antigo Testamento, como em II Reis 19:26; Sal. 37:2; Isa. 37:27; 66:14; Gên. 1:11,12; Jer. 14:5.

4. *Chatsir*, «feno», «relva». Palavra usada por vinte vezes, como em I Reis 18:5; II Reis 19:16; Jó 40:15; Sal. 37:2; 90:5; Isa. 35:7; 37:27; 40:6-8; 44:4; 51:12; Jó 8:12.

5. *Yaraq*, «erva verdejante». Termo hebraico usado por três vezes com esse sentido: Deu. 11:10; I Reis 21:2; Pro. 15:17.

6. *Eseb*, «erva». Palavra hebraica empregada por trinta e três vezes, segundo se vê, por exemplo, em Gên. 1:11,12,29,30; 2:5; 3:18; Êxo. 9:22,25; 10:12, 15; Sal. 104:14; Pro. 27:25; Isa. 42:15; Jer. 12:4.

7. *Botáne*, «erva», «relva». Palavra grega usada somente por uma vez, ou seja, um *hapax legómenon*, em Heb. 6:7.

8. *Lachánon*, «erva de jardim». Termo grego usado por quatro vezes: Mat. 13:32; Mar. 4:32; Luc. 11:42; Rom. 14:2.

Certa variedade de espécies vegetais são chamadas por esses nomes, nas páginas da Bíblia, porquanto, então, ainda não havia qualquer classificação botânica. O termo hebraico *deshe* indica vários tipos de capim. Mas os outros termos hebraicos também podem indicar vários tipos de relva. Israel comeu ervas amargosas, juntamente com o pão da páscoa (Êxo. 12:8; Núm. 9:11), em memória às amargas experiências que eles tinham tido, quando escravos no Egito. Ver Êxo. 1:14. A *Mishnah* alista cinco plantas que cabiam dentro da categoria das ervas amargosas: a alface, a chicória, a endívia, a urtiga e o marroio branco. Ver o artigo separado sobre as *Ervas Amargas*.

O trecho de II Reis 4:39 menciona como um dos discípulos dos profetas recolheu ervas amargosas, para preparo de uma refeição para estudantes de teologia. É provável que a *yaraq*, usada por três vezes no Antigo Testamento (ver acima), seja a nossa alface. O texto afirma que é melhor ter uma refeição com esses humildes produtos da terra, onde habita o amor, do que ter um suntuoso banquete de carnes gordas, onde impera o ódio.

No Novo Testamento, o *lachánon*, usado por quatro vezes (ver acima), provavelmente refere-se a plantas usadas com propósitos medicinais. Todavia, a palavra tem um lato significado, incluindo todos os tipos de verduras comestíveis.

ERVAS AMARGAS

No hebraico, **merorim**, «amargores». É palavra usada apenas por três vezes no Antigo Testamento (Êxo. 12:8; Núm. 9:11 e Lam. 3:15). O hebraico diz apenas «amargores», uma palavra tão geral que agora não sabemos quais ervas poderiam estar em foco. Alguns têm pensado em verduras como a chicória, a alface, a acelga, a azeda, etc. Alguns pensam no agrião. Nos tempos modernos, os judeus empregam a escarola e outras verduras, em um total de cinco espécies, para conseguirem uma salada amargosa. Alguns intérpretes supõem que, nos livros de Êxodo e Números, as ervas amargas eram apenas a hortelã.

Uso de Ervas na Páscoa. Nas Escrituras, o

«amargor» simboliza aflição, miséria e servidão (Êxo. 1:14; Rute 1:20; Pro. 5:4), a iniqüidade (Jer. 4:18) e também o luto e a tristeza (Amós 8:10). Em face desses significados simbólicos, os israelitas receberam ordens para celebrar a páscoa utilizando-se de ervas amargas para relembrarem a amarga escravidão que haviam sofrido no Egito (Êxo. 12:8; Núm. 9:11). Os documentos escritos que chegaram até nós, provenientes do antigo Egito, mostram que eles usavam várias ervas amargosas em suas saladas, e é bem possível que Israel tivesse empregado algumas delas na celebração da cerimônia da páscoa (ver o artigo).

ESÃ

No hebraico, «inclinação» ou «apoio». O nome ocorre somente em Jos. 15:52. Havia um grupo de nove cidades capturadas por Israel, na área de Hebrom, em Judá. Esã é a terceira dessas cidades a ser nomeada. A Septuaginta diz *Somá*, sendo possível que Esã seja uma forma corrompida dessa palavra. Nesse caso, as ruínas de *Simia*, ao sul de Daumeh, talvez assinalem a antiga localização. Seja como for, o lugar tornou-se parte da herança de Judá.

ESAR-HADOM

No acádico, «Assur deu um irmão». Foi um poderoso imperador assírio, filho mais jovem de Senaqueribe e seu sucessor. Governou o império assírio de 680 a 669 A.C. Ver o artigo geral sobre a *Assíria*. Nas páginas do Antigo Testamento, Esar-Hadom é mencionado por três vezes: II Reis 19:37; Esd. 4:2 e Isa. 37:38.

1. *Fontes de Informação*. A crônica babilônica, a crônica de Esar-Hadom e muitas inscrições reais suprem-nos abundantes informações. O Antigo Testamento (II Reis 19:37 e Isa. 37:38) informa-nos que ele foi filho e sucessor de Senaqueribe. E alguns estudiosos supõem que ele tenha sido o mesmo «afamado Asnapar», referido em Esdras 4:10.

2. *Sua Família e Ascensão ao Trono*. É espantoso como as famílias reais da antiguidade envolviam-se em homicídios, a fim de obterem e manterem o poder. A própria nação de Israel não pôde isentar-se disso, como a história de seus reis demonstra a sobejo. Senaqueribe foi assassinado em 681 A.C. por seus dois filhos, Adam-Meleque e Sarezer. Entre outros motivos, é que tinham ciúmes do favorito do rei, um outro filho, Esar-Hadom. Quando houve o assassinato, este estava ausente, ocupado em uma campanha militar; mas imediatamente retornou a Nínive. Assumiu o poder e seus irmãos parricidas escaparam para a Armênia. Sua esposa teve dois meninos gêmeos. Com o tempo, eles tornaram-se governantes da Assíria e da Babilônia. O poder foi assim dividido, a fim de que não ocorresse uma nova luta pelo trono. Uma inscrição narra que Esar-Hadom entrou em luta contra seus dois irmãos, alguns meses após ter subido ao trono, procurando vingar seu pai. Mas isso parece ter dado em nada e os dois filhos de Senaqueribe prosperaram na Armênia, onde suas respectivas famílias passaram a residir permanentemente.

3. *Atos de Esar-Hadom como Rei*. — Conforme dissemos acima, Esar-Hadom fez guerra contra seus dois irmãos parricidas. Também consolidou o seu poder executando os nobres que tinham dado apoio àqueles dois. Esar-Hadom teve a sua cota de guerras usuais. Combateu as tribos dos cimérios (679 A.C.) para pôr fim aos seus ataques contra os territórios governados pelos assírios e porque estavam perturbando as rotas comerciais. Também declarou guerra contra os elamitas, que estavam-se tornando um incômodo, devido às suas constantes hostilidades. Esar-Hadom transportava prisioneiros para lugares distantes de onde eram naturais, o que punha fim, de modo eficaz e permanente, ao poder dos seus inimigos (Esd. 4:9,10). No território mencionado nesse trecho bíblico, ele deixou como governador a um seu títere, Naide-Marduque, de Bit-Yakin, filho do rebelde Merodaque-Baladã. Isso garantiu um longo período de paz e prosperidade naquela região. Esar-Hadom também lutou contra os habitantes de Bete-Eden e contra os árabes (676 A.C.). Assediou Sidom e outras cidades, cobrou tributo de treze reis das ilhas das costas mediterrâneas e das áreas costeiras e de doze reis das regiões interioranas, incluindo Tiro, Sidom, Edom, Moabe, Gaza, Asquelom, Ecrom, Gilgal, Asdode, Bete-Amom e Manassés (em acádico, *Menasi*), de Judá. Manassés foi deportado (II Crô. 33:11).

Em 675-674 A.C., Esar-Hadom voltou sua atenção para o Egito, contra o qual enviou duas expedições militares. Obteve o controle do delta do Nilo e governou a região através de reis suseranos. Nínive, todavia, estava enfrentando os seus próprios problemas com revoltas e intrigas locais. Tiraca, Faraó do Egito, que se havia retirado para a Núbia, encabeçou um contra-ataque no Egito. Esar-Hadom apressou-se a voltar ao Egito, a fim de abafar o levante, mas caiu doente no caminho e faleceu em Harã. Seu sucessor foi Assurbanipal.

4. *Obras*. Esar-Hadom restaurou a cidade de Babilônia e encetou um considerável projeto de construções. Edificou vários palácios e trinta templos, «resplendentes de prata e de ouro», em diferentes regiões de seu reino. Ele jactava-se de um de seus palácios, dizendo que o mesmo era tão suntuoso que os reis antes dele nunca tinham feito igual. Governou durante treze anos sobre a Babilônia, e durante um total de vinte anos sobre todos os seus reinos, pelo que teve tempo suficiente para desenvolver os seus interesses. Construiu um novo palácio-fortaleza em Car-Esar-Hadom, perto de Assur, em Calá, que ficava para o suleste. Templos foram restaurados, antes meio arruinados em Nínive, Nipur, Babilônia e outras cidades.

Em suas inscrições ele se vangloriava um pouco: «Sou poderoso, sou todo-poderoso. Sou um herói, sou gigantesco, sou colossal». Para provar isso, ele conquistou o Egito e assumiu o título de «rei dos reis do Egito». Conquistar o Egito foi um empreendimento fácil para ele. A fim de melhor provar a sua grandeza, entre outras façanhas, ele se tornou eficiente matador em massa: «Diariamente, sem cessar, matei multidões de seus (de Tiraca) homens. A ele feri por cinco vezes, com a ponta de minha lança, com ferimentos sem recuperação. Mênfis, a sua cidade real, em meio dia, mediante solapagens, túneis, assaltos, eu cerquei, eu capturei, eu destrui, eu derrotei, eu incendiei» (Lukenbill II, seções 577-583). (BOR FA UN Z)

ESAÚ

No hebraico, «hirsuto», «cabeludo», conforme também explica Gên. 25:25. Ele era irmão gêmeo de Jacó e filho de Isaque e Rebeca. Viveu por volta de 1837 A.C. É mencionado pessoalmente por setenta e cinco vezes no Antigo Testamento, mormente no livro de Gênesis (25:25 até 36:43). O nome Esaú, usado como patronímico, para indicar os seus descendentes e a nação que eles formaram, ocorre por mais catorze vezes. É no Novo Testamento, por três vezes: Rom. 9:13; Heb. 11:20 e 12:16.

1. Relações de Família. Era filho de Isaque e Rebeca, o irmão gêmeo mais velho de Jacó. Também era conhecido como *Edom*, isto é, «vermelho», uma alcunha derivada do incidente do prato de guisado de lentilhas, por causa do qual perdeu o seu direito de primogenitura (Gên. 25:30).

2. Incidentes de sua Vida Pessoal. A Bíblia informa-nos de várias ocorrências importantes, em fases variadas de sua vida, a saber:

a. Quanto à sua meninice e juventude, nada se sabe. Tão-somente ele é descrito como habilidoso caçador e homem do campo. O trecho de Gên. 25:22-26 fornece-nos as poucas informações que temos sobre os primeiros dias de sua vida. Ele nasceu gêmeo com Jacó. Mas, durante o parto de Rebeca, este último agarrou o calcanhar de Esaú, o que deu motivo para a escolha de seu nome, Jacó, ou seja, «aquele que segura o calcanhar» ou «aquele que suplanta». Isaque, o pai dos gêmeos, tinha sessenta e cinco anos de idade quando eles nasceram. Os dois meninos cresceram juntos. Jacó era mais caseiro. Esaú, porém, tornou-se um habilidoso caçador, um autêntico filho do deserto. Isaque demonstrava preferência por Esaú, especialmente porque provia alimentos para a casa. Mas Rebeca favorecia Jacó.

b. Vários anos são deixados de lado na narrativa e, então, aparece o incidente do prato de lentilhas. Esaú estava extraordinariamente faminto naquele dia e chegou ao extremo de vender o seu direito de primogenitura por um prato de lentilhas avermelhadas com guisado. As Escrituras, pois, dizem que Esaú «desprezou» o seu direito de primogenitura (Gên. 25:34). Podemos supor com segurança que Esaú demonstrou pouco caso quanto à questão da primogenitura, não tendo sido a fome a causa principal de sua desistência. A lição moral envolvida no incidente é perfeitamente óbvia. Algumas vezes, coisas valiosas são trocadas por pequenas e passageiras vantagens. As pessoas têm seus momentos de loucura espiritual e moral.

c. Com quarenta e dois anos de idade, Esaú casou-se com duas mulheres, com pequeno intervalo de tempo entre o primeiro e o segundo casamentos. Ambas as mulheres eram cananéias e isso causou dificuldades consideráveis para a família. O trecho de Gên. 27:46 registra a consternação de Rebeca acerca da questão. Uma terceira esposa foi escolhida entre a sua própria parentela, chamada Basemate, também conhecida como Maalate (Gên. 28:9), irmã de Nebaiote e filha de Ismael, filho de Abraão e Hagar (Gên. 36:3).

d. *A bênção furtada.* Os intérpretes crêem que o fato de Esaú casar-se com mulheres estrangeiras, não relacionadas ao povo compactuado com Deus, serviu de sinal da pouca importância que ele dava às coisas espirituais. Isso serviu de trampolim para a perda da bênção paterna, por parte de Esaú. Rebeca e Jacó planejaram fazer o idoso, débil e quase cego Isaque pensar que Jacó era Esaú. Assim, quando Isaque estava abençoando a Jacó, pensava que estava abençoando a Esaú. Mas, na verdade, este estava caçando. Quase imediatamente depois da cena da bênção paterna, Esaú voltou e, com profunda consternação, tomou conhecimento do que havia acontecido. Com lágrimas insistentes, conseguiu arrancar de Isaque uma bênção secundária. Privado da bênção maior, Esaú veio a odiar Jacó e planejava tirar-lhe a vida. Ao saber disso, Jacó fugiu para a propriedade ancestral, no norte da Mesopotâmia. Ali, Jacó casou-se e começou a constituir sua própria família. Foi então que Esaú, vendo que seus pais agradavam-se diante de casamentos com mulheres pertencentes ao clã, resolveu casar-se com sua prima, Maalate, filha de Ismael (Gên. 28:6-9). Todavia, isso não reverteu o seu erro, e nem lhe devolveu a bênção perdida. Quanto ao relato da bênção furtada, ver Gênesis 27. No tocante à atitude de Jacó podemos elogiá-lo e repreendê-lo, ao mesmo tempo. Elogiá-lo porque ele deu valor à bênção espiritual; repreendê-lo porque não hesitou em tirar proveito de um momento de fraqueza de seu irmão gêmeo para apossar-se da bênção. Deus, por sua vez, utilizou-se de tudo isso para chegar aos seus fins, porquanto Jacó era o escolhido do Senhor, antes mesmo dos gêmeos nascerem. Ver o comentário de Paulo a respeito, em Romanos 9:11-13.

O relato sobre a bênção paterna levanta algumas interessantes questões. É óbvio que a bênção paterna era ansiosamente buscada na antiguidade. Sem dúvida acreditava-se que, uma vez proferida, a bênção era *causa* das coisas preditas. Se fosse considerada como um mero *conhecimento prévio* (que vede), porque era tão anelantemente cobiçada? Se fosse um conhecimento prévio, ter ou não uma bênção assim em nada alteraria o destino de alguém. Mas, no caso em foco, uma bênção secundária foi considerada capaz de determinar certos aspectos do destino de Esaú e seus descendentes. Acerca dessas questões, conjecturo o seguinte: desde o começo, a bênção maior pertencia a Jacó. Por causa disso, as circunstâncias envolvidas causaram as mudanças, apesar das dúbias atividades de Jacó e Rebeca. Ademais, mesmo sem tal manipulação da parte deles, algum outro conjunto de circunstâncias ter-se-ia formado, assegurando que Jacó recebesse a bênção maior. A bênção paterna de Isaque estava revestida de poder e as coisas ali previstas realmente sucederam, porquanto já correspondiam à vontade de Deus. Por sua vez, Isaque deve ter pensado que suas palavras de bênção tinham o poder de fazer suceder o que dissesse; e também não se pode duvidar que os demais membros da família também acreditavam assim. No entanto, o contrário é que está com a razão. Os eventos, fixados pela vontade divina, emprestaram à bênção o poder que tinham. Tanto Esaú quanto Jacó teriam seguido os seus respectivos destinos, com ou sem alguma bênção paterna específica. Outrossim, essas circunstâncias terrenas nada tinham a ver com os destinos eternos dos dois gêmeos, ou com os acontecimentos intermediários, não podendo alterar a utilidade ou o bem estar espiritual deles, a longo prazo. Na história do povo de Israel, Jacó foi favorecido e usado por Deus com propósitos que ultrapassavam àqueles determinados para seu irmão gêmeo. Contudo, a graça de Deus é muito grande e, quanto mais otimistas nos mostrarmos quanto a isso, mais perto chegaremos das grandes verdades ensinadas no Novo Testamento. Ver o artigo sobre a *Restauração*.

e. *Esaú no monte Seir* (Gên. 32:3). Podemos supor que Esaú e suas esposas pagãs, que provavelmente continuaram praticando sua religião idólatra, serviam de contínua irritação para Isaque e Rebeca. É possível que essa tenha sido uma das razões que levou Esaú a mudar-se, com seus familiares, para uma nova localidade.

f. *A reconciliação com Jacó.* Esaú estava residindo no monte Seir fazia alguns anos. Jacó retornou de Padã-Arã, onde até então estivera residindo com o seu sogro, Labão. Jacó retornava à propriedade da sua família. No entanto, cumpria-lhe atravessar o território de Esaú e um reencontro entre os dois parecia inevitável. Por isso, enviou mensageiros à sua

frente, na esperança de pacificar Esaú, a quem tinha razões para temer. No entanto, não era mister aquele receio, pois a passagem dos anos retirara do coração de Esaú todo o ódio. No entanto, Jacó tomou um susto que bem merecia. Esaú enviou um grupo de quatrocentos homens armados, à sua frente. Jacó chegou a pensar que chegara o momento do fim de sua vida terrena. Desesperado, ele enviou as mulheres e as crianças à frente do grupo com que ficou, na esperança de que Esaú sentisse misericórdia. Então, ao chegar à presença de Esaú, prostrou-se diante dele por *sete* vezes. Vale a pena ser humilde. Mas, então, veio a boa parte. Esaú viu Jacó à distância, mais ou menos como, na parábola de Jesus, o pai viu o seu filho pródigo que ia chegando. — E Esaú correu para ir abraçar o seu irmão gêmeo. — Assim, os dois abraçaram-se em meio a soluços e lágrimas. O amor, portanto, cobrira uma multidão de pecados. O doce perfume do perdão tomou conta da atmosfera, e pessoas felizes rodopiaram ao redor, enquanto dois irmãos, de relações antes estremecidas, perdoaram-se e reconciliaram-se. Sempre as coisas poderiam acontecer dessa maneira, se ao menos deixássemos.

Esaú admirou-se diante das esposas, filhos e bens materiais que Jacó fora capaz de amealhar. Jacó, por sua vez, ofereceu-lhe presentes, mas que ele rejeitou, porquanto, afinal de contas, ele também tinha esposas, filhos e riquezas materiais. Jacó, entretanto, insistiu e Esaú recebeu os presentes. O texto sagrado não esclarece quais foram esses presentes, mas podemos ter a certeza de que Jacó mostrou-se generoso na oportunidade. Esaú ainda quis acompanhar Jacó por um pouco; mas seus passos haveriam de separar-se e distanciar-se cada vez mais e, assim, cada qual seguiu por seu próprio caminho. Toda a narrativa encontra-se nos capítulos trinta e dois e trinta e três do livro de Gênesis.

g. Acontecimentos posteriores. Aparentemente, os dois gêmeos não se encontraram novamente até chegado o momento de sepultar a Isaque, o que eles fizeram juntos. Evidentemente, eles mantiveram um relacionamento de respeito e temor mútuos. Não se misturavam, mas também não se combatiam. Juntos, depositaram o corpo de Isaque, seu pai, na caverna de Macpela, que Abraão comprara como parte de um terreno. Ver Gên. 35:29. Esaú ficou com uma boa parte das riquezas de Isaque, sob a forma de gado e outras coisas valiosas. Sem dúvida isso foi feito de acordo com a vontade expressa de Isaque e com o consentimento pleno de Jacó, porquanto aquilo representava a legítima herança de Esaú. Então Esaú retornou para o seu próprio lugar (Gên. 36:6). No relato de Gênesis, apenas por uma vez mais lemos o nome de Esaú, ou seja, na tabela genealógica de Gên. 36:43. Mas há menções pessoais a Esaú, por seis vezes, em outros livros do Antigo Testamento: Jos. 24:4; I Crô. 1:34,35; Mal. 1:2,3.

3. Esaú no Novo Testamento. Na tradição judaica, Esaú não é visto com muitos bons olhos, o que se reflete nas referências neotestamentárias a ele. Em Romanos 9:13, Deus é retratado a amar a Jacó e a aborrecer a Esaú, e o contexto descreve como a eleição (que vede) dividiu famílias e os próprios descendentes de Abraão. Na verdade, porém, não é que essa divisão afete apenas nações e povos. De acordo com o texto sagrado, somente um remanescente eleito será salvo, de conformidade com a inexorável vontade de Deus. Cumpre-nos lembrar que a teologia judaica era fraca quanto a causas secundárias, pelo que atribuía a Deus muitas coisas que deveriam ser atribuídas à perversão dos homens. Quanto a meus pontos de vista sobre a predestinação, ver os artigos sobre a *Predestinação e o Livre-Arbítrio* e sobre o *Determinismo*. Ver também os artigos sobre a *Reprovação* e sobre a *Eleição*.

A passagem de Hebreus 11:20 declara que foi mediante a fé que Isaque abençoou tanto a Jacó quanto a Esaú. E Hebreus 12:16 considera Esaú uma pessoa imoral e irreligiosa, porquanto vendeu o seu direito de primogenitura por uma simples refeição. Posteriormente, embora quisesse recuperar a bênção perdida, não o conseguiu, a despeito de tê-lo feito com lágrimas diligentes (Heb. 12:17). A lição que está encerrada no incidente é uma advertência para nós, para não tratarmos com menoscabo as bênçãos e vantagens espirituais que nos forem oferecidas. Pois, se o fizermos, isso nos poderá ser fatal. Esse pensamento deve ser confrontado com o que se lê em Hebreus 6:1-6. Os intérpretes reconhecem o caráter natural superior de Esaú, embora supondo que ele represente apenas o *homem natural* (que vede). Creio que a graça divina alcançou também Esaú, e que, atualmente, ele encontra-se dentro do rebanho de Deus, ainda que tenha sido necessário o Espírito de Deus procurá-lo no estado desincorporado (conforme I Pedro 4:6 nos sugere). Não acredito que um homem que desempenhou o papel que teve, dentro da família patriarcal, possa ter-se perdido. Também acredito que o poder da graça de Deus, conforme ele manifesta-se na missão universal de Cristo, ultrapassa à mensagem do nono capítulo de Romanos.

ESBÃ

No hebraico, «herói sábio», «homem de compreensão», ou então, alguns estudiosos pensam que o nome tem um sentido desconhecido. Ele era um chefe horeu, filho de Disã (Gên. 36:26 e I Crô. 1:41). Vivia na região do monte Seir, por volta de 1750 A.C.

ESBAAL

No hebraico, «homem de Baal». O nome desse homem figura somente em I Crô. 8:33 e 9:39. Uma alternativa desse nome, em algumas traduções, é Is-Bosete. Uma outra tradução possível desse nome hebraico é «homem de vergonha». Ele foi o quarto filho do rei Saulo. Em II Samuel, capítulos segundo a quarto (por exemplo, 2:8,10,12,15), esse homem é chamado Is-Bosete.

O nome dele era formado pelo nome do detestável deus pagão, Baal, encontrado em muitos nomes mesopotâmicos. Bosete ou Bsete eram formas alternativas comuns. Assim, Jerubsete teve seu nome mudado para Jerubaal, e Mefibosete para Meribaal. A palavra hebraica *bosheth* significa «vergonha». Isso exprimia a repugnância dos adoradores de Yahweh por qualquer coisa vinculada aos cultos da terra de Canaã, especialmente aquilo ligado a *Baal* (que vede).

Is-Bosete foi feito rei de Israel, sob iniciativa de Abner, em repúdio às reivindicações de Davi ao trono. Os direitos de Is-Bosete eram hereditários, mas os de Davi eram divinos e carismáticos. Ver II Samuel 2:8 quanto ao registro a respeito dessa nomeação. Tinha quarenta anos de idade quando foi entronizado em Maanaim, mas reinou apenas por dois anos (II Sam. 2:10). Posteriormente, Abner mudou de opinião e passou a apoiar Davi. E Is-Bosete acabou sendo morto. Assim sendo, Is-Bosete não obteve grande apoio à sua causa e acabou assassinado.

ESCABELO

No hebraico, **kebeah**, «lugar para pisar», palavra usada somente por uma vez, em II Crô. 9:18; e *hadom*

regel, «escabelo», expressão hebraica usada por seis vezes: I Crô. 28:2; Sal. 99:5; 110:1; 132:7; Isa. 66:1 e Lam. 2:1.

No grego, *upopódion*, «escabelo», «sob o pé», palavra empregada por nove vezes no Novo Testamento: Mat. 5:35; 22:44; Mar. 12:36; Luc. 20:43; Atos 2:35; 7:49; Heb. 1:13; 10:13 e Tia. 2:3.

Essa pequena peça de mobiliário era usada para apoiar os pés, especialmente quando alguém estava sentado em algum trono ou assento alto (II Crô. 9:18). Somente nessa referência bíblica há uma alusão literal ao móvel. Ali é dito que o trono de Salomão «tinha seis degraus e um estrado de ouro, a ele pegado». No Novo Testamento também só há uma referência literal, em Tia. 2:3, onde também é empregada a palavra portuguesa «estrado». Todas as outras referências são figuradas. 1. O templo de Jerusalém aparece como um escabelo ou estrado (I Crô. 28:2; Sal. 10:5). 2. A terra é o escabelo de Deus (Sal. 110:1; Mat. 5:25). 3. O templo também é o escabelo de Deus (Sal. 99:5; 132:7; Lam. 2:1). 4. Os inimigos do Messias são comparados a um escabelo para os pés. Pois, na qualidade de Rei, ele haverá de subjugar a todos eles (Sal. 110:1; Mat. 22:44; Mar. 12:36; Luc. 20:43; Atos 2:35; Heb. 1:13; 10:13).

ESCADA

Ver também **Degrau, Grau.**

No hebraico precisamos considerar três palavras, e no grego, uma, a saber:

1. *Maalah*, «subida», «degrau». Esse vocábulo grego também significa «grau», como dos relógios de sol. Mas, com o sentido de «degrau», aparece por dezesseis vezes: II Reis 9:13; Nee. 3:15; 12:37; Eze. 40:6; 43:17; Êxo. 20:26; I Reis 10:19,20; II Crô. 9:18,19; Eze. 40:22,26,31,34,37,49.

2. *Maaleh*, «subida», «degrau». Embora ocorra por catorze vezes, apenas por uma vez esse vocábulo hebraico tem o bem definido sentido de «degrau», isto é, em Nee. 9:4.

3. *Sullam*, «escada». Essa palavra hebraica ocorre somente em Gên. 28:12, dentro do sonho de Jacó.

4. *Anabathmós*, «subida». Esse vocábulo grego ocorre por apenas duas vezes: Atos 21:35,40.

A primeira das três palavras hebraicas era o vocábulo comum, usado no Antigo Testamento, para indicar escadas. No caso de casas com dois pisos, a escada ficava do lado de fora, usualmente feita de pedra, sem balaústre. As casas com dois andares geralmente tinham escadas do lado de dentro, além de um lance exterior de escadas, da sacada ao eirado plano. Quando o terreno de uma cidade era em dois níveis diferentes, geralmente havia escadas que facilitavam o acesso de um nível para o outro, conforme se vê em Nee. 3:15: «...até aos degraus que descem da cidade de Davi». Esses degraus foram escavados pelos arqueólogos na extremidade sul da colina sul da área do templo de Jerusalém, perto da porta da Fonte. No caso de poços profundos, que tinham a boca muito maior do que os modernos poços de muitas cidades do Brasil, havia escadas em caracol, pelas paredes internas, conforme se via em Gibeom, Gezer, Medigo e Bete-Zur. Quanto às escadas do templo ideal de Ezequiel, ver sobre *Templo de Jerusalém*.

A palavra hebraica *maaleh*, em Neemias 9:4, segundo muitos eruditos, ficaria melhor traduzida por «palanque» ou «estrado». Nossa versão portuguesa prefere esta última palavra: «Jesus, Bani, Cadmiel, Sebanias, Buni, Serebias, Bani e Quenani se puseram em pé no estrado dos levitas...»

No caso da «escada» de Jacó, que ele viu em um sonho, em Gênesis 28:12, onde aparece o termo hebraico *sullam* (única ocorrência), não há certeza se era uma escada com degraus ou uma rampa. Essa passagem é, pelo menos, sugerida pelo Senhor Jesus, em seu diálogo com Nicodemos (João 3:13); também em conversa com seus discípulos (João 6:62). E, novamente, no trecho onde Jesus se declara «o caminho, e a verdade, e a vida» (João 14:6), oportunidade em que Jesus mostrou que ele é o único caminho ascendente de acesso até o Pai: «...ninguém vem ao Pai senão por mim».

A palavra grega *anabathmós* aponta para os degraus que levavam do átrio do templo de Jerusalém até o palácio ou fortaleza de Antonia. Quando Paulo estava prestes a ser linchado por furiosos judeus, que julgavam que ele tinha profanado o templo, foi arrebatado do meio da multidão por soldados romanos. Ao chegarem àquela escada, os soldados tiveram de carregá-lo, para que escapasse da fúria da multidão. Instantes depois, tendo obtido permissão do comandante do destacamento, para dirigir a palavra à multidão, Paulo, agora de pé na escada, apresentou sua famosa defesa diante da turba, cada vez mais furiosa. Ver Atos 21:44—22:29.

Uso Figurado. A escada de Jacó representa a providência e os desígnios de Deus. Representa acesso e revelação, bem como as boas coisas que nos são dadas através dessas agências. Cristo tornou-se o Mediador das promessas divinas e a garantia do pacto.

ESCADA DE TIRO

Esse é o nome de uma estreita faixa de território costeiro, que ficava entre Tiro e Aczibe, onde as colinas da Galiléia descem quase até à beira-mar. Na média, essa faixa de território tem oito quilômetros de largura. É pontilhada por uma série de baixas colinas calcárias, intermitentes; e é bem provável que, por causa dessa conformação, é que o território ganhou essa designação. A região não é mencionada nem no Antigo e nem no Novo Testamentos; mas pode ser encontrada menção a mesma em I Macabeus 11:59, onde se lê que Antíoco confirmou Jônatas como sumo sacerdote, e o seu irmão como capitão da área desde a Escada de Tiro, no norte, até às fronteiras com o Egito, no extremo sul. — Josefo refere-se à área (*Guerras* 2.88), localizando-a cerca de dezenove quilômetros da Ptolemaida romana (Aco), perto da atual Ras en-Naqura.

ESCAMAS DE PEIXES

No hebraico, **qasqeseth**, «escama», «armadura». Palavra que aparece por oito vezes: I Sam. 17:5 (onde indica a «couraça de escamas» do gigante Golias); Lev. 11:9,10,12; Deu. 14:9,10; Eze. 29:4. No grego temos *lepís*, «escama», que figura somente em Atos 9:18, referindo-se às excrecências que surgiram nos olhos de Saulo de Tarso, depois que ele vira o Senhor Jesus na estrada para Damasco, provavelmente devido ao resplendor extraordinário que ele viu, mais brilhante que o sol do meio-dia, e que caíram quando Ananias, a mando do Senhor, lhe impôs as mãos.

As escamas de peixes são a proteção externa dos peixes, e são removíveis mediante raspagem. Os israelitas só podiam comer peixes dotados de barbatana dorsal e de escamas. «De todos os animais que há nas águas, comereis os seguintes: todos que tem barbatanas e escamas, nos mares e nos rios, esses

comereis» (Lev. 11:9).

Um uso figurado aparece em I Sam. 17:5,38, na menção à cota de malhas do gigante Golias e também em Eze. 29:4 onde se mencionam as escamas do enorme crocodilo que simbolicamente representa o Faraó do Egito.

ESCÂNDALO Ver **Skándalon (Escândalo)**.

ESCAPAR

Há duas palavras hebraicas principais e cinco termos gregos, envolvidos neste verbete:

1. *Malat*, «escapar», «fugir». Essa palavra hebraica é usada por noventa e seis vezes, como, por exemplo, em Gên. 19:17,19,20,22; Juí. 3:26,29; I Sam. 19:10,12,18; 22:1,20; 27:1; 30:17; II Sam. 4:6; I Reis 18:40; 19:17; 20:20; II Reis 19:24,37; II Crô. 16:7; Est. 4:13; Pro. 19:5; Ecl. 7:26; Isa. 20:6; 37:38; Jer. 32:4; 34:3; 38:18, 23; 41:15; 46:6; 48:8,19:

2. *Yatsa*, «sair» «escapar». Verbo hebraico extremamente comum, mas que tem um claro sentido de «escapar» apenas por duas vezes: I Sam. 14:41 e Jer. 11:11.

3. *Apopheúgo*, «escapar para longe». Verbo grego usado por três vezes: II Ped. 1:4; 2:18,20.

4. *Diapheúgo*, «escapar por caminho diferente». Verbo grego empregado apenas por uma vez, em Atos 27:42.

5. *Ekpheúgo*, «fugir para fora». Verbo grego que aparece por oito vezes: Luc. 21:36; Atos 16:27; 19:16; Rom. 2:3; II Cor. 11:33; I Tes. 5:3; Heb. 2:3; 12:25.

6. *Pheúgo*, «fugir». Verbo grego que aparece por trinta e uma vezes: Mat. 2:13; 3:7; 8:33; 10:23; 23:33; 24:16; 26:56; Mar. 5:14; 13:14; 14:50,52; 16:8; Luc. 3:7; 8:34; 21:21; João 6:15; 10:5,12; Atos 7:29; 27:30; I Cor. 6:18; 10:14; I Tim. 6:11; II Tim. 2:22; Heb. 11:34; Tia. 4:7; Apo. 9:6; 12:6; 16:20 e 20:11.

7. *Eksérchomai*, «sair», verbo gr. que aparece por cerca de 220 vezes, desde Mat. 2:6 até Apo. 20:8.

Essa palavra é usada na Bíblia no seu sentido comum, literal, mas também em sentido simbólico. No sentido literal, temos o escape de Paulo, de Damasco, em uma cesta (II Cor. 11:33. Ver também Atos 27:42). Isso serve de exemplo do uso literal do vocábulo. Simbolicamente, a palavra é usada para indicar nosso livramento de perigos espirituais. O escape de Ló, de Sodoma e Gomorra (Gên. 19:17 *ss*), indica o livramento da destruição em decorrência do pecado. Porém, o êxodo de Israel do Egito é o maior símbolo de escape do cativeiro da injustiça. Ver Êxodo 12. O caso de Barrabás representa um outro tipo de escape, esse concretizado por meio dos sofrimentos de Jesus, representando qualquer indivíduo que sai livre em resultado da missão de Cristo. (Mat. 27:16 *ss*).

A tentação pode assaltar-nos, mas há um «livramento» que nos foi provido (I Cor. 10:13). A salvação nos confere uma oportunidade espiritual de grande magnitude. Se negligenciarmos no tocante à salvação, como poderíamos escapar ao *julgamento* prometido? Ver Heb. 2:3. Para nós, Deus é Deus de livramento ou escape. E isso envolve o escape da morte espiritual. Ver Sal. 68:20. Naturalmente, a salvação envolve muito mais do que escapar de algo. A salvação envolve até mesmo a *participação* na plenitude de Deus (Col. 2:10), pelo que se reveste de uma natureza nitidamente divina (II Ped. 1:4).

ESCARLATA

No hebraico há quatro palavras envolvidas, e no grego, uma. As palavras hebraicas são: *Argevan*, «púrpura», palavra que figura por apenas três vezes, em Dan. 5:7,16,29. *Shani*, «escarlata», palavra que figura por cerca de quarenta vezes, como em Gên. 38:28,30; Êxo. 25:4; Lev. 14:4,49; Isa. 1:18; etc. *Tola*, «escarlata», palavra que figura, com esse sentido, apenas em Lam. 4:5 e Isa. 1:18. E *tala*, «tinto (de escarlata)», que só aparece em Naum 2:3. No grego temos a palavra *kókkinos*, «escarlata», que figura em Mat. 27:28; Heb. 9:19; Apo. 17:3,4; 18:12,16.

O corante usado para colorir lã e fios de cor escarlate, sem dúvida alguma, era produzido com base no inseto cientificamente chamado *Coccus ilicis*. Trata-se de um inseto daninho que ataca certa espécie de carvalho, o *Quercus coccifera*. Esse carvalho, que nunca chega a mais de seis metros de altura e não perde as folhas no outono, tem folhagem muito densa. As bolotas dessa espécie de carvalho aparecem isoladas ou aos pares, com cerca de 2,5 cm de comprimento, meio ocultas em um cálice espinhento.

Se não houver o controle daquele inseto pestífero, não demora a encobrir os ramos novos do carvalho com um tipo de escamas. Essas escamas produzem um tufo fofo e branco, similar ao algodão. Na verdade, a cor produzida por esse corante assemelha-se muito mais ao carmesim do que ao escarlate. Acredita-se que eram os fenícios que preparavam esse corante, embora todos os estudiosos concordem que os egípcios foram os mestres dos israelitas, no preparo desse corante. Também é evidente que esse corante escarlate era conhecido desde cerca de 1700 A.C., pois a parteira pôs um fio escarlate em torno do pulso de Zera, a fim de deixar certo de que ele era o primogênito dos gêmeos (ver Gên. 38:27-30).

A palavra hebraica *karmil* (II Crô. 2:7,14; 3:14), corresponde, realmente, ao nosso carmesim. Parece que o importante versículo de Isaías 1:18 quer dar a entender que embora nossos pecados sejam como a escarlata (como aquele corante produzido na antiguidade), tornar-se-ão brancos como a neve, mediante a volta ao Senhor, de todo o nosso coração.

ESCÁRNIO, ESCARNECEDORES

No hebraico temos nove palavras diferentes envolvidas, e, no grego, apenas duas, a saber:

1. *Qalas*, «zombar». Palavra usada por quatro vezes: Hab. 1:10; Eze. 16:31; II Reis 2:23; Eze. 22:5.

2. *Laag*, «escarnecer». Palavra usada por dezoito vezes. Para exemplificar: II Reis 19:21; Jó 22:19; Isa. 37:22.

3. *Bazah*, «desprezar». Palavra usada por quarenta e três vezes. Exemplos: Est. 3:6; Gên. 25:34; Núm. 15:31; I Sam. 2:30; Sal. 22:24; Pro. 14:2; Eze. 22:8.

4. *Mischag*, «riso». Palavra usada por apenas uma vez, em Hab. 1:10.

5. *Luts*, «zombar». Palavra usada por vinte e três vezes. Por exemplo: Sal. 1:1; Pro. 1:22; 3:34; 22:10; 24:9; Isa. 29:20.

6. *Latson*, «escarnecimento». Palavra usada por três vezes: Pro. 1:22; 29:8; Isa. 28:14.

7. *Latsats*, «zombador». Palavra usada somente em Osé. 7:5.

8. *Tsechoq*, «gargalhada». Palavra usada apenas por duas vezes: Eze. 23:32 e Jó 12:4.

9. *Sachaq*, «brincar». Palavra usada por trinta e cinco vezes. Para exemplificar: Jó 39:7,18; II Crô. 30:10; I Sam. 18:7; I Crô. 13:8; Sal. 104:26; Zac. 8:5.

10. *Empaízo*, «zombar», «tratar como criança». Palavra grega usada por treze vezes: Mat. 2:16; 20:19;

27:29,31,41; Mar. 10:34; 15:20,31; Luc. 14:29; 18:32; 22:63; 23:11,36.

11. *Empaíktes*, «zombadores». Palavra grega usada por duas vezes: II Ped. 3:3 e Judas 18.

Nas Escrituras está em pauta principalmente a recusa de aprender o caminho do Senhor, zombando daqueles que o fazem.

1. *Uso Veterotestamentário*. No livro de Provérbios, os zombadores são caracterizados por sua recusa em aprender o caminho da sabedoria, que é a base da verdadeira sabedoria. Visto que ter sabedoria é mais do que haver atingido elevado grau de intelectualidade, porquanto também envolve a atitude ético religiosa da outorga a Deus; zombar envolve mais do que uma questão de ignorância ingênua; antes, envolve um orgulho pecaminoso e insensato (Pro. 9:7-10; 21:24; 24:9).

A narrativa da expulsão de Hagar de casa, que passou a zombar de sua senhora, Sara, mostra-nos a atitude de Deus para com tal escárnio (Gên. 16:4-6). Deus castiga o seu povo desobediente enviando contra eles a *sua* reprimenda, o que reverbera na atitude das nações pagãs (Sal. 79:12-14; Jer. 24:9; 42:18; 44:8,12; 49:13; Sof. 2:8-10). Essa reprimenda divina foi suportada por um Mediador, o ungido do Senhor (Sal. 89:50,51). Aquele que leva o opróbrio, por amor a Deus, a fim de que não caia o mesmo sobre outros (Sal. 69:6-12; João 2:17), palavras essas que foram proferidas pelo Senhor Jesus na cruz (Sal. 22:7; cf. Mat. 27:46).

2. *O Opróbrio e a Vindicação de Cristo*. O predito opróbrio do Messias teve cumprimento específico no julgamento judaico e no julgamento romano, culminando na coroação zombeteira (Luc. 22:63; 23:11). A própria cruz é sinal de opróbrio (Gál. 3:13), e a pregação da cruz era considerada uma ofensa e uma tolice (I Cor. 1:23; Gál. 5:11); até mesmo o anúncio da ressurreição de Cristo serviu de motivo de zombarias (Atos 17:32). Nisso, como em outras coisas, os seguidores de Cristo não estão acima de seu Senhor, devendo compartilhar de seu sofrimento e rejeição (Mat. 10:17). Os heróis da fé, em todos os séculos, têm sido cruelmente zombados (Heb. 11:36). Moisés considerou as ofensas recebidas por amor a Cristo a sua maior possessão (Heb. 11:26). No entanto, a humilhação de Cristo conduziu-o à sua exaltação, e o seu triunfo sobre os poderes tenebrosos capacitou-o a vilipendiá-los publicamente (Col. 2:13). Na realização de Cristo podemos perceber que Deus escolhe as coisas fracas e insensatas deste mundo, a fim de envergonhar as fortes e sábias (I Cor. 1:18-31). A vitória de Cristo sobre Satanás humilha os adversários do Senhor (Luc. 13:17).

3. *O Triunfo do Crente sobre as Zombarias*. O motivo subjacente das zombarias contra Cristo era o desejo de autojustificar-se (Luc. 16:11), a recusa de aceitar a Cristo como a única justiça do indivíduo. Para aqueles cuja honra está em Cristo, é impróprio que eles busquem desonrar a quem quer que seja (Tia. 2:6). Cair alguém de Cristo indica sua exclusão de qualquer arrependimento futuro, pois isso sujeitaria Cristo, novamente, ao opróbrio (I Cor. 11:27 e Heb. 6:6).

Até o fim haverá zombadores, pondo em dúvida a segunda vinda de Cristo (II Ped. 3:3; Jud. 18); mas Deus não se deixará escarnecer, e, realmente, virá em julgamento (Gál. 6:7). A vergonha da cruz também inclui a sua «insensatez»; mas Cristo se tornou para nós sabedoria (I Cor. 1:17-31). Mas a vida de fé não se envergonha do opróbrio de Cristo (Heb. 11:26,36), ufanando-se em Jesus Cristo e nos irmãos na fé (II Cor. 7:14; 9:4).

Essa ufania alicerça-se sobre a vitória de Cristo sobre o mal, de acordo com a qual ele zomba da derrota total da malignidade (I Cor. 1:27-29; Col. 2:15; cf. Luc. 13:17). Se a autojustificação é uma zombaria contra Cristo (Luc. 16:14,15), então gloriar-se nele deve ser identificado com a justificação mediante a fé posta exclusivamente nele. A vida de fé, necessariamente, é uma vida que leva a pessoa a abandonar tudo a fim de seguir ao Senhor Jesus. Qualquer coisa menos que isso merece a devida zombaria (Luc. 14:29).

ESCATOLOGIA

Esboço:

I. Definição e Caracterização Geral
II. Alguns Aspectos Históricos da Escatologia
III. Temas Principais da Escatologia do Antigo Testamento
IV. Temas Principais da Escatologia dos Livros Apócrifos e Pseudepígrafos
V. Temas Principais da Escatologia do Novo Testamento
VI. A Escatologia e os Princípios Éticos

I. Definição e Caracterização Geral

Os termos gregos por detrás dessa palavra são *éschatos*, «último», e *logos*, «estudo». Portanto, a escatologia é o estudo das últimas coisas. E o termo grego cognato, *éschata*, significa «últimas coisas». Está em pauta a tradição profética relativa às últimas coisas que haverão de suceder nos lances finais do presente ciclo histórico. No entanto, o período do milênio e o estado eterno também são enfocados nesse estudo, embora os mesmos representem novos começos e não façam parte das coisas preditas acerca do fim de nossa própria era. Em conseqüência, na tradição profética não há interesse apenas pelo fim de nossa dispensação, mas também pelo que ocorrerá depois da mesma. De fato, estão em mira as intermináveis e sucessivas eras da eternidade futura. Pode-se perceber, com base nessa caracterização, que o termo «escatologia» não se ajusta bem às expectações da tradição profética, embora seja uma palavra tradicionalmente usada a fim de servir de sinônimo das profecias preditivas da Bíblia, de modo geral. Há um outro artigo, intitulado *Tradição Profética e a Nossa Época*, nesta enciclopédia, onde são oferecidas muitas predições, bíblicas ou de místicos modernos, acerca do que se espera no tocante ao futuro do mundo. Também escrevi um livro sobre profecias bíblicas, intitulado *Profecias para o Nosso Tempo: Quarenta Anos Finais da Terra?*, publicado pela Nova Época Editorial, São Paulo, SP, Brasil.

A tradição profética concentra a atenção sobre o modo como Deus fará fruir e concretizar os seus propósitos remidores. Isso porá fim a um antigo ciclo (o nosso), dando início a um novo ciclo. A consumação de nossa era, pois, será também o começo de uma nova era. Todos os ciclos históricos terminam em meio à destruição, e então tem começo um novo ciclo. Essa circunstância foi predita a respeito de nossos próprios dias.

Cerca de vinte e cinco por cento da revelação divina têm natureza preditiva. Esse fato demonstra a importância do assunto. As teologias mais antigas de modo geral negligenciavam o assunto; mas, nos tempos modernos, à medida em que os eventos preditos se aproximam, desperta-se um interesse cada vez maior sobre a questão, de tal maneira que não somente a Bíblia, mas vários místicos modernos têm

atraído a atenção do público em geral para o assunto. Até mesmo a indústria cinematográfica tem explorado temas dessa ordem, incluindo um filme sobre o *anticristo* (que vide).

Esboço da Escatologia Bíblica:

1. Tanto no Antigo quanto no Novo Testamentos, o tema escatológico mais comum é aquele que diz respeito ao Messias, — que também aparece ali como o Senhor e o Governante universal. Seus ofícios como Profeta, Sacerdote e Rei são descritos, e então relacionados à redenção dos homens. Tanto o seu primeiro como o seu segundo adventos foram preditos pelos profetas, embora sem que fizessem uma clara distinção entre esses adventos, apresentando-os como se fossem um só. Algumas passagens do Antigo Testamento, e muitas passagens do Novo Testamento, descrevem a natureza transcendental de Cristo, o seu exaltado papel celestial e a sua missão universal. No Antigo Testamento, destacam-se trechos como o segundo Salmo e Isaías 9:6. No Novo Testamento há material em muito maior abundância a esse respeito. O livro de Apocalipse é uma longa explicação sobre o tema.

2. Os pactos do Antigo Testamento são retratados como tendo conseqüências a longo prazo, e então são mesclados no Novo Pacto, que abarca a humanidade inteira. As operações de Deus na história passada e no futuro dizem respeito à redenção dos homens. Essa deve ser a principal razão pela qual existem as profecias preditivas da Bíblia. Ver o artigo separado sobre os *pactos*.

3. As nações gentílicas são retratadas como partes ativas dentro da tradição profética. A redenção e o julgamento de nações são descritos. Ver Luc. 21:24 e o livro do Apocalipse, em sua totalidade. Ver também o chamado «pequeno Apocalipse», do vigésimo quarto capítulo de Mateus.

4. O reino do mal é descrito como sujeito ao controle futuro do «homem do pecado» (o anticristo) do falso profeta e do próprio Satanás, formando uma trindade maligna. Ver os artigos separados sobre cada um deles. Esses serão grandes antagonistas que haverão de manifestar-se claramente nos últimos dias, opondo-se ao plano redentor do Senhor Deus.

5. O curso da história da Igreja é predito na escatologia. Esse curso terminará, por uma parte, na apostasia (que vide); e, por outra parte, na plena redenção (que vide). Os capítulos dois e três do livro de Apocalipse aparentemente têm por intuito fornecer-nos um esboço desse curso, nas cartas às sete igrejas da Ásia.

6. Também precisamos considerar, nos estudos escatológicos, o arrebatamento da Igreja. Ver o artigo sobre a *Parousia*, ou segunda vinda de Cristo. A idéia do *julgamento* (que vede) é uma das principais fases desse estudo, incorporando muitas questões afins. Antes do julgamento final, porém, ocorrerá a era messiânica de mil anos; e, depois do julgamento, seguir-se-á o estado eterno. Surpreendentemente pouco nos é descrito na Bíblia, a respeito do estado eterno, em resultado do que quase total é a nossa ignorância sobre o mesmo. Entretanto, sabemos de uma grande verdade, isto é, que a Igreja terá parte ativa na obra que consistirá em fazer Cristo ser tudo para todos (Efé. 1:23), o que produzirá uma restauração geral (que vede). O trecho de Efé. 1:9,10 é o principal texto de prova dessa doutrina.

7. O *estado eterno* haverá de caracterizar-se por grande atividade, envolvendo o aspecto da restauração. Todavia, não sabemos dizer até que ponto, e nem por quanto tempo. A passagem de Efésios 1:10, entretanto, parece indicar que um certo número de longos ciclos estará envolvido nessa realização restauradora. E isso levanta a pergunta: «Uma vez realizada a restauração, as coisas continuarão para sempre em um estado utópico e impecável?» A maioria dos teólogos opta por uma resposta afirmativa. Orígenes, contudo, especulava que atualmente estamos em meio a um ciclo redentor; mas que já houve muitos outros ciclos semelhantes, com suas subseqüentes *novas quedas*, o que, por sua vez, exigiu novos reinícios. Ele acreditava que uma vez que o nosso atual ciclo remidor se complete, finalmente haverá uma nova queda, e as coisas serão reiniciadas uma vez mais. Isso, porém, não passa da mais pura especulação teológica. Embora talvez seja uma idéia atrativa para alguns, não há como defender tal idéia pelas páginas da Bíblia, e nem nos deve preocupar. Todavia, pode haver algum elo de ligação entre as grandes eras da própria criação e os ciclos remidores. Pelo menos há dezesseis bilhões de anos atrás, pode ter havido uma *grande explosão* (ver sobre a teoria do *Big Bang*), que deu início ao nosso atual ciclo. E alguns pensam que pode ter havido muitas outras explosões como essa, no passado. Teriam sido acompanhadas por outros ciclos de vida e de redenção? Ver o artigo sobre a *Astronomia*, quanto a especulações sobre essa questão. Como é evidente, os estudos de *escatologia* dizem respeito somente ao nosso próprio ciclo, e não aborda outros supostos ciclos, passados ou futuros. Somente alguns poucos teólogos têm especulado sobre outros ciclos. Seja como for, sem dúvida é uma verdade que aquilo que sabemos e esperamos para o futuro representa apenas uma minúscula parcela da criação e do plano de Deus em sua totalidade. Restam muitos mistérios para serem desvendados.

II. Alguns Aspectos Históricos da Escatologia

1. A palavra «escatologia» não foi usada antes de 1844; mas, no começo, havia um certo sentido depreciador no termo. Até mesmo os comentadores bíblicos falavam em termos bastante vagos sobre o futuro e o assunto não atraía grande atenção. Havia alguns estudos sobre a *parousia*, mas nenhum deles satisfatório. Naturalmente, na Igreja antiga, após a era apostólica, houve grande interesse sobre o assunto. Os anabatistas (que vede), na época da Reforma (que vede) pensavam que a *parousia* poderia ocorrer a qualquer instante; e alguns deles chegaram mesmo a marcar datas quanto à mesma. A atitude que prevalecia na era apostólica era que a *parousia* ocorreria em breve e os crentes viviam na expectação diária da mesma. Porém, quando isso não sucedeu, gradualmente a Igreja foi aceitando uma longa jornada, que, agora, já se prolonga por quase vinte séculos. E foi por esse motivo que as profecias preditivas também se foram tornando menos importantes nas teologias.

2. No segundo quarto do século XIX, houve uma explosão de estudos críticos do Novo Testamento. Isso trouxe em sua esteira um renovado interesse pelas questões escatológicas. A idéia de que Jesus conhecia o futuro em termos precisos e sem qualquer erro foi abandonada por muitos e teve começo a busca pelo Jesus histórico, em contraste com o Jesus teológico. Alguns teólogos decidiram que as predições bíblicas sobre o futuro do mundo eram meras invenções da Igreja primitiva, em face de seu amargo desapontamento ante o fracasso do aparecimento imediato da *parousia*. E o *reino de Deus* passou a ser interpretado como o governo presente e imanente do Espírito Santo no coração e nas vidas dos homens. Isso significa que

o livro de Apocalipse passou a ser desconsiderado nos estudos escatológicos. Quase todas as expectativas da autêntica escatologia foram abandonadas como delírios de indivíduos entusiasmados, mas sem qualquer base na verdadeira inspiração. Em outras palavras, a escatologia passou a ser vista como um envoltório artificial do cristianismo antigo, do qual nos podemos desfazer sem incorrer em grande perda.

3. *Albert Schweitzer*, entretanto, entre 1901 e 1906, em sua obra *The Quest of the Historical Jesus*, lançou uma bomba no mundo teológico. Ele demonstrou, nesse e em outros livros, e de modo bastante vigoroso e convincente, que a erudição crítica havia imposto a si mesma certas limitações artificiais. Na verdade, ele destacava que a escatologia devia ocupar uma posição central, e não periférica, no ensino de Jesus. Mais do que isso, ele afirmava que a escatologia ensinada por Jesus era a chave à correta compreensão de sua vida e de sua doutrina. Conforme ele dizia, Jesus veio para proclamar uma crise que resultaria na consumação da história. Mas Schweitzer deu uma distorção toda sua à questão, ao afirmar que quando Jesus percebeu que estava prestes a ser condenado, e que o reino de Deus não se materializaria em seus dias, ele resolveu que deveria tomar deliberadamente, sobre si mesmo, os «ais» apocalípticos, oferecendo-se como o resgate que permitiria a Deus inaugurar, finalmente, uma nova era. Presumivelmente, de acordo com essa teoria, Jesus dirigiu-se a Jerusalém a fim de provocar a sua própria morte, a fim de que Deus, mediante a sua morte, pudesse produzir os outros acontecimentos que haveriam de constituir a consumação. Seu clamor de abandono, na cruz, deixa-nos na dúvida se Jesus manteve ou não, até o fim, as suas convicções a respeito. Não obstante, a menos que contemplemos a Jesus sob essa luz escatológica, somos quase forçados a retroceder para o ceticismo sobre a vida e a significação de Jesus, exceto que podemos continuar admirando os seus ensinamentos éticos.

4. *A reação: uma escatologia realizada*. Muitos estudiosos rejeitaram a teoria de Schweitzer, mas essa teoria exerceu uma longa influência. O material encontrado nas cavernas de Qumran exibe uma escatologia mais complexa e menos bem arrumada, e uma esperança messiânica menos nítida do que ele havia antecipado. C.H. Dodds, na década de 1930, restaurou um pouco o equilíbrio, ao mostrar que o Novo Testamento, sobretudo no livro de Atos e nas epístolas paulinas, já fala sobre um reino que nos é acessível, que não espera por eventos cataclísmicos para tornar-se uma realidade espiritual. Em outras palavras, desde *agora* já existe um reino pelo qual podemos e devemos viver e lutar. Não podemos preocupar-nos somente com a futura *crise* inerente na escatologia. Com base nisso, Dodds procurou mostrar que Jesus também via as coisas por esse prisma, não contemplando meramente uma crise. Na verdade, ele ressaltava o complexo de eventos que Jesus deflagrou por meio de Seu nascimento, vida, ensinamentos, morte e ressurreição. Esse complexo de eventos trouxe o reino de Deus até os homens. No entanto, conforme costuma suceder entre os eruditos, Dodds exagerou em sua posição, ao pensar que os ensinos apocalípticos de Jesus não eram realmente seus e, sim, da Igreja primitiva, mas postos nos lábios de Jesus. A teoria de Dodds veio a ser conhecida como *escatologia realizada*.

5. *A escatologia inaugurada*. Esse é o nome dado à teoria de R.H. Fuller, exposta em seu livro, *The Mission and Achievement of Jesus* (1954). Jesus teria visto, conforme ele pensava, o reino de Deus em ligação ao seu próprio ministério, embora não plenamente revelado e nem atuante senão após a grande crise da sua morte e da subseqüente vindicação dele, mediante a sua ressurreição. Naturalmente, a tentativa de decidir qual teria sido o verdadeiro ensino de Jesus a respeito do reino está vinculada ao problema inteiro do Jesus histórico versus o Jesus teológico, uma questão criada artificialmente pelos estudiosos. Bultmann (que vede) desistiu da tentativa de recuperar um quadro completo sobre a vida e os ensinamentos verdadeiros de Jesus, porquanto supunha que uma espessa nuvem de mitos e atividades eclesiásticas obscurecia a questão inteira. Mas, permanecem questões intensamente disputadas exatamente o quanto Jesus conseguiu prever, se ele antecipava ou não uma era da Igreja, se ele pensava ou não em termos apocalípticos, e quantos acontecimentos apocalípticos restam para se manifestarem. — Schweitzer havia asseverado de que aqueles que não aceitassem uma escatologia coerente, nos ensinamentos de Jesus, terminariam por cair no ceticismo; e, pelo menos, quanto a esse particular, a história eclesiástica subseqüente lhe tem dado apoio.

6. *A espiritualização da escatologia*. John Arthur Robinson, que seguia a tradição iniciada por Dodds, pensava que a *parousia* de Cristo deve ser entendida não como uma série de futuros eventos literais, mas antes, descreveria «o que deve acontecer, e já está acontecendo, todas as vezes que Cristo se manifesta em amor e poder, onde possam ser detectados os sinais de sua presença, sempre que as marcas de sua cruz puderem ser vistas. O dia do julgamento seria um quadro dramatizado e idealizado de todos os dias» (pág. 69 de seu livro, *In the End, God*). Sentimentos como esses têm o seu valor, mas é ridículo dizer que Jesus estava falando apenas uma linguagem mitológica ou simbólica, e não predizendo, verdadeiramente, o futuro. Robinson sentiu-se capaz até mesmo de distorcer trechos bíblicos como o de Marcos 14:62 *ss* («Eu sou /o Filho do Deus Bendito/, e vereis o filho do homem assentado à direita do Todo Poderoso e vindo com as nuvens do céu»), como se o Senhor não estivesse falando sobre qualquer *parousia* literal, futura. Ele supunha tão-somente que declarações assim afirmam que Ele haveria de ser vindicado diante do tribunal de Deus, em contrário aos atos humanos, que o rejeitavam.

7. *Os teólogos evangélicos conservadores*. Naturalmente, esses continuam a levar muito a sério as porções escatológicas da Bíblia. Contudo, tem havido a penetração de certos abusos entre esses grupos, como no caso dos Adventistas do Sétimo Dia, que têm marcado datas para a *parousia*, sem qualquer sucesso. Além disso, seitas fanáticas têm exagerado o quadro escatológico tendo exprimido toda a forma de previsões que nunca tiveram cumprimento.

8. *Os místicos modernos*. Antigamente, o interesse pelas profecias confinava-se à Igreja cristã. Porém, atualmente o assunto tem-se tornado muito popular. Os místicos modernos têm-se manifestado ativamente, como no caso dos livros de Jeanne Dixon e de outros, que têm despertado o interesse pelo assunto, em muitos lugares onde a Bíblia não era lida e nem estudada. Interessante é observar que o esboço profético advogado pelos místicos modernos concorda essencialmente com a tradição bíblica. Mas eles acrescentam detalhes que não figuram nas páginas sagradas. Se esses detalhes extrabíblicos são certos ou verdadeiros, não sabemos dizê-lo. Somente o cumprimento das profecias mostrará isso. Pessoalmente creio que a popularização da profecia é um acontecimento necessário, controlado por um propósito divino. Até

mesmo o jornal oficial da União Soviética, *Tass*, tem publicado, em derrisão, naturalmente, o que certos profetas têm dito no tocante ao papel da Rússia nos últimos dias, com uma predita invasão russa da Palestina, e que seria uma das principais causas da Terceira Guerra Mundial. Nos debates havidos entre o presidente Reagan (que acredita nas profecias) e Mondale, antes da segunda eleição de Reagan, este foi consultado sobre a sua opinião sobre as profecias concernentes aos eventos vindouros. Em sua resposta, ele não afirmou que cria nas profecias de condenação, como verdadeiras ou iminentes, mas também não negou a validade das mesmas. Ele meramente asseverou que *se* essas predições são verdadeiras, ele não tinha como determinar exatamente *quando* elas teriam cumprimento. Portanto, essas predições não deveriam fazer parte de nossas considerações no tocante à diplomacia em favor da paz. O fato de que uma questão dessa natureza tenha entrado nos debates presidenciais, televisionados para todos os países do mundo, mostra-nos até que ponto questões escatológicas são importantes em nossos dias. Acredito que assim está sucedendo porque o mundo *deve tomar conhecimento*, por vários meios, bíblicos e extrabíblicos, até que ponto a degradação nos está levando. De fato, uma parte dessas predições é que elas deverão ser conhecidas em geral, entre as grandes massas populacionais do mundo, antes que aqueles eventos tenham lugar.

9. *O aumento de interesse já serve de sinal sobre o fim*. Consideremos este fato: à minha frente, neste momento, está aberta uma enciclopédia bíblica que foi escrita há quase cem anos atrás. Ela dedica três breves parágrafos ao título *Escatologia*. Em contraste com isso, a *Zondervan Pictorial Encyclopedia of the Bible* dedica dezesseis páginas inteiras ao assunto. À medida que os eventos preditos se forem aproximando, mais vital ir-se-á tornando o interesse por essas predições.

III. Temas Principais da Escatologia do Antigo Testamento

1. *No Pentateuco* não há, virtualmente, qualquer idéia sobre a vida para além da morte biológica, para as almas humanas. O Novo Testamento corrigiu a situação ao esclarecer que o Deus de Abraão, de Isaque e de Jacó (Êxo. 3:6) não é Deus de mortos, mas de vivos (Luc. 28:38). Isso significa que existem pessoas mortas no mais verdadeiro sentido da palavra. Porém, esse não é um discernimento que nos tenha sido dado pelos primeiros escritos do Antigo Testamento. O Pentateuco é um documento eminentemente moral; mas a moralidade não estava alicerçada sobre as recompensas ou as punições esperadas para além da morte biológica.

2. *A Doutrina do Sheol e da Alma*. Gradualmente, os hebreus começaram a tomar a posição de que há a continuação da vida para além da morte física. A princípio, essa vida do além-túmulo era considerada uma vida nebulosa; mas, posteriormente, o *sheol* foi dividido em compartimentos separados: o paraíso para as almas salvas e um lugar de duro julgamento, para as almas perdidas. Há um artigo detalhado sobre o *hades*, onde esse desenvolvimento é esboçado e descrito. Na antiga teologia judaica, até mesmo nos salmos (ver Sal. 88:10 *ss* e Isa. 39:28) o *sheol* não era visto como um lugar onde se pudessem ouvir louvores a Deus. Mas o trecho de Jó 19:25 *ss* faz soar uma nota mais esperançosa. Assim faz, igualmente, o trecho de Salmos 139:8. Declarações mais explícitas ainda, sobre a expectação da vida após o túmulo, encontram-se em Eze. 37:11, embora possamos limitar a mesma à ressurreição nacional, e não à ressurreição pessoal. A ressurreição individual é explicitamente declarada em Dan. 12:2. Certos segmentos da sociedade judaica (como os saduceus) porém, nunca adotaram o ponto de vista mais otimista. No entanto, por muitos séculos, na filosofia e nas religiões orientais, a imortalidade da alma era uma doutrina muito ensinada e respeitada. Quanto a uma completa declaração sobre esses questões, ver os artigos sobre a *Alma* e sobre a *Imortalidade*, onde estão registradas crenças bíblicas e extrabíblicas.

Os trechos bíblicos que se manifestam em favor da existência e imortalidade da alma, incluem os seguintes: Sal. 86:13; Pro. 15:24; Eze. 26:20; 32:21; Isa. 14:9,10; Ecl. 12:7; Jó. 32:8; Mat. 10:28; 17:1-4; Mar. 8:36,37; Luc. 16:19-31; 23:43; Atos 7:59; Fil. 1:21-23; II Cor. 5:8; 12:1-4; Heb. 12:23; I Ped. 3:18-20; 4:6; Apo. 6:9,10; 20:4.

3. *O Dia do Senhor*. Esse é um tema escatológico muito comum no Antigo Testamento. Ver Amós 5:18-20. Esse conceito não é simples. Pode referir-se a alguma espécie de maciço e decisivo julgamento temporal, para dentro de pouco tempo, ou muito remoto; também pode falar sobre o reinado soberano de Deus sobre tudo (Sal. 93; 95 — 100). Pode haver uma espécie de expectação milenar, terrena (Isa. 11:9; Zac. 14:9). Aponta para quando Yahweh tiver de manifestar-se, como uma *teofania* (ver Zac. 14:3 *ss*). A idéia geral é que Deus manifesta-se de modo especial no julgamento, na salvação, no governo sobre todas as coisas, na sua majestade, nos eventos da natureza e nos principais acontecimentos da história da humanidade. As nações também participarão das bênçãos temporais e espirituais de Deus (como na salvação). Nisso consistirá o dia do Senhor (Isa. 54:3; Dan. 7:26; Isa. 45:14; 49:23). A própria natureza será visitada por Deus, em um dos seus *dias* (Isa. 2:12 *ss*; Isa. 13 e 14; Osé. 10:8; Joel 2 e 3; Amós 5:18; Zac. 1). O dia do juízo divino é referido como próximo, como ameaçador (Isa. 13:6; Joel 1:15; 2:1). Os estudiosos supõem que algumas dessas predições, pelo menos, incluem tanto os avisos sobre o julgamento temporal (como no caso de alguma nação invasora, ou como um cativeiro), como quanto sobre o julgamento espiritual da alma. Quanto ao *Dia do Senhor*, no contexto neotestamentário, ver o artigo desse nome.

4. *A Esperança Messiânica*. O livramento ou salvação pertence ao Senhor (Sal. 3:8), e o livramento nacional ou pessoal vem da parte do Messias. Ele está relacionado a Deus e aos homens, por ser o Filho de Deus e o Filho do homem (Isa. 9:6 *ss*). A ele está prometido o domínio universal (Sal. 2). Desde os dias do oráculo de Natã, a esperança messiânica passou a girar em torno da família de Davi (II Sal. 7:12-16). Esse conceito foi transportado para o Novo Testamento, onde aparece com freqüência. Ver Mat. 1:1; 9:27; 21:9; Mar. 12:35; João 7:42; Rom. 1:3, etc. (Isa. 42:1-7; 49:1-6; 50:4-9; 52:13 — 53:12 são trechos que contêm os cânticos do Servo-Messias). O trecho de Lucas 2:32 cita Isaías 49:6, nessa conexão. Está em pauta uma luz para *todas* as nações. Ver o artigo sobre *Jesus*. A figura celestial do Messias, como o exaltado Filho do homem, aparece no trecho de Dan. 7:13,14.

5. *A Restauração de Israel*. O trecho de Isa. 43:6 exprime essa esperança. Israel haveria de retornar dos exílios assírio e babilônico (ver os artigos a respeito), recebendo de volta uma grande glória. Os profetas do Antigo Testamento não contemplavam um grande período de tempo, antes disso acontecer. O Novo Testamento, conforme se vê, por exemplo, em Rom. 11:25-27, transfere isso para depois da era da Igreja,

embora Paulo também não antecipasse qualquer longo período de tempo. Gradualmente, conforme o tempo se passava e essa predição não se cumpria, veio a tornar-se parte integrante de uma distante era messiânica, a era áurea. O retorno dos exilados, e então a formação do estado de Israel, em nossos próprios dias, após a Segunda Guerra Mundial, despertou novamente as expectações da restauração de Israel. Os trechos de Amós 9:11-15 e Isa. 43:2 *ss*, exprimem essa esperança; mas o elemento tempo é sempre incerto, dentro das predições bíblicas. Os estudiosos do Novo Testamento associam essa restauração ao milênio, ou mesmo ao estado eterno. Ver o artigo separado sobre o *Milênio*. Em Rom. 11:5 *ss*, Paulo aborda a teologia envolvida nessa doutrina.

IV. Temas Principais da Escatologia dos Livros Apócrifos e Pseudepígrafos

Ver o artigo geral sobre os livros *Pseudepígrafos*. No artigo sobre *I Enoque* mostramos que dificilmente há alguma seção do Novo Testamento que não demonstre alguma dependência a esse livro. Na sexta seção desse artigo, alistamos e discutimos onze paralelos onde o Novo Testamento utilizou-se de doutrinas desenvolvidas na literatura pseudepígrafa. No que se relaciona especificamente à escatologia, há três itens: (1) 1. *o reino*; (2) 2,3. *a personagem messiânica* (Messias celestial, ver também VII. 4); (3) 8. *a era áurea*, ou seja, o reino messiânico que separará o antigo ciclo (então destruído) do estado eterno. E em 3:8 o ponto de vista geral sobre o *julgamento*, seu fogo, sua fornalha, o lago do fogo, e os terrores gerais do mesmo. As descrições do Novo Testamento, acerca dessas questões, procedem de livros pseudepígrafos, e não do Antigo Testamento. Na sétima secção do artigo sobre I Enoque, discutimos os problemas criados pelo uso que os autores do Novo Testamento fizeram das obras pseudepígrafas. No terceiro item daquela secção propomos que a tradição profética teve um desenvolvimento genuíno naqueles documentos, que foi além daquilo que está contido no próprio Antigo Testamento, antecipando um maior desenvolvimento ainda no Novo Testamento. E sob o quarto ponto da sétima secção, discutimos sobre o Messias celestial de I Enoque, e como isso se relaciona a ensinos similares do Novo Testamento.

Além desses paralelos, oferecemos aqui os seguintes desenvolvimentos:

1. O *após-vida*. O *sheol* é retratado então como uma residência temporária dos justos, com a promessa de que deixarão aquele lugar por ocasião da ressureição. Ver Salmos de Salomão 146,7; II Macabeus 7:9; 14:46. Mas o *sheol* permanece ali como um lugar de punição para os injustos. A interessante passagem de II Macabeus 12:43-45 apresenta Judas Macabeu a orar pelas almas de seus companheiros mortos em batalha. Isso significa que pelo menos uma parte da tradição judaica, nesse ponto, pensava que as orações podiam alterar as condições em que se encontravam os mortos. O catolicismo romano usa esse versículo a fim de tentar provar a validade da doutrina geral do *purgatório* (que vede). Deveríamos lembrar que o que os protestantes chamam de «livros apócrifos», os católicos romanos chamam de «livros deuterocanônicos». Assim, essa passagem em II Macabeus tem autoridade para os católicos romanos. Contudo, o *sheol* do Antigo Testamento não é a mesma coisa que o *purgatório* da teologia católica romana. Mas, se quisermos crer na autoridade de II Macabeus, então diremos que esse é um texto de prova razoável em favor da existência do purgatório, porquanto todas as doutrinas passam por um desenvolvimento histórico — o purgatório, pois, poderia ser relacionado à parte melhor do *sheol*, ainda que com muitos reparos, pois o *sheol* nunca foi concebido como um lugar de sofrimentos, como se dá no caso do purgatório.

Sabe-se que há um lado bom no sheol; ou, talvez, que há uma residência separada para as almas em foco no Apocalipse de Moisés 33:4; Baruque 21:23 *ss* e IV Esdras 7:75. Pode-se ver, com base nesses versículos, que o Novo Testamento incorpora esses pontos de vista em alguns lugares, como em Lucas 16:19 *ss*. Nas obras pseudepígrafas há várias histórias de descidas ao hades, paralelas ao trecho de I Pedro 3:18 — 4:6. Discuto sobre isso em meu artigo detalhado sobre a *Descida de Cristo ao Hades*, em sua seção quarta, onde são mencionadas certas dependências literárias. Essas histórias têm importantes implicações, quanto ao estado final dos homens, e também no tocante às formas de oportunidade que os homens ali terão de obter a salvação.

2. *O Messias e o seu reino*. Temos exposto algo dos ensinos de I Enoque a esse respeito e como há paralelos no Novo Testamento. Ensinos similares acham-se nos Oráculos Sibilinos 3:652-660; Salmos de Salomão 17.27,31,37,41. Entretanto, o livro de IV Esdras não alude ao reino messiânico. Vários dos livros apócrifos e pseudepígrafos reiteram a esperança na restauração de Israel.

3. A ressurreição também aparece no Apocalipse de Moisés 41:3, tanto para os justos quanto para os injustos. A questão é abordada de forma literal. Deus é retratado a formar corpos humanos similares aos corpos que morreram. Desse modo, as pessoas ressurrectas seriam reconhecidas. Ver Oráculos Sibilinos 4.179 *ss*, que parece ser também o ensino de II Macabeus 7.9. Mas parece que o ensino deste último trecho discorda um tanto do de 25:4 do mesmo livro, pois, nesta última passagem há menção somente à ressurreição de justos. Enoque faz do corpo ressurrecto uma *vestimenta* de glória (62.15,16), o que é semelhante a expressão de Paulo em I Coríntios 15. O ponto de vista de II Baruque 50 não tem paralelo. Ali os corpos dos ressurrectos assemelham-se aos corpos físicos anteriores. Mas, o corpo ressuscitado dos justos vai adquirindo glória cada vez maior, até ultrapassar a glória dos próprios anjos, transformando-se em estrelas gloriosas. Por outra parte, os corpos dos ímpios vão se dilapidando e entrando em decadência. Em acréscimo à consternação destes últimos, como um castigo, eles podem contemplar o progresso dos justos, em um esplendor cada vez mais ofuscante, ao passo que eles mesmos vão murchando.

4. *O julgamento*. Temos mostrado, em nossa discussão sobre I Enoque (o que sumariamos no começo desta seção), que várias idéias do Novo Testamento derivam-se diretamente desse livro. Mas, há outros paralelos. Os trechos de Enoque 47.3; 90.2-27 e IV Esdras 7.33 fazem o julgamento proceder do trono de Deus, segundo se vê no vigésimo capítulo do Apocalipse. Deus ou o Messias é o Juiz, nessas cenas. Recompensas ou castigos seriam distribuídos de acordo com as obras de cada um. Os ímpios são consignados ao *sheol*, que ficaria sob a superfície da terra. Os justos, por sua vez, entrarão no paraíso, o que seria ou a porção boa do *sheol* ou um lugar separado, como um dos muitos céus. O terceiro céu é o mesmo paraíso de II Enoque; mas, nesse livro, a habitação de Deus fica no sétimo céu.

V. Temas Principais da Escatologia do Novo Testamento

1. *Influências*. O Novo Testamento não se desenvolveu em um vácuo. Buscou subsídios tanto no Antigo Testamento como nos livros apócrifos e pseudepígrafos, quanto às suas idéias escatológicas. Isso foi amplamente ilustrado no artigo sobre I Enoque, sexta seção, o que é reiterado na introdução à quarta seção deste artigo. O Novo Testamento não foi o criador da tradição profética. Antes, foi apanhando informes onde os encontrou, levando-os avante. Também preservou o esboço geral, fazendo acréscimos que tornaram esse esboço mais cristológico. Além disso, acrescentou alguns conceitos importantes, o que se evidencia na discussão abaixo.

2. *O Reino*. Esse é um assunto extremamente complexo. Nos evangelhos sinópticos encontramos o reino político. Israel será restaurado, tendo o Messias como seu cabeça. Mas isso também *inclui* a idéia do reino entre os homens, porque o Rei estará entre eles. No evangelho de João, porém, o reino é um sinônimo virtual da salvação ou vida eterna, o que significa que esse conceito é ali totalmente espiritualizado. Em Romanos 14:17, o reino é um sinônimo virtual da atual espiritualidade cristã. Quanto a uma completa descrição dessa doutrina, ver o artigo sobre o *Reino de Deus*.

3. *O Após-Vida*. As teologias sistemáticas gostam de harmonizar todas as coisas, pedindo-nos que aceitemos que todos os autores sagrados ensinaram a mesma coisa. Porém, o Novo Testamento expõe certa variedade de pontos de vista sobre o que acontece aos homens após a morte biológica. O *hades* (correspondente ao *sheol* do Antigo Testamento) continua fazendo parte do estado intermediário. Os trechos de Apocalipse 11:7 e 17:8 apresentam o *anticristo* (que vede), que sairá do hades e voltará a este mundo a fim de realizar a sua missão diabólica. E o hades intermediário será lançado no inferno (lago do fogo) permanente, em Apocalipse 20:13. Mas, em contraste com isso, o trecho de I Ped. 3:8 —4:6 fala de uma missão misericordiosa no hades, de tal modo que seus malignos habitantes ainda podem chegar a crer e participar da própria vida de Deus, conforme diz, corajosamente, o trecho de I Pedro 4:6. Mas o trecho de Hebreus 9:27, ao fazer do juízo divino um ponto definitivo após a morte de um ser humano, não apresenta tal concepção. O Novo Testamento antecipa um estado de existência da alma antes da ressurreição, mostrando que um homem não deixa de existir quando perde o seu veículo físico, o corpo. Ver Mat. 10:28; 17:1-4; Mar. 8:36,37; Luc. 16:19-31; 23:43; Atos 7:59; Fil. 1:21-23; II Cor. 5:8; 12:1-4; Heb. 12:23; I Ped. 3:18-20; 4:6; Apo. 6:9,10 e 20:4 quanto à sobrevivência da alma, tanto no caso dos justos como no caso dos ímpios. Além disso, a *ressurreição* é prometida como a restauração de um veículo físico para a alma, embora um veículo não material e glorioso, e não um corpo composto de átomos, como o nosso. Ver o artigo geral sobre a *Ressurreição*.

4. *O Julgamento Divino*. Nesta enciclopédia, há um artigo separado sobre esse assunto. Novamente, o Novo Testamento não tem somente um ponto de vista. Um julgamento de terror e fogo, conforme é descrito nos escritos pseudepígrafos, é preservado em algumas passagens do Novo Testamento. O Apocalipse é uma longa declaração nesse sentido, chegando ao seu ponto culminante no seu vigésimo capítulo. O julgamento é descrito nos termos mais aterrorizantes, e também aparece como eterno. Porém, a *descida de Cristo ao hades* (que vede) lança um grande raio de esperança nessa situação. Pode-se escapar do hades, antes do mesmo ser lançado no lago do fogo. Precisamos reconhecer que essa também é uma antiga tradição que não teve começo no Novo Testamento. É um conceito alternativo do ponto de vista tradicional do hades, como um lugar permanentemente destituído de esperança. Ultrapassa a outra visão do hades. É uma visão mais sábia. É uma visão mais ampla. Harmoniza-se melhor com o amor de Deus, pelo que é mais razoável. O trecho de I Pedro 4:6 mostra que o juízo tem um sentido remedial, e não apenas retributivo. Há uma nobre realização a ser cumprida, porquanto Deus pode fazer certas coisas, por meio do julgamento, melhor do que através de outro meio qualquer. O julgamento divino será uma expressão do amor de Deus, e não de ódio. Será um dedo da amorosa mão de Deus. Contudo, poderá perdurar por longo tempo, no tocante a cada indivíduo. Perdurará o tempo que for necessário, e não mais.

5. *O Inferno*. O hades poderá ser revertido; mas, poderá ser revertido depois da *Parousia*? Haverá qualquer esperança para as almas perdidas, após a *parousia*? Penso que sim. O trecho de Efésios 1:9,10 refere-se à vontade de Deus a longo prazo, isto é, o *mistério* de sua vontade. Ali Paulo revela, pela primeira vez (doutra sorte, não estaria descrevendo um *mistério*, que vede) que, finalmente, *todas as coisas* terão em Cristo o seu centro e ele será tudo para todos. Ele haverá de tornar-se todas as coisas para todos os homens. Ele será o centro de toda a criação, finalmente. Coisa alguma poderá escapar ao escopo de sua missão benevolente. À minha frente está uma enciclopédia que supõe que o julgamento no inferno será justo, porque não será mera vingança contra uma pessoa, meramente por causa daquilo que ela praticou de errado, estando no seu corpo físico. Antes, o autor da mesma quer-nos fazer acreditar que as pessoas confinadas no inferno continuarão em sua revolta, aumentando seus pecados e sua rebeldia, e, assim sendo, o julgamento delas será sempre mais justo, mesmo porque os pecadores estão ficando cada vez piores. O mesmo autor supõe que Satanás prefere reinar ali como rei, — em vez de ocupar posição meramente subordinada, em algum outro lugar. E também opina que, durante a vida física de cada indivíduo, ele escolhe o seu caráter, um caráter que nunca mais pode ser mudado. De acordo com a escolha de cada um, assim continurá ele a agir. Se aqueles que estiverem no hades não se sentirem felizes com a sua sorte, também não aspirarão chegar ao céu, porquanto isso seria contrário ao caráter deles. No entanto, tudo isso é contra a mensagem do primeiro capítulo da epístola aos Efésios, onde Deus altera o caráter de todos os homens, de tal modo que encontrem em Cristo a sua grande razão para existirem. Esse texto sagrado ensina certa unidade, a saber, aquela em que todos os homens tornar-se-ão *um em Cristo*.

6. *O Mistério da Vontade de Deus: a Restauração*. Quando Deus revelou-nos uma certa doutrina nova acerca das últimas coisas, chamou-a de *mistério*, como se estivesse dizendo: «Isto é o que Deus fará, finalmente». Essa revelação olha para além de tudo quanto fora anteriormente ensinado acerca do estado final do homem. O trecho de Efésios 1:9,10 contém esse mistério. Esse mistério refere-se à restauração e à unidade final de todas as coisas, em torno de Cristo. O julgamento desempenhará certo papel necessário para se chegar a esse resultado porquanto, em seu amor, Deus castiga os homens e faz com que o busquem. Deus não castiga aos homens a fim de fixá-los em seu caráter maligno. Bem pelo contrário. O trecho de Efésios 4:8 *ss* mostra-nos que a descida de Cristo ao hades teve o mesmo propósito que a sua

ascensão, ou seja, fazer dele tudo para todos, para ele «encher todas as coisas». O estado de juízo poderá perdurar por um longo tempo para muitas pessoas, porquanto é muito difícil convencê-las. Porém, a missão de Cristo transformará *todos os homens*, finalmente, mas não no mesmo grau e nem da mesma maneira. Ver sobre *Mistério da Vontade de Deus*.

7. *A Redenção*. Os eleitos chegarão a participar da imagem e da natureza de Cristo, o nosso Irmão mais velho (Rom. 8:29). Eles vão sendo transformados de um estágio de glória para outro, interminavelmente, porquanto não podemos imaginar que haverá estagnação no estado eterno. O alvo final é a participação na própria natureza divina (Col. 2:10; II Ped. 1:4). Essa glória será muito maior do que a dos *restaurados* (todos os outros homens). Mas a missão de Cristo é que realizará ambos esses nobres propósitos universais. Ver o artigo separado sobre *Divindade, Participação dos Homens na*. Ver também sobre a *Restauração*, no tocante a um artigo detalhado sobre esse assunto.

8. *Outras Questões Importantes*. Ver os artigos separados sobre o *Céu*, o *Anticristo*, a *Parousia*, o *Milênio* e o *Julgamento do Crente por Deus*.

VI. A Escatologia e os Princípios Éticos

Ver o artigo separado com esse título. Nos artigos separados, referidos no parágrafo acima, tenho assumido a posição otimista sobre o que sucederá, finalmente, às almas humanas. O julgamento final será uma terrível realidade, mas não destituída de propósito. Parte desse propósito será o de transformar àqueles que forem julgados. Há referências neotestamentárias em favor dessa posição, conforme temos demonstrado. O ponto de vista de que alguns poucos serão salvos, e que o resto sofrerá um tormento interminável, em meio a torturas, apesar de concordar com algumas referências do Novo Testamento, é ultrapassado por outras passagens, deixando para trás essa posição pessimista. O evangelho que deixa os homens na tempestade é um evangelho pessimista. Mas o evangelho de Cristo ultrapassa a essa posição parcial. Haverá um novo dia, passado o temporal. Todos nós chegaremos lá. (AM B BRUN(1954) CH CHA NTI STE Z)

ESCATOLOGIA E A ÉTICA

Esboço:

I. Jesus, a Escatologia e a Ética
II. A Ética e as Recompensas
III. Considerações Paulinas
IV. A Ética e a Metafísica

I. Jesus, a Escatologia e a Ética

1. *O Reino*. Os hiperdispensacionalistas não vêem a ética para a Igreja no Sermão da Montanha, do Senhor Jesus, mas supõem que ele estaria aludindo às condições milenares do reino de Deus. Os estudiosos liberais desconsideram o material apocalíptico e rebuscam a essência de seus ensinamentos éticos, aplicáveis a qualquer época da história. Albert Schweitzer dava aos ensinamentos e à missão de Jesus uma interpretação apocalíptica radical. De acordo com ele, os princípios éticos ali contidos são considerados como *interinos*, ou seja, aguardam a grande crise e, presumivelmente seriam diferentes, quanto a alguns aspectos, se tivessem sido proferidos sob circunstâncias normais. A *escatologia realizada*, de C.H. Dodds, retrata a ética envolvida nos ensinos de Jesus como parte do reino que trará a ordem eterna ao que é temporal, pelo que seria algo de valor supremo.

2. Todos esses pontos de vista talvez tenham algum valor, até onde eles vão. Porém, poderíamos afirmar ainda outras coisas, porque todas essas noções têm os seus pontos de fraqueza. Apesar de que, tecnicamente, Jesus ainda estava em terreno veterotestamentário, quando proferiu os seus ensinos, a verdade é que o evangelho de Mateus foi escrito entre quarenta e cinqüenta anos dentro da era cristã; e os princípios éticos de Jesus foram registrados sem qualquer comentário, demonstrando que os primeiros cristãos consideravam esses ensinamentos como pertencentes à Igreja, e não meramente aos judeus, ou não somente para algum reino divino futuro. Além disso, esses ensinos são eternos, alicerçados sobre valores próprios do Antigo Testamento, o que significa que não podem ser reduzidos a meras declarações éticas interinas.

3. Jesus introduziu um novo tom ético, falando com autoridade. Doutra sorte, ele não poderia ter dito: «Ouvistes que foi dito... Eu, porém, vos digo...» (Mat. 5:21,27,33,38,43). Todavia, a totalidade do Sermão da Montanha é puro judaísmo, e não entra nos méritos da revelação da doutrina da graça, que compõe uma parte ponderável dos escritos paulinos. Ver sobre a *Graça*.

4. Jesus objetava às formalidades éticas externas, tendo acusado os escribas e os fariseus de promoverem meras externalidades (Mat. 5:20). Ele enfatizava o caráter interno que subjaz às realizações éticas externas, conforme demonstra a sua reiterada declaração: «Eu, porém, vos digo...»

5. Em outros trechos, ele demonstrou que a ética é provada no discipulado, – que consiste na renúncia, sob pena do mesmo ser incompleto ou mesmo ser nulo (Mat. 8:34 *ss*; Luc. 14:26).

II. A Ética e as Recompensas

O judaísmo posterior fazia das recompensas e das punições uma importante consideração na busca da conduta ética apropriada. Jesus reiterou o tema. Ver Mat. 5:12,46; 6:14,18. A principal recompensa é o próprio reino, dado àqueles que o merecem (Mat. 5:3,10). Em contraste com isso, o julgamento espera pelos violadores da lei de Deus (Mat. 10:28). Esse versículo mostra que há questões eternas em jogo, e não meramente questões temporais, conforme se nota em Mar. 8:34 *ss*. A ética da graça tem um lugar no ensino de Deus, conforme é ilustrado pela parábola dos trabalhadores da vinha. Ver Mat. 20:1-16. Os homens devem buscar o reino de Deus e os seus benefícios; mas é a graça de Deus que, afinal de contas, concede o que é buscado (Luc. 12:31,32. Ver também Luc. 18:9-14).

III. Considerações Paulinas

1. Os crentes serão julgados em relação aos seus atos (Rom. 14:10; II Cor. 5:10). Importa muito aquilo que fazemos, mas tudo será devidamente revisado e punido ou recompensado (II Cor. 3:12 *ss*).

2. Todos os homens serão julgados de acordo com suas obras, o que significa que a conduta é uma questão séria (Rom. 2:6).

3. Há uma inexorável lei da colheita segundo a semeadura, a que todos nós estamos sujeitos (Gál. 6:7,8). Sempre presume-se que a lei da colheita conforme a semeadura não se restringe a esta vida terrena, porquanto ninguém é devidamente recompensado ou castigado durante esta peregrinação terrena.

4. Uma disciplina severa é necessária, se tivermos de ser vitoriosos na corrida da vida (I Cor. 9:24).

5. É a graça de Deus que faz de nós o que somos, pelo que toda a glória deve ser atribuída a Deus; mas

os homens têm o direito de escolher e utilizar as operações do Espírito em sua vida. Efé. 2:10 e Fil. 2:12,13.

6. A própria salvação, a longo prazo, é constituída pela questão das recompensas pela conduta apropriada, em acordo com a transformação espiritual. Isso significa, finalmente, a transformação segundo a imagem do Filho (Mat. 8:29), de acordo com o cultivo dos frutos espirituais (Gál. 5:22,23).

7. A *parousia* (que vede) deve ser ansiosamente esperada e essa espera deveria levar-nos à pureza de vida (I João 3:3). Isso concorda com os sentimentos expressos por Paulo em I Coríntios, capítulo quinze, onde, no vs. 58, ele conclui a sua discussão sobre a ressurreição, exortando-nos a uma conduta que leve em conta esse fato.

Aquilo que cremos no tocante ao futuro, necessariamente afeta a nossa maneira de agir.

IV. A Ética e a Metafísica

É verdade, geralmente aceita, que a transformação metafísica de um crente é acompanhada e até mesmo provocada por sua transformação ética. Sem a santificação, ninguém jamais verá ao Senhor (Heb. 12:14). Ninguém adquire a imagem do Filho, vivendo de maneira negligente. O mesmo Espírito que nos transforma metafisicamente, em primeiro lugar e, correspondentemente, muda a nossa própria natureza, a fim de irmos participando da natureza do Filho e, conseqüentemente, do Pai. A nossa conduta é um importante fator nessa busca. Ver Mat. 5:48. (H CHA NTI STE)

ESCAVADORES

O título vem da idéia de **nivelamento**. Ver sobre os *Niveladores*. Os Escavadores foram um grupo de revolucionários, nos dias do governo de Cromwell sobre a Inglaterra, no século XVII. Eles pensavam que a revolução política deveria resultar em melhor qualidade econômica para o país, e que todas as reformas políticas são superficiais, e, finalmente, inúteis, a menos que envolvessem mudanças de base no sistema econômico. Seus membros provinham das classes sem terras, representando o primeiro aparecimento de uma filosofia do proletariado, na Inglaterra. Era uma espécie de movimento comunista utópico. Com freqüência eles eram contidos à força, tendo sido esse o fator que, finalmente, pôs fim ao movimento. Seus líderes foram William Everald, um soldado, e Gerara Winstanley, um escritor visionário. Eles desafiavam os proprietários de terras e estabeleciam comunas. Os Niveladores, por sua vez, eram um grupo menos radical. O título *Escavadores* veio a designá-los, por causa de seu cântico que evocava a liberdade, que começava com as seguintes palavras: «Vós, nobres Escavadores, levantai-vos agora, levantai-vos agora».

ESCOL

No hebraico, «cacho de uvas». Esse é o nome de uma pessoa, de um lugar e de certas plantas, nas páginas da Bíblia, a saber:

1. Um chefe amorreu com quem Abraão entrou em aliança, quando estava acampado perto de Hebrom. Escol aliou-se a Abraão na perseguição a Quedorlaomer e seus aliados, na tentativa de libertar Ló, que havia sido sequestrado com todos os seus (Gên. 14:13,24). Viveu em cerca de 1955 A.C.

2. Escol também era o nome do vale onde chegaram os espias que foram investigar a terra de Canaã, e onde obtiveram um excelente cacho de uvas, que levaram de volta, a fim de mostrar quão frutífera era a terra (Núm. 13:34). É possível que esse vale tenha tomado seu nome do homem mencionado no primeiro ponto. Uma tentativa de identificação do lugar é o wadi que fica imediatamente ao norte de Hebrom, onde há uma fonte chamada Ain-Eshkali. Ainda há excelentes vinhas naquele local.

3. A própria palavra hebraica indica um «cacho», ou mais, apropriadamente, o ramo onde fica pendurado o cacho. E assim é usado para indicar uvas, em Isaías 65:8 e Miquéias 7:1. Além disso, em Cantares 7:8, são mencionados os «cachos da vide», como se fossem a palmeira que produz a tâmara. Em Cantares 1:4, a palavra também indica a florescência da hena.

ESCOLA

Temos oferecido ao leitor um extenso artigo sobre a *Educação*, que cobre a questão das escolas na antiga nação de Israel e durante o período helenista. Também há um artigo separado sobre a *Educação Cristã*. Outros pontos de interesse, nesses artigos, foram providos, relacionados às escolas e ao trabalho que elas procuram realizar. Ver abaixo, o artigo sobre as *Escolas dos Profetas*.

ESCOLA DE ATENAS

Esse é o nome dado à Academia de Platão, depois que a mesma tornou-se o centro do neoplatonismo (que vede) (cerca de 380 — 529 D.C.). Essa escola procurava reconciliar entre si os sistemas de Platão e de Aristóteles. Os principais filósofos dessa escola, sobre quem apresentamos artigos separados, foram Plutarco, de Atenas, Siriano, Proclo, Damáscio e Simplício. Simplício tinha ligações com a escola alexandrina do neoplatonismo. Essa escola foi fechada quando Justino (529 D.C.) publicou um édito, proibindo o ensino da filosofia em Atenas! Damáscio, Simplício e outros membros então foram para o exílio, na Pérsia, onde, podemos estar certos, deram prosseguimento às suas atividades filosóficas.

ESCOLA DE BAGDÁ

Uma famosa escola de eruditos e tradutores árabes, originada nos esforços de certos indivíduos das dinastias Omaiades, em 750 D.C. As obras gregas de Platão, Aristóteles, Porfírio e Amônio foram traduzidas para o árabe. Também foi traduzida a *Institutio Theologica* (*Liber de Causa*, ou *Livro das Causas*) como se a mesma fosse de autoria de Aristóteles, embora tivesse sido escrita por Proclo. Essa obra, juntamente com outra obra pseudo-aristotélica, *A Teologia de Aristóteles* (igualmente traduzida), foi responsável por muitas interpretações errôneas de Aristóteles, por parte dos neoplatonistas. Esses equívocos só foram corrigidos no século XIII. O resultado dessa obra foi a propagação da filosofia grega nos países de fala árabe. (P)

ESCOLA DE HEIDELBERG

Ver sobre **Heidelberg, Escola de.**

ESCOLA DE MADRI

Ver sobre **Madri, Escola de.**

••• ••• •••

ESCOLA DE TIEN-TAI
Ver **Tien-Tai, Escola de.**

ESCOLA DE TUBINGEN
Ver sobre **Tubingen, Escola de.**

ESCOLA DE UPPSALA
Ver sobre **Hagerstrom.**

ESCOLA DO PALÁCIO
Ver **Palácio, Escola do.**

ESCOLA DOMINICAL Ver sobre **Sunday School.**

ESCOLA PAROQUIAL
Ver **Paróquia, Escola da.**

ESCOLA TEOLÓGICA DE ANTIOQUIA

Não uma escola, no sentido de instituição de ensino, mas uma atitude teológica, talvez iniciada por Luciano (ver o artigo) de Antioquia, associada a esse lugar até depois da condenação de Nestório (ver o artigo), em 433 D.C. Essa escola opunha-se fortemente ao método alegórico de interpretação da escola alexandrina (ver sobre Teologia Alexandrina). Os aderentes da escola de Antioquia empregavam o método gramático-histórico. (Ver o artigo sobre *Crítica da Bíblia*). Esse método, todavia, era aplicado das mais diversas maneiras, expressando muitos pontos de vista. Sua cristologia, entretanto, aproximava-se usualmente da dos *nestorianos* (ver o artigo a respeito).

Os principais líderes dessa escola foram Deodoro de Tarso (falecido em cerca de 390), Teodoro de Mopsuéstia (falecido em 428), Teodoreto de Cirro (falecido em cerca de 458) e seu contemporâneo, Nestor. Seus ensinos, nos séculos IV e V D.C., deram origem à distinta escola antioqueana.

Pano de fundo. O livro de Atos mostra-nos que foi em Antioquia que pela primeira vez os seguidores de Cristo foram chamados cristãos (11:26). Dali partiu Paulo em suas várias viagens missionárias, e ali foram publicadas as decisões do concílio de Jerusalém (15:30 *ss*). *Inácio* de Antioquia foi um proeminente bispo dessa cidade, no começo do século II D.C. Ele defendia a plena divindade e humanidade de Cristo, juntamente com ensinamentos padrões ortodoxos. *Teófilo* de Antioquia, nos fins do século II D.C., empregou algumas formas da doutrina do *Logos* (ver o artigo) a fim de exprimir suas idéias. Foi o primeiro a empregar o termo *trias*, a fim de aludir à deidade.

No século III D.C., Paulo de Samosata tornou-se bispo de Antioquia. Começou a salientar fortemente a humanidade de Cristo, o que assinalaria a escola de Antioquia tempos mais tarde. O Logos, uma força divina, parte da mente do Pai, habitou em Jesus desde o Seu nascimento, como era usual pensar-se. Jesus, que não deveria ser adorado como Deus, estaria unido ao Pai quanto ao propósito, à vontade e ao amor, mas o Filho não seria idêntico ao Logos. Poder-se-ia falar do Logos e do Pai como uma pessoa só, mas isso não poderia ser aplicado ao homem Jesus. Paulo de Samosata foi excluído, e perdeu sua influência.

Após a queda de Paulo, Luciano assumiu proeminente liderança em Antioquia. Sua obra principal foi o texto grego da Bíblia. Sua cristologia era mais ortodoxa do que a de Paulo de Samosata.

Com Deodoro (falecido cerca de 390) começa aquilo que historicamente se conhece como escola de Antioquia. Ele tinha um tipo de conceito de dupla personalidade da pessoa de Cristo, não tendo desenvolvido a doutrina da unidade das naturezas divina e humana em Jesus Cristo. Um de seus alunos foi João Crisóstomo, dotado de grande eloqüência na prédica e na palavra escrita, tendo sido um dos maiores pregadores do cristianismo.

A maior contribuição de Teodoro de Mopsuéstia foi de colocar a exegese sobre bases textuais e históricas. Mais tarde, Teodoreto levou avante o seu trabalho. Sua cristologia foi influenciada por seu amigo, Nestor (ver o artigo a respeito), o mais influente membro da escola de Antioquia. Nestor enfatizava a humanidade de Cristo e ensinava que a união do divino e do humano em Jesus era um arranjo voluntário, embora houvesse, de alguma maneira, apenas uma pessoa em Jesus Cristo. Ninguém jamais encontrou solução para esse dilema, e Nestor não foi exceção. Nestor opunha-se a chamar Maria de *mãe de Deus*, que já se popularizara em seus dias. Sua ênfase recaía sobre a separação de pessoas em Cristo, e a violência de sua ênfase causou dificuldades entre ele e outros teólogos. O concílio de Constantinopla, em 553, chamado Quinto Concílio Ecumênico, condenou os escritos da escola de Antioquia, principalmente com base em citações distorcidas. A separação entre a igreja imperial dos bispos e os seguidores de Nestor, produziu o cisma nestoriano e a captura de Antioquia, em 637, por forças islamitas, pôs fim ao desenvolvimento distintivo dessa escola teológica. (B C E)

ESCOLAS DOS PROFETAS

Ao que parece, as primeiras escolas teológicas foram organizadas por Samuel (I Sam. 10:5; 19:20); e então foram mais firmemente estabelecidas por Elias e Eliseu, no reino do norte, das dez tribos (II Reis 2:3,5; 4:38; 6:1). Essas escolas seguiam o modelo do ideal hebreu da relação entre professor e aluno. Eles viviam em comunidades e o ensinamento era bíblico, místico e através do exemplo pessoal. É indubitável que os profetas eram homens dotados de dons espirituais, que haviam despertado em si mesmos poderes espirituais e psíquicos. Eles transmitiam a seus discípulos esses poderes, e não meramente instruções. Sabemos pela experiência com os poderes carismáticos que usualmente isso é transmitido da parte de quem já é dotado para aqueles que buscam essas manifestações. Alguma forma de energia está envolvida no processo, a qual opera melhor quando há um transmissor. Ver o artigo geral sobre o *Movimento Carismático*, onde são destacados aspectos positivos e negativos do mesmo.

Escolas de profetas foram estabelecidas em Ramá e, provavelmente, Gibeá (I Sam. 19:20; 10:5,10). Também havia centros desse tipo de atividade em Gilgal, Betel e Jericó (II Reis 4:38; 2:3,5,7,15; 4:1; 9:1). Cerca de cem estudantes teológicos (chamados «filhos», isto é, discípulos dos profetas) acompanhavam Eliseu, nas refeições em Gilgal (II Reis 4:38,42,43). Cinqüenta desses discípulos achavam-se com Elias e Eliseu, quando eles foram até o rio Jordão (II Reis 2:7,16,17). Aparentemente, eles viviam em uma casa comum, na companhia dos profetas, ou, pelo menos, em uma mesma comuna (II Reis 6:1). Alguns deles eram casados, e tinham seus próprios lares (II Reis 4:1). A profecia e seus poderes acompanhantes, e o ministério, eram dádivas da parte de Deus. Não precisamos supor que todos esses estudantes eram assim espiritualmente dotados, mas é

indiscutível que todos eles tiravam proveito de sua associação com grandes homens de Deus. Há alguma indicação de que havia música sacra e poesia, envolvida no currículo, ou, pelo menos, que pessoas habilidosas nesses campos, associavam-se com os estudantes de teologia (I Sam. 10:5). A música espiritual de boa qualidade tem efeitos benéficos sobre o espírito dos homens, da mesma maneira que a música de má qualidade corrompe.

ESCOLAS FILOSÓFICAS No Novo Testamento

Esboço

I. Cínicos
II. Hedonistas
III. Epicureus
IV. Estóicos

Atos 17:18: *Ora, alguns filósofos epicureus e estóicos disputavam com ele. Uns diziam: Que quer dizer este paroleiro? E outros: Parece ser pregador de deuses estranhos; pois anunciava a boa nova de Jesus e a ressurreição.*

Qual teria sido a origem das escolas éticas da filosofia? Todas as escolas éticas da antiga filosofia se derivam diretamente de Sócrates, o que se interessava sobretudo pela ética, e não pela metafísica. Os fundadores dessas escolas filosóficas foram discípulos de Sócrates.

I. Cínicos

Os filósofos **cínicos** punham em dúvida **todos os valores** geralmente aceitos — pela sociedade humana, e não aceitavam nenhum deles. Afiançavam que a virtude é o único bem. Para eles, entretanto, a virtude consistia na *independência* de todos os ensinamentos e restrições próprios da sociedade. Denunciavam como errôneas todas as inquirições mundanas e todos os interesses materiais, bem como todas as idéias filosóficas e metafísicas. Também denunciavam a busca do prazer como algo infrutífero e pensavam que a conduta ideal consiste na rejeição completa da sociedade, com todos os seus valores. E assim conservavam uma atitude independente face a tudo quanto a sociedade reputava digno do interesse humano. *Diógenes* (412-323 A.C.) foi o principal filósofo dessa escola. Diz-se que ele vivia em uma banheira, no centro de Atenas, a fim de demonstrar a sua austeridade e a rejeição a todos os valores humanos e publicamente vivia como um cão. Disso é que se derivou a nossa palavra portuguesa «cínico», derivado de um vocábulo grego que significa «cão» (*kynon, kynos* é sua forma grega). Os cães são independentes da sociedade, segundo ela é governada pelos homens, e assim também o seriam os filósofos cínicos. O cinismo, pois, na realidade é uma «cachorrada». De fato, esses filósofos não diferiam muito dos cães, em sua forma de vida (exceto que viviam com grande austeridade) e se assemelhavam extraordinariamente aos modernos «hippies». Diógenes se tornou famoso por causa da história, a seu respeito, de que saiu pelas ruas, com uma lanterna acesa, em pleno dia, em busca de um homem honesto.

Nos tempos modernos, a palavra «cínico» tem tido o seu significado muito modificado, não estando mais associada a um determinado espírito nobre, crítico e independente, mas antes, a uma atitude amarga e zombeteira para com a vida. Atualmente é mais um sinônimo de uma forma amarga de pessimismo, que, em sua expressão extremada, ensina que a própria existência é má, e que «o pior crime cometido por um homem é que ele tenha nascido», conforme foi expresso por Schopenhauer.

O moderno espírito do cinismo foi admiravelmente bem expresso no seguinte poema:

Arda de raiva contra mim a intriga,
Morra de dor a inveja insaciável;
Destile teu veneno detestável
A vil calúnia, pérfida inimiga.
Una-se todo, em traiçoeira liga
Contra mim só, o mundo miserável.
Alimente por mim ódio entranhável,
O coração da terra que me abriga.

Sei rir-me da vaidade dos humanos;
Sei desprezar um nome não preciso;
Sei insultar os cálculos insanos.

Durmo feliz sobre o suave riso,
De uns lábios de mulheres gentis, ufanos;
E o mais que os homens são, desprezo e piso.

(Junqueira Freire, 1832-1855, Bahia)

II. Hedonistas

A palavra vem de um vocábulo grego, «*edone*», que significa **prazer**. Esse grupo de filósofos, cujos principais representantes foram Aristipo (435 A.C.), Hegesias o ateu, Aníceres e Antístenes, não mostrava qualquer interesse pela metafísica, exceto para afirmar que nada pode ser realmente conhecido sobre a natureza do universo, pelo que também formava uma escola ética. Ensinavam eles que os prazeres físicos são o *único alvo* importante desta vida, e que todo esforço e pensamento devem ser dirigidos com a finalidade de obter uma maior soma de prazeres, pelo tempo mais longo possível. O fato de que talvez viessem a sofrer por causa de alguns efeitos adversos, daí decorrentes, em nada os preocupava. — Se eles vivessem nos tempos modernos, então diríamos que quando uma festa fosse efetuada, eles é que trariam o «whisky». Não admitiam qualquer noção de uma vida após a morte física, e imaginavam que tudo quanto se pode conhecer e experimentar nos chega através dos cinco sentidos físicos. Por conseguinte, de conformidade com esses princípios filosóficos, a experiência nos ensinaria que o único bem que se pode derivar da existência é o prazer. Evitar a dor era algo vinculado a essa doutrina, como parte integrante da mesma. Os hedonistas eram materialistas e ateus dos mais ordinários.

No que diz respeito à *gnosiologia*, os hedonistas acreditavam que a única maneira pela qual podemos chegar ao conhecimento das coisas é por intermédio da *percepção* dos cinco sentidos, porquanto a intuição, a fé, o misticismo e a razão não seriam meios fidedignos de obtermos conhecimentos. Por conseguinte, juntamente com os filósofos epicureus, os hedonistas supunham que a percepção dos sentidos ensina-nos que somente a inquirição pelos prazeres forma uma atividade digna do ser humano, porque somente essas coisas agradariam a percepção dos nossos sentidos. Ora, é patente que essa percepção dos sentidos se limita ao corpo físico. E assim, ao morrer o corpo material, terminariam tanto os sentidos como todo e qualquer prazer.

Conforme já dissemos, nenhum dos filósofos hedonistas aceitava qualquer noção de uma existência após-túmulo. Pelo que também ensinavam que tudo quanto nos é dado usufruir, devemos desfrutá-lo agora mesmo. Segundo diziam eles, a razão existe realmente, mas a sua função exclusiva consiste em — orientar o homem na busca pelos prazeres, ensinando-o a aproveitar a vida terrena pelo tempo mais dilatado possível e instruindo-o sobre como pode desfrutar dos prazeres mais intensos. Em contraste com os filósofos epicureus, os hedonistas não

estabeleciam distinção alguma entre as qualidades diversas de prazer; o seu interesse se concentrava quase exclusivamente em torno da intensidade do prazer.

Nesta nossa época moderna, a despeito dos homens usarem outros termos para descreverem os nossos tempos, estamos cercados de *hedonistas* por todos os lados, os quais, vãmente, imaginam que a vida consiste meramente em agradar o corpo material. O indivíduo que assim pensa reduziu a si mesmo a um mero animal, somente que um pouco mais inteligente que os animais irracionais.

O evangelho de Cristo, todavia, tem por finalidade mostrar aos homens como podem eles ser elevados à posição de criaturas superiores aos próprios anjos, no que diz respeito à sua estatura metafísica, visto que lhes é oferecido o direito de serem feitos autênticos filhos de Deus, conformados segundo a imagem moral e metafísica do Senhor Jesus Cristo, o Filho de Deus. Isso significa que terminado esse processo divino em nossos corações e vidas, nos tornaremos legítimos participantes da natureza divina, conforme a expressão de II Ped. 1:4.

III. Os Epicureus

Os Epicureus tinham como seus principais filósofos *Epicuro* (300 A.C.), Teodoro e Hégesias. Na Realiadade, os epicureus não estavam coisa alguma interessados pelas questões metafísicas, mas haviam tomado por empréstimo a doutrina dos atomistas gregos, como alicerce para as suas teorias éticas. A antiga teoria atomista sustentava que tudo quanto existe, tudo quanto a respeito do que podemos adquirir qualquer conhecimento certo, é a matéria em movimento; e a matéria, em sua forma mais básica, consistiria no átomo, havendo uma variedade infinita de tipos de átomos. Por afinidade, pois, os átomos se reuniriam uns aos outros, sendo assim formados todos os objetos físicos. Por conseqüência, os atomistas foram os mais antigos *materialistas*.

No que tange à idéia de Deus, foi Epicuro quem criou a doutrina designada pelo nome de *deísmo*, doutrina filosófica essa que faz contraste com aquela outra doutrina, comprovada pelas Sagradas Escrituras, à qual se convencionou chamar de *teísmo*. O deísmo ensina que um deus qualquer, ou mesmo vários deuses, talvez existam; mas essas divindades não têm por fito manter qualquer associação com o nosso mundo, não estando interessadas em punir ou galardoar os homens, e nem procurando determinar qualquer processo histórico ou individual, mediante sua intervenção. E, se porventura, essas divindades realmente tiveram algum papel a desempenhar na criação, desde há muito que abandonaram as suas criaturas. Portanto, é lógico que devemos desconsiderar tais divindades, porquanto não têm mais conseqüência para os homens do que meras teorias hipotéticas. O teísmo, por sua vez, em oposição às idéias de Epicuro, ensina-nos que realmente existe um Deus, ou talvez vários deuses, mas que criaram o mundo e os homens, e que jamais abandonaram a sua própria criação. Pelo contrário, guiam os homens e dirigem os acontecimentos, estando profundamente interessados em punir ou galardoar os homens, de acordo com as suas ações.

Dentro do campo da *gnosiologia*, os epicureus ensinavam que tudo quanto se pode conhecer nos chega ao intelecto por intermédio dos cinco sentidos. E *esses* sentidos serviriam para instruir-nos que o único bem real consiste do *prazer*, ainda que o epicurismo puro ensinasse o *prazer mental*, e não o mero prazer físico, no que fazia contraste com os seguidores do hedonismo, que punham toda a ênfase sobre os prazeres materiais.

Alguns pensadores têm crido que Epicuro rejeitava o prazer físico como o grande alvo da existência humana porque sofria de males do estômago, além de ser dotado, de forma geral, de um organismo físico bastante debilitado. Por isso mesmo não poderia ele seguir os prazeres puramente físicos, como outros talvez pudessem fazer melhor do que ele. Entretanto, os escritos de Epicuro encerram muitas gemas preciosas, e o vocábulo «epicureu», segundo se entende o mesmo no vocábulo moderno, não representa exatamente os pensamentos mais profundos desse filósofo. Ele ensinava que a *eliminação* dos desejos, e mesmo a abstinência dos mesmos, é melhor do que o seu cumprimento ou tentativa de satisfação, porquanto o chamado cumprimento dos prazeres físicos —requer meramente— uma satisfação ainda mais intensa.

Neste ponto podemos considerar alguma coisa sobre o chamado «*summum bonum*», isto é, o supremo bem. O prazer, considerado por si mesmo, não pode ser esse «summum bonum» do epicurismo original, embora formas posteriores dessa filosofia tenham degenerado até esse ponto de vista tão inferior. Pelo contrário, o prazer através da prudência, como também a própria prudência, conforme essa filosofia ensinava a princípio, é que deveriam tornar-se a nossa norma de vida diária. A vida prudente, isto é, bem organizada e orientada, deveria ser reputada como algo de maior valor do que tudo o mais, posto que uma felicidade genuína e duradoura é inquestionavelmente sua concomitante. A vida prudente seria a vida «divina», por ser o tipo de conduta que se poderia esperar dos deuses. Dessa forma seriam evitadas todas as ações excessivas, porquanto essas ações perturbam a tranqüilidade e a paz de espírito que procuramos. Assim sendo, o epicurismo original combatia contra os prazeres procurados pelos devassos, tais como a carnalidade, as orgias alcoólicas, a lascívia, etc., e ensinava uma conduta pessoal discreta. «Medita, portanto, sobre essas coisas, e outras semelhantes, noite e dia, contigo mesmo, como teu companheiro, e jamais ficarás perturbado sobre a comida ou o sono, mas antes, viverás como um deus entre os homens. Pois o homem que vive entre bênçãos imortais não se parece a um ser mortal». (*Epicuro a Meneceu*).

O grande equívoco de Epicuro foi que ele ignorou a existência da alma e da vida após-túmulo, e por haver ensinado que tudo quanto podemos saber e possuir se limita a esta vida terrena. Porém, no tocante a uma orientação sensata para com a vida diária, ele era dono de muitas idéias valiosas.

Traços do pensamento epicureano podem ser encontrados no livro de Eclesiastes, como lemos, por exemplo, em Ecl. 5:18: «*Eis o que eu vi*: boa e bela cousa é comer e beber, e gozar cada um do bem de todo o seu trabalho, como se afadigou debaixo do sol, durante os poucos dias da vida que Deus lhe deu; porque esta é a sua porção». (Ver também Ecl. 3:18; 7:15 e 9:7). Naturalmente não devemos imaginar que Salomão se tenha escudado em Epicuro ao falar assim, porquanto aquele sábio rei judeu viveu séculos antes desse filósofo. Tão-somente houve uma certa harmonia entre as conclusões a que ambos chegaram. Mesmo assim, o filósofo não chega aos pés do outro, porquanto jamais conseguiu atingir a altura do pensamento revelado que Salomão expressa no fim desse seu livro: «De tudo o que se tem ouvido, a suma é: Teme a Deus, e guarda os seus mandamentos;

porque isto é o dever de todo homem. Porque Deus há de trazer a juízo todas as obras, até as que estão escondidas, quer sejam boas, quer sejam más» (Ecl. 12:13,14).

Já o livro apócrifo da *Sabedoria* apresenta a impressão feita pelas idéias de Epicuro sobre um judeu religioso e pensador, ainda que não inspirado por Deus: «Nosso tempo é uma simples sombra que se esvai. Portanto, vamos desfrutar das boas coisas que são presentes... Coroemo-nos com botões de rosas, antes que eles se ressequem... Que nenhum de nós deixe de gozar a sua parte de nossa volúpia». (Sabedoria 2:5-9).

Essas citações salientam o papel desempenhado pelo epicurismo na formação de muitas idéais. Essa filosofia frisava que somente as boas coisas da vida podem ser consideradas como dignas de valor para os homens, porquanto o futuro (isto é, após a morte física) é um tema sobre o qual nada sabemos. Os epicureus suspeitavam seriamente que não existe essa vida após-túmulo.

Algumas das odes de Horácio refletem esse mesmo sentimento:

Não te esforces pela oportunidade do amanhã para saberes,
Mas considera tudo que a Sorte te propiciar,
Como algo que é dado para o teu proveito.
(*Odisséia 1:9*).

E também:

Sê sábio, e que teu vinho flua claramente,
E ao saudares cada novo ano, tão passageiro,
Refreia os vôos ilusórios da esperança:
Até mesmo quando falamos, nossa vida se esvai:
Goza de cada momento, conforme passar
E não confies nos dias distantes.
(*Odisséia* 1:11).

Lucrécio, um poeta romano (95-55 A.C.), apreciava o pensamento de Epicuro, que negava a existência dos deuses e sua fúria, porquanto tais deuses estariam fundados sobre mitos e sentimentos religiosos antigos. Também aprovava a negação da imortalidade, que era um dos pontos fortes de Epicuro. Lucrécio parecia temer que a imortalidade pudesse ser uma realidade, e com paixão, em todos os seus escritos, procurava negar essa possibilidade. Por isso mesmo é que escreveu acerca de Epicuro com aprovação e louvor:

Quando esta nossa vida jazer esmagada ante os homens humanos,
Por baixo do jugo do Fado, o qual, do alto,
Com aspecto horrendo assustou corações mortais,
Foi um grego, ele mesmo um homem mortal,
Quem primeiro teve a coragem de elevar os olhos,
E resistir-lhe na cara. Contos sobre deuses
E raios do céu, com as suas ameaças todas,
Não puderam fazê-lo parar,
E assim, finalmente,
O Fado por sua vez, jaz pisoteado aos pés,
E, através dele, triunfamos sobre o céu.
(De Rerum Natura, I. 67-80)

Nesse poema nos é dado observar como Lucrécio exaltou o ateísmo «prático» de Epicuro, isto é, que a conduta da vida deve ser dirigida pelo princípio que declara *Não há nenhum deus*. E isso apesar de que teoricamente, pelo menos no caso de Epicuro (mas não de Lucrécio), ele defendesse uma doutrina da divindade, ou seja, o «deísmo». (No tocante a várias outras idéias filosóficas e teológicas acerca de Deus, ver Atos 17:27).

Em contraste com isso, Paulo pregou a doutrina de um Deus vivo, beneficente e interessado por nós, que não somente criou todas as coisas, mas que também continua presente, guiando-nos, punindo-nos e recompensando-nos. Essa é a posição do teísmo. Foi o evangelho que trouxe a vida e a imortalidade para os homens; e isso é agradável para quase todos os homens, — porquanto, a maioria deles, contrariamente a Lucrécio, pensa que a existência é boa. Para o apóstolo Paulo, o supremo bem consiste na nossa transformação segundo a imagem de Cristo, através da qual os remidos se tornarão autênticos filhos de Deus, ou seja, participarão de sua própria natureza divina. (Ver Rom. 8:29; Efé. 1:23 e II Ped. 1:4). Quão mais elevado e nobre é esse pensamento do que as idéias de Epicuro, a despeito de seus bons conselhos acerca da conduta que devemos ter na vida presente.

E até mesmo do ponto de vista da *conduta diária*, o caminho cristão é muito mais excelente, por ser o caminho orientado e iluminado pelo Espírito de Deus. O caminho cristão faz parte da eternidade, e não é algo sujeito aos assaltos do tempo. Epicuro, ao levantar objeção contra os horríveis mitos relativos à conduta dos deuses, concentrou o seu interesse sobre a vida física, e todas as suas regras dizem respeito ao governo da vida material. Já o apóstolo Paulo e os demais escritores sagrados, do Antigo e do Novo Testamento, falavam de uma alma imortal e eterna, que pode elevar-se em uma hierarquia do ser ao ponto de ser transformada de acordo com a própria imagem moral e metafísica de Deus, tornando-se criatura de muito maior grandeza pessoal do que aquela imaginada pelos gregos a respeito dos seus deuses hipotéticos; maior em sua grandeza, e certamente mais perfeita, moralmente falando.

IV. O Estoicismo.

Acredita-se que o fundador dessa escola filosófica tenha sido Zenão (cerca de 300 A.C.), que foi discípulo de Antístenes, o cínico. Sêneca foi um famoso estóico romano (contemporâneo de Paulo). Marco Aurélio, imperador romano, foi um famoso estóiço; porém, Epicteto (90 D.C.), o estóico romano, e ex-escravo, foi o mais eloqüente e poderoso advogado do estoicismo.

Dentro do campo da metafísica, os filósofos estóicos ensinavam um determinismo absoluto, pensando que o *Logos* (ou razão universal) é que determinava todas as coisas, em seus mínimos detalhes, e que todos os acontecimentos tinham lugar por pura necessidade. Segundo esse ponto de vista filosófico, a liberdade consistiria na aceitação desse desígnio da «natureza»,— em vez de rebeldia contra o mesmo. Assim sendo, o indivíduo que aceita a tudo como inevitável é verdadeiramente livre, ao passo que aquele que luta contra a natureza é um pervertido escravo do destino. Além disso, todos os acontecimentos ocorreriam por ciclos; e cada ciclo, que pode perdurar por qualquer número de anos ou épocas, é exatamente igual ao anterior. Aquilo que denominamos de «Deus» é tudo; e tudo é Deus. Por conseguinte, ensínavam o panteísmo que afirma que o mundo é o corpo de Deus e que Deus é a alma do mundo.

Disso os estóicos tiravam a conclusão de que todas as coisas são *emanações* de Deus. E, em conseqüência, não existiria o mal. Pelo contrário, aquilo a que chamamos de *mal* na realidade é necessariamente bom, mas é assim chamado porque homens perversos assim o designam. Não seria de maior conseqüência a morte de uma esposa ou filho do que se se partisse um vaso de barro, porquanto sabemos que essas coisas são igualmente sujeitas à dissolução, e todos os homens não passam de mortais. Por conseguinte, por

que ficaríamos surpreendidos, perturbados e ressentidos, se finalmente chegará o tempo em que ficará provado aquilo que já sabemos? (Quanto à doutrina do «Logos», segundo apresentada pelos estóicos, que é aplicada em João 1:1 de uma maneira cristã, ver no NTI as notas expositivas nesse versículo).

No que diz respeito à **imortalidade**, não há consenso geral de opinião entre os estóicos. Alguns desses filósofos acreditavam que a morte é o término da personalidade humana; outros criam em uma imortalidade condicional, ou seja, somente os homens bons e virtuosos sobreviveriam; e outros, ainda, criam que a imortalidade é um conceito verdadeiro, mas não algo de duração eterna, porquanto a alma, à semelhança do corpo, estaria também sujeita à dissolução.

Os filósofos estóicos acreditavam que a alma é feita de matéria, ainda que mais excelente que a do corpo, uma idéia preservada na igreja primitiva dos primeiros séculos pelo pai da igreja, Tertuliano. Os estóicos ensinavam a doutrina do «traducionismo», tal como Agostinho. Alguns deles pensavam que todas ou algumas almas haveriam de sobreviver até a grande conflagração que haveria de assinalar o final de cada ciclo. Essa conflagração consistiria no retorno de Deus ao seu lar, após ter ele emanado a si mesmo, assim criando todas as coisas. Uma vez que Deus se cansasse de emanar a si mesmo e de dirigir esses ciclos, voltaria para seu lar, e todas as coisas regressariam ao elemento primário, que é o fogo. Deus seria o fogo, e ele pode emanar ou retornar. Quando ele retorna, todas as almas são absorvidas por ele, que é uma idéia perfeitamente comum em diversos sistemas panteístas.

A **ética estóica**, especialmente da variedade romana, talvez fosse de melhor qualidade que os seus princípios metafísicos. Segundo o estoicismo grego, a «apatia» é o grande lema. Posto que todas as coisas foram previamente determinadas, convém que não exercitemos qualquer emoção, no que diz respeito a qualquer e a todos os acontecimentos. Não deveríamos ficar tristes quando coisas aparentemente más sucedem, porquanto, através da doutrina do determinismo, deveríamos aceitar que tudo quanto sucede é simplesmente inevitável. Outrossim, não deveríamos nos sentir alegres quando algo de bom acontece, porquanto tal sentimento seria o exercício de uma emoção perturbadora, que não demora a modificar-se por causa da própria alternação dos acontecimentos, que pode ocorrer ao surgir ou desaparecer o sol, no começo ou fim do dia.

O que é que prejudica a um homem? Seria algum acontecimento qualquer? Não, porquanto nada que seja exterior a um indivíduo pode realmente prejudicá-lo. O que realmente o prejudica é a sua reação emocional aos acontecimentos, julgando-os bons ou maus, agradáveis ou desagradáveis. Por conseguinte o indivíduo capaz de controlar completamente as suas emoções já se aproxima da liberdade; e o indivíduo que pode eliminar totalmente as suas emoções é verdadeiramente livre, e nada será capaz de atingi-lo. Assim sendo, a «apatia» seria a virtude e o alvo mesmo da vida humana. Esse princípio é expresso pelo lema estóico que diz: «Vive de conformidade com a natureza». Com isso eles queriam indicar a total sujeição a tudo quanto nos acontece.

Os romanos, práticos como eram, não podiam pôr em prática essa forma de apatia; e por isso, às mãos dos filósofos estóicos romanos, a apatia grega se romanizou, tomando um aspecto mais moderado. Segundo os estóicos romanos, as emoções eram permitidas; porém somente em doses moderadas, porque mostrar-se alguém por demais emotivo, feliz ou perturbado, acerca de qualquer coisa, faz com que esse alguém duvide da inevitabilidade de todas as coisas. Outrossim, em tudo devemos procurar a moderação. Podemos comer, beber e sentirmo-nos felizes, ainda que com moderação. Também podemos desfrutar dos prazeres, mas com moderação. Igualmente podemos sentir alegria ou tristeza, mas com moderação, sem brandir o punho fechado em revolta contra a natureza.

A cidade de **Tarso**, onde o apóstolo Paulo nasceu, era um dos grandes centros do estoicismo romano. Todos quantos lêem os escritos de Paulo e Sêneca (o estóico romano contemporâneo de Paulo) reconhecem a grande similaridade de expressões que se encontra nos escritos de ambos. Não se há de duvidar que Paulo tomou por empréstimo algumas expressões dos pregadores estóicos romanos, os quais podiam ser ouvidos nas esquinas das praças concorridas e nos mercados de Tarso. O simbolismo de uma corrida com a finalidade de obter uma coroa, além de diversas expressões comuns entre os estóicos, que descrevem poeticamente esta vida terrena em que nos encontramos e as vitórias possíveis que podem ser conquistadas, são outros tantos desses empréstimos. As ilustrações baseadas na luta e no boxe, que Paulo empregou, também são de natureza estóica. (Ver I Cor. 9:24,27 e Fil. 3:13,14).

Existem algumas epístolas apócrifas de *Paulo a Sêneca*, como também outras endereçadas por Sêneca a Paulo. E a própria existência dessas epístolas mostra a afinidade de certos pensamentos e expressões paulinos com as idéias desse filósofo, embora nenhum dos eruditos modernos considere essas epístolas como autênticas.

O nome «estóico» se deriva de um vocábulo grego, «stoa», que significa pórtico. Zenão, o fundador do estoicismo grego, costumava dar as suas instruções na «*Stoa Poikile*», ou «Pórtico Pintado», assim chamado por estar adornado com pinturas feitas pelos melhores mestres. Esse lugar era uma espécie de pórtico aberto, com colunata, parte do qual, pelo menos, senão em sua inteireza, ainda era visível aos tempos de Paulo, não muito distante do lugar onde agora ele pregava aos atenienses.

Apesar de que dentre todos os antigos sistemas éticos, depois do sistema de Platão, o estoicismo era o melhor, especialmente depois de reformado pela mente prática dos romanos, a doutrina exposta pelo apóstolo Paulo lhe era muitíssimo superior, porquanto substituía o panteísmo por um verdadeiro teísmo, oferecendo aos homens uma autêntica e incondicional esperança de vida eterna, através do verdadeiro e eterno *Logos*, a saber, o Senhor Jesus Cristo, parte de cuja glória a doutrina estóica havia antecipado. Outrossim, Paulo apresentava uma doutrina de absorção na divindade, embora por intermédio de Cristo, paralelamente à *retenção* da *individualidade*, pensamentos esses, uma vez mais, superiores às idéias dos estóicos. Ver Col. 2:9,10.

A menção do fato de que os *epicureus* e os *estóicos* eram os grupos principais entre os filósofos que — debatiam em Atenas —, nos dias de Paulo, é uma — observação histórica autência —, porquanto esses dois grupos, — exatamente, é que haviam chegado a dominar o pensamento ético-filosófico de Atenas. Além desses grupos distintos, todavia, havia ainda o do ecletismo romano, ou seja, um sistema de filosofia que combinava as idéias de

diversas escolas. Cícero era um dos principais filósofos desse tipo. Porém, até mesmo nesse sistema eclético, os elementos predominantes continuavam sendo aqueles tomados por empréstimo dos estóicos e dos epicureus. Dentre esses dois sistemas, entretanto, o estoicismo era o que contava com um maior número de seguidores, como também era o que exercia mais poderosa influência.

Os epicureus têm sido considerados como os *«saduceus da filosofia»*, e os estóicos como os *fariseus da filosofia*. Vemos que nos escritos de Josefo (ver Vit. cap. 2) ele compara os estóicos aos fariseus, por causa de sua atitude moral e de sua conduta na vida.

«Muitos filósofos estóicos eram procurados para servirem de tutores de filhos de famílias nobres, e ocupavam uma posição de influência não dissemelhante da dos confessores e diretores jesuítas, na França, nos séculos XVII e XVIII. As principais desvantagens do estoicismo eram: 1. Porquanto tinham por escopo a apatia pessoal, não mostravam simpatia para com seus semelhantes, como se estes fossem perturbadores de sua tranqüilidade; 2. visto que se esforçavam por atingir a perfeição ética, segundo a força de sua própria vontade, anteciparam a posição assumida pelos pelágios, na história da igreja cristã; e 3. tal como sucedia entre os fariseus, os elevados ideais com freqüência eram apenas uma máscara que ocultava vidas corruptas e egoístas. Por isso mesmo eram indivíduos geralmente «hipócritas», porquanto desempenhavam um papel aos olhos do mundo com o qual não correspondia o seu verdadeiro caráter. Na linguagem de um satirista:

Apresentam-se como heróis, mas vivem como beberrões. (Juvenal, Sat. II.3).

É evidente que sem dúvida havia muitos pontos de concordância e simpatia entre os melhores representantes dessa escola filosófica, os estóicos, e o apóstolo Paulo. Mas também para eles, aquela mensagem que falava de Jesus e sua ressurreição, em que Deus enviou o seu Filho ao mundo para ser crucificado e ressuscitado dentre os mortos, sem dúvida pareceria um sonho vão; —Também repeliram sem dúvida o pensamento de que precisavam de perdão e redenção, e de que nada de verdadeiramente bom e autêntico poderiam produzir com suas próprias forças, sem a assistência da graça de Deus». (E.H. Plumptre, *in loc.*).

Os méritos do estoicismo, entretanto, podem ser alistados conforme expomos abaixo:

1. Mantinha um exaltado conceito da *dignidade* do homem, certamente não totalmente estranho ao ensino cristão da transformação dos remidos segundo a imagem de Cristo, ensino esse que é a mais elevada de todas as doutrinas concernentes ao destino do homem.

2. O estoicismo romano encorajou o estabelecimento *da lei* romana e de códigos legais de toda a sorte, que demonstram uma tendência para o bem, até mesmo em nosso mundo moderno.

3. A negação dos estóicos quanto à importância absoluta das coisas, dos acontecimentos, e das influências externas, — foi duplicada dentro do pensamento cristão, e, sem dúvida, ajudou muitos gentios a perceberem o valor do sistema cristão.

4. Idéias estóicas exageradas influenciaram o ascetismo entre os cristãos, especialmente aquela atitude que despreza o corpo. Todavia, essas mesmas idéias, quando não levadas ao ponto do extremismo, são um dos temas centrais do cristianismo. (Ver II Cor. 4:18).

No tocante às dificuldades enfrentadas pelo indivíduo, disse Epicteto, um dos melhores filósofos dessa escola (ver *Discursos*): «As dificuldades é que desvendam o caráter dos homens. Por conseguinte, quando tiveres de enfrentar uma crise difícil, lembra-te de que és o jovem inexperiente com quem Deus, o treinador, está lutando».

Acerca da morte declarou ele: «...não é a morte ou a dor que devemos considerar como temíveis, e, sim, o temor da dor ou da morte. Portanto, louvem os homens àquele que disse: 'Não a morte, mas a morte vergonhosa, é que deve ser temida'».

No tocante a acontecimentos adversos e trágicos, opinou ainda o mesmo filósofo: «Jamais digas a respeito de qualquer coisa: 'Eu a perdi', mas antes, 'Eu a devolvi'. O teu filho morreu? *Foi devolvido*. Tua esposa faleceu? Ela também foi *devolvida*. Tuas propriedades te foram tiradas? Porventura também não teriam sido elas devolvidas? Mas talvez objetes: 'Aquele que as tomou era mau'. Porém, que te importa através de quem o Doador te pediu essas coisas em devolução? Enquanto ele as estiver dando, cuida delas embora não como tuas próprias; trata delas como um viajante considera uma hospedaria». (*Discursos*, 11).

No tocante à vontade invencível, que é a atitude que liberta a um homem, disse ele ainda: «Portanto, o que é que perturba e confunde à multidão? Seria o tirano e seus guardas? Não, jamais! Porque é impossível que aquilo que é livre por natureza seja perturbado ou impedido por qualquer coisa fora de si mesmo. Os próprios julgamentos de um homem é que o perturbam. Pois quando um tirano diz a um homem qualquer 'Mandarei acorrentar-te pela perna', aquele que dá valor à sua perna diz: 'Não, mas tem misericórdia'. Porém, aquele que dá mais valor à sua própria vontade diz: 'Se isso te parece proveitoso, acorrenta-a. 'Não queres dar-me ouvidos?' 'Não, não te dou ouvidos: *Mostrar-te-ei que sou senhor de mim mesmo*'».

E igualmente: «Quando qualquer coisa, desde a escala mais ínfima para cima, parecer-te atrativa ou proveitosa, ou mesmo um objeto de tua afeição, nunca te esqueças de dizeres para ti mesmo: 'No que consiste a natureza disto?' Se por acaso gostares de um vaso, diz que gostas de um vaso, para que não fiques perturbado ao quebrar-se o mesmo. Se osculares um filho teu ou tua esposa, diz para ti mesmo que tão-somente estás osculando um ser humano, pois então, se a morte chegar a feri-los, não te sentirás perturbado». (*Anual* 3 e 11).

ESCOLAS SOCRÁTICAS

Essa expressão é usada para referir-se à escolas de pensamento filosófico que foram fundadas através da influência de Sócrates, mesmo quando foram consideráveis as modificações feitas em seu pensamento filosófico. Todas aquelas escolas afirmavam-se as melhores representantes das idéias do mestre. A Academia de Platão (que vede) era uma dessas escolas, apesar do fato de que o nome de Platão figurava no nome da mesma, e não o nome de Sócrates. Também podem ser consideradas socráticas as escolas dos cínicos, dos cirenaicos e dos megarianos. — Ver os artigos sobre cada escola. Os filósofos envolvidos nessas escolas socráticas foram Antítenes e Diógenes (cinismo); Aristipo (cirenaísmo); Euclides de Megara (megarianismo). Cada um desses nomes é tratado, nesta enciclopédia, em um artigo separado.

••• ••• •••

ESCOLASTICISMO

I. Caracterização Geral

1. O *escolasticismo* é a doutrina, as idéias e os sistemas dos escolásticos, aquele movimento que abarcava a Europa medieval. É impossível marcarmos datas exatas para um movimento dessa natureza. Alguns dizem que já estava em seus primórdios, aí pelo século VII D.C., tendo prosseguido seu desenvolvimento até o século XV D.C. A maioria dos estudiosos concorda que o escolasticismo atingiu o seu ponto culminante nos séculos XII e XIII D.C., quando foram publicados os grandes *Summae*, ou sumários, de teologia e de filosofia.

2. *A Palavra.* A palavra vem do termo latino *scholasticus*, «conferencista». O termo grego *scholē*, «lazer», veio a significar *escola*, isto é, um lugar onde as pessoas têm lazer suficiente para se devotarem aos estudos. Historicamente, porém, a palavra *escolasticismo* denota os ensinos das escolas eclesiásticas, fundadas por Carlos Magno, no século VIII D.C. (que vede). Essas escolas foram fundadas a fim de reestabelecer a erudição cristã, que sofrera um eclipse por causa da invasão da Gália pelos crentes. Em um senso mais amplo, refere-se ao longo período da erudição ocidental que foi dominada pela Igreja, intensamente controlada pela teologia e pela filosofia, desde o século IX ao século XV D.C. (na opinião da maioria dos eruditos). Deveríamos lembrar que, durante esses séculos, a educação era essencialmente uma das funções da Igreja, no mundo cristão, pois quase todos os professores eram ministros eclesiásticos. Portanto, o ensino estava intimamente vinculado à Igreja e às suas doutrinas. Uma outra característica era o rigoroso formalismo lógico dos sistemas envolvidos.

II. Principais Períodos e Filósofos

a. Escolasticismo Primitivo (séculos IX a XI D.C.) Alcuíno introduziu o estudo das artes liberais, com as divisões seguintes: i. o *trivium*, que consistia na gramática, na retórica e na dialética; e ii. o *quadrivium*, que consistia na aritmética, na geometria, na astronomia e na música. Foram feitas traduções das obras do pseudo Dênis, o areopagita, por João Scoto Erigena (que vede), o que introduziu um pesado elemento neoplatônico. Foram tratados os problemas dos *universais* (que vede); do nominalismo de Roscelino (que vede); do conceitualismo (que vede) de Abelardo; e do argumento ontológico, de Anselmo. As fontes informativas eram os escritos de Platão, Aristóteles, do neoplatonismo e de Agostinho.

b. *Era Áurea do Escolasticismo* (século XIII D.C.). As obras de Aristóteles foram traduzidas e passaram a ser largamente usadas. As universidades de Paris, de Oxford e de Bolonha foram fundadas. As ordens religiosas dos franciscanos e dos dominicanos mostravam-se ativas na promoção das escolas. Os principais filósofos, cujos artigos eram estudados nas universidades, eram o árabe Averróis, que promovia sua própria forma do aristotelianismo; Tomás de Aquino, que tentava harmonizar toda a filosofia e a religião, utilizando-se de Aristóteles como base lógica; Duns Scoto, Boaventura, Avicena, Avicebron e Maimonides. Nesse período foram produzidas as grandes obras *Summa Theologiae* (de Tomás de Aquino), e *Summa Theologica* (de Boaventura).

c. *Escolasticismo Posterior* (séculos XIV e XV D.C.). Esse período foi caracterizado por um excessivo formalismo quanto aos métodos, remoto dos problemas da vida diária, pelo seu dogmatismo, pelos sofismas. Mas, foi surgindo uma crescente tensão entre o secular e o religioso. Guilherme de Ockham foi a figura mais importante desse tempo.

d. *Escolasticismo Moderno* (século XIX ao presente). Eruditos católicos romanos têm-se ocupado na reformulação das antigas idéias, aplicando-as aos tempos modernos, com valiosas adições, modificações e sugestões.

A Atividade Filosófica e Científica do Escolasticismo. Os escolásticos desenvolveram quase todos os ramos da lingüística, da lógica e da filosofia. A metafísica, a epistemologia, a filosofia da mente, a ética, a política, a teoria da lei, a ótica, a mecânica, a astronomia e, na verdade, todo o conhecimento do período foi organizado, reformulado e sistematizado. A partir da renascença, entretanto, o escolasticismo adquiriu uma má reputação. Os humanistas redescobriram a literatura e as idéias pagãs e atacaram o suposto estilo bárbaro, o assunto árido da matéria e os exageros religiosos do sistema escolástico. Os humanistas faziam objeção à excessiva dependência dos escolásticos à autoridade, à Bíblia, à Igreja, etc. Porém, em anos mais recentes, o escolasticismo moderno tem demonstrado o muito de boa filosofia e de pensamento que havia nas variedades mais antigas do pensamento escolástico. O escolasticismo serviu de elo de ligação na história, na cultura e no mundo das idéias, entre tudo o que não pode ser negligenciado e descartado de modo superficial. (AM E F P)

ESCOLHER, ESCOLHA

Essas palavras são sinônimas de **eleger** e **eleição**. Ver os artigos sobre *Eleição, Determinismo e Livre-Arbítrio.*

ESCOLTA DE QUATRO SOLDADOS

No grego, **tetrádion.** Essa palavra ocorre exclusivamente em Atos 12:4. Refere-se às quatro escoltas, de quatro soldados cada uma, que se revezavam, a mando do rei Herodes Agripa, a fim de vigiarem o prisioneiro Simão Pedro. Essa vigília ocorria durante as quatro divisões da noite. Portanto, cada escolta guardava o apóstolo por cerca de três horas.

No grego, trata-se de um vocábulo raro, até mesmo na literatura clássica, e parece ter tido origem helenista. Seu uso nos papiros é raro, aplicando-se a maços de papel, aos dias do mês e em uma ocasião, à duração da febre quartã, ou seja, de quatro em quatro dias.

No livro de Atos lemos que Pedro dormia acorrentado a dois soldados, enquanto outros dois soldados montavam guarda à porta do cárcere (Atos 12:6). Entretanto, quando do aparecimento do mensageiro angelical, tanto as correntes caíram como os quatro soldados que o vigiavam no momento, não despertaram (vs. 10).

Talvez seja interessante notarmos o fato de que esse termo grego, embora peculiar à Ásia Menor, conforme nos informam os estudiosos, foi incluído na narrativa lucana. Talvez isso possa ser explicado dizendo-se que os herodianos estavam resolvidos a helenizar a nação judaica. Eles repudiavam o uso do hebraico, e em todas as atividades públicas empregavam o grego. Esse termo grego foi usado por Filo, o filósofo judeu helenista de Alexandria, como também por Filostrato, o sofista, e, séculos mais tarde, já no período bizantino, por Vegétio, o grande especialista nas questões militares de Teodósio I. No Novo Testamento, o vocábulo grego significa, literalmente, «quarteto».

••• ••• •••

ESCOLTAS

Nossa versão portuguesa, seguindo o exemplo de algumas traduções modernas em outros idiomas, evita a dificuldade criada pela palavra rara «quaternion», usada em algumas versões mais antigas, em Atos 12:4, dizendo: «...entregando-o (Pedro) a quatro escoltas de quatro soldados cada uma...»

ESCONDER

Seis palavras hebraicas e uma palavra grega estão envolvidas neste verbete:

1. *Chaba*, «esconder», «esconder-se». Palavra hebraica usada por trinta e duas vezes, conforme se vê, por exemplo, em Gên. 3:8,10; Jos. 10:16; Juí. 9:5; I Sam. 10:22; 13:6; 14:11,22; 19:2; 23:23; I Crô. 21:20; II Crô. 18:24; Jó 24:4; 29:8; Dan. 10:7; Amós 9:3.

2. *Chabah*, «esconder». Termo grego usado por cinco vezes: Isa. 26:20; Jos. 2:16; I Reis 22:25; II Reis 7:12; Jer. 49:10.

3. *Sathar*, «estar escondido», «oculto». Verbo hebraico usado por cerca de setenta vezes; vê-se por exemplo, em Deu. 7:20; I Sam. 20:5,19,24; I Reis 17:3; Jó 13:20; 34:22; Sal. 55:12; 89:46; Pro. 22:3; 27:12; 28:28; Isa. 28:15; Jer. 23:24; Amós 9:3; Isa. 45:15.

4. *Ataph*, «cobrir», «ocultar». Palavra hebraica usada por três vezes com esse sentido: Jó 23:9; Sal. 73:6; 65:13.

5. *Alam*, «esconder-se». Vocábulo hebraico empregado por vinte e três vezes com esse sentido, como em Deu. 22:1,4; 23:3; Sal. 55:1; Isa. 58:7; II Reis 4:27; Sal. 10:1; Lam. 3:56; Eze. 22:26.

6. *Amam*, «esconder». Palavra hebraica usada por duas vezes: Eze. 28:3; 31:8.

7. *Tsaphan*, «esconder». Termo hebraico usado por dezesseis vezes com esse sentido, segundo se vê em Êxo. 2:2; Jos. 2:4; Jó 10:13; 14:13; 17:4; Sal. 119:11; Pro. 2:1; 27:5,16.

8. *Taman*, «ocultar», «secreto». Palavra hebraica usada por trinta vezes, conforme se vê em Gên. 35:4; Êxo. 2:12; Jos. 2:6; Jó 31:33; Sal. 9:15; Pro. 19:24.

9. *Kachad*, «cortar fora», «ocultar». Palavra hebraica usada por vinte vezes com esse sentido, como se vê, por exemplo, em Gên. 47:18; Jos. 7:19; I Sam. 3:17,18; II Sam. 14:18; Jó 15:18; Isa. 3:9; Jer. 38:14.

10. *Kasah*, «ocultar». Termo hebraico que ocorre por nove vezes com esse significado: Gên. 18:17; 37:26; Deu. 13:8; Pro. 11:13; Jó 33:17; Sal. 32:5; 40:10; 143:9; 10:18.

11. *Chashak*, «obscurecer», «reter». Palavra hebraica usada apenas por uma vez com o claro sentido de «esconder», em Sal. 139:12.

12. *Nus*, «remover rapidamente». Palavra hebraica empregada apenas uma vez no hifil, com esse sentido, em Juí. 6:11.

13. *Krúpto*, vocábulo grego usado por vinte vezes no Novo Testamento, por exemplo: Mat. 5:14; 13:35 (citando Sal. 78:2); Luc. 11:52; Col. 3:3; I Tim. 5:25.

14. *Apokrúpto*, «esconder de». Palavra grega usada por quatro vezes: Luc. 10:21; I Cor. 2:7; Efé. 3:9; Col. 1:26.

15. *Perikrúpto*, «esconder por aí». Palavra grega usada somente por uma vez, em Luc. 1:24.

16. *Kalúpto*, «esconder», «cobrir». Verbo grego usado por nove vezes: Mat. 8:24; 10:26; Luc. 8:16; 23:30; 24:32; II Cor. 4:3; Tia. 5:20; I Ped. 4:8.

Como se vê acima, muitas palavras estão envolvidas neste verbete. Quanto às palavras gregas, não demos os substantivos referentes aos verbos, o que aumentaria ainda mais o número desses termos. Quase todos os usos, tanto no Antigo quanto no Novo Testamento, indicam ações literais. Mas os usos metafóricos também se revestem de interesse. Deus, em seus conselhos onipotentes, oculta certas coisas dos homens (II Reis 4:27). Há coisas que Deus revelou, e que nos pertencem, para as observarmos; e há coisas que Deus ocultou, e que são responsabilidade exclusiva dele (Deu. 29:29). Isso pode ser comparado com a explicação paulina, em Rom. 11:33-36. Ele oculta o seu rosto, e assim priva os desobedientes de suas graças (Deu. 31:17; Sal. 13:1). Jesus confirmou o Antigo Testamento, ensinando que a revelação é um processo misterioso, exceto para aqueles a quem Deus deseja fazer conhecidas as suas idéias, os seus planos (Mat. 11:25). A esses é conferida a sabedoria oculta, o maná escondido (I Cor. 2:7; Apo. 2:17). A revelação é dada em meio à comunhão entre Deus e o homem (Col. 3:3).

ESCÓRIA

No hebraico, sug ou sig, «refugo». Palavra usada, por exemplo, em Sal. 119:119; Pro. 25:4; Isa. 1:22,25; Eze. 22:18,19. Refere-se às impurezas que são separadas dos metais, como a prata, mediante o processo de refino (Pro. 25:4; 26:23). O termo também aplica-se ao próprio metal, antes de purificado (Isa. 1:22,25; Eze. 22:18,19).

Simbolismo. 1. As corrupções, morais e espirituais, características de pessoas profanas. Tais pessoas estão se contaminando a si mesmas e a outras; mas Deus pode purificá-las. Ver Isa. 1:25; Sal. 119:119; Eze. 22:18 *ss.* 2. A prata torna-se em escória, e o vinho é misturado com água, quando a Palavra de Deus é misturada com as tradições e os erros humanos (ver Isa. 1:22).

ESCORNEAR

No hebraico nagach, «empurrar», «chifrar». Com este último sentido, essa palavra é usada por dez vezes, em Êxo. 21:28,29,31; Deu. 33:17; I Reis 22:11; II Crô. 18:10; Sal. 44:5; Eze. 34:21; Dan. 8:4; 11:40. Usualmente, a palavra é usada dentro de contextos militares, como em Deu. 33:17; Sal. 44:5 e Dan. 8:5. O texto de Êxo. 21:28-32 fornece-nos as leis relacionadas ao touro que escorneasse a uma pessoa e quais as providências relativas ao incidente. No sentido metafórico, temos menção às ovelhas nédias de Israel, que afastavam às marradas as ovelhas mais débeis (Eze. 34:21).

ESCORPIÃO

Em hebraico, aqrah, palavra que aparece por seis vezes: Deu. 8:15; I Reis 12:11,14; II Crô. 10:11,14; Eze. 2:6. No grego, *skorpíos*, vocábulo que é usado por cinco vezes: Luc. 10:19; 11:12; Apo. 9:3,5,10.

Dentre as cerca de quinhentas espécies de escorpiões que há no mundo, doze delas têm seu habitat em diversas regiões da Palestina, desde o desértico Neguebe até os úmidos bosques do norte. Embora os escorpiões variem quanto às dimensões, proporções e cores, a figura de um escorpião, com seu par de pesadas pinças, e uma cauda encurvada para cima, com a ponta munida de um ferrão, torna-o imediatamente reconhecido. O tamanho não é indicação da potência do veneno, pois pelo menos uma espécie do Oriente Médio tem uma ferroada dolorosíssima, embora nenhum escorpião seja capaz de matar a uma pessoa saudável. Os escorpiões

podem ser classificados juntamente com as aranhas, e, tal como elas, os escorpiões são inteiramente carnívoros. O ferrão é usado com grande precisão, para paralisar a presa; então esta é consumida mediante a injeção de sucos digestivos que dissolvem os tecidos, os quais são, em seguida, sugados.

Em Israel, há lugares onde os escorpiões abundam. Na rota para uma das elevadas escarpas do deserto do Neguebe, fica a Subida dos Escorpiões.

Ao anoitecer, os escorpiões emergem dos buracos e das fendas onde passam o dia, e começam a vaguear, atrás de presas. Normalmente, os escorpiões não atacam os seres humanos, mas reagem instintivamente se forem pisados. Nas Escrituras, os escorpiões são mencionados quase sempre de modo figurado, aludindo ao perigo que representam. A menção feita por Roboão: «...meu pai vos castigou com açoites, porém, eu vos castigarei com escorpiões» (I Reis 12:11), segundo é provável, alude não a um desses aracnídeos, e, sim, a um tipo de chicote munido com pedacinhos de metal nas pontas (ver I Macabeus 6:51). A referência feita pelo Senhor Jesus: «Ou, se lhe pedir um ovo lhe dará um escorpião?» (Luc. 11:12), bem pode ter sido feita enquanto ele apontava para um escorpião, escondido sob uma pedra de uma estrada qualquer. O contraste é notável: o segmento do «corpo» do escorpião, pelo menos em algumas espécies, é tufado e gordo, quase chegando a ter o formato de um ovo, mas essa declaração de Jesus pode ser reflexo de algum provérbio.

ESCOTISMO Ver **Duns Scotus**.

ESCRAVIDÃO Ver também **Escravo, Escravidão.**

Esboço:

I. Cristianismo e a Escravidão
II. Aplicações Modernas
III. Em I Cor. 7:21
IV. Atitudes Estóicas
V. Oportunidade da Escravidão
VI. Aplicações Espirituais

I. Cristianismo e a Escravidão

A Escravidão era um problema profundo que vexava a igreja primitiva, o que fica demonstrado pelo grande espaço dado à questão, no N.T. (Ver Efé. 6:5-7; Col. 3:22-25; I Tim. 6:1,2 e Tito 2:9,10). O livro de Filemom foi escrito a fim de moderar o tratamento que um senhor cristão daria a seu escravo fugido, após a volta deste. No artigo sobre aquele livro, seção V, o problema inteiro da relação entre o «cristianismo» e a «servidão» é examinado.

Ficamos, naturalmente, desapontados ante certos aspectos do tratamento dado pelo cristianismo primitivo a essa instituição social extremamente má. Ninguém poderia esperar que o cristianismo tentasse eliminar a escravatura do império romano. Isso seria desastroso, além de ser uma tarefa impossível. Contudo, no seio da própria igreja os crentes poderiam ser proibidos de terem escravos, de terem outros homens como sua propriedade, o que é obviamente contrário *à lei do amor*, propagada pelo cristianismo. Contudo, pode-se dizer que a igreja primitiva modificou essa instituição de vários modos importantes:

1. Insuflou na mesma a lei do amor, o que forçou a modificação do tratamento dado aos escravos.

2. Conferiu aos escravos o senso de valia pessoal, liberando-os em espírito, se não em corpo.

3. Tornou os escravos elementos do mesmo nível, na igreja, paralelamente a seus próprios senhores, embora não os tenha libertado fora da esfera espiritual. Em outras religiões antigas, os escravos não podiam nem ao menos participar do «culto».

4. O cristianismo trouxe a lei do amor, que finalmente destruiu a servidão, embora isso tivesse exigido longo tempo.

5. O cristianismo elevou o nível moral dos escravos, devido à sua submissão forçada; em muitos casos isso sucedeu como que a uma classe, porque os escravos tinham-se tornado pouco melhores que os animais irracionais em sua atitude e em seus hábitos morais.

6. O cristianismo elevou imensamente a avaliação do trabalho feito pelos escravos, porquanto agora tal serviço passou a ser visto como um serviço prestado a Deus.

7. Além disso, o cristianismo prometeu aos escravos um galardão final, a vida eterna, em troca do serviço fiel, sendo, portanto, um galardão igual ao de qualquer outro crente. (Ver Col. 3:24).

Até onde estão envolvidas as exortações do cristianismo, o que é recompensada é a obediência, e não a rebeldia. Aos escravos se recomenda que suportem com paciência toda a sua carga, como se uma missão divina lhes tivesse sido dada; porque, em qualquer condição social, os homens podem aprender a servir a Deus, e suas circunstâncias sociais são organizadas por Deus como meios para disciplinã-los e ensiná-los.

É possível que uma das razões por que o cristianismo não tentou abolir a instituição da escravatura se origine do fato de que a maioria dos cristãos primitivos esperava a volta de Cristo em seu próprio período de vida. Por conseguinte, a necessidade urgente não era a revolução social, e, sim, o evangelismo. (Ver I Cor. 15:51 e I Tes. 4:15 quanto à expectação da igreja sobre a *volta iminente* de Jesus Cristo). Portanto, cabia obedecer fielmente aos senhores de escravos, até mesmo aos malignos, porquanto o retorno do Senhor em breve alteraria o estado de coisas.

II. Aplicações Modernas

1. Há formas modernas de servidão, nas instituições sociais. Os homens fazem de outros homens seus escravos econômicos. O cristianismo aplica a isso a lei do amor. Tende por levar os homens a se mostrarem justos no trato a seus semelhantes. Quantas mulheres crentes reduzem suas criadas a pouco mais que escravas, exigindo trabalho longo e árduo, em troca de um salário ridiculamente pequeno, simplesmente porque as mulheres de classes mais baixas não têm meios para se educarem melhor, devendo ganhar a duras penas o dinheiro que lhes é pago.

2. As relações entre empregadores e empregados, bem como os deveres de uns e de outros, são elementos dos textos sobre os *escravos*. Os empregadores devem ser generosos; os empregados devem ser honestos e zelosos no seu trabalho, merecendo assim a generosidade. A relação inteira entre eles deveria basear-se sobre o respeito mútuo e a ajuda mútua, compreendendo que todos os homens têm um Senhor nos céus, a quem terão de prestar contas.

3. Os crentes, no seu trabalho e na sociedade em geral, descobrem muita coisa que não pode ser imediatamente modificada, e que lhes parecem abusos. Os crentes, pois, devem ajustar-se o melhor possível a tal situação; se porventura se mostrarem ativos na busca pela alteração das circunstâncias, deveriam fazê-lo através de meios legais e não violentos, para que não se tornem piores criminosos do que aqueles que estão combatendo.

III. Em I Coríntios 7:21.

Foste chamado sendo escravo? não te dê cuidado; mas se ainda podes tornar-te livre aproveita a oportunidade.

É verdade que nem Paulo e nem os demais cristãos primitivos trabalharam primariamente em prol da emancipação dos escravos, ou pela abolição da instituição da escravatura. Estavam aqueles primeiros cristãos por demais atarefados na abolição da escravidão ao pecado e seus maus efeitos, tanto no mundo em geral como sobre a alma individual. O cristianismo primitivo, em meio a grandes dificuldades, lutava ao menos para sobreviver; — embora houvesse modificado a face da terra, do ponto de vista moral, não procurou produzir reformas sociais em larga escala, mas tão-somente nas vidas dos crentes individuais.

Existe um versículo no N.T., I Tim. 1:10, que conforme dizem alguns tradutores e intérpretes, alista a prática da escravidão entre os males *mais vis*. Mas isso expressa um julgamento de valores, e não um esforço coletivo para eliminar um mal social como é a escravatura, como uma instituição humana. Paulo apelou em favor do tratamento justo de Onésimo, um escravo fugitivo; porém, embora o seu senhor, Filemom, também fosse crente, nem mesmo assim Paulo insistiu para que Onésimo fosse libertado. Há tradições que dizem que subseqüentemente Onésimo foi libertado. Talvez essa tivesse sido a esperança secreta de Paulo, que ele nunca se expressou abertamente. É possível que nem tivesse ocorrido, na mente dos primitivos cristãos (conforme sucede aos crentes mais socialmente conscientes da era moderna), que uma das funções possíveis do cristianismo pudesse ser a tentativa de provocar reformas sociais. Certamente, existem muitos fatores na doutrina cristã que favorecem isso, embora a ênfase da doutrina cristã sempre recaia sobre a salvação eterna das almas. A reforma social é uma aplicação legítima do cristianismo, apesar de não ser seu alvo original primário.

IV. Atitudes Estóicas

A atitude de Paulo quanto à questão da transformação social é bem próxima da atitude do estoicismo. As grades de uma prisão não conseguem ser um cárcere, se a alma de um homem é livre. E nem pode o fato de ser alguém escravo de outrem, isto é, realmente escravo, de mente e alma, se esse alguém permanece livre em seu serviço a Deus. O estoicismo afirmava que a despeito de circunstâncias externas adversas, o homem interior pode permanecer livre. Paulo, aplicando a esperança cristã, contendia que nenhuma circunstância exterior pode separar-nos de Cristo Jesus. (Ver Rom. 8:32 e *ss*). Assim sendo, um homem pode cumprir o seu destino, obedecendo a Deus, sem importar sua posição e suas circunstâncias sociais. Outrossim, Paulo esperava que Cristo retornasse em sua própria época. E essa talvez tenha sido uma das razões pelas quais ele não via a propriedade da igreja cristã atarefar-se em algum movimento em grande escala em favor das mudanças sociais, em um mundo já totalmente alienado de Deus, preparado apenas para o julgamento imediato. O cristianismo primitivo simplesmente não estava interessado em qualquer esforço coletivo para obtenção da melhoria das condições materiais; e isso porque olhava fixamente para o mundo superior, para além das estrelas distantes, para o raiar de um novo mundo, a ser governado por Jesus Cristo, em meio a total justiça e retidão.

Por causa dessa atitude geral, que se volta para as coisas do *outro mundo*, Paulo aconselhava aos crentes escravos que se contentassem por continuarem na servidão, não se rebelando e nem criando confusão e dificuldades, na sua busca pela liberdade. Contudo, se a liberdade tornar-se possível, então essa liberdade deve ser recebida com prontidão e alegria, de forma que o novo estado, tal como o estado antigo, seja usado como meio de servir e glorificar a Jesus Cristo.

Outrossim, não nos devemos olvidar que uma única declaração feita pelos líderes cristãos, favorecendo a emancipação dos escravos, facilmente poderia ter provocado uma revolta generalizada entre os escravos, um banho de sangue, cujas principais vítimas sem dúvida alguma seriam os próprios cristãos. Estes seriam encarados como «traidores da pátria», e o cristianismo sofreria tremendo dano. O império romano já havia sofrido desastrosos efeitos por causa de certas revoltas servis, as quais, por duas vezes, no século anterior ao do aparecimento do cristianismo, havia envolvido a Sicília em um dilúvio de sangue. Assim, pois, se o cristianismo tivesse feito oposição à escravatura, transformar-se-ia em abrigo e esconderijo de muitos políticos radicais, que não tinham qualquer interesse por doutrinas espirituais. Outrossim, para o apóstolo dos gentios, a escravidão, para os cristãos escravos, já constituía uma verdadeira liberdade, posto que de natureza espiritual. Por conseguinte, a não interferência, sem dúvida, foi reputada como a melhor norma a ser seguida, sem importar quais fossem os desejos pessoais e as preferências dos apóstolos do cristianismo.

V. Oportunidade da Escravidão

Aproveita a oportunidade. Esta expressão pode significar: «Se tiver a oportunidade, para ser livre, aproveite-a, e use esta nova condição para servir a Cristo». Outros intérpretes apresentam a idéia oposta: «Use a oportunidade que já tem como escravo para servir a Cristo naquele nível da sociedade, embora tenha a oportunidade para ser livre». A maioria fica com a primeira idéia. Tentativas de resolver o problema do grego são inúteis. Um escravo pode ser um bom cristão (Efé. 6:5; Col. 3:22; Tito 2:9), e o não-escravo também. Aproveite das suas oportunidades. As condições sociais não podem destruir a expressão cristã no mundo.

VI. Aplicações Espirituais

1. I Cor. 7:22: *Pois aquele que foi chamado no Senhor, mesmo sendo escravo, é um liberto do Senhor; e assim também o que foi chamado sendo livre, escravo é de Cristo.*

Com este versículo se devem comparar os trechos de Gál. 3:28; Col. 3:11 e I Cor. 12:13, quanto aos sentimentos paulinos acerca da igualdade de escravos e libertos em Cristo. Todos os crentes são escravos do mesmo Senhor, que é Cristo. Porém, essa escravidão espiritual é uma real liberdade, visto que significa a libertação do pior e mais autêntico senhor de escravos, Satanás. O diabo conta com poderosos instrumentos de pecado e depravação, com os quais procura interromper e macular a gloriosa liberdade desfrutada pelos filhos de Deus. (Ver Rom. 8:21). A verdadeira escravidão consiste na servidão à corrupção, à corrupção deste decaído sistema mundano, à corrupção da alma. A verdadeira servidão consiste na perda da livre-vontade de fazer o bem, na escravização da vontade à maldade, com seus resultados malévolos acompanhantes na vida, tudo o que resulta em total alienação entre o pecador e Deus. Essa é a verdade envolvida na questão, ainda que os homens incrédulos, devido à perversão em que estão, se imaginem livres.

O escravo que se voltava para Cristo era espiritualmente libertado, e isso era a única coisa que

realmente tinha importância, segundo pensava o apóstolo dos gentios. Nenhum crente, portanto, é realmente um escravo, do ponto de vista de qualquer legítima avaliação espiritual. Além disso, Paulo esperava para breve o retorno de Cristo, e considerava todos os arranjos humanos, como a escravatura e a liberdade, como algo completamente temporal. A vinda de Cristo, pois, haveria de libertar todos os escravos, já tendo libertado no espírito a todos os escravos da época que se tinham voltado para o Salvador.

Torna-me cativo, ó Senhor
e então é que serei livre.
(*George Matheson*)

2. Um homem pode ser livre, na sociedade deste mundo. Entretanto, sem importar as vantagens que possa ter, não poderá ter vantagens autênticas se não é um remido pelo sangue de Cristo; pois a verdadeira liberdade é aquela que nos livra das algemas do pecado, de seu poder e servidão. Os homens livres na carne, mas que não são escravos de Jesus Cristo, são automaticamente verdadeiros escravos do pecado, das paixões e da degradação. Cristo Jesus é quem liberta o homem da escravidão ao pecado, o qual é o verdadeiro senhor de escravos. (Ver Rom. 6:18 e Gál. 5:1). Ora, ser alguém livre de tão cruel senhor é ser verdadeiramente libertado da servidão para a justiça, embora se trate da liberdade segundo um ponto de vista espiritual. Porquanto isso é agir como o próprio Deus age. E quem é livre, senão Deus?

«Inácio faz uma tocante alusão a passagem de I Cor. 7:22, *ad Rom.* 4, como segue: 'Até o momento presente sou um escravo; porém, se vier a sofrer, serei liberto de Jesus Cristo, e serei erguido, na ressurreição, como homem livre!'» (Findlay, *in loc.*).

«Por conseguinte, a distinção entre senhor e escravo é aqui virtualmente obliterada. Ser alguém liberto do Senhor, e ser escravo do Senhor, são uma só e a mesma coisa. O liberto do Senhor é aquele que o Senhor redimiu do poder de Satanás, tendo-o comprado para si mesmo; e o escravo do Senhor é também aquele que Cristo adquiriu para si mesmo. Portanto, o senhor e o escravo estão situados no mesmo nível, aos olhos de Cristo. Comparar com Efé. 6:9». (Hodge, *in loc.*).

«Privado da falsa liberdade da autocomplacência, ele se torna um servo de Cristo. O amor aperfeiçoa o serviço de Cristo. (Ver Mat. 11:29,30, Gál. 5:13 e I Ped. 2:16)» (Faucett, *in loc.*).

«...Esta declaração tem por finalidade fornecer consolação aos servos (os escravos) e, ao mesmo tempo, derrubar a altivez daqueles que nasceram como homens livres». (Calvino, *in loc.*).

«A liberdade cristã e o serviço prestado a Cristo não são, de forma alguma, incoerentes entre si; e nem deveríamos entreter quaisquer outras noções de liberdade, senão aquelas que se coadunam com a idéia de servir ao Senhor; qualquer coisa que a liberdade contradiga, não é a verdadeira liberdade; embora tenha a sua exata aparência, não se trata de outra coisa senão da escravidão». (John Gill, *in loc.*).

3. Com a passagem de I Cor. 7:22 se pode comparar o trecho de Rom. 8:18 e *ss*, que descreve as mais elevadas alturas da salvação. Essa salvação é a libertação da alma da servidão ao princípio do mal, em suas variegadas formas, bem como é a obtenção da liberdade, como filhos de Deus que somos. Tudo quanto está envolvido na salvação, portanto, de acordo com certo ponto de vista, consiste na passagem da servidão para a liberdade.

«A causa da liberdade é a causa de Deus». (William Lisle Bowles, 1762-1850).

«Nenhum homem é livre se não é senhor de si mesmo». (Epicteto, *Discursos*).

«Nenhum homem é verdadeiramente livre. É escravo das riquezas, da sorte ou das leis, ou mesmo outras pessoas impedem-no de agir de conformidade com a sua vontade apenas». (Eurípedes, *Hecuba*, 480-406 A.C.).

«Aqueles que negam a liberdade para outros, não merecem desfrutá-la, e, debaixo de um Deus justo, não poderão retê-la por muito tempo». (Abraão Lincoln, em uma carta datada de 1859).

Ó Senhor, quero ser livre, quero ser livre;
Um arco-íris sobre os ombros, asas nos pés.
(Autor desconhecido, uma canção negra *espiritual*).

«Ninguém pode ser perfeitamente livre, enquanto todos não forem livres». (Herbert Spencer, *Social Statics*, 1817-1862).

Espírito eterno da mente sem cadeias!
Mais brilhante em masmorras, Liberdade! és tu.
(Lord Byron, *The prisioner of Chillon*, 1778-1817).

O presente versículo é paralelo ao trecho de I Cor. 6:20, com uma aplicação diferente, embora ambas essas passagens falem sobre o *preço* pago para conduzir os homens de volta a Deus. A idéia de «ser comprado por preço», isto é, a noção de «resgate», são expressões comuns do N.T. para dar a idéia de «expiação», o que é ilustrado através de outras referências bíblicas (Isa. 53; Tito 2:14; I Tim. 2:6). Em I Cor. 7:23 a posse exclusiva é mencionada a fim de mostrar como o crente não pode deixar-se escravizar por outro homem (na outra porção deste versículo), embora, de maneira geral, isso também ilustra a qualidade da nossa submissão a Cristo, mostrando que nossa servidão é total, e que todos os crentes são escravos dessa ordem. Disso se conclui que é questão indiferente que um crente, que nasceu escravo ou que se tornou escravo no decurso de seus anos, venha a procurar tornar-se livre. Pois, sem importar que estejam «livres» ou em «servidão», conforme os homens consideram a questão, a verdade é que todos os crentes se encontram em verdadeira servidão ao verdadeiro Senhor, Jesus Cristo, ainda que seja assim que realmente desfrutem da mais completa liberdade que os homens possam conhecer. (Ver I Cor. 7:22).

5. *Escravos de homens.* A metáfora da escravatura evidentemente levou Paulo a ver na passagem de I Cor. 7:23, incidentalmente, outro argumento contra as «facções», que é o assunto que fora por ele abordado extensamente nos capítulos primeiro a quarto de I Coríntios. Ao seguirem líderes cheios de si, os crentes tinham se escravizado a tais homens, perdendo assim a sua individualidade, embora não devido à servidão ao Senhor genuíno das almas. Antes, aqueles crentes de Corinto tinham-se contentado em fazer-se escravos de outros homens, que na realidade não eram senhores. Ora, isso furtava a Cristo de seu *direito exclusivo*, algo que é obviamente contrário ao intuito de sua grande expiação, de seu resgate em favor da humanidade.

A passagem de II Cor. 10:9 parece indicar que essas palavras de Paulo foram usadas contra ele, e que ele fora acusado de fazer-se um tirano. Mas ele emprega essa idéia contra os líderes facciosos de Corinto, de

forma mais vívida e mais amarga, em II Cor. 11:20. Nessa passagem, tais líderes são vistos como homens brutais, que os escravizavam, que os devoravam, que lhes furtavam os direitos, que lhes batiam na face, ao mesmo tempo em que se exaltava a si mesmos. Isso nos mostra como Paulo sentia profundamente todas essas coisas.

4. I Cor. 7:23: *Por preço fostes comprados; não vos façais escravos de homens.*

A completa falta de controle sobre o próprio destino, conforme era a sorte dos homens expostos nos mercados de escravos, nos dias de Paulo, era algo sentido intensamente, por causa do fato de ser isso uma realidade brutal na antiga estrutura social. O homem moderno, que nada tem conhecido sobre a escravidão em primeira mão, não pode apreciar plenamente o impacto das ilustrações apresentadas por Paulo, que incluem certos aspectos próprios do negócio de compra e venda de escravos. O homem ou a mulher comprados por um negociante de escravos se tornava a propriedade dele no sentido mais estrito da palavra. Tinha tal senhor a liberdade de matar um escravo seu, o que geralmente era feito através da crucificação. E não havia lei que pudesse chamá-lo a prestar contas perante a justiça. De fato, qualquer tentativa nesse sentido teria sido reputada ridícula. Certa quantia em dinheiro adquiria o direito de usar legalmente a pessoa escravizada; e se havia alguns poucos senhores humanos, havia um número enorme de senhores desumanos, do que resultavam muitíssimas atrocidades contra toda a razão e a dignidade humanas. O uso da instituição da escravatura dava a entender os seguintes pontos:

1. A sujeição total do escravo a seu senhor.
2. A posse completa do escravo por seu senhor.
3. O poder de vida e morte que o senhor exercia sobre o escravo.
4. A «destruição» da independência do escravo.
5. A integração da personalidade do escravo na personalidade de seu senhor.
6. Somente a morte física podia livrar um escravo do domínio de seu senhor, ou, se um senhor assim quisesse fazê-lo, poderia vender um escravo seu a outrem, havendo assim a transferência de direitos sobre o citado escravo.
7. Neste versículo, o apóstolo Paulo enfatiza a exclusividade da posse do senhor de escravos, a fim de descrever uma situação espiritual. (Comparar com o trecho de Rom. 7:2). Todo escravo só podia ter um senhor de cada vez, o qual exercia toda a autoridade sobre ele.

Paulo lança mão da instituição da escravatura a fim de ilustrar o seu ponto de que o crente deve viver em total submissão a Cristo; a fim de ilustrar que Jesus Cristo, por direito de compra, através de seu sangue expiatório, que libertou os escravos do pecado e da tirania do pecado, tem direitos totais sobre o crente; a fim de ilustrar o fato de que, possuindo «direitos totais», Cristo tem autoridade completa sobre o crente; a fim de ilustrar que o crente deixa de ser um indivíduo, mas que a sua personalidade começa a ser integrada na vontade do seu Senhor; e a fim de ilustrar que nem mesmo a morte física pode livrar o crente de sua total imersão na personalidade de Cristo, porquanto lhe pertencemos tanto na vida como na morte. (Ver Rom. 14:8).

A enormidade do preço. O ponto dentral deste versículo gira em torno do «preço» que foi pago para garantir a libertação do crente. A redenção faz com que o crente se torne totalmente pertencente a Cristo, visto que o preço pago pelo Filho de Deus foi enorme. (Ver as notas expositivas sobre a «expiação», em Rom. 5:11; e sobre a «propiciação», em Rom. 3:25 no NTI). A «enormidade» do preço foi exposta visando impressionar os crentes acerca da totalidade do *senhorio* de Cristo sobre a sua igreja e sobre cada indivíduo existente na mesma.

ESCRAVIDÃO DO PECADO

«...eu...vendido à escravidão do pecado...» Rom. 7:14. Não que o homem não-regenerado não possa sair dessa situação; mas, para todos os propósitos práticos, isso é o que Paulo quer dizer. Portanto, em essência, diz Brown (*in loc.*): «O 'eu', neste caso, naturalmente não é o homem regenerado, pois certamente o que é dito aqui não acontece com ele; porém (conforme transparecerá mais adiante), também não está em foco o homem não-regenerado, pois o apóstolo já havia deixado para trás o caso do homem não-regenerado. Resta, pois, pensarmos no princípio pecaminoso que ainda existe no homem renovado, o que é expressamente declarado em Rom. 7:18».

Não obstante, o princípio do pecado pode ser tão poderoso que pode levar o «eu» do homem regenerado a viver na servidão aqui descrita.

A afirmativa paradoxal de Paulo, em Rom. 7:14, é típica da experiência humana. O apóstolo retorna aqui, ao mencionar a *escravidão*, à figura simbólica que tanto usara no sexto capítulo da epístola aos Romanos. E que o pecado é um tirano poderosíssimo, cujo poder é aumentado ainda mais pelas exigências provocantes da lei, que mexem com a natureza humana inclinada para o erro. Se precauções espirituais apropriadas não forem tomadas, esse poder não tardará a dominar não meramente o homem não-regenerado, mas também até mesmo o crente. Paulo já havia demonstrado que ninguém pode ser servo de dois senhores (ver Rom. 6:14-23), onde é francamente declarado que o pecado não pode dominar o homem regenerado porque agora o crente tem um novo senhor, que é Deus, o qual, através do seu Santo Espírito, renova o homem interior, produzindo assim a expressão da justiça.

Por essa razão, neste ponto o apóstolo parece entrar em contradição consigo mesmo, ao afirmar que o «eu» pode tornar-se escravo do pecado, ao ponto que ele fazia aquilo que odiava. Porém, o próprio fato de que ele odeia o mal e ama à justiça mostra-nos que não está em foco um homem não regenerado. Como podemos explicar essa aparente contradição lógica? Talvez a mesma possa ser respondida simplesmente dizendo-se que devemos mesmo esperar de Paulo declarações paradoxais. Pois no sexto capítulo da epístola aos Romanos, ele fala sobre o ideal, isto é, aquilo que, finalmente, sucederá ao crente, como também aquilo que devemos esperar seja a expressão diária da vida do crente. Na passagem de Rom. 7:14, entretanto, o apóstolo mostra que os próprios crentes podem, ao menos temporariamente, cair sob a antiga servidão ao pecado. Mas esse paradoxo não é mais perturbador do que a natureza da própria vida cristã, quando um homem descobre que passa através de ambas as experiências. Não obstante, Paulo supõe, por toda a parte, que haverá a *vitória final*, a despeito dos retrocessos temporários. Ele nos assegura que venceremos a guerra, afinal, embora tenhamos de perder algumas batalhas, ao longo do caminho.

Um Escravo mas não um Escravo

1. O poder do pecado é grande, e algumas vezes vence ao crente. Essa é a experiência humana do crente, por mais desagradável que ela seja.

2. Portanto, por algum tempo, o crente ainda retrocede até à servidão ao pecado. Porém, não é mais um bom escravo, porquanto sabe que gosto tem a liberdade, e o tempo todo, planeja escapar.

3. Se tal pessoa é realmente um indivíduo regenerado, é inevitável que assim aja, pois apesar de dominado por algum tempo pelo pecado, odeia-o a cada minuto.

4. Seja como for, na realidade ele não é escravo do pecado, porquanto os lapsos no pecado não chegam a caracterizá-lo, pois nenhum indivíduo regenerado pode permanecer debaixo do pecado, a ponto de tornar-se um vício de caráter (ver Efé. 5:5-7).

«Eu, Paulo, considerado como um pecador, visto à parte de Cristo, 'sou carnal', um filho do 'eu', 'vendido ao pecado', sim, e não somente quando em Adão, minha natureza se vendeu ao pecado, no princípio; mas isso continua comigo, permanentemente, enquanto eu for considerado à parte de Cristo, e até o ponto em que, na prática, eu viver à parte de Cristo, sempre que eu 'reverter', mesmo que por um instante, à minha antiga vida do 'eu'». (Moule, em Rom. 7:14).

ESCRAVIDÃO ESPIRITUAL

Rom. 8:15: *Porque não recebestes o espírito de escravidão, para outra vez estardes com temor, mas recebestes o espírito de adoção, pelo qual clamamos: Aba, Pai!*

A expressão *espírito de escravidão* tem sido compreendida pelos intérpretes de diversas maneiras, como segue:

1. Seria uma referência à dispensação do A.T., governada pela lei. O espírito dominante na mesma levaria à escravidão, porquanto os que estavam debaixo da antiga dispensação ficavam sujeitos a muitas leis e cerimônias, pesadas e insuportáveis, as quais não oferecem qualquer possibilidade de transformação íntima, necessária para cumprir as exigências feitas. Não há que duvidar que o apóstolo Paulo tinha esse aspecto da realidade em mente, sem importar se aludia especificamente ou não ao mesmo.

2. Agostinho pensava que se trata de uma alusão a *Satanás*, autor do espírito de servidão (ver Heb. 2:14,15); e, por semelhante modo, Lutero aplicava esta expressão a Caim, em oposição ao espírito de graça manifesto por Abel. É verdade que aquela referência na epístola aos Hebreus contém a idéia dada por Agostinho, mas não parece que Paulo se referia a isso, neste versículo da epístola aos Romanos. No entanto, em outras instâncias de seus escritos, Agostinho mostrou esposar uma interpretação similar à que aqui ocupa o primeiro lugar.

3. Alguns estudiosos vêem aqui ambos os *espíritos*, isto é, o da servidão e o da adoção, como alusão a disposições espirituais subjetivas, portanto, estaria em foco o espírito de servilismo, bem como o espírito livre de um filho, o qual é adotado com plenos direitos na família divina. Essa interpretação, contudo, não expressa o sentido específico de Rom. 8:15, embora, naturalmente, contenha certa verdade, implícita aqui, embora não explicitamente declarada.

4. Alguns eruditos pensam que o *Espírito Santo* é focalizado em ambas as referências, tanto na referência ao «espírito de servidão» como na referência ao espírito da liberdade dos «filhos de Deus», mediante a adoção. O espírito de «servidão» seria o ofício penal atribuído ao Espírito Santo, mencionado em João 16:8. Isso expressa uma verdade, mas provavelmente ainda não é a idéia central de Rom. 8:15, e nem a questão específica tencionada.

5. O mais provável é que esteja em mira aqui o fato de que o Espírito Santo deve ser considerado somente como o agente da adoção e não como se ele levasse os homens à servidão. Sua suposta conexão com a servidão é apenas uma hipótese, criada por Paulo, para fazer contraste com a verdadeira natureza de sua influência habitadora e serviço em favor dos crentes. Pois o Espírito Santo não é nenhum agente de escravidão, *como o era a lei*, pelo contrário, é o poder vivo que transforma os homens em filhos de Deus, levando-os a entrarem na plenitude de sua herança.

Outra vez atemorizados. A lei lançava o temor nos corações dos homens, porquanto revelava claramente o pecado deles, bem como a penalidade necessária para tal pecado, isto é, a morte eterna. Os homens, pois, tornavam-se escravos pelo temor, um temor que esperava a morte. Ora, o Espírito de Deus livra-nos de tudo isso. A lei era, essencialmente, um sistema refreador, por ameaças, e ameaças reais, e não meramente hipotéticas. Quanto melhor se compreendia os requisitos da lei, tanto mais se compreendia como a lei era um sistema de temor. As palavras «outra vez», que aqui figuram, mostram-nos que as pessoas para quem o apóstolo escrevia haviam sido anteriormente escravizadas à lei; e isso significa que o apóstolo Paulo falava a uma igreja local que desfrutava de bom entendimento sobre o que significa estar alguém sob a lei, a despeito do fato de que a igreja local da cidade de Roma se compunha, principalmente de elementos gentios.

6. *Escravidão do pecado*. As escrituras afirmam que o pecado leva os homens à escravidão. Ver o artigo sobre *vícios* que são verdadeiras prisões do espírito, e que roubam do homem seu poder espiritual. A lei torna-se um agente para reforçar o poder do pecado. Efésios cap. 6 afirma que poderes malignos cósmicos também estão envolvidos na redução do homem ao estado do escravo. Ver o artigo sobre *Escravidão do Pecado*.

ESCRAVO, ESCRAVIDÃO

No hebraico, **ebed**, termo que figura por mais de setecentas e cinqüenta vezes, desde Gên. 9:25 até Mal. 4:4. No grego, *doūlos*, palavra que figura por cento e vinte e uma vezes, desde Mat. 8:9 até Apo. 22:6.

A escravidão é o domínio de uma pessoa por parte de outrem, de tal modo que um escravo é visto muito mais como uma propriedade do que como uma pessoa. A escravidão era um aspecto profundamente arraigado da estrutura social e econômica do antigo Oriente Próximo e do mundo greco-romano.

Esboço:

I. A Escravidão no Antigo Testamento
   A. Fontes Literárias
   B. Terminologia
   C. Aquisição de Escravos
      1. Cativos de Guerra
      2. Por Compra

3. Por Insolvência
4. Como Presente
5. Como Herança
6. Por Nascimento
D. Posição Legal e Direitos dos Escravos
1. Alforria
2. Direitos Religiosos
3. Direitos Civis
4. Matrimônio
5. Pecúlio
6. Asilo e Extradição
7. Marca de Identificação do Escravo
E. Escravos Publicamente Possuídos
F. A Importância da Escravidão
II. A Escravidão no Novo Testamento
A. Alforria
1. Freqüência da Alforria
2. Duração do Serviço Antes da Libertação
3. Posição Econômica dos Libertos
4. Libertos Judeus
B. Posição dos Escravos

I. A Escravidão no Antigo Testamento

A escravidão era uma prática generalizada no Oriente, — nos dias do Antigo Testamento. Porém, o número de escravos em Israel provavelmente nunca foi tão elevado como nos tempos clássicos. Em Israel saía mais barato contratar empregados assalariados, para fazerem trabalhos pesados, do que conservar escravos. O uso de escravos parece ter-se confinado principalmente aos deveres domésticos e ao trabalho nos campos, juntamente com o chefe da família e seus familiares.

A. Fontes Literárias

A legislação do Antigo Testamento aparece em Êxodo 21, Levítico 25 e Deuteronômio 15. Há numerosas referências a escravos, por todo o Antigo Testamento. Mas os informes extrabíblicos sobre a escravidão entre os judeus limitam-se aos papiros Elefantinos, provenientes da colônia judaica no Egito, do século V A.C. Os documentos públicos e privados do antigo Oriente Próximo, do terceiro milênio A.C., e daí até os dias do Novo Testamento, estão repletos de alusões à prática da escravidão nas culturas contemporâneas.

B. Terminologia

Um total de três vocábulos era usado, no Antigo Testamento, para indicar «escravo», a saber: escravo, *ebed* e dois outros para indicar o escravo masculino, e a escrava feminina. Também eram usadas expressões como «jovem», «pessoa» e «alguém comprado a dinheiro». Nos códigos bíblicos aparecem com freqüência termos e expressões como «hebreu», «teu irmão hebreu» e «tua irmã hebréia». O Talmude sugere que esses códigos aplicam-se aos escravos hebreus quando aparecem essas designações; em caso contrário, estariam em foco escravos não-hebreus. Entretanto, tal interpretação apresenta consideráveis dificuldades quando começamos a interpretar os textos onde essas designações aparecem.

C. Aquisição de Escravos

1. *Cativos de Guerra.* O mais antigo método de aquisição de escravos, no Oriente Próximo, era a conquista militar. Milhares de homens, mulheres e crianças foram assim reduzidos à servidão. A selvageria da época pode ser julgada pelo fato de que isso era considerado um melhoramento humanitário, pois a prática ainda mais antiga consistia em executar todos os prisioneiros de guerra (Núm. 31:7-35; Deu. 20:10-18; I Reis 20:39; II Crô. 28:8-15). Os códigos do Antigo Testamento procuravam limitar os excessos dos castigos brutais que os cativos recebiam. Se um soldado israelita visse uma bela mulher entre os cativos e se casasse com ela, teria de tratá-la, dali por diante, como uma pessoa livre (Deu. 21:10-14). E não podia vendê-la como escrava, se viesse a desistir dela. No entanto, muitos povos estrangeiros, como os fenícios, os filisteus, os sírios, os egípcios e os romanos, escravizavam judeus em grandes números.

2. *Por Compra.* O Antigo Testamento estipulava que estrangeiros podiam ser comprados e vendidos como escravos, sendo então considerados mera propriedade (Lev. 25:44-46). Há alusões freqüentes a escravos que haviam sido importados para a Palestina (I Crô. 2:34,35). Mas os hebreus também eram vendidos como escravos em outras terras. Isso explica a pena de morte imposta sobre os que seqüestrassem pessoas livres (Êxo. 21:16; Deu. 24:7). O Antigo Testamento cita casos incríveis, como um pai que vendeu sua filha como escrava (Êxo. 21:7; Nee. 5:5); uma viúva que vendeu seus filhos para pagar a dívida de seu marido falecido (II Reis 4:1), ou homens ou mulheres que se vendiam como escravos (Lev. 25:39,47; Deu. 15:12-17).

O preço dos escravos variava muito. Ver Êxo. 21:32 e Lev. 27:3-7. Havendo desacordo quanto ao preço, podia apelar para um sacerdote (Lev. 27:8). Nos tempos intertestamentais, quarenta siclos era o preço médio que se pagava por um escravo (II Macabeus 8:11). Um dos piores costumes era a venda de crianças à servidão. Os casos mais comuns eram de donzelas ainda adolescentes e solteiras. Todavia, havia estipulações que procuravam impedir que essas jovens escravas fossem reduzidas à prostituição (Êxo. 21:11).

Há algumas evidências de que os hebreus faziam comércio escravagista, uma prática bastante comum no Oriente Próximo. Uma escrava egípcia é mencionada em II Crô. 2:34. Havia dois preceitos legais que abordavam a questão da escravatura: Êxo. 21:16 e Deu. 24:7. Ambos os trechos proibiam a prática do seqüestro para vender as pessoas como escravas. A pena contra esse crime era a execução capital. No entanto, José foi tratado desse modo por seus próprios irmãos (Gên. 37:28). Uma segunda lei (Deu. 23:15,16) proibia a extradição dos escravos fugitivos, talvez devamos pensar em algum hebreu que tivesse escapado de seu proprietário, em um país estrangeiro.

Uma prática comum, entre os israelitas, era a de se venderem como escravos. A lei do Êxodo (21:5,6) e a lei de Deuteronômio (15:16,17) estipulavam condições deste negócio. Ambas as passagens aludem ao homem que recusasse a liberdade, após ter servido como escravo por certo período de anos. O trecho de Levítico 25 descreve como se deveria tratar ao israelita que se vendesse voluntariamente como escravo. Havia provisão para a libertação dos escravos, a cada ano de jubileu, que ocorria de cinqüenta e cinqüenta anos. O valor de um escravo era calculado segundo o número de anos que ainda lhe restavam, até o ano de jubileu.

3. *Por Insolvência.* Na Palestina, um dos mais constantes motivos de escravização era o das dívidas que as pessoas não conseguiam saldar. As leis dos livros de Êxodo (21:2-4) e de Deuteronômio (15:12) tratam desse caso. O princípio da servidão por motivo de insolvência fica claro nos termos de Êxo. 22:2. A lei também provia que os ladrões deveriam ser vendidos como escravos, não por haver furtado alguma coisa, mas por serem incapazes de recompensar o proprietário — pela perda de sua propriedade.

Muitos seguidores de Davi, quando ele andava fugindo de Saul, eram homens endividados (I Sam. 22:2). Os trechos de II Reis 4:1 e Neemias 5:1-5 aludem a crianças escravizadas para satisfazer certos credores. Isaías referiu-se a essa horrível prática quando escreveu estas palavras, vindas de Deus: «Assim diz o Senhor: Onde está a carta de divórcio de vossa mãe, pela qual eu a repudiei? ou quem é o meu credor, a quem eu vos tenha vendido? Eis que por causa das vossas iniqüidades é que fostes vendidos, e por causa das vossas transgressões vossa mãe foi repudiada» (Isa. 50:1).

Uma das razões da insolvência eram as altas taxas de juros que se cobravam no mundo antigo. A legislação dos livros de Êxodo, Levítico e Deuteronômio protegia os israelitas de coisas assim, pelo menos em teoria, pois essa legislação proibia a exploração de israelitas por seus próprios compatriotas.

4. *Como Presente*. Escravos não-hebreus podiam ser adquiridos como um presente. Foi assim que Lia recebeu Zilpa como sua escrava (Gên. 29:24).

5. *Como Herança*. Escravos não-hebreus podiam ser passados de uma geração para a outra. O trecho de Lev. 25:46 provia a servidão perpétua dos habitantes de Canaã, por esse intermédio.

6. *Por Nascimento*. Os filhos de escravos, nascidos na casa de seu proprietário, tornavam-se propriedades do senhor, mesmo que o pai desses filhos mais tarde viesse a tornar-se um homem livre (Êxo. 21:4; Lev. 25:54).

D. Posição Legal e Direitos dos Escravos

1. *Alforria*. A lei veterotestamentária sobre a alforria de escravos aparece em três passagens diferentes: Êxo. 21:1-11; Lev. 25:39-55; Deu. 15:12-18. A primeira delas dizia que um escravo hebreu podia ser libertado após ter servido por seis anos. Se ele tivesse casado antes de ter sido escravizado, sua esposa sairia livre juntamente com ele; mas, se ele tivesse recebido esposa, por parte de seu senhor, quando já escravo, ele mesmo sairia forro, mas sua esposa e seus filhos continuariam escravos.

Uma escrava já era tratada de modo bem diferente pela lei. Diante da lei ela passava a ser concubina ou esposa do proprietário ou de um de seus filhos. Por isso mesmo, só sob condições extraordinárias uma escrava recebia alforria. Todavia, havia três motivos pelos quais uma escrava era libertada: a. Se seu proprietário ficasse desgostoso com ela; b. se ela fosse prometida a um dos filhos do proprietário, então tinha de ser tratada como filha; c. se o proprietário tomasse outra mulher como esposa, ainda assim tinha o dever de prover o necessário para sua concubina.

Havia leis da soltura em Êxodo 20—23; Deuteronômio 15 e Levítico 25:39-55, que o leitor deve examinar atentamente. No entanto, não podemos dizer que os judeus observavam seus próprios preceitos quanto a esse particular. Antes, Jeremias repreendeu os príncipes de Judá, que haviam desobedecido o decreto de Zedequias (Jer. 34:8-17).

2. *Direitos Religiosos*. Um escravo era considerado parte da família do proprietário. Portanto, compartilhava da vida religiosa dessa família. As leis (Êxo. 20:10; 23:12) garantiam-lhe o direito do descanso sabático. O livro de Deuteronômio (12:12; 16:11,14) concedia aos escravos a participação nas festas religiosas judaicas. Um estrangeiro não podia participar dessas festas, por ser incircunciso; mas um escravo, por fazer parte da família, era circuncidado (Êxo. 12:43-45). Até mesmo a esposa de um sacerdote, se se tivesse casado com um estrangeiro, não circuncidado, não podia participar das ofertas (Lev. 22:10-12).

3. *Direitos Civis*. Os escravos eram muito protegidos de tratamentos desumanos. Assim, o assassinato de um escravo era punido com a execução capital (Êxo. 21:12). Se um escravo espancado morresse, seu proprietário deveria ser castigado, embora não houvesse certeza sobre o tipo de castigo (Êxo. 21:20,21). Se um proprietário aleijasse a um seu escravo, este tinha de ser posto em liberdade (Êxo. 21:26). Uma escrava era libertada se o espancamento resultasse ao menos na perda de um dente (Êxo. 21:27). Também havia preceitos atinentes à venda de pessoas à escravidão e à devolução de escravos fugidos.

4. *Matrimônio*. Os escravos hebreus tinham permissão de casar-se. Mas, ao receber a liberdade, não podiam levar consigo sua esposa e seus filhos. Por muitas vezes, isso foi causa de servidão perpétua (Êxo. 21:5,6).

5. *Pecúlio*. Desde os tempos mais remotos, os escravos tinham o direito de juntar propriedades. O pecúlio podia ser de qualquer natureza, incluindo até mesmo escravos (II Sam. 9:10). Esse direito era reconhecido desde o código de Hamurabi, da antiga Babilônia. O Antigo Testamento (Lev. 25:47-55) provia que um homem que se tivesse vendido como escravo podia ser remido por seu parente mais chegado, e também que «...se lograr meios, se resgatará a si mesmo» (vs. 49), provavelmente com o seu próprio pecúlio.

Os escravos hebreus eram especialmente beneficiados pela legislação de Deuteronômio 15:13-15. O escravo liberto em ano sabático recebia presentes dentre as riquezas aumentadas de seu senhor, como um lembrete do fato de que todos os hebreus haviam sido libertados da servidão no Egito.

6. *Asilo e Extradição*. É difícil interpretar a provisão legal sobre esse aspecto, em Deu. 23:15,16: «Não entregarás ao seu senhor o escravo que, tendo fugido dele, se acolher a ti. Contigo ficará, no meio de ti, no lugar que escolher, em alguma de tuas cidades onde lhe agradar; mas o oprimirás». Isso pode significar que todo escravo fugido de Israel tinha que receber asilo. E talvez incluísse escravos fugidos de outros países para Israel, o que significa que não deveriam ser extraditados. Há paralelos quanto a esse tipo de provisão em outros antigos códigos do Oriente Próximo. Naturalmente, as modernas leis de extradição dizem respeito aos criminosos. Portanto, a situação é inteiramente diferente em um e em outro caso.

7. *Marca de Identificação do Escravo*. Visto que um escravo era considerado uma propriedade, havia várias maneiras, no Oriente, para indicar essa condição. No Egito, os escravos eram marcados com o nome do seu proprietário, além do que os seus cabelos eram cortados de uma maneira toda especial. Na Babilônia, além desses métodos, os escravos também eram obrigados a usar pulseiras de identificação, no pulso, no tornozelo ou mesmo em torno do pescoço. Entre os israelitas, o escravo que quisesse permanecer como escravo, após seis anos, tinha uma das orelhas furada com a ajuda de uma sovela (Êxo. 21:6; Deu. 15:17).

E. Escravos Publicamente Possuídos

A servidão pública existia desde os dias mais remotos, no Oriente Próximo. As primeiras menções a esse costume aparecem em Josué 16:10 e Juízes 1:28. Isso se tornou ainda mais generalizado e mais viável, economicamente falando, quando foi estabelecido o governo davídico em Israel. «Quanto a todo o povo

que restou dos amorreus, heteus, ferezeus, heveus e jebuseus, e que não eram dos filhos de Israel... a esses fez Salomão trabalhadores forçados, até hoje» (I Reis 9:20,21). Em Esdras 2:55-58 e Neemias 7:57-60, esses foram combinados com os servos do templo, quando do recenseamento e o número dos mesmos aparece como um total de trezentos e noventa e dois.

Escravos do templo eram comuns nos dias do Antigo Testamento, por todo o Oriente Próximo. Todavia, na Bíblia não há menção a eles antes dos tempos pós-exílicos. Foram trazidos para a Palestina por Zorobabel e Esdras, provenientes da Babilônia (Esd. 2:43-54; Nee. 7:46-56). Esdras 7:20 fala sobre duzentos e vinte dos tais. Aparentemente viviam em aposentos contíguos ao templo e trabalhavam sob supervisores (Nee 3:31; 11:21). Antes mesmo disso, certos cativos midianitas foram forçados a servir aos israelitas, no tabernáculo (Núm. 31:28-30,40) e os gibeonitas foram forçados a tornar-se lenhadores e carregadores de água (Jos. 9:23) porém, é duvidoso que eles tenham servido como escravos no templo de Jerusalém.

F. A Importância da Escravidão

Os códigos legais definem os limites do tratamento que um homem deve dar a seus semelhantes; mas todos eles dizem bem pouco o que significava ser um escravo no antigo Oriente. Quanto a isso temos de examinar o Antigo Testamento, nas narrativas onde os escravos foram figuras importantes. Já notamos que os escravos tornavam-se virtuais membros da família, — agrupados juntamente com as mulheres e crianças (Êxo. 20:17). As crianças, tal como os escravos, podiam ser compradas e vendidas. Era difícil distinguir entre uma esposa legítima e uma mera concubina. Conforme Paulo sugeriu em Gál. 4:1, em Israel, uma criança «...em nada difere de escravo...», pois ambos podiam ser açoitados (Êxo. 21:20-27; Prov. 13:24), mas eram os escravos que eram protegidos de receber injúrias permanentes e não as crianças.

Geralmente, em Israel, as famílias não tinham escravos em grandes números, conforme se viu nos Estados Unidos da América ou no Brasil, no tempo da escravidão negra. Antes, ali os escravos eram usualmente domésticos de famílias abastadas, não sendo usados no trabalho braçal agrícola. Um grande afeto também se instaurava entre os proprietários e os seus escravos. De fato, os códigos bíblicos proviam para os escravos que preferissem tornar-se escravos permanentes de seus senhores. Tal relação deve ter existido entre Abraão e Eliezer, tanto assim que houve tempo em que este último chegou a ser considerado o herdeiro de Abraão (Gên. 15:1-4). E, algum tempo depois, Eliezer foi incumbido da difícil tarefa de conseguir esposa, de um lugar distante, para Isaque, filho de seu senhor. Por semelhante modo, um escravo de Saul (I Sam. 9:5; 16:22), que nossa versão portuguesa chama de «moço de Saul», tornou-se o confidente e o conselheiro de seu senhor. O mesmo se deu no caso de Geazi, que servia a Eliseu (II Reis 4:12 e 8:4). Jará, um escravo egípcio, recebeu como esposa a própria filha de seu senhor (I Crô. 2:35). Por conseguinte, entre os proprietários e os seus escravos havia um clima de afeição mútua e não aquelas atitudes odiosas e racistas que caracterizaram a escravidão negra, que se prolongou até às decadas finais do século XIX, no Novo Mundo.

II. A Escravidão no Novo Testamento

Há um estranho silêncio, por parte de Cristo e de seus apóstolos, no tocante à escravatura, na época em que eles viveram. Longe de condenarem a escravidão, Paulo e Pedro lembraram seus leitores, que eram escravos, que obedecessem a seus senhores. Ver Efé. 6:5-8; Col. 3:22-25; I Tim. 6:1,2; I Ped. 2:18-21. O primeiro desses apóstolos chegou a sugerir a um escravo fugido que retornasse a seu senhor (File. 10-16). Em parte alguma é sugerido que os cristãos desistissem de seus escravos, dando-lhes liberdade, embora os proprietários de escravos tivessem sido exortados a tratar de seus escravos com brandura e consideração (Efé. 6:9; Col. 4:1). Em suma, a instituição da escravatura não é condenada no Novo Testamento, embora seus abusos sejam condenados. Talvez a atitude dos escritores sagrados do Novo Testamento possa ser explicada em face da maneira ímpar como os romanos do século I D.C. tratavam os seus escravos, dando-lhes a liberdade com facilidade e em grandes números. Porém, talvez a maior razão da escravatura não ser diretamente condenada no Novo Testamento seja o fato de que o cristianismo não foi instituído para impor mudanças sociais e, sim, para pregar o reino de Deus, um ideal que só terá cumprimento no milênio e, em sentido ainda mais amplo, no estado eterno futuro. Quando o reino de Deus for instituído na terra, não haverá mais escravidão. E então ver-se-á que o método usado pelas Escrituras (mormente do Novo Testamento) para eliminar o mal, em todas as suas formas, é o melhor. Cristo não foi um reformador social; foi um reformador de corações—daqueles que aceitam o seu Senhorio, tornando-se escravos voluntários do melhor de todos os Proprietários.

A escravidão já tinha longa história no mundo greco-romano — quando foi produzido o Novo Testamento. A instituição foi introduzida na sociedade romana por ocasião das conquistas militares entre os séculos III e I A.C. Isso continuou até que o número de escravos chegou a superar em muito ao número dos cidadãos. Entretanto, não devemos imaginar que os romanos dos séculos anteriores ao cristianismo mostrassem o bárbaro tratamento aos escravos como se viu no Novo Mundo, entre os séculos XVII e XIX. E nem a escravidão envolvia apenas alguma raça espezinhada e aviltada, conforme se viu, por exemplo, no Brasil e praticamente em todos os países norte, centro e sul-americanos. Antes, quando começou o século I D.C., já haviam sido introduzidas no império romano medidas radicais, melhorando a condição dos escravos naquela sociedade.

Tal como nos dias do Antigo Testamento, homens tornavam-se escravos de várias maneiras diferentes. A maioria deles era composta de escravos adquiridos ou herdados. Os primeiros usualmente eram prisioneiros de guerra, ou pessoas seqüestradas ilegalmente por piratas ou negociantes de escravos. Não obstante, houve um pequeno número de negociantes de escravos que chegou a criar escravos, como se cria o gado, a fim de vendê-los. De fato, esse horrendo comércio chegou a tornar-se comum desde os primeiros séculos da escravidão romana. De conformidade com Cícero (Par. 35), a dívida era uma causa de escravidão no começo da história romana, mas essa prática tornou-se proibida por lei, em 326 A.C.

A. Alforria. A escravidão era uma instituição perfeitamente integrada na sociedade romana, por volta do século I D.C. Os cativos eram educados e treinados quanto aos costumes e maneiras dos romanos, antes de poderem tornar-se cidadãos. Plínio, o Moço, em uma carta, explicou que dera liberdade a seus escravos porque desejava ver sua pátria contar com um maior número de cidadãos (Ep. 7.32,1). Outros disseram ou escreveram a mesma coisa. Porém, talvez a maior razão dessa libertação de

escravos em grande número tenha sido o fato de que Roma estava enfrentando um grande declínio no número de cidadãos nascidos livres. E assim, com o nome e o patrocínio de seu ex-senhor, um escravo, agora liberto, podia ocupar-se de funções do Estado e a mais importante das funções, sem dúvida, era o serviço militar. Mas, sem importar os motivos exatos deles, a verdade é que há provas de vários tipos que os romanos libertavam seus escravos em grandes números.

1. *Freqüência das alforrias*. Há provas históricas, bem documentadas, que demonstram que somente no período entre 81 e 49 A.C., foram libertados cerca de quinhentos mil escravos. Esse grande número torna-se ainda mais significativo ao nos lembrarmos de que a cidade de Roma, em 5 A.C., tinha uma população calculada em apenas oitocentos e setenta mil habitantes! César enviou oitenta mil pessoas pobres, quase todas elas ex-escravas, da cidade de Roma para certas províncias, como colonos, entre os anos 46 e 44 A.C. E mesmo antes disso, em 57 e 56 A.C., muitos proprietários de escravos deram liberdade a seus cativos, por razões financeiras. Isso mostra que não era somente por motivos humanitários que os escravos recebiam sua alforria!

Em um estudo feito em treze mil e novecentos inscrições tumulares, ficou provado que oitenta e três por cento tinham nomes estrangeiros, e setenta por cento tinham nomes gregos. Isso é indicação segura de que o indivíduo ali sepultado fora um escravo, ou que, talvez, fosse um filho ou filha de um escravo ou liberto. Todavia, os estudos demonstram que os descendentes de pessoas com nomes estrangeiros não demoravam a preferir para seus filhos nomes tipicamente latinos. Por legislação baixada por Augusto, por ocasião da morte de algum proprietário de escravos, seus escravos eram todos postos em liberdade. Tudo isso serve para demonstrar que os escravos, na Roma antiga, eram libertados em grandes números.

2. *Duração do serviço*. Há escassas informações sobre o tempo em que um escravo tinha de esperar pela sua libertação. Cícero, porém, parece indicar que um escravo digno poderia esperar sua liberdade para dentro de sete anos (Fil. 8:32), uma figura numérica que coincide notavelmente com o que preceitua o Antigo Testamento (Êxo. 21:2).

3. *Situação econômica dos libertos*. Quando um senhor libertava um escravo, com freqüência estabelecia o liberto como um negociante ou artífice, do qual seu ex-senhor tornava-se seu sócio. Usualmente um escravo aprendia uma profissão na casa de seu senhor. Então, mediante trabalho extra, ele ia poupando dinheiro suficiente para comprar sua liberdade, ou esta lhe era conferida gratuitamente pelo seu senhor. Houve mesmo muitos casos de ex-escravos que se tornaram abastados negociantes. Em Óstia, porto marítimo de Roma, até mesmo uma boa proporção dos magistrados compunha-se de libertos. — Outros tornavam-se cavaleiros. — Ora, para que alguém se tornasse um cavaleiro era mister que tivesse bens avaliados em mais de cinqüenta mil sestércios. Muitos conseguiam enriquecer como negociantes com cereais, carpinteiros, mercadores de vinhos, fabricantes de móveis ou inspetores. Em Óstia, dois outros prósperos libertos eram, um deles, ourives e o outro dono de um moinho.

Na própria capital do império a situação não era diferente. Havia uma rua de lojas (a Sacra via) especializadas em joalheria. — Todos os proprietários dessas lojas eram libertos. Entre eles havia sete negociantes de pérolas, dois joalheiros, dois fundidores de ouro, um gravador e um fabricante de peças de prata. Os registros históricos abundam de testemunhos no sentido de que muitos negociantes, profissionais e patrões eram libertos, dentro do império romano.

4. *Os libertos judeus*. Os judeus de Roma formavam um grupo humano muito interessante. Muitos deles tinham chegado à capital como escravos, nos períodos finais da república ou no começo do império. Mas, estudos feitos nas inscrições das catacumbas demonstram que não havia um único escravo entre os judeus ali sepultados. Isso confirma a declaração de Filo, escritor judeu, no sentido de que muitos judeus chegavam a Roma como escravos, mas não demoravam a ser postos em liberdade. Além disso, os judeus escondiam a sua identidade por detrás de exaltados nomes próprios tipicamente romanos; e não teriam sido descobertos como judeus, se não tivessem sido sepultados nas catacumbas dos judeus.

Tudo o que dissemos até aqui evidencia o fato de que, em Roma, os escravos não serviam perpetuamente, mas podiam esperar alegremente pelo dia da oportunidade da sua liberdade. Tornou-se prática comum entre os romanos dar alforria a seus escravos, para então estabelecê-los como sócios em algum negócio ou profissão. E, em muitos casos, um ex-escravo chegava a tornar-se mais abastado do que o seu ex-senhor.

B. A Situação dos Escravos. Os escravos, quanto a certos aspectos, tinham em Roma direitos iguais àqueles dados aos que nasciam livres. E, em outros aspectos, até tinham algumas vantagens sobre os livres. Por volta do século I D.C., aos escravos tinham sido dados quase todos os direitos que cabiam aos homens livres. Muitos deles dispunham de consideráveis quantias de dinheiro à sua disposição e tinham o direito de constituir família. Em 20 D.C. o senado romano decretou que os escravos que se tornassem criminosos tinham o direito de serem julgados com as mesmas garantias que os homens livres. A vida dos escravos também chegou a ter tais garantias que houve mesmo casos de intervenções militares para lhes garantirem a vida. Um caso deveras interessante ilustra a proteção dada aos escravos. O imperador Adriano foi atacado por um escravo que enlouquecera. Mas, — em vez de ser executado, o atacante foi entregue aos cuidados de um médico.

Nas residências, embora houvesse divisões especiais para os escravos, as dependências estavam ligadas ao resto da casa e incluíam facilidades como cozinhas e latrinas. No tocante à qualidade das vestes e da alimentação, um escravo bem preparado em seu ofício não era considerado inferior a qualquer outra pessoa, a tal ponto que era difícil distinguir os escravos dos livres, quanto à sua aparência externa. A situação chegou a tal extremo que Sêneca informa-nos de que o senado romano decretou que os escravos usassem certa veste especial, a fim de poderem ser distinguidos dos livres. (Sêneca, *de Clementia* 1:24,1).

Nos dias do Novo Testamento, os trabalhadores livres dificilmente desfrutavam de melhores circunstâncias do que os escravos. Um trabalhador comum, em Roma ou nas províncias do império, geralmente ganhava um denário por dia. Pelo menos, isso é o que transparece na parábola de Jesus sobre os trabalhadores da vinha (Mat. 20:2). Os soldados das tropas de Júlio César nem ao menos recebiam essa quantia, porquanto seu salário era de 225 denários anuais, embora pudessem receber alguns benefícios extras sob a forma de alimentos e de despojos conquistados

do inimigo. E esse salário médio foi diminuindo lentamente, até que, na época de Diocleciano, quando os preços dos alimentos estavam inflacionados, por decreto imperial os trabalhadores não especializados deveriam receber entre meio e um denário por dia, como salário. Isso permitia que esses trabalhadores contassem com uma dieta de pão, legumes e frutas, nada mais. Se o indivíduo não dormisse pelas ruas—o que sucedia com um grande número de pessoas—então a moradia consumia noventa denários ou trinta sestércios anuais (um sestércio equivalia a três denários) o que representava uma considerável parcela do salário anual de uma pessoa comum. No entanto, os escravos, além de terem garantidas essas necessidades fundamentais à vida, também recebiam cinco denários por mês, para gastarem como bem entendessem. Com base nesses dados estatísticos, pode-se chegar à óbvia conclusão de que o homem livre ordinário, no império romano, não vivia melhor do que um escravo. Na verdade, em períodos de aperto econômico, eram os escravos e não os homens livres que tinham garantias das necessidade básicas da vida. Obviamente, também sofreram brutalidades e mortes injustas, freqüentemente.

Tudo isso poderia ser tentativamente comparado com a situação dos habitantes ordinários dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Em nosso Brasil, o assalariado recebe um salário que mal dá para sua sobrevivência. Alie-se a isso o fato de que o Brasil é um país onde a taxa de aumento demográfico é das mais altas do mundo, onde as famílias pobres contam com um número excessivo de filhos e compreender-se-á por qual razão cada vez mais, nas grandes cidades brasileiras, vai aumentando a olhos vistos o número de favelados, vivendo de subempregos ou de pequenos expedientes. Se não fosse a superpopulação dos cárceres onde são amontoados, os detentos viveriam em melhores condições do que a maioria dos favelados, se desconsiderarmos a perda de liberdade de que sofrem! Tudo isso mostra-nos tanto a necessidade de urgentes reformas sociais, com melhor distribuição da renda, como também que as condições de vida, no antigo império romano, apenas têm-se perpetuado em certos países menos favorecidos, cuja herança cultura é greco-romana, como é o caso de nosso querido país! É possível que estejamos sendo pessimistas, mas parece que as condições de vida ir-se-ão deteriorando cada vez mais, no mundo em geral, à medida que nos aproximarmos da segunda vinda de Cristo. Ele mesmo disse: «...os pobres sempre os tendes convosco, mas a mim nem sempre me tendes» (João 12:8). E o Apocalipse prevê, para os últimos dias, grande escassez e fome. Quando o Senhor Jesus abriu o terceiro selo, revela-nos João: «Então vi, e eis um cavalo preto e o seu cavaleiro com uma balança na mão. E ouvi uma como que voz no meio dos quatro seres viventes, dizendo: Uma medida de trigo por um denário; três medidas de cevada por um denário; e não danifiques o azeite e o vinho» (Apo. 6:5,6). Essa projeção para o futuro não é nada lisonjeadora para a nossa civilização! E também parece que, durante a Grande Tribulação, será novamente instituída a escravatura, pois lemos que os mercadores da terra, entre outras coisas, negociarão com «escravos, e até almas humanas» (Apo. 18:13).

ESCRIBA

No hebraico, *saphar* ou *sapher*. No grego, *grammateús*. Essa forma grega aparece tanto na LXX quanto no Novo Testamento grego.

1. Uso no Antigo Testamento. No antigo Israel, a arte do escrivão confinava-se quase inteiramente a certos clãs, os quais, sem dúvida, preservavam essa arte como uma profissão de família, passando esse conhecimento essencial de pai para filho. Entre os queneus, havia as famílias dos tiratitas, dos simeatitas e dos sucatitas, que eram «famílias dos escribas» e que habitavam em Jabez (I Crô. 2:55). A conexão entre o sogro de Moisés, que era sacerdote de Midiã (Êxo. 3:1), e os queneus (Juí. 1:16; 4:11), serve de indicação de que a arte de escrever nunca esteve muito distante do sacerdócio.

Durante a monarquia unificada de Israel, e durante a posterior monarquia judaica, um número substancial de escribas vinha dentre os levitas. O ponto de contacto entre as funções rituais e escribais deriva-se das exigências da organização fiscal das operações do templo de Jerusalém (por exemplo, na Mesopotâmia e no Egito quase todas as primeiras porções escritas estão ligadas aos registros dos templos). Um levita registrou as obrigações sacerdotais (I Crô. 24:6), e um escriba real ajudou a contar os fundos públicos, coletados a fim de fazer reparos no templo de Jerusalém (II Reis 12:10,11; Crô. 14:11). Visto que o fornecimento de cópias escritas da lei era uma responsabilidade levítica (escribal) (Deu. 17:18), as reformas de Josafá (cf. II Crô. 17) não podem ser dissociadas da função escribal. Embora a extensão da alfabetização, dentre a antiga sociedade israelita, seja, para nós, uma questão complexa, pelo menos um dos *profetas escritores* achou ser conveniente, se não mesmo necessário, empregar um amanuense (Jer. 36:26,32), o que nos sugere fortemente que outros desses profetas escritores fizeram o mesmo.

A função escribal de compor documentos legais particulares é largamente confirmada na Mesopotâmia e no Egito, desde antes, durante e após o período bíblico. Embora não tenha sido declarado que algum escriba compôs o texto de um documento de venda, em Jer. 32:10-12, isso pode ficar subentendido, visto que o documento foi confiado a Baruque, diante de testemunhas.

Os escribas mais importantes eram aqueles que serviam no governo. Esses podem ter servido de conselheiros (por exemplo, I Crô. 27:32), ou podem ter tido a responsabilidade de convocar o exército (II Reis 25:19). O escriba governamental da mais alta importância era o escriba do rei. É difícil julgarmos agora a sua posição no gabinete, visto que as listas ministeriais podem não ter sido dadas segundo a seqüência hierárquica. Porém, se o gabinete de Davi alistava os nomes na seqüência hierárquica (II Sam. 8:16-18; cf. I Crô. 18:15-17), então o escriba real só ficava abaixo do comandante militar, do «cronista» e do sumo sacerdote, embora acima dos «sacerdotes do palácio», sem importar se estes eram «filhos de Davi» (II Sam. 8:18), ou eram outras pessoas (II Sam. 20:25; notar uma ordem diferente em II Sam. 20:23-26). A lista dos oficiais de Salomão bem pode ter sido preparada segundo uma ordem ascendente (I Reis 4:2-6). Azarias, mui provavelmente, era o «sacerdote do palácio», visto que ele não figura em nenhuma outra lista. Em seguida aparecem dois escribas, filhos do escriba de Davi, Sisa (ou Seva, pois trata-se de duas formas diferentes do mesmo nome semítico); e em seguida aparecem o «cronista» e o novo comandante do exército, juntamente com os dois sumos sacerdotes que serviam conjuntamente. Um novo oficial, o «mordomo», aparece acima do escriba.

Durante a monarquia unificada, pelo menos, portanto, o escriba ficava acima do «cronista». Talvez isso não mais ocorresse na época da monarquia dividida, visto que o escriba por duas vezes é alistado

entre o «cronista» e o «mordomo» (II Reis 18:18,37; cf. Isa. 36:3,22). Nesse caso, o escriba serviu como um dos três ministros nomeados para negociar com Senaqueribe, o qual exigira a rendição de Jerusalém. Outrossim, durante o governo de Josias, o escriba antecedia ao *cronista* (bem como ao «governador da cidade»; II Reis 22:3-13; II Crô. 34:8-21), o que nos sugere que a relação entre o «escriba» e o «cronista» tinha sofrido uma reversão, desde a era de Davi. A elevada posição da família desse escriba, Safã, é evidente com base nas carreiras de seu filho, Aicão, e de seus netos, Gedalias e Micaías, filho de Gemarias. Gedalias era o «encarregado do palácio» e, posteriormente, foi nomeado governador de Judá, na época da dominação babilônica. Micaías serviu aos ministros principais do estado, sob Jeoaquim (Jer. 36:11). Esses escribas reais tinham escritórios (36:12), evidentemente localizados no complexo de edifícios do palácio real da Judéia, o que serve para ilustrar a elevada posição do escriba do rei, dentro do governo judaico. Os profetas também tinham consciência de uma contraparte acádica do escriba real, igualmente investido em elevada posição (cf. Naum 3:17) e responsável por funções militares (cf. Jer. 52:25). O caráter multilíngüe e pluralista do período persa, por semelhante modo, requeria o uso de especialistas administrativos (Est. 3:12; 8:9), e os comandantes das províncias dispunham igualmente de escribas, como segundos homens no comando (Esd. 4:8,9,17,23).

2. Esdras e o Período Intertestamentário. Esdras assinalou a linha divisória entre a antiga e a nova compreensão sobre o que era um «escriba». De fato, a transição é sugerida desde o livro de Esdras, pois, no decreto real (Esd. 7:12-26), a palavra «escriba» é usada em sentido administrativo, e na narrativa geral (Esd. 7:6,11), o termo refere-se a Esdras, o qual, em razão de sua erudição, fora capaz de interpretar a lei para o povo comum. Outrossim, devido à sua linhagem sacerdotal (Esd. 7:6), ele simbolizava a íntima conexão entre o sacerdócio e a interpretação oficial da lei, o que continuou sendo uma atividade até o século II A.C., com toda a probabilidade. Essa conexão parece ser a continuação da associação entre as funções escribais e as funções religiosas dos dias anteriores. De acordo com o decreto da corte persa, a lei de Moisés tornou-se civilmente obrigatória para os judeus que viviam «dalém do Eufrates», isto é, a oeste desse rio (Esd. 7:25 *ss*). A tarefa essencial dos intérpretes da lei de Moisés lhes foi conferida oficialmente, dentro dessa nova capacidade civil, aos sacerdotes (Esdras) e aos levitas (cf. Nee. 8:6-9).

As fontes informativas acerca da questão, durante os séculos seguintes, são quase exclusivamente rabínicas, em sua literatura religiosa. Entretanto, a hegemonia sacerdotal sobre a correta interpretação da lei dificilmente pode ser posta em dúvida. Durante o período persa, e quase todo o período dos monarcas Ptolomeus, o sumo sacerdote era o oficial local mais importante do governo, sendo membro categorizado da aristocracia local. Ele era a figura preferida para receber grandes figuras, como Alexandre, o Grande (Talmude Babilônico, *Yoma* 69a; Josefo, *Anti.* xi.8,4,5), sendo escoltado por nobres, de quem também se esperava que operasse como oficial local superior sob o governo dos Ptolomeus (Josefo, *Anti.* xii.4.1). Tão tarde quanto o reinado de Antíoco III na Palestina, o sumo sacerdote era o oficial local principal (II Macabeus 3:1-4), ao passo que os sacerdotes e levitas dominavam os papéis de funcionários especialmente privilegiados, na carta de isenções de Antíoco (Jos. *Anti.* xii.3.3). Muito significativamente, «escribas do templo» foram incluídos entre os dispensados do pagamento de certas taxas.

O papel exato dos «escribas» continua um tanto obscuro, por falta de material informativo. De acordo com certa tradição rabínica (*Pirke Aboth* 1.1), a lei oral (também dada a Moisés, no Sinai, de acordo com a teologia rabínica) foi mediada dos profetas para a geração de Simeão, «o Justo» (sua identificação é disputada—ou o sumo sacerdote, de cerca de 300 A.C., ou o seu neto, de cerca de 210 A.C.), pela *grande assembléia*. Quando essa tradição é confrontada com as regras citadas na literatura rabínica, que teriam sido produzidas pelos «escribas», parece bem provável que os «escribas» dos períodos persa e ptolemaico eram idênticos (ou, pelo menos, participantes) a esse grupo de formuladores da lei oral.

As regras e práticas estabelecidas pelos escribas adquiriram uma autoridade obrigatória, particularmente entre os ortodoxos de tempos posteriores, ou seja, já na época do Novo Testamento. Certa tradição atribui maior autoridade aos ensinos deles do que à própria lei escrita (*M Sanh.* 11.3). Dos prosélitos requeria-se que eles obedecessem às tradições orais dos escribas, tanto quanto às leis escritas (Siphra sobre Lev. 19:34). Os escribas eram, essencialmente, intérpretes bíblicos, porquanto regras escribais ocasionais, não alicerçadas sobre as Escrituras, fizeram os rabinos posteriores sentirem-se consternados (*Kelim* 13:7). Essa situação ajusta-se bem aos decretos de um grupo ou classe de intérpretes, que operaram durante os períodos persa e ptolemaico.

A partir do século II A.C., dispomos de duas fontes de informação adicionais sobre os escribas. No livro de Ben Siraque (Eclesiástico), cujo autor reputava-se claramente dentro da tradição escribal, há uma «ode» ao «escriba perfeito» (Eclesiástico 38.24—39.11). Essa ode confirma o quadro de um escriba bem instruído na lei e na sabedoria religiosa, capaz de entender as implicações tanto da lei oral quanto da lei escrita. Em resultado dessa erudição, os escribas desfrutavam de posição proeminente nas assembléias públicas, sendo entendidos sobre a justiça, e aplicando-a entre o povo. Outrossim, os escribas eram considerados elementos particularmente piedosos, em virtude do conhecimento que tinham da verdade revelada de Deus. Se o livro de Eclesiástico tem origem saducéia (ou, mais apropriadamente, proto-saducéia), então há nisso mais um ponto de conexão entre o sacerdócio estabelecido e a classe dos escribas. Além disso, durante a revolta dos Macabeus, um grupo de escribas «buscou justiça» da parte do sumo sacerdote Alcimo, nomeado como tal pelo monarca Selêucida, na confiança de que ele era o «sacerdote da linhagem de Arão» (I Macabeus 7.12 *ss*), e nada tinham a temer. Embora a confiança deles tivesse pouca duração, o fato reflete uma permanente cooperação entre os escribas e o sacerdócio oficialmente estabelecido. Entretanto, a cooperação entre os «piedosos» (*chasidim*) e os escribas, dá a entender um desenvolvimento posterior, quando os saduceus sacerdotais opunham-se àqueles que descendiam de escribas: os rabinos e os fariseus. Por ocasião da revolta dos Macabeus, porém, as «divisões partidárias», com toda a probabilidade, ainda não haviam surgido.

3. Uso Neotestamentário. É nas páginas do Novo Testamento que encontramos o testemunho final sobre o emprego da palavra «escriba», indicando alguém que era um erudito e autoridade na lei mosaica. Os «escribas» são ali achados ligados ao partido sacerdotal (os saduceus—por exemplo: Mat.

2:4; 21:15), e também ao partido dos fariseus (cf. Mat. 23). Os eruditos deste último partido eram os líderes que, mais tarde, haveriam de tornar-se o judaísmo rabínico, mas que, posteriormente, passaram a ser conhecidos como «sábios», e, mais tarde ainda, como «rabinos». Porém, os escribas (ou eruditos) de ambos os partidos desafiaram Jesus, principalmente devido ao fato de que ele não observava as práticas tradicionais ditadas pela lei oral. Para exemplificar: comer com as mãos sem lavá-las, o que era uma quebra da tradição oral—Mat. 15:2; Mar. 7:51; ou comer com os que não observavam essas tradições—Mar. 2:16. Em Mateus 23—paralelo em Lucas 11—temos a condenação clássica da abordagem escribal quanto à vontade de Deus. Os eruditos de ambos os partidos, sem dúvida alguma, participaram de todos os procedimentos legais efetuados contra Jesus, na semana de sua paixão. Mas as mui complexas questões da legalidade desse processo (levado a efeito sob o domínio romano), tornam muito tênues as nossas conclusões a respeito.

Paulo interpretava os escribas como mestres da dialética (I Cor. 1:20-25), aplicada à lei escrita e às tradições orais. Mas essa dialética, do ponto de vista paulino, não passava de insensatez, diante da obra salvatícia de Deus, na pessoa de Cristo. Entretanto, pelo menos em certos segmentos da Igreja primitiva, a função dos escribas, como eruditos e instrutores cristãos da responsabilidade legal, foi preservada (Mat. 8:19; mas, especialmente, Mat. 13:52 e 23:34), de tal modo que ali interpretava-se que a lei mosaica não havia sido abolida e, sim, reaplicada às necessidades da Igreja cristã, mais espirituais do que no caso da congregação judaica. A única menção aos «escribas», no evangelho de João, acha-se na passagem considerada não-autêntica, sobre bases textuais e lingüísticas, a saber, João 7:53—8:11.

Após o período do Novo Testamento, a palavra «escriba» passou a descrever um mestre de crianças e compositor de documentos legais; e os títulos «sábio», e então, «rabino», substituiram o termo «escriba». Portanto, os atuais rabinos correspondem aos antigos escribas.

Jesus foi mártir, entre outras coisas, da causa do retorno à exclusividade da Palavra escrita, como regra de fé e prática, com a conseqüente eliminação das tradições orais dos escribas e mestres da lei, por serem tais tradições contrárias e lesivas aos mandamentos divinos. Jesus acusou os escribas em termos que não dão margem a dúvidas: «Negligenciando o mandamento de Deus, guardais a tradição dos homens... invalidando a palavra de Deus pela vossa própria tradição, que vós mesmos transmitistes; e fazeis muitas outras cousas semelhantes» (Mar. 7:1-23).

ESCRITA

Esboço:

I. Expressão e comunicação
  A. Comunicação horizontal
  B. Comunicação vertical
  C. Memória: pessoal—institucional—social
  D. Tipos de sistemas semióticos
    1. Semasiográfico (sinais com sentido)
    2. Fonográfico (sinais audíveis)

II. Origem da comunicação vertical
  A. Sistemas pré-históricos de escrita
    1. Proto-eufrateano
    2. Protobalcodanubiano
    3. Hieróglifos asiáticos ocidentais

III. Escrita cuneiforme
  A. Suméria
  B. Acádica
    1. Babilônia
    2. Assíria
    3. Acádico periférico
  C. Elamita
  D. Hitita
    1. Proto-atiano
    2. Luviano
    3. Palaiano
  E. Ugarítico
  F. Urartiano
  G. Hurriano
  H. Persa

IV. Hieróglifos
  A. Egípcio
  B. Hitita

V. Semita ocidental e grego
  A. Pictográfico cretense
  B. Protofenício silábico
  C. Alfabético fenício
  D. Hebraico antigo
  E. Árabe do sul (etiópico)
  F. Aramaico
    1. Hebraico (escrita quadrada)
    2. Siríaco
    3. Árabe
  G. Grego

VI. Escrita nas Escrituras
  A. Antigo Testamento
  B. Novo Testamento

I. Expressão e Comunicação

O pensamento humano, reduzido a seus aspectos moleculares, começa com trocas eletroquímicas de energia, dentro e fora das células neurais do cérebro. Porém, é fato bem conhecido que, através da repetição constante, o corpo humano pode reagir a percepções visuais e auditivas sem que forme, aparentemente, essas sensações em palavras. Isso posto, definir com exatidão a natureza da expressão e da comunicação parece ser uma atividade muito mais metafísica do que científica. Portanto, estuda-se melhor o tema da escrita como um processo histórico da invenção de um dos mais úteis instrumentos do homem, baseado em uma das mais cêntricas de suas faculdades, a da expressão. O homem pode exprimir seus pensamentos individuais quase através de cada porção e função de seu corpo. No entanto, os seres humanos de qualquer época histórica têm dependido da visão e da audição como as principais vias de recolhimento e transmissão de dados. Visto que não se pode conceber um homem que não pensa, assim também não se pode imaginar um homem que não se expresse ou comunique.

A. Comunicação horizontal. É a transferência de informes de uma fonte para um ou mais receptores, no mesmo lugar e tempo. Isso requer que quem fala e quem ouve, ou exibidor e observador, estejam no mesmo lugar, ao mesmo tempo. As artes plásticas são o meio de expressão mais conveniente, e quadros, estátuas, etc., podem fazer-nos retroceder até pelo menos o quinto milênio A.C., ao passo que aparelhos de gravação podem recuperar sons e vozes até à guerra da Criméia (1854 D.C.). Qualquer tradição baseada na comunicação oral é apenas a contínua reiteração de uma comunicação horizontal. Cânticos,

estórias, poemas, narrativas, sagas e até mesmo estatísticas podem ser e têm sido preservados desse modo, mas a sua exatidão é extremamente duvidosa. Os informes assim transmitidos são simplificados de tal modo que o material original é deformado por sua forma posterior artística ou literária. As lendas antigas são o principal exemplo de tal digressão.

B. Comunicação vertical. Essa é a transmissão de informes que atravessa o tempo, além do período de vida do indivíduo ou de seu grupo social. Quase sempre é um processo mecânico, em que o pensamento toma forma com um artefato, uma construção ou um artigo fabricado. Nem é preciso ser dito que quanto mais simples for a noção, mais fácil e universalmente ela pode ser comunicada. Exemplo disso são os desenhos toscos de supernovas, feitos pelos índios americanos pré-históricos. Visto que o pensamento expresso sob a forma de imagens é mais facilmente comunicado verticalmente, tornou-se evidente que o pensamento expresso pela fala teria de ser vinculado ao pensamento expresso sob a forma de imagens, a fim de obter a mesma continuidade vertical. De fato, isso era feito mediante símbolos, ou sistemas semióticos.

C. Memória. Essa envolve certos aspectos. A memória não somente é um depósito de experiências individuais, pois ela pode ser também concebida como uma espécie de memória coletiva. Pode-se conceber uma cidade como se fosse um computador. Há uma justificativa para essa idéia quando se pensa que todos os antigos sistemas de escrita parecem ter-se originado em áreas urbanas que produziam alimentos. Os padrões sociais exigem ainda mais uma coisa, além das dimensões horizontal e vertical: exibição. Essa exibição assume a forma de códigos, de anais do passado, de inscrições em edifícios, etc. Esses três fatores combinados—a dimensão horizontal, a dimensão vertical e a exibição—nas sociedades urbanas, criaram a necessidade da escrita, e então a sua invenção.

D. Tipos de sistemas semióticos. Estão em foco os símbolos de vários tipos, produzidos na era inicial da escrita. Os primeiros sistemas não eram fonéticos, pelo que são chamados semasiográficos.

1. *Sistemas semasiográficos*. São aqueles que pertencem a uma destas categorias: a. Pictográficos, ilustrações simples de uma idéia isolada. b. Fraseográficos, geralmente várias ilustrações pictográficas de modo a indicar alguma ação, que com o tempo torna-se, ela mesma, uma unidade. c. Logográficos são os símbolos em que uma palavra é combinada com um sinal. Um exemplo de logográfico é o «$», que todo mundo entende como símbolo de dinheiro. Os antigos sistemas escritos envolviam muitos desses sinais, tornando-se a sua interpretação virtualmente impossível. É uma espécie de economia de espaço, mas, com o tempo, resulta que um sinal tem mais de um som fonético que o exprime.

2. *Sistemas fonográficos*. Tal como nos sistemas semasiográficos, estes também foram variados, a saber: a. Silábicos, em que cada sinal representa não apenas algum som isolado, mas também alguma combinação de vogais ou de vogais e consoantes, ou de consoantes e vogais, ou mesmo de consoantes, vogais e consoantes. Esses sistemas funcionam bem no caso de idiomas monossilábicos. b. Fonêmicos, em que cada símbolo representa um som ou fonema, vogal ou consoante. c. Prosódicos, quando indicam todas as nuances da palavra falada. Um exemplo é a pauta musical, onde podem ser registradas todas as nuances de uma peça musical.

II. Origem da Comunicação Vertical

A antiga Ásia ocidental não foi apenas o berço da civilização ocidental, mas também dos primeiros sistemas de escrita, onde surgiram todos os estágios dos sistemas semasiográficos e fonográficos. Sempre que houve necessidade de registros escritos, a escrita foi inventada.

Sistemas pré-históricos de escrita. — Para chegarmos a eles, precisamos extrapolar dos sistemas posteriores mais conhecidos, retrocedendo para esses sistemas pré-históricos. Os mais antigos documentos escritos que se conhecem foram escavados no local da antiga cidade de Uruque (na Bíblia, *Ereque*; ver Gên. 10:10), inscritos em cerca de 3000 A.C. São tabletes sumérios, com textos econômicos. O sumério era uma língua não-semita, não-indoeuropéia. Todavia, tem-se descoberto ultimamente que esse sistema, bem como todos os textos sumérios posteriores, provavelmente não foram criados pelos sumérios, embora eles possam ter modificado e expandido os mesmos, ajustando-os a seu idioma monossilábico.

1. *Proto-eufrateano*. É o sistema literário anterior ao sumério, porque acredita-se que tenha sido criado às margens do rio Eufrates. Ultimamente, descobriu-se um sistema muito parecido com o de Uruque, na vila, do período neolítico inicial de Tartária, na Transilvânia da Romênia, pertencente a cerca de 3000 A.C. E isso talvez leve os estudiosos ao evasivo sistema proto-eufrateano.

2. Talvez a melhor solução seja designar os textos de Tartária como *protobalcodanubianos*. Visto que esses textos são logográficos, se não mesmo silábicos, parece que sistemas ainda mais antigos terão de ser procurados.

3. *Hieroglíficos asiáticos ocidentais*. Embora os sistemas de Uruque e Tartária sejam os mais antigos que se conhecem, logo foram seguidos por outros sistemas de escrita que resistem a todo esforço para decifrá-los. Todos esses outros sistemas apareceram na Ásia ocidental, sendo de natureza mais hieroglífica. Parecem mais simples desenhos de objetos, e a quantidade muito grande de sinais indica que dificilmente representavam sílabas. Algum tempo depois de 3000 A.C., os elamitas, do sudoeste do Irã, produziram um elaborado sistema de escrita, que os eruditos chamam de proto-elamítico. Visto que o elamita não está relacionado a qualquer outro idioma conhecido, não sendo semita e nem indo-europeu, os textos escritos nesse idioma ainda não foram decifrados. De cerca de 2300 A.C., foi encontrado um outro sistema que foi criado por um grupo de cidades às margens do rio Indus. A escrita hieroglífica usualmente está associada ao Egito. Essa escrita também evoluiu, onde cada símbolo foi sendo paulatinamente simplificado quanto ao seu desenho. Com o tempo, a escrita de Uruque foi sendo estilizada, até que dali foi criada a chamada escrita cuneiforme, que é o tema do ponto III, abaixo.

III. Escrita Cuneiforme

A. Suméria. O predecessor da escrita cuneiforme clássica, apareceu em documentos econômicos do templo de Uruque. Foram encontrados mais de mil tabletes referentes a pequenos negócios, ainda que alguns contenham as complexas regras gramaticais usadas para ensinar o sumério e o sistema escrito dos dois milênios seguintes. Os sinais desses tabletes são mais pictográficos do que cuneiformes, embora envolvendo alguns valores fonéticos, usados na escrita simplificada posterior. Apesar das dificuldades, mais de setecentos sinais usados nos tabletes de Uruque,

dentre os mil e cem sinais ali encontrados são incorporados nestes tabletes. Tais sinais são quase todos de natureza semasiográfica. O sistema aritmético é uma surpreendente mistura do sistema decimal e do sistema sexagesimal. Após muitas simplificações, chegaram ao eficaz silabário de Ur III. Parece que o sumério era uma linguagem tonal, como muitas línguas modernas afro-asiáticas, isto é, dependiam também do tom da voz, e não somente dos fonemas. Com o tempo, o acádico foi superando o sumério, embora os dois idiomas tivessem convivido e influenciado mutuamente por longo tempo.

B. Acádica. Esse idioma entrou em uso como língua escrita após as conquistas de Sargão de Agade (Acade), o primeiro grande conquistador mundial que invadiu a Mesopotâmia central, em 2.371. O acádico não se ajusta bem ao silabário sumério, porque é língua polissilábica, e tem difíceis combinações de sons consonantais. As vogais também variam mais que no caso do sumério. Portanto as adaptações não eram perfeitas, e a escrita acádica sempre sofreu por esse motivo.

1. *Babilônia.* O próximo passo na escrita, o babilônico antigo, tal como o seu contemporâneo, o assírio das colônias comerciais capadócias, usava poucos logogramas e determinativos, escrevendo silabicamente a maioria das palavras. No entanto, a representação escrita não correspondia precisamente à língua falada. Certos sons tinham de ser repetidos na escrita, ao passo que não eram repetidos na fala.

2. *Assíria.* Com o ressurgimento assírio entre 1365-1330 A.C., houve o predomínio de certos símbolos escritos melhor adaptados ao dialeto assírio. Antes mesmo de Assurbanipal (668-631 A.C.), os reis eram os cultivadores dos estudos da escrita cuneiforme, e esse monarca coligiu textos que representavam todos os períodos anteriores. Basta dizer que os reis do século VI A.C. eram capazes de decifrar textos com dois mil e quinhentos anos de antiguidade na época, escritos em cuneiforme. O acádico, a *língua franca* do período, propagou sua escrita cuneiforme por toda a parte. Os escribas da corte de Faraó, o palácio do governante indo-europeu de Mitani e os chefes de clãs da área da Síria e Palestina, todos correspondiam-se em escrita cuneiforme.

3. *Acádico periférico.* Era o acádico modificado para pior, quanto à gramática e a sintaxe, dependendo da língua original dos escribas que o usavam. Isso produziu alterações que tornaram a escrita mais fonográfica, com certas adaptações engenhosas, mas trabalhosas. A escrita cuneiforme, por causa de sua supremacia e por causa da extensa literatura mesopotâmica disponível, foi se propagando até entre os povos que falavam línguas diferentes do acádico.

C. Elamita. Essa língua tinha sua própria escrita pictográfica até cerca de 2500 A.C. quando então foi introduzido um sistema fonográfico, baseado na escrita cuneiforme acádica. O novo sistema tinha apenas 131 sinais silábicos, 25 logogramas e sete determinativos. O elamita tornou-se uma das línguas oficiais do império persa. — Com o tempo, o sistema foi reduzido a 102 sinais silábicos, oito logogramas e três determinativos. Muitos textos elamitas têm sido encontrados e esperam publicação.

D. Hitita. Essa é a mais antiga língua indo-européia que se conhece. Ali eram usados, simultaneamente, dois sistemas de escrita, um cuneiforme e outro hieroglífico, cada um com seu conjunto de sinais. 1. O proto-atiano, ou simplesmente hatiano, era uma língua sacra, que aparecia apenas em certos textos rituais. Não é aparentada do hitita, e era escrita de forma inteiramente silábica, sem quaisquer logogramas. 2. Há um maior número de citações em luviano, idioma escrito nos hieróglifos hititas, também escrito apenas silabicamente. Um subdialeto desse idioma tornou-se a língua do reino da Lícia, na área da Anatólia entre as ilhas de Creta e Chipre. Os lícios chamavam sua língua de *Treknemli.* 3. *Palaiano.* Esse é o menos conhecido dos dialetos do império poliglota dos hititas. É indo-europeu quanto à sua estrutura, sendo escrito exclusivamente com a ajuda de um silabário.

E. Ugarítico. Centenas de tabletes de argila foram descobertos em Ras Shamra na costa N da Síria (1929-1939). A maioria deles contém a escrita *cuneiforme* (vide) que foi decifrada com a ajuda de inscrições bilíngües. Esta escrita é semelhante a escrita cananéia, fenícia e hebraica. Os tabletes forneceram informações sobre os elementos da sociedade de c. 1400 A.C. e foram valiosos para iluminar o estudo das línguas semitas daquele tempo, inclusive o hebraico do Antigo Testamento. Estes tabletes, embora se referissem a assuntos variegados, foram essencialmente religiosos em seu caráter.

F. Uratiano. A civilização que deu origem a essa língua floresceu às margens do lago Van, na Anatólia do norte, entre cerca de 1100 e 600 A.C. É língua relacionada aos idiomas do Cáucaso, e também é conhecida pelo nome de vânico. As inscrições uratianas são escritas em cuneiforme neo-assírio, com grande porcentagem de escrita logográfica.

G. Hurriano. Essa é uma das mais antigas línguas do Oriente Próximo, sendo falada pelos habitantes dos altos rios Tigre e Eufrates, e também do norte da Síria e Palestina, desde o segundo milênio A.C. Suspeita-se de que esse grupo lingüístico foi que transmitiu a civilização acádica à Síria, à Palestina e à Anatólia. Textos hurrianos, escritos em cuneiformes quase inteiramente silábicos, com poucos logogramas, têm sido escavados em locais habitados por povoações hititas, ugaríticas e mesopotâmicas. A Bíblia chama os hurrianos de «horeus» (ver Gên. 14:6, etc.). A língua hurriana, que era aglutinativa, não sendo nem indo-européia e nem semítica, era quase inteiramente escrita de forma silábica. Os seus sinais cuneiformes assemelham-se aos sinais do acádico periférico, mencionado acima. O reino hurriano central estava na região do alto e médio rio Tigre, de nome Mitani. O estado mitaniano consistia de uma plebe hurriana e de nobres indo-europeus, o que significa que era uma confederação poliglota e mista, racialmente falando.

H. Persa. Esse era o idioma dominante do império medo-persa, — que chegou a dominar o Oriente Próximo e o Egito, no século VI A.C. Havia ali três línguas oficiais da corte: o persa antigo, o elamita e o acádico; e também era utilizado o aramaico para fins administrativos. Mas a escrita cuneiforme persa tinha pouca semelhança com o acádico, pois era principalmente silábica. Após o eclipse do império persa, a escrita cuneiforme foi desaparecendo rapidamente. Após as conquistas de Alexandre e a fundação dos reinos helenistas, houve uma tentativa de renascimento dessa forma de escrita, mas mesmo assim nunca foi usada em documentos, mas apenas na vida religiosa dos templos, no tempo dos monarcas selêucidas. O surgimento do cristianismo provocou uma reação do sacerdócio pagão, que tentou restaurar a escrita cuneiforme. Mas os últimos documentos escritos em argila, em escrita cuneiforme, são de 75 D.C. Depois disso, desapareceu uma tradição escrita que retroce-

dia por nada menos de 3200 anos até suas origens. É provável que nenhum outro evento tenha alterado e ampliado tanto o nosso horizonte histórico como o deciframento e o estudo dos textos escritos em cuneiforme.

IV. Hieróglifos (Ver o artigo sob este título).

A. Egípcio. O termo foi cunhado por historiadores gregos. Alude somente à forma pictográfica dos sinais egípcios. No uso comum da palavra, envolve uma escrita pictográfica, logográfica e silábica. As inscrições hieroglíficas tinham um fundo religioso. Visto que os Faraós eram considerados divinos, suas proclamações eram registradas nessa espécie de escrita sagrada. A origem dos hieróglifos egípcios remonta pelo menos a 3000 A.C., alicerçada sobre a escrita suméria, pelo que muitas características são comuns a essas duas escritas. Essencialmente, o sistema hieroglífico é um silabário do tipo que se desenvolveu na Suméria, isto é, o peso da escrita recai sobre as consonantes, ao passo que as vogais são vagamente expressas. Exemplificando, o sinal para *ka* podia ser lido como *ka, ku, ko, ke* ou *ki*, havendo sinais monoconsonantais, biconsonantais e triconsonantais. Esses hieróglifos foram sendo lentamente modificados, segundo as vicissitudes históricas dos povos que os empregavam. Podemos pensar nas modificações que, partindo dos hieróglifos do antigo reino egípcio, passaram pelas fases do reino médio, do hierático, do demótico, do meróitico e do cóptico. Essas modificações tendiam para uma simplificação cada vez maior. Todos aqueles sinais poderiam ter sido reduzidos a um alfabeto, mas isso nunca sucedeu durante a longa história da escrita hieroglífica. A última fase da escrita hieroglífica, a cóptica, apareceu após a conquista persa do século VI A.C. Foi adotado um alfabeto grego modificado, embora ainda retendo o sistema básico do antigo silabário. Uma das variantes da fase meróitica, extremamente simplificada, começou a ser usada em papiros e ostraca (pedaços de argila, depois secos ao sol). O número de sinais diminuiu sensivelmente, até equiparar-se em número às letras gregas, e também contendo letras vogais verdadeiras.

B. Hitita. Os hieróglifos dos heteus foram criados independentemente por eles, pois nenhum dos sinais é distintamente egípcio. Essa forma de escrita floresceu entre 1500 e 700 A.C. Passou por vários estágios, até chegar a um sistema cursivo estilizado. Havia cerca de sessenta sinais. As origens do silabário hitita devem ser buscadas na área do mar Egeu. Perto do fim do terceiro milênio A.C., as mesmas migrações que haviam trazido povos indo-europeus ao Irã e à Anatólia, também trouxeram novos povos às praias do norte do mar Mediterrâneo. Nos séculos posteriores, essas imensas migrações seriam relembradas nos poemas homéricos. A civilização assim fundada é conhecida como minoana, tendo florescido de 2400 a 1400 A.C. Têm sido feitas tentativas para associar esses habitantes minoanos com as civilizações ugaríticas e cananéias da costa da Síria; mas, as evidências assim deduzidas continuam sujeitas a muitas controvérsias. (Ver C.H. Gordon, *Evidence for the Minoan Language*, 1966; e M.C. Astour, *Hellenosemitica*, 1965).

V. Semita Ocidental e Grego

Embora essas duas famílias lingüísticas, o semita ocidental (ugarítico, cananeu, fenício e hebraico) e o grego sejam totalmente distintas uma da outra, os sistemas de escrita que elas empregavam, através de alguns milênios, dependiam um do outro. No tocante aos sistemas semióticos envolvidos, essas duas famílias podem mesmo ser consideradas como uma unidade.

A. Pictográfico cretense. Essa escrita hieroglífica data desde cerca de 2500 A.C., tendo surgido uma variante quinhentos anos mais tarde. Tabletes escritos com essa escrita têm sido encontrados tanto em Creta como na península grega. Os estudiosos falam na escrita linear A e na escrita linear B, pertencentes a essa escrita. Em 1956 foi provado que a linguagem da linear B era grego escrito de forma estranha. A linguagem *linear A* quase certamente não é grega, havendo pouca possibilidade que seja qualquer outro idioma indo-europeu. Essa forma prestava-se à criação de muitos formas escritas derivadas. A importância dessa forma escrita é que ela podia ser usada facilmente em papiro ou pergaminho, ao passo que a escrita cuneiforme tinha que ser impressa sob argila mole, que em seguida era ressecada ao sol, para que houvesse permanência.

B. Protofenício silábico. Na verdade trata-se de uma construção teórica, de um sistema intermediário entre o semítico oriental ugarítico, por um lado, e o egípcio por outro lado. Os mais antigos textos palestinos que já foram encontrados são inscrições fragmentárias e problemáticas, feitas em cacos de barro, que alguns estudiosos datam entre os fins do século XVIII e o começo do século XVII A.C., descobertos em Gezer, Siquém e Laquis. É interessante notar que essas experiências silábicas tiveram lugar durante o período dos hicsos, quando havia conflitos constantes entre as tribos nômades do Oriente Próximo e os pequenos reinos de habitantes sedentários. Qualquer conexão entre esses primeiros textos palestinos não decifrados e os fragmentos paleo-sinaíticos é meramente especulativa. Há nessas inscrições um passo decisivo na direção da adoção de uma escrita alfabética, embora não completa. Foi com base nelas que se desenvolveu a antiga escrita fenícia. As mais antigas e completas inscrições a serem decifradas pertencem a Biblos, vindas do século XII A.C. O fato que importa notar é que sistemas de escrita já existiam na Palestina quinhentos anos antes da época de Davi, e que esses sistemas podem ter sido usados para grafar o hebraico.

C. Alfabético fenício. Essa foi uma das línguas escritas dominantes do Oriente Próximo, tendo atravessado todo o período helênico e romano, até o começo da era medieval. O sistema fenício era um silabário com a adição de algumas poucas vogais, como o *aleph*, fonema «a», embora também pudesse ser usado como uma letra consoante. No sistema fenício nunca foi ultrapassada a tênue linha entre a escrita silábica e a escrita alfabética. Têm sido descobertas algumas poucas inscrições hebraicas escritas em caracteres muito parecidos ao fenício. A mais antiga delas é o chamado Calendário de Gezer, do século IX A.C. (que vide).

D. Hebraico antigo. Essa é a forma escrita e a linguagem das inscrições anteriores ao cativeiro babilônico. Parece com o fenício linear contemporâneo a ela. Não há que duvidar que as mais antigas cópias dos livros bíblicos foram escritas com tais caracteres. O semita do sul desenvolveu-se segundo linhas diferentes e não tardou a tornar-se inteiramente distinto. Suas raízes talvez recuem à escrita paleo-sinaítica. Era usado na península árabe.

E. Árabe do sul (etiópico). Temos aí derivados de um sistema separado de escrita cursiva do ramo semita ocidental. Por volta de 300 D.C., essas escritas árabes terminaram sendo absorvidas pelo sistema árabe clássico, —que o islamismo encarregou-se de

propagar. Esse sistema teve um desenvolvimento independente do hebraico da Bíblia, tendo aparecido somente cerca de meio milênio após ter sido escrito o último livro do Antigo Testamento. E somente quando foi exportado pelos negociantes árabes, chegou a tornar-se um autêntico alfabeto, o que significa que era ainda um silabário. Teria sido impossível uma reversão ao etiópico mais primitivo, a língua oficial do reino cristão de Axum, no início do período medieval, melhor conhecido como Geez, a língua ritual da igreja copta. Esse último sistema deriva-se da escrita dos sabeus, que continha vinte e nove caracteres. Com algumas modificações, é a escrita moderna em que se manifestam as várias línguas semíticas da Etiópia. Ali a língua oficial é o amárico, havendo outras seis línguas e um bom número de dialetos.

F. Aramaico. Trata-se de um idioma semita com grandes conexões com o acádico, em seu período médio. Foi um dos dialetos que se desenvolveram depois que os semitas orientais começaram a migrar mais para o ocidente. Suas origens podem ser encontradas entre os amorreus — era uma língua muita falada por toda a área da Mesopotâmia e da Síria e Palestina, algum tempo antes do segundo milênio A.C. A partir de 1750 A.C., o semita oriental, sob a forma do amorreu, e o semita ocidental, podem ser distinguidos entre si. Não há que duvidar que, por volta de 1400 A.C., o hebraico, o fenício e o aramaico eram claramente distinguidos um do outro.

1. *Hebraico* (escrita quadrada). Depois que os hebreus instalaram-se na Palestina, houve vários dialetos distintos na Palestina: o hebraico, o fenício, o aramaico, o moabita e alguns derivados sul-arábicos. Todos os dialetos nortistas e ocidentais eram escritos segundo o alfabeto fenício. Parece que foi o aramaico que introduziu os familiares *caracteres quadrados*. Essa era uma das línguas administrativas da Pérsia. Daniel, Esdras e Neemias mostram, em seus livros, que eram eficientes escritores nessa língua. Há provas abundantes da rápida propagação da «escrita quadrada» por toda a área ocupada pelas línguas semitas ocidentais. Não demorou para que houvesse a indicação de sinais vocálicos, que teve início antes mesmo da era cristã, até que o aramaico e o hebraico tornaram-se escritas alfabéticas plenas. Os eruditos judeus da renascença medieval homogenizaram os vários sistemas de sinais vocálicos, primeiramente na Babilônia, onde foi escrito o Talmude, e, mais tarde, após a conquista árabe da Espanha, nesse país do extremo ocidente europeu, com o esforço de harmonizar com o trabalho que já fora feito pelos gramáticos árabes.

2. *Siríaco*. Com o tempo, o aramaico foi cedendo lugar ao siríaco e seus dialetos cristãos posteriores. O siríaco tem usado vários sistemas de escrita, incluindo o cursivo árabe e a «escrita quadrada» aramaica. Um derivado desse desenvolvimento é o mandeano, língua de uma seita quase judaica do Irã, que criou o seu próprio sistema de «escrita quadrada». Após a divisão do império romano em oriental e ocidental, a fundação da Igreja Católica Ortodoxa, missionários nestorianos foram à Ásia e à Eurásia com a mensagem cristã. A escrita siríaca deles tornou-se o primeiro sistema alfabético a ser usado por muitos povos de língua uraloaltaica. Inscrições em siríaco têm sido encontradas até mesmo na China ocidental, de uma época tão antiga como o século VII D.C.

3. *Árabe*. A cultura islâmica adotou o método de sinais vocálicos do aramaico e do hebraico. Visto que tanto a Bíblia quanto o Alcorão proíbem o fabrico de imagens de escultura, a escrita tornou-se um elemento de ornamentação. E tanto as mesquitas árabes quanto as sinagogas judaicas da era medieval eram recobertas de artísticas inscrições douradas, paralelamente a uma fantástica interpretação das Escrituras judaicas, que dependia do valor numérico emprestado a seus caracteres. A recuperação da ortodoxia, quando do renascimento do estudo científico dos textos sagrados, foi dificultada por causa dessas adições fantasiosas. A escrita hebraica é a única escrita semita que sobreviveu à era helênica. Também é a mais econômica, pois tem apenas vinte e dois sinais. O fenício degenerou no púnico. O hebraico medieval produziu o sistema Yiddish, que reproduz e transcreve a fonética germânica para a escrita quadrada hebraica. O silabário hebraico envolve a comunicação vertical mais excelente, pelo que tem exercido profunda influência sobre a civilização ocidental.

G. Grego. A princípio era escrito em um silabário complicado e antieconômico, mas depois houve a criação de uma forma cursiva e abstrata. A tradição grega testifica unanimemente da derivação da escrita grega e da escrita fenícia, embora não se saiba quando e onde houve essa grande transmissão cultural. Os sistemas semitas ocidentais escreviam da direita para a esquerda, e no começo os gregos faziam o mesmo. Após algum tempo uma linha era escrita da direita para a esquerda, e a próxima linha da esquerda para a direita, e assim por diante. Os fonemas da língua grega não existentes nas línguas semitas, receberam sinais inventados pelos gregos, entre eles uma lista completa de letras vogais. E houve certas adaptações, como o aleph semita, que passou a indicar o fonema «a», com o nome de *alfa*. Portanto, se houve derivação fenícia, os gregos não foram meros copiadores. A escrita grega chegou ao período clássico, onde atingiu seu zênite. Depois simplificou-se, embora de forma homogênea, no grego «koiné», o grego espalhado pela tropas de Alexandre, o Grande, por todas as terras por ele conquistadas. Com o tempo, o grego «koiné» tornou-se tão importante que passou a ser a *língua franca* de todo o império romano durante seis séculos. Esse foi o tipo de grego usado na escrita do Novo Testamento. Paulo escreveu aos romanos não em latim, mas em grego. A epístola aos Hebreus não foi escrita em hebraico ou aramaico, mas em grego. O latim só suplantou o grego, no império romano, a partir do século IV D.C. João pôde sumariar a onipresença e a eternidade do Cristo glorificado com estas palavras simples: «Eu sou o Alfa e o Ômega...» (Apo. 22:13).

VI. Escrita nas Escrituras

A. Antigo Testamento. Abraão, quatrocentos anos antes de ter sido escrito o Pentateuco (os primeiros cinco livros da Bíblia), poderia ter observado cinco sistemas de escrita distintos e completos. Corria o segundo milênio A.C. O Antigo Testamento é, acima de tudo, um registro escrito. Ali são usadas várias palavras para indicar o conceito de «escrita». Não havia escribas somente entre os israelitas, mas estes, embora pouco mencionados no Antigo Testamento, chegavam a formar uma classe profissional, geralmente adjuntos da corte real ou da classe sacerdotal. À medida que o hebraico foi sendo esquecido e que o aramaico foi sendo falado em Israel, os escribas tornaram-se cada vez mais os intérpretes dos textos sagrados, que eram lidos nas sinagogas. É possível que tenha sido por essa razão que, quando já na cruz, o Senhor Jesus tenha citado o Salmo 22:1 segundo o aramaico (ver Mat. 27:46).

ESCRITA

O ALFABETO HEBRAICO ATRAVÉS DOS SÉCULOS

Equivalente em Português	Fenício	Forma Quadrada	Forma Simplificada	Forma Rabínica	Letra Cursiva
)		א			
b, v		ב			
g		ג			
d		ד			
h		ה			
v		ו			
z		ז			
ḥ		ח			
ṭ		ט			
y		י			
k, kh		כ, ך			
l		ל			
m		מ, ם			
n		נ, ן			
s		ס			
ʿ		ע			
p, f		פ, ף			
ṣ		צ, ץ			
q		ק			
r		ר			
ś, ś		ש			
t		ת			

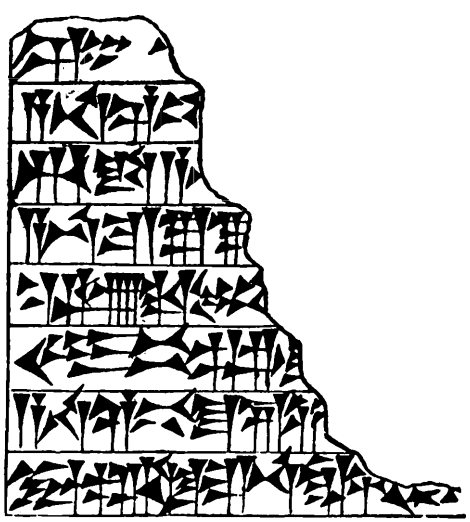
Cortesia, Baker Book House

Ver os artigos sobre *Alfabeto* e *Hebraico*.

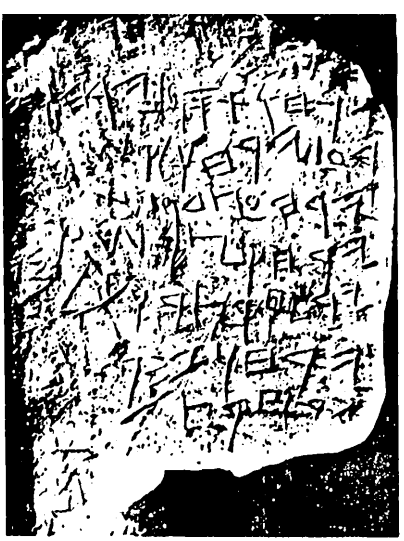
ESCRITA

SIMILARIDADES ENTRE O GREGO E O FENÍCIO

Hebraico	Fenício	Grego
א		A
ד		Δ
ה		E
ט		Θ
כ		K
ל		Λ
מ		M
נ		N
ש		Σ
ת		T



Cuneiforme Babilônica



O Calendário de Gezer, a inscrição mais antiga do hebraico — c. 925 A.C., descoberto nas escavações da cidade bíblica, Gezer.

Cortesia, Baker Book House

B. Novo Testamento. Ali fica pressuposto que o Antigo Testamento é um documento escrito, e também que o Novo Testamento é o cumprimento escrito do Antigo. Esse conceito simples ilumina muitos pontos existentes no Novo Testamento. Que Jesus estava familiarizado com a escrita «quadrada» aramaica é patente, em face da menção que ele faz, em Mat. 5:18, de duas pequenas peculiaridades da «escrita quadrada»: o pequeno *iota* elevado e o *keraía*, que era um «chifrinho» e servia de insignificante sinal diacrítico.

No Novo Testamento sempre encarece a importância do sentido gramatical exato das Escrituras. Ponto importante é que o verbo grego, em voz passiva, *gráfomai*, «está escrito», dá também a entender «para não ser alterado». Isso demonstra até que ponto os escritores do Novo Testamento consideravam inalterável o texto sagrado, tanto no caso do Antigo Testamento como no caso dos escritos neotestamentários que expõem a encarnação, a paixão e a glorificação de Cristo, que servem de base da pregação do evangelho cristão. (ALL AM DIR ID Z)

ESCRITURAS

Esboço:

I. Terminologia Neotestamentária
  A. Termos descritivos
    1. Enfocando a atenção sobre a forma escrita
    2. Enfocando a atenção sobre outras qualidades da literatura
    3. Termos compostos
  B. Fórmulas de introdução
    1. Salientando a forma escrita
    2. Em termos sugestivos de uma voz viva
    3. Em termos de cumprimento
  C. Sumário

II. Inspiração das Escrituras
  A. O termo *inspiração*
  B. Declaração sucinta
  C. Relação entre a inspiração e a revelação
  D. A inspiração do Antigo Testamento
    1. Fenômeno veterotestamentário da inspiração
    2. Testemunho de Cristo sobre sua inspiração
    3. Testemunho dos escritores do Novo Testamento
  E. Inspiração do Novo Testamento
    1. Apóstolos e profetas do Novo Testamento como homens do Espírito
    2. A consciência que eles tinham da inspiração
  F. Caráter da inspiração bíblica
    1. O Espírito como autor final de tudo quanto corretamente se chama de Escritura
    2. Toda a Escritura é inspirada
    3. O controle dos escritores sagrados pelo Espírito
    4. O uso da individualidade dos escritores pelo Espírito
    5. O caráter *verbal* da inspiração
    6. Inspiração como uma obra terminada
    7. A inspiração e as dificuldades da Escrituras
  G. O problema de II Timóteo: *Toda Escritura*

III. A Autoridade das Escrituras
  A. Sua relação com a inspiração
  B. A autoridade do Antigo Testamento
    1. Seu reconhecimento dentro do período do Antigo Testamento
    2. Seu reconhecimento por Cristo
    3. Seu reconhecimento pelos escritores do Novo Testamento
  C. A autoridade do Novo Testamento
    1. A natureza do apostolado
    2. A natureza da tradição apostólica
    3. A apostolicidade e a autoridade do Novo Testamento

IV. O Uso das Escrituras
  A. Finalidades práticas da outorga das Escrituras
  B. As Escrituras e a iluminação espiritual
  C. A Interpretação das Escrituras
    1. A importância da interpretação
    2. O divino intérprete
    3. O propósito das Escrituras
    4. As Escrituras interpretam a si mesmas
    5. O princípio gramático-histórico
    6. O princípio teológico
  D. Segundo II Timóteo 3:16,17

V. Níveis e Tipos de Inspiração

I. Terminologia Neotestamentária

A. Termos Descritivos.

1. Enfocando a atenção sobre a forma escrita. A palavra **Escritura** (graphé) ocorre com alguma freqüência no Novo Testamento, algumas vezes no singular e outras vezes no plural, usualmente com o artigo, embora algumas vezes sem o mesmo. Todavia, mesmo quando o artigo se faz ausente, alguma outra característica indica definição. Por exemplo, o uso de algum adjetivo (João 19:37; Rom. 16:26). Embora seu uso extrabíblico seja mais lato, a palavra sempre é utilizada no Novo Testamento com o sentido de Escritura Sagrada. A forma plural denota as Escrituras Sagradas como um todo (Mat. 21:42; João 5:39; I Cor. 15:3,4), pelo que sua força é mais coletiva do que distributiva. Não há nenhuma passagem em que a forma plural indique, claramente, «os livros», considerados como entidades separadas, embora o trecho de II Pedro 1:16 use a forma plural de uma maneira que quase se aproxima desse sentido, embora haja estudiosos que mantêm que a expressão significa «as outras passagens».

O uso da palavra «Escritura», no singular, tem provocado um certo debate. Alguns afirmam que a palavra sempre se refere a alguma passagem particular do Antigo Testamento, ao passo que outros asseguram que algumas vezes a palavra, no singular, tem o mesmo sentido que a palavra no plural. Esta opinião leva alguma vantagem nesse debate. No dizer de certo estudioso, o trecho de Gálatas 3:8,22 mostra que a personificação de *graphé* torna quase inconcebível que Paulo tivesse em vista apenas algum texto isolado. Uma expressão como «esta escritura» evidencia claramente que uma passagem isolada qualquer está em foco (por exemplo, Mar. 12:10; Luc. 4:21; Atos 8:35; cf. João 19:37). Também é provável, embora não haja certeza quanto a isso, que *graphé* denote alguma afirmação isolada, sempre que for seguida por alguma citação (por exemplo, João 7:38; 13:18; 19:24,36). Mesmo em tais casos pode haver uma alusão às Escrituras como um todo. Mas o uso do singular, para indicar a totalidade do Antigo Testamento certamente não é freqüente fora do Novo Testamento, embora seja difícil eliminá-lo do próprio

Novo Testamento. O termo *graphaí agíai*, Escrituras Sagradas, ocorre por uma vez (Rom. 1:2), embora o uso autoritário do Antigo Testamento como um documento divinamente inspirado, torne o termo uma descrição perfeitamente apropriada.

A palavra grega *grámma*, «escrito», ocorre mui raramente nas páginas do Novo Testamento, aludindo às Escrituras propriamente ditas. A expressão *ierà grámmata*, «as Santas Escrituras» (II Tim. 3:15), é o único caso claro, embora o trecho de João 5:47 aproxime-se desse sentido técnico. Quando Paulo usa o vocábulo grego *grámma*, com freqüência ele o faz em sentido um tanto depreciatório (Rom. 2:29; 7:6; II Cor. 3:6,7; cf. II Cor. 3:14-16). Segundo se depreende do uso geral que Paulo faz do Antigo Testamento, sua intenção não era minimizar a lei mosaica como Escritura, mas tão somente quando a lei era concebida como causa da salvação, através das obras da carne. Portanto, Paulo aparentemente fazia oposição entre a Escritura e o Espírito, embora soubesse que o Espírito era o autor das Escrituras (Atos 28:25).

A expressão grega *tò gegramménon*, «a coisa escrita», é de ocorrência freqüente na LXX, em sua forma plural (por exemplo, II Crô. 35:26; Dan. 9:11). Tal expressão também ocorre no Novo Testamento, tanto no singular (por exemplo, Luc. 20:17; II Cor. 4:13; cf. I Cor. 15:54) como no plural (Luc. 18:31; Gál. 3:10; cf. João 12:16), e refere-se a alguma passagem ou a um grupo de passagens, em termos de seu conteúdo. É interessante observar que a expressão também ocorre nos trechos de Apocalipse 1:3 e 22:18,19, referindo-se a um dos livros do Novo Testamento. A impressionante natureza do contexto confirma essa opinião.

A expressão *tò biblíon*, «o livro», é um termo usado na LXX para indicar algum livro particular das Sagradas Escrituras (ver Deu. 17:18; Jer. 25:13; Naum 1:1). Em Daniel 9:2, sua utilização, na forma plural, poderia ser uma alusão à coletânea da literatura profética. O uso neotestamentário da expressão, no singular, é de natureza similar (Luc. 4:17), ao passo que a forma no plural, em II Timóteo 4:13, poderia referir-se a certo número de rolos de livros do Antigo Testamento. A expressão *e bíblos*, «livro», é usada de maneira similar, no singular (ver Jos. 1:8; Atos 1:20), não ocorrendo nunca no plural, na Bíblia grega. Embora essas duas palavras não se tivessem ainda estabelecido como expressões, esse é seu uso mais característico, tanto na LXX quanto no Novo Testamento. A exceção mais significativa é apenas aparente, pois o livro mencionado em Apocalipse 5:1 *ss* é sagrado, embora seja celestial e não tenha sido escrito por qualquer mão humana (cf. também Apo. 17:8; 20:12; e, mui significativamente, Apo. 22:7,9,10,18,19).

2. Enfocando a atenção sobre outras qualidades da literatura. A expressão **o lógos tou theoũ**, a palavra de Deus», centraliza a atenção sobre a origem divina da Palavra, sendo usada em Mar. 7:13; João 10:35; Rom. 9:6; Heb. 4:12. O conceito da Palavra de Deus, ou, mais comumente, da Palavra do Senhor, é extremamente comum no Antigo Testamento, e a forma plural também ocorre com freqüência (por exemplo, Jer. 18:1,2). É significativo que o evangelho, conforme foi anunciado autoritariamente a princípio, pelo próprio Senhor (Luc. 8:21; 11:28) e por seus apóstolos (Atos 6:7; 11:1; I Tes. 2:13; II Ped. 1:23), também é chamado de «a palavra de Deus». Isso sugere que o Novo Testamento pertence à mesma categoria das Escrituras do Antigo Testamento. Igualmente importante é o grande valor conferido às «palavras do Senhor», isto é, as palavras do Senhor Jesus, no Novo Testamento (Luc. 22:61; cf. Atos 20:35; I Cor. 7:10,12,25). O trecho de I Timóteo 5:18 aparentemente cita como Escritura não somente Deuteronômio 25:4, mas também Lucas 10:7, ou diretamente do terceiro evangelho ou com base na tradição oral das palavras de Jesus. Uma vez mais, encontra-se aí a extensão do conceito da «Palavra de Deus», transferido do Antigo para o Novo Testamento.

A expressão *tà lógia toũ theoũ*, «os oráculos de Deus», que ocorre em Atos 7:38; Rom. 3:2; Heb. 5:12 e I Ped. 4:11, usualmente é entendida como uma referência ao Antigo Testamento, ainda que em I Ped. 4:11 possa referir-se às declarações inspiradas dos profetas cristãos dos dias neotestamentários. Se alguns estudiosos preferem pensar que isso diz respeito à história salvatícia, contida na Bíblia, há outros intérpretes que argumentam com grande força em favor do ponto de vista tradicional (Doere, 111-123; Warfield, 251-407). Conforme a expressão é usada na literatura clássica e na literatura helenista, segundo esse último erudito, ela não significa apenas «palavras», mas «declarações oraculares», ou seja, comunicações autoritárias divinas, diante das quais os homens quedam-se respeitosos, prostrando-se humildes; e esse elevado significado não é meramente implícito, mas também aparece explícito no termo.

A palavra grega *nómos*, «lei», é usada segundo certa variedade de maneiras, no Novo Testamento (cf. J. Murray, «Law», NDB, 721-723); mas, quando é usada na literatura sagrada, normalmente designa a literatura mosaica, pelo que, algumas vezes, é chamada de «a lei de Moisés» (cf. Mat. 12:5; Luc. 2:22) ou «a lei do Senhor» (Luc. 2:23). Entretanto, há passagens onde ela aponta, evidentemente, para o Antigo Testamento como um todo, conforme se vê em João 10:34; 15:25. E o trecho de I Coríntios 14:21 cita de Salmos e de Isaías, chamando-a de «a lei». O equivalente hebraico significa «instrução», porquanto o Antigo Testamento inteiro consiste em instruções divinas para o povo de Deus.

A expressão *oi prophétai*, «os profetas» é usada tanto em sua forma plural (Mat. 5:17; Rom. 1:2; cf. Mat. 26:56) quanto em sua forma singular (Mat. 2:5; Luc. 3:4), indicando a literatura profética do Antigo Testamento. Tal como o termo «lei», entretanto, aquela expressão pode indicar o Antigo Testamento inteiro, pois Mateus 11:13 registra que «...todos os profetas e a lei profetizaram até João». Parece provável que os trechos de Mateus 26:56 e Romanos 16:26 sejam referências ao Antigo Testamento em sua inteireza, e não apenas à literatura sagrada estritamente profética. Isso porque o Antigo Testamento é profético, por ser o recado enviado por Deus aos homens, através de canais humanos, apontando para a pessoa de Jesus Cristo (Luc. 24:27).

A expressão *e palaiá diathéke* («o antigo pacto», II Cor. 3:14) parece ser uma alusão ao registro escrito da lei mosaica (cf. v. 15), mas provavelmente deu origem (através de uma tradução diferente do grego subjacente, refletida nas traduções que dizem «antigo testamento»; nossa versão portuguesa diz «antiga aliança») à divisão patrística posterior do Antigo e Novo Testamentos, para designar as duas grandes divisões do cânon sagrado.

3. Temos compostos. Os judeus empregavam a expressão «a lei e os profetas», como também a expressão «a lei, os profetas e os escritos», para designar a totalidade do Antigo Testamento. Os

«escritos» eram os outros livros bíblicos que não eram suficientemente homogêneos para receber um título geral. No entanto, «a lei e os profetas» era a expressão mais usada entre as duas, o que significa que o Antigo Testamento era conhecido através de seus dois tipos principais de literatura. Nas páginas do Novo Testamento há referências freqüentes a «a lei e aos profetas» (Mat. 5:17; 22:40; Luc. 16:16; Rom. 3:21) ou então a «Moisés e os profetas» (Luc. 16:29). Em Lucas 24:44 encontramos a expressão «...está escrito na Lei de Moisés, nos Profetas e nos Salmos», onde a última designação talvez aponte para o primeiro e maior dos «escritos», talvez aquele que fale mais claramente a respeito de Cristo. Assim como vimos que «a lei» e também «os profetas» podem ter sentidos mais amplos ou mais estritos, assim também o termo «escritos», no Novo Testamento, usualmente alude à totalidade do Antigo Testamento (ver especialmente Lucas 24:27, onde o sentido mais amplo provavelmente é o que está em foco, mas onde talvez haja uma rápida visão em direção ao sentido mais limitado).

B. Fórmulas de Introdução.

1. Salientando a forma escrita. O verbo grego *gégraptai* pode ser traduzido como «está escrito» ou «permanece escrito». Sua utilização implica na existência de um documento escrito autoritário, sem apelo superior ao mesmo. No grego clássico, a palavra era usada para indicar documentos legais, ao passo que, no Novo Testamento, ela é uniformemente usada para indicar as Escrituras do Antigo Testamento. Ocorre com maior freqüência nos evangelhos sinópticos, no livro de Atos e nas epístolas paulinas. Algumas vezes é adicionado o lugar de onde a citação foi feita. Por exemplo: «Porque na lei de Moisés está escrito...» (I Cor. 9:9); ou então: «Conforme está escrito na profecia de Isaías» (Mar. 1:2). O evangelho de João também a usa, embora apenas ocasionalmente preferindo empregar seu equivalente perifrástico *está escrito* (no grego, *gegramménon estín*), o que, de fato, é peculiar no evangelho de João, em todo o Novo Testamento (João 2:17; 6:31, etc.). O estudioso Shrenk (745) salientou o fato de que João usou dessas formas de expressão (João 20:30,31), em relação ao seu próprio evangelho, e então declarou: «No entanto, não há ênfase menos solene sobre o testemunho escrito, em I João». E esse mesmo escritor passa a referir-se à convicção da significação revelatória dos escritos do Apocalipse. (Ver I João 1:4; 2:1; 2:12-14; 5:13; Apo. 1:11,19; 14:13; 22:19). Aqui, pois, encontramos novas evidências que apontam na direção de uma extensão do conceito de Escritura, incluindo os escritos pertencentes ao Novo Pacto.

2. Em termos sugestivos de uma voz viva. As palavras **légei**, «diz» ou **phesí**, «fala» ocorrem com alguma freqüência no Novo Testamento. Algumas vezes, essas palavras são acompanhadas por um sujeito expresso, como Deus (Mat. 19:4,5; Atos 4:24,25), ou o Espírito Santo (Atos 28:25; Heb. 3:7), e talvez até mesmo Cristo (10:5); e mais freqüentemente ainda, a Escritura (João 7:38,42; Rom. 4:3; Tia. 4:5). Em alguns desses exemplos, e em outros, outros tempos verbais são usados, ou mesmo, ocasionalmente, outros verbos que indicam o ato de falar, como *laléo*, «falar». Certo estudioso chamou atenção para a fórmula *légei kúrios*, «o Senhor diz», no Novo Testamento, mormente nos escritos de Paulo (Rom. 12:19; I Cor. 14:21; cf. Atos 7:49; Heb. 8:8-12). Essa fórmula é de ocorrência muito freqüente nos livros proféticos do Antigo Testamento, mas os escritores do Novo Testamento incluem-na em suas citações, mesmo quando ela se faz ausente no texto veterotestamentário. Outrossim, fórmulas como essa algumas vezes são empregadas para indicar as declarações (Atos 21:11) ou os escritos (Apo. 14:13; 1:8) dos profetas do Novo Testamento.

O que dizer sobre textos cujo verbo não exprime o sujeito, não ficando o mesmo claramente implícito no contexto? Essas passagens são muito freqüentes, especialmente nas epístolas paulinas (Rom. 9:15; Efé. 4:8; 5:14; e também Tia. 4:6). Visto que o sujeito não está expresso, alguns estudiosos entendem tais passagens como «Deus diz», mas outros preferem pensar em «as Escrituras dizem», ao passo que ainda outros estudiosos asseguram que elas querem dizer «foi dito», com a suposição de que a fonte da citação não é importante. O trecho de Efésios 5:14 apresenta alguns problemas, pois a matéria citada não pode ser encontrada com essas palavras exatas, no Antigo Testamento. Talvez o trecho represente um grupo de passagens, naturalmente, mas alguns escritores modernos têm sugerido que se trata de um primitivo hino cristão. A fórmula introdutória sugere fortemente a sua inspiração, e assim, se nenhum equivalente veterotestamentário convincente pode ser encontrado, é melhor encará-la como uma declaração profética do Novo Testamento.

3. Em termos de cumprimento. A expressão portuguesa «para se cumprir» é, usualmente, a tradução de *plerothênai*, de *teleiothênai* ou de alguns de seus compostos. Essa linguagem ocorre mui comumente no Novo Testamento, embora com maior freqüência nos evangelhos de Mateus e João. Ela mostra a unidade da revelação bíblica em termos de profecia e cumprimento, de tipo e antítipo. João também viu o mesmo princípio operando em relação às declarações de Jesus (João 18:9; cf. 2:22).

C. Sumário. O uso da terminologia acima considerada serve de notável testemunho da crença de que os escritores do Novo Testamento viam o Antigo Testamento como um livro divinamente inspirado e autoritário. Essa crença poderia ser indicada sem o emprego de tais termos, naturalmente, e o livro de Apocalipse, que não contém qualquer citação neotestamentária acompanhada de alguma fórmula de citação, a despeito disso demonstra a mais completa dependência ao Antigo Testamento, a cada passo. Também é digno de nota que os escritores do Novo Testamento exibam alguma tendência para aplicar sua própria linguagem técnica às declarações e aos escritos de pessoas impulsionadas pelo Espírito, no Novo Pacto.

II. Inspiração das Escrituras

A. O Termo «Inspiração». Segundo é aplicado às Escrituras, o vocábulo «inspiração» tem sido muito bem definido como «uma influência sobrenatural, exercida pelo Espírito Santo, sobre homens divinamente escolhidos, em virtude da qual seus escritos tornam-se fidedignos e autoritários» (C.F.H. Henry, *Inspiração*, BDT 1960, pág. 286). A palavra grega *theópneustos*, «soprada por Deus», é traduzida como «inspirada por Deus», em nossa versão portuguesa, em II Tim. 3:16. O termo português «inspiração» leva alguns a terem um entendimento errado sobre o que está envolvido, porquanto tanto pode significar «aspirado»,–em vez de «soprado», como também dá a idéia de que os escritores sagrados é que foram «inspirados», e não as Escrituras, devido à semelhança de expressões populares como, por exemplo, «um poeta inspirado».

Observações Preliminares. Os Estados Místicos e a Inspiração Verbal. O artigo sobre as **Escrituras** salienta o fato de que a inspiração pode assumir muitas formas e níveis. Não há qualquer precedente

bíblico para apoiar a teoria do *ditado* como o único modo de inspiração. Também não podemos afirmar que todos os autores sagrados foram inspirados do mesmo modo e com a mesma extensão. Ilustramos isso na discussão geral sobre a *Inspiração*, e agora relembraremos alguns detalhes do assunto.

Estados Místicos e Inspiração Verbal. Visto que os homens utilizam-se da linguagem a fim de se comunicarem, podemos supor, com toda a segurança, que a inspiração geralmente ocorre em forma verbal, para que haja comunicação. Não obstante, as pessoas que insistem que a inspiração só pode ser mediada verbalmente, não entendem os modos que as experiências místicas podem tomar. Antes de tudo, devemo-nos lembrar de que a *revelação* e a *inspiração* são subcategorias do *misticismo* (que vide). Aqueles que têm estudado os estados místicos, bem como aqueles que os têm experimentado, dizem claramente que quanto maior for a experiência mais *inefável* ela é. Paulo informa-nos que quando ele esteve no «terceiro céu» ouviu e viu coisas que não tinha permissão (ou talvez nem pudesse) de revelar, e nem poderia exprimir adequadamente em linguagem humana. Mas, aqueles que insistem que a inspiração só pode ser verbal, esquecem-se da declaração de Romanos 8:26: «...mas o mesmo Espírito intercede por nós sobremaneira com gemidos inexprimíveis». A tradução inglesa, Revised Standard Version, diz: *com sinais profundos demais para serem expressos por meio de palavras*. Sim, o Espírito de Deus tem acesso a meios de comunicação que são por demais profundos para serem expressos através da linguagem humana. Isso significa que quão mais profunda for a inspiração divina, mais ela afastar-se-á da linguagem humana. E isso resulta no fato de que, finalmente, há experiências místicas que só podem ser sentidas e apreciadas, mas jamais transmitidas sob a forma de palavras. No entanto, há pessoas que pensam que estão prestando a Deus um serviço, em defesa da verdade e da ortodoxia, quando insistem sobre uma rígida forma de inspiração verbal. Embora sem perceberem, — tentam fazer o Espírito de Deus operar somente segundo um nível humano e, portanto, inferior. Portanto, é possível que uma profunda experiência mística possa ter um significado que ultrapasse à linguagem humana.

O indivíduo que recebe esse tipo de experiência talvez seja capaz de formar alguma *idéia* a respeito, *sentindo* ou *intuindo* o seu significado. E, então, esse alguém procurará exprimir isso por meio de palavras. Haverá de sentir-se muito frustrado nessa tentativa, comunicando suas idéias de maneira parcial e inexata. Apesar disso, poderá exprimir *grandes verdades*, embora declaradas mediante termos parciais e inexatos. Precisamos, contudo, respeitar essa forma de inspiração, e também o tipo de revelação que ela produz, ainda que, ordinariamente, suponhamos que a inspiração, a fim de comunicar algo aos homens, deva ser-nos dada em linguagem humana. Todavia, podemos ter a certeza de que *certas* revelações do Novo Testamento foram dadas dessa maneira mais profunda, não verbal. E, então, quando elas foram reduzidas à forma escrita, sofreram alguma perda de significado e de impacto, embora ainda úteis para nossa instrução e conhecimento. Por conseguinte, o conhecimento é uma inquirição e uma luta constantes. A revelação e a inspiração são grandes realidades; mas, à semelhança de outros aspectos da teologia, têm sido popularizadas e simplificadas, por pessoas que pensam que estão prestando a Deus um grande serviço, ao reduzirem todas as coisas ao nível humano e ao entendimento humano. As teologias dogmáticas sempre serão culpadas desse tipo de erro, um erro gravíssimo. O motivo psicológico por detrás dessa atividade é o conforto mental, que algumas pessoas valorizam mais do que a aquisição da verdade divina.

As declarações feitas aqui têm apenas o intuito de salientar os problemas que envolvem a questão. O artigo geral sobre as *Escrituras*, em sua segunda secção, *Inspiração das Escrituras*, aborda o assunto de modo detalhado. Esses comentários não devem ser olvidados. É mais importante conhecer a verdade do que apoiar as idéias humanas a respeito da revelação divina, popularizando e simplificando a comunicação divina. Nenhum de nós, afinal de contas, apesar de toda a nossa pretensão, sabe muita coisa sobre Deus, ou sobre a sua verdade. Também não sabemos muita coisa sobre como ele comunica essa verdade, exceto que há uma considerável variedade de métodos. A *inspiração verbal* conta *uma* das histórias, mas não toda a história da atividade comunicadora de Deus.

B. Declaração Sucinta

1. Rejeitamos a idéia de que o N.T. é, simplesmente, uma seleção antiga de literatura cristã. A observação e a inteligência espirituais nos ensinam que o desígnio de Deus coopera com e transcende o processo histórico. A coleção, como existe hoje, é o produto do desígnio.

2. Embora II Tim. 3:16 não tenha, dogmaticamente, (e diretamente) uma aplicação ao N.T., estamos ansiosos para afirmar que *espiritual*, e *logicamente*, tais declarações devem *aplicar-se* ao N.T., e não somente ao Velho. O desígnio de Deus tem feito uma unidade do Velho e Novo Testamentos. Se não afirmarmos isto, pode ser que tenhamos pouca fé na operação do Espírito de Deus no mundo.

3. Indicações no N.T. de sua inspiração:

a. As declarações e ensinos de Jesus, desde o princípio, foram considerados autoritários pela igreja, no nível do V.T., ou em um nível ainda mais alto. Ver as notas sobre I Tim. 6:3 no NTI.

b. Embora Paulo não reivindique que suas cartas, como uma coleção, foram inspiradas, certamente, reivindica que as distintas doutrinas cristãs que formam o coração da mensagem, das cartas, foram dadas por inspiração. Ver Gál. 1:12 e II Cor. 12:1.

c. Apo. 1:3 e 22:19 demonstram que existia, antes do fim do primeiro século, um cânon do N.T. em formação. O escritor deste livro quis que sua profecia fosse considerada inspirada e digna de ter parte no cânon da Nova Revelação.

d. II Ped. 3:16 mostra que as cartas de Paulo, em um tempo muito remoto, foram recolhidas e consideradas autoritárias como Escritura.

4. *O N.T. é sua própria autenticação.* Como uma coleção, o N.T. representa a maior literatura de todos os tempos. A história o atesta. Tem sido traduzido em mais de 1000 línguas e tem sido a força atrás de muitas vidas transformadas.

5. *A natureza de inspiração* tem sido muito discutida. Oferecemos as seguintes sugestões:

a. A inspiração é normalmente, mas *nem sempre* verbal, porque o pensamento humano *quase sempre* se expressa em formas verbais.

b. Alguns trechos do N.T. foram dados em visões extáticas e podem ser considerados «ditados». Nesta categoria colocaríamos algumas passagens imortais de Paulo, como Rom. 8, Efé. 1, I Cor. 13,15 etc.

c. Os ensinos de Jesus (ele sendo o Messias), devem ser considerados na categoria dos trechos

extáticos como jóias de valor incalculável.

d. Alguns trechos, ou livros do N.T., como o livro de Tiago, podem ser considerados os frutos de vidas espirituais e de *fundos* de sabedoria, mas não necessariamente dados por experiência «extática». Nestes casos, o Espírito *usou* e aprovou da sabedoria desenvolvida por muitos anos, nas vidas dos autores sagrados, mas não agiu através de uma intervenção imediata e especial, como em uma visão. Assim afirmando, estamos dizendo que a revelação pode operar em níveis diferentes, usando, ou transcendendo à condição humana. A inspiração pode ser dramática ou sutil. Pode ser imediata ou o fruto de muito tempo de direção e desenvolvimento espiritual.

e. A revelação pode transcender a realização verbal do escritor, ou, como é evidente em muitos casos, pode usar o fundo cerebral do autor. No evangelho de Marcos, por exemplo, temos um grego da rua, incorporando os erros gramáticos comuns do tempo, *erros* que podiam ter sido ouvidos nas esquinas de qualquer cidade greco-romana do tempo. No Apocalipse, encontramos um grego *aprendido* como uma segunda linguagem. O autor ignora a sintaxe grega, expressando seus pensamentos em moldes aramaicos. O grego de Paulo é um bom koiné literário, mas aquele de Hebreus é bem polido, e quase clássico.

f. Nos Evangelhos sinópticos pode ser observado que os escritores nem sempre foram cuidadosos em agrupar os mesmos ensinos de Jesus, com os mesmos acontecimentos históricos. Ver notas sobre este problema na introdução a Luc. cap. 10, no NTI. Cada escritor, segundo seu próprio desígnio, maneja seus materiais de maneira diferente, não satisfazendo as exigências de alguns críticos modernos.

g. Os pontos *e* e *f* ilustram que alguns níveis de revelação não transcendem elementos humanos. A revelação incorpora tais coisas, sem ser prejudicada. Muito pelo contrário: O Cristo eterno foi encarnado na carne humana, para elevar a condição humana. O Verbo Vivo foi encarnado em um corpo humano e foi feito sujeito às condições humanas, como Fil. cap. 2 nos mostra claramente. A Palavra Escrita também foi encarnada no que é humano, e usou elementos humanos.

6. *A inspiração é uma espada de dois gumes:* está no Livro e está no leitor do livro. Ver Apo. 1:3 sobre a segunda verdade. Aquele que ousa fazer muito das Escrituras na vida dele, entregando todo o seu intelecto a elas, logo vai descobrir que elas têm uma força espiritual espantosa. O Espírito Santo observa as pessoas que são sérias na inquirição espiritual e as ajuda a compartilhar à imagem de Cristo, o que é o propósito do Evangelho. (Ver Rom. 8:29).

7. *O grande problema* não é, portanto, se as Escrituras são inspiradas ou não. Isto aceitamos como um fato provado, histórica, espiritual, e experimentalmente. O problema envolve o nosso uso das Escrituras. Até que ponto temos permitido que os documentos divinos nos transformem à imagem de Cristo? Seremos julgados segundo o nosso uso ou abuso desta Revelação.

C. Relação Entre a Inspiração e a Revelação. As duas idéias estão intimamente ligadas entre si, sem serem idênticas. A revelação diz respeito ao desvendamento da verdade aos homens, ao passo que a inspiração é a comunicação, em forma verbal, dessa revelação conferida. Teologicamente falando, o termo «inspiração» deveria ser reservado à Palavra escrita, embora, naturalmente indique também a Palavra falada, que o Espírito exprimia através dos profetas do Antigo Testamento ou dos escritores do Novo Testamento, antes mesmo dela adquirir forma escrita. Pois, para que a revelação obtenha forma permanente, é mister que seja posta sob forma escrita, o que significa que a inspiração é serva da revelação. Isso não significa, contudo, que as Escrituras sejam mero registro da revelação divina (embora sejam isso também), porquanto elas possuem um caráter revelatório todo seu, conforme se vê nas citações neotestamentárias de passagens do Antigo Testamento como «a palavra de Deus» (por exemplo, João 10:35; Rom. 3:2). Grande parte da teologia moderna nega o elemento proposicional da revelação, pelo que não é de surpreender encontrarmos o retorno da noção de «revelação» a uma posição central na teologia, mas sem um interesse paralelo renovado, na idéia de «inspiração». No entanto, na Bíblia estão envolvidos ambos esses fenômenos, embora a raridade da palavra «inspiração», nas Escrituras, não reflita a importância que a idéia realmente tem. Sumariando, os homens de Deus foram «impulsionados» pelo Espírito, a fim de produzirem Escrituras «inspiradas».

D. A Inspiração do Antigo Testamento.

1. Fenômeno veterotestamentário da inspiração. Muitos dos canais veterotestamentários da revelação exibem lúcida consciência de que seus escritos eram inspirados. Isso é particularmente verdadeiro no caso dos profetas de Moisés em diante. À luz do trecho de II Samuel 23:1-3, é instrutivo notarmos que Davi é considerado profeta, pelo Novo Testamento (Atos 2:30). De modo geral, parece que os verdadeiros profetas não somente eram impulsionados pelo Espírito, mas também tinham consciência desse fato.

Os profetas, mediante o emprego de expressões como «Assim diz o Senhor» ou «Veio a mim a palavra do Senhor, dizendo», etc., demonstraram que tinham a consciência da inspiração das comunicações orais das verdades divinas que receberam. Naturalmente, somente aquelas profecias que posteriormente foram registradas por escrito sobreviveram até nós; mas, não há que duvidar que a inspiração de uma comunicação não precisava esperar que essa comunicação assumisse forma escrita, para ser autêntica (Jer. 36). Enquanto a comunicação permanecesse inalterada, não importava quantos canais humanos fossem empregados, antes da mensagem chegar a seus destinatários. Moisés, por exemplo, recebeu a Palavra de Deus, mas ele a transmitia ao povo por intermédio de Arão (Êxo. 4:15,28,30). Embora o produto final, nesse caso, fosse uma declaração feita por Arão, a mensagem não perdia coisa alguma de seu caráter de Palavra divina, por causa desse processo de mediação. Moisés também reduziu à forma escrita as palavras do Senhor (Êxo. 24:3,4,7). O livro da aliança, portanto, é tanto a Palavra do Senhor quanto eram as duas tábuas de pedra, que Deus mesmo escreveu sobre o monte (Êxo. 31:18).

Uma importante qualidade da palavra dos homens divinamente impulsionados é o seu caráter divino e objetivo. Isso não significa que a Palavra de Deus incluía qualquer coisa com base nas experiências dos próprios profetas—nos casos de homens como Davi, Jeremias e Oséias, é claro que isso sucedeu com freqüência—mas significa que essa Palavra nunca era simplesmente seu próprio pensamento e palavra, mas sempre o pensamento e a palavra do Senhor. O profeta Natã foi capaz de distinguir entre os seus próprios pensamentos e a Palavra de Deus (II Sam. 7:33 *ss*).

O que distingue, acima de tudo, um profeta verdadeiro de um profeta falso é a origem divina da

Palavra inspirada, embora, como é óbvio, isso não se preste a qualquer teste direto. As comprovações da profecia são critérios como o cumprimento e a confirmação das revelações anteriores, especialmente aquelas dadas através de Moisés (Deu. 13:1 *ss*; 18:15 *ss*, Jer. 23:9 *ss*; Eze. 12:21—4:11). Há uma excelente discussão sobre a profecia verdadeira e a falsa, no artigo de J.A. Totyer, «Prophecy», «Prophets», NDB, 1041 *s*, onde ele nos mostra que não era tanto o cumprimento da palavra dos profetas verdadeiros, e, sim, o não-cumprimento da palavra dos profetas falsos, que era o teste. É digno de atenção que embora os profetas normalmente fossem homens piedosos, e que a palavra deles sempre era adaptada aos propósitos divinos da santidade, não era nem mesmo sua piedade e caráter que os constituíam verdadeiros profetas, conforme fica claramente demonstrado no caso de Balaão (embora tal caso seja admissivelmente incomum) (Núm. 22:1—24:25; 31:16; II Ped. 2:15 e 16; Apo. 2:14). O que importa é se essa palavra era simplesmente o produto da mente humana (Eze. 13:2,3), de um espírito maligno (I Reis 22:19,20), ou se era a verdadeira Palavra do Deus vivo.

Essa discussão da inspiração do Antigo Testamento gira em torno, principalmente, da questão da profecia, porquanto os profetas tinham consciência da inspiração divina. Outros escritores, como os historiadores e poetas, não exibem tal consciência de forma explícita. Entretanto, a inspiração não deve ser equiparada à declaração a respeito, e nem mesmo à consciência acerca da inspiração. Há outros testemunhos a respeito da inspiração em outros escritos do Antigo Testamento.

2. Testemunho de Cristo sobre sua inspiração. O Senhor reconheceu que os livros do Antigo Testamento tinham autores humanos (Mat. 15:7; 22:43; 24:15; Mar. 7:10; João 5:46), mas ele os via como instrumentos do Espírito de Deus. A Palavra de Deus viera «por intermédio» dos profetas (Mat. 21:4,5; Luc. 18:31), o que sugere que eles eram instrumentos de outrem, que foi o verdadeiro Autor das mensagens deles. Para Jesus, as Escrituras são «a palavra de Deus» (João 10:34,35). Torna-se claro, em Marcos 7:1-13 (um trecho que merece estudo muito mais detalhado do que lhe damos aqui), que o Senhor rejeitava a autoridade das «tradições dos anciãos», e que, para ele, o que «Moisés disse» (vs. 10), constituía, realmente, «a palavra de Deus» (vs. 13). Em Marcos 12:35-37, Jesus vinculou um argumento, já em si mesmo conclusivo, a uma afirmação sobre a inspiração divina quando Davi escreveu o Salmo 110. «Como dizem os escribas que o Cristo é filho de Davi? O próprio Davi falou, pelo Espírito Santo: Disse o Senhor ao meu Senhor: Assenta-te à minha direita, até que eu ponha os teus inimigos debaixo dos teus pés. O mesmo Davi chama-lhe Senhor; como, pois, é ele seu filho?»

3. Testemunho dos escritores do Novo Testamento. Sempre e em qualquer lugar que alguém abre o Novo Testamento, acha exatamente a mesma atitude para com o Antigo Testamento como aquela demonstrada por Jesus. À semelhança dele, os escritores do Novo Testamento reconheceram o lado humano, na autoria dos livros sagrados. O escritor do tratado aos Hebreus, entretanto, parece evitar fazer qualquer alusão aos autores humanos, sempre que possível, a fim de sublinhar a autoria divina das Escrituras (para exemplificar, cf. Heb. 1:5-8,13 com 2:6). Isso é apenas uma ênfase posta sobre o fato de que é uma característica geral dos escritores do Novo Testamento a sua aceitação, sem discussão, da origem divina das Escrituras do Antigo Testamento. Assim, os profetas «falaram em nome do Senhor» (Tia. 5:10). No evangelho de Mateus, por exemplo, há uma certa variedade no uso das fórmulas introdutórias de citações, mas sempre fica claro nas mesmas que, para Mateus, os escritores sagrados do Antigo Testamento foram instrumentos de Deus, cuja Palavra foi dada «por intermédio do profeta». (Cf. também Atos 1:16; 2:16; 28:25; Rom. 9:25). As Escrituras são «os oráculos de Deus» (ver Atos 7:38; Rom. 3:2; Heb. 5:12). Warfield ressaltou o grande significado do uso da palavra «Escritura» em lugar de Deus, em certas passagens (Rom. 9:17; Gál. 3:8,22; cf. também Tia. 4:5,6).

A importância desse fenômeno é que o mesmo exibe um fato psicológico de grande importância para percebermos a estimativa paulina quanto ao conceito de Escrituras do Antigo Testamento. Um paralelo parcial dos lábios do Senhor pode ser encontrado no trecho de Mat. 19:4,5, onde se torna claro que, para ele, a Escritura e Deus podiam ser equiparados, quando falavam.

E. A Inspiração do Novo Testamento

1. Apóstolos e profetas do Novo Testamento como homens do Espírito. O Espírito de Deus não cessou a sua obra de inspiração quando foi completado o cânon do Antigo Testamento. Após um período de silêncio, raiou uma nova era de profecias, pouco antes do advento de Jesus Cristo e como testemunho a seu respeito, conforme se vê claramente, sobretudo em Lucas (caps. 1 e 2). O ato de profetizar é mencionado na passagem de Joel de onde Pedro extraiu uma citação, no dia de Pentecoste (Joel 2:28,29; Atos 2:17,18). Além disso, há diversas referências a profetas, no livro de Atos, bem como em outros livros do Novo Testamento (Atos 11:28; 13:1; 15:32; 21:10,11; I Cor. 12:28,29; Efé. 4:11, etc.).

Porém, ainda mais importantes que os profetas, foram os apóstolos de Jesus. Os doze foram especialmente selecionados pelo Senhor e foram instruídos pessoalmente por ele, durante o seu ministério. Ele lhes confiou promessas especiais concernentes às realizações do Espírito Santo neles, como o Espírito da verdade (João 14:16,17,25,26; 15:26; 16:12-15). O Espírito haveria de testificar de Cristo aos apóstolos, fazendo-os lembrar o que dizia respeito a Cristo, trazendo à memória deles os ensinamentos do Mestre, e também mostrando-lhes coisas vindouras. Dessa maneira, o Espírito complementaria e completaria as instruções que o Senhor Jesus lhes havia dado.

2. A consciência que eles tinham da inspiração. Os profetas do Antigo Testamento deram mostras de ter *consciência* do fenômeno da inspiração, e o mesmo fenômeno aparece nos homens que foram usados para produzir os livros inspirados do Novo Testamento. Nessa conexão, o trecho de I João 4:1-6 reveste-se de profundo interesse, visto que diz respeito às profecias falsas. Após prescrever um teste confessional, diz João: «Eles procèdem do mundo; por essa razão falam da parte do mundo, e o mundo os ouve. Nós somos de Deus; aquele que conhece a Deus nos ouve; aquele que não é da parte de Deus não nos ouve. Nisto reconhecemos o espírito da verdade e o espírito do erro». Com base no pressuposto que essa epístola foi produzida por um dos apóstolos, quando lemos a assertiva posta na primeira pessoa do plural, «Nós somos de Deus», devemos pensar nos apóstolos e no testemunho que eles davam de Cristo (cf. I João 1:1-5). As palavras «o Espírito da verdade», em João 14-16, nos fazem lembrar do discurso de Jesus no cenáculo. Temos ali uma clara indicação da

consciência da inspiração divina. Notemos, igualmente, o mesmo fenômeno, que pode ser discernido nos seguintes trechos bíblicos: I Cor. 2:9,10,13; 7:40; Efé. 3:5; I Tim. 4:1; Apo. 1:1-3,10 *ss*, 22:18.

Uma vez mais, cumpre-nos lembrar que quando algum escritor sagrado deixava de mencionar a inspiração de seus escritos, isso não serve de indicação da ausência da inspiração divina, da mesma maneira que a afirmação da inspiração, por si só, não prova a sua autenticidade. Paulo tinha consciência de que a sua palavra seria aceita como Palavra de Deus, pelos crentes tessalonicenses, mediante a fé (I Tes. 2:13), à medida que o Espírito Santo injetasse convicção dessa verdade em seus corações (I Tes. 1:5). Também é importante lembrarmos que a única forma que dispomos das declarações inspiradas dos homens usados por Deus, tanto no Antigo quanto no Novo Testamentos, é a forma escrita.

F. Caráter da Inspiração Bíblica.

1. O Espírito como autor final de tudo quanto corretamente se chama de Escritura. A Bíblia não consiste em mera literatura humana, mas tudo quanto corretamente se chama de «Escritura» foi soprado por Deus (ver II Tim. 3:16). Esse versículo, em seu contexto, alude primeiramente ao Antigo Testamento, mas seu princípio é igualmente aplicável ao Novo Testamento, isto é, a qualquer outra literatura que mereça o nome de «Escritura Sagrada». A delimitação precisa da expressão que é dada dentro do estudo do «cânon» das Escrituras. Não obstante, podemos observar que a reivindicação da inspiração ocorre tanto no Novo quanto no Antigo Testamentos, pois Pedro considerava as epístolas de Paulo como Escritura (II Ped. 3:15,16).

2. Toda a Escritura é inspirada. A declaração de II Tim. 3:16 fala sobre «toda Escritura». Ver o problema da interpretação deste versículo em II. G.

3. O controle dos escritores sagrados pelo Espírito. Afirma o trecho de II Pedro 1:21: «...porque nunca jamais qualquer profecia foi dada por vontade humana, entretanto homens (santos) falaram da parte de Deus, movidos pelo Espírito Santo». Comentando sobre esse trecho bíblico, escreveu Warfield: «O que foi 'movido' foi impulsionado pelo poder 'impulsionador' e transmitido por esse poder e não pelo poder dos instrumentos, de acordo com os propósitos do poder impulsionador, e não de acordo com os instrumentos usados» (pág. 137). Portanto, a inspiração não consiste na mera exaltação dos poderes dos escritores escolhidos, mas consiste no controle deles pelo Espírito Santo.

4. O uso da individualidade dos escritores pelo Espírito. A inspiração divina não suprimiu ou abafou a individualidade de qualquer escritor sagrado; pelo contrário, utilizou-se dela. A Palavra de Deus veio à existência através de muitos e diferentes canais humanos e a evidência das variações de estilo dá testemunho da realidade desse fator humano. Isso se dá até mesmo no caso dos profetas do Antigo Testamento, onde a forma em que a palavra foi freqüentemente recebida—em alguma visão ou sonho—testifica fortemente sobre a sua objetividade. Mas tal aspecto torna-se mais evidente ainda em escritos como as epístolas. As cartas de Paulo, por exemplo, dão sinais de sua individualidade. Muita pesquisa foi necessária para a produção de um livro como o evangelho de Lucas (ver Luc. 1:1-4). Assim, quando os reformadores protestantes lançaram mão do termo «ditado», eles parecem tê-lo empregado simplesmente para frisar a origem divina das Escrituras, e não a fim de definir seu método invariável de produção.

5. O caráter «verbal» da inspiração. A idéia de inspiração refere-se à comunicação verbal da verdade. Apesar de reconhecer a superintendência exercida pelo Espírito, sobre todo o processo que jaz atrás da obra *escrita* (ou de elocução), o termo «inspirada» refere-se ao produto acabado. Isso posto, a Escritura é que foi soprada por Deus (II Tim. 3:16). Na natureza do caso, pois, a inspiração, normalmente, é verbal, visto que diz respeito à comunicação da verdade em linguagem humana. Isso não significa, entretanto, que consiste em mero ditado de palavras, mas significa que os diversos processos que jazem por detrás da questão, envolvendo aspectos como a individualidade dos escritores, o meio ambiente, o treinamento, a experiência deles, além de outros fatores, foram de tal modo manipulados por Deus que o resultado foi que as palavras registradas não são apenas do homem, mas são plenamente de Deus.

A inspiração, que precisa ser expressa por meio de palavras, vê-se assim limitada pelos poderes humanos de expressão por meio da linguagem. Os estados místicos, que servem de intermédio da inspiração, *certamente ultrapassam* à nossa capacidade de expressão lingüística, o que significa que a inspiração pode ser *inefável*, e as tentativas para descrevê-la são, naturalmente, débeis e inadequadas. Ver a quinta seção, intitulada *Níveis e Tipos de Inspiração*.

••• ••• •••

Também, — não devemos cair no equívoco oposto de imaginar que os vocábulos usados nas Escrituras revestem-se de qualquer importância, à parte do sentido que eles transmitem. O sentido é que é todo importante, sendo essa a razão pela qual os escritores sagrados do Novo Testamento algumas vezes empregaram alguma tradução livre de certas passagens do Antigo Testamento, quando isso podia transmitir, com maior precisão e vigor, o ponto que eles estavam querendo salientar. A questão tornar-se-ia um problema somente se o sentido da passagem original fosse violado nesse processo. Isso levanta a questão inteira do uso do Antigo Testamento pelos escritores do Novo Testamento, o que já pertence ao tema da interpretação. Ver seção V para uma discussão sobre niveis e graus de inspiração.

6. Inspiração como uma obra terminada. A inspiração que é uma obra terminada do Espírito Santo, não deve ser confudida com a *iluminação*, que é uma operação *contínua*. Entre os manuscritos originais inspirados e nos mesmos há um ou dois processos. Se os idiomas originais são conhecidos por um leitor qualquer, então o único processo envolvido será a transmissão do texto. A ciência da crítica textual das Escrituras é uma ciência muito refinada e exata. Seu estudo demonstra que o texto, embora não tenha sido completamente preservado dos processos normais de corrupção, que afetam toda a transmissão de idéias, foi admiravelmente protegido, de tal modo que a mensagem que nos é transmitida pelas Escrituras tem sido oferecida a cada geração sucessiva. Os tradutores, por sua vez, têm o dever de reverenciar o fraseado do texto original, procurando passar para outro idioma, o pensamento que se encontra nos originais hebraico e grego. O extenso uso da LXX (uma versão grega do Antigo Testamento) pelos escritores do Novo Testamento mostra-nos que essa tradução é legítima, confirmando a opinião de

muitos de que uma tradução, quando bem feita, pode ser—e, de fato, *deve* ser—tratada como Palavra de Deus, na extensão em que transmitir fielmente o pensamento dos textos originais.

7. A inspiração e as dificuldades das Escrituras. O crente recebe a Palavra de Deus com base no próprio testemunho divino. Isso não significa, naturalmente, que o leitor reverencioso das Escrituras nunca encontrará problemas. No entanto, essas dificuldades da Bíblia impelem o leitor a buscar pela iluminação divina e a estudar diligentemente as Escrituras. Essas dificuldades não devem servir de justificativa para que o leitor desista de inquirir pelas doutrinas mais elevadas das Escrituras. A convicção de um cientista, sobre a unidade do universo, não sofre uma reviravolta quando ele encontra problemas em suas investigações. Por igual modo, a convicção do crente, quanto à unidade das Escrituras, não deve ser abandonada em face das dificuldades da Bíblia. Alguns têm afirmado que a doutrina das Escrituras deveria alicerçar-se sobre todos os fenômenos bíblicos, incluindo as suas dificuldades. É questionável se tal método é praticável, pois a avaliação e a harmonização de todos os ditos fenômenos são consideravelmente maiores que a obra de uma vida inteira. Além disso, a própria Bíblia contém claras afirmativas concernentes à sua própria inspiração. Portanto, sobre essas claras afirmativas bíblicas é que a doutrina da inspiração deve estar alicerçada. A aceitação das Escrituras como divinamente outorgadas, sobre essa base, implanta em nós a convicção da unidade da Bíblia; e assim podemos agora abordar esse problema, encontrando-lhe solução gradual, à luz desse fato

G. O problema de II Tim. 3:16

II Tim. 3:16: *Toda Escritura é divinamente inspirada e proveitosa para ensinar, para repreender, para corrigir, para instruir em justiça*;

Este é um dos mais famosos e um dos mais utilizados versículos dentro das «epístolas pastorais»; mas também é um dos mais disputados versículos bíblicos, quanto ao seu exato significado. No tocante às dificuldades de sua tradução, observemos os três pontos abaixo:

1. Alguns preferem traduzir por «*...Toda a Escritura é dada por inspiração de Deus...*»

2. Outros opinam em favor de «*...Toda a Escritura que é inspirada...*», o que nos dá a idéia de que há trechos bíblicos que não são inspirados.

3. Literalmente traduzida, a frase diria «*...cada Escritura...*», talvez dando a entender «cada passagem bíblica». Todavia, cumpre-nos notar a ausência do artigo definido, no original grego, o que poderia fazer a expressão referir-se a «Escrituras» ou «escritos», além do A.T. E se a ausência do artigo torna vaga a identificação exata do que significa «escritos», então *este versículo* poderia ser mais corretamente traduzido por «Cada escrito que é inspirado por Deus...», distinguindo tais escritos de outras obras escritas, que não são inspiradas. Neste caso, presumivelmente, o A.T. inteiro é reputado como inspirado divinamente.

Devemos notar também, neste ponto, que o vocábulo traduzido aqui por «Escritura» é o termo grego comum que significa *escrito*, pelo que a alusão pode ser a qualquer tipo de escrito, e não meramente aos escritos bíblicos. Nesse caso, ficaria salientado que somente os escritos «inspirados» são os proveitosos para os propósitos frisados no versículo. Vários intérpretes e tradutores têm compreendido a questão por esse prisma; e isso não é contrário à melhor tradução literal do original grego. No entanto, em I Ped. 2:6 e II Ped. 1:20, também encontramos uma frase similar, sem o artigo definido; mas fica ali salientada uma passagem particular e bem «definida» do A.T. E isso serve para ensinar-nos, uma vez mais, que tanto no grego do Novo Testamento como no grego helenista em geral, não são seguidas regras gramaticais estritas e absolutas, e que a presença ou ausência do artigo definido nem sempre é significativa. Portanto, não deveria haver qualquer objeção à tradução «Toda a Escritura é dada por inspiração de Deus».

Avaliação

1. Como é patente, devemos rejeitar a segunda interpretação, oferecida no começo dos comentários sobre este versículo. Apesar de que, gramaticalmente, o original grego possa dar margem a que se compreenda que algumas passagens do A.T. são inspiradas por Deus e outras não. É impossível que essa tenha sido a intenção do autor sagrado, pois Paulo, do princípio ao fim da segunda epístola a Timóteo, sempre enfatizou a ortodoxia e a piedade, e isso segundo os termos do A.T. (Ver, por exemplo, II Tim. 1:5 e *ss*, 2:15).

2. A interpretação de número três, pode estar com a razão. Pois o autor sagrado pode estar contrastando o A.T. com «outros escritos», mas atribuindo a inspiração divina exclusivamente às Escrituras judaicas, em contraposição a quaisquer outros supostos livros sacros.

3. Sem embargo, a interpretação mais provável é a primeira delas. O grego helenista empregava o vocábulo «pasa» (todo), sem o artigo definido, a fim de indicar «inteiro», «a totalidade de». De acordo com os padrões do grego clássico, não havendo a presença do artigo definido, preferiríamos a tradução «cada». (Ver C.F.D. Moule, *An Idiom Book of N.T. Greek*, págs. 94 e 95, quanto a essa particularidade gramatical do grego). Daí, a melhor tradução, no idioma português, seria: «A Escritura inteira é inspirada por Deus...» Ou mesmo: «Cada Escritura é inspirada por Deus...» Por conseguinte, deve-se depreender dessa declaração paulina, que não existe qualquer porção das Escrituras Sagradas que não tenha sido bafejada pelo Espírito Santo, emprestando-lhe vida e autoridade divinas.

Isso derruba por terra idéias estranhas como aquela que diz que só são divinamente inspirados, os trechos bíblicos que comovem o leitor, enlevando os seus sentimentos. Segundo esse ponto de vista ficariam de fora da inspiração divina largas passagens bíblicas, como as genealogias, as enumerações e outras informações dessa natureza. A falácia dessa posição se comprova pelo fato de que, apesar de ser difícil alguém enlevar seu espírito com meros dados estatísticos, como há muitos na Bíblia, na verdade há ali informações de natureza tal que nos iluminam espiritualmente, como é o caso bem conhecido da genealogia do Senhor Jesus. Acresça-se a isso que um trecho que para mim pode parecer inteiramente frio e desinteressante, para outro leitor da Bíblia pode revestir-se de tremendo interesse espiritual.

Além disso, pode-se observar que falta no original grego o verbo «ser», na terceira pessoa do singular, «é». Contudo, pode-se considerá-lo como subentendido, conforme aparece em outros trechos bíblicos. Por conseguinte, poderíamos entender esta frase de três maneiras diferentes, a saber:

1. «Toda Escritura inspirada por Deus 'é' também proveitosa». etc.

2. «Toda Escritura '*e*' inspirada e proveitosa», etc.

Ambas essas formas têm sido usadas em traduções diversas, pois os intérpretes têm compreendido o versículo de uma ou de outra maneira. Em alguns manuscritos, bem como nos escritos de alguns dos pais da igreja, a cópula «é» é deixada de lado, porque isso poderia ser reputado como elemento perturbador da construção, mas certamente o «é» faz parte genuína do texto sagrado.

3. Uma terceira possibilidade de tradução, conforme já salientamos acima, é *«Cada Escritura é inspirada por Deus...»*

Quanto ao que é ensinado em II Timóteo 3:16, as traduções possíveis, acima discriminadas, não diferem essencialmente, contanto que entendamos que os «escritos» aqui referidos são as Escrituras do A.T., ou coletivamente, como na tradução «Toda a Escritura...», ou distributivamente, como em «Cada escrito...» (individualmente considerado).

«...Escritura...» Uma maior dificuldade ainda consiste em compreendermos exatamente quais «livros sagrados» devem ser inclusos nesse vocábulo, pois nem mesmo o «cânon do A.T.» fora fixado nos tempos do Senhor Jesus. Havia, essencialmente, «três» Antigos Testamentos, a saber:

1. Os saduceus aceitavam somente o Pentateuco, isto é, os cinco livros de Moisés. E essa é a razão pela qual rejeitavam os ensinamentos bíblicos sobre a existência dos espíritos, sobre a ressurreição, etc., porquanto tais ensinamentos não figuram claramente naqueles cinco primeiros livros bíblicos.

2. Os fariseus que habitavam na Palestina aceitavam a Lei, os Salmos e os Profetas, isto é, os mesmos trinta e nove livros do «cânon protestante do A.T.».

3. Os judeus da dispersão, isto é, aqueles que moravam fora da Palestina, aceitavam, em adição a isso, catorze livros apócrifos, doze dos quais também passaram a ser aceitos como parte do «cânon católico romano do A.T.,» por decisão do concílio de Trento (realizado em 1545—1563). Os grupos protestantes nunca aceitaram a adição desses e de quaisquer outros livros apócrifos. Quanto a «epístolas pastorais», é óbvio que o autor sagrado rejeitava o «cânon saduceu», embora não disponhamos de quaisquer meios para saber qual dos outros «cânones» ele aceitava. Todavia, a questão não se reveste de particular importância, já que o significado da passagem em nada se altera, e visto que o Cristo predito será sempre o mesmo, sem importar o «cânon» particular que estiver sendo seguido; e isso é o que interessava ao autor sagrado.

É interessante que alguns estudiosos adicionariam a essa «Escritura» os escritos apostólicos e outros que vieram a fazer parte do «cânon do N.T.», e que já estavam escritos antes das «epístolas pastorais», a saber, algumas das epístolas de Paulo e os quatro evangelhos. Mas, historicamente falando, tal acréscimo prescinde de quaisquer bases históricas, no tocante ao desenvolvimento do «cânon do N.T.», sendo algo contrário ao sentido simples do texto que ora consideramos. Notemos, por semelhante modo, que a «Escritura», referida neste versículo, deve ser igual às «sagradas letras» (ver o versículo anterior), que serviram de base do treinamento de Timóteo, *desde a sua infância*. É óbvio que seu treinamento religioso *não tinha incluído qualquer livro do N.T.*, pois nenhum desses livros fora ainda escrito. Portanto, supor que o décimo quinto versículo fala somente sobre o A.T., ao passo que o décimo sexto versículo inclui alguns dos livros do N.T. é submeter a fé a um teste demasiado, não sendo uma afirmação de fé. Aqueles que pretendem incluir aqui o N.T., fazem-no sob o impulso do desejo de encontrar, em alguma porção do N.T., *alguma* afirmativa sobre a inspiração do N.T. *como um todo*. Esse tipo de afirmação, naturalmente, nem existe.

A grandiosidade do N.T., é que serve de tal afirmação, não precisando nós de qualquer exegese distorcida para descobrir algum *texto de prova* que atribua inspiração divina ao corpo inteiro dos escritos neotestamentários.

III. A Autoridade das Escrituras

A. Sua Relação com a Inspiração. A inspiração e a autoridade das Escrituras são questões distinguíveis, mas inseparáveis. As questões religiosas revestem-se de tão capital importância que a mera autoridade humana é insuficiente. Não são os autores humanos como tais que dão à Bíblia a sua autoridade, e, sim, o seu Autor divino. É devido ao fato de que a Bíblia originou-se em Deus e que sua mensagem deve ser recebida e nela devemos confiar. De conformidade com isso, a questão da inspiração das Escrituras é corretamente discutida antes de ser ventilada a questão da autoridade, não podendo haver doutrina estável da autoridade bíblica se não houver doutrina estável da inspiração das Escrituras.

B. A Autoridade do Antigo Testamento

1. Seu reconhecimento dentro do período do Antigo Testamento. Um exame dos livros históricos do Antigo Testamento desvenda o fato de que a lei era tratada como autoritária por aqueles que a liam. Nas fronteiras da Terra Prometida, Deus orientou Josué quanto à lei, dizendo: «Tão somente sê forte e mui corajoso para teres o cuidado de fazer segundo toda a lei que meu servo Moisés te ordenou; dela não te desvies, nem para a direita nem para a esquerda, para que sejas bem-sucedido por onde quer que andares. Não cesses de falar deste livro da lei; antes, medita nele dia e noite, para que tenhas cuidado de fazer segundo a tudo quanto nele está escrito; então farás prosperar o teu caminho e serás bem-sucedido» (Jos. 1:7,8). Cf. 8:30-35; 22:5; 23:6; I Reis 2:3; II Reis 14:5; 22:8 *ss*. No trecho de II Reis 23:24,25, o fraseado mostra-se particularmente significativo: «Aboliu também Josias os médiuns, os feiticeiros, os ídolos do lar, os ídolos e todas as abominações que se viam na terra de Judá e em Jerusalém, para cumprir as palavras da lei, que estavam escritas no livro que o sacerdote Hilquias achara na casa do Senhor. Antes dele não houve rei que lhe fosse semelhante, que se convertesse ao Senhor de todo o seu coração, e de toda a sua alma, e de todas as suas forças, segundo toda a lei de Moisés; e depois dele nunca se levantou outro igual». Conforme estamos verificando, há uma íntima ligação entre converter-se ao Senhor e obedecer aos preceitos da lei. Quanto ao reconhecimento da autoridade da lei, em outras porções do Antigo Testamento, ver também Salmos 119; Daniel 9:10-13; Amós 2:4 e Malaquias 4:4.

A lei, como é óbvio, destinava-se à posteridade, e não somente àquela geração à qual foi originalmente entregue, não havendo falta de evidências que o mesmo se dava com as revelações proféticas (ver Isa. 30:8; Jer. 30:1 *ss*, 36:1 *ss*, Hab. 2:2 *ss*). O trecho de Daniel 9:1,2 afirma: «No primeiro ano de Dario, filho de Assuero, da linhagem dos medos, o qual foi constituído rei sobre o reino dos caldeus, no primeiro ano do seu reinado, eu, Daniel, entendi, pelos livros, que o número de anos, de que falara o Senhor ao profeta Jeremias, em que haviam de durar as assolações de Jerusalém, era de setenta anos». A

oração de Daniel, que se seguiu imediatamente a essa descoberta, deixa claro que Daniel considerava a Palavra de Deus, através de Jeremias, como totalmente autoritária. O Salmo 89 também mostra o salmista reivindicando as promessas de Deus, feitas a Davi (II Sam. 7), de tal modo que nos mostra que ele aceitava essas promessas em sua autoridade divina.

2. Seu reconhecimento por Cristo. Jesus nunca citou algum rabino como autoritário, mas constantemente citava as Escrituras como tais. Antes, ele contrastou as tradições dos escribas com a Palavra de Deus no Antigo Testamento (Mat. 15:1-6). Sua fórmula constantemente reiterada, *gégraptai*, «está escrito», no grego posta no tempo perfeito, — poderia ser traduzida como «está permanentemente escrito», porquanto dá a entender sua presente relevância, e não apenas que isto ou aquilo encontra-se registrado nas Escrituras do Antigo Testamento (para exemplificar: Mat. 11:10; Luc. 22:37; João 6:45). Também deveríamos observar o uso do tempo presente (ação contínua), usado por Jesus, no original grego de Mateus 13:14; Lucas 20:42 e João 5:45. Consideremos, por exemplo, o uso das palavras «vos» (caso oblíquo de «vós») em Mat. 22:31,32. Dirigindo-se aos saduceus, perguntou Jesus: «E quanto à ressurreição dos mortos, não tendes lido o que Deus *vos* declarou: Eu sou o Deus de Abraão, o Deus de Isaque e o Deus de Jacó?» Portanto, para Jesus, o Antigo Testamento era um livro que falava e continua falando com uma voz viva, dotado de autoridade permanente. O ensino de Jesus, em Mateus 5:21-48, algumas vezes é interpretado como se envolvesse certo desprezo ao Antigo Testamento, em contraste com as suas próprias instruções. Mas tal interpretação apenas compreende erroneamente essa passagem. As fortes declarações concernentes à lei, que antecedem a tal trecho (ver Mat. 5:17-20), mostram-nos que não pode ter sido essa a intenção de Jesus. Na verdade, ele estava demonstrando quão profundas são as implicações da lei, ao desvendar padrões ainda mais elevados do que aqueles que haviam sido revelados pela lei, e corrigindo certas inferências equivocadas que os judeus tiravam da lei. A assertiva parentética de João 10:35 sumaria a sua atitude em relação às Escrituras do Antigo Testamento: «...e a Escritura não pode falhar...»

Jesus tratava o Antigo Testamento como autoritário até mesmo em relação à sua vida. O ponto mais fortemente frisado, nas narrativas da tentação (Mat. 4:1-11; Luc. 4:1-13) é justamente que era dever do Senhor Jesus, na qualidade de verdadeiro Homem, dar ouvidos à voz de Deus, através do Antigo Testamento e não dar ouvidos à voz de Satanás.

O Senhor Jesus partia do pressuposto que os menores detalhes do Antigo Testamento são dignos da nossa confiança. Jesus referiu-se a muitos eventos cuja historicidade é posta em dúvida por muitas pessoas em nossos dias: o casamento de Adão e Eva (Mat. 19:4,5), e os relatos sobre Abraão (João 8:56), Noé, e Ló e sua esposa (Lucas 17:26-32). Alguém poderia objetar a isso dizendo que histórias fictícias podem ser empregadas para transmitir verdades espirituais. Todavia, tal argumento não pode ser coerentemente aplicado ao uso que o Senhor Jesus fez do Antigo Testamento. Ele falava a pessoas que acreditavam na veracidade literal das narrativas veterotestamentárias. Não há qualquer indício de que Jesus tomasse essas narrativas em outro sentido além desse, havendo mesmo algumas passagens onde o ponto inteiro que estava sendo ressaltado seria destruído, se essas narrativas não fossem históricas. É impossível compreender a linguagem usada por Jesus, em Mateus 12:41 e Lucas 11:50,51 a menos que os eventos do Antigo Testamento, aos quais ele aludiu ali, tivessem sido absolutamente históricos e factuais. Como é que homens que são declarados penitentes, em uma história supostamente fictícia, poderiam ressuscitar em um julgamento final real, para condenar homens reais?

3. Seu reconhecimento pelos escritores do Novo Testamento. Judeus e cristãos estavam acordes sobre a autoridade das Escrituras do Antigo Testamento. De acordo com isso, um dos principais fatores do testemunho cristão aos judeus, nos dias do Novo Testamento, era a demonstração de que o Antigo Testamento testifica de Jesus Cristo. Isso caracterizou a pregação de Pedro, no dia de Pentecoste, bem como todos os sermões dirigidos aos judeus, no livro de Atos (por exemplo: Atos 2:24-36; 17:2,3; 11:18,28; 28:23). Não era que o testemunho dos profetas fosse tratado pelos apóstolos como autoritário somente para os contemporâneos dos profetas, e, sim, que suas profecias, sob forma escrita, revestiam-se de validade permanente (Rom. 1:1,2; 16:26; Mar. 1:2; II Tim. 3:16; I Ped. 2:6; II Ped. 1:20). Tanto para os escritores do Novo Testamento quanto para Jesus, o Antigo Testamento tem uma autoridade presente. Eles, igualmente, usaram a fórmula «está escrito» constantemente, usando verbos no tempo presente (ação contínua, no grego), nas passagens abaixo, que deveriam ser examinadas: Romanos 4:3; 9:25,27; Gálatas 4:30; Heb. 8:13; II Pedro 1:19. O caráter atualizado do Antigo Testamento também transparece em certas passagens importantes, onde se lê que o mesmo foi expressamente escrito com os crentes do Novo Testamento em mente e não apenas com os homens do Antigo Testamento em mira. Para exemplificar, Paulo, escrevendo a respeito de Abraão (Gên. 15:6), diz como segue: «E não somente por causa dele está isso escrito que lhe foi levado em conta, mas também por nossa causa, posto que a nós igualmente nos será imputado, a saber, a nós que cremos naquele que ressuscitou dentre os mortos a Jesus, nosso Senhor, o qual foi entregue por causa das nossas transgressões e ressuscitou por causa da nossa justificação» (Rom. 4:23-25). Cf. Atos 7:38; 13:47; Rom. 15:4,5; I Cor. 9:9,10; 10:6-11; II Cor. 7:1.

C. A Autoridade do Novo Testamento.

1. A Natureza do Apostolado. É vitalmente importante apreendermos o fato de que os apóstolos de Cristo foram nomeados por ele para um ofício muito especial, único e sem repetição. Em retrospecto, podemos ver que uma das principais tarefas dos apóstolos foi a produção do corpo da literatura neotestamentária. Lightfoot, mostrando a diferença entre *ággelos*, «mensageiro», e *apóstolos*, «enviado», diz: «Quando aplicado a uma pessoa, a palavra *apóstolos* denota mais do que *ággelos*. Um «apóstolo» não era apenas um mensageiro mas um delegado da pessoa que o enviara. Ao apóstolo é dada uma missão a cumprir, bem como poderes lhe são conferidos» (*Galatians* (1865), pág. 89). É verdade que não se sabe com certeza quantas pessoas foram consideradas apóstolos de Cristo, nas páginas do Novo Testamento. Todavia, pelo menos quanto aos doze apóstolos originais e a Paulo, não podem restar dúvida, pois Paulo, tal como aqueles outros, foi especialmente nomeado por Cristo (I Cor. 9:1; Gál. 1:1; cf. Atos 1:8,22). Alguns estudiosos consideram que a palavra continuava sendo usada nesse sentido especial quando foi aplicada, por exemplo, a Andrônico e Júnias (Rom. 16:7), a Barnabé (Atos 14:14; cf. 13:1) e a Tiago, irmão do Senhor (I Cor. 15:7; Gál. 2:9), os quais também poderiam ser incluídos no círculo dos

apóstolos de Cristo. Entretanto, há evidências de um uso um tanto mais amplo do vocábulo «apóstolo» a fim de denotar enviados especialmente designados pelas igrejas, com algum propósito particular (II Cor. 8:23; Fil. 2:25). Esses não podem ser categorizados juntamente com os apóstolos originais de Cristo.

Todavia, se a objeção ao título alicerça-se sobre a produção literária do Novo Testamento, cujos autores geralmente foram apóstolos, então essa objeção perderia a sua força. Subentende-se que a continuação do ofício apostólico forçosamente envolveria a continuação da produção de livros canônicos do Novo Testamento. Porém, cumpre-nos considerar estes dois pontos: 1. Marcos, Lucas, Tiago e Judas não faziam parte do colégio apostólico, mas escreveram cinco livros dentre os vinte e sete do Novo Testamento, a saber: o evangelho de Marcos; o evangelho de Lucas e Atos dos Apóstolos; a epístola de Tiago; e a epístola de Judas. 2. O ofício apostólico não garantia que seus retentores escreveriam obras inspiradas. Dentre os doze apóstolos originais (considerando-se que Matias substituiu a Judas Iscariotes, Atos 1:15-26), os seguintes em nada contribuíram para a formação do cânon do Novo Testamento: Tiago, irmão de João; André; Filipe; Tomé; Bartolomeu; Tiago, filho de Alfeu; Simão, o Zelote; Judas, filho de Tiago; e Matias—uma grande maioria, portanto.

O Senhor Jesus evidentemente considerou a seleção do grupo original apostólico como questão de grande importância, porquanto preparou-se para a nomeação por um extenso período de oração (Mar. 3:13-19; Luc. 6:12 *ss*). O trecho de Mateus 10:1—11:1 fornece-nos os termos da comissão dos apóstolos, durante o período do ministério terreno de Jesus. O Senhor concentrou sua atenção sobre esses homens, conferindo a eles maior tempo de instrução do que a quaisquer outros. Se eles mostraram-se certos, ao escolherem Matias, após a ascensão de Cristo, é algo que tem sido sujeitado a algum debate. Seja como for, eles perceberam que era a escolha divina que realmente importava, acima de toda outra consideração (ver Atos 1:24,25).

Paulo com freqüência associou a seu nome os nomes de outros crentes que com ele estiveram, no título de suas epístolas; mas, é digno de nota que ele nunca os chamou de «apóstolos» (I Cor. 1:1; II Cor. 1:1; Col. 1:1; I Tes. 1:1). As palavras «embora pudéssemos, como enviados de Cristo» (I Tes. 2:7), mui provavelmente, não constituem uma exceção à regra, mas tão-somente a utilização literária do «nós» (subentendido no «pudéssemos»), em sentido singular. Cf. I Tes. 3:1: «...pareceu-nos bem ficar sozinhos em Atenas», onde Paulo referia-se somente a si próprio.

2. A natureza da tradição apostólica. A palavra «tradição» significa «aquilo que foi transmitido a outrem». Os judeus tinham um extenso vocabulário vinculado à idéia de tradição. Usavam a palavra para indicar as tradições orais de rabinos anteriores, passadas para os seus seguidores. Trata-se de uma debilidade humana, essa de respeitar as opiniões humanas, acima daquilo que o Senhor Deus ensina. O mesmo fenômeno que se via entre os judeus, vê-se também na Igreja Católica Romana, e em grau menos patente, mas, igualmente presente, entre os grupos protestantes. Jesus combatia as tradições rabínicas, sempre que fossem contrárias ao espírito da Palavra de Deus (Mar. 7:1-13; cf. Gál. 1:14). Os escritores do Novo Testamento tiraram proveito desse vocabulário e aplicaram-no às verdadeiras tradições cristãs, ou seja, ao depósito do testemunho apostólico (ver, por exemplo, a fraseologia de Lucas 1:2; Atos 2:42; Romanos 6:17; I Coríntios 11:2,13; 15:1 *ss*; Gálatas 1:9,12; Filipenses 4:9; I Tessalonicenses 2:13; 4:1; II Tessalonicenses 2:15; 3:6 e Judas 3). O que empresta validade a essa tradição cristã, quando as tradições judaicas não eram válidas? É que nesses trechos está em pauta o depósito de ensinos entregue pelo próprio Senhor Jesus, antes e depois de sua ressurreição (Atos 1:1,2). Assevera Paulo: «Porque eu recebi do Senhor o que também vos entreguei...» (I Cor. 11:23). Essas tradições cristãs traziam o selo da suprema autoridade do Senhor Jesus.

Os apóstolos eram perfeitamente harmônicos como transmissores do ensinamento autoritário, dado pelo próprio Senhor Jesus (I Cor. 15:9-11). Porventura, o trecho de Gálatas 2:11 *ss* constitui uma exceção? Deve-se observar, contudo, que essa passagem não se refere aos ensinamentos de Pedro, e, sim, a um evento em sua vida; e segundo Paulo indicou, Pedro estava ali agindo de modo contrário às suas próprias convicções (e não apenas contra Paulo, conforme alguns comentadores têm dito), e, assim sendo, presumivelmente contradizendo o que o próprio Pedro ensinaria a outras pessoas. A veracidade do ensino de Pedro não é ali posta em dúvida, de maneira alguma. O trecho de Gálatas 2:1-10 mostra-nos que Paulo e os apóstolos que haviam sido chamados antes dele concordavam perfeitamente em questões de doutrina.

Paulo mostrou qual o seu ensino sobre a Ceia do Senhor. Por causa de seu apostolado, esse ensino conta com a autoridade do Senhor Jesus, contrária às práticas indisciplinadas dos crentes de Corinto, as quais não contavam com o respaldo da autoridade de Cristo (I Cor. 11). No grego, em I Cor. 11:23, o primeiro «eu» é enfático, dando a entender: «Porque eu, como apóstolo, recebi do Senhor...» Naturalmente, os apóstolos não somente transmitiram tradições da parte do Senhor Jesus; mas, visto que eram impulsionados pelo Espírito, que é o Espírito da verdade e o Espírito de Cristo, também davam pareceres sobre questões a respeito das quais a tradição fazia silêncio. Acerca de certas questões atinentes ao casamento, Paulo nada encontrou nas tradições sobre os ensinos de Jesus, a esse respeito, mas ofereceu a sua opinião, como apóstolo dirigido pelo Espírito de Cristo (I Cor. 7:25,40; cf. 14:37). Há um toque de ironia nas palavras de I Coríntios 7:40 «...e penso que também eu tenho o Espírito de Deus». É precisamente essa distinção entre a tradição oficializada e o discernimento dado pelo Espírito que faz por detrás das distinções que Paulo fez em I Coríntios 7:10,12,25. Há um grande esclarecimento a esse respeito no sexto versículo desse mesmo capítulo: «E isto vos digo como concessão, e não por mandamento». É que não somente mandamentos, mas até mesmo permissões, precisam ser autoritariamente declaradas, e Paulo fez isso em sua capacidade de apóstolo de Cristo. Nesse sétimo capítulo de I Coríntios, pois, encontramos Paulo transmitindo tradições e oferecendo pareceres; mas fez ambas as coisas em sua capacidade apostólica, como alguém especialmente comissionado por Cristo, especialmente dotado pelo Espírito, precisamente com essa finalidade.

3. A apostolicidade e a autoridade do Novo Testamento. Paulo refere-se à Igreja, dizendo que ela está edificada «sobre o fundamento dos apóstolos e profetas, sendo ele mesmo, Cristo Jesus, a pedra angular» (Efé. 2:20). O exame da epístola aos Efésios torna altamente provável que os profetas ali referidos são os do Novo Testamento, e não os profetas do

Antigo Testamento, e também que eles são descritos como alicerce da Igreja por causa do caráter fundamental do ensino profético (cf. 3,4,5; 4:11). Os convertidos no dia de Pentecoste, segundo lemos, «perseveravam na doutrina dos apóstolos» (Atos 2:42), doutrina essa que, naturalmente, era totalmente centralizada em Cristo e por ele controlada. O Novo Testamento reconhece a possível existência de falsos profetas, pelo que é significativo que a verdade apostólica seja o teste de todas as reivindicações de profecia que emana do Espírito de Deus. «Se alguém se considera profeta, ou espiritual, reconheça ser mandamento do Senhor, o que vos escrevo» (I Cor. 14:37; cf. I João 4:1-6). Judas confrontou os falsos mestres, exortando os seus leitores a batalharem «diligentemente pela fé que uma vez por todas foi entregue aos santos», lembrando-se «das palavras anteriormente proferidas pelos apóstolos de nosso Senhor Jesus Cristo» e edificando-se na nossa santíssima fé, que a nós foi conferida (Jud. 3:17,20). Quanto a essa conexão observemos a significação de trechos como I Tes. 5:19-22 e II Tes. 3:6,11-14.

Não há qualquer sugestão, nas páginas do Novo Testamento, que devamos esperar sucessores dos apóstolos originais, como mestres autorizados. O ofício apostólico, em sentido pessoal, ao que parece, foi temporário, embora trate-se de um dom permanente de Cristo à Igreja, devido ao testemunho que eles deixaram, sob a forma de documentos escritos que participam do Novo Testamento. Pois é somente através desses documentos que os ensinos apostólicos atualmente são postos à nossa disposição, de tal modo que os homens podem confiar em Cristo através da palavra deles (João 17:8,14,20). Os crentes, pois, continuam devotando-se ao ensino apostólico por esse intermédio. A noção comum de que os apóstolos não percebiam que estavam escrevendo literatura inspirada e autoritária não corresponde aos fatos, porquanto puseram considerável ênfase sobre a autoridade de seus escritos (ver I Cor. 14:37; I Tes. 5:27; II Tes. 3:14 e Apo. 22:18,19).

O cânon do Novo Testamento (que vide) jaz fora do escopo deste artigo. Porém, deve-se notar que, de acordo com o próprio Novo Testamento, havia outras pessoas impulsionadas pelo Espírito Santo, nos dias da Igreja primitiva, além dos apóstolos, a saber, os profetas do Novo Testamento. O teste de suas declarações proféticas era a verdade ensinada pelos apóstolos. Pode-se mostrar facilmente a harmonia entre os escritos não-apostólicos do Novo Testamento e os escritos apostólicos. O N. Testamento, como um todo, apresenta uma maravilhosa unidade no tocante à doutrina, embora *ali haja evolução* doutrinária *e graus* de revelação (ver seção V).

Ver o artigo geral sobre *Autoridade*. Há autoridades além das Escrituras.

IV. O Uso das Escrituras

A. Finalidade Prática da Outorga das Escrituras. É altamente significativo que um dos mais importantes trechos bíblicos que exibem a doutrina bíblica da inspiração esteja ligado a um dos trechos de uso prático das Escrituras. «...desde a infância sabes as sagradas letras que podem tornar-te sábio para a salvação, pela fé em Cristo Jesus. Toda Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para a correção, para a educação na justiça, a fim de que o homem de Deus seja perfeito e perfeitamente habilitado para toda boa obra» (II Tim. 3:15-17). Portanto, a função da Bíblia é servir-nos de orientações instrutivas, e sua finalidade é levar os homens à salvação, preparando-os para o serviço santificado. O quádruplo propósito, que encontramos nesses versículos, acima citados, indica que o uso das Escrituras deve ser tanto teológico quanto ético, porquanto instrui-nos a mente na verdade divina e orienta-nos no reto caminho. E também há aspectos positivos e negativos, porquanto «repreensão» e «correção» dão a entender que há erros, nas idéias e nas ações, que precisam ser corrigidos.

A função instrutiva das Escrituras nunca é meramente intelectual, pois é igualmente prática. Seu alvo é produzir não apenas o conhecimento, mas também sabedoria e aplicação pessoais. «As cousas encobertas pertencem ao Senhor nosso Deus; porém as reveladas pertencem a nós e a nossos filhos para sempre, para que cumpramos todas as palavras desta lei» (Deu. 29:29; cf. Deu. 32:46,47; Jos. 1:7,8; Tia. 1:25 *ss* e Apo. 1:3).

B. As Escrituras e a Iluminação Espiritual. É mister distinguir entre a inspiração e a iluminação, observando a relação que há entre essas duas coisas. Isso é claramente indicado no trecho de I Cor. 2:1-16. Ao falar sobre o «testemunho de Deus» que, como apóstolo, — Paulo havia proclamado aos coríntios (ver vs. 1) — que esse testemunho lhe fora divinamente revelado, e que tal revelação fora comunicada pelos canais humanos da inspiração, àqueles capacitados a recebê-la. «Disto também falamos, não em palavras ensinadas pela sabedoria humana, mas ensinadas pelo Espírito, conferindo cousas espirituais com espirituais. Ora, o homem natural não aceita as cousas do Espírito de Deus, porque lhe são loucura; e não pode entendê-las porque elas se discernem espiritualmente...» (vs. 13,14). Portanto, as verdades espirituais são um terreno desconhecido para aqueles que não são regenerados, e é a Palavra de Deus que o Espírito Santo usa como instrumento para produzir o novo nascimento (Tia. 1:18; I Ped. 1:23-25). A regeneração é descrita de vários modos no Novo Testamento, mas uma de suas analogias mais significativas é aquela que diz respeito ao resplendor de uma grande luz, ao raiar de um novo dia (II Cor. 4:6; Efé. 5:14). Mediante o poder do Espírito, que vem habitar no crente, a norma da vida cristã é a de um avanço progressivo na iluminação e no entendimento espirituais (Efé. 1:17 *ss*; cf. Sal. 119:18, 97-104,144; Pro. 14:18). Estritamente falando, a obra do Espírito não consiste tanto na iluminação da própria Palavra de Deus (esse é o conceito neo-ortodoxo da questão), consiste muito mais na iluminação do coração humano, para que possa compreender a Palavra. Em outras palavras, as Escrituras são claras em si mesmas (o termo técnico aqui aplicável é a «perspicuidade das Escrituras»). Mas o coração humano, enegrecido e obscurecido pelo pecado, requer uma operação sobrenatural do Espírito Santo, antes que possa compreender e acolher a verdade de Deus.

C. A Interpretação das Escrituras.

1. A Importância da Interpretação. Se a Bíblia é uma revelação inspirada e autoritária da parte de Deus, então é de suprema importância que ela seja devidamente compreendida. É possível uma pessoa distorcer as Escrituras, para sua própria condenação (II Ped. 3:16; cf. II Cor. 4:2; I Tim. 1:3-11). Satanás aplicou as Escrituras de uma maneira que violava os contextos dos trechos citados, quando tentou ao Senhor Jesus (Mat. 4:6). Jesus e os fariseus estavam acordes quanto à inspiração e autoridade do Antigo Testamento, embora com freqüência divergissem quanto à sua interpretação. Mateus, em particular,

mostra-O por muitas vezes repreendendo os líderes judaicos por não compreenderem corretamente o significado de certas passagens do Antigo Testamento (Mat. 9:13; 12:3-8; 21:42 e 22:23-32).

2. O divino intérprete. Durante o ministério do Senhor Jesus, os discípulos foram os beneficiários de suas instruções sendo que grande parte das mesmas envolvia a questão da interpretação do Antigo Testamento. E o Senhor continuou a instruí-los a esse respeito, mesmo após a sua ressurreição (Luc. 24:25-27,32,44-47). As interpretações dadas por Jesus estavam escudadas na autoridade de sua própria pessoa divina. Jesus prometeu que o Espírito Santo continuaria a instruir os discípulos quanto à verdade divina (João 16:12 *ss*). Ao crente é proporcionado um certo «instinto» espiritual no tocante à verdade, devido à presença do Espírito. Diz João a esse respeito: «Isto que vos acabo de escrever é acerca dos que vos procuram enganar. Quanto a vós outros, a unção que dele recebestes permanece em vós, e não tendes necessidade de que alguém vos ensine; mas, como a sua unção vos ensina a respeito de todas as cousas, e é verdadeira, e não é falsa, permanecei nele, como também ela vos ensinou» (I João 2:26,27; cf. I João 2:20,21). O crente é assim instruído de que não há necessidade de ser ele iludido por falsos ensinos. O falso ensino também é aludido em II Pedro 1:20,21, onde se lê: «...sabendo, primeiramente, isto, que nenhuma profecia da Escritura provém de particular elucidação; porque nunca jamais qualquer profecia foi dada por vontade humana, entretanto homens falaram da parte de Deus, movidos pelo Espírito Santo». As palavras «de particular elucidação» mui provavelmente aludem ao próprio profeta, em cujo caso, elas meramente sublinham o fato de que toda profecia é de origem não-humana, mas é divina. Por outra parte, pode se referir aos leitores (porquanto os leitores de Pedro haviam sido convidados a darem atenção à palavra profética, no vs. 19), o que significa que em vista do fato da profecia ter sido dada pelo Espírito, agora só pode também ser interpretada pelo Espírito. O «direito de julgamento privado» não nos dá licença para distorcer as Escrituras, e nem para nos entregarmos a uma exegese desequilibrada e fantasiosa; antes, esse direito fala sobre a liberdade que temos de seguir os próprios princípios de interpretação usados pelo Espírito Santo, a saber, aqueles princípios hermenêuticos ensinados pelas próprias Escrituras Sagradas. Ver *Hermenêutica* e *Interpretação da Bíblia*.

3. O propósito das Escrituras. Naturalmente, a interpretação de qualquer obra escrita deve estar relacionada a seu propósito; e o propósito da Bíblia é claro e francamente prático. As Escrituras nos foram outorgadas a fim de que, como povo de Deus, sejamos aperfeiçoados na vida da piedade. A posição evangélica clássica é que quando a Bíblia aborda qualquer questão de história, ciência, etc., ela o faz em conformidade inflexível com a verdade. Naturalmente, a Bíblia foi escrita em linguagem popular, não técnica. Há muitas porções históricas no volume sagrado, mas as questões científicas usualmente são abordadas de modo apenas incidental. Mas essa abordagem é necessária, devido à própria natureza da questão envolvida. Pois, se Deus quisesse falar-nos em linguagem técnica e científica, usaria a linguagem divina (escudada na sua infinita sabedoria) ou a linguagem humana? E, neste último caso, as Escrituras refletiriam a ciência humana de qual século? Portanto, Deus precisou falar em linguagem não técnica, a fim de que pudesse ser entendido em todas as épocas. Além disso, a Bíblia não foi escrita para nos ensinar verdades científicas, e, sim, para nos ensinar como deve ser o nosso relacionamento para com Deus e para com os nossos semelhantes, isto é, verdades teológicas e éticas. É correto, pois, mantermos a inerrância das Escrituras, até mesmo quando estas abordam questões científicas. Ver o artigo *Ciência na Bíblia*. Essa inerrância deve-se ao fato de que as Escrituras foram «sopradas por Deus», e o produto resultante é a verdade do Espírito. Contudo, reiteramos que é um erro perder de vista o fato de que o grande propósito da Bíblia é ensinar aos homens as verdades de Deus. Tudo o mais que ali existe é apenas incidental, contribuindo com sua parcela ao resultado final.

4. As Escrituras interpretam a si mesmas. A autoria múltipla das Escrituras transparece em grande variedade de estilos, vocabulário e ênfases que ali se vêem. Mas, por baixo dessa grande variedade, existe uma unidade básica de doutrina. Os estudos modernos sobre o *kérugma* («a coisa proclamada») do Novo Testamento têm tendido a sublinhar a unidade dos pregadores e escritores da Igreja Primitiva. Estudos similares quanto ao Antigo Testamento, desvendam-nos que ali a unidade gira em torno da pessoa do Deus soberano e justo, que redimiu do Egito ao seu povo de Israel, conduzindo-o à Terra Prometida. Outrossim, a unidade dos dois Testamentos é o constante pressuposto dos autores sagrados do Novo Testamento. Essa unidade, naturalmente, é resultado da obra inspiradora do Espírito de Deus, o real Autor das Escrituras. Isso significa, por sua vez, que a verdadeira interpretação das Escrituras demonstrará a harmonia da Bíblia consigo mesma. E isso não requer nenhum método artificial ou forçado, e, sim, procura fazer justiça tanto ao sentido natural de cada trecho bíblico como à unidade das Escrituras como um todo. Isso não quer dizer, por outro lado, que a interpretação de cada texto nos seja dada através de um sistema dogmático adredemente preparado. Mas significa que devemos conservar em mente o fato de que, por detrás de todos os autores humanos avulta o Espírito Santo, porquanto isso é o que a própria Bíblia afirma a seu respeito. Também importa não nos olvidarmos do fato de que a Bíblia contém muitos exemplos de interpretação, porquanto os próprios autores do Novo Testamento interpretaram o Antigo Testamento. E os princípios hermenêuticos por eles aplicados têm a chancela da inspiração divina do Espírito, por detrás de suas interpretações. Nisso vemos que o Espírito Santo é o nosso guia na correta interpretação das Santas Escrituras.

5. O princípio gramático-histórico. A Bíblia é divina em sua origem, mas tem elementos humanos. A sua linguagem também é totalmente humana, bem como sua maneira de exprimir-se, porque em nenhum momento o Espírito inspirador anulou a instrumentalidade humana, nas suas comunicações da verdade. Por essa razão, as Escrituras, no tocante à sua interpretação, devem ser encaradas como se fossem outra literatura qualquer, onde são encontradas linguagem e expressões tipicamente humanas. Isso posto, devemos dar cuidadosa atenção as palavras, frases e sentenças. e cada declaração particular precisa ser compreendida em relação a seu contexto próximo e remoto. Ver *Hermenêutica*.

A Bíblia encerra muitos exemplos de artifícios literários geralmente utilizados na literatura comum. Entre esses podemos citar omissões (Atos 2:40), compressões (contrastar Mar. 1:29-31 com 1:32-34), parênteses (Efé. 4:9,10) e elipses (por exemplo, em Heb. 8:7, a palavra «aliança» não aparece no texto grego, embora possa ser inferida com base no

contexto). Também ocorrem muitas figuras de linguagem. Algumas das mais importantes dentre elas são as seguintes: ironia (I Reis 18:27); litotes (Lucas gosta muito dessa figura de linguagem, por exemplo, Atos 12:18); hipérbole (II Sam. 1:23); sinédoque (Luc. 24:44), onde a palavra «salmos» provavelmente ocupa o lugar de «Escritos», pois o livro de Salmos era o primeiro livro da terceira divisão do cânon hebraico. Símiles e metáforas ocorrem de modo quase incontável. E também deveríamos lembrar que a Bíblia contém certa variedade de formas literárias, como prosa, poesia, parábola, alegoria, etc. As características de cada uma dessas formas literárias precisam ser estudadas, para sabermos interpretá-las corretamente.

O contexto histórico também é importante, e os leitores da Bíblia deveriam sempre procurar descobrir o que qualquer dado trecho bíblico deve ter significado para os seus leitores originais, na situação particular deles, e em termos de pano de fundo histórico deles. Isso significa que o conhecimento da história do período bíblico e da geografia das regiões bíblicas, bem como os costumes dos hebreus e de outros povos aludidos na Bíblia, produz uma acentuada vantagem a quem aborda as Escrituras com tais informações.

6. O princípio teológico. A abordagem gramático-histórica não é o único nível em que se deve fazer trabalho de interpretação. O intérprete precisa lembrar sempre o fator da unidade das Escrituras, compreendendo que qualquer trecho em particular só é realmente entendido à luz da totalidade da Bíblia. Isso significa que o estudioso deve procurar entender não somente o autor humano em seu contexto (o livro particular em que ocorre uma passagem), mas, acima desse autor, o Autor divino da Bíblia (a Bíblia como um todo). Por exemplo, ele deve lembrar que nas Escrituras a verdade é exposta de maneira progressiva—de tal modo que a verdade vai sendo desdobrada gradativamente (sem a necessidade de nos irmos «esquecendo» das verdades anteriormente reveladas), e que Cristo é o ponto culminante e o clímax desse processo revelatório divinamente controlado (Heb. 1:1,2). Cristo não é o único Alvo da revelação bíblica, mas é o grande Tema da primeira à última página das Sagradas Escrituras (Luc. 24:27; João 5:45-47; Rom. 3:21 *ss*; I Ped. 1:10-12; etc.). O caráter cristológico da Bíblia emerge de várias maneiras. O Antigo Testamento prediz acerca de Cristo (Mat. 2:5,6; Rom. 9:33, etc.). Ali Ele também é tipificado, ou seja, há certa correspondência entre alguns eventos, instituições e indivíduos do Antigo Testamento e a pessoa de Cristo, de tal modo que, no Antigo Testamento, encontramos uma antecipação divinamente tencionada, mais ou menos parcial ou imperfeita, mas que retrata algo da pessoa ou da obra de Cristo. Todavia, grande cautela deve ser exercida nesse campo da tipologia, e o claro ensino do Novo Testamento é o único guia seguro para os elementos tipológicos no Antigo Testamento. Os escritores do Novo Testamento descrevem Cristo como o último Adão (I Cor. 15:45), como nosso Cordeiro pascal (I Cor. 5:7) e como nosso grande Sumo Sacerdote (Heb. 4:14). Essas descrições alicerçam-se sobre esse princípio tipológico. Os escritores do Novo Testamento também parecem referir-se ocasionalmente a uma real presença de Cristo na narrativa do Antigo Testamento (I Cor. 10:4), embora não se possa exagerar quanto a esse aspecto, conforme alguns estudiosos muito zelosos têm feito. Muitos intérpretes evangélicos salientam a presença de diferentes dispensações (períodos administrativos que envolvem métodos um tanto diferentes do trato divino com os seres humanos), enquanto que outros intérpretes preferem salientar a importância do conceito de pacto nas Escrituras, como algo que exibe a unidade que há em todos os estágios da atividade remidora de Deus. Cada uma dessas duas escolas tende por criticar à outra. No entanto, não devemos perder de vista que seus princípios hermenêuticos mais importantes são idênticos, porquanto ambos partem do pressuposto de que a Bíblia demonstra «unidade em meio à diversidade». A compreensão evangélica acerca da interpretação das Escrituras poderia ser sumariada nessas cinco palavras: «unidade em meio à diversidade», porquanto são apenas uma outra maneira de dizer que a Bíblia é, ao mesmo tempo, plenamente humana e plenamente divina, nos pensamentos que ela nos transmite. Os intérpretes evangélicos também concordam que nenhum princípio filosófico estranho (como o existencialismo, empregado pela escola de Bultmann) deveria constituir pressupostos com base na interpretação, porquanto **toda e qualquer filosofia** humana deve ser sujeitada ao julgamento da Palavra escrita de Deus. Ver *Inspiração* e *Revelação*.

D. Segundo II Timóteo 3:16 e 3:17

Toda Escritura é divinamente inspirada e proveitosa para ensinar, para repreender, para corrigir, para instruir em justiça; para que o homem de Deus seja perfeito, e perfeitamente preparado para toda boa obra.

Útil. No grego é *«ophelimos»*, que significa «benéfico», «vantajoso», «útil». As Escrituras Sagradas não visam satisfazer à curiosidade da teologia especulativa, mas foram escritas para serem aplicadas à vida diária. Nisso é que reside a sua «utilidade».

Para o ensino. No grego o substantivo é *didaskalia*, palavra essa que usualmente se reveste de sentido formal, nestas «epístolas pastorais», isto é, *doutrina*, em contraste com qualquer simples instrução. Nestas epístolas, além disso, «doutrina» indica o «cristianismo ortodoxo», a «doutrina paulina ortodoxa». As Escrituras do A.T., quando são verdadeiramente entendidas, refletem a mensagem paulina. Neste versículo, entretanto, devemos compreender toda e qualquer forma de «instrução», sobre questões doutrinárias e práticas. Este vocábulo figura por onze vezes nestas epístolas pastorais. (Ver I Tim. 1:10 no NTI quanto a notas expositivas mais completas sobre seu uso).

Para a repreensão. No grego original é *«elegmos»* (ou «elegchos»), que aparece somente aqui e em Heb. 11:1, onde tem o sentido de *prova*, «evidência». Essa palavra também indica a «convicção», a «condenação» de um criminoso, ou então «reprimenda», «punição». As Escrituras nos repreendem devido às nossas transgressões; têm uma função *corretiva*, aplicável às ações morais. É bem provável que esse termo seja polêmico—as Escrituras repreendem e corrigem os «ensinamentos falsos» e os seus «mestres» (ver Tito 1:9,13),— como também repreendem o pecado (ver I Tim. 5:20; Tito 2:15 e comparar com Efé. 5:13 e João 16:8).

Para a correção. No original grego é *«epanorthosis»*, que significa «correção», «aprimoramento». Esse vocábulo se encontra exclusivamente aqui, em todo o N.T., pelo que é uma das cento e setenta e cinco palavras que aparecem somente nas «epístolas pastorais». (Ver o artigo sobre as *epístolas pastorais*, em sua primeira seção, quarta parte, que aborda as «peculiaridades lingüísticas das epístolas pastorais»).

Para a educação na justiça. No grego, *educação* é *paideia*, que significa «educação das crianças»,

«criação», «treinamento», «disciplina», «instrução». No tocante à «...justiça...» (que no grego é «dikaiosune»), fica indicado o «treinamento naquilo que é reto» (conforme diz a tradução inglesa de Williams, aqui vertida para o português). Porém, no sentido cristão, «praticar o que é reto» consiste em cultivar o caráter moral de Cristo, o qual, por sua vez, duplica a moralidade de Deus Pai em nós; pois somente dotado dessa *retidão* é que poderemos chegar à presença de Deus. (Ver as notas expositivas sobre a «retidão», no NTI em Rom. 3:21). Essa justiça é «de Deus»; mas também é tornada nossa, à proporção que vamos sendo — moralmente transformados segundo a imagem de Cristo. A «justiça» divina não nos é outorgada apenas «forensicamente», ou seja, apenas como declaração ou decreto de Deus, embora isso também expresse uma verdade. Na verdade, o Espírito Santo (ver Gál. 5:22,23) cria no crente a sua natureza moral—e disso é que consiste a autêntica retidão divina, a única aceitável pelo Senhor Deus. As Escrituras Sagradas, pois, revelam-nos o que Deus espera de nossa parte (ver Rom. 3:19,20), já que pela lei vem o pleno conhecimento do pecado (e também da boa conduta), mas somente o Espírito Santo pode tornar isso real em nós.

A inspiração tem produzido escritos que são absolutamente sem paralelo em toda a literatura mundial. Até mesmo no que diz respeito ao mérito literário, esses escritos têm poucos rivais. Porém, sua beleza literária não é a única coisa de que consiste seu caráter ímpar. Isso consiste muito mais de sua exaltada *espiritualidade*, de sua inexaurível capacidade de instrução e consolo, de sua ilimitada adaptabilidade a todas as idades e a todas as circunstâncias; acima de tudo, consiste em seu incessante poder de satisfazer as aspirações e anelos mais nobres do coração humano». (Plummer, *in loc.*).

Todos os poderes e tesouros da Bíblia têm por finalidade levar o homem à perfeição que há em Cristo, o que está incluído no processo da salvação, no que as Escrituras nos tornam «sábios» (ver II Tim. 3:15).

Homem de Deus. (Essa expressão é usada e explicada nas notas expositivas sobre I Tim. 6:11 no NTI). Indica o autêntico ministro de Cristo, alguém que recebera autoridade da parte de Cristo, por intermédio de Paulo, propagando seu evangelho e doutrina, em contraste com os falsos mestres, cujo «evangelho» era falsificado. Timóteo, pois era o «representante» dessa classe de homens.

Perfeito. No grego é *artios*, que significa «capaz», «eficiente», «completo» e, por conseguinte, capaz de satisfazer todas as exigências que lhe forem impostas como ministro de Cristo. Essa é uma das cento e setenta e cinco palavras encontradas somente nas «epístolas pastorais», e é usada exclusivamente em II Tim. 3:17. Não está em foco a «perfeição» total, que é o grande alvo da vida cristã, embora o fato do ministro tornar-se «completo» e «eficiente», em sua vida pessoal e em seu ministério, faça parte disso. A santidade pessoal dos ministros do evangelho, a sua eficiência no conhecimento bíblico, a sua utilidade nos dons espirituais—tudo faz parte desse «aprimoramento». E isso ocorre através do ministério do Espírito Santo, em comunhão mística com ele, o que também se dá no caso de todo e qualquer progresso na vida espiritual.

Perfeitamente habilitado. No original grego temos aqui um único vocábulo, «eksertismenos», o particípio perfeito de «eksartidzo», que significa «equipar», «terminar», «completar», «fornecer», «receber aptidão» para algum propósito específico. O homem de Deus deve ser equipado espiritualmente, através de sua dedicação a Cristo, mediante as Sagradas Escrituras. E isso é uma operação constante, que emana da natureza de sua experiência e de seu caráter espirituais, conforme o modo perfeito o indica. (No grego, o perfeito mostra uma ação no passado cujos resultados prosseguem até o presente). Notemos, por igual modo, a forma intensificada com o prefixo preposicional; portanto, a adição feita pelos tradutores, «*...perfeitamente...*», expressa corretamente essa intensificação. A raiz grega do vocábulo, é a mesma que no caso de «artios», a palavra grega anterior.

Para toda boa obra. O ministro de Deus não é apenas um teólogo teórico. Antes, toda a sua espiritualidade visará às boas obras, à expressão prática de sua fé. Que homens dedicados às «boas obras» são formados mediante o uso correto das Sagradas Escrituras, é prova de sua inspiração, de sua origem divina, do fato de que a Bíblia foi produzida pelo «sopro de Deus». A doutrina gnóstica, por sua vez, não produzia essa qualidade de homens. Mui provavelmente isso é subentendido em II Tim. 3:17. Por conseguinte, não basta alguém ser bom; é mister também praticar o bem.

O estudo da Bíblia é *um* dos meios do desenvolvimento espiritual. Apresento todos os meios no artigo sobre *Espiritualidade*, seção VI. *Os Meios do Desenvolvimento Espiritual.*

V. Níveis e Tipos de Inspiração

1. Em primeiro lugar, deveríamos observar que apesar do ensino da inspiração da Bíblia poder ser exposto com a ajuda de argumentos convincentes, também é verdade que os homens têm acumulado os seus *dogmas* em torno desse assunto. Ao fazerem assim, os homens têm ido muito além do que as próprias Escrituras dizem acerca delas. E isso tem criado problemas desnecessários. Os *dogmas* que deveríamos mencionar são os seguintes: 1. *O dogma de que não há qualquer tipo de erro na Bíblia.* Aquele que estuda as Escrituras, versículo após versículo, fica convencido de outra coisa. Há muitos erros gramaticais, até mesmo no Novo Testamento grego, o texto original, especialmente no evangelho de Marcos e no livro de Apocalipse. Ver o artigo sobre a *Historicidade dos Evangelhos*, onde isso é ilustrado. Há erros históricos no sétimo capítulo do livro de Atos, no discurso de Estêvão, onde ele segue uma tradição diferente daquela que figura no Antigo Testamento. O Antigo Testamento contém algumas *idéias* primitivas sobre Deus, que o Novo Testamento deixa de lado. O Antigo Testamento também reflete uma filosofia de justificação pelas obras, que o Novo Testamento abandona totalmente, mormente nos escritos de Paulo. Não se deve pensar que a justificação pela fé era o ensino permanente do judaísmo. Qualquer rabino pode mostrar que não era assim. As palavras de Jesus são arranjadas de modo diferente, nos diversos relatos dos evangelhos, pelo que temos de concluir que certas conexões são artificiais. Assim, quando os vários autores sagrados combinaram os eventos com as declarações de Jesus, eles o estavam fazendo apenas por conveniência literária, e não por amor à exatidão histórica. Esse fato é amplamente ilustrado no artigo sobre a *Historicidade dos Evangelhos*. Dentro do próprio Novo Testamento encontramos um desenvolvimento da exposição teológica, que faz certas doutrinas tornarem-se obsoletas, parciais, incorretas. O próprio evangelho passa por uma fase de transição, dos evangelhos

sinópticos para a transformação segundo a imagem de Cristo, que já é um conceito paulino. Um juízo brutal, inexorável e eterno, sob chamas que não se extinguem, o que foi um conceito extraído diretamente dos escritos pseudepígrafos (como em I Enoque), cede lugar ao amor de Deus e ao conceito da restauração final, em Efésios 1:9,10. Ver o artigo sobre a *Restauração*, onde procuro demonstrar esse fato. As antigas idéias *cosmológicas* dos hebreus (ilustradas nos artigos Astronomia e Cosmogonia) mostram-se muito incorretas, a despeito do fato de que há referências bíblicas que as apóiam. A consulta dos artigos referidos dá provas suficientes disso.

Os teólogos têm forçado sobre a Bíblia certas idéias sobre a inspiração divina. A tentativa deles era de eliminar certos erros; mas a tentativa falhou, e não resistiu de pé, sob exame. Contudo, não nos deveria surpreender que isso tenha sucedido. Também não devemos defender meros dogmas humanos. A verdade deve ser a nossa única ortodoxia.

2. Outro dogma é aquele envolvido no ensino sobre a inspiração que diz que Deus estagnou, e nada mais haverá de nos revelar. O trecho de Apocalipse 22:18,19 tem sido usado como texto de prova dessa idéia; mas os eruditos sabem que aquele trecho não foi escrito com esse intuito. Ver a minha exposição sobre aqueles versículos no NTI, *in loc.* — A Deus cabe resolver quando e sob quais circunstâncias ele poderá dar-nos maiores revelações, até mesmo com outras Escrituras. Alguns têm dito que isso já tem acontecido em tempos modernos; mas as evidências que eles têm apresentado não são convincentes. Contudo, teoricamente, isso poderia acontecer a qualquer tempo escolhido pelo Senhor.

3. O modo de revelação e inspiração também tem sido dogmatizado. Alguns supõem que cada palavra da Bíblia foi inspirada por meio de ditado, mas isso resultaria na inescapável conclusão de que o Espírito Santo foi um mau gramático e um deficiente organizador de material! A inspiração divina ocorre em muitos níveis, seguindo muitos métodos. O método do ditado é apenas um desses métodos. Ilustramos isso na seção II. A e B deste presente artigo. Ver também seção V inteira.

4. Finalmente, alguns supõem e dogmatizam que não pode haver níveis variados de inspiração, de tal modo que afirmam que toda a Escritura, tanto do Antigo quanto do Novo Testamentos, são de igual valor, autoridade e iluminação espirituais. Esse dogma é claramente falso. Quando comparamos o Antigo com o Novo Testamento, mesmo que queiramos muito respeitar o Antigo Testamento, vemos claramente que o Novo Testamento o ultrapassa em muitas coisas, trazendo à luz uma compreensão mais clara sobre muitas doutrinas. Quando confrontamos os escritos de Paulo com os escritos de Tiago, certamente obtemos uma visão mais clara sobre a salvação da alma. Além disso, — cada vez — que encontramos algum *mistério* paulino, temos uma declaração acerca de alguma nova realidade, descrita sob a forma de uma doutrina. Se assim não fora, não haveria o envolvimento de qualquer mistério. Um mistério neotestamentário é algum *segredo desvendado*, algo trazido à tona, mas que estivera oculto até àquele ponto. Isso posto, é óbvio que até mesmo no Novo Testamento o espírito da revelação avança, e que alguns escritores sagrados receberam revelações mais profundas do que outros. — Nota-se que Tiago continuava na sinagoga quando escreveu sua epístola, embora ele tenha ensinado doutrinas distintamente cristãs. Ele continuava promovendo a justificação pela fé e pelas obras, uma antiga idéia judaica. Paulo, entretanto, leva-nos para além dessa maneira de pensar.

O fundo mental e espiritual das pessoas foi usado pelo Espírito Santo em alguns trechos bíblicos, provavelmente sem qualquer inspiração imediata, sem qualquer êxtase, ou coisa semelhante. Em outros casos, houve visões da mais elevada ordem, estados de êxtase e ditado puro. Ainda em outros casos, esses dois métodos foram combinados. Em alguns casos, um autor sagrado simplesmente diz o que sabia, e não devemos imaginar que, naquele momento, ele estivesse prestando informações perfeitas, inspiradas palavra por palavra.

Mamadeira Espiritual

Preparamos **fórmulas** de mamadeira para nossos *bebês*, tudo muito perfeito, de modo que tudo quanto eles têm a fazer é sugar. Apesar de que a verdade, algumas vezes, chega até nós assim preparada, como um presente de Deus, na maioria das vezes a questão assemelha-se mais a um campo que precisa ser cultivado, — ou a uma mina que precisa ser explorada mediante muito trabalho árduo. Há uma certa infantilidade quando alguém exige uma mamadeira de revelações perfeitas, completas, extáticas. Os adultos espirituais não pensam que isso é necessário. Deus revelou-se na natureza, nas Escrituras e na pessoa de Jesus Cristo. Ele tem contado com Seus instrumentos, o que sucede até os nossos próprios dias. Muitas e grandiosas verdades têm sido transmitidas a nós mediante a inspiração e a revelação. Basta-nos saber disso, seguindo aquilo que nos foi dado. Também é verdade que sabemos mais do que aquilo que praticamos. A espiritualidade consiste, em parte, em saber como pôr em prática aquilo que tivermos aprendido. As Escrituras oferecem-nos uma orientação para o conhecimento e a prática. E também *há outras* autoridades. Ver o artigo sobre a *Autoridade*. As Escrituras Sagradas, entretanto, são o nosso guia principal. Não prestamos a Deus qualquer favor quando dogmatizamos alguma doutrina, ultrapassando assim o que as próprias Escrituras dizem e requerem. Também não prestamos a Deus qualquer favor quando negligenciamos muitas e grandes verdades que a Bíblia nos ensina. Em última análise, não nos será perguntado no que acreditávamos, e, sim, o que fizemos com aquilo em que acreditávamos. Quanto de nossas crenças temos posto em prática? Essa é a questão crucial.

Aceita-se universalmente entre os cristãos que o Novo Testamento encerra uma revelação que ultrapassa à do Antigo. E, por igual modo, é óbvio que certas porções do Novo Testamento são mais avançadas que outras. Porém, por alguma razão, muitos intérpretes não querem confessar essa circunstância, quanto ao próprio Novo Testamento. A expressão do evangelho, na epístola de Tiago, por exemplo, é rudimentar e, em certo sentido, errônea, embora precisemos qualificar essa declaração. O autor refuta ali a doutrina paulina da justificação pela fé, no seu segundo capítulo, de acordo com o ponto de vista legalista cristão refletido, por exemplo, no décimo quinto capítulo do livro de Atos. Apesar desses defeitos, a epístola de Tiago foi incorporada no cânon cristão. Isso não significa, contudo, que possa ser comparada, quanto à profundeza, com o grupo de epístolas paulinas. Além disso, dentro dos próprios escritos de Paulo, encontramos diversos níveis de revelação, e os níveis mais profundos são expressos como *mistérios*, que ultrapassam a tudo quanto se sabia até então. Quando Paulo fala em revelar algum

mistério (como em Efésios 1:9,10 e I Coríntios 15:51), ele estava dizendo que, até aquele tempo, o assunto que exprimia estava oculto nos conselhos divinos. Se isso não fosse assim, não teríamos um mistério, ou seja, um segredo de Deus que ali naquele instante, foi dado a conhecer. Não posso concordar com os hiperdispensacionalistas que dizem que somente as epístolas da prisão são autoritárias para formação da doutrina cristã. Essa é uma posição extrema e absurda. No entanto, também é verdade que as epístolas da prisão têm certas doutrinas, sobretudo acerca da Igreja, que têm uma visão mais ampla do que o resto do Novo Testamento. Uma das mais importantes doutrinas que aparecem nessa porção mais avançada da revelação neotestamentária diz respeito ao «mistério da vontade de Deus», de conformidade com a cuja vontade ele fará todas as coisas unificarem-se em torno de Cristo, através da restauração geral (que vide — ver Efé. 1:9,10). As implicações dessa doutrina são vastíssimas, e certamente vêem além de qualquer coisa que fora dito antes sobre o destino final do homem, no que diz respeito ao julgamento divino. É um erro tentar anular um *mistério* por algo que já se conhece. Os mistérios não somente ultrapassam, mas também chegam a anular doutrinas anteriores, da mesma maneira que Cristo, em seu grande sacrifício único, anulou todo o sistema de holocaustos do Antigo Testamento.

5. Tipos de Revelação e Inspiração. Já pudemos acompanhar certa explicação a esse respeito. Agora, sumariando, dizemos o seguinte:

a. A inspiração pode ser *extática*, ultapassando o depósito de conhecimentos cerebrais do autor, e entrando em novas áreas de pensamento e compreensão. O autor revela então a sua revelação, em estado de transe, ou seja, em um estado alterado da consciência. Nesses casos, bem podemos pensar na teoria do ditado; mas esse modo é limitado a somente certas porções dos livros de certos autores sagrados.

b. Cambando para o oposto extremo, a inspiração pode ser dada em um estado constante de *iluminação*, que se desenvolve juntamente com a espiritualidade pessoal do autor. Um homem santificado, iluminado, que está crescendo no conhecimento espiritual, tem algo a dizer inteiramente à parte de qualquer estado de transe. Tal homem já acumulou conhecimentos e discernimentos que o capacitam a escrever um livro iluminador, onde diz muitas coisas úteis, fruto de sua busca espiritual. Os livros devem ser julgados dignos de serem incluídos entre os livros sagrados em face da sabedoria que exibem, tornando-se assim parte de um cânon sagrado, embora não tenha havido qualquer experiência imediata e especial de revelação divina. Um notável exemplo disso, no Antigo Testamento, é o livro de Eclesiastes, — que, embora contenha alguns pensamentos duvidosos (segundo alguns opinam), por causa de certas passagens e declarações excelentes, foi finalmente incluído no cânon veterotestamentário. E, no Novo Testamento, temos o caso da epístola de Tiago, que poderíamos descrever do mesmo modo, baseado como foi na vivência diária do autor sagrado, o que faz de seu livro uma obra acentuadamente prática, e bem pouco teórica. Embora o seu segundo capítulo sempre tenha deixado vexados a muitos da Igreja cristã, contém excelentes trechos que a Igreja nunca quis perder. Assim, apesar de sua visão do evangelho ser bastante rudimentar, o livro foi incluído no cânon do Novo Testamento. Todavia, a epístola reflete aquilo que se poderia esperar da parte de um rabino, quando falava em uma sinagoga, em qualquer dia de sábado, mesmo porque pertence à época em que a Igreja ainda não se separara inteiramente do judaísmo, conforme se deu depois da destruição do templo de Jerusalém. Em face de sua própria natureza, essa epístola de Tiago não exigiu qualquer revelação especial e imediata para ser escrita.

c. *As obras históricas* (os evangelhos e o livro de Atos) são exatamente isso, narrativas sobre os primórdios cristãos, incluindo dados das vidas de Jesus e dos apóstolos. Supomos que, pelo menos em sua maior parte, não houve qualquer necessidade de revelações especiais e imediatas. Os autores simplesmente foram levados pelo Espírito de Deus a escrever suas composições, por serem testemunhas de grandes e poderosos acontecimentos, sobre os quais a humanidade precisava tomar conhecimento. Nesses casos, a inspiração consiste mais na orientação imprimida pelo Espírito para registrar coisas importantes e não na revelação de verdades novas, de maneiras específicas. Marcos registrou a sua obra com vários erros gramaticais, sobretudo de sintaxe; mas, por haver registrado com fidelidade informes sobre a vida de Jesus, a mensagem foi transmitida com grande poder, apesar de algumas deficiências literárias pessoais. Mateus e Lucas adicionaram a isso declarações feitas por Jesus, não havendo qualquer necessidade de inspiração extática para tanto. Tudo quanto precisaram fazer foi registrar fielmente o que as tradições orais (e algumas escritas) já haviam provido para eles seguirem. As declarações do Senhor comunicam profundo sentido exatamente pelo fato de terem sido fielmente registradas. Não houve qualquer necessidade de segundas revelações para aumentar o valor desses registros.

d. A doutrina da *inspiração* requer que tenhamos fé de que o Espírito Santo influenciou o processo da formação do cânon, e que ele controlou todo o processo. Porém, ele pôs as mãos sobre a questão em diferentes sentidos e níveis, e usualmente usou instrumentos humanos de tal maneira que não ultrapassou às qualidades humanas dos autores, com seus poderes e deficiências. Aquela teoria de inspiração que insiste que houve *somente* o fenômeno do ditado é apenas um dogma humano que, quando investigado, mostra-se falso. Porém, o fenômeno do ditado foi *uma* das maneiras pelas quais o Espírito Santo usou homens para a produção de certos trechos das Sagradas Escrituras. Mas outros modos foram usados, segundo já sugerimos. Qual vantagem se obtém com a insistência dogmática de que o Espírito Santo sempre limitou-se a usar somente o método do ditado, dentro do fenômeno da inspiração? Nenhuma. O que importa é entender que o produto final é um guia fidedigno para a vida e a prática cristãs. Esse resultado é maior do que qualquer expressão isolada do fenômeno, nas vidas dos homens. Com isso damos a entender que nenhum ser humano jamais seguiu essa orientação tão completamente quanto pode ser feito. Ninguém viveu completamente à altura desse admirável fenômeno. **Isso sempre nos convida a** uma espiritualidade superior, de tal modo que, quanto melhor procurarmos aplicar esses princípios às nossas vidas, mais excelente espiritualidade haveremos de desenvolver.

e. *O estado místico, não-verbal.* A revelação pode ultrapassar as categorias da intelecção humana. Ver uma declaração sobre este tipo de *inspiração* em seção II A, segundo parágrafo, que começa com as palavras *Observações Preliminares: Os Estados Místicos e a Inspiração Verbal.*.

Bibliografia. AM B BART C IB ID NTI ORE Z

••• ••• •••

ESCRITURAS E AS TRADIÇÕES

Ver o artigo separado sobre **Tradição**. As igrejas Católica Romana, Oriental Ortodoxa e Anglicana respeitam as tradições como autoritárias. Johann Maier Eck forçou Lutero a admitir que ele não aceitava os escritos dos pais da Igreja e as tradições como autoritárias (sem erro); e foi daí que emergiu o grito de guerra protestante: «As Escrituras somente!» Esse lema parece nobre, mas perde de vista um ponto importante: *Tradição é interpretação*. Alguém precisa interpretar as Escrituras, e então dizer: «Isto é o que esta passagem significa». Isso cria um problema de difícil solução. Uma das soluções é aquela imposta de cima para baixo, como faz, por exemplo, a Igreja Católica Romana. Esta tem a vantagem de emitir uma voz mais ou menos coerente; mas a desvantagem é que essa coerência acaba sendo em torno de idéias antibíblicas. Por outro lado, quando a interpretação fica ao sabor de cada indivíduo, como no protestantismo, o resultado inevitável é a *fragmentação*. A verdade da questão é que a revelação de Deus precisa ser iluminada pelo Espírito, para que seja corretamente entendida; e o próprio intérprete precisa crescer, se tiver de entender as verdades mais profundas, e isso não depende somente de cada indivíduo, mas da soberana vontade do Senhor. Em outras palavras, o verdadeiro intérprete das Escrituras é o Espírito Santo, e não o homem, quer coletiva, quer individualmente.

Cada denominação, queira ela admiti-lo ou não, torna-se uma tradição organizada em torno de uma série de interpretações. Portanto, aquilo que foi despejado pela porta da frente, reentra pela porta dos fundos — e a tradição torna-se autoritária, por meio da interpretação, a despeito dos altos protestos em contrário, por aqueles cujo lema é: «As Escrituras somente!» Assim, o fato é que não podemos depender somente de uma autoridade. A verdade é vastíssima e a autoridade precisa ser múltipla. Ver o artigo geral sobre a *Autoridade*, quanto as minhas idéias sobre a questão. Ainda uma *outra verdade*, que não é levada em conta por aqueles que defendem as tradições, é que nenhuma autoridade é perfeita, sem erro e final. A verdade simplesmente não é assim. Antes, é uma inquirição eterna; e, nessa inquirição, ainda haveremos de sofrer muitas surpresas, sem dúvida.

Há dois extremos que precisam ser evitados: aquele que aceita as tradições, sem cotejá-las com a Bíblia, e acaba confiando cegamente nas tradições; e aquele que repele toda tradição, até mesmo aquela que concorda com a Bíblia, termina criando inúmeras teologias e cai no *subjetivismo*.

ESCRITURAS HERMÉTICAS

Uma coletânea de escritos gregos e latinos, representando uma nobre filosofia religiosa do período helenista. Fundia o pensamento platônico e estóico com idéias orientais. Os escritos em foco foram atribuídos a Hermes Trismegistus, nome dado ao deus egípcio Thoth. O corpo principal desse material é conhecido como *Corpus Hermeticum* ou *Hermética*. Data dos séculos II ou III D.C.

1. *O Título*. O título dessa literatura, conforme já adiantamos, deriva-se do nome de *Hermes Trismegistus*, ou seja, Hermes Três Vezes Grande. O mensageiro dos deuses, Hermes, era identificado com o deus egípcio Thoth. 2. *Origem e Carater*. É provável que esse material tenha sido produzido no Egito, embora escrito em grego, demonstrando forte sincretismo helenista. Presumivelmente, Hermes revelou segredos atinentes à vida humana, à conduta e à salvação dos homens. Essa literatura mescla idéias neoplatônicas (ver sobre o *Neoplatonismo*), estóicas (ver sobre *Escolas Filosóficas do Novo Testamento*), idéias de Filo, do gnosticismo (que vede) e elementos do evangelho de João, com alguns pontos de contraste, além de elementos do Antigo Testamento. O material foi apresentado sob a forma de diálogos, discursos, epístolas e declarações. Há dezoito obras principais, artificialmente reconstituídas com base em fragmentos, algumas das quais encontram-se na biblioteca gnóstica de *Chenoboskion* (o texto de Nag Hammadi), acerca desta biblioteca temos oferecido um artigo distinto.

3. *Obras Mais Conhecidas*. O tratado bem mais conhecido desse material todo é o *Poimandres*. O livro de Asclépio, escrito em latim, mostra dependência a essa obra. O vocábulo Pomandres pode significar algo como Pastor de Homens, ou então, conforme alguns têm sugerido, «Conhecimento do Deus-Sol». Seja como for, o nome representa um ser espiritual que trouxe as informações contidas naqueles escritos. Ali temos um relato sobre a origem do mundo, sobre a queda do homem e sobre a sua restauração, por meio do conhecimento, tudo segundo moldes gnósticos. Embora existam empréstimos extraídos da narrativa de Gênesis, segundo a Septuaginta, a cosmogonia envolvida é bastante diferente. Temos ali as sucessivas gerações de seres intermediários, incluindo a *Luz* (identificada com a *Nous*, ou *mente*), o *Logos* (o Filho de Deus e demiurgo, que criou o mundo material). O homem, anteriormente um ser imortal, tornou-se mortal por motivo do seu desejo; mas agora, pode ser restaurado por meio da *gnosis*, ou «conhecimento». A alma atravessa muitas esferas, até chegar à deidade. Essa restauração é ali denominada regeneração. A alma passa por um drama sagrado de purificação e de transformação metafísica, até que, finalmente, vem a descansar em Deus.

4. *A Ênfase*. Outras obras da mesma coletânea, embora menos coerentes, incorporam os temas centrais do corpo mortal como uma maldição, a necessidade de purificação e o processo regenerador, por meio do conhecimento. Hinos fervorosos e a ética devocional assinalam algumas dessas obras, o que lhes empresta o caráter de literatura grandiosa. Há em todas elas uma certa piedade mística, de mistura com a filosofia comum estóica e platônica.

5. *Relações com o Novo Testamento*. Já pudemos observar de que maneira essa literatura alicerça-se sobre o Gênesis do Antigo Testamento, fazendo empréstimos ou apresentando paralelos. O Logos, nesses escritos, é cósmico, e também é uma atividade da alma, mas não um ser pessoal. A idéia do *renascimento* faz-se presente; mas não nos moldes normais do Novo Testamento. «Ninguém pode ser salvo antes do renascimento» (*Tratado* 13:1). Porém, esse renascimento é o longo drama da alma, em sua jornada de volta à divindade. Idéias joaninas de vida e morte, de luz e trevas, de crença e de testemunho, encontram-se ali, pelo que talvez tenha havido uma influência direta do Novo Testamento nessa obra, embora isso não possa ser demonstrado de maneira absoluta. A Hermética surgiu depois do Novo Testamento, mas pode ter-se derivado de tradições antigas, algumas das quais, pelo menos, anteriores ao Novo Testamento. Os pontos de vista são diferentes, ainda que no vocabulário haja alguns paralelismos. O pecado dever-se-ia à ignorância e aos desejos, devendo ser gradualmente eliminado mediante um longo período de purificação, fazendo contraste com a radical operação efetuada pelo Espírito Santo, que aparece na conversão e na santificação neotestamen-

tárias. A salvação envolve a deificação, um conceito do Novo Testamento, embora quase não ouvido no seio da Igreja evangélica e limitado a alguns poucos trechos bíblicos, como Colossenses 2:10 e II Ped. 1:4. Em suma, podemos criticar esse material hermético da mesma maneira que criticamos os escritos gnósticos. Há alguns pontos paralelos com o Novo Testamento, quanto a alguns conceitos fundamentais, mas que, no entanto, recebem um *modus operandi* diferente do que se vê no Novo Testamento, e aos quais são adicionadas tradições místicas, neoplatônicas e gnósticas. (C ND NOK Z)

ESCRIVÃO DA CIDADE

No grego **grammateús**, palavra usada por sessenta e uma vezes, apenas por quatro vezes no livro de Atos, por uma vez em João, por uma vez em I Coríntios, e por cinqüenta e cinco vezes nos evangelhos sinópticos. Essa palavra usualmente é traduzida por «escriba». Mas, em Atos 19:35, lemos: «O escrivão da cidade, tendo apaziguado o povo, disse...» Na linguagem secular, um *grammateús* era um escrivão, que registrava e guardava os documentos e arquivos de uma cidade. Seu ofício incluía a redação de decretos oficiais, para então lê-los nas assembléias públicas. Foi o escrivão da cidade de Éfeso, nessa passagem do livro de Atos, que tentou e conseguiu apaziguar a multidão agitada, quando Demétrio provocou um grande distúrbio popular. Na Ásia Menor, sob o governo romano, os escrivães tinham o direito de presidir às reuniões públicas e de submeter as questões debatidas à solução pelo voto. Inscrições descobertas pelos arqueólogos ilustram bem essas questões. Um escrivão era uma espécie de secretário de estado. Os nomes de alguns desses oficiais aparecem em moedas e inscrições, o que demonstra que alguns deles foram figuras de considerável influência. Alguns deles também estavam encarregados do tesouro da cidade. Com base em evidências arqueológicas, algumas delas provenientes de inscrições descobertas em Éfeso, sabemos que esse oficial também atuava como uma espécie de *prefeito*, embora se ocupasse de funções que, hoje em dia, são entregues a outros oficiais. Como é óbvio, os deveres dos escrivães variavam de cidade para cidade, de conformidade com os costumes locais.

ESCRUPULOSIDADE

A palavra latina **scrupulus** significa «escrúpulo», alguma dúvida ou incerteza acerca de qualquer questão moral. A base da palavra é o termo *scrupus*, «pedra afiada». As pessoas escrupulosas, por assim dizer, têm pedras afiadas em sua consciência, o que as proíbe de agirem de certos modos. Pode-se comparar isso com Paulo, antes de sua conversão, que vinha escoiceando contra os aguilhões, enquanto perseguia os cristãos (Atos 9:5). Pessoas extremamente conscienciosas têm aguilhões que as ferem na mente. A *escrupulosidade* pode ser positiva ou negativa. Se está alicerçada sobre princípios verdadeiros, em que o Espírito guia a consciência por meio das Escrituras, então temos uma escrupulosidade positiva. Mas, se estiver fundamentada sobre preferências pessoais exageradas e patológicas, então assume a forma de ascetismo (que vede), o que já é uma atitude negativa. Neste último caso, as alegrias da vida são esmagadas e a pessoa torna-se negativa diante de tudo. Tais pessoas geralmente argumentam em torno de coisas triviais, não se distinguindo muito dos fariseus, que davam tão estrita atenção a coisas minúsculas da lei, mas esqueciam-se das questões realmente importantes, como a retidão e a misericórdia. São aqueles que «coam o mosquito, mas engolem o camelo», no dizer do Senhor Jesus. A infância espiritual é uma das causas dessa excessiva escrupulosidade, embora não seja a única causa, e talvez nem a mais importante.

A *moderação* é o princípio que se aplica à questão inteira, sendo a melhor diretriz em todas as ações éticas. O décimo quarto capítulo de Romanos alude a indivíduos superescrupulosos, que estavam perturbando a Igreja primitiva, tentando forçar sobre os cristãos antigas e ultrapassadas idéias judaicas, além de ritos e cerimônias. O segundo capítulo da epístola aos Colossenses mostra-nos como os gnósticos (da variedade ascética) costumavam inventar muitos escrúpulos desnecessários. Não obstante, em nossos dias, vê-se na Igreja moderna muito mais lassidão do que escrupulosidade. A lassidão é pior do que a escrupulosidade, mas isso não empresta à escrupulosidade qualquer qualidade positiva. Um interessante trecho para servir de guia de meditação dos crentes, a esse respeito, é o de I Coríntios 10:23-33. Destacamos, nessa conexão, o vs. 29: «Pois por que há de ser julgada a minha liberdade pela consciência alheia?»

ESCRUTÍNIO

Esse vocábulo português vem do latim **scrutinium**, de *scrutari*, «examinar», «pesquisar», «verificar». Na linguagem eclesiástica tem sido usado em vários sentidos, a saber:

1. O exame feito quanto às crenças daqueles que haverão de receber o batismo cristão, com vistas a descobrir a natureza e a qualidade de sua fé, bem como se já estão preparados ou não para o discipulado.

2. O exame de um candidato que está prestes a ser ordenado ao ministério cristão, em qualquer de suas capacidades.

3. Uma forma de eleição eclesiástica, por meio de voto escrito ou por meio de pronunciamento verbal do nome escolhido, diante, exclusivamente, dos *escrutinadores*. A primeira dessas formas de escrutínio é empregada na eleição dos papas. Desde o ano de 1139, essa eleição vem sendo feita pelos cardeais, requerendo-se dois terços do voto da maioria para que alguém seja escolhido papa. A fim de preservar o sigilo da votação, os votos são queimados, depois de contados.

ESCUDO

Ver o artigo sobre Armas, Armadura.

No hebraico, *magen*, «escudo», palavra que aparece por sessenta vezes (por exemplo: II Sam. 22:31; I Crô. 5:18; II Crô. 23:9; Jó 15:26; Sal. 18:2,32; Can. 4:4; Jer. 46:3). *Tsinnah*, «escudo grande», palavra que figura por vinte vezes (por exemplo: Sal. 32:2; Eze. 23:24; 39:9). *Socherah*, «escudo», palavra que ocorre por somente uma vez, em Sal. 91:4. *Shelet*, «escudo», palavra que aparece por sete vezes: II Sam. 8:7; II Reis 11:10; I Crô. 18:7; II Crô. 23:9; Can. 4:4; Jer. 51:11; Eze. 27:11. No grego temos *thuréos*, «escudo grande», em Efé. 6:16.

Salomão fez escudos de ouro, de elevado valor, I Reis 10:16,17; II Crô. 9:15,16. Os escudos usualmente eram feitos de bronze, embora também os houvesse de couro, bem mais leves. O escudo era um aparato usado para aparar as flechas lançadas pelo inimigo, os golpes de lança e de espada. Era segurado com a mão esquerda, deixando a mão direita livre para brandir a espada, ou alguma outra arma ofensiva. Os

escudos conquistados do inimigo com freqüência eram triunfalmente exibidos. A torre de Davi contava com cerca de mil desses escudos, que ele exibia (Can. 4:5). Foi preciso morrer muita gente, para que isso se tornasse possível! Nossa versão portuguesa procura fazer alguma distinção entre os escudos, falando em paveses e escudos (por exemplo, II Crô. 23:9) mas essa dupla distinção é insuficiente. Salomão tinha duzentos paveses e trezentos escudos (menores que aqueles) feitos para serem pendurados na casa da floresta do Líbano, provavelmente para serem usados pelos homens de sua guarda pessoal. Sisaque levou-os para o Egito, e Reoboão mandou fazer outros, de bronze, a fim de substituí-los.

Usos Metafóricos. O Senhor, que nos protege em todas as nossas situações, é o nosso escudo (Sal. 91:4). A verdade é assim simbolizada. Em Efésios 6:16, lemos sobre o escudo da fé, mediante o qual são apagados os dardos inflamados do mal. (ID S)

ESCURIDÃO, METÁFORA DA

Ver **Trevas, Metáfora das.**

ESCURIDÃO SOBRENATURAL

Mat. 27:45: *E, desde a hora sexta, houve trevas sobre toda a terra, até a hora nona.*

Desde a hora sexta até a hora nona houve trevas. Mateus emprega designações judaicas da passagem do tempo. As trevas tiveram início ao meio dia e se prolongaram até às 15:00 horas. A passagem de Mar. 15:25 diz-nos que a crucificação começou na terceira hora, maneira judaica de aludir às 9:00 horas da manhã. (Ver João 19:14 para uma discussão sobre o problema de harmonia em relação à hora da crucificação). O evangelho apócrifo de Pedro diz: «Era *meio-dia*, e as trevas se apossaram da Judéia inteira». Por conseguinte, poderíamos compreender que «toda a terra» se refere a um fenômeno local, e não ao «mundo inteiro». O trecho de Luc. 23:45 pode indicar um eclipse do sol; mas não é necessário que se compreenda o versículo desse modo. Sabemos que um eclipse era algo astronomicamente impossível durante a lua cheia do período da páscoa; e, além disso, nenhum eclipse ter-se-ia prolongado por três horas. Os evangelistas, sem a menor dúvida, estavam pensando em um grande milagre. Todavia, tem havido diversos estranhos períodos de *trevas durante o dia*. A terra está cruzando o espaço à velocidade de cerca de trinta mil quilômetros por hora; mas de forma alguma o espaço é uma expansão vazia. Bilhões de minúsculas partículas são varridas para a atmosfera da terra diariamente. Existem massas de poeira e de gases, as quais, evidentemente, são capazes de, ocasionalmente, bloquear os raios do sol.

A 26 de abril de 1884, em Preston, na Inglaterra, segundo está registrado, houve *trevas dramáticas* em pleno meio-dia. O céu simplesmente se escureceu como se uma gigantesca cortina houvesse sido baixada. As pessoas não enxergavam, a ponto de não poderem andar nas ruas. Algumas pessoas pensaram que se tratasse do fim do mundo; os devotos puseram-se a orar. Mas a escuridão desapareceu tão subitamente como começou. Em Aitkin, no estado de Minnessota, nos Estados Unidos da América, a 2 de abril de 1889, aconteceu a mesma coisa, como também já acontecera a 19 de março de 1886, em Oshkosh, estado de Wisconsin, no mesmo país. Ali, a escuridão, negra como carvão, perdurou apenas dez minutos. Outras cidades, mais a oeste, também viram o fenômeno. Em setembro de 1950, grande parte dos Estados Unidos da América presenciou um estranho sol azul, que parecia estar filtrado por um espesso filtro. Dois dias mais tarde, na Escócia e na Inglaterra houve o mesmo fenômeno. Mais ou menos nesse mesmo tempo, a Dinamarca também deu notícias sobre fato idêntico em seu território. Portanto, essas coisas realmente acontecem. (Informações extraídas do livro *Stranger than Science*, Frank Edwards, cap. 24). Por conseguinte, é provável que, ao tempo da crucificação de Jesus, mediante providência de Deus, o firmamento simplesmente se tivesse obscurecido, evidentemente por causa de algum fenômeno astronômico ainda desconhecido, e não devido a um eclipse do sol. Quando da crucificação de Jesus, a natureza mostrou seu desprazer com o que os homens faziam. Os cristãos primitivos apelavam para a declaração de Flegon, cronista que viveu ao tempo do imperador Adriano, que apoiava a realidade dessa ocorrência. Eusébio cita essas palavras (data, quarto ano da 202ª olimpíada): «Ocorreu o maior escurecimento do sol de que já se teve notícia; tornou-se noite ao meio-dia, de forma que as estrelas brilharam no firmamento. Um terremoto gigantesco na Bitínia, destruiu parte de Nicéia». Essa mesma passagem foi citada por Júlio Africano (222 D.C.), em Syncellus's *Chron.* 257, *Ven.* 322. (Entretanto, alguns acham que ele aludiu tão-somente a um eclipse do sol). Assim sendo, vemos que o falecimento do Senhor Jesus foi acompanhado por uma extraordinária ocorrência neste mundo físico. Era como se a natureza física protestasse contra os maus desígnios dos homens. «No momento em que Cristo, o Príncipe da criação, princípio da vida da humanidade e do mundo, expirou, todo o mundo físico se convulsionou também». (Comentário de Lang, *in loc.*). Assim também, quando Cristo nasceu, uma grande luz brilhou ao redor dos pastores, e a noite tornou-se como o dia. Quando Cristo morreu, o sol foi encoberto e o dia transformou-se em noite. Suidas relata que Dionísio, o Aeropagita (nessa época ainda pagão) exclamou, ao observar esse fenômeno: «Ou Deus está sofrendo, e o mundo simpatiza com ele, ou então o mundo está se precipitando para a destruição». Pelo menos as trevas cerraram as bocas dos escarnecedores.

Deve-se observar que embora os primitivos escritores cristãos, tais como Tertuliano e Orígenes, tivessem citado autores pagãos em apoio às narrativas dos evangelhos, muito se tem escrito mais recentemente para mostrar que esse material foi mal citado e mal compreendido. Não obstante, o fato real do escurecimento parece ter sido perfeitamente certo.

Os mss Aleph (1), 248 e a versão latina 1 omitem as palavras *sobre toda a terra*. Todavia, a evidência uniforme, dada pelos mss, favorece o texto familiar, e nenhuma das traduções utilizadas para efeito de comparação neste artigo, omite essas palavras.

ESCUTAR

Jó indagou: «Porventura o ouvido não submete à prova as palavras, como o paladar prova as comidas?» (Jó 12:11). Está em pauta o entendimento espiritual, simbolizado pelo sentido da audição. Lemos que, diante de certas atividades extraordinárias de Deus, os ouvidos dos que ouvem falar sobre elas ficam tinindo (I Sam. 3:11). Há revelações divinas que são feitas «aos ouvidos» dos profetas, conforme se vê em Isa. 22:14. As pessoas que dão ouvidos à mensagem divina, passando a agir de conformidade com ela, segundo disse Jesus, têm ouvidos **bem-aventurados.** Ver Mat. 13:16. Em contraste, aqueles que não querem dar ouvidos, ou seja, que não querem

obedecer, são dotados de ouvidos «incircuncisos» (Jer. 6:10). O idioma hebraico não tem um verbo específico para a idéia de *obedecer*, pelo que usava o verbo «ouvir» com esse significado.

A tradição hebraica fala sobre o *Bath Kol* ou *Bath Qol*, de acordo com o que, ao que se presume, uma voz audível, vinda do céu, era ouvida pelos profetas, a fim de comunicar-lhes alguma mensagem. Oferecemos um artigo separado sobre essa questão, onde há menção aos incidentes bíblicos do fenômeno. Tal experiência pode ter sido uma experiência inteiramente mística, ouvida pela percepção intuitiva. De fato, as experiências místicas são uma maneira especial de se ouvir a Deus, aprendendo-se assim sobre mistérios profundos. Ver sobre o *Misticismo*.

O Ato de Ouvir e o Evangelho. Como alguém poderia aceitar a mensagem cristã, antes de ouvi-la? E como poderia alguém ouvir, antes que alguém pregasse? Essas são perguntas feitas por Paulo, a fim de mostrar a necessidade de ser anunciada a mensagem do evangelho. Ver Rom. 10:14.

ESDRAS (A PESSOA)

O nome «Esdras» é abreviação do nome hebraico *Azarias*, que significa «ajuda». Esse é o nome de três personagens do Antigo Testamento, uma das quais é a mais importante das três e a mais bem conhecida, a saber:

1. Um descendente de Judá e pai de vários filhos. No entanto, não é dito o nome de seu pai. Em nossa versão portuguesa, o seu nome tem a forma de Ezra (I Crô. 4:17). Era da linhagem de Calebe. Não há certeza quanto à data em que viveu.

2. O chefe de um dos vinte e dois turnos sacerdotais, que retornou do cativeiro babilônico com Zorobabel e Josué (Nee. 12:1), em cerca de 536 A.C. Seu filho, Mesulão, era o chefe de sua família no tempo do sumo sacerdote, Joiaquim (Nee. 12:15). No vs. 33 do mesmo capítulo, aprendemos que ele era um dos líderes da primeira divisão que circundou as muralhas de Jerusalém, quando as mesmas haviam sido reconstruídas, em cerca de 445 A.C.

3. *Esdras, do Livro de Esdras*. Um sacerdote hebreu do período persa acamenida, que residia na Babilônia. Liderou a segunda expedição de judeus que retornou do cativeiro babilônico (que vede). Aparentemente, foi o autor do livro bíblico de Esdras. Nos últimos quatro capítulos daquele livro, ele fala na primeira pessoa do singular.

a. *Família*. Ele era descendente de Finéias, que foi neto de Aarão (Esd. 7:1-5). Era filho de Seraías, que era neto de Hilquias, sumo sacerdote durante o reinado de Josias. O trecho de Esd. 7:6,7 chama-o de «escriba»; e o vs. 12 intitula-o tanto «sacerdote» quanto «escriba».

b. *Seu Ofício*. O seu título de «escriba» pode significar que ele era secretário oficial na corte persa, tendo servido na posição mais tarde chamada *exilarca* (*rish galutha*), ou seja, uma espécie de conselheiro do rei, em questões pertinentes aos judeus cativos. Ver Nee. 11:24. Seja como for, no tocante às questões judaicas, era escriba e sacerdote da linhagem de Aarão, o que significa que se encontrava em posição de assumir a liderança, ajudando a fazer o povo de Israel voltar à sua terra.

c. *História*. Nada se sabe sobre o começo de sua vida. Sabemos somente o que ele fez, em um momento crítico da história de Israel. O trecho de Esd. 7:10 alude à sua espiritualidade e às suas qualificações para realizar a tarefa. Encontramo-lo entre os exilados que viviam na Babilônia. Quanto ao pano de fundo histórico a esse respeito, ver o artigo sobre o *Livro de Esdras*, segunda seção. Sentiu-se impelido a ajudar seu povo a voltar à Palestina, e assim solicitou do monarca persa a permissão para tanto. E foi comissionado pelo rei para efetuar essa missão. Isso envolvia a propagação da lei mosaica e a organização de tribunais para pô-la em execução. Seu protetor real foi o rei Artaxerxes, cuja identidade tem sido debatida pelos estudiosos. Os detalhes concernentes às suas relações com Neemais e a cronologia envolvida também são questões debatidas.

O texto bíblico faz Esdras e Neemias serem contemporâneos; mas alguns estudiosos têm emendado o texto, com o resultado de que as atividades de Esdras teriam ocorrido por volta de 432 A.C., entre a primeira e a segunda administrações de Neemias. Alguns pensam que Esdras chegou na Palestina antes de Neemias, em 458 A.C.; mas essa opinião parece menos provável. A história de Esdras encontra-se, principalmente, no livro de Esdras; mas sua seqüência foi prejudicada e parte da narrativa foi deslocada para o livro de Neemias. A ordem apropriada da narrativa, cronologicamente falando, está sujeita a dúvidas; mas os eruditos têm-na reconstruído como segue: Esd. 7:1 — 8:36; Nee. 7:73b — 8:18; Esd. 9:1 — 10:44; Nee. 9:1-5.

Tem sido sugerido que o rei Artaxerxes do livro de Esdras foi o *primeiro* monarca persa a ter esse nome. Nesse caso, a data da chegada de Esdras na Palestina poderia ser fixada em cerca de 458 A.C. Porém, é possível que ele tenha sido o segundo dos reis persas a exibir esse título, em cujo caso, a data dessa chegada seria tão tarde quanto 397 A.C. Os textos usados em apoio a essa data posterior, sob Artaxerxes II, são Esd. 9:9 (a muralha já estava construída); 10:1 (uma grande multidão de judeus havia voltado, o que discorda do pequeno grupo sob as ordens de Esdras); 10:6 (Joanã é mencionado como contemporâneo de Esdras; e os papiros elefantinos falam de um homem com esse nome como o sumo sacerdote judeu, em 408 A.C.). Todavia, o Joanã de Esd. 10:6 e o Joanã dos papiros elefantinos podem não ter sido o mesmo homem. Essa disputa ainda não ficou resolvida, mas a data mais antiga é a que pode ser mais facilmente defendida. Seja como for, Esdras liderou um grupo de judeus de volta à Palestina, totalizando cerca de mil setecentas e cinqüenta e quatro pessoas (Esd. 8); e os eruditos pensam que esse grupo fazia parte do grupo mencionado no sétimo capítulo do livro de Neemias. Esdras também levou consigo uma grande oferta voluntária em ouro, prata e vasos de prata, para cujo fundo haviam contribuído outros judeus, o rei da Pérsia e seus conselheiros. Esdras também tinha a permissão de valer-se do tesouro real na Palestina, sempre que para isso houvesse necessidade. Também tinha a autoridade para nomear magistrados e juízes na Judéia; bem como para impor a sua própria liderança (Esd. 7:11-28). Suas credenciais foram endossadas pelos sete principais membros da corte real da Pérsia (Esd. 7:14).

O grupo reuniu-se às margens do rio Aava, onde habitaram em tendas pelo espaço de três dias. Dali, partiram para Jerusalém. Ver o relato em Esd. 8:15 *ss*.

Em Jerusalém. A viagem até Jerusalém ocupou cerca de quatro meses. Uma vez chegados ali, antes de tudo houve um culto religioso, foram oferecidos holocaustos e foram apresentadas credenciais (Esd. 8:32-36). De acordo com o decreto real, agora Esdras era o chefe de Jerusalém. E ele pôs-se a corrigir as adversas condições que ali imperavam, incluindo a

dissolução de casamentos mistos dos judeus, a fim de que pudesse ser restaurado um povo puramente judaico. A angústia e a intensidade espiritual de Esdras, nessa tarefa, são demonstradas em Esd. 9:1-15. Seu movimento reformador, nesse período, conquistou para ele o título de *segundo fundador* da nação judaica. Suas atividades em relação às Escrituras, durante esse período, foram muito importantes no tocante ao seu cânon, que, finalmente, foi estabelecido. Alguns estudiosos pensam que foi Esdras quem, virtualmente, estabeleceu o cânon do Antigo Testamento, embora, para outros, isso constitua um exagero. Alguns estudiosos também pensam que foi ele quem introduziu as letras aramaicas quadradas, que se tornaram precursoras do presente alfabeto hebraico. Essa forma de escrita chama-se *assíria*.

História Posterior. Depois daqueles acontecimentos, nada mais lemos a respeito de Esdras, até que a Bíblia relata a leitura da lei, por parte de Esdras, no oitavo capítulo do livro de Neemias. Isso ocorreu em cerca de 444 A.C. Aparentemente, ele teve participação ativa na liderança de Israel, depois que as muralhas de Jerusalém haviam sido reconstruídas. Em Nee. 12:36 *ss*, somos informados de que Neemias liderou um grupo que circundava por sobre as muralhas, em uma direção, quando da dedicação das mesmas, enquanto Esdras liderava o outro grupo, que caminhava na direção contrária.

Esdras tornou-se proeminente na tradição judaica pós-bíblica. No livro apócrifo de II Esdras (cap. 14), é dito que Esdras reescreveu e publicou vinte e quatro livros do cânon hebraico, que haviam sido queimados durante o cativeiro babilônico. Entretanto, essa tradição afirma também que Esdras ditou esses livros com tremenda velocidade, com a ajuda da orientação divina. Não há que duvidar que coisas assim são próprias dos livros apócrifos. Portanto, embora talvez haja no relato algum fundo de verdade, o mais provável é que o mesmo envolva elementos mitológicos ou lendários.

Josefo informa-nos de que Esdras faleceu pouco depois da celebração da festa dos Tabernáculos. Sua missão estava terminada. Não tinha razões para queixas, para remorsos. Foi sepultado em Jerusalém, com grande pompa. Alguns cronistas judeus têm dito que Esdras morreu no ano em que Alexandre chegou diante de Jerusalém Presumivelmente, naquele mesmo ano morreram os profetas Ageu, Zacarias e Malaquias, disso resultando que a profecia escrita se encerrou. Parece que houve um número exagerado de falecimentos num mesmo ano, soando como tradição humana, muito mais do que como história autêntica. Uma outra tradição assevera que Esdras retornou à Babilônia, onde faleceu, com a idade de cento e vinte anos. Há uma declaração do Talmude que afirma que Esdras morreu em Zamzumu, uma cidade à beira do rio Tigre, quando estava a caminho de Jerusalém para Susa, a fim de consultar o rei Artaxerxes sobre certos acontecimentos em Jerusalém. Portanto, os informes tradicionais parecem não harmonizar-se uns com os outros. Por muito tempo, um certo túmulo, cerca de trinta e dois quilômetros da junção do rios Tigre e Eufrates, era exibido como o sepulcro de Esdras. Não há como julgar o valor histórico dessas diversas tradições. Ver a bibliografia oferecida no fim do artigo sobre o livro de *Esdras*.

ESDRAS (O LIVRO)

Esboço:

I. Pano de Fundo Histórico
II. Esdras, o Homem e a sua História
III. Relações e Características Literárias
IV. Autoria e Data
V. Cânon
VI. Alguns Problemas
VII. Esboço do Conteúdo
Bibliografia

I. Pano de Fundo Histórico

O ataque dos exércitos assírios resultara na queda de Samaria, capital do reino do norte, em 722 A.C. Disso proveio o *cativeiro assírio* (que vede). A dominação assíria de Judá começou em 721 A.C., quando caiu o reino do norte; mas Judá nunca se tornou, realmente, uma província assíria. Todavia, Judá teve de pagar tributo aos monarcas assírios. Com o surgimento da Caldéia, sob Nabucodonosor (605-562 A.C.), a situação de Judá deteriorou-se rapidamente. Em 592 A.C., Nabucodonosor invadiu Judá e levou para o cativeiro o seu rei, Jeoaquim, e os líderes principais da nação. O trecho de II Reis 24:15 mostra-nos que Ezequiel encontrava-se entre os cativos. Presumivelmente, antes disso, uma deportação anterior já tivera lugar. Então veio a deportação na qual Ezequiel esteve envolvido. Na Babilônia, ele predisse a destruição de Jerusalém e de seu templo, o que seria seguido ainda por uma terceira deportação. Em 586 A.C., Nabucodonosor, segundo Ezequiel havia predito, deixou Judá em ruínas, abafando a revolta nacionalista que havia arrebentado ali. Isso completou a destruição de Judá e mais habitantes de Jerusalém foram levados para a Babilônia. Ver a narrativa completa no artigo sobre o *Cativeiro Babilônico*.

Após relatar a história da monarquia e do templo, até o exílio, o autor do livro de Esdras passa por cima do tempo em que o templo ficou arruinado, quando os principais homens de Judá encontravam-se na Babilônia, e registrou o retorno predito, o que, finalmente, levaria à reconstrução do templo, sob as ordens de Zorobabel (da linhagem de Davi) e de Josué (da linhagem de Aarão). Em seguida, o autor sagrado descreveu o estabelecimento da nova comunidade judaica, durante o período de 538-433 A.C.

A sorte mudou e os judeus, no cativeiro, caíram sob o domínio da Pérsia, quando Ciro conquistou a Babilônia, em 539 A.C. O livro de Esdras alista certo número de reis persas. Se considerarmos os livros de Esdras e Neemias como uma única unidade, então acharemos ali os nomes de Ciro (539-530 A.C.), que permitiu que alguns cativos judeus retornassem à Palestina; Cambises (530-522 A.C.); Gaumata (pseudo Esmerdis, 522 A.C), que foi um usurpador; Dario I (522-486 A.C.), referido nos capítulos quinto e sexto do livro de Esdras; Xerxes I (486-465 A.C.), referido em Esdras 4:6; Assuero, da rainha Ester; Dario e Xerxes invadiram a Grécia, mas sem obterem sucesso (a história narrada por Heródoto); Artaxerxes I (464-424 A.C.), aludido em Esd. 4:7-23 e 7:1 — 10:44. O ministério inteiro de Neemias cabe dentro desse último período. Mas, conforme já pudemos mencionar, alguns estudiosos situam Esdras dentro do tempo de Artaxerxes II, o que transferiria as suas atividades para cinqüenta anos mais tarde.

II. Esdras o Homem e a sua História

Esse ponto foi manuseado em um artigo separado. Ver sobre *Esdras* (*Pessoa*), em seu terceiro ponto. Esse artigo, além de mostrar para o leitor o que se sabe acerca de Esdras, também presta informações sobre o passado histórico do livro, que suplementa a primeira seção do presente artigo.

III. Relações e Características Literárias

O livro de Esdras fazia parte original de uma obra literária mais extensa, que incluía os dois livros de Crônicas e o livro de Neemias. Por isso, os eruditos falam sobre *o cronista* como o autor ou compilador de todo esse material. — Seu relacionamento com Esdras tem sido causa de debates. Ver sobre *Autoria*. É evidente que a unidade Esdras-Neemias tem o intuito de dar prosseguimento à narrativa iniciada nos livros de Crônicas. Comparar os versículos finais de II Crônicas com os versículos iniciais do livro de Esdras. Esdras-Neemias foi preparado para suplementar os livros de Crônicas, com base em documentos aramaicos e hebraicos, então existentes. Esses documentos continham as memórias de Neemias e as memórias de Esdras. Os livros de Crônicas terminam com a destruição de Jerusalém e a conseqüente deportação dos judeus para a Babilônia. Esdras dá prosseguimento a esse propósito, narrando como um remanescente retornou, a fim de reestabelecer a nação judaica em torno de Jerusalém. O cronista, pois, via aqueles pioneiros como um remanescente piedoso, dotado de uma missão espiritual. E a história tem confirmado essa avaliação.

Os intérpretes vêem algumas deslocações cronológicas na unidade Esdras-Neemias, pelo que a leitura contínua desses dois livros não fornece a devida seqüência dos acontecimentos. O livro apócrifo de I Esdras com freqüência preserva melhor a ordem histórica dos acontecimentos. Se alguém ler as porções seguintes, na ordem aqui apresentada, obterá uma melhor seqüência cronológica: Esd. 1:1 — 2:70; Nee. 7:7-73a; Esd. 3:1 — 4:6; 4:24 — 6:22; 4:7-23; Nee. 1:1 — 7:5; Nee. 11 — 13; 9:38 — 10:39; Esd. 7 — 10; Nee. 8:1 — 9:37. Um certo editor, ao tentar evitar essa confusão cronológica, procurou melhorar a situação mediante várias inserções, como aquela em que punha o nome de Neemias em Nee. 8:9, e o de Esdras em Nee. 12:26 e 36.

O livro de Esdras é complexo, consistindo em uma porção em aramaico (Esd. 4:7 — 6:18; 7:12-26) e de uma porção em hebraico (7:1-10; 7:27 — 10:44). Alguns eruditos supõem que as duas porções, antes, existiam separadas, mas que um editor qualquer as reuniu; ou então que a porção hebraica foi unida à porção aramaica, a fim de compor uma única narrativa. O decreto real (Esd. 7:12-26) provavelmente consistia em um documento separado, que foi juntado à história. A própria narrativa é complexa, porquanto uma parte da mesma consiste em autobiografia (Esd. 7:27 — 9:15), ao passo que a outra parte é biográfica (7:1-26; cap. 10). Além disso, parte do material pertencente a Esdras foi transplantado para o livro de Neemias, como porções do capítulo sétimo, até o nono capítulo.

Nos tempos antigos, vários livros circularam sob o nome de Esdras. Ver os artigos separados sobre I e II Esdras, que são livros apócrifos.

O livro canônico de Esdras faz parte da terceira divisão do cânon hebraico, chamada *Escritos* ou *Hagiógrafos* (que vede). No hebraico, aparecia originalmente combinado com Neemias, formando uma única unidade. A tradição judaica atribui o livro de Esdras a Esdras. Pelo menos, suas memórias estão incluídas no livro.

IV. Autoria e Data

Questões como estilo, abordagem, propósito comum e repetição de usos verbais apontam para um compilador que trabalhou sobre os livros de Crônicas, Esdras e Neemias, como se formassem uma só unidade. Várias fontes informativas podem ser percebidas; pelo que, se Esdras foi o autor, então ele atuou quase sempre como mero compilador de materiais já existentes. Precisamos reunir em um único bloco os seguintes materiais:

1. *As memórias de Esdras* (Esd. 7:27 — 9:15). O emprego da primeira pessoa do singular, nessa seção não significa, necessariamente, que Esdras, e somente ele, tenha escrito a unidade inteira, conforme alguns pensadores têm dito. 2. *As memórias de Neemias* (Nee. 1:1 — 7:5; 11:27-43; 13:4-30). 3. *Os documentos em aramaico* (sendo essa linguagem diplomática da época; Esd. 4:8-24), que, evidentemente, pertencem, em ordem cronológica, um pouco antes do primeiro capítulo do livro de Neemias. Ver Esd. 4:21 em comparação com Nee. 1:3. No aramaico, temos a carta a Dario I e sua resposta (Esd. 5:1 — 6:18). Além disso, nesse idioma, temos a autorização de Artaxerxes, permitindo que os judeus retornassem do cativeiro à sua terra (Esd. 7:12-26). 4. Em seguida, há várias listas de nomes, que foram inseridas com certa variedade de propósitos: *a.* os exilados que retornaram (Esd. 2; comparar com Nee. 7); *b.* aqueles que se tinham casado com mulheres gentias, e tiveram de divorciar-se delas, quando da reforma religiosa de Esdras (Esd. 10:18-43); *c.* os construtores das muralhas de Jerusalém e os trechos das mesmas em que trabalharam (Nee. 3); *d.* os líderes que apuseram seu selo ao pacto estabelecido, em torno da restauração de Israel e seus novos começos (Nee. 10:1-27); *e.* a alocação do povo, em Jerusalém e nas circunvizinhanças (Nee. 11); *f.* as listas de sacerdotes e levitas, até Jadua (Nee. 12:1-26). Talvez esse tenha sido o Jadua que foi sumo sacerdote durante o reinado de Dario II (338-331 A.C.). Supomos que listas como essas estavam guardadas nos arquivos do templo. Um autor qualquer dificilmente poderia tê-las arranjado sozinho. 5. Depois disso, temos a porção *narrativa* do próprio autor compilador, procurando reunir todo esse material, unificando as diversas inserções feitas. A tradição judaica piedosa atribui a obra inteira a Esdras; mas a maioria dos eruditos modernos pensa que algum compilador desconhecido mostrou-se ativo. O próprio livro é anônimo, pelo que não há como chegarmos a conclusões indubitáveis sobre a questão da autoria.

Data. As várias datas atribuídas ao livro dependem da identidade do rei Artaxerxes, referido no livro, isto é, se foi Artaxerxes I ou Artaxerxes II. Isso cria uma diferença de cinqüenta anos, de 458 A.C. para 397 A.C. Alguns estudiosos supõem que a escrita real pode ter tido lugar cem anos ou mais depois dos eventos descritos. Se o Jadua de Nee. 12:11,22 fosse identificado com o sumo sacerdote desse nome, do reinado de Dario III (338-331 A.C), então o livro de Esdras, em sua forma final, poderia datar dessa época. Uma cópia atualizada, entretanto, pode ter sido feito com base nessa adição e o restante pode ter sido preparado algum tempo antes.

V. Cânon

A canonicidade de Esdras-Neemias nunca foi posta seriamente em dúvida. Esdras, como uma espécie de segundo Moisés, foi o fundador da segunda república judaica, por assim dizer, pelo que também tinha um enorme prestígio dentro das tradições judaicas. Ver o artigo geral sobre o Cânon do Antigo Testamento. A unidade Esdras-Neemias aparece no terceiro grupo do cânon hebraico, intitulado *Escritos* ou *Hagiógrafos* (que vede). Ilogicamente, antecede os livros de Crônicas, naquela coletânea hebraica; mas, provavelmente, isso deve-se ao fato de que os livros de

Crônicas são paralelos aos livros históricos de Samuel e Reis, pelo que os livros de Crônicas poderiam ser lidos como um suplemento dos mesmos, e não como uma continuação histórica dos mesmos.

VI. Alguns Problemas

Os informes históricos existentes no livro de Esdras nem sempre concordam com aquilo que se sabe, através da história secular. Além disso, alguns estudiosos vêem certas discrepâncias internas entre as várias fontes informativas incorporadas pelo livro. Consideremos os três pontos abaixo:

1. Ciro, em Esd. 1, reconheceu o Deus dos judeus, Yahweh. Mas, um monarca pagão faria tal coisa? Qualquer político teria o cuidado de tratar respeitosamente as crenças religiosas de um povo. Os registros contemporâneos, que envolvem Ciro, ilustram precisamente isso, por parte dos decretos reais.

2. Em Esdras 3:8 lemos que Zorobabel lançou os alicerces do templo de Jerusalém; mas, em Esdras 5:16, isso é atribuído a Sesbazar, que é referido ali como alguém que já havia falecido. Alguns estudiosos pensam que a construção se processou em dois estágios: um iniciado por Sesbazar e o outro iniciado por Zorobabel. Ou então Sesbazar foi o líder oficial, ao passo que Zorobabel foi um entusiasta ativo, tanto em 536 A.C., como posteriormente, em 520 A.C.

3. Com base em Ageu 2:18, aprende-se que os alicerces do templo foram lançados em 520 A.C.; mas Esdras 3:10 parece indicar que isso aconteceu em 536 A.C. Alguns supõem que ambos os informes dizem a verdade, e que o intervalo de dezesseis anos, entre a primeira e a segunda arrancadas é considerado um começo. É possível que isso tenha acontecido, e que mais de uma pedra oficial de fundação tenha sido lançada, cada qual assinalando um esforço específico de reconstrução.

Explicações como essas são apenas conjecturas, embora elas não sejam questões importantes para a fé, mesmo que sejam encontradas algumas discrepâncias. Os próprios livros sagrados não reivindicam perfeição. Essa é a reivindicação de teólogos, que injetam nas Escrituras idéias que elas mesmas não exprimem. Já vimos que a compilação da unidade Esdras-Neemias foi feita com algum defeito de arranjo cronológico. As deslocações cronológicas também formam um problema nos evangelhos; mas isso não envolve questões de fé, exceto para os harmonizadores que queiram obter perfeição a qualquer preço.

VII. Esboço do Conteúdo

O livro de Esdras divide-se em duas partes principais, a saber:

I. O Retorno dos Exilados sob Zorobabel (1:1 — 6:22)
  1. Retornam os primeiros cativos (1:1 — 2:70)
    a. Ciro favorece aos judeus com seu decreto (1:1-11)
    b. A lista dos exilados (2:1-7)
  2. A adoração judaica é restaurada (3:1 — 6:22)
    a. O templo é reconstruído (3:1 — 6:15)
    b. A dedicação do templo (6:16-22)

II. Reformas de Esdras — O Reinício de Israel (7:1 —10:44)
  1. A segunda leva de exilados (7:1 — 8:36)
  2. Divórcio forçado das esposas estrangeiras; a purificação (9:1 — 10:44).

Bibliografia. AM E I IB ID JBL (xl, 1921, «The Date and Personality of the Chronicler») TOR WBC WES YO Z.

••• ••• •••

ESDRAS, I

Esse é o primeiro livro na coletânea de obras apócrifas do Antigo Testamento. Mas, na Vulgata Latina e na Septuaginta, é chamado de III Esdras, visto que I e II Esdras são os nomes dados aos nossos livros canônicos de Esdras e Neemias. O livro de I Esdras é comumente chamado de *Esdras Grego*, a fim de distingui-lo do Esdras hebraico do cânon palestino das Escrituras. Esse nome também distingue-o do Apocalipse de Esdras, — que foi preservado principalmente em sua tradução latina. Ver o artigo geral sobre os *Livros Apócrifos*.

Esboço:

I. O Nome do Livro e sua Caracterização Geral
II. Conteúdo
III. Elementos Importantes
IV. Data
V. Autor

I. O Nome do Livro e sua Caracterização Geral

Esdras é a forma latinizada do Esdras hebraico, derivado do Esdras grego. O livro de I (ou III) Esdras foi compilado essencialmente com base nos livros canônicos de Crônicas, Esdras e Neemias, excetuando a história dos três jovens hebreus, que residiam na corte de Dario I, da Pérsia. Não é anterior ao século II A.C., tendo sido preservado em uma tradução grega, de um original hebraico aramaico. O livro de III Esdras é uma obra pseudo-histórica, baseada nas fontes mencionadas, suplementadas com diversas lendas.

II. Conteúdo

O período histórico coberto vai desde a páscoa celebrada por Josias (Esd. 1:1-24) até o papel desempenhado por Esdras, em Jerusalém, como líder de Israel (Esd. 9:37-55).

1. A páscoa celebrada por Josias, a sua batalha contra Faraó Neco, do Egito, e a morte resultante desse monarca judeu. A invasão babilônica que cumpriu as profecias de Jeremias (Esd. 1:1-68).

2. Ciro, rei da Pérsia, mediante um decreto, permite o retorno de um remanescente judeu e a reconstrução de Jerusalém (Esd. 2:1-15).

3. Oficiais persas obtêm permissão da parte de Artaxerxes, rei da Pérsia, para fazerem cessar a reconstrução de Jerusalém. Essa permissão foi dada como resposta de uma carta que lhe enviaram. Esd. 2:16-30. Ver também Esd. 4:7-24.

4. A história do rei Dario e dos três jovens hebreus. Aos três jovens hebreus foi feita a pergunta: Qual a coisa mais forte que existe? Cada qual respondeu, por sua vez: o vinho, o rei e as mulheres. Mas, acima de tudo isso, ficava a *verdade*, na opinião de um deles. Esta última resposta, que reunia dois elementos, as mulheres e a verdade, foi dada por Zorobabel. O rei ficou satisfeito diante dessa resposta e deu permissão para a continuação da reconstrução de Jerusalém. Esse relato, naturalmente, não tem paralelo no cânon hebreu. Evidentemente, trata-se de uma versão adaptada de alguma estória persa (Esd. 3:1 — 5:6).

5. A lista dos judeus que retornaram à Palestina e a narrativa da reconstrução do templo, nos dias do rei Ciro (Esd. 5:7-73).

6. Os profetas Ageu e Zacarias dão maior impulso ao processo de reconstrução, o qual é levado a bom termo no sexto ano do rei Dario (515 A.C.) (Esd. 6:1 - 7:15).

7. A história do retorno de Esdras, juntamente com seus companheiros, a Jerusalém, onde eles se ocupam em atividades de administração, reconstrução e ensino. Ele assim fez escudado em uma comissão

dada pelo rei persa, Artaxerxes (Esd. 8:1-67).

8. Oração e confissão de Esdras (Esd. 8:68-90). Esse trecho é paralelo ao nono capítulo do livro canônico de Esdras.

9. O povo judeu arrepende-se. Houve várias reformas. Os casamentos mistos, com mulheres estrangeiras, terminam (Esd. 8:91 — 9:36).

10. A leitura da lei, por parte de Esdras. O trabalho dos levitas, no ensino (Esd. 9:37-55). Isso é paralelo ao trecho de Nee. 7:73 — 8:12.

III. Elementos Importantes

1. **Conteúdo.** Os trechos históricos do livro foram essencialmente tomados por empréstimo dos livros canônicos antes mencionados, embora com variações de menor importância. A seleção do material deixa de lado certas partes de Esdras e Neemias. O nome de Neemias nunca figura no livro. Esdras é chamado de «sacerdote e leitor», sendo exaltado como o grande líder religioso do período de restauração, após o exílio babilônico. A maior parte do livro canônico de Esdras é incorporado em I Esdras, como também o trecho de Neemias 7:73 — 8:12

2. *A Lei.* É assumida a posição hebraica padronizada. A lei foi escrita por Moisés (1:11; 5:49 e outros trechos). Foi dada por Deus (9:39). A obediência à lei é exigida, incluindo o aspecto dos sacrifícios (1:10,11; 7:6-9). Deveria ser incorporada na vida diária (9:37-41,46,47,49-55).

3. A história dos três jovens hebreus reflete a literatura judaica de sabedoria, embora tenha tido um original persa. Diferentes visões da vida e de seus valores aparecem ali. O vinho, o rei, as mulheres, mas, acima de tudo, a *verdade*, são os interesses principais. A verdade excede a todos os outros, acima da política e dos prazeres. Zorobabel, a princípio, teria dito que as mulheres constituem o poder maior de todos; mas depois concluiu que «a verdade é grande e mais forte que todas essas coisas» (4:35). Mas ele valorizou as mulheres acima do vinho e dos reis, porquanto, as mulheres são as que produzem homens e cultivam a uva que é transformada em vinho. Contudo, as mulheres envolvem-se na injustiça. A verdade, entretanto, é livre de tal envolvimento, pelo que deve ser o maior de todos os valores. Daí surgiu uma declaração proverbial, que no latim diz: *magna est veritas et praevalet*. «Grande é a verdade e maior do que tudo!» Dario ficou tão satisfeito diante dessa analogia que prometeu a Zorobabel qualquer coisa que ele quisesse. O que ele mais queria era ver Jerusalém reconstruída. E assim Dario ordenou que isso tivesse lugar.

IV. Data

Várias datas são mencionadas pelos estudiosos. desde 150 até 50 A.C., para o livro de I Esdras. O livro demonstra certa dependência ao livro de Daniel (ver I Esd. 4:58-60, comparando com Dan. 2:20-23). Deve ter sido publicado após o livro de Daniel, que teve lugar durante o período dos Macabeus (ver o problema da data no artigo sobre Daniel).

V. Autor

Não há como determinar quem teria escrito esse livro. O certo é que não foi Esdras quem o fez. Era um costume antigo usar o nome de alguma pessoa famosa, como autor de um livro, a fim de emprestar-lhe maior prestígio e ajudar em sua distribuição. As pessoas pensavam que estavam honrando a pessoa cujo nome era assim usado. (AM CH JAM Z)

ESDRAS II

Quanto a uma introdução geral que se aplica a esse livro, ver o começo do artigo sobre Esdras, I, acima. Se intitularmos Esdras e Neemias de I e II Esdras (conforme se vê na Septuaginta e na Vulgata Latina) então II Esdras torna-se IV Esdras. Um nome alternativo para esse livro é *Apocalipse de Esdras*. Esse livro contém visões e material apocalíptico atribuídos a Esdras. Alguns eruditos supõem que os capítulos primeiro, segundo, décimo quinto e décimo sexto foram adicionados mais tarde, por escritores cristãos. Nesse caso, os capítulos primeiro e segundo são chamados V Esdras, ao passo que os capítulos quinze e dezesseis são considerados VI Esdras, visto que, de fato, são tidos como obras distintas.

Esboço:

I. Caracterização Geral
II. Conteúdo
III. Temas e Idéias
IV. Data e Autoria

I. Caracterização Geral

Algum autor desconhecido atribuiu a Esdras muitas visões, de tal modo que esse livro pode ser caracterizado como um *apocalipse*. Ver sobre os *Livros Apocalípticos*. De conformidade com vários eruditos, há interpolações cristãs, conforme se vê através das declarações introdutórias. Essas adições não aparecem em algumas versões orientais, o que servem de evidência sólida de que não faziam parte do original. O livro original consistia em sete visões. Parte desse material alicerça-se sobre o livro de Daniel. A visão final, no décimo quarto capítulo, é de interesse especial para nós, porquanto menciona noventa e quatro livros que eram considerados sagrados na história dos hebreus. Vinte e quatro desses livros fazem parte do cânon hebreu, e setenta deles são obras apocalípticas esotéricas, as quais segundo supomos, incluíam alguns dos livros que atualmente chamamos de pseudepígrafos, especialmente I Enoque, que parece ter gozado de um considerável prestígio. Ver o artigo separado sobre aquele livro. Está preservado em diversas versões antigas, com base em um original hebraico aramaico. Dessas traduções, a mais importante é a latina. Com base nessa circunstância, algumas vezes o livro de IV Esdras é chamado de Esdras Latino. Como uma compilação, tem mais de uma data, embora seja sabido que seu corpo principal tenha sido escrito em cerca de 70 D.C.

II. Conteúdo

1. A genealogia de Esdras e suas comunicações originais, da parte do Senhor Deus (1:1 — 2:48).

2. Esdras vê, com perplexidade, o estado arruinado de Jerusalém, em contraste com o esplendor da cidade de Babilônia e indaga como a justiça pode ter tido um papel nessa situação (3:1 — 5:20). Isso ocorreu trinta anos após a queda de Jerusalém.

3. Sua primeira visão ocorre sete dias mais tarde. Esse material levanta a pergunta sobre o «porquê» do estado lastimável de Jerusalém e seu tom parece-se com o do livro de Jó. O anjo Uriel responde que não há como solucionar o problema do mal (embora não com essas palavras exatas). Os bons e os maus sofrem, igualmente. Os opressores e os oprimidos sofrem, igualmente. Não obstante, estava chegando uma era que traria a salvação. Ver o artigo geral sobre o *Problema do Mal*. A solução parece ser um reflexo do livro de Apocalipse, do cânon neotestamentário. Ver 5:21 — 6:24.

4. Oito dias mais tarde, ocorre uma longa visão. Esdras ficou perplexo diante do problema de como tão poucas pessoas são salvas, ao passo que a imensa

maioria se perde. Até hoje os homens ficam meditando sobre esse problema. Acredito que o ensino sobre a restauração (que vede), em contraste com a doutrina da eleição (que vede) dá solução a esse problema. Porém, foi somente a revelação do *mistério da vontade de Deus*, por parte de Paulo (ver Efé. 1:9,10,23) que nos forneceu a solução. Poucos seres humanos serão remidos, mas todos serão restaurados, finalmente. E o próprio julgamento divino servirá de meio para produzir esse resultado. Essa seção, em IV Esd., também assegura-nos de que Israel, finalmente, haverá de herdar a terra. Em seguida, é provida uma vívida descrição sobre o julgamento divino. Os vs. 36-105 não se encontram em muitos manuscritos, sendo provável que representem uma interpolação, que teria o propósito central de proibir as orações em favor dos mortos (6:35 — 9:25).

5. Em uma visão, Esdras viu uma mulher que chorava, por haver perdido seu filho, que morrera. Em seguida, apareceu uma cidade com alicerces gigantescos. De alguma maneira, a mulher fora transformada naquela cidade. A visão indicava que a mulher (a Jerusalém celestial) chorava por sua contraparte terrestre (o filho morto). A morte desse filho representava a destruição de Jerusalém. Contudo, foi prometida a restauração da mesma (9:26 — 10:59).

6. Aparece uma águia gigantesca, com doze asas e três cabeças. Essa águia emergira do mar e passou a reinar sobre o mundo inteiro. Porém, após um breve período de tempo, um leão proferiu contra a águia as palavras do Deus Altíssimo. Essa águia corresponde ao quarto reino das visões de Daniel (Roma), ao passo que o leão é o Messias. A visão talvez seja um reflexo do reinado de Domiciano (11:1 — 12:51).

7. Vê-se um homem que emerge do mar. Ele aniquila uma multidão de antagonistas. Como arma, ele usava fogo, que saía de sua boca. Esse homem corresponde ao Filho do homem, da visão de Daniel (7:13). Ele destruirá os inimigos do povo de Deus e Deus haverá de reunir novamente o seu povo (13:1-58).

8. *A Visão Final.* O profeta escreveu essa visão durante quarenta dias. Durante esse tempo, escreveu noventa e quatro livros. Desses, vinte e quatro deveriam ser publicados, mas setenta deveriam ser mantidos em segredo, para uso exclusivo dos sábios entre o povo. Os vinte e quatro livros representam o cânon da Bíblia hebraica, composto de cinco livros da *lei*, oito livros dos *profetas* e onze *escritos*. Os outros setenta são livros sagrados, provavelmente incluindo algumas das obras apócrifas e pseudepígrafas. Isso reflete um tipo de cânon antigo e, o que é deveras interessante, divide os livros em públicos e particulares, dependendo de quão bem preparados estivessem os homens para recebê-los e conhecê-los (15:1 — 16:78).

III. Temas e Idéias

O livro é artificalmente posto na Pérsia (1:1-3), onde, supostamente, Esdras teria recebido comunicações divinas durante o reinado de Artaxerxes. Porém, o livro serve de meio de propaganda de várias mensagens, incluindo, segundo supomos, pseudovisões. Nas obras apocalípticas, esse era um artifício literário comum, sendo difícil determinar o quanto de experiências místicas válidas havia por detrás dessas visões.

1. O interesse pelo futuro, e como Israel estaria relacionada a esse futuro, é um dos temas principais. Nesse ponto, pois, encontramos os temas apocalípticos comuns dos sofrimentos de Israel e da restauração esperada, da esperança messiânica, do reino de Deus, da ressurreição e do julgamento.

2. *Deus.* O nome divino mais comumente usado no livro é *o Altíssimo*. No entanto, esse nome não figura nos capítulos interpolados, isto é, primeiro, segundo, décimo quinto e décimo sexto. Deus é quem governa a todos. Ele é quem recompensa ou castiga. Finalmente, ele cuida do seu povo, embora precise castigá-lo, quando isso se faz necessário. Apenas alguns poucos são escolhidos e os demais são castigados. Parte do Novo Testamento dá continuação a essa mensagem geral. Outra parte, porém, ultrapassa à mesma, como no caso do mistério da vontade de Deus, que já mencionamos.

3. *O Homem.* O homem é dotado de livre-arbítrio, o que explica tantos males deste mundo, segundo se lê em II Esdras 3:8. O pecado de Adão resultou em uma enfermidade moral permanente (*o pecado original*, que vede). Ver 4.30,33,38,39; 7.46-48, quanto a esse tema.

4. *O Conhecimento.* A compreensão humana é severamente limitada, —especialmente no tocante a Deus e aos seus caminhos. O homem não pode sondar as profundezas de Deus (4.1-12; 5.33-4).

5. *A Ressurreição e o Julgamento.* Nesse livro ensina-se a ressurreição física (2.16; 7.32). Uma nova era é esperada. O mal será eliminado (4.26-32). O julgamento será um tempo de trilhar o grão. Ninguém pode datar o tempo final (4.51,52) mas Deus, que determina as eras e a duração das mesmas, é capaz de fazê-lo (4.36,37). Deus é quem prepara o julgamento (7.70).

6. *O Messias.* Ele é o Filho de Deus, — que haverá de reinar por quatrocentos anos. Isso corresponde à era milenar, embora de duração mais breve. Mas, após esse tempo, o Messias morreria (7.28,29). Ele é representado pelo leão, que destruiria nações ímpias (12.31,32). Outro símbolo do Messias é o homem que emerge do mar e cruza os céus voando (13.3,25,26). Ele é também o Filho de Deus (13.32,36,52) — que pôr-se-á de pé, vitorioso, sobre o monte Sião (13.35-38). Os paralelos no Novo Testamento são óbvios. E tudo tem suas bases em fontes informativas judaicas comuns. A dívida do Novo Testamento aos livros apócrifos e pseudepígrafos é ilustrada claramente no artigo sobre I Enoque. Ver o mesmo, em sua sexta seção. Quanto aos problemas criados por esse fato, ver a seção sétima do mesmo artigo.

7. *O Reino.* Aparece ali um reino messiânico temporário, um tipo de milênio de apenas quatrocentos anos. Esse acontecimento será precedido por sinais (6.20-24). A Sião celestial será a capital desse reino (8.52; 10.27,41-44). Mas, esse reino terminará, e então começará a Nova Era, quando haverá a ressurreição, o julgamento e o paraíso (7.31,32,36).

8. *O Problema do Mal.* Aos moldes kantianos, o livro supõe que o julgamento restituirá o equilíbrio a todas as injustiças cometidas. Kant argumentava que a alma precisa sobreviver, a fim de receber a recompensa ou o castigo que merece. E também argumentava que Deus deve existir, a fim de realizar essas coisas, garantindo que tudo será corrigido com a mais absoluta precisão. A lei do *karma* (que vede) também anuncia a mesma mensagem. Ver Gál. 6:7,8. Ver também sobre o *Problema do Mal*, que é um dos mais complexos e difíceis dilemas filosóficos e teológicos que há.

IV. Data e Autoria

Muitos pensam que os capítulos terceiro a décimo quarto de II Esdras teriam sido compostos perto do fim do primeiro século da era cristã. Os capítulos

primeiro, segundo, décimo quinto e décimo sexto são aparentes interpolações posteriores, feitas por cristãos. Alguns estudiosos datam os capítulos quinze e dezesseis entre 240 e 270 D.C. E outros trechos são datados como pertencentes a várias datas. Há afinidades com os evangelhos e com o livro de Apocalipse, do Novo Testamento. Na quinta visão desse livro, a águia simboliza Roma, da época de imperadores como Vespasiano, Tito e Domiciano, o que empresta ao livro uma data dentro do século I D.C.

Autor. Esdras é o nome tomado por empréstimo pelo autor desconhecido, com o intuito de fomentar a influência do livro e dar-lhe uma maior distribuição. Isso era uma prática antiga comum, de tal modo que tanto na literatura relacionada ao Antigo Testamento como naquela ligada ao Novo Testamento, temos muitos livros lançados em nome de outros autores que não os verdadeiros. Ver o artigo sobre os livros pseudepígrafos, quanto a uma elaborada demonstração dessa prática (AM CH JAM Z)

ESDRELOM, PLANÍCIE (VALE)

Esse é o nome grego que corresponde ao locativo Jezreel (que vede). Entretanto, sabe-se que esses dois nomes, o hebraico e o grego, correspondem a dois trechos do território de Israel um tanto diferentes, embora contíguos um ao outro. No hebraico, o nome significa «vale da semeadura de Deus» ou então «vale Deus semeará». Essa planície ou vale é um território baixo que se estende desde as margens do mar Mediterrâneo, até às margens do rio Jordão, na Palestina central, separando a cadeia montanhosa do Carmelo e de Samaria da cadeia montanhosa da Galiléia. Nas obras escritas modernas, porém, o termo Jezreel é frouxamente aplicado como nome das duas áreas contíguas. Estritamente falando, o vale de Jezreel é aquele que vai descendo desde a cidade de Jezreel até Bete-Seã, dando frente para o vale ou garganta do Jordão, tendo a Galiléia ao norte e o monte Gilboa ao sul. Esdrelom, por sua vez, forma uma planície aluvial triangular, limitada a sudoeste pela cadeia do Carmelo, desde Jocneã até Ibleã e Eganin (moderna Jenin), ao longo de seu lado norte, por uma linha que parte de Jocneã até às colinas de Nazaré. A leste por uma linha que desce dali até Ibleã e Eganin. À margem do lado nordeste, defronte das vertentes do Carmelo, havia as importantes cidades de Jocneã, Megito, Taanaque e Ibleã. Ver os artigos separados sobre cada uma dessas cidades. Várias rotas comerciais passavam por Esdrelom, a sua importância devia-se, principalmente, a essas estradas. Esdrelom era uma região pantanosa, ao passo que o vale de Jezreel era próprio para as atividades agrícolas. Parte de Esdrelom era o famoso vale de Megido, assim chamado porquanto nas proximidades ficava a cidade desse nome. Foi ali que Baraque triunfou sobre os cananeus (Juízes 4 e 5). Também foi ali o palco da derrota e da morte de Josias. Foi ali que Elias lutou contra os adoradores de Baal (I Reis 18:40), e também foi ali que o rei Saul foi abatido pelos filisteus (I Sam. 31:1-3). Dentro das tradições proféticas, o lugar está simbólica (ou literalmente?) associado ao conflito final entre as forças do bem e as forças do mal. Ver Apo. 16:16. Ver também o artigo separado sobre o *Armagedom*.

Essa planície é bem pequena, em comparação com os padrões geográficos de grandes países, com cerca de quarenta quilômetros de comprimento por menos de vinte e cinco quilômetros de largura. O wadi Kishon é a corrente principal de água, que drena o vale. Deságua no mar Mediterrâneo.

Antigos povoados cananeus, e não israelitas, pontilhavam as margens das colinas, onde havia mananciais. As planícies eram usadas para a criação de gado, e somente certas porções eram próprias para a agricultura. Era no vale de Jezreel, um tanto mais seco, bem como em Megido, que havia o cultivo do trigo, vendido ao Egito. Desde 1920, métodos modernos têm transformado aquela região, a qual foi drenada. Colônias foram então implantadas ali; a malária foi erradicada e uma agricultura extensiva foi a causa da transformação de *Emek* (o nome popular da região) em um rico tabuleiro de fazendas e povoados.

ESDRIS

Um oficial do exército judeu, na época de Judas Macabeu (II Macabeus 12:36), cujas atividades não são bem definidas. Alguns textos gregos, seguidos por algumas traduções, dão o nome dele como *Górgias*.

ESEQUE

No hebraico, «contenda». Esse é o nome de um poço existente no vale de Gerar. Foi escavado pelos servos de Isaque, mas disputado pelos pastores de Abimeleque (Gên. 26:20). Desconhece-se o seu lugar.

ESFOLADURA

Ver o artigo geral sobre **Crimes e Castigos**.

ESLI

Esse nome aparece exclusivamente em Luc. 3:25, de sentido desconhecido no grego. Foi um dos antepassados de José, marido de Maria, mãe de Jesus. Só se sabe de sua existência na genealogia de Jesus Cristo. Era pai de Naum e filho de Nagaí. Alguns estudiosos supõem que tenha sido o mesmo homem chamado Elioenai em I Crônicas 3:23,24, que era filho de Nearias e pai de Joanã.

ESMERALDA

No hebraico, **nofek** (ver Êxo. 28:18; 39:11; Eze. 27:16; 28:13), que significa «rebrilhante». O termo grego *smáragdos*, que ocorre somente em Apo. 21:19, e também *smarágdinos*, que aparece somente em Apo. 3:4, significam, respectivamente, «esmeralda» e «esmeraldino», ou «verde-claro». Essa pedra talvez incluísse as esmeraldas modernas, mas não somente estas. A verdadeira esmeralda é uma pedra verde amarelada ou verde profundo, uma variedade do *berilo* (que vide) Cientificamente falando, é um silicato de alumínio beriloso. A esmeralda é considerada uma das gemas mais preciosas. As mais valorizadas são aquelas de verde como a erva, livre de falhas. Todavia, isso é uma grande raridade. Quase todas as esmeraldas contêm impurezas inclusas, enquanto que outras têm pequenas incrustações de cromo, o que lhes confere certa variedade de coloração. Entre as antigas jóias egípcias têm sido encontradas boas esmeraldas. Sabe-se de minas de esmeraldas no Egito desde 2000 A.C. Os arqueólogos têm descoberto centenas de fendas escavadas com o propósito de encontrar esmeraldas, perto do mar Vermelho. Todavia, as esmeraldas encontradas nessa região não são de boa qualidade. As melhores esmeraldas do mundo são achadas na Colômbia, no norte da América do Sul, que foram exploradas

inicialmente pelos espanhóis. As esmeraldas são encontradas em veios de calcita (carbonato de cálcio), que atravessam camadas de xisto negro.

Os hebreus, sem dúvida, conheciam a esmeralda desde o tempo em que estiveram no Egito; mas os trechos do Antigo Testamento que aparentemente referem-se a elas (como Êxo. 28:18; 39:11; e Eze. 28:13) são duvidosos. Na Septuaginta há uma certa confusão de nomes, na tradução de vocábulos hebraicos que dizem respeito às pedras preciosas, de tal maneira que até o *anthrax*, que no grego aponta para uma pedra vermelha (incluindo o rubi) tem sido traduzido por «esmeralda». No grego, o termo *smáragdos* não nos ajuda muito, pois está em foco tanto a verdadeira esmeralda, como outras pedras de coloração esverdeada. Toda essa dificuldade ocorre porque as pedras preciosas, naqueles tempos bíblicos, — do Antigo e do Novo Testamentos, não eram classificadas cientificamente, de acordo com a composição química e com o grau de dureza, mas, antes, de acordo com a mera aparência externa, sem levar em conta os fatores intrínsecos. A referência de Apocalipse 21:19 diz respeito a um dos alicerces da Nova Jerusalém (que vide).

ESMIRNA

No local ocupado por Esmirna, desde tempos remotos, havia uma cidade. Os gregos a colonizaram em tempos recuados, tendo exercido a hegemonia sobre a região por longo tempo. Foi destruída uma antiga cidade, ali existente, no princípio do século VI A.C. Foi fundada uma nova igreja por Lisímaco (301—281 A.C.). Desse tempo em diante, tornou-se uma das mais prósperas cidades da Ásia Menor. Esmirna foi aliada fiel de Roma, desde os tempos quando os romanos começaram a intervir nos negócios do Oriente Próximo, e muito antes de ter-se estabelecido como um império mundial. Em 195 A.C. (de acordo com Tácito, Anais iv.56), foi ali erigido um templo, em honra à deusa de Roma. Sua grandiosidade comercial se devia ao fato de que jazia no fim de uma das grandes estradas que atravessavam a Lídia para o leste, partindo da Frígia, servindo também de escoadouro marítimo para a inteira área comercial do vale do rio Hermo. Competia com Éfeso e Pérgamo pelo título de «Primeira (cidade) da Ásia». Em 26 D.C., foi-lhe permitido erigir um templo dedicado a Tibério, Lívia e o senado romano. Por causa desse privilégio, pôde reivindicar o direito ao Neocorato Imperial. E um segundo Neocorato lhe foi dado por Adriano, e ainda um terceiro, por Severo. Sua aliança apertada com Roma, tornou-a um forte centro de culto ao imperador, a adoração obrigatória ao imperador romano. Isso deixou os cristãos dali em circunstâncias desesperadoras, e a perseguição e a morte foram resultados apenas naturais para eles.

Esmirna foi a terra da fábula de Dionísio, um deus que supostamente fora assassinado, mas que ressuscitara. Era o local da celebração dos jogos olímpicos, e contava com um dos maiores anfiteatros de toda a Ásia, ruínas do qual existem até hoje. Atualmente, a cidade que ocupa o local antigo se chama Izmir, e é a maior cidade da Turquia Asiática.

O nome dessa cidade significa *mirra*, substância extraída de uma planta, por esmagamento. — Era usada no fabrico de perfumes, mas também para embalsamamentos. Esses fatos ilustram as condições que existiam na comunidade cristã dali, quando o livro de Apocalipse foi escrito. Os crentes dali foram literalmente esmagados, tornando-se um perfume de suave cheiro a Deus; mas, embora esmagados até à morte, foram preservados em espírito, de modo a poderem viver de novo.

Esse nome vem do grego *smúrna*, «mirra». A cidade de Esmirna está situada no fundo do golfo no qual flui o rio Hermus. Essa cidade é um porto bem protegido, bem como a saída natural para o mar, das principais rotas comerciais que se internam na região, ao longo do vale do rio Hermus. É possível que os primeiros povoadores da região tenham sido gregos eólios, uma comunidade que veio a ser dominada pelos gregos jônicos, que ali chegaram mais tarde e que eram militarmente mais poderosos. Contudo, os fatos históricos são poucos e obscuros, quando retrocedemos até o primeiro milênio A.C., quando foram fundados aqueles povoados às margens do mar Egeu.

Quando a história torna-se melhor delineada, após esse período inicial, assinalado pelas invasões dos povos dóricos, que foi a última onda de tribos helênicas que se infiltrou no mundo miceno, Esmirna já aparece como uma robusta comunidade, preparada para impor-se contra o poderoso reino vizinho da Lídia (que vide). Em poemas antigos aprendemos que houve conflitos e tensões entre as cidades de Esmirna e de Sardis. Parece que Esmirna foi destruída em 600 A.C., por Aliates, da Lídia; e o local ficou devastado pelo espaço de três séculos. Foi dentre as cinzas que a cidade ressurgiu, o que talvez explique a frase que achamos na carta apocalíptica de Apocalipse 2:8: «Estas cousas diz o primeiro e o último, que esteve morto e tornou a viver». É evidente que a alusão primária é à morte e à ressurreição de Cristo, mas alguns estudiosos pensam que também há uma referência ao ressurgimento da cidade de Esmirna. Lisímaco, que governou a Trácia e a porção noroeste da Ásia Menor, após a divisão do império de Alexandre, reconstruiu Esmirna, em 290 A.C. E assim Esmirna tornou-se novamente uma cidade grega; e, graças à sua boa localização, entrou em uma era de vitalidade e prosperidade, que até hoje tem prosseguimento. A moderna cidade turca de Izmir é uma das mais fortes comunidades urbanas da Turquia moderna. Esse progresso foi fomentado porque seus habitantes tiveram a intuição de reconhecer o domínio de Roma sobre toda a região da Ásia Menor. Isso ocorreu em uma época em que Antíoco, o Grande, da Síria (241—187 A.C.) pressionava para oeste, querendo consolidar suas fronteiras. Mas os romanos, conscientes das ambições de Antíoco, avançavam na direção leste. Ora, Esmirna era uma excelente cabeça de ponte em uma grande península, que Roma vinha considerando cada vez mais uma região tampão. Além disso, Esmirna servia de fortim romano contra a força marítima de Rodes, o que significava assegurar o domínio romano sobre a porção oriental do mar Mediterrâneo.

Um dos fatos significantes da importância de Esmirna, dentro do império romano, é que ela foi escolhida para tornar-se o local do segundo templo asiático dedicado à divindade de Roma e do imperador, bem como a sede do sinistro culto ao imperador, que tanto sofrimento haveria de causar aos cristãos, dentro de alguns séculos. Em Esmirna, como em outros lugares do império, a política imperial de supressão foi efetuada esporadicamente, e Domiciano, sem dúvida, foi a causa dessa explosão perseguidora, com a ajuda de uma hostil sinagoga judaica, contra cujas maquinações João teve uma palavra zombeteira a dizer, em Apocalipse 2:9: «Conheço a tua tribulação, a tua pobreza, mas tu és rico, e a blasfêmia dos que a si mesmos se declaram judeus, e não são, sendo antes sinagoga de Satanás».

Esmirna vinha adorando ao espírito de Roma desde 195 A.C. E o templo construído por Tibério aumentou ainda mais o orgulho que ela tinha em seu papel histórico. Portanto, a exortação para que os crentes de Esmirna suportassem tudo e recebessem «a coroa da vida», talvez tenha tido como pano de fundo um diadema de pórticos que circundava o alto de sua colina, que foi descrita por Apolônio de Tiana (1—96 D.C.?). De fato, esse diadema tornou-se tão famoso que «a coroa de Esmirna» passou a ser reconhecida como uma imagem de retórica, conforme se vê nos escritos de dois escritores da época.

Precisamos ainda mencionar Policarpo, um dos discípulos do apóstolo João e bispo mártir de Esmirna, — que faleceu em 155 D.C. Esse crente, pois, serviu de elo de ligação entre a era apostólica e os meados do século II D.C.

Não se sabe como o cristianismo chegou a Esmirna. Provavelmente, ocorreu como resultado das atividades de Paulo em Éfeso. Depois, João passou muitos e muitos anos nesta cidade. Com base na epístola apocalíptica de Apo. 2:8-11, parece que os cristãos de Esmirna caminhavam bem no século I D.C. Na verdade, por ocasião das invasões armadas islâmicas, Esmirna foi uma das cidades da Ásia Menor que por mais tempo resistiu aos turcos. Essa resistência de Esmirna permitiu que os remanescentes do Império Romano do Oriente tivessem tempo para recompor-se do golpe. Na verdade, os cruzados, que estiveram naquelas regiões, trouxeram conhecimentos que, com o tempo, produziram a renascença. Sabe-se que a renascença foi uma das causas da Reforma Protestante, porquanto, durante o renascimento foram reestudados os escritos clássicos gregos e latinos, incluindo o Novo Testamento grego. A história mesma tem comprovado que o Senhor Jesus tinha razão para elogiar a igreja cristã de Esmirna, conforme fez naquele trecho do Apocalipse.

ESMOLAS Ver também, **Esmoler.**

No grego, **eleemosune**, «misericórdia», «alívio» para os pobres. — No Novo Testamento, esse ato é mencionado diretamente com uma palavra específica, em cerca de treze referências. Ver Mat. 6:1; Atos 9:36 (atos de caridade). Ver também Luc. 11:41; Atos 3:2,3; 10:4,31; 24:17.

1. No Antigo Testamento. A lei mosaica fazia provisão para os pobres. (Ver Lev. 19:9,10; 23:22; Deu. 15:11; 24:19; 26:2-13; Rute 2:2). Os dízimos deveriam ser compartilhados com os pobres a cada três anos (ver Deu. 14:20, 29). Aos israelitas era recomendada a generosidade como um dever (Deu. 15:11). O respigar do campo, das oliveiras e das vinhas, era permitido aos pobres e aos viajantes (ver Deu. 23:24,25). Os campos ficavam sem cultivo a cada sete anos, «para que os pobres do teu povo achem o que comer» (Êxo. 23:11). Destarte, a lei aliviava a pobreza, embora a mendicância fosse considerada um castigo entre os israelitas (ver I Sam. 2:36). Os profetas condenavam a opressão contra os pobres, contando-a como uma das razões pelas quais o juízo caía contra o povo (ver Isa. 3:14; 10:2,3; Amós 8:4-8).

2. No Novo Testamento. O trecho de Mateus 6:2-4 pressupõe que os discípulos de Jesus serão generosos com os pobres. Jesus proibiu a ostentação a esse respeito (ver Mat. 6:2). Jesus e Seus discípulos davam esmolas (ver João 13:29). A liberalidade era recomendada por Jesus (Mat. 5:42 e Luc. 6:38). O motivo por detrás do dom e o potencial da pessoa para dar, espiritualmente são fatores mais importantes do que a quantia dada (ver Mat. 12:42-44). A Igreja primitiva seguia o exemplo do judaísmo e de Jesus (ver Atos 4:32-35). Paulo deixou um grande exemplo quanto a isso (ver Atos 24:17; Rom. 15:25-27; I Cor. 16:1,2; II Cor. 8:9 e Gál. 2:10). O autor da epístola aos Hebreus recomendou a caridade como um sacrifício agradável a Deus (ver Heb. 13:16). Tiago e João afirmaram que a prática faz parte da qualidade espiritual da pessoa, sendo um elemento essencial da fé religiosa (ver I João 3:17 e Tia. 2:14-17). O Novo Testamento, entretanto, condena severamente os ociosos, aqueles que não trabalham e dependem de outros para seu sustento (ver II Tess. 3:10), dizendo que tais pessoas também não deveriam comer. A importância das esmolas e do cuidado pelos pobres é evidenciado pelo fato de que o ofício diaconal (ver o artigo sobre os *diáconos*) foi estabelecido na Igreja exatamente com o propósito de aliviar os pobres (ver Atos 6:2 e ss.).

3. Cumprimento da lei do amor. O trecho de Gálatas 5:22,23 tem a lista do fruto do Espírito. O amor encabeça a lista, sendo o solo onde medram todas as demais virtudes. O décimo terceiro capítulo de I Coríntios mostra que o amor é maior que todos os dons espirituais, a atmosfera em que todos eles devem ser exercidos. Ver o artigo sobre o *amor*, quanto a um estudo completo. As esmolas fazem parte da lei do amor. É a demonstração do amor para com os necessitados.

Tal prática era recomendada na lei mosaica, tanto em atitude como em ação (Deu. 15:7; 24:13). O direito de colher as respigas dos campos plantados fazia parte disso (Lev. 19:9-10). Isso beneficiava as necessidades nos anos sabáticos e de jubileu (Êxo. 23:11; Lev. 25:6). Dízimos e ofertas faziam parte do espírito da questão (Deu. 14:28; 26:12). Não ser viciado na usura, para os israelitas constituía uma espécie de caridade (Lev. 25:35-37; Êxo. 22:25-27). A liberalidade era exibida por ocasião de várias festividades (Deu. 16:11-14). A moralidade dos hebreus combinava as idéias de esmolas e retidão — dar, ser generoso, era uma forma de retidão. Não bastava ser bom, era mister também praticar o bem. A Septuaginta traduz a palavra «justiça» como *esmola*, em Deu. 25:13 e Dan. 4:24. Outro tanto sucede no Novo Testamento, porquanto, em alguns manuscritos gregos, temos *dikaiosunen* (retidão), ao passo que em outros temos *eleemosunen* (esmola), em Mat. 6:1. No pensamento hebreu, a realização de atos de amor (dentre os quais dar esmolas era parte importante) era tida como um dos três atos sociais fundamentais (Aboth 1:2). Os comentários judaicos no Talmude chamam as esmolas de «retidões», mostrando novamente a importância que isso tinha na sociedade judaica (comentários sobre Gên. 18:9; Sal. 17:15; Isa. 54:14). Esperava-se que a era messiânica exaltaria a prática (Baba Bathra 10a). Nos tempos pós-cativeiro, eram impostas esmolas regulares, até mesmo obrigatórias (Suk. 49b).

No Novo Testamento, a prática foi tomada por empréstimo do judaísmo, e era grandemente enfatizada, conforme se vê em Mat. 6:1-4 (uma injunção messiânica). Os trechos de Atos 11:27-30; Gál. 2:10; Rom. 15:26; I Cor. 16:1-4 mostram que dar esmolas era uma prática cristã. Afinal, esse ato é parte do cumprimento da lei do amor, que é prova de espiritualidade (I João 4:7,8, onde há notas completas, no NTI). Ver também o artigo sobre *o amor*, nesta obra. Tiago 2:14 ss mostra quão importante é a questão, pois nossa justificação não pode ser considerada válida enquanto não formos transformados de tal modo que não coloquemos em

prática a lei do amor. Não existe tal coisa como religião «pura» sem essa prática (Tia. 1:27). O interesse de Deus pelos necessitados é um tema regular da Bíblia (Êxo. 23:10-11; Lev. 19:9-10; Deu. 15:7-11; Sal. 17:12-14; Pro. 19:17; 22:22-23). A falta de compaixão é condenada (Amós 4:1; 8:4-7; Isa. 3:14-15; Tia. 5:1-6). A prática das esmolas estava incluída nas práticas religiosas dos discípulos de Jesus (Mat. 6:1-4).

As esmolas fazem parte do conceito de *mordomia* (ver o artigo). Aquilo que damos aos outros pode ser considerado o aluguel que pagamos para ocupar aqui o nosso espaço. O amor ajuda o vizinho e a solidariedade é necessária para nosso bem-estar, e, em alguns casos, para a simples sobrevivência. Deus é o proprietário de tudo, e Ele dá aos homens. Cada indivíduo tem a obrigação de seguir o exemplo divino. Deveríamos dar esmolas por motivo de compaixão, e não por causa de uma atitude condescendente para com os pobres. Nunca devemos dar esmolas por motivos egoístas, para sermos louvados como pessoas boas por outros homens.

Sempre será melhor ajudar outros a se ajudarem do que meramente dar esmolas. Mas isso já é outra forma de liberalidade. Sem esse fator, aparece a mendicância profissional, — lado a lado com a dependência passiva, que perverte as vidas e as almas dos que se sujeitam a isso. Por essa razão, algumas igrejas envolvem-se ativamente em cursos de doação, que ensinam maneiras práticas de pessoas ganharem a vida.

A carência. É desencorajador ver denominações evangélicas intensamente atarefadas no evangelismo, mas que negligenciam o lado moral e a prática da fé cristã, no campo da generosidade ao próximo. Certa organização missionária que conheço chega a proibir seus missionários a dar, emprestar ou fazer coisas semelhantes ao próximo, presumivelmente porque isso delapida o dinheiro disponível para a obra missionária, sujeitando os missionários à necessidade de tomarem dinheiro emprestado. Porém, isso é não entender a mensagem inteira do Evangelho e o poder de Deus. Aquele que dá recebe de volta, e com mais abundância do que deu (Luc. 6:38). «Dai, e dar-se-vos-á; boa medida, recalcada, sacudida, transbordante, generosamente vos darão...» (Luc. 6:38). Deus é quem estabelece as regras desse jogo. Jesus nos deu o maior dos exemplos. E Paulo seguiu de perto os Seus passos (Atos 24:17; Rom. 15:25-27; I Cor. 16:1,2). Paulo aconselhava que fossem ajudados os necessitados, mas não os preguiçosos (II Tes. 3:10). O amor, com suas muitas ramificações, é prova da realidade da profissão cristã (I João 3:16-18). (B E H NTI U MW Z)

ESMOLER Ver também **Esmolas**.

No hebraico, **chyon**, «necessitado». No grego, **ptochós**, «encolhido». Nas Escrituras não há muitas referências a esmoleres. Ver Sal. 37:25; II Sam. 2:8; Sal. 109:10; Pro. 20:4; mas, no Novo Testamento, há trinta e quatro ocorrências da palavra grega, desde Mat. 5:3 até Apo. 13:16. É significativo que a lei mosaica não contenha instruções sobre os esmoleres, embora as tenha sobre os pobres, o que não é a mesma coisa. Na Bíblia hebraica não há termo para indicar os esmoleres profissionais, e a maior aproximação à idéia é a de «pedir pão» ou «vaguear». Certamente essa omissão não é acidental, mas coaduna-se com a natureza da lei mosaica. Pois ali, quando um hebreu, por motivo de insolvência, vendia-se a outro hebreu como escravo, recebia sua libertação no próximo ano de jubileu (que vide), ao mesmo tempo em que seu senhor, que o comprara, era proibido de tratá-lo como escravo (Lev. 25:39). Essa justiça social muito humana, em Israel, evitava a proliferação de esmoleres, embora pessoas paralíticas, doentes, cegos, coxos, etc., às vezes fossem forçados a pedir esmolas, sobretudo após o desenvolvimento de cidades maiores em Israel, quando os judeus misturaram-se com outros povos. Pode-se observar em Salmos 109:10, onde Yahweh é invocado a permitir que os filhos dos ímpios sejam forçados a pedir esmolas, ao passo que os filhos dos justos nunca tenham de pedir pão. Ou examinar Salmos 37:25: «Fui moço, e já, agora, sou velho, porém jamais vi o justo desamparado, nem a sua descendência a mendigar o pão».

1. *Idéias.* Os esmoleres punham-se a pedir esmolas em público, ou então indo de porta em porta. Referências como a de I Samuel 2:8 mostram que, a despeito da sociedade judaica desencorajar a prática, mesmo assim havia esmoleres desde tempos antigos. De acordo com Provérbios 20:4, é sabedoria alguém ser diligente no trabalho, para que não caia na desgraça de ter de solicitar esmolas. Deus cuida daqueles que nele esperam, impedindo que caiam em tal situação (I Sam. 2:8).

A cura de Bartimeu, o cego, próximo de Jericó, foi um dos principais milagres de Jesus (Luc. 18:35-43). Nesse caso, a cegueira era o motivo pelo qual Bartimeu esmolava, o que também se vê no episódio relatado em João 9:1-41.

2. *Causas.* A extrema pobreza leva à mendicância, sobretudo quando o estado não tem programas sociais adequados. A lei do Antigo Testamento encerrava provisões em favor das viúvas, dos órfãos, dos estrangeiros e dos pobres, pelo que a necessidade de mendigar era extremamente reduzida (Deu. 10:17-19; 24:19-22; 28:29). Mas lemos que a cobrança de elevados impostos, por parte dos romanos conquistadores, encorajava a prática da mendicância. Naturalmente, a preguiça, que impedia muitos de trabalhar, era a verdadeira causa, pois há pessoas que preferem a lei do menor esforço (Pro. 20:4).

3. *Atitudes para com os pobres e os esmoleres.* As esmolas eram uma parte importante da prática ética dos judeus. Todas as sinagogas tinham caixas onde se punham esmolas para os pobres. A prática teve prosseguimento na Igreja cristã primitiva, e os primeiros *diáconos* (ver o artigo), foram nomeados especificamente para cuidarem das necessidades dos membros pobres da igreja de Jerusalém, incluindo as viúvas (Atos 6:1 *ss*). Contudo, fazia-se a distinção entre ser pobre e esmolar por vagabundagem, segundo se pode ver nos pontos abaixo discriminados: a. Como medida preventiva, havia muita liberalidade para com os pobres, conforme se depreende da legislação mosaica. b. Nas sinagogas judaicas e nas igrejas cristãs sempre houve a preocupação em aliviar as necessidades das pessoas pobres. c. Mas, segundo se vê em Salmos 109:10, a mendicância era considerada um mal, parte de uma maldição. d. Esmoleres profissionais eram desprezados pelos judeus, pelo que era proibido sustentá-los com base nos fundos recolhidos para os pobres. e. A prosperidade material era considerada pelos judeus como uma bênção divina; e, por essa razão, se a alguém faltasse o necessário para a vida diária, isso refletia adversamente sobre a reputação desse alguém, como homem espiritual.

Em nossos dias de tremendas desigualdades sociais, governos e instituições particulares tentam resolver os

problemas da pobreza e da mendicância. Não parece que eles estejam conseguindo algum progresso nesses esforços. Disse Jesus: «...os pobres sempre os tendes convosco, mas a mim nem sempre me tendes» (João 12:8). Nos últimos dias, antes da segunda vinda do Senhor Jesus, haverá tanto ricos quanto pobres, pois lemos: «A todos, os pequenos e os grandes, os ricos e os pobres...» (Apo. 13:16). Em nossos dias, muitos fazem da mendicância uma indústria rendosa. Não são poucos os esmoleres ricos! (K IB ID ND)

ESOTERISMO

Essa palavra vem do grego, onde significa «interior». Trata-se da doutrina que diz que a sabedoria e a compreensão espirituais destinam-se aos adeptos ou iniciados de um certo sistema, e não ao público em geral. Uma sabedoria e um conhecimento secundários estariam à disposição do público, em uma porção que seria a *exotérica*. Esse termo, *esoterismo*, tem sido aplicado a muitos sistemas, a começar por antigas religiões orientais, por Pitágoras, por Platão e pelos estóicos. Também tem sido aplicado a idéias de Aristóteles; mas, nesse caso, devemos distinguir entre a sabedoria popular e o conhecimento técnico dos eruditos. As doutrinas esotéricas incluem os *mistérios* que somente os membros verdadeiros de um certo grupo poderiam saber. Todavia, também podem significar apenas que os ensinos envolvidos são de natureza superior e mais difícil e, por conseguinte, reservados somente aos discípulos mais sérios.

ESPAÇO

O espaço e o tempo são as duas categorias finais da filosofia natural. Ver o artigo sobre *Tempo e Espaço, Filosofia do*.

1. *Demócrito* falava sobre o pleno e sobre o vazio e fazia o vazio ser o espaço vazio onde os átomos se movimentariam. Parmênides, por outra parte, não podia conceber um mundo com espaços no mesmo. Zeno de Eléias interpretava o espaço como um pleno em si mesmo, declarando que a sua plenitude impossibilita qualquer movimento. Portanto, segundo ele, o movimento seria uma ilusão.

2. *Platão*, em *Timeu*, concebeu o espaço como o *receptáculo* onde as formas (ver sobre os *Universais*) tornam-se *instâncias*, isto é, coisas individualizadas.

3. *Aristóteles* pensava no espaço em termos de *lugar*. Ele definia um lugar como os limites internos do corpo contido.

4. Os *epicureus* (e, portanto, Epicuro) defendiam a idéia do vazio do espaço.

5. *Descartes* definia a matéria como uma extensão no espaço, referindo-se a este último como o pleno. A matéria, em sua maneira toda sutil, preencheria a totalidade do espaço.

6. *Henry More* pensava no espaço como uma representação obscura da essência de Deus, concebendo-o como uma função das *sensibilidades divinas*.

7. *Spinoza* concebia os espaços individuais como modos finitos do atributo da extensão, como um dos atributos infinitos de Deus.

8. *Newton* imaginava o espaço como absoluto, tendo revertido, essencialmente, à noção platônica, além de também advogar a idéia das sensibilidades divinas. Dentro do espaço, Deus operaria a sua vontade e sentiria os seus resultados.

9. *Leibniz* pensava no espaço como algo finito, derivado das inter-relações das entidades que compõem o universo.

10. *Samuel Clarke* referia-se ao espaço e ao tempo como atributos de Deus.

11. *Berkeley* falava sobre o espaço como um dos elementos da mente divina.

12. *Kant* dizia que o espaço é uma *categoria a priori* da mente.

13. *Einstein* falava sobre o espaço como algo relativo e curvo. A relatividade, em relação ao espaço-tempo, significa que pode ser estabelecida a simultaneidade somente dentro de um sistema de inércia, não tendo validade para observadores que estejam em sistemas fora daquele sistema de inércia.

ESPAÇO E TEMPO, FILOSOFIA DO

Ver sobre **Tempo e Espaço, Filosofia do**. Ver também sobre **Espaço**.

ESPADA

Ver sobre **Armas, Armadura**.

ESPADA DE DOIS GUMES

Apo. 1:16: «...*e da boca saía-lhe uma afiada espada de dois gumes...*» Essas palavras podem ser comparadas aos trechos de Apo. 2:12,16 e 19:15,21, onde o simbolismo se repete de várias formas. Compará-las também com Isa. 11:4, onde se lê: «...ferirá a terra com a vara de sua boca...»; com Isa. 49:2; «...fez a minha boca como uma espada aguda...» (Ver também Heb. 4:12; II Tes. 2:9 e IV Esdras 13:4). O livro Sabedoria de Salomão 18:15,16 e os escritos rabínicos encerram esse simbolismo sob formas variegadas. Consideremos ainda, sobre essa questão, os pontos abaixo:

1. *Seu significado básico*. Está em foco o poder de Cristo como Juiz, como aviso sobre isso, pois seu segundo advento trará o juízo da espada que procede de sua boca. Assim é que, no livro de Isaías, o Messias fere a terra com a vara de sua boca; e em II Tes. 2:8, o Senhor Jesus aparece a destruir o anticristo «com o sopro de sua boca». Em II Esdras 13:9-13, o homem que procede do mar (o Messias) destrói os seus adversários com a lava ardente de sua boca, com o hálito inflamado de seus lábios, com a tempestade de fagulhas que procede de sua boca. Em I Enoque 62:2, o Eleito (o Messias) abaterá todos os pecadores com a «palavra de sua boca». Sim, Cristo brande completa autoridade judicial.

2. *Significados ampliados*. A «espada» é, especificamente, a «palavra de Deus» (ver Heb. 4:12), ou a «espada do Espírito» (ver Efé. 6:17), nas mãos de Jesus Cristo.

3. *A espada tem dois fios*. Isso significa que ele brande poder especial para cumprir o julgamento. Trata-se de temível arma. Como aplicação, embora não como interpretação direta, podemos dizer que um dos fios desnuda as hipocrisias ocultas, os próprios intuitos da alma. Não haverá como escapar ao juízo de Cristo, porquanto será perfeitamente exato.

Embora os moinhos de Deus moam lentamente,
Moem excessivamente fino.
(Longfellow)

(Ver Gál. 6:7,8 quanto à lei universal da «colheita segundo a semeadura». Ver II Cor. 5:10 quanto ao «julgamento dos crentes», que diz respeito ao bem e ao mal que tiverem praticado).

••• ••• •••

ESPANHA

No grego, **Spanía**. Essa é a mais ocidental das penínsulas européias. Neste verbete, que considera a região não como ela é hoje, mas contra o pano de fundo neotestamentário, devemos incluir não só a Espanha moderna, mas também o moderno Portugal (que só se desmembrou da Espanha em 1140 D.C., para tornar-se um país independente). Na história antiga, essa região já foi chamada de Ibéria, Ligúria e Céltica, por causa dos povos que foram ali mais importantes, em fases históricas diversas, os iberos, os ligúrios e os celtas. Tudo isso, porém, ocorreu antes que os romanos conquistassem a região, quando então recebeu o nome latino de Hispania, cujo significado e cuja origem nos são desconhecidos. De modo diferente do que ocorreu com a península itálica e com a península dos Bálcãs, a península hispânica foi invadida tanto por tribos indo-européias que em suas vagueações chegaram até à Europa, como também por intrusos vindos do norte da África, que, para tanto, tiveram apenas de saltar o estreito de Gibraltar. Na opinião de muitos antropólogos, esses africanos do norte seriam os iberos, a primeira camada populacional da região, e que os ligúrios e celtas já os encontraram ocupando a península. Se adicionarmos a isso, antes dos romanos, algumas colônias fenícias e outras cretenses, todas não longe das costas espanholas do Mediterrâneo, e, mais tarde, algumas colônias gregas, igualmente perto da faixa marítima, teremos um quadro bem realista da composição étnica da península antes da chegada dos romanos. Quando os romanos chegaram, encontraram um caldeamento de raças que os historiadores têm chamado de celtíberos.

Após o primeiro entrechoque com Roma, Cartago (antiga colônia fenícia do norte da África que muito se desenvolvera, até mesmo militarmente) desenvolveu a Espanha como sua base de operações européias. Deve-se dizer que se estabelecera entre Roma e Cartago uma rivalidade que não admitia quartel, e que culminou com as duas chamadas guerras púnicas (264-241 A.C. e 218-201 A.C., respectivamente). Foi da Espanha que o general cartaginês, Aníbal, lançou seu ataque contra a Itália. Não fora sua indecisão — ele teria ganho a guerra; mas a sua imobilidade deu tempo para os romanos se refazerem e contra-atacarem. Foi precisamente a fim de debilitar os cartagineses que os romanos invadiram e subjugaram a Espanha, o que é referido até mesmo nos livros apócrifos da Bíblia. Ver I Macabeus 8:3.

Tantas foram as dificuldades encontradas pelos romanos, que tiveram que lutar até mesmo contra a acidentada topografia hispânica, que eles precisaram de nada menos de dois séculos para apossar-se da península. Para nós, brasileiros, vale a pena lembrarmos a bravura dos lusitanos (mais tarde chamados portugueses), sob o comando do habilidoso Viriato, contra quem os romanos não conseguiram obter a vitória senão através de um ato de traição, ao subornarem homens que o assassinassem.

Foi César Augusto quem, finalmente, completou a pacificação do áspero interior da península espanhola, no decurso de sua sistemática organização das fronteiras do império romano. Desse ponto em diante, a romanização da península, que havia começado pelas cidades e áreas costeiras, pôde prosseguir, penetrando a todos os rincões espanhóis. Estradas, a outorga da cidadania romana aos espanhóis importantes, além de outras manifestas vantagens da chamada «pax romana», foram fatores que aceleraram essa romanização. E não demorou muito para que a Espanha começasse a contribuir para a vida e a cultura do império romano, o que o fez com certo brilhantismo. Nada menos de três imperadores eram naturais da península, a saber, Trajano, Adriano, e mais tarde, Teodósio (já na época do império dividido em Império Romano do Ocidente e Império Romano do Oriente), que começou governando províncias orientais do império, incluindo parte da Ilíria, referida por Paulo, em Rom. 15:19. Também houve homens de letras espanhóis, incluindo os dois Sênecas, Lucano, Pompônio, Mela, Columela, Quintiliano, Marcial, Prudêncio e Osório.

É possível que esse gosto espanhol pela romanização de sua antiga cultura celtíbera talvez tenha chamado a atenção do apóstolo Paulo. A estratégia paulina requeria que ele lançasse as sementes do cristianismo — mediante a sua pregação — nas áreas chaves do império romano. Todavia, não sabemos dizer se Paulo conseguiu concretizar sua ambição de visitar a Espanha, que ele expressou por duas vezes (ver Rom. 15:24,28). O relato histórico do livro de Atos só vai até pouco antes do primeiro julgamento de Paulo perante César. É fato seguro de que ele foi inocentado das acusações, foi libertado e teve mais alguns anos de atividade apostólica; mas, acerca disso, a Bíblia faz inteiro silêncio. Informações extrabíblicas a respeito são muito escassas e incertas. De acordo com Clemente de Roma, que escreveu cerca de trinta anos após o falecimento do grande apóstolo dos gentios, Paulo foi até «os limites do Ocidente» (Ep. 1:5). Mas a informação é muito vaga para determinarmos se Paulo esteve mesmo na Espanha. Com igual razão alguém poderia pensar nas ilhas britânicas, tão ou mais ocidentais que a península ibérica.

Seja como for, o evangelho chegou ali. No século V D.C. o Império Romano do Ocidente chegou ao seu fim político, desmembrando-se em várias nações independentes. No século XII a porção hoje chamada Portugal separou-se do resto da Espanha. No século XIV já começavam as grandes navegações descobridoras de Espanha e Portugal. Mais tarde os ingleses, os franceses e os holandeses tornaram-se imitadores dos espanhóis e dos portugueses. As Américas (do Norte, Central e do Sul) são projeções desses países europeus ocidentais. Em área, as terras americanas conquistadas e colonizadas pelos espanhóis ocupam o primeiro lugar, desde o México, na América do Norte, até o Chile e à Argentina, na América do Sul. Os ingleses entram com o Canadá e os Estados Unidos da América, além de outros pequenos enclaves na América Central e do Sul. Os franceses ficam com a parte oriental do Canadá, a província de Quebeque, e com enclaves nas Américas Central e do Sul. Os holandeses ficaram apenas com o Suriname, na América do Sul. E os portugueses ficaram com o nosso querido Brasil. Portanto, a península hispânica foi a que mais contribuiu para a nossa civilização americana.

ESPARTA

No grego **Spárte**. Com esse nome, essa antiga cidade grega nunca aparece na Bíblia ou nos livros apócrifos e pseudepígrafos da Bíblia. Mas, com seu outro nome, Lacedemônia, ocorre em I Macabeus 14:16 e II Macabeus 5:9. Antes da chegada e dominação dos romanos, foi uma poderosa cidade-estado da porção sul central do Peloponeso, bem como a principal antagonista de Atenas. Quando, devido às guerras intestinas constantes entre as populações helênicas, Esparta, Atenas e Tebas se debilitaram,

Filipe da Macedônia conquistou a porção sul da Grécia atual, e a história de Esparta entrou em declínio acentuado. Mais tarde, como já dissemos, chegaram os romanos, o que contribuiu ainda mais para o apequenamento da cidade.

Em fontes literárias judaicas extrabíblicas há algumas referências à cidade de Esparta; mas os estudiosos duvidam que certas dessas referências aludam, realmente, a essa cidade. Parece que ali havia uma colônia judaica, no século II A.C., e um caloroso relacionamento entre judeus e espartanos se desenvolveu então. Jasom, sumo sacerdote dos judeus, encontrou asilo em Esparta, em 168 A.C. (II Macabeus 5:9). Posteriormente, Jônatas Macabeu procurou fortalecer o seu governo mediante alianças estrangeiras e apelou para os espartanos, para que renovassem a amizade que tivera início com o rei Ários I de Esparta, e Onias I, o sumo sacerdote, com base em sua suposta descendência comum de Abraão (I Macabeus 7:5-23). Não há que duvidar, que nisso havia um grande erro etnológico. Pois os próprios judeus consideravam os espartanos descendentes de Pelege, filho de Heber (Gên. 11:16-19), por serem eles os pelasgos. Após a morte de Jônatas, os espartanos escreveram a Simão, solicitando a renovação da amizade e da liga (I Macabeus 14:16-23). Finalmente, Esparta foi incluída entre as cidades que acolheram a declaração de amizade entre o senado romano e os judeus, escrita pelo cônsul romano Lúcio ao rei do Egito, em 139 A.C. (I Macabeus 15:16-22).

A crer nos judeus, pois, os espartanos seriam semitas, e não jafetitas, como eram todos os povos indo-europeus, entre os quais estavam os gregos.

ESPÉCIES

Ver também sobre **Gênero.**

No latim, essa palavra significa «tipo». O termo grego correspondente é *eídos*, que significa «formato», «figura». Uma espécie é uma *classe*, que se distingue do gênero e dos indivíduos que pertencem a essa classe.

1. Foi *Aristóteles* quem introduziu a diferença filosófica entre o *gênero* e a *espécie*. A espécie é constituída pela adição de alguma *diferença* no gênero. Portanto, o gênero pode ser predicado à espécie, mas não o contrário. Quando falamos sobre uma espécie, envolvemos maior informação do que quando falamos sobre um gênero. Ilustrando, o gênero humano envolve várias raças, ou espécies, cada qual com suas características próprias.

2. *Porfírio* falava sobre as espécies como uma das coisas que podem ser *predicadas*, ou seja, as espécies têm *categorias*, conforme se diz na filosofia. Ver sobre *Categorias*.

3. Os *escolásticos* (ver sobre o *Escolasticismo*) seguiam a diretriz de Porfírio, no desenvolvimento das definições básicas, providas por Aristóteles. Eles distinguiam três categorias ou espécies: *a*. A *espécie suprema*, da qual não há outra, dentro do gênero. *b*. A *espécie ínfima*, que não envolve outras espécies, mas somente indivíduos que compõem aquela classe. *c*. A *espécie subalterna*, que conta com outras espécies, acima e abaixo dela. Quanto ao problema da transformação de uma espécie em outra (o que nunca ocorreu), ver sobre *Evolução*.

ESPELHO Ver também Espelho Espiritual.

Os antigos não possuíam espelhos de vidro. Antes, eram feitos espelhos de metal polido, os quais, quando bem feitos, podem produzir um reflexo razoável.

A palavra aparece somente por uma vez em todo o Antigo Testamento, em Isaías 3:23 (no hebraico, *gillayon*). E, no Novo Testamento, o termo aparece por duas vezes, em I Cor. 13:12 e em Tia. 1:23 (no grego, *ésoptron*). É interessante observar o sentido simbólico com que Paulo usou o termo. — Ele diz «...agora vemos como em espelho, obscuramente...» (I Cor. 13:12), ao referir-se ao nosso presente estado de conhecimento, valendo-se ele da qualidade de reflexão dos espelhos antigos, que quase nunca davam uma boa imagem. A arqueologia nos tem fornecido muitos exemplos de espelhos antigos. As mulheres hebréias tomaram consigo espelhos, que pediram das egípcias. Espelhos encontrados em Tebas são feitos de metal polido, quase redondos, inseridos em cabos de madeira, de pedra ou de metal. Um dos metais favorito para o fabrico de espelhos, na antiguidade, era o cobre. Alguns desses espelhos eram altamente trabalhados, com figuras de pessoas, aves ou animais. Eram usados espelhinhos de mão, e alguns maiores que foram montados sobre uma mesa. Os espelhos de metal precisavam ser constantemente polidos (ver Sabedoria 7:26 e Eclesiástico 12:11). Isso era feito com a ajuda de pós de polimento, esfregados com esponjas ou tecidos. Ver Jó 37:18, quanto a uma antiga referência a espelhos *fundidos*. John Gill, em seu comentário, opina que, provavelmente está em foco o *bronze fundido*. Tiago, por sua vez, refere-se ao espelho como um **auto-exame,** mas não faz comparações com outra pessoa, que poderia ser-lhe superior na conduta.

Espelhos de vidro parecem ter começado a ser fabricados no século I D.C., mas os intérpretes afirmam que eles não davam tão boa imagem como os espelhos modernos, de muito maior tecnologia no fabrico. Quem ouve a Palavra, mas não a cumpre, é como um homem que se vê em um espelho, mas que logo se vai embora, e se esquece da imagem refletida no espelho. Ver sobre o espelho espiritual, imaginado por Paulo, em II Cor. 3:18. Ver o artigo separado sobre *Espelho Espiritual*, que constitui uma das mais excelentes aplicações espirituais da idéia de espelho.

ESPELHO ESPIRITUAL Ver também, Espelho.

Esboço:

I. Elementos Dessa Transformação Espiritual
II. O Rosto Desvendado
III. Modo de Operação
IV. A Glória do Senhor
V. Um Processo Eterno

II Cor. 3:18: *Mas todos nós, com rosto descoberto, refletindo como um espelho a glória do Senhor, somos transformados de glória em glória na mesma imagem, como pelo Espírito do Senhor.*

Essa é uma das mais profundas declarações de todo o N.T., e também um dos principais versículos que ensinam a doutrina da transformação dos remidos segundo a imagem de Cristo.

I. Elementos dessa Transformação Espiritual

1. Qual é a principal doutrina de Paulo? Seria a justificação? Ela é essencial, mas não a mais enfatizada. Seria o perdão dos pecados? Isso também é importante, mas não é o elemento mais destacado. Seria ficar livre da lei? É de menção freqüente, mas não é o ponto mais enfatizado. Antes, é a nossa união com Cristo, o nosso companheirismo místico com ele, com a transformação espiritual que disso redunda.

2. Ocasionalmente, esse processo ético-místico-espiritual, é elaborado de tal maneira que, através dele,

chegamos a perceber que participaremos da própria natureza de Cristo, de sua imagem e de seus atributos. (Há notas completas sobre esse tema, em Rom. 8:29 no NTI).

3. Compartilhar da imagem e da natureza de Cristo, significa compartilhar de sua plenitude (ver Col. 2:10). Esse termo refere-se, especificamente, à possessão de seus atributos, muito naturais à natureza de Cristo.

4. Compartilhar da plenitude de Cristo é compartilhar da plenitude do próprio Deus Pai (ver Efé. 3:19), o que, uma vez mais, envolve a participação na natureza divina, com todos os seus atributos.

5. Por ocasião da «parousia», primeiramente chegaremos a participar da natureza metafísica de Cristo (ver I João 3:2), mas isso não porá ponto final à questão. Pelo contrário, será um elevadíssimo estágio da glória, e desse estágio partiremos para a eternidade.

6. Uma vez entrando na eternidade, iremos avançando de um estágio de glória para o próximo, interminavelmente. Pois visto que a glória divina é infinita, a glorificação necessariamente terá de ser também um processo interminável. O versículo que ora consideramos, por certo nos ensina esse princípio.

7. O Filho compartilha da natureza do Pai. E os filhos de Deus compartilham da natureza do Filho. Portanto, os filhos compartilham da natureza do Pai (ver II Ped. 1:4).

8. Isso eleva os remidos fantasticamente acima dos mais elevados arcanjos.

II. O Rosto Desvendado

1. Antes deste versículo, Paulo havia demonstrado que Moisés cobrira o rosto com um véu, depois que estivera diante de Deus e recebera a legislação mosaica. Esse véu, a princípio, servia para possibilitar que outras pessoas contemplassem sua figura, porquanto a glória divina transparecia através dele. Mais tarde, quando aquela glória começou a desvanecer-se, o véu ocultava o fato de que a glória de Moisés era apenas temporária, e que, finalmente, haveria de desaparecer totalmente. Então, a cada sábado, quando os escritos de Moisés eram lidos nas sinagogas, um espesso véu encobria as mentes e corações dos ouvintes, porquanto ouviam as palavras lidas, mas não percebiam o fato de que Cristo era simbolizado e prefigurado através daquela legislação.

2. No caso do evangelho, entretanto, não há qualquer véu que sirva de empecilho. Antes, cada crente tem o rosto descoberto, de forma a poder contemplar o espelho espiritual, e ali ver Cristo.

3. Essa figura de linguagem fala de uma comunhão sem obstáculos e da comunicação daí resultante. Nós vemos Cristo; e tornamo-nos semelhantes a ele. Cumpre-nos entender, naturalmente, que é o poder do Espírito que torna isso uma realidade.

Contemplando. Essa é uma referência óbvia ao «processo místico» da comunhão com o Espírito Santo, em Cristo. Trata-se de outra maneira de expressar o que é feito em favor daqueles que desfrutam de união vital com Cristo, o que, por Paulo, é referido pela simples expressão «em Cristo».

Com freqüência se nega que o cristianismo seja uma religião mística; mas isso se deve à falta de correta compreensão sobre o significado do «misticismo». Tudo quanto esse vocábulo significa é que há **contatos genuínos** com um poder sobre-humano; e, no caso do misticismo cristão, que há contato com Deus, de uma forma ou de outra. Isso é a mesma coisa que a comunhão com o Senhor. Isso, segundo se espera sempre, é uma influência transformadora, a transfiguração do ser, no nível da alma, no nível espiritual. Isso concorda com o ensinamento *teísta* em geral do N.T., em contraste com o «deísmo». O teísmo ensina que Deus está interessado nos homens, não sendo alguma espécie de criador que tenha abandonado a sua criação. Pelo contrário, mantém contacto com suas criaturas inteligentes, dirigindo-as, recompensando-as e punindo-as. O deísmo, por sua vez, acredita que apesar de existir uma força divina criadora, tal força abandonou o universo, deixando-o sob o controle de leis naturais; mas tendo perdido todo o interesse nos homens, não querendo recompensá-los e nem puni-los. O misticismo é uma extensão lógica do «teísmo», e somente descreve o caminho em que se encontram o humano e o divino.

III. Modo de Operação

1. Quando contemplamos o espelho espiritual, não vemos a nós mesmos, ou seja, indivíduos dotados de baixa espiritualidade, enfraquecidos pelos pecados e pelas debilidades humanas, em parte bons e em parte maus, em parte bem-sucedidos e em parte fracassados. Antes, naquele espelho, vemos a imagem daquilo que deveríamos ser, e na qual nos tornaremos, a saber, a imagem de Cristo.

2. A face de Cristo resplandece com beleza singular, pois ele é a Luz do mundo. O que Paulo tinha em mente fica demonstrado pelo fato de que em II Cor. 4:4 e *ss*, ele mostra que Cristo é a Luz, e que essa luz rebrilha através do seu evangelho, expelindo as trevas (ver II Cor. 4:6).

3. Essa luz rebrilha refletida pelo espelho, de maneira poderosa, e sentimo-nos cativados por ela. O resultado é que continuamos a «contemplá-la», o que indica que o Espírito Santo mantém comunhão conosco, e, portanto, nos transforma. Essa luz é um poder ativo, pelo que também quanto mais ela rebrilha sobre uma pessoa, mais essa pessoa vai sendo transformada. Pois em Cristo há uma glória que transfigura a ti e a mim.

4. Uma vez que essa luz nos tenha cativado (quando da conversão), nunca mais podemos nos desvencilhar dela. E nem mesmo haveríamos de querer tal coisa, pois quanto mais a contemplamos, mais alto sobem as nossas almas, entrando na liberdade própria dos filhos de Deus.

5. Trata-se de uma eterna contemplação, pois está envolvido nisso o significado mesmo da existência. E assim vamos avançando de um estágio de glória para outro, sempre adquirindo mais e mais daquela imagem que vemos no espelho espiritual, sempre nos tornando naquilo que contemplamos no espelho, de maneira tal que, iluminados, também nos tornamos corpos luminosos.

IV. A Glória do Senhor

Essa glória é tanto moral quanto metafísica. Em outras palavras, há certa beleza moral na pessoa de Cristo—ele se assemelha a Deus Pai, sendo amoroso, bondoso, longânimo, justo. Tudo em termos os mais absolutos. Os crentes também precisam ter essa mesma natureza. O crente contempla a glória da natureza moral de Cristo; e o Espírito de Deus, nessa contemplação do crente (comunhão mística), fá-lo adquirir a glória da imagem moral de Cristo. Porém, quando do triunfo de Cristo sobre a morte, Jesus assumiu uma *natureza gloriosa*, isto é, a *natureza espiritual*; e é assim que transparece a sua divindade. Na grandiosidade de seu ser, portanto, Cristo está subjugando todas as coisas ao Pai (ver I Cor. 15:24 e *ss*). Podemos contemplar a grandiosidade do ser de Cristo, e é nessa contemplação que recebemos *essa*

mesma grandiosidade, passando de glória em glória, de estágio em estágio da espiritualidade.

Devemos notar, outrossim, que a glória de Cristo não deve ser meramente contemplada por nós, antes, ela nos transforma. Assim sendo, torna-se possessão nossa, tal como é possessão de Cristo. Assim, pois, tornamo-nos a glória do Senhor, tal como ele mesmo é a nossa. Sua luz, dessa maneira, brilha sobre nós, até nós mesmos nos tornarmos a luz; não somos meros reflexos da mesma. Em outras palavras, somos transformados em seres iluminados, possuidores de glória; e, subseqüentemente, somos *fontes* de luz, tal como ele é a fonte da luz, visto que somos a sua plenitude.

Transformados de glória em glória. Literalmente, a tradução diria aqui, «estamos sendo transfigurados». Essa mesma expressão é usada também em Mar. 9:2 e Mat. 17:2, para indicar a «transfiguração» de Cristo, onde o seu corpo terreno foi espiritualizado por breves momentos. Esse mesmo vocábulo é ainda empregado em Rom. 12:2. Está em foco a modificação na forma de vida, e não meras alterações externas. Assim sendo, tornamo-nos tipos diferentes de seres. Deixamos de lado toda a mortalidade e corporalidade. Assumimos a vida imortal de Deus Pai, a sua vida independente e necessária (ver João 5:25,26 e 6:57), e tornamo-nos seres dotados da mesma natureza de Cristo, na forma mais literal do termo.

Cristo identificou-se conosco em sua humanidade. Jesus era dotado de perfeita natureza humana, e não apenas de algo que parecia humano, mas somente na aparência. Na glorificação (que vide), em Cristo, assumimos sua natureza celestial. Não algo que se assemelha à natureza de Cristo, mas a sua própria natureza, conforme ele mesmo a possui. Ele é a nossa cabeça, e nós somos o seu corpo. A identificação, pois, é completa e absoluta; a natureza é a mesma, apesar da posição e autoridade diferirem. Essa mesma verdade é ensinada no grande «capítulo da ressurreição», o décimo quinto capítulo da primeira epístola aos Coríntios. Cristo foi ressuscitado dentre os mortos dotado de corpo espiritual; e esse corpo foi ainda mais profundamente glorificado quando da ascensão e glorificação para os lugares celestiais. Nós haveremos de ressuscitar dotados com corpo semelhante ao de Cristo; haveremos de subir aos céus como ele, e de ser glorificados com a mesma glorificação que ele recebeu. A identificação e participação de natureza, dessa maneira, será completa; desde agora ela é absoluta, tal como a sua identificação terrena conosco foi e é absoluta.

De glória em glória. Não há, no caso do crente do N.T., o desvanecimento da glória, como se dera com Moisés (ver II Cor. 3:13). A glória do novo pacto é constante e cada vez maior.

V. Um Processo Eterno

O **ser finito** nunca poderá alcançar o **Ser Infinito**, mas a glorificação envolverá um processo de aproximação interminável ao Infinito. A alma irá de um estágio espiritual para outro, participando na natureza divina, — e aumentando sempre nos atributos e perfeições divinas. Sendo que existe uma infinidade com que a alma deve ser enchida, deve existir também um enchimento infinito.

ESPELTA

No hebraico, **kussemeth**. A palavra aparece por três vezes: Êxo. 9:32; Isa. 28:25 e Eze. 4:9. Na primeira referência, a palavra é traduzida por «centeio»; na segunda, por «espelta». E, na terceira referência, nossa versão portuguesa omite dois cereais, em uma lista de seis, mencionando apenas trigo, cevada, favas e lentilhas. A espelta é um tipo de trigo selvagem, *Triticum monococcum*, ou então, segundo outros estudiosos, poderia ser o trigo importado do Egito, o *Triticum aestivum spelta*. Este tem os grãos muito duros, com espigas soltas. Acredita-se ser espécie nativa da Mesopotâmia, embora muito cultivada na Síria e na península do Sinai.

Alguns especialistas pensam que se trata da aveia, *Avena sativa*, ou então o trigo arroz, *Triticum dicoccum*. Mas essa opinião não é bem recebida pela maioria dos estudiosos.

ESPERANÇA

Do que consiste a **esperança?** abaixo alistamos as diversas interpretações que os eruditos nas Escrituras nos têm dado a respeito:

I. Natureza da Esperança
Diversas Interpretações:

1. Alguns intérpretes limitam a esperança à atitude de «espera pelo Filho de Deus, que descerá dos céus». Assim sendo, a esperança falaria sobre a expectação cristã acerca do segundo advento de Cristo, uma idéia puramente escatológica. Não há que duvidar que isso faz parte da idéia, mas não revela tudo. Ver I Tes. 1:10.

2. Tratar-se-ia de mais do que de uma «atitude esperançosa» que o crente deva manter para com os acontecimentos de sua vida diária. Em outras palavras, é mais do que um espírito de otimismo.

3. Essa esperança está vinculada à «glória de Deus» de Rom. 5:2.

4. Nesta vida, temos um *destino*. A providência divina garante para nós, que cumpriremos nossas respectivas missões. Também há a missão celeste, e cada crente haverá de ser sui generis, realizando algum serviço peculiar (Ver Apo. 2:17, que tem esta idéia na figura da *pedra branca*). A esperança se apega a esses fatos e nos dá estabilidade e certo senso de bem-estar. Cristo terminará a boa obra que em nós começou (Fil. 1:6).

5. Talvez a esperança central de Rom. 8:17 seja a adoção de filhos e portanto, a filiação. Esse é o cumprimento de nossa salvação, e a coisa principal pela qual esperamos.

6. Essa esperança garante a participação de gentios no pacto abraâmico, e isso é explicado laboriosamente nas notas em Heb. 6:17-19 do NTI A esperança é a âncora da alma, conforme a passagem de Heb. 6:17-19 no-lo indica. Ver o artigo sobre *Pactos*.

II. Cristo, nossa Esperança

Cristo Jesus, nossa esperança, I Tim. 1:2. Em Cristo se acha a esperança da vida eterna, sendo ele o seu exclusivo mediador. Mas essa é a única descrição sobre o fato, em todo o N.T., apesar de que todo o novo pacto realmente seja uma expressão desse pensamento. Inácio (*Efésios* xxi e *Filadélfia* v) se utiliza dessa expressão, provavelmente com base neste texto. (Ver igualmente Inácio, *Mag.* ii; *Trales* 2:2 e *Filadélfia* 11:2). O fato de que Inácio citou ou fez alusão às «epístolas pastorais» mostra-nos que devem anteceder à data de 110 D.C. (Ver a questão sobre a «Data» na seção II do artigo sobre as *Epístolas Pastorais*).

A epístola a Tito parece intercambiar propositadamente a idéia de «salvação» proveniente de Deus Pai e de Deus Filho, de tal modo que a esperança do bem-estar eterno sempre aparece em relação a ambos. Ora, essa é justamente a mensagem distintiva do

N.T., que mostra «como» é que Deus Pai admite os homens à sua presença e à participação na natureza divina. (Comparar com João 14:6; 3:16 e Efé. 1:3).

Esperança. Cristo é «...a própria substância e o alicerce da esperança» (Ellicott, *in loc.*). Essa esperança procede da parte dele, existe por causa dele, baseia-se no cumprimento de sua missão e se acha «nele», porquanto envolve a transformação segundo a sua imagem, o que indica a participação em sua própria natureza glorificada, bem como a participação em sua herança. Isso é que está envolvido na redenção humana, o que transcende imensamente ao perdão dos pecados, que é um degrau necessário, mas tão-somente um degrau, na direção da glória que aguardamos obter em Cristo. A obtenção da glória de Cristo indica a participação em todos os aspectos positivos de seu ser, e não meramente que o remido se tornará impecável. Um anjo de ordem inferior pode ser impecável, mas será sempre um ser de muito menor estatura do que Cristo, faltando-lhe o poder e a glória do Senhor. Mas a redenção, que opera na salvação humana, levará os remidos à própria estatura moral e metafísica de Cristo, tornando-os muito superiores aos próprios arcanjos. De fato, os remidos participarão verdadeiramente da própria divindade.

Cristo, nossa Esperança. Sumário

1. Por causa de seu ofício, como único mediador (ver I Tim. 2:2).

2. Por causa de seu ofício expiatório (ver Rom. 5:11).

3. Por ser ele o Pioneiro do caminho da espiritualidade, que conduz à vida eterna (ver Heb. 2:10).

4. Quanto ao aspecto escatológico. Ele voltará. Há grande glória à frente. Cristo é nossa esperança e segurança, – no tocante a essa glória futura. (Ver a mensagem de I Tim. 6:15 e seu respectivo contexto).

5. Cristo é o criador (ele é o Alfa). Mas também é o *alvo* mesmo da criação (ele é o *Ômega*). Ver esse conceito em Col. 1:16. Ele é a esperança dos eleitos. Mas também é a esperança dos não-eleitos. Ver os artigos sobre a *Missão Universal do Logos* (*Cristo*), e *Restauração*.

III. Em Romanos 8:24

Rom. 8:24: *Porque na esperança fomos salvos. Ora, a esperança que se vê não é esperança; pois o que alguém vê, como o espera?*

«A esperança é...uma causa secundária da salvação, porquanto exibe vividamente a salvação aos olhos do crente, fazendo-o esforçar-se por obtê-la... Não devemos perder de vista, porém, que a frase traduzida por 'pela esperança' (em algumas traduções, como dissemos acima), poderia ser melhor traduzida como 'na esperança', ou 'com esperança'. E isso serve, pois, para limitar a idéia da salvação. Fomos salvos, verdadeiramente, em uma forma potencial e imperfeita; mas a nossa plena salvação ainda é motivo de esperança, pelo que também não é um acontecimento passado, mas ainda jaz no futuro». (Sanday, *in loc.*).

Lange (*in loc.*) diz algo semelhante a isso: «O dativo, não descreve o meio, e, sim, o modo de livramento».

Alguns intérpretes não têm estabelecido aqui qualquer distinção entre a fé e a esperança, mas isso parece negar a distinção que o apóstolo afirma tão cuidadosamente em I Cor. 13:13. A esperança é a «condição» em que somos salvos. Alford (*in loc.*) chama a esperança de «fé em sua atitude de expectação».

«A esperança é produzida com base na fé, estando indissoluvelmente vinculada à mesma, porquanto a fé apreende o objeto até onde o mesmo é apresentado; e a esperança o apreende até onde o mesmo ainda é futuro». (Philippi, *in loc.*).

Esta última definição, de Philippi, sobre a esperança, poderia mesmo aceitar, no original grego, o dativo «instrumental», que mesmo assim a passagem faria sentido perfeito.

«O vocábulo 'esperança' é usado de duas maneiras diferentes. No primeiro caso significa grande coragem, aquela que permanece firme a despeito de todas as tentações. No segundo caso, indica a salvação infinita que a esperança obterá; no presente versículo podem estar em foco ambos os aspectos». (Lutero, *in loc*).

Este versículo, pois, esclarece como o apóstolo Paulo pode dizer tanto que os crentes já receberam a «adoção» de filhos de Deus (ver Rom. 8:15), como que eles ainda aguardam a adoção de filhos (ver Rom. 8:23). Mediante a fé os crentes possuem a adoção em sua forma presente. Mediante a esperança eles esperam pela fruição total dessa adoção. A esperança pois, é uma característica essencial dos redimidos. Essa esperança desvia a atenção do crente para longe das atividades mundanas, pois o crente, na realidade, é cidadão de um mundo diferente e vive embalado por profunda expectação de obter a concretização de sua nova esperança e posição em Cristo.

Essa esperança inclui a *bendita esperança* da volta de Cristo, que será um passo gigantesco na direção da redenção dos crentes, quanto ao seu corpo físico. Os trechos de I Tim. 6:10 e Tito 2:2, — em vez de «fé», amor e esperança», como vemos na tríade do décimo terceiro capítulo da primeira epístola aos Coríntios, dizem «fé, amor e perseverança». Por conseguinte, a esperança é uma forma de «perseverança» ou «paciência», uma espera paciente pelo cumprimento daquilo que o homem interior diz que será, por causa de sua confiança em Cristo.

«A fé é a evidência, e a esperança é a expectação das coisas que não se vêem. A fé é a genitora da esperança. Nós esperamos com paciência. Na esperança por essa glória, temos necessidade de paciência, para suportar os sofrimentos que nos sobrevêm no caminho, e para suportar a demora». (Mathew Henry, *in loc*).

Transcrevemos abaixo algumas famosas citações sobre a esperança:

«Vivo na esperança e penso que assim fazem todos aqueles que vêm a este mundo».
(Robert Bridges, *The Growth of Love*, 1844-1930).

«Para os enfermos, enquanto há vida há esperança. (Cícero, *Epistolae ad Atticum*, 106-43 A.C.).

«A própria esperança é uma espécie de felicidade, e, talvez seja a principal felicidade que este mundo proporciona». (Samuel Johnson, na obra de Boswell, *Life of Johnson*, 1709-1784).

«A esperança emana eternamente no peito humano». (Alexander Pope, *Essay on Man*, 1688-1744).

A verdadeira esperança é veloz, e voa com asas de andorinha;
Dos reis faz deuses; e de criaturas inferiores, reis.
(Shakespeare, em *Richard III*;, V, ii. 23,1564-1616).

«*Ora, esperança que se vê não é esperança*». Esta porção de Rom. 8:24 procura definir a natureza da esperança. Ela diz respeito a algo que ainda não pode ser visto com os olhos. Paulo se referia à «salvação escatológica», ou seja, a fruição da salvação que já foi

iniciada na alma humana, mas que aguarda seu cumprimento mais profundo, ou seja, a transformação do crente segundo a imagem de Jesus Cristo, o que é a mais elevada expectação da esperança que um crente pode embalar, pois é disso que consiste a salvação, não meramente a *habitação* nos céus. As Escrituras, por conseguinte, aludem à salvação como algo ao mesmo tempo presente e futuro. E a salvação, em seu aspecto presente, é a garantia da salvação futura, pois com razão esperamos que Deus cumpra em nós totalmente, a obra que ele começou. A salvação, em seu aspecto presente, pode ser encontrada em trechos como Efé. 2:8 e Tito 3:4,5. E, em seu aspecto futuro, pode ser vista em Mar. 13:13, 10:9, Rom. 8:29, II Cor. 3:18 e II Ped. 1:4.

Ergue para ti mansões mais firmes, ó minha alma,
Ao passarem as velozes estações;
Abandona o teu passado de teto baixo!
Que cada novo templo seja mais nobre que o anterior,
Fecha-te do céu com uma cúpula mais vasta,
Até que finalmente te vejas livre,
Deixando tua concha pequena no mar agitado da vida.

(Oliver Wendall Holmes, 1809—1894).

ESPERANÇA MESSIÂNICA

Ver o artigo geral sobre o **Messias**. Ver também sobre *Jesus*, o Messias predito nas Escrituras. A esperança messiânica é a expectação de que haverá uma figura messiânica, que, finalmente, estabelecerá o seu reino messiânico. O Antigo Testamento e as obras pseudepígrafas encerram em seu bojo essa antecipação. Ver Isaías 7:14 e Daniel 7, bem como a mensagem geral sobre os reinos deste mundo, de Daniel 9:24 *ss*. Muitos dos salmos também são considerados messiânicos. Para exemplificar, ver os Salmos 2 e 110. A teologia dos hebreus, após o exílio, aguardava a futura renovação de um imenso e exaltado reino de Israel, — que haveria de emergir no reino de Deus (que vede), embora essa esperança não estivesse ligada, claramente, com a figura messiânica. O trecho de Isa. 9:6 *ss* é uma das mais claras passagens veterotestamentárias desse tipo, incluindo a idéia do Príncipe da Paz, — que haveria de governar sentado no trono de Davi. Os judeus dos dias de Jesus estavam esperando, até fanaticamente, por um Messias político. Mas, a espiritualidade de Jesus desapontou até João Batista. Jesus parecia não ser suficientemente político em sua ênfase. A rebelião assinalava a atitude dos judeus, porquanto eles queriam libertar-se do jugo dos romanos; e isso resultou em duas grandes destruições de Jerusalém e da Judéia, em 70 e em 132 D.C.

ESPEUSIPO Ver Speusipo (Espeusipo).

ESPEVITADEIRA, TENAZ

Ver sobre **Tenaz, Espevitadeira**.

No hebraico, *mezammeroth*, literalmente, «tenazes». Alguns estudiosos pensam que a palavra deriva-se do verbo que significa «podar». Eram instrumentos feitos de ouro (Êxo. 37:23) ou de bronze (II Reis 25:14), usados para cuidar das brasas e das lâmpadas do tabernáculo da congregação e do templo de Jerusalém. Os estudiosos não concordam entre si quanto à função exata desses instrumentos. Isso vem desde o tempo da tradução da Septuaginta. Assim, nos trechos de Êxo. 37:23; Núm. 4:9; II Crô. 4:22; Isa. 6:6, a LXX diz «instrumento de agarrar»; mas em Êxo. 25:38 e I Reis 7:49, a LXX diz «concha».

Nos trechos de Êxodo 25:38 e 37:23, essa palavra, juntamente com os «apagadores», aparece intimamente vinculada ao candeeiro de ouro. Em face do trecho de Isaías 6:6, onde esse utensílio aparece usado para tirar uma brasa de cima do altar, parece que está em foco um instrumento usado para aparar os pavios das lamparinas, segundo pensam alguns estudiosos. No entanto, os contextos não dão qualquer indicação nesse sentido. Além disso, conforme foi observado acima, a tradução da Septuaginta não dá nenhuma idéia de que se tratava de algum utensílio cortante. Isso posto, parece que a melhor tradução seria «tenazes» ou «pinças».

ESPIAS

No Antigo Testamento precisamos considerar três palavras hebraicas e duas gregas, a saber:

1. *Raah*, «ver». Palavra hebraica que ocorre por quase mil e trezentas vezes, com vários sentidos, inclusive o de espionar. Para exemplificar: Êxo. 2:11; II Reis 6:13; 9:17; 13:21; 23:16; Gên. 42:27; Êxo. 2:11; I Sam. 14:16; 26:16; II Sam. 11:2; 18:21.

2. *Ragal*, «percorrer», «usar os pés». Esse vocábulo hebraico aparece por vinte e duas vezes com o sentido de «espiar». Exemplificando: Núm. 21:32; Jos. 2:1; 6:22,25; Juí. 18:2,14,17; II Sam. 10:3; I Crô. 19:3.

3. *Tur*, «espionar», «pesquisar». Palavra hebraica que é empregada por vinte e uma vezes com esse sentido. Por exemplo: Núm. 13:16,17; Núm. 13:2,21, 25,32; 14:6,7,34,36,38; Deu. 1:33; Ecl. 1:33; 7:25.

4. *Katáskopos*, «espião». Essa palavra grega ocorre somente em Heb. 11:31. É usada em relação aos espias enviados por Josué para verificarem o estado da cidade de Jericó, de acordo com a menção ao fato, no Novo Testamento.

5. *Egkáthetos*, «espião». Essa palavra está baseada no verbo grego que significa «subornar». Ocorre exclusivamente em Luc. 20:20. Aparece no incidente em que os escribas e principais sacerdotes enviaram espias (homens subornados) para ver se apanhavam o Senhor Jesus em alguma palavra, a fim de entregá-lo à jurisdição do governador.

No hebraico, parece que não existe distinção entre as palavras *ragal* e *tur*, visto que os trechos de Josué 14:7 e Deuteronômio 1:24 usam o verbo *ragal* quando se referem aos eventos de Números 14:6.

A espionagem sempre foi uma medida necessária em períodos de conflito armado, com o intuito de descobrir os pontos fracos do inimigo. Em Gênesis 42:1-17, José acusou seus irmãos de serem «espiões» que queriam saber quais os pontos débeis do Egito. Moisés enviou doze espias à terra de Canaã, com várias finalidades: descobrir seus pontos fortes e fracos e verificar quão produtiva era a terra (Núm. 13). O povo de Israel aceitou o relatório apresentado por dez desses espias, acovardou-se e por causa disso, foi forçado a adiar a conquista da Terra Prometida pelo espaço de quarenta anos. Nesse período, Moisés enviou espias a Jazer, uma cidade fortificada dos amorreus, em Gileade, — e a capturou (Núm. 21:32). Sempre que a captura de alguma cidade é relatada com certo detalhamento, vê-se que a conquista da mesma era antecedida pela visita de espias. No caso de Jericó, Josué enviou dois espias (Jos. 2—6). De Jericó, um número não determinado de espias foi enviado a Ai (Jos. 7 e 8). Posteriormente, a tribo de José conquistou Betel, depois que espias descobriram, com a ajuda de um betelita traidor, uma entrada secreta para a cidade (Juí. 1:23-25). Davi

utilizava-se de espias para acompanhar os movimentos de Saul (I Sam. 26:4). Finalmente, os emissários de Davi, enviados aos amonitas, foram tomados como espias, e foram tratados de conformidade com essa suspeita (II Sam. 10:3; I Crô. 19:3).

No Novo Testamento, a espionagem é mencionada apenas em dois trechos: quando as autoridades religiosas dos judeus queriam espionar Jesus (Luc. 20:20), e quando o autor da epístola aos Hebreus refere-se a Raabe e aos espias (Heb. 11:31).

ESPIGA DE CEREAL

No grego **stáchus**, palavra que é usada por cinco vezes no Novo Testamento: Mat. 12:1; Mar. 2:23; 4:28; Luc. 6:1. Essa palavra indica a espiga em formação, antes que o grão apareça enchendo a mesma. Em Deu. 23:25 temos a palavra hebraica *melilah*, «espiga», que corresponde ao termo grego. As «espigas verdes», referidas em Lev. 2:14 e II Reis 4:42, no original hebraico é *karmel*, «grão». Os «grãos», aludidos em Lev. 23:14, têm como base o termo hebraico *abib*, «florescência». Há, em quase todos esses casos, uma alusão a espigas de cevada, que eram torradas e oferecidas como parte das ofertas das primícias da terra. Essa última palavra hebraica acabou tornando-se o nome do mês que corresponde ao nosso «abril», devido à sua importância para a agricultura, entre os hebreus.

ESPINHO NA CARNE

A única referência bíblica que encerra essa expressão é II Coríntios 12:7. Ali diz o apóstolo Paulo: «E, para que não me ensoberbecesse com a grandeza das revelações, foi-me posto um espinho na carne, mensageiro de Satanás, para me esbofetear, a fim de que não me exalte». No original grego, a palavra ali traduzida por «espinho» é *skólops*. Esse termo não significa «espinho», e, sim, «estaca». Mas, como devemos entender a passagem em sentido metafórico, não importa muito a tradução exata do termo, contanto que a idéia seja transmitida. Deve-se notar que Paulo chamou esse «espinho» de «mensageiro de Satanás», um conceito estranho, embora nos faça relembrar de Jó. Deus permite que Satanás ataque seus mais diletos servos, por uma ou por outra razão. Talvez Paulo falasse metaforicamente, não querendo dar a idéia de um ataque real do príncipe da malignidade. O fato é que os intérpretes não concordam quanto ao que seria, exatamente, esse espinho na carne de Paulo. A maioria pensa que está em foco algum defeito físico ou alguma enfermidade crônica, como alguma dificuldade ocular. Isso talvez explique sua alusão às «letras grandes» de Gál. 6:11, que talvez possa ser vinculada a Gál. 4:13, 14, onde diz o apóstolo: «...sabeis que vos preguei o evangelho a primeira vez, por causa de uma enfermidade física...» Ver a exposição, no NTI, quanto a esses versículos. Contudo, outros estudiosos pensam que o «espinho na carne», de Paulo, era algum problema moral, que ficaria subentendido no sétimo capítulo da epístola aos Romanos, onde lemos sobre seu agudo conflito contra o pecado. Ainda outros estudiosos pensam em empecilhos externos, como as perseguições efetuadas por seus adversários, dentro e fora da Igreja. Ainda segundo outros, seria uma espécie de angústia mental, incerteza, desencorajamento e temor, coisas essas produzidas pelos rigores de suas responsabilidades ministeriais. Se esse «espinho na carne» era alguma enfermidade, então as opiniões vão desde a malária até à oftalmia, passando pela epilepsia e pela enxaqueca.

Desenvolvendo a idéia contida no sétimo capítulo de Romanos, alguns eruditos vêem uma contínua batalha de Paulo contra as tentações carnais, visto que Paulo estava vivendo como celibatário. Agostinho e Jerônimo confessaram seus problemas nessa área da vida, apesar de sua grande espiritualidade. Ver Agostinho, *Confess.* 10.30. e Jerônimo, *Epist. ad Eustochium*. Jerônimo ficava atônito sobre como visões de êxtase celestial eram alternadas com tentações sensuais, que o assediavam. Com o devido respeito a grandes homens de Deus, que têm tido problemas com questões assim, não há razão alguma para supormos que Paulo estava aludindo a isso, quando falou em seu «espinho na carne».

O ensino é claro, mesmo que a identidade exata do «espinho» nos escape. Até mesmo os crentes mais espirituais são atacados pelos mais variados problemas e dificuldades, que lhes parecem como espinhos incômodos. Essas coisas, entretanto, podem ter um bom resultado, quando corretamente manuseadas pelo crente.

ESPINHOS

Onze palavras hebraicas e duas palavras gregas estão envolvidas neste verbete, a saber:

1. *Atad*, «espinheiro». Palavra hebraica que figura por quatro vezes: Sal. 58:9; Juí. 9:14,15.

2. *Chedeq*, «espinho». Termo hebraico que aparece por duas vezes: Pro. 15:19; Miq. 7:4

3. *Choach*, «espinho», «moita». Palavra hebraica utilizada por doze vezes: II Crô. 33:11; Jó. 41:2; Pro. 26:9; Can. 2:2; Osé. 9:6; II Reis 14:9; II Crô. 25:18; Jó. 31:40; I Sam. 13:6 (nesta passagem, nossa versão portuguesa diz «buracos», quando deveria dizer «moitas»); Isa. 34:13.

4. *Naatsuts*, «espinho». Palavra hebraica usada por duas vezes: Isa. 7:19 e 55:13.

5. *Sir*, «espinho», «gancho». Palavra hebraica usada por quatro vezes, com o sentido de *espinho*: Ecl. 7:6; Isa. 34:13; Osé. 2:6; Naum 1:10.

6. *Sallonim*, «espinhos», «espinheiros». Palavra hebraica, usada no plural, por apenas uma vez: Eze. 2:6.

7. *Tsen*, «espinho». Palavra usada por duas vezes no hebraico: Jó 5:5 e Pro. 22:5.

8. *Tseninim*, «espinhos». Palavra hebraica usada no plural por duas vezes: Núm. 33:55 e Jos. 23:13.

9. *Qots*, «espinho». Termo hebraico usado por doze vezes: Gên. 3:18; Êxo. 22:6; Juí. 8:7,16; II Sam. 23:6; Sal. 118:12; Isa. 32:13; 33:12; Jer. 4:3; 12:13; Eze. 28:24 e Osé. 10:8.

10. *Qimmashon*, «espinho». Palavra hebraica usada por apenas uma vez: Pro. 24:31.

11. *Shayith*, «espinho». Palavra hebraica que aparece por sete vezes: Isa. 5:6; 7:23-25; 9:18; 10:17; 27:4.

12. *Ākantha*, «espinho». Palavra grega que aparece por catorze vezes: Mat. 7:16; 13:7,22; 27:29; Mar. 4:7,18; Luc. 6:44; 8:7,14; João 19:2 e Heb. 6:8.

13. *Skólops*, «estaca». Essa palavra grega aparece somente em II Cor. 12:7. Nossa versão portuguesa a traduz por «espinho», o que talvez esteja mais em consonância com nossa maneira de dizer, embora o termo grego não signifique, realmente, um espinho.

Visto que as várias palavras hebraicas foram usadas sem refletir qualquer classificação científica, os botânicos discordam acerca da identidade das várias espécies mencionadas. Parece haver poucas dúvidas que a silva ou sarça seja o espinho de referência mais comum. O nome científico moderno dessa planta é

Rubus sanctus. Também havia o ulmeiro, igualmente comum na Palestina, cujo nome científico é *Rubus ulmifolius*. O *Rhamnus palestina* é outro arbusto espinhento. Medra em vários lugares da Palestina, sobretudo na península do Sinai. Os espinhos referidos em Pro. 15:19 e Miq. 7:4, no hebraico, *chedeq*, provavelmente são a planta que a botânica moderna chama de *Balanites aegyptiaca*, ou bálsamo de Jericó; mas também pode ser o *Lycius europaeum*. Espinheiros comuns do deserto são o astrágalo, a acácia e o zízifo. Os trechos de Isa. 34:13 e Osé. 9:6 talvez se refiram ao *Xanthium sponosum*, uma planta daninha que produz frutos ácidos e espinhentos. No hebraico, ela se chama *sir*.

Usos Metafóricos. Os espinhos são um importante assunto bíblico, em conexões metafóricas, conforme se vê na lista abaixo:

1. *Espinho picador*. Em Eze. 28:24, a referência é às ferroadas produzidas pelo paganismo.

2. Em Miq. 7:4 é dito que os mais retos entre os habitantes da terra eram como o espinheiro, e os piores, como uma sebe de espinhos.

3. Jó 5:5 alude a pessoas gananciosas, que arrancam o alimento até dos órfãos, mas que acabam perdendo tudo em seu desvario.

4. Provérbios 15:19 fala do caminho do preguiçoso, cercado de espinhos. Por causa de sua inércia, ele atrai contra si mesmo muitas dificuldades.

5. O crepitar dos espinhos, no fogo, é assemelhado às gargalhadas dos insensatos (Ecl. 7:6).

6. Os ímpios assemelham-se a espinhos, por serem inconvenientes e prejudiciais aos seus semelhantes (II Sam. 23:6; Naum 1:10).

7. Os espinheiros são rapidamente consumidos pelas chamas, ilustrando o fim súbito que sobrevém aos tolos (Sal. 118:12).

8. Os profetas falsos são comparados com os espinhos, ou, com frutos maus e espinhentos (Mat. 7:16).

9. No juízo divino, os ímpios são consumidos como palha seca, mesmo que se entrelacem com espinhos e se saturem de vinho (Naum 1:10).

10. Elementos que prejudicam a mensagem do evangelho ou impedem-na de efetuar a sua obra, assemelham-se a espinhos (Mat. 13:7; Mar. 4:7). Isso resulta em falta de frutificação (Mat. 7:16). Ver também os artigos separados sobre *Coroa de Espinhos* e *Espinho na Carne*.

ESPIRA, DIETAS DE

Ver **Protestantismo, II, últimos três parágrafos.**

ESPIRITISMO (ESPIRITUALISMO)

Estas palavras se usam como sinônimos, ou com definições distintas. No português, *espiritismo* normalmente se refere a religião designada por aquele termo. *Espiritualismo*, em contraste, se refere à idéia filosófica que admite, quer quanto aos fenômenos naturais, quer quanto aos valores morais, a independência e o primado do *espírito* em relação às condições materiais, afirmando que os primeiros constituem manifestações de forças anímicas ou vitais, e os segundos, criações de um ser superior ou de um poder natural e eterno, inerente ao homem.

No parágrafo que segue, uso a palavra *espiritismo* para designar tanto a religião como a idéia filosófica. Depois, minhas descrições são da religião.

O uso popular dessa palavra refere-se àquele movimento religioso que tem, como uma de suas doutrinas centrais, a existência da alma (ou espírito) humana e sua sobrevivência diante da morte, além de ser correto e vantajoso consultar **espíritos (desincorporados)**, usualmente através de «médiuns». Este artigo trata de questões dessa natureza. Não obstante, há outros usos da palavra «espiritismo», a saber: 1. Como um sinônimo do *idealismo* (que vede). 2. Como nome de um movimento religioso do século XIX; iniciado na França, principalmente pelos esforços de Victor Cousin (que vede), cuja finalidade era **contra-atacar o positivismo** (que vede) de Comte e de outros pensadores da época. Personagens como Maine de Biran, Ravaisson-Mollien (ver os artigos acerca deles), etc., deram seu apoio ao movimento. 3. Como um movimento do século XX; de origem italiana, conhecido como *Espiritismo Cristão*, com base nas idéias de *Gentile* (que vede) e do *existencialismo* religioso (que vede).

Esboço:

I. Caracterização Geral
II. Ensinamentos
III. Primeiros Espíritas Bem Conhecidos
IV. Objeções Cristãs
V. Fenômenos Espíritas
VI. Naturalidade e Legitimidade dos Fenômenos Psíquicos
Conclusão

I. Caracterização Geral

O espiritismo é um sistema eclético, com elementos que sempre existiram no mundo religioso filosófico, mas que começou a ser organizado como um sistema e como um movimento religioso, em 1848, devido a fenômenos psíquicos produzidos pelas irmãs Fox. Esses fenômenos foram interpretados como manifestações de espíritos humanos desencarnados, que queriam comunicar-se com os vivos. A sede nacional do movimento foi estabelecida em Washington, D.C., nos Estados Unidos da América do Norte, em 1893. Desde então o movimento se internacionalizou, contando atualmente com milhões de adeptos por todo o mundo.

A palavra «espiritismo» pode indicar apenas um ponto de vista do mundo em que o espírito humano continua existindo, após a morte biológica, e é capaz de comunicar-se com pessoas vivas. Esse movimento afirma que o intercâmbio amigável com os espíritos que daqui partiram está de acordo com a vontade de Deus, sendo desejável tanto para a obtenção de informações como para a transmissão de valores e ensinamentos espirituais.

II. Ensinamentos

Atualmente, o espiritismo é um movimento religioso internacional, sendo impossível fazer um apanhado de todas as suas ramificações, em muitos países do mundo. Contudo, podemos afirmar que os espíritas comumente defendem as seguintes idéias:

1. O homem é um espírito e o seu corpo físico é um veículo da alma, para ser usado nesta esfera terrena, embora não faça parte essencial do seu ser.

2. O homem, na qualidade de espírito, naturalmente sobrevive ante a morte biológica; e o espírito, uma vez liberado do corpo, é capaz de comunicar-se com os seres humanos que aqui continuam. Outrossim, tal comunicação seria desejável e benéfica.

3. Há muitas esferas de desenvolvimento espiritual, e a alma, naturalmente, gravita até o nível compatível com o seu próprio desenvolvimento espiritual.

4. O progresso, no mundo dos espíritos, é infindo, e caminha na direção da perfeição. Há julgamentos, mas estes visam orientar a alma, e não condená-la

ou fazê-la estagnar.

5. Quase todos os espíritas são universalistas, acreditando que é inevitável que todas as almas, finalmente, cheguem a atingir a perfeição.

6. O homem foi criado dotado de livre arbítrio, e Deus manipula as coisas de tal maneira que o homem escolhe o que é bom, *afinal* de contas, para seu próprio bem-estar, embora isso possa envolver um tempo realmente prolongado, em alguns casos.

7. *Profetas e médiuns*. Os espíritas supõem que os profetas eram médiuns, tanto no sentido que eles foram mediadores da mensagem de Deus como no sentido que tinham experiências místicas não muito diferentes (ou mesmo, em muitos casos, idênticas) das dos médiuns de nossos dias. Para muitos espíritas, Jesus foi o maior de todos os profetas, ou, pelo menos, pode ser contado entre os maiores. Entretanto, eles não crêem que ele tenha sido Filho de Deus, em sentido ímpar, como membro da Trindade. Seria diferente dos outros homens, apenas em face de um superior desenvolvimento espiritual.

8. Para os espíritas, a imortalidade da alma é suficiente, mesmo sem a ressurreição do corpo. A ressurreição de Cristo é por eles interpretada em termos da comunicação de um espírito, e não que seu corpo físico voltou a ter a vida biológica.

9. *A terceira revelação*. O espiritismo teve início sem quaisquer escrituras deles mesmos e usavam outros livros sagrados com propósitos de doutrinamento. Entretanto, atualmente há um grande acúmulo de material escrito, proveniente de muitas fontes, afirmando ser altamente desenvolvido e inspirado por espíritos desencarnados. Esse material passou a ser reputado como uma *terceira revelação*, em relação ao Antigo e ao Novo Testamentos, que seriam a primeira e a segunda revelações.

10. *A reencarnação*. Os espíritas franceses e brasileiros acreditam nessa doutrina, mas os anglo-saxões tendem por não crer na mesma. Todavia, essa crença está se tornando, cada vez mais, parte integrante do sistema. Ver o artigo separado sobre o assunto.

Influências. O espiritismo intelectual, em seus primórdios, —quando começava a formular o seu sistema, devia muito a Emanuel Swedenborg. As datas deste foram 1688-1772. Era filho de um ministro luterano e homem de profundas experiências místicas. Alguns o têm considerado um místico poderoso; mas outros pensam que era um endemoninhado, de acordo com o dogma em que cada um se estriba em sua avaliação. Ao menos sabe-se que algumas das alegadas revelações, por ele recebidas, teriam sido dadas por meio de almas humanas desencarnadas. Swedenborg acreditava na autenticidade dessa fonte informativa, bem como na veracidade das mensagens recebidas, mas ele não dizia que outras pessoas deveriam buscar esse tipo de comunicação. Bem pelo contrário, ele desencorajava toda espécie de comunicação com os espíritos, pensando que só poderiam ser feitas, sob a vontade de Deus, a alguns poucos indivíduos capazes de controlar o fenômeno e beneficiar-se do mesmo. Ver o artigo separado a seu respeito.

III. Primeiros Espíritas Bem Conhecidos

O espiritismo espalhou-se rapidamente pelo mundo ocidental. Apesar de atrair somente pessoas das classes menos educadas, em grande número, houve alguns poucos homens de distinção que se deixaram convencer de sua verdade. Entre aqueles que poderíamos mencionar estão Alfred Russel Wallace, um eminente biólogo, John Ruskin e Sir Arthur Conan Doyle, do mundo literário, e Sir William Barret, Sir William Crookes, Sir Oliver Lodge e Camille Flammarion, do mundo científico. Alguns notáveis médiuns do século XIX, tornaram-se figuras internacionais. Henry Slade, embora desmascarado como fraudulento, em algumas instâncias, aparentemente conseguia notáveis fenômenos. Também houve D.D. Home, que trabalhava em plena luz do dia e por várias vezes foi observado por cientistas qualificados. Os seus fenômenos de todas as variedades foram tão numerosos e tão extraordinários que a palavra «ciência» não teria significado, a menos que se admita que o que ele costumava fazer não tem qualquer explicação natural.

IV. Objeções Cristãs

A leitura da lista de doutrinas, na segunda seção, acima, cria problemas para o crente comum. A tese central do espiritismo — a desejabilidade de comunicações com espíritos de mortos — mesmo quando admitida como possível, é uma violação aos mandamentos do Antigo Testamento, que proíbe contactos com espíritos familiares e com a feitiçaria. O pecado máximo de Saul foi a consulta que ele fez com a pitonisa (I Samuel 28). Ver também Isa. 8:19; Gál. 5:20 e Apo. 22:15, quanto a textos bíblicos que desencorajam e proibem esse tipo de prática. Os chamados espíritas cristãos, porém, retrucam que existem muitos níveis de espíritos desencarnados, devido ao seu desenvolvimento espiritual diferenciado, havendo aqueles que são prejudiciais, quando alguém entra em contacto com eles, e havendo aqueles que seriam benéficos. Portanto, uma condenação geral tem aplicação; mas o avanço no conhecimento e a experiência espiritual possibilitam e tornam desejável tirar proveito dessa fonte de informações. Alguns simplesmente supõem que os mandamentos do Antigo Testamento não devem ser considerados autoritários, e que a experiência espiritual ultrapassa essa palavra bíblica de cautela.

Algumas doutrinas cristãs distintivas, como o ensino bíblico sobre Cristo, a expiação pelo seu sangue e a ressurreição, são interpretadas de uma maneira que não concorda com os ensinamentos ortodoxos. Além disso, a identificação dos profetas bíblicos como se tivessem sido médiuns é apenas uma *eisegese* (que vede). O universalismo do espiritismo é combatido pela grande maioria dos cristãos. E, naturalmente, a reencarnação, exceto em casos especialíssimos, não concorda com a doutrina cristã comum.

Ecletismo. Se examinarmos as doutrinas alistadas na segunda seção deste artigo, não encontraremos qualquer novidade. A consulta aos mortos é tão antiga quanto a raça humana. O *animismo* (que vede) sempre pensou nessa possibilidade, e o animismo é a mais antiga religião humana. A maioria das religiões, incluindo o cristianismo, envolve casos especiais de contacto com os mortos. Por exemplo, Jesus, Moisés e Elias, no monte da transfiguração (Mat. 17). Algumas vezes, os mortos voltam para comunicar-se com os vivos, e até mesmo ministros evangélicos têm tido esse tipo de experiência. Mas, o que os cristãos realmente condenam é a formação de uma religião em torno desse fator, como o principal *modus operandi* do sistema. Os evangélicos liberais duvidam da autenticidade da reivindicação de que isso pode ser feito. Os evangélicos conservadores crêem que isso é possível, mas que o crente não deve imiscuir-se com os espíritos. Se, em algumas raras oportunidades, esse contacto se faz, sob a vontade de Deus, em casos especiais, então a questão deve ser deixada nas mãos de Deus; mas é um erro fazer do contacto com os espíritos a essência de nossa busca religiosa. Há

poderes mais elevados, com quem o contacto é legítimo. Acresça-se a isso que o mundo espiritual é muito complexo, e os poderes malignos estão sempre prontos a intervir e a prejudicar. É quase impossível alguém distinguir entre os poderes bons e os poderes malignos. Outrossim, o estado de transe deixa o indivíduo aberto para qualquer tipo de poder, e, por isso mesmo, encoraja as operações da malignidade.

V. Fenômenos Espíritas

Esses fenômenos são muitos e complexos, pelo que mencionamos aqui somente os mais representativos. Antes de tudo, temos toda a variedade de fenômenos psíquicos, como a telepatia, a clarividência, a retrocognição, o conhecimento prévio, a psicocinesia e a psicometria. Damos artigos separados sobre todos esses assuntos, os quais são revisados no artigo sobre a *Parapsicologia*.

Devemos adiantar aqui que todos os homens são espíritos, que todos os homens são psíquicos. Seria impossível ao menos movimentarmos o corpo físico, a menos que a mente ou espírito tivesse a capacidade de fazê-lo. O poder da mente sobre a matéria chama-se *psicocinesia*. De instante a instante exercemos essa capacidade. Os estudos sobre os sonhos têm mostrado quão comuns são a telepatia e a clarividência, em todas as pessoas. Esses poderes são perfeitamente naturais para todos nós, sendo moralmente neutros em si mesmos. Podem ser devidamente usados ou podem ser abusados, da mesma maneira que qualquer outra capacidade humana.

Muitos médiuns também atuam como curadores, o que é uma constante no espiritismo. Fenômenos tipo carismáticos, como o falar em línguas, também são comuns no espiritismo. Também há ali o equivalente à profecia, feita em estados de transe. Também há médiuns capazes de fazer levitar objetos, ou fazendo-os desaparecer, ou virem de lugares distantes, mediante a teleportação (que vede). Há comunicações com alegados espíritos, de muitas maneiras diferentes, como as vozes diretas, quando o aparelho fonador do médium é usado, com modificação do timbre da voz, ou através de trombetas, que podem ficar suspensas por poderes desconhecidos, no ar. Também há o aparecimento de espíritos que podem ser vistos, algumas vezes mediante o uso do ectoplasma do próprio médium (uma alegada forma de energia, tomada por empréstimo do médium), mas, de outras vezes, sem qualquer meio conhecido. Também há a escrita chamada *psicográfica*, em que a mão de um médium é movimentada por alguma força invisível. Um interessante fenômeno é o da música psíquica, segundo a qual, uma pessoa sem qualquer habilidade ou talento musical, quando entra em transe, é capaz de produzir música espantosamente bela. Alguns médiuns tornam-se notáveis escritores, e outros, pintores, quando estão em transe.

Outros importantes fenômenos são o *da voz*, — e o da projeção da psique. O fenômeno vocal envolve o registro de vozes paranormais em fitas gravadas. Isso tem sido conseguido até por pessoas que não são médiuns, mas a capacidade mediúnica parece ajudar. As mensagens assim captadas são as mais triviais, embora haja casos de mensagens notáveis. Esse fenômeno, ocasionalmente, envolve música do tipo mais complexo. Alguns médiuns têm a capacidade da projeção da psique (que vede). Ver também sobre *Voz, Fenômeno da*.

Autenticidade e Fraude. Todos os espíritas bem informados admitem que há fraudes nas sessões espíritas. Eles também reconhecem que há níveis diferentes de comunicação. Algumas alegadas comunicações são apenas manipulações das habilidades psíquicas dos médiuns. A telepatia pode extrair informes da mente de outra pessoa, dizendo um bocado de coisas sobre pessoas falecidas conhecidas por essa outra pessoa. Portanto, há mensagens que podem ser manipulações psíquicas de itens aproveitáveis nas mentes de pessoas vivas. Além disso, o mundo dos espíritos é complexo havendo espíritos de poder mental inferior ao espírito humano, como os elementares, embora também haja aqueles de tremenda energia mental. Há espíritos bons e maus; e até mesmo aqueles que parecem ser parcialmente bons e parcialmente maus. Ocorrem sessões psíquicas naturais e sessões fraudulentas. Há evidências de que podem ser dadas informações da parte de espíritos bons e de espíritos malignos. O quadro é tremendamente complexo. Precisamos admitir que, efetivamente, *algumas* comunicações procedem de espíritos humanos desencarnados. E, sendo esse o caso, retornamos à questão se é proprio e desejável que essas comunicações sejam recebidas, o que já foi discutido, acima.

VI. Naturalidade e Legitimidade dos Fenômenos Psíquicos

Os espíritas interessam-se pelos fenômenos psíquicos porque eles servem de meio para comprovar a realidade da sobrevivência da alma humana diante da morte biológica. Porém, não foram os espíritas que criaram esses fenômenos, e nem foram eles os primeiros a se interessarem pelos mesmos. De fato, foi Deus quem criou os fenômenos psíquicos, quando criou *psiques* (almas, espíritos). É mesmo impossível ser uma psique e não ter manifestações próprias desse tipo de ser. Os estudos feitos no terreno dos sonhos mostram que todas as pessoas têm certos conhecimentos do futuro (conhecimento anterior). Os sonhos podem ser influenciados pela telepatia. Quanto a um desdobramento desse assunto, ver o artigo separado sobre os *Sonhos*. Nosso artigo sobre a Parapsicologia também demonstra a universalidade e naturalidade dos fenômenos psíquicos. Essas coisas são moral e espiritualmente neutras. Podem ser sujeitadas a abusos ou podem ser devidamente usadas.

Os animais têm capacidades psíquicas? Há consideráveis evidências que demonstram que os animais têm capacidades psíquicas. Consideremos as seguintes experiências:

O Dr. Aristide Esser, psiquiatra do Rockland State Hospital, da cidade de Nova Iorque, demonstrou com sucesso as reações telepáticas dos animais. Em uma sala, em uma das extremidades do hospital, ele pôs dois cães de caça da raça beagle. Em outra sala, na outra extremidade do hospital, pôs o proprietário dos cães. A este foram mostrados «slides» de animais que ele deveria «caçar» e nos quais deveria «atirar», com um espingarda de ar comprimido. Quando ele atirava, os seus cães, muito longe dele, fechados em uma outra sala, ficavam muito agitados, ladrando, girando e saltando. Repetidas demonstrações mostraram que eles estavam captando as atitudes de seu dono. O Dr. Esser declarou que não há dúvida de que alguns cães, especialmente aqueles que têm íntima relação com seus donos, possuem uma percepção **extra-sensorial altamente desenvolvida.**

Uma outra experiência dessas foi a seguinte: uma jovem mulher apresentou-se como voluntária. Ela era proprietária de um cão de raça boxer. Não sabia qual tipo de experiência seria feita. Ela simplesmente ficou em uma sala, aguardando. Em uma outra sala, distante, foi deixado seu cão, sob observação. As batidas do coração do cão estavam sendo registradas

por um aparelho. Subitamente, sem qualquer aviso prévio para a mulher, um homem entrou no quarto onde ela estava e começou a ameaçá-la. Tudo era arranjado, mas ela de nada sabia e, naturalmente, ela ficou assustada e chocada, sem saber que aquilo fazia parte da experiência. Entrementes, o cão da mulher, no mesmo momento, ficou alarmado e as batidas de seu coração se aceleraram. Experiências dessa natureza feitas por reiteradas vezes, convenceram o dr. Esser de que há uma íntima comunicação telepática entre um homem e o seu cão. Porém, poderiam os cães comunicar-se, telepaticamente, uns com os outros? O dr. Esser pensa que sim. Ele pôs um filhote de cão em uma sala, e a mãe do animalzinho em outra sala. Então, um experimentador atacou o cãozinho com um jornal dobrado. O animalzinho, naturalmente, reagiu, apavorado. E na outra sala, onde não podia ouvir coisa alguma, a cadela reagiu com o mesmo terror, embora não estivesse sendo ameaçada de maneira alguma. E outros testes têm demonstrado que formas inferiores de vida, como peixes, ou mesmo insetos, reagem a ordens psíquicas ordenadas por seres humanos.

Desnecessário é dizer, que dificilmente podemos acusar as possessões demoníacas por esses tipos de fenômenos, a menos que queiramos admitir que os demônios gostam de envolver-se com as *baratas!* (um dos insetos envolvidos nessas experiências). Poderes espirituais mais elevados também possuem esses poderes, pelo que podem ser produzidos em pessoas por meio dessas forças negativas. Porém, as próprias forças fazem parte da vida. Não são negativas ou positivas por si mesmas, embora possam ser utilizadas de formas boas ou más.

Conclusão. Um ponto positivo da atuação dos espíritas é o interesse que eles têm em promover o conhecimento sobre a alma, além de seu profundo interesse por obras de caridade. Mas a debilidade do espiritismo é que eles fazem da tentativa da comunicação com os espíritos desencarnados uma religião, deixando-os em uma situação misteriosa e potencialmente perigosa. Os ensinos do espiritismo, à parte desse *modus operandi* de sua fé, são comuns a outros sistemas, e precisam ser julgados um por um, e não como um grupo de ensino. O estudo dos fenômenos psíquicos é tão legítimo como o estudo da matemática ou da biologia. Ninguém ganha coisa alguma com a ignorância. Há muitas sociedades ao redor do globo, hoje em dia, cujo alvo é estudar essas questões; e a atividade delas é perfeitamente legítima. Está surgindo uma ciência *da psique* (a alma e suas manifestações), e, algum dia, ela será tão comum como as disciplinas que agora fazem parte do currículo de nossas escolas elementares. Muitas pessoas de mente religiosa e científica sabem disso, e tanto a comunidade religiosa quanto a comunidade científica, finalmente, chegarão a essa mesma conclusão. Os pioneiros em qualquer campo do conhecimento humano sempre são vilipendiados, quando manifestam, pela primeira vez, as suas idéias.

Platão defendia a natureza *espiritual* da vida *inteira*, e não apenas da vida humana. Os corpos biológicos são meros veículos que abrigam forças psíquicas. Isso ocorre no caso de todos os animais. *A vida é psíquica.* A matéria atua apenas como um veículo de manifestação neste mundo. Por causa disso, os fenômenos psíquicos encontram-se onde quer que a vida se manifeste. Quanto mais aprendermos a esse respeito, bem como acerca de todos os assuntos, mais saberemos a respeito da mente divina. (AM B E F FAT (junho de 1986), «Do Animals have Extrasensory Perception?»)

ESPÍRITO

Ver os artigos detalhados sobre **Alma** e **Imortalidade**.

Podemos estudar com maior proveito o conceito de «espírito», nas páginas da Bíblia, acompanhando o seguinte esboço:

Esboço:

I. Termos Usados
II. Espírito como um Ser Inteligente, Destituído de Corpo
III. O Princípio Vital do Homem
IV. A Ajuda da Ciência e o Sobre-Ser
V. O Ser Essencial do Homem
VI. A Disposição Dominante do Homem

I. Termos Usados

O Antigo Testamento usa a palavra **ruach** por quase quatrocentas vezes. Esse substantivo deriva-se de um verbo que quer dizer «respirar» ou «soprar». O substantivo pode ser traduzido como «respiração» (por exemplo, Sal. 18:15; em português, «resfolgar»), «vento» (por exemplo, Gên. 8:1) ou «espírito».

O termo grego *pneuma* (ligado ao verbo **pnéo**, «soprar» ou «respirar») também é usado com grande freqüência no Novo Testamento, trezentas e setenta vezes. Pode significar «sopro» (por exemplo, II Tes. 2:8), «vento» (por exemplo, João 3:8), mas, na maioria esmagadora das vezes, «espírito», indicando ou o Espírito de Deus, ou o espírito humano, ou algum outro ser espiritual qualquer.

II. Espírito como um Ser Inteligente, Destituído de Corpo

A definição de *pneũma* no Novo Testamento (o que tem algum paralelismo com o termo hebraico *ruach*, que lhe corresponde no Antigo Testamento), cobre um largo espectro de significados. Refere-se a algum ser inteligente, dotado de sentimentos, destituído de corpo, pelo que é o elemento em virtude do qual um ser vivo é inteligente, dotado de sentimentos, etc. Todo espírito é vivo, mas não está necessariamente envolvido com alguma forma material, como é o caso, por exemplo, dos anjos e dos demônios, que nunca tiveram corpos físicos, mas que, nem por isso, são destituídos de todas as qualidades próprias de personalidade.

a. *Deus como Espírito.* Foi o próprio Senhor Jesus quem definiu Deus como um espírito, tendo ajuntado que os seus adoradores precisam adorá-lo «em espírito e em verdade» (João 4:24). Também é no Novo Testamento que a Bíblia desenvolve a doutrina do Espírito Santo, mostrando claramente a personalidade do Espírito de Deus, contrariando a opinião de alguns que imaginam que o Espírito de Deus é apenas alguma influência ou emanação divina. Cabe-nos observar aqui, entretanto, que o Antigo Testamento, a despeito de seu rico antropomorfismo quando se refere a Deus, deixa entendido, com bastante freqüência que Deus é um espírito. Ali o Espírito de Deus manifesta-se ativo na natureza e nas vidas dos homens, de diversas maneiras. Ver sobre o *Espírito Santo.*

b. *Outros Seres Espirituais.* Deus criou seres vivos que são «espíritos», os quais são moralmente responsáveis diante dele, embora destituídos de corpo físico. E também criou o homem, que é um espírito dotado de corpo físico. Portanto, na criação há uma verdadeira escala: Deus (espírito perfeitíssimo, a origem de qualquer outra vida); os anjos (espíritos puros, sem corpo físico); o homem (um misto de espírito e corpo físico); e os animais (seres vivos dotados de alma e corpo, mas não de espírito, pelo

menos segundo a opinião de muitos estudiosos). A existência dos espíritos angelicais e a influência que exercem sobre os homens são pontos referidos em vários trechos do Antigo e do Novo Testamentos, conforme se vê em I Reis 22:21; Jó 4:15; Luc. 24:39; Atos 23:8. Esses espíritos podem ser bons espíritos ministrantes, que atuam favoravelmente aos homens (Heb. 1:14), ou então podem ser espíritos malignos (Juí. 9:23; I Sam. 16:14 *ss*; Mat. 10:1). Os homens podem ser habitação do Espírito de Deus, a quem obedecem; ou podem ser vítimas daquele que é descrito como o «espírito que agora atua nos filhos da desobediência» (Efé. 2:2). Os falsos mestres são precisamente aqueles que são impulsionados por «espíritos enganadores» (I Tim. 4:1). É por causa da existência e atuação destes últimos que os crentes precisam atender ao conselho dado pelo apóstolo João: «...provai os espíritos se procedem de Deus, porque muitos falsos profetas têm saído pelo mundo afora» (I Jo. 4:1). Esses falsos profetas, atuados por espíritos demoníacos, empenham-se em negar as verdades que cercam a pessoa de Jesus Cristo, o Deus-homem.

c. *Espíritos Humanos Desincorporados*. Algumas poucas passagens bíblicas aludem ao espírito humano separado do corpo por ocasião da morte física. Para exemplificar, o trecho de Hebreus 12:23 fala sobre os «espíritos dos justos aperfeiçoados», ao passo que I Pedro 3:19 fala em «espíritos em prisão». Essas referências bíblicas não são contrárias à esperança final, expressa por Paulo, por exemplo, em II Coríntios 5:1-5, no sentido de que, depois desta vida terrena, o homem não será um espírito nu, e, sim revestido de um corpo celestial.

III. O Princípio Vital do Homem

Por várias vezes em que a palavra «espírito» é empregada no Antigo e no Novo Testamentos ela indica o princípio vital ou energia de vida do homem (e, ocasionalmente, a energia vital de animais irracionais, como se vê, por exemplo, em Ecl. 3:21). Deus é quem outorga esse espírito de vida ao homem (Isa. 42:5; Zac. 12:1), e é ele quem sustenta esse espírito de vida (Jó 10:12). Tanto na vida terrena, como quando por ocasião da morte, quando o espírito separa-se do corpo físico, o homem só pode entregar o seu espírito aos cuidados de Deus (Sal. 31:5; Ecl. 12:7; Luc. 23:46).

Em um sentido menos absoluto, o espírito humano também é a animação e a vivacidade que ele possui, física e psiquicamente. E quando um homem se desanima, ou perde a coragem, segundo as Escrituras é descrito como a falha ou a partida do espírito de dentro dele (por exemplo, Jos. 5:1; I Reis 10:5; Sal. 142:3; 143:4,7; Eze. 21:7). Paralelamente a isso, a restauração após esse estado é descrita como se o espírito retornasse ou estivesse sendo reavivado dentro do homem (por exemplo, Gên. 45:27; Juí. 15:19; I Sam. 30:12). Assim, a ressurreição física da filha de Jairo foi descrita como a volta de seu espírito ao seu corpo físico, de acordo com Luc. 8:55. Ademais, a renovação da vida em sua correta relação com Deus, é citada como a doação de um novo espírito (Eze. 11:19; 36:26; Rom. 7:6), enquanto que a contínua operação da graça divina é o reavivamento do «espírito dos abatidos» (Isa. 57:15). E, dentro da comunhão cristã, um crente tem o seu espírito refrigerado por outro crente (I Cor. 16:18 e II Cor. 7:13).

Isso conduz ao contraste entre a carne e o espírito, que se acham tanto no Antigo quanto no Novo Testamentos, embora mais definidamente neste último. O homem total é composto de corpo e espírito. Tanto o corpo quanto o espírito podem ser contaminados (II Cor. 7:1); e ambos podem ser santificados (I Cor. 7:34). O espírito, todavia, é o princípio vital, a pessoa real, o «eu» interior, ao passo que o corpo físico é a personalidade externa. No dizer de Tiago 2:26, o corpo, destituído do espírito, está morto. A carne pode ser destruída e o espírito pode ser salvo (I Cor. 5:5). Uma pessoa pode estar presente em espírito, embora ausente no corpo (Col. 2:5). Em passagens como João 3:5-8; Rom. 8:3-14 e Gálatas 4:21—5:26, a distinção entre carne e espírito corresponde à vontade e ao poder do homem, à parte de Deus, que faz o que ele prefere, e a vida, à vontade e ao poder dados pelo Espírito de Deus, que capacita o homem a fazer aquilo que Deus prefere.

Na Bíblia também vemos a comparação entre «a letra» e «o espírito», o que aponta para a mera obediência ao código escrito da lei mosaica, em contraste com a observância misturada com o entendimento do propósito da lei, bem como com o amor que procede do coração (por exemplo, Rom. 2:27;28 e II Cor. 3:6 *ss*).

Já a distinção entre a alma e o espírito é mais difícil, se não mesmo impossível. Há trechos (por exemplo, Isa. 26:9) do Antigo Testamento quando o «espírito» (no hebraico, *ruach*) e a «alma» (no hebraico, *nephesh*) são paralelos. Da mesma forma há lugares onde «espírito» e «coração» (no hebraico, *leb*) são paralelos (por exemplo, Isa. 57:15; Dan. 5:20). Em outras oportunidades, *ruah* é o princípio ativador, ao passo que *Nephesh* é o ser vivo que assim é produzido. Isso se vê desde Gên. 2:7: «Então formou o Senhor Deus ao homem do pó da terra, e lhe soprou nas narinas o fôlego da vida (*ruah*), e o homem passou a ser alma (*nephesh*) vivente».

No *Novo Testamento* parece haver alguns poucos trechos onde o homem é considerado composto de três elementos principais. É o que se verifica com I Tessalonicenses e Hebreus 4:12. No entanto, o primeiro desses textos bíblicos não precisa ser interpretado em termos rígidos, como se Paulo estivesse ensinando que o homem é um ser *tripartido*. — Hebreus 4:12 mostra que a alma pode ser distinguida do espírito, embora haja dificuldades de interpretação envolvidas. — Por essa razão, muitos estudiosos tem preferido pensar que esse versículo está falando sobre um aspecto *superior* (o espírito), e um aspecto *inferior* (a alma) da porção imaterial do homem, de sua vida psíquica. Nesse caso, a alma seria a manifestação da porção imaterial do homem para com o mundo; e o espírito seria a manifestação dessa mesma porção imaterial para com Deus. Essa interpretação tem a decisiva vantagem de concordar com aqueles outros trechos do Novo Testamento que mostram que o homem é um ser bipartido; corpo e espírito. Uma vez mais, alma (*psuché*) e espírito (*pneuma*) aparecem como termos paralelos (ver Luc. 1:46,47). Mas ver IV., a seguir.

O trecho de I Coríntios 2:14,15 é aquele que estabelece a mais clara distinção entre os *psuchikoi*, que seriam indivíduos cujas vidas não são influenciadas pelo Espírito de Deus, e os *pneumatikoi*, que seriam indivíduos dirigidos pelo Espírito Santo (cf. Judas 19).

IV. A Ajuda da Ciência e o Sobre-ser

Estudos, em universidades, que procuram demonstrar o que o homem é, têm mostrado, certamente, que o complexo de energias que constituem o homem, são *pelo menos* três. A experiência humana na separação de energias na morte, mostra que o homem

é mais do que dualista. A volta do ser essencial depois dos primeiros passos da morte (depois da morte clínica do corpo) não é uma experiência rara. Estudos sobre esse acontecimento mostram que na separação de energias, no momento da morte, três energias são envolvidas, sendo a energia do *corpo*, a *vitalidade*, e o *ser essencial*, a alma (espírito). Talvez possamos usar as palavras *corpo*, *mente* e *alma* para designar estas energias. Estudos sobre estas questões podem ser classificados como preliminares, mas até o ponto onde temos chegado, podemos afirmar que o homem é, pelo menos, um ser *triúno*. A *vitalidade*, aparentemente, é uma energia *semifísica*. Ver o artigo separado sobre *Experiências Perto da Morte*.

No que concerne a propósitos práticos, pode-se dizer que o homem é uma *trindade*, tal como Deus é *triúno*, pois é assim que ele se manifesta presentemente. E isso não é argumento desprezível, posto que o homem foi criado segundo a imagem de Deus, parecendo que, naturalmente, sua natureza se manifesta também mediante *três* elementos. Porém, no que concerne à real natureza *metafísica* do homem, pode-se dizer apenas que nosso conhecimento a respeito ainda é pequeno, pois nesse campo reina profundo *mistério*. O que é certo é que no homem há muito mais que o corpo e a alma, ou seja, a parte material e a parte imaterial, que é a grande tese da dicotomia. Ver o artigo separado sobre *Dicotomia-tricotomia*. Ver também sobre *Imortalidade*.

O Sobre-ser. Religiões orientais postulam um *quarto* elemento no complexo de energias que constituem o *homem*. O *Sobre-ser* é considerado o *verdadeiro* homem, um ser de elevada natureza e posição, semelhante ao *anjo da guarda* do cristianismo. Mas o *Sobre-ser* seria o próprio homem, ou a entidade verdadeira da pessoa, enquanto que a *alma* seria sua manifestação controlada e utilizada por ele, da mesma maneira que o corpo é utilizado pela alma. O *Sobre-ser*, segundo estas religiões, é capaz de se encarnar em mais do que um corpo ao mesmo tempo, como a mão controla cinco dedos que são, ao mesmo tempo inter-relacionados e, coletivamente, associados à mão. — Segundo esta doutrina, cada pessoa terrena representa mero *fragmento* de seu *ser verdadeiro*. Atrás de cada pessoa há uma força espantosa, e esta força é a *própria pessoa* em outra e mais alta dimensão, como no cristianismo o anjo da guarda é uma força que acompanha a pessoa, mas que pertence a uma outra *dimensão*. Esta doutrina não elimina, obviamente, outros seres mais altos, como os anjos, por exemplo, mas exalta poderosamente a natureza humana, dando a ela uma explicação altamente espiritual. De modo semelhante, as Escrituras declaram que o homem é um pouco mais baixo do que os próprios anjos, Salmo 8:5.

V. O Ser Essencial do Homem

Com base no fato de que o espírito é considerado o princípio vital do homem, daí as Escrituras passam a apresentar o espírito como a fonte e a sede do discernimento, da sensibilidade e da vontade, ou seja, o ser essencial do homem. Isso explica muitos usos da palavra «espírito», no Antigo e no Novo Testamentos. Assim, o espírito do homem é despertado (Esd. 1:1,5), ou perturbado (Gên. 41:8); regozija-se (Luc. 1:47), ou fica abatido (Êxo. 6:9); mostra-se bem disposto (Mat. 26:41), ou é endurecido (Deu. 2:30). Um homem pode mostrar-se paciente no espírito (Ecl. 7:8), orgulhoso ou humilde de espírito (Mat. 5:3). Provérbios 25:28 mostra a necessidade de controlarmos nosso próprio espírito. É o espírito do homem que busca a Deus (Isa. 26:9); e é ao espírito humano que o Espírito de Deus dá testemunho (Rom. 8:16).

Nesse sentido, o espírito de uma pessoa pode influenciar ou mesmo dominar o espírito de outra pessoa. É possível que outras pessoas tenham o espírito de Moisés (Núm. 11:17,25), ou de Elias (II Reis 2:9,15; Luc. 1:17). Por semelhante modo, uma pessoa pode ser influenciada pelo espírito deste mundo (I Cor. 2:12), ou pelo espírito de profetas falsos (Eze. 13:3).

VI. A Disposição Dominante do Homem

Muitas operações do ser essencial do homem são consideradas como atos do seu espírito. Daí é preciso um pequeno salto para descrever o espírito humano em termos de alguma atitude ou disposição dominantes. Assim, um homem pode ter um espírito altivo ou humilde (Pro. 16:18,19), um espírito de inveja (Núm. 5:14), um espírito de servidão (Rom. 8:15), um espírito de estupor (Rom. 11:8) ou um espírito de sabedoria (Deu. 34:9). Quanto a essa questão, é digno de atenção que o grego com freqüência usa o substantivo em lugar do adjetivo. Para exemplificar, «espírito de brandura» (Gál. 6:1) equivale a «espírito manso e tranqüilo» (I Ped. 3:4). Finalmente, quanto a esse tipo de uso, há ocasiões em que é difícil dizermos com certeza se o que está sendo descrito é alguma disposição ou é algum espírito maligno que estaria produzindo aquela má disposição, ou então o Espírito de Deus, que possibilitaria a boa disposição. Quando a passagem de Romanos 8:15 fala sobre «o espírito de adoção», ou quando lemos: «...espírito de sabedoria e de revelação», em Efésios 1:17, então é difícil o estudioso da Bíblia mostrar-se dogmático sobre como a palavra *espírito* é empregada nesses trechos. O Espírito Santo vem habitar com o espírito humano, outorgando-lhe «...espírito... de amor e de moderação» (II Tim. 1:7).

ESPÍRITO ADIVINHADOR

Ver sobre **Pitonisa**.

ESPÍRITO DE DEUS

Esboço

I. Operações Históricas entre os Homens
II. Nomes do Espírito
III. O Espírito é uma Pessoa
IV. Sumário de Qualidades e Atribuições
V. Espírito da Verdade
VI. Testemunha da Salvação dos Crentes
VII. A Obra e a Orientação do Espírito
VIII. Autor de Inspiração
IX. O Espírito de Cristo é o Espírito de Deus
X. Dons do Espírito

I. Operações Históricas entre os Homens

1. Ele atuou na criação, Gên. 1:2 mas como agente de Deus, em relação aos homens, nas páginas do A.T., o Espírito Santo não era outorgado como dádiva *permanente*. Aparentemente isso sucedia até mesmo no caso dos profetas, embora seja seguro pensarmos que os homens mais profundamente espirituais daquele período possuíam o dom do Espírito por tempos mais dilatados que o comum. (Ver Mal. 2:15 e Sal. 51:11). A operação do Espírito Santo, nos tempos do A.T., era equivalente ao que sucede no período neotestamentário, pelo menos em termos gerais, excetuando o fato de que ele então não habitava permanentemente no crente, conforme sucede aos crentes do N.T., segundo é expressamente ensinado nas Escrituras. No A.T., o Espírito Santo é retratado a lutar com os homens (ver Gên. 6:3), a iluminá-los (ver Jó 32:8), a dar-lhes forças especiais

(ver Juí. 14:6,19), a conceder-lhes sabedoria (ver Juí. 3:10; 6:34), a outorgar-lhes revelações (ver Núm. 11:25 e II Sam. 23:2), a prestar-lhes instruções sobre à sabedoria, o entendimento, o conselho, o poder, a bondade e o temor de Deus (ver Isa. 11:2) e a administrar-lhes a sua graça (ver Zac. 12:10).

2. Durante a vida terrena do Senhor Jesus, a atuação do Espírito Santo acompanhava as linhas gerais estabelecidas no A.T., com a exceção que houve então a promessa da vinda do Espírito Santo como *alter ego* de Cristo, como quem haveria de dar continuidade à presença e à obra de Cristo no mundo, como agente de sua personalidade. (Ver João 14:15-17,25,26; 15:27; 16:5-15). O Senhor Jesus ensinou aos seus discípulos, quando de sua presença entre os homens, que o Espírito Santo lhes seria dado em resposta às suas orações. (Ver Luc. 11:13).

3. Quando do encerramento de seu ministério terreno, Jesus prometeu que ele mesmo rogaria ao Pai, a fim de que o dom do Espírito Santo fosse *amplamente outorgado* aos seus seguidores. (Ver João 14:16,17).

4. Na noite do dia em que ressuscitou, Cristo deu aos seus discípulos, no cenáculo, um bafejo *preliminar* do Espírito Santo, como promessa e garantia do dom mais completo que se seguiria, ao soprar sobre eles, provavelmente no mesmo cenáculo. (Ver João 20:22).

5. No dia de Pentecoste, o Espírito Santo desceu sobre todos quantos estavam reunidos no mesmo cenaculo, em um total de cerca de 120 pessoas. Não se há de duvidar que essa dádiva do Espírito envolveu mais do que os doze apóstolos, segundo fica subentendido no trecho de Atos 2:14, como também na profecia de Joel, conforme Simão Pedro mencionou em seu sermão, como interpretação daquela extraordinária ocorrência, que acabara de suceder. (Ver Atos 2:16-21 e Joel 2:28-32). Essa profecia revela-nos como o Espírito haveria de ser derramado sobre toda a carne, de modo *pleno* e transbordante. Os cento e vinte irmãos reunidos no cenáculo, pois, foram os primeiros a experimentar isso.

6. O restante da história diz respeito a como esse dom *se expandiu* a ponto de abarcar todos os povos; tanto aos judeus (evidentemente através da imposição de mãos, como método principal—ver Atos 8:17 e 9:17) como aos gentios (sem imposição de mãos, mas assim exerceram fé—ver Atos 10:44 e 11:15-18).

7. *Todo crente* deve possuir o Espírito Santo, pois de outro modo nem crente é. Isso pelas seguintes razões: a. Todo crente é nascido do Espírito (ver João 3:3,6 e I João 5:1). b. Todo crente é habitado pelo Espírito (ver I Cor. 6:19; Rom. 8:9-15; I João 2:26 e Gál. 4:6), e é assim que o crente se torna templo de Deus. c. Todo crente possui o que se chama de batismo do Espírito (ver I Cor. 12:12,13; I João 2:20,27). d. Esse batismo é o selo de Deus que lhe assegura a obra final e completa da graça divina em sua vida (ver Efé. 1:13 e 4:30).

8. Mas nem todo crente é *igual* aos demais, na questão da experiência da presença habitadora do Espírito Santo ou da vida espiritual que ele nos concede (ver Atos 2:4 em comparação com Atos 4:29-31). Esses passos bíblicos mostram-nos que até mesmo os discípulos originais, que miraculosamente receberam o Espírito Santo, no dia de Pentecoste, depois receberam-no *novamente*, de maneira notável. Com base nessa informação, podemos supor que *não há limites* para o que o Espírito Santo pode e quer fazer na vida do crente, dependendo das circunstâncias e da obediência pessoal daquele a quem o Espírito infunde. Outrossim, nem todos os seguidores de Cristo são iguais na questão dos dons que o Espírito Santo dá, porque isso depende, por semelhante modo, da experiência espiritual que o indivíduo tem com Deus, de sua obediência, de sua receptividade e de sua busca diligente pelas realidades espirituais.

No que concerne à questão do batismo do Espírito Santo, conforme o termo é usado em trechos como I Cor. 12:12,13 e I João 2:20,27, esse é o batismo que unifica todos os crentes, vinculando-os uns aos outros. Essa é a *operação fundamental* do Espírito Santo na comunidade da igreja cristã, pois com a mesma ele infunde em todos os crentes algo da realidade que Cristo é, assegurando-lhes o seu destino apropriado, como discípulos seus. Todavia, se todos bebem assim do Espírito, por outro lado, no tocante à questão de alguma dádiva especial, como preparação para o serviço cristão, dotação de poder e de dons espirituais, como o falar em línguas e outras manifestações espirituais (segundo o parecer de muitos, nem sempre há o acompanhamento do falar em línguas, nessas manifestações especiais), é mister que se diga que nem todos os crentes são *assim* «batizados».

II. Nomes do Espírito

Quais são os nomes que o Espírito Santo recebe nas páginas do N.T.? Ele é chamado de: a. Espírito de Deus (ver Rom. 8:14); b. Espírito de Cristo (ver Rom. 8:9); c. Espírito do Pai (ver Mat. 10:20); d. Espírito do Senhor (ver II Cor. 3:17); e. Espírito Santo (ver Atos 2); f. Espírito de sabedoria e revelação (ver Efé. 1:17); g. Espírito de poder, de amor e de bom senso (ver II Tim. 1:7); h. Espírito de adoção ou de oração (ver Rom. 8:15); i. Espírito de santificação (ver Rom. 1:4); j. Espírito de vida (ver Rom. 8:10); l. Espírito de mansidão (ver I Cor. 4:21); m. Espírito de consolo (ver Atos 9:31); n. Espírito da glória (ver I Ped. 4:14); o. Espírito de selagem, garantia da vida eterna (ver Efé. 1:13,14); p. Espírito de todas as bênçãos carismáticas cristãs (ver I Cor. 12:4); q. Espírito da verdade (ver João 14:27; 15:27; e 16:13); r. Paracleto, Ajudador (ver João 14:16).

III. O Espírito é uma Pessoa

As obras e características desta Pessoa Divina.

O Espírito Santo é um ser vivo, dotado de personalidade própria, não sendo meramente uma influência ou emanação de Deus. Antes, é uma pessoa, claramente divina, que faz parte da trindade da deidade. (Ver João 14:16,17,26; 16:7-15 e Mat. 28:19).

1. Como o Espírito Santo é visto no A.T.? Ele é visto como: a. Uma *pessoa* divina, dotada de atributos divinos (ver Gên. 1). b. Compartilhou da obra da criação, o que nos pode dar a entender a sua onipotência (ver Gên. 1:2; Jó 26:13 e Sal. 104:30). c. Dotado de onipresença (ver Sal. 139:7). d. Testifica aos homens no tocante ao pecado e à justiça (ver Gên. 6:3). e. Age como agente iluminador do entendimento humano (ver Jó 32:8). f. Dota os homens de poder (ver Êxo. 28:3 e 31:3). g. Aparece como o Espírito de sabedoria (ver Juí. 3:10—6:34; 11:29 e 13:25). h. Inspira as declarações divinas e as profecias (ver Núm. 11:25 e II Sam. 23;2). i. É um agente que ajuda aos servos de Deus (ver Sal. 51:2; Joel 2:23; Miq. 3:8 e Zac. 4:6). j. É santo e bom (ver Sal. 51:11 e 143:10). l. Age como juiz (ver Isa. 4:4). m. Possui os atributos de sabedoria, entendimento, conselho, poder, bondade, conhecimento, e *inspira o temor de Deus* (ver Isa. 11:2). n. *Influencia* e vem habitar nos homens em ocasiões especiais, para realizar propósitos especiais, não o fazendo permanentemente (ver Sal. 51:11; não havendo nenhuma indicação no A.T. de que o

Espírito descesse sobre qualquer pessoa, exceto os profetas ou outros indivíduos de importância, para alguma finalidade específica). o. A influência do Espírito Santo é vista atuante em três níveis, no A.T., a saber: i. no nível intelectual (ver Êxo. 28:3; 35:3,31; Deut. 34:9); ii. no nível moral (ver Sal. 51:11; Isa. 63:10 e 143:10); iii. no nível espiritual ou religioso (ver Osé. 9:7; Eze. 2:2 e 3:24). p. O Espírito Santo foi prometido para uma nova dispensação futura, em que se manifestaria de outras formas, a tal ponto que, nos tempos do Messias, ele seria derramado sobre «toda a carne» (ver Joel 2:28 e *ss*).

2. Como o Espírito Santo é visto no N.T.? Em face do fato de que o Novo Testamento se alicerça sobre o Antigo, é natural que a nova dispensação compartilhe, em termos gerais, das idéias da antiga, ainda que com algumas adições e esclarecimentos.

a. Em relação a Cristo, o Espírito Santo é visto na concepção da Virgem Maria (ver Mat. 1:18-20 e Luc. 1:23), é visto como aquele que ungiu e fortaleceu a Cristo, quando de seu batismo, para que ele pudesse dar início à sua missão especial como o Messias (ver Mat. 3:16). Também o Espírito Santo é visto como o agente capacitador de Cristo em seu labor, maneira de andar e serviço (ver Luc. 4:1,14), como a força ressuscitadora (ver Rom. 8:11) e, desde então até o presente, na qualidade de «alter ego» de Cristo neste mundo, o Espírito Santo é visto a realizar a obra de Cristo, como sua testemunha poderosa (ver João 15:26; 16:8-11,13,14).

b. Em relação a todos os homens o Espírito Santo é visto como uma *força influenciadora universal*, que testifica sobre o pecado, a retidão e o julgamento. Ele controla o mal que há no mundo e convence os homens do pecado, atuando sobre todos os homens através de sua influência, personalidade e presença (ver João 16:7-11). Podemos supor que o mundo seria intoleravelmente mau, não fora a influência do Espírito Santo, que constrange a iniqüidade inerente nos homens.

c. Em relação à igreja, o Espírito Santo é visto como o *único* que pode regenerar a uma alma, mediante seu toque operador e transformador (ver João 3:3-5). Todos os crentes, portanto, devem possuir o Espírito Santo (ver Rom. 8:9), ainda que a sua influência varie grandemente de um crente individual para outro, dependendo isso exclusivamente de como cada qual permite que o Espírito Santo o controle (ver Atos 2; Efé. 1:13,14 e 5:18). É igualmente o Espírito Santo que forma a unidade da igreja, em um corpo (ver Mat. 16:18; Heb. 12:23 e I Cor. 12:12,13, o que pode ser chamado de «batismo», ainda que não se trate de um batismo da mesma natureza com que o crente individual pode ser batizado). E é desse modo que a igreja se torna o templo do Espírito, seu lugar especial de manifestação (ver I Cor. 3:16,17). A presença habitadora do Espírito Santo, entre os crentes, deve ser contínua e perpétua (ver João 14:16). Essa presença habitadora produz frutos no crente, semelhantes à natureza moral positiva de Deus (ver Gál. 5:22,23). O alvo precípuo da implantação dos frutos do Espírito no crente, bem como de todas as suas operações na alma, é o de transformar os crentes segundo a imagem de Cristo, nos termos mais literais possíveis, de tal modo que estes venham a compartilhar da natureza moral e metafísica essencial de Cristo (ver Rom. 8:29; Efé. 1:23 e II Cor. 3:18). E, sendo o Espírito aquele que nos impulsiona na direção desse alvo, ele é o intercessor em favor dos crentes, orando naquilo que o crente nem ao menos é capaz de proferir, visando o benefício dos mesmos (ver Rom. 8:2-17). O Espírito Santo é igualmente a garantia da herança que os crentes têm em Cristo (ver Rom. 8:15-17). No funcionamento das igrejas locais, o Espírito Santo é o distribuidor de todas as manifestações carismáticas espirituais (ver I Cor. 12—14).

3. Os símbolos do Espírito Santo são os seguintes: a. O azeite (ver João 3:34 e Heb. 1:9). b. A água (ver João 7:38,39). c. O vento (ver Atos 2:2 e João 3:8). d. O fogo (ver Atos 2:3). e. A pomba (ver Mat. 3:16). f. O selo (ver Efé. 1:13 e 4:30). g. O pagamento inicial ou garantia (ver Efé. 1:14).

4. O Espírito Santo é o terceiro membro da *Trindade* santa (ver as notas expositivas referentes a João 5:6 no NTI).

«O pano de fundo sobre o que Paulo tem a dizer concernente ao Espírito Santo tem bases no A.T. Ali o Espírito aparece como o 'sopro de Deus', no sentido de ser a presença de Deus ou o poder de Deus como algo visível e operante no mundo. Somos informados de que o Espírito de Deus pairava por sobre o caos primevo (ver Gên. 1:2); que os profetas foram iluminados e fortalecidos pelo Espírito (ver I Sam. 10:10, além de muitas outras referências); que ninguém é capaz de fugir da presença do Espírito de Deus (ver Sal. 139:7). O Espírito de Deus é a presença auto-autenticador do poder de Deus. É ensinado no A.T. que o Messias seria especialmente dotado pelo Espírito Santo. E a nova dispensação, que Cristo inauguraria, haveria de ser uma era do Espírito Santo. Ora, um dos fatos mais certos e íntimos da primitiva comunidade cristã é que ela vivia em um ambiente de manifestações do Espírito. Esse Espírito se apresentava tanto como o Espírito eterno de Deus quanto como o Espírito de Jesus, — que era relembrado como companheiro e Mestre. A possessão do Espírito Santo, pois, era considerada o selo da ressurreição e o sinal seguro de que a nova era de fato começava. O Espírito Santo é como o pagamento inicial da glória futura, —que, portanto, deixa de ser assim inteiramente futura. O Espírito Santo (descrito em Rom. 5:5 como 'amor de Deus...derramado em nossos corações') é, portanto, a base empírica da fé e da esperança. Ele é a garantia tanto da significação do que ocorreu (isto é, a morte e ressurreição de Jesus, bem como a justificação dos crentes) como da realidade do que ainda acontecerá (ou seja, a volta de Cristo e a nossa total libertação do poder do pecado e da morte). É o Espírito Santo que reúne todas as peças componentes daquele acontecimento e que denominamos de revelação em Cristo, transpondo o hiato entre o passado e o futuro, o que, até este ponto, com tanta freqüência tem aparecido como importante característica e elemento do pensamento paulino». (John Knox, na introdução ao oitavo capítulo da epístola aos Romanos).

IV. Sumário de Qualidades e Atribuições

Um sumário de ensino bíblico sobre as qualidades e atribuições do Espírito Santo, seria mais ou menos o seguinte: 1. Ele é o Espírito *de Deus* (ver Rom. 8:14). 2. O Espírito *de Cristo* (ver Rom. 8:9). 3. O Espírito *do Pai* (ver Mat. 10:20); 4. O Espírito *do Senhor* (ver II Cor. 3:17). 5. O Espírito *Santo* (ver Atos 2). 6. O Espírito de *sabedoria e revelação* (ver Efé. 1:17). 7. O Espírito de *poder, de amor* e de *bom senso* (ver II Tim. 1:7). 8. O Espírito de *adoção* e de *oração* (ver Rom. 8:15). 9. O Espírito de *santificação* (ver Rom. 1:4). 10. O Espírito de *vida* (ver Rom. 8:10). 11. O Espírito de mansidão (ver I Cor. 4:21). 12. O Espírito de *consolo* (ver Atos 9:31). 13. O Espírito de *glória* (I Ped. 4:14). 14. O Espírito de *selagem*, a garantia da vida eterna (ver Efé. 1:13,14). 15. O Espírito de todas

as manifestações *cristãs carismáticas* (ver I Cor. 12:4). (Extraído do comentário de Lange).

V. Espírito de Verdade

João 14:17: *a saber, o Espírito da verdade, o qual o mundo não pode receber; porque não o vê nem o conhece; mas vós conheceis, porque ele habita convosco, e estará em vós.*

«...O Espírito da verdade, que o mundo não pode receber...» o Espírito Santo é chamado de *Espírito da verdade* por causa dos seguintes pontos:

1. Ele *vem de Deus* e representa a verdade de Deus, a fonte de toda a verdade. Ensina os homens a verdade de Cristo.

2. Ele é a *revelação especial* e a iluminação da verdade do «Logos» eterno.

3. Ele é o revelador da *verdade de Jesus* em sua encarnação, bem como de sua manifestação entre os homens, isto é, das verdades que ele veio desvendar, visando o benefício da humanidade, por causa do ministério terreno de Jesus, o «Logos» encarnado.

4. Ele torna a *verdade objetiva* (a verdade divina) subjetiva para os homens, transmitindo-a para eles e fazendo-os compreenderam-na. Essa aplicação consiste particularmente na iluminação da plena verdade de Deus, segundo ela tem sido revelada em Cristo, para benefício dos homens.

5. Em sua própria pessoa ele *é a verdade*, porquanto ele mesmo é Deus, sendo especialmente por seu intermédio que os homens estão sendo transformados, para que venham atingir com êxito o seu destino como homens. Ele é a verdade metafísica revelada aos homens, porquanto produz essa revelação nos homens, administrando a vontade de Deus Pai. Ele produz em nós aquela transformação ética diária, e é através dessa operação que ele produz a transformação metafísica do ser humano, a fim de que os remidos se tornem participantes da natureza divina. (Ver II Cor. 3:18).

Além da presente referência ao Espírito Santo, chamando-o de «Espírito da verdade», também vemos essa verdade exposta nos trechos de João 15:26; 16:13 e I João 4:6.

6. Entre as cinco afirmativas atinentes do divino Ajudador, três chamam-no de Espírito da verdade: João 14:17; 15:26 e 16:13.

Cristo era a verdade encarnada, João 14:6.

Aquela fé religiosa que negligencia a Cristo, ou lhe confere posição inferior à que ele tem no N.T., é falsa. Ver Gál. 1:8,9.

O Espírito será o agente que conduzirá os homens a Cristo, aqueles que o Pai lhe deu. Ver João 15:26.

7. Na qualidade de «Espírito da verdade», o divino *Paracletos* guiaria os remidos a *«...toda a verdade...»* «Tenho ainda muito que vos dizer...» Isso teria lugar quando da continuação da obra de Cristo no mundo e nos corações de seus discípulos, mediante o ministério do Espírito Santo, antes e depois de sua ascensão aos lugares celestiais.

Ver o artigo separado sobre *Paracleto*.

VI. Testemunha da Salvação dos Crentes:

Rom. 8:16: *O Espírito mesmo testifica com o nosso espírito que somos filhos de Deus;*

«...O próprio Espírito testifica com o nosso espírito que somos filhos de Deus...» O Espírito Santo continua em foco em Rom. 8:16, e não o espírito humano ou o homem interior. Embora o Espírito de Deus é quem dê testemunho da filiação dos crentes, é o espírito humano que recebe esse testemunho.

«...testifica com...» Essas palavras significam que o Espírito de Deus reforça e acompanha o testemunho já existente no homem interior.

É devido a essa *consciência de filiação*, que tem origem divina, que os crentes aprendem, de maneira bem real, a chamar Deus de «Aba, Pai». Um indivíduo qualquer pode ter alguma inclinação para invocar a um poder superior, como se pedisse auxílio de seu pai; mas é o Espírito Santo que produz, no crente, o conhecimento espiritual e a íntima convicção dessa realidade, assegurando-lhe que Deus, o mais elevado de todos os poderes, é seu Pai, espiritualmente falando. Isso assegura a consciência não somente da dignidade de sua posição, mas também da natureza de sua transformação segundo a forma de vida divina. Ver Efé. 3:19.

O trecho de Gál. 4:6 é um paralelo quase exato deste versículo. Ali vemos que o Filho foi enviado por Deus Pai com o propósito distinto de criar, no coração humano, o clamor que diz: «Aba, Pai».

A *certitudo gratiae*, ou seja, a «certeza da graça», tem sido corretamente deduzida deste versículo, contrariamente ao parecer daqueles que pensam que ninguém pode ter real certeza de que está «salvo», ou que tem sido levado à justificação e à regeneração por meio da graça divina.

Testes de confirmação.

1. O próprio impulso íntimo que nos impele a considerar Deus como nosso Pai, invocando-o como tal.

2. A consciência que disso temos, intuitiva, e não racional, mas nem por isso, irracional.

3. A 'comunhão' assim criada, e isso com Deus Pai e com Deus Filho, o que pressupõe um contacto espiritual genuíno. (Ver I João 1:3).

4. A comunhão que é criada entre nós e os outros crentes, em um profundo amor, formando uma espécie de laço *familiar*. (Ver I João 1:7).

5. Um *andar santo*, em que há vitória sobre o pecado, apresentado por todo o oitavo capítulo da epístola aos Romanos, bem como no trecho de I João 1:7.

6. A importantíssima consciência de que o alvo dessa nossa comunhão é fazer-nos semelhantes ao Filho de Deus, sendo nós progressivamente conformados segundo a sua imagem, por obra e graça do Espírito Santo. (Ver Rom. 8:29 e I João 3:2, que são trechos que expressam esse mesmo conceito).

VII. A Obra e a Orientação do Espírito

1. Os antigos títulos atribuídos ao livro de Atos, incluíam aquele sugerido por alguns dos primeiros pais da igreja: «Atos do Espírito Santo». Esse livro pressupõe, do princípio ao fim, que o Espírito Santo é a força dirigente do movimento dos primeiros missionários cristãos.

2. O Pentecoste (ver Atos 2), foi o princípio das operações do Espírito; e esse ato proveu para a igreja o seu nascimento e o poder necessário para sua expansão.

3. Por ser criador (ver Gên. 1:26,27), o Espírito Santo também é capaz de realizar criações espirituais (ver II Cor. 5:17) e assim sendo, ele é a força por detrás de toda a espiritualidade (ver Gál. 5:22,23), a começar pela conversão (ver João 3:3).

4. Ele dirige ativamente os ministros do evangelho (ver Atos 16:6,7,10).

5. Ele santifica àqueles que converte (ver Rom. 15:16).

6. Ele exerce um ministério no mundo, e não apenas na igreja (ver João 16:8-11).

7. Ele é o mestre supremo (ver João 14:26).

8. Glorificar Cristo e promover a sua causa é o objetivo de seus esforços (ver João 15:16).

9. Ele habita nos santos (ver Efé. 2:20), tornando-os templos de Deus e conferindo-lhes acesso a Deus.

10. Ele ajuda-nos em nossas fraquezas (ver Rom. 8:26).

11. Temos a capacidade de resistir ao Espírito Santo (ver Atos 7:51), bem como de entristecê-lo (Efé. 4:30).

VIII. Autor de Inspiração

Referências e idéias. A *inspiração dada pelo Espírito Santo*:

1. A inspiração do Espírito Santo foi predita (ver Joel 2:28 com Atos 2:16-18). 2. Toda a Escritura foi dada por ela (ver II Sam. 23:2; II Tim. 3:16 e II Ped. 1:21). 3. O seu desígnio é revelar os acontecimentos futuros (ver Atos 1:16; Atos 28:25 e I Ped. 1:11). 4. É revelar os mistérios de Deus (ver Amós 3:7 e I Cor. 2:10). 5. É conferir poder aos ministros (ver Miq. 3:8 e Atos 1:8). 6. É dirigir aos ministros (ver Eze. 3:24-27; Atos 11:12 e 13:2). 7. É controlar aos ministros (ver Atos 16:6). 8. É testificar contra o pecado (ver II Reis 17:13; Nee. 9:30; Miq. 3:8 e João 16:8,9). 9. Seus modos de manifestação são diversos (ver Heb. 1:1). 10. Por impulso secreto (ver Juí. 13:15; II Ped. 1:21). 11. Por uma voz (ver Isa. 6:8; Atos 2:29 e Apo. 1:10). 12. Por visões (ver Núm. 12:6 e Eze. 11:24). 13. Por sonhos (ver Núm. 12:6 e Dan. 7:1). 14. É necessária às profecias (ver Núm. 12:6 e Dan. 7:1; 20:14-17). 15. É irresistível (ver Amós 3:8). 16. Os desprezadores da inspiração do Espírito são castigados (ver II Crô. 36:15, 16 e Zac. 7:12).

IX. O Espírito de Cristo é o Espírito de Deus: Rom. 8:9.

Não se pode demonstrar, pelas Escrituras, que o «Espírito de Cristo» não é *o mesmo* «Espírito Santo». Dá-se justamente o contrário, pois o Espírito de Deus recebe muitas designações nas páginas da Bíblia, conforme também se vê claramente nas notas expositivas, no NTI, sobre o 1º vs. deste capítulo. Este versículo requer a —identificação- desses dois termos, pois o texto mostra-nos que essas duas expressões são sinônimas. Ainda que deixássemos inteiramente de lado a porção final deste versículo, que encerra a referência ao «Espírito de Cristo», a primeira parte do mesmo já afirma que todos os crentes devem contar com a presença habitadora do Espírito de Deus, já que os verdadeiros crentes são descritos como pessoas que estão «no Espírito», e não «na carne». Esse «estar no Espírito» é imediatamente esclarecido pelo próprio versículo como a presença habitadora do Espírito Santo. É essa presença habitadora que faz o crente estar «no Espírito», e não «na carne». Toda essa verdade pode ser determinada sem fazermos qualquer vinculação ao «Espírito de Cristo». A sentença que diz que o Espírito de Cristo está em nós foi acrescentada a fim de declarar a mesma verdade ao contrário, o que já havia sido afirmado direta e positivamente. Por conseguinte «estar no Espírito» significa contar com a presença habitadora do Espírito Santo, pois, sem a presença habitadora do Espírito Santo (ou Espírito de Cristo), o indivíduo não pertence a Jesus Cristo, nem ao menos sendo um crente.

Pondo para um lado todas as controvérsias, deve-se asseverar que o presente versículo ensina, bem especificamente, que o *verdadeiro crente deve ter uma vida vitoriosa*, algo que não pode ser conseguido pelos legalistas, porquanto é dentro do sistema da graça divina que o Espírito Santo de Deus é propiciado aos homens, a fim de neles habitar, com o resultado óbvio e necessário que andarão santamente na fé cristã. Portanto, a graça divina exige um andar santo, dando-nos, igualmente, as armas necessárias para cumprimento desse alvo, longe de dar-nos licença para pecar. O crente é templo de Deus. O Espírito Santo purifica esse templo quando se muda para ali, a fim de que faça do crente a sua habitação apropriada. Porém, se esse *templo* não for limpo no sangue de Cristo e através da regeneração do Espírito, não é possível encontrarmos o Espírito de Deus ali habitando.

X. Dons do Espírito

Ver o artigo separado sobre este assunto.

ESPÍRITO DO MUNDO

I Cor. 2:12: *Ora, nós não temos recebido o espírito do mundo, mas sim o Espírito que provém de Deus, a fim de compreendermos as coisas que nos foram dadas gratuitamente por Deus*;

A palavra *espírito* (no grego, «pneuma»), indica aqui as disposições, a sabedoria do mundo. Paulo fez a vinculação entre esse «espírito» e a sua discussão inteira acerca da sabedoria humana e mundana. (Ver I Cor. 1:19,21 e 2:1,4-6). Mas essa expressão tem recebido certa variedade de interpretações, conforme a lista abaixo:

1. Alguns pensam que as palavras *o espírito do mundo* significam o sistema organizado da maldade, que possui seus próprios princípios e leis. (Comparar com Efé. 2:2; 6:11; João 12:31; I João 4:3; 5:19; e II Cor. 4:4). A palavra grega «kosmos» é usada aqui a fim de indicar o sistema do mundo, que se compõe da comunidade dos homens. (Ver o artigo sobre *Mundo*). O «mundo» (no grego, *kosmos*), não é mau por si mesmo; mas, com freqüência, nas páginas do N.T., essa palavra tem um mau sentido. Então aparece como algo humano e até mesmo satânico, porquanto pode ser controlado pelas forças das trevas. Por isso mesmo, o «mundo» jamais é considerado como «divino», em qualquer sentido. Nem sempre é reputado na Bíblia como algo inerentemente perverso, ainda que com freqüência seja concebido como algo «controlado» pelo mal.

2. Outros estudiosos pensam que a palavra «espírito», nessa expressão, pode significar *temperamento* ou «disposição». Assim sendo, estaria aqui em foco a «disposição do mundo», ordinariamente alienada de Deus, e sempre alienada do Senhor, à parte da regeneração. Essa interpretação faz com que essa expressão se torne virtual sinônimo da expressão «sabedoria do mundo», que Paulo usara um pouco antes.

3. Não obstante, essa expressão, «espírito do mundo», não pode ser compreendida em qualquer sentido pessoal, como se estivesse em vista algum «espírito maligno», algum «demônio», ou o espírito do próprio Satanás. Esse termo é impessoal, referindo-se a *um sistema*, a uma disposição do mundo, e não a alguma entidade viva. A primeira e a segunda dessas três interpretações, pois, incluem elementos recomendáveis, e talvez ambas estejam inclusas na declaração geral que Paulo faz neste ponto.

4. Existem, obviamente, poderes malignos pessoais neste mundo. Porém, I Cor. 2:12 não comenta sobre isto. O *Espírito do Mundo* é o que é por causa de forças negativas, pessoais. Ver os artigos sobre *Demônios* e *Satanás*.

••• ••• •••

ESPÍRITO FAMILIAR

Ver os artigos sobre *Demônios* e *Adivinhação*. Entre os cristãos é comum definir um espírito familiar como um demônio que ou influencia ou se apossa de uma pessoa. O Antigo Testamento encarava a questão com severidade, ordenando a pena de morte para qualquer um que tivesse um espírito desses ou praticasse assim a adivinhação. Ver Lev. 20:27. O termo «familiar» veio a ser associado a tais espíritos devido à suposição de que eles agiam como servos de certas famílias, podendo ser convocados a servir. A palavra hebraica, envolvida no texto de Levítico, *ob*, e que tem sido assim traduzida, tem o seu sentido disputado, embora pareça estar ligado à palavra «retornar». Nesse caso, a referência provável é àquele tipo de espírito que acompanha uma pessoa; e, por isso, poderia ser considerado como um espírito que volta, a fim de realizar algum serviço. Essas associações de idéias com esses espíritos procedem, pelo menos, de duas observações: 1. Alguns desses espíritos afirmam-se membros da família que morreram, mas que, por uma razão ou outra, retornaram dos mundos espirituais para este mundo material. Tais espíritos podem ser considerados presos a este mundo. Esse fenômeno, embora imitado por espíritos não-humanos, parece que realmente ocorre. Deveríamos lembrar que o destino das almas não é fixado por ocasião da morte física, e que existe um mundo intermediário dos espíritos, que pode entrar em contacto com pessoas que ainda vivem na carne. Era uma antiga doutrina judaica, retida pela Igreja antiga, que os demônios são espíritos humanos desencarnados. Crisóstomo, em face de sua vasta influência pessoal, fez tornar-se dominante a idéia de que os demônios são anjos caídos. Porém, a outra idéia persiste, explicando alguns casos de possessão e influência demoníaca. 2. Além disso, parece haver alguma espécie de fator hereditário envolvido, que passa, por exemplo, da avó para a mãe, para a filha e para a neta, etc., conferindo às pessoas habilidades mediúnicas, o que equivale a dizer que elas possuem espíritos familiares.

O mundo dos espíritos é muito complexo, provavelmente não menos do que o nosso mundo material, de seres físicos. Portanto, os chamados espíritos familiares não podem ser identificados como uma única espécie. Alguns desses espíritos familiares parecem nada ser senão pestes prejudiciais, que gostam de pregar peças nos outros, conferindo informações falsas e triviais. Exibem menos inteligência que os espíritos humanos. Muitas fitas gravadas parecem reproduzir as vozes desses espíritos inferiores. Por outra parte, há espíritos dotados de grande poder, aos quais, com razão, poderíamos chamar de anjos caídos. E, entre um extremo e o outro, há todas as variedades de espíritos, incluindo os espíritos humanos desencarnados. São dotados de diferentes poderes e níveis de bem ou de mal; mas, alguns deles, são apenas espíritos insatisfeitos, que perderam o seu caminho, e que perturbam as vidas das pessoas, de maneira mais ou menos funesta. O nosso conhecimento sobre todas essas coisas, porém, é severamente limitado; mas, quanto mais se descobre, tanto mais complexo o quadro vai se tornando.

O Antigo Testamento proíbe coerentemente a comunicação com tais espíritos e várias referências veterotestamentárias falam em comunicação com os *mortos*, o que é exatamente o que os espíritas afirmam que pode ser feito. Que pode ser feito, o próprio Antigo Testamento o diz; mas o Antigo Testamento também diz que isso não deve ser feito pelos que conhecem ao Senhor. Ver as seguintes referências bíblicas: Lev. 19:31; 20:6; Deu. 18:11; I Sam. 28:3, 7-9; II Reis 21:6; 23:24; I Crô. 10:13; II Crô. 33:6; Isa. 8:19; 19:3; 29:4. A história da pitonisa que foi capaz de invocar o espírito de Samuel, a pedido do rei Saul (I Sam. 28), deveria ser interpretada literalmente. Não há razão para duvidarmos da realidade potencial daquele ato. Por outro lado, existem espíritos enganadores que se fazem passar por espíritos humanos, e é muito difícil reconhecer a diferença. Ver o artigo separado sobre o Espiritismo. Os fenômenos psíquicos são comuns a todos os homens, porquanto todos nós somos seres psíquicos. Essas capacidades são neutras por si mesmas e podem ser usadas de maneira positiva ou negativa. Ver a sexta seção do artigo sobre o *Espiritismo*, quanto à defesa dessa tese. Ver também o artigo geral sobre a *Parapsicologia*.

ESPÍRITOS NA PRISÃO

A única passagem da Bíblia que encerra essa expressão é I Pedro 3:19. Ali é dito que Cristo pregou àqueles espíritos, durante o intervalo entre a sua morte e a sua ressurreição. A *prisão* ficava na porção negativa do *hades*, porquanto Cristo pregou aos «desobedientes» e não aos justos. O vigésimo versículo diz, especificamente, que essas eram as pessoas que não tinham obedecido nos dias de Noé, embora tivessem ouvido a prédica daquele patriarca. Portanto, todas as interpretações que fazem a descida de Cristo ao hades referir-se à transferência das almas justas para o céu, por parte de Jesus, não se aplicam a esse texto. Alguns fundamentam essa doutrina sobre o trecho de Efésios 4:8, o que também é uma exegese duvidosa, podendo ser mais uma *eisegese* (que vide) do que uma exegese. A eisegese consiste em injetar em um texto algo que não se encontra ali, a fim de obter harmonia com alguma idéia preconcebida. Ver meus comentários no NTI referente a esse versículo de Efésios, quanto a uma completa descrição da teologia que o circunda. O termo grego *phulaké*, usado em I Ped. 3:19 e que a nossa versão portuguesa traduz por «prisão», só é usado neste ponto para indicar o *hades*, em todo o Novo Testamento, embora os rabinos usassem-no com esse sentido, de maneira bastante comum.

Tem sido disputado acerca de quem seriam aqueles espíritos. A passagem é similar à de I Enoque, o que significa que pode ter havido certo empréstimo literário. Naquele livro, estão em foco espíritos angelicais caídos, pelo que, rigidamente, alguns intérpretes forçam, sobre esse trecho de I Pedro, a idéia de algum tipo de ministério de Cristo entre tais espíritos (com a possível condenação dos mesmos). Porém, a passagem em Pedro está falando, bem claramente, sobre espíritos humanos, a saber, aquelas pessoas que, nos tempos de Noé, foram advertidas a respeito do dilúvio, mas não quiseram arrepender-se (vs. 20). Todos sabem que Noé não pregou a espíritos angelicais e, sim, aos seus contemporâneos humanos!

Também há a questão da *natureza* da mensagem que foi pregada. O trecho de I Pedro 4:6 diz-nos claramente que foi o *evangelho*. Ver as notas completas sobre esse versículo, no NTI. Portanto, a interpretação patrística dessa passagem está correta. Ela refere-se aos desobedientes dos dias de Noé por serem *típicos* dos pecadores de todas as eras e, especificamente daqueles que não tiveram ou não têm oportunidade de ouvir o evangelho. Tradicionalmente, a Igreja Oriental Ortodoxa tem ensinado que essa pregação ofereceu a *vida* aos desobedientes mortos e é

precisamente o que diz I Ped. 4:6.

Vários esquemas têm sido empregados para tirar da Bíblia esse precioso ensino e ofereço uma completa descrição desses esquemas no artigo sobre a *Descida de Cristo ao Hades*. Por que motivo alguém haveria de querer eliminar esse ensino do Novo Testamento? *Antes de tudo*, visto que essa não é uma doutrina largamente ensinada no Novo Testamento, e alguns supõem que, considerando a sua importância, teria de ser ensinada em várias passagens, se fosse verdadeira, eles pensam que não devemos aceitá-la. Porém, isso é um raciocínio *a priori*. O fato é que o relato sobre a descida ao hades, em fontes judaicas, pagãs e cristãs, é uma doutrina perfeitamente comum, conforme aquele artigo o demonstra. Ver o sexto ponto daquele artigo, quanto à identificação dos *espíritos* envolvidos. Não é verdade, conforme alguns têm dito, que o vocábulo grego *pneuma* (o termo usado no texto e que a nossa versão portuguesa traduz corretamente por «espírito») limita-se a espíritos angelicais. O trecho de I Ped. 4:6 diz especificamente que o evangelho foi pregado aos *mortos* (isto é, a espíritos humanos em seu estado desencarnado). É impossível que isso se refira a anjos. Em *segundo lugar*, a verdadeira razão pela qual os intérpretes anelam por tirar do Novo Testamento a doutrina da descida de Jesus ao hades, se é que isso importa em qualquer bem para as almas humanas perdidas, é que a antiga doutrina da condenação eterna está fixa em suas mentes. Não podem crer que uma nova revelação possa olhar para além dessa doutrina, por mais desejável que seja tal revelação. Mas ficam com um ponto de vista incompleto sobre o juízo, que o vê apenas como uma retribuição, ao passo que a verdade é que o próprio julgamento divino é uma expressão do amor de Deus, um ato disciplinador e não apenas retributivo. Eles confessam que o Novo Testamento vê para além do Antigo, mas relutam em confessar que certas porções do Novo Testamento ultrapassam a outros trechos do mesmo Novo Testamento, esquecidos de que a revelação divina é sempre *progressiva*. — Pois, cada vez que Paulo falou sobre algum *mistério*, ele estava ultrapassando quaisquer noções que já tinham sido reveladas até àquele instante. Ora, I Pedro 4:6 diz-nos *como* a descida de Cristo ao hades emprestou ao seu ministério uma nova dimensão ao conceito do julgamento. Em outras palavras, os mortos foram julgados a fim de que pudessem viver como Deus vive, no Espírito. Isso é o que a Igreja Oriental sempre afirmou.

A importância dessa doutrina é confirmada pelo fato de que, em Efésios 4:8-11, aprendemos que a descida de Cristo ao hades e sua conseqüente subida dali, tiveram o mesmo propósito: *fazer Cristo tornar-se tudo para todos*, «preencher todas as coisas». Isso concorda com o ensino sobre a unidade de tudo, em redor do *Logos* (chamado *Cristo*, em seu ofício como o Messias judaico), quando da dispensação final do plano divino. Aprendemos isso em Efésios 1:9,10, que fala sobre o *mistério da vontade de Deus*. Esse mistério fornece-nos uma nova revelação, acerca de uma dimensão nunca antes suspeitada da missão de Cristo. Essa dimensão é absolutamente universal e terá efeitos absolutamente universais, porquanto abarcará o mundo, o céu e as regiões infernais. Mas, naturalmente, não surtirá efeitos idênticos para todos os homens. Os remidos serão sempre os «eleitos» de Deus; mas os perdidos receberão um tipo de existência que, apesar de não poder comparar-se com o tipo de vida dos salvos, redundará na glória de Deus. Somente assim Cristo poderá preencher a todas as coisas.

Há evidências, baseadas nas *experiências perto da morte* (que vide) que indicam que há espíritos missionários nas regiões infernais, pelo que ali prossegue um ministério que continua a cumprir os intuitos de Cristo. Clemente de Alexandria afirmou claramente que os apóstolos dão continuação aos labores de Jesus Cristo, naquela região espiritual. Em outras palavras, Cristo abriu o hades como um campo missionário. E isso é precisamente o que poderíamos esperar da parte de um Redentor-Restaurador da imensa estatura do Filho de Deus. O evangelho que deixa de lado essa dimensão do ministério de Cristo é um evangelho apequenado. Não cumpre tudo quanto veio realizar e, em certo sentido, fracassou.

—Em I Pedro, os desobedientes são aqueles que não atenderam à pregação de Noé. O ensino dessa passagem em geral é que o *bem* pode proceder do *sofrimento*. Cristo sofreu e isso resultou nas maravilhas da salvação, ao ponto em que almas desobedientes, quando viviam na carne, incluindo aquelas que não têm desculpas, mesmo assim podem beneficiar-se da sua missão na prisão das almas. O termo grego *pneuma* é usado para indicar espíritos humanos e espíritos angelicais, conforme qualquer dicionário grego pode mostrar aos leitores. Mas, na narrativa de Pedro, espíritos humanos estão em foco. Os anjos que caíram também estão aprisionados, de acordo com a doutrina judaica tradicional, o que é descrito longamente em nosso artigo sobre o hades. Os trechos de II Pedro 2:4 *ss* e Judas 6 referem-se a esse aspecto do ensino. A referência de II Pedro usa a palavra *Tártaro* (que vede) que aponta para o lugar mais inferior do hades.

O que Deus venha a querer fazer com esses espíritos angelicais não diz respeito à redenção humana. Todavia, precisa ser incluído no ensino sobre a *restauração* geral (que vede), inerente à revelação do mistério da vontade de Deus (que vede). Ver Efésios 1:9,10.

Apresentamos ao leitor um longo artigo sobre a *Descida de Cristo ao Hades*, onde se discute sobre o problema em sua inteireza, com todos os seus aspectos e implicações históricos e teológicos. Ver também o artigo sobre a *Restauração*.

ESPIRITUALIDADE

Esboço:

I. Definição
II. Amor, a Fonte Principal da Espiritualidade
III. A Nobreza Espiritual
IV. Qualidades Espirituais
V. A Expressão da Espiritualidade Começa no Lar: I Ped. 3:1-8
VI. Os Meios do Desenvolvimento da Espiritualidade

I. Definição

O homem espiritual é aquele que tem conseguido através da operação do Espírito, combinada com sua efetuação correspondente (Fil. 2:12,13), algum grau de espiritualidade que o separa dos demais homens que podem ser chamados *naturais* ou *carnais* (I Cor. 2:14, 3:4). Ele tem progredido na sua transformação à imagem de Cristo (Rom. 8:29, II Cor. 3:18).

II. Amor, a Fonte Principal da Espiritualidade

A prática da lei do amor é a prova principal da espiritualidade e o amor gerado no coração do homem, pela operação do Espírito, é a mãe de todas as virtudes da espiritualidade. Ver I João 4:7 *ss*, e

Gál. 5:22,23. O amor é a realização da Lei e dos profetas, Rom. 13:8-10, Mat. 22:40.

III. A Nobreza Espiritual

1. A nobreza espiritual se caracteriza pela sensibilidade e pela receptividade das realidades espirituais. Isso faz-nos lembrar da parábola do semeador e da terra boa, de que Jesus falou. A semente da Palavra é sempre boa, mas nem sempre é capaz de produzir bom fruto. A perversidade humana pode anular os efeitos tencionados pela Palavra. (Ver Mat. 13:23).

2. A nobreza espiritual se evidencia por uma inquirição espiritual ativa e entusiasmada. Consideremos o relato sobre Maria e Marta, registrado em Luc. 10:39 e *ss*. Maria foi suficientemente sábia para deixar de lado as suas atividades, para dedicar-se à contemplação e ao aprendizado, deixando por alguns instantes as suas ocupações terrenas. Marta, por sua vez, ficara «distraída» com seus muitos deveres. Perdera de vista, por alguns momentos, os verdadeiros valores da vida.

3. Nos primeiros estágios do desenvolvimento da igreja, aqueles que se achavam em Jerusalém e que foram os primeiros convertidos, ouviram a palavra com «alegria», segundo se lê em Atos 2:41. Muito pode ser determinado no tocante ao caráter de um indivíduo através das coisas que lhe infundem alegria. Os valores e as atividades espirituais deveriam ser nossa principal alegria e prazer. Isso faz parte da nobreza espiritual do crente.

4. Em Atos 17:11-13, aprendemos que os judeus de Beréia foram reputados por mais nobres que os de Tessalônica, porquanto: a. receberam a Palavra com «diligência»; b. estudaram-na com afinco, a fim de melhor compreender e comprovar as coisas que lhes eram ensinadas, provavelmente comparando as Escrituras do A.T., com os ensinamentos de Paulo para verificarem se a nova fé era, de fato, a continuação e a graduação acima da fé dos patriarcas antigos.

5. Não obstante, os crentes tessalonicenses também exibiram nobreza espiritual; pois, em I Tes. 2:13, aprendemos que Paulo ficara muito satisfeito diante do fato de que eles haviam acolhido a sua palavra, não como Palavra de homem, mas como a palavra de Deus, a qual, subseqüentemente, passou a *operar eficazmente em suas vidas*.

6. Finalmente, essa nobreza foi demonstrada pelo fato de que a inquirição espiritual dos bereanos prosseguiu, apesar de todas as perseguições que sofreram. A fé deles não se dobrou diante da pressão. Ela havia transformado as suas almas, e tal realização era permanente.

IV. Qualidades Espirituais

A. *O Dever dos Ministros do Evangelho*

1. Eles têm a obrigação de pregar o evangelho (ver I Cor. 1:17).

2. Compete-lhes alimentar o rebanho (ver João 21:15-17).

3. Cumpre-lhes edificar a igreja (ver II Cor. 12:19).

4. Devem cuidar daqueles que são deixados a seus cuidados (ver Heb. 13:17).

5. Têm o dever de combater o bom combate (ver I Tim. 1:18).

6. Precisam suportar as adversidades (ver II Tim. 2:3).

B. Diligência

1. Cristo é nosso supremo exemplo (ver Luc. 2:49).

2. Deus requer a diligência da parte de todos os crentes autênticos (ver Heb. 11:6).

3. Essa qualidade impele-nos em direção à perfeição (ver Fil. 3:13,14).

4. Através dela é que cultivamos as virtudes cristãs (ver II Ped. 1:5).

5. Por meio dela seguimos toda a boa obra (ver I Tim. 5:10).

6. Aqueles que são diligentes ensinam a fé a seus semelhantes (ver II Tim. 4:2).

7. A diligência deve ser abundante em nossas vidas (ver II Cor. 8:7).

8. Parte da diligência se manifesta na luta contra o pecado (ver II Ped. 3:14).

9. As boas obras resultam da diligência (ver I Tim. 5:10).

10. No que se relaciona ao nosso serviço a Deus:

a. A diligência mantém os homens servindo a Deus (ver Gál. 6:9).

b. Somos assegurados de que esse serviço não é inútil (ver I Cor. 15:58).

c. Ela nos preserva do mal (ver Êxo. 15:26).

d. Ela nos guia à segurança e à esperança (ver Heb. 6:11).

C. *Glorificando a Deus*

1. É um direito que lhe assiste (ver I Crô. 16:29).

2. É merecida essa glorificação, por causa de suas qualidades de santidade (ver Sal. 99:9), de misericórdia e veracidade (ver Sal. 115:1), de fidelidade (ver Isa. 25:1), de obras portentosas (ver Mat. 15:31), de juízos (ver Apo. 14:7), de graça (ver Atos 11:18 e II Cor. 9:13).

3. Damos glória a Deus por meio de Cristo (ver Fil. 1:11).

4. Essa atitude é exigida no tocante ao corpo e à alma (ver I Cor. 6:20).

5. Finalmente será universal (ver Sal. 86:9 e Apo. 5:13).

D. *Dedicação*

1. A dedicação precisa envolver a mente, o coração e a alma, e deve ser uma força transformadora (ver Rom. 12:1,2).

2. Ela nega o poder e a atração exercidos pelo mundo, capacitando-o a seguir a Cristo (ver Mar. 8:34 e *ss*.).

E. *Humildade*

São abençoados, Mat. 5:3; Cristo é seu exemplo, Mat. 11:29; recebem o favor de Deus, Tia. 4:6.

F. *Consolação*

Os aflitos são consolados, Heb. 13:3; os fracos recebem-na, II Cor. 11:29; os homens espirituais mostram-na, Prov. 19:17; Fil. 2:2:1,2.

G. *Mansidão*

São aprovados por Deus, Mat. 5:5; é para os santificados, Atos 20:32.

H. *Justiça*

Vem da natureza de Deus, Rom. 3:21; é imputada, Rom. 4:11; os santos devem persistir nesta virtude, Mat. 5:6; é produto do novo nascimento, I João 2:29.

I. *Misericórdia*

Os santos devem possuir esta virtude, Luc. 6:36, Mat. 5:7; é exigida do Evangelho, Col. 3:12; a fonte é Deus, II Cor. 1:3.

J. *Pureza*

É uma característica do verdadeiro cristão, Mat. 5:8; a finalidade da lei, Tito 1:5; verão a Deus, Mat. 5:8; característica da verdadeira religião, Tia. 1:27.

L. *Amor*

Ver sob seção II deste presente artigo.

V. A Expressão da Espiritualidade Começa no Lar: I Ped. 3:1-8.

1. Não deveria constituir surpresa para nós que a espiritualidade de um homem deve começar no seu lar, influenciando primeiramente aqueles que lhe são mais próximos. O homem que persegue sua esposa e põe obstáculos no caminho de seus filhos, dificilmente pode ser um homem verdadeiramente espiritual, sem importar o espetáculo que ele esteja apresentando àqueles que não fazem parte de sua família. Assim, pois, foi requerido da parte dos anciãos e dos diáconos, que primeiramente governassem bem a sua própria casa, antes que pudessem estar qualificados a governar a casa de Deus (ver Tito 1:16).

2. Pedro salienta em I Ped. 3:7 que as orações de um homem podem ser impedidas se forem erradas as relações com a sua esposa. E visto que a oração é um dos principais meios de desenvolvimento espiritual, isso mostra que a espiritualidade do próprio indivíduo é entravada quando ele não mantém relações cordiais com a sua esposa.

3. Se um homem não pode influenciar a si mesmo e à sua esposa, para viverem em harmonia, se ele não vive segundo a lei do amor no tocante a ela (a qual, dentre todas as pessoas é a que lhe está mais próxima), como pode ele viver com bom êxito a vida de amor, no tocante a outras pessoas?

4. Pode-se observar com freqüência como certos conflitos não somente impedem o desenvolvimento espiritual, mas também, como destróem, em certas oportunidades, a espiritualidade do indivíduo de forma terminante.

5. Você quer que as suas orações sejam respondidas? Nesse caso, viva em harmonia com sua esposa. Seja generoso para com ela, e Deus mostrar-se-á generoso para com você. O homem e a sua mulher formam, misticamente, um único ser. Se você causar algum dano à sua esposa, automaticamente estará causando um dano contra sua própria pessoa.

«São companheiros de viagem com as mesmas necessidades. Juntos podem levar suas petições a Deus, e quando coração e alma estão juntos, Cristo prometeu estar presente como a terceira pessoa. Ao orarem, conhecerão as necessidades um do outro. Esse é o maior conhecimento que um marido pode atingir, para honrar sua mulher; e utilizando-se de tal conhecimento, ele fará subir prontamente suas súplicas unidas até o trono da graça, e a união de corações não falhará em suas bênçãos». (Lumby).

Alguns comentadores crêem que Pedro quis dar a entender que a oração sofre empecilho quando um homem se recusa a reconhecer a igualdade de sua esposa na participação da herança eterna; portanto, exclui-a da vida espiritual, incluindo a vida de oração. Talvez tais comentadores digam isso por inferência legítima, mas não é isso que I Ped. 3:7 ensina. A hostilidade de um homem à sua esposa, por qualquer razão e de qualquer maneira, também impede as orações e a inquirição espiritual.

«Não sobra espaço para a resposta às orações, quando um marido despreza e tiraniza sua mulher, e onde o casamento é maculado pela discórdia». (*Roos*, no comentário de Lange).

«O tratamento severo leva a insulto e contenda, o que impede o poder e a eficácia da oração». (Grotius).

VI. Os Meios do Desenvolvimento da Espiritualidade

1. Devemos ter cuidado com a porção *intelectual* da espiritualidade. Devemos estudar a Palavra de Deus, e outros livros espirituais, tornando-nos intelectualmente versados na revelação divina.

2. *O intelecto*, entretanto, não é tudo. Também precisamos da *prática da oração*, que consiste em falar com Deus. A oração é uma disciplina própria do crente, sendo um ato criador que, antes de tudo, o transforma; e em seguida transforma as pessoas e as circunstâncias ao seu redor. É como se fosse uma linha de contacto com os recursos espirituais. (Ver o artigo sobre a *Oração*).

3. *A meditação*, que é o dar ouvidos a Deus, é uma arte quase esquecida pela maioria dos crentes da atualidade. Somente a igreja oriental (Igreja Ortodoxa Grega) ainda enfatiza esse meio espiritual, como ajuda ao desenvolvimento espiritual. Muitas pessoas, naquele segmento da cristandade, buscam zelosamente a «iluminação», por meio da meditação. Esse é um meio espiritual que deveria ser empregado (em alguma medida) por todos os crentes, entretanto.

4. O *toque místico*. A busca e o uso dos dons espirituais. Ver Efé. 4:11 *ss*.

5. *A prática da lei do amor* (boas obras). O amor é a *prova da espiritualidade* (ver I João 4:7).

6. *A santificação* é básica para todo o desenvolvimento espiritual.

ESPIRITUALIDADE, ESTÁGIOS DA

Ver **Vitória Espiritual; Estágios da Inquirição Espiritual.**

ESPIRRAR

No hebraico, **zarar**. Essa palavra hebraica é usada por apenas uma vez, em II Reis 4:35, no relato da cura do menino, filho da mulher sunamita, por parte de Eliseu. Lemos naquele versículo: «...e se estendeu sobre o menino; este espirrou sete vezes, e abriu os olhos».

Em Jó 41:18, embora nossa versão portuguesa também fale em «espirros», seria mais acertado traduzir uma outra palavra hebraica por *resfôlego*, ou algum outro sinônimo, porquanto está em pauta o crocodilo.

ESPONJA

No grego, **spoggos**, que ocorre por três vezes: Mat. 27:48; Mar. 15:36 e João 19:29. Em todas essas três passagens está em foco a esponja posta na ponta de um caniço que alguém usou para levar, até aos lábios de Jesus, um pouco de vinagre, para ele sorver. As esponjas pertencem à espécie *Porifera*, que são animais marinhos cujo esqueleto resistente, cheio de perfurações, tem sido usado, desde longa data, para um grande número de propósitos domésticos. De acordo com Plínio, era prática comum e constante, entre os soldados romanos, levar um pedaço de esponja para usar como um tipo de vaso para beber líquidos, exatamente o que os evangelhos dizem que fizeram no caso do Senhor Jesus.

ESPONTANEIDADE

Dentro do vocabulário da filosofia, essa palavra é, virtualmente, um sinônimo de livre-arbítrio. Uma tradução latina da *Ética Nicomaqueana*, de Aristóteles, usa essa palavra; e Leibniz compreendia a passagem como relativa à capacidade de um homem tomar decisões, de forma independente das circunstâncias. Cousin pensava que a espontaneidade é a base da liberdade humana, bem como a disposição certa de quem queira buscar o conhecimento.

ESPORTES

O fato de que quase todos os jornais dedicam uma

seção inteira aos *esportes* indica o grande interesse provocado pelos eventos esportivos. Paulo afirmou que o exercício físico tem algum valor, embora estivesse mais interessado nos exercícios da piedade. Ver I Tim. 4:8. Por outra parte, os esportes promovem o **bem-estar físico** e mental, além de aumentarem a vitalidade e a boa saúde; e, assim sendo, prolongam a vida física. Os exercícios físicos também provêm uma atividade legítima e desejável para os momentos vagos, que são muito melhor gastos em atividades desportivas do que em atividades prejudiciais ou degradantes. Acresça-se a isso que os esportes são um importante divertimento. Promovem o caráter, a firmeza de propósitos e a disciplina.

Quanto ao lado negativo, há esportes brutais e perigosos. O boxe produz as suas vítimas. E há algo de muito estranho no prazer daqueles que gostam de ver dois homens fortes infligindo danos físicos um sobre o outro. Além disso, em vários esportes há interesses financeiros que ultrapassam as medidas, como é o caso do próprio boxe, do futebol, do tênis, etc. Nos Estados Unidos da América, um assento em torno de um ring de boxe, em um campeonato de pesos pesados, pode custar nada menos de mil dólares. Certos atletas profissionais ganham salários totalmente fora de proporções do bom senso e da propriedade, o que demonstra certa distorção de valores humanos.

Também há a considerar a questão do *tempo*. O homem pode abusar de muitas coisas. O tempo demasiadamente gasto em qualquer atividade, prejudicial para outras atividades de natureza mais urgente, é uma perda irreparável. Alguns fãs dos esportes são culpados desse tipo de exagero. Um fã é um fanático. Ver sobre *Atletismo* e *Ginásio*.

ESPOSA

Ver sobre **Matrimônio**.

ESQUECER

No hebraico, temos quatro palavras a considerar e, no grego, duas palavras e uma expressão, a saber:

1. *Shakeach*, «esquecimento». Palavra usada no Antigo Testamento apenas por duas vezes: Sal. 9:17; Isa. 65:11.

2. *Nashah*, «esquecer». Palavra hebraica utilizada por cinco vezes: Jer. 23:29; Lam. 3:17; Gên. 41:51; Jó 39:17; Isa. 44:21.

3. *Shayah*, «esquecer». Termo hebraico usado somente em Deu. 32:18.

4. *Shakach*, «esquecer», «negligenciar». Palavra hebraica que aparece por cento e duas vezes, como em Gên. 27:45; Deu. 4:9,23,31; 25:19; 26:13; Juí. 3:7; I Sam. 1:11; 12:9; II Reis 17:38; Jó 8:13; 9:27; 11:16; Sal. 9:12; 10:11,12; 13:1; 137:5; Pro. 2:17; 3:1; 4:5; Isa. 17:10; 51:13; 54:4; Jer. 2:32; 3:21; 13:25; 44:9; 50:6; Lam. 5:20; Eze. 22:12; 23:35; Osé. 2:13; 4:6; Amós 8:7.

5. *Epilanthánomai*, «esquecer-se de». Palavra grega que figura por oito vezes: Mat. 16:5; Mar. 8:14; Luc. 12:6; Fili. 3:13; Heb. 6:10; 13:2,16; Tia. 1:24.

6. *Eklanthánomai*, «esquecer-se totalmente de». Palavra grega usada somente por uma vez, em Heb. 12:5.

7. *Lambáno lénthen*, «receber esquecimento». Expressão grega que só aparece em II Ped. 1:9.

Em Marcos 8:14 temos essa palavra usada em seu sentido literal: «Ora, aconteceu que eles se *esqueceram* de levar pães...» (no grego, *epilanthánomai*). Usualmente, porém, o termo é usado em sentido metafórico. Assim, um homem pode olvidar-se de Deus (Sal. 9:17; 50:22; 103:2). E Deus, aparentemente, esquece-se do homem, quando este insiste em desobedecer (Jer. 23:39). Esse esquecimento, entretanto, consiste na separação temporária da benevolência divina, com os castigos divinos conseqüentes. De fato, é impossível Deus esquecer-se do homem, visto que ele é onisciente e está resolvido a buscar o **bem-estar do homem (Isa. 49:11 *ss*)**.

A Providência de Deus. Deus não se esquece nem ao menos dos passarinhos, que são tão sem valor que podem ser comprados por uma ínfima quantia em dinheiro, a fim de serem oferecidos em sacrifício, pelos pobres, ou para serem consumidos na alimentação. Como Deus poderia esquecer-se do homem, criado à sua semelhança e imagem? (Ver Mat. 6:25-34).

Um Ato Ético. Quando perdoamos alguém e nos esquecemos da afronta sofrida, então, realmente, temos perdoado.

Para Platão, que acreditava na reencarnação, o esquecimento é um ato necessário e misericordioso, pois quem poderia carregar a eternidade nos próprios ombros? Porém, a *memória* é a verdadeira base do conhecimento, visto que o homem teria todo o conhecimento embutido em seu próprio ser, embora precise de encontrar meios para exteriorizá-lo.

ESSE

Palavra latina que significa «ser», e que significava «existência», na filosofia escolástica.

ESSÊNCIA

Vem do termo latino **essentia** (de **esse**, «ser»). A palavra grega correspondente é *ousia*. Aristóteles ensinava que a definição de uma coisa qualquer precisa exprimir a sua *essência*, ou seja, aquelas características que ela possui, a fim de poder existir. Logo, a existência é contrastada com os acidentes de uma coisa qualquer, como cor e outras qualidades variáveis. A essência está envolvida na extensão dentro do espaço e na estrutura atômica de uma coisa, quando ela é de natureza material. Refere-se aos aspectos permanentes e fixos de uma coisa qualquer, e não aos fenômenos associados. Muitas idéias têm sido propostas, com a finalidade de descrever a essência das coisas, o que poderíamos ilustrar como segue:

1. *Platão*. A essência de uma coisa qualquer não se encontra no particular, ou seja, nos objetos terrenos que podem ser vistos ou tocados, ou detectados, de outra maneira qualquer, com os nossos sentidos físicos. Antes, a essência de alguma coisa encontra-se no *universal* (ou idéia), do que um objeto físico é apenas uma imitação ou cópia. Ver o artigo sobre os *universais*.

2. Aristóteles identificava a essência com a forma (no grego, *eidos*), como a causa de uma coisa qualquer, embora sem apelar para os universais extramundanos de Platão.

3. *Avicena*. Ver o artigo a seu respeito. Ele distinguia entre Deus — em quem a essência e a existência são idênticas — e todas as outras coisas, que encerram esses dois elementos, mas como qualidades separáveis. Somente Deus seria a sua própria causa. Todas as outras coisas têm alguma causa externa, ou seja, uma espécie de essência tomada por empréstimo. Deus é possuidor de ser necessário, isto é, ele não pode deixar de existir. Todas as demais coisas são contingentes, derivando

seu ser da parte de Deus, embora não possam existir, a menos que a vontade divina assim o queira.

4. *Tomás de Aquino*. À semelhança de Avicena, ele dizia que somente Deus é possuidor de uma existência idêntica à sua existência. Para Aquino uma *substância* é um composto. Seria uma essência que recebeu a capacidade de existir, embora sem possuir Existência em si mesma. Antes disso lhe ter sido conferido, — existência era apenas latente. Quando isso lhe foi conferido, a sua existência tornou-se real. Portanto, o *esse* é conferido à *essentia*; e nessa composição, temos formas de vida diferentes da forma de vida de Deus.

5. *Godfrey de Fontaines* (que vede) recusava-se a admitir a distinção entre essência e existência. Visto que Aristóteles não acreditava na criação e, sim, na eternidade da matéria, quanto a esse particular estava mais perto da posição de Fontaines do que das idéias de Tomás de Aquino.

6. *Husserl* (que vede) desenvolveu uma filosofia que girava em torno da discussão sobre a essência.

7. *Na Gnosiologia*. A essência de uma idéia é um conceito expresso de modo conciso. Para o pragmatismo, isso é extraído da experiência prática, e não de conceitos eternamente determinados. Trata-se da praticalidade. A essência ou princípio geral de uma coisa, na ciência, é extraída por meio da experimentação e da refutação. Nos escritos de muitos filósofos e teólogos, as essências científicas não são suficientes. Precisamos acrescentar valor e alguma dimensão metafísica às coisas. Em caso contrário, podemos perder de vista a verdadeira essência de alguma coisa. Os racionalistas acreditam que as essências derivam-se da razão pura, sem a intervenção dos sentidos, como quando definimos algum conceito moral. Eles criam proposições axiológicas dessa maneira.

8. *Anselmo* (que vede) em seu argumento ontológico (que vede) parece ter identificado a definição racionalista com a essência, em parceria com a existência. Porém, precisamos lembrar-nos que ele estava dependendo de argumentos místicos, bem como da experiência humana através das percepções da alma, e que não pensava meramente em definições verbais. (AM E EP P)

ESSÊNCIA-MENTE

Ver o artigo sobre **Romanes, George**, que usava a expressão «estofo mental», para indicar a essência da criação, em contraste com as teorias mecânicas de alguns evolucionistas.

ESSENCIALISMO

Na filosofia, esse termo é usado para designar três conceitos diversos:

1. *Em Platão*. A palavra refere-se à existência real das idéias (*universais, que vede*) em contraste com os particulares, que são os objetos terrenos, cópias imperfeitas dos universais e, portanto, que representam realidades inferiores.

2. O elemento essencial de uma definição. Pode-se dizer que um homem tem duas pernas, como uma característica humana distintiva, e que poderia descrever uma pessoa a pedalar uma bicicleta.

3. *Em Aristóteles*, e outros pensadores depois dele. Qualquer coisa que existe, existe por causa de certas propriedades que são a essência de seu ser. Locke afirmava que todos os objetos devem ter uma *essência real*, embora ainda a desconheçamos. Essa essência é que explicaria as *propriedades observáveis*. Sabemos que o átomo é elemento básico da matéria. Mas, o átomo não é uma forma de energia psíquica? E essa energia não é uma manifestação da *mente?* Nesse caso, a *mente* seria a essência básica de todas as coisas. Essa é minha sugestão, e não de Locke; mas a sua *essência* misteriosa sugere algo que ultrapassa ao que é material, na tentativa de explicar as propriedades observáveis. Ver o artigo separado sobre *Essência*.

ESSÊNIOS

Eles formavam uma ordem monástica judaica, que parece ter surgido no século II A.C. Eles eram exemplos de uma incomum grandeza moral e pureza espiritual (embora houvesse alguns abusos e distorções). Provavelmente foi a primeira sociedade humana a condenar a escravatura, tanto como princípio quanto como uma prática. Era uma sociedade comunal, esotérica (ver sobre o *Esoterismo*) e extremamente ascética. Procurava lugares isolados a fim de ali viverem e porem em prática a sua fé. Uma das regiões escolhidas era aquela em redor do mar Morto. Alguns estudiosos têm associado um ramo dessa seita com os *Manuscritos do Mar Morto* (que vede). Os essênios eram uma das três principais seitas judaicas, as outras duas eram os fariseus e os saduceus (ver os artigos a respeito deles).

Esboço:

I. A Palavra
II. Fontes Informativas Históricas
III. Os Essênios e a Literatura
IV. Os Essênios, João Batista e Jesus
V. Comunidades Essênias
VI. A Teologia dos Essênios

I. A Palavra

O nome «essênios» nunca foi usado pelos próprios membros da seita, porque foi um nome conferido por outras pessoas. Não há certeza quanto à derivação do nome, mas há as seguintes suposições: a. Filo (*Quod Omni Probus Liber*, seção 12) afirma que o nome vinha do termo grego *osis*, «santo». b. Mas outros pensam no vocábulo grego *asayaw*, «curar», em face da circunstância que os essênios professavam-se capazes de curar a mente e o corpo. c. Ou então poderia provir do termo aramaico *hassaya*, que significa «santo», «piedoso», dando a entender aqueles que realizavam corretamente os requisitos da lei judaica, em contraste com outros, que se tinham tornado lassos. d. Outras palavras hebraicas têm sido imaginadas por detrás da designação, como «nobres» ou «poderosos».

II. Fontes Informativas Históricas

1. Josefo (**Guerras** 2.18.2 **ss**; **Anti.** 18.1,5) é quem nos fornece as nossas mais antigas informações sobre a seita dos essênios. Ele alude aos essênios como a terceira das *filosofias* do judaísmo. Nem sempre ele conseguia informações diretas a respeito da história que contava; mas, no caso dos *essênios* (os santos!) ele sempre tinha um conhecimento em primeira mão. Seu livro, *Guerras dos Judeus*, compilado pouco após a queda de Jerusalém, em 70 D.C. e seu livro *Antiguidades*, escrito em cerca de 90 D.C., provêm as informações desejadas. O que ele disse parece subentender que ele era um noviço essênio, embora isso seja disputado. Seja como for, ele esteve em companhia dos essênios por três anos.

Josefo descreveu os essênios como um grupo comunal com uma disciplina mais estrita que a dos fariseus ou a dos saduceus. Eles rejeitavam a

escravatura e desprezavam o princípio do prazer, tão valorizado por tantas pessoas. Não proibiam o casamento para pessoas de fora da comunidade, mas os iniciados sentiam que o celibato era a melhor medida para curar os males criados pela lascívia e pelas infidelidades das mulheres como uma classe. Também rejeitavam a possessão de bens materiais e praticavam a comunhão de bens (comunismo religioso). Dessa forma, não eram nem ricos e nem pobres. Seguiam modos estritos e hábitos religiosos muito duros. Puniam os ofensores com pesadas penas. A principal dessas penas era o banimento. Outros detalhes sobre suas práticas e crenças, partes das quais foram descritas por Josefo, encontram-se em outras seções deste artigo.

Qumran. Josefo distinguiu certo essênios de outros, porquanto alguns deles não proibiam o casamento para os membros da seita. É possível que a comunidade essênia pertencesse a esse último tipo. Mas, os estudiosos debatem sobre o ponto. Ver o artigo separado sobre *Khirbet Qumran*.

2. *Plínio o Velho*. Ele também viveu no século I D.C. Era soldado, juntamente com Vespasiano, aparentemente servindo na Décima Legião que, em 68 D.C., penetrou no vale do rio Jordão, preparando-se para atacar Jerusalém. Em sua *História Natural*, famosa entre os estudiosos, ele descreveu a área do mar Morto, incluindo em seu relato uma seita religiosa judaica cujos membros viviam na região, e que pode ter sido a seita de Qumran, que cultivava produtos agrícolas em um oásis chamado 'Ain Feshka. Ele declarou que os membros formavam uma tribo solitária dos essênios. Mas, que esse grupo de Qumran tenha sido de essênios continua sendo disputado. Porém, em caso contrário, então aquela seita era similar à dos essênios. Seja como for, Plínio conta que eles haviam renunciado às mulheres e aos bens deste mundo, e que pessoas cansadas da vida deste mundo reuniam-se a eles em grandes números, procurando levar uma vida mais santificada. Ele localizou esse grupo, mais precisamente, no lado oeste do mar Morto, mas ao norte de En-Gedi; há muitos estudiosos que pensam que isso aponta, bem definidamente, para a comunidade de Qumran. O próprio Plínio declarou que eles eram essênios. Portanto, apesar desse testemunho não ser conclusivo, certamente serve de forte evidência do fato de que em *Qumran* (que vede) havia, na verdade, uma colônia de essênios.

3. *Filo*. Esse judeu alexandrino, sobre quem damos um artigo separado nesta enciclopédia, tal como no caso de todos os outros personagens aqui mencionados, como fontes informativas sobre os essênios, foi um contemporâneo mais idoso de Josefo. Filo declarou que Moisés falava o grego, e que Platão também falava o hebraico. Isso é uma distorção e uma simplificação, mas, pelo menos, mostra-nos que ele estava envolvido na helenização do pensamento judeu. Ele viveu entre 20 A.C. e 52 D.C. Mencionou a seita dos essênios em suas obras *Hypothetica* (11.1-18) e *Quod Omnis Probus Sit Liber* (12-13). Sua razão era ilustrar a sua tese de que apenas os homens verdadeiramente bons são livres. Ele calculou que o número dos mesmos seria cerca de quatro mil. Demonstrou que nem todos eles viviam em colônias. Muitos deles misturavam-se com a sociedade, realizando os labores comuns a todos os homens. Trabalhavam arduamente na agricultura e em outras atividades, devotavam muito tempo às devoções religiosas, estudavam e interpretavam os livros sagrados, mantinham propriedades em comum, rejeitavam sacrifícios de animais, praticavam o celibato, ocupavam-se em obras caridosas e de misericórdia, não participavam no serviço militar e nem manufaturavam armas, rejeitavam as atividades comerciais, preferiam as vilas às cidades corruptoras, como lugares onde residir, buscavam a simplicidade e se opunham ao acúmulo exagerado de riquezas materiais, acreditavam na doutrina da igualdade de todos os homens, o que significa que se opunham à escravatura, eram estritos observadores das leis de Moisés, não faziam juramentos, salientavam a autodisciplina e a humildade, comiam juntos suas refeições, compartilhavam de seus ganhos com a comunidade, promoviam o ensino dos princípios religiosos, da piedade e das virtudes pessoais e, finalmente, praticavam o ascetismo (que vede).

No seu tratado intitulado *Sobre a Vida Contemplativa*, Filo deu considerável atenção à seita dos *therapeutae*, um grupo monástico que floresceu no Egito, dois séculos antes da era cristã. Era um grupo muito ascético, que se ocupava em observâncias religiosas rígidas, no estudo das Escrituras e na composição de hinos e salmos. No dia semanal de observância, eles reuniam-se para ouvir os discursos de seus anciãos. Mulheres faziam parte da comunidade e compartilhavam do mesmo estilo de vida. Alguns estudiosos supõem que esse grupo foi que deu origem aos essênios; mas outros pensam que eles foram um movimento separado. Seja como for, eles compartilhavam de muitos elementos em comum com os essênios.

4. *Hipólito*. Ele foi um escritor cristão (170-230? D.C.). Em sua obra, *Refutação de Todas as Heresias*, ele comentou favoravelmente sobre o amor mútuo e sobre o excelente espírito comunitário dos essênios. Quase tudo quanto ele disse sobre os essênios tem paralelo nos escritos de Josefo e talvez, ele tenha dependido deste último. Todavia, ele diz que os essênios não admitiam mulheres em sua companhia. No entanto, adotavam meninos, com o propósito de treiná-los para se tornarem parte da comunidade. Os noviços tinham de vender suas propriedades, entregando o dinheiro à comunidade. Abstinham-se do uso do azeite e, portanto, da prática da unção. Consideravam a unção uma medida contaminadora. Os anciãos do grupo controlavam tudo e um estrito código de conduta era seguido. Opunham-se fortemente a juramentos e os desvios da ordem eram severamente punidos. Os iniciados eram submetidos a um período de provas de dois anos. Mas Josefo fala em três anos. Talvez isso variasse de grupo para grupo.

Josefo observou a importância que tinha o *sol*, nos rituais religiosos dos essênios. Em suas preces matinais, ao nascer do sol, eles imploravam pelo surgimento do mesmo (Josefo), embora Hipólito não tenha mencionado esse item. Alguns estudiosos têm concluído que a adoração ao sol fazia parte de seu culto, mas as evidências nesse sentido não são conclusivas.

Banhos Freqüentes. Várias fontes informativas confirmam seus banhos ritualistas freqüentes. Um corpo limpo simbolizava um espírito puro. Não sabemos dizer se eles conferiam qualquer valor sacramental a isso, ou se tudo não era simbólico.

III. Os Essênios e a Literatura

Os essênios tornaram-se famosos por seus estudos devotos dos documentos sagrados, que eram, antes de tudo, os livros do Antigo Testamento, embora eles tivessem rejeitado alguns princípios associados a esse documento. Eles rejeitavam também a escravatura, as unções com azeite e a guerra. Eram celibatários.

Rejeitavam os sacrifícios de animais. Como é evidente, tais idéias de modo algum foram extraídas do Antigo Testamento. Também sabemos que os essênios produziram a sua própria literatura sagrada e alguns supõem que vários dos livros pseudepígrafos foram escritos por eles, como os livros de Jubileus, Enoque e os Testamentos dos Doze Patriarcas. Pelo menos, é verdade que essas obras, além de outras, de natureza similar, foram encontradas entre os Manuscritos do Mar Morto. «Eles parecem ter tido o seu centro principal no mar Morto (Qumran) e é provável a conexão deles com os Manuscritos do Mar Morto». (C). Nesse caso, os documentos distintivos achados em Qumram, como o *Manual de Disciplina* e o *Comentário de Habacuque*, eram escritos essênios.

IV. Os Essênios, João Batista e Jesus

Alguns eruditos têm pensado que João Batista e Jesus tinham claras ligações com os essênios. Isso talvez explique a preferência de João e de Jesus pelo celibato, algo estranho à corrente principal do judaísmo. Paulo também pode ter sido influenciado por esse conceito, embora saibamos que ele era fariseu (que vede). A associação com os essênios também poderia explicar o espírito *separatista* do judaísmo, de João Batista e de Jesus, na promoção de um movimento de reforma. Contudo, esses pontos continuam sendo disputados pelos estudiosos. Jesus repelia fortemente os juramentos (Mat. 5:34 *ss*), isso poderia refletir uma influência de idéias essênias.

V. Comunidades Essênias

Josefo informa-nos que todos os essênios organizavam-se formando comunidades. Muitos continuavam vivendo em aldeias, juntamente com quem não era membro. Mas também havia várias colônias organizadas. Aparentemente, formaram as primeiras células do monasticismo organizado do mundo mediterrâneo. Suas principais colônias ficavam perto da extremidade norte do mar Morto, em redor de En-Gedi (sob a suposição de que aquele grupo era composto de essênios). Havia outras comunidades dessa seita espalhadas pela Palestina, que praticavam certo comunismo religioso administradas por oficiais eleitos, escolhidos dentre os anciãos. Alguns grupos permitiam o casamento de seus membros, mas quase todos os grupos excluíam a participação feminina. Alguns eram tão fortemente ascéticos que nem ao menos faziam suas necessidades nos sábados! Seria isso possível?

VI. A Teologia dos Essênios

Grande parte do que os essênios acreditavam já foi descrita — nas seções anteriores — deste artigo. Afastando-se do judaísmo comum, eles rejeitavam a guerra (pois eram pacifistas); demonstravam uma veneração especial pelo sol, embora não saibamos dizer até que ponto isso os conduzia. Eram comunistas religiosos. Proibiam juramentos. Se excluírmos essas coisas, contudo, suas crenças eram parecidas com as do judaísmo em geral. No entanto, eles eram um movimento restaurador exclusivista, que pensava que o antigo judaísmo apostatara, e que eles eram o verdadeiro Israel. Também é digno de menção o fato de que eles eram deterministas estritos (ver sobre o *Determinismo*). Eles criam na preexistência e imortalidade da alma, assumindo uma espécie de ponto de vista platônico-filônico sobre a alma. Também acreditavam na reencarnação (que vede). A alma, a princípio, habitava na pureza; mas então, ao unir-se com o corpo material, ficou *aprisionada*, e foi assim que a corrupção da alma teve início. Eles supunham que as almas boas iriam para a bem-aventurança, ao passo que as almas más seriam punidas eternamente. As influências religiosas a que estavam sujeitos, e que explicam em parte algumas de suas doutrinas e práticas, parecem ter vindo do judaísmo, especialmente do farisaísmo, do parseísmo, do paganismo sírio, do pitagoreanismo e do neoplatonismo.

Como uma seita distinta, os essênios desapareceram após a destruição de Jerusalém (ano 70 D.C.). Nunca são mencionados no Novo Testamento, embora haja alusões às suas crenças quanto ao celibato, aos juramentos e ao ascetismo. Ver Mat. 5:34 *ss*, 19:11,12 e Col. 2:8,18,23. A referência na epístola aos Colossenses, porém, quase certamente é ao *gnosticismo* (que vede). Ver também a bibliografia sobre os *Manuscritos do Mar Morto*. (AM B E HOW ID UN Z)

ESSENTIA

Provém do latim, **esse**, «ser». Equivale ao grego, **ousia**. Essa palavra designa aquilo que constitui a natureza real de alguma coisa, em contraste com os seus meros acidentes. Alguns filósofos utilizaram-se da palavra em contradistinção à existência, para indicar aquilo que uma coisa é. *Essentia* e *essência* são a mesma coisa (uma é a forma latina, e a outra, a forma portuguesa). Oferecemos um artigo detalhado sobre *Essência*.

ESTABELECIMENTOS COMUNISTAS

Ver o artigo sobre o **Comunismo**, sexto ponto. O **Comunismo e a Igreja**. a. A experiência de Jerusalém; e b. Estabelecimentos religiosos comunistas.

ESTÁBULO

Ver **Terras de Pastagem**.

ESTACA

No hebraico, **yathed**, «estaca», «cavilha». Essa palavra aparece por oito vezes no Antigo Testamento, como em Êxo. 27:19; Juí. 4:21,22; Isa. 33:20; 54:2. Uma estaca era enfiada no chão, para segurar, por exemplo, uma tenda. As estacas antigas eram feitas de madeira, de bronze, de prata ou de ferro.

ESTAÇÕES DA CRUZ

Uma expressão alternativa é «caminho da cruz». Trata-se de uma devoção tipicamente católica romana, trazendo à memória a jornada curta de Jesus, desde a residência de Pilatos até o Calvário. Esse rito teve começo formal no catolicismo romano, em cerca de 1350 D.C. Consiste em catorze quadros que retratam as fases da paixão de Cristo, com acontecimentos específicos que tiveram lugar durante aquele trajeto até à cruz. As estações da cruz são gravuras arrumadas nas paredes interiores dos templos católicos romanos, requerendo uma bênção especial, antes da obtenção de alguma indulgência fixada (ver sobre *Indulgência*).

As Catorze Estações da Cruz: 1. Jesus é condenado, 2. A cruz é posta sobre seus ombros. 3. Ele cai sob o peso do madeiro. 4. Encontra-se com sua mãe, Maria. 5. Simão, o cireneu, carrega a cruz de Jesus. 6. Verônica enxuga o rosto de Jesus com seu véu. 7. Jesus cai pela segunda vez. 8. Jesus consola às mulheres de Jerusalém. 9. Jesus cai pela terceira vez. 10. Jesus é desnudado. 11. Jesus é pregado na cruz. 12. Jesus morre na cruz. 13. Jesus é tirado da cruz e posto nos braços de Maria. 14. Jesus é sepultado.

ESTAÇÕES DO ANO

As quatro estações do ano, em hebraico e em grego, chamam-se, respectivamente: Verão = *qayits, théros*; essa estação envolvia o que hoje chamaríamos de primavera/verão. Inverno = *choreph, cheimón*; essa estação envolvia o que hoje chamaríamos de outono/inverno. Mas essas são apenas as palavras principais para indicar as estações, pois havia outros termos com este sentido, todos eles, de *tempo fixo*.

Tal como todas as demais sociedades que se acham em um nível cultural comparável a eles, os israelitas tinham forte senso sob as estações do ano, e da importância das mesmas para a vida humana. Na Palestina, havia basicamente apenas duas estações anuais: a estação seca, que era quente; e a estação chuvosa, que era fria ou fresca. A incidência dessas duas estações fundamentais determinava o planejamento de qualquer comunidade agrícola do mundo; — mas Israel tinha uma consciência especial das estações como uma evidência direta da supervisão divina sobre os acontecimentos do mundo, com base na promessa feita por Deus, em Gênesis 8:22, bem como na advertência explícita de Levítico 26:3,4 (cf. Deu. 11:13,14). O regime irregular das chuvas, na Palestina (ver sobre *Chuvas*), conferia ao povo de Israel o senso de dependência a Deus, quanto ao dom da boa colheita.

Por ocasião do êxodo, ficou resolvido que Israel contaria os seus meses a partir do mês em que era celebrada a páscoa. Assim o 1º mês do ano teve início. Ver Êxo. 12:2. Todas as outras datas fixas foram feitas a partir desse ponto inicial, como, por exemplo, as três ocasiões do ano nas quais todos os homens de Israel tinham de reunir-se em Jerusalém para celebrar as grandes festividades religiosas da nação. Entretanto, depois que os israelitas se estabeleceram na Terra Prometida, tornando-se mais agricultores do que pastores, o ritmo do ano agrícola se impôs, e as festas religiosas passaram a ter uma nova significação, como assinaladoras das estações do ano.

Agriculturamente falando, o ano começava, para os israelitas, com as «primeiras» chuvas do nosso mês de outubro, quando o solo, queimado pelo sol, tornava-se suficientemente arável, capaz de receber a semente. As plantações desenvolviam-se ao longo da estação chuvosa, e, na época do ano correspondente ao nosso mês de abril, começavam as colheitas, com a safra da cevada. Mas era no mês de junho que ocorria a colheita principal, seguida pela colheita da uva e das azeitonas. O ciclo agrícola só vinha a terminar nos fins de setembro ou começo de outubro.

As festividades religiosas do povo de Israel marcavam a progressão dessas estações do ano. A páscoa ocorria por ocasião da colheita das primícias, em nosso mês de abril; a festa das Semanas coincidia com a colheita principal, a do trigo, envolvendo pães para sublinhar essa conexão; a festa dos Tabernáculos assinalava a «colheita terminada», bem como o início de um novo ano agrícola. O estudioso Baly vê, na água derramada por ocasião da festa dos Tabernáculos, uma forma de símbolo da «desesperadora necessidade de chuvas», quando os agricultores de Israel davam início aos labores próprios de uma nova estação do ano. Ver sobre *Calendário*.

Dissemos acima que os israelitas só conheciam duas estações reais, a estação seca, ou verão, e a estação chuvosa, ou inverno. Isso ocorria por causa das condições climáticas que imperavam na Palestina, o que também sucedia na Babilônia. No entanto, devido a outras condições de clima, os egípcios dividiam o ano em três estações de quatro meses cada uma, denominadas, respectivamente, Água, Crescimento e Colheita, dependentes do regime de enchentes e secas do rio Nilo. Interessante é observar que, no caso dos israelitas, embora eles tivessem, para todos os efeitos práticos, apenas duas estações anuais, segundo se vê no Talmude, eles não desconheciam a existência de quatro estações anuais, com base nos equinócios e solstícios. Talvez isso só se tenha estabelecido em tempos posteriores, conforme se nota, por exemplo, na Regra de Qumran: tempo da colheita; tempo dos frutos de verão; tempo de semear; e tempo de brotar. Isso também transparece no zodíaco da sinagoga de Bete-Alfa, onde há representações das quatro estações: Nisã (tempo da colheita, primavera), Tamuz (tempo de calor, verão), Tisri (tempo de semear, outono) e Tebete (tempo de frio, inverno). Essas estações, pois, adquiriram nome com base nos nomes dos meses em que caía o equinócio ou o solstício, o que prova que tal divisão não fora originalmente criada pelos israelitas, mas tinha origem estrangeira, provavelmente derivada dos costumes babilônicos.

ESTADO

Ver o artigo separado sobre **Governo, Instituição de Deus**, que inclui comentários sobre a responsabilidade que o crente tem de obedecer às leis de seu país. Quanto à relação entre a Igreja e o Estado, historica e teoricamente, ver o artigo intitulado a *Igreja e o Estado*. O Novo Testamento descreve o Estado como um instrumento de Deus, para produzir certa medida de justiça e de ordem na sociedade humana; razão pela qual o Estado deve ser obedecido e respeitado. Nosso artigo sobre o *Governo* aborda essa questão, incluindo os abusos que podem ocorrer. Aos crentes é ordenado que orem pelos reis e pelas demais autoridades, a fim de que possam desincumbir-se das tarefas que lhes têm sido dadas por Deus, e para que os crentes possam viver de modo pacífico e cheio de propósito (I Tim. 2:2). Jesus distinguiu as esferas da fé religiosa e do Estado, ordenando diligência em ambas (Mat. 22:15-22). Um homem, como é óbvio, precisa atuar em ambas essas esferas. A mais elevada autoridade, entretanto, é aquela do espírito; e, quando surgem conflitos, então as questões espirituais tomam a precedência. Ver Atos 4:5-7; 5:21,29. Ver também sobre *Filosofia Política*.

Definições Filosóficas:

A palavra latina que deu origem a «estado» é *status*, «posição», «o ficar de pé». O Estado é uma entidade coletiva de seres humanos, que vivem dentro de um certo território e com uma certa identificação. É uma organização política com poderes soberanos. É possível que o vocábulo se tenha derivado do termo feudal, *estates*, que indicava, na verdade, pequenos estados. Alguns pensam que «estado» é sinônimo de «sociedade», mas outros discordam disso. Isso é discutido no artigo *Sociedade*.

1. *Platão* definia o Estado como uma entidade que consistia em três classes: os governantes (equivalentes à mente), os militares (com funções vitais de proteção) e os artesãos (trabalhadores, porção material). Os Estados seguem à sucessão dos governos, que podem acompanhar modelos aristocráticos, democráticos, oligárquicos, timocráticos ou tirânicos. Ele pensava que o comunismo (não da variedade moderna, naturalmente) era o tipo de governo ideal para a elite da sociedade, que deveria governar os demais, que não são capazes de participar de todas as coisas.

2. *Aristóteles* opinava que o Estado é uma criação da natureza. Um homem não poderia permanecer isolado, devendo atuar como parte de um Estado, emprestando ao mesmo a sua virtude particular. Ele pensava que a monarquia, a aristocracia e o governo constitucional são as melhores formas de governo. Mas essas formas poderiam degenerar, transformando-se, respectivamente, em tirania, oligarquia e democracia.

3. *Hobbes* concebia o Estado como um *animal artificial*, que chega ao poder através dos artifícios e poderes humanos, transformando-se em uma divindade moral. Ele dividia as formas de governo, em monarquia, aristocracia e democracia.

4. *Rousseau* dizia que o Estado é uma *pessoa pública* e uma *pessoa moral*. A sua vida seria criada pelo agregado unificado de seus membros. Ele favorecia a democracia como a melhor expressão política dos homens.

5. *Kant* pensava que a lei universal é a realização ideal para o Estado; e, dessa forma, como um passo final, deveria surgir uma união universal dos Estados, uma espécie de congresso permanente de nações.

6. *Hegel*, por sua vez, pensava que o Estado é a marcha de Deus entre os homens, o divino na terra, uma expressão do Espírito Absoluto, que combinaria o individual com o coletivo, dentro de um Estado ideal. Seria um organismo vivo, pois o espírito seria o poder por detrás de todas as coisas.

7. *Bentham* opinava que o Estado é o mero agregado de indivíduos, e que o interesse público (utilitarismo) deveria ser o guia em todas as coisas. O prazer, e a eliminação da dor deveriam ser os padrões a serem seguidos.

8. *J.S. Mill* seguia a Bentham, mas procurava impor, como padrão, o máximo de liberdade individual, estabelecida por uma democracia representativa.

9. *Marx* acreditava que o próprio Estado pode desaparecer totalmente, uma vez que sejam eliminadas as diferenças de classes. O resultado seria um comunismo utópico. De acordo com essa posição, os Estados comunistas atuais ainda estão longe de chegar a esse ideal, porquanto estão mais arraigados do que nunca.

10. *Giovanni Gentile* (e o fascismo) pensava no Estado como uma exteriorização do Espírito Absoluto (seguindo Hegel). Um discípulo seu, Ugo Spirito, traçou uma teoria política em consonância com esses princípios. Ver sobre o *Fascismo*. Sobre cada um desses filósofos oferecemos um artigo separado.

11. O *Estado teocrático*, como o do antigo Israel e como aquele tipo de governo que imperou, em termos, em alguns períodos da Europa medieval, quando a Igreja Católica Romana era muito forte, consiste na injeção de conceitos bíblicos e religiosos em todas as questões civis. Na época medieval, o Estado tornou-se como que um servo da Igreja e uma de suas expressões. João Calvino conseguiu estabelecer um Estado teocrático em Genebra, na Suíça, que terminou dando lugar a muitos abusos. O governo teocrático autêntico será estabelecido somente quando do governo milenar do Senhor Jesus, em decorrência da *parousia* (que vede). Antes disso, não há qualquer provisão divina e bíblica para ingerências cristãs nos sistemas governamentais. Todos os que tentaram fazer isso, no passado, ou que o têm tentado no presente, têm-no feito por sua própria conta e risco, sem o respaldo da Palavra de Deus. «Dai, pois, a César o que é de César; e a Deus o que é de Deus» (Mat. 22:21).

ESTADO DO BEM-ESTAR (SOCIALISTA)

É difícil traduzir a expressão inglesa **Welfare State** que está por detrás do título em português, deste verbete. Torna-se mister uma explicação. Um governo assim é aquele que se incumbe de prover a máxima segurança para seus cidadãos mediante o estabelecimento de instituições de assistência pública, de medicina socializada, de fundos liberais trabalhistas. Muitas funções, que antes cabiam a organizações privadas religiosas e filantrópicas, são adotadas por esse tipo de governo. Tal tipo de governo, pois, assumiu maiores responsabilidades no campo do ***bem-estar social*** de seus cidadãos, mediante programas sociais que incluem provisões de saúde pública e de assistência aos desempregados.

Na história recente, há governos que estão assumindo responsabilidades que antes ficavam com organizações religiosas e voluntárias. Desde a antiga sociedade romana já havia sociedades voluntárias que procuravam atender a certas necessidades humanas. Depois de 313 D.C., quando a Igreja cristã começou a tomar vulto na vida do império, essas responsabilidades passaram a fazer parte das atividades cristãs. Na era medieval, a Igreja Católica Romana foi um poderoso agente de caridade de todas as modalidades, conforme continua a sê-lo até hoje. E precisamos dar o devido crédito a essas atividades. Como exemplo disso, ver o artigo sobre *Isabel, Santa*.

Nos tempos modernos, em cerca de 1880, o chanceler da Alemanha, príncipe Otto, mostrou-se pioneiro de um abrangente esquema de segurança social, a fim de proteger os operários dos acidentes, das enfermidades e dos percalços da idade avançada. Grandes empresas industriais, como a Farben, na Alemanha, ou a Ford, nos Estados Unidos da América do Norte, foram pioneiras em extensos benefícios conferidos aos trabalhadores, criando programas de assistência social como parte integrante das atividades industriais.

A Grande Depressão da década de 1930 inspirou os governantes a envolverem-se em serviços sociais e em programas trabalhistas. Os governos começaram a garantir pensões, ausências por motivo de enfermidade e benefícios aos desempregados, como parte da legislação de vários países. No Brasil, Getúlio Vargas, apesar de ter sido um ditador moderado, foi um dos pioneiros quanto a essas questões. Foi ele quem instituiu o salário mínimo, — que garantia para os trabalhadores essencialmente não especializados um mínimo de ganho mensal. Mas, como já seria de esperar, em todos os países essas medidas têm dado lugar a muitas fraudes e a muitas despesas desnecessárias ou mal-empregadas, por parte dos governos, agravando tremendamente a dívida pública. Para exemplificar, nos Estados Unidos da América do Norte, muitas pessoas não trabalham simplesmente porque podem arrancar mais do governo não trabalhando do que se ocupando em algum emprego. Isso tem criado uma escandalosa preguiça nacional. A princípio, várias denominações cristãs tendiam por opor-se a esquemas de assistência social, por conduzirem à inatividade e por sugerirem o comunismo. Isso levou à acusação, algumas vezes justificada, de que os evangélicos ocupavam-se apenas com o evangelismo, olvidando as obras de caridade.

A maioria dos governos democráticos de nossos dias adicionaram provisões, regulamentadas por lei, que nos envolvem em conceitos socializantes. As igrejas cristãs terminaram por reconhecer a necessidade desse tipo de atividade, ao mesmo tempo em que continuam a lamentar os abusos que o sistema

favorece. Ver o artigo separado sobre *Movimentos Sociais Cristãos*, quanto a uma visão de como a própria Igreja cristã se tem envolvido em atividades de cunho social. A chamada *Teologia da Libertação* (que vede) empresta às atividades sociais o papel proeminente nas atividades religiosas, esquecendo-se da verdadeira função da Igreja, de cuidar das almas, e não dos corpos. Os apóstolos, ao enfrentarem um problema parecido, não se descuidaram dos cuidados materiais com os irmãos, mas não ao ponto de se esquecerem de suas verdadeiras funções. Disseram os apóstolos: «Não é razoável que nós abandonemos a palavra de Deus para servir às mesas. Mas, irmãos, escolhei dentre vós sete homens de boa reputação, cheios do Espírito e de sabedoria, aos quais encarregaremos deste serviço...» (Atos 6:2,3). A Teologia da Libertação, ao que parece, pretende transformar em diáconos a todos os ministros do evangelho. Os apóstolos não concordariam com isso. A ênfase social da Igreja de Cristo sempre deve ser subalterna à sua ênfase evangelizadora.

ESTADO INTERMEDIÁRIO

Esboço:

1. Definição
2. Caracterização Geral
3. O Estado Intermediário em Relação a Cristo: a Descida ao Hades
4. Idéias Variadas na Igreja Cristã:
   a. Entre os Adventistas
   b. Finalidade Imediata
   c. Nas Igrejas Oriental, Luterana e Anglicana
   d. Na Igreja Ocidental
   e. O Verdadeiro Purgatório: O Juízo Remedial
   f. A Restauração
   g. O Presente Estado dos Crentes
   h. A Reencarnação

1. Definição. O estado intermediário é um determinado período de tempo durante o qual a alma já saiu desta vida e do seu corpo físico, mas ainda não chegou ao seu verdadeiro destino, no mundo dos espíritos, ou no estado eterno. A expressão «estado intermediário» é empregada de vários modos, com diversas conexões diferentes, no cristianismo e em outras fés religiosas. No tocante a Cristo, a expressão é usada para indicar aquele espaço de tempo entre a sua morte e a sua ressurreição, o que é discutido no terceiro ponto deste artigo. Além disso, a expressão é empregada para referir-se à condição dos homens, após a morte biológica, mas antes da ressurreição e do julgamento final. O cristianismo emprega a expressão nesses dois últimos sentidos, acerca de Cristo e da alma humana. Mas, os pontos abaixo ilustram a existência de grande variedade de outros pontos de vista a respeito.

2. Caracterização Geral. Em linhas gerais, no que tange às grandes fés religiosas, podemos dizer que a expressão indica aquele estado que fica entre a morte física e o julgamento final. O zoroastrismo, a fé hebréia posterior, o estoicismo, o cristianismo e o islamismo (ver os artigos a respeito) têm idéias próprias a esse respeito, como também o fazem as religiões orientais de modo geral. A doutrina continua existindo mesmo quando há uma cuidadosa formulação de idéias concernentes ao juízo final e às recompensas finais. Autores farisaicos e apocalípticos (livros pseudepígrafos) desenvolveram doutrinas alusivas ao estado intermediário, completas com céus e infernos, reencarnações e orações pelos mortos. O cristianismo herdou alguns desses conceitos e, durante a Idade Média, os mesmos encontraram uma forma de expressão na doutrina do *purgatório* (que vede). Os grupos protestantes, ansiosos por evitar tal doutrina, têm tendido a negar a noção do estado intermediário, supondo apenas que o estado que já é ruim para as almas perdidas, tornar-se-á péssimo, quando o hades for lançado no lago do fogo.

3. O Estado Intermediário em Relação a Cristo: a Descida ao Hades. A falta de maiores conhecimentos, por parte de alguns intérpretes evangélicos, leva-os à suposição de que os trechos de Efésios 4:8-10 e I Pedro 3:18 — 4:6 são apenas passagens isoladas que podem falar ou não de alguma descida real de Cristo ao hades, para realizar ali uma missão misericordiosa, ou alguma outra missão indefinida. Digo acima falta de maiores conhecimentos porque aqueles que estão familiarizados com os escritos pseudepígrafos do Novo Testamento, com os escritos gregos e com os escritos apócrifos pós-neotestamentários, sabem que o relato sobre descidas ao hades, por parte de profetas e outros, é uma constante da fé religiosa. Por conseguinte, nada há de incomum e isolado nas poucas referências do Novo Testamento a essa idéia. O que é isolado é o conhecimento de um homem quando ele leva em conta somente a Bíblia em sua forma canonizada, não se familiarizando com a tradição inteira da literatura religiosa que circunda o desenvolvimento do cânon e da Bíblia. Além disso, o relato da descida de Cristo ao hades não é difícil de interpretar, exceto para aqueles que temem sacrificar sua doutrina fixa do eterno julgamento em chamas literais. O trecho de I Pedro 4:6 mostra claramente que o propósito da descida de Cristo ao hades foi oferecer a vida espiritual àqueles que antes foram desobedientes. Diz o apóstolo: «...pois, para este fim foi o evangelho pregado também a mortos, para que, mesmo julgados na carne segundo os homens, vivam no espírito segundo Deus». Ver os comentários (*in loc.*) no NTI. Esse versículo ensina claramente que o evangelho foi pregado no hades. Temos ali uma fase da esperança da salvação para a humanidade, e não o fim de toda esperança. As *experiências perto da morte* (que vede) também ilustram que as almas no hades estão sujeitas à obra missionária, e Clemente de Alexandria proclamou essa verdade, com base precisamente no trecho de I Pedro 3:18 — 4:6, há muitos séculos atrás.

Naturalmente, há muitas e até contraditórias interpretações sobre a descida de Cristo ao hades. Provemos um longo e detalhado artigo sobre o assunto, sob o título *Descida de Cristo ao Hades*. Basta dizer que muitos, entre os primeiros pais da Igreja, ou até hoje, nas igrejas Oriental, Luterana e Anglicana, têm visto a grande importância desse texto. A Igreja Ocidental (e seus descendentes históricos, os protestantes, que vieram do catolicismo romano, e não da ortodoxia oriental) é que não tem visto qualquer benefício para a humanidade na descida de Cristo ao hades, ou que tem negado que isso realmente sucedeu. Isso é especialmente lamentável, porquanto a descida de Cristo ao hades possibilitou o ministério universal de Cristo, tendo tido o mesmo propósito que a sua ascensão, isto é, fazer Cristo ser tudo para todos, ou, em outras palavras, *preencher todas as coisas* (Efé. 4:10). É entristecedor que muitos crentes enfatizem o ministério terreno e celestial de Cristo, mas deixem inteiramente esquecido o seu ministério no hades, o que possibilitou o seu poder e a sua benevolência universais. Esses *temem* o que Cristo pode ter feito em favor dos perdidos, no próprio hades. Mas, assim

fazendo, eles têm limitado o escopo da missão de Cristo e o poder do seu evangelho, o que, por certo, é uma questão séria. Apegam-se rigidamente ao frio ponto de vista do resultado final da missão de Cristo e dão a vitória ao diabo, e não a Deus, no tocante à conquista das almas que vão para o hades. Contendem zelosamente pela sua posição sobre o juízo, que deixa os homens no centro da tempestade da ira de Deus, recusando-se a ver que há outros trechos do Novo Testamento que ultrapassam para além dessa idéia.

4. Idéias Variadas na Igreja Cristã:

a. *Entre os Adventistas.* Eles concebem um estado intermediário que consiste em um estado de inconsciência. Chamam a isso de «sono da alma». Não acreditam na imortalidade da alma, supondo que a alma é devolvida à vida, somente para ser destruída de novo, após a ressurreição, se for condenada. Essa idéia retrocede até à mais antiga teologia hebraica, quando ainda não se falava sobre a imortalidade da alma. As leis morais do Pentateuco não se alicerçam sobre qualquer doutrina de recompensas ou castigos, para além da morte biológica. O judaísmo posterior (refletido no livro de Salmos e nos profetas) adicionou as doutrinas da imortalidade da alma e da ressurreição do corpo. No entanto, podemos examinar trechos bíblicos como a história do rico e de Lázaro (Lucas 16), além de Fil. 1:23 e II Cor. 5:1 *ss* , como textos de prova que mostram a falsidade da doutrina do «sono da alma». Ver também Apo. 6:9 *ss*. O judaísmo helenista, como um todo (embora não cada intérprete em particular), abandonou a idéia da inconsciência ou da semiconsciência, após a morte física. Essa doutrina não pode ser defendida nas páginas do Novo Testamento.

b. *Finalidade Imediata.* Alguns estudiosos defendem a idéia de que a alma entra em sua condição final imediatamente após a morte física. O trecho de Hebreus 9:27 é geralmente usado como texto de prova dessa idéia. Mas esse texto fala em termos muito gerais, em grandes lances, sem entrar em detalhes. Esses estudiosos não levam em conta o fato de que o lançamento do hades no lago de fogo constituirá uma tremenda modificação nas condições dos perdidos, e nem pensam que o hades seja um lugar onde possa haver alguma esperança de escape.

c. *Nas Igrejas Oriental, Luterana e Anglicana.* Essas igrejas têm percebido graus variegados de benefício na descida de Cristo ao hades. Elas supõem que os perdidos acham-se em tormentos conscientes, em diferentes graus de intensidade, mas que a missão de Cristo no hades pode e de fato tem vários efeitos sobre esta condição. Alguns estudiosos pensam que a condição dos perdidos pode ser melhorada, mas não que eles possam ser salvos mediante a missão de Cristo. No entanto, quase todos os pais da Igreja supunham que a missão de Cristo no hades foi um oferecimento genuíno de plena salvação. Certamente, I Ped. 4:6 sugere uma oferta de *salvação*. Alguns limitam a oferta de salvação no hades somente àqueles que lá estavam, nos tempos do Antigo Testamento, antes da pregação do evangelho. Mas a maioria pensa que as aplicações da missão misericordiosa de Deus continuam. Quanto à natureza exata do sofrimento dos perdidos (temporários), há uma grande variedade de posições, desde as torturas em chamas de fogo literais, até tormentos mentais. Outros estudiosos vêem o hades não como um só nível de castigo, mas como muitos níveis de existência espiritual, supondo que os melhores lugares até se caracterizam por lugares de relativo propósito e bondade, ao passo que os piores lugares do hades são autênticos infernos. A própria Bíblia fornece pouca informação a esse respeito, dando margem a várias especulações. Além disso, dispomos de algumas informações válidas que nos chegam do mundo intermediário, conferindo-nos algumas indicações do que deve estar ocorrendo ali.

d. *Na Igreja Ocidental.* Essa nunca deixou muita esperança para os perdidos, em sua doutrina sobre os condenados, ao pregar sua doutrina de uma única vida, com um julgamento fixado para imediatamente depois da morte física. Quanto aos fiéis que morrem em estado de graça, mas que têm pecados e omissões a serem pagos, a Igreja Católica Romana ofereceu sua doutrina do *purgatório* (que vede). Os grupos protestantes (derivados da Igreja Ocidental, e não da Oriental) eliminaram a doutrina do purgatório, com base em sua falta de apoio escriturístico, mas retiveram a limitada visão do julgamento pregada pela Igreja Ocidental, sem reconhecerem que essa posição foi desenvolvida pelos escritos pseudepígrafos, entre o Antigo e o Novo Testamentos, e que certas porções do Novo Testamento ultrapassam essa visão limitada.

e. *O Verdadeiro Purgatório: o Juízo Remedial.* O relato da descida de Cristo ao hades e textos como o de Efésios 1:9,10, que falam sobre a restauração final, dão-nos razão para crer que o juízo, conforme o mesmo atualmente existe, é um espécie de purgatório. O trecho de I Pedro 4:6 tem aspectos purgatoriais. Os homens pagam suas dívidas; a retribuição é inevitável; mas o julgamento também tem um aspecto remedial. Não é popular, entre os evangélicos, falar em *purgatório*, porque isso reflete um dos piores abusos católicos romanos, mormente pouco antes da Reforma Protestante, que se rebelou, entre outras coisas, contra a vergonhosa venda de indulgências, a fim de supostamente livrar as almas retidas no purgatório, a peso de moedas. Porém, um julgamento remedial necessariamente envolve o conceito de *expurgo*, contido na palavra purgatório. Entretanto, o verdadeiro expurgo é para a *humanidade inteira*, e não para fieis que morrem com alguns problemas espirituais não resolvidos. Orígenes afirmava que falar no julgamento *apenas* em termos de retribuição é condescender diante de uma teologia inferior. As evidências colhidas nas experiências perto da morte (que vede) consubstanciam a realidade do aspecto remedial do julgamento divino. Esse juízo é um meio de tornar eficaz o amor de Deus, em certos casos. A ira de Deus é uma subcategoria do seu amor. Isso está envolvido nas boas novas que Cristo trouxe para os homens.

f. *A Restauração.* O estado intermediário, que se prolonga desde a morte física até à ressurreição, faz-nos participar do ato restaurador de Deus, que fruirá plenamente já no estado eterno. Ver Efé. 1:9,10 e o artigo desta enciclopédia intitulado *Restauração*.

g. *O Presente Estado dos Crentes.* O trecho de Filipenses 1:23 mostra que as almas salvas, desencarnadas, estão com Cristo, em certo sentido. Os mundos celestiais consistem em muitos níveis de existência (João 14:2). A Casa Celeste do Senhor conta com muitas moradas (esferas); e, estar alguém em qualquer delas, é estar com Cristo, o que não significa, necessariamente, que alguém já tenha entrado diretamente na presença de Deus. Seja como for, quem ali chegou ultrapassou a qualquer mundo inferior interino; mas, nem por isso, já atingiu o seu estado final. Isso só ocorrerá após a ressurreição, com os vários estágios de glorificação que a ressurreição precipitará, por toda a eternidade. A passagem de II Coríntios 3:18 antecipa que as almas remidas passam

por muitos estágios de glória, e isso por toda a eternidade, porquanto a glorificação é um processo eterno, e não um único e fugaz acontecimento. A glorificação haverá de levar-nos à participação na própria natureza divina (Col. 2:10), na *plenitude de Deus*. O presente estado desincorporado dos crentes que morreram faz parte disso. Mas, algum dia, essas almas serão «revestidas» (II Cor. 5:4). E então a mortalidade será absorvida pela imortalidade.

h. *A Reencarnação*. O Novo Testamento reconhece a realidade da reencarnação quanto a casos especialíssimos. Portanto, ao menos nesses casos especiais, o estado intermediário envolve o retorno ao estado incorporado. Alguns cristãos (embora não sistemas cristãos) supõem que isso é uma regra geral, e não uma regra que se aplique somente a alguns poucos. Ver o artigo sobre a *Reencarnação*, quanto a todas as teorias atinentes. Essa idéia, como é óbvio, está envolvida na questão do estado intermediário.

A nossa tendência é falar demais sobre coisas que conhecemos muito pouco. O mundo intermediário, sem dúvida, reserva muitas surpresas para nós; e, mais ainda, no que tange ao estado eterno. O nosso conhecimento sobre essas coisas é extremamente fragmentar. Ver o artigo separado intitulado *Escatologia*. (B E NTI UN Z)

ESTADOS PAPAIS

Esse título designa o território, principalmente na Itália, governado pelos papas. Os estudiosos discordam quando se trata de atribuir limites geográficos aos estados papais, visto que diferentes papas seguiram políticas radicalmente diversas na Itália, na Ásia Menor e na Europa em geral. O governo teocrático papal desenvolveu-se em resultado da desintegração do império romano. Em face das invasões dos chamados povos «bárbaros» e do caos civil que se estabeleceu, os papas assumiram tanto uma autoridade temporal quanto uma autoridade espiritual. A pressão constante, exercida pelos lombardos, forçou o papado a buscar ajuda e terras da parte dos francos. O rei Pepino fez concessões de terras ao papado, em 754 D.C., e o direito de posse foi confirmado por Carlos Magno, em 774. Esse território, em adição ao chamado Patrimônio de São Pedro «terras doadas, desde a antiguidade, à igreja de Roma», e em adição aos territórios que haviam sido doados à Igreja após a Paz de Constantino, no século IV D.C., formavam o núcleo dos domínios papais. Esses territórios foram sendo expandidos até incluir terras em Ravena, Pentápolis e Romanha. Os fundos recolhidos com base nessas terras adicionaram poder, e a Igreja assumiu aspectos de uma potência secular qualquer. No século XVI, os territórios papais não somente existiam nos citados lugares, mas também incluíam Ancona, os ducados de Parma, Espoleto, Castro e porções das províncias de Bolonha, Perúgia e Orvieto. Essas áreas abarcavam cerca de 44 mil quilômetros quadrados, com três milhões de habitantes. Porém, a história subseqüente foi provocando uma gradual erosão dessas possessões, e a maioria delas retornou ao governo secular. Em 1860, a Itália anexou Romanha, Ancona e Úmbria, deixando o papa somente com a cidade de Roma e a província do Lácio. Dez anos mais tarde, o rei Victor Emanuel tomou a cidade de Roma e eliminou perpetuamente os estados papais. A partir de então, a soberania pessoal do papa e seu direito de manter representações diplomáticas substituíram os seus poderes temporais.

Em 1929, o Tratado Luterano, assinado na Itália, reconhece no papa tanto um governante temporal quanto um governante espiritual na cidade do Vaticano. Essa área tem menos de 2,5 km(2), onde estão contidos o palácio do Vaticano e os seus anexos, jardins e a basílica de São Pedro. Essa pequena área dificilmente pode ser tida como a restauração dos anteriores estados papais. O papa Pio XI expressou a sua satisfação diante do fato histórico que os vastos territórios, antes pertencentes à Igreja, lhe tivessem sido tirados, a fim de que o papa pudesse dedicar-se mais aos seus deveres espirituais. As rendas papais atualmente são providas pela pequena taxa de Pedro, a oferta anual feita pelos católicos romanos do mundo inteiro. Esses fundos são administrados pela comissão dos cardeais, satisfazendo às necessidades da Santa Sé.

ESTÁGIOS DA INQUIRIÇÃO ESPIRITUAL

Ver Vitória Espiritual; Estágios da Inquirição Espiritual.

ESTÁ ESCRITO

As palavras **está escrito** formam uma frase constantemente usada por Paulo nas suas epístolas para *vincular* a sua mensagem a muitos aspectos importantes do A.T. Assim sendo, vemos que esse apóstolo defendia a idéia da continuação da mensagem do antigo pacto na revelação do N.T., o que é um conceito comum entre os escritores neotestamentários. Isso subentende, naturalmente, que o *Messias*, prometido nas páginas do A.T., é o Senhor Jesus do N.T. No NTI, em João 7:45 há um sumário da primitiva apologia cristã acerca do caráter messiânico de Jesus.

Ver também o artigo *Profecias Messiânicas Cumpridas por Jesus*. O uso da expressão *está escrito*, nas escrituras de Paulo, tem estas razões específicas.

1. A fim de que suas declarações se tornassem mais autoritárias .

2. A fim de mostrar que não estava esposando qualquer doutrina nova, mas antes, expunha, o tempo todo, aquilo que as *Escrituras* do A.T. propuseram ou anteciparam.

3. Paulo mostrou, diretamente, a conexão entre a revelação judaica, do A.T., com a revelação cristã, no N.T.

Algumas referências que contêm a expressão: Rom. 1:17; 2:24; 3:4,10; 4:17,23; 8:36; 9:13,33; 10:5; 11:8,26; 12:19; 14:11; 15:3,9,21; I Cor. 1:19,31; 2:9; 3:19; 4:6; 9:9,10; 10:7,11; 14:21; 15:45,54; II Cor. 8:15; 9:9; Gál. 3:10,13; 4:27.

ESTAGNAÇÃO DOS DOGMAS

Temos coragem bastante para não aceitar meias verdades?

Somos suficientemente inteligentes para ver que não conhecemos a verdade toda?

1. O dogma faz estagnar. Mas os dogmas são de tal maneira honrados, durante certo período de tempo, que se faz mister um autêntico pioneiro para que sejam abertas novas avenidas de pensamento e experiência.

2. Os pioneiros sempre são chamados de hereges, e quase sempre sofrem perseguições, de uma maneira ou de outra, mesmo através da rejeição do grupo que se forma em torno deles. Nem Jesus e nem Paulo foram aceitos pela vasta maioria de seus contemporâneos.

3. Toda nova verdade parece contradizer os antigos dogmas. Sempre será mais fácil ficarmos com o que é mais antigo. Sempre será mais fácil desfrutar dos frutos dos avanços anteriores do que se aventurar em fazer novos avanços.

«Se alguém dirigir sua atenção para as novidades do pensamento, durante o seu próprio período de vida, poderá observar que quase todas as idéias realmente novas têm um certo aspecto de insensatez, quando são apresentadas pela primeira vez». (Alfred North Whitehead).

4. *Denominações* se formam para sistematizar interpretações favoritas, e conseqüentemente, se representam como os próprios depósitos da verdade e ficam em hostilidade contra outros «depósitos». Tudo isto emana do orgulho humano.

5. Os sistemas recusam considerar a importância dos conceitos de *Paradoxo* (que vide) e *Polaridade* (que vide), porque a verdade de Deus é freqüentemente além das categorias racionais da mente humana.

ESTANDARTE

Quatro palavras hebraicas diferentes devem ser examinadas quanto a este verbete, a saber:

1. *Degel*, «bandeira», «pendão». Essa palavra hebraica ocorre por treze vezes: Núm. 1:52; 2:2,3,10,17,18,25,31,34; 10:14,22,25; 10:18 e Can. 2:4.

2. *Nus*, «fazer fugir», «impelir». Essa palavra é de ocorrência comum no Antigo Testamento, nada tendo a ver com a idéia de «estandarte» ou «bandeira». No entanto, algumas versões dão essa impressão, em Isaías 59:19. Mas nossa versão portuguesa corretamente diz, nessa passagem: «...pois virá (a glória do Senhor) como torrente impetuosa, impelida pelo Espírito do Senhor». Traduzir essa palavra hebraica por qualquer coisa que dê a idéia de «estandarte» é erro crasso de tradução.

3. *Nes*, «bandeira», «vela». Palavra hebraica que foi utilizada por vinte vezes, como, por exemplo, em Isa. 49:22; 62:10; Jer. 4:6,21; 50:2; 51:12,27. É possível que a semelhança entre essa palavra e a de número dois, *nus*, tenha feito alguns tradutores traduzirem esta última por «estandarte», em Isa. 59:19, quando ela não significa isso. Ver acima.

4. *Nasas*, «levantar um estandarte». Esse termo hebraico é usado por duas vezes, em Isa. 10:18 e Zac. 9:16.

Quanto à terceira dessas quatro palavras, *nes*, há uma forma expandida dessa mesma raiz que é usada no sentido de reunir-se em torno de uma bandeira ou estandarte. Na literatura apocalíptica judaica há grande preocupação em relação aos termos que indicam «estandarte», pois ali esses estandartes são considerados muito mais do que sinais usados em cerimônias formais. Essa é a palavra hebraica geralmente usada na literatura hebraica profana para indicar «bandeira» ou «estandarte», embora também sejam empregadas outras palavras.

Essa palavra traduz uma palavra hebraica que indica algo «conspícuo», como também uma palavra hebraica que significa «insígnia». A primeira dessas palavras é usada por catorze vezes, e a segunda é usada por vinte vezes, com várias traduções em português, uma e outra. A primeira palavra tem origem acádica, com o sentido de «ver». Os estandartes eram erigidos em mastros, no topo de colinas e em outros lugares conspícuos, a fim de servirem de sinal ou identificação, e também para convocar os homens das tribos de Israel para a batalha. Ver Núm. 2:2; 21:8 *ss* ; Can. 2:4; 6:4; Sal. 60:4; Isa. 11:10; Jer. 4:21. No deserto, cada uma das doze tribos de Israel contava com seu próprio estandarte identificador. Os túmulos reais sumérios, em Ur (cerca de 2900 A.C.), tinham estandartes decorativos, em baixo relevo. É provável que o uso original de estandartes fosse militar, mas, com o tempo, seu uso tornou-se generalizado e com vários motivos. Os primeiros estandartes não eram bandeiras feitas de tecido; antes, eram emblemas, representando animais, pássaros, deuses, etc. Eram feitos de madeira ou metal, pintados em cores brilhantes, e suspensos no alto de um mastro. A águia era um símbolo comum, mas muitas outras aves e animais eram usados nesses estandartes. O trecho de Números 1:52 mostra-nos que cada tribo de Israel tinha seu próprio emblema, utilizado para finalidades como identificação, lugar para armar tendas, movimentos e marchas. Em Salmos 20:5, o «pendão» aparentemente é uma bandeira de guerra. Ali o uso da palavra é figurado, porquanto trata-se do pendão de Deus a esvoaçar por sobre o Seu povo, identificando-os como pertencentes ao Senhor, e garantindo-lhes a sua presença e proteção. No livro Cantares de Salomão, o «estandarte» representa o amor, que o esposo tem pela esposa. O Messias é referido como uma «bandeira», isto é, como o ponto de convergência para todos os povos que a Ele pertencem (ver Isa. 49:22). Em Isaías 30:17, vemos um estandarte transmitindo uma importante mensagem. A serpente de bronze, no alto do mastro, foi erguida para servir de cura, conclamando o povo de Israel à saúde, física e espiritual (ver Núm. 21:8,9). Isso representava o poder universal de Cristo, para atrair os homens para si (ver João 3:14). Em Atos 28:11 encontramos o emblema de «Dióscuros» (Castor e Pólux), na proa de um navio. Alguns têm vinculado a palavra grega *semeîon*, «sinal», usada em quase todos os livros do Novo Testamento (é empregada por cerca de setenta e duas vezes), a essa idéia. Mas o vocábulo grego refere-se a um conceito inteiramente diferente. Ver o artigo sobre *Sinal*. (UN VA)

ESTANHO

Ver o artigo geral sobre **Minas, Mineração e Metais.**

No hebraico, *bedil*, termo que ocorre por cinco vezes: Núm. 31:22; Isa. 1:25; Eze. 22:18,20 e 27:12. Algumas versões dizem «metal impuro», em Isaías 1:25 (como é o caso de nossa versão portuguesa), mas deve-se pensar no estanho. O trecho de Eclesiástico 47:18 avalia o estanho acima do chumbo.

Referências Clássicas. Há numerosas alusões a esse metal nos escritos clássicos, pelo que se sabe que esse metal já vem sendo usado desde a mais remota antiguidade. Homero fala sobre o escudo de Aquiles, feito de estanho (*Ilíada* 18:47). Plínio chamou o chumbo e o estanho, respectivamente, de *plumbum nigrum* e de *plumbum candidum*. O seu *stannum*, aparentemente, era uma liga desses dois metais. Há provas de que os antigos não sabiam distinguir muito bem entre o estanho e o chumbo. E as referências bíblicas refletem até certo ponto essa ambigüidade.

O *estanho*, embora relativamente raro na natureza, foi descoberto desde épocas antigas. Era refinado e muito usado no comércio do mundo antigo. Seu único minério, a *cassiterita*, não tem aspecto metálico, sendo encontrado apenas em alguns lugares. Mas, a despeito disso, por razões desconhecidas, isso não impediu sua descoberta e uso desde a mais remota antiguidade. Misturado com o cobre, o estanho transforma-se em bronze, um metal muito usado com todos os propósitos, na antiguidade, desde o fabrico de armas, até trabalhos de arte e como ornamentos. É com base nesse metal que temos a chamada Idade do Bronze, da arqueologia (3500-1200 A.C.). Sabemos que os fenícios comerciavam com esse metal e suas

ligas, havendo muitos pontos da Europa que também estiveram envolvidos nessa indústria e comércio. Têm sido descobertas minas de estanho na Saxônia, na Boêmia e na península Ibérica. Os usos pré-históricos desse metal estão ligados à Índia, enquanto a Europa continuava vivendo na idade neolítica. Muito estanho tem sido encontrado na Arábia, embora, evidentemente, tenha sido importado para ali, do Egito. Após os dias de Júlio César, o estanho extraído nas ilhas britânicas era trazido para o continente europeu, através da cidade de Marselha, na antiga Gália (atual França).

Os territórios que hoje são Espanha, Portugal, Cornuália e Devonshire, além das ilhas de Junque, Ceilão e Banca (esta última nos estreitos de Lalaca, estreitos da Fenícia), eram os únicos lugares do mundo antigo onde esse metal era extraído em quantidade apreciável.

ESTAOL

No hebraico, esse nome deriva-se de uma forma reflexiva do verbo «pedir», sendo provavelmente relacionada à idéia de «possessão». Mas essa palavra também poderia indicar que um antigo oráculo existia ali. Estaol era o nome de uma cidade, alistada como uma das possessões de Judá (Jos. 15:33). Contudo, em Jos. 19:40,41, a cidade aparece como pertencente à tribo de Dã. Podemos harmonizar isso supondo que, em algum tempo não designado, a parte mais nortista de Judá veio a tornar-se parte do território de Dã. Sansão nasceu e foi sepultado ali, ou perto daquele lugar (Juí. 13:24,25; 16:31). Dali e de Zorá, nas proximidades, os danitas começaram a expandir o seu território (Juí. 18:2 *ss*). O local moderno, na opinião dos eruditos, é Eshsa', perto de Zorá, a vinte e um quilômetros a noroeste de Jerusalém. Os estaoleus aparecem entre a posteridade de Calebe, em I Crônicas 2:53.

ESTÁQUIS

No grego, **stáchus**, «grão de cereal». Esse era o incomum nome grego de um crente romano, ao qual o apóstolo Paulo enviou saudações, chamando-o de «meu amado» (Rom. 16:9). É nesse versículo, com exclusividade, que o seu nome aparece em toda a Bíblia, razão pela qual não podemos dizer a seu respeito mais do que já dissemos. Em certa inscrição vinculada à família imperial, pertencente a essa época, aparece o nome Estáquis. Seria o mesmo?

ESTÁTER

Ver sobre **Dinheiro.**

ESTATURA

Duas palavras hebraicas e uma palavra grega estão envolvidas neste artigo, a saber:

1. *Middah*, «medida», «estatura». Palavra hebraica usada por sessenta e cinco vezes no Antigo Testamento, como se vê, por exemplo, em Núm. 13:32; II Sam. 21:20; I Crô. 11:23; 20:6; Isa. 45:14.

2. *Qomah*, «altura», «estatura». Termo hebraico empregado por quarenta e quatro vezes, segundo se vê, para exemplificar, em I Sam. 16:7; Can. 7:7; Isa. 10:33; Eze. 13:18; 17:6; 19:11; 31:3.

3. *Elikía*, «grandeza», «comprimento». Vocábulo grego que aparece por oito vezes: Mat. 6:27; Luc. 2:52; 12:25; 19:3; João 9:21,23; Efé. 4:13 e Heb. 11:11. Essa palavra grega pode indicar a «idade» de uma pessoa, e, secundariamente, a sua «estatura» (Luc. 19:3; e também talvez em Mat. 6:27). Em Lucas 12:25 lemos: «Qual de vós, por ansioso que esteja, pode acrescentar um côvado ao *curso* da sua vida?», onde a palavra «curso» corresponde a *elikía*, no original grego. Contudo, essa tradução parece um tanto arrojada, na opinião de algumas autoridades.

Há uma variante que envolve o trecho de II Samuel 21:20, onde se lê: «...onde estava um homem de grande estatura...» À margem, no texto hebraico, há um *quere* e um *kethib* (que vide), que emenda o texto para que se ajuste à passagem paralela de I Crônicas 20:6. A forma do texto em nossa versão portuguesa, em II Sam. 21:20, deve ser considerada correta, com base em uma outra raiz hebraica, *madom*, «contenda», em Pro. 6:14; Jer. 15:10; Hab. 1:3, etc.

ESTÉFANAS

No grego, **stephanás**, «coroa» Um crente de Corinto que, juntamente com os seus familiares imediatos, era uma das poucas pessoas que haviam sido pessoalmente batizadas pelo apóstolo Paulo em Corinto (I Cor. 1:16). Não que Paulo não apoiasse o batismo em água; mas agora alegrava-se que poucas pessoas ele havia batizado ali, porquanto isso dificultava o aparecimento de algum partido paulino, cujos membros se vangloriariam de haver sido batizados por ele. (I Cor. 1:10-15).

Os membros da família de Estéfanas haviam sido os primeiros convertidos ao cristianismo na Acaia (I Cor. 16:15). Paulo o elogiou em face de seu serviço devotado à causa cristã, em Corinto e nas circunvizinhanças, tendo exortado os outros crentes coríntios a se sujeitarem voluntariamente a tais homens, tendo em vista a promoção do bem-estar das igrejas locais, porquanto eles eram colaboradores fiéis do apóstolo.

O fato que Estéfanas e seus familiares «se consagraram ao serviço dos santos», no dizer de Paulo (I Cor. 16:15), conforme pensam alguns estudiosos, indica ou envolve a idéia de que eles abriram sua residência, como lugar de adoração dos cristãos e como lugar de hospitalidade. Paulo, em face de todas essas virtudes cristãs daquela família, regozijou-se diante da visita de Estéfanas, e cobrou ânimo, além de mostrar-se agradecido diante das ofertas que os crentes de Corinto tinham enviado através de Estéfanas, Fortunato e Acaico (quando ele ainda estava em Éfeso) (I Cor. 16:17,18).

ESTELA

No grego, **stéle.** Trata-se de uma laje, usualmente de forma oblonga, que não fazia parte de alguma construção mas era posta em posição vertical. Era usada com propósitos votivos, ou então como memorial de alguma pessoa ou de algum acontecimento. Sobre essas estelas eram gravadas inscrições, com freqüência acompanhadas por desenhos ornamentais ou relevos de significação particular para o que ali foi inscrito.

Essas estelas têm sido encontradas pelos arqueólogos por toda a região da Mesopotâmia, da Síria, do Egito, da Ásia Menor e do mundo greco-romano. Algumas dessas estelas contêm inscrições vinculadas com importantes eventos narrados na Bíblia. Ver sobre *Inscrições*.

As estelas revestiam-se, essencialmente, de um caráter secular, mesmo quando erigidas em algum santuário e tinham imagens de natureza religiosa esculpidas em sua superfície. É significativo que

nenhuma estela de origem israelita foi jamais descoberta, ainda que talvez esteja em pauta uma estela em I Sam. 15:12, onde o original hebraico diz *yad*, «mão», mas nossa versão portuguesa diz «monumento». Cf. também II Samuel 18:18, onde se lê que Absalão havia levantado uma «coluna» em sua própria honra, e onde aparece o vocábulo hebraico *matstsebah*, «pilar», «coluna».

ESTEMOA

No hebraico, «obediência». Esse era o nome de uma cidade existente na região montanhosa de Judá, que veio a pertencer aos sacerdotes. Ver Jos. 15:50 (onde nossa versão portuguesa diz «Estemo», provavelmente por erro gráfico); 21:14; I Crô. 4:17,19. Quando Davi estava exilado em Ziclague, ele enviou uma parte dos despojos que tinha conquistado aos anciãos que viviam ali.

ESTER (LIVRO DE)

O livro canônico de Ester (ver o artigo sobre **Ester, Adições ao Livro de**) conta-nos a história de Ester, jovem judia que substituiu Vasti, como rainha do rei persa, Assuero. Esse livro propõe-se a fornecer-nos as circunstâncias históricas do estabelecimento da festa judaica de Purim. Trata-se da história de uma heroína judia, por conseguinte. Embora não contenha o nome de Deus, e nem seja citado uma vez sequer no Novo Testamento, tem desfrutado de grande popularidade entre os judeus. O hino de louvor aos heróis da fé, em Eclesiástico 44:49, não menciona Ester. Nos fins do século I D.C., os rabinos judeus continuavam disputando sobre a canonicidade do livro. Lutero emitiu o desejo de que o mesmo nunca tivesse sido escrito. Também não figurava entre os rolos dos *Manuscritos do Mar Morto* (que vede). Esses fatos dão ao livro uma posição curiosa, dentro do cânon sagrado. Mas, a corrente principal do judaísmo sempre lhe deu um grande valor.

Esboço:

I. A Heroína e Certas Dificuldades Históricas
II. Conteúdo
III. Propósito Geral
IV. Autoria e Data
V. Posição no Cânon

I. A Heroína e Certas Dificuldades Históricas

O nome hebraico dessa mulher era **Hadassah**, que significa «murta», o nome de uma planta. Ester era o nome (provavelmente persa) que lhe foi dado, quando ela tornou-se parte do harém real. É possível que esse último nome esteja ligado a *Istar*, nome de uma das principais deusas babilônicas. Há um targum que revela que ela foi assim chamada em honra à estrela Vênus, no grego, *Aster*, vinculada à palavra portuguesa *estrela*. Alguns estudiosos supõem que essa troca de nomes seguiu uma imitação da palavra hebraica, não tendo havido uma troca genuína de um apelativo por outro. Ester pertencia à tribo de Benjamim. Seu nome tem sido imortalizado no livro que foi escrito para decantar seus atos heróicos. Ela tinha um primo, Mordecai, que a adotou quando da morte de seus pais (Est. 2:5-7), tendo-a criado na Pérsia. Ali ela também foi o instrumento na salvação dos judeus, quando as autoridades do império persa queriam destruí-los. Isso foi possível somente porque Ester tornou-se a rainha do rei persa, em lugar de Vasti. Desse modo, Ester ficou em uma posição em que pôde interceder em favor de seus compatriotas judeus.

Muitos eruditos liberais não crêem na historicidade do livro de Ester. Preferem pensar que se trata de um romance histórico, porquanto contém vários erros históricos evidentes. O principal desses erros é que não é possível identificar com certeza qualquer rei da Pérsia chamado Assuero. Assuero tem sido identificado por outros como Xerxes (485-465 A.C.). Mas Mordecai, o primo de Ester, teria sido levado para o exílio por Nabucodonosor, mais de um século antes da subida de Xerxes ao trono da Pérsia. Assuero também tem sido identificado com Artaxerxes II (404-358 A.C.), mas há várias dificuldades cronológicas que acompanham essa identificação. Ester, por sua vez, tem sido identificada com Amestris, de Xerxes, mas sabemos que o pai de Amestris era um general persa, o que significa que Amestris não era uma donzela judia.

O problema da avançadíssima idade de Mordecai só poderia ser explicado se pensássemos que, em Ester 2:5,6 há menção a Quis, o bisavô de Mordecai, e não a este último. Menos grave é a questão do nome de Ester, que não figura nos registros históricos. Isso deve-se à circunstância que os monarcas antigos tinham muitas esposas e concubinas, cujos nomes apenas em um caso ou outro são mencionados. Contudo, alguns estudiosos pensam que o livro é uma peça *pseudo-história*, usada para simbolizar o conflito entre os deuses babilônicos e elamitas. Nesse caso, Ester é Istar, e Mordecai é Marduque. A similaridade de sons, entre esses nomes, é impressionante, mas poucos estudiosos pensam que essa teoria possa ser defendida com êxito. Outras objeções giram em torno de coisas subjetivas, como a indagação se Hamã teria a coragem de tentar um genocídio. Ele anunciaria a data do massacre com tanta antecedência? Uma jovem judia teria o poder de exercer qualquer influência sobre um poderoso monarca persa? Alguém construiria uma forca com vinte e cinco metros de altura? Isso equivaleria a um moderno prédio de oito andares. Porém, visto que a vida real por muitas vezes é mais estranha que a ficção, essas objeções não têm muito peso. Também não precisamos supor que todos os detalhes da história sejam exatos, mesmo que o livro de Ester seja essencialmente histórico.

Outras Dificuldades Históricas Dignas de Serem Mencionadas:

1. O trecho de Ester 1:1 menciona cento e vinte e sete províncias persas. Mas Heródoto (3:89) alude somente a vinte satrapias. As inscrições de Dario variam entre 21 e 29 satrapias. A resposta dada a essa objeção é que as satrapias maiores eram divididas em unidades menores, e que o livro de Ester refere-se a essas divisões todas. Todavia, não há como provar que o argumento está certo.

2. Heródoto (3.84) diz-nos que os reis da Pérsia eram obrigados a escolher sua rainha dentre as sete principais famílias da nação. Essa objeção é respondida dizendo-se que essa regra não era necessariamente permanente e absoluta, e que em um sistema onde havia pluralidade de esposas, tal regra facilmente podia ser desobedecida. Provavelmente, seria aplicável somente às esposas principais, que servissem de rainhas. Mas, na verdade, Ester aparece como uma rainha. A rainha de Xerxes, conforme se sabe, foi Amestris, que era uma princesa persa. Portanto, deve-se supor que uma outra rainha entrou em cena. Esse problema, nem por isso, fica resolvido, porque Vasti também não era Amestris. Ou seria?

3. Se a festa de Purim foi instituída por Mordecai, por que isso não é mencionado senão quando ocorre como o dia de Mordecai, em II Macabeus 15:36? A

resposta a essa objeção é que a festa de Purim só se tornou proeminente na época em que o livro de II Macabeus foi escrito, pelo que não teria sido mencionada, juntamente com outras festas nacionais dos judeus. O próprio livro de Esdras não menciona todas as festividades judaicas, incluindo algumas mais antigas que a festa de Purim. A lista de heróis, em Eclesiástico, não menciona nem Ester e nem Mordecai. Pelo que, pergunta-se: teriam sido eles figuras históricas? Essa objeção é respondida supondo-se que aquela lista é incompleta. Pois o autor da lista também omitiu Esdras, — que, sem dúvida alguma, foi uma personagem histórica.

II. Conteúdo

1. A história da rainha Vasti (1:1-22)
2. Ester, Substituta de Vasti (2:1-23)
3. Hamã Conspira para Aniquilar os Judeus (3:1-15)
4. Intervenção Corajosa de Ester (4:1 — 7:10)
5. Os Judeus Vingam-se (8:1 — 9:19)
6. Instituição da Festa de Purim (9:20-32)
7. Mordecai em Posição de Autoridade (10:1-3).

III. Propósito Geral

Embora o nome de Deus não seja ali mencionado, o livro, evidentemente, tem o intuito de dar uma vívida demonstração de como a providência de Deus opera entre os homens, podendo reverter qualquer situação difícil. Outrossim, a narrativa tem a finalidade de explicar como veio a ser instituída a festa de Purim (que vede). Essa festa judaica é mencionada pela primeira vez em II Macabeus 15:36. Ao preservar o seu povo, muitos dos quais se mostravam lassos em sua conduta, Deus demonstra o poder do seu pacto com eles. *Purim* é palavra que vem do assírio, *Puru*, que indica um pedregulho apropriado para ser lançado como se fosse um dado, em sortilégios. Ver Est. 3:7; 9:24,26. Esse *puru*, pois, representa o destino. Hamã lançou sortes para ver qual seria o melhor dia para tentar destruir totalmente os judeus. Mas Deus reverteu esse destino. Se, porventura, o livro só foi escrito na época dos Macabeus, então o seu propósito foi o de encorajar a fidelidade a Deus, em consideração a fidelidade histórica do Senhor.

IV. Autoria e Data

O livro é anônimo, mas a tradição judaica tem procurado fazer algumas identificações. Alguns supõem que Mordecai mesmo foi o seu autor, ou, pelo menos, foi uma das principais fontes informativas. Admite-se que a história contém um autêntico colorido da vida e dos costumes persas, o que significa que o autor tinha conhecimento dos mesmos em primeira mão, ou então, que teve acesso aos registros apropriados. Agostinho atribuía o livro de Ester a Esdras; mas os eventos ali registrados ocorreram depois de seu tempo. O Pseudo-Filo e o rabino Azarias afirmaram que o livro foi escrito por Joiaquim, filho do sumo sacerdote Josué, no décimo segundo ano do reinado de Artaxerxes, a pedido de Mordecai. Mas, tudo isso não passa de conjectura.

Data. A mais antiga referência pós-bíblica à festa de Purim fica em II Macabeus 15:36, com data de depois de 161 A.C. Refere-se ao *dia de Mordecai*, o que quer dizer que o livro deve ter sido escrito antes desse tempo. É comumente datado no século II A.C. Se for uma história genuína, e se foi escrito perto, quanto ao tempo, dos acontecimentos ali descritos, então foi escrito em cerca de 500 A.C. Muitos estudiosos supõem que o mesmo reflete os conflitos dos Macabeus e que foi escrito como uma espécie de novela romântica, a fim de encorajar nos leitores a fidelidade a Deus, mediante a confiança em sua providência. Isso o colocaria dentro do século II A.C. Se foi escrito durante o governo de Artaxerxes Longânimo, então deve ter sido escrito por volta de 450 A.C.

V. Posição no Cânon

A canonicidade do livro de Ester foi longamente disputada entre os judeus. Essa disputa prosseguiu mesmo no fim do século I D.C. Seja como for, aparece na terceira divisão das Escrituras hebraicas, entre os livros de Rute, Cantares, Eclesiastes e Lamentações, como um dos rolos. Os rabinos, em Jamnia (cerca de 100 D.C.) deram atenção especial à questão de sua canonicidade. Contra a sua canonicidade eles argumentavam que o mesmo instituía, como obrigatória, uma nova festa religiosa, que ultrapassava a lei de Moisés, que, presumivelmente, havia instituído todas as festas obrigatórias. Mas essa objeção foi afastada mediante a invenção de que o livro fora revelado a Moisés no monte Sinai, embora só tivesse sido escrito na época de Mordecai (Talmude de Jerusalém, *Megillah*, 70d). Isso serve de triste demonstração de como a mente religiosa pode chegar a qualquer conclusão, *a priori*, que uma pessoa ou um grupo de pessoas queiram fazê-lo. Sua suposta natureza não-religiosa (por não mencionar nem uma vez o nome de Deus), sem dúvida alguma, foi a grande razão que levou Lutero e outros a rejeitarem tão violentamente o livro.

O livro de Ester tem desfrutado de uma grande popularidade entre os judeus, o que é muito compreensível. Ele é lido anualmente, por ocasião da festa de Purim. O livro notabiliza-se por seu ardoroso nacionalismo, de mistura com a atitude de repúdio aos pagãos e ao paganismo. Não precisaria mais nada para garantir a sua preservação. (AM I IB WBC WES Z)

ESTER, ADIÇÕES AO LIVRO DE

Declaração Introdutória

As adições apócrifas ao livro canônico de Ester consistem em seis passagens, totalizando 107 versículos. De acordo com o texto grego, esses trechos foram inseridos em vários lugares. Esses fragmentos de texto não se acham no texto hebraico do livro de Ester. Aparentemente, porém, foram inicialmente escritos em hebraico e, em seguida, traduzidos para o grego por um judeu egípcio, que viveu em Jerusalém, em torno de 114 A.C. Esse material acrescido está preservado na Septuaginta e na Vulgata Latina. Jerônimo reuniu todas essas passagens espúrias e as colocou no final do livro de Ester, com uma nota explicativa, indicando onde elas se acham inseridas no livro canônico de Ester, de acordo com o assunto. Algumas edições subseqüentes da Vulgata Latina, omitiram totalmente essas adições. Stephen Langton (falecido em 1228) que dividiu a Bíblia latina em capítulos, enumerou as adições ao livro de Ester e as pôs no fim do livro de Ester. Essa prática tornou-se padronizada nas edições seguintes, incluindo a de Lutero e de várias outras Bíblias. A Bíblia de Jerusalém, de edição católica romana, preserva essas adições, dentro do texto do livro de Ester, mas todas em itálicos.

Esse material adicional aumenta consideravelmente o volume da versão grega do livro de Ester. Quase todos os eruditos têm pensado que esse material é estranho ao livro original de Ester; mas alguns católicos romanos supõem que o livro hebraico original de Ester teria sido uma abreviação de uma

obra mais extensa. Há um colofon que afirma que a obra foi traduzida na Palestina, algum tempo antes de 114 A.C., por um certo *Lisímaco*, um hierosolomitano. É muito difícil julgar a exatidão histórica desses colofons dos documentos antigos.

Esboço:

I. Conteúdo
II. Data
III. Linguagem e Manuscritos
IV. Propósitos

I. Conteúdo

1. *Primeira Adição*. Posta antes de Ester 1:1. Mordecai tem um sonho sobre dois dragões, que se preparavam para lutar um contra o outro. Um pequeno riacho transforma-se em um caudaloso rio, quando Israel ora a Deus. São vistos dois dados. Dois eunucos são ouvidos, planejando tirar a vida do rei. Mordecai revela o conluio e salva a vida do monarca e aceita sua nomeação como sumo sacerdote. Na Vulgata Latina, esse material constitui o trecho de 11:2 — 12:6.

2. *Segunda Adição*. Aparece depois de Ester 3:13. O edito de Assuero (no grego, Artaxerxes) contra os judeus. Na Vulgata Latina, é o trecho de 13:1-7.

3. *Terceira Adição*. Aparece depois de Ester 4:17. As orações de Mordecai e de Ester. Na Vulgata Latina, é o trecho de 13:8 — 14:19.

4. *Quarta Adição*. Posta entre Ester 5:2 e 5:3, sendo uma elaboração dos dois primeiros versículos do quinto capítulo desse livro. Descreve a ira do monarca diante da intrusão de Ester, mas como Deus interveio na questão e tornou o rei favorável à rainha. Na Vulgata Latina constitui o trecho de 15:4-19.

5. *Quinta Adição*. Posta depois de Ester 8:12. O edito de Assuero em favor dos judeus. Na Vulgata Latina é o trecho de 16:1-24.

6. *Sexta Adição*. Posta depois de Ester 10:3. Temos aqui a interpretação do sonho de Mordecai. Os dois dragões são Mordecai e Hamã. A fonte minúscula é Ester. Os dois dados do Purim são dois destinos, um dos judeus e outro dos gentios. Na Vulgata Latina é o trecho de 10:4 — 11:1.

II. Data

O referido colofon (ver acima) fornece-nos uma data que seria algum tempo antes de 114 A.C., não havendo qualquer evidência para contradizer esse ponto.

III. Linguagem e Manuscritos

Essas adições ou foram escritas em hebraico e mais tarde traduzidas para o grego, ou então, conforme pensam quase todos os estudiosos, o original foi escrito em grego, se não de todas essas adições, pelo menos da maioria delas. Essas adições sobrevivem nos manuscritos padrões por detrás da Septuaginta, incluindo Aleph, B, A, etc. A *Hexapla* de Orígenes também as contém, da mesma forma que as citações de Hesíquio, Luciano e Josefo.

IV. Propósitos

Os estudiosos têm salientado diversas razões aparentes para essas adições:

1. O livro de Ester, admiravelmente, nem ao menos menciona o nome de Deus. É possível, pois, que essas adições tenham sido feitas para fomentar o conteúdo religioso do livro.

2. Os aspectos históricos do livro tornam-se mais precisos com a designação dos dois editos reais mencionados.

3. São dadas ali informações adicionais, que, supostamente, aprimoram a narrativa original, especialmente no caso da primeira, da quarta e da sexta adições. Ver o artigo geral sobre os *Livros Apócrifos* e a bibliografia ali existente.

ESTER (A PESSOA)

Ver a primeira seção do artigo sobre **Ester (O Livro)**

ESTER, FESTA DE

Ver sobre **Festividades Religiosas dos Judeus.**

ESTERCO DE POMBAS

Ver sobre **Pombas, Esterco de.**

ESTERILIDADE

Era questão séria uma mulher ser estéril no Oriente Próximo e Médio, porquanto ela sofria opróbrio tanto diante de si mesma como diante do público. De fato, fazia parte da teologia popular da época que uma mulher estéril estava debaixo do juízo divino (ver Gên. 16:2; 30:1-23; I Sam. 1:6,20). No Talmude, *Yeromoth* vi.6, a um homem casado com uma mulher estéril era ordenado deixá-la após dez anos de casamento e casar-se com outra; e repetir a prática, se a segunda esposa também fosse estéril. Um antigo costume, refletido na história de Sara e Abraão, consistia em dar ao marido uma concubina que lhe pudesse dar filhos, para que houvesse uma situação doméstica normal. (Ver Gên. 16:2 e 30:3). Sem dúvida, a questão envolvia o problema da herança de terras e a perpetuação do patrimônio e do nome da família. Não podia haver calamidade maior para um israelita do que a sua família desaparecer da face da terra. A reversão da esterilidade era considerada uma misericórdia e intervenção divina, uma resposta à oração, conforme se vê nos versículos acima referidos. Em sua misericórdia, Deus dá a uma mulher um lar e filhos (ver Sal. 113:9), em face do que há cânticos de louvor (ver Isa. 54:1). As próprias palavras hebraicas para «estéril», que no tocante à mulher são três: *otser*, «restringida» (ver Pro. 30:16); *agar*, «estéril» (ver Gên. 11:39; Deu. 7:14; Isa. 54:1, etc.—usada por doze vezes); e *shakkul*, «privar» (ver Can. 4:2 e 6:6), demonstram as atitudes da época quanto à questão. Naturalmente, a palavra também era aplicada ao solo estéril. Supunha-se na antiguidade que um casamento proibido era castigado por Deus com a esterilidade (ver Lev. 20:20). Alguns intérpretes pensam que uma das razões da ansiedade das mulheres judias, diante da esterilidade, era a promessa messiânica. Aquela que tivesse filhos poderia ser a mãe do Messias prometido. (S UN Z)

ESTERILIZAÇÃO

As razões para a esterilização incluem motivos pessoais, econômicos, sociais e governamentais. A esterilização provê os meios para impedir o aparecimento de filhos indesejáveis (sem importar a razão disso), ajudando ainda a evitar a superpopulação, tão temida em nosso mundo de hoje, porquanto isso aumentaria ainda mais a escassez de alimentos. A esterilização também é empregada para evitar a reprodução de filhos por parte de pessoas com defeitos mentais ou extremamente pobres.

Esterilização e castração não são a mesma coisa. Antes, a esterilização é um procedimento cirúrgico simples, mediante o qual as células reprodutivas do

homem ou da mulher são bloqueadas, não podendo chegar ao ponto da fertilização. No caso dos homens, o processo chama-se vasectomia, com o bloqueamento dos *vas deferens*. Tem havido alguns casos de reversão dessa pequena operação cirúrgica; mas a mesma é considerada geralmente permanente. No caso das mulheres, a operação denomina-se *salpingectomia*, ou ligação dos tubos. Os tubos de Falópio, neste último caso, são cortados e suas extremidades são fechadas. A restauração é mais difícil do que no caso dos homens. Um novo procedimento médico envolve uma pequena incisão, perto do umbigo, com o uso de um instrumento telescópico de cirurgia, o que evita uma incisão de «barriga aberta», como se fazia antes.

A Esterilização e a Ética. O trecho de Deuteronômio 32:1 e o concílio de Nicéia (325 D.C.) proibem a castração; mas a esterilização é um caso muito menos radical e continua sendo debatido pelos teólogos. A Igreja Católica Romana, entretanto, nunca deixou de condenar essa prática. Os grupos protestantes, por sua vez, têm estado divididos sobre o assunto, embora alguns sejam favoráveis à medida, quando, para isso, há razões médicas suficientes, ou a fim de impedir o nascimento de filhos não desejados e evitar a superpopulação. Pessoalmente, — nada posso ver de errado na esterilização voluntária. Não há qualquer obrigação dos casais terem filhos, e nem que os casais que já têm filhos continuem a tê-los, indefinidamente. Naturalmente, isso não concorda com a posição católica romana, — que vê no casamento a finalidade principal de gerar filhos.

No nosso mundo moderno, a procriação não pode mais ser considerada um dever, conforme antes se pensava na teologia. De fato, aqueles que voluntariamente desistem da louca procriação em massa, prestam um favor à sociedade.

ESTÉTICA

Ver o artigo sobre **Arte**.

ESTÊVÃO

No grego, **Stéphanos**, «coroa». Apologista cristão helenista e o primeiro mártir do cristianismo.

Esboço:

I. Passado Formativo
II. Seu Trabalho
III. Suas Crenças
IV. Sua Detenção
V. Sua Defesa
VI. Seu Martírio
VII. História de Estêvão
VIII. As Características de Estêvão

I. Passado Formativo

Tudo quanto se pode saber a respeito de Estêvão está registrado em Atos 6:5—8:12. Seu nome e suas associações indicam que ele era um helenista, ou seja, um judeu que falava o grego como seu idioma pátrio. Não dispomos de qualquer relato sobre a sua conversão ou sobre como ele chegou a fazer parte da comunidade cristã. Embora haja uma tradição obscura de que ele foi um dos setenta discípulos de Jesus, o mais provável é que ele nunca fora um dos discípulos originais de Cristo. Há maiores probabilidades de que foi ganho para a causa cristã através da prédica dos apóstolos, em Jerusalém.

Os helenistas devem ter desempenhado um papel dos mais destacados entre os primeiros cristãos. Não muito tempo após a ressurreição de Jesus, quando houve a necessidade de sete crentes cheios do Espírito, para ocuparem o diaconato, a fim de exercerem o trabalho de socorro às viúvas, esses foram achados entre os judeus helenistas. Isso parece indicar a presença de milhares de crentes, em Jerusalém, cuja língua nativa era o grego. Outra coisa que nos surpreende é que não demorou muito para que a igreja se transformasse de um movimento tipicamente judaico para uma comunhão composta quase exclusivamente de gentios. E podemos estar certos de que os crentes helenistas desempenharam um importantíssimo papel nessa transição. Tal desenvolvimento requeria uma liderança diferente daquela dos doze apóstolos. Judeus e gentios estavam separados por sólidas barreiras, como questões de raça, de origem geográfica, de costumes e de língua. Mas os judeus helenistas, muitos dos quais tinham vivido fora da Palestina, já haviam vencido boa parte desses obstáculos, tendo aprendido a viver juntamente com os gentios. E, quando se convertiam, de pronto adaptavam a mensagem cristã para o contexto grego. Entre esses, brilhava Estêvão, dotado de grande sabedoria, zelo e discernimento espiritual.

II. Seu Trabalho

As qualificações e o espírito de liderança de Estêvão eram de tal envergadura que muitos comentadores têm duvidado de que ele realmente *servisse às mesas*. Ele aparece pela primeira vez na lista dos sete diáconos, em Atos 6:5, onde figura como crente «cheio de graça e poder» (vs. 8). Deus utilizava-se dele na realização de milagres (vs. 8), e ele falava com grande sabedoria e poder espirituais (vs. 10). Os sete diáconos, ou o que quer que eles tenham sido na Igreja primitiva, foram nomeados para a tarefa específica de cuidar das necessidades das viúvas dos crentes helenistas, quando da distribuição diária de alimentos entre os cristãos (vs. 1-3). Embora nada seja dito sobre a execução da incumbência, pode-se supor que eles o faziam com eficiência. Sem dúvida eles não eram uma força negativa na Igreja, pois lemos: «Crescia a palavra de Deus e, em Jerusalém, se multiplicava o número dos discípulos; também muitíssimos sacerdotes obedeciam à fé» (vs. 7).

Alguns eruditos pensam que o descontentamento que causou a escolha dos sete não se devia somente a uma desigual distribuição de alimentos; talvez houvesse uma inadequada representação, no nível administrativo da Igreja, de elementos helenistas. Seja como for, não devemos pensar que Estêvão e seus outros seis colegas de ministério consagrassem todo o seu tempo ao serviço das mesas. Como crentes preparados que eram, tornaram-se ministros da Palavra do maior gabarito, e quem mais se destacava no grupo era precisamente Estêvão.

III. Suas Crenças

De acordo com o que se lê em Atos 6:13,14, alguns judeus adversários entenderam que Estêvão teria falado contra o templo de Jerusalém e a lei mosaica. E esses adversários também eram judeus helenistas, muito zelosos pelas suas crenças ancestrais, sem dúvida dispostos a fazer oposição a qualquer coisa que parecesse solapar sua fé e seus costumes tradicionais. Quanto a esse ponto, não precisamos imaginar que Estêvão fora tão longe, em suas conclusões sobre a lei e as cerimônias levíticas quando, mais tarde, chegou o apóstolo Paulo. Basta-nos pensar que ele deve ter descoberto quão inadequado era um mero formalismo e as cerimônias da típica adoração do templo. E talvez ele já tivesse tido oportunidade de meditar sobre as próprias palavras do Senhor Jesus, acerca do templo (João 4:20-24 e

Mar. 13:2), segundo as quais a verdadeira adoração a Deus não pode ser confinada a qualquer edifício de construção humana. Jesus também havia ensinado sobre o caráter transitório da lei. Havia encorajado a lassidão em relação às questões tradicionais, e havia defendido uma atitude mais livre no tocante à observância do sábado (Mar. 2:15,16; 7:1-27; Luc. 15:1,2). Jesus também havia demonstrado grande consideração no tocante aos gentios (Mat. 8:5-13; Mar. 7:24-30). Chegara mesmo a ultrapassar à lei, em raras ocasiões (Mat. 5:33-37; Mar. 10:2-12). Jesus recrutara a grande maioria de seus seguidores dentre o povo comum. «E a grande multidão o ouvia com prazer» (Mar. 12:37). É evidente que o povo comum não vivia obcecado pelo interesse por questões legais minuciosas. E, por diversas vezes, Jesus fora criticado por parecer dar apoio a essa frouxidão, conforme a atitude era interpretada pelos fanaticamente religiosos.

Muitos judeus reagiram ao que parecia o abandono, por parte de Jesus, da correta e rígida posição do judaísmo, porquanto davam excessivo valor às tradições de seus antepassados; e isso fê-los perder de vista uma característica básica de Jesus. No entanto, Estêvão não perdeu de vista o discernimento religioso imprimido por Jesus, mantendo aberta a porta para o avanço futuro do evangelismo entre os povos gentílicos. De fato, podemos afirmar que o trabalho de Estêvão pavimentou o caminho para as futuras atividades de Paulo entre os gentios. Também podemos observar muitos paralelismos entre o método usado por Estêvão, em sua defesa, e certos dos sermões paulinos (cf. Atos 7:2-53 e 13:16-41).

IV. Sua Detenção

Quando se deu mais espaço às atividades dos crentes judeus helenistas, isso redundou em maior desenvolvimento da Igreja cristã. Todavia, esse sucesso importou em graves dificuldades. Estêvão não hesitava em pregar os seus pontos de vista nas sinagogas judaicas. Naturalmente, houve quem resolvesse disputar com ele. E Estêvão ganhava nos debates. Ninguém podia resistir ao seu entendimento superior, ao seu poder de convencer. Também não podiam equiparar-se ao profundo discernimento espiritual com que ele falava. Ver Atos 6:10. Derrotados nesses debates, os judeus incrédulos começaram a fazer circular falsos rumores acerca de Estêvão, despertando suspeitas e temores sobre sua alegada «heresia» e «blasfêmia», e armando armadilhas contra ele. Chegou o momento em que agiram mais decisivamente e, agarrando Estêvão apresentaram-no ao concílio judaico reunido, munidos de falsas testemunhas, previamente contratadas, que o acusaram de blasfêmia (vs. 12-14). Na verdade, essa acusação tinha dois lados: um lado contra a sua pessoa, de acordo com o que diziam que ele blasfemara contra Moisés, e em conseqüência, contra Deus; e o outro lado contra seus ensinos, de acordo com o que ele seria um radical e revolucionário que fazia declarações atrevidas contra o templo de Jerusalém e contra a lei mosaica. Essas acusações são incrivelmente parecidas com aquelas feitas contra Jesus (Mat. 26:65; Mar. 14:58; 13:2; 15:29). Não podemos duvidar que Jesus é o nosso precursor, em todo o caminho que nos convém percorrer. Estêvão, pois, foi acusado de aprovar implicitamente a destruição do templo e a modificação da lei de Moisés. Assim encarado, o cristianismo era compreendido como ameaçador contra a religião dos judeus, preanunciando até o término de Israel como nação organizada.

V. Sua Defesa

As acusações feitas contra Estêvão eram destituídas de fundamento, e só prevaleceram porque suas palavras haviam sido distorcidas e por causa dos preconceitos judaicos contra o cristianismo. Não obstante, havia um certo aspecto de verdade na acusação contra o ensino pregado por Estêvão. É que o evangelho de Jesus Cristo era suficientemente revolucionário para servir de ameaça contra o formalismo morto e contra o cerimonialismo vazio que eram perpetuados no templo de Jerusalém. O Senhor Jesus havia decretado a falência desse sistema, ao afirmar: «Eis que a vossa casa vos ficará deserta. Declaro-vos, pois, que desde agora já não me vereis, até que venhais a dizer: Bendito o que vem em nome do Senhor » (Mat. 23:38,39). Ora, tendo entendido todas essas realidades, jamais Estêvão poderia retroceder para meras sombras e símbolos. O que lhe importava era a relação vital que ele mantinha com Jesus Cristo, o Senhor da glória. E, enquanto dava testemunho fiel sobre Cristo, o seu rosto resplandecia como o de um anjo (Atos 6:15).

Portanto, Estêvão não estava defendendo, primariamente, a si mesmo, mas ao evangelho, à posição cristã. Por isso mesmo, longe de justificar-se ou retratar-se de qualquer coisa que tivesse podido ofender aos judeus incrédulos, em defesa de sua própria existência na terra, ele deu testemunho sobre a verdade. Naturalmente, a posição assumida por Estêvão era extremamente arriscada: se seus acusadores aceitassem a verdade do evangelho, ele haveria de sobreviver; em caso contrário, perderia a vida. Mas, mesmo diante de uma alternativa tão fatal, Estêvão não quis perder a oportunidade para falar e exaltar ao seu querido Salvador, Jesus Cristo.

Conforme alguns estudiosos têm observado corretamente, a diferença fundamental entre Estêvão e os seus opositores é que ele encarava a história do Antigo Testamento do ponto de vista profético, ao passo que eles o viam do ângulo do legalismo. Para ele, Jesus era o resultado histórico natural das promessas messiânicas do Antigo Testamento. Estêvão não era contrário nem à lei e nem a Moisés, mas seus oponentes tinham parado no tempo, como se Deus ainda não tivesse cumprido as suas promessas relativas ao Messias e ao reino. Aliás, essa é exatamente a posição em que se encontram os judeus. O Messias já esteve entre nós há quase dois mil anos; mas, a cada ano, durante a festa da páscoa, eles esperam que a cadeira que eles deixam vaga, durante a refeição pascal, no ano seguinte seja ocupada pelo Messias. Toda essa situação de cegueira presente de Israel é deveras lamentável (apesar do fato de que muitos judeus convertem-se a cada ano); mas não devemos esperar que essa situação se perpetue. Há uma velada mas firme esperança por detrás daquelas palavras de Jesus: «...já não me vereis, até que venhais a dizer: Bendito o que vem em nome do Senhor!» Essas duas palavras, *até que*, mostram que essa situação de incredulidade de Israel chegará a um ponto final. E nós outros, que já fomos trazidos para o rebanho do Senhor Jesus, podemo-nos regozijar de antemão que chegará uma geração de queridos judeus que haverá de converter-se ao Senhor Jesus, conforme Paulo declarou: «E assim todo o Israel será salvo, como está escrito: Virá de Sião o Libertador, ele apartará de Jacó as impiedades» (Rom. 11:26). Era isso que Estêvão esperava e desejava.

Se encararmos as coisas por esse prisma, veremos que os verdadeiros blasfemos eram os judeus incrédulos que rejeitavam a revelação divina em Cristo, que haviam exigido a sua crucificação, e que agora perseguiam os que se arrependiam e confiavam no

Senhor Jesus. O próprio Moisés predissera o aparecimento de um outro Profeta, que deveria merecer a confiança dos israelitas, além de ter avisado qual o inglório fim dos que resistissem: «O Senhor teu Deus te suscitará um profeta do meio de ti, de teus irmãos, semelhante a mim: a ele ouvirás... De todo aquele que não ouvir as minhas palavras, que ele falar em meu nome, disso lhe pedirei contas» (Deu. 18:15 e 19). Quem merecia ser cortado dentre o povo, Estevão ou os seus algozes? O juízo final haverá de corrigir essa e tantas outras injustiças semelhantes.

VI. Seu Martírio

Os membros do concílio judaico, que estavam julgando a Estêvão, não podendo negar a verdade, para eles dolorosa, do discurso do grande pregador cristão, reagiram violentamente, tomados do maior furor. «Ouvindo eles isto (a defesa de Estêvão), enfureciam-se nos seus corações e rilhavam os dentes contra ele» (Atos 7:54). Foi então que o Senhor Jesus veio em socorro de seu servo fidelíssimo, conferindo-lhe a maior experiência mística que um ser humano pode receber, da parte de Deus, enquanto está neste mundo, a visão beatífica. «Mas Estêvão, cheio do Espírito Santo, fitou os olhos no céu e viu a glória de Deus, e Jesus, que estava à sua direita, e disse: Eis que vejo os céus abertos e o Filho do homem em pé à destra de Deus» (Atos 7:55,56). No entanto, para os judeus incrédulos, essas palavras de Estêvão foram a gota de água que fez extravasar o balde da paciência deles. «Eles, porém, clamando em alta voz, taparam os ouvidos e unânimes arremeteram contra ele. E, lançando-o fora da cidade, o apedrejaram...» (Atos 7:57,58a). Portanto, sem haver sido condenado, Estêvão foi morto, pela fúria popular, em um linchamento que em nada honra àquela geração de judeus que conviveu com os primeiros cristãos. Mas eles não se esqueceram de certas formalidades legais, para emprestar àquele ato de violenta injustiça uma aparência de legalidade.

As Escrituras informam-nos que os efeitos da morte de Estêvão foram da maior conseqüência para os cristãos primitivos. «Naquele dia levantou-se grande perseguição contra a igreja em Jerusalém; e todos, exceto os apóstolos, foram dispersos pelas regiões da Judéia e Samaria» (Atos 8:1). Deus, entretanto, serve-se até mesmo da ira humana, encaminhando-a para os seus fins. Foi dessa maneira, pois, que teve começo a segunda fase da missão evangelizadora da Igreja de Cristo, pois «...os que foram dispersos iam por toda parte pregando a palavra» (Atos 8:5).

Saulo não lançou nenhuma pedra contra Estêvão; mas nem por isso deixou de ser um de seus carrascos. Lemos no registro sagrado: «Saulo consentia na sua (de Estêvão) morte» (Atos 8:1). Não podemos evitar a idéia de que a cena do martírio de Estêvão deve ter ficado profundamente gravada na memória de Saulo. Muitos anos depois, ele confessava com uma profunda tristeza: «...persegui a igreja de Deus» (I Cor. 15:9). Portanto, o martírio de Estêvão deve ter contribuído decisivamente para a conversão de Saulo de Tarso, o que, de resto, não ocorreu muito tempo depois. Ver Atos 9:1-30. Isso posto, a Igreja cristã perdeu Estêvão, mas ganhou o apóstolo Paulo. Deus jamais fica sem o devido testemunho acerca da sua graça, neste mundo.

VII. História de Estêvão: Atos 6:8-8:3

É perfeitamente possível que a narrativa sobre Estêvão, conforme a encontramos em Atos cap. 6, se tenha originado de uma fonte informativa totalmente distinta tendo sido inserida neste ponto por motivo de sua conexão natural com a seção anterior, que versa sobre a nomeação dos «diáconos», um dos quais foi Estêvão.

O oitavo versículo do sexto capítulo do livro de Atos forma uma espécie de sumário geral sobre a vida e a obra espirituais de Deus, dando a entender por que ele foi finalmente levado à presença do sinédrio, a fim de ser julgado. Durante todo o tempo, Estêvão cuidava de seus vastos esforços evangelísticos, fazendo parte ainda das sinagogas locais de Jerusalém. Porém, era impossível para ele prosseguir por muito tempo ocupado nessas duas atividades tão contraditórias entre si, embora, como é patente, isso é o que fazia a maioria dos primeiros crentes de Jerusalém. (Quanto à natureza judaica da igreja cristã primitiva, ver as notas expositivas acerca de Atos 2:46 e 3:1 no NTI).

Alguns estudiosos de épocas mais recentes têm expressado a crença de que podemos acompanhar em Atos caps. 6-8 duas fontes informativas distintas, porquanto certo número de *paralelos* pode ser percebido. Por exemplo, a acusação feita contra Estêvão é mencionada por duas vezes (nos vss. 9-11 e 12-14) e seu apedrejamento é descrito por duas vezes (ver Atos 6:9-11 mais 7:54-58a; e 6:12—7:53 mais 7:58b-60). A primeira menção não indica ter havido qualquer julgamento, e, sim, uma execução imediata e espontânea. Mas a segunda menção, ao fazer alusão às «testemunhas», implica em uma espécie de julgamento realizado informalmente e às pressas, durante o qual, segundo podemos supor, Estêvão foi oficialmente declarado culpado de blasfêmia e de outros crimes. Não obstante, essa maneira de apresentar o material pode ter sido motivada pela própria maneira do autor sagrado manusear seu material informativo, sem que isso faça qualquer diferença apreciável sobre a possibilidade de Lucas ter à mão uma ou mais fontes informativas na qual baseou sua narrativa. Ora, se essa narrativa está realmente alicerçada em duas fontes informativas, separadas e distintas, então a autenticidade do sermão de Estêvão é intensificada, e não diminuída, ainda que porventura apareçam algumas leves variações, o que também já se deve esperar nesses casos.

VIII. As Características de Estêvão

1. Ele foi um dos personagens secundários mais distintos do N.T. Era homem dotado de dons espirituais e tinha considerável estatura espiritual.

2. Ele serve de clara demonstração do fato de que os primeiros diáconos não atendiam somente às coisas materiais, em seu ministério.

3. Juntamente com Jesus e seus apóstolos, a Estêvão são atribuídas operações de sinais e maravilhas (Ver Atos 6:8).

4. Estêvão mostrou ser homem dotado de graça singular, debaixo da perseguição, pois, tal como seu Senhor, ele orou solicitando o perdão para seus algozes. (Ver Atos 7:60 e comparar com Luc. 23:34).

5. Estêvão obteve a distinção de haver sido o primeiro mártir cristão. Tornou-se assim o cabeça de uma imensa companhia espiritual.

6. Sua vida influenciou Paulo, podemos estar certos, e essa foi uma de suas mais significativas contribuições para a causa cristã.

7. A execução de Estêvão foi ilegal, mas Josefo mostra-nos que tais execuções, mesmo no recinto do templo, não eram raras. Pilatos, mui provavelmente, fechou os olhos para o caso, ignorando o incidente.

O sermão de Estêvão bem como o incidente inteiro de sua morte por martírio, forma um marco muito importante na história da igreja cristã; e isso pelas razões que aduzimos abaixo:

1. Por causa da morte de Estêvão rebentou uma perseguição contra os cristãos (ver o oitavo capítulo de Atos), que só serviu para espalhar mais ainda o testemunho e a expressão da igreja primitiva.

2. A morte de Estêvão foi um fator que finalmente conduziu Saulo de Tarso aos pés de Cristo (ver Atos 7:58; 8:1,3 e 22:20).

3. Embora não tivesse sido através do sermão de Estêvão que foi pela primeira vez proclamada a missão universal do evangelho, pelo menos o evangelho foi nessa ocasião mais claramente delineado e enfatizado, porque ele mostrou que a presença de Deus não pode ser localizada.

4. O sermão de Estêvão também demonstrou a atitude perpétua de desobediência por parte da nação de Israel. Por isso é que o tratamento que haviam dado ao Senhor Jesus não era nenhuma novidade, e, sim, a mera continuação de uma desobediência secular. Estêvão mostrou que Abraão e José viveram como peregrinos, e que até mesmo Moisés fora repelido por seus irmãos de raça. Por conseguinte, não deveria constituir surpresa que uma geração inteira de peregrinos se tivesse desenvolvido no cristianismo, e nem que o seu Senhor e Messias houvesse sido rejeitado pelos judeus.

A Pessoa de Estêvão

O seu nome significa «coroa», e é muito significativo que tivesse sido ele o primeiro a receber a coroa do martírio, ocorrência essa que, naqueles tempos, se foi tornando acontecimento gradualmente mais comum. Assim é que, quando do concílio de Nicéia dificilmente havia qualquer de seus representantes que não trouxesse alguma marca visível de injúria física, recebida por estar vinculado ao Senhor Jesus; e dificilmente havia alguma família na igreja cristã que não houvesse perdido ao menos um de seus membros como mártir pela causa de Cristo. De fato, começaram a formar-se clubes de mártires, cujos membros buscavam ativamente o martírio, a maioria dos quais não se desapontou nessa busca. Isso obrigou finalmente às autoridades cristãs a se pronunciarem contra tal prática. Tudo isso contribui para mostrar-nos até que ponto as perseguições contra os cristãos, iniciadas sangüinariamente na execução de Estêvão, se desenvolveram e intensificaram.

Alguns estudiosos vêem, no sermão de Estêvão, evidências de que ele não era natural de Jerusalém, e sim, «nascido no estrangeiro»; e essa conclusão mui provavelmente é correta. À luz de sua conexão com a sinagoga dos «libertos», tem-se inferido que ele era um daqueles libertos vindos de Roma, isto é, descendente de judeus que haviam sido levados para Roma como escravos, mas que finalmente, por diversos meios, obtiveram a sua liberdade, e talvez até mesmo a cidadania romana, em vários casos. Quando Tácito (*Anais ii* 85) descreve a expulsão dos judeus de Roma, por ordem de Cláudio, fala sobre quatro mil libertos, aos quais intitula *da classe dos libertinos*, que teriam sido banidos para a ilha de Sardenha, no mar Mediterrâneo. Com base nesse informe histórico é que alguns eruditos têm suposto que Estêvão fosse natural da Sardenha.

Há também uma tradição que circulou, pelo menos até os começos do século IV de nossa era, que também foi aceita por Epifânio (que viveu nesse século; ver *Haer.* xx.4), no sentido de que Estêvão e Filipe eram integrantes do grupo especial de setenta discípulos do Senhor Jesus, segundo se lê no décimo capítulo do evangelho de Lucas, cuja missão simbolizava a admissão das nações gentílicas no reino de Deus, conforme transparece nos trechos de Luc. 9:52 e 17:11. Entretanto, essa tradição é de data bem posterior, não havendo realmente qualquer alicerce histórico para ela, e nem possuímos quaisquer meios para julgar a sua veracidade.

Estêvão era homem cheio de *fé* e do *Espírito Santo*. A fé é um aspecto do fruto do Espírito Santo, um desenvolvimento espiritual no crente, que resulta do poder transformador do Espírito que habita no crente, uma evidência da graça divina em sua vida. A fé é a mãe de todas as demais graças e virtudes cristãs. (Ver no NTI em Heb. 11:1 e o artigo sobre a *Fé*). — A atuação do Espírito Santo pode ser imitada fraudulentamente, mas o serviço cristão contínuo e frutífero só pode ser produto da influência verdadeira exercida pelo Espírito de Deus, e um fruto espiritual autêntico é a prova suprema de sua presença.

ESTÊVÃO, REVELAÇÃO DE

Esse é um apocalipse apócrifo mencionado por alguns dos apologistas cristãos pós-nicenos, como um texto popular entre os hereges maniqueus. No entanto, não foi preservado até nós nenhum texto dessa obra, embora seja sabido que deveria ser uma recitação ou narrativa a respeito do reaparecimento de Estêvão, o primeiro mártir cristão. Um relato um tanto similar é conhecido, através de várias versões. O mais antigo é aquele mencionado por um padre cristão, Luciano (cerca de 400 D.C.), que viveu em alguma cidade próxima de Jerusalém. Supostamente, ele teria sido visitado por três vezes pelo espírito de Gamaliel, um grande mestre rabino entre os judeus (ver Atos 5:34 e 22:3), visitações essas que o teriam levado à descoberta dos cadáveres de Estêvão, Nicodemos e Gamaliel. Qual a vantagem dessa descoberta é coisa que um crente regenerado não entende.

Certo número de traduções têm sido feitas dos fragmentos restantes dessa obra. Um romance medieval sobre Santo Estêvão, em antigo eslavônico eclesiástico, também existe, embora, segundo todas as aparências, não tenha qualquer ligação com aquele texto dos maniqueus. Ver M.R. James, *The Apocryphal New Testament* (1924), págs. 564-568; M.S. Enslin, «Stephen, Revelation of», IDB, vol. 4, págs. 442, 443.

ESTIGMAS (STIGMATA)

Essa palavra vem do termo grego **stizein**, «pungir», «picar». A forma nominal plural é **stigmata**, de onde proveio a nossa palavra portuguesa. Trata-se de um fenômeno religioso que envolve o aparecimento dos supostos ferimentos de Cristo, no corpo de uma pessoa. Esses ferimentos podem aparecer nas mãos, nos pés, e até mesmo na parte lateral do tórax da pessoa envolvida. Francisco de Assis tinha tais ferimentos, segundo se diz, em todos esses três lugares. Muitas pessoas encaram o fenômeno com grande admiração, chegando mesmo a procurar tê-lo também. No entanto, quando aparecem os estigmas, fazem-no espontaneamente. Aqueles que assumem uma posição espiritual a respeito, pensam que os estigmas são de origem divina. Em nossos próprios dias, o padre Pio tinha esses ferimentos. Tais feridas estavam sempre abertas, sempre emitindo líquido, mas sem nunca infeccionarem.

Em alguns casos, os ferimentos aparecem e desaparecem. A ciência médica tem procurado explicar o fenômeno, afirmando que resulta de alguma forma de histeria religiosa. Mas, outros

perguntam: «Se é assim, porque esses ferimentos não se infeccionam?» Parece melhor opinarmos que esse fenômeno, quando é autêntico, tal como muitos outros fenômenos que envolvem a fé religiosa, é de natureza misteriosa, sem qualquer explicação científica adequada. Podemos supor que, pelo menos em alguns casos, uma espiritualidade fervorosa e sincera pode ser acompanhada pelo aparecimento dessas marcas. Em outros casos, causas desconhecidas podem estar envolvidas. Também é verdade que têm aparecido lesões em alguns casos demoníacos, incluindo dentadas. Qualquer coisa pode acontecer no campo da religiosidade e alguns casos podem ser atribuídos ao demonismo. Por outra parte, alguns santos católicos, que têm exibido estigmas, têm sido pessoas (homens e mulheres) de inquestionável piedade, devoção e caridade e, nesses casos, parece melhor buscar uma explicação espiritual positiva (posto que ainda desconhecida), a menos que a influência e possessão demoníacas sejam muito bem disfarçadas nesses casos (o que também não é impossível). Sejamos caridosos, contudo, não julgando negativamente o fenômeno, somente por não o conhecermos bem.

ESTILO APORÉTICO

Consiste em fazer perguntas e objeções sem dar as respostas. Era comum nos primeiros diálogos de Platão. Esse estilo tem sido rotulado por alguns como *aporia*, que vem do grego «quebra-cabeças». O termo grego *poros* significa «meio», «caminho». Assim, a palavra aporético significa algo acerca do que não há meios para se dar resposta imediata, ou seja, algo duvidoso ou causador de perplexidade.

ESTOICISMO

Ver o artigo separado sobre *Escolas Filosóficas do Novo Testamento* para outras explicações do *Estoicismo*.

Esboço

1. A Lógica
2. A Metafísica
3. A Ética

No grego, no plural, *stoikoi*. Os filosofos epicureus e estóicos são mencionados por uma única vez em toda a Bíblia, em Atos 17:18, quando é indicado que alguns filósofos dessas escolas puseram-se a contender com o apóstolo Paulo, em Atenas. E, em Atos 17:28, embora não seja especificado por Paulo, os «poetas» referidos por ele eram, mais precisamente, Arato, um filósofo estóico, que havia dito: «Porque dele também somos geração». Além desses dois fatos, que os filósofos estóicos rejeitavam a idéia da ressurreição do corpo físico (o que Paulo anunciava como fato comprovado, na pessoa de Jesus Cristo), e que um deles, no passado, reconhecera que Deus é o nosso criador, Lucas não nos fornece outros informes quaisquer sobre os pontos de vista deles.

O fundador do estoicismo foi *Zeno* (342-270 A.C.). Esse homem era fenício de nascimento. Em um naufrágio, salvou-se da morte e chegou em Atenas. Ali sentiu-se atraído pela rígida moralidade dos cínicos, mas também repelido pelos seus costumes muito crus e primitivos. Ver sobre os *Cínicos*. Com o tempo, foi sucedido por *Cleantes*, um respeitável e idoso cavalheiro, mas com poucas habilidades filosóficas, Crísipo foi o próximo presidente dessa escola filosófica, o qual a reorganizou (232-206 A.C.), o que permitiu que essa escola se lançasse em sua bem-sucedida história de quatro séculos. Os estóicos dividiam sua filosofia em três porções: a lógica, a física e a ética, sobre as quais apresentamos comentários, abaixo:

1. A Lógica. — Os estóicos desenvolveram uma epistemologia empírica, elaborada, baseada nas percepções físicas. A alma, por ocasião do nascimento, seria uma *tabula rasa*, que iria recebendo impressões no decurso da vida. Zeno insistia que a alma é física, e Cleantes comparava cruamente as impressões da alma com as elevações e depressões deixadas por um carimbo, sobre a cera. Mas Crísipo não aceitava tal idéia, porquanto isso dificultava a explicação sobre a memória.

O empirismo sempre será embaraçado, em sua tentativa de distinguir a verdade do erro, por causa de sua epistemologia baseada nos sentidos. Os epicureus haviam tentado manter a verdade restringindo-a às imagens captadas pelos sentidos. Mas o método fracassa quando alguém supõe, sem provas, que uma imagem qualquer assemelha-se a um objeto externo.

Os estóicos partiram então para um esquema diferente. Eles diziam que a verdade deve ser percebida imediatamente, nas próprias sensações. No entanto, muitas sensações não reproduzem devidamente os seus objetos, a despeito do que os estóicos insistiam que isso se consegue com «representações abrangentes». Esse tipo de sensação, segundo eles, traria as marcas de sua própria validade. E o passo seguinte, na formação do conhecimento, foi a construção de conceitos. Muitos conceitos seriam noções comuns, que todos os homens podem ter; mas outros conceitos seriam elaborados com método e habilidade. Os homens seriam racionais por causa de suas noções comuns; e qualquer proposição sobre questões de física ou de ética deveria ser confrontada com essas noções comuns, a fim de ser comprovada. Mais do que isso, porém, não podemos dizer, pois os ensinos dos filósofos estóicos chegaram até nós de forma muito fragmentada.

Os estóicos pretendiam evitar o ceticismo; mas o que talvez tenha impedido isso é que eles ainda não conheciam o processo do aprendizado. Zeno ilustrava esse processo de uma maneira bastante crua. Ele espalmava a mão e dizia: «Assim é a percepção». Fechando um pouco os dedos, ele continuava: «Assim é o assentimento». Ele fechava o punho e comparava isso com a «compreensão». E, finalmente, segurava o punho fechado com a outra mão, e completava: «Assim é o conhecimento, que só o homem sábio possui». Todavia, o conceito de homem sábio é anterior aos estóicos.

2. A Metafísica. Quanto a esse campo, os estóicos retrocederam para Heráclito: toda a realidade seria material, compondo-se de fogo vivo, e não de átomos discretos e inanimados. Parte desse fogo ter-se-ia tornado inerte e sem forma; outra parte seria o princípio móvel e moldador, *o Logos*, que permearia a todas as coisas. Isto é um tipo de pantelismo.

Visto que a substância universal seria o fogo, a cosmologia dos estóicos afirmava que este mundo terminará em uma grande conflagração, na qual tudo seria reduzido a chamas. Por causa disso, alguns estudiosos têm pensado que o trecho de II Pedro 3:10-12 alicerça-se sobre essa idéia estóica. Porém, a similaridade de conceitos é apenas aparente. Em primeiro lugar, a física hilozoista do estoicismo, que era a base da suposta conflagração imaginada pelos estóicos, nunca aparece na Bíblia. O hilozoísmo (do gr. *ule*, «matéria» e *zoe*, «vida») é a idéia de que toda a vida, física ou mental, deriva-se da matéria.

Tendo-se originado entre certos pensadores gregos da chamada escola jônica, esse hilozoísmo primitivo reapareceu, embora de forma modificada, no pensamento medieval e renascentista. Foram idéias assim que serviram de base para o *materialismo* (que vede). Em segundo lugar, os estóicos pensavam em um processo natural e ordinário, que já estaria em andamento, ao passo que Pedro predisse uma catástrofe repentina, à semelhança do dilúvio de Noé. Em terceiro lugar, para os estóicos, essa conflagração seria uma espécie de deificação universal, enquanto que o apóstolo pensava no julgamento divino contra o pecado. Em quarto lugar, os estóicos pensavam em ciclos de destruição e reformulação constantes, em que a história do cosmos repetir-se-ia vezes sem conta, mas Pedro ensinou um único juízo final, sem qualquer repetição. Assim sendo, conforme Agostinho observou, essa posição do estoicismo refletia um profundo e irremediável pessimismo, em nada semelhante ao ponto de vista tão otimista da Bíblia, quando se refere ao plano de Deus relativo à sua criação. Ver sobre *Restauração*. Logo, Pedro não se alicerçou sobre idéias estóicas, quando escreveu a passagem de II Pedro 3:10-12. Acresça-se a isso que o sistema estóico requeria que o destino ou a sorte fosse parte integrante do cosmos, porquanto haveria não somente a causa primária — **o Logos** — para o universo, mas também grande multiplicidade de causas, que se misturariam de maneira mais fortuita e imponderada. Os estóicos ficavam a medir as causas e as suas conseqüências, nos acontecimentos históricos e outros. Ora, essa atividade estóica em nada se assemelha à posição cristã, que vê em Deus a grande força controladora de todos os eventos, tudo visando a uma finalidade previamente traçada, de acordo com os impulsos próprios de uma personalidade, a divina. Pois Deus faz todas as coisas «segundo o beneplácito de sua vontade» (Efé. 1:5).

3. A Ética. Os estóicos supunham que tinham razões adequadas contra todos argumentos em favor do livre-arbítrio. Ensinaram um *determinismo* absoluto controlado pela Razão Universal, o *Logos*. Virtude é *submissão* à vontade do *Logos* (vide). Não há maneira adequada para conciliar os ensinos do determinismo (vide) e do livre-arbítrio. Deus usa o livre-arbítrio do homem sem destruí-lo, mas *como*, não sabemos. Ver os artigos separados intitulados, *Determinismo; Livre-Arbítrio* e *Predestinação*. Os dois princípios existem. O livre-arbítrio é necessário para qualquer ensino de responsabilidade na ética.

Ver um tratamento separado sobre a ética do estoicismo no artigo sobre *Ética*, seção IV, ponto 4.

Princípios de maior importância foram os seguintes: liberdade de agir segundo o determinismo do *Logos*, mas não contra esta razão universal e tudo-controladora; apatia, a necessidade de não lutar contra o destino e a necessidade. A fórmula ética é apatia/felicidade/virtude. A felicidade vem da apatia porque nenhuma circunstância tem poder sobre nós. O estoicismo romano substituiu *moderação* no lugar da apatia. *Independência* das vicissitudes da vida vem pela aplicação implacável da apatia. Os homens podem ser tranqüilos obedecendo a necessidade.

O princípio da *irmandade universal* da humanidade foi de grande importância no estoicismo e diversas leis romanas, que favoreceram os estrangeiros, foram baseadas neste conceito.

••• ••• •••

Os estóicos rejeitavam o ideal epicureu do prazer, como o alvo da existência humana,— mas em vez disso, frisavam a virtude. Eles não procuravam evitar a dor a qualquer custo, conforme faziam os epicureus, mas pensavam que vale a pena o homem arriscar-se a sofrer, se isso for necessário, por exemplo, para que o homem crie os seus filhos e se desincumba de suas responsabilidades civis — duas responsabilidades condenadas pelos lassos epicureus.

Até mesmo nós, que contamos com a influência controladora do Espírito Santo, o qual nos encaminha para a prática do bem, precisamos reconhecer que viver virtuosamente é uma tarefa muito difícil. Paulo reconhecia que, quanto a isso, era um homem dividido. «De maneira que eu, de mim mesmo, com a mente sou escravo da lei de Deus, mas, segundo a carne, da lei do pecado» (Rom. 7:25). O elemento desequilibrador, nessa situação de relativa impotência espiritual, é a presença do Espírito de Deus em nós. «Também o Espírito, semelhantemente, nos assiste em nossa fraqueza...» (Rom. 8:26). Essa presença muda a direção dos nossos mais profundos impulsos. Contudo, Deus Espírito não age em nós sem o concurso da nossa vontade esclarecida, pelo que Paulo recomenda: «Assim também vós considerai-vos mortos para o pecado, mas vivos para Deus em Cristo Jesus. Não reine, portanto, o pecado em vosso corpo mortal, de maneira que obedeçais às suas paixões; nem ofereçais cada um os membros do seu corpo ao pecado, como instrumentos de iniqüidade; mas oferecei-vos a Deus como ressurrectos dentre os mortos, e os vossos membros a Deus, como instrumentos de justiça» (Rom. 6:11-13).

A grande maioria dos homens mostra que vive na malignidade, na insensatez moral. Somente alguns poucos exibem sabedoria, quanto a esse aspecto. Assim como um homem pode afogar-se em um lençol de água com dez centímetros de profundidade, tanto quanto no oceano Pacífico, assim também aquele que viola a virtude quanto a um de seus aspectos, já se tornou culpado diante da lei. «Pois qualquer que guarda toda a lei, mas tropeça em um só ponto, se torna culpado de todos... Ora, se não adulteras, porém, matas, vens a ser transgressor da lei» (Tia. 2:10 e 11). A passagem do vício para a virtude, da insensatez moral para a sabedoria moral, depende de uma súbita e instantânea conversão, operada pelo Espírito de Deus com base no arrependimento e na fé em Cristo. Infelizmente, poucas pessoas se convertem; e muitas só o fazem tarde na vida, após grande conflito íntimo.

Os estóicos viam a necessidade de esforço para que o homem pudesse adquirir a virtude, mas não entendiam que só com a ajuda de Deus, com base na obra redentora de Cristo, esse esforço poderia ser coroado de êxito. A despeito disto, o estoicismo produziu algumas pessoas admiravelmente santas e dedicadas, especialmente considerando o paganismo que dominava a cena grega.

A Grande Virtude do Estoicismo. Os estóicos glorificaram a apatia como a virtude mais nobre. Sendo que todas as coisas são determinadas pelo *Logos*, a nossa única escolha verdadeira é de enfrentar o mundo com submissão a vontade divina e aceitar todos os acontecimentos sem qualquer emoção, revolta ou rebelião. O homem que age assim é *sábio*. No estoicismo romano, a apatia tornou-se *moderação*. Paulo, nas suas cartas, tem muitos reflexos da ética do estoicismo. No artigo separado, *Escolas Filosóficas do Novo Testamento*, apresento para o leitor um tratamento mais detalhado sobre o *Estoicismo*,

especialmente sobre a ética desse sistema.

Bibliografia. AM E EP P MM

ESTOLA

No hebraico, **ephod**, «cobertura». A estola era um artigo das vestimentas dos sacerdotes hebreus. Era uma peça ajustada ao corpo, sem mangas, de variados comprimentos, embora geralmente chegasse até as cadeiras. No entanto, esse tipo de traje também era usado comumente, por pessoas que não pertenciam ao sacerdócio. A legislação mosaica preceituava o uso da estola, no caso dos sumos sacerdotes. Em Êxo. 28:8; 39:5 e Isa. 30:22, a palavra indica uma peça justa ao corpo, sem qualquer conexão com os ritos sacerdotais; mas, em Êxo. 28:12,27,28 aparece vinculada aos sacerdotes. De acordo com I Samuel 2:18 e II Samuel 6:14, era feita de linho, com exceção da estola sumo sacerdotal, que era bordada com fios de várias cores. Consistia em duas partes, uma cobrindo as costas e a outra cobrindo o peito. Essas duas partes eram unidas uma à outra, nos ombros, por duas grandes pedras de ônix, sobre as quais estavam gravados os nomes das doze tribos, seis nomes em cada pedra.

Os sacerdotes usavam estolas de linho, mas os sumos sacerdotes tinham estolas bordadas em ouro, azul, púrpura e escarlate. Uma estola especial era usada quando do pronunciamento de oráculos. Essa estola ficava pendurada no interior do templo (I Sam. 21:9). Diferia das estolas comuns e no que diferia, é algo que não se sabe dizer. Mesmo em criança, Samuel tinha sua estola sacerdotal (I Sam. 2:18), tal como sucedia a Davi, quando oficiava perante a arca da aliança, como rei (II Sam. 6:14). E também havia a «sobrepeliz da estola sacerdotal» (Êxo. 28:31; 29:5; 39:22-26; no hebraico, *meil*, «manta»), que era uma peça distinta, feita em tecido azul, sem mangas, com borlas na beirada inferior. Sinetes de ouro, intercalados com romãs de estofo azul, púrpura e carmesim, deveriam ser postas nessa sobrepeliz (Êxo. 28:33,34; 39:22-26).

A Arqueologia e as Estolas. Antiqüíssimos tabletes assírios, com escrita cuneiforme, do século XIX A.C., e tabletes ugaríticos do século XV A.C., mostram que já se conhecia a estola (*epadu*), bem antes da época do sacerdócio judaico. Entre aqueles povos, a estola era uma peça comum do vestuário feminino. É claro, pois, que essa forma de veste foi posteriormente adotada como parte dos trajes dos sumos sacerdotes, com várias modificações e decorações. No entanto, as estolas comuns continuaram sendo usadas como artigos comuns do vestuário.

Estranho é que uma veneração toda especial veio a ser vinculada à estola sumo sacerdotal. Na época dos juízes de Israel (Juí. 8:27), Gideão tinha uma réplica da estola sacerdotal, feita com o ouro e as pedras preciosas pilhadas das tropas midianitas que haviam sido derrotadas e mortas por seus homens. Lê-se que o efraimita Mica mandou fazer uma estola para ser usada na adoração de seu ídolo de ouro (Juí. 17:1 *ss*). A estola e suas imagens, uma de fundição e outra de escultura, vieram a fazer parte do culto que ele instituiu em sua própria casa, tendo um de seus filhos como sacerdote. Essa tendência a dar um excessivo valor a meras vestes é antiga no gênero humano, demonstrando as inclinações ascéticas e beatas de muitas pessoas. É triste quando tal pendor manifesta-se entre grupos evangélicos, que deveriam entender que o Novo Testamento nos leva muito além de meras coisas simbólicas, conforme se via, por exemplo, no culto e no cerimonial estabelecidos por Moisés.

Nos dias do reino dividido, o profeta Oséias predisse que chegaria tempo em que os filhos de Israel ficariam destituídos desses aparatos simbólicos por longo tempo (Osé. 3:4,5), até os últimos dias. Isso mostra-nos duas coisas: a. Os israelitas continuavam contando com o vestimento aparatoso dos sumos sacerdotes, incluindo a estola sacerdotal, até os dias desse profeta; e b. A ausência dessas vestes cerimoniosas, durante tantos séculos (pois até hoje os judeus não têm sacerdotes e sumos sacerdotes, mas somente rabinos), mostra que elas são perfeitamente dispensáveis, não fazendo parte essencial do culto a Yahweh. Nenhuma menção se faz à «estola sacerdotal» depois do retorno dos exilados judeus da Babilônia, embora alguns estudiosos pensem que isso ocorreu por acaso. Mas, o mais provável é que a predição de Oséias, conforme vimos acima, já estava se cumprindo. — Mas, se a legislação mosaica estava sendo seguida à risca, então a estola continuaria a ser usada, até o tempo da destruição do templo de Jerusalém, pelos romanos, no ano 70 de nossa era. (AM UN(1957) VA Z)

ESTOM

No hebraico, «descansado». Era filho de Meir e neto de Quelube, da tribo de Judá (I Crô. 4:11,12). Descendia de Calebe.

ESTÔMAGO

No grego, **stómachos**, uma palavra que é variante de *stóma*, «boca». Essa palavra aparece exclusivamente em I Timóteo 5:23, onde Paulo recomenda àquele cristão da segunda geração: «Não continues a beber somente água; usa um pouco de vinho, por causa do teu estômago e das tuas freqüentes enfermidades». Nos livros apócrifos da Bíblia, a palavra reaparece na Septuaginta, em II Macabeus 7:21, embora com o sentido de «coragem». Ver também sobre *Ventre*.

A grosso modo, o trato digestivo compõe-se de boca, esôfago, estômago, intestino delgado, intestino grosso e ânus. Esse trato digestivo, em termos gerais, aparece como «ventre» ou «entranhas». Nossa versão portuguesa usa palavras como «estômago», «barriga», «ventre», etc., em trechos como Pro. 13:25; Jer. 51:34; Eze. 3:3; Rom. 16:18 e Fil. 3:19. Nestas duas últimas referências, são destacadas aquelas que dão prioridade aos seus apetites físicos.

ESTOPA

No hebraico, **neoreth** (Juí. 16:9 e Isa. 1:31). Era a parte quebrada e bruta da juta ou do cânhamo, que era separada com a ajuda da espadela, com que se batia na fibra, antes da mesma estar pronta para ser fiada.

ESTORAQUE

No hebraico, **nataph**. No grego **stakte**. No Antigo Testamento, a palavra ocorre somente em Êxo. 30:34. A palavra grega nunca aparece no Novo Testamento. O estoraque era um dos ingredientes do azeite das unções. Provavelmente era o mesmo ingrediente referido em Eclesiástico 14:15, ingrediente derivado de um arbusto, o *Styrax officinalis*, que era abundante na Palestina. Talvez os «arômatas» referidos em Gên. 37:25 e 43:11 fossem feitos dessa mesma planta; mas, nesses casos, alguns estudiosos preferem pensar em uma espécie do astrágalo, como a goma de tragacanto. Ver o artigo separado sobre

condimentos. A palavra grega *stakte* era sinônimo da «mirra», um termo grego que significa «gota», provavelmente uma alusão às gotículas de mirra. Essa mesma palavra hebraica, *nataph*, é usada em Jó 36:27, para indicar meras «gotas de água».

ESTRADA REAL

No hebraico, literalmente temos «caminho do rei». Esse era o nome de uma importante estrada que corria de norte para sul, desde Damasco até o golfo de Âqabah, localizado no fundo do mar Vermelho. As referências bíblicas encontram-se em Núm. 20:17; 21:22; Deu. 2:27. Essa era uma das principais rotas de caravanas, ao longo da qual processava-se um intenso comércio. Importantes cidades, ao longo dessa estrada, eram Elate, Temã, Bozra, Quir-Moabe, Aroer, Rabate de Amom, Ramote-Gileade, Astarote e finalmente, Damasco, se contarmos de sul para norte. Moisés pediu permissão para seguir por esse caminho, atravessando os territórios dos idumeus e de Seom, o rei amorreu. As evidências arqueológicas demonstram que essa estrada vinha sendo usada pelo menos desde 2000 A.C. Fortalezas da era do bronze têm sido descobertas ao longo da mesma. É possível que a invasão de Quedorlaomer e seus aliados, segundo se lê no décimo quarto capítulo de Gênesis, tenha acompanhado essa estrada. Nos dias de Salomão, era uma importante estrada comercial, entre Ezion-Geber, Judá e Damasco, na Síria. Os romanos, na época de Trajano, no século II D.C., incorporaram essa estrada em seu sistema de estradas. Uma estrada moderna acompanha a antiga rota. (Z)

ESTRADAS

Esboço:

I. As Estradas da Antiguidade
  A. Restos arqueológicos de estradas
  B. Comércio efetuado pelas antigas estradas
  C. Defesa e extensão das estradas
II. Estradas no Antigo Testamento
  A. Termos
  B. Estradas inter-nacionais
  C. Estradas inter-regionais
  D. Estradas internas
  E. Uso religioso e político das estradas
  F. Uso literário e figurado da palavra «estrada»
III. Estradas no Novo Testamento
  A. Termos
  B. Estradas persas e gregas
  C. Estradas romanas
  D. Estradas de Herodes
  E. Estradas internas
  F. Estradas internacionais
    a. Narrativas do evangelhos
    b. Em Atos e nas epístolas
  G. Uso literário e figurado da palavra «estrada»
  H. Noção escatológica de «estrada»

I. As Estradas da Antiguidade

As mais antigas estradas que têm sido encontradas são as trilhas dos antigos caçadores, que seguiam e caçavam os animais em migração. A domesticação da ovelha certamente ocorreu por volta de 9000 A.C., e a terra batida devido ao contínuo ir e vir dos animais dos apriscos para os pastos, constituiu o primeiro tipo de leito de estrada, nas mais antigas vilas. O estabelecimento de cidades, que assinala a era neológica no antigo Oriente Próximo, também produziu a melhoria proposital da superfície das estradas, embora talvez não envolvesse mais do que o nivelamento de falhas naturais e a remoção das pedras maiores. Os povos pré-históricos comerciavam com bens e materiais, cobrindo longas distâncias. Essas rotas seguiam os cursos naturais das viagens, como os rios, os riachos, os vales e as planícies. Idéias e artefatos eram transportados a lugares distantes por grupos nômades, já desde o vigésimo quinto milênio A.C. Pelo tempo em que a escrita se espalhou pelo Oriente Próximo, as noções e os hábitos de construção de estradas já tinham se desenvolvido regularmente. O processo de organização de nações, que ocorreu logo após a era neolítica, espalhou-se pela região eurasiana mediante um sistema de estradas internacionais. Com a centralização da autoridade e do poder econômico, que produziu o arcaico estado religioso, a tecnologia da construção de estradas tornou-se algo imprescindível para a sobrevivência dos homens. Com a passagem do tempo, a construção e a manutenção de estradas tornaram-se uma das principais tarefas dos governos, passando para o terreno da jurisdição, da filosofia e da literatura.

A. Restos arqueológicos de estradas. Os artefatos encontrados atinentes à construção de estradas pertencem a quatro categorias: a. leitos de estradas; b. entulho; c. pilhas de material para construção de leitos de estrada e para entulho; d. sinais relativos a postos e distâncias. Os leitos das estradas eram originalmente compactados pela contínua passagem de seres humanos ou de animais, e a única inovação foi a passagem de rebanhos de animais domésticos por uma vereda ou recinto. As «eiras» (ver Gên. 50:10, para exemplificar), mencionadas nas narrativas bíblicas do período patriarcal eram compactadas dessa forma. O entulho e o material para entulhar geralmente consistiam em material antes empregado em construções feitas de pedra ou argila. A ereção de sinais de beira de estrada, que marcavam distâncias, era uma questão complexa. Sem dúvida, tinham um certo sentido religioso. Santuários de beira de estrada eram conhecidos dentre quase todas as culturas antigas. As pilhas de pedras erigidas pelos patriarcas, sem dúvida tinham natureza similar a esses santuários. Sinais de estrada, bastante elaborados, com extensas inscrições, entraram em uso após o começo do segundo milênio A.C. Fontes informativas gregas e romanas com freqüência mencionam tais construções. Algumas antigas trilhas foram reconstruídas por repetidas vezes, através dos séculos, podendo ser detectadas pelo curso das modernas estradas.

B. Comércio efetuado pelas antigas estradas. Atualmente pensa-se que o fabrico de instrumentos é um dos mais seguros sinais da civilização humana. Esse foi o ímpeto principal no comércio de materiais básicos e de manufaturas simples, na antiguidade. É provável que os principais artigos de comércio da antiguidade fossem o lápis lazúli, o ouro, a prata, o electrum, o ferro, o âmbar e o estanho. Há provas de que tais artigos atravessavam toda a região eurasiana e o Oriente Médio, pelo tempo da última glaciação. Pode-se supor com segurança que os grupos humanos foram-se formando em áreas melhor abrigadas, nos sopés das montanhas e ao redor das praias dos grandes lagos de água potável do continente eurasiano. Há um grande número desses lagos desde o sul da Rússia, passando pela Turquia e chegando até a Suíça. A similaridade da arte e do fabrico de instrumentos, em toda essa região, demonstra o grau do comércio. Os rios não eram suficientemente grandes para o

transporte de mercadorias pelos desertos e colinas do norte do Iraque, pelo que tiveram início as trilhas de caravanas. De modo geral, as tribos do norte negociavam animais, como jumentos, cavalos e mulas, levando-os para o sul e trocando-os por produtos próprios das regiões dos grandes rios. Ver *Escambo, Comércio e Negócios*.

C. Defesa e extensão das estradas. A ausência de fronteiras e defesas naturais para proteção do comércio em áreas mais extensas, produziu a criação de caravanas. Mas estas eram vulneráveis aos ataques de tribos assaltantes. As primeiras uniões políticas dos sumérios e dos semitas envolveram a questão da defesa e extensão das estradas. Defender uma estrada e o território adjacente equivalia a instalar guarnições armadas em pontos estratégicos das estradas. E, a fim de desencorajar os assaltantes, eram organizadas expedições militares a lugares ainda mais distantes e interiores. No sul da Mesopotâmia encontram-se as primeiras evidências de leitos de estradas preparados, e também em dois centros da cultura minoana. Havia um mercado central, e as ruas que se cruzavam ali eram pavimentadas em pequena extensão, contendo um complexo de palácios ou templos. A antiga literatura dos sumérios, babilônios, egípcios e hititas registra menção a esse fato, sob a forma de lendas ou mitos, onde se lê acerca de viagens ou expedições comerciais que precediam os exércitos. Mas, até cerca de 2000 A.C., estradas e ruas pavimentadas confinavam-se às cidades. Assim, as estradas processionais da Assíria eram feitas com seixos recobertos de tijolos queimados e tudo era ligado por alguma substância como o betume. Em muitas cidades as lajes que recobriam as ruas tinham sulcos para as rodas das carruagens que serviam de uma espécie de trilhos, para orientar a direção das pesadas carruagens puxadas por bois, que atravessavam as ruas muito estreitas. Esses sulcos normalmente tinham uma bitola entre 1,20 m e 1,40 m, o que demonstra que as tais carruagens eram puxadas por bois atrelados em pares.

Quase todas as estradas antigas eram recobertas com pedras. Mas, através dos grandes desertos do Sinai e da Arábia não havia estradas, mas tão somente trilhas de caravanas bem conhecidas. Visto que as viagens por água limitavam-se aos rios e à navegação marítima costeira, até os tempos de Roma e de Cartago, não têm sido encontradas instalações portuárias servidas por redes de estradas, conforme se tornou um plano comum dos romanos. Somente com a introdução dos carros puxados a cavalo, ou das viagens a lombo de cavalo, é que a construção de estradas se aprimorou. Mas o terreno extremamente íngreme das regiões montanhosas da Palestina atrasou esse desenvolvimento técnico, tal como a ausência de portos naturais nunca permitiu que a Palestina se tornasse um teatro natural de operações da colonização ou do comércio dos gregos.

II. Estradas no Antigo Testamento

As estradas desempenham um importante papel na narrativa e nas instruções do Antigo Testamento. Os cursos de água da Palestina não se prestavam aos propósitos do comércio ou da conquista militar, e a sua posição entre a Anatólia e o Egito, ao norte e ao sul respectivamente, determinou uma rota central e uma rota costeira como os caminhos mais intensamente usados na região.

A. Termos. Em consonância com o costume semita de usar relativamente poucos adjetivos, mas muitos substantivos específicos, as citações veterotestamentárias a estradas contêm muitos termos usualmente derivados das características topográficas através das quais passavam as estradas ou as trilhas. Um desses termos hebraicos figura por cerca de cinqüenta e sete vezes no Antigo Testamento, aludindo quase exclusivamente a estradas em passagens de cunho poético (por exemplo, Gên. 49:17). Trata-se de um antigo termo acádico cognato, *urhu*, que no dialeto assírio era *arhu*, «estrada» ou «vereda», com o sentido de «vereda por onde passa uma pessoa» ou «curso da vida de uma pessoa». Uma forma verbal desse termo aparece em algumas passagens como Jó 34:8, com o sentido de «estar na estrada» ou «vaguear», ou em Sal. 139:3, onde se lê: «...conheces todos os meus caminhos». E há formas participiais e femininas, sempre com o sentido de «vereda» ou «caminho».

Uma outra palavra hebraica aparece por cerca de 710 vezes no Antigo Testamento, com o sentido simples de «caminho» (por exemplo, Gên. 3:24). Por extensão, esse vocábulo significa «direção» (ver I Reis 8:44, para exemplificar), e também «distância» (ver Gên. 30:36, por exemplo). O desenvolvimento verbal dessa mesma raiz significa ou «palmilhar» ou «marchar para algum lugar», de onde se derivaram os sentidos de «pressionar» e «dobrar» (ver Juí. 9:27, para exemplificar). Isso é importante para a teologia do Antigo Testamento, devido a seu emprego com o sentido de «conduzir» (Gên. 6:12) e de «costume» (Gên. 19:31). O fato de que tal termo faz parte inerente do conceito bíblico de pecado e de retidão demonstra a vasta diferença da noção bíblica e as noções comuns às culturas ao redor de Israel. Eis por que é usada na introdução aos Salmos (ver Sal. 1:1), como o segundo grau de iniqüidade em que os ímpios se deleitam. O abandono do caminho ímpio encontra-se bem no centro do conceito veterotestamentário do arrependimento (ver Isa. 55:7-9, por exemplo). O «caminho do Senhor» reveste-se de primária importância, porque envolve a rota seguida pelo Messias (ver Isa. 40:3,4).

Um terceiro termo hebraico é um raro particípio de um verbo que aparece por cerca de 367 vezes no Antigo Testamento, com o sentido de «descer» (ver Gên. 18:21). O substantivo significa «descida» (ver Jos. 7:5 e 10:11, onde se lê: «descida» e «descida de Bete-Horom»). Uma passagem similar se vê em Jer. 48:5. O número dual do termo refere-se a cursos de água, conforme também se vê em uma outra referência (ver Miq. 1:4), onde se lê: «Os montes debaixo dele se derretem... como as águas que se precipitam num abismo». Portanto, esse termo hebraico, em todas as suas quatro ocorrências, provavelmente alude aos wadis ou vales secos, deixados nas regiões montanhosas da Palestina por rápidos dilúvios de certas estações do ano. Quando essas terras baixas naturais passaram a ser usadas como veredas, foi então que surgiu esse termo hebraico.

Um outro termo hebraico aparentemente deriva-se de uma forma participial de um verbo que significa «amontoar» ou «construir uma estrada». Significa especificamente um «caminho» (ver Juí. 21:19). Mas também era empregado para designar o curso das estrelas (ver Juí. 5:20). Uma forma variante dessa palavra aparece somente em Isaías 35:8, onde o paralelo, e talvez uma glosa, é *derek*. A palavra foi tomada por empréstimo do sumério, através do assírio. Esses termos e sua morfologia apontam para vocábulos usados atinentes à construção de ruas e estradas, feitas de pedras ou seixos, após o estabelecimento da monarquia hebréia. É bem provável que a construção de estradas em Israel fosse uma tecnologia mesopotâmica importada, devido ao

comércio com os semitas orientais, de mistura com grupos que falavam línguas aglutinativas e indo-européias do oriente, do outro lado do rio Jordão.

Uma outra palavra hebraica é usada no particípio, que é usualmente o verbo semita que tem o sentido de «subir», mas que é traduzida por «rampa» ou «escada». Um termo muito parecido no acádico significa «escada». No entanto, em alguns poucos trechos parece ter o sentido de «passagem», ao passo que aquele outro termo certamente significa «subir por uma inclinação» (ver Sal. 84:6,7; 120-134), de tal modo que muitos estudiosos pensam que aponta para a cerimônia da «festa de coroação». Todavia, essa idéia continua no terreno da especulação.

Um raro particípio *maqtal* de um verbo não desenvolvido no hebraico da Bíblia, significa «passagem estreita», ocorrendo exclusivamente em Núm. 22:24. E uma outra variante morfológica do mesmo significa «estreito», aparecendo em um certo número de trechos bíblicos.

Existe um verbo hebraico que só figura em Jeremias 18:15 e em uma difícil frase em Salmos 77:19. A tradição rabínica e cristã tem traduzido esse vocábulo como «vereda», embora não haja outra etimologia mais clara para isso, que o seu relacionamento semântico com os morfemas, que significam «pendurar» ou «seguir uma trilha». Aparece como o segundo elemento de um conjunto de três palavras, ou paralelismo crescente: «Pelo mar foi o teu caminho, as tuas veredas pelas grandes águas, e não se descobrem os teus vestígios».

Há um termo hebraico cognato do termo ugarítico mais comum para indicar «vereda». Ocorre nos trechos de Jó 18:10; 28:7; Sal. 78:50; 119:35, e sob uma forma levemente diferente, em Provérbios 2:18. Todas são passagens com outras características derivadas do ugarítico. Uma forma feminina do mesmo termo, traduzida por «vereda» ou «caminho», é freqüentemente usada com o sentido de *viajante* ou com o sentido de vereda moral de alguém. Não ocorre no Pentateuco, mas aparece pela primeira vez em Juízes 5:6, no belo cântico de Débora, um dos mais antigos fragmentos da língua cananéia no texto massorético: «Nos dias de Sangar, filho de Anate, nos dias de Jael, cessaram as caravanas, e os *viajantes* tomavam desvios tortuosos». Com freqüência serve como segundo elemento em algum paralelismo. Verificar, como exemplo, Isa. 42:16: «...caminho...» «...veredas...» No hebraico há termos empregados para indicar aspectos especiais da construção de estradas.

Há uma raiz hebraica primária que significa «fora das portas», «rua», «espaço entre edifícios». (Ver Êxo. 12:46).

Há um termo hebraico cognato do acádico que significa «descarregar», que é usado com o sentido de «obliterar» ou «desnudar», mas que algumas versões erroneamente traduzem por «estrada», em I Samuel 27:10. Tal palavra deveria ser traduzida por «atacar». Nossa versão portuguesa diz: «Contra quem *deste* hoje?» dando a entender um súbito ataque armado.

Na maioria dos casos, o texto massorético emprega as palavras comuns para indicar o labor agrícola ou de construção para descrever o ato de construir estradas. É seguro supormos que as mesmas pessoas que eram utilizadas no serviço da corte real também eram responsáveis pela construção e pelo cuidado das vias reais e dos caminhos públicos, na capital e nas circunvizinhanças dos monopólios reais. Em todo o Antigo Testamento não há qualquer evidência de um serviço de correios, ou de planejamento de cidades, senão já no tempo da conquista grega. Essas considerações limitam a filologia e a semântica dos termos hebraicos envolvidos.

B. Estradas internacionais. A maioria das redes de estradas que ia da costa ocidental do Mediterrâneo até o vale superior do rio Tigre passava bem ao norte de Israel. Os invasores assírios dirigiram-se ao coração da Síria, como quem ia na direção de Chipre, antes de guinarem para o sul, a leste e próximo das cabeceiras do rio Jordão, e daí atingindo as fronteiras da Samaria. Sem dúvida, uma anterior estrada atravessava o deserto da Judéia, desde a fortaleza jebusita de Jerusalém até o oásis de Jericó. Dali, provavelmente atravessava o deserto até às cidades do Jordão interior. Entretanto, as três principais rotas internacionais corriam do norte para o sul, atravessando as três zonas da Palestina, a planície costeira, a região montanhosa central e o vale do Jordão. A primeira dessas rotas era chamada de «o caminho do mar», que aparece em Isa. 9:1, trecho esse que também menciona o nome de «além do Jordão, Galiléia dos gentios». Porém, isso não significava que a estrada corria paralela à costa marítima, e, sim, que era o caminho que dava «para o mar».

A segunda grande estrada era a «estrada real», que percorria todo o comprimento das terras altas da Transjordânia, especificamente mencionada em Núm. 20:17 e 21:22. Era usada pelas caravanas que iam do sul da Arábia até Damasco. A maioria das aldeias da região montanhosa ficava ao longo desse caminho, mas o terreno era recortado por profundos ribeiros e altas colinas. Invadir a região não era tarefa fácil, pelo que bem poucas campanhas militares tiveram acesso ao lugar, ao longo de seu comprimento. Houve dois períodos de civilização florescente ao longo dessa estrada, no fim do terceiro milênio e começo do segundo milênio A.C. e novamente, no século XVIII A.C., até o começo da Idade do Bronze dos israelitas. Essa estrada era usada principalmente nas viagens internas, no que diferia das outras duas principais estradas. Seu curso, de Hazor, passando por Jerusalém, e daí até Berseba, notabilizava-a como a principal via do comércio israelita e de peregrinações a Jerusalém. A seção próxima a Belém é chamada de «caminho de Efrata» (ver Gên. 35:19 e 48:7).

C. Estradas inter-regionais. Usualmente, essas estradas atravessavam no sentido longitudinal os vales naturais ou os vales entre as montanhas, entre duas grandes rotas internacionais quaisquer. Eram as rotas que levavam da região montanhosa central às planícies e desertos. Devido a sua relativa pequena importância, muitas dessas estradas não ficaram registradas nos escritos antigos que chegaram até nós, incluindo as Escrituras Sagradas.

D. *Estradas internas.* A lista abaixo está baseada no trabalho de Y. Aharoni, em suas diversas publicações sobre a geografia da Palestina: 1. «Caminho de Bete-Hagã» (II Reis 9:27); 2. «caminho de Basã» (Nú. 21:33); 3. «caminho do carvalho dos adivinhadores» (Juí. 9:37); 4. «caminho da planície» (II Sam. 18:23); 5. «caminho que dá aos vaus do Jordão» (Jos. 2:7); 6. «caminho de Ofra» (I Sam. 13:17); 7. «caminho do deserto» (Jos. 8:15 e Juí. 20:42), uma estrada perto de Jericó e que começava na área de Betel, mencionada em outros trechos bíblicos por outros nomes, onde o deserto é mais especificamente descrito, como «deserto de Gibeom» (II Sam. 2:24); 8. «caminho de Bete-Horom» (I Sam. 13:18), que era a estrada mais ao norte que levava à região montanhosa da Judéia. E, visto que Bete-Horom era uma junção

importante, lemos sobre o «caminho que sobe a Bete-Horom» (Jos. 10:10) e sobre a «descida de Bete-Horom» (Jos. 10:11). 9. «Caminho da planície», mas que o original hebraico diz «caminho de Arabá», que era o caminho familiar de Jerusalém a Jericó, mencionado no Novo Testamento (II Sam. 4:7; II Reis 25:4; Jer. 39:4; 52:7). Passava pelo estreito vale das dunas, até à «subida de Adumim» (Jos. 15:7; 18:17), e daí até à Transjordânia. Essa estrada não deve ser confundida com a de número *4*, embora nossa versão portuguesa lhe dê o mesmo nome daquela. 10. «Caminho de Bete-Semes» (I Sam. 6:9,12), e que provavelmente também era chamado de «caminho de Timna» (Gên. 38:14). Era um trecho da estrada de Laquis a Hebrom, através do vale do Soreque (ver Juí. 16:4) e do vale de Refaim (ver II Sam. 5:18). 11. «Caminho de Bete-Jesimote» (Jos. 12:3). 12. «Caminho dos nômades» (Juí. 8:11), que até hoje é usado pelos beduínos do deserto. 13. «Caminho do deserto de Moabe» (Deu. 2:8,9,18). 14. «Caminho de Edom» (II Reis 3:20), e que alguns estudiosos pensam tratar-se do mesmo curso chamado «caminho do deserto do Edom», referido em II Reis 3:8. 15. «Caminho de Horonaim» (Isa. 15:5), que provavelmente fazia parte da «descida de Horonaim», referida em Jer. 48:5. 16. «Caminho de Atarim» (Núm. 21:1), e que os rabinos tradicionalmente interpretam como «caminho seguido pelos espias». 17. «Caminho de Sur» (Gên. 16:7), sabendo-se que Sur era um lugar entre Hebrom e Berseba, na estrada para o Egito, lugar de descanso de Hagar. 18. «Caminho da região montanhosa dos amorreus» (Deu. 1:19), que começava em Cades-Barnéia e passava pelo deserto costeiro do sul. 19. «Caminho da montanha de Seir» (Deu. 1:2), —que talvez fizesse parte de uma das grandes estradas internacionais, embora também pudesse ser a rota alternativa do caminho do mar, passando pelo deserto de Edom até Cades-Barnéia, que era a extremidade norte do deserto. Outras referências parciais a estradas, subidas e descidas aparecem nas páginas do Antigo Testamento, mas a maioria refere-se a porções das estradas mencionadas, ou eram trajetos locais usados pelos aldeões em porções específicas do país. Confessa-se que a questão é difícil de ser deslindada.

E. Uso religioso e político das estradas. Os textos religiosos dos sumérios, acádicos, babilônicos, elamitas, persas, egípcios e hititas incluem detalhes de festas e cortejos religiosos, nos quais os ídolos eram apresentados às multidões. Tais caminhos eram infestados por ladrões e assaltantes, razão pela qual lemos que os patriarcas viajavam juntamente com grupos armados (Gên. 14:14,15, por exemplo). O controle e o cuidado das estradas eram sinais de que o monarca dominava a região, como o herói da mesma. Por isso, Senaqueribe jactava-se das estradas que construíra em Nínive. Mas as escavações modernas mostram que os trechos pavimentados das estradas não iam até muito longe da capital. Mas foram os hurrianos e hititas que conseguiram unificar suas confederações mediante o uso da escrita cuneiforme babilônica e de estradas militares. O termo grego *keruks*, «arauto», de onde se derivam os termos neotestamentários «pregar» e «pregador», está baseado no sistema de mensageiros dos hurrianos. Mas foram os persas que instituíram o sistema de estradas para o serviço de correios, para atender às necessidades administrativas. Roma adotou esse sistema como uma maneira de unificar os antigos estados que faziam parte do império romano. A avenida processional da capital servia não só para disseminar o culto religioso oficial, mas também para atrair peregrinos de todas as regiões do império. Essa situação muito contribuiu para desgastar os arcaicos estados religiosos, cedendo lugar ao individualismo da era helênica.

F. Uso literário e figurado da palavra «estrada». Na literatura antiga do Oriente Próximo encontramos a idéia de «estrada de vida», para indicar o curso de ação filosófica e moral de alguém. Um exemplo notável aparece em um poema babilônico: «Quem conheceu o plano dos deuses celestes? Quem conhece o esquema do outro mundo? Onde os mortais entenderam o caminho dos deuses?» (*A Babylonian Anthology*, págs. 32 *ss* , 1966, de W. White, Jr.). As doutrinas de um povo disperso, de profetas enviados e de um Messias Mensageiro encontram-se exclusivamente no Antigo Testamento. A idéia de deixar de lado um caminho qualquer é usada ali para indicar uma decisão voluntária: «...desviai-vos do caminho, apartai-vos da vereda; não nos faleis mais do Santo de Israel» (Isa. 30:11). Por igual modo, seguir os mandamentos do Deus do pacto é o mesmo que andar pelas veredas do Senhor (ver Isa. 2:3). A idéia de endireitar o caminho, moral e fisicamente, é exposta pelos profetas como símbolo da atitude de quem aguarda pela chegada do Messias (ver Isa. 40). As exortações para que se usasse de hospitalidade para com os estrangeiros e viajantes encontram um exemplo concreto em Abraão (ver Gên. 18, e outros trechos). A idéia é reiterada pelos escritores sagrados posteriores, e, finalmente, no ensino de João Batista, que entreteve o Messias, o hóspede por excelência.

III. Estradas no Novo Testamento

A. Termos. Contrário ao Antigo Testamento, o Novo Testamento tem um vocabulário bastante limitado para indicar objetos e construções específicos. Há dois termos principais e três secundários para aludir a estradas, no Novo Testamento, que continuaram sendo usados pelos escritores patrísticos pré e pós-nicenos. Visto que os antigos gregos eram um povo mais dado às lides do mar do que um povo de caravanas, os dialetos gregos clássicos nunca foram ricos em equivalentes semânticos para significar «estradas» e «viagens», como o foram as línguas aglutinativas e muitas das antigas línguas de massas de terras continentais do ocidente asiático. Esse leque mais estreito de tais termos reflete-se no Novo Testamento. No grego, desde os tempos homéricos, em todos os dialetos, *odós* sempre foi a palavra para indicar «estrada» e seus cognatos. Esse termo aparece por quase cem vezes no Novo Testamento, em três sentidos específicos: 1. «estrada» (Mat. 2:12, etc.); 2. «conduta» (Mat. 21:32, etc.); 3. «ensino» (Atos 24:14, etc.).

Um outro termo grego é *trópos*, «maneira», «meio», mas raramente, é usado como «caminho». É interessante observar que essa palavra é largamente usada na LXX e pelos escritores patrísticos do período pós-apostólico, embora só apareça nos evangelhos em Mat. 23:37 e Luc. 13:34, como também nos livros de Atos, Romanos, II Tessalonicenses, II Timóteo e Judas, em todo o resto do Novo Testamento.

Outro termo grego é *trochia*, «trilho de rodas», «curso para rodas» ou «caminho estreito», que aparece somente em Hebreus 12:13, na frase: «...e fazei caminhos retos para os vossos pés...» Essa palavra é uma extensão do vocábulo grego clássico *trope*, «roda», comumente usado desde os tempos homéricos. O desenvolvimento semântico específico é helenista em sua origem, e não mais antigo do que Filo de Alexandria (século III A.C.), e provavelmente é tradução de algum termo não indo-europeu.

Um termo grego extremamente comum é o verbo *anabaíno*, «subir», «ascender». No trecho de Lucas 19:28, refere-se especificamente à subida de Jesus e de Seus discípulos das planícies da Judéia central a Jerusalém. Nesse sentido, provavelmente temos a tradução de expressões hebraicas para *subir* a algum lugar (por exemplo, Salmo 120 em diante). Em Atos 28:15, crentes vieram ao encontro de Paulo, em sua viagem a Roma, na Praça do Ápio, uma cidade-mercado que havia na Via Ápia, cerca de setenta quilômetros de Roma. Algumas alusões a estradas aparecem muito indiretas, principalmente no livro de Atos, conforme se vê em Atos 8:26, onde há uma referência à Via Maris, que prosseguia ladeando a costa marítima. Mas poucas dessas alusões realmente mencionam a estrada em pauta.

B. Estradas persas e helenistas. O excelente sistema de estradas, herdado pelos governantes herodianos, foi construído pelos governantes helenistas, sob a influência persa. Heródoto, Xenofonte e outros escritores do período clássico admiravam-se da eficiência dos postos persas e de seu elaborado sistema de trilhas que atravessava os desertos. Todavia, não há evidências de que os persas do regime acaemenida tivessem realmente construído alguma estrada pavimentada entre as cidades. Os achados arqueológicos apontam para o fato de que eles pavimentavam somente as avenidas reais e cerimoniais, ao redor das cidades capitais. Nenhuma estrada persa chegava até à Palestina, mas seguiam para oeste desde Corsabade, para a extremidade mais nordeste do mar Mediterrâneo, e dali seguiam até Éfeso. Os governantes helenistas utilizaram-se dessa estrada principal que cruzava o deserto, e acrescentaram à mesma troncos que a ligavam com a Via Maris. Os persas deram continuação à prática babilônica de construir estradas com tijolos queimados, seguros no lugar com o auxílio de betume. E a eficiência do sistema de satrapias, com seus governantes semi-autônimos, manteve o sistema de transporte em funcionamento até muito tempo depois que a autoridade real central deixara de existir. Dessa maneira, os governantes helenistas herdaram um sistema, após o ano de 322 A.C., que funcionava bem e que requeria pouca atenção se pudesse ser reparado com os fundos cobrados por pedágios. No Egito, o sistema postal foi mantido até os tempos romanos. Foi construída uma estrada que ia desde Alexandria até o mar Vermelho. E mesmo depois que os portos da costa da atual Turquia foram abandonados, as estradas continuaram contribuindo com sua participação no tráfico, até bem dentro dos tempos bizantinos.

C. Estradas romanas. A origem da técnica romana de construção de estradas jaz nas brumas da antiguidade etrusca. Era básico da engenharia romana que os rudimentos de medidas como drenagem, terraplanagem e pavimentação já tinham sido bem desenvolvidos antes que os romanos começassem a construir as suas estradas. A essência das estradas era o fato de que eram elas desenhadas e construídas, tendo em vista todas essas outras três considerações. O planejamento de cidades, o terreno montanhoso e um senso de organização comunal combinavam-se para motivar a construção de firmes leitos de estrada, com uma pavimentação cuidadosamente calculada. A teia das estradas romanas teve início no século III A.C., espalhando-se mais e mais a cada década, até absorver a Europa, a Grã-Bretanha, o norte da África, a Grécia e o Oriente Médio. Foi na época de Augusto que as estradas da Síria e Palestina foram pavimentadas pelas usuais razões romanas; aumentaram as riquezas econômicas da área mediante a cobrança de impostos e concessões, para proteger os interesses romanos dos assaltantes e dos povos independentes que habitavam nas regiões montanhosas. Os executores dessa norma romana, na área da Palestina, foram os herodianos.

D. Estradas de Herodes. Tanto o Novo Testamento quanto Josefo dão testemunho do afã construtor de Herodes, o Grande e seus sucessores. O grande templo de Jerusalém, os palácios na Galiléia e as muitas fortificações, como por exemplo, Massada, foram construídos com a ajuda da engenharia romana e de operários judeus. A magnificente estrada real elevada que cruzava o vale, do palácio ao templo, está sendo escavada em seus alicerces por arqueólogos israelenses. As mansões e palácios da costa marítima e as fortificações do interior do país, construídos a mando de Herodes, confirmam sua fama e habilidade de construtor. Entretanto, fica implícito nas narrativas dos evangelhos que Jesus e seus discípulos preferiam percorrer a pé as trilhas interioranas, em vez de seguirem pelas estradas principais. Isso pode ser facilmente deduzido se acompanharmos os nomes dos povoados e aldeias pelos quais eles passaram. As aldeias, atualmente desapareceram quase todas, e o curso dessas trilhas pode ser apenas imaginado. Porém, não se pode pôr em dúvida que os escritores sagrados estavam familiarizados com os locais cuja topografia eles tão bem descreveram.

E. Estradas internas. As estradas referidas no Antigo Testamento geralmente continuavam a ser usadas na época das ocorrências historiadas no Novo Testamento. O terreno na Palestina é tão íngreme que em muitos lugares ninguém podia usar outra passagem, subida e descida. Visto que na Galiléia foram desenvolvidos novos postos e intersecções de estradas, após o término da escrita do Antigo Testamento, nenhum dos lugares por onde Jesus andou, em seu ministério por aquela região nortista, é mencionado no Antigo Testamento, pois todas as trilhas e veredas eram novas. Foi somente na época do imperador Trajano (98-117 D.C.), que foi construído o sistema de estradas da Jordânia. A Judéia, na época de Jesus, era uma área rural subdesenvolvida, pressionada por um poderoso império externo dominante que renovava, reconstruía e explorava com incansável precisão, porquanto considerava o materialismo como seu sumo bem. Destarte, pereceram a economia e a comunidade típicas do Antigo Testamento, na Palestina, como um sistema obsoleto.

F. Estradas internacionais. As estradas que conduziram os pendões romanos até à Palestina, estavam destinadas a ser as vias pelas quais o evangelho foi propagado. O exército romano construiu mais de oitenta mil quilômetros de estradas na área da Síria e Palestina, banindo à espada os assaltantes que vinham perturbando Israel desde os dias dos patriarcas. Os cristãos não se mostraram cegos quanto a esse benefício romano, e muitos reconheciam que a política romana era progressista: «Os romanos deram a paz ao mundo, e podemos viajar sem temor, ao longo das estradas e através dos mares, por onde quer que desejemos fazê-lo» (Irineu, *Adv. Haer.* iv.30.3 *ss*).

a. *As narrativas dos evangelhos.* Nos evangelhos, Mateus, Marcos e Lucas usam o termo grego *odós* em proporção razoavelmente igual, cada um deles cerca de doze a quinze vezes. A esmagadora porcentagem das ocorrências envolve o uso da palavra com o sentido de «costume moral» ou «conduta». A noção de «ensino» só foi desenvolvida mais tarde, já quase no fim do ministério terreno de Jesus. Em essência, o sentido da palavra varia durante o ministério público,

desde o «caminho» do Messias (Mat. 3:3; Mar. 1:3; Luc. 3:4), através do «caminho» da vontade de Deus (Mat. 10:5; Mar. 6:7; Luc. 9:2), e daí até o sentido de «caminho» dos ensinamentos de Jesus (Mat. 21:22; Mar. 12; Luc. 20). O evangelho de João encerra somente quatro menções do termo. E a primeira, em João 1:23, é precisamente paralela ao trecho de Mat. 3:3, na declaração de João Batista. O uso intermediário simplesmente não figura no quarto evangelho, e o conceito final, de cumprimento messiânico, é recapitulado em João 14:4-6. A natureza do quarto evangelho, e sua origem extrapalestina sem dúvida explicam essa mudança de ênfase.

b. Em Atos e nas epístolas. As narrativas de viagens, no livro de Atos, contêm a mais elevada freqüência do termo grego *odós*, ou seja, dezenove ocorrências. A primeira menção do termo, que generaliza todos os seguidores do evangelho, ocorre no contexto da perseguição à Igreja por parte de Saulo de Tarso (ver Atos 9:2). Quase todo o uso do termo, nas epístolas, envolve o sentido abstrato. Parece que quanto mais o centro da Igreja afastava-se da Palestina, menos se empregava o sentido concreto de «vereda» ou «caminho», pois os povos não familiarizados com as cenas do Antigo Testamento dificilmente sabiam apreciar os costumes e usos dos hebreus.

G. Uso literário e figurado de «estradas». As ocorrências, nas páginas no Novo Testamento, derivam-se primariamente do uso literário do Antigo Testamento. O sistema rodoviário dos romanos simplesmente era pressuposto nos livros finais do Novo Testamento, onde o termo é usado como alusão à «vida» ou aos «costumes» dos crentes obedientes.

H. Noção escatológica de «estrada». Duas ocorrências do termo grego *odós* aparecem no livro de Apocalipse. Em Apo. 15:3 temos uma citação extraída da LXX, onde certas passagens são habilidosamente combinadas entre si. Em Apo. 16:12 encontramos uma referência topográfica. Visto que a economia geral da cidade celeste, conforme a vemos no Apocalipse, é a economia do Antigo Testamento, e não um reflexo do arranjo intermediário do Novo, tais referências revestem-se de grande interesse. O «caminho» do evangelho conduz todos os povos, tanto os judeus quanto os gentios, aos pés de Cristo, habitando na Jerusalém restaurada. Podemos sumariar afirmando que, na Bíblia, as estradas têm um aspecto escatológico, noção essa que nunca se distancia de qualquer sentido específico dos textos sagrados, mas antes, sublinhando todos eles.

ESTRANGEIRO

Esboço:

I. No Antigo Testamento

II. No Novo Testamento

I. No Antigo Testamento

As palavras hebraicas mais comumente usadas no Antigo Testamento, para transmitir a idéia de «estrangeiro», são *ger* e *nokri*.

a. *Ger*. Esse vocábulo dizia respeito a uma pessoa que vivia em um país ou em uma cidade do qual ou da qual não era nativo e cidadão pleno. Era usado para indicar estrangeiros livres que viviam mais ou menos permanentemente entre os israelitas. Todavia, a palavra também foi usada no caso de israelitas, como, por exemplo, no caso dos patriarcas, quando estavam na Palestina, ou no caso dos israelitas, quando estavam no Egito (Gên. 15:13; Êxo. 22:21; 23:9; Lev. 19:34; Deu. 10:19; 18:6, etc.).

Desde o princípio houve estrangeiros entre os israelitas. Uma «multidão mista» subiu do Egito para a Terra Prometida, em companhia do povo de Israel. E, após a conquista da Palestina, israelitas e cananeus moravam lado a lado. Estes últimos nunca foram exterminados. Os livros históricos com freqüência fazem menção a estrangeiros residentes em Israel, como Urias, o heteu. Nos dias de Salomão havia muitos estrangeiros em Israel. Ver II Crô. 2:17.

Embora os *gerim* (forma plural de ger) não desfrutassem de todos os direitos civis e religiosos dos israelitas, eles não sofriam abusos, e esperava-se que eles fossem tratados com hospitalidade. Moisés ensinou que Deus amava os gerim, porquanto lhes provia tanto alimentos quanto vestuário (Deu. 10:18). Fazia parte dos deveres dos israelitas defenderem, ajudarem e até mesmo amarem aos estrangeiros, porquanto, por algum tempo, os israelitas também haviam sido estrangeiros, no Egito (Deu. 10:18; 14:29; 24:14,19). Portanto, um *ger* era protegido em Israel para não sofrer injustiças e nem violências (Deu. 24:14). Quanto a essa necessidade de proteção, um *ger* era classificado juntamente com os órfãos e as viúvas (Deu. 10:18; 14:29). No entanto, Moisés proibiu o casamento entre israelitas e *gerim* (Gên. 34:14; Deu. 7:1 *ss*).

Esperava-se que os *gerim* observassem o sábado (Êxo. 20:10; 23:12), observassem o dia da expiação (Lev. 16:29), e não usassem fermento durante a festa dos pães asmos (Êxo. 12:19). Se fossem circuncidados, poderiam guardar a festa da páscoa (Êxo. 12:48; Núm. 9:14). Também podiam oferecer sacrifícios (Lev. 17:8; Núm. 15:14,2629; 35:15).

Um israelita que viesse a tornar-se escravo de um *ger*, podia ser remido por um parente, a qualquer tempo, sob a condição de pagamento de um preço justo (Lev. 25:47 *ss*). Mas os *gerim* que se tornassem escravos, não eram libertados no ano do jubileu, conforme sucedia no caso de israelitas escravizados (Lev. 25:46).

Terminado o cativeiro babilônico, muitos dos *gerim* tornaram-se prosélitos do judaísmo, e assim acabaram sendo absorvidos pelo povo de Israel, perdendo a sua identidade de estrangeiros.

b. *Nokri*. Se os *gerim* eram não-israelitas que vinham residir temporariamente em Israel, os *nokrim* eram aqueles estrangeiros que entravam em contacto fortuito com os israelitas, como viajantes ou negociantes. No tocante a direitos e privilégios, a posição deles em nada diferia dos direitos privilégios dos *gerim*. Naturalmente, um residente temporário em Israel não teria, normalmente, um interesse maior na religião dos judeus. Eram tratados com hospitalidade, mas, enquanto estivessem em Israel, esperava-se que se adaptassem às leis da nação e à guarda do sábado. Não podiam participar da festa da páscoa, a menos que fossem previamente circuncidados (Êxo. 12:43). Também não podiam comer das coisas sagradas (Lev. 22:10). Os israelitas podiam emprestar-lhes dinheiro a juros (Deu. 23:20). — Eles não podiam comprar animais defeituosos de algum estrangeiro para serem oferecidos em sacrifício.

II. No Novo Testamento

Há várias palavras gregas que precisamos considerar, a saber:

1. *Ksénos*, «estrangeiro». Palavra que aparece por catorze vezes: Mat. 25:35,38,43,44; 27:7; Atos 17:18,21; Rom. 16:23; Efé. 2:12,19; Heb. 11:13; 13:9; I Ped. 4:12 e III João 5.

2. *Allótrios*, «pertencente a outrem». Palavra utilizada por catorze vezes: Mat. 17:25,26; Luc. 16:12; João 10:5; Atos 7:6 (citando Gên. 15:13); Rom.

14:4; 15:20; II Cor. 10:15,16; I Tim. 5:22; Heb. 9:25; 11:9,34.

3. *Allogenés*, «de outra raça». Um *hapax legomenon* do Novo Testamento, isto é, palavra que aparece somente por uma vez, a saber, em Luc. 17:18.

4. *Parepídemos*, «um entre o povo». Palavra que aparece por três vezes: Heb. 11:13; I Ped. 1:1 e 2:11.

5. *Pároikos*, «peregrino». Termo que é utilizado por quatro vezes no Novo Testamento: Atos 7:6 (citando Gên. 15:13); 7:29; Efé. 2:19 e I Ped. 2:11.

Nas páginas do Novo Testamento, a palavra «estrangeiro» algumas vezes é utilizada no seu sentido literal de uma pessoa desconhecida. Mas nesse caso, naturalmente, em português dizemos «estranho», como quando disse o Senhor Jesus: «...mas de modo nenhum seguirão o estranho, antes fugirão dele, porque não conhecem a voz dos estranhos...» (João 10:5). Esse uso aparece melhor em Mateus 25:35, onde se lê: «...era forasteiro, e me hospedastes».

Em Efésios 2:12, Paulo diz que os gentios, antes do Novo Pacto, eram «...separados da comunidade de Israel, e estranhos às alianças da promessa, não tendo esperança, e sem Deus no mundo». Nesse passo bíblico, «estranhos» é tradução do vocábulo grego *ksénos*, o qual, em seu paralelo veterotestamentário, *ger*, indica *estrangeiros residentes*, excluídos dos pactos entre Deus e Israel.

Um «estrangeiro» era pessoa de outra nação que vinha habitar em um lugar que não era o seu. Talvez até houvesse a idéia de mostrar distinções raciais, no uso dessa palavra. O termo grego correspondente é *pároikos*, que figura por quatro vezes: Atos 7:6 (citando Gên. 15:13); Atos 7:29; Efé. 2:19; I Ped. 2:11. Em Efésios 2:19, o sentido não é apenas o de «alguém distante de casa», que é o sentido usual da palavra grega, mas alguém que não é judeu, ou seja, um gentio.

Na cultura do Antigo Testamento, havia tolerância e até privilégios especiais conferidos aos estrangeiros e peregrinos que habitavam em Israel. Todavia, eles tinham de observar certos deveres básicos: 1. Não podiam blasfemar o nome de Yahweh (Lev. 24:16). 2. Não podiam observar formas de adoração pagãs e idólatras (Lev. 20:2). 3. Tinham de evitar atos indecentes (Lev. 18:26). 4. Não podiam trabalhar no sábado (Êxo. 20:10). 5. Tinham de evitar o uso de fermento na semana da páscoa (Êxo. 12:19). 6. Não podiam comer pratos feitos com sangue e nem beber sangue, e nem comer animais que tivessem morrido de morte natural, ou tivessem sido despedaçados por alguma fera (Lev. 17:10,15). Aqueles que observassem essas condições, tinham direitos e privilégios iguais (excetuando os de natureza religiosa) — a qualquer outro cidadão de Israel. Havia uma só lei para o nativo e para o estrangeiro (Êxo. 12:49; Lev. 24:22). Tinham direitos à mesma justiça que os cidadãos da terra (Deu. 1:16), e também estavam sujeitos às mesmas penas, quando incorressem em erro (Lev. 20:2; 24:16).

Os estrangeiros não deveriam ser oprimidos em Israel, conforme haviam sido oprimidos os israelitas no Egito (Êxo. 22:21; 23:9; Lev. 19:3,34). Deveriam ser amados (Lev. 19:34; Deu. 10:19). Os estrangeiros que padecessem necessidade deveriam receber assistência (Núm. 35:15; Deu. 10:19). Também deveriam compartilhar dos benefícios da legislação sobre a respiga (Lev. 10:10; 23:22; Deu. 24:19-21). Não podiam ser vítimas dos abusos de empregadores (Deu. 24:14).

Limitações. Um estrangeiro só poderia casar-se legitimamente com uma mulher israelita se antes se convertesse à fé judaica. Um estrangeiro não podia tornar-se rei em Israel (Deu. 17:15). Tinha de pagar juros sobre o dinheiro tomado por empréstimo, ao passo que um israelita era isentado de juros (Deu. 15:3; 23:20). No ano do jubileu, as dívidas dos cidadãos israelitas eram canceladas, — mas as dívidas dos estrangeiros, não (Deu. 15:3). — Um estrangeiro que tivesse sido reduzido à servidão, não era libertado no ano do jubileu, conforme sucedia aos nativos da terra (Lev. 25:45,46). Ezequiel, porém, previu um dia futuro, quando terminariam essas limitações (Eze. 47:22).

Uso Figurado. Todas as pessoas espirituais são estrangeiras neste mundo, porquanto pertencem a um país melhor e superior (I Ped. 2:11; Heb. 11:13). Ver também Sal. 39:12.

ESTRANGULAR, SUFOCAR

Neste verbete, cumpre-nos considerar duas palavras hebraicas e uma grega:

1. *Chanaq*, «estrangular». As vezes, significa «enforcar-se» (ver II Sam. 17:23). Mas pode significar «estrangular», em cujo sentido ocorre somente em Naum 2:12, onde o profeta refere-se à anterior grande superioridade militar dos assírios, sobre todos os povos em derredor, de tal maneira que a Assíria assemelhava-se a um leão que estrangulava as suas vítimas e enchia sua caverna de presas.

2. *Machanaq*, «estrangulamento». Palavra hebraica que figura exclusivamente em Jó 7:15. A nossa versão portuguesa prefere usar um verbo na voz passiva, ou seja, «ser estrangulado», dentro da frase «minha alma escolheria antes ser estrangulada».

3. *Pniktós*, «estrangulado». Essa palavra tem por base o verbo grego *pnígo*, «estrangular», «sufocar». Aparece por três vezes no Novo Testamento, sempre como uma expressão, *tò pniktón*, «o estrangulado» ou «o sufocado», em Atos 15:20,29; 21:25. Ver também sobre *Crimes e Castigos*.

ESTRATÃO Ver Stratão (Estratão).

ESTRATO DE LÂMPSACO

Foi um filósofo grego, discípulo de Teofrato e membro do Liceu (que vede), que se tornou presidente dessa escola em cerca de 287 A.C. Seus interesses eram principalmente científicos. Ele defendia uma teoria do *atomismo* (que vede), combinando elementos de Aristóteles e de Demócrito. Entretanto, segundo a sua concepção, os átomos seriam infinitamente divisíveis (negando assim o próprio sentido da palavra *átomo* = *indivisível*) e dotados das propriedades do calor e do frio. Seu ponto de vista do mundo era materialista e mecânico e usava a palavra «alma» somente para indicar o princípio da *unidade* do corpo físico. Também advogava o ponto de vista do *epifenomenalismo* (que vede), que diz que os fenômenos psíquicos são produtos de meros processos físicos.

ESTREBARIA

Este verbete requer o estudo de quatro palavras hebraicas e uma palavra grega:

1. *Abas*, «cevado». Esse vocábulo hebraico aparece somente por duas vezes: Pro. 15:17 e I Reis 4:23. Algumas versões dão a idéia de gado posto na estrebaria, mas nossa versão corretamente traduz por «boi cevado», tal como o faz em I Reis 4:23, onde lemos sobre as «aves cevadas».

2. *Uravoth* ou *urayoth*, «estrebarias». Palavra hebraica que ocorre por três vezes: I Reis 4:26; II Crô.

9:25 e 32:28. Nos dois primeiros casos, estão em foco as estrebarias de Salomão. Na última referência, as de Ezequias, várias gerações mais tarde. Nas casas com dois pisos, o gado usualmente ficava no nível térreo, onde havia estrebarias e manjedouras, conforme se vê, até hoje, em certos países da Europa. Os estábulos de Megido, porém, eram arranjados de cada lado de um corredor. Ali cada estrebaria era separada por um poste, com uma manjedoura, e tudo pavimentado com pedras. Nos postes das manjedouras havia um buraco para amarrar uma corda que prendia o animal. O grande número de estrebarias indica que havia grande comércio de venda de cavalos. Havia cerca de quatrocentas e cinqüenta estrebarias, separadas em dois edifícios. Estábulos mais ou menos pertencentes à mesma época têm sido descobertos pela arqueologia em Tell el-Hesi, Gezer, Taanaque e Hazor.

3. *Marqeb*, «cevadouro». Esse termo hebraico foi usado por duas vezes: Amós 6:4 e Mal. 4:2. No primeiro trecho, os «bezerros do cevadouro» denotam os animais cevados com ração própria, em contraste com os animais deixados soltos no campo, para se alimentarem da grama. Essa metáfora, pois, indica os cuidados especiais de Deus pelo seu povo de Israel. Em Malaquias, há outra menção metafórica. Quando o Senhor Jesus reaparecer, os que nele confiam, sentir-se-ão como os bezerros se sentem quando são soltos, após terem ficado muito tempo presos na estrebaria. Essa é a «liberdade dos filhos de Deus», de que fala o apóstolo Paulo, em Rom. 8:20 *ss*. No dizer de Paulo, nessa ocasião é que haverá a «redenção do nosso corpo». O homem interior já foi salvo e transformado; resta agora a salvação do corpo, que ocorrerá quando da *parousia* ou segunda vinda de Jesus. Ver sobre a *Parousia*.

4. *Rephathim*, «aprisco», «lugar fechado». No hebraico, a palavra está no plural. Ocorre somente em Hab. 3:17. Um aprisco vazio com freqüência servia de sinal de que Deus estava castigando a seu povo desobediente. Mas Habacuque ajunta que, apesar de tudo, ele se alegrava no «Deus da minha salvação», porquanto o Senhor dar-lhe-ia a vitória, fazendo-o «andar altaneiramente».

5. *Fátne*, «manjedoura». Essa palavra grega é utilizada no Novo Testamento por quatro vezes, sempre no evangelho de Lucas (2:7, 12, 16 e 13:15). No entanto, quando se examina a última dessas referências, vê-se que também tinha o sentido de «estrebaria». A Septuaginta usa esse termo grego para traduzir três palavras hebraicas diferentes, que aparecem nesta lista, a saber, a de número 2 (II Crô. 32:28), a de número 4 (Hab. 3:17), e a de número 1 (Jó 39:9).

ESTRELA

Ver sobre **Astronomia**.

ESTRELA D'ALVA

No grego, **phosphóros**, «transportador da luz». No Novo Testamento, essa palavra figura somente em II Pedro 1:19. As palavras que ocorrem somente por uma vez, no Antigo ou no Novo Testamentos, os eruditos chamam de *hapax legomenon*. Está em foco o planeta Vênus. O sentido dessa passagem é que os profetas eram como uma lâmpada ou luz notável; mas Cristo é a Luz da Aurora, anunciado pela Estrela D'Alva como uma precursora de sua glória. O termo grego envolvido foi usado pelo alquimista alemão Hennig Brandt, no século XVII, para indicar o elemento fósforo (P). Alguns autores helenistas evidentemente usavam o termo Estrela D'Alva para indicar o sol, mas a referência comum é a Vênus. A estrela procedente de Jacó, referida em Núm. 24:17, reflete um uso similar, no Novo Testamento. É possível que, secundariamente, esteja em foco a pessoa de Davi; mas a referência primária é ao Messias. Ver também Apocalipse 2:28, sobre a «estrela da manhã», que é o próprio Senhor Jesus. Em Apocalipse 22:16 ele é chamado de «a brilhante estrela da manhã».

ESTRELA DE BELÉM (DOS MAGOS)

Mat. 2:2. *Onde está aquele que é nascido rei dos judeus? pois do oriente vimos a sua estrela e viemos adorá-lo.*

Sua estrela. Há muitas interpretações e argumentos sobre a natureza dessa estrela. Seguem as tendências dos comentaristas, que pretendem exaltar o milagroso, eliminar o milagroso, reduzir o milagroso, magnificar o científico, etc. Todavia, é provável que alguns simplesmente desejem achar a verdade histórica, despida de preconceitos. As interpretações são as seguintes:

1. A estrela seria uma *personalidade*, como um anjo, que teria guiado os magos a Jerusalém. Considerando-se que o texto não tem qualquer indicação sobre isso, e que os magos eram astrólogos, afeitos ao estudo das estrelas, dificilmente se pode aceitar tal idéia.

2. Tanto a estrela como a narrativa seriam *um mito*, uma criação do autor para engrandecer a Jesus e à história de seu nascimento. É idéia que agrada aos modernistas, mas não passa de conjectura.

3. A estrela teria sido um *fenômeno divino* dado só aos magos, pois ninguém, além deles, podia vê-la. É a explicação para a falta de provas, nos documentos antigos, de que algo de notável teria sido visível no céu naquela época. No texto, porém, não há qualquer evidência disso.

4. Seria um tipo de *astro especialmente* preparado por Deus, para guiar os magos. Talvez seja a idéia mais comum, especialmente nos tempos mais modernos.

5. Seria um *cometa*.

6. Teria sido uma *conjunção de planetas*; assim opinou o astrônomo Kepler, e também Munter, Ideler e diversos intérpretes e comentaristas, incluindo Alford, que explica a idéia detalhadamente. Pode-se ver a mesma coisa no livro «E A Bíblia tinha Razão», de Werner Keller, págs. 291-298. No ano 7 A.C. houve uma conjunção de Júpiter e Saturno, no dia 20 de maio, na constelação de Peixes, grau 20, próximo à ponta de Áries, que segundo a astrologia, é a parte do céu, que apresenta os maiores e mais notáveis acontecimentos. No dia 27 de outubro do mesmo ano, os mesmos planetas se conjugaram no grau 15 da constelação de Peixes. No dia 12 de novembro a mesma coisa ocorreu no grau 16. Alguns dão as datas de 29 de maio, 29 de setembro e 4 de dezembro. *Os magos*, pois, viram a primeira conjunção no oriente, que no dia 29 de maio teria sido visível três horas e meia antes do sol nascer. Se viajaram, gastando nisso cinco meses ou mais (Esdras 7:9), então precisaram de quatro meses para ir da Babilônia a Jerusalém. Nesse caso, teriam visto a conjunção que ocorreu em dezembro, na direção de Belém.

Levando em conta que os magos eram *astrólogos*, essa explicação é razoável. Não é fato desconhecido, na história de grandes homens, que algum fato raro

ocorresse no tempo de seus nascimentos, como uma conjunção rara de planetas no céu. Se tais coisas são coincidências, ou não, cabe ao leitor decidir. O N.T. encerra muitas ocorrências milagrosas, e pode ser que essa seja apenas mais uma; mas a evidência de que a estrela de Belém foi aquela rara conjunção é razoavelmente convincente. Consideremos também que, no *plano* de Deus, não seria um milagre menor fazer com que Cristo nascesse no tempo de um *raro fenômeno cósmico* do que criar um corpo celeste especial. Parece-nos que a glória de Deus é mais exaltada com esse acontecimento do que com a criação de um novo astro, porque isto mostraria o sublime controle de Deus sobre toda a criação. As maravilhas de Deus incluem mais coisas do que quaisquer de nossas filosofias.

Esse foi o sinal celeste que conduziu os «magos do Oriente» até onde residia o menino Jesus, com Maria e José.

O substantivo «mago» é de origem persa (no grego, *mágos*; no latim, *magus*). Pode ser encontrado nos escritos de muitos autores clássicos. Segundo as aparências, nos tempos helenistas havia uma classe de mágicos, provenientes da Pérsia, espalhada por todo o Oriente Próximo, como adivinhos ou homens santos.

A narrativa sobre os magos que visitaram o menino Jesus acha-se somente em Mateus 2:1-12. Para nós, a identificação desses «magos» constitui um certo problema. Mas o autor sagrado apresenta-os sem outra explicação além do fato de que eles eram «magos do oriente». Portanto, deveriam ser figuras conhecidas como uma classe, conforme já dissemos acima. O que talvez seja mais importante que os magos, nesse relato bíblico, seja o fenômeno da «estrela», mencionada por nada menos de quatro vezes (Mat. 2:2,7,9,10) por Mateus, e nunca mais em todo o Novo Testamento. Essa estrela servira de sinal para os magos, quando ainda estavam no Oriente, de que nascera o *Rei dos judeus*.

E a opinião deles quanto ao nascimento do Rei dos judeus foi levada a sério por Herodes, por seus cortesãos e até pelas autoridades religiosas dos judeus, e, de fato, por todos os habitantes da capital, pois lemos: «Tendo ouvido isso, alarmou-se o rei Herodes e com ele, toda Jerusalém» (Mat. 2:3). Herodes imediatamente convocou os mestres da lei judaica, os quais citaram o livro de Miquéias (5:2), que indica claramente o local do nascimento do Messias prometido. No entanto, eles poderiam ter evocado o testemunho de outros trechos bíblicos, como o de Números 24:17 e o de Isaías 60:3. No primeiro deles lemos «...uma estrela procederá de Jacó...» E, em Isaías lemos: «As nações se encaminham para a tua luz, e os reis para o resplendor que te nasceu». Acresça-se a isso que Balaão precisara quando essa estrela apareceria: «vê-lo-ei, mas não agora», o que, no original hebraico, dá a impressão de algo que ocorreria nos últimos dias. É evidente que essa *estrela*, referida por Balaão, seria uma *pessoa*, e não um corpo celeste. E essa pessoa seria nobre, pois seria um «cetro».

A questão concernente ao propósito da estrela é respondida diretamente pelo texto de Mateus: «...vimos a sua estrela no Oriente, e viemos para adorá-lo» (Mat. 2:2). O que nos parece quase incrível é que alguns mágicos orientais tenham interpretado tão bem a estrela rebrilhante, ao passo que o povo judeu de nada desconfiava que estava, entre eles, Aquele de quem todos os profetas de Israel haviam falado em termos tão candentes e entusiasmados. Isso mostra que o véu que lhes embotava os sentidos já havia sido posto sobre eles, conforme diz o apóstolo. Ver Rom. 11:7,8: «Que diremos, pois? O que Israel busca, isso não conseguiu; mas a eleição o alcançou; e os mais foram endurecidos, como está escrito: Deus lhes deu espírito de entorpecimento, olhos para não ver e ouvidos para não ouvir, até o dia de hoje».

Quanto à natureza da estrela, apesar das muitas sugestões e teorias que têm surgido, como tentativas de explicação, precisamos dizer aqui que, biblicamente falando, não temos como determinar se foi alguma supernova, alguma conjunção planetária ou algum fenômeno sobrenatural. Todavia, em face do fato de que a estrela aparecia, desaparecia e novamente aparecia, quando isso era conveniente (como depois que os magos partiram para Belém da Judéia), tem levado muitos estudiosos a pensar em algum fenômeno sobrenatural. E também é interessante observar que depois que os magos encontraram o menino Jesus e lhe ofereceram presentes, a estrela desapareceu novamente, não permitindo que seus inimigos também o encontrassem. Teria sido mister muitas e repetidas coincidências para que tudo isso tivesse ocorrido fortuitamente. Melhor é pensarmos em um fenômeno sobrenatural, posto sob o comando de Deus, para explicar a natureza da estrela dos magos.

O silêncio que faz o resto do evangelho de Mateus e, de fato, todo o restante do Novo Testamento, sobre a estrela dos magos, serve para mostrar-nos que não devemos dar importância exagerada àquilo que era apenas secundário. O que importava era o nascimento do Messias, a presença do Emanuel entre nós.

ESTRUTURALISMO Ver **Schiwy, Gunther.**

ESTUDO

Ver **Desenvolvimento Espiritual, Meios do, e Antiintelectualismo.**

ESTÚPIDO

No hebraico, **baar**, palavra que aparece por doze vezes, como em Sal. 49:10; 92:6; 94:8; Pro. 12:1; 30:2; Isa. 19:11; Jer. 10:8,14,21; 51:17; Eze. 21:31. No Novo Testamento encontramos a palavra grega *álogos*, «sem fala», que aparece somente em Atos 25:27; II Ped. 2:12 e Judas 10. O vocábulo tem diversas aplicações, indicando:

1. Aqueles cuja percepção moral e mental foi embrutecida pela ignorância, o que alude à redução de seres humanos ao nível dos irracionais. (Ver Pro. 12:1). 2. Aqueles que se reduzem à prática ridícula da idolatria (Jer. 10:8,14). 3. As atitudes e ações dos hereges (provavelmente gnósticos), em II Ped. 2:11, os quais são corruptos e presunçosos, mostrando uma estupidez própria dos irracionais, — em vez da inteligência e da espiritualidade dadas por Deus, que os seres humanos devem exibir.

ESTUPRO Ver **Crimes e Castigos.**

ESVAZIAR

Ver o artigo sobre a **Kenosis.** Ver também o artigo intitulado, **Humilhação (Humildade) de Cristo.** A questão básica diz respeito ao modo como o Espírito de Cristo esvaziou-se de seus atributos (natureza?), quando da encarnação. De que maneira a humanidade de Cristo estava relacionada à sua divindade, dentro da encarnação?

ETÃ

O sentido hebraico dessa palavra é incerto, embora

alguns optem por «lugar de feras». Foi o nome de várias localidades, mencionadas no Antigo Testamento, e também o nome de um indivíduo ou de um clã, além de várias outras pessoas.

1. Uma cidade que pertencia à tribo de Judá, que Salomão ornou com jardins e correntes de água, e que Reoboão, seu filho, fortificou, juntamente com Belém e Tecoa (I Crô. 4:3; II Crô. 11:6; Josefo, *Anti.* 8.7,3). Os intérpretes rabínicos informam-nos que desse lugar era transportada água — para Jerusalém, através de um aqueduto. Josefo localizava-a cerca de cinqüenta estádios (embora algumas cópias digam sessenta) de Jerusalém, mais para o sul. Ficava nas proximidades de Belém. Ele acrescenta que Salomão gostava de ir até àquele lugar, cedo de manhã, a fim de relaxar. Seus jardins e correntes de água ofereciam um lugar deleitoso para visitas. O Talmude acrescenta que suas águas supriam água para o templo de Jerusalém. A arqueologia tem descoberto um antigo aqueduto, que se estende por quase doze quilômetros desde Jerusalém até três grandes reservatórios dos tempos greco-romanos, para além de Belém. Atualmente, esses reservatórios são chamados poços de Salomão. O poço mais fundo é alimentado por um manancial chamado 'Ain 'Atan. O aqueduto em questão é pré-romano. Pôncio Pilatos usou-o como a última seção de um aqueduto maior, que foi usado para transportar água até Jerusalem, para cuja construção ele usou o dinheiro sagrado (qorban) o que muito indignou os judeus (Josefo, *Anti.* 18:3,2). Até hoje, Belém recebe água do córrego de 'Ain 'Atan, mediante uma linha de encanamentos.

2. Em I Crônicas 4:32, há menção a uma aldeia, no território de Simeão, que tinha esse nome. O local é atualmente desconhecido. Alguns identificam-na com a cidade de número «um», acima. Mas outros pensam que se trata da *'Aitum* que fica situada a quase dezoito quilômetros a oeste-sudoeste de Hebrom. É possível que seja o mesmo lugar que Reoboão reconstruiu na região montanhosa de Judá, mencionado em II Crônicas 11:6.

3. Um penhasco ou caverna, localizado na parte ocidental do território de Judá (Juí. 5:8,11), que alguns estudiosos supõem que ficava localizado perto de uma cidade chamada 'Arak Ismain, na atualidade, no wadi Isma'in, cerca de quatro quilômetros a leste suleste de Zorá. Sansão refugiou-se ali, após haver abatido um grupo de filisteus.

4. A segunda estação de Israel, após terem partido do Egito. Ficava à beira do deserto, perto da atual Seba Biar, «sete poços», cerca de cinco quilômetros do lado ocidental do antigo fundo do golfo. É mencionada por quatro vezes: Êxo. 13:20; Núm. 33:6-8.

5. Um sábio renomado, nos dias de Salomão, mencionado somente em I Reis 4:31 e Salmos 89 (no título).

6. Um filho de Zerá, filho de Judá, mencionado somente por duas vezes: I Crô. 2:6,8.

7. Um descendente de Gérson, filho de Levi, mencionado apenas em I Crô. 6:42.

8. Um descendente de Merari, filho de Levi, mencionado por três vezes: I Crô. 6:44; 15:17,19.

ETANIM

No hebraico, «contínuo», «permanente», «perene». Um nome usado para referir-se a rios que fluem o ano inteiro. Em I Reis 8:2 o nome designa o sétimo mês, correspondente ao mês Tisri, nosso setembro-outubro. Nesse mês, todos os rios secavam, exceto aqueles que tinham um suprimento suficiente de água para manter uma vazão o ano inteiro. Foi durante esse mês que Salomão trouxe a arca para o novo Templo de Jerusalém.

ETANO

No livro apócrifo de II Esdras 14:24, está registrado que esse homem esteve associado a Esdras, como seu secretário, que ficou recluso, juntamente com ele, quando o profeta recebeu, durante quarenta dias, uma revelação sobre a história da salvação. Ver II Esdras 14:24. Ver também o artigo sobre esse livro e o artigo geral sobre os *Livros Apócrifos*.

ETBAAL

No hebraico, «com Baal» ou «homem de Baal». Esse era o nome do rei dos sidônios. Jezabel, a infame esposa de Acabe, rei de Israel, era uma de suas filhas. Ver I Reis 16:31. Ele viveu em torno de 875 A.C. Josefo (*Anti.* 8:13,1,2) informa-nos que esse monarca sidônio foi chamado Itobalo, por Menandro, o qual também ajuntou que ele era sacerdote de Astarte. Assassinou a Feles, a fim de sucedê-lo no trono de Tiro e Sidom. Viveu até os 68 anos de idade, tendo governado por trinta e dois anos. Ver Apion I.18. Visto que o pai de Jezabel era sacerdote desse deus pagão, podemos perceber por que Jezabel foi tão zelosa em defesa desse culto. Etbaal edificou as cidades de Botirs, na Fenícia, e de Auza, na Líbia. Etbaal era dotado de grande habilidade militar, visto que, em sua época, Tiro foi capaz de resistir ao cerco de treze anos de Nabucodonosor, da Babilônia.

ETE-CAZIM

Nome de uma cidade, na fronteira do território de Zebulom, mencionada exclusivamente em Jos. 19:13. Seu local moderno é desconhecido, mas *Kefr Kenna* é uma conjectura possível.

ETER

No hebraico, «abundância». Uma cidade a trinta e dois quilômetros de Eleuterópolis, perto de Malata, no sul do território de Judá. A princípio pertencia à tribo de Judá mas, posteriormente, foi transferida para os simeonitas (Jos. 15:42; 19:7). Nos dias de Eusébio, Eter era uma grande cidade, que ele mencionou como cidade próxima de Malata, no interior de Daroma, abaixo de Hebrom e a leste de Berseba. Em I Crônicas 4:32 essa cidade é chamada *Toquém* (que vede). Foi uma das nove cidades que foram transferidas da tribo de Judá para a tribo de Simeão. A localização moderna não é certa, mas *Khirbet el 'Atr* tem sido sugerida. Esse lugar fica a menos de dois quilômetros a noroeste de Beit Jibrin.

ETERNAMENTE GERADO

Ver sobre **Geração Eterna**.

ETERNIDADE

Ver os artigos separados sobre **Vida Eterna; Tempo e a Eternidade; Eterno e Escatologia.**

Esboço:

I. Considerações Filosóficas
II. Considerações Bíblicas
III. A Filosofia do Tempo e da Eternidade
IV. Aplicações Práticas

ETERNIDADE

I. Considerações Filosóficas

A palavra «eternidade» vem do latim *aeternus*, derivada de *aeviternus*, que tem base na palavra *aevum*, «era». O *tempo* é a ordem que se caracteriza por mudança e desintegração. A eternidade, por outro lado é uma ordem de coisas onde pode haver mudanças, mas com uma qualidade não-temporal, com permanência de existência, tudo em combinação.

1. *Heráclito* (que vede) associava a idéia de fluxo com a idéia de existência. Em contraste com ele, *Parmênides* (que vede) acreditava que a existência essencial deve ser *imutável* e, portanto, sem começo e sem-fim. A idéia de imutabilidade, porém, não é uma qualidade imprescindível da *eternidade*.

2. *Platão* (que vede) pensava na existência essencialmente de duas maneiras: o mundo das idéias, das formas ou dos *universais* (que vede), como uma esfera eterna, de qualidade não temporal, imutável, sem começo e sem-fim: um mundo totalmente diferente e separado do mundo da matéria. A esfera eterna é imaterial e, portanto, de qualidade totalmente diferente do mundo que é percebido pelos nossos sentidos.

3. *No Neoplatonismo* (que vede). *Plotino* (que Agostinho reverberou), ensinava que a eternidade deve incluir as qualidades de permanência e de unidade indivisível.

4. *Boethius* (que vede) pensava que a verdadeira eternidade deve ter a qualidade de — infinita consciência —, que compreenda em si mesma, tudo ao mesmo tempo, todas as coisas, que aparecem distribuídas dentro do tempo.

5. *Tomás de Aquino* (que vede) aceitava o conceito de Boethius, tendo-o defendido com argumentos sutis.

6. *John Locke* (que vede) falava sobre a eternidade como uma série interminável de eventos, em séries bem ordenadas. Mas, ao fazer assim, apenas exemplificava a definição popular e ordinária de eterno como «sem-fim». No entanto, a eternidade é uma qualidade e um tipo de existência ou condição, e não meramente aquilo que não tem começo e nem fim. Deixo isso bem claro no artigo sobre *Eterno*.

II. Considerações Bíblicas

1. O trecho de Sal. 90:2 envolve a idéia de eternidade, aplicada à pessoa de Deus, no sentido de sem-fim, isto é, um Ser sem princípio e sem-fim.

2. O trecho de Isa. 57:15 diz que o Santo habita na *eternidade*, o que pode apontar meramente para uma duração sem-fim, mas também pode subentender um tipo diferente de existência e natureza, procurando dar idéia de um conceito próprio de um outro mundo, diferente do nosso.

3. A passagem messiânica de Isa. 9:6 refere-se ao Pai eterno, em relação ao Messias.

4. O Deus eterno é o nosso lugar de habitação (Deu. 33:27).

5. No Novo Testamento, a palavra grega *aiónios* é aplicada a muitas coisas, como à vida (o uso mais freqüente), ao julgamento, ao fogo, à perdição, à redenção, à salvação, à herança e ao reino de Deus. No artigo sobre o *Eterno*, sétimo ponto, esses elementos são mencionados, juntamente com os versículos onde podem ser encontrados. No Novo Testamento temos, de modo bem definido, a idéia *qualitativa* de eterno, e não meramente a sua característica de duração sem-fim. Alguns têm procurado tirar vantagem disso, dizendo que o julgamento é algo que pertence ao tempo não temporal, como algo interminável. Esse é um argumento conveniente, mas não uma idéia que tivesse sido antecipada pelos autores sagrados do Novo Testamento. Nessa conexão, é melhor dizermos que alguns versículos neotestamentários ultrapassam o conceito de julgamento e de fogo eternos, que foi tomado por empréstimo dos livros pseudepígrafos, lançando uma luz encorajadora sobre o destino *final* do homem, em versículos como Efésios 1:9,10, que falam sobre a *Restauração* (que vede).

6. *Imutabilidade*. Essa idéia, como um elemento do conceito de eternidade, está contida em Heb. 1:10-12. Os próprios céus perecerão, para nada dizermos sobre a terra; e isso é assim porque céu e terra serão *transformados*, embora Deus permaneça imutável, visto que ele é imutável e eterno. É popular dizer que o tempo faz desaparecer todas as coisas. Também é verdade que o tempo devolve todas as coisas. Deus, porém, vive tanto antes quanto depois do tempo, pelo que coisa alguma é capaz de fazer modificar a sua natureza eterna, embora suas obras estejam sempre em estado de fluxo.

7. *Deus não Vive no Tempo e Nem no Espaço*. O seu lugar de habitação, isto é, a sua *dimensão*, é totalmente diferente do nosso, não podendo ser comparado a lugar algum, conforme o conhecemos. A linguagem humana força-nos a relacionar Deus tanto em questão do tempo quanto do espaço, mas a sua natureza e o seu modo de existir permanecem para nós, grandes mistérios. Deus também é imanente, pelo que vivemos nele, nele nos movemos e temos o nosso ser, o que também constitui um profundo mistério.

III. A Filosofia do Tempo e da Eternidade

A pergunta: «O que é o tempo?» levanta grandes problemas filosóficos e teológicos. Se a isso adicionarmos a pergunta: «O que é a eternidade?» então afundamos em águas ainda mais profundas. A fim de mostrar os tipos de respostas que têm sido dadas a essas perguntas, por filósofos e teólogos, oferecemos um artigo separado, intitulado, o *Tempo e a Eternidade*. Também damos um artigo separado sobre o *Tempo*. Ver também o artigo sobre o *Espaço e o Tempo*, quanto a informações adicionais.

IV. Aplicações Práticas

1. O homem gosta de pensar que em vista de Deus ser eterno, então, de alguma maneira, o homem participará da eternidade. A eternidade de Deus é a garantia da nossa própria eternidade. Certamente isso é ensinado na doutrina geral da salvação (que vede). Chegaremos a participar da própria vida necessária e independente de Deus (João 5:24,25), deixando assim de ser seres temporais. Na salvação, obtemos a vida eterna (que vede), e não meramente vida sem-fim. Qualquer alma possui a vida sem-fim, em razão de um dom divino. A redenção, porém, inclui a idéia da *eternidade*. Platão afirmava que as almas, uma vez remidas, deixam de ser perenes para se tornarem eternas. Esse também é um claro conceito bíblico.

2. O hino *Fica Comigo* queixa-se sobre as mudanças e a desintegração que nos rodeiam por todos os lados, e diz: «Oh, Tu que não mudas, fica comigo!» Deus é a garantia da nossa própria *imortalidade* (que vede).

3. Deus estabeleceu um pacto eterno com o homem (Heb. 6:17,18). Sua boa vontade e poder predestinador garantem o bem-estar eterno do homem. Por esse motivo, temos um forte consolo e fugimos para Deus como o nosso refúgio, conforme também o texto sagrado afirma. O Deus eterno é o nosso refúgio, o nosso lugar de habitação (Deu. 33:27).

4. Em última análise, nada poderá prevalecer contra a Igreja (Mat. 16:18), nem mesmo o hades e as coisas vindouras, do mundo que está acima da nossa

temporalidade. Coisa alguma, na Igreja ou no cristianismo, poderia perdurar ou ter valor duradouro, não fora o Deus eterno e as suas promessas. O sentido primário do nome divino, *Yahweh*, é «o **auto-existente**», «o **eterno**». Ele é o eterno Eu Sou, e também nele, eternos Nós Somos.

ETERNO

Consideremos os seguintes pontos, acerca dessa palavra:

1. O sentido mais comum e popular do termo é «sem-fim», ou então sem começo e sem-fim. A palavra portuguesa é derivada do vocábulo latino que significa *era*. E a palavra portuguesa, usada no Novo Testamento, é tradução do termo grego *aiónios*, que significa «pertencente à era», porquanto é um adjetivo.

2. Platão usou a palavra para indicar os *universais* (que vede) em contraste com a natureza temporal dos *particulares*, isto é, coisas deste mundo, que estão sujeitas à percepção dos sentidos. Seu uso inclui a idéia de algo sem começo e sem-fim, embora também aponte para coisas não-temporais. Em outras palavras, um mundo bem distinto de nosso mundo material e da percepção dos sentidos. Isso significa que o vocábulo também pode ter o sentido de *qualidade*, e não apenas de duração do tempo. Vale dizer, aquilo que é eterno é de *qualidade diferente* daquilo que é temporal. Esse sentido também se evidencia no Novo Testamento, onde a vida eterna é aquela vida que pertence às esferas celestiais, sendo um tipo de vida, e não somente vida sem-fim.

3. *A eternidade final* reside somente no próprio Deus, porquanto ele não tem causa, dotado de um tipo de vida que se encontra exclusivamente no Ser divino. Entretanto, em Cristo essa vida é compartilhada com os outros filhos de Deus, de tal modo que eles também chegarão a compartilhar da vida independente e necessária de Deus e, finalmente, deixarão de ter uma vida contingente. **Ver também o artigo geral sobre a *Vida Eterna*.**

4. Alguns têm imaginado que aquilo que é *eterno* também é *imutável*. Mas, isso não é um aspecto necessário do conceito de eternidade. Muito pelo contrário, as obras de Deus são eternas e, no entanto, estão em um contínuo estado de fluxo. A redenção humana é eterna, mas estará sujeita a um permanente processo de transformação, a fim de que vá atingindo, cada vez mais, a natureza e as perfeições divinas, ou seja, a plenitude de Deus (Col. 2:10). Ademais, uma coisa que seja imutável pode deixar de existir, não sendo eterna.

5. Essa palavra também pode indicar aquilo que nunca terminará, embora possa ter tido um começo, como a vida eterna que é proporcionada por ocasião da nossa salvação (que vede). Nesse caso, entretanto, a vida continua sendo considerada de uma qualidade diferente daquela que possuíamos antes.

6. Vários filósofos gregos consideravam a matéria eterna e sem causa, embora em estado de constante transformação. A doutrina cristã atribui essas propriedades a Deus, fazendo o resto da existência ser criado, dependente e contingente. Porém, desse tipo de natureza pode derivar-se uma genuína qualidade eterna, mediante concessão divina.

7. No Novo Testamento, o termo grego *aiónios* é usado principalmente em conexão com a vida eterna. Ver Mat. 19:16,29; 25:46; Mar. 10:17; Luc. 10:25; João 3:15,16; Rom. 2:7; 5:21; I Tim. 1:16; Tito 1:2; I João 1:2; 2:25; 3:15; Jud. 21, e muitos outros trechos. A verdadeira vida é a vida de Deus. O homem pode participar da vida de Deus, e assim ter uma verdadeira vida *eterna*, e não apenas vida sem-fim. Outros usos neotestamentários da palavra incluem: a. O *fogo* eterno, Jud. 7; b. a *destruição* eterna, II Tes. 1:9; c. o *julgamento* eterno, Heb. 6:2; d. a *redenção* eterna, Heb. 9:12; e. a *salvação* eterna, Heb. 5:9; f. a *herança* eterna, Heb. 9:15; g. o *pacto eterno*, Heb. 13:20; h. o *reino eterno*, II Ped. 1:11. Uma outra palavra, muito usada nos escritos clássicos, mas rara no Novo Testamento, é *aídios*. Encontra-se apenas por duas vezes: Rom. 1:20 e Jud. 6. É palavra usada mais comumente em inscrições, mas também significa «eterno». Ver os artigos separados sobre o *Tempo e a Eternidade; Vida Eterna* e *Eternidade*.

ÉTICA

Esboço

I. Discussões Preliminares
  1. A Ética como um Sistema da Filosofia
  2. A Origem da Ética
  3. Definições
  4. O *Porquê* da Ética
  5. A Ética e a Gnosiologia
  6. A Ética e a Metafísica
  7. Categorias Principais da Ética
    a. A Ética Formal
    b. A Ética Relativa (da Situação)
    c. A Ética dos Valores
  8. Os Bens da Ética

II. A ÉTICA PRÉ-SOCRÁTICA
  1. Pitágoras
  2. Píndar
  3. Xenófanes
  4. Anaximandro
  5. Protágoras

III. SÓCRATES
  1. Bases Gnosiológicas da Ética de Sócrates
  2. Bases Metafísicas da Ética de Sócrates
  3. O Seu Método
  4. Sua Atividade Filosófica
  5. A Natureza da sua Contribuição e Idéias Específicas

IV. OS MOVIMENTOS ÉTICOS
  1. A Escola Cínica
  2. Hedonismo
  3. Epicurismo
  4. Estoicismo

V. A ÉTICA DE PLATÃO
  1. A Natureza da Atividade Filosófica Segundo Platão
  2. A Atividade Literária
  3. Platão e as Ciências
  4. Elementos da Gnosiologia de Platão
  5. Elementos da Metafísica de Platão
  6. Diagrama: A Metafísica e Gnosiologia de Platão Relacionadas ao seu Sistema Ético
  7. Elementos e Caracterização
  8. A Alma e seu Drama Sagrado
  9. Moderação
  10. Contemplação
  11. As Quatro Virtudes Principais
  12. A Necessidade da Luta
  13. A Maior Calamidade de Vida
  14. A Devoção de Platão
  15. Dualismo
  16. Platão e o Relativismo: Um diálogo (imaginado) entre Platão e Protágoras, o Sofista

VI. A ÉTICA DE ARISTÓTELES
1. Eudemonismo
2. Felicidade
3. Realização Máxima
4. Responsabilidade
5. O Homem Justo
6. Virtudes
7. O Bem Supremo
8. O Guia de Tudo: Moderação
As Doze Virtudes
VII. UTILITARISMO
A. Influências
1. Grega
2. Utilitarismo Teológico
3. Ceticismo (David Hume)
4. Positivismo
5. Evolução
B. Definição do Utilitarismo
C. Jeremy Bentham
D. John Stuart Mill
VIII. A ÉTICA DE EMANUEL KANT
1. Algumas Noções Metafísicas de Kant
2. Gnosiologia
3. Algumas Noções Éticas de Kant
IX. A ÉTICA TEÍSTA (*Inclui o N. Testamento*)
Introdução
1. Os Três Tipos da Ética
2. A Preocupação com o Problema do Pecado
A. A Gnosiologia da Ética Teísta
1. Novo Testamento
2. Agostinho
3. Tomás de Aquino
B. A Metafísica da Ética Teísta
1. Hebreus 11:3
2. O Mundo é Altamente Teísta
3. Um Deus Pessoal
C. Princípios Éticos
1. Novo Testamento
2. Bispo Joseph Butler
X. O PROBLEMA DO MAL
XI. A ÉTICA DE JESUS
XII. A ÉTICA: TEORIAS, ESPECULAÇÕES, AFIRMAÇÕES, DOGMA E FÉ
XIII. SUMÁRIO DE IDÉIAS ÉTICAS NA HISTÓRIA DA FILOSOFIA

Introdução:

A ética é um dos seis ramos tradicionais da filosofia, onde ocupou papel importante, desde o começo. A ética também faz parte essencial da fé religiosa. Por essas razões, apresentamos aqui um artigo de considerável volume, cujo intuito é dar ao leitor uma boa idéia sobre os principais sistemas e idéias envolvidos na questão.

I. DISCUSSÕES PRELIMINARES

1. A Ética como um Sistema da Filosofia

A Ética é um dos *seis* sistemas tradicionais da Filosofia. 1. *Ética:* a conduta ideal do indivíduo 2. *Política:* a conduta ideal do estado 3. *Lógica:* o raciocínio que guia o pensamento 4. *Gnosiologia:* a teoria do conhecimento 5. *Estética:* a teoria das belas-artes 6. *Metafísica:* teorias sobre a verdadeira natureza da existência. Existem *filosofias modernas* como da ciência, da história, da indústria, do espírito, etc.

2. A Origem da Ética

A Ética originou-se (provavelmente) com o primeiro **homo sapiens**. As pesquisas com chimpanzés demonstram que eles têm uma noção do que seja conduta apropriada ou inapropriada. *Ilustração:* Um animal falou de si mesmo (através do teclado de um computador): «**Sou um diabo mal-humorado**».

Antes do início da filosofia ocidental, as religiões demonstraram uma preocupação com a retidão da conduta humana. *Ilustrações:* as doutrinas do julgamento, recompensa, reencarnação, etc. Os filósofos pré-socráticos se envolveram em considerações éticas. *Anaximandro* compreendeu que o processo *cósmico* é essencialmente um sistema que incorpora *justiça, injustiça* e *reparação*. *Heráclito* até falou que fenômenos físicos «vagabundos» serão julgados, afinal, por um tipo de reparação cósmica. Ele falou da *imortalidade* de fenômenos que ultrapassam às leis da natureza. *Pitágoras* estava pesadamente envolvido na religião oriental e viu na reencarnação a operação da justiça entre os homens.

Mas *Sócrates* (450 A.C.) é considerado o *pai da ética* como um sistema filosófico. As primeiras escolas éticas se originaram dos discípulos dele.

3. Definições da Palavra

No grego, *ethos* = *costume*, disposição, hábito. No latim, *mos* (moris) = vontade, costume, uso, regra.

A Ética. «A teoria da natureza do bem e como ele pode ser alcançado». (MM) «A filosofia moral é a investigação científica e uma filosofia de *julgamentos morais* que declaram a conduta *boa, má, certa* ou *errada*. Isto é, o que *deve* ou *não deve* ser feito». (E) A definição mais simples, mas expressiva é: *A ética é a conduta ideal do indivíduo.*

Perguntas principais relacionadas à ética. Existe um padrão (ou padrões) de o que é certo ou errado que pode ser aplicado à raça humana inteira? O que seria a base de tal padrão? Quais são as definições de bondade e maldade? O que é o *dever*? O que é o *summum bonum* da existência humana e como é que isto pode ser alcançado? As considerações éticas são mortais ou eternas?

4. O Porquê da Ética

a. Uma **necessidade** da sociedade. **Ilustração:** Aristóteles. O alvo da ética é a conduta ideal do homem, baseada no desenvolvimento de sua *virtude* especial. *Virtude = função* dentro da sociedade, para o bem do indivíduo e da sociedade.

b. Uma necessidade *metafísica*. *Tiquismo* contra *teleologia*. No grego, *tuche* significa *chance, caos; telos* significa *finalidade, desígnio*. As coisas acontecem por mero acaso ou segundo algum desígnio. Kant, por exemplo, rejeitou o princípio do *tiquismo* para evitar a noção de *caos*. Filosoficamente, devemos escolher entre *caos* e *desígnio*, e a nossa ética será governada pela escolha. O *argumento moral* dele argumentava que a alma deve existir para permitir um julgamento certo, pois neste mundo, a justiça raramente se faz. Deus dever existir para julgar e recompensar de modo justo, porque, neste mundo, isto raramente acontece.

c. Uma necessidade *individual*. Realmente, é uma questão urgente, porque tudo que fazemos é auto e/ou heterojulgado (avaliado). *Ilustração*: Platão. O problema ético é a *tensão* entre o ideal e a conduta defeituosa. Segundo a definição de Aristóteles, todas as instituições humanas, de ensino, da política, do estado, etc., são *ramos da ética* porque todas tem alguma coisa a ver com a *atuação* do homem dentro da sociedade. Sempre parecemos melhor do que realmente somos. Úlceras, psicoses, e até a *insanidade* existem por causa do problema *ético*.

5. A Ética e a Gnosiologia

É impossível separar estes dois sistemas. O que você

acha sobre *como* podemos saber das coisas, determinará, em boa parte, seus conceitos éticos.

Ilustrações: *Racionalismo*. O homem, por natureza, é um ser que *sabe*, sem uma investigação empírica. Portanto, os princípios éticos podem ser descobertos pela *razão*. Sócrates tinha fé nesta suposição. O racionalismo tem a tendência de ser religioso, portanto, os princípios éticos, supostamente descobertos pela razão, serão religiosos. *Misticismo*: o conhecimento é um dom de Deus. Portanto, os padrões éticos são predeterminados pela *mente divina*. *Empirismo:* somente a experiência (tentativas de saber, erros, adaptações) pode determinar os princípios éticos, porque não existe qualquer conhecimento sem a experiência humana. A experiência se baseia nas percepções dos sentidos. A ética, conseqüentemente, é uma questão pragmática e relativa, sendo que o conhecimento do homem é governado pelo *fluxo* das *vicissitudes* da experiência. *Conclusão*. A ética é humana, não divina.

6. A Ética e a Metafísica

É impossível separar estes dois sistemas. O que você acha sobre a natureza da existência determinará, essencialmente, como você analisa os problemas éticos. *Ilustrações:* Deus existe, julga e recompensa? Será que realmente existem pecados *mortais* como a Igreja fala. A ira, a cobiça, a inveja, a glutonaria, a lascívia, o orgulho e a preguiça realmente são ofensas sérias como a Igreja declara? A doutrina da Igreja sobre os pecados mortais é negócio sério. A Igreja tem *autoridade* para falar estas coisas?

7. Categorias Principais da Ética

a. *A Ética Formal*

Esta ética também se chama *rigorista* ou *teísta*. 1. Declara que existem princípios eternos, imutáveis, divinos (ou exigências absolutas na natureza ou da lei natural). 2. A aplicação dos princípios eternos é universal. Não existe uma ética para mim, e outra para você. 3. É uma ética *a priori*, não a posteriori. Os valores da ética são *inatos*, baseados num conhecimento inato. 4. *Bases*. A intuição, o racionalismo, o misticismo, a sobrenaturalidade, a justiça absoluta, a teleologia e o idealismo.

b. *A Ética Relativa (da situação)*

1. A *conduta ideal* pode ser estabelecida somente através da experiência humana. Ela não é imposta por uma força exterior, não humana (se tal força existe). 2. A ética é uma experiência ou ciência humana, não um ramo da *teologia*. 3. Os princípios éticos têm aplicação aqui e agora, não antigamente e para sempre. 4. A *conduta ideal* (se existe tal coisa), necessariamente varia de um indivíduo para o outro, dependendo das *circunstâncias* (situações) pessoais e culturais envolvidas. 5. A ética está sempre em estado de *fluxo*. Os padrões éticos, necessariamente, se modificam com o tempo e com as exigências diversas de culturas diferentes. 6. A ética é relativa, isto é, sempre **sujeita a *mudança***. Não existem padrões fixos, imutáveis ou universais. O que *funciona* bem para mim é bom para mim. O que funciona para mim, pode não funcionar para outras pessoas. 7. Todos os princípios éticos são *a posteriori*. 8. *Bases*. O empirismo, o pragmatismo, o positivismo, o materialismo, o humanismo, a ciência.

c. *A Ética dos Valores*

Este sistema é um *meio-termo* entre o apriorismo (ética formal) e o empirismo (ética relativa). 1. Procura excluir o relativismo radical, mas ao mesmo tempo, ensina que os valores e imperativos não são vazios, abstratos ou sem significado. Os valores éticos devem ser *comprovados* na experiência humana para serem reais. 2. O valores éticos são *constantes* e *duradouros*, mas não eternamente fixos. 3. Eles não são sujeitos às vicissitudes da experiência humana diária. Eles têm valor em si mesmos; são intrinsecamente valiosos. A consciência humana sabe, intuitivamente (ou racionalmente) os verdadeiros valores. *Ilustrações:* **a lei do amor é uma constante.** Todas as religiões e filosofias honram este princípio. Até Schopenhauer, no seu pessimismo, achou um lugar para a *simpatia*, outro nome do *amor*. Quase todos os sistemas acham que algum conceito de *justiça* é necessário para qualquer função **razoável** de uma sociedade. 4. Os valores tornam-se *deveres* que devem ser praticados como parte inerente da *conduta ideal*. 5. *Bases:* o racionalismo, a intuição, o misticismo (para alguns estudiosos), o empirismo (que não é considerado inerentemente contrário ao racionalismo). É *aqui* neste mundo, onde venço ou sou derrotado.

8. Os Bens da Ética (alvos da conduta ideal)

Segundo os conceitos alistados:

a. *Egoísmo*. O homem, por natureza, é radicalmente egoísta e procura somente o que é bom para ele, como um indivíduo. O filantropo, o soldado, e o herói ajudam outras pessoas por razões egoístas.

b. *Altruísmo*. O homem é capaz de ações incondicionalmente *altruístas*. A natureza espiritual do homem é uma garantia disto. A lei do amor é uma parte *intrínseca* da natureza humana.

c. *Hedonismo*. A única coisa que vale, afinal, é o *prazer*. Os prazeres podem ser físicos, mentais ou espirituais. Este sistema procura o máximo de prazer acompanhado com o *mínimo* de dor.

d. *Eudemonismo*. A *felicidade* é o alvo da conduta ideal. Para Platão, a maior felicidade possível para o homem seria a volta para o mundo dos *Universais* (que vede). Para Aristóteles, a perfeita realização de *virtude* (função) do indivíduo, naturalmente traz uma felicidade considerável. Para a Igreja, a felicidade maior será alcançada na *visão beatífica* (que vede).

e. *Sobrenaturalidade*. O homem não existe e nem vive diariamente, por si mesmo. Ele não é sua própria causa. Sua existência serve para glorificar Deus. O que acontece a ele é relativamente indiferente se Deus for glorificado. —*Secundariamente*, aquele que vive para Deus, alcança (e alcançará) uma felicidade *particular*, afinal. Este *afinal* pode ser distante, mas é seguro.

f. *Naturalismo* (humanismo). O único objeto da conduta ideal é *o próprio homem*. Esta conduta acompanha a *evolução* da raça e é determinada *a posteriori*.

g. *Utilitarismo e Pragmatismo*. Princípios aliados ao *naturalismo*. O que é *útil* é *bom*; o que não é útil é *ruim*. O que funciona (é prático) é bom; o que não funciona é *ruim*. A praticalidade de qualquer coisa deve ser comprovada através de um processo de *tentativas e erros*, com os ajustamentos apropriados.

II. A ÉTICA PRÉ-SOCRÁTICA

1. *Pitágoras* (582-587), **matemático que conheceu** toda a ciência de seu tempo, inclusive a geometria, astronomia, música e medicina. Ensinou que tudo tem seu número (uma numerologia antiga) que antecipou cruamente a teoria atômica. Acreditava na *esfericidade* da terra.

Idéias éticas. a. Elementos da religião oriental: reencarnação, purificação e a existência de divindades; b. dualismo: corpo/alma; c. substancialismo: a alma é transcendente; d. determinismo: uma justiça absoluta será realizada, afinal: os homens não criam

as regras do jogo; ensinou uma ética formal (rigorista, teísta); e. o homem participa no drama cósmico e é responsável por suas ações; a vida da terra é subordinada e dependente.

2. *Píndaro* (528-438), o maior dos líricos corais da Grécia. a. Em seu *Olímpios, ii*, ele postula o conceito interessante de que este mundo e o vindouro são, reciprocamente, lugares de recompensa e castigo; b. reencarnação: a libertação dos ciclos é adquirida se uma pessoa vive corretamente três vezes de cada lado, fazendo um total de 6 vidas rigorosamente justas e úteis; c. a **bem-aventurança** imortal espera a pessoa (o herói?) que venceu seis vezes; d. substancialismo: «Enquanto o corpo de todos os homens é sujeito a **morte todo-poderosa** a imagem da *vida* (termo poético = a *alma*) vive para sempre, porque somente ela vem dos deuses» (*Dirges*).

3. *Xenófanes* (494), aluno de Anaxímenes (de Melito). a. Era um reformador que criticou a tudo: o culto dos esportes, a glorificação da força física, o vestuário das mulheres, as jóias de ostentação, o uso de perfumes, jantares ricos, bebidas, conversa leve, os deuses *imorais* da religião ortodoxa, os ritos religiosos, os templos ricos que existiam às custas dos pobres. Atacou a *bíblia grega*, as escrituras de Homero e Hesíodo. Ridicularizou os deuses formados na imagem dos homens, afirmando, com razão, que cada nação fazia os ídolos com as características de suas raças. b. Ensinou *monoteísmo* ou panteísmo (ou, segundo alguns, o *pampsiquismo*), baseado no hilozoísmo da escola de Melito. c. Reencarnação: o homem é responsável por seus atos. d. O *código ético* dele era semelhante aos Dez Mandamentos do A.T.

4. *Anaximandro* (546), aluno de Tales, o pai da filosofia ocidental. a. Metafísico: a substância básica de tudo é um tipo de *infinito*, uma substância indefinida. b. Esta substância, que inclui a matéria, é *cheia de deuses* (*pampsiquismo?*). O mundo é uma grande *idéia* (idealismo), não uma grande máquina. c. Ele falou da pluralidade de mundos, alguns entrando e outros saindo da existência, uma idéia audaciosa que concorda com as teorias mais avançadas da ciência moderna. d. Evolução: a vida se originou do mar. e. *Ética:* Ele não era um filósofo ético, mas compreendeu que o processo cósmico é essencialmente um sistema que incorpora a justiça, a injustiça e a reparação.

5. *Protágoras* (480-410), o maior dos sofistas, os primeiros professores universitários, assim chamados porque venderam seus conhecimentos de diversas disciplinas. a. Era o primeiro filósofo que falou de si mesmo como *sábio* (sofista). b. Na gnosiologia promoveu o *ceticismo*: a única verdade que um homem pode saber vem das *percepções*. Mas elas são enganadoras e não podem ser os padrões verdadeiros de uma *suposta* verdade absoluta. Portanto, a única verdade *possível* para os homens é o que é *prático* (pragmatismo). c. Relativismo: «O homem é a medida de todas as coisas». Cada homem tem sua própria verdade **Não existem padrões fixos e extra-humanos.** Não existe *a verdade*. Existem verdades práticas, utilitárias e relativas. d. Agnosticismo na metafísica e na teologia. e. Termos que representam a doutrina da *sofística:* relativismo, subjetivismo, pragmatismo, utilitarismo, hedonismo, egoísmo. f. *O único padrão* da moralidade é o *interesse particular*.

A *filosofia de Sócrates* era, em parte, uma revolta contra a sofística.

III. Sócrates (470-400)

Sócrates era o *pai* da ética filosófica ocidental, filho de Sofrônico, escultor, e de Fenáreta, parteira; tornou-se um *parteiro de idéias*; chamou seu trabalho de *maiêutica* (o trabalho da parteira, *maia*); começou na profissão do pai, mas foi *convertido* à filosofia pelo oráculo de Delfos que mandou: *Compõe a música*. Isto ele interpretou metaforicamente: música = *filosofia*, porque a *filosofia é a mais bela música*. Devemos nos lembrar que a *religião* mais pura da época, na Grécia era a filosofia, não a religião ortodoxa dos gregos.

1. Bases Gnosiológicas da Ética de Sócrates

a. Reagiu contra o ceticismo e o relativismo dos sofistas. O ceticismo, segundo ele, prejudica a busca pelo conhecimento e enfraquece a moralidade. *Ilustração*. Mais tarde Agostinho falou do ceticismo como uma escuridão espiritual que destrói a fé e que não deixa os homens encontrar a verdade. A fé, contrariamente, prepara o solo para a cultivação da verdade.

b. É possível, realmente, adquirir o conhecimento. *Falácias* de pensamento e erros de conduta resultam de concepções falsas da verdade. *Ilustração*. O ato de matar homens ou até animais representa uma *fuga* da verdade.

A Verdade Absoluta

é *escondida*

pela *ignorância* humana e pelas *perversões* — pelo conhecimento *parcial* ou idéias *falsas*

Resultado: a conduta errada = *fugas* da verdade

c. Racionalismo: idéias inatas baseadas na mente universal.

d. Misticismo: tinha um *demônio*, um guia espiritual; meditava e entrava em transe; tinha conhecimento intuitivo.

e. Tinha pouco interesse na cosmologia; na teologia tinha idéias indefinidas.

f. Mas na *antropologia*, tinha idéias dogmáticas. O conhecimento é possível e *necessário*. Concordou com a inscrição do templo de Apolo: «Conhece-te a ti mesmo», e declarou: «*A vida não examinada* (disciplinada) *não vale a pena ser vivida*».

g. O *conhecimento do homem* precisa incluir estes princípios:

dualismo; teleologia; a mente universal; a verdade nasce inerentemente no homem, isto é, as idéias são *inatas*; a imortalidade; a justiça, afinal, será feita; fé absoluta no triunfo da justiça, da verdade e da bondade, *afinal*.

2. Bases Metafísicas da Ética de Sócrates

a. Sem dogmatismo, de fato tinha um ceticismo suave, sem hostilidade, em relação a cosmologia, metafísica e teologia. Falava com cautela sobre qualquer assunto metafísico.

b. Mas sustentava certas crenças *básicas*: a realidade a *mente universal* (que vede); a existência do *Espírito Divino*, uma crença exigida pelo desígnio que existe no mundo (ver sobre *teleologia*); a alma e sua sobrevivência da morte biológica.

c. Conceptualismo. Foi Sócrates quem iniciou a discussão de *Universais* (que vede) na filosofia. Ver o artigo separado sobre *Conceitualismo*.

3. O Seu Método

a. *Suposição básica:* os homens podem descobrir a virtude em si mesmos, por si mesmos, utilizando seu *raciocínio* que se baseia, afinal, na *mente universal*.

b. O *diálogo* foi utilizado para *descobrir*, não para *inventar* a verdade.

c. *Maiêutica*, um trabalho árduo pelo qual *nascem* as idéias.

d. *Ironia:* fingia ignorância, supostamente procurando *saber* das respostas dos participantes nos diálogos. Preparava armadilhas verbais, para forçar os participantes a dizerem coisas que realmente não queriam dizer.

e. A tarefa do filósofo não é de *entregar* a verdade aos seus alunos, mas sim, de *retirar* deles a verdade que já existe, inerentemente nas mentes deles.

4. Sua Atividade Filosófica

a. O *diálogo constante*, no mercado, na rua, em casas. Era um *evangelista* da ética.

b. Manteve uma associação informal com seus alunos que não o pagaram. Tinha a convicção de que os professores não devem receber dinheiro pelo ensino.

c. *Meditação e transe*. Era um *místico*. Às vezes o estado de transe o tomava de surpresa. Outras vezes, era cultivado pela meditação. Procurava, diligentemente, o conhecimento intuitivo e racional.

d. A filosofia era para ele uma profissão, uma religião, de fato, a própria expressão da vida. Ele realmente quis saber a *verdade* sobre a *conduta ideal* do homem.

5. A Natureza da sua Contribuição e Idéias Específicas.

a. Segundo Aristóteles, as duas grandes contribuições de Sócrates foram: a. o *método indutivo;* b. *definições universais* (genéricas). O diálogo foi utilizado para alcançar o *universal*.

b. Suas definições universais formaram a base de uma *ética rigorista (formal)*.

c. Tinha fé na *mente universal* como um depósito de todo o conhecimento ético. Também tinha fé no *Espírito Divino* para guiar sua busca.

d. *A Mente Universal* — O Desenvolvimento do Conceito

Influências:

nous (emprestado de Anaxágoras)
logos (emprestado de Heráclito)
a *intercomunicação* entre mundos, através de forças espirituais, como seu guia, o *demônio* (no sentido clássico da palavra)
a mente universal existe e o homem tem acesso a este depósito de idéias.
experiências místicas

Idéias éticas podem resultar destas fontes, e o *universal* pode ser alcançado. O homem é uma criatura *bidimensional*. A *ética* vem de sua dimensão superior, ou da participação de sua dimensão superior com forças e entidades super-humanas. A *ética pervertida* vem da dimensão inferior do mero homem cujos valores podem ser pervertidos.

e. *A busca prática.* Cada diálogo procurava estabelecer um ou mais conceitos éticos, isto é, o universal, uma verdade absoluta sobre algum assunto. *Ilustrações:* no diálogo, *Crítão* = dever; *Banquete* = a beleza; ***República*** = o estado ideal; *Lusis* = a amizade; *Charmides* = a moderação, mas neste diálogo (como em alguns outros), nenhuma conclusão adequada foi encontrada.

f. *O conhecimento é virtude:* sua ética foi um *intelectualismo moral*. Tinha fé de que o homem, sabendo o que é realmente melhor para ele, seguiria este conhecimento. Portanto, o erro é *sempre* o resultado da *ignorância*, não de uma vontade inerentemente perversa. Sócrates era *ingênuo* e otimista demais neste ponto, como a psiquiatria moderna demonstra amplamente.

g. *Eudemonismo:* a conduta ideal automaticamente resulta em *felicidade*.

h. *Hedonismo:* a conduta ideal é inerentemente prazerosa. O homem justo alcança um bem-estar que as vicissitudes da vida não podem abalar. Ele falou numa hierarquia de prazeres: espirituais, mentais, e finalmente, físicos.

i. *A unidade da verdade:* o universal mais alto é a *bondade*. Outras virtudes são subcategorias desta. Platão fez da *bondade* uma *entidade cósmica*, e finalmente, no diálogo *Leis*, esta virtude foi chamada *Deus*.

j. *Teleologia:* existem dons dos deuses (Deus?) como a luz, a comida, o ar, o sol que não é tão distante que seja inútil para sustentar a vida, e não tão perto que queimaria tudo. Todos estes elementos cooperam juntos para sustentar a vida, portanto, o *desígnio* é um fator operante na nossa vida. A *teleologia* implica a existência do *Espírito Divino*, uma força ativa na vida humana. Assim, o argumento *teleológico*, em favor da existência de Deus, nasceu na filosofia.

l. *A imortalidade:* era uma crença, mas não um dogma de Sócrates. Acreditava em uma *recompensa* justa, e também na necessidade do *castigo* adequado para julgar atos perversos. O homem justo é recompensado; o homem *injusto* é castigado, afinal. Portanto, é melhor, e racional, viver justamente. Ensinava a doutrina da *virtude por causa da virtude*, ou que a virtude é sua própria recompensa, a despeito dos resultados finais de qualquer ação. É melhor viver justamente e ser castigado por isso, afinal, do que viver injustamente e ser recompensado por deuses perversos.

IV. OS MOVIMENTOS ÉTICOS

Ver o artigo separado sobre **Escolas Éticas do Novo Testamento** que oferece mais detalhes do que o tratamento que segue.

Introdução

1. O débito que os filósofos éticos devem a *Sócrates* é grande.

2. Com Aristóteles, os grandes sistemas especulativos da filosofia antiga terminaram, no sentido de que não houve mais desenvolvimento original. A *continuação da filosofia* era no ecletismo, nas escolas éticas, no ceticismo, nos sistemas religiosos baseados no platonismo e no pitagorismo. Não houve mais originalidade nos conceitos expressados até o tratado de Agostinho sobre o *tempo*, que antecipou a teoria da relatividade.

1. A Escola Cínica (grego: **kuon** = cachorro)

Antístenes (Atenas, 450 A.C.), discípulo de Sócrates, pessoa rústica que se vestia mal; não prestava atenção a nenhuma norma da sociedade e pregava *liberdade* e *independência* de todas as restrições humanas. Agiu como um *cachorro* entre os homens, e de sua conduta se originou o nome da escola.

Diógenes (400 A.C.), discípulo de Antístenes, falsificador que fugiu de Sinope (sua cidade nativa) e refugiou-se em Atenas. Foi capturado por piratas e vendido como escravo. Um rico corintiano o comprou e em Corinto, Diógenes tornou-se professor particular das crianças de seu mestre. Foi libertado e tornou-se

um famoso filósofo em Corinto. Encontrou-se com Alexandre, o Grande, o qual perguntou: «Posso fazer alguma coisa por você?» Diógenes, totalmente indiferente ao poder e a fama de Alexandre, respondeu: «Só não fique perto de mim porque você está bloqueando a luz do sol». Os dois, curiosamente, morreram no mesmo dia em 323 A.C.

Princípios: Antístenes escreveu muitos livros, mas nenhum deles sobreviveu. O que sabemos da filosofia dele vem dos comentários de contemporâneos.

1. Rejeitou absolutamente o conceptualismo (que vede) de Sócrates e o realismo radical (que vede) de Platão.

2. Ensinou a singularidade de cada homem e não aceitou generalizações, nem como se encontram no nominalismo (que vede).

3. Enfatizou a necessidade de *independência*. «Virtude» = independência, *auto-suficiência*, indiferença aos valores da sociedade.

4. *Virtude* = *felicidade*, e o grande princípio da vida é «virtude por causa da virtude», sem considerar os resultados dos atos ou as opiniões dos homens.

5. *Todos* os valores recomendados pela sociedade são falsos ou desnecessários. *Ilustração:* O *casamento*, tão procurado por tantas pessoas, não é necessário, nem para a procriação, nem para o prazer. Todas as *políticas* são corruptas. O *patriotismo* é errado porque todos nós somos cidadãos do mundo. Mas a maior perversão de todas é o valor que os homens acham no *prazer*. Antístenes falou: «Eu prefiro ficar louco do que sentir prazer».

2. Hedonismo (grego: edone = prazer)

Os *cirenaicos* (de Cirene, cidade da África) eram *hedonistas convictos*.

Aristipo (400 A.C.), de uma família rica e poderosa, era um extrovertido, amável, esperto *playboy*. *Na metafísica* ele ensinou o *materialismo* (que vede). Ridicularizou os universais de Platão. Criticou qualquer generalização. *Vermelho*, por exemplo, não descreve, necessariamente, uma experiência comum. *Meu vermelho* não é necessariamente *seu*, e não existem meios para fazer uma investigação adequada do assunto para pronunciar qualquer coisa significante. Na *gnosiologia* ensinou o *empirismo* e o *ceticismo*.

Hedonismo positivo:

1. *Virtude* = *prazer*, físico e mental. Individualidades existem em relação ao tipo de prazer mais prático para cada pessoa.

2. A inteligência existe no homem para ajudá-lo na sua busca pelo prazer.

3. *Auto-interesse* absoluto e um utilitarismo inteligente são princípios fundamentais. O maior prazer possível com o mínimo de dor constituem o *guia* do homem sábio.

4. *Pragmatismo:* Cada indivíduo decide quais são os melhores prazeres para ele. Somente a experiência pode guiar e avaliar a busca.

Hedonismo astucioso:

Teodósio ensinou que o homem na sua busca pelo prazer, pode fazer exatamente o que ele quer, contanto que não sofra um castigo qualquer. O homem *justo* e *sábio* é o homem que faz o que bem entende e escapa das conseqüências. Um crime torna-se crime *somente* quando descoberto.

Hedonismo negativo: Hegésias, o ateu, declarou que o prazer é o *unico* valor, mas, afinal, é um valor *falso*. Portanto, na realidade, não existem valores e nem virtudes. Sua *fórmula:* desejo/frustração/decepção/angústia. Ele lecionava tão eloqüentemente em Alexandria que seus alunos começaram a suicidar-se. Quando isto aconteceu, os oficiais da cidade o proibiram de lecionar.

3. Epicurismo (Epicuro, 300 A.C.)

O *Epicurismo* é um tipo mole ou cauteloso de *hedonismo*. *Na metafísica:* nominalismo, deísmo, atomismo (teoria mecânica da natureza). *Tiquismo* (grego, *tuche* = *chance*) era um elemento essencial da metafísica de Epicuro. Rejeitou absolutamente o *determinismo* (que vede). *Na gnosiologia*: empirismo e pragmatismo.

Princípios

1. *Livre-arbítrio*, contra o terror do determinismo dos deuses da religião popular; busca empírica pelo prazer moderado, especialmente, os prazeres da mente.

2. *Eudemonismo:* a *felicidade* é o alvo da conduta humana. *Prazer* = *felicidade*. mas os prazeres *mentais* são mais nobres do que os prazeres físicos,

3. O prazer mais valioso de todos é a *eliminação do desejo*. O homem sábio não se arrisca.

Ataraxia (serenidade): o homem sábio procura paz de mente e de corpo, evitando excessos. O homem sábio busca se livrar das paixões e das lutas que caracterizam os homens de modo geral.

4. Estoicismo (grego: stoa pikile = «pórtico pintado») referente ao lugar onde a escola tinha as suas aulas.

Zeno de Cítio era o fundador desta escola (300 A. C.). Cleantes era seu discípulo mais notável. Entre os estóicos romanos mais conhecidos estavam Sêneca, 50 A.C.; Marco Aurélio, imperador romano, 180 D.C.; Epiteto, o escravo, 120 D.C.

Metafísica. Ensinaram o *determinismo* (que vede) absoluto do *Logos*; ciclos nos quais todos os acontecimentos se repetem; panteísmo; empirismo na gnosiologia; racionalismo divino; reencarnação como uma força na vida dos homens; absorção, afinal, no *Logos*. Depois da grande conflagração, tudo começa de novo, num novo ciclo.

Princípios Éticos

1. A única **liberdade** que o homem possui é o poder de reconhecer que tudo acontece *necessariamente*. Ele deve se conformar com a necessidade *cósmica*.

2. *Apatia*. O homem sábio e justo é o homem que não resiste à vontade do *Logos*, o princípio *divino*. A *apatia* é a regra da conduta ideal. A fórmula ética é: *apatia/felicidade/virtude*. Felicidade = apatia. A *virtude* principal do homem sábio é submissão à vontade do *Logos*.

3. *O problema do mal* não existe porque o Logos age *bem* e *racionalmente*, determinando tudo que acontece com perfeita justiça.

4. *Independência*. O homem não pode modificar coisa alguma, mas pode controlar suas emoções e *reações*. Nisto reside a *independência* das vicissitudes da vida humana.

5. A busca pelo prazer é *tabu* porque com isto nós caímos na armadilha de desejo/frustração/mais desejos/frustrações *ad infinitum*. O resultado de tudo isto é, *intranqüilidade* e escravidão em paixões vãs.

6. O princípio da *irmandade* universal do homem foi de grande importância no Estoicismo.

7. *A forma romana* substituiu a apatia grega com *moderação* em tudo. A lei romana foi influenciada pelo conceito da irmandade da humanidade. A *moderação* tornou-se uma virtude cardinal do cristianismo. Paulo incorporou este princípio e outros do Estoicismo ao seu sistema ético.

V. A ÉTICA DE PLATÃO (428-347 A.C.)

1. *A natureza da atividade filosófica segundo Platão.* A atividade filosófica é realizada para *descobrir* o sistema da realidade que é inerentemente *imutável*. Para a realização desta descoberta, a filosofia deve olhar *além* das aparências vacilantes das nossas *percepções*. A busca deve ser governada com a precisão da matemática e deve alcançar, afinal, o *universal do bem*, que é o auge de todo o conhecimento e atividade humanos. Sendo que *o bem* é o maior de todos os *universais* (que vede), e de fato, *a fonte* de todos, toda a atividade filosófica é em última analise, *ética*. O *alvo* do conhecimento é o *valor*, não simplesmente, *o saber*.

2. A atividade literária de Platão. Escreveu 36 obras consideradas autênticas. Oito outras tem o nome dele como escritor mas não são consideradas realmente de sua criação. Nada que Platão escreveu foi perdido, até onde sabemos. Os primeiros diálogos (*Apologia, Crito, Eutifron, Fédon*) refletem as idéias de *Sócrates*; os outros desenvolvem as idéias do próprio Platão. Sócrates era, essencialmente, um filósofo ético, mas, além da ética, Platão desenvolveu elaborados sistemas de gnosiologia, estética, metafísica e política. As raízes da *lógica* se encontram na sua *dialética*.

A Academia de Platão. Sua *Academia* foi estabelecida em 387 D.C. Foi a primeira universidade da Europa. A filosofia básica desta escola promoveu: 1. a *necessidade da inquirição* para alcançar o conhecimento; 2. a *necessidade de reunir todos* os ramos do conhecimento. Platão acreditava na *interdependência inerente* das disciplinas, isto é, na *unidade da verdade*.

As disciplinas incluiram todo o conhecimento da época: as ciências naturais, astronomia, zoologia, biologia, matemática, dialética (e retórica), pesquisa independente dos alunos sobre problemas especiais. *A realização* da Academia: a produção dos melhores cientistas, matemáticos, filósofos, políticos e advogados da Grécia da época.

3. Platão e as ciências. a. A atividade da Academia demonstrou seu interesse universal. b. Platão era um matemático fanático. Em Siracusa, seus alunos enlouqueceram com a matemática. Quase todas as descobertas neste campo, na época, foram realizadas pelos alunos de Platão. c. Speusipo, o sobrinho de Platão, seu sucessor na Academia, era um zoólogo que escreveu volumosamente sobre a história natural. Este interesse foi provocado pela atividade da Academia. d. Aristóteles, o maior cientista do tempo, recebeu sua instrução nesta escola. Rejeitou parte da metafísica de Platão e era *empírico* de natureza. Falou: «Platão é meu amigo, mas sou mais amigo da verdade».

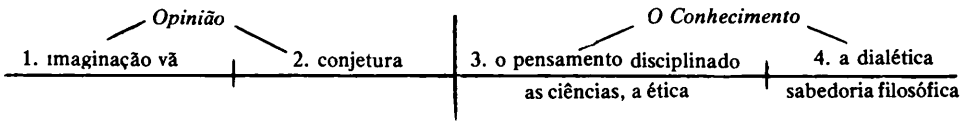
4. Elementos da Gnosiologia de Platão

Considerações Preliminares

Nenhum sistema da ética pode ser entendido sem considerar os elementos da metafísica e da gnosiologia do filósofo sendo estudado. Se eu acho o verdadeiro conhecimento impossível, mantendo uma atitude cética, certamente, não vou levar muito seriamente as regras fixas da ética. Se não acredito em um Deus que exige certo tipo de conduta dos homens, construirei um sistema ético pragmático e totalmente humano. Se acredito que existem verdades fixas e eternas, encontrarei, entre elas, minhas idéias éticas. Se sou *teísta*, acreditando que Deus tem interesse na conduta humana e estabelece regras para governar isto, então meu sistema ético vai refletir minha *teologia*. A metafísica, a gnosiologia e a ética são integralmente inter-relacionadas.

---

1. *A Linha Dividida* (ensino de *República*, VI): Os Quatro Estágios do Conhecimento



Detalhes da Gnosiologia de Platão.

a. *Opinião*, o «conhecimento» dos sofistas (como Protágoras). Fatos não são distinguidos de fantasias. As vicissitudes das percepções enganadoras determinam opiniões. A *conjetura* é um leve melhoramento e um desenvolvimento da *imaginação*, mas nada é conhecido do *universal* desta maneira.

b. O *pensamento disciplinado* termina em um tipo de entendimento. Aqui, algum conhecimento é obtido do universal, em um nível *racional*. A razão começa a *reconhecer* certas verdades.

c. A *sabedoria* filosófica é o resultado da *dialética* (a aplicação das verdadeiras regras do jogo do conhecimento). Os *universais* são organizados para construir uma *unidade* da verdade, na qual *o bem* é reconhecido como a *fonte* e o *organizador* de tudo.

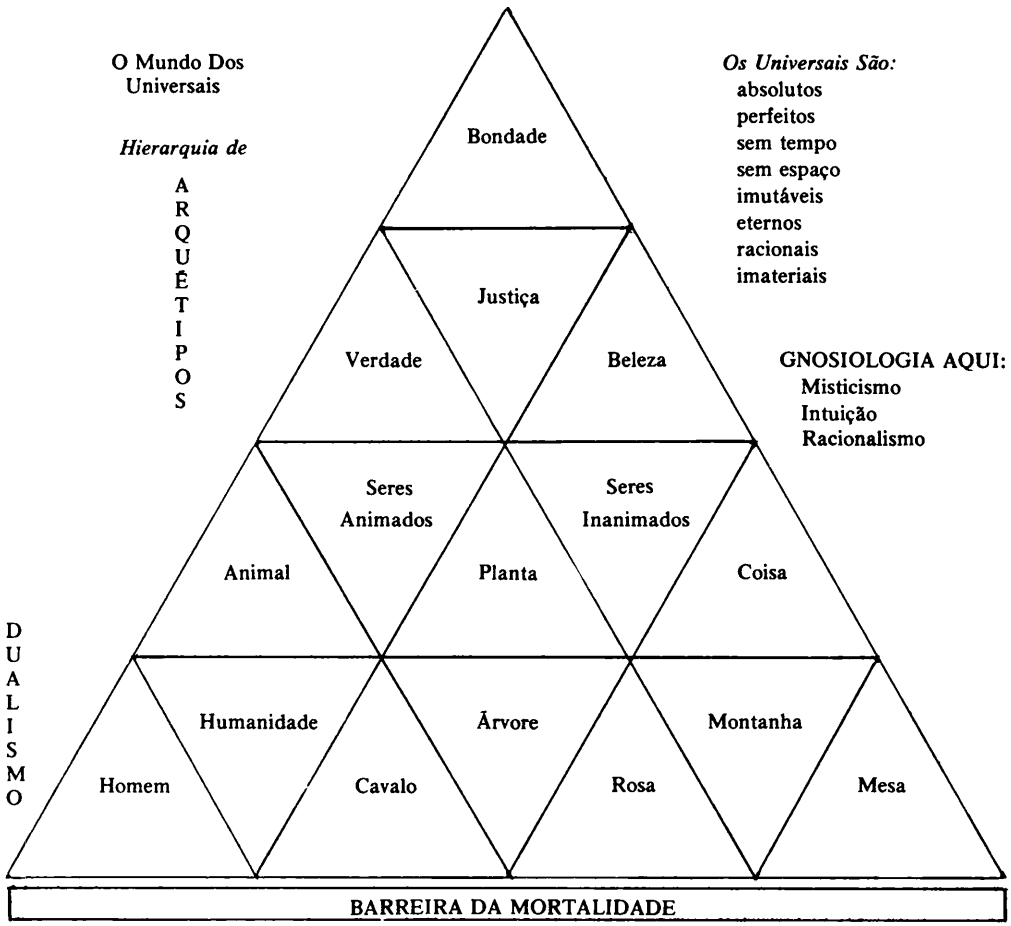
d. *O processo gnosiológico:* percepção; razão; intuição; contemplação (misticismo). Somente o espírito, livre do corpo, pode, realmente, *saber*.

e. *Elementos importantes*. O conhecimento é a. *do real* (universal); b. infalível; c. racional; d. não é mero julgamento com uma descrição; e. *bidimensional*, material e espiritual; f. *recordação*. A alma se lembra da verdade e comunica este conhecimento à mente que procura honestamente.

5. Elementos da metafísica de Platão. a. Concordou com os sofistas que o conhecimento da verdadeira natureza das coisas é impossível pelos sentidos físicos. b. Contra os sofistas: a despeito disto, o conhecimento metafísico é *possível* pela razão, pela intuição e pelo misticismo. c. Existe uma *afinidade* da mente humana com a natureza espiritual do universo (como Sócrates ensinou). d. O *real* é imutável e eterno (como Parmenides declarou). e. A verdadeira natureza é *plural* (como os atomistas insistiram). f. *Dualismo:* existe a mente; existe a matéria (como Anaxágoras ensinou).

6. Diagrama:

A METAFÍSICA E A GNOSIOLOGIA DE PLATÃO RELACIONADAS AO SEU SISTEMA ÉTICO



O mundo dos particulares é sujeito à percepção dos sentidos.

Explicação do Diagrama

1. O Um da filosofia pré-socrática (**hilozoísmo**) é o *bem* ou *beleza* (como em *Banquete*). 2. Os *universais* representam uma *hierarquia de valores*, e são, ao mesmo tempo *entidades* = *realismo radical*. 3. No diálogo *Leis*, Deus substitui os universais e eles tornam-se atributos divinos. 4. O homem é um ser *bidimensional*. Seu corpo tem *afinidade* com a matéria e seu *espírito* com os universais. Pelas percepções o homem conhece o mundo de *fluxo*; com a mente, o mundo universal, *imutável*. O mundo do fluxo (isto é, o mundo material) é *menos real*. (Comparar isto com o conceito da religião oriental que fala sobre o mundo material como *ilusório*). 5. O verdadeiro homem é *imaterial* e já existia no mundo espiritual, antes de sua peregrinação no mundo inferior. A alma é uma *faísca de Deus* e é *auto-existente*.6. Deus criou o mundo material através do *demiurgo*, utilizando elementos já existentes. 7. O mundo físico é uma *imitação* do mundo superior. 8. A *unidade da existência:* a hierarquia dos *Universais* combina perfeitamente em uma existência absoluta, transcendente e de perfeita harmonia. 9. O *Mundo Universal* é o *lar* do espírito. 10. A participação da alma no mundo físico resultou de a. fraqueza; b. desejo de experimentar; c. perversão. Esta participação era *uma queda*. 11. O *problema ético* é a tentativa de reverter a queda e voltar para o lar. 12. Somente o *espírito libertado* do obstáculo, *prisão* e *sepulcro* do corpo, poderia entender a verdadeira natureza da realidade. Portanto, a *morte* é, potencialmente, e realmente, a nossa amiga.

7. Elementos e Caracterização

A Natureza da Ética de Platão:

a. É uma ética *formal* (rigorista).

b. *O problema ético:* como um ser racional, não material e *bidimensional* deve agir neste mundo; a *conduta ideal* deste ser.

c. O significado e valor da vida humana são envolvidos na questão maior da natureza do mundo, que inclui um futuro *além* da morte biológica.

d. O que se chama — *vida* — é espiritual. O mundo *fenomenal* é passageiro e não deve atrair a nossa atenção demais. Os prazeres e vantagens do mundo têm suas utilidades, mas não podem ser o *alicerce* de uma vida humana. O corpo humano é mero veículo do espírito. As qualidades de inteligência e vontade pertencem à alma.

8. A Alma e Seu Drama Sagrado

a. **A alma é a essência da vontade**, possui *automovimento*. Comparar este conceito com o *primeiro motor* de Aristóteles e a vida *necessária* e independente de João 5:26, discutido na filosofia de Tomás de Aquino.

b. A alma é um fragmento da *eternidade* que está voltando para o seu lar. Esta volta depende da *conduta ideal*. A alma se lembra (fracamente) de sua terra nativa e tem muitas saudades. O corpo serve de obstáculo no caminho. Mais do que isto, é o sepulcro e a *prisão* da alma.

c. O princípio da morte deve funcionar todos os dias. *Morremos* para os vícios e vivemos para o espírito. Cada dia deve ser uma *pequena morte* para os apetites do corpo. A morte biológica separa o corpo do espírito. A pequena morte anula a influência dos apetites do corpo para deixar o espírito seguir seus ideais.

d. A alma *remida*, depois de muitas reencarnações, contemplará os *Universais* (o Deus de Platão), e será absorvida na *Realidade Última*.

e. *A reencarnação* é uma realidade e é um dos meios da purificação gradual do espírito.

A Composição da Alma e a Ética

A alma representa uma *tricotomia:* o racional, o ânimo e o vegetal.

A. O *racional* é o espírito *puro*. A parte racional age segundo ideais nobres.

B. O *ânimo* (a vontade) é seu aliado.

C. A parte *vegetal* da alma é aliada *ao corpo* e seus apetites.

D. Quando a parte racional consegue *dominar* o corpo e seus apetites, o homem é *moderado*, e *autocontrolado*. Mas quando a parte vegetal domina, o homem é descontrolado, injusto, pecaminoso.

E. O homem que tem uma *tensão* entre a parte vegetal e racional (no lugar de harmonia) é um homem *injusto*, e está sujeito a repetidas reencarnações.

F. O homem que tem resolvido suas tensões, sendo controlado essencialmente pela parte racional, está perto do fim de seus ciclos terrenos, e pronto para voltar ao seu lar de perfeita beleza, harmonia e justiça.

9. Moderação

A moderação era sempre um princípio importante na ética grega. E a condição adquirida quando a alma está em paz consigo mesma, com suas diversas partes cooperando com a *razão*. Em termos cristãos, nós diríamos: *racional* = *espiritual*.

Sócrates sobre a moderação, na forma de uma oração:

«Pan, amado, e todos vocês outros deuses que assombram este lugar. Dê-me beleza de alma no *interior* e permite que o homem *exterior* e o homem *interior* sejam *um só*. Faça-me entender que o homem *sábio* é o homem verdadeiramente rico. Dê-me somente aquela quantidade de ouro que o homem moderado pode agüentar».

10. Contemplação

A característica mais nobre do homem justo é sua capacidade de *contemplação* (qualidade mística) que, intuitivamente, tem contato com a realidade mais alta.

A contemplação *máxima* pode ser alcançada somente com a *libertação* da alma do corpo. Esta contemplação é comparável à *visão beatífica* do cristianismo (que vede). Neste estado, uma transformação do ser é realizada, sendo que a alma toma o seu lugar entre os deuses (*universais*). Isto significa uma participação e absorção na *natureza divina*. Comparar este conceito com II Ped. 1:4, Col. 2:10 e II Cor. 3:18 no Novo Testamento.

11. As Quatro Virtudes Principais

a. *Sabedoria*. Esta é a virtude da parte *racional* do ser. Sabedoria é *o conhecer* da alma. Ela se expressa no *morrer cada dia* para separar o espírito dos apetites da parte vegetal. Comparar este conceito com I Cor. 15:31.

b. *Coragem*. Esta é a virtude da parte *animada*, a utilização da vontade para garantir a *conduta ideal*.

Alguém falou, com razão: «Ó Senhor, conhecimento nós temos. O que falta é *força de vontade*». O Apóstolo Paulo escreveu: «Não faço o bem que quero, mas o mal que não quero, esse faço...quando quero fazer o bem, o mal está comigo. Porque, segundo o homem interior, tenho prazer na lei de Deus, mas vejo nos meus membros, *outra lei* que batalha contra a lei do meu entendimento e me prende debaixo da lei do pecado que está nos meus membros. Miserável

homem que eu sou! Quem me livrará do corpo desta morte?» (Rom. 7:19-24)

c. *Moderação*. Esta virtude é a combinação, e a harmonia entre a parte racional e vegetal. Nesta *harmonia* a parte vegetal é dominada. O espírito ganha a vitória sobre os apetites do corpo.

d. *Justiça*. Esta é uma virtude geral que começa a existir na pessoa quando as três partes da alma estão em *harmonia*. Todas as *tensões* são vencidas.

Os conceitos morais de Platão são bastante semelhantes àqueles do cristianismo.

12. A Necessidade da Luta

O homem nunca pode ser livre da **inquirição.** Platão falou: «Que nós seremos melhores e mais corajosos se pensarmos que devemos inquirir, do que teríamos sido, aceitando a fantasia vã de que o conhecimento não existe e que não vale a pena procurar saber o que não sabemos, é um tema pelo qual eu estou pronto para lutar em palavras e ações, ao máximo dos meus poderes».

13. A Maior Calamidade na Vida

Fazer alguma coisa errada e não ser castigado, isto é, escapar do castigo apropriado. Neste caso, a alma aprende a viver mal e fica perversa. O fim deste tipo de conduta é que a alma nunca alcança o mundo universal, mas perece no hades, afinal, segundo a doutrina de Platão.

14. A Devoção de Platão

Estamos informados de que a devoção religiosa de Platão era grande, assim ele pode ser descrito como o Jeremias ou o Isaías grego.

15. Dualismo

Platão montou o alicerce do **dualismo cristão,** fazendo do homem um cidadão de dois mundos. Hegel falou: «Platão ensinou quão perto Deus é, e como a razão humana é verdadeiramente *unida* com ele».

16. Platão e o Relativismo. Um Diálogo (imaginado) Entre Platão e Protágoras, o Sofista.

Protágoras. Platão, cada indivíduo tem a sua *própria* verdade, a qual lhe é conferida através da interpretação daquilo que os seus sentidos lhe ditam.

Platão. Entretanto, meu caro Protágoras, a percepção dos sentidos não é algo indigno de confiança, variando como varia, de uma pessoa para outra, para nada dizermos acerca da *interpretação* individual sobre o que os sentidos lhe dizem, o que pode distorcer completamente até mesmo aquilo que foi percebido?

Protágoras. O que você está dizendo exprime a verdade. Contudo, o que é verdade para um homem é apenas a *sua verdade*. A minha verdade é *minha* e a sua verdade é *sua*.

Platão. Penso que estou podendo acompanhar o seu argumento, mas não posso dizer que o mesmo me deixa impressionado favoravelmente. Por que o *babuíno* não é o padrão de todo o conhecimento? Ele também possui percepção dos sentidos.

Protágoras. O babuíno é tão bom quanto você. Ele também tem a sua própria verdade. Sou tão bom quanto você; você é tão bom quanto eu; e o babuíno é tão bom quanto qualquer um de nós.

Platão. Você está tentando me dizer que a minha *opinião* de alguma coisa é *verdadeira*, ainda que diferente da *sua*? e que, de alguma maneira, a opinião do babuíno é verdadeira, não menos do que a nossa?

Protágoras. É exatamente *isso* que estou procurando dizer!

Platão. Entretanto, meu caro Protágoras, a minha opinião é que tudo quanto você está dizendo é desgraçado e *falso*, que a verdade não é *relativa*, e que ela não está alicerçada sobre a percepção dos sentidos. Além disso, a minha opinião é que você deveria *abandonar* totalmente os seus argumentos tolos. Você continua pensando que as minhas opiniões correspondem à verdade?

Protágoras. De modo *absoluto*. — Estas idéias representam a *sua* verdade. *Minha* verdade é outra coisa.

Platão. Meu caro Protágoras, você ficou louco! Precisa começar a aprender no que consiste a verdade. Declaro-lhe que a tentativa de colher, supervisionar, avaliar, confirmar ou refutar as opiniões dos homens seria uma tarefa cansativa e impossível e que só daríamos início a essa tarefa se fôssemos inspirados por uma *tremenda* insensatez. A *sua* verdade dificilmente poderia ser *a verdade* que os homens sérios queiram buscar.

Protágoras. Meu bom amigo, Platão, o louco é você! A variedade de verdade que você espera obter é apenas um mito fantástico. Aquilo que eu tenho chamado de verdade é a única variedade que pode ser obtida.

VI. A ÉTICA DE ARISTÓTELES (384-324)

Aristóteles era o aluno mais brilhante de Platão, chamado por ele, *o intelecto* e *o leitor*.

Elementos da Gnosiologia de Aristóteles que influenciaram sua ética.

1. O *empirismo ingênuo:* o verdadeiro julgamento com uma descrição é o conhecimento. O julgamento é uma declaração sobre alguma coisa, e a descrição é tudo que a investigação pode descobrir sobre aquela coisa.

2. O *conhecimento científico* é o verdadeiro conhecimento, e é do *real* (*universal*).

Elementos da metafísica aristotélica que influenciaram sua ética.

1. *Realismo moderado:* o universal existe mas nunca separadamente do particular.

2. Sua doutrina sobre *substância:* as 4 causas: a material; b. forma; c. eficiente; d. final. Apresento um artigo separado sobre cada um destes títulos. Ver também sobre *Aristóteles*, ponto 5., e sobre *Causa*.

Tudo que existe. e tudo que acontece, operam através destas causas segundo o princípio da *teleologia*. A *função* (*virtude*) de cada pessoa está envolvida neste processo.

3. *Teleologia*. Existe um desígnio absoluto em tudo.

4. O *Primeiro Motor* (o *deus aristotélico*) é pensamento puro contemplando a si mesmo. O ato ético mais alto se encontra na *contemplação*.

Elementos da Ética de Aristóteles

1. *Eudemonismo* (grego: *eu* + *daimon* = *possuir um demônio*, tipo de deus ou espírito divino inferior); portanto, ser *feliz* é um estado inspirado *divinamente*. A felicidade é o alvo da vida.

2. A felicidade se realiza pela formação de um ser *social* que cumpre *seu dever*, através de uma **auto-realização absoluta.** A ética é, portanto, um ramo da *política*.

3. Para a realização máxima do *dever*, cada pessoa precisa descobrir e desenvolver sua *virtude*. Virtude = *função*. Cada pessoa **deve ser** totalmente **auto-realizada** para cumprir bem sua função na sociedade. *Ilustração*. A tesoura de podar é um instrumento singular, com uma função altamente especializada. A *função* especial deste instrumento é a

sua *virtude*.

4. *Responsabilidade*. O dever de cada indivíduo é de se desenvolver ao máximo em uma função. Esta virtude é o *alvo* da vida, e o fruto procurado na *instrução*.

5. O homem *justo* é aquele que se desenvolve ao máximo, para ser efetivo no seu serviço na comunidade. O homem injusto é o homem não especializado e descuidado. — A auto-realização é *altruísta*.

6. *Virtudes*. O homem justo é o homem que desenvolve ao máximo as virtudes inerentes na natureza humana. *Ilustração*. Todos os membros do corpo têm uma função especial, mas todos cooperam para promover a ação e *bem-estar* da totalidade. Todas as atividades dos homens representam virtudes potenciais.

7. *O bem supremo*. A virtude da intelectualidade é este bem. A *intelectualidade*, na sua expressão mais elevada e nobre = a *contemplação*. Todas as ciências são instrumentos da contemplação. O objeto desta função intelectual é a *verdade*. Os *meios principais* da contemplação são as belas artes (a estética); as ciências; a ética; as qualidades de prudência, sabedoria, iniciativa e razão (racionalismo). «Quando contemplamos somos mais como Deus». O estudo é *divino*.

8. O *guia* de tudo: *moderação*, o *meio-termo áureo*.

AS DOZE VIRTUDES DE ARISTÓTELES

Vício de Deficiência	*O Meio-Termo Áureo*	*Vício de Excesso*
1. Covardia	Coragem	Imprudência
2. Apatia	Moderação	Licenciosidade
3. Liberalidade	Liberalidade	Prodigalidade
4. Baixeza	Magnificência	Vulgaridade
5. Humildade	Magnanimidade	Vaidade
6. Falta de diligência	Diligência	Excesso de ambição
7. Falta total de gênio	Gentileza	Irascibilidade
8. Depreciação da própria pessoa	Verdadeira auto-avaliação	Jactância, ostentação
9. Rusticidade, grosseria	Presença de espírito, habilidade de responder pronta e acertadamente	Bufonaria, chocarrice
10. Espírito contencioso	Amizade	Lisonja, louvor insincero
11. Sem-vergonhice, imprudência	Modéstia	Timidez
12. Malignidade	Indignação justificada	Inveja

VII. UTILITARISMO

A. Influências

1. *Gregas*

a. *Hedonismo* — Os cirenaicos (Cirene, cidade da África); Aristipo (400 A.C.)

1. virtude = prazer; 2. desprezo da metafísica; 3. ateísmo; 4. pragmatismo; 5. evitar dor.

b. *Epicuro* (300 A.C.)

1. hedonismo; 2. eudemonismo; 3. deísmo; 4. empirismo.

2. *Utilitarismo teológico*. William Paley, 1743-1805: «Procurando a felicidade da humanidade, em obediência à vontade de Deus, por causa da felicidade eterna». — Subseqüentemente, este tipo de utilitarismo foi *secularizado*.

3. *Cetismo*. David Hume, 1711-1776.

a. Todo o suposto conhecimento é *impressão* (dados das percepções) e uma idéia é somente uma *cópia vaga* das sensações que aparece no processo de pensar e raciocinar.

b. As impressões vêm primeiro, depois as idéias. As duas juntas formam as *percepções*.

c. As percepções são paradas de impressões e idéias. Esta é a *única realidade* que nós podemos conhecer.

d. É impossível provar a existência de Deus, alma, mundo, causa (isto é, os assuntos principais da *metafísica*). Até é impossível provar a existência do próprio ser, o *ego*. Não podemos ter certeza de que uma única pessoa está experimentando a parada de sensações. Aceitamos a existência do próprio ser pela *fé animal*.

e. Hume secularizou a filosofia. Tinha grande influência sobre Kant. O *postulado* de Kant salvou a metafísica, enquanto sua *proposição* ficou (com variações) no ceticismo.

4. *Positivismo*. Augusto Comte, 1798-1857, fundador da sociologia moderna.

O conhecimento humano em estágios

a. *Conhecimento teológico:* o mais *primitivo*, que vai de ídolos para o politeísmo, para o monoteísmo. É conhecimento como nenê.

b. *Conhecimento metafísico:* conhecimento como adolescente. Forças impessoais cósmicas substituem os deuses. O nacionalismo e a monarquia popular são características deste estágio de conhecimento.

c. *Conhecimento maduro*, de adulto: o *Positivismo*, o triunfo da ciência. O *porquê* da teologia é substituído pelo *como* das leis naturais. Passamos da teoria para a *prática*. Ceticismo é aplicado à verdadeira natureza das coisas.

Positivismo: o real é o que é *prático* e útil; conhecimento sem as especulações da metafísica. Positivismo é um *pragmatismo científico*, uma forma de ceticismo gnosiológico porque abandona qualquer noção de um conhecimento perfeito, *final*.

A hierarquia das ciências segundo seus valores para contribuir para o positivismo:

1. matemática; 2. astronomia; 3. física; 4. química; 5. biologia; 6. sociologia; 7. ética (a ciência mais alta).

ÉTICA. A conduta deve ser determinada pelas ciências, não pela religião. A ética é sempre social, não meramente individual. Para conseguir uma ética *pura*, verdadeira, *positivista*, devemos abandonar

qualquer base metafísica. Somente assim, a ética torna-se uma *ciência*. É impossível ter uma ética ideal enquanto ficamos no estágio da infância do conhecimento (com a teologia dominando). Práticas éticas *específicas* devem ser determinadas através da experiência *social*, dirigida pelas ciências. O processo *empírico* deve dominar a ética porque a ética é uma ciência, e não um ramo da religião.

5. *Evolução*. Charles Darwin, 1809-1882. A idéia já existia na filosofia grega de Anaxímenes, Heráclito e Demócrito. A *Primeira Causa* é substituída pelo conceito todo poderoso — *Seleção Natural*.

Por que este conceito falha?

a. Não explica o desígnio óbvio que existe na matéria *inanimada*.

b. Mas depende do *desígnio* na matéria inanimada para conseguir seu *início*.

c. Em si mesmo nada explica porque depende ou da *invariabilidade* ou do *tiquismo* (chance). Se depende da invariabilidade, já está falando de um *princípio de causa* exterior a si mesmo e do qual faz parte. Se depende do tiquismo, então exige fé numa série de milagres espantosos, a assim torna-se uma *religião*. Por não depender da invariabilidade, já não é uma ciência. Há uma *ciência qualquer* que não depende deste princípio? Sem este conceito e fé, o processo de experiência seria impossível.

d. *O processo*. 1. Como começa, não sabemos, portanto, começamos com *zero*; 2. a matéria inanimada (com desígnio no nível atômico); 3. a matéria animada que funciona inteligentemente, realiza a *seleção natural*; 4. a *seleção natural* depende do princípio da *invariabilidade*.

Objeções. 1. Não pode pegar o fio pelo meio e começar com o número dois. 2. Não pode avançar até o ponto três, depois para ponto quatro, pelo caminho do *tiquismo*. Se tomar o caminho da invariabilidade, já fica parte do princípio de *Causa*.

De qualquer maneira, a eliminação da Primeira Causa é uma das bases importantes do *Utilitarismo*.

B. Definição do Utilitarismo

1. É um pragmatismo social. O homem recebe a atenção normalmente reservada para Deus.

2. A ética do utilitarismo faz o indivíduo subordinado aos interesses da sociedade. *A conduta ideal* é aquela que promove a *maior felicidade* do *maior número* de pessoas.

3. *Pragmatismo*. «O significado inteiro de um conceito se expressa através de suas *conseqüências práticas*». (William James).

4. A *verdade* é *utilidade*.

C. Jeremy Bentham (1748-1832)

Foi ele quem inventou o termo utilitarismo. Emprestou de Joseph Priestly a sentença que expressa o *ideal* deste sistema: «A maior felicidade do maior número».

Bentham foi o Lutero legal de seu tempo. Sua influência causou uma *reformulação* radical no sistema legal da Inglaterra, e daí, de outros países, em alguma medida.

Vida. Nasceu em Londres onde viveu sua vida inteira; foi um prodígio infantil; leu latim aos 3 anos de idade; entrou na Universidade de Oxford aos 12 anos; formou-se aos 16 anos; dedicou a sua vida, com paixão extraordinária à reforma de todas as instituições da Inglaterra: econômicas, religiosas, educacionais e legais. Ajudou a fundar a University College, Londres. Antes de morrer, doou seu corpo à ciência e seu esqueleto ainda pode ser visto na University College.

Princípios de sua Ética

1. Todas as instituições, ações, leis, ciências e religiões podem ser explicadas em termos de prazeres e dores, imediatos e projetados. Isto é, todas as ações humanas se baseiam na busca pelo *prazer* e no *evitar da dor*.

2. As dores e os prazeres são determinados através de um processo *empírico*. A única finalidade de um homem ou de uma instituição é o prazer adquirido com o mínimo de dor. É claro, então, que promoveu o *hedonismo* (que vede).

3. *Dever*, consciência e sacrifício são conceitos vazios. A *prova da validade* de uma ação é sua *utilidade*; a utilidade de uma ação depende de seus resultados *agradáveis*.

4. O homem, por natureza, é egoísta. É necessário, portanto, que as leis exijam ações para garantir a maior felicidade para o maior número de pessoas. Sua ética enfatiza a sociedade, não o indivíduo.

5. *Seu método*. Produziu uma *descrição* extremamente detalhada *do que existe*, seguida por uma descrição igualmente detalhada *do que deve existir*.

6. Procurava «a utopian welfare state», um estado que cuidasse de todas as necessidades de seus cidadãos, ao ponto de criar uma utopia.

Procurava reformas nas instituições legais, prisões, sindicatos, escolas, etc.

7. *Riqueza = virtude; pobreza = vício*.

8. *Os Cinco Grandes Princípios (ideais)*

a. Utilidade
b. Segurança
c. Sustento
d. Abundância
e. Igualdade

Pelo desenvolvimento destes princípios, extrairia a *essência*, isto é, a maior felicidade para o maior número de pessoas.

9. Antes do fim de sua vida, viu que seu sistema precisava de mais um princípio: *benevolência*, outro nome para a *lei do amor*.

As condições da Inglaterra no seu tempo, excitaram suas atividades de reforma. Existiam fraude, desonestidade, corrupção na política e nas cortes; o dinheiro determina tudo; os pobres foram punidos por crimes, enquanto os ricos escaparam; 9/10 das pessoas do país foram excluídas, automaticamente, dos serviços da lei, simplesmente porque não podiam pagar a taxa exigida pelas cortes. Os trabalhadores tinham condições precárias e sobreviveram com grande dificuldade.

D. John Stuart Mill (1806-1876)

Seu pai, James Mill, era um amigo íntimo de Bentham. Assim, John Mill foi introduzido ao utilitarismo desde seus primeiros anos. Mill participava nas reformas inspiradas por Bentham. James Mill cuidou pessoalmente da instrução de seu filho e assim, antes de completar 13 anos, ele (o filho) tinha adquirido mais conhecimento do que a maioria das pessoas nas suas vidas inteiras. John, lembrando-se disto, comentou como uma *mente comum* (como considerou *a sua*) pode fazer coisas extraordinárias, se tiver a instrução apropriada.

Ele modificou e aperfeiçoou os princípios do *Utilitarismo:*

1. Prestou mais atenção aos *sentimentos* do homem, modificando a noção do homem como um ser que simplesmente procura o que é *seu* (principalmente, o *prazer*).

2. Introduziu a idéia de *qualidades diferentes* de prazer. Alguns prazeres são até nobres e podem elevar

a natureza humana, como os intelectuais, morais, etc.

3. *Liberdade do indivíduo*, para ele, é um fator *necessário* para preservar a *dignidade* da pessoa.

4. Os homens, normalmente egoístas, podem adquirir a virtude do *altruísmo*.

5. *A felicidade* é o alvo da existência humana (*eudemonismo*). Isto resulta do prazer, mais mental do que físico.

VIII. A ÉTICA DE EMANUEL KANT (1724-1804)

O que Tomás de Aquino significou para a Igreja Católica, *Emanuel Kant significou* para o Protestantismo mais sofisticado. Os raciocínios de Kant, se aceitos, forçam a pessoa a depender da *fé* para postular suas crenças, no lugar de confiar em argumentos racionais.

1. Algumas Noções Metafísicas de Kant

Estas idéias influenciaram sua *ética*. Foram registradas na sua *Crítica da Razão Pura*.

OS TRÊS MUNDOS DE KANT

PRIMEIRO MUNDO	SEGUNDO MUNDO	A BARREIRA	TERCEIRO MUNDO
O mundo da *mente*; a mente impõe sobre a realidade exterior o que pode ser conhecido. — Aqui temos o *Idealismo subjetivo*. Expressa um *ceticismo* racional.	O mundo *fenomenal*; o mundo *físico*, conhecido pela percepção dos sentidos = *empirismo*. Aqui temos as *proposições* do conhecimento.	É *impermeável*. O *conhecimento* é limitado à *percepção*.	O mundo *noumenal*: a realidade última, Deus, alma, moralidade, teleologia. Este mundo é *postulado* pela razão, intuição e misticismo. Aqui temos *postulados*. Este mundo representa um *ceticismo esperançoso*. A *ética* vem deste mundo.

2. Gnosiologia

O conhecimento empírico, é ao mesmo tempo a priori. O mundo é conhecido somente através das percepções dos sentidos. Mas as percepções são interpretadas *necessariamente* pelas *categorias* do pensamento, que existem *a priori* como propriedades da mesma. Portanto, é possível, ou até provável, que o mundo exterior *não* tenha a natureza que aparente e supostamente tem. As nossas mentes *obrigam* o mundo a ter a forma que tem. Como o *Talmude* fala: «Nós não vemos as coisas como são. Nós vemos as coisas como *nós somos*». Para Kant, «a coisa em si», isto é, a verdadeira natureza das coisas, não é conhecida. Estas declarações evidenciam o *ceticismo racional*, e um *idealismo subjetivo*.

A realidade última (o mundo *fenomenal*) não é *conhecida*, é *postulada* para obter um sistema adequado de filosofia. Nós agimos como se Deus e a alma fossem verdades, porque, sem estes conceitos, existiria um mundo *de caos* no qual seria impossível viver. Estas idéias expressam um *ceticismo esperançoso*.

A base de nossa crença em *Deus* e na *alma* é o *argumento moral*, um *postulado* absolutamente necessário para que possa existir uma filosofia adequada.

Ver 3.j. para uma explicação do *argumento moral*.

As Categorias. Estas categorias governam o nosso modo de pensar. São categorias absolutas da *mente* não conveniências das experiências das percepções.

Noções de pluralidade, singularidade, relação, negação, limitação, causalidade, acidente, chance, reciprocidade, necessidade, contingência, espaço, tempo, são categorias *intuitivas*, não necessariamente elementos verdadeiros do mundo.

3. Algumas Noções da Ética de Kant

Sua ética é formal (rigorista).

a. A ética se baseia em postulados do *terceiro mundo*. São racionais, intuitivos e místicos.

b. Conceitos éticos são necessários para salvar a filosofia de um ceticismo mortal.

c. A necessidade de uma justiça absoluta exige crença na existência de Deus e na alma. Ver sob *j*.

d. O homem *moral* é ciente de sua *imortalidade*, sem mais nada.

e. Existem leis *absolutas* que governam a ética. Estas leis são *inatas* no homem e determinam a vontade dele de modo *a priori*.

f. A *lei moral* se baseia no *dever*, não no prazer. O valor moral de um ato reside na *atitude interior*, na *motivação*, não no próprio ato, nem nas suas conseqüências. A lei moral, todavia, não pode ser meramente *subjetiva*, ou não é uma lei universal. A lei moral exige *universalidade*.

g. *O imperativo categórico:* Categórico = *absoluto*, sem qualificações. É um padrão *a priori* da mente. Expressa-se desta maneira: «Faça somente aquilo que você quer que seja *uma lei universal*». Esta lei é um padrão *a priori* da mente e não é um produto da experiência, como o *utilitarismo* declara.

h. *Dever é supremo*. Somente o ato motivado pelo *dever* é realmente *justo*.

i. Somos cidadãos de *dois mundos*. O mundo *fenomenal* é o lar do corpo, das experiências diárias e da ciência. Portanto, estamos sujeitos aos erros e as vicissitudes da experiência humana. Mas, como cidadãos do mundo *noumenal*, nós mesmos somos *legisladores* como o próprio Deus. O *imperativo categórico* se origina deste fato.

j. *O argumento moral*. Somos *obrigados* a aceitar um de dois conceitos básicos em relação à natureza do mundo. Devemos acreditar que a *justiça* deve ser feita *afinal*, ou que o *caos* é o verdadeiro deus deste mundo. O conceito de justiça absoluta exige uma crença na existência de Deus, porque somente um ser *do nível divino* seria capaz de julgar e recompensar com a devida sabedoria e justiça. Para o homem receber sua recompensa ou seu julgamento merecidos, a alma deve existir. É óbvio que a justiça *não* se faz *neste* mundo. A alma deve existir para que o homem seja apropriadamente julgado. A vida da alma deve continuar pelo menos até o fim do tempo do julgamento. Mesmo se a alma não seja realmente *imortal*, pelo menos deve sobreviver o corpo, e continuar por algum tempo. Porém, o homem *moral* é ciente de sua *imortalidade*. Portanto, a moralidade deve sempre levar em consideração a *eternidade*.

●●● ●●● ●●●

IX. A ÉTICA TEÍSTA (Inclui o Novo Testamento)

Introdução

1. *Os Três Tipos da Ética*

a. A *ética relativa* (da situação); utilitarismo, pragmatismo, positivismo.

b. A *ética dos valores*, o meio-termo entre o *apriorismo* (ética formal) e o *a posteriorismo* (ética relativa). Os valores não são absolutos, mas são constantes.

c. A *ética formal* (rigorista, teísta). Os valores éticos são fixos, eternos e perfeitos, e não são produtos da experiência empírica do homem. Ver estes três tipos de ética discutidos neste artigo em seção I. *Discussões Preliminares*, ponto 7. *Categorias Principais da Ética*.

2. *A Preocupação com o Problema do Pecado*

a. *Ilustração.* No Antigo Testamento, o holocausto, o sacrifício pelo pecado, e a expiação são mencionados mais do que 1000 vezes.

b. O pecado é um assunto principal da pregação na Igreja cristã, um assunto levado muito seriamente.

c. As doutrinas relacionadas ao assunto na Igreja são *drásticas*. A doutrina do pecado é discutida mais do que 800 vezes no Novo Testamento. Um objetivo principal da *missão de Cristo* foi a eliminação do problema do pecado.

d. A busca na ética teísta é pela *perfeição*. O homem tem uma *consciência* inerente (dom de Deus) para ajudá-lo na inquirição pela perfeição.

«O mantimento sólido é para os *perfeitos*, os quais, em razão do costume, têm os sentidos exercitados para discernir tanto o bem como o mal», Heb. 5:14.

e. *Os pecados mortais:* ira, cobiça, inveja, glutonaria, lascívia, orgulho, preguiça. Estes pecados, não perdoados, são fatais para a alma (doutrina católica). *Qualquer* pecado, não perdoado, é fatal para a alma (doutrina evangélica). «Porque o salário do pecado é a *morte*. Mas o que Deus dá é a vida eterna em união com Jesus Cristo, nosso Senhor», Rom. 6:23.

A. A Gnosiologia da Ética Teísta

1. **Novo Testamento**

a. I Cor. 1:18,19,20,21: desprezo do conhecimento e da filosofia grega.

b. I Cor. 2:12-16: glorificação da *intuição* e do *misticismo* (revelação).

c. Rom. 1:20: o raciocínio e a intuição são possessões naturais, inerentes, dadas por Deus, e podem alcançar as verdades maiores, como aquelas da ética.

d. Rom. 1:21: a rebelião desfez a intuição natural. A gnosiologia é um problema *ético*, como em Platão, porque o alvo do conhecimento é espiritual.

2. Agostinho. Foi-lhe perguntado: «O que é que quer saber?». Respondeu: «Deus e a alma». «Mais nada?», foi indagado de novo. Respondeu: «Mais nada». Agostinho é Platão batizado.

a. Deus é o objeto do conhecimento; a visão beatífica é o conhecimento máximo, e a própria razão da vida humana.

b. Sem ceticismo qualquer: ele falou: *Creio para entender* (Crudo ut intelligam). A base do conhecimento é uma atitude de *fé*, sem a qual, o homem fica na escuridão do ceticismo.

c. A *luz da razão* foi obscurecida *na queda* do homem no pecado. A encarnação de Cristo teve o propósito de inverter esta situação, através da *iluminação* do Espírito Santo. O conhecimento é sempre ético.

d. O *empirismo* se aplica ao mundo dos sentidos, mas até o empirismo serve para esclarecer as operações da mente de Deus. Existe uma verdade só, afinal, e esta verdade ilustra o conteúdo da *Mente Divina*. Todos os ramos do conhecimento são partes da teologia, porque todos são, simplesmente, expressões da mente de Deus.

e. *Três níveis* do conhecimento: o empirismo; o racionalismo; e a contemplação (*misticismo*). Cada nível tem sua utilidade legítima. Todos nos ensinam alguma coisa de Deus, mas a *contemplação* se expressa, afinal, na *Visão Beatífica* (que vede).

f. O *verdadeiro conhecimento é a sabedoria* e a sabedoria, na sua expressão mais alta, é a *contemplação*.

g. *O alvo final:* a visão beatífica, não o bem-estar físico, como os sistemas do hedonismo e utilitarismo ensinam.

3. Tomás de Aquino

a. Unidade da verdade, mas com duas esferas distintas de realidades.

b. O conhecimento deste mundo é *empírico*. A experiência das percepções é guiada pela razão. Nestas idéias seguiu Aristóteles (foi Aristóteles batizado).

c. O conhecimento do outro mundo vem através do raciocínio, e pelo misticismo (revelação).

A LINHA DIVIDIDA

conhecimento empírico, racional: é para todos	*revelação*: crenças para alguns (assuntos como Deus, Trindade, encarnação, problema do mal, contêm grandes mistérios que somente a *revelação* pode desvendar).

B. A Metafísica da Ética Teísta

1. Heb. 11:3: «É pela fé que entendemos que o universo foi criado pela palavra de Deus, e que aquilo que pode ser visto foi feito do que não se vê». A crença da criação *ex nihilo* (da energia divina) contra os conceitos da *eternidade* da matéria (filosofia grega) e a *emanação* do Logos (*panteísmo* estóico). Orígenes falou da criação como um *ato eterno* de Deus.

2. *O mundo é altamente teísta*

a. João 1:14: «O Verbo se fez homem e habitou entre nós». João 1:1: «O Verbo era Deus».

b. João 3:16: «Porque Deus amou o mundo de tal maneira que deu o seu único Filho, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna».

c. Mat. 10:29: «Não se vendem dois passarinhos por dez centavos? Porém nenhum deles cai sem que isso seja a vontade do Pai. Quanto a vocês, até os cabelos da cabeça estão todos contados. Portanto, não tenham medo: vocês valem mais do que muitos

passarinhos!»

3. *Um Deus pessoal*

a. Alguns dizem que Deus não é uma pessoa, mas que nós projetamos no conceito de Deus as nossas próprias características, inclusive autoconsciência, moralidade, amor, gratidão, louvor, prazer, emoções, vontade, desígnio, etc. Todas elas são qualidades *pessoais*.

b. Outros mantêm que Deus é realmente uma *pessoa*. Ele é duplicado fracamente na natureza humana, que ilustra alguns aspectos do *Ser Divino*.

c. De qualquer maneira, o conceito personificado de Deus ajuda as pessoas a se relacionarem a experiência religiosa muito mais do que conceitos vagos sobre algum tipo de *Absoluto*.

d. *As evidências indicam*: Deus é extremamente *poderoso*; Deus é extremamente *inteligente*. Segundo o nosso entendimento, estas qualidades são *pessoais*.

e. O Deus pessoal se importa muito com a nossa *conduta*: ele castiga e recompensa.

C. Princípios Éticos

1. Novo Testamento

a. O problema ético envolve uma *luta cósmica*. I João 5:18: «Sabemos que os filhos de Deus não continuam pecando, porque o Filho de Deus os guarda, e o Diabo não pode tocar neles». Efésios 6:12: «Porque nós não estamos lutando contra seres humanos, mas contra as forças espirituais do mal que vivem no mundo celestial, os governos, as autoridades do universo desta época de trevas».

b. O problema ético envolve o *destino* de uma alma imortal: «Vi também os mortos, os grandes e os pequenos, que estavam diante do trono. E foram abertos livros e ainda foi aberto outro, o livro da vida. Os mortos foram julgados de acordo com o que haviam feito, conforme estava escrito nos livros. Quem não tinha seu nome escrito no livro da vida foi jogado no lago de fogo». (Apo. 20:12,15).

c. A visão mais ampla, exibida em alguns lugares no Novo Testamento, antecipa uma *restauração* universal. Ver Efé. 1:9,10. Cristo fez do hades um campo missionário, I Ped. 3:18-4:6. Ver o artigo separado sobre *Restauração*. Nesta doutrina, a missão de Cristo resolve, afinal, o problema do pecado e anula seus maus efeitos.

d. A *lei do amor* e as virtudes cardinais (Gal. 5:22,23) são a cultivação do Espírito Santo. A lista de Gálatas inclui: amor, alegria, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fé, mansidão, temperança. Contra estas coisas não há lei. A lei do amor cumpre a *lei inteira*, como Rom. 13:8 *ss* ensina. A *prova* da espiritualidade é o cumprimento da lei *do amor*. Ver I Jo. 4:7 *ss*.

e. *O princípio da graça* e a lei do Espírito transformam os homens para que possam fazer aquelas coisas que agradam a Deus. Efé 2:8,9: «Porque pela graça sois salvos, por meio da fé; e isto não vem de vós; é dom de Deus. Não vem das obras, para que ninguém se glorie». Rom. 8:2: «Porque a lei do Espírito de Deus, que nos trouxe vida em união com Cristo, me livrou da lei do pecado e da morte».

f. *O princípio da consciência:* Heb. 9:9: «...sacrifícios que, quanto à consciência não podem aperfeiçoar aquele que presta o culto». A consciência faz o que o culto do Antigo Testamento não podia fazer, porque é inspirada pelo Espírito Santo.

A Consciência no Novo Testamento. 1. É controlada pelo Espírito; 2. é uma faculdade íntima, uma função da alma, sujeita a inspiração de Deus; 3. pode ser fraca, cauterizada, ou boa e pura, dependendo da *cultivação* ou abuso que recebe. 4. A consciência treinada reconhece instintivamente o bem e o mal. 5. A consciência é *adequada* (em união com a razão) para deixar o mundo pagão sem desculpa (Rom. cap. 1).

g. O *propósito* da ética: II Ped. 1:4: «Ele nos tem dado grandes e preciosas promessas para que por elas fiqueis participantes da *natureza divina*, havendo escapado da corrupção que pela concupiscência há no mundo». Este texto fala da *visão beatífica* (que vede), da teologia, na qual o homem recebe uma *iluminação* espiritual de imensas dimensões, e o início da participação na natureza divina, que sempre aumenta de estágio para estágio, sem limite de tempo. Ver II Cor 3:18. A *ética*, desta maneira, é intensamente ligada com o destino metafísico do ser, sendo envolvido na transformação do espírito à imagem do Filho, Rom. 8:29. Isto nós chamamos *salvação* (que vede).

2. Bispo Joseph Butler (1692-1752)

O Bispo Butler era um anglicano e filósofo ético de renome. Ver o artigo separado sobre ele.

Princípios Éticos

a. Não há nenhuma contradição entre a lei natural e a lei *revelada*. A primeira age pela razão, e a segunda, pelo misticismo (revelação).

b. Estas duas leis se unem para impor responsabilidade moral absoluta.

c. *Teleologia:* todos os fenômenos na natureza são unidos numa relação casual.

d. A ética é *inata*, como Platão falou. Deus, na criação, garantiu isto.

e. Existe uma *função moral*, inata, infalível no homem: *A CONSCIÊNCIA*.

f. A consciência é a função principal da alma, um atributo do espírito.

g. A consciência é um *guia infalível* que aprova ou condena as nossas ações, com um grande grau de perfeição.

h. *Virtude* é a *obediência* prestada à consciência.

O Processo Ético

a. *A honestidade* é necessária. Evite a negação da consciência que vem das corrupções morais, da intelectualidade falsa e de uma ciência parcial, e às vezes corrupta.

b. *Reflexão mental.* Pare, pense bem, seja honesto — o coração tem a resposta que você quer para resolver seus problemas éticos. A consciência, mesmo no meio da escuridão, é capaz de agir perfeitamente bem.

c. Dificilmente podemos receber as nossas respostas éticas de sociedades obviamente depravadas, cuja suposta liberdade é realmente pura escravidão. Mesmo no meio de muitas vozes estranhas que tentam atrair a nossa atenção, a *voz da consciência* pode ser ouvida alta e claramente.

d. A consciência violada grita e há dor no coração, mesmo quando os homens estão dançando de alegria.

e. *A boa conduta* tem uma recompensa eterna, de acordo com a doutrina cristã. A teleologia exige a *recompensa*.

X. O PROBLEMA DO MAL

Ver o artigo separado sobre esse assunto: **Problema do Mal.**

XI. A ÉTICA DE JESUS

Ver o artigo separado sobre **Jesus**, seção III. **Temas**

Básicos, ponto d. **Princípios Éticos**, que oferece uma discussão detalhada.

Os ensinos *conhecidos* de Jesus não são de grande volume. De modo geral, ele trouxe para nós o melhor do judaísmo, e o apresenta sob uma *nova luz*. Na ética, ele abandonou o mero cerimonial e ensinou a *essência* da conduta ideal. Ver o artigo separado sobre os *Ensinos de Jesus*.

XII. A ÉTICA: Teorias, Especulações, Dogmas e Fé

Aqui, como escritor desta enciclopédia, apresento algumas das minhas noções sobre *a Ética*.

A. BASES GNOSIOLÓGICAS

1. **O Talmude, com razão, declara: Não conhecemos o mundo *como ele é*, mas *como nós somos*.** O nosso conhecimento é fraco e parcial, e projetamos no mundo o nosso modo de pensar, no lugar de reconhecer a verdadeira natureza das coisas. A despeito disto, possuímos algumas grandes verdades, inclusive, da ética.

2. *Os meios para saber* das coisas, como, o empirismo, o racionalismo, a intuição e o misticismo, são todos meios verdadeiros e úteis nos seus respectivos campos. Quando não *hostil* e cego, até o ceticismo é útil porque nos protege da *credulidade*.

3. O conhecimento se baseia no *dualismo* da natureza humana. O *empirismo* não é a fonte de informações de todas as coisas. A razão e o misticismo, às vezes, são verdadeiros meios do conhecimento.

4. A *ética* também é dualista, abrangendo as necessidades da *vida física* e da *vida espiritual*. A ciência, portanto não é contraditória à teologia. Existe uma unidade da verdade, mas ela apresenta, para nossa consideração, muitos meios para examinarmos os seus diversos ângulos.

5. Embora *frágil*, o nosso conhecimento tem alcançado itens realmente importantes, e a *representação parcial* da verdade que possuímos nos encoraja a buscar mais.

6. Provavelmente, estamos à porta de um grande avanço no conhecimento que vai revolucionar todos os nossos conceitos sobre nós mesmos e sobre o universo. Portanto, vale a pena continuar buscando e aprendendo. Conhecendo sempre mais, entenderemos melhor como agir.

B. BASES METAFÍSICAS DA ÉTICA — OS CINCO MUNDOS

Considerações sobre estes *cinco mundos* tornam-se modalidades literais e parabólicas de pensar sobre *as dimensões do ser* e sobre a *conduta ideal*.

1. *O PRIMEIRO MUNDO — Deus Intelecto Supremo*

Este mundo, a origem de tudo, é *transcendente*, mas às vezes faz uma *intervenção* (sobrenaturalidade deísta). Este mundo é *infinito* (alguma força totalmente além do nosso conhecimento atual). É *pessoal* ou *impessoal?* É impessoal segundo qualquer definição nossa, mas *pessoal* segundo uma definição atualmente fora do alcance do nosso entendimento. As descrições antropológicas da teologia não podem representar bem o *Deus Supremo*. Atualmente, as evidências que temos deste Deus implicam três atributos *pessoais*. a. grande poder; b. inteligência incrível; c. e bondade, demonstrada no *desígnio*. A existência do *Primeiro Mundo*, embora sem definições adequadas, atualmente, garante a solução, afinal do *problema do mal* (que vede). Este mundo mais alto é melhor descrito como um *monoteísmo*. A criação se originou neste nível.

2. *O SEGUNDO MUNDO — Os Intelectos*

O *segundo mundo* é a esfera e a realidade de seres *não-materiais*, invisíveis, alguns deles extremamente poderosos. São seres pessoais e *imanentes* (em potencial). Alguns são verdadeiros participantes na natureza divina, mas de modo finito. O princípio, ou realidade atrás do *politeísmo* é este segundo mundo. O *politeísmo* antropomórfico é uma perversão da *pluralidade* do segundo mundo. O princípio do *Logos* pertence a esta realidade. Isto implica na redenção e *filiação* humanas. O Cristo era uma manifestação do *Logos* e veio para garantir a *filiação divina* para as almas humanas, Col. 2:10, II Ped. 1:4. O *Logos* é o *Arquiteto* da evolução espiritual, que chamamos de *salvação*. O alvo da existência humana (e de sua conduta ideal) é a *filiação divina*, para que os espíritos humanos tornem-se *Intelectos Celestiais*, seres de grande inteligência, poder e magnificência, verdadeiros *filhos de Deus*, participando, de modo finito, na própria natureza de Deus, possuindo sua *plenitude*, Col. 2:10.

3. *O TERCEIRO MUNDO — A Lei Natural*

Esta lei se baseia no princípio da *teleologia* (como Aristóteles ensinou). A teoria do *tiquismo* para explicar a natureza da existência é um *fracasso*, embora possa explicar alguns acontecimentos e condições. A *lei natural* é a força ativa atrás da *evolução*. A evolução é uma *verdade* do mundo físico, biológico, e segue a teleologia da lei natural. Esta lei emprestou, e agora depende da inteligência do *primeiro*, e provavelmente, do *segundo* mundo. Ela é *impessoal*; não é perfeita, erra e exagera, mas a grosso modo, cumpre a tarefa delegada a ela. É *responsável* por uma boa parte do — *problema do mal* —, inclusive acidentes, doenças, a existência de animais nocivos, e a morte física. Estes elementos, embora desagradáveis, *não são* de grande importância para o *Primeiro Mundo*, mas, às vezes, atraem a atenção do *Segundo Mundo*, e daí, surgem intervenções como curas espirituais. A lei natural é perfeitamente capaz de criar entidades físicas, novas, sem qualquer intervenção do *Deus Altíssimo* do *primeiro* mundo. Acredito, porém, que não é capaz de criar a vida envolvida em puro espírito. A alma humana se derivou do primeiro mundo. Os homens, aprendendo a manipular a lei natural, serão capazes de efetuar verdadeiros atos de criação.

O *mundo físico* provavelmente é um produto do *terceiro mundo*. A lei natural opera através do modus operandi da evolução. Mas isto não tem nada a ver com o *espírito* que é o homem verdadeiro.

Por que postular a Lei Natural?

A existência de todo tipo de animal nocivo que perturba as nossas vidas. — A maldita mosca existe em 100.000 espécies, sem dúvida, geradas pela evolução. O terrível e destrutivo *pernilongo* existe em 2.500 espécies. Vive em todo o mundo, com a exceção das regiões absolutamente *congeladas* dos pólos. Aguenta até os desertos mais secos e quentes. A maioria das espécies precisa de sangue animal para se reproduzir, mas também, é fato comprovado, que muitas espécies gostam de se alimentar de sangue, totalmente a parte do problema de reprodução. Gostam do sangue de aves, animais e homens, mas a maioria das espécies prefere o sangue humano. Somente as fêmeas chupam sangue. Os machos se alimentam do néctar das plantas. Para chupar bastante, injetam um líquido que não permite a

coagulação do sangue. Este líquido causa a coceira que a vítima sofre, e, também, transmite uma boa variedade de doenças, algumas das quais são perigosas e miseráveis. O pernilongo é o animal mais perigoso do mundo, espalhando malária, elefantíase, febre amarela, dengue e encefalite. Os ovos, emitidos ao mesmo tempo, não ficam maduros com o mesmo ritmo, garantindo a sobrevivência de alguns, sob quase quaisquer circunstâncias adversas. A vida do pernilongo dura somente um mês, mas aquele mês garante o nascimento de muitos *milhares* de novos pernilongos.

Alguns teólogos supõem que a *queda* do homem no pecado mudou a natureza do pernilongo, e que ele, como todos os demais animais terríveis, era bonzinho antes daquele tempo. Mas, eu acredito que ele e os demais foram terríveis desde o *início* de sua existência, e que esta existência se derivou do *Terceiro Mundo*, isto é, da lei natural, não do Primeiro Mundo. Estou dizendo que *Deus* não criou pernilongos, e tais bichos miseráveis. Exageros da lei natural são os responsáveis por tais coisas.

As bactérias e vírus ofensivos vieram do *tiquismo* (chance), *uma perversão da lei natural*, não da agência do Grande Deus. Muitas das nossas doenças são produtos deste terceiro mundo e nada têm a ver com Deus. A lei natural, a grosso modo, funciona bem mas ela exagera e erra e por causa disto, existem muitos males no mundo que não resultam diretamente do pecado, embora muitos sejam resultados deste fator. Ver sobre o *Problema do Mal*. Não é preciso culpar Deus, nem a *queda* do homem no pecado por todas as condições adversas que existem. Estas condições não são importantes para o *Primeiro Mundo* e nem serão para nós, afinal.

4. *O QUARTO MUNDO — O Mundo Físico*

É, nas suas formas variegadas, o produto do *terceiro mundo*, embora os poderes de criação sejam delegados por Deus. Todos os mundos são inter-relacionados e mutuamente dependentes, dentro da *vontade de Deus*.

5. *O QUINTO MUNDO, SUB-HUMANO E NÃO-FÍSICO — A Terrível Realidade de Hades*

Existem lugares de sofrimento espiritual. O julgamento é uma realidade necessária da economia de Deus, embora, existirá também a realidade da *Restauração* (que vede). Ver Efé. 1:9,10. A missão do *Logos* garantiu uma solução adequada, de fato, *gloriosa* para o problema do mal. Mas a perversidade dos seres inteligentes, inclusive, os homens, pode adiar esta solução por muitos longos ciclos, estendendo para dentro das eras eternas. Portanto, o julgamento é um assunto sério a despeito da restauração prometida *no mistério* da vontade de Deus.

C. A TELEOLOGIA — O DESÍGNIO

1. **A teleologia** (que vede) **é um princípio, sine qua non de toda a existência. Garante o êxito final das** almas humanas porque opera segundo o amor de Deus.

2. A vontade de Deus garante que, afinal, o homem entrará na *conduta ideal* e compartilhará dos benefícios da missão do *Logos*, chamado Cristo na sua encarnação entre os homens.

3. Um universo que inclui bilhões de galáxias, e bilhões de estrelas dentro de cada galáxia, um universo incrivelmente vasto que exibe só na *Via Láctea*, pelo menos 10.000 sistemas solares que podem sustentar a vida que nós conhecemos, para não falar sobre os prováveis tipos inumeráveis, totalmente alheios ao nosso conhecimento, *não pode* ser um universo que resultou e continua pelo princípio do *tiquismo* (chance). A *verdadeira grandeza* é uma subcategoria necessária da *teleologia*.

4. Evidências abundantes de *desígnio* existem no *quarto mundo*. As humildes *focas*, por exemplo, exibem capacidades surpreendentes. Possuem uma capacidade de comunicação através de emanações ultra-sônicas. Podem concentrar sangue num lugar de ferida para apressar a cura. Têm uma artéria extra para o cérebro. Podem baixar o ritmo do coração, que é normalmente de 100 por minuto, para 20, em apenas alguns segundos.

O *pombo* também é um bicho impressionante. Ele pode enxergar a faixa ultravioleta do espectro da luz. Pode detectar a luz polarizada. Tem pequenos ímãs no cérebro que o ajudam a voltar em vôo direto para o lugar onde reside. Tem audição tão sensível que se estivesse em SP, poderia ouvir uma tempestade no Rio. As *enguias* são capazes de façanhas incríveis. Aquelas que nascem no mar de Sargaços (entre as Índias Ocid. e as ilhas de Açores) na primavera nadam daí para as águas potáveis, rios, lagos, em áreas bem distantes. Dois anos mais tarde, as pequenas enguias, com somente 5 cent. de comprimento, voltam ao lar (mar de Sargaços), *sozinhas*, sem qualquer ensaio prévio. As velhas ficam para morrer, e o processo continua. Depois da reprodução, aquelas que têm 107 vértebras, partem para a América do Norte, mas aquelas que têm 115 vértebras partem para a Europa. Existe uma *teleologia* operando que não dá para negar.

O besouro chamado *Onicideres* não se localiza muito alto na escala da vida. Mesmo assim, ele utiliza somente a árvore mimosa para depositar seus ovos. Faz um pequeno corte num galho e bota os ovos naquele lugar. Mas as larvas não podem sobreviver em madeira viva. Portanto, o besouro corta o galho para matá-lo. Assim, o galho morre, e as larvas se desenvolvem. O besouro assim faz uma poda anualmente. Sem esta poda, a árvore vive entre 20 e 30 anos. Mas com ela, pode viver até 100 anos.

Os homens *cegos* negam a teleologia. *Ilustrações*. Um homem cego visita o *Grande Canyon*, no Estado de Arizona, nos EUA. Sendo *cego*, ele deve depender de algumas descrições verbais de um amigo. Ele consegue entender pouco, e na sua cegueira, ele não acredita na maior parte das coisas que são faladas para ele. — *Nós* somos os cegos, e os nossos amigos são os cientistas, filósofos e teólogos.

Um homem visita uma *suntuosa* catedral, mas, antes de ver suas maravilhas, entra em um espaço cercado por cortinas, — semelhante ao cubículo do adivinho de bola de Cristal. — As maravilhas da catedral estão *próximas*, mas os *obstáculos* não permitem que elas sejam vistas. *Os obstáculos* são nossos preconceitos, ceticismo, instrução falsa e parcial, fraquezas espirituais, fraquezas morais e os nossos instrumentos parciais do conhecimento.

O *desígnio* existe e se deriva do poder e do amor de Deus. Ele garante que nenhum mal, afinal, pode atingir o homem bom. Em Cristo, afinal, todos os homens serão bons, embora não serão do mesmo nível de existência metafísica.

5. Existem evidências de desígnio no mundo não-físico. Na *Experiência perto da morte* (que vede) isto é evidente. O espírito triunfa; a lei do amor prevalece; o poder de Deus ganha; a maldade perde; a esperança vive; a morte morre.

6. A própria ciência depende do princípio da *teleologia*, na sua fé na *invariabilidade*. Sem este princípio, a ciência seria impossível.

7. O *tiquismo* (chance, caos) não é o diretor do show da vida, embora produza algumas cenas miseráveis, que não afetam o destino humano, *afinal*.

8. *Aristóteles* (o intelecto) tinha razão quando propôs uma teleologia baseada no *Intelecto Supremo*. Platão tinha razão quando separou o mundo *universal* do mundo *particular* (o mundo físico).

A *teleologia* garante o lugar do homem no *Mundo Universal*.

D. Princípios Éticos Considerados Válidos pelo Escritor desta Enciclopédia

1. Para governar a *maioria* das ações diárias, o *utilitarismo*, operando através do método empírico, é, obviamente, o sistema que justamente domina.

a. Esta dominância é válida se não pervertida e exagerada.

b. Homens como Jeremy Bentham, efetuando suas reformas, cumprindo as exigências da lei do amor (o primeiro princípio ético), serviram a Deus.

c. Esta ética opera no quarto mundo: é relativa, prática, pragmática e legítima.

d. Está ética, porém, é *parcial* e cai em grande erro quando quer ser absoluta e exclusivista.

2. *Sócrates* tinha razão quando declarou que os princípios éticos são contidos em *idéias inatas*, que residem no raciocínio humano. A mente universal é um fundo de princípios éticos que a mente humana pode alcançar (pela intuição ou pelas experiências místicas). A ética, portanto, pode ser intuitiva e mística, não meramente empírica.

3. *Platão* tinha razão ao ver que a ética, afinal, é rigorista, porque o homem é um cidadão do segundo mundo que transcende o quarto, o mundo de fluxo e de relatividade. Um dos maiores problemas da filosofia e da teologia é de definir quais são os princípios que merecem ser chamados *imperativos categóricos* (como Kant os chamou). Temos alguns candidatos fortes, especialmente a prática da *lei do amor* e a *aquisição do conhecimento* que é útil no serviço dos outros e influente no desenvolvimento espiritual pessoal.

4. *Aristóteles* tinha razão quando promovia o conceito de *virtude como função*. Cada pessoa tem a responsabilidade de se desenvolver ao máximo para que possa ser útil na sociedade. Apocalipse 2:17 fala a mesma coisa, no contexto eterno: «Ao que vencer darei eu a comer do maná escondido e dar-lhe-ei uma pedra branca e na pedra um *novo nome* escrito, o qual ninguém conhece, senão aquele que o recebe».

O *maná* (Êxo. cap. 16) consiste da alimentação espiritual que faz o homem ser o que ele é.

A *pedra branca* era o diamante dentro do peitoral do sumo sacerdote, sobre o qual o nome secreto de Deus (*Yahweh*) foi escrito. O sumo sacerdote usava esta pedra para induzir um transe, mediante o qual ele procurava saber a vontade de Deus. Este nome significa *singularidade*. A metáfora afirma a singularidade da pessoa e *de sua missão* no estado eterno. Esta pessoa vencerá, sendo transformada através da lei moral. Cada pessoa tem seu segredo que compartilha com as forças divinas. Esta singularidade é representada pelo *novo nome*, — é alcançada pela transformação moral, e resulta da participação na natureza divina, Col. 2:10, II Ped. 1:4.

5. *Dualidade da missão destino* (terrestre-celeste). O homem passa por etapas de realização na escola da experiência humana. A ética, portanto, deve ser *bidimensional*, porque o próprio homem é bidimensional. Ele tem um ou mais destinos para cumprir nesta terra. Ele terá um destino, sempre crescente, no mundo eterno. A *teleologia* está envolvida no destino, terrestre ou celestial.

6. *A lei do amor* é o sol do céu ético e deve guiar tudo. Sem este sol, não há vida. Os *quatro caminhos* da religião hindu nos ensinam como tirar as camadas egoístas que nos atrapalham. Estes quatro caminhos nos ensinam como o espírito pode ser libertado e assim voltar para o *infinito*.

Os Quatro Caminhos

a. Do conhecimento (*juana yoga*) (yoga = jugo, disciplina, dever).

b. Do amor (*bhakti yoga*). Isto inclui a devoção religiosa. O caminho de Cristo é altamente um caminho de amor, porque ele inspira o amor.

A *lei do amor*, na sua aplicação, significa o uso das nossas energias e recursos para promover o bem-estar dos outros. Isto tem aplicação na vida particular, e na vida comunal, como em todo tipo de caridade.

c. Do trabalho (*karma yoga*). Este é o caminho da realização, do serviço, da dedicação a uma profissão, secular ou religiosa. Algumas pessoas gostam tanto do trabalho que o preferem à comunhão com o próprio Senhor.

d. Do desenvolvimento psíquico (*raja yoga*). Aqui temos o toque místico na vida, tão importante para o desenvolvimento espiritual.

7. *A lei da ceifa* segundo a semeadura (Gál. 6:7): «Não erreis: Deus não se deixa escarnecer; porque tudo o que o homem semear, isso também ceifará». Esta lei inclui, quase certamente a *reencarnação*, pelo menos em alguns casos.

8. *A realidade da justiça*. O argumento moral de Kant tinha razão. A justiça absoluta deve ser feita, afinal. A recompensa e o julgamento são verdades solenes. Mas o julgamento é remidor, sendo um dedo da mão amorosa de Deus, I Ped. 4:6. O julgamento, mesmo severo, é uma medida excelente e desejável, porque Deus, através deste meio, pode fazer certas coisas que não pode fazer de outra maneira.

Platão tinha razão quando falou: «A pior coisa que pode acontecer ao homem é fazer o que é errado e escapar de seu devido castigo». Quando isto acontece (se acontece) a alma aprende a ser corrupta.

9. *A lei da graça e a lei do Espírito*. A intervenção divina é necessária para a realização da conduta ideal do homem e do destino da alma. O homem, decaído, não é capaz de cumprir o ideal moral da lei. O misticismo cumpre o alvo (existe um contato com o Espírito que regenera e transforma). As *virtudes* espirituais são a cultivação do Espírito. A restauração universal depende da missão do *Logos* (Efé. 1:9,10). Esta missão também representa uma intervenção divina na vida dos homens. A *teleologia* opera em tudo.

10. *A interação e a intercooperação* do esforço humano com o princípio da graça são necessárias para a realização da *conduta ideal*. Um dos problemas principais da teologia é como definir esta interação. Compare estes versículos.

> «Porque pela graça sois salvos, por meio da fé e isto não vem de vós; é dom de Deus; não vem das obras, para que ninguém se glorie». (Efé. 2:8,9)

> «Porque a lei do Espírito de Deus, que nos trouxe vida em união com Cristo, me livrou da lei do pecado e da morte». (Romanos 8:2)

«Vedes que o homem é justificado pelas obras, e não somente pela fé». (Tiago 2:24)

Solução proposta: Em certo sentido importante, *a graça = as obras*. A intervenção divina é *efetiva*, e a *eficácia* produzida funciona segundo é sugerido sob número 6. O *ego* pode imitar um processo ético ideal, mas a verdadeira espiritualidade empresta seu poder do Espírito.

XIII. SUMÁRIO DE IDÉIAS ÉTICAS NA HISTÓRIA DA FILOSOFIA.

1. *Classificações Filosóficas da Ética*. Já tivemos ocasião de frisar que há três tipos principais de ética: a absoluta, a relativa e a de valores. A ética analisa a conduta humana e tem por escopo a *conduta ideal*. As análises feitas pelos filósofos podem ser classificadas em dois grupos gerais: a. *A Ética Normativa*. Ela indica a constituição de *sistemas* por meio de conceitos, regras e estruturações. O sistema atua como norma ou guia de conduta. b. *A Metaética*. Essa é a análise lógica dos costumes, no tocante a coisas consideradas boas ou más, certas ou erradas. Para exemplificar, a questão da objetividade ou subjetividade de algum juízo moral; o problema se as crenças sobre questões éticas são factuais ou se são criadas apenas moralmente; se as crenças morais refletem meros desejos pessoais ou verdades objetivas. Muitos filósofos modernos supõem que a metaética deve ser considerada antes da ética normativa. Assim, uma vez que seja determinada a verdade e a realidade da ética, então podemos começar a falar sobre regras e sistemas. Quando o *bem* é tido como o objeto da conduta, então temos o valor como o alvo da vida. Isso se chama *ética axiológica*. Quando temos uma inquirição pelos valores ou alvos finais, então o resultado é a *ética teleológica*. Quando o senso de dever é enfatizado, o sistema chama-se *ética deontológica*. A ética é considerada *objetiva* quando é buscado o bem externo, concreto. Ou então, é *subjetiva*, quando o bem é de minha própria criação. A *ética sobrenatural* é aquela que diz que a conduta certa é determinada divinamente. A *ética naturalista* afirma que a ética origina-se de nosso próprio mundo, testada pela experiência diária dos homens.

2. Não reiteraremos aqui o que foi ventilado sobre a ética pré-socrática, mas apenas mencionaremos alguns temas básicos da mesma. A ética oriental, noções tomadas por empréstimo das religiões orientais, inclui a preocupação sobre a conduta e o julgamento, incluindo a idéia da reencarnação, como um meio de equilibrar a conta corrente diante do Juiz supremo, no que concerne a galardões ou punições. O pecado e a perfeição eram importantes problemas estudados. Xenofanes interessava-se pela reforma da conduta, em todos os seus aspectos. A própria natureza incorpora problemas éticos. De acordo com Anaximandro, o sistema evolucionário do mundo trata de questões como a justiça, a injustiça e as reparações. Protágoras, por sua vez, negava a ética absoluta e a objetividade da verdade. **O auto-interesse**, para ele, seria a base da ética, estribado esse **auto-interesse sobre a realidade.** O prazer seria o principal princípio ético.

3. *Sócrates* acreditava na filosofia do conhecimento dos conceitos apropriados. Ele cria que o homem que realmente sabe o que é melhor para ele, fará o que é certo. Também pensava que seria capaz de atingir o conhecimento apropriado através da razão, da intuição e das experiências místicas, e não através das experiências do dia a dia, através da percepção dos sentidos.

4. *Platão* acreditava que os padrões éticos derivam-se do mundo espiritual dos *universais* (que vede) e não mediante as experiências deste mundo físico. A sua ética, pois, estava calcada sobre valores do outro mundo.

5. *Aristóteles* localizava a conduta humana neste mundo, para benefício da vida neste mundo. A felicidade (*eudemonia*) era o seu alvo. E ele dizia que esse alvo seria atingido quando cada pessoa desenvolvesse a sua função particular, com a qual pudesse servir a si mesma e à sociedade. Toda conduta, para ele, deveria ser governada pelo princípio da *moderação*, o imortal princípio grego.

6. *Epicuro* enfatizava os prazeres; mas visava especialmente, se não mesmo exclusivamente, os prazeres mentais, e não os carnais.

7. Os *hedonistas* (ou cirenaicos) pensavam que a única coisa digna de ser buscada neste mundo são os prazeres, com um mínimo de dor.

8. Os *estóicos* defendiam uma conduta razoável na vida, em consonância com os ditames do *Logos* (razão universal). Visto que todas as coisas seriam determinadas por essa força, a *apatia* seria a chave para tudo, nesta vida.

9. *Agostinho* pensava que a felicidade é o alvo da existência, mas localizava essa felicidade dentro do contexto cristão, incluindo a felicidade última, obtida quando a pessoa adquirisse a salvação.

10. *Tomás de Aquino* misturava as idéias de Platão, Aristóteles e Agostinho, introduzindo ainda o motivo da lei natural.

11. *Guilherme de Ockham* fundamentava a ética inteira sobre a vontade de Deus (ver sobre o *Voluntarismo*), como o único padrão todo-poderoso daquilo que é certo ou errado.

12. *Shaftesbury* e *Hutcheson* acreditavam que o homem é dotado de um *senso moral* natural, inato, capaz de dirigir corretamente a sua vida.

13. *Samuel Clarke* falava em termos da *aptidão* como guia da conduta. Ele esperava que uma verdadeira aptidão levasse à *coerência mútua*, entre os homens, no tocante à reta conduta.

14. O *bispo Butler* enfatizava o poder da *consciência natural* (inspirada por Deus) como guia de todas as ações.

15. *David Hume* mesclava o conceito de senso moral de Hutcheson com a simpatia (um outro nome para o amor), com o hedonismo e com o utilitarismo, como diretrizes.

16. *Adam Smith* salientava a simpatia, dentro do contexto da ética social.

17. *Kant* desenvolveu o conceito do *imperativo categórico* (que vede): faze somente aquelas coisas que gostarias que se tornassem leis universais.

18. *Bentham* promovia o princípio do utilitarismo: o bem maior, em benefício do maior número possível de pessoas, deveria guiar toda a conduta humana.

19. *John Stuart Mill* defendia o *utilitarismo* (que vede), afirmando a desejabilidade dos prazeres mais nobres.

20. *Herbert Spencer* promovia o utilitarismo evolucionário.

21. *T.H. Green* via o autodesenvolvimento como a finalidade a ser alcançada.

22. *Sidgwick* frisava uma forma de hedonismo no qual os princípios éticos podem ser derivados da intuição moral, especialmente aquela que nos ensina a benevolência.

23. *Nietzsche* ensinava a *força da vontade*, traduzida em uma excelência acima do normal quanto às definições do bem e do mal. Para ele, esse seria o alvo

dos sábios.

24. *Dewey* era um naturalista e pensava que as questões do bem e do mal, da justiça e da injustiça, podem ser solucionadas por meio da experiência corretamente organizada.

25. *Sorel* criou duas classes éticas: a ética dos produtores e a ética dos consumidores.

26. A *escola pragmática* (ver sobre o *Pragmatismo*) afirmava que o alvo da conduta humana é aquilo que é útil e prático, para uso privado ou público.

27. *Estermark* ensinava que todos os princípios éticos derivam-se das condições sociais, e assim desenvolveu uma forma de relativismo ético.

28. *G.E. Moore* insistia que os termos éticos são definíveis. Os termos éticos seriam primários, diferentes de outros termos da linguagem. Qualquer termo ético só poderia ser ilustrado por alguma definição ostensiva. Isso é intitulado *intuicionismo ético*. Pertencentes à mesma escola de pensamento, Prichard frisava a palavra *dever* e A.C. Ewing salientava o *dever moral* da conduta. Aquilo que faz parte de nosso dever só pode ser *intuído*, não podendo ser buscado e analisado. Moore, pois, intuía que o afeto pessoal e o aprazimento estético são os maiores bens humanos.

29. *W.D. Ross* destacava o conceito dos *deveres prima facie*, pensando que a intuição é capaz de identificar esses deveres.

30. *A.J. Ayer* pensava que as emoções são a base dos princípios éticos humanos. Portanto, ele punha as emoções em lugar dos fatos.

31. *Stevenson* via as emoções à base dos juízos éticos, de mistura com alguma descrição baseada nas experiências humanas. As diferenças éticas, portanto, seriam diferentes de pontos de vista de diferentes pessoas, alicerçadas em suas emoções e não em fatos diferentes.

32. ***Blanshard*** **promovia a** ***auto-realização*** **e a** ***satisfação íntima*** **em sua teoria ética.**

33. *Sartre* identificava o âmago da ética com as opções autênticas.

34. *R.M. Hare* promovia a metaética, procurando examinar os sentidos avaliatórios. Tentou definir as palavras de valor a fim de obter algum progresso na sua teoria ética.

35. *Nowell-Smith* adotou a abordagem da metaética, embora adaptando-a à sua busca pelos valores finais, o que produziu uma teoria teológica modificada.

36. *Stephen Toulmin* sugeriu que a conduta ideal é obtida quando fazemos aquelas coisas que evitam, o mais possível, o sofrimento desnecessário.

37. *John Rawls* advogava o formalismo kantiano, assumindo uma posição crítica em relação ao utilitarismo. (AM B E ÉT EP F H LIL MM NTI RP)

ÉTICA AXIOLÓGICA

Esse é um tipo de ética, ou um dos sistemas éticos, em contraste com outros sistemas, como o deontológico, o teleológico, o intuicionista e o formalista (ver os artigos a respeito). Esse ponto de vista interpreta a correção em termos de valor ou bondade. Um ato é bom se tem valor, no tocante à sua motivação e às suas conseqüências. (P)

ÉTICA BABILÔNICA

Na ética, tal como na religião, os babilônios dispunham de uma longa e complexa tradição, a começar do terceiro milênio A.C., até terem sido absorvidos pelas culturas persa e helênica, que sucederam à cultura babilônica.

Os Deuses. As obras épicas dos sumérios descrevem seus deuses sob termos antropomórficos. Eles eram amorais, morais e imorais, e moderadamente hedonistas. Acreditavam que o universo era controlado por *me* (governos), que incluíam a verdade, a paz, a bondade e a justiça. Todavia, também pensavam que havia nos deuses qualidades negativas, como a falsidade, o temor, a contenda e a imoralidade, para nada dizermos acerca dos homens. Não obstante, o bem era concebido como superior e preferível ao mal. *Du tu*, a divindade que governava as questões morais, seria onisciente, e cuidava de todos quantos estivessem em necessidade, castigava os malfeitores, incluindo os juízes inescrupulosos, aqueles que subornavam e os que usavam de pesos falsos. Nanshe era, para eles, a deusa que cuidava dos órfãos e das viúvas, e que administrava a justiça em favor dos pobres.

A ética e a lei. Os babilônios preocupavam-se com a justiça social. As leis existiam para controlar abusos de todas as variedades, e para promover o bem social. Temos os códigos legais de Urukagina, Lipit-Ishtar e Hamurabi. Acreditava-se que o rei era representante dos deuses, e que prestava contas a eles. Também era considerado responsável em dar o bom exemplo aos reis que o sucederiam, segundo se vê na lenda cutiana de Naram-Sei 1.25. As fontes da ética babilônica contêm conselhos práticos sobre a vida diária, com freqüência sob a forma de parábolas, quebra-cabeças, lendas, disputas, tratados ou provérbios. Era considerado importante que um governante continuasse digno da confiança de seu povo, segundo se vê em *Conselhos da Sabedoria*. O livro *Instruções de Surupaque* (antes de 2500 A.C.) era uma obra sobre instruções morais, para aqueles que tinham sobrevivido ao dilúvio. Essa tradição teve continuação na Síria (Ugarite, século XIII A.C.), contendo conselhos sobre o comportamento relativo às mulheres, o controle sobre querelas, como escolher uma esposa, como comprar um boi, e muitas outras questões práticas similares.

Ética pessoal. Os súditos também deviam seguir o bom exemplo de seus monarcas. Os princípios éticos apareciam misturados com as crenças religiosas e com questões rituais, orações e cerimônias. Exigia-se a adoração às divindades, bem como reverência para com o próximo. Todos os aspectos da conduta diária eram abordados.

Ética sexual. O sexo extramarital, a sedução, o estupro eram práticas condenadas. O casamento era considerado sagrado. A violação de uma jovem noiva era punida com a morte (lei de Esnuna 26). Até mesmo o estupro de uma escrava podia resultar em pena capital (lei 31). Uma virgem solteira, se fosse estuprada, era vingada mediante sanções econômicas, se o culpado não quisesse casar-se com ela (leis assírias-médias, 55). As mulheres casadas e as concubinas tinham de usar o véu em lugares públicos. Uma prostituta, porém, não podia cobrir-se com véu. O homossexualismo era considerado um agravo contra a decência pública, embora não fosse considerado um crime.

Boas leis e prática má. As leis babilônicas eram boas, e muitas delas aproximavam-se das leis dos hebreus. Porém, a história mostra-nos que os babilônios não eram modelos como observadores de suas próprias leis. Infelizmente, eram apenas humanos. Muitas cenas de deboche, de violência e de

injustiça enchem as páginas da história dos babilônios. (H)

ÉTICA CATÔLICA

Ver o artigo sobre **Tomás de Aquino**, sob o ponto quarto, *Teoria Moral*, no tocante à base essencial, teológica e histórica, da ética católica romana. O catolicismo moderno exibe certa variedade de opiniões quanto à teoria moral, embora o catolicismo ortodoxo siga as linhas essenciais do pensamento de Tomás de Aquino, o doutor angélico. A aplicação da lei canônica requer grande gama de atitudes e de conduta. Seguindo Tomás de Aquino, muitos eticistas católicos da atualidade reconhecem a distinção entre filosofia moral (que vide) e teologia moral (que vide). Na primeira, parte-se do pressuposto que qualquer homem, através da razão, sabe o que é certo e o que é errado, pelo menos na maioria dos casos. A razão humana seria naturalmente equipada, através da natureza humana, conforme Deus a criou, para ter conhecimento dessas coisas. A teologia moral, por outro lado, alicerça-se sobre a revelação divina, o que adiciona uma nova dimensão à ética. Nisso encontramos sugestões sobre como os cristãos devem proceder, na busca de sua alta chamada em Cristo.

A visão de Deus é uma realidade parcial agora; mas há aquela *visão beatífica* escatológica (que vide), reservada aos verdadeiros remidos. Sem a santidade autêntica, ninguém chegará a essa visão (Heb. 12:14). E a santidade, em seu aspecto mais amplo, naturalmente envolve-nos na revelação divina, e não meramente nas qualidades racionais da natureza humana. As qualidades de fé, esperança e amor são graças cristãs, cultivadas com a ajuda do Espírito (ver Gál. 5:22, 23). São recursos sobrenaturais. Mas, quanto a isso, em contraste com o sistema protestante, a ética católica romana encontra valor nos sacramentos, pois ali pensa-se que o Espírito de Deus opera através dos mesmos. Além disso, há a considerar a *lei canônica* (que vide), que fornece muitas orientações específicas, mas que os grupos protestantes não aceitam como autoritárias. Vários eruditos da ética católica moderna têm-se preocupado —com a dinâmica da vida espiritual interna, referindo-se ao amor de Deus, conferido através de Cristo e que leva o cristão a uma dedicação e a uma decisão pessoais, refletindo modos evangélicos de expressão. Esses têm-se preocupado em enfatizar a responsabilidade do indivíduo diante de Deus e do ministério do Espírito Santo. Parte dessa ênfase tem florescido no movimento carismático da Igreja Católica Romana.

Ênfase Social. A ética católica romana sempre enfatizou o aspecto social da responsabilidade ética, *de cuja ênfase* têm surgido muitas instituições e ordens religiosas que operam no seio da sociedade. Essa ênfase inclui aspectos como hospitais, orfanatos e organizações caritativas de toda a variedade. É nessa área que a Igreja Católica Romana tem atuado de modo bem melhor que os grupos protestantes e evangélicos. A ênfase sobre esse aspecto aparece, sobretudo, na epístola de Tiago. Não bastam palavras pias. A fé religiosa requer a prática do bem em favor de nossos semelhantes, como suprir-lhes alimentos, abrigo, trabalho, etc.

A teoria social também invade as áreas da política, das leis internacionais, da economia, da vida doméstica, das questões raciais, e onde quer que os princípios éticos católicos possam ser aplicados à vida em geral. Importantes documentos, em tempos recentes, apresentados pelos papas, dizem respeito a essas questões, como o *Rerum Novarum*, de Leão XIII, ou a *Mater* e a *Pacem in Terris*, de João XXIII. Esses documentos, naturalmente, requerem interpretação, havendo eruditos católicos, conservadores ou liberais, que ali encontram motivo de desacordos. (DA H R)

ÉTICA CATÔLICA ROMANA

Ver o artigo geral sobre a **Igreja Católica Romana (Catolicismo)**.

ÉTICA CONTEXTUAL

Ver também sobre a **Ética Situacionista**, bem como o artigo geral sobre a *Ética*. A mais simples definição da ética contextual é que a busca pela conduta ideal não deveria ser formulada em termos de princípios, máximas ou preceitos fixos, mas antes, em termos de funções e relações. Essa abordagem pode ser equiparada à ética situacionista, também chamada ética relativa, visto que as decisões sobre a nossa conduta são tomadas com base no *contexto* da experiência, e não com base em regras fixas. Porém, aqueles que se apegam ao sistema salientam, em *primeiro lugar*, o fato de que as regras não são excluídas, mas tão-somente postas em posição secundária. Em *segundo lugar*, os contextualistas afirmam que as ações não são ditadas pelas situações propriamente ditas, mas por fatores que incluem o que é empírico e teológico. Em *terceiro lugar*, essa forma de ética não é egoísta, porquanto todas as decisões são tomadas tendo em vista a comunidade, e até mesmo o contexto histórico. Em *quarto lugar*, apesar da admissão de que a ética situacionista é sempre dinâmica e em constante mutação, seus defensores afirmam que sempre há uma matriz de significados e valores, que emergem das experiências humanas, provendo uma espécie de estabilidade à ética, de tal modo que as regras não ficam mudando de dia para dia. Em *quinto lugar*, a variedade cristã de ética leva em conta as intervenções de Deus na vida humana, bem como aquilo que Deus está fazendo na história da humanidade. Uma parte da obra divina na história reside em Jesus Cristo, pelo que é nele que encontramos o maior exemplo de ação moral. Entretanto, tanto os contextualistas cristãos quanto os contextualistas não-cristãos enfraquecem o senso de *dever* que há na ética; e a variedade não-cristã diminui drasticamente a importância da revelação divina no campo da ética. Apesar de que regras formais não bastam para guiar-nos à conduta ideal, se nos envolvermos demasiadamente nas discussões sobre os contextos que ditam as nossas ações, terminaremos virando relativistas.

O *contextualismo* surgiu em reação à ética de fundo legalista, ou ética absoluta. Ao tentar definir o que deve ser feito, em qualquer situação concreta, o indivíduo precisa levar em conta muitos fatores que compõem o contexto do ato em potencial, como seja, considerações psicológicas, relações sócio-políticas, discernimentos filosóficos e religiosos e conceitos bíblicos e teológicos. Como é óbvio, essa é uma boa maneira de pensar. Mas os abusos surgem quando o sistema de fato, mesmo que não como teoria refinada, transmuta-se na posição do relativismo. (H)

ÉTICA CRISTÃ

1. *Tipos de Ética.* Podemos dividir as teorias éticas em três categorias gerais: 1. ética absoluta; 2. ética relativa; e 3. ética de valores. A primeira parte do

pressuposto é que os princípios morais alicerçam-se sobre padrões imutáveis, que não se alteram em face de situações ou de indivíduos. Em outras palavras, o certo sempre será certo, por ser um princípio fixo. A ética absoluta pode ser *teísta*. Isso significa que há um poder mais alto, e que é Deus quem estabelece as regras. Portanto, a ética torna-se parte do assunto geral da teologia. Esse aspecto da ética também pode ser racional. Quando Kant estabeleceu o seu imperativo categórico (que vide), ele promoveu uma regra ética que reside na razão humana, sem qualquer apelo ao ser divino. Nunca se deve fazer qualquer coisa que não se queira tornar em uma lei universal. Kant acreditava na existência de leis universais, absolutas e éticas, as quais podem ser compreendidas pela razão e pela intuição humanas. Sócrates via leis absolutas na mente universal (que vide), e por isso concebia princípios morais imutáveis, sem ter de apelar para qualquer revelação divina.

A ética relativa, por sua vez, ocupa uma posição inteiramente contrária à da ética absoluta. Aquilo que é correto ou bom precisa ser comprovado como tal na experiência humana. Porém, a experiência humana pode mostrar que aquilo que é bom para uma pessoa pode não sê-lo para outra. Além disso, a experiência humana com freqüência mostra que as normas éticas alteram-se com a passagem do tempo, de tal maneira que o que é bom hoje pode não ser bom amanhã. A prova de que algo é bom precisa ser de natureza pragmática e empírica, e não de natureza racional e absoluta. A *ética de situação* é apenas um outro nome para a ética relativa. Cada situação, que envolve pessoas e condições específicas, haverá de determinar o que é bom para *aquela* situação. Amanhã, porém, as pessoas e as condições poderão modificar-se, e as opiniões sobre o que é bom e o que é mau também terão de modificar-se. Cada indivíduo teria a sua própria ética. A ele cabe experimentar, ou seja, *descobrir* o que é melhor para ele. Mas, o que é melhor para ele, ele não deve impor a outros, que também estariam fazendo as suas próprias experiências. De acordo com essa norma, a ética torna-se subjetiva.

Quanto à ética de valores, ela ocupa uma espécie de posição intermediária entre as duas idéias antes expostas. Existem certos valores *constantes* na vida, que precisam ser respeitados. Não podemos ficar mudando de um dia para outro, e de pessoa para pessoa, quanto a quais devem ser os princípios éticos que observamos. Antes, os valores são constantes. Não obstante, não são imutáveis. Os valores podem mudar e realmente mudam, embora as alterações ocorram lentamente, e não devido aos caprichos dos indivíduos. Por conseguinte, apesar da ética não envolver princípios absolutos, envolve princípios constantes.

2. *Natureza da Ética Cristã.* A ética cristã normal e ortodoxa é uma forma de ética absoluta. Trata-se de uma forma *teísta*. Supõe-se que Deus, na revelação, disse-nos o que é bom e o que é mau, o que é moral e o que é imoral. A *revelação* (que vide) consiste na idéia de que Deus pode revelar-se e realmente revela-se, bem como aos seus padrões. Isso envolve o conhecimento como um *dom* divino. De conformidade com essa idéia, a ética é uma subdivisão da teologia. A revelação torna-se concreta e é preservada nos Documentos Sagrados, os quais, para o crente, são o Antigo e o Novo Testamentos. Esses documentos tornam-se textos padrões da ética cristã. Podemos solucionar problemas morais apelando a textos de prova bíblicos. Isso não significa que estamos dispensados de raciocinar; mas significa que um grande número de atos são louvados ou condenados pelas Escrituras, e não por aquilo que os homens descobrem com suas experiências.

3. *Q positivo e o negativo.* Jamais podemos falar sobre assuntos éticos apenas em termos negativos. Há coisas que não devemos fazer. Porém, também há coisas que devemos fazer. O amor é o maior de todos os princípios morais positivos, sendo o amor, igualmente, a base ou solo no qual se desenvolvem todas as outras virtudes cristãs (Gál. 5:22,23). Trata-se de um princípio ainda maior do que os dons espirituais (I Cor. 12:31 e cap. 13). Não basta alguém ser bom. Também é mister que o crente pratique o bem. Os vários aspectos do fruto do Espírito, como o amor, a alegria, a paz, a longanimidade, a gentileza, a bondade, a fé, a mansidão e o controle próprio envolve-nos em atos positivos para benefício do próximo. O Espírito Santo cultiva esses princípios em nós, e, através deles, crescemos espiritualmente.

4. *O Aspecto Metafísico da Ética.* É claro que o objetivo do evangelho é a nossa transformação segundo a imagem de Cristo (Rom. 8:29). Isso ocorre através de um processo gradual, mas eterno, levando-nos de um estágio de glória para o próximo (II Cor. 3:18). Porém, sem a santificação, tal processo é paralisado ou mesmo anulado. Sem a santificação, ninguém verá a Deus (Heb. 12:14). A santificação (que vide) é o elo na cadeia de ouro que nos leva de volta a Deus. A glorificação depende da santificação, porquanto não existe tal coisa como a transformação metafísica, sem a transformação moral. Cumpre-nos ser perfeitos como Deus é perfeito (Mat. 5:48). Haveremos de compartilhar da natureza divina (II Ped. 1:4 e Col. 2:10), e isso não poderá ocorrer sem a santificação. Portanto, como é óbvio, a ética é uma *questão séria*, e não apenas um assunto acadêmico. (EP NTI)

ÉTICA DA AÇÃO

Ver também **Ética Normativa**. Essa teoria ética localiza uma qualidade moral nos atos, e não em regras morais gerais. Os juízos morais não são feitos no tocante a certas regras se são cumpridas ou violadas, mas com base no que um ato produz ou destrói. Trata-se de uma forma de ética utilitarista (ver o artigo a respeito) — o que é bom é determinado por aquilo que é realizado pela ação própria, em aplicação ao indivíduo ou a um grupo. Cada ato é único e não pode ser classificado segundo algum conjunto de regras. Assim, regras universalmente obrigatórias podem ser estabelecidas. Isso entra no *relativismo* (ver o artigo). Uma variedade cristã dessa filosofia chama-se *ato agapismo*, ou seja, ação guiada pela lei do amor. Não consultamos algum conjunto de regras quando agimos, mas agimos segundo a consciência do amor, o único verdadeiro motivador. (Ver Rom. 13:8 ss quanto à base bíblica para essa idéia). Todos os atos, se não forem moralmente indiferentes, devem ser aquilatados pelo princípio do amor (ágape). Atos feitos de outra maneira, mesmo que resultem em algo bom, deixam de ser puros.

A ética da ação pode cair no subjetivismo, por causa da ausência de qualquer conjunto de regras que governe as ações. Os crentes, naturalmente, aludem à Bíblia como O Livro das Regras. Não obstante, há discernimentos nessa teoria que não devem ser ignorados. O amor é prova de espiritualidade, e essa é a mensagem de todas as passagens morais nas Escrituras, sendo o tema principal de I João. A prova da regeneração consiste em como alguém ama (I João 4:7). (H NTI)

ÉTICA DA SITUAÇÃO

Ver a introdução do artigo sobre **Ética das Regras**, quanto aos três tipos básicos de éticas, entre os quais figura a ética da situação. O artigo geral sobre a *Ética* ilustra cada um desses tipos.

1. *Definição básica.* A conduta humana ideal não é determinada por regras fixas ou por exigências divinas, de acordo com a ética da situação. Antes, a conduta deve ser determinada pela condição humana e pelas situações que o ser humano enfrenta. Por meio da *experimentação* aprendemos o que é bom e o que é ruim para nós, com base nos interesses pessoais e coletivos, e com base em *resultados* favoráveis ou desfavoráveis. Não deveríamos continuar desviando a vista para Deus, para as Escrituras ou para alguma outra força ou condição extra-humana, a fim de saber o que deveríamos fazer. As situações humanas determinam o que é melhor para cada pessoa fazer.

2. *Flexibilidade e fluxo.* Normalmente (embora não necessariamente), as situações são altamente relativas. Minha situação é diferente da sua; a situação de uma sociedade é diferente da de outra sociedade. Cada indivíduo, cada sociedade, tem de verificar o que lhe é melhor. Mas, o que é melhor hoje, pode não ser o que é melhor amanhã.

3. *Nietzsche* objetava às regras éticas, eternas e fixas, postuladas por Emanuel Kant. Para ele, os nossos processos de aprendizagem não passam de expedientes práticos para manipular as situações humanas. Não há casos idênticos na natureza, pelo que a ética estaria sempre em estado de fluxo, de constante flutuação. Usamos a nossa inteligência para fazer avaliações e para agir de acordo com as mesmas.

4. *John Dewey* acreditava que todas as experiências da vida constituem uma prolongada *experimentação*. Essa seria uma grande aventura; e nós é que criaríamos as regras, que não nos seriam dadas. As regras gerais deveriam ser substituídas pela avaliação de situações isoladas, que estão em constante estado de fluxo.

5. *Joseph Fletcher* pensava que o grande princípio orientador é o *amor*. A norma que guia toda a conduta cristã é o amor, e nada mais. Ele dizia: «Princípios, sim; regras, não». Os sistemas são contrários à liberdade do indivíduo, à vida e à variedade. As regras transformam-se em ídolos e aqueles que as seguem rigidamente são idólatras. Não há leis universais, senão as do amor. Fletcher chegou ao extremo de aconselhar que quebrássemos todos os dez mandamentos. É evidente que isso é um perigoso exagero. Pois, haveria amor, se alguém fizesse tal coisa? Infelizmente, Fletcher não desdobrou o que o *amor* significava para ele. Se o tivesse feito, provavelmente descobriria que o amor envolve algumas regras. Segundo ele pensava, o amor é utilitarista e pode calcular o que deve ser feito, em cada situação. Naturalmente, Fletcher não se sentia satisfeito diante dos ensinamentos de Paulo, a quem atribuía muitas regras contraditórias. Não obstante, Fletcher era inspirado, mas não pela Bíblia. Quando abordamos qualquer estudo como esse, queremos aprender o que for possível. Mas os exageros de Fletcher são óbvios demais para exigirem qualquer análise.

ÉTICA DE JESUS

Ver o artigo geral sobre os **Ensinos de Jesus**, que inclui os Seus ensinamentos éticos; e, especificamente, o artigo sobre *Jesus*, terceira seção, terceiro ponto, *Princípios Éticos*.

ÉTICA DE REGRAS

Essa modalidade de ética tende por ser **formal** ou **absoluta**. Isso significa que, presumivelmente, contamos com padrões fixos, e que não agimos de acordo com as exigências das situações ou de acordo com o fluxo das relações humanas. A ética pode ser dividida, a grosso modo, em três categorias ou sistemas principais, a saber: *a. Ética formal* ou *absolutista*, de acordo com a qual há regras supostamente fixas, eternas e perfeitas. *b. Ética relativista*, segundo a qual as regras estão em constante estado de fluxo, variando de indivíduo para indivíduo e de comunidade para comunidade. *c. Ética de valores*, de acordo com a qual temos valores constantes que são buscados, mas que não são, necessariamente, *eternos*. Essa posição ocupa meio-termo entre as duas outras posições. A ética religiosa usualmente é de natureza absolutista, porquanto pensa que a revelação é que impôs as regras. O humanismo, por sua vez, aceita como base a ética do segundo tipo.

1. *A ética religiosa.* O cristianismo e outras fés religiosas dependem da revelação como base de suas regras éticas. Deus comunicou-nos a sua vontade. Os documentos sagrados estão sujeitos à interpretação. Mas a moralidade, em contraste com a teologia geral, é mais coerentemente interpretada pelas religiões. Há um largo acordo, entre as posições religiosas, acerca da moralidade básica. Isso pode favorecer a posição que diz que Deus foi quem revelou a sua vontade.

2. *A religião natural.* Nem todas as fés religiosas repousam sobre o pressuposto que Deus revelou a sua vontade por meio de profetas e livros sagrados. Algumas pessoas acreditam que a própria natureza é uma revelação de Deus, e que a razão e a observação são suficientes para dizer-nos o que é bom e o que é mau, além de conferir-nos as nossas idéias teológicas fundamentais. Os capítulos primeiro e segundo da epístola aos Romanos concordam com essa filosofia, a qual, porém, a julgar pelos ensinamentos bíblicos como um todo, é apenas parcial. Ver o artigo separado sobre a *Teologia Natural*.

3. *A ética racionalista.* Emanuel Kant lançou a principal regra da conduta ideal em seu *imperativo categórico*. Ele dizia que nada devemos fazer que não estejamos dispostos a tornar uma lei universal. De acordo com o raciocínio filosófico, à parte da revelação divina, Kant chegou a uma regra absoluta, ou seja, criou uma forma de regra ética absoluta.

4. *Filosofia básica.* As regras estão acima do homem e de suas experiências, apesar de terem de ser demonstradas válidas por meio dessas experiências. O homem recebe as suas regras de conduta (sem importar quais meios sejam usados para isso), em vez de criá-las. Em um sentido secundário, é possível termos *regras éticas* como um produto do esforço humano, se do homem espera-se que ele aja de acordo com uma série de regras, sem importar como elas foram obtidas, mesmo que esses meios sejam as próprias experiências humanas, sem qualquer consideração extra-humana.

ÉTICA DIALÉTICA

Essa expressão é usada para aludir a uma filosofia ética segundo a qual o sentido da vida moral deriva-se de elementos conflitantes que se mantêm em tensão, dentro da própria vida moral, com a subseqüente necessidade de tentar aliviar ou solucionar essas tensões.

1. Nos diálogos de Platão, encontramos Sócrates fazendo suas perguntas (o método de diálogo),

levantando idéias opostas, e procurando extrair a verdade com base nesse exame.

2. No *estoicismo*, a expressão é um sinônimo de *raciocínio lógico* sobre questões morais, o que, naturalmente, envolve o exame de pontos de vista contrários e conflitantes.

3. Nos escritos de *Kant*, encontramos a advertência que o raciocínio dialético termina em uma série de *antinomias*, ou perguntas insolúveis, como na controvérsia entre a liberdade humana e o determinismo. Para Kant, a dialética ética é útil, não tanto por solucionar as grandes questões morais, mas para mostrar onde o raciocínio humano erra, ou a fim de mostrar os limites desse raciocínio.

4. *Hegel* não se preocupava com as limitações salientadas por Kant, mas supunha que em sua tríada—tese, antítese e síntese—ele podia discutir de forma inteligente os problemas éticos. Ele pensava que com a dialética podia mostrar como o Espírito absoluto manifesta-se de forma ética. A principal tríada hegeliana, sobre a moralidade, tem como sua tese, propósito, como sua antítese, intenção e bem-estar, e, como sua síntese, bondade e iniqüidade. Quanto a detalhes, ver o artigo sobre Hegel.

5. O *materialismo dialético* (que vide) utiliza-se do modo hegeliano de pensar, embora negando o Espírito absoluto e criando um deus material. Os valores éticos emergem, segundo essa posição, da luta de classes, que tem um fundo essencialmente econômico. Encontramos aí uma espécie de humanismo materialista, de acordo com o qual o homem é um deus bom, ao passo que o mal é definido em termos dos fluxos dos antagonismos sociais.

6. *Kierkegaard* (que vide) rejeitava a idéia inteira de que pode haver uma síntese que ultrapassa toda antítese. Antes, muitas grandes questões terminam em *paradoxos*, nos quais o intelecto humano fica inteiramente perplexo, derrotado por qualquer tentativa de chegar a uma definição final e a uma compreensão última. O Deus homem, na pessoa de Jesus, é um exemplo disso. Os paradoxos fazem os homens aproximarem-se da fé, afastando-os da pura racionalidade. Um homem corresponde internamente a uma pergunta, e é dotado de discernimento intuitivo, mas não é capaz de dar solução aos grandes *paradoxos* (que vide). Ver também sobre a *Polaridade*.

7. *Karl Barth* e *Emil Brunner* (ver os artigos sobre eles) desenvolveram aquilo que se tornou conhecido como *teologia dialética* (que vide), como reação tanto contra os conservadores como contra os liberais, os quais insistem em fazer assertivas não-qualificadas sobre Deus. À semelhança de Kierkegaard, eles retrocedem aos paradoxos. Por conseguinte, a própria revelação divina é paradoxal, porquanto propõe-se falar à mente de Deus através da instrumentalidade humana, empregando a linguagem humana, mas devemos participar da mesma existencialmente, se a quisermos entender, e não meramente receber essa revelação intelectualmente. Para Brunner, a fé ocupa lugar primordial, tal como dizia Kierkegaard, visto que os objetos da fé com freqüência parecem absurdos e paradoxais. Os mandamentos morais de Deus não variam quanto à *intenção*; mas, através da história, têm variado quanto ao *conteúdo* da apresentação. O *amor* não é definido de antemão. Esse é o princípio supremo da moralidade, mas trata-se de um agente livre em busca de aplicação, não podendo ser reduzido a termos racionalistas.

Karl Barth falava sobre o *aborto* (uma grande questão moral) em termos de paradoxo, porquanto ali estamos tratando com duas vidas; e, se o feto tiver de ser sacrificado a fim de salvar a vida da mãe, que devemos fazer? O sexto mandamento proíbe que se tire a vida de outrem, mas é preciso tirar a vida da mãe ou do filho. Ele preferiu a morte do filho. O processo de raciocínio (dialética) ajuda a tomar a decisão, mas o fantasma do paradoxo permanece.

Os conservadores evangélicos têm objetado à ambigüidade em que esses filósofos às vezes nos deixam. Eles preferem os mandamentos da Bíblia, mediante a revelação, no solucionamento de problemas. Isso é ótimo; mas isso não soluciona o problema da interpretação, acerca do qual as idéias dos filósofos nos podem prestar discernimento.

8. *Tillich* (que vide) opinava que a ética cristã precisa reter elementos reflexivos, dialéticos e paradoxais, porquanto, afinal de contas, a ética cristã faz parte da teologia, e a teologia encerra esses elementos. Não podemos solucionar todos os nossos problemas com textos de prova extraídos da Bíblia. Apesar dos nossos melhores esforços, a vida moral é plena de tensões e conflitos, envolvendo problemas paradoxais, porquanto ultrapassam os limites das respostas racionais que podemos dar.

9. Na ética situacional de *Joseph Fletcher* (que vide) encontramos uma espécie de atividade dialética que se ajusta entre a lei e o antinomianismo (que vide), mas que parece inclinar-se mais para esta segunda posição. A grande lei que deve entrar aqui é o *amor*, o *princípio do agapé*. Ele toma uma postura antiabsolutista, de tal modo que os atos éticos não são definidos por meio de leis fixas. O princípio normativo é o motivo do amor. Portanto, em oposição aos ensinos católicos romanos absolutistas sobre o aborto, ele afirma: «Jamais deveria nascer um bebê não intencionado e não querido». Sua razão presumível é que o amor está faltando aqui, embora deva haver outros princípios que nos impeçam tirar a vida de um bebê, como o amor de Deus e o amor à vida em geral, mesmo que aos pais falte tal amor.

10. *Martin Buber* (que vide), em seu princípio do eu-tu, exibiu certa forma de ética dialética que é explicada no artigo a seu respeito.

ÉTICA DISPENSACIONAL

Ver o artigo sobre **Dispensação (Dispensacionalismo)**. A abordagem teológica do dispensacionalismo (contrastar com a Teologia dos Pactos, que vide), tem uma maneira diferente de considerar certos ensinos morais, em relação a outros sistemas. Para exemplificar, o Sermão da Montanha (Mat. 5-7), é encarado pelos estudiosos dispensacionalistas como referente à era do reino, e não como alusivo à Igreja cristã. Porém, isso é definido mediante a afirmação de que também há uma bela aplicação moral para os cristãos. Em um dos extremos, temos a posição legalista sobre o Sermão da Montanha e outros trechos similares do Novo Testamento, posição essa que diz que a observância daqueles princípios confere o mérito exigido para alguém entrar no reino e ser salvo. Essa idéia era comum no judaísmo antigo, refletindo em trechos neotestamentários como Mat. 19:16 *ss*. Com base nessa passagem, não poderíamos pensar em outra coisa senão que a devida observância da lei resulta na posse da vida eterna. E a resposta dada por Jesus não subentende outra coisa. Ali encontramo-nos em terreno judaico. E os teólogos esforçam-se muito para cristianizar e paulinizar esse trecho. E o trecho de Mat. 5:19, que faz parte do Sermão da Montanha, dá a entender o mesmo tipo de pensamento e conceito veterotestamentário, embora,

imediatamente em seguida, Jesus tenha mostrado que a espiritualidade do homem precisa ultrapassar o formalismo e o legalismo dos fariseus. Os dispensacionalistas com muita razão têm mostrado que há *diferenças reais* na maneira como Deus trata com os homens, na antiga e na nova dispensação. Não há manipulação que possa retirar certas noções tipicamente veterotestamentárias de trechos do Novo Testamento, pois essas não foram nem *modificadas* e nem *substituídas* por revelações mais avançadas. Por outra parte, os dispensacionalistas têm errado ao cortar em finas fatias o ensino do Novo Testamento, para em seguida dizerem que este ou aquele livro ou esta ou aquela passagem não se aplicam à Igreja cristã. Tudo quanto se faz mister é compreender e aplicar as idéias do Novo Testamento, em consonância com o avanço da revelação. Não precisamos cortar o volume do Novo Testamento, parcelando-o de acordo com diferentes grupos religiosos. Portanto, é um absurdo dizer-se que o Sermão da Montanha foi anunciado como um código para vigorar durante o milênio, e que os cristãos só podem tirar proveito do mesmo como uma aplicação moral. O autor sagrado jamais antecipou tal mutilação de seu livro. De fato, ele antecipou justamente o contrário, porquanto descrevia o *Novo Moisés* (Cristo), o qual reinterpretou e completou o Antigo Moisés. Ora, esse Novo Moisés é o Cabeça do Novo Israel, a Igreja. Foi assim que Jesus abordou a questão, judeu como foi. Essa abordagem tem seu valor e envolve a sua verdade, embora isso só tenha chegado à plena fruição por autores posteriores do Novo Testamento, que levaram a questão às suas últimas conseqüências.

ÉTICA DO ANTIGO TESTAMENTO

Esboço:

1. O Fator Determinante: Yahweh Foi o Criador
2. Defeitos de Pensamento
3. A Lei
4. A Nação Eleita
5. A Base do Novo Testamento

1. *O Fator Determinante: Yahweh Foi o Criador.* Os capítulos primeiro e segundo do livro de Gênesis estabelecem o padrão para todos os testes éticos a serem seguidos pela mente judaica. Todas as coisas vieram à existência por vontade de Deus e a ele devem a vida. Outrossim, Deus baixou instruções éticas específicas. Os homens não inventaram sua conduta por meio de experiências. Nisso encontramos a ética teísta. Os padrões foram dados por divina inspiração. O politeísmo apresentava um padrão variado, porquanto os deuses diferiam em suas exigências. Mas a singularidade e a transcendência de Yahweh promoviam um padrão ético desse tipo.

2. *Defeitos de Pensamento.* Algumas pessoas não encontram qualquer dificuldade com certas descrições dadas a Deus, nas páginas do Antigo Testamento. A história do sacrifício humano, que envolveu Abraão e Isaque, alerta-nos para o fato de que, apesar de tudo quanto a revelação possa fazer, tudo quanto passa pelas mãos humanas é defeituoso. É inútil tentar defender o relato bíblico do sacrifício humano, como se o mesmo não tivesse o mesmo intuito que os holocaustos das culturas antigas. Simplesmente precisamos confessar que as idéias humanas sobre a natureza e as exigências divinas, têm melhorado com a passagem dos séculos. A revelação ampliou-se e tornou-se mais profunda. Jesus anunciou uma lei superior. É difícil acreditar que Deus exigiu de Israel todas as coisas que a história da conquista da Palestina pressupõe. Pode Deus ser assim violento e brutal? Os homens imaginam Deus segundo a própria imagem deles; e, em qualquer documento religioso haveremos de encontrar esse tipo de atividade, por mais que não queiramos perceber isso. Orígenes alegorizava certas passagens veterotestamentárias, quando não podia aceitá-las moralmente. Ver sobre *Alegoria*. Ver também sobre *Alexandria, Teologia de*, em seu quinto item, *Interpretação Alegórica*.

3. *A Lei.* Os *dez mandamentos* (que vede) e a lei mosaica, em geral, foram marcos na história da ética. Essa legislação deixou marcas permanentes em nossa civilização, trazendo à tona princípios que o escoamento de muitos séculos nada tem feito para diminuir. A cultura dos hebreus, pois, evitou (exceto em períodos de declínio moral) uma série de perversões, que outras nações não puderam evitar. Os impulsos sexuais dos homens foram regulamentados e separados do culto religioso. Não havia em Israel o mínimo traço de prostituição religiosa. Ficaram excluídas as prostitutas cultuais, as perversões sexuais, a bestialidade e a imoralidade de todas as formas (Lev. 20:13; Êxo. 22:19; 20:14).

4. *A Nação Eleita.* Em nenhuma outra nação encontra-se uma ética que visasse governar a nação inteira, como em Israel. Esses princípios tornaram-se ali parte integrante da própria legislação civil. Um padrão diferente prevalecia em Israel, em relação a outro país. Os capítulos primeiro a décimo segundo do livro de Amós sugerem que as outras nações (cidades-estados) eram governadas por leis naturais, ao passo que Israel era responsável diante de Deus, porquanto havia sido escolhida por ele para ser diferente, para ser mestra das outras nações. O povo de Israel foi separado dentre outras nações, para tornar-se uma nação distinta. A eleição de Israel, pois, era a fonte de seu caráter nacionalista. A religião revelada era a principal força em operação, em Israel. Os israelitas quase não tinham tempo para dedicar-se às ciências, mas tinham muito tempo para a história e para a ética religiosa. Seus documentos refletem essa especialização. Culturalmente falando, nações como o Egito e a Babilônia eram muito mais avançadas do que Israel, porém, a literatura religiosa de Israel é muito superior a de todos os outros povos. Esse é o motivo pelo qual dispomos do Antigo Testamento, como um livro universal, endereçado a todas as nações, ao passo que somente alguns poucos especialistas chegam a tomar conhecimento da literatura, religiosa ou não, de outras nações antigas.

5. *A Base do Novo Testamento.* A herança cultural de Israel foi herdada pelo mundo moderno através do Novo Testamento. Ver sobre a *Ética do Novo Testamento*, onde há alusão a diversos artigos que caracterizam a ética de Jesus e de outras personagens importantes do Novo Testamento.

ÉTICA DO INTERIM Ver **Interim, Ética do.**

ÉTICA DO NOVO TESTAMENTO Ver **Ética, IX; Ética de Jesus; Ética de Paulo; João Apóstolo, Teologia (Ensinos) de, e Ética Patrística.**

ÉTICA DO ZOROASTRISMO

Ver sobre **Zoroastrismo, Ética do.**

ÉTICA E A CIÊNCIA

A ciência do homem leva-o a saber das coisas. Os homens têm descoberto que se fizerem experiências, acumulando informes e tirando conclusões dos mesmos, serão capazes de solucionar problemas. Essa atitude é extrapolada para o campo da ética.

Os atomistas gregos (ver sobre Leucipo e Demócrito) concebiam uma causa natural para a natureza, e sentiam que não precisavam apelar para idéias metafísicas. Logo, para eles, a conduta ideal achava-se dentro do contexto natural. Os ditames dos deuses, pois, não seriam regras. Quase todas as antigas filosofias que seguiam essa linha de pensamento eram hedonistas de uma forma ou de outra. Epicuro (que vede) achou conveniente adotar a teoria atomista, a fim de remover da cena o temor aos caprichosos e ferozes deuses gregos. Ele tomou uma posição deísta (ver sobre o *Deísmo*), não supondo que alguma forma de julgamento futuro, que envolvesse recompensas ou punições, deveria ser uma consideração em nossa conduta. A maneira de pensar dos atomistas tem sido essencialmente adotada pela moderna comunidade científica. Mas, naturalmente, muitos cientistas, considerados como indivíduos, têm pensado diferente disso. Porém, se encontramos uma razão para existirmos dentro da própria natureza, ou se pensarmos que nenhuma razão poderá ser descoberta para tanto, então, naturalmente, teremos um ponto de vista naturalista da natureza; e, em conseqüência, preferiremos alguma teoria ética alicerçada sobre as forças naturais do próprio «eu» e do interesse público, e não pelos ditames de poderes de um outro mundo. Os cientistas que promovem a teoria da evolução acreditam que os padrões éticos têm evoluído juntamente com o homem e que esses padrões representam princípios práticos, de autointeresse e não uma verdade objetiva.

O Método Científico. Os cientistas têm aprendido, mediante a experiência, que eles podem descobrir coisas por meio da pesquisa diligente, do recolhimento de dados, derivando respostas desses dados. Essas respostas alicerçam-se sobre a percepção de nossos sentidos, com a ajuda de instrumentos de precisão. A razão desempenha nisso um certo papel; mas ela ocupa uma posição subordinada, e não primária. A intuição também poderia desempenhar um certo papel; mas essa intuição é concebida como resultante do cérebro físico, que atuaria como um computador, e não como se fossem dados concedidos pela mente não-material. O problema da ética faz parte do escopo do método científico. Mediante as experiências controladas, podemos descobrir o que é certo ou errado, o que é bom ou mau. Mas, a minha resposta pode não ser a resposta de outra pessoa, pois o que é bom para mim pode não ser bom para outrem. Disso resulta um certo *relativismo*. A resposta para uma sociedade pode não ser a resposta para outra sociedade; e o que é bom para uma geração pode não sê-lo para outra. De acordo com esse relativismo, pois, não haveria regras fixas e nem padrões absolutos.

1. *Raciocínio básico*. Qual razão poderia ser dada para separar a questão dos valores e dos costumes humanos de sua vida diária, onde ele tem de enfrentar problemas e resolvê-los? Os valores humanos são desenvolvidos, e não dados do alto. O homem aprenderia por meio da experimentação, na escola da vida, quais são os valores que melhor se adaptam à sua existência. Concluímos que essa atitude haveria de ser correta, se o homem fosse apenas um animal, uma criatura que subiu desde o nível do reino animal. No entanto, se o homem é um espírito, um ser das dimensões eternas, então existem forças extramundanas que precisam ser incluídas nessa abordagem à conduta ideal.

2. *A evolução*. Ver o artigo separado sobre a *Evolução e a Ética*. A pedra fundamental, quanto a esse particular, é que a ética, tal como o próprio homem, é um resultado do processo evolutivo. A ciência estaria acompanhando parte desse processo, e parte de seus estudos consiste na descoberta de como se têm desenvolvido as idéias éticas humanas. Assim, a ética seria um produto humano, e não uma dádiva divina.

3. *A ciência e o ateísmo*. É óbvio que os cientistas são homens de fé. Alguns deles têm usado os conhecimentos científicos na tentativa de oferecer bases racionais para a fé religiosa. Porém, quando surgiu a ciência moderna, ela inspirou-se, pelo menos em parte, contra o autoritarismo da Igreja Católica Romana. Pendendo para posições extremas, a ciência, como uma disciplina, assumiu uma postura ateísta. Teoricamente, mesmo quando crendo na existência de Deus, sempre os cientistas sentiram que seria melhor que o *método* científico fosse *ateu*. Isso significa que as dúvidas devem ser solucionadas por meio da experimentação, e não por meio de algum apelo a Deus, quando surgem questões difíceis. A teologia, segundo essa posição, jamais deveria fazer parte das explicações científicas. Naturalmente, isso é útil, visto que muitos dos primeiros cientistas insistiam em trazer Deus à tona, quanto a questões que, posteriormente, puderam ser explicadas sem a ajuda da teologia. Contudo, isso faz da ciência apenas um estudo de provincialismos. Atualmente, entretanto, a ciência está começando a mostrar que existem razões científicas para crermos na existência da alma e em sua sobrevivência ante a morte física. Pelo menos, dentro desse campo de investigação, começa a formar-se uma união entre a ciência e a religião. Alguns filósofos ensinam a doutrina da *unidade* da verdade. — Assim, podemos prever um tempo em que a verdadeira ciência será mais religiosa, e em que a verdadeira religião será mais científica. A verdade é uma só, embora haja muitas janelas por meio das quais podemos contemplá-la. Certamente é um erro insuflar o ateísmo na ética, o que tem sido feito por cientistas e por outros.

4. *A ética e o senso prático*. Quase tudo quanto fazemos tão somente desdobra os nossos problemas práticos. Aristóteles aludia à virtude como função, pensando que a conduta ideal consistia no desenvolvimento, ao máximo, das nossas qualidades pessoais, para sermos capazes de melhor servir à comunidade em que vivemos. Quase tudo quanto está envolvido nisso é de natureza prática. O método empírico poderia definir isso para nós.

5. *As grandes questões de nossa época*. A ciência tem criado problemas e circunstâncias que requerem definições éticas, como, por exemplo, o uso apropriado da força atômica (como podemos aproveitá-la, sem nos destruirmos), — ou os problemas relacionados ao aborto e ao controle da natalidade, ou à ecologia e ao uso conveniente do meio ambiente, ou à eutanásia (que vede). A própria ciência é praticamente neutra, mas os estudos dos cientistas envolvem-nos em grandes questões éticas, conforme aquelas questões, mencionadas neste parágrafo. Poderíamos também considerar questões como a de inseminação artificial, da engenharia genética e das máquinas bélicas modernas. Sem importar se os cientistas gostam disso ou não, o fato é que a ciência está pesadamente envolvida nas questões éticas. Não acredito que questões como essas possam ser solucionadas sem qualquer apelo à fé religiosa e ao lado espiritual do homem.

6. *A ciência e o provincialismo*. Em suas investigações quanto à alma humana, a ciência está ultrapassando o seu próprio provincialismo. Mui provavelmente, não está muito longe a obtenção de

provas científicas da existência da alma e de sua sobrevivência diante da morte física. Entre os artigos sobre a *Imortalidade*, incluímos um chamado *Abordagem Científica à Crença na Alma e na sua Sobrevivência ante a Morte Física*. Ver também sobre *Experiências Perto da Morte*.

7. *O Positivismo Lógico*. Ver o artigo separado sobre esse assunto. Os positivistas lógicos abandonaram a busca pelas realidades metafísicas, declarando que as mesmas *não têm sentido*, por estarem fora do escopo de nossos métodos de investigação científica. Para eles, talvez Deus exista, talvez não. Não haveria como investigar o caso. Portanto, a nossa conduta não pode estar baseada em qualquer presumível existência de Deus. A ética seria uma questão meramente humana. O que fizermos com a questão também seria o resultado de nossas investigações científicas e nunca deveríamos falar em regras finais e absolutas.

8. *A Sociologia*. Essa ciência quase sempre termina adotando alguma ética relativista. Com grande freqüência, os sociólogos confundem o que é com aquilo que deveria ser. Para eles, se uma sociedade abandona seus idosos e doentes, a tendência deles é opinarem: «Isso é o que é correto para aquela sociedade». É que a sociologia baseia-se quase exclusivamente em meras observações, aceitando o resultado dessas observações sem fazer críticas, baseadas em algum padrão superior. Todavia, é uma falácia equiparar o que é com aquilo que deveria ser, especialmente quando abordamos algo tão perverso quanto a natureza humana.

9. *Uma Ciência Incompleta*. Enquanto os cientistas não aprenderem que há modos genuínos de conhecer as coisas, além do método empírico, eles continuarão promovendo uma ética inadequada, visto que o método científico, por si mesmo, é inadequado. Porém, uma vez que a ciência aprenda que o verdadeiro conhecimento pode proceder da alma humana, da intuição e das experiências místicas, então ela virá a compreender mais sobre os requisitos éticos. É impossível alguém ter uma ética adequada sem levar em consideração a dimensão eterna do ser humano, sem levar em conta a imortalidade da alma.

ÉTICA EXISTENCIALISTA

Visto que a fé religiosa é um elemento essencial em alguns sistemas éticos, e visto que alguns existencialistas são religiosos, e não ateus, embora também existam existencialistas desta última categoria, é impossível esboçarmos um sistema ético que caracterize todo o *existencialismo* (que vede). No entanto, podemos encontrar algum terreno comum, salientado neste artigo. Outrossim, alguns existencialistas têm demonstrado possuir um discernimento que é digno de menção. Mas, por outro lado, há certos pontos cegos nos pensamentos dos existencialistas, criados pela imaginação de homens sem a iluminação divina.

O artigo geral sobre o *Existencialismo* deve ser lido em conexão com este artigo, para que o leitor tenha um conhecimento básico das idéias e das expectações do existencialismo e possa compreender melhor a sua ética. Consideremos os pontos abaixo:

1. A revolta dos existencialistas contra os sistemas e a ênfase radical deles sobre o livre-arbítrio humano, a característica que dá aos homens a sua essência (o que não é inerente), serve de elemento comum nos sistemas éticos dos existencialistas. Segundo eles, um homem daria autenticidade e sentido às suas experiências vivenciais somente porque impõe esses elementos à vida diária, e não porque a própria vida tenha tais características. Sartre frisava a escolha autêntica como a base de toda expressão ética.

2. O existencialismo ateu promove um humanismo negativo, que deixa de lado todos os princípios divinos, a revelação e outros elementos do outro mundo. Nos escritos de Sartre (que vede), é proposta uma forma de comunismo materialista, como o guia do homem para a reforma e o aprimoramento sociais. Um quadro desolador é aquele que supõe que o melhor que o homem pode fazer, em sua ética social, é implantar essa forma de governo e tornar os homens escravos em pior situação do que já estavam. — É difícil reconciliar qualquer idéia de uma dialética em operação (que fala em determinismo) com a idéia de Sartre de que *a existência antecede ao ser*, porquanto o homem é um ente radicalmente *livre*, o que significa que poderia fazer o ser naquilo que ele preferir.

3. A filosofia do *Deus morto* começou com Nietzsche. Conforme essa idéia foi promovida por Sartre, ela pretende fazer-nos crer que o homem, em sua total liberdade, é o seu próprio deus, estando acima de demandas impostas por um suposto Deus. Antes, o homem teria a liberdade de inventar os seus próprios valores. Todavia, a história mostra-nos que quando isso acontece e quando o homem se desvencilha das restrições da fé religiosa, então o que o homem inventa e cria é apenas sofrimento e morte. Embora pretenda dizer-nos como o homem realmente é, esse sistema, na verdade, erra completamente em seu conceito sobre o que o homem *realmente é*, considerado em sua degradação e em sua condição de perdição. Somente na redenção que há em Cristo é que o homem aprende a fazer escolhas certas, que lhe são benéficas à alma.

4. O *Ateísmo*, naturalmente, desconsidera a alma, e não apenas Deus. É impossível discutir sobre as questões morais e sobre as aspirações humanas, quando a dimensão eterna é esquecida. A própria ciência atual está prestes a abrir as portas para a idéia da existência da alma e sua sobrevivência diante da morte física. Mas, apesar dos filósofos ateus terem conhecimento desses fatos, eles estão procurando manter fechadas essas portas, à força. Ver o artigo sobre as *Experiências Perto da Morte*, quanto a uma abordagem científica a respeito da alma. Ver também os vários artigos sobre a *Imortalidade*. Entre esses artigos, há um cujo título é *Abordagem Científica à Crença na Alma e na sua Sobrevivência ante a Morte Física*, que entra nos aspectos científicos do problema.

5. *A ênfase do existencialismo* sobre a iniciativa humana, que nos conclama a ousar ser indivíduos, descobrindo e promovendo a nossa própria *autenticidade*, é um bom discernimento, se não for desligado da compreensão provida pela revelação bíblica. Um grande número de pessoas, meramente, pertence a algum sistema e nunca teve um pensamento ou ato independente. Paulo recomendou: «...desenvolvei a vossa salvação...» (Fil. 2:12). No entanto, já no versículo seguinte ele ajunta que é somente mediante o poder e a vontade de Deus que podemos desenvolver esse esforço individual. Além disso, o Novo Testamento como um todo ensina-nos que a missão de Cristo opera em nosso favor. Não somos deixados sozinhos, debatendo-nos no medo. Muito pelo contrário, *Ele* está conosco o tempo todo.

6. *A história de Kierkegaard* é deveras interessante. Ver o artigo sobre ele. Ele vivia em meio à angústia e a um contínuo conflito íntimo. Por esse motivo, ele imaginava que todos vivem nessa angústia. Ele se opunha à ortodoxia sem vida e buscava uma

espiritualidade mais profunda; mas isso, no caso dele, não resolveu os problemas mais graves da vida e da morte. Não obstante, nos seus últimos meses de vida, quando sabia que estava à beira da morte, Kierkegaard viveu em meio a grande *júbilo espiritual*. De algum modo, a fé se acendera em seu coração, tendo ultrapassado à tempestade de sua própria filosofia. De fato, as informações de que dispomos sobre a morte mostram que a experiência da morte física, pelo menos para a maioria das pessoas, é uma ocasião jubilosa. Isso não se ajusta à *angústia* de que tanto fala o existencialismo.

7. *Paulo Tillich, o filósofo existencialista*, descobriu em Jesus, o Cristo, um exemplo de autenticidade a ser seguido e emulado. Em Cristo, pois, Tillich encontrou um lugar de refúgio, para além da tempestade, e um *padrão* seguro para nossas ações éticas. Em Cristo, o homem ultrapassa à sua própria contingência. Mas a busca por Deus é eterna e essa busca é o próprio ser. Bultmann e Tillich fizeram do Cristo de Kierkegaard o foco central no ato da *fé existencial* do homem. (H HAZ P)

ÉTICA ISLÂMICA

Esboço:

1. Fontes Informativas
2. Um Lema Importante e as Crenças
3. A Ênfase sobre a Caridade
4. Cinco Tipos de Atos Éticos
5. Colunas da Prática Religiosa: Deveres Obrigatórios
6. O Conceito do Pecado
7. Poligamia
8. Outras Proibições

1. *Fontes Informativas*. Os islamitas reconhecem duas fontes informativas principais, para os seus conceitos éticos, a saber: a. O *Alcorão* (que vede); e b. A *Sunna*, ou tradição. O Alcorão é uma rica fonte de ensinamentos éticos, tanto para os crentes como para os incrédulos, no tocante à sua fé. A Sunna suplementa esse material, suprindo os detalhes e relembrando os atos e a conduta de Maomé, etc., como uma fonte central de ilustrações quanto à conduta ideal. Naturalmente, os antigos princípios éticos dos árabes vieram a ser incorporados no Alcorão e na Sunna. Maomé foi quem estabeleceu o ideal. Ele requeria a crença pessoal e a moralidade. As boas intenções são elogiadas e os lapsos em relação à virtude são julgados com leniência, visto que Alá tanto é misericordioso quanto está disposto a perdoar, compreendendo os conflitos enfrentados pelos fiéis.

2. *Um Lema Importante e as Crenças*. Um breve sumário do Alcorão diria: «Crê e age direito». Crenças importantes que oferecem orientação para a vida são as seguintes: a. Só Alá é Deus. b. Ele é misericordioso e justo. c. Devemos total submissão a ele. d. O homem é responsável e os anjos registram os seus feitos, de modo a poderem prestar contas com precisão moral. e. Deus opera por meio dos profetas e Maomé foi o último da linhagem profética. f. Haverá ressurreição e o julgamento final, para garantir a justiça. g. Uma inflexível doutrina do determinismo: todas as ações, boas e más, foram determinadas desde a eternidade. h. O Alcorão é o livro que oferece orientação para toda ação e todo pensamento, e deve ser seguido à risca.

3. *A Ênfase sobre a Caridade*. O homem bom tem o dever de dar esmolas. As melhores esmolas são aquelas dadas por homens de parcos recursos, que se sacrificam pessoalmente para fazê-lo. A promessa do Alcorão é que o homem liberal será tratado liberalmente por Deus, a fonte de todas as riquezas.

4. *Cinco Tipos de Atos Éticos*

a. *Os Atos Obrigatórios* (*Fard*). Existem coisas que um homem precisa fazer. Se as fizer, será recompensado; em caso contrário, será punido. O Alcorão deixa claro quais são os atos necessários.

b. *Os Atos Preferidos* (*Mustahabb*). Há atos que convém que o homem os pratique. Se os fizer, será recompensado; em caso contrário, será castigado.

c. *Os Atos Permissíveis* (*Halal*). Existem atos indiferentes, que nem produzem recompensa e nem castigo, se feitos ou deixados por fazer.

d. *Os Atos Indesejáveis* (*Makruh*). Os homens não gostam de fazer certas coisas, que podem ser benéficas em alguns casos. Se o indivíduo forçar-se a fazê-las, será recompensado; em caso contrário, será castigado.

e. *Os Atos Proibidos* (*Haram*).

5. *Colunas da Prática Religiosa: Deveres Obrigatórios*. Esses deveres obrigatórios são cinco, a saber:

a. A recitação do Kalima: «Só Alá é Deus e Maomé é o seu profeta». Essa declaração também é chamada *Tashahhud*.

b. A feitura das orações diárias, o Namaz.

c. A observância de um jejum especial, de um dia, no mês de Ramzan, o Roza.

d. A distribuição de esmolas, o Zakat.

e. Uma peregrinação a Meca deve ser realizada em algum tempo na vida, pessoalmente ou por procuração, o Hajj.

6. *O Conceito do Pecado*. No islamismo há os pecados graves (Kabira) e os pecados leves (Saghira). São discriminados abaixo, nos pontos «a» e «b»:

a. *Pecados graves*. Homicídio, adultério, desobediência a Deus e aos pais, fugir de uma guerra santa (Jehad), o alcoolismo, a usura, a negligência às orações da 6ª feira e o jejum de Ramzan, não absorver os conceitos do Alcorão, jurar falso ou por qualquer nome exceto o de Deus, entregar-se às artes mágicas, jogar, rapar a barba. A única maneira pela qual esses pecados podem ser perdoados é arrepender-se verdadeiramente. Há um pecado imperdoável, o *Shirk*. Esse é o pecado da heresia, em que alguém associa alguém a Deus, assim lançando no eclipse a sua glória.

b. *Pecados leves*. Mentira, ludíbrio, ira, concupiscência sensual. Esses pecados são facilmente perdoados, se os pecados graves forem evitados. Atos meritórios podem fazer expiação pelos mesmos. Por isso, estipula o Alcorão: «Observa a oração matinal, do fim do dia e da aproximação da noite, pois os atos bons expelem os atos maus» (Sura 11:116).

7. *Poligamia*. Um homem islamita pode ter até quatro esposas por vez; mas, nesse caso, deve esforçar-se por tratá-las com eqüidade. O divórcio é concedido com extrema facilidade e por qualquer razão, simplesmente repetindo (até mesmo por telefone) aos ouvidos dela, por três vezes: «Divorcio-me de ti». Dessa forma, pode manter o número de quatro mulheres, variando à sua vontade. No entanto, iguais privilégios não são concedidos às mulheres.

8. *Outras Proibições*. O indivíduo não pode manufaturar ou ingerir licores intoxicantes. A dança, o jogo, o uso de imagens e gravuras religiosas não podem ser praticados. Também são proibidos certos alimentos e certas carnes. (AM H E EP P)

ÉTICA MÉDICA Ver **Medicina, Ética da.**

ÉTICA NOS NEGÓCIOS

O vocábulo **negócios** é bastante lato para incluir atividades que envolvem todas as formas de comércio e de bem-estar dos homens. Essas atividades incluem a produção, as trocas, a distribuição e o consumo de mercadorias. As atividades e os empreendimentos pessoais, de natureza comercial ou não, as atividades públicas e corporacionais dessa espécie, são todas classificadas sob esse título geral. Mas, quase sempre, se houver algum negócio, há algum dinheiro envolvido. E, quando isso acontece, surgem problemas éticos. Outrossim, usualmente há algum trabalho envolvido no processo de ganhar dinheiro; e, onde há trabalho, há algum problema ético.

1. *A ética do trabalho*, que também é chamada, em alguns contextos, de ética protestante do trabalho. Deus manifesta-se contrário ao ócio, à preguiça e à lassidão, o que produz tentações a atos malignos, e que, por si mesmas, são atitudes errôneas. Por si mesmo, o trabalho é bom, a menos que viva a uma causa condenável; e o resultado do trabalho é benéfico. Não é errado acumular riquezas, se as mesmas forem usadas para o bem do próximo, e não para serem gastas inteiramente em proveito próprio. As riquezas produzem empregos, e as pessoas precisam dos mesmos. Se não houver riquezas, também haverá poucos empregos. A ética do trabalho é idéia paulina: «Se alguém não quer trabalhar, também não coma» (II Tes. 3:10). As notas expositivas no NTI, nesse versículo, ampliam o conceito da ética do trabalho com citações apropriadas. As *Institutas da Religião Cristã*, de Calvino, enfatizam a idéia da ética do trabalho, o que exerceu larga influência sobre os países de maioria protestante. Ver também João 21:3.

2. *A Cobiça e a Avareza*. Adam Smith, economista inglês do século XVIII, supunha que o homem é essencialmente motivado pela cobiça e pela avareza, e afirmava que o trabalho que se escuda sobre esses motivos obtém sucesso. É digno de nota que os sistemas comunistas, em nossos dias, estão retornando a métodos nitidamente capitalistas, como é o caso do comunismo dissidente da China Popular. Dessa maneira, eles confessam que há algo de realidade nas crenças de Adam Smith. Homens avarentos, ao competirem uns com os outros, beneficiam a terceiros, produzindo mais bens a preços mais baixos possíveis. É isso no dizer de Adam Smith; mas no Brasil, pelo menos, a técnica consiste em monopolizar a produção para que os preços sejam os mais altos possíveis. Seja como for, os industriosos produzem empregos nesse processo. Até aí chegam as noções comerciais do homem, a menos que ele seja impelido por algum ideal mais elevado. Na verdade, comunismo e capitalismo têm suas vantagens e desvantagens, onde as desvantagens pesam mais que as vantagens.

3. *O Idealismo e o Esforço Filantrópico*. Algumas pessoas elevam-se acima desse desumano princípio da cobiça e da avareza, interessando-se pelo bem-estar de seus semelhantes, sentindo-se felizes quando tiram proveito limitado de suas próprias riquezas. A lei do amor sempre será o princípio mais importante nas relações humanas, levando os homens a aplicarem a ética de algum modo, incluindo a ética nos negócios. Todavia, os esforços filantrópicos envolvem apenas uma pequena minoria, enquanto que a grande maioria continua procurando explorar o próximo de muitas maneiras, mais cruas ou mais sofisticadas.

4. *O Darwinismo Social*. O livro de William Graham Sumner, *Folkways*, e a obra de Andrew Carnegie, *Gospel of Wealth*, frisavam a sobrevivência dos mais aptos. Em vista disso, muitos apossaram-se das fontes de riquezas em nome de Deus, ou como suposto resultado natural dos direitos dos mais fortes sobre os mais fracos. Esses mais fortes estariam destinados a enriquecer, e os mais fracos, a empobrecer. Os direitos alheios foram desconsiderados e monopólios foram instituídos. O movimento do chamado evangelho social (que vide), ergueu a voz em protesto contra tais atos. Teólogos como Walter Rauschenbusch (que vide), puseram em dúvida a idéia da inevitabilidade da pobreza, dos lucros excessivos e de abusos similares. Aqueles que se fizeram promotores desse «evangelho», supunham que o estado poderia corrigir os abusos, promovendo programas de âmbito nacional de natureza sócio-econômica, como programas de bem-estar social, de segurança social, de salários mínimos, de leis trabalhistas, de trabalho infantil, etc. Toda e qualquer legislação nesse sentido, porém, esbarra com o maldoso coração humano, e, na prática, torna-se inoperante, servindo de trampolim para os corruptos locupletarem-se, utilizando-se de artimanhas não previstas pelos idealistas.

5. *A Fé Cristã e o Mundo dos Negócios*. O princípio do trabalho industrioso é uma lei neotestamentária. De modo geral, esse documento sagrado defende a aplicação da lei do amor em todo o relacionamento com nossos semelhantes! Ele defende o direito da propriedade privada. Critica, mas não proíbe o acúmulo de riquezas materiais. Enfatiza as riquezas espirituais e desencoraja as riquezas materiais. Requer justiça em todo o nosso trato com o próximo. (H)

ÉTICA PATRÍSTICA

A ética é um importante elemento dos escritos patrísticos. Os primeiros pais da Igreja, durante os cinco primeiros séculos depois de Cristo, têm sido classificados por alguns como pais da ética cristã.

1. *Diferenças entre os Pais da Igreja e Paulo*. São notáveis as diferenças entre a ética do apóstolo Paulo e a ética dos chamados pais da Igreja. Embora Paulo tivesse sido influenciado pela ética helenista de sua época, de colorido, principalmente, estóico, evidentemente ele era um rabino judeu, cujas idéias haviam sido aprimoradas pela revelação cristã. Os pais da Igreja, em contraste com ele, foram muito mais profundamente influenciados pelas culturas de seus dias. Nos escritos de alguns dos pais da Igreja revela-se certa falta de compreensão sobre o princípio paulino da graça, com a ênfase correspondente sobre as obras, produzidas pelos próprios esforços, de conformidade com a sabedoria da época.

2. *O Didache*. Ver o artigo separado a esse respeito. Essa obra provavelmente foi escrita perto do fim do século I D.C. Começa com a descrição sobre os *Dois Caminhos*. O amor a Deus e ao próximo é definido por meio de uma longa série de atos, que seriam fatores determinantes do destino dos homens. Isso parece legalista, mas talvez seja essencialmente arminiano, e não tanto legalista. Em Didache 16.2, encontramos a seguinte declaração: «Uma vida inteira de fé não terá vantagem alguma, a menos que o indivíduo se mostre perfeito no último momento da vida». Isso parece um reflexo do segundo capítulo da epístola de Tiago. Tem sabor de legalismo e de arminianismo. Porém, certo ramo da doutrina cristã e da ética cristã sempre tomaram essa posição.

3. *I Clemente*. Ver o artigo separado sobre Clemente e os seus escritos. Nesse livro é forte a ênfase sobre o arrependimento, conforme se vê, por

exemplo, no seu oitavo capítulo. As boas obras também são salientadas, em seus capítulos trinta e três e trinta e cinco. No entanto, não se salientam como é devido a graça divina e a obra de Cristo.

4. *A Apologia de Justino Mártir* conclama-nos a imitar as virtudes e excelências de Cristo como o grande padrão da conduta. O *Pastor de Hermas* (que vede) também frisa esses deveres. Somente através do arrependimento genuíno a vida eterna pode ser obtida (*Vis.* I.3,2). Essas obras atacam a luxúria e recomendam a temperança, exaltam o amor e advertem contra o ódio; louvam a harmonia e dão avisos acerca das contendas; promovem hábitos sexuais saudáveis; proíbem a exposição de infantes, a fim de morrerem. Taciano, discípulo de Justino, mostrava-se extremamente ascético, desencorajando o casamento, conforme também Paulo fizera (ver I Coríntios 7).

5. *Clemente de Alexandria* estabeleceu os seus princípios éticos em seu livro *Paedagogos*. Ele incluiu ali todos os tipos de regulamentos acerca de quase todas as facetas da vida humana: vestuário, alimentação, sexo, adornos pessoais. Ele objetava à remoção da barba, no caso dos homens, como um desrespeito a Deus. — A partir de Clemente, o asceticismo cresceu muito em Alexandria. Orígenes, cansado de tentações sexuais (seu trabalho punha-o em contacto com muitas mulheres, na igreja), fez-se castrar, um ato não aprovado pelos cristãos, e que ele lamentou, mais tarde. Pelo menos, ele estava procurando fazer algo acerca de seu problema.

6. *O Monasticismo*. A degradação dos valores do mundo material levou, naturalmente, às ordens monásticas, que tiveram início nos desertos do Egito. Atanásio encorajou esses mosteiros por meio de sua biografia do asceta cristão, Antonio.

7. *Tertuliano*, no Norte da África, promoveu práticas ascéticas e, aparentemente, pensava que as obras suplementam o valor da expiação de Cristo. Ele tinha confiança demais no benefício do batismo em água. Ele depreciava o matrimônio e objetava ao uso de vestes coloridas. Ele afirmava que se Deus tivesse tido a intenção de que as pessoas (principalmente as mulheres, naturalmente!) usassem trajes coloridos, então teria criado ovelhas de várias cores. Esse grande homem, pois, caiu em exageros ascéticos. A maioria dos grandes homens cai em exageros!

8. *Jerônimo*, querendo imitar Paulo, dava mais valor à virgindade do que ao estado de casado e à procriação. Ele mostrava-se totalmente radical quanto a essa questão, ensinando de maneira desproporcional sobre o assunto. O clero celibatário deve muito a ele. Algumas vezes, as coisas que mais atacamos são as coisas que mais nos tentam. Jerônimo lamentava as tentações sexuais que o assaltavam, alternando-se com experiências místicas da mais elevada ordem. Houve um certo *Vigilâncio* que duvidava das virtudes das práticas monásticas, incluindo o celibato. Jerônimo caiu no erro de entrar em debate verbal com ele, dizendo que tal homem deveria chamar-se Dormitâncio, e não Vigilâncio. Até os grandes homens de Deus caem em ridículos e exageros.

9. *Agostinho*, embora fosse, em parte, um filósofo platônico, foi um dos mais notáveis mestres da Igreja cristã, tendo encabeçado uma espécie de movimento de retorno à Bíblia. Ele insistia sobre a necessidade da regeneração, para que um homem fosse capaz de seguir a conduta ideal; e, sem dúvida, estava com toda a razão. Ele pensava que o homem não regenerado é incapaz de agir de maneira aceitável aos olhos de Deus. Como é óbvio, ele seguia nitidamente as idéias paulinas. Ele salientava o orgulho e a concupiscência como os pecados humanos mais constantes. Até as boas obras são maculadas por esses pecados. Contudo, Agostinho aprovava uma certa dose de ascetismo, como um meio de disciplina, a fim do crente poder servir mais perfeitamente a Deus. Contudo, a moderação, o grande ideal grego, que também é representado nas epístolas paulinas, com freqüência é melhor do que a abstinência. Agostinho não concordava com Pelágio, — que dizia que Deus nos criou humanos, mas que nós mesmos nos tornamos retos. Antes, ele descobria esse princípio no poder de Cristo, na regeneração, por meio do princípio da graça divina.

10. *Reservas e Imitações Modernas*. Alguns intérpretes modernos ficam desolados diante de certas características dos ensinos dos pais da Igreja. Eles fazem objeção ao legalismo deles e à mistura de idéias cristãs com a filosofia grega e latina, especialmente o platonismo e o estoicismo. Contudo, devemos reconhecer naqueles pais da Igreja um grande exemplo de vida piedosa, o que os punha muito acima de seus contemporâneos pagãos. A Luz de Cristo, mesmo quando percebida de maneira imperfeita, ilumina os homens de todos os lugares. Certas características distintivas de nota, são que eles rejeitavam a escravatura, combatiam a posição de inferioridade conferida às mulheres e rejeitavam a crueldade dos jogos antigos. Faríamos muito bem em imitar esses homens, a despeito das nossas compreensíveis reservas. Quem poderia comparar-se com Orígenes ou com Agostinho?

ÉTICA PESSOAL

Ver o artigo contrastante sobre a Ética Social. A ética é a ciência da conduta ideal. A ética pessoal aborda a conduta ideal do indivíduo. Apesar de ser verdade que jamais poderemos isolar uma da outra, também é verdade que a ética pessoal é a nossa responsabilidade primária. O evangelho ensina-nos que é a transformação moral que nos conduz às perfeições de Deus Pai (Mat. 5:48). E daí partimos para a transformação metafísica, de acordo com a imagem do Filho de Deus (Rom. 8:29; II Cor. 3:18). Jamais poderemos chegar a esse ponto, se meramente formos bons cidadãos de nosso país. Precisamos cuidar de nosso próprio desenvolvimento espiritual, como indivíduos. Ver sobre o *Desenvolvimento Espiritual, Meios do*. Para melhor compreendermos isso, consideremos os pontos abaixo:

1. *A relação entre Deus e o homem*. É um erro pensar que a ética meramente reflete as normas da comunidade humana, e que essas normas flutuam com a passagem do tempo ou de uma comunidade para outra. Isso exprime uma verdade, mas não é a situação ideal. Há padrões éticos divinos que se aplicam tanto ao indivíduo como à sociedade em geral. Costumamos falar em *ética revelada*. Temos confiança nos Livros Sagrados de que o Espírito de Deus tem-se mostrado ativo quanto a isso. Sendo esse o caso, as normas éticas ali contidas devem ser levadas a sério.

2. *Os deveres diante de Deus são fundamentais*. Sócrates tinha a certeza de que os princípios éticos são absolutos, e que o homem é capaz de descobri-los (não de criá-los), por meio da razão e da intuição, que vem através da contemplação. Sem dúvida isso expressa uma verdade. Mas a revelação divina ultrapassa a isso, conferindo-se princípios éticos como uma dádiva de Deus. Os deveres para com Deus são

básicos para a vida humana. Depois é que vêm os deveres para conosco mesmos e para com a comunidade.

3. *A ética da situação.* Alguns filósofos têm pensado que **primeiro vêm os auto-interesses,** então os interesses comunitários, e isso como base da conduta ideal. Visto que os interesses individuais e sociais se modificam, e, na verdade, são diferentes de indivíduo para indivíduo e de comunidade para comunidade, presumivelmente os padrões éticos acham-se em estado de fluxo. A isso chamamos de *ética relativista.* Várias situações requerem reações diferentes. Essa *ética da situação,* pois, é uma forma do tipo relativista de ética. De acordo com essas definições, a ética é uma subcategoria do *humanismo*; e é um erro misturar com essa questão assuntos como a metafísica, os deuses, os santos, o Espírito Santo e Deus, porquanto as normas não procedem de **entidades extra-humanas,** se é que, de fato, tais entidades existem. Mas tudo isso cai por terra se, na verdade, o homem foi criado à imagem de Deus, conforme a Bíblia assevera, e se estamos nos aproximando cada vez mais da imagem de Cristo.

4. *O que é o homem?* Essa é a pergunta fundamental que deve determinar qual deve ser a natureza da ética. Se o homem é apenas um animal evoluído, então a ética relativista está essencialmente certa. Porém, se o homem é um espírito cativo em um corpo físico, então teremos de levar em conta as dimensões espiritual e eterna.

5. *O sagrado drama da alma.* A Bíblia e outros livros sagrados aceitam sem discussão que o homem tem origem e destino divinos, — e que a alma encontra-se em uma peregrinação sagrada da dimensão terrena para a dimensão celestial. Um homem é responsável, antes de tudo, diante de si mesmo. Essa responsabilidade, entretanto, alicerça-se sobre a sua origem divina. Em seguida, o homem é responsável diante da comunidade humana. A salvação envolve o *corpo* coletivo inteiro, e não apenas indivíduos isolados. A base de toda a ética é a lei do amor, que já toca naquilo que é divino, além de envolver o indivíduo e a comunidade. A Bíblia ordena-nos amar a Deus, e então ao próximo. Ver Mar. 12:30 *ss*; João 13:34. A lei mosaica inteira depende desses dois mandamentos (Rom. 13:8-10).

6. *A avaliação de Deus.* Os homens serão julgados em consonância com as suas ações, boas ou más (Rom. 2:6). A conduta humana está sob o escrutínio do julgamento divino. A graça salvadora fornece-nos os meios para cumprirmos as suas exigências, por meio do ministério do Espírito. A conduta ideal verdadeira não é possível para o presente homem caído no pecado. Mas o poder do Espírito capacita-nos a buscar e a cumprir, até certo ponto, os padrões divinos. A doutrina cristã revela-nos que iremos aumentando cada vez mais no poder de nossa expressão, até chegarmos a compartilhar das perfeições do Pai (Mat. 5:48).

ÉTICA PRIMITIVA

Ver o artigo sobre o *Egito,* em sua sétima seção, *A Ética Egípcia.* Ver também sobre a *Babilônia,* quinta seção, *Religião e Moral,* especialmente ponto *f. A Ética e a Moral dos Babilônios.* Ficamos surpreendidos quando lemos, pela primeira vez, os códigos éticos dos povos antigos, devido à sua qualidade excelente. O sumário abaixo nos fornece algumas indicações de quão bons ou deficientes eram esses códigos primitivos.

1. *Objeções a Princípios Latos.* Alguns historiadores pensam que é errado fazer juízos de valor sobre os sistemas antigos, porque, ao assim fazermos, presumivelmente, estamos tirando sua ética cultural do seu contexto, no que tange às exigências de suas respectivas sociedades. No entanto, parece que certos erros sempre foram errados, e que aquilo que é (ou era) não é a mesma coisa que aquilo que deveria ser (ou deveria ter sido). É uma falácia transformar o que *é* naquilo que *deveria ser.*

Práticas como o infanticídio, a mutilação do próprio corpo, o canibalismo, o abandono dos idosos e a exposição de infantes, sempre foram erradas, mesmo que essas coisas tenham ajudado (ou tenham parecido ajudar) de alguma maneira, a sobrevivência e o **bem-estar de outras pessoas.**

2. *Antigas Objeções às Sociedades Modernas.* De certa feita, ouvi uma discussão entre uma colega de universidade e meu professor de latim e dos clássicos. Ela lamentava alguns dos atos sobre os quais lera, como parte de sua tarefa sobre literatura clássica. Meu professor relembrou-a de que os antigos nunca produziram coisa alguma tão horrenda como as guerras mundiais, a ameaça de total aniquilamento da humanidade, mediante artefatos atômicos, etc. As nações cristãs, assim chamadas, são capazes de coisas realmente monstruosas — o professor fê-la lembrar!

Os antigos, provavelmente, se pudessem voltar à vida, teriam criticado as nossas formas de discriminação, de exploração e de tremendas injustiças sociais.

3. *Princípios Envolvidos na Ética Primitiva.* As sociedades primitivas eram menores que as atuais, e as necessidades dos grupos, especialmente no tocante à sobrevivência (nas situações em que houvesse escassez de alimentos), eram as responsáveis pelos infanticídios e pelo abandono dos idosos para morrerem à míngua. A total falta de controle da natureza, por parte dos povos antigos, provavelmente também os influenciava em seu supernaturalismo que atribuíam a todas as coisas, onde os deuses estariam envolvidos em tudo, desde a chuva ao frio, desde a calamidade das tempestades à bênção da luz solar. O desenvolvimento dos cultos de fertilidade, que algumas vezes eram acompanhados por costumes bizarros, surgiu por causa do precário conhecimento dos homens acerca das forças da natureza, forçando-os a apelar para a idéia de divindades, na tentativa de manter vivo o gênero humano.

4. *Sanções.* Os antigos sistemas éticos exibiam duas formas principais de sanção. Havia a sanção de *culpa,* que assumia aspectos sobrenaturais. Os deuses estabeleciam as suas exigências e os homens sentiam-se culpados se não satisfizessem a esses requisitos. Isso tornou-se parte da ética dos sistemas religiosos do passado. Por outra parte, a sociedade estabelecia suas exigências, e os homens sentiam-se *envergonhados* se não satisfizessem às mesmas. Essa era a ética social. Naturalmente, sempre será difícil distinguir entre as duas variedades, porquanto tudo pode fazer parte de crenças e ideais de uma sociedade, nada tendo a ver com as supostas divindades.

ÉTICA PROFISSIONAL

Muitas profissões requerem um juramento ou compromisso, por parte da pessoa que está entrando em uma profissão, de que certo padrão de qualidade e lealdade será observado. Uma profissão compromete-se a manter a racionalidade, a erudição, o domínio de alguma habilidade específica, além de padrões de conduta que garantem a execução apropriada dessa

habilidade. Como professor do Departamento de Humanidades da Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá, São Paulo, nos exercícios de formatura, por muitas vezes tenho ouvido engenheiros fazerem seus juramentos de compromisso profissional.

No que concerne à medicina, há o Juramento de Hipócrates. Ver sobre *Hipócrates, Juramento de*. Os **Princípios que governam essa profissão, são os seguintes:**

1. Em primeiro lugar, não prejudiques a ninguém.
2. A santidade da vida.
3. O alívio dos sofrimentos físicos.
4. A santidade da relação entre médico e paciente, incluindo o aspecto de confidencialismo.
5. O direito que o paciente tem de morrer com dignidade.
6. O direito do paciente de concordar ou discordar do que deve ser feito em seu favor.

Um médico crente, além desses princípios usuais, também sentirá a responsabilidade de cuidar do bem-estar espiritual dos seus pacientes, o que lhe dará motivos adicionais para respeitar a santidade da vida, porquanto toda vida origina-se em Deus.

Problemas Éticos. As regras gerais nem sempre fornecem diretrizes para a conduta. Se um estado qualquer aprova o aborto, um médico crente deveria agir contrariamente? Enquanto que outros médicos se estão locupletando com seus elevados salários, ou com o preço exagerado de suas consultas, como deveria agir o médico crente? Enquanto que outros médicos estão à cata de posições convenientes de muito tempo vago, o que deveria fazer um médico crente quanto a áreas rurais e outros lugares onde há uma premente necessidade de seus serviços, o que só lhe trará desconfortos pessoais? A saúde tem-se tornado um grande negócio. O médico deve tornar-se um negociante, ou ele é antes um missionário que cuida da saúde do próximo? Qual deve ser a atitude de um médico crente no que concerne à eutanásia? Até que ponto um médico crente pode tornar-se parecido com o Grande Médico das Almas, o Senhor Jesus Cristo?

ÉTICA PROTESTANTE

Essa expressão foi popularizada pelo notável sociólogo alemão, Max Weber, falecido em cerca de 1920. Antes dele, a essência de seus ensinos havia sido exposta por R.H. Tawney, em seu livro *Religion and the Rise of Capitalism*. A tese defendida era que o calvinismo e o puritanismo haviam contribuído muito para encorajar os princípios do *capitalismo* (que vede). Especificamente, um elevado senso moral foi posto por detrás do sucesso nos negócios, pelo que a capacidade de fazer dinheiro era considerada uma virtude e um sinal da bênção de Deus sobre a vida da pessoa. O capitalismo requer grande iniciativa pessoal, e essa também é uma virtude tipicamente calvinista e puritana. Essa tese geral tem sido tanto defendida quanto criticada pelos próprios estudiosos protestantes, para nada dizermos sobre os historiadores e filósofos. Realmente, parece que há verdade na assertiva; mas certamente Weber exagerou ao supor que um negociante bem-sucedido poderia ser considerado um dos eleitos de Deus, ou, pelo menos, que um dos eleitos do Senhor também deveria dar-se bem como negociante, visto que, automaticamente, Deus haveria de abençoá-lo na vida material, tornando-o próspero. Seja como for, tem havido uma tradicional ênfase protestante sobre as virtudes do trabalho árduo, da industriosidade, da honestidade, da sobriedade, da autodisciplina e de fazer tudo para a «glória de Deus» (I Cor. 10:31), o que acrescenta o elemento da inspiração ao trabalho do indivíduo. Se tudo for feito para a glória de Deus, então qualquer trabalho será revestido de dignidade.

Abusos. Um empregador, que queira fazer de seus empregados meros escravos do salário, tentará fazer o trabalho deles girar em torno dos princípios religiosos e de fé, e não em torno de um salário justo e de condições convenientes de trabalho. Em outras palavras, os empregadores exploram os seus empregados, esperando que creditem a Deus as suas condições inferiores.

Nos Tempos Modernos. Atualmente tem havido a tentativa de associar o protestantismo aos aspectos negativos do capitalismo, como na sigla WASP. Em inglês trata-se da abreviação de Branco (white, W), **Anglo-saxão (anglosaxon,** AS) e Protestant (Protestant, P). De acordo com isso, os maiores culpados de exploração ao próximo seriam as pessoas da raça branca, **anglo-saxões e protestantes.** Isso é tão racista e ridículo quanto a generalização que afirma que todos os negros são tipos criminosos, ou que todo índio é um preguiçoso alcoólatra.

É melhor dizer que as virtudes associadas ao protestantismo têm sido sujeitadas a abusos condenados pela própria Bíblia. Portanto, há uma certa correspondência entre a ética bíblica normal e as virtudes da industriosidade, da honestidade, do individualismo, os conceitos geralmente aceitos e recomendados pelos grupos protestantes. Porém, é um equívoco vincular verdades bíblicas com abusos promovidos por qualquer sistema econômico. No quarto capítulo do livro de Atos, também encontramos uma experiência de economia comunista, a qual entretanto, não era forçada de cima para baixo, e que acabou não se perpetuando nos meios cristãos. Ver o artigo separado sobre o *Comunismo*. A Bíblia também recomenda a liberalidade para com o próximo, na atitude do amor cristão, que deveria eliminar a exploração ao próximo. A Bíblia também condena a preocupação excessiva com o futuro, que, invariavelmente, ataca àqueles que vivem à cata de dinheiro. Isso, porém, não significa que as Escrituras promovem o socialismo como um sistema econômico a ser imposto aos homens.

ÉTICA PURITANA

O título **puritano** veio a ser usado como apelido, aplicado a calvinistas não separados, que promoviam a reforma na adoração, na disciplina e no governo da Inglaterra, na época elizabetana (cerca de 1564). Estavam sob a influência de Genebra, na Suíça, onde Calvino estabelecera uma espécie de governo teocrático, caracterizado pelo biblicismo radical. Eles queriam purificar o anglicanismo de resíduos católicos romanos, substituindo o episcopado pelo presbitério, e revitalizar a Igreja mediante a busca pela piedade pessoal. Ver o artigo separado sobre o *Puritanismo*. Os principais líderes do movimento foram Perkins, Sibbes, Ames, Owen, Goodwin, Baxter e Howe, além de outros. A fé religiosa deles enfatizava a justificação pela fé, a soberania e a majestade de Deus, a piedade pessoal e rígidos padrões morais. Eles concordavam com a doutrina calvinista da radical perversão humana, pelo que também encontravam muitos alvos, para os seus ataques, na conduta humana, dentro e fora da Igreja. O livro *O Peregrino*, de John Bunyan, como também outro livro seu, *A Guerra Santa*, exibem vividamente a mentalidade puritana. As virtudes da piedade

individual, do conflito espiritual contra a malignidade, a autodisciplina e a busca geral e séria pelos valores espirituais, resplandecem nesses livros.

Outros Princípios Éticos dos Puritanos:

1. *A Ética do Trabalho.* O trabalho árduo é bom para o indivíduo. O ócio é pecaminoso. O dinheiro, os talentos e o tempo devem ser investidos de maneira sábia. A industriosidade, o capitalismo e a filantropia precisam ser encorajados.

2. *A Educação.* Os puritanos promoviam a educação e a cultura pessoal e geral. Eles encorajavam os cientistas, embora opondo-se a ocupações científicas que tendessem por degradar, como o teatro e a publicação de literatura tipo popular. Eles pensavam que a sinceridade requer o tempero da simplicidade.

3. *O Dia do Descanso.* Os puritanos não separavam claramente entre o Antigo e o Novo Testamentos. Na opinião de muitos, isso constituía um ponto de debilidade. Eles transformavam o domingo em um Dia do Senhor, que era observado com toda a rigidez. Ver o artigo separado sobre o *Domingo, Identificado com o Sábado.*

4. *A Família.* O puritanismo encarava a família como um clã patriarcal, aos moldes do Antigo Testamento. A família seria uma igreja em miniatura, e a piedade doméstica, para eles, revestia-se da máxima importância. O Pai celeste era considerado por eles como o chefe de todas as famílias. A combinação do Domingo-Sábado e o estilo de vida patriarcal, em família, tiveram efeitos duradouros sobre os valores das sociedades inglesa e norte-americana, depois que o puritanismo foi transferido para as colônias inglesas da América do Norte.

ÉTICA SOCIAL

A ética (que vede) é a ciência da conduta ideal. Visto que o homem é um animal social, dentro de muitos sistemas a ética aparece como a ciência da conduta ideal dentro de uma comunidade, e não meramente de indivíduos isolados. Tive um professor que costumava dizer: «A sociedade precisa de moralidade. Eu, não». Tal proposição, porém, não se manteria de pé por muito tempo, em um debate.

1. *O homem é uma ilha. Nenhum homem é uma ilha.* Um ditado popular diz que nenhum homem pode viver como se fosse uma ilha, isto é, desvinculado da sociedade humana. Tudo quanto o indivíduo faz projeta ondas de choque, que afetam outras pessoas. Por outra parte, cada indivíduo também vive isolado. Daí deriva-se a circunstância de que tanto a ética pessoal quanto a ética social fazem parte da experiência humana. Todo esforço individual, em busca do aprimoramento, afeta a outras pessoas. A responsabilidade cobre um amplo terreno, individual e coletivo.

2. *As virtudes humanas.* Aristóteles pensava que *virtude é função.* O indivíduo deveria esforçar-se em favor de seu desenvolvimento pessoal, ou seja, fazer de si mesmo um elemento singular dentro de sua sociedade. Porém, a função por ele ocupada deve existir a fim dele servir melhor à sua comunidade. O homem que se desenvolve bem, e então serve bem ao próximo, seria o homem virtuoso ou bom, de acordo com o vocabulário de Aristóteles.

3. *A grande comunidade.* A Bíblia leva essa questão um pouco mais adiante. O décimo primeiro capítulo da epístola aos Hebreus refere-se à grande comunidade espiritual da qual fazemos parte, e que observa o que praticamos. É por esse motivo que devemos agir bem e ter um bom desempenho na carreira da vida. Somos responsáveis diante da comunidade espiritual, e não somente diante da sociedade dos homens terrenos. Somos membros da família celeste, e temos muitos deveres diante do Pai dessa família. Exigiu Jesus Cristo, em Mateus 5:48: «Portanto, sede vós perfeitos, como perfeito é o vosso Pai celeste».

4. *A liberdade humana e a ética.* Faz parte da natureza humana anelar pela liberdade. Entretanto, isso está sendo pervertido em nossos dias. A liberdade cessa quando cometemos alguma infração contra os direitos alheios e tornamo-nos um elemento prejudicial na sociedade. Dentro do vocabulário de algumas pessoas, a liberdade é apenas a licença para a prática do mal. Porém, nenhuma definição sensível da liberdade pode concordar com essa noção.

5. *Cada comunidade cria a sua própria ética.* Essa é a posição da ética relativista, ou *ética da situação,* que supõe que o próprio homem é o autor das idéias da ética. Um homem faria o que faz por causa das normas estabelecidas pela sociedade. Essas normas diferem de uma sociedade humana para outra, e estão sempre sujeitas a modificações. Quanto a questões pragmáticas, naturalmente, isso exprime uma verdade. Quase todos os nossos atos são pragmáticos, que só atendem a considerações de vantagem ou desvantagem. No entanto, a ética envolve muito mais do que isso. A conduta ideal deve transcender às normas e opiniões públicas. Também são padrões divinamente revelados, visto que o homem não é apenas uma criatura física terrena. O homem também é um espírito eterno, estando sujeito aos princípios que norteiam a comunidade espiritual.

6. *A verdadeira humanidade e a ética.* O desígnio do evangelho é que os homens venham a ser transformados segundo a imagem moral e metafísica do Filho de Deus (Rom. 8:29; II Cor. 3:18). Cristo é o Homem ideal. A vida que ele viveu fornece-nos um exemplo do tipo da conduta ideal que ele requer de nossa parte. Ele nos legou o seu exemplo e os seus ensinamentos. O artigo sobre *Jesus,* em sua terceira seção, aborda os ensinamentos dele, incluindo aqueles de natureza ética.

7. *A ética pessoal e a ética social.* Aquilo que é realmente bom para o indivíduo, também o é para a comunidade, e vice-versa. O quinto capítulo de Romanos apresenta o indivíduo como um elemento do homem universal; e os destinos individuais estão sendo vinculados aos destinos da comunidade humana. Cristo é o cabeça da raça humana, tendo-se identificado plenamente com ela. A ética pessoal é uma subcategoria da ética social; e as proposições de uma são idênticas às da outra. O amor, a justiça, a bondade, a misericórdia, etc., no nível individual, são válidos para a comunidade. Se obedecermos ao *imperativo categórico* de Kant (que vede), então jamais faremos qualquer coisa que não queiramos que se torne uma lei universal. Essa ética, como é óbvio, é tanto pessoal quanto universal. Ver sobre *Emanuel Kant* e sua ética.

8. *A ética do Estado, a ética social e a ética individual.* O décimo terceiro capítulo de Romanos requer que obedeçamos às leis do país em que vivemos. Via de regra, essas leis são observáveis para o crente. Entretanto, existem sistemas políticos injustos, como o comunismo, entre outros, que perseguem à Igreja cristã, fechando suas escolas e encarcerando os seus ministros. Ver sobre *Comunismo* e *Teologia da Libertação.* Nesses casos, o crente deve fazer o que estiver ao seu alcance para opor-se a sistemas que tenham pervertido a justiça e que estejam perseguindo

a fé religiosa. Assim fazendo, o crente estará fazendo um bem, e não um mal, mesmo que seja condenado porque seus atos não agradem àqueles sistemas. Podemos fazer oposição pacífica às leis injustas, e não precisamos e nem devemos apelar para a violência, como se fôssemos ativistas políticos.

ÉTICA TEOLÓGICA

De acordo com essa posição, supõe-se que a ética seja uma subcategoria da teologia, e que as regras éticas que seguimos nos foram dadas pela revelação divina. A ética teológica é uma modalidade da ética formal ou absolutista. Ver a introdução ao artigo sobre *Ética de Regras*. A ética teológica faz com que Deus, ou alguma força divina, seja a fonte das regras de conduta humana. O dever do homem, por sua vez, é obedecer às regras que lhe foram dadas, e não desenvolvê-las por meio da experimentação humana. Ver o artigo sobre *Ética de Regras*. Ver também o artigo sobre *Jesus*, em sua terceira parte, *Ensinos*, onde temos incluído os seus princípios éticos, que devem ser considerados uma parte da ética teológica.

ÉTICA TRABALHISTA

Há pessoas que descobrem qualquer desculpa, por esfarrapada que seja, para não trabalharem. Em Tessalônica, alguns dos convertidos de Paulo chegaram a usar motivos religiosos (especificamente a *parousia* iminente) como justificativa para sua ociosidade. Nas antigas leis romanas, como no caso das *Doze Tábuas*, encontramos esta declaração: «Se algum homem prefere não trabalhar, que também não coma». Isso pode ser confrontado com a declaração virtualmente idêntica de Paulo, em II Tes. 2:13. Existe algo na consciência humana que nos diz que é errôneo ser indolente, ocioso; e há algo de bom no trabalho, ainda que seja daquela espécie que não produz o que poderíamos denominar de resultado espiritual. O falso amor galardoa o ócio com suprimentos adequados. O verdadeiro amor ensina aos necessitados alguma coisa que ele pode usar com o fim de trabalhar, e assim ganhar o seu próprio sustento.

Tanto o judaísmo quanto o cristianismo primitivo davam grande importância às esmolas, mas essas esmolas eram dadas para os que realmente padeciam necessidade e não para aqueles que podiam prover para si mesmos, se assim quisessem fazê-lo.

«Não há que duvidar que a indolência e o ócio são amaldiçoados por Deus. Além disso, sabemos que o homem foi criado com isso em vista — que ele fizesse algo. Não apenas as Escrituras nos dão esse testemunho, mas a própria natureza assim o ensina aos pagãos... Paulo censurou aqueles preguiçosos e indolentes, que viviam do suor alheio, ao mesmo tempo em que não contribuíam com algum serviço para ajudar à raça humana». (João Calvino, sobre II Tessalonicenses 3:10).

«O ócio é apenas o refúgio de mentes débeis e o feriado dos tolos» (Lord Chesterfield).

«Na civilização não há lugar para o preguiçoso. Nenhum de nós tem o direito de entregar-se ao lazer» (Henry Ford).

«A preguiça anda tão devagar que a pobreza não demora a alcançá-la» (Benjamim Franklin).

«Satanás sempre encontra alguma coisa má para as mãos ociosas fazerem» (Isaac Watts).

«Nada fazer é a coisa mais difícil do mundo...» (Oscar Wilde).

«Vai ter com a formiga, ó preguiçoso, considera os seus caminhos e sê sábio» (Pro. 6:6).

ETIOLOGIA

Essa palavra vem de dois vocábulos gregos, **aitia**, «causa», e **logos**, «palavra», «teoria sobre» e, portanto, «o estudo e teoria sobre a causalidade». O argumento cosmológico em favor da existência de Deus algumas vezes tem sido denominado *argumento etiológico*, porque Deus aparece ali como a causa de todas as coisas. Ver sobre o *Argumento Cosmológico*.

ETIÓPIA

Esboço:

I. Nome
II. Caracterização Geral
III. História
IV. As Profecias Bíblicas e a Etiópia

I. Nome

No hebraico, **kush**, que indica um país de «rostos queimados». No grego, a palavra correspondente é *aithiops*, «rosto queimado», isto é, uma alusão à tez escura dos habitantes do lugar. A palavra portuguesa Cuxe deriva-se do egípcio *Ks*, originalmente um distrito egípcio, entre a segunda e a terceira catarata do rio Nilo. Esse era o nome de um filho de Cão (talvez o mais velho deles). Cuxe foi o pai de Ninrode. Há uma lenda que diz que a maldição de Cão, por causa do seu ato de indiscrição em relação a seu pai, Noé, fez com que viesse à existência a raça negra. Essa maldição seria a pele negra. Ver o artigo separado sobre *Cão*. Ver também o artigo sobre *Cuxe*. Naturalmente, tal idéia é totalmente absurda. Acerca de Cuxe ver Gên. 10:6,7,8; I Crô. 1:8-10; Isa. 11:11. A menção a um certo «etíope», grande corredor, aparece em II Sam. 18:21-23,31,32.

II. Caracterização Geral

A Etiópia referida na Bíblia faz parte do reino da Núbia, que se estende desde Aswan, no sul, até à junção do Nilo, perto da moderna cidade de Cartum. Essa área foi invadida, nos tempos pré-históricos, por camitas vindos da Arábia e da Ásia. A região foi dominada pelo Egito por quase quinhentos anos, a começar pela XVIII Dinastia (cerca de 1500 A.C.), sendo governada por um vice-rei, que dominava o império africano, controlava o exército da África e explorava as minas de ouro da Núbia. Quanto a referências bíblicas que associam a Etiópia ao Egito, ver Sal. 68:31; Isa. 20:3,5; Eze. 30:4,5. A Etiópia fica ao sul do Egito (Juí. 1:10), bem como ao sul de Siene (Eze. 29:10).

Os etíopes do N.T. não eram ancestrais dos etíopes modernos, ou abissínios, os quais, etnológica e lingüisticamente são semitas; pelo contrário, eram antes uma raça núbia, que habitava na região do rio Nilo, ao sul do Egito propriamente falando. A Etiópia antiga foi primeiramente povoada por descendentes de Cuxe (ver Gên. 10:6) e fazia parte do reino da Núbia, que se espraiava desde Assuam, na direção do sul, até a junção do Nilo, perto da moderna cidade de Cartum. Por quase quinhentos anos esse povo foi governado pelos egípcios, a começar pela 18ª dinastia, em cerca de 1500 A.C., através de um vice-rei, — que governava o império africano, controlava os exércitos da África e dirigia as minas de ouro da Núbia. No século IX A.C., o rei Asa, de Judá, derrotou os etíopes em uma batalha, conforme lemos em II Crô. 14:9,15.

O clímax da glória desse povo ocorreu quando, aproveitando-se dos conflitos críticos do Egito, tornaram-se o seu primeiro conquistador no período de mil anos (dinastia XXV), passando a controlar o vale do Nilo. Um dos monarcas dessa época, Tiraca, evidentemente era aliado de Hezequias, e ajudou a impedir a invasão de Israel pelas tropas de Senaqueribe. (Ver II Reis 19:9 e Isa. 27:9). Mas, finalmente, ruiu por terra o poder etíope, mediante as invasões assírias dos tempos de Esar-Hadom e Assurbanipal. A capital, Tebas, foi destruída (663 A.C.; Naum 3:8-10), e isso cumpriu as profecias de Isaías concernentes à ruína dos etíopes (ver Isa. 20:2-6). A conquista do Egito, por Cambises, pôs a Etiópia dentro da órbita persa (ver Est. 1:1). A passagem de Est. 8:9 nomeia a Etiópia como a mais remota província persa do sudoeste. Outros escritos bíblicos empregam simbolicamente esse nome, para referir-se à extensão ilimitada do senhorio de Deus. (Ver Sal. 87:4; Eze. 30:4; Amós 9:7 e Sof. 2:12).

No trecho de Atos 8:27, essa designação se refere ao reino nilótico de Candade, cujo centro era Meroe, para onde a capital fora transferida durante o período de dominação persa. Os etíopes modernos (ou abissínios), entretanto, — se apropriaram dessa narrativa do oitavo capítulo do livro de Atos, como se os primórdios do ministério do evangelho, entre os seus antepassados, tivessem origem nesse episódio; e consideram a conversão do eunuco etíope como cumprimento da passagem de Sal. 68:31.

O primeiro ato do primeiro concílio ecumênico, realizado em Nicéia (Con. *Nic.* cânon 1), foi o de admitir a plenos privilégios, na igreja cristã, incluindo a participação no ministério, os eunucos que não tivessem mutilado a si mesmos, mas que haviam sido vítimas dessa prática. Isso foi feito para crédito dos membros desse concílio, que agiram conforme o espírito do N.T. ao assim se pronunciarem.

No que diz respeito à Etiópia em geral, o arqueólogo Rawlinson tem a dizer o seguinte: «Os monumentos comprovam, acima de qualquer dúvida, que os etíopes tomaram por empréstimo do Egito tanto a sua religião como os seus hábitos de civilização. Chegaram mesmo a adotar o egípcio como idioma da religião e da corte real, o que continuou até ruir o poder dos Faraós, quando seu domínio se confinou novamente até às fronteiras com a Etiópia. Foi através do Egito, igualmente, que o cristianismo passou para a Etiópia, o que ocorreu dentro do próprio período apostólico, como se demonstra pela história do eunuco da Rainha Candace».

III. História

A primeira referência bíblica a um etíope envolve a história de um escravo «etíope», que levou as novas da morte de Absalão a Davi (II Sam. 18:21-23,31,32). O rei líbio do Egito, Sisaque, quando invadiu a Palestina, utilizou os préstimos de mercenários etíopes (II Crô. 12:3), em cerca de 918 A.C.

O rei Asa sofreu um ataque da parte dos etíopes (II Crô. 14:9-15). O comandante deles era Zerá. Mas o ataque etíope não obteve sucesso. É possível que esses atacantes tenham sido mercenários, que tinham sido instalados na Palestina pelo Faraó Sisaque.

Tiraca, rei da Etiópia, tentou barrar a invasão da Palestina pelas tropas assírias de Senaqueribe. Isso ocorreu durante o reinado de Ezequias, de Judá (II Reis 19:9; Isa. 37:9). Os assírios apelidaram zombeteiramente a Tiraca de «bordão de cana esmagada» (II Reis 18:21). E os assírios derrotaram facilmente a Tiraca, em Elteca. Tiraca foi novamente derrotado pelo rei Esar-Hadom, em vista do que se retirou definitivamente para a Etiópia. Tiraca governou a Etiópia de cerca de 689 a cerca de 664 A.C. Ele foi o terceiro e último Faraó da XXV Dinastia do Egito. Naquele período, a Etiópia havia conquistado a hegemonia sobre o Egito, embora esse domínio só se tenha prolongado por cinqüenta anos. O centro etíope ficava em Tebas. O sobrinho e sucessor de Tiraca foi derrotado pelo exército assírio de Assurbanipal, que destruiu Tebas em cerca de 663 A.C. (Naum 3:8).

O Faraó Psamético II (593-588 A.C.) empregou mercenários judeus contra a Etiópia, conforme se sabe através da décima terceira carta de Aristeas, ou através de Heródoto (2.161). Nessa época, uma guarnição judaica foi postada na ilha de Elefantina, a fim de guardar a fronteira entre o Egito e a Etiópia. Ver o artigo separado sobre *Elefantina*, quanto ao desenvolvimento de uma colônia judaica naquele lugar.

Jeremias foi tirado de uma cisterna (Jer. 38:7-13) pela intervenção de um eunuco etíope, chamado Ebede-Meleque, o qual, na época, tinha uma posição de autoridade no palácio do rei Zedequias, de Judá, o qual governou de 597 a 587 A.C. E Jeremias garantiu a liberdade daquele etíope quando os babilônios apossaram-se de Jerusalém (Jer. 39:15-17).

O rei Assuero, da Pérsia (identificado com Xerxes, 486-465 A.C.), governou pelo menos uma porção da Etiópia (Est. 1:1; 8:9). Isso também é mencionado nas adições apócrifas ao livro de Ester (que vede), em 13:1 e 17:1. Dario I, da Pérsia, continuou dominando ali.

Antíoco IV Epifânio, rei do norte, ou seja, da Síria (175-163 A.C.), aparentemente também contava com mercenários etíopes (Dan. 11:43), embora o sentido desse texto não deixe de envolver algumas dúvidas.

Posteriormente, os etíopes conquistaram Siene, conforme nos dizem os Oráculos Sibilinos (5.194). Isso pode referir-se a uma expedição enviada ao Egito pela rainha Candace, da Etiópia (24 A.C.), o que é mencionado por Estrabão (17.1,54).

Nas páginas do Novo Testamento, temos em Atos 8:27 uma menção à rainha Candace. O termo Candace era um título real da Núbia, que, aparentemente, significava «rainha-mãe». Ver o artigo separado sobre *Candace*. O tesoureiro dela, chamado no Novo Testamento de *eunuco etíope* (ver o artigo separado sobre ele), evidentemente era um prosélito do judaísmo, algo que facilmente pode ter acontecido, face ao grande contacto que os israelitas tinham com os etíopes. Os modernos etíopes, ou abissínios, pensam que essas referências bíblicas dizem respeito a seus antepassados, pensando que a conversão do eunuco etíope foi cumprimento da profecia que há em Salmos 68:31.

IV. As Profecias Bíblicas e a Etiópia

Houve exilados judeus naquele país. Há referências bíblicas que contêm predições de que eles retornariam após o exílio babilônico. Ver Isa. 11:11; Sal. 87:4. O trecho de Isaías 43:3 prediz que a Pérsia tomaria a Etiópia, a fim de libertar judeus cativos, ali retidos. E as passagens de Isa. 20:3,4; Eze. 30:4,5,9 e Sof. 2:12 predizem o julgamento da Etiópia. A Etiópia está incluída entre as forças que se aliarão a Gogue, que atacarão Israel nos últimos dias (Eze. 38:5). Os *Oráculos Sibilinos* compreenderam mal essa passagem de Ezequiel e erroneamente localizaram Gogue na Etiópia. Mas, de acordo com Amós 9:7, Deus cuida dos etíopes; e a conversão final dos etíopes aparece em Sal. 68:31; Isa. 45:14 e Sof. 3:10. Esse lugar fará parte do reino de Deus, porquanto a graça de Deus abrange todos os povos. (BUD ND UL Z)

ETMA

Ver sobre **Nebo.**

ETNÃ

No hebraico, «dom», «presente». Esse é o nome de um neto de Assur, por intermédio de Hela, descendente de Judá (I Crô. 4:7). Seu nome pode ter estado associado à cidade de Itnã (que vede), localizada no sul de Judá, referida em Jos. 15:23.

ETNARCA

Transliteração da palavra grega **ethnárches**, que ocorre somente por uma vez em todo o Novo Testamento, em II Coríntios 11:32. Essa palavra é formada por dois vocábulos gregos, *éthnos*, «nação», e *archein*, «governar» e, portanto, um «governador», conforme também se lê em nossa versão portuguesa, nesse trecho: «Em Damasco, o governador preposto do rei Aretas montou guarda na cidade dos damascenos, para me prender». Essa palavra refere-se a um oficial encarregado da segurança de Damasco, com autoridade sobre uma guarnição armada. O rei sob as ordens de quem ele servia era Aretas IV, da Arábia Petrea, que governou de 9 A.C. até 40 D.C.

O etnarca foi encorajado pelos judeus a prender Paulo, depois que este se converteu a Cristo. Ver Atos 9:24,25. O governo dos romanos chegara até Damasco. Em 64 A.C., Damasco tornara-se parte da província romana da Síria, e então Aretas tornou-se um rei títere, provavelmente nomeado por Calígula, em cerca de 33 D.C.

Josefo usou o título para indicar governantes subordinados, encarregados de áreas remotas. Para exemplificar, o governante de Alexandria era assim intitulado. Ver Josefo (*Anti.* 14:7). Um etnarca podia ser apenas um prefeito, com autoridade apenas sobre uma cidade, ou sobre uma cidade-estado, conforme o caso. Porém, alguns etnarcas também exerciam autoridade sobre territórios extensos. O sumo sacerdote Simão, como representante da Síria e subgovernador, foi chamado por esse nome por Estrabão, bem como na Septuaginta, em I Macabeus 14:47. Os chefes dos sete distritos do Egito romano tinham esse título, como também a princesa do Bósforo, no tempo de César Augusto. Os magistrados judeus da diáspora (ver sobre a *Dispersão*) eram assim chamados, sendo possível que o magistrado de Damasco fosse judeu. Ver Josefo (*Anti.* 17:7,2) quanto ao uso desse título.

ETNI

No hebraico, «meu presente». Ele foi um antepassado de Asafe, um levita gersonita. O nome ocorre por ocasião da menção do músico Asafe, em I Crô. 6:41. Em I Crô. 6:21, Jeaterai aparece como filho de Zerá, em vez de Etni. Provavelmente, uma ou ambas essas listas estão incompletas, de tal modo que os detalhes não se harmonizam entre si. Nas genealogias dos hebreus, a questão de *pai* e de *filho* algumas vezes são confusas; e, às vezes, uma *linhagem* está envolvida e não apenas uma questão de paternidade e filiação.

ETRÚRIA, RELIGIÃO DA

A Religião dos Etruscos. A Etrúria foi uma antiga nação na parte central ocidental da península itálica. A civilização etrusca continua sendo, para nós, um virtual enigma, incluindo sua religião. O idioma dos etruscos aparentemente não era indo-europeu, embora também não possa ser classificado. As únicas fontes informativas sobre essa região e esse povo são a literatura latina e as descobertas arqueológicas. Sabe-se, entretanto, que os etruscos foram influenciados pelos gregos. —Foram eles que ajudaram a transformar a religião animista dos romanos em uma religião antropomórfica. Eles introduziram sua tríada de divindades, Júpiter, Minerva e Juno na religião romana, para não falarmos sobre outros deuses. A religião deles enfatizava o elemento do medo, que requeria ritos elaborados com a finalidade de pacificar os deuses. Eram grandes praticantes das adivinhações. Acreditavam na existência após túmulo e chegaram a adotar as crenças órficopitagoreanas em recompensas e punições, conforme é demonstrado por suas gravuras tumulares.

O *inferno de Dante*, com seus demônios torturadores, assemelha-se às descrições etruscas, nas pinturas tumulares de Corneto. Eles acreditavam que sacrifícios pós-morte e ritos realizados pelos sacerdotes, eram capazes de libertar almas humanas de seus tormentos. É difícil deixarmos de pensar aqui nas missas celebradas pelos católicos romanos e em sua doutrina do purgatório. Não obstante, devemos lembrar que esse tema aparece comumente em várias religiões antigas, embora sem reflexos na Bíblia. Mas, sem importar se atos, orações e ritos humanos tenham ou não algum benefício para os espíritos humanos desencarnados, o fato é que a própria missão de Cristo ao hades mostrou-se eficaz. Ver I Pedro 3:18 — 4:6, e também o artigo *Descida de Cristo ao Hades.*

EUBULIDES

Foi um filósofo megárico, que criou o **Paradoxo do Mentiroso.** Ver sobre **Paradoxo**, segundo item. Ver também sobre *Megaria, Escola Filosófica de.*

EUBULO

No grego, «bem aconselhado» ou «bom conselheiro». Era esse o nome de um amigo do apóstolo Paulo, que se pôs ao lado dele, quando de seu segundo período de aprisionamento. Eubulo enviou saudações a Timóteo (II Tim. 4:21). O nome parece indicar uma origem gentílica. É possível que ele tenha sido membro da igreja de Roma. Esse nome próprio era bastante comum, podendo ser encontrado em papiros e inscrições.

Eu Sou de Deus; Eu Sou de Jesus; Eu Sou do Homem
Ver Depois de **Eusébio de Laodicéia.**

EUCARISTIA

Quanto a maiores informações sobre esse assunto, incluindo a teologia a respeito, ver os artigos separados sobre a *Transubstanciação*; a *Consubstanciação; Jesus Como o Pão da Vida* e a *Ceia do Senhor.*

Nossa palavra portuguesa eucaristia vem do grego *eucharistia*, «agradecimento». Nas páginas do Novo Testamento, a palavra é usada para indicar orações em geral, impelidas pelo senso de ação de graças. A expiação pelo sangue de Cristo dá-nos razões para sermos gratos, o que explica a aplicação da palavra à Ceia do Senhor. Jesus agradeceu (I Cor. 11:24) ao partir o pão, e assim referiu-se ao seu sacrifício iminente. O termo era usado para indicar as «ações de graças» antes das refeições, tanto no caso de refeições informais como no caso daquela associada à Ceia do Senhor. Não demorou muito para tornar-se o termo regularmente usado para designar essa cerimônia. Ver sobre o *Agapé*, um nome alternativo para a Ceia do Senhor e para a refeição que, originalmente, a

acompanhava.

Certos conceitos teológicos têm-se desenvolvido em torno dessa questão, na tentativa de definir o que Jesus quis dizer quando proferiu as palavras «Este é o meu corpo». Uma das interpretações, a católica romana, é a da transubstanciação. A questão é amplamente ventilada no artigo com esse título.

EUCKEN, RUDOLF

Suas datas foram 1846-1926. Foi professor de Filosofia em Jena. Ganhou o prêmio Nobel de literatura em 1908. Foi um escritor prolífico, embora se tivesse tornado melhor conhecido por causa de sua influência como professor, e não tanto pela sua originalidade como autor. No campo da ética, ele exibia uma moral rígida, a moralidade kantiana, embora rejeitando o ceticismo próprio daquele sistema. Ele salientava a necessidade da realização dos ideais ético e espiritual na vida. Seu pensamento influenciou as idéias de Max Scheler (que vede), em suas primeiras obras.

EUCLIDES DE MEGARA

Suas datas foram 450-374 A.C. Não deve ser confundido com Euclides de Alexandria (que vede) que viveu no século III A.C., o pai da geometria e grande matemático. Euclides de Megara foi um filósofo grego, nativo de Megara, fundador da Escola de Filosofia de Megara. Era profundo admirador de Sócrates, de quem também era discípulo. Sua filosofia envolvia um forte elemento eleático (ver sobre os *Eleáticos*). Após a morte de Sócrates, Euclides voltou a Megara. Com base na idéia eleática da existência universal imutável, ele acrescentou a ética socrática. Ele desenvolveu uma sutil forma de disputa, de tal maneira que sua escola chegou a chamar-se de Escola Dialética ou Escola Polemista. Ele escreveu seis diálogos, embora só reste um pequeno fragmento de um desses diálogos.

EÚDE

No hebraico, «forte». Outros pensam em «unidade». Esse foi o nome de três personagens do Antigo Testamento, a saber:

1. Um filho de Gera, da tribo de Benjamim, que foi um dos juízes de Israel, ou melhor, que libertou uma parte de Israel, que havia caído sob o domínio dos moabitas. Eúde fez isso assassinando a Eglon, rei dos moabitas. Entre os benjamitas, o nome Gera era hereditário, por pertencer a uma família específica. Ver Gên. 46:21; II Sam. 16:5 e I Crô. 8:3,5. Esse Eúde é mencionado somente no livro de Juízes (3:15,16,20,21,23,26, e 4:1). Foi o segundo dos juízes ou libertadores de Israel e viveu por volta de 1340 A.C.

A história do assassinato do rei Eglon aparece em Juízes 3:15-30. Eúde era ambidestro, isso o ajudou a realizar o seu plano. Obteve acesso à presença de Eglon como quem trazia o tributo enviado pelas tribos subjugadas por Moabe. Ocultou uma adaga entre suas vestes, sobre sua coxa direita. Tirou a adaga da bainha, com a mão esquerda e aplicou o golpe fatal. Ora, Eglon era um homem gordíssimo, e as Escrituras informam-nos de que a adaga ficou escondida em seu abdome, entre as dobras de gordura.

O fato de que a justiça tinha de ser feita mediante um ato violento desse tipo indica o baixo estado de espiritualidade dos homens, que transforma os assassinos em heróis. É possível que certos heróis sejam homicidas e, nesse caso, isso é um outro comentário do miserável estado espiritual dos homens. Seja como for, no conflito armado que se seguiu, aquela região do território de Israel obteve oitenta anos de liberdade e paz.

2. O terceiro dos sete filhos de Bilã, filho de Jedael e neto do patriarca Jacó. Ele é mencionado em I Crô. 7:10 e 8:6. Viveu em torno de 1690 A.C.

3. Um descendente de Benjamim, progenitor de um dos clãs de Geba (I Crô. 8:6). Aparentemente deve ser identificado com o Airã, de Números 26:38. E, nesse caso, era chamado por vários nomes, ou então os escribas copistas confundiram-lhe o nome. Ver sobre Ehi. Viveu em torno de 1690 A.C.

EUDEMO

Filósofo grego do século IV A.C., nascido na ilha de Rodes. Foi discípulo de Aristóteles. Um outro discípulo de Aristóteles, Teofrato (que vede), tornou-se o presidente do Liceu (que vede) por ocasião da morte de Aristóteles. Mas, na opinião de Aristóteles, Eudemo era homem de igual capacidade e prestígio e poderia, com todos os méritos, ter sido o seu sucessor. Eudemo foi o verdadeiro autor da *ética eudemiana*, que comumente é atribuída a Aristóteles. Contudo, podemos estar certos de que as idéias essenciais de Aristóteles estão contidas nesse sistema.

EUDEMONISMO

No grego, eudemonia significa «felicidade». Estritamente falando, o termo fala sobre a bênção decorrente de um espírito benigno (um *demônio*, de acordo com uma antiga definição grega). A idéia é que é feliz aquele a quem os deuses favorecem. O eudemonismo, pois, é a doutrina que diz que a *felicidade* é o principal bem, e que nessa direção devemos orientar todas as nossas ações. Essa doutrina tem recebido novos rumos, às mãos de vários pensadores:

1. Em *Aristóteles*, a felicidade é produzida pela **auto-realização, de tal maneira** que as atividades de uma pessoa servem bem a si mesma e à sociedade. A maior felicidade do indivíduo, porém, seria encontrada na contemplação, porque essa atividade nos aproxima de Deus, em suas atividades, o Movedor Inabalável, o Intelecto, que continuamente contempla as suas próprias perfeições.

2. Em *Agostinho*, a felicidade também é o grande alvo da vida, mas isso é definido em termos cristãos, resultante do perdão de nossos pecados, da obtenção da salvação e da contemplação de Deus, culminando na visão beatífica (que vede).

3. Em *Tomás de Aquino* encontramos um tratamento aristotélico, com um certo colorido cristão. O alvo do indivíduo seria atingir a **bem-aventurança divina** mediante a salvação. No caso da vida presente, as virtudes cristãs da fé, da esperança e do amor, tendo a graça justificadora como seu alicerce, são as coisas que nos trazem a felicidade. Tomás de Aquino equiparava os acontecimentos bons e retos com aquelas coisas que existem na realidade espiritual. Aquino enfatizava o exercício da razão em toda essa atividade, de tal modo que, mesmo à parte da revelação divina, nossa razão natural revela o que é melhor para nós, e onde jaz a felicidade.

4. *Schlick* (que vede) entre os filósofos modernos, tinha um sistema ético tipicamente eudemonístico.

5. No *Cristianismo*, é óbvio que a felicidade alicerça-se sobre uma autêntica espiritualidade. Na salvação e em suas bênçãos encontramos um poderoso fator ético, que só ocupa posição secundária em relação à busca pela glória de Deus. Alguns estudiosos têm feito objeção ao eudemonismo, como se fosse uma **forma de egoísmo, de auto-interesse.** Ver sobre o *Egoísmo*. Contra essa opinião, devemos dizer que a vontade de Deus é que sejamos felizes. Assim, a busca pela felicidade deve ser feita de acordo com diretrizes espirituais e não segundo normas carnais e mundanas. Alguns calvinistas radicais têm afirmado, inutilmente, que eles ficariam felizes em ser condenados e padecer nas chamas do inferno, se isso concordasse com a vontade de Deus. Porém, cinco minutos (ou menos!) nas chamas seriam suficientes para eles mudarem de parecer. O objetivo da graça de Deus, por intermédio do evangelho, é tornar os homens felizes. Logo, deve fazer parte da vontade de Deus buscar essa condição, por meio daquelas provisões. O amor a Deus e aos nossos semelhantes pode florescer melhor e mais genuinamente se nós mesmos nos sentirmos felizes. A felicidade empresta ao indivíduo a espontaneidade e vigor nas ações, ao passo que a tristeza sufoca o espírito. Quanto mais felizes formos, tanto mais diligentemente buscaremos a felicidade de outras pessoas. Os homens gostam de compartilhar, quando prosperam. (AM E EP)

EUDORO DE ALEXANDRIA

Filósofo grego do século I A.C. Foi membro da Quarta Academia de Platão. Ele combinava elementos platônicos, pitagoreanos e estóicos. Dividia a filosofia nas três disciplinas da lógica, da ética e da física. Foi ele quem fez a identificação alma-Deus-um, um tratamento que antecipou o desenvolvimento do *neoplatonismo* (que vede). Suas principais obras têm os títulos de: *Sobre o Fim; Sobre as Categorias* e *Comentário sobre Timeu*, de Platão.

EUDOXO DE CNIDO

Suas datas foram 408-355 A.C. Ele foi um filósofo e astrônomo grego. Estudou com Platão, no século IV A.C., bem como com os sacerdotes de Heliópolis, no Egito. Fundou uma escola filosófica em Cizico, mas depois retornou a Atenas. Escreveu muitas obras, embora só tenha sobrevivido até nós um poema sobre astronomia. Esse poema demonstra que ele era dono de consideráveis conhecimentos de astronomia, grande parte dos quais ele tomara por empréstimo, sem dúvida, de antigas fontes extragregas. Ele descobriu que o ano solar tem 365 dias e, ao que parece, inventou o relógio de sol. No campo da ética ele afirmava que o sumo bem consiste nos prazeres, o que significa que ele era hedonista. Ver sobre o *Hedonismo*. No campo da metafísica, ele afirmava que as idéias estão imanentes em todas as coisas. Além de estudos astronômicos e filosóficos, ele notabilizou-se na matemática e na medicina.

EUFRATES, RIO

O nome hebraico desse rio significa «irromper». Em Deuteronômio 1:7 é chamado de «grande rio Eufrates». É mencionado como a fronteira leste das terras que Deus deu aos descendentes de Abraão. Em Gên. 2:14, o rio Eufrates (ali chamado *Perath*, no original hebraico) é mencionado como um dos quatro rios que fluíam de um manancial comum até o jardim do Éden. Ver o artigo separado sobre o *Jardim do Éden*. Esse rio era o principal rio da Ásia ocidental. Em Êxo. 23:31, é aludido como «o rio», embora nossa versão portuguesa diga «o Eufrates». Seus nomes modernos são *Fra su* e *Shatt el Fara*. Seus mananciais encontram-se na Armênia central, a não grande distância das margens do mar Euxino. Seu comprimento total, incluindo suas circunvoluções, é de 2.760 km. É formado pela junção de dois grandes ribeiros, chamado Kara-Su e Mourad-Chai. Esses dois rios menores unem-se perto de Kaban Maden, cerca de 38° 58' de longitude norte, e 38° 30' de latitude leste. A partir dessa junção, o rio flui essencialmente na direção suleste, até desaguar no golfo Pérsico. Em Korna, cerca de 160 km de sua foz, une-se ao rio Tigre. E daí para baixo, o rio toma o nome de Shatt-el-Arab. Nesse ponto, o rio tem uma profundidade entre três e cinco braças e a correnteza torna-se lenta. Ao longo de suas margens há aldeias e plantações. A mais importante cidade moderna, ao longo de sua rota, como Shatt-el-Arab, é Bassora. O degelo da neve, nas suas cabeceiras, faz o rio encher. Isso acontece por volta dos primeiros dias de março, o que se estende até fins de maio. Então diminui de volume. É navegável por longa distância, a partir do mar, terra adentro, embora haja numerosos trechos de correnteza rápida. Navios a vapor podem subir pelo Shatt-el-Arab. Entre os rios Eufrates e Tigre é que ficava a célebre região da Mesopotâmia (um nome que significa «entre rios»). Nos tempos antigos, o rio sempre foi usado na navegação. Heródoto informa-nos de que embarcações traziam os produtos da Armênia até à Babilônia, descendo por esse rio. Várias importantes cidades antigas estiveram localizadas em suas margens, incluindo a cidade de Babilônia. Maria ficava situada em seu curso médio, não longe da junção com o rio Habur. O estratégico ponto de travessia para o norte da Síria era dominado pela cidade-fortaleza de Carquêmis (que vede).

Esse rio servia de linha vital, tal como o Nilo o era para o Egito. Muitos canais artificiais foram construídos ali para o transporte de água; e dessa maneira, o território em ambas as margens do rio era irrigado. Xenofonte afirmou que essa irrigação tornou o deserto em terras férteis. Ver as seguintes referências bíblicas: Gên. 2:14; 15:18; Deu. 1:7; 11:24; Jos. 1:4; II Sam. 8:3; II Reis 23:29; 24:7; I Crô. 5:9; 18:3; II Crô. 35:20; Jer. 13:4 ss e 51:63.

No Novo Testamento, o rio Eufrates figura por duas vezes: Em Apo. 9:14, quando é baixada a ordem para a soltura dos *quatro anjos* presos perto do rio. Isso indica que espíritos malignos serão soltos para vexar o globo terrestre nos últimos dias. E em Apo. 16:12, o sexto anjo é visto a derramar a sua taça de ira divina sobre o rio, de tal modo que o mesmo seca-se, preparando o caminho para as tropas dos reis do Oriente entrarem em batalha — a batalha de Armagedom (que vede). Ver o NTI, em suas notas expositivas, em Apo. 16:12, quanto a explicações a respeito. (AM BE TEC)

EUGENIA

Uma palavra que, no grego, significa «boa raça». Essa palavra foi cunhada em 1882, por Sir Francis Galton, a fim de referir-se à ciência e à arte de aprimorar a espécie humana, através da aplicação dos princípios da genética. O objetivo da eugenia é obter características físicas e mentais favoráveis, da progênie ou prole. Na primeira porção do século XX, foram feitos esforços, nos Estados Unidos da América do Norte, a fim de desenvolver essa ciência; e houve até alguma legislação, aprovada pelo congresso

norte-americano, que favorecia o movimento. Entretanto, os exageros praticados por Hitler e seu regime nazista, na Alemanha, emprestaram à idéia e à prática uma má fama. Naquele país houve programas de esterilização em massa, de eutanásia e até mesmo de genocídio, sob a inspiração de idéias eugênicas, posto que distorcidas.

O interesse por esse tipo de atividade tem sobrevivido, como uma defesa contra enfermidades que possam ser passadas às gerações seguintes por meio da herança genética. Além disso, a doação de esperma, por parte de famosos intelectuais, tem-se tornado comum. Atualmente, a ciência afirma que a duplicação de indivíduos não é um feito impossível e bem podemos supor que, algum dia, o *modus operandi* dessa duplicação será desenvolvido. Isso já vem sendo feito no caso de rãs; logo, não parece estar longe que isso aconteça com seres humanos também. Tais coisas, porém, levantam sérias questões morais. Se indivíduos errados subirem ao poder, é possível que uma super-raça venha tomar conta do mundo, eliminando totalmente os direitos individuais. As possibilidades dessa ciência são imensas e muitos de seus elementos são altamente desejáveis, embora os exageros possam vir a estragar tudo, a menos que haja a proteção apropriada para esses conhecimentos científicos. Para os crentes, apesar de tudo isso ser interessante e potencialmente benéfico (ou maléfico), a principal preocupação na vida deve ser a alma e o seu bem-estar eterno; e as manipulações genéticas dificilmente haverão de alterar isso em qualquer coisa, especialmente a curto prazo.

EUGNOSTOS, CARTA DE

Esse é um documento de origem gnóstica, contida no códice III e V da biblioteca de Nag Hammadi. Ver o artigo sobre *Nag Hammadi, Manuscritos de*. A carta aqui referida ainda não foi publicada, embora seja sabido que é similar à *Sophia Jesus Christi*. A Carta de Eugnostos é um discurso. E a *Sophia* é um diálogo entre Jesus e seus discípulos. As idéias ali apresentadas são tipicamente gnósticas. Ver o artigo geral sobre o *Gnosticismo*.

EUHEMERISMO

Euhemero (cerca de 315 A.C.) foi um filósofo grego siciliano. Ele criou a teoria de que as crenças tradicionais sobre os deuses (como nos escritos de Homero) originaram-se de adornos de lendas e tradições acerca dos *heróis*. Em outras palavras, os deuses seriam projeções de heróis humanos, glorificados. Os antigos apologistas cristãos, como Lactâncio (240-320 D.C.), aproveitaram-se dessa explicação para mostrarem a origem das religiões grega e romana, assim comparando-as desfavoravelmente com o cristianismo.

EULOGON

Esse é o nome do ensino de Arcesilas (vide) de que a *probabilidade* é o guia da vida. Seu sucessor, Filo de Larissa (que vede) desenvolveu um pouco mais a idéia. As datas de Arcesilas foram 315-241 A.C. Ele foi o cabeça da Academia Platônica, depois de Crates. Sua doutrina do *eulogon* inspirou-o a fazer cuidadosos exames das alternativas, quando era discutida qualquer questão, e então ele preferia o lado que oferecesse maior taxa de probabilidade. Naturalmente, ele foi um cético, ainda que moderado. O ceticismo (que vede) apega-se fortemente à doutrina das probabilidades, tal como o faz a ciência moderna.

EUMENES

No grego, «bem disposto». Foi um governante, mencionado em I Macabeus 8.8. Os romanos entregaram-lhe uma grossa fatia do território sírio para governar. Ele foi o mesmo Eumenes II (197-158 A.C.) que governou em Pérgamo, que ficava localizada entre dois tributários do rio Caico, na porção ocidental da Ásia Menor. Ajudou os romanos em sua guerra contra o monarca selêucida Antíoco III, o Grande, em cerca de 191 A.C. E em recompensa por seus bons serviços, obteve o poder de mando, nas áreas acima mencionadas.

EUNICE

No grego, «boa vitória». Esse foi o nome da mãe de Timóteo. A mãe dela era Lóide. Ver II Tim. 1:5 e Atos 16:1. Seu marido era gentio (Atos 16:1). Eunice, entretanto, era de uma família judaica tradicional. Lóide estivera esperando pelo aparecimento do Messias, tendo traçado o curso do destino futuro de Timóteo, por mostrar-se tão zelosa de suas tradições religiosas. Por isso mesmo, Paulo foi capaz de dizer que Timóteo, desde a infância, era conhecedor das Sagradas Letras (II Tim. 3:15) e que o mesmo tipo de fé estivera com sua avó, Lóide, e então com sua mãe, Eunice. A lição que disso se depreende é clara. As tradições de família, em questões religiosas, é algo importante, devendo ser ativamente promovidas. O profeta Baha Ullah afirmou que a pior coisa que um pai pode fazer, se for conhecedor da verdade religiosa, é deixar de ensiná-la a seus filhos. Não há que duvidar que grande é a responsabilidade dos pais, para com seus filhos, embora não seja esse o único fator da espiritualidade. Ver sobre a *Educação Cristã*.

Mui provavelmente, Eunice e Timóteo converteram-se ambos ao cristianismo pelos esforços de Paulo, em sua primeira viagem missionária, talvez em Listra (que vede). Paulo ficou impressionado diante da espiritualidade e zelo de Timóteo, e assim levou-o como evangelista. O trecho de II Timóteo 3:11 mostra-nos que Timóteo era testemunha das aflições e perseguições de Paulo, em Listra. Evidentemente, Timóteo tinha uma mãe notável, conforme tão freqüentemente acontece com homens de grandes realizações.

A fé aludida pelo apóstolo tanto era a judaica (no caso de Lóide) quanto era cristã (no caso de Eunice e Timóteo). A fé cristã é o desenvolvimento natural da fé judaica bem fundada nas Escrituras. Paulo não fez qualquer distinção entre uma e outra e nem seria necessário. Alguns intérpretes, entretanto, pensam que essa fé é apenas a fé cristã. É possível que Lóide ainda estivesse viva quando Paulo fez a sua primeira viagem missionária, e que também tivesse se convertido a Cristo, ante a pregação do apóstolo.

EUNOMIANISMO

A *cristologia* (que vede) sempre foi um ponto difícil para os teólogos. Têm sido necessários séculos de estudos para os homens chegarem às definições que, atualmente, são consideradas ortodoxas. Um dos sistemas que surgiu, mas que não perdurou por muito tempo, foi o de Eunômio, bispo de Cizizo (cerca de 395 D.C.). Ele foi um ariano extremado. Ele ensinava que a deidade é uma substância só (monoteísmo puro), sem distinções ou propriedades. Conseqüentemente, ele ensinava que o Filho é diferente (no grego, *anomoios*, origem do termo *anomoeanismo*) do Pai, quanto à substância, tendo sido gerado fora de sua natureza. Em seus escritos, Eunômio revela uma

mente anti-sacramentalista, antimística e antilógica.

EUNUCO

Descrição Geral

Eunuco. Um homem castrado. Grande número de autores antigos testifica sobre essa prática brutal, em várias regiões do mundo antigo. Josefo revela que as cortes de Herodes eram freqüentemente servidas por eunucos, e também é verdade que os reis de Judá e de Israel, copiando seus vizinhos pagãos, empregavam os serviços de eunucos, em seus haréns reais. (Ver II Reis 9:32 e Jer. 41:16). A lei de Moisés (ver Deut. 23:1) excluía os eunucos do culto público, provavelmente porque essa e outras práticas, que envolviam mutilações, eram praticadas no paganismo, como parte da reverência prestada aos deuses pagãos. O evangelho de Cristo, entretanto, rejeita a todos esses preconceitos e limitações, conforme fica bem ilustrado em Atos 8:27.

Heródoto menciona que os eunucos eram muito procurados nos países do Oriente, por serem pessoas dignas de confiança (*Her.* viii.105), e algumas vezes a própria palavra «eunuco» indicava um oficial, sem nenhuma vinculação com a castração. A história antiga mostra-nos que não era incomum confiarem-se elevados cargos aos eunucos, tal como o tesoureiro da rainha Candace.

Havia três tipos de eunucos, a saber: 1. aqueles que *nasceram* tais, por motivo de algum defeito congênito. Segundo o Talmude Babilônico dos judeus, esses eram chamados «eunucos desde que viram o sol», isto é, desde o momento do nascimento. 2. Os que se tornavam eunucos por terem sido *mutilados* pelos homens. 3. Os eunucos *espirituais*, isto é, aqueles que se negavam os prazeres sexuais visando propósitos espirituais, que podiam ser ou não castrados.

Orígenes, um dos primeiros pais da igreja cristã, castrou a si mesmo, literalmente, a fim de melhor poder servir ao reino de Deus. Outros devotavam todo seu tempo e energia a Deus, nada lhes restando para as funções naturais do corpo; estes com razão poderiam ser designados de *eunucos espirituais*. (Ver as palavras do Senhor Jesus quanto a essa questão, em Mat. 19:12). O judaísmo não teria encarado com aprovação esse terceiro tipo; e esse é um dos pontos onde o Senhor Jesus e o apóstolo Paulo se afastaram da doutrina judaica ordinária. (Ver as explanações de Paulo a respeito, no sétimo capítulo de sua primeira epístola aos Coríntios).

Em Mateus 19:12

Porque há eunucos que nasceram assim; e há eunucos que pelos homens foram feitos tais; e outros há que a si mesmos se fizeram eunucos por causa do reino dos céus. Quem pode aceitar isso, aceite-o.

Há eunucos de nascença. Evidentemente há aqui a tentativa de incluir todas as modalidades do eunuquismo. A palavra *eunuco* vem de dois termos gregos; «eune», que significa «cama», e «echo», que significa «ter». O eunuco era o homem que tinha a responsabilidade de proteger e de cuidar do dormitório do harém oriental. Eram emasculados para garantir o cumprimento do seu serviço sem problemas de impulsos sexuais. Falando sobre os eunucos e descrevendo todas as possibilidades do eunuquismo, Jesus descreveu três tipos, dois por razões físicas, e um por razões éticas:

1. *Eunucos de nascença*: homens que nascem com defeitos físicos (ou mentais) que os tornam incapazes das funções sexuais. Os judeus chamavam tais homens de «eunucos do sol», isto é, pessoas que nunca viram o sol exceto no estado de eunuquismo. (*T. Bab. Uebamot*, fol. 75:1.79.2; *Maimôn. Hilch. Ishot.* c.2., seção 14). Por diversas vezes também foram chamados de «eunucos pelas mãos dos céus», a fim de serem distinguidos dos eunucos feitos assim por operações feitas pelos homens (*T. Bab. Yebamot*, fol. 80:2).

2. *Eunucos feitos pelos homens*: aqui Jesus se refere aos emasculados por meio de intervenções *cirúrgicas*, e não «por nascimento». No tempo de Jesus, havia grande número dessas pessoas, especialmente aqueles que trabalhavam nos haréns orientais. Mas também se lê, na história antiga, muitos atos de barbaridade na forma de emasculação em tempos de guerra, como castigo contra os inimigos ou como atos de vingança. Alguns intérpretes, como Lange (*in loc.*), aplicam de forma espiritual ou moral essa segunda classe de eunucos, dizendo que a principal referência é aos homens que, por considerações sociais ou morais, se recusam a contrair matrimônio, como, por exemplo, para servirem melhor ao estado, ao governo ou à sociedade. Contudo, essa interpretação figurada não faz parte do significado do texto, e em geral é ignorada nos comentários.

3. *Eunucos por causa do reino dos céus*: há diversas interpretações acerca dessa terceira classe. a. Fala de pessoas casadas que agem como se não fossem, a fim de melhor servirem ao reino (ver Lange, *in loc.*). Os intérpretes negam ou ignoram essa possibilidade, pois de fato, é evidente que essa idéia nada tem a ver com o ensino de Jesus aqui. b. Compreende-se perfeitamente que a referência é aos homens que se *recusam* a contrair matrimônio para melhor servirem e adorarem ao Senhor. Essa recusa não implica no ato físico da castração, a despeito do fato de que, durante séculos, muitos homens têm feito isso por motivos religiosos; mas dizer tal é exagerar grandemente as implicações do texto. Lemos que Orígenes se castrou por ser extremamente *zeloso* em sua mocidade, e que foi subseqüentemente excomungado pela igreja de Alexandria por causa desse ato. Lemos na história eclesiástica que isso se tornou um problema tão grande (homens que se emasculavam) que foi mister que a igreja antiga se pronunciasse contra o ato (ver a obra de Schaff, *History of the Apostolic Church*, §112, págs. 448-454, e a obra de Lucius Waterman, *Post-Apostolic Age*, pág. 337). c. Outro exagero do texto tem sido a prática observada pelas ordens religiosas ou pelo sacerdócio da Igreja Católica Romana, ao transformar em *regra fixa* a necessidade do celibato, ao passo que Jesus deixou ao indivíduo o direito da livre escolha e indicou que poucos teriam capacidade para exercer o celibato com sucesso. Jesus jamais estabeleceu regra dessa natureza para os pregadores, e a história eclesiástica demonstra que a «regra» do celibato resultou de um processo prolongado, pelo que dificilmente tem base verdadeira neste texto de Mateus.

Entre aqueles que a si mesmos se fizeram eunucos «por causa do reino dos céus», temos João Batista, Jesus e Paulo (I Cor. 7:6,26), Barnabé (I Cor. 9:5,6) e, provavelmente, o apóstolo João, se é que podemos confiar na tradição da igreja grega, que o chamava de *o parthenos*, que é a expressão grega para «o virgem». É provável que essa interpretação possa incluir legitimamente os casos de pessoas que ficam solteiras depois da morte de um dos cônjuges.

«Por causa do reino dos céus», indica que as considerações acerca do serviço e da adoração a Deus são as mais importantes para tais pessoas. O texto não ensina que mediante o ato os indivíduos possam

merecer a admissão ao reino dos céus, conforme alguns têm ensinado, como disse Orígenes (*Ad regnum caelorum promeredum*). O mesmo declararam Hilário, Eutímio e Maldonado. O propósito do eunuquismo voluntário seria o de permitir ao indivíduo crente servir e adorar sem o tropeço dos obstáculos impostos pelo estado de casado. Paulo disse: «Quem não é casado cuida das cousas do Senhor, de como agradar ao Senhor» (I Cor. 7:32). E ainda: «Digo isto em favor dos vossos próprios interesses; não que eu pretenda enredar-vos, mas somente para o que é decoroso e vos facilite o consagrar-vos, desimpedidamente, ao Senhor» (I Cor. 7:35). Com relação ao casamento, Paulo declarou: «...tais pessoas sofrerão angústia na carne, e eu quisera poupar-vos» (I Cor. 7:28).

Quem é apto. Jesus enfatiza aqui o **eunuquismo voluntário**, que se alicerça no «dom» de Deus, na inclinação pessoal e na capacidade do indivíduo em começar a cumprir com êxito as exigências do celibato. O número dos homens capazes disso deve ser diminuto, especialmente quando o celibato é praticado por motivos religiosos e como expressão da vida espiritual. Jesus ensinou claramente que o número de tais pessoas seria pequeno, e a história da igreja demonstra exatamente isso. Para o indivíduo capaz, que recebeu tal habilidade da parte de Deus, e que tem alvos elevados para alcançar no seu serviço ao Senhor, o celibato seria um ato inteligente e louvável.

EUNUCO ETÍOPE

História de Filipe e do Eunuco Etíope: Atos 8:26-40.

Este episódio, que é vividamente relatado, faz-nos lembrar do estilo das narrativas dos livros de Samuel e de Reis. Contém certo número de paralelos com a história de Elias, segundo a encontramos nos trechos de I Reis 18:12 e II Reis 2:16,17, juntamente com alguns trechos do livro profético de Sofonias. Comparar o vs. 26 do oitavo capítulo de Atos com Sof. 2:4; o vs. 27 com Sof. 2:11,12 e 3:10; e o vs. 39 com Sof. 3:4. Alguns intérpretes, tendo observado essas similaridades, têm suposto que a história inteira foi fabricada, com base em reminiscências extraídas das páginas do A.T. Entretanto, isso é tanto um exagero quanto à semelhança entre as passagens envolvidas como também uma explicação inadequada sobre as coisas acontecidas e aqui narradas. Porém, ao narrar a sua história, o autor sagrado talvez tenha sido influenciado, em sua linguagem e expressões, pelo conhecimento que tinha desses trechos históricos do A.T., que esta narrativa reflete.

O episódio é uma extensão da história das atividades de Filipe em Samaria; contudo, não parece ser-nos apresentada como verdadeiro início da atividade dos ministros do evangelho, entre povos gentílicos puros. No entanto, forma um prelúdio para a apresentação da história sobre como o evangelho partiu de Jerusalém (Atos 1:7) para *Samaria* (Atos 8), e daí até os confins da terra (o restante do livro de Atos).

É perfeitamente possível que o *eunuco etíope* fosse um gentio puro; porém, sem dúvida, tornara-se prosélito do judaísmo e havia subido a Jerusalém com finalidades religiosas, estando familiarizado com o texto do A.T. (Ver Atos 8:30). *Eusébio*, o grande historiador da igreja cristã primitiva, refere-se ao eunuco etíope como o *primeiro indivíduo gentio a abraçar o cristianismo*. Isso é verdade, embora não encontramos aqui a introdução do ministério do evangelho aos povos pagãos, posto que o homem era judeu de religião, embora não de raça. Lucas, o autor do livro de Atos, evidentemente reputava o caso de Cornélio como o verdadeiro início da missão entre os gentios (ver o décimo capítulo do livro de Atos). Porém, não podemos perder de vista a ilustração do texto, sobre como o evangelho estava agora atingindo áreas distantes de Jerusalém, sendo assim gradualmente cumpridas as exigências e os itens da Grande Comissão—que os discípulos seriam suas testemunhas em Jerusalém, em Samaria, e até os confins da terra. (Atos 1:8). A conversão do etíope é significativa como grande evento dentro do desenvolvimento e expansão da igreja cristã e do evangelho. Ver o artigo sobre *Eunuco*.

EUPATOR

No grego, «pai nobre». um sobrenome dado ao rei selêucida Antíoco V (163-162 A.C.). Quando ainda menino, ele sucedeu a seu pai no trono, o infame Antíoco IV Epifânio (que vede). Estabeleceu a paz com os judeus, durante o período dos Macabeus; mas foi traído e assassinado, em 162 A.C. Ver o artigo geral sobre os reis selêucidas.

EUPOLEMO

No grego, «habilidoso na guerra». Era esse o nome de João, filho de Acôs, um dos enviados a Roma por Judas Macabeu, em cerca de 161 A.C. (I Macabeus 8:17; II Macabeus 4:11; Josefo, *Anti.* 12.10,6). O propósito dessa embaixada era garantir a paz com Roma e esse propósito foi conseguido.

EUQUITAS

Um nome alternativo da seita religiosa também conhecida por messalianos, o «povo que orava». Epifânio (337-361 D.C.) informa-nos que eles formavam uma seita mística, na Síria e na Mesopotâmia, que praticava estranhas formas de exorcismo (que vede). Eles tinham práticas místicas semelhantes àquelas das seitas místicas islâmicas. Foram atacados por Flaviano de Antioquia e também por ocasião do Concílio de Side. Teodoreto (que vede) chamava-os de *entusiastas*.

Nos séculos X e XI D.C., uma seita similar e com o mesmo nome, apareceu posto que de mistura com elementos maniqueus.

EURITO DE CRÓTONA

Ele foi discípulo de Pitágoras (vide), no século VI A.C. Tornou-se conhecido somente por causa de sua prática peculiar de dar número às criaturas. Ele usava pedregulhos para esboçar o formato dos animais e então contava os pedregulhos. Os pitagoreanos supunham que todas as coisas têm seus números apropriados (uma antiga forma de numerologia). Eurito, pois, usava esse método singelo para tentar determinar esse número. Pitágoras pensava que, de alguma forma, a compreensão da natureza jaz na matemática.

EUROCLIDÃO

No grego, «onda do Oriente». Nome dado, em alguns manuscritos gregos posteriores e em algumas versões, para o tufão de vento que, no golfo Adriático, assediou o navio no qual Paulo viajava, ao sul das costas da ilha de Creta. Esse vendaval provocou a

tempestade que fez aquele navio naufragar diante da ilha de Malta. Até mesmo nos dias modernos, o testemunho dos marinheiros confirma a narrativa bíblica quanto a esse fenômeno. Uma variante grega diz «vento nordeste», aludindo ao mesmo tufão, em Atos 27:14. No grego, isso é *uerokulon*, que é a base da palavra portuguesa que aparece em nossa versão, «Euro-aquilão». Essa palavra é a combinação do termo grego *euros* (vento oriental) com o termo latino *aquilo* (vento norte), resultando em vento nordeste. Isso ajusta-se perfeitamente à situação local da costa sul da ilha de Creta, onde uma brisa sul com freqüência cede lugar a um vendaval que sopra do nordeste.

EUSÉBIO DA NICOMÉDIA

Foi um líder e bispo ariano, que morreu em cerca de 342 D.C. Era discípulo de Ário (que vede). Serviu como bispo de Berito (moderna Beirute, no Líbano); mas, em 318 D.C. foi nomeado bispo da Nicomédia, onde residia o imperador oriental, Licínio. Defendia o *arianismo* (que vede), tendo sido seu principal advogado quando do concílio de Nicéia, de 325 D.C. Ário, sendo apenas um presbítero, não podia freqüentar pessoalmente o concílio, a fim de defender os seus pontos de vista.

O arianismo ensinava que Cristo foi o primeiro e mais elevado dos seres *criados*, o que significa que ele **não seria co-eterno e nem igual** ao Pai. A vasta maioria dos membros do concílio condenou tal posição e com toda a razão. Ver o artigo sobre *Cristologia*. Eusébio assinou o credo daí resultante, embora recusando-se a condenar Ário, pelo que também foi exilado juntamente com ele. Entretanto, a viúva de Licínio, Constância, usou a sua influência pessoal para fazer Eusébio da Nicomédia reconquistar sua posição eclesiástica, em 327 D.C. E então, ele mesmo chamou de volta a Ário. Continuou fazendo oposição à formula nicena, tendo obtido o apoio de muitos. Teve a distinção de ter batizado Constantino, no seu leito de morte. Tornou-se bispo de Constantinopla, em 339 D.C. O arianismo continuou ganhando terreno, até que foi, finalmente, derrotado, quando do concílio de Constantinopla, em 381 D.C., onde o Credo Niceno triunfou totalmente.

EUSÉBIO DE CESARÉIA

Suas datas foram 263-340 D.C. Eusébio foi homem de grandes virtudes, tendo sido o segundo grande historiador eclesiástico, depois de Lucas, além de haver sido um erudito eminente, um apologista cristão, um influente estadista eclesiástico e, acima de tudo, bispo de Cesaréia, cabeça da Judéia, por um quarto de século. Seu pai espiritual foi Panfílio, o sábio presbítero de Cesaréia. A influência de Orígenes era forte em Cesaréia, tendo sido apenas natural que Eusébio tivesse sido treinado dentro dessa linha teológica. Panfílio restaurou uma grande biblioteca em Cesaréia, pelo que também Eusébio dispunha de fontes informativas para nelas basear os seus escritos. Sua *História Eclesiástica* levou os registros históricos da Igreja até 323 D.C. Além disso, ele escreveu uma *Crônica* da história universal, que incluía uma tentativa cronológica, com uma lista de datas. Uma edição definitiva de sua *História Eclesiástica* apareceu em 325 D.C., preservando valiosas informações, grande parte das quais com base em fontes informativas não mais existentes. Essa obra com razão conquistou para ele o título de Pai da História Eclesiástica. Ele também foi o autor de obras polêmicas contra as heresias da época, incluindo aquelas intituladas, em latim, *Praeparatio Evangelica; Demonstratio Evangelica* e *Contra Hieracleum*. A última dessas três obras era contra Apolônio de Tiana, que alguns exaltavam como se fosse maior do que Jesus Cristo.

Eusébio fugiu para Tiro, durante a perseguição movida pelo imperador Diocleciano, mas voltou a Cesaréia e tornou-se bispo dali, nos anos 313 ou 315 D.C. Em 326 D.C. ele publicou uma enciclopédia em quatro volumes. Um dos quatro volumes recebeu o título de *Onomasticon*, a única porção dessa obra que ainda resta. Conta com cerca de seiscentos nomes de cidades, rios, lugares, etc., tanto do Antigo Testamento quanto dos quatro evangelhos. Portanto, Eusébio também foi o pai dos dicionários e enciclopédias bíblicos. Jerônimo corrigiu e acrescentou detalhes a essa obra. Agostinho louvou-a, emitindo a esperança de que outros dessem prosseguimento a esse tipo de esforço literário. Ver o artigo geral sobre *Dicionários e Enciclopédias da Bíblia*.

Origenista como era e tendo participado da controvérsia ariana, Eusébio até hoje permanece uma figura um tanto enigmática. Os historiadores continuam indagando qual, exatamente, foi o papel de Eusébio, quando da controvérsia ariana. Mas, pelo menos, é certo que Eusébio foi um origenista da segunda geração, bem como um impávido advogado da teologia do Logos. Mostrou-se simpático para com Ário, quando disputava com o bispo de Alexandria e ficou embaraçado diante da recensão final de seu credo cesareano, adotado no concílio de Nicéia. Posteriormente, **— Eusébio bandeou-se** ativamente para o partido de Ário contra Eustácio, Atanásio e Marcelo. Alguns estudiosos supõem que ele não entendeu corretamente as implicações da posição ariana. Depois que o credo ariano foi repudiado pelo concílio de Nicéia, Eusébio apresentou o chamado credo de Cesaréia, que se mostrou indeciso quanto ao principal ponto de controvérsia. O partido alexandrino conseguiu incorporar o ponto de Atanásio, que dizia que Cristo foi *gerado*, mas não feito (não era um ser criado). Ver os artigos sobre o *Arianismo* e sobre a *Geração Eterna de Cristo*. Em Nicéia, de acordo com esse item teológico, o Filho fora declarado da mesma substância que o Pai (*homoousion*). Isso produziu o credo niceno. Ver o artigo sobre os *Credos*. Ver também o artigo sobre *Cristologia*, quanto a uma visão dos intrincados detalhes contidos nessas antigas disputas. Eusébio acabou aceitando o credo Niceno, tendo cedido diante das exigências da Igreja, e também porque Constantino esperava que, através dessa declaração oficial, a unidade pudesse ser conseguida em uma Igreja dividida. Porém a carta que Eusébio enviou às outras figuras da Igreja mostra-nos que ele não se sentia satisfeito diante do credo Niceno, oferecendo alguma resistência ao mesmo. Em outras palavras, ele tomou uma posição prática, tendo em vista a Igreja Universal, mas com a qual ele realmente não concordava, quanto às suas próprias crenças doutrinárias. Depois disso, Eusébio continuou a escrever, a ensinar e a dirigir as questões eclesiásticas. (AM BR E SCH)

EUSÉBIO DE DORILEUM

Ele foi um teólogo grego, cuja morte ocorreu em cerca de 452 D.C. Foi erudito e mestre em Constantinopla, tendo feito oposição ao seu patriarca, Nestório, em sua obra intitulada *Contestatio* (de todos os seus escritos, o único que resta). Na qualidade de bispo de Dorileum, na Frígia, ele acusou Êutico, o

abade do mosteiro de Constantinopla (um monofisista declarado) de heresia. Por esse motivo, Eusébio de Dorileum foi condenado pelo chamado Concílio dos Ladrões, efetuado em Éfeso, em 449 D.C. Ver sobre *Éfeso, Sínodo dos Ladrões*. Foi restaurado à sua sede pelo concílio de Calcedônia (451 D.C.), que condenou o *monofisismo*. Esse ensino dizia que Cristo tinha apenas uma natureza, a divina, pelo que não teria sido um verdadeiro ser humano. Ver sobre a *Cristologia*, quanto às muitas doutrinas que circundam a pessoa de Cristo.

EUSÉBIO DE EMESSA

Foi teólogo e autor. Nasceu em Edessa (moderna Urfa, na Turquia), em cerca de 295 D.C. Foi aluno de Eusébio de Cesaréia (que vede). Declinou a sé de Alexandria por sentir que Atanásio era quem deveria ocupá-la com todos os direitos. Mas tornou-se bispo de Emessa, em cerca de 339 D.C. Foi um famoso exegeta e expositor da teologia antinicena (que vede).

EUSÉBIO DE LAODICÉIA

Foi diácono em Alexandria, durante o episcopado de Dionísio (247-264 D.C.). Tornou-se conhecido por haver arriscado a própria vida, durante uma praga, quando cuidava dos enfermos, sem pensar no perigo que isso representava. Fez parte do concílio que se opôs a Paulo de Samosata, bispo de Antioquia, o qual negava a divindade de Cristo. Finalmente, tornou-se bispo de Laodicéia, em 263 D.C.

••• ••• •••

EU SOU DE DEUS

Esboço:

I. Sentidos Envolvidos Nesse Nome
II. Arcabouço Veterotestamentário
III. O Original Hebraico Envolvido
IV. Para Uso em Tempos de Crise
V. Jesus Tomou para Si esse Nome
VI. O Eu sou de Deus é o Eu Sou do Homem

I. Sentidos Envolvidos Nesse Nome

O pronome pessoal «eu», quando usado acerca de Deus, fazendo o texto falar na primeira (e divina) pessoa, adiciona dignidade e poder ao texto. Devemos supor que, quando ocorre tal uso, que o profeta envolvido estava recebendo alguma revelação direta, no tocante a questões importantes. Para exemplificar, ver Sal. 131:10. O poder de Deus é enfatizado em Gênesis 17:1. Em Êxodo 3:14 encontramos o nome divino «Eu Sou», onde se destacam a **auto-existência** e a sua imutabilidade. Jesus empregou esse título como um de seus próprios nomes, sendo o mais corajoso uso do nome, em todo o Novo Testamento. Ver o artigo *Eu Sou de Jesus*.

Deus é aquele que existe sem qualquer causa, porquanto é **autocausado e auto-sustentado**. Os filósofos se referem à vida de Deus como necessária e independente. Deus não pode deixar de existir; e também não depende de qualquer outro ser, a fim de continuar existindo. Por ocasião da redenção, a alma humana recebe esse tipo de vida. Ver João 5:25,26.

O Pai tem «vida em si mesmo». Esse tipo de vida ele conferiu ao Filho, embora reduzido ao nível humano (Jesus Cristo), por ser ele o administrador da vida. E o Filho de Deus, por sua vez, dá dessa vida aos filhos que estão sendo transformados à imagem de Cristo (Rom. 8:29).

Atanásio e os pais alexandrinos da Igreja fizeram a cristologia ser ligada intimamente à soteriologia. Cristo é a imagem de Deus, demonstrando a divindade do Pai. E os remidos, que compartilham da imagem de Cristo, necessariamente chegarão a compartilhar da plenitude da sua natureza divina (II Ped. 1:4), mediante o poder transformador do Espírito Santo (II Cor. 3:18). Dessa forma é que os remidos chegarão a participar da plenitude de Deus, em sua natureza e em seus atributos. Isso envolve um processo finito, mas eternamente crescente. Ver Efé. 3:19. A plenitude de Deus reside em Cristo, o Logos, e daí é transferida para aqueles a quem ele redime (Col. 2:9,10). Com base em todas essas considerações, pois, podemos observar que o título divino, «Eu Sou», também é um nome ligado à redenção, porquanto esse *Eu Sou* torna-se real para o homem, em sua própria natureza metafísica. Desse modo, o homem remido passa a compartilhar da vida necessária e independente de Deus. Nisso consiste a verdadeira imortalidade, que é privilégio exclusivo de Deus, e que envolve muito mais do que existir para todo o sempre.

II. Arcabouço Veterotestamentário

Moisés tinha uma difícil tarefa a realizar. Ele precisava liderar um povo que, facilmente, se rebelava e que exigia provas das credenciais de Moisés. Era mister que ele tivesse algo com que pudesse convencer o povo de que Deus o havia autorizado a tirar Israel da escravidão no Egito (ver Êxo. 3:13). Assim, o grande nome divino, «Eu Sou», foi-lhe revelado diante da sarça ardente, o que passou a ser a autorização divina de que Moisés precisava.

A sarça queimava e queimava, mas sem se consumir. Isso sugeria, simbolicamente, a eternidade da natureza de Deus. Quando Deus disse: «Eu Sou», e então «Eu Sou o que Sou», ele quis dar a entender que eram removidas todas as barreiras do tempo, passado ou futuro, como elementos capazes de restringi-lo. Dessa forma, a história de Israel, que ocorria dentro do tempo, passou a ser dirigida por forças que existem fora do tempo. Deus, como governador do tempo, mas que vive fora do tempo, é Alguém em quem se poderia confiar, de que faria por Israel aquilo que seu destino requeria. O título divino «Eu Sou» identificava Deus com o povo de Israel de uma maneira independente do tempo. Coisa alguma, do passado, do presente ou do futuro pode cortar essa identificação. As palavras de Êxo. 3:15: «...assim serei lembrado de geração em geração...» estão ligadas ao nome «Eu Sou», de Deus. Deus havia abençoado aos progenitores do povo de Israel. Israel fora levado para o cativeiro, no Egito; mas isso em nada anulara o poder de Deus. A história de Israel tem exibido claramente a fidelidade do Senhor ao seu povo terreno. As promessas feitas aos patriarcas antigos jamais falharão. O nome eterno de Deus, «Eu Sou», serve de garantia disso.

III. O Original Hebraico Envolvido

Esse nome divino, em hebraico, é **'ehyeh**, que alguns estudiosos supõem que signifique «sou o que

sou», ao passo que outros pensam em «serei o que serei». Ambas as traduções dão um bom sentido. O que Deus *fora* para Israel era uma questão de registro histórico. O que ele *foi*, continuaria *sendo* para sempre, ficando assim ressaltados tanto o presente quanto o futuro. Declarou o salmista: «Elevo os olhos para os montes: de onde me virá o socorro? O meu socorro vem do Senhor, que fez o céu e a terra» (Sal. 121:1,2). As colinas são chamadas de «eternas». Elas continuam as mesmas, enquanto se passam muitas gerações em sucessão. Mas, o Senhor Deus é o criador das colinas eternas, sendo ele a expressão mesma da eternidade. Dele é que nos vem um socorro seguro. De eternidade em eternidade, ele é Deus (Sal. 90:2).

Yahweh. Esse é o mais distintivo nome de Deus no Antigo Testamento, usado por inúmeras vezes. Vem da mesma raiz que o «Eu Sou» de Êxo. 3:14. Seu uso subentende que Deus entrou em relação de pacto com Israel, a quem ele sempre mostrar-se-á leal, porquanto ele garante o cumprimento desse pacto, por ser ele o próprio Deus. A experiência nos ensina que quando os homens estabelecem acordo, não demora muito para esses acordos serem quebrados. Os governos entram em alianças; mas, quando as circunstâncias e os interesses pessoais mudam, os pactos são quebrados, violados e esquecidos. Porém, a fidelidade de Deus, e o fato de que ele vive fora do tempo garantem que os pactos estabelecidos entre Deus e os homens perdurem. Ver o artigo separado sobre os *Pactos*.

IV. Para Uso em Tempos de Crise

É fácil alguém ter fé em meio à abundância e ao sucesso. Porém, quando essas coisas nos faltam, então a nossa fé pode oscilar. Israel esteve na Palestina, na época patriarcal; mas eis que sobreveio um golpe de má sorte, que se manifestou sob a forma de seca e fome, e Israel foi forçado a entrar no Egito. Esse foi o seu primeiro cativeiro. Com a passagem dos séculos, o povo de Israel passou por severo período de sofrimento no Egito. Não obstante, Deus estava presente, e o primeiro milagre de sua presença foi a preservação da identidade de Israel. É um fato admirável que em todos os cativeiros de Israel, como o assírio e o babilônico, a identidade de Israel tenha sido preservada. Um milagre que já perdura por mais de dezoito séculos é o fato de que Israel, dispersa como nação entre as nações gentílicas no começo do século II D.C., tem sido capaz de manter sua identidade até hoje, tendo começado a retornar à sua própria terra em nossos próprios dias. Assim, tribulações aparecem de vez em quando, atingindo este ou aquele povo e indivíduos; mas Deus nunca se esqueceu de seu povo. Podemos ter a certeza de que ele endireitará todas as coisas para seu povo de Israel e para nós, que nele confiamos, e somos seu povo espiritual. Até mesmo quando nos desesperamos, Deus se faz presente e continua cuidando de nós. Os processos históricos podem precisar de muito tempo para se desenrolar. O elemento tempo está nas mãos de Deus. Mas, sendo fiel aos seus eternos propósitos, ele age chegado o tempo certo, e restaura.

V. Jesus Tomou para Si esse Nome

Ver o artigo chamado **Eu Sou de Jesus**. Um dos usos mais ousados do Novo Testamento foi aquele em que Jesus aplicou a si mesmo o título divino de «Eu Sou», conforme se vê em João 8:58. Esse nome não somente nos ensina a sua identificação com Deus Pai, e a sua participação na natureza divina plena, mas também subentende a sua identificação conosco; pois, assim como o «Eu Sou» do Antigo Testamento garantiu a permanência de Israel, com sua presença eterna e protetora, assim também o «Eu Sou» do Novo Testamento serve de garantia para o seu povo crente.

Os líderes judeus, embora cativos nos seus pecados e na sua rebelião, ainda assim apelavam para Abraão como seu pai espiritual, e se ufanavam nessa identificação. E chegavam a pensar que isso lhes garantia a salvação eterna. Jesus, porém, asseverou ousadamente que ele já existia antes de Abraão, porquanto era o «Eu Sou» do Antigo Testamento. Isso só poderia mesmo ser compreendido como a mais desabrida forma de blasfêmia, pelos seus primeiros ouvintes. Todavia, as heresias têm uma maneira toda especial de se tornarem novas ortodoxias, e foi precisamente isso que aconteceu a Jesus e às suas reivindicações. Ver o artigo sobre a *Divindade de Cristo*. A divindade de Cristo tornou-se a pedra angular para a nossa compreensão da encarnação. Mas também é a pedra angular do nosso entendimento sobre a mensagem da redenção, e o que essa mensagem tenciona realizar. É isso que temos comentado no primeiro ponto, acima.

Assim como o nome «Eu Sou» se refere à verdadeira imortalidade, em contraste com o tempo e as suas vicissitudes, assim também a nossa união com o «Eu Sou», Jesus Cristo, garante a nossa mais autêntica imortalidade. Ver os artigos intitulados *Imortalidade* e *Divindade, Participação do Homem na*.

«Eu Sou» é um dos nomes divinos. Temos provido um artigo que trata sobre todos esses títulos divinos. Ver *Deus, Nomes Bíblicos*. Em relação ao presente artigo, a discussão sobre a seção III.8, sobre *Yahweh*, é a que se reveste de maior interesse.

VI. O Eu Sou de Deus é o Eu Sou do Homem

Como poderemos saber que quando Deus declara o seu *Eu Sou* isso é, ao mesmo tempo, o poder que o homem tem para também dizer «eu sou»? Isso pode ser respondido de várias maneiras:

1. *Deus*, Aquele que é eternamente, *existente*, concede *vida ao homem*. A vida é uma dádiva divina. Essa vida tanto pode ser biológica quanto espiritual. Deus é dotado de um tipo de vida que é necessário e independente. Mas a vida humana é contingente (pode não existir) e dependente (o homem só pode continuar vivendo mediante a vontade e o poder de Deus). No entanto, ao ser remido pelo sangue de Cristo, o indivíduo passa a compartilhar da vida *necessária* de Deus (vida que não pode não existir), a qual também é independente — a verdadeira imortalidade — e tudo pela graça de Deus. É nesse ponto que o homem deixa de ser perene para tornar-se «eterno». Por enquanto, o *tipo de vida* que Deus tem manifesta-se somente ao nível do espírito dos homens remidos; mas, quando da ressurreição, a «vida eterna» envolverá até mesmo o corpo do crente (ver I João 3:1,2). Dessa forma, os remidos haverão de compartilhar plenamente do *tipo de vida divina*. E, visto que Deus diz *Eu Sou*, o remido também pode dizer «eu sou».

2. *Vida Teleológica*. Da mesma maneira que Deus é o planejador de todas as coisas, assim também os seus

desígnios cumprem-se nos homens. Ele determinou para o homem um grande propósito para a nossa existência.

Sentimos que nada somos, pois tudo é Tu e em Ti;
Sentimos que algo somos, isso também vem de Ti;
Sabemos que nada somos, mas Tu nos ajudas a ser algo.
Bendito seja o Teu nome — Aleluia!
(Alfred Lord Tennyson, *The Human Cry*).

3. *O Poder da Vontade.* O homem foi criado à imagem de Deus. Mas a queda no pecado afastou o homem da Mente Divina. Não obstante, o próprio fato de que o homem foi criado à imagem divina significa que ele ainda possui uma vontade que pode ser criativa, e não escrava do tempo e das circunstâncias. É com base nessa vontade que o homem é moralmente responsável. Ver sobre o *Livre-Arbítrio.*

4. *O Eu Sou Cristológico e o Eu Sou Antropológico.* O homem é capaz de dizer «eu sou» porque pode tornar-se filho de Deus, com a mesma natureza do Filho de Deus. Ele pode vir a compartilhar da imagem e natureza do Filho (ver Rom. 8:29), da plenitude divina (ver Efé. 3:19) e da própria natureza divina (ver II Ped. 1:4).

5. *A Fórmula Soteriológica.* Deus, o Eu Sou; Jesus, o Filho, o Eu Sou; os filhos remidos de Deus, o Eu Sou humano. Isso constitui a família divina. Ver sobre *Eu Sou de Jesus.*

EU SOU DE JESUS

João 8:58: *Respondeu-lhes Jesus: Em verdade, em verdade vos digo que antes que Abraão existisse, eu sou.*

Eis uma das mais *notáveis declarações* do evangelho de João, no que concerne à natureza de Cristo. Tal como outros profundos conceitos espirituais, esta declaração é prefaciada pela solene fórmula «Em verdade, em verdade...» a qual tem por intenção mostrar que a declaração é importantíssima, pelo que também precisa ser acuradamente observada, ficando destacados os elementos de sua veracidade, de sua importância e de sua validade.

Antes que Abraão existisse. Essa declaração pode ter um destes sentidos: 1. antes do nascimento de Abraão; ou 2. a existência de Abraão em qualquer estado. Muitos teólogos modernos, muitos estudiosos entre os judeus antigos e alguns dos pais da igreja, como Orígenes, Justino Mártir e Clemente, defenderam a idéia da preexistência da alma, o que também é uma doutrina platônica. Nas Escrituras não somos informados quando a alma humana (de cada pessoa) se origina, pelo que não podemos adiantar asseverações baseadas nessa revelação. Por isso mesmo muitas idéias têm aparecido quanto à origem da alma humana. Alguns têm suposto que Deus cria uma nova alma quando uma criança é concebida (doutrina essa chamada *criacionismo*); outros acreditam que o pai e a mãe da criança, na geração natural, produzem um ser já dotado de alma, porquanto a alma faria parte integrante da potencialidade humana, que não requer qualquer ato direto de Deus (doutrina denominada *traducionismo*). Outros, ainda, asseveram que a alma é *preexistente.* Sem entrar numa discussão sobre a origem das almas humanas (inclusive Abraão), o texto ensino que Cristo já *existia* antes do nascimento de Abraão, porquanto, já estava vivo quando este nasceu. Se considerarmos que Abraão, como *um espírito*, existiu em um estado preencarnado, então mesmo assim Cristo já existia antes disso.

Por conseguinte, encontramos aqui o *contraste da criatura com o Criador.* O criador é eterno, antecedendo ao nascimento de qualquer indivíduo ou da criação de qualquer alma preencarnada, porquanto ele é o criador de toda e qualquer vida, sem importar o seu modo particular de começo. E posto que temos aqui o contraste entre a criatura e o criador, também encontramos aqui, inerentemente, o contraste entre o que é temporal e o que é eterno. O *Logos-Criador-Cristo* é eterno, mas o ser criado (*Abraão*) é temporal. Dessa maneira fica demonstrada uma vez mais a grandeza de Cristo, a saber, quão superior ele é a Abraão — Jesus é superior a Abraão, na mesma escala em que Deus é maior do que o homem.

A pessoa de Cristo, portanto é «o *princípio impulsionador* e o centro de todas as eras». (Lange, *in loc.*). Na qualidade de «Logos», eterno, ele já existia antes de Abraão. Também antecedeu a Abraão na qualidade de homem divino humano, nos planos de Deus, embora ainda não houvesse assumido essa forma, nos dias de Abraão. (Ver o artigo sobre a *encarnação*). Não obstante, o potencial e o destino de seu ser incluiam essa missão e essa forma de existência, um ser de origem eterna na mente de Deus e em sua potencialidade—porém, até mesmo nesse sentido Cristo antecedeu a Abraão, tanto temporalmente quanto à importância de sua personalidade.

Se a doutrina da preexistência da alma humana tem razão, então Jesus, o homem, como todos os homens, seria preexistente e não somente o Logos, o *princípio divino*, com qual sua parte humana, na encarnação, realizou uma fusão. A idéia do *criacionismo* nos envolve em grandes dificuldades teológicas, especialmente aquela refletida na pergunta: Pode ser que Deus crie uma alma pecaminosa, cada vez que ele cria uma alma nova? As Escrituras ensinam que as almas já vêm corruptas, e isto não acontece meramente pela influência do ambiente. O *traducionismo* nos envolve em grandes mistérios em relação à procriação. Talvez, a preexistência da alma, como conceito, nos envolva em menos dificuldades, embora não seja livre de objeções. A reencarnação, não é necessariamente uma parte do conceito. Entidades de grande antiguidade não necessariamente, têm existido na terra mais do que uma vez. Mas a reencarnação é uma idéia viável para explicar alguns fatos da realidade.

«Esta passagem ensina em termos claríssimos a preexistência essencial e pessoal de Cristo, antes de Abraão; em outras palavras, antes do mundo (João 17:5) e antes do tempo (João 1:1), tempo esse criado juntamente com o mundo, o que implica na eternidade de Cristo e, conseqüentemente, em sua deidade, porquanto só Deus é eterno» (Philip Schaff, *in loc.*, no Lange's Commentary). (As implicações dessa declaração bíblica são elaboradas nas notas relativas ao trecho de João 1:1 no NTI).

Não podemos deixar de observar, por semelhante modo, o termo especial aqui empregado, isto é, *Eu sou*, o que é uma referência óbvia à passagem de Êxo. 4:14, onde Deus assevera: «Eu sou o que sou... 'Eu sou' me enviou a vós outros». Nesses termos falou o verdadeiro Deus de Israel, ao enviar Moisés para falar com o Faraó, ordenando-lhe que libertasse o povo de Israel da escravidão.

Elementos do Eu Sou de Jesus

1. Implica a divindade e eternidade de Cristo (Ver o artigo sobre a *Divindade de Cristo*). (Ver Heb. 1:3).

2. Declara a singularidade do Filho e sua dignidade.

3. Prova sua missão messiânica.

4. Prova sua união perfeita com o Pai, e implica na doutrina da trindade

Diversas *interpretações racionalistas* têm sido apresentadas, com o propósito de eliminar as idéias de uma preexistência real de Cristo, bem como de sua divindade; e isso fazem afirmando que essa existência de Cristo antes de Abraão não foi na forma de uma manifestação pessoal qualquer, e, sim, dentro do plano e da mente de Deus, meramente na predestinação divina. Por semelhante modo, os rabinos judeus se ufanavam de que Israel e suas leis já existiam antes do mundo, na mente de Deus. Porém, apesar de que essa interpretação encerra certa verdade, especialmente no que diz respeito ao estado da encarnação de Cristo, fica bem aquém do sentido total aqui colimado, especialmente neste caso em que Jesus (ver João 8:59) nos deixa entrever que eles compreenderam que em suas palavras estava envolvido muito mais do que alguma mera visão de predestinação.

«Antes que Abraão existisse, eu sou, eternamente existente. Não ocorre nas Escrituras nenhuma outra afirmação tão incisiva sobre a preexistência...» (Marcus Dods, *in loc.*). A preexistência de Cristo *aponta* para (embora não prove) a sua eternidade, e a eternidade de Cristo aponta para a sua divindade. Ora, tudo isso concorda plenamente com a mensagem do trecho de João 1:1.

EU SOU DO HOMEM

Ver **Eu Sou de Deus**, seção VI.

EUTANÁSIA

Essa palavra vem de dois termos gregos, **eu**, «boa» ou «fácil» e **thánatos**, «morte», resultando em «morte boa». Refere-se à prática de tirar a vida a uma pessoa, de modo misericordioso (sem importar o meio empregado), para livrar tal pessoa de seus constantes sofrimentos. Geralmente ocorre nos casos em que o paciente sofre de intensas dores, devido a alguma doença incurável que, inevitavelmente, o levará à morte. Diante de tão grande sofrimento, tanto do paciente quanto de seus parentes, que a tudo assistem sem nada poderem fazer, o paciente é morto.

Os problemas morais e legais que isso cria continuam sendo discutidos, não parecendo que se consiga chegar a um acordo sobre a questão, pelo menos para breve. Alguns teólogos rígidos consideram que a eutanásia é uma violação do sexto mandamento da lei mosaica: *Não matarás*. E, se o próprio paciente consente com o ato, é acusado de suicídio, uma outra maneira de violar esse sexto mandamento.

A eutanásia passiva, na opinião da maioria, é uma medida moralmente aceitável. Essa forma de eutanásia consiste no desligamento de máquinas e aparelhos, capazes de manter artificialmente a vida do paciente, sem os quais este morreria. A aplicação de drogas que aliviem as dores é uma prática universalmente aceita. Porém, há casos em que nenhuma droga surte efeitos, além de outras que vão gradualmente perdendo o seu efeito aliviador.

A eutanásia ativa é a interrupção deliberada da vida biológica, de alguma maneira e não o mero desligamento de aparelhos médicos. Alguns vêem um texto de prova contra essa prática no relato sobre Jó, o qual, embora estivesse sofrendo muito, recusou-se *a amaldiçoar a Deus e a morrer*. Pessoalmente, porém, não penso que sejamos capazes de solucionar o problema mediante o emprego de textos de prova. Quando minha mãe, uma mulher inteligente, sofria intensamente por motivo de câncer, e isso pelo espaço de quatro anos e meio, antes dela finalmente falecer, discutimos os dois a questão da eutanásia. Um amigo dela, pastor evangélico e professor de seminário, escreveu-lhe uma carta dizendo que se ele apanhasse câncer, desapareceria no mar. (Ele gostava de velejar). Mas eu mesmo disse à minha mãe que tudo quanto eu aprendera sobre o suicídio mostrava-me que o suicídio pode ser um erro sério, podendo complicar consideravelmente a condição da alma após a morte. Não sei até que ponto meu argumento impediu-a de tirar a própria vida; mas, em momentos de alucinação mental, ela me dizia que tinha algum veneno na bolsa, e que haveria de usá-lo na primeira oportunidade que se deparasse. — Felizmente, a morte finalmente a libertou e ela morreu como não suicida. Todavia, não sei dizer se aquilo que sei a respeito e que outros sabem, seja, realmente, a solução para esse complicado problema.

Talvez um bom caso em favor da eutanásia seja aquele em que há um fiapo de vida, inútil, entre grandes padecimentos, quando não há qualquer esperança de cura; quando só se pode esperar ainda maiores sofrimentos, e, finalmente, a morte. Alguns mestres espirituais afirmam que há casos permissíveis. Para exemplificar, um militar que tenha alguma preciosa informação a dar, a qual lhe pode ser extraída mediante tortura, teria o direito de suicidar-se, a fim de evitar tanto as dores como o desvendamento das informações que tanto podem prejudicar ao seu país. Outros líderes espirituais também argumentam que uma pessoa qualquer, afligida por alguma doença incurável, que produza intenso sofrimento, pode tirar a própria vida; ou então que o pessoal médico, com o seu consentimento, pode fazer isso, sem ninguém incorrer em qualquer culpa. Contra isso tem-se argumentado que se essa prática fosse legalizada, daí resultariam muitos homicídios. Não há dúvidas que assim sucederia; mas os homens matam-se uns aos outros de qualquer maneira e tudo ilegalmente. No entanto, a eutanásia é capaz de aliviar muito sofrimento humano.

Também tem sido argumentado que os sofrimentos podem ter um efeito purificador sobre a alma que está prestes a partir deste mundo, o que lhe seria benéfico, por conseguinte. Mas há casos em que devemos indagar se esse sofrimento vale a pena, mesmo que produza algum benefício para a alma. Pelo menos, uma coisa que poderia ser feita para aliviar tanto sofrimento como o uso mais generalizado de drogas, sob controle médico, mais no começo da enfermidade dolorosa. Essas drogas, com freqüência, exercem um efeito debilitador, apressando a morte, pelo que são uma forma moderada de eutanásia.

Um Ponto Geralmente Esquecido. Penso que há um ponto que foi olvidado em toda essa discussão. Aqueles que se opõem à eutanásia a todo custo e com bases dogmáticas, parecem valorizar a vida física debilitada demasiadamente. É possível exagerar o valor da vida física, de tal modo que sua preservação é tentada a todo transe. Devemos rejeitar mentalmente essa atitude. Nessa rejeição, podemos chegar a alguma forma aceitável de eutanásia, se for rigidamente controlada pela ciência médica, em conjunção com o próprio enfermo e seus familiares. Tenho a esperança de que essa posição possa ser atingida algum dia, embora confesse que não tenho certeza quanto às implicações morais envolvidas. Penso, todavia, que a eutanásia é justa em alguns casos, não envolvendo qualquer culpa. Talvez seja melhor aliviar o sofrimento do que prolongar uma

vida inútil, em meio a dores.

EUTICO (PERSONAGEM BÍBLICO)

No grego, «afortunado». A passagem de Atos 20:7-12 narra que Paulo pregou em Trôade um longo sermão, que se prolongou noite adentro. Um jovem, chamado Êutico, caindo no sono, despencou de uma janela de terceiro andar (no parapeito da qual estava sentado e ouvia o apóstolo). Quando foi socorrido, estava presumivelmente morto. Não era aquela a maneira certa de terminar um sermão, pelo que Paulo, impulsionado pelo Espírito de Deus, foi capaz de devolver o jovem à vida. O incidente, embora sério, tem-se tornado base para muitas piadas sobre longos sermões (Paulo prolongou-se até à meia-noite!) Seja como for, o ato de Paulo faz-nos lembrar dos profetas do Antigo Testamento, conforme o registro de I Reis 17:21 e II Reis 4:34, em que estiveram envolvidos Elias e Eliseu. Naturalmente, é possível que Êutico apenas tenha perdido a consciência. Os céticos simplesmente não toleram que ocorram milagres! Porém, hoje em dia tem-se conhecimento de que não é incomum o retorno à vida de pessoas que tenham entrado nos primeiros estágios da morte física (mesmo depois que o espírito já se separou do corpo). Tais experiências nos têm mostrado o lado esperançoso da questão, que é a prova quase científica da existência da alma e de sua sobrevivência ante a morte física. Ver o artigo sobre *Experiências Perto da Morte*. Algum poder espiritual, em algumas ocasiões, pode provocar o retorno à vida biológica. Algumas vezes, esse poder é alguém que reside na dimensão espiritual, que tem algum envolvimento na questão (o anjo guardião, ou algum outro ser espiritual). Outras vezes, um homem espiritual (mas ainda encarnado) pode produzir esse retorno. Seja como for, podemos supor que Lucas foi testemunha ocular do acontecimento, não havendo razão alguma para duvidarmos da realidade da morte de Êutico.

EUTIPRO, DILEMA DE

Platão escreveu um diálogo intitulado **Eutipro**. O indivíduo desse nome teria perguntado a Sócrates: «O que é santo é amado pelos deuses porque *é santo*, ou o que é santo o é porque é amado pelos deuses?» Poderíamos formular essa indagação de outra forma: «Uma coisa é boa porque ela é realmente boa, em si mesma, ou ela é boa porque Deus diz que ela é boa?» Essas perguntas nos levam diretamente à questão do *voluntarismo* (que vede). Uma coisa é boa e apropriada porque *assim Deus quer*, sem importar todos os sentimentos e padrões humanos em contrário. Assim estipula essa doutrina do voluntarismo. Por exemplo, Deus não ordenou, realmente, que Israel fosse aniquilar os povos vizinhos? Ou foram *eles* que disseram que tinham sido ordenados por Deus, porque queriam uma razão divina para seu ato? Também topamos com o mesmo problema na doutrina da predestinação, — que representa Deus a permitir que a maioria dos seres humanos sofra interminavelmente, ao passo que apenas alguns poucos escolhidos são beneficiados pelo seu amor. Isso é o voluntarismo em sua forma mais extrema; e a razão humana diz-nos que isso não pode ser verdade, havendo até mesmo textos de prova bíblicos que dão força a essa razão. Contudo, também há textos de prova em favor da predestinação radical, como o nono capítulo da epístola aos Romanos. Contudo, textos assim podem ser explicados como reflexos de uma teologia judaica inadequada, que negligencia causas secundárias, fazendo Deus responsável por tudo quanto sucede. Isso faz Deus ser a causa do mal, visto ser ele a causa de todas as coisas — mas isso não é uma teologia aceitável, por ser incompleta.

O Dilema. Se dissermos que algo é bom porque assim Deus quer (ou gosta daquilo), mas que, ao mesmo tempo, parece não ser realmente bom, de acordo com os padrões humanos, então correremos o risco de inventar algo sobre Deus que não é aceitável, e também teremos de aceitar textos de prova duvidosos, como base para essa teologia incompleta. Mas, se dissermos que alguma coisa não é boa, ou que alguma idéia é falsa, embora haja claros textos de prova bíblicos em seu favor, então correremos o risco de sermos considerados hereges, por estarmos rejeitando a Palavra de Deus. E outras pessoas não se deixarão convencer do contrário, mesmo que apresentemos alguns textos de prova que apóiem a nossa posição. O dilema gira em torno de que autoridade deve ser aceita e quais textos de prova correspondentes devem ser aplicados.

Solucionando o Problema. Antes de tudo, devemos abandonar a idéia de que podemos solucionar qualquer disputa teológica meramente suprindo os textos de prova apropriados. Ademais, alguns textos foram ultrapassados, devido à própria progressão da revelação divina. Em segundo lugar, quando é exposta uma alternativa mais razoável, não devemos temer escolhê-la, — mesmo que outras pessoas nos considerem hereges. Em terceiro lugar, no que diz respeito, especificamente, ao dilema de Eutipro, pode-se dizer que o mesmo existe por ser parcial em suas considerações. A *verdadeira divindade* (não a versão grega da mesma) ama e faz o bem porque ela é boa em si mesma, e também porque o bem é, natural e automaticamente, amado pela divindade. Vale dizer, aquilo que é verdadeiramente bom — é assim porque participa da qualidade eterna do bem. E, visto que Deus é o Sumo Bem, naturalmente ele aprova o que é bom e o deseja. Não podemos isolar uma coisa da outra. Se o fizermos, como é óbvio, cairemos em um dilema. Não há nisso qualquer contradição; as teologias humanas, parciais como são, é que criam o dilema. (EP F)

EUTIQUIANISMO (EUTÍQUIO)

Eutíquio (cerca de 450 D.C.) era arquimandrita de um mosteiro fora de Constantinopla, na primeira metade do século V D.C. Era um devotado discípulo de Cirilo de Alexandria. Na Igreja oriental, um *arquimandrita* era o chefe de um ou mais mosteiros. O título também era dado para padres celibatários distinguidos. Eutíquio, pois, tornou-se conhecido por seu apoio às idéias chamadas, coletivamente, *eutiquianismo*. Trata-se da doutrina cristológica de que, por ocasião da *encarnação* (que vede), a natureza humana de Cristo foi absorvida pela natureza divina, com tudo quanto isso subentende. Ele introduziu essas idéias nas controvérsias cristológicas, entre 448 e 451 D.C. Ele expôs esse ensino em oposição ao nestorianismo (que vede). O conceito obteve apoio temporário do chamado Sínodo dos Ladrões, efetuado em Éfeso. Ver sobre *Éfeso, Concílio dos Ladrões de*. A posição negava tanto a dupla natureza de Cristo como a sua devida humanidade, parecendo requerer a idéia de que o próprio Deus pôde ser tentado, sofrer e morrer. A idéia foi declarada herética quando do concílio de Calcedônia (451 D.C.), e Eutíquio foi desligado de suas funções. Ver o artigo geral sobre *Cristologia*. A Igreja Egípcia continuou a dar apoio a Eutíquio e essas controvérsias cristológicas pros-

seguiram, interminavelmente. A idéia reapareceu na heresia monofisista. Ver sobre *Monofisismo*.

EU TU, RELAÇÃO DE Ver sobre **Buber**.

EVA

Esboço:

I. O Nome
II. Seu Relacionamento com Adão
III. Participação de Eva na Queda
IV. Comparação com o Relato sobre o Deus Sumério Enki
V. Eva no Novo Testamento

I. O Nome

No hebraico, **Hawwah**, com freqüência definido como «doador da vida», embora outros significados tenham sido sugeridos. A derivação é incerta, a tal ponto que um certo léxico fala em nove possibilidades. O relato do livro de Gênesis conecta o nome dessa mulher com a própria existência da raça humana. Adão chamou sua companheira de Eva, palavra que, no hebraico, aparentemente está relacionada ao termo hebraico *hayyah*, que significa «viver». Ela foi chamada assim porque se tornaria a mãe de todos os seres humanos. O nome lhe foi dado por Adão, após a queda no pecado (Gên. 3:20).

II. Seu Relacionamento com Adão

O trecho de Gênesis 2:21,22 revela que Deus fez Eva, partindo de uma costela extraída de Adão. Alguns intérpretes aceitam o relato literalmente, mas outros só o aceitam simbolicamente. Neste último caso, estariam em foco a intimidade entre homem e mulher, a dependência da mulher ao homem, e, no caso de Eva, a dependência de toda a vida humana a essa primeira mulher. A Bíblia também ensina a subordinação da mulher ao homem (I Tim. 2:12,13). Tudo isso indica uma lição geral da vida, que nos instrui sobre o fato de que dependemos uns dos outros, o que nos ensina a amar e a ser amados, que é a maior das lições da vida.

Os eruditos liberais salientam que a questão da *costela* pertence às lendas tipicamente mesopotâmicas sobre a criação. Ver sobre *Cosmogonia* e sobre *Criação*. Ver também o artigo separado sobre o *Jardim do Éden*. Esses vários artigos ilustram como um fundo comum de informações foi aproveitado pelo autor do livro de Gênesis, como também pelos autores das histórias da criação, dentro da cultura da Mesopotâmia. O trecho de Gên. 1:28 mostra-nos que um dos principais propósitos do casamento é a procriação. Alguns intérpretes modernos têm-se valido desse fato para sustentar que ter filhos é uma obrigação moral em *todos* os casamentos. Mas, contra essa opinião, outros estudiosos têm salientado que em um mundo superpovoado como o nosso, é quase impossível que se pense ser necessário que cada casal seja como foram Adão e Eva, procriadores. Muitos pensam que a propagação da raça humana não requer que todos os casais participem do processo. Na verdade, seria melhor se houvesse mais casais que deixassem outros casais encarregarem-se de gerar filhos, em um mundo já tão envolvido no problema da superpopulação.

III. Participação de Eva na Queda

A serpente esteve envolvida na tentação de Eva e alguma fruta não identificada foi o objeto de tentação. O fruto era capaz de fazer o homem distinguir entre o bem e o mal, como uma espécie de fruto de conhecimento limitado. Saber distinguir entre o bem e o mal, em certo sentido, guindou o homem à categoria de ser divino (Gên. 3:22). E assim, para impedir que o primeiro casal se divinizasse ainda mais, tornando-se permanentemente imortal, se comesse do fruto da árvore da vida, Adão e Eva foram expulsos do jardim do Éden.

A história geral da tentação aparece no terceiro capítulo do livro de Gênesis. Temos ali alguns paralelos das lendas mesopotâmicas. Os artigos sobre o *Jardim do Éden* e sobre *Cosmogonia* fornecem detalhes a respeito. Os pais alexandrinos viam esses relatos como parábolas. Ver sobre a *interpretação alegórica*. Os evangélicos fundamentalistas continuam a crer literalmente no relato bíblico, pensando que a ingestão de algum fruto poderia conferir conhecimento especial, e até mesmo a imortalidade. Porém, parece melhor extrair desses relatos lições espirituais, não interpretando literalmente tudo quanto está contido nesses relatos bíblicos. Seja como for, porém, o fato é que dali veio a queda. Portanto, temos nas primeiras páginas de Gênesis uma explicação singela de como o mal penetrou neste mundo. Muitos teólogos gostam de extrair lições dessa história, mas crendo que está envolto em mistérios como foi que o mal teve início neste mundo. Orígenes e os pais alexandrinos em geral, supunham que a alma do homem é preexistente, já tendo caído na eternidade (talvez juntamente com a rebelião dos anjos que acompanharam a Lúcifer). Somente bem mais tarde é que essa queda foi transferida para a cena terrestre. Isso faria a queda no pecado tornar-se inevitável. Dotadas de corpos humanos, as almas vieram a envolver-se em um tipo de dupla existência. Naturalmente, esse ponto de vista é platônico. Aprecio essa conjectura porque ela promete uma maneira mais frutífera de se pensar sobre o pecado verdadeiramente original (um pecado cósmico, e não somente edênico). Os teólogos que aceitam essa conjectura, usualmente associam a queda da alma humana à queda original dos anjos, conforme dissemos linhas acima. Também tem sido conjecturado que não houve, dentro da criação dos seres inteligentes, apenas uma, ou mesmo apenas duas quedas; antes, várias ordens de seres estariam envolvidos em suas respectivas e independentes quedas. Por outra parte, há estudiosos que acreditam que essas muitas ordens de seres já eram más desde o princípio, e que o que realmente sucedeu foi uma melhoria em face do estado original de maldade e degradação. Grandes mistérios circundam essas questões e coisa alguma que digamos é capaz de dar-lhes solução, porquanto a Bíblia faz silêncio sobre o ponto, como uma daquelas coisas que Deus não nos quis revelar. «As cousas encobertas pertencem ao Senhor nosso Deus...» (Deu. 29:29a).

Seja como for, o relato de Gênesis diz-nos que toda espécie de resultado negativo sobreveio imediatamente após a queda no pecado: a maldição contra a serpente, que proveu o pano de fundo para a primeira promessa messiânica (Gên. 3:15); a maldição contra a terra; o começo do labor árduo; a dificuldade da mulher, no parto; a submissão da mulher ao homem. E, de modo algum a coisa menor, a tendência de uma pessoa lançar a culpa sobre outra, por suas más ações. Adão, por assim dizer, disse a Deus: «Foi *esta* mulher, que *Tu* (Deus) me deste, que causou toda essa dificuldade». Ver Gên. 3:12. Eva, por sua parte, lançou a culpa sobre a sutileza da serpente. Portanto, tornou-se tradicional afirmar (e talvez com razão) que as mulheres fazem coisas más por serem seduzidas a praticarem-nas, enquanto que os homens, de olhos bem abertos, fazem coisas más visando à sua própria vantagem.

São dados os nomes de apenas três dos filhos de Eva, todos homens: Caim (Gên. 4:1); Abel (Gên. 4:2) e Sete (Gên. 5:3), embora seja dito que ela teve filhos e filhas (Gên. 5:4). E este último ponto resolve muita objeção tola, como aquela que indaga onde Caim foi buscar mulher.

IV. Comparação com o Relato sobre o Deus Sumério Enki

Nos mitos sumérios sobre o deus *Enki*, é-nos dito que ele sofria de certo número de mazelas. Na tentativa de curar essas enfermidades, a deusa Ninhursague produziu uma deusa especial. Quando ele disse: «Dói em minha costela», ela replicou que fizera a deusa *Ninti* (que significa «senhora da costela») nascer para curá-lo e restaurá-lo à vida. Ora, Ninti também pode significar «Senhora que transmite vida».

Os paralelos entre Eva e Ninti, tanto no tocante à definição de nomes, como no que concerne às funções, são por demais evidentes para negarmos qualquer conexão entre elas. Por esse motivo, alguns estudiosos têm dito que a narrativa bíblica mostra dependência aos mitos mesopotâmicos. Outros asseguram que o contrário é que está com a verdade. Porém, o mais provável é que ambos os relatos tenham tido uma origem comum, com modificações. E, se tomarmos a narrativa bíblica como uma parábola religiosa, então não teremos de enfrentar qualquer problema com a questão da *inspiração*. Por outra parte, se insistirmos em uma interpretação literal, então surgem problemas nesse setor. Quanto ao assunto da *Inspiração da Bíblia*, ver o artigo geral sobre as *Escrituras Sagradas*, em sua terceira secção.

V. Eva no Novo Testamento

No trecho de II Cor. 11:3, Paulo refere-se ao relato da tentação, por meio da serpente, com o propósito de mostrar quão fácil é o ser humano cair no erro, com sérias conseqüências. A passagem de I Tim. 2:11-14 ensina que Eva pecou porque tomou as circunstâncias em suas próprias mãos. Em seguida, Paulo recomenda que as mulheres crentes façam silêncio nos cultos, proibindo-as de trazerem mensagens, por estarem sujeitas à autoridade dos homens. Presumivelmente, visto que facilmente são enganadas, não deveriam comunicar a outros a mensagem divina. Nessa conexão, tornou-se uma tradição salientar que muitos dos cultos estranhos de nossos dias foram iniciados por mulheres.

EVA, EVANGELHO DE

Epifânio (**Pan** 26.2,6) alude a um certo **Evangelho de Eva**. Ele é quem nos fornece a única citação insofismável dessa antiga obra, que há muito desapareceu. A citação diz como segue: «Eu sou tu, e tu és eu, e onde tu estás ali estou eu, e estou semeada em todas as coisas; e onde queres, tu me recolhes». O autor, presumivelmente, recebeu essa mensagem da parte de duas figuras que viu em uma alta montanha. Ao que parece, essas palavras ensinam a imanência de Deus no homem, e como o Ser divino está em todas as coisas. É possível que a idéia panteísta esteja em foco. Seja como for, nos evangelhos gnósticos (ver sobre o *Gnosticismo*) encontramos esse tipo de sentimento: «Eu sou tu, e tu és eu», o que é uma declaração similar. O próprio Epifânio ligava essa questão a uma interpretação dos ofitas (que vede) acerca da história da queda, no livro de Gênesis. Os ofitas foram uma seita gnóstica.

••• ••• •••

EVANGELHO (A MENSAGEM)

Ver os artigos ou porções de artigos, abaixo, que explicam esse assunto: o *Evangelho e Outros Evangelhos; Evangelho* (*a Palavra*); *Evangelhos* (*livros*), este último inteiro, mas especialmente em sua oitava seção, quanto às mensagens centrais do evangelho, e a sexta seção daquele mesmo artigo, sobre o *Evangelho de Paulo*.

EVANGELHO (A PALAVRA)

Usos da palavra:

1. No grego mais antigo, em Homero, significa *recompensa por trazer boas novas* (Hom. *Od.* xiv. 152).

2. No Antigo Testamento há dois usos: *novas* propriamente ditas, e o sentido de nº 1 do grego antigo.

3. Termo técnico para «boas novas de vitória» (Plut. *Demetr.* 17, 1.896c).

4. No culto imperial, era usada para designar as proclamações do imperador divino, proclamações de boas novas que davam *vida* ou *salvação* ao povo.

5. No grego mais antigo e posteriormente, significava «sacrifício oferecido por causa das boas novas» (Aristoph. *eq.* 658).

6. Na Septuaginta e em outras obras de um grego mais recente, significava as próprias «boas novas» (II Reis 18:20,22,25).

7. No Novo Testamento, as *boas novas* falam do reino de Deus, da mensagem de Deus aos homens, do perdão de pecados, da *esperança*. Nos escritos de Paulo o termo significa boas novas, especialmente em relação *às igrejas*; o plano de Deus para a igreja, o destino e grande privilégio da mesma, incluindo os meios de salvação, o perdão de pecados, a justificação etc., como elementos que são incorporados nas boas novas.

8. *Título dos Evangelhos*. O termo *Evangelho* para designar cada um dos *Quatro Evangelhos* começou nos escritos do pais apostólicos. Ver *Didache* 8.2; *II Clem.* 8.5; Justino, *Apol.* i.86. Os próprios Evangelhos não têm este uso.

De modo geral, pode-se afirmar que a palavra tem atravessado três épocas no decorrer da história:

1. Nos antigos autores gregos: recompensa por trazer boas novas.

2. Na Septuaginta e outras obras: as próprias boas novas.

3. No Novo Testamento: as boas novas *de Cristo*, ou então os livros que apresentam as boas novas sobre Jesus. A palavra «evangelho», como título do livro de Mateus, não foi usada pelo seu autor com esse sentido específico, referindo-se ao livro em si, mas muitos autores posteriores têm usado a palavra dessa forma.

EVANGELHO (E OUTROS EVANGELHOS)

Gál. 1:8. *Mas, ainda que nós mesmos ou um anjo do céu vos pregasse outro evangelho além do que já vos pregamos, seja anátema.*

1. Todas as religiões (e a maioria das filosofias) reconhecem a necessidade de alguma espécie de redenção, pois é óbvio que o homem é um ser decaído. Um bom número de fés religiosas, reconhece a profundeza da queda do homem, pelo que ele está muito distanciado de Deus. A fé cristã apresenta essa queda como algo tão profundo, que se requer a divina intervenção, para que possa haver restauração.

2. Muitas religiões, todavia, têm perdido esse discernimento, — que é um entendimento autêntico. Pois o homem, por si mesmo, à parte da intervenção divina, não pode retornar a Deus. Isso ocorre tanto mais quando consideramos o elevadíssimo destino que os remidos obterão. Se a salvação não fosse uma realidade tão elevada, então, talvez, com seus esforços, os homens pudessem alcançá-la.

3. As fés religiosas que não reconhecem a profundeza da queda do homem, e nem a vastíssima elevação que o destino humano envolve, têm suposto tolamente que o homem, por si mesmo, possa reverter a queda, obtendo o prêmio da salvação por seus próprios esforços. Os oponentes de Paulo na Galácia, preservando noções legalistas, muito comuns ao judaísmo, estavam inchados de orgulho humano, supondo que poderiam ajudar a Deus em seu propósito remidor, através da observância da lei, com seus requisitos e ritos, sobretudo a circuncisão.

4. Paulo, através das revelações recebidas, chegara a perceber a futilidade desse meio humano de salvação. A epístola aos Gálatas é a Declaração de Independência do homem, que o afasta desse caminho ineficaz.

5. *O Novo Testamento* também contém polêmicas contra o falso evangelho do gnosticismo, em Efé., Col., e em diversas epístolas católicas. Ver o artigo sobre *Gnosticismo*. — Esta heresia pertubou a Igreja por 150 anos.

6. Os conceitos do Novo Testamento, naturalmente, se opõem a muitas doutrinas das seitas de hoje, pois estas doutrinas representam falsos evangelhos. Devemos ter cuidado, entretanto, em condenar as doutrinas dos outros sem a devida examinação e humildade. Nunca devemos pensar que sabemos muito da verdade, sendo ela tão vastíssima. É inútil dizer que somente uma denominação qualquer tem a verdade ou que o próprio cristianismo é o *único* depósito da verdade. O *Logos* tem plantado suas sementes em muitos lugares, dentro e fora da Igreja.

O Evangelho:

1. Alguns elementos do evangelho seguem. Ver o artigo separado sobre a *Salvação*.

a. O evangelho opera através da justificação, à parte das obras humanas (ver as notas em Rom. 3:21 e 5:1 no NTI).

b. A santificação ensinada no evangelho, através do Espírito, conduz o homem à glorificação (ver II Tes. 2:13).

c. O elevado propósito do evangelho, é levar os homens a compartilharem da natureza divina (ver II Ped. 1:4); e, por conseguinte, participarem da plenitude do Pai (com seus atributos, alicerçados sobre a sua natureza; ver Efé. 3:19); isso leva os homens a se tornarem a plenitude de Cristo (ver Efé. 1:23), possuidores da imagem e da natureza do Filho (ver Rom. 8:29); e isso ocorre através do poder transformador do Espírito Santo, de tal modo que os remidos irão passando de um estágio de glória para outro, interminavelmente, e, nesse processo, os homens chegarão a compartilhar da natureza moral de Deus, com suas perfeições (ver Mat. 5:48 e Gál. 5:22,23).

Em quantas igrejas evangélicas *essa* completa mensagem do evangelho está sendo pregada hoje em dia? O evangelho envolve muito mais do que o perdão dos pecados e a mudança futura de endereço para os céus.

d. O evangelho oferece uma *restauração*, como antecípada por muitos teólogos da *Igreja Oriental*. Esta restauração será parcialmente efetuada através do *próprio julgamento* que é remedial, não meramente retributivo. Ver I Ped. 1:4 e Efé. 1:9,10. A descida de Cristo ao hades levou a mensagem do evangelho até o próprio lugar do julgamento.

Ver os artigos separados que explicam estes conceitos: *Evangelho* (*Livros*), seção VIII. Mensagens Centrais do Evangelho; a *Descida de Cristo ao Hades;* a *Missão Universal do Logos* (*Cristo*); *Restauração*.

2. *Duas fraquezas*. Na minha opinião, a pregação do evangelho em muitas igrejas evangélicas tem duas notáveis fraquezas. Em *primeiro* lugar, a salvação descrita não inclui as dimensões mencionadas sob o ponto 1 c. deste artigo. Em *segundo* lugar, a dimensão da restauração, afinal, dos não eleitos (em contraste com a redenção dos eleitos) é ausente, especificamente porque a tradição da Igreja Ocidental deixou fora este importante elemento. Mas o mistério da vontade de Deus, Efé. 1:9,10, certamente visa o bem-estar *universal* e não somente a exaltação dos eleitos.

EVANGELHO ÁRABE DA INFÂNCIA

Um livro que faz parte da coletânea apócrifa posterior do Novo Testamento. Contém relatos sobre a infância de Jesus, como Seu nascimento, a fuga para o Egito, além de eventos que presumivelmente tiveram lugar ali. Registra muitos milagres do menino Jesus. Aconteceram maravilhas no Egito, produzidas por contatos fortuitos com o menino Jesus, envolvendo Suas roupas ou Sua água de banho! Maria desempenha ali um papel proeminente, e parte do livro está contido na história da Bendita Virgem Maria, em siríaco (edição de E.A.W. Grudge, 1899, talvez de origem síria). Sua tradução para o árabe fez com que essas lendas se tornassem disponíveis para os islamitas, e algumas delas vieram a fazer parte do Alcorão.

Fontes informativas. Além de material obviamente inventado, foram tomados por empréstimos informes dos evangelhos canônicos, do evangelho de Tiago e do evangelho da Infância de Tomé. Ver o artigo sobre *Livros Apócrifos*, parte III, Novo Testamento. (Z)

EVANGELHO ARMÊNIO DA INFÂNCIA

Esse evangelho neotestamentário apócrifo depende do *Proto-evangelho de Tiago* e do *Evangelho da Infância de Tomé*, representando um esforço posterior para acrescentar algo à já considerável literatura dessa espécie. Havia um original siríaco, embora desconheça-se a sua data, talvez pertencente ao séc. V D.C. Os nestorianos usavam um evangelho da infância que tinha um original siríaco, perto do fim do século VI D.C., embora não haja qualquer prova de que a obra seja aquela aqui em foco. Nessa obra nada há de novo, excetuando a curiosa estória que diz que Eva foi testemunha do nascimento virginal de Jesus (cap. 9). (CH PE Z)

EVANGELHO DOS DOZE APÓSTOLOS

Ver **Apóstolos, Evangelho dos Doze.**

EVANGELHO DOS NAZARENOS

Ver **Nazarenos, Evangelho Segundo os.**

EVANGELHO SEGUNDO OS HEBREUS

Ver **Hebreus, Evangelho Segundo os.**

EVANGELHO SOCIAL

Ver seção V. do artigo sobre **Liberalismo.**

EVANGELHOS (LIVROS)

Ver os artigos separados sobre **Evangelho** e sobre **Problema Sinóptico.** Também oferecemos artigos separados sobre cada um dos quatro evangelhos. O artigo sobre o *Novo Testamento* contém informações adicionais.

Esboço:

I. O Termo Evangelho
II. Fontes Informativas dos Evangelhos
III. Caracterização Geral
IV. Historicidade
V. A Vida e os Ensinamentos de Jesus
VI. O Evangelho de Paulo
VII. Autoria
VIII. Mensagens Centrais do Evangelho

I. O Termo Evangelho

Ver o artigo separado sobre o **Evangelho,** quanto a um sumário de usos do vocábulo grego *euaggelion,* transliterado em português por «evangelho». Essa palavra grega significa «boa mensagem» ou «boas novas». Aparece por setenta e sete vezes nas páginas do Novo Testamento. Para exemplificar: Mat. 4:23; 9:35; Mar. 1:1,14,15; Atos 15:7; Rom. 1:1,9,16; I Cor. 4:15; II Cor. 2:12; Gál. 1:16; Efé. 1:13, Col. 1:5; I Tes. 1:5; II Tes. 1:8; Fil. 4:17; Apo. 14:6. Essa palavra não figurava como parte do *título* dos quatro evangelhos, até que apareceram os escritos dos pais apostólicos (ver *Didache* 8:2; II Clemente 8:5; Justino, *Apol.* 1:66).

Mateus emprega a palavra por quatro vezes (4:23; 9:35; 24:14; 26:13); Marcos usa-a por oito vezes (1:1,14,15; 8:35; 10:29; 13:10; 14:9; 16:15). Lucas não emprega a sua forma nominal, mas tem a forma verbal por dez vezes (1:19; 2:10; 4:18 (citando Isa. 61:1); 4:43; 7:22; 8:1; 9:6; 16:16; 20:1). O evangelho de João não usa essa palavra grega nem em sua forma verbal e nem em sua forma nominal.

No Novo Testamento, as idéias envolvidas nessa palavra são: as boas novas da salvação, a pregação dessas boas novas, as boas novas do reino de Deus, a declaração das boas novas, as boas novas de Cristo, etc. No evangelho de Mateus, apenas por uma vez essa palavra não é usada em relação ao evangelho do Reino. Marcos diz «o evangelho de Deus», em 1:14; e diz «evangelho de Jesus Cristo, Filho de Deus», em 1:1.

II. Fontes Informativas dos Evangelhos

Cada um dos artigos sobre os quatro evangelhos inclui uma seção sobre fontes informativas. Além disso, o artigo intitulado *Problema Sinóptico* ilustra, com detalhes, as diversas teorias acerca das fontes informativas usadas por Marcos-Lucas-Mateus. O trecho de Luc. 1:1 mostra que muitos evangelhos já tinham sido escritos que ele empregava como material informativo para seu próprio relato. Sem dúvida, uma dessas fontes informativas era o nosso evangelho de Marcos, o evangelho original dentre os evangelhos sinópticos. É provável que Marcos tivesse contado com fontes informativas orais e escritas, principalmente os relatos dos próprios apóstolos, que eram testemunhas oculares da vida e dos atos de Jesus. As tradições orais foram preservadas por cerca de trinta anos, antes de terem sido registradas por Marcos; mas também é provável que fontes escritas estivessem disponíveis, praticamente desde os próprios dias de Jesus. De nada adianta pôr em dúvida a exatidão essencial do material que possuímos nos evangelhos. Ver o artigo sobre a *Historicidade dos Evangelhos.* Marcos preservou o esboço histórico essencial. Mateus e Lucas, porém, contavam com material de *ensinos* de que Marcos não dispunha, ou preferiu não usar. O âmago da mensagem dos evangelhos, naturalmente, é o corpo dos ensinamentos de Jesus. Ver o artigo separado sobre *Ensinos de Jesus.* A terceira seção do artigo sobre Jesus aborda em separado os seus ensinamentos. O que dizemos aqui fazemo-lo apenas como um sumário, visto que os artigos mencionados, especialmente aquele sobre o *Problema Sinóptico,* provê uma apresentação detalhada sobre o problema das fontes informativas.

III. Caracterização Geral

Nos evangelhos temos as boas novas acerca de Jesus Cristo e trazidas por Ele. Trata-se das boas novas da salvação dos homens, e sobre como Jesus, em sua missão, deu um novo enfoque à espiritualidade, ensinando como isso se aplica a nós. Os quatro evangelhos fazem parte do mais primitivo cânon (que vede) das Escrituras cristãs, juntamente com algumas poucas das epístolas de Paulo. Algum tempo antes de 150 D.C., esse cânon primitivo era geralmente bem conhecido e aceito entre os cristãos, como as Novas Escrituras.

Embora os evangelhos forneçam um esboço sobre a vida de Jesus e de seus ensinamentos essenciais, nem são biografias, no sentido moderno, e nem manuais de teologia. De fato, os evangelhos formam um novo gênero literário, de tal modo que o evangelho tornou-se um modo popular de expressar o novo avanço religioso representado pelo cristianismo. Os evangelhos apócrifos também imitaram esse estilo do Novo Testamento. Temos ali uma mistura de eventos históricos com ensinos religiosos, com o intuito de trazer à tona os ensinamentos de Jesus Cristo, projetando-O como o Novo Moisés, e, mais ainda, como o Filho encarnado de Deus, que nos apresentou um novo e vivo caminho espiritual. — Uma porção muito grande do material dos quatro evangelhos é destinada a narrar a semana final do Messias, a semana da paixão. Por isso, exagerando, alguns têm dito que os evangelhos são relatos ampliados da paixão. Mas, embora sendo um exagero, isso mostra uma ênfase real nos evangelhos.

Os *evangelhos sinópticos* são aqueles que vêm juntos, conforme indica essa palavra, transliterada do grego. Uma harmonia regularmente boa pode ser preparada com esses evangelhos. Quase todos os acontecimentos ali narrados tiveram lugar na Galiléia. O *quarto evangelho* (de João), em contraste com isso, é um evangelho teológico; e quase todo o seu material histórico gira em torno de Jerusalém. Os problemas criados por essa circunstância são examinados na introdução a esse livro, nesta enciclopédia. Nosso artigo sobre o *Problema Sinóptico* ilustra quanto material comum existe nos três primeiros evangelhos, expondo teorias sobre como as várias fontes informativas foram utilizadas. Embora bastante diferente dos outros três, o quarto evangelho parece repousar sobre tradições primitivas, que os autores dos outros evangelhos não tinham, ou não quiseram usar. Apenas cerca de dez por cento do material de João tem paralelo com o material dos evangelhos sinópticos. É muito mais difícil falar sobre suas fontes informativas do que no caso dos três primeiros evangelhos. O que os eruditos têm pensado sobre essa

questão é apresentado no artigo sobre aquele evangelho, sob a seção quarta, *Fontes Informativas*.

IV. Historicidade

A mente cética reage de modo negativo, algumas vezes até com violência, diante de histórias de milagres. Apesar de admitirem que existe tal coisa como os indivíduos extraordinários, os céticos usualmente supõem que os relatos a respeito contêm muitas lendas e mitos, se não mesmo mentiras absolutas. Os céticos nunca são pessoas de grande experiência espiritual, embora possam ser indivíduos de grandes realizações intelectuais. Aqueles que promoveram a *Crítica da Bíblia* (que vede) não tinham qualquer contacto com experiências místicas notáveis, pois, se o tivessem, os resultados de seus estudos teriam sido inteiramente diferentes. Temos oferecido ao leitor um artigo separado sobre a *Historicidade dos Evangelhos*. Um moderno homem santo, Satya Sai Baba (que vede) está duplicando os milagres de Jesus, provando que homens extraordinários realmente entram em áreas de experiências espirituais que os céticos não levam em consideração. Existem incríveis poderes espirituais neste mundo, e Jesus, o Cristo, foi homem capaz de exercer esses poderes, embora não fosse apenas um homem. Isso deixou o mundo tão boquiaberto que, pelo século II D.C., já havia mais de vinte grupos separados procurando explicar *como* ele fazia o que fazia. Ver o artigo sobre *Jesus Cristo*.

V. A Vida e os Ensinamentos de Jesus

Os evangelhos são a nossa principal fonte informativa sobre a vida e os ensinamentos de Jesus. Outras fontes quase nada adiantam. Ver o artigo sobre *Jesus*, que é uma prolongada declaração sobre o que Jesus fez e ensinou, e o que a sua mensagem significa para nós, hoje em dia. Sob a terceira seção, *Ensinos*, damos uma declaração sobre as fontes que temos para esses ensinos, além dos evangelhos, que são abordados no primeiro ponto.

VI. O Evangelho de Paulo

A palavra «evangelho» encontra-se por cerca de sessenta vezes nos escritos de Paulo. A palavra está distribuída pelas suas epístolas. Somente a epístola a Tito não contém a palavra. Damos uma lista representativa na primeira seção. Paulo acreditava que Jesus era o Cristo celeste, o qual, em sua encarnação, trouxe uma mensagem nova e altamente espiritual, anunciando a salvação humana. Para Paulo, nenhum sacrifício era grande demais para propagar essa mensagem. Paulo, pois, tornou-se o apóstolo dos gentios, visando à salvação deles (Gál. 1:6,16; Rom. 1:16). Paulo sentia-se muito ligado à sua mensagem, originada em profundas experiências místicas, que lhe tinham interpretado a grandeza e a verdade do evangelho. Paulo chegou a chamar essa mensagem de «meu evangelho» (Rom. 2:16; II Tim. 2:8). Ele insistia sobre a sua origem divina (Gál. 1:11 *ss*). Em I Coríntios 15:3-5, Paulo alista os elementos principais do evangelho. No entanto, Paulo ultrapassou os quatro evangelhos quanto à descrição sobre o conteúdo e o significado do evangelho.— Ele aceitava que o evangelho revela-nos como podemos ser conformados à imagem do Filho de Deus (Rom. 8:29), mediante o poder do Espírito de Deus, capacitando-nos a passar de um estágio de glória para outro (II Cor. 3:18). E o resultado disso é que a alma humana virá participar da própria natureza divina (Col. 2:10). Esse elevadíssimo conceito não transparece nos evangelhos sinópticos, embora o quarto evangelho **não difira** muito das idéias de Paulo, com a sua doutrina da filiação (João 1:12), com o seu ensino sobre a participação na vida necessária e essencial de Deus (João 5:24,25), por meio do Filho de Deus.

O Jesus Teológico. Os críticos supõem que o evangelho anunciado por Paulo foi um dos primeiros estágios no desenvolvimento do chamado Jesus teológico, em contraste com o Jesus histórico. Porém, quanto mais aprendemos sobre as coisas extraordinárias que podem suceder, quando o poder divino desce e cativa o homem em experiências místicas, mais podemos ver que a linha traçada entre o Jesus histórico e o Jesus teológico é artificial. Essa distinção apenas degrada a nossa compreensão sobre a verdadeira natureza de Jesus e embaça a nossa avaliação sobre o que pode suceder quando o poder divino aproxima-se de nós. Penso que meu artigo sobre *Satya Sai Baba* ilustra o ponto. A vida desse homem é importante como demonstração do fato de que as narrativas dos evangelhos provavelmente são declarações muito moderadas (ou breves sumários) de tudo quanto Jesus foi e realizou, longe de serem exageros de fanáticos, conforme têm pensado alguns críticos.

VII. Autoria

Todos os evangelhos são anônimos. A tradição atribui dois desses evangelhos ao grupo apostólico, isto é, o de Mateus e o de João. As primeiras referências a Mateus e a Marcos, como evangelistas, aparecem nos escritos de Papias, bispo de Hierápolis, na Frígia, na primeira metade do século II D.C. É impossível, entretanto, provar que qualquer dos quatro evangelhos foi escrito por um apóstolo; mas também não há razão para duvidarmos de que repousam sobre relatos de testemunhas oculares e sobre a autoridade apostólica. Cada artigo sobre os quatro evangelhos tem uma seção que aborda a questão da *autoria*.

A *mensagem dos apóstolos* leva-nos além da mera esperança messiânica. Antes, ela fala sobre a vontade de Deus no que tange à redenção humana. Paulo, porém, via para além de todos, até à restauração (que vede), conforme se vê em Efésios 1:9,10. Isso ultrapassou, em alcance, a todas as avaliações anteriores sobre o que, finalmente, significa para a humanidade a missão de Cristo.

VIII. Mensagens Centrais do Evangelho

1. Ver o artigo separado sobre o **Evangelho e Outros Evangelhos.**

2. Ver o artigo geral sobre a *Salvação*, que descreve a mensagem essencial das boas novas do evangelho cristão.

3. O evangelho revela o poder de Deus para produzir a redenção humana, com tudo quanto está implicado na mesma (Rom. 1:16).

4. O evangelho é o instrumento do Espírito (I Tes. 1:5).

5. O evangelho é a mensagem da transformação dos remidos segundo a imagem de Cristo (Rom. 8:29), através de muitos estágios de glória (II Cor. 3:18).

6. Isso leva os remidos a participarem da natureza divina (Col. 2:10).

7. Homens insensatos negligenciam o poder e a atuação do evangelho (I Cor. 11:18 *ss*).

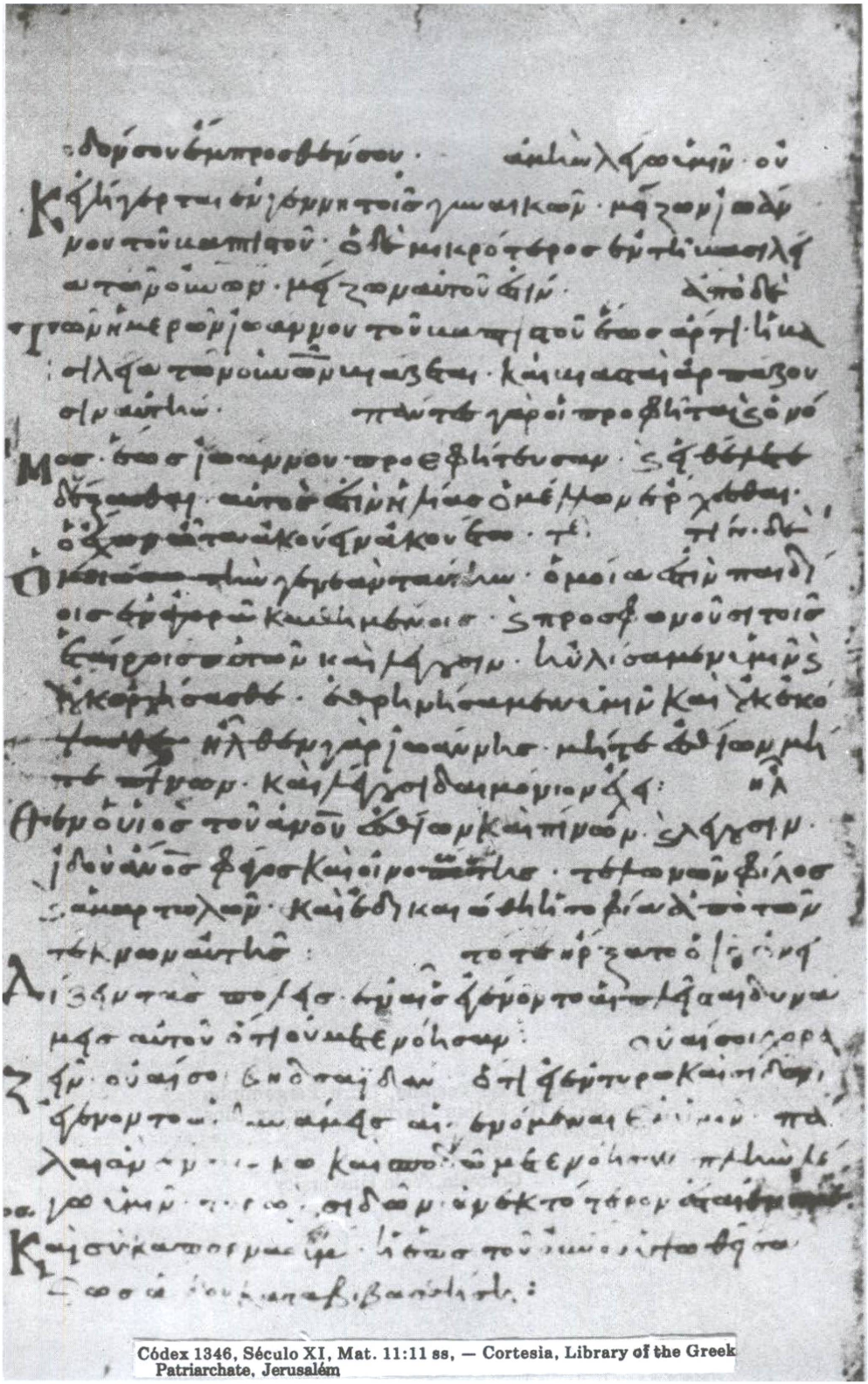
8. No evangelho é revelada a justiça de Deus (Rom. 1:16,17).

9. O evangelho é a palavra da verdade (Efé. 1:13).

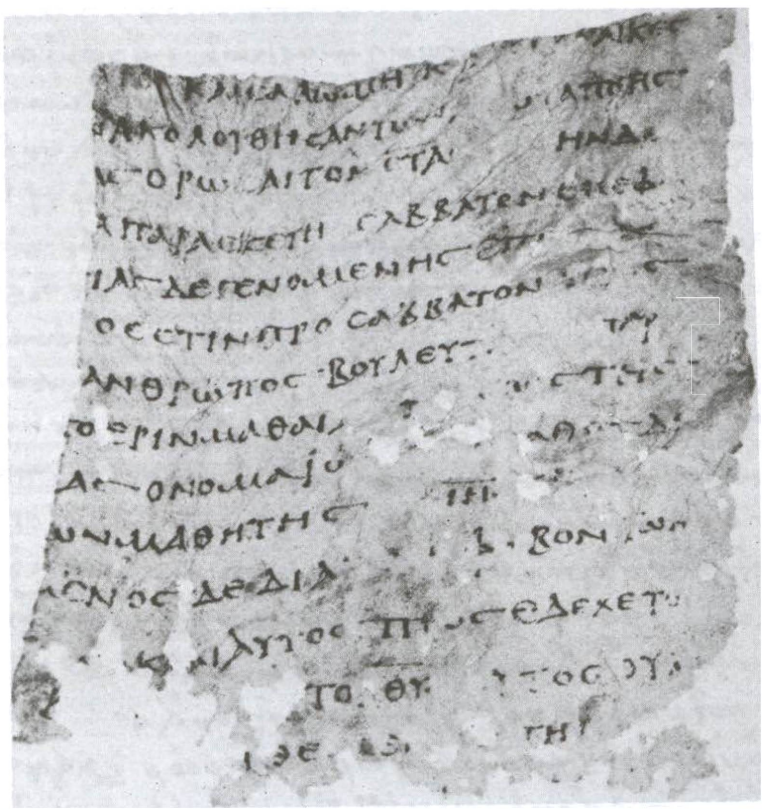
10. O evangelho está oculto dos ímpios e dos incrédulos (II Cor. 4:3,4).

11. A reação da fé produz o poder salvatício de Deus (Heb. 4:2).

12. O evangelho foi dado por revelação divina, e não



Códex 1346, Século XI, Mat. 11:11 ss, — Cortesia, Library of the Greek Patriarchate, Jerusalém



O Diatessaron de Taciano, Dura Pergaminho 24, Séc. III: Uma harmonia antiga dos Evangelhos.

Cortesia, Yale University

pelo engenho, pela experiência e pela capacidade de raciocínio dos homens (Gál. 1:11,12).

13. *O evangelho* terá, afinal, uma aplicação *universal*. Os eleitos serão *remidos* (ver sobre *Redenção*). Todas as outras almas humanas serão *restauradas*, como é explicado no artigo sobre *Restauração*. É impossível que qualquer ser inteligente esteja fora do alcance do poder redentor restaurador, *afinal*. A missão de Cristo é universal, tendo seus aspectos terrenos, infernais e celestiais. Ver o artigo separado sobre a *Descida de Cristo ao Hades* que explica esta parte de sua missão. O *evangelho foi pregado aos mortos*, como I Ped. 4:6 afirma. Negligenciamos um aspecto importante do trabalho do evangelho quando deixamos de fora este aspecto. Podemos ter certeza de que o evangelho é muito mais poderoso e eficaz do que muitas igrejas pregam hoje. Não honramos Deus diminuindo a revelação sobre a natureza do evangelho para preservar conceitos primitivos sobre a natureza do julgamento. O julgamento é *remedial*, não meramente retributivo. I Ped. 4:6 declara isto, e o *mistério da vontade de Deus*, Efé. 1:9,10, — depende do fator remedial do julgamento.

14. *O evangelho não anula o julgamento*. Porém, o julgamento faz, realmente, parte da *esperança* do evangelho, sendo que é um dedo da mão amorosa de Deus. O julgamento efetua a vontade de Deus para *restaurar*, afinal. I Ped. 4:6, certamente, ensina isto. Acredito que o julgamento entrará nas eras eternas e operará nelas. É impossível dizer até que ponto, na eternidade futura, o trabalho restaurador, através do julgamento (e outros meios), operará. Efé. 1:9,10 ensinam que os grandes *ciclos* de tempo criarão, afinal, uma *nova ordem* na qual Deus restaurará *tudo*. O julgamento, — operando nestes ciclos —, em algumas das eras eternas, terá efeitos benéficos. A restauração será gradual e não será caracterizada por uma conclusão única ou rápida. Mas o que sabemos é que *o mistério da vontade de Deus* é restaurar *tudo* em Cristo (*o Logos*). Não há um *evangelho* verdadeiro (*boas* notícias) sem as diversas dimensões da missão de Cristo. Esta missão incluiu sua descida ao hades. Ele espalhou as boas novas até no próprio lugar do julgamento. Ainda hoje, sua luz brilha aí também. Sua missão é *tridimensional:* terra, hades, céus. Não há *evangelho* sem estes conceitos esperançosos.

O evangelho que se prega em muitas igrejas hoje é pessimista, dando uma verdadeira promessa somente a um mesquinho número de pessoas. Este evangelho é *unidimensional* (terrestre), e não ecoa a mensagem do grande amor e da eternidade de Deus. (AM B E ND NTI STONE TA Z)

EVANGELHOS APÓCRIFOS

Ver o artigo sobre **Livros Apócrifos do Novo Testamento.** Os livros apócrifos do Novo Testamento seguem o estilo literário do Novo Testamento, contendo evangelhos, atos, epístolas e apocalipses. Uma das preocupações dos evangelhos apócrifos foi a de prover mais informações sobre a vida de Jesus, inclusive sobre os seus primeiros anos de vida (o que explica os *evangelhos da infância de Jesus*). Porém, quase todo esse material é imaginário, revestindo-se de bem pouco valor histórico. Esses evangelhos apócrifos também desenvolvem certos temas de maneira mais ampla do que se vê nos evangelhos canônicos, como detalhes da paixão, da ressurreição e da descida de Cristo ao hades. Os gnósticos (ver sobre o *Gnosticismo*) foram os principais criadores desses evangelhos apócrifos. Sem dúvida, algum material autêntico está ali contido; porém, é muito difícil distinguir o que é real e o que é pura invenção. Uma outra preocupação desses evangelhos apócrifos era a promulgação de certas idéias que não se acham nos evangelhos canônicos.

EVANGELHOS DA INFÂNCIA DE JESUS

Ver **Livros Apócrifos do Novo Testamento.**

EVANGELHOS SINÓPTICOS

Ver sobre o **Problema Sinóptico.**

EVANGELICALISMO

Ver o artigo geral sobre o **Protestantismo.** O termo português *evangélico* vem do grego *euaggelion*, que significa «boas novas», «boa mensagem». Aquilo que pertence ao evangelho é «evangélico». Desde a **Reforma Protestante**, a palavra tem sido adotada por certos grupos cristãos, que supõem que retornaram ao evangelho (ou Bíblia), em contraste com o sistema tradicional que se desenvolveu na Igreja Católica Romana. Na Alemanha, na Suíça e em alguns outros países a palavra passou a indicar o corpo geral das igrejas protestantes. Na Inglaterra, é empregada quase como sinônimo da *Igreja Baixa* (que vede). Ver o artigo sobre os *Episcopais* quanto a uma explicação sobre os vários níveis da Igreja Anglicana. Na atualidade, os evangélicos são aqueles grupos, essencialmente protestantes, que frisam a necessidade do evangelismo, da expiação mediante o sangue de Cristo, da regeneração, da crença nos elementos fundamentais do ensino bíblico. Usualmente, esses grupos apegam-se a esses documentos sagrados como a sua base de autoridade, rejeitando as tradições, os concílios, etc., como padrões de fé e prática. A palavra «fundamentalista», algumas vezes, é empregada para fazer contraste com o vocábulo «evangélico». Um fundamentalista é um evangélico que tem padrões muito rígidos, um literalista bíblico. Um evangélico, em contraste, já é alguém de visão mais abrangente, podendo ser até mesmo um neo-evangélico. **Alguns neo-evangélicos** são quase liberais, pelo menos quanto a alguns pontos.

A questão isolada mais importante que separa os «evangélicos» dos outros grupos protestantes é a questão da autoridade da Bíblia. Ver o artigo geral sobre a Autoridade, quanto aos muitos pontos de vista existentes sobre esse particular. Os evangélicos fundamentalistas acreditam na inspiração verbal e inerrante das Escrituras, ao passo que aqueles que ficam um pouco mais para a esquerda não vêem isso como algo necessário para a fé viva. Na Europa, apesar da palavra «evangélico» ser usada como equivalente a protestante, alguns a empregam para indicar os luteranos, em contraste com as igrejas reformadas (calvinistas).

Aspectos Éticos do Evangelicalismo. Os evangélicos sempre estiveram interessados no evangelismo, de tal modo que essa é a sua grande característica distintiva, em comparação com outros grupos cristãos, que têm uma atitude mais relaxada para com esse aspecto da atividade cristã. Outros grupos cristãos têm levantado questões de ética contra os evangélicos, por causa de seus métodos exagerados que, virtualmente, *forçam* profissões de fé, que têm enriquecido alguns evangelistas, e que, em casos extremos, servem para dividir grupos cristãos, famílias, e até indivíduos, uns dos outros. Esse proselitismo, algumas vezes, assume até mesmo um aspecto circense. Grupos musicais são empregados para despertar as emoções e os sermões, emocionalmente carregados, despertam os ouvintes,

sem a atuação do Espírito Santo. A doutrina do *Fácil Creísmo* (que vede), com freqüência tem desempenhado importante papel no evangelismo dos grupos evangélicos. Seus missionários e evangelistas parecem impelidos pelo forte desejo de obter conversões em massa; e para que possam falar disso, —em seus relatórios, eles têm apelado para uma prédica superficial quanto à necessidade de um verdadeiro arrependimento, com o abandono de práticas pecaminosas, por parte dos convertidos. Com grande freqüência, a persuasão emocional substitui a convicção genuína, com base nas razões dadas pelo Senhor Jesus. As pessoas são exortadas a acreditarem naquilo que não é claramente definido e pouco ou nada é dito sobre a necessidade de renúncia e sacrifícios pessoais, envolvidos no evangelho, ao mesmo tempo em que muito é dito sobre a satisfação pessoal e a felicidade.

Por outro lado, é motivo de elogios que os evangélicos tanto se preocupem com a salvação das almas e não meramente com obras sociais. Também é recomendável que eles tenham continuado a crer na missão salvatícia de Cristo e em seu poder sobre a vida daqueles que se tornam discípulos sérios do Senhor. Também devemos fazer o reparo que até mesmo dentro de certos grupos evangélicos os excessos acima mencionados são combatidos. Uma outra característica digna de menção é que são *esses grupos* evangélicos que estão interessados na Bíblia e cujos membros, mais que os de outros grupos cristãos, têm um sólido conhecimento bíblico, no sentido coletivo, fazendo contraste com aquela outra situação em que somente alguns poucos eruditos da Bíblia, ou uma classe sacerdotal, é que tem algum conhecimento das Sagradas Escrituras. (B C E H)

EVANGELISMO

Ver os artigos separados sobre **Evangelho; Evangelista e Missões, Teologia de (Evangelismo).**

EVANGELISTAS

Os evangelistas eram os «missionários», pátrios ou estrangeiros. Algumas traduções, como a de Goodspeed, dizem mesmo «missionários». Os apóstolos eram evangelistas, e muitos profetas também o eram; mas, além desses, havia outros, especialmente talentosos, dotados do dom da fé, da exortação e de outras manifestações espirituais apropriadas para seu ofício, os quais eram presenteados à igreja para multiplicá-la em número. O grupo dos evangelistas era aquele que efetuava a missão evangelizadora da igreja entre os judeus ou os gentios, em posição subordinada aos apóstolos. Geralmente os evangelistas não estavam limitados a qualquer comunidade cristã local, mas foram de lugar em lugar, estabelecendo novas congregações locais, conduzindo os homens à fé e à conversão a Cristo.

Devemos observar que na categoria registrada em I Cor. 12:28, o «terceiro» lugar é conferido aos «mestres». Em Efé. 4:11, entretanto, os «evangelistas» ocupam essa posição. Além disso, a lista da primeira epístola aos Coríntios não menciona especificamente os evangelistas, embora diversos dos dons espirituais ali aludidos sejam instrumentos necessários para o evangelismo, o que nos dá a entender que essa função evangelística realmente existia no seio da igreja cristã primitiva. Outrossim, nem na primeira epístola aos Coríntios e nem na epístola aos Efésios se vê qualquer tentativa de enumerar todas as gradações do ministério *cristão*. Por exemplo, nenhum desses livros inclui os «diáconos», o que, naquele tempo, já era um ofício distintivo na igreja, e apenas a epístola aos Efésios menciona especificamente os «pastores».

Os evangelistas são os pioneiros no trabalho propagandístico da Igreja cristã. Os evangelistas lançam uma trilha que, em seguida, transforma-se em **auto-estrada**, mediante o trabalho dos pastores e dos mestres. Ministros especiais do evangelho, com poderes quase apostólicos, eram chamados «evangelistas» no Novo Testamento, como os casos de Filipe (Atos 21:8) e Timóteo (II Tim. 4:5).

Os evangelistas são concedidos à Igreja como um «dom» divino à mesma, a fim de expandir as suas fronteiras e aumentar o número de seus membros (Efé. 4:11). Também é responsabilidade dos pastores evangelizar, mas os dois ofícios — o de pastor e o de evangelista — na verdade são distintos um do outro. Alguns pastores modernos têm caído no grave erro de se tornarem pouco mais do que evangelistas, deixando a sua gente essencialmente sem ensino e sem a capacidade de pensar por si mesma. Os modernos evangelistas, que vão *de igreja em igreja*, promovendo reuniões evangelísticas dentro das próprias comunidades cristãs, são verdadeiros evangelistas. No entanto, fazem um trabalho menos útil e satisfatório do que aqueles outros evangelistas que vão de porta em porta e também pregam em lugares públicos, a fim de darem início a novas igrejas. O vocábulo «missionário», conforme é usado em nossa época, está mais próximo da idéia dos evangelistas dos dias do Novo Testamento, do que a palavra «evangelistas», quando aplicada a pregadores itinerantes, que fazem das igrejas locais o centro de suas atividades.

Os Documentos Sagrados e os Evangelistas. Na antiga Igreja cristã falava-se sobre os evangelistas, que seriam os autores dos quatro evangelhos canônicos. Faziam isso com base no fato de que a mensagem evangelizadora fundamental está contida nesses quatro primeiros livros do Novo Testamento, embora saibamos que isso não deve ser entendido literalmente. A mensagem do evangelho cristão é exposta também no livro de Atos, nas epístolas e até mesmo no livro de Apocalipse.

EVENTO CRIADOR

Dentro da teologia de H.N. Wieman (ver o artigo sobre ele, quanto a maiores detalhes), o *evento criador* consiste na pessoa de Deus e em suas obras.

EVENTOS FINAIS DA VIDA DE JESUS

Marcos 14:1: *Ora, dali a dois dias era a páscoa e a festa dos pães ázimos; e os principais sacerdotes e os escribas andavam buscando como prender Jesus a traição para o matarem.*

Problemas de *harmonia* quanto aos eventos finais da vida de Jesus:

Esse problema é comentado, no tocante ao dia da paixão de Jesus, em João 18:28 no NTI. Aquele versículo parece situar a crucificação de Jesus *no dia dos sacrifícios* da páscoa, ao passo que os sinópticos fazem Jesus participar da páscoa na noite regular, e então situam sua paixão no dia seguinte. (Cf. Mat. 26:17 e 27:1, que nos dão a seqüência de dois dias). Apesar dessa mesma seqüência poder ser determinada pelo evangelho de João, do tempo da traição ao dia da crucificação, o trecho de João 18:28 parece claramente situar aquele acontecimento no dia mesmo da páscoa, o que, segundo os sinópticos, teria ocorrido no próximo dia. As notas dadas no NTI em

João 18:28 buscam reconciliar os dois relatos, ou, pelo menos, sugerem como isso *talvez* possa ser feito. (Ver Mat. 26:17). O problema não é *muito* importante, exceto para aqueles que insistem em harmonização absoluta dos evangelhos, o que o estudo versículo por versículo mostra ser *impossível*. Pequenas discrepâncias nada são contra a *historicidade* dos evangelhos. Bem pelo contrário, realmente favorecem essa historicidade, pois se todos eles concordassem perfeitamente entre si, poderíamos ter suspeitado que a igreja primitiva harmonizou os registros, não permitindo a entrada de qualquer contradição. Já que há certa dose de discrepâncias, estamos certos de que os registros continuaram como foram originalmente escritos, pelo que refletem os eventos históricos, segundo foram registrados por homens honestos, ainda que, ocasionalmente, tenham feito deslizes da pena.

«*Durante séculos*, desde os dias dos *quartodecimanos* do século II D.C., o conflito entre a cronologia sinóptica (isto é, Marcos) e a de João tem sido discutido sem qualquer solução satisfatória. Talvez reflita o que depois se tornou o conflito entre a observância oriental (em Éfeso) e a ocidental (em Roma) da páscoa. Pois o que talvez esteja por detrás do esquema de Marcos reflita o uso de Roma na década de 60 D.C., ao passo que o esquema de João reflete uma interpretação teológica ou simbólica de Jesus como o verdadeiro Cordeiro pascal, que morreu quando o cordeiro da páscoa era imolado, pois por detrás tanto de João, quanto de Marcos, há o fato histórico de que Jesus morreu na época da páscoa, embora não no dia exato da festividade. Em outras palavras, Marcos e João nos dão interpretações: Marcos identifica a última Ceia com a refeição da páscoa, e João identifica a morte de Cristo com a morte do cordeiro pascal. E as diferenças entre eles podem não envolver tradições históricas divergentes». (Grant, sobre Mar. 11:1, introdução).

Os *quartodecimanos* foram cristãos do século II D.C., principalmente da Ásia Menor, que diziam que a páscoa deveria ser observada segundo a celebração judaica dessa festa, isto é, no décimo quarto dia da lua após o equinócio da primavera, sem importar que dia da semana fosse.

Narrativa da paixão. A maioria dos eruditos crê agora que o *relato da paixão* foi a primeira narrativa consecutiva do evangelho a ser posta em forma escrita; e alguns chegam ao extremo de declarar que os próprios evangelhos seriam narrativas extensas da paixão. Seja como for, apesar da vida extraordinária de Jesus, foi nos dias finais de sua vida terrena, em sua agonia, morte e ressurreição, que se concentrou a atenção da humanidade. É provável que à primeira narrativa básica da paixão, usada por Marcos em seu evangelho, foram adicionados outros detalhes e incidentes, provenientes de outras fontes, pelo que qualquer relato desses eventos, conforme se vê nos quatro evangelhos, seja uma narração combinada, extraída de várias fontes. É provável que o próprio relato de Marcos não seja agora o que foi originalmente. Ele mesmo deve ter adicionado material novo, pois moveu-se para o círculo dos apóstolos e teve acesso a informações advindas de muitas fontes. À narrativa «pré-marcana» oral, e talvez também escrita, Marcos acrescentou detalhes extraídos de consultas pessoais com os próprios apóstolos. Não admira, pois, que tenha havido alguma deslocação de material. Por exemplo, a narrativa da unção de Betânia (ver Mar. 14:3-9) parece interromper a seqüência de Mar. 14:1,2 e 10,11, e Lucas empregou a história em um contexto inteiramente diverso, e com forma diferente, situando muito antes na vida de Cristo. (Ver Lucas 7:36-50). João 12:1-8 a situa antes, e não após a entrada triunfal, ao contrário dos evangelhos sinópticos. É praticamente impossível precisar o que fazia parte da narrativa original, ao que o próprio Marcos adicionou vários eventos; mas a questão não se reveste de importância. Marcos estava em posição de adicionar material «autêntico», pelo que não precisamos duvidar da *historicidade* de sua narrativa, apesar da complexidade das fontes informativas que ele usou na sua compilação. Por igual modo, os eventos adicionados posteriormente por Mateus e Lucas podem ser reputados igualmente dotados de autenticidade histórica.

EVERGETES

No grego esse nome significa «benfeitor». Em Atenas era um título honorífico, concedido por voto público. Foi um título dado aos reis Ptolomeu III (246-221 A.C.) e Ptolomeu VII (145-116 A.C.). O livro de Eclesiástico pode ser datado com base em uma referência à chegada de Evergetes ao Egito, no prólogo daquele livro. Ao que parece, deve-se pensar, nesse caso, em Ptolomeu VII. Talvez haja uma alusão a esse título em Lucas 22:25: «...e os que exercem autoridade são chamados benfeitores».

EVIDÊNCIA

Uma evidência é algo que faz alguma coisa tornar-se «evidente», «clara», «digna de confiança». A raiz latina é *evidens*, o particípio presente do verbo latino *evidere*, uma vez tirado o prefixo *e*. Em outras palavras, «ver claramente». As evidências servem de base para a crença em alguma coisa. Uma evidência, ainda que pequena, contribui para a solução de algum problema, ou então, para a correção da crença em alguma coisa. Consideremos os três pontos abaixo:

1. Se uma proposição qualquer é a soma de suas partes componentes, **então ela é auto-evidente**. A certeza assim obtida, porém, pode ser apenas psicológica, visto que cada parte de uma proposição precisa ser definida segundo os seus próprios termos.

2. *Guilherme de Ockham* (que vede) referia-se a dois tipos de evidências: *Per se nota*, isto é, aquilo que é evidente devido ao sentido de seus termos; e *nota per experientiam*, ou seja, algo que se torna evidente por meio de alguma experiência.

3. Aquilo que é tido como uma evidência depende daquilo que alguém crê sobre a teoria do conhecimento. Ver os artigos sobre *Conhecimento e a Fé Religiosa* e sobre *Verificação de Crenças Religiosas*. Esses dois artigos dão uma boa idéia acerca do que sejam as evidências, do ponto de vista da mente religiosa. Ver também sobre o *Empirismo*, no artigo sobre o Conhecimento, quanto às evidências científicas.

EVIL-MERODAQUE

Esse nome é de origem acádica e significa «homem (ou servo) de Marduque». Marduque era um deus babilônico, Evil-Merodaque. Nas páginas da Bíblia, ele é mencionado somente por duas vezes: II Reis 25:27 e Jer. 52:31. Foi filho e sucessor de Nabucodonosor, rei da Babilônia (que vede). Quando subiu ao poder (562 A.C.), soltou o até então cativo rei de Judá, Jeoaquim, tratando-o com bondade e permitindo-lhe ter posição de autoridade sobre outros reis conquistados, detidos na Babilônia.

Documentos administrativos encontrados pela arqueologia, na Babilônia, que contêm listas de rações, como o azeite, referem-se a *Yakukinu* ou *Yakudu*, o que, provavelmente, refere-se a Jeoaquim, de Judá, mostrando como ele realmente viveu na Babilônia. Há uma tradição judaica, mencionada por Jerônimo, quando ele comentava sobre Isaías 14:29, que diz que a causa dessa bondade de Evil-Merodaque foi que ele mesmo fora prisioneiro por algum tempo, por ordem de seu próprio pai, Nabucodonosor, depois que este se recuperou de seus sete anos de loucura, por ter-se ofendido por algo feito por seu filho. Estando na prisão, presumivelmente tornou-se amigo pessoal de Jeoaquim e, uma vez libertado, lembrou-se dele. O mais provável, contudo, é que isso tudo não passe de uma invenção, para tentar explicar por que Evil-Merodaque mostrou-se atencioso para com Jeoaquim. Beroso, e também o cânon de Ptolomeu, revelam-nos que Evil-Merodaque acabou sendo assassinado por seu cunhado, Nerglissar, que talvez seja o mesmo Nergal-Sarezer de Jeremias 39:3,13. Sem importar exatamente como a coisa sucedeu, o fato é que, depois, Nerglissar subiu ao trono da Babilônia.

EVÔDIA

No grego, «fragrante», «cheirosa». Nome de uma mulher que era membro da igreja cristã de Filipos, e que tinha uma antiga e constante querela com Síntique (que vede), outra cristã. Paulo exortou a ambas que tivessem um mesmo parecer mental. Elas tinham labutado juntamente com ele, em favor do evangelho e as diferenças delas não convinham a duas crentes. Ver Fil. 4:2,3. Sem dúvida, elas eram membros influentes da igreja filipense; e o mau exemplo delas era prejudicial a outros crentes. Desde o princípio, as mulheres crentes mostraram-se proeminentes na igreja cristã de Filipos (Atos 16:12-15). Não se sabe, entretanto, a causa originadora daquela querela, embora Paulo tenha dirigido a recomendação a ambas. Usualmente, as diferenças e querelas têm erros e causas em ambos os lados envolvidos.

Em Filipenses 4:3, um bom cooperador de Paulo é exortado a ajudar aquelas mulheres crentes, que tinham labutado com ele; e isso pode subentender um apelo para que ele procurasse ajudar a resolver o problema. Várias pessoas têm sido sugeridas quanto à identidade desse cooperador (ver o completo estudo a respeito, nas notas expositivas no NTI), embora não tenhamos qualquer conhecimento seguro quanto a esse particular.

EVÓDIO, HOMILIA DE

Trata-se de uma obra escrita em cóptico. O autor afirma chamar-se Evódiu, bispo de Roma, depois de Pedro. Entretanto, tradicionalmente, Evódio foi bispo de Antioquia. O escritor afirma ter sido testemunha ocular da morte e da subseqüente assunção de Maria (sete meses mais tarde). Nessa experiência, ele teria sido acompanhado por Pedro, João e outras importantes figuras cristãs. Não há que duvidar que essa obra foi forjada com o intuito de dar apoio a um mero dogma.

EVOLUÇÃO

Ver o artigo sobre Charles Darwin quanto a material suplementar a este artigo. Ver também o artigo intitulado *Evolução e Ética*.

Esboço

I. O Termo e Sua Definição
II. Vários Pontos de Vista sobre a Evolução
III. Considerações Teológicas e Filosóficas
IV. Declaração Final
V. Evolução Espiritual

I. O Termo e Sua Definição

A palavra portuguesa evolução deriva-se do latim e (fora) e **volvere** (rolar). A idéia expressa é o evolver gradual, em subdivisões, com a produção de muitos. Isso é usualmente descrito como algo que passa do simples para o complexo, ou então como a origem da vida em suas múltiplas manifestações e formas. A evolução não tenta explicar origens absolutas, porquanto começa a partir da matéria já existente. Entretanto, os evolucionistas precisam supor que os elementos físicos do universo foram arranjados de tal modo, ou arranjaram-se a si mesmos de tal modo, talvez por algum tipo de evolução material primitiva, que o surgimento da vida biológica se tornou possível. Por conseguinte, poderia ter havido alguma evolução cósmica, antes daquela que produziu formas entre as coisas animadas.

II. Vários Pontos de Vista sobre a Evolução

1. A *filosofia hindu* expõe uma espécie de desenvolvimento evolutivo, que começa com Brahman e acaba produzindo todas as coisas. A alma humana estaria envolvida nisso, tendo de atravessar todos os estágios de desenvolvimento, juntamente com outras coisas. Portanto, essa concepção vê o escopo inteiro do ser, desde o estado mineral até às formas de vida biológicas mais elevadas e complexas.

2. *Anaximandro* (que vede), um filósofo pré-socrático criou um sistema de evolução ao postular certo progresso no desenvolvimento das coisas vivas, e que teria começado nos oceanos. *Heráclito* (que vede), em seus caminhos ascendente e descendente, e em sua idéia de fluxo, criou uma espécie de desenvolvimento evolutivo que abrange todas as coisas. *Empédocles* (que vede) referia-se aos princípios de desenvolvimento e adaptação de todas as coisas, o que nos dá uma forma primitiva dessa doutrina. *Demócrates* (que vede) ensinava uma espécie de evolução mecânica, na manipulação dos átomos, por ele postulados.

3. *Platão*, em vez de pensar em uma evolução, pensava em uma involução, porquanto o real teria degenerado nos particulares (o nosso mundo físico). A alma humana também teria degenerado, ao vir a participar na matéria; mas, ao ser purificada, evolui espiritualmente, libertando-se novamente da matéria e retornando ao real, isto é, o mundo dos universais (que vede).

4. *Aristóteles* acreditava na fixidez das espécies; mas, dentro das espécies fixas ele via quatro tipos de causas (causa material, causa formal, causa eficiente e causa final), dentro das quais haveria uma progressão evolutiva em todas as coisas.

5. O *estoicismo* (que vede) com a sua doutrina de ciclos recorrentes, imaginava um mundo que teria evoluído do fogo primevo e que acabaria retornando ao mesmo.

6. O *epicureanismo* (que vede) lançava mão da teoria dos atomistas, adicionando à mesma o conceito de uma guinada, a fim de explicar como as coisas chegaram a ser o que são. Ver sobre *Epicuro* e *Lucrécio*.

7. O *neoplatonismo* (que vede) retinha as idéias de Platão, de que primeiramente teria havido uma involução, e somente depois uma evolução da alma humana.

8. *Bruno* (que vede) misturava a erudição grega

com idéias científicas, do que resultava um mundo de multiversos, todos no processo de tornarem-se; e tudo isso debaixo da providência divina.

9. Os *filósofos franceses* (que vede) faziam derivar o seu mundo de forças e entidades naturais, em que o ir-se tornando vai ficando cada vez mais complexo. Ver sobre *Holbach*, que colocava o homem dentro desse esquema.

10. *Leibniz* (que vede) pensava em um mundo dinâmico, que consistiria em **mônadas**; mas ele atribuía a evolução assim produzida ao poder de Deus, que atuaria como a Grande **Mônada**.

11. *Vico* (que vede) concentrava sua atenção sobre a evolução humana, e isso dentro da sociedade, vendo tal coisa como progressiva e cíclica.

12. *Herder* (que vede) aplicava a evolução à genética, como se os estados inferiores fossem evoluindo para estados superiores, como se o que é mais simples evoluísse para aquilo que é mais complexo.

13. *Hegel* (que vede), em sua doutrina sobre a tríada — tese, antítese e síntese — submetia todas as coisas a uma espécie de evolução, embora concebesse o Absoluto (o seu deus) como o poder por detrás do processo inteiro.

14. *Schelling* (que vede) pensava que o mundo teria evoluído por meio de algum poder vital. Ele rejeitava a simples evolução mecânica.

15. *Comte* (que vede), à semelhança de Herder, concentrava sua atenção sobre a evolução social e cultural. Ele pensava que a inquirição científica era uma espécie de desdobramento desse processo, bem como o seu estágio mais elevado.

16. *Charles Darwin* (que vede) fez um trabalho decisivo quanto ao problema da evolução biológica. Ele e outros, como A.R. Wallace (que vede), desenvolveram o conceito da seleção natural e da sobrevivência dos mais aptos. Ficou assim firmada a mutabilidade de todas as espécies. Coisa alguma, porém, eles disseram a fim de explicar os começos absolutos.

17. *Spencer* (que vede) falava sobre a evolução como uma lei da natureza que opera com base na homogeneidade incoerente, partindo daí para a heterogeneidade coerente.

18. *Charles Peirce* ensinava que as próprias leis da natureza encontram-se em estado de evolução e, por conseguinte, coisa alguma é fixa.

19. *W.G. Sumner* (que vede) aplicava a teoria de Darwin sobre a sobrevivência dos mais aptos às questões de economia.

20. *Haeckel* (que vede) aplicava as idéias de Darwin à metafísica e com isso criou um naturalismo monista e panteísta.

21. *Kropotkin* (que vede) ensinava que a sobrevivência dos mais aptos deve envolver o princípio da ajuda mútua.

22. *John Fiske* (que vede) desenvolveu uma espécie de teísmo evolutivo.

23. *S. Alexander* (que vede) ensinava o princípio de uma evolução emergente. Essa *evolução emergente* (que vede) ensina que novas qualidades podem vir subitamente à tona, que não podem ser reduzidas às qualidades antecedentes, e de uma maneira como não se poderia esperar da parte de um processo gradual.

24. *Bergson* (que vede) pensava ter descoberto o *élan vital* (que vede) como a força por detrás da evolução. Esse poder iria empurrando o mundo para coisas continuamente novas.

25. *A.N. Whitehead* adaptava as idéias de Darwin à física moderna.

26. *Smuts* (que vede) propunha que o processo evolutivo ocorreu com a ajuda de vários *saltos criativos*, não estando limitado a meros processos graduais.

27. *Teilhard de Chardin* (que vede) supunha que o processo evolutivo procede da matéria inorgânica, partindo daí para a esfera mental. Ele chamava isso de *noosfera*, isto é, «esfera da mente». Dessa maneira é que tomaria forma a evolução física, absorvendo formas não-físicas.

28. *McTaggart* (que vede) embora sendo ateu (segundo definições cristãs) acreditava na existência da alma humana e sua sobrevivência ante a morte física, e pensava que a alma veio a existir mediante um processo evolutivo, como a mais elevada realização da evolução. A Mente absoluta era por ele concebida como a força por detrás desse processo. A Mente absoluta, vista por detrás desse processo, em última análise, é a *Idéia*.

29. *Eruditos pragmáticos* têm encontrado certa justificação para o processo evolutivo, dentro da ética naturalista. Outro tanto se verifica quanto às suas idéias acerca da *gnosiologia* (que vede).

III. Considerações Teológicas e Filosóficas

1. **A questão do homem real, a alma.** Desde o princípio temos chamado a atenção do leitor para esse importante fato. A idéia evolutiva de Darwin procurava explicar somente o homem biológico. Pode-se presumir que ele não cria na alma e nem pensava que valia a pena perder seu tempo no estudo da alma. Portanto, seus ensinos não abordavam o homem real, a alma humana. Eruditos no hebraico informam-nos que o relato de Gênesis, sobre a origem do homem, nada tem a ver com qualquer suposto homem *imaterial*, e que o sopro da vida na estátua de barro só visa indicar que, — desse modo, Deus animou a matéria, e não que ele insuflou nela uma alma. É verdade que o Pentateuco não aborda a doutrina da alma, e nem há ali qualquer consideração sobre recompensas ou punições na outra vida, para a alma imaterial. É evidente, pois, que nem Darwin e nem o livro de Gênesis abordam o homem real, a alma imortal. Quanto a isso, ambos mostram-se deficientes; e penso que o homem que está realmente buscando a verdade, deveria reconhecer esses fatos. Por essa razão, não me sinto muito excitado ante toda a controvérsia a respeito da evolução e seu conflito com o registro do livro de Gênesis. A única coisa que está em jogo, em toda a sua exposição, é o *corpo* do homem, e não a sua alma. Para mim, portanto, esse é um assunto interessante, mas não vital.

Os pais alexandrinos buscavam o homem original no estado pré-adâmico, nos mundos celestiais, como companheiro dos anjos. Naturalmente, esse ponto de vista é platônico; e considero que há nisso uma certa verdade, embora inexata. Ver sobre a *Preexistência da Alma*. Em nosso artigo sobre a *Alma*, damos várias idéias acerca da origem da alma. Ver o artigo sobre *Darwin*, pontos quarto e quinto, no tocante a outros detalhes, que preenchem a idéia que tenho apresentado neste primeiro ponto, desta terceira divisão deste artigo.

2. *O problema das origens*. A evolução aos moldes de Darwin procura dizer como a matéria evoluiu até chegar a espécies biológicas; mas nada diz sobre a origem da matéria. Outros evolucionistas pensam que a matéria originou-se da *Mente*, conforme se vê na discussão sob a segunda seção deste artigo. O que está em jogo é a exatidão da narrativa do livro de Gênesis, sobre a questão da origem das espécies físicas, ou

sobre o *modus operandi* dessa origem. Os teólogos que insistem em uma interpretação literal do relato de Gênesis, defrontam-se com uma série de problemas, visto que o relato bíblico é similar, em certos pontos críticos, às estórias de criação dos mitos pagãos mesopotâmicos. Temos ilustrado amplamente essa questão nos artigos sobre **Cosmologia; Criação; Adão; Eva e Jardim do Éden. As tentativas de certos** pensadores que querem fazer o mundo estar apenas com seis mil anos de existência são por demais ridículas para merecerem consideração séria. Sabemos que a luz de estrelas e galáxias, com dezesseis bilhões de anos-luz, está chegando até nós. Portanto, a criação do universo deve ter, pelo menos, essa antiguidade. Os argumentos em prol de uma criação jovem ignoram, convenientemente, esses fatos, embora penetrem elaboradamente no aspecto biológico do problema todo. O que estou dizendo aqui é que todo teólogo honesto encontra problemas quando se trata das origens. Talvez, afinal de contas, a resposta é que simplesmente não saibamos o que, realmente, sucedeu. Todavia, isso não nos impede de tomar a posição teísta, declarando que embora o *modus operandi* do começo das espécies continue uma questão misteriosa, sabemos que o poder de Deus está por detrás de tudo.

3. *Modernização da antiga cosmologia dos hebreus.* Meus amigos, os antigos hebreus simplesmente não acreditavam no que hoje em dia se diz nas igrejas evangélicas a respeito das origens. O que eles acreditavam tem sido distorcido e adaptado. Desse modo, suas crenças são modernizadas, a fim de fazê-las harmonizar-se com a ciência moderna e com a teologia moderna. Ver o artigo sobre a *Astronomia*, quanto a uma demonstração sobre isso. Os teólogos honestos precisam enfrentar questões como essas.

4. *Problemas com a evolução.* Os próprios evolucionistas concordam que as evidências de que dispõem não são conclusivas, mas tão-somente indicativas. Alguém já disse: «Os criacionistas têm certeza, sem evidências. Os evolucionistas têm evidências sem certeza». Se tomarmos um ponto de vista simbólico ou alegórico acerca do relato de Gênesis, então essa declaração torna-se adequada. Mas, se assumirmos uma posição literalista, tropeçaremos no problema que temos sugerido ao leitor, no artigo sobre a *Astronomia* e em outros artigos, mencionados sob o segundo ponto, acima.

a. *Da matéria morta à matéria viva.* Se aceitarmos a evolução, então teremos de aceitar que a vida biológica pode, de alguma maneira, derivar-se de certas reações químicas, ainda desconhecidas. É verdade que faz pelo menos vinte anos agora que certas formas primitivas de vida foram produzidas por reações químicas. Porém, isso ainda está a grande distância de explicar o homem, embora, para alguns estudiosos, seja um passo inicial promissor. Os evolucionistas teístas não se sentem perturbados diante disso. Eles dizem que o homem está simplesmente aprendendo algo sobre os blocos de construção que Deus usou, quando produziu a vida. Também supõem que a Mente divina esteve por detrás da questão inteira, pois, do contrário, não haveria os blocos de construção, com que começar, e nem a inteligência necessária para produzir toda aquela maravilhosa complexidade que todos podemos contemplar.

b. *Da simplicidade para a complexidade.* Será, realmente, verdade, que no começo havia apenas formas de vida mais simples, das quais evoluíram formas de vida mais complexas? Os criacionistas respondem na negativa. Mas os evolucionistas oferecem um monte de evidências em apoio à sua resposta positiva. Seja como for, a imensa complexidade e inteligência que podemos observar na natureza certamente fala sobre mente e inteligência, por detrás de tudo, e não de simples forças mecânicas. A evolução mecânica, sem qualquer diretriz inteligente, requer um bocado de credulidade para ser aceita. Isso significa que os advogados dessa modalidade de evolução são céticos cheios de fé!

c. *A seleção natural.* Há três problemas sérios que envolvem esse conceito. O *primeiro* é que o mesmo apenas oculta a ignorância, dando um nome a um mistério oculto, a menos que admitamos que há uma inteligência envolvida em tudo. Seleção mecânica é uma contradição de termos. Somente uma mente é capaz de selecionar. Em *segundo lugar*, essa idéia nada faz para explicar o impressionante desígnio que há na chamada matéria inanimada. Em outras palavras, desde a matéria inanimada já encontramos um desígnio; mas então, nas formas biológicas, haveria um retrocesso para a seleção natural. É claro que a mente já fizera muita coisa, no campo do selecionamento, antes da seleção natural começar; mas isso é ignorado dentro da expressão absurda «seleção natural». Em *terceiro lugar*, é lógico supormos que a *mesma inteligência* que opera sobre a chamada matéria inanimada, também opere sobre as formas biológicas. A teoria da evolução não tem podido dissipar os mistérios envolvidos. Isso significa que, quando muito, essa é apenas uma teoria tentativa e muito incompleta.

d. *A evolução depende do empirismo.* Estamos falando aqui sobre a variedade darwiniana, mecânica do conceito. Não há dúvida de que a experiência demonstrou que ninguém pode explicar adequadamente o mundo, e nem examinar bem os seus mistérios, se apelar somente para o empirismo. Há contribuições que também são feitas pela razão, pela intuição e pelas experiências místicas. Essas nos dão boas evidências em favor da existência de entidades não materiais, incluindo, acima de tudo, a alma humana. A própria ciência poderá vir a ser a campeã que, finalmente, demonstrará a dimensão não-material do homem. Ver os artigos sobre a *Parapsicologia* e sobre as *Experiências Perto da Morte*, quanto a evidências. Qualquer teoria que ouse falar sobre o homem, utilizando-se apenas de métodos empíricos, e então, convenientemente, ignore o que o próprio empirismo diz sobre a imaterialidade, tem de enfrentar invencíveis dificuldades.

IV. Declaração Final

É mister uma tremenda credulidade para alguém acreditar na evolução puramente mecânica, postulada por alguns evolucionistas. A evolução teísta poderia estar com a razão, não criando qualquer problema teológico, se tomássemos o ponto de vista alegórico de Gênesis. A Igreja Católica Romana, através de seus apologistas, tem aceitado a posição de que qualquer teoria cientificamente estabelecida sobre o desenvolvimento *biológico* é aceitável, do ponto de vista teológico (embora, nem por isso, seja verdadeira), se com isso não forem negados os ensinos da Igreja acerca da criação sobrenatural e especial *da alma* humana. Em outras palavras, pode-se deixar o corpo físico aos cuidados de uma evolução teisticamente guiada, mas a alma pertence exclusivamente a Deus. Esse ponto de vista ganha força diante do fato de que o relato de Gênesis (visto pelo prisma dos antigos hebreus, e não pelo prisma dos cristãos modernos) não se refere à alma humana de modo algum. Pensamos que a posição desses apologistas católicos

romanos é uma idéia útil, que merece a nossa consideração. Por outra parte, afirmamos que ninguém, realmente, conhece a verdade a respeito das origens, exceto a afirmação de que a Mente divina está por detrás de toda essa operação, desde o começo. Mas, o *modus operandi* dessa operação precisa continuar sendo discutido. Se a alma pertence a Deus, tendo provido dele e estando destinada a retornar a ele, então, qualquer doutrina concernente ao corpo físico, por mais interessante que seja, não é crítica para a nossa fé.

Considerando a Controvérsia:

Irving Kristol, professor de pensamento social na escola graduada de negócios da Universidade de Nova Iorque, propôs uma abordagem que talvez seja útil na tentativa de encontrar uma maneira de abrandar o perene conflito que ruge entre os criacionistas e os evolucionistas. Ele sugere que visto haver tantas teorias conflitantes da evolução, não pode a evolução ser ensinada como uma simples teoria científica ortodoxa. Ensiná-la é, de fato, um exercício de dogmatismo. Em outras palavras, as teorias de evolução que se entrechocam criam muitas debilidades na teoria geral, furtando-lhe a aura de um fato científico.

Passo a citar o que ele escreveu no *New York Times:* «Segundo as coisas são, os fundamentalistas religiosos não estão longe do alvo quando afirmam que a evolução, conforme ela é geralmente ensinada, é assinalada por uma aresta antireligiosa sem base. A transformação gradual da população de uma espécie em outra é apenas uma hipótese biológica, e não um fato biológico. As diferenças entre as espécies são tão profundas que (pelo menos para alguns cientistas) o próprio conceito da evolução torna-se questionável. A evolução deveria ser ensinada como uma idéia conglomerada, formada por hipóteses conflitantes, e não como uma certeza que não pode ser desafiada. O criacionismo é uma questão de fé, e não de ciência. Teologicamente falando é perfeitamente defensável, mas nada tem a ver com a biologia». Esse mesmo autor duvida do valor de forçar a questão (o criacionismo e a controvérsia que gira em redor do mesmo) até o nível das escolas públicas, achando que seria mais aconselhável que os cristãos bíblicos apresentem os seus pontos de vista nas igrejas, ao mesmo tempo em que, nas escolas públicas, as crianças de pais evangélicos não deveriam ser expostas a ensinamentos anti-religiosos, que lhes são forçados como se fossem fatos.

Evolução Espiritual: Ver o artigo com este título.

Escrevi um artigo separado sobre esse assunto, bastante detalhado. Um texto de prova da idéia que o homem evolui *espiritualmente* (não biologicamente) é II Coríntios 3:18: «E todos nós, com o rosto desvendado, contemplando, como por espelho, a glória do Senhor, somos transformados de glória em glória, na sua própria imagem, como pelo Senhor, o Espírito».

Para mim parece claro que a própria salvação, já nas dimensões celestiais, envolverá uma glorificação e uma transformação eternas, em que o crente vai sendo transformado à imagem do Filho de Deus, mediante o poder do Espírito Santo. Isso significa que os homens compartilharão da própria natureza divina (ver II Ped. 1:4), dotados da plenitude de Deus (ver Efé. 3:19), conforme a imagem e a natureza do Filho de Deus (ver Rom. 8:29), subindo sempre de um estágio de glória para outro, incessantemente (ver II Cor. 3:18). Visto que há uma infinitude com a qual seremos cheios, não há que duvidar que haverá um enchimento infinito.

Estágios na Inquirição Espiritual; a Evolução da Vereda Espiritual

1. Materialismo

A alma é imersa no bem-estar físico, dominada pelo egoísmo, afligida pelo agnosticismo, pelo ceticismo e, talvez, até pelo ateísmo.

2. Superstição

As evidências de poderes super-humanos são suficientes para convencer a alguns de que a abordagem materialista não pode explicar todos os fenômenos pelos quais passa um ser humano nesta vida. Há uma tomada inicial de consciência acerca de forças e entidades maiores que o ser humano. Mas bem pouco é reconhecido acerca de tais forças, e a imaginação cria toda espécie de mito e tabu. Ritos são efetuados na tentativa de aplacar as forças invisíveis.

3. Fundamentalismo

Revelações divinas, através de profetas, provêem-nos Livros Sagrados, que quase sempre tornam-se objetos de adoração. Ver sobre a *Bibliolatria*, quanto a uma ilustração desse fenômeno. As principais atividades, durante esse estágio, são crenças rígidas e invenções de credos que, supostamente, conteriam todas as verdades importantes que devem ser cridas.

4. Filosofia

Nesse estágio, os homens começam a pensar por si mesmos. Há uma espécie de despertar da auto-responsabilidade. As convicções religiosas são mantidas, mas há menos dependência ao mero dogma. Nesse estágio, os homens exibem maior respeito pela vida, e não meramente pela vida humana. A *tolerância* (vide) passa a ser um importante aspecto durante essa fase.

5. Perseguição e Perseverança

A alma do indivíduo é afligida por profundos anelos espirituais. Há muita tensão interior, ou mesmo angústia, que se origina do intenso desejo de compreender os significados ocultos e os mistérios

6. A Vereda Mística

A alma esforça-se por desvencilhar-se das muitas cadeias do dogma, dos costumes e dos preconceitos que a escravizam. É buscada a Presença do Espírito de Deus. A meditação e outros modos de avançar nas experiências místicas tornam-se parte da vida diária. É procurada a *união com Deus*. O indivíduo eleva-se acima do mundo da percepção dos sentidos, da razão e da intuição, e busca comunhão direta com Deus. Nesse estágio, o amor torna-se supremo no mundo ético, pois, em termos práticos, não há princípio maior que o amor. Aparece como que um elevado monte, a ser escalado ou ultrapassado, que representa as realizações espirituais. É possível escalar por um dos lados dessa montanha mediante a meditação, o misticismo subjetivo e a contemplação transcendental. Mas também é possível escalar essa montanha pelo lado oposto mediante a meditação, o misticismo objetivo e a metafísica intelectual. Ver o detalhado artigo acerca do *Misticismo*. Paulo disse que possuímos a mente de Cristo. Ver sobre o *Cristo-Misticismo*. O próprio apóstolo era homem dotado de muitas visões e experiências místicas, e parte do nosso Novo Testamento origina-se das coisas que ele aprendeu por meio de tais experiências. Paulo encarecia a *iluminação* (vide; Efé. 1:18). Esteve no terceiro céu e ficou pasmo diante das coisas que ouviu e viu, embora não tivesse recebido a permissão de revelá-las, em sua maior parte (ver II Cor. 12:1-3). Destarte, aproximou-se da presença de Deus e foi Transformado. Essas experiências ajudaram-no em sua transformação segundo a imagem de Cristo (ver *Transformação Segundo a Imagem de Cristo*). Talvez não estejamos longe da verdade ao afirmarmos que a epístola aos *Gálatas* representa o estágio *fundamenta-*

lista do desenvolvimento espiritual de Paulo, quando estava em conflito aberto com seus adversários. Mas a sua epístola aos *Efésios* representa o seu estágio místico, ao passo que o trecho de II Coríntios cap. 13 confere-nos algumas informações sobre suas experiências pessoais durante esse avançado estágio.

7. Estágio Final

Na verdade temos aí o processo eterno da *glorificação*. Ver os artigos intitulados *Visão Beatífica; Glorificação; Salvação e Transformação Segundo a Imagem de Cristo*. (AM B C E EP P R)

EVOLUÇÃO E ÉTICA

1. **Evolução Mecânica.** Essa posição supõe que o próprio homem veio à existência por causas naturais e mecanicistas, não havendo razão para pensar que a sua conduta deveria ser governada por princípios divinos. A *conduta ideal* seria apenas uma questão de tentativa e erro, com melhoria gradual. Além disso, essa conduta, naturalmente, seria relativista. O que é bom para uma cultura, em seu estágio evolutivo, pode não ser necessariamente bom para outra cultura; e outro tanto poderia ser dito acerca dos indivíduos. Como se vê, a ética sofreria a pressão da opinião pública. A menos que Deus tenha estado envolvido, de alguma forma, na origem do homem, não haveria grande razão pela qual devesse envolver-se na conduta humana.

2. *Evolução Teísta*. Mas, se cremos que Deus guiou o processo evolutivo, então também podemos conceder que ele seja nosso guia quanto à conduta ideal.

3. *O conflito e a hostilidade* são os principais elementos na doutrina da sobrevivência dos mais aptos, promovida pela teoria da evolução. Essa idéia não tem praticamente nada a dizer sobre o amor, que é a principal virtude de quase todos os sistemas religiosos. O altruísmo coletivo está por detrás da sobrevivência de qualquer sociedade; e, quando isso falha, a degradação e o declínio tornam-se inevitáveis.

4. *A natureza moral do homem evoluiu* juntamente com seu corpo físico, segundo o pressuposto básico da evolução. Porém, mesmo que a evolução biológica esteja com a razão, temos de compreender que Deus é o originário da alma e a alma é o homem essencial. Naturalmente, pois, a ética do homem precisa transcender à sua herança animal e biológica se, realmente, ele tem essa herança. Ver o artigo geral sobre a Evolução, seções terceira e quarta, quanto aos problemas que confrontam a teoria da conclusão, bem como nossa declaração final acerca da questão.

5. *Evolução Cultural*. A história humana incorpora, segundo alguns estudiosos, três estágios: a selvageria, a barbárie e a civilização. Segundo nos dizem, os códigos éticos humanos têm seguido de perto esse processo. A história fornece-nos muitas evidências em favor desse ponto de vista. Consideremos a história de como Davi matou diversas centenas de filisteus, somente para obter as peles de seus prepúcios, para que pudesse casar-se com uma filha de Saul. Isso foi uma barbaridade, ou mesmo uma selvageria; e, no entanto, não foi censurado. O homem continua sendo um bárbaro, embora tenha havido melhoramentos. No entanto, precisamos entender que a mente divina está supervisionando esse desenvolvimento, sempre acenando para o homem com um ideal superior.

6. *Natureza Evolutiva dos Sistemas Éticos*. É verdade que esses sistemas, filosóficos e religiosos (incluindo a ética bíblica — contraste-se Elias e Jesus, em suas atitudes e atos básicos), têm evoluído. Isso não significa, porém, que *aquilo que é seja certo*. E nem indica que nos próprios documentos sagrados seja patente uma ética em progressão. No entanto, assim tem acontecido. O que sucedeu, não era necessariamente certo e o que era conhecido como conduta ideal estava em processo de desenvolvimento. A dificuldade surge quando deixamos tudo isso aos cuidados do naturalismo, e assim nos pomos debaixo do império de uma ética relativista, devido à nossa falta de conhecimentos e experiência. Para nós, a ética é relativa, para o padrão é absoluta. Esse padrão está sendo sempre revelado para nós; e a *revelação*, e não apenas a experiência humana, está envolvida nesse processo. Tal como em todas as formas de desenvolvimento, sempre nos encontramos em um estágio parcial e imperfeito. Nosso conhecimento, a respeito de todas as coisas, incluindo as questões éticas, é parcial. Sabemos de algumas grandes coisas e somos forçados a seguir aquilo que sabemos, até esse ponto. Porém, o Espírito de Deus é quem dita, e não o homem, sobre o indivíduo, sobre a sociedade humana, sobre a cultura humana.

EVOLUÇÃO EMERGENTE

Essa teoria difere do pensamento evolutivo padrão porque declara que, algumas vezes, a evolução projeta qualidades inteiramente novas no ser daí emergente, que não pode ser explicado por seus antecedentes. Os que têm advogado essa opinião incluem C. Lloyd Morgan, Boodin, Smuts e S. Alexander, sobre quem oferecemos artigos separados. Essa teoria traz embutida uma crítica contra o mecanicismo. Precisamos de algum meio de explicação para a vida, aliada à mente e não apenas de algum processo mecânico e, aparentemente, a evolução emergente abre espaço para isso. S. Alexander dá início à sua exposição teórica com o espaço já existente, o tempo e os materiais já existentes, mas, por meio de emergências, preenche o resto de sua teoria sobre a vida. Darwin supunha que as mudanças evolucionárias ocorrem mui lentamente; mas os evolucionistas emergentes pensam que podem ocorrer modificações súbitas, até mesmo dramáticas, que alteram todo o curso e o estilo da vida. Alguns pensadores têm pensado que essas novidades têm lugar de maneira ininteligível, sem qualquer explicação lógica. Mas outros pensam que há a presença de uma *mente*, em algum ponto, envolvendo alguma espécie de desígnio inteligente. O que pode estar envolvido no conceito de mente, dentro desse contexto, entretanto, difere totalmente de um intérprete para outro. Para esses cientistas, a expressão não implica em qualquer forma discernível de teísmo. E o termo *emergente* é usado para falar sobre as repentinas manifestações de novas espécies e de novas formas de vida, que não podem ser previstas com base nas leis conhecidas que regem a matéria. (EP P)

EVOLUÇÃO ESPIRITUAL

«E todos nós, com o rosto desvendado, contemplando, como por espelho, a glória do Senhor, somos transformados de glória em glória, na sua própria imagem, como pelo Senhor, o Espírito» (II Cor. 3:18).

Aí está a *evolução espiritual*. Quando a alma humana veio à existência, por um ato divino, era um ser dotado de grande poder e inteligência, um pouco menor que os anjos, ou mesmo igual a eles, conforme pensavam os pais alexandrinos da Igreja. A diferença que hoje há entre os seres angelicais e os seres

humanos depende inteiramente da extensão da queda. A redenção envolve uma certa evolução espiritual. A transformação segundo a imagem de Cristo e a participação final na natureza divina (Col. 2:10; II Ped. 1:4), estão sendo efetuadas pelo poder do Espírito Santo, o que está conduzindo as almas remidas de um estágio de glorificação para outro. E esse processo prosseguirá na eternidade, interminavelmente. Se há uma infinitude com que deveremos ser enchidos, então também deverá haver um enchimento infinito. Em ponto algum desse avanço o que é finito tornar-se-á infinito; mas, a cada instante poderá ir-se tornando mais e mais parecido com o infinito, quanto ao poder, quanto à natureza inerente e quanto aos atributos. A glorificação (que vede) não será um acontecimento que ocorrerá de uma vez por todas. Não se consumará quando de nossa entrada nos lugares celestiais. Antes, é um processo eterno.

Há artigos que ampliam esse tema, pelo que os detalhes devem ser buscados nos mesmos. Ver sobre *Divindade, a Participação do Homem na; Transformação Segundo a Imagem de Cristo e Salvação*. A salvação final pode ser descrita como a participação finita na natureza de Deus — na finitude, mas sempre avançando na direção da infinitude. As implicações desse conceito são imensas e há muitos mistérios contidos no mesmo. **Ver outras idéias no artigo Evolução, IV, últimos oito parágrafos.**

EXALTAÇÃO DE CRISTO

Para melhor entendermos a questão, consideremos os pontos abaixo, que expõem o que está envolvido na mesma:

1. *A Palavra Exaltação*. O termo latino por detrás dessa palavra portuguesa é *exaltare*, que vem de *ex*, «fora», e *altus*, «elevado», «alto». Portanto, exaltar é elevar, é glorificar. Essa palavra significa elevar quanto à posição, ao caráter, à honra e à natureza. Em Atos 2:33 aprendemos que Jesus Cristo foi exaltado por Deus. O termo grego ali usado é *upsoo*, cujo sentido assemelha-se à palavra latina acima discutida: «elevar», e, figuradamente, «honrar», «conceder poder, posição, fama». A forma nominal desse vocábulo grego, *upsoma*, significa «altura», «elevação», e, metaforicamente, «exaltação». Ver também Atos 5:31 e Fil. 2:9. O trecho de Heb. 1:5 *ss*, bem como essa epístola em geral, fala sobre vários aspectos da exaltação do Filho de Deus.

2. *A Humilhação* (que vede) e a *Exaltação* de Cristo são os dois pólos da experiência do Filho de Deus, em sua carreira remidora, indicando dois aspectos importantes de sua obra como o Mediador entre Deus e os homens (que vede). A humilhação está vinculada à humanidade de Cristo e a exaltação está ligada à sua divindade, embora essas classificações não possam ser consideradas absolutas nessa simplicidade.

3. *Principais Elementos da Exaltação de Cristo*. A transfiguração, a descida de Cristo ao hades (ver sobre *Descida de Cristo ao Hades*), a ressurreição e a ascensão, com o conseqüente poder de Cristo, à mão direita do Pai, e também a futura *parousia* (que vede) são passos que participam da exaltação de Cristo. Nesses atos ele é reconhecido como deve ser. Através dos mesmos é que ele tem sido e continuará sendo reconhecido como Aquele que efetuou a salvação e é o nosso Mediador. Naturalmente, sua obra redentora continua, tendo começado na terra, tendo descido ao hades, e, agora, na sua intercessão pessoal em favor de seus remidos, nos lugares celestiais.

Alguns intérpretes protestantes, estranhamente, têm deixado de lado o aspecto da descida de Cristo ao hades, como parte de sua missão. Mas os católicos romanos, os ortodoxos orientais, os luteranos e os anglicanos têm-se mostrado mais sábios do que isso, dando o devido valor a essa importantíssima fase da realização de Cristo. Ela serviu tanto para fazer do hades um campo missionário como para derrotar as forças de Satanás. De fato, a passagem de Efésios 4:8 *ss* mostra que tanto a descida ao hades como a subida dali tiveram o mesmo propósito: fazer Cristo ser *tudo para todos*, «enchendo todas as coisas», o que não é uma realização inferior. Alguns grupos protestantes não querem ver qualquer significação na descida de Cristo ao hades, para os perdidos, ou têm negado completamente essa realidade, — tendo a necessidade de alterar sua ultrapassada posição sobre o juízo divino, de acordo com a qual nenhuma esperança é oferecida aos perdidos. No entanto, o trecho de I Pedro 4:6 oferece claramente a esperança aos perdidos, mesmo após a morte física.

Observemos, além disso, que a descida de Cristo ao hades completou a sua missão, abarcando então as esferas terrena, infernal e celestial. Doutra sorte, não poderia ser universal, e nem poderia ele vir a encher a tudo, que é o cerne do mistério da vontade de Deus. Ver Efé. 1:9,10,23. O artigo sobre o *Mistério da Vontade de Deus* fornece detalhes sobre essa questão. Ver também o artigo sobre a *Restauração*, que será a fase final da exaltação de Cristo, porquanto, nessa fase, toda a criação será elevada juntamente com ele.

Após a descida de Cristo ao hades, ele ressuscitou (Atos 2:32; Rom. 1:4). E a ressurreição tornou-se um dos principais assuntos da pregação dos apóstolos. A ressurreição de Cristo elevou-o para uma nova forma de vida, forma de vida essa que, finalmente, será compartilhada por todos os filhos de Deus. Ver detalhes quanto a isso em I Cor. 15:42-45.

A ascensão de Cristo transferiu para os lugares celestiais o ofício de Jesus como o nosso Mediador. Também devemos supor que a glorificação de Cristo prossegue, porquanto consiste em várias fases. Ali, ele está preparando as coisas para sua grande reunião com todos os filhos de Deus — e o Filho e os filhos nunca mais se separão (João 14:2,3).

4. *À Mão Direita de Deus*. Essa expressão, que aparece em Sal. 110:1; Mat. 2:44; Rom. 8:34; Efé. 1:20; Col. 3:1 e Heb. 1:3, não indica apenas alguma posição ou localização privilegiada, mas indica representatividade. Por assim dizer, o Pai recolhe-se em seu esplendor inalcançável, onde reside sozinho; e o Filho é o Deus com quem temos de tratar. À mão direita de Deus, pois, Jesus Cristo, o bendito Filho de Deus, continua a sua obra. Ali ele exerce as suas prerrogativas reais (Efé. 1:20-22); dali ele envia o seu Espírito ministrador (João 14:26; 16:7); dali ele faz contínua intercessão por nós (Rom. 8:34; Heb. 7:25; 9:24; I João 2:1).

5. Por ocasião da *parousia* (sua segunda vinda a este mundo, com sua presença esplendorosa) essa exaltação de Cristo terá prosseguimento, e, na verdade, entrará em uma nova fase. Então a obra remidora dará um imenso salto para a frente: a ressurreição dos remidos terá lugar, a Igreja de Cristo irá residir por inteiro nos lugares celestiais, todos os seus membros glorificados; haverá o reino milenar de Cristo à face da terra; processar-se-á o julgamento final; e terão começo os ciclos restauradores da eternidade. Ver o artigo geral sobre a *Parousia*. Ver também sobre *Vida Eterna* e *Salvação*.

••• ••• •••

EXALTAÇÃO DO HOMEM

Ver sobre a **Glorificação.**

EXARCA

Trata-se de um título eclesiástico usado nas comunhões ortodoxas orientais. Corresponde aos títulos vigário ou primaz, usados no Ocidente. A princípio designava o ofício de um metropolita (que vede), quando esse ofício era mais importante que o ofício ordinário, embora nunca tenha atingido o mesmo grau de hierarquia que o dos patriarcas (que vede). Usualmente, os exarcas são bispos.

EXATORES, FEITORES

Há uma palavra e uma expressão hebraicas envolvidas neste verbete, a saber:

1. *Nagas*, «cobrar», «extorquir». No particípio tem o sentido de «exator», «opressor». Este uso da palavra é empregado por quinze vezes, — conforme se vê em Êxo. 3:7; 5:6,10,13,14 e Isa. 60:17. Em nossa versão portuguesa, na primeira e na última dessas referências é usada a tradução «exatores»; nas outras, «superintendentes».

2. *Sar mas*, «chefe de recrutamento» ou «chefe de grupos». Usada somente em Êxo. 1:11, que nossa versão portuguesa traduz por «feitores».

Nas ostracas egípcias, essa palavra e essa expressão são usadas com freqüência. Ali são detalhadas as tarefas dos grupos que escavavam e construíam os túmulos dos Faraós, ou então os «superintendentes de trabalhos forçados». *Nagas* é de origem semítica antiqüíssima, no semítico ocidental, provavelmente anterior à época de Moisés.

EX-CATHEDRA

Expressão latina que significa «de cadeira». Trata-se de uma expressão técnica, empregada pela Igreja Católica Romana, em conexão com a idéia da *infalibilidade papal* (que vede), nas declarações oficiais do papado. De acordo com o Concílio do Vaticano (que vede), o papa, quando ensina *ex cathedra*, ou seja, quando no exercício de seu ofício de pastor e cabeça da Igreja, que lhe foi dado por Deus, não pode errar quando se pronuncia ou quando define uma doutrina, ou quando estabelece uma regra que visa à conduta moral. Essa infalibilidade repousa sobre a «suprema autoridade apostólica» do papa. Os protestantes, naturalmente, negam a doutrina da infalibilidade tanto do papa quanto dos concílios, dependendo exclusivamente da autoridade das Sagradas Escrituras. Só Deus é infalível e as decisões de um papa ou concílio por muitas vezes têm sido derrubadas pelas decisões de outro papa ou concílio, conforme a história deixa perfeitamente claro.

EXCEÇÃO

Essa palavra portuguesa deriva-se do latim, **ex**, «fora», e **capio**, «tomar». É usada para indicar a exclusão de algum item do resto de uma classe. A palavra reveste-se de alguma importância, dentro do contexto ético.

Uma das formas da ética (que vede) é aquela que se denomina absolutista ou formal, governada por presumíveis leis fixas. Levanta-se, pois, a pergunta se pode haver exceções legítimas. Consideremos os quatro pontos abaixo:

1. Emanuel Kant propôs o seu *imperativo categórico*, nome dado à sua regra que diz que sempre deveríamos agir de tal modo que nossas ações fossem demonstrações da lei universal. Você está disposto a fazer de um ato seu uma lei universal, com aplicação perene? Em caso contrário, tal ato estaria errado.

2. A *ética relativa* ou situacionista nunca encontra uma lei que não esteja sujeita a exceções. Isso porque surgem situações que requerem reações diferentes. Isso soa como um forte argumento, mas lança o caos na ética quando surgem em cena situações *ímpares*. Tomemos, para exemplificar, o princípio do *amor*. Esse princípio é universalmente reconhecido como desejável. No entanto, entra a perversão quando um dos pais de uma criança, por motivo de amor, segundo ele diz, abusa dela. Uma situação ímpar pode exigir um ato de ódio, embora seja chamado ato de amor. Todos os tipos de proibição moral podem ser ignorados, se alguém lançar a culpa sobre suas tendências e suas exigências, que requerem reações ímpares.

3. *Uma exceção pode provar a regra*, destacando-a com maior clareza. Se uma pessoa não deve mentir e nunca mente, talvez venha a tornar-se prejudicial a sua insistência em dizer sempre a verdade. Um paciente que tenha uma enfermidade fatal pode passar melhor se não lhe for revelada a verdade, mas antes, seja encorajado por uma mentira que descreva falsamente a sua saúde. Por outro lado, no caso de um outro doente, a verdade talvez seja melhor. Nessa ilustração, um elevado princípio moral, como o desejo de não prejudicar, vinculado ao desejo de promover o conforto psicológico, pode ser mais importante que a insistência em dizer somente a verdade.

4. *Uma exceção pode negar a regra*. As exceções que se tornam leis morais podem ser apenas instrumentos de um indivíduo que quer fazer o que deseja. Um certo professor que tive, dizia: «A sociedade precisa de leis; eu, não». Talvez a honestidade básica seja a grande lei ética de que todos nós precisamos. Se outras regras forem controladas por essa lei, então não encontraremos problemas no caso de leis absolutas e de suas exceções não permissíveis. O crente encontra a maior parte de suas leis éticas nas Sagradas Escrituras; e, se ele observá-las, não deixará de ter uma expressão moral adequada.

EXCELÊNCIA

Uma pessoa excede quando ultrapassa a outras e realiza algo de extraordinário ou tem uma conduta exemplar. No campo da ética, a perfeição e a auto-realização são consideradas parte da excelência. Jesus exortou os homens para buscarem a *perfeição*, como o ideal das realizações morais, tendo o Pai como o grande alvo. Aristóteles exortava os homens à auto-realização dentro de alguma função na sociedade, que fosse mais vantajosa para o indivíduo e para os outros, ao que chamou de *virtude*.

O cristianismo tem uma elevada ética, ao mesmo tempo em que a sua mensagem alude à total depravação do homem. Por esse motivo, torna-se necessária a doutrina da graça divina, de tal modo que os homens possam saber que há um ministério do Espírito, que pode ajudá-los a buscarem a excelência, no desenvolvimento espiritual. Quando é enfatizada a mensagem da total impotência humana de um modo que reduz a quase nada a sua criatividade, promove-se uma religião calcada sobre o orgulho pessoal, o que é claramente contrário aos mais nobres ideais cristãos. Pois, apesar de sermos apenas *vasos de barro*, os maiores cristãos têm atingido um significati-

vo desenvolvimento pessoal e têm realizado muita coisa, mediante a graça de Deus. Ver o artigo sobre o *Desenvolvimento Espiritual, Meios de*. Ver também sobre *Espiritualidade*.

A ciência e a política têm inspirado os homens a grandes alvos; mas, de outras vezes, a alvos destrutivos e prejudiciais. A fé religiosa séria deveria ser uma inspiração para buscarmos a excelência espiritual. Isso se faz como que subindo os degraus do crescimento cristão. Ensinou Pedro: «...reunindo toda vossa diligência, associai com a vossa fé a virtude; com a virtude, o conhecimento; com o conhecimento, o domínio próprio; com o domínio próprio, a perseverança; com a perseverança, a piedade; com a piedade, a fraternidade; com a fraternidade, o amor. Porque estas cousas, existindo em vós e em vós aumentando, fazem com que não sejais nem inativos, nem infrutuosos no pleno conhecimento de nosso Senhor Jesus Cristo» (II Ped. 1:5-8).

No mundo do comércio, a menos que um negociante saiba competir com os outros, acaba tendo de abandonar os negócios. No mundo profissional, a menos que o indivíduo aprenda bem a desempenhar o seu papel, melhorando continuamente, ele sofrerá perdas. Mas, com demasiada freqüência, na Igreja cristã, as pessoas passam de um ano para o outro pouco se importando em melhorar e chegar à excelência. E, o que é característica da comunidade cristã é também uma característica, antes de tudo, do indivíduo negligente e preguiçoso. Isso não reflete uma vida religiosa séria.

EXCELENTE, EXCELENTÍSSIMO

No grego, **krátistos**, forma superlativa de **krátos**, que significa «poder», «força» ou «soberania». A forma superlativa ocorre por quatro vezes: Luc. 1:3; Atos 23:26; 24:3 e 26:25. Portanto, sempre nos escritos de Lucas. Foi traduzida para o latim como *vir egregius*, isto é, homem da classe eqüestre, ou seja, um cavaleiro, cuja hierarquia ficava depois da dos senadores de Roma.

O ofício dos procuradores era ocupado por homens dessa posição social. O título foi dado, no Novo Testamento, a Félix (Atos 23:26; 24:3) e a Festo (Atos 26:25). Ambos foram procuradores da Judéia. Talvez em sentido secundário, foi usado como um cumprimento por Lucas, em relação a Teófilo (Luc. 1:3). É possível que esse homem tenha sido governador romano, embora não saibamos dizer de onde. Nesse caso, Lucas não estava apenas honrando a Teófilo, mas tratava-o de acordo com a sua autoridade. Seja como for, não se sabe também se esse homem era cristão ou não, embora o mais provável é que o tenha sido. O evangelho de Lucas tinha o propósito de ser uma apologia da fé cristã, com a esperança de que, juntamente com o judaísmo, fosse aceito pelo império romano como uma religião lícita, podendo assim escapar à oposição e à perseguição das autoridades. Alguns estudiosos também pensam que a finalidade de Lucas foi a de apresentar Paulo sob uma luz favorável, em suas atividades missionárias por quase todo o império romano, quando este estava aprisionado em Roma, prestes a ser julgado pelo próprio imperador em pessoa. Nesse caso, Teófilo estaria em posição de influenciar o parecer do imperador. Mas, segundo todos sabem, as coisas não aconteceram bem assim. É verdade que Paulo, em seu julgamento, foi inocentado. Mais tarde, porém depois de haver retornado às suas lides missionárias, foi novamente aprisionado, julgado, condenado e executado, conforme insistentes tradições dizem a seu respeito. Isso aconteceu durante o governo do infame Nero. Foi também Nero quem iniciou as perseguições formais do império contra os cristãos, que só terminaram nos dias do imperador Constantino (que vede).

EXCLUSÃO Ver também Excomunhão — Expulsão.

1. Exclusão Eclesiástica. a. Pano de Fundo. A raiz primitiva dessa prática da exclusão era o *herem*, «banimento», do judaísmo, que era aplicado àqueles que desobedecessem gravemente à lei mosaica, pondo-se assim fora do rebanho e sujeitando-se a várias medidas disciplinares. Ver Êxo. 30:22-38; Lev. 17:4. O banimento podia tomar a forma de uma total exclusão da comunidade. Um desenvolvimento posterior foi o *nidduy*, mais leniente, que impunha apenas restrições sociais, e que só se prolongava por trinta ou sessenta dias. b. *No Novo Testamento*. Há referências neotestamentárias à prática judaica, como se vê em Luc. 6:22; João 9:22; 12:42 e 16:2. Jesus enfatizava a necessidade de disciplina. Para a Igreja, ele determinou uma admoestação pessoal aos ofensores, seguida por uma admoestação mais formal, por parte da igreja inteira. O membro ofensor que não ouvisse nenhuma dessas admoestações, deveria ser então excluído. Ver Mat. 18:15-17. Na era apostólica, a prática desenvolveu-se, conforme se vê em I Cor. 5:2,7,13; II Tes. 3:14,15; I Tim. 1:20; Tito 3:10. Essas referências mostram que a disciplina era aplicada por razões morais e doutrinárias. A exclusão formal incluía a separação entre o excluído e a comunidade cristã, a fim de que aquele aprendesse que certas coisas precisam ser feitas ou precisam deixar de ser feitas, para que alguém seja aceito como membro. O trecho de I João 5:16 parece envolver o equivalente cristão da sentença de morte para graves ofensores, embora exercida mediante a solicitação dirigida a Deus de que isso tenha lugar, e não por algum ato efetuado pelo homem. O trecho de I Tim. 1:20 cabe dentro dessa categoria. Tal ato pode tornar-se necessário, mas sempre será raro. Em todos os meus anos como membro de igreja e pastor, conheci apenas um caso desses. Certo homem, em uma igreja africana, no Zaire, estava promovendo a prostituição envolvendo membros da própria igreja local, solicitando mulheres crentes que quisessem participar. O missionário evangélico proferiu uma maldição contra ele. Dentro de poucos dias, bem nos degraus de entrada do templo, aquele homem morreu!

2. Propósito. A exclusão é retributiva e disciplinar. O indivíduo precisa pagar pelos erros que comete; mas também é do interesse da Igreja restaurar os membros que erram, mediante esse ato.

Talvez a Igreja Católica Romana seja a que tem desenvolvido a mais complexa forma de exclusão da moderna cristandade. Ela tem suas normas *vitandi* e *tolerati*. As primeiras são aquelas disciplinares mediante as quais a Santa Sé requer expressamente que certos indivíduos injuriosos à sua causa sejam repelidos pela comunidade católica, tanto no que concerne às atividades religiosas como também no que diz respeito às atividades sociais e comerciais. A outra forma de exclusão é aquela em que a separação não é completa, havendo tolerâncias. Os envolvidos podem continuar em todas as atividades normais, embora lhes sejam negados os sacramentos.

Quanto a essas questões, os grupos protestantes e evangélicos seguem mais de perto a simplicidade do Novo Testamento. Nas igrejas de governo eclesiástico tipo congregacional, o banimento só pode ser declarado por voto da maioria da congregação local

da pessoa envolvida. Em igrejas com outro tipo de governo eclesiástico, a junta dos anciãos pode determinar a exclusão de alguém, mesmo sem a aprovação da congregação geral. Os ministros do evangelho devem ser excluídos por suas congregações ou pelo presbitério.

3. A Exclusão Maior e suas Causas. Essas causas podem ser várias: 1. Privação de uma igreja local de seus direitos. 2. Perturbação da paz na Igreja ou no Estado. 3. Falso testemunho ou promoção do mesmo. 4. Impedimentos injustos ao casamento. 5. Desrespeito às leis da igreja local, envolvendo atos injuriosos ou imorais. 6. Violação das instituições eclesiásticas, especialmente no que concerne a freiras. 7. Negação das doutrinas da Igreja, com ensinamentos contrários. 8. Promoção da cooperação com grupos religiosos prejudiciais aos interesses da Igreja.

Nos casos extremos, o sepultamento cristão é negado aos ofensores, a menos que alguém possa testificar quanto ao arrependimento da pessoa envolvida, antes de sua morte. As autoridades católicas romanas, é claro, negam o sepultamento cristão aos suicidas. Ver o artigo separado sobre a *Disciplina*, que acrescenta detalhes que não figuram aqui. (AM B E NTI Z)

EXCLUSIVIDADE DE CRISTO

1. Na eternidade passada, o Logos revelou Deus a todos os seres inteligentes (ver João 1:18).

2. Em sua missão terrena, o Logos, encarnado em Jesus, se fez visivelmente o único caminho de retorno ao Pai (ver as notas em João 1:14 no NTI). (Ver também Gál. 1:8.9). Atos 4:12 tem uma declaração similar.

3. A idéia toda de filhos serem desenvolvidos segundo a imagem do Filho (ver II Cor. 3:18), através da energia do Espírito, prova a exclusividade do Filho, porquanto existiria algum outro Filho unigênito? Essa transformação segundo a imagem de Cristo é a salvação. (Ver Heb. 2:3).

4. O Filho, agora glorificado, continua sendo o único mediador entre Deus e os homens, I Tim. 2:5. (Ver também Heb. 8:6; 9:15 e 12:24).

5. Na posição de Logos, tendo retornado à glória, ele continua sendo o Salvador. Muitos pais da igreja opinavam que o Logos prosseguia em sua missão remidora entre as almas humanas que ultrapassaram a barreira da morte física. (Ver I Ped. 4:6). A descida de Cristo ao hades tornou isso possível. (Ver o artigo sobre *Hades*). Ver o artigo sobre a *Descida de Cristo ao Hades*. Outros crêem que essa missão pós-morte *melhorou* o estado dos perdidos, mas não lhes ofereceu a salvação. Acredito que esta *descida* fez parte de sua missão *salvadora*.

6. O *Logos* também planta suas sementes em religiões e filosofias não-cristãs. Assim, ele tem uma comunicação universal, embora não seja igual em cada sistema onde suas sementes crescem.

7. Portanto, aprendemos que o *Logos* é o único Salvador, e que sua missão não se limita à sua encarnação terrena (quando foi chamado de *Cristo*), nem a uma única manifestação em um sistema só. A entidade mais *universal* de todas é o *Logos*, a fonte de toda a vida e esperança.

EXCLUSIVISMO

Contra o Exclusivismo, I Tim. 2:4.

A agitação em torno da polêmica.

1. Os mestres gnósticos negavam até mesmo a possibilidade de salvação para a maioria dos homens. (Quanto às diversas classes em que eles dividiam os seres humanos, dentre as quais só uma delas era passível de redenção, ver o artigo sobre *Gnosticismo*. Ver também as notas no NTI sobre I Tim. 2:4.

2. Em contraste com isso, Paulo mostra que o próprio Deus está interessado na salvação de *todos os homens*; e assim sendo, fica entendido, que todos os homens poderiam ser salvos, todos os homens poderiam exercer fé, se ao menos quisessem fazê-lo.

3. Os gnósticos pensavam que a maioria dos homens está de tal forma envolvida e imersa na matéria, que se tornaram escravos totais da mesma e do mal por ela representado; e, assim sendo, sob hipótese alguma, podem libertar-se a fim de buscar e obter a salvação. Em outras palavras, eles negavam a doutrina do *livre-arbítrio* humano.

4. Em contraste com isso, Paulo mostra-nos que deveríamos orar em favor de todos os homens (ver I Tim. 2:1), assim visando a salvação deles. Ora, isso deixa entendido que todos os homens poderiam exercer sua vontade e assim vir a confiar em Cristo, e, dessa maneira, obter a salvação. Não há que duvidar que o trecho de João 12:32, subentende que todos os homens podem «escolher de modo correto», deixando-se atrair por Cristo.

5. É óbvio que isso contradiz certos sistemas teológicos modernos como o hipercalvinismo, o qual nega que potencialmente todos os homens podem ser salvos. Esses fatos não negam a realidade da eleição (ver notas a respeito em Efé. 1:4 no NTI), embora não saibamos dizer de que modo não a negam. O livre-arbítrio humano e a eleição são idéias ambas verdadeiras, embora não saibamos como se possa conciliar entre si esses dois pensamentos. Um deles, ao que parece, precisa ser negado, a fim de que o outro possa ser mais lógico e sistematicamente explicado. Se a «teologia» é o estudo das revelações divinas, como pode ela, que se utiliza de termos e recursos humanos, dar solução a todos os grandes mistérios? Quase todas as doutrinas cristãs envolvem mistérios insolúveis, pelo menos para nosso atual estágio de desenvolvimento espiritual e intelectual.

«Sua vontade de salvar é tão ampla quanto a sua vontade de criar e proteger». (Lock, em I Tim. 2:4). Este texto pode ser comparado com Fil. 3:8 e João 17:3. Quanto ao fato de que a «verdade» é palavra que indica o «evangelho», ver Col. 1:5; Efé. 1:13 e 4:21. O termo «verdade» aparece por catorze vezes nas «epístolas pastorais», como termo equivalente a «ortodoxia cristã». Mas, mesmo assim, não é algo institucional, e, sim, é o evangelho, conforme é protegido em sua pureza por ministros fiéis. Ter conhecimento dessa verdade consiste em muito mais que compreender «intelectualmente» ao cristianismo, pois inclui a verdade e o entendimento místicos, através da iluminação do Espírito Santo (ver Efé. 1:17,18). Do contrário, as «epístolas pastorais» não serão paulinas em qualquer sentido. (Ver Col. 1:10). (Ver Rom. 8:32; 11:32; Tito 2:11; João 12:32 e I João 2:2). As palavras «*...todos os homens...*» não podem, sob consideração alguma, ser reduzidas ao sentido de «todos os eleitos», o que seria um absurdo, considerando-se o aspecto «polêmico» da passagem de I Tim. 2:4 que ataca o exclusivismo dos gnósticos. Isso pode ser confrontado com o trecho de I João 2:2 «...e ele é a propiciação por nossos pecados, e não somente pelos nossos próprios, mas ainda pelos do mundo inteiro...»

«...Nossas orações devem incluir todos os homens, tal como a graça de Deus inclui a todos eles»

(Fausset, em I Tim. 2:4).

É opinião *indigna*, de tão grande expositor como foi Calvino, supor que o apóstolo referia-se em I Tim. 2:4 a «todas as classes e tipos de homens», e não aos homens em geral, no sentido mais literal do termo. Outro tanto se pode dizer acerca de John Gill, que assim pensava, juntamente com outros eruditos calvinistas. Essa atitude ignora um grande aspecto do N.T., ao mesmo tempo que defende o lado do senhorio de Deus.

EXCOMUNHÃO — EXPULSÃO

Ver o artigo separado sobre Exclusão que oferece mais detalhes sobre *excomunhão*, especialmente como uma prática moderna. Ver também sobre *Disciplina*.

Expulsar-vos-ão das sinagogas...João 16:2.

Eis a descrição das formas que seriam assumidas por essa perseguição contra os crentes: *Expulsão* das sinagogas—o que era punição muito temível, pois até mesmo judeus totalmente irreligiosos dificilmente podiam suportá-la, já que a sociedade judaica inteira estava centralizada em torno da religião. As crianças estudavam nas sinagogas; ali também funcionavam os tribunais das cidades, onde tinha lugar a ação legal e civil. A vida judaica inteira era regulada pela sinagoga e estava entremeada pelas suas funções, incluindo toda a vida social. Por conseguinte, ser alguém expulso da sinagoga era ser virtualmente excluído da própria sociedade. O próprio Senhor Jesus foi expulso, e isso incluía a prática de que ninguém podia dirigir-lhe a palavra, recebê-lo em casa ou mostrar-lhe qualquer sinal de hospitalidade. Tudo isso fazia parte integrante e comum da expulsão da sinagoga. Aqueles que o seguissem de perto ou lhe mostrassem simpatia, teriam de sofrer a mesma sorte, segundo o rigor das regras judaicas de exclusão da sinagoga. O cego de nascença, que foi curado pelo Senhor Jesus, sofreu essa desgraça por ter tido a coragem de defender o Senhor Jesus, afirmando ser ele um profeta enviado da parte de Deus. (Ver João 9:35). Além disso, quem era expulso da sinagoga estava sujeito a ser espoliado impunemente de todos os seus bens materiais, não lhe sendo permitido se ocupar das atividades de qualquer negócio ou comércio, e todos ficavam proibidos de comprar dele qualquer artigo.

Havia diversos graus de expulsão, mais leves e mais severos, e também podiam perdurar por tempo indefinido ou permanentemente. (Quanto a uma plena descrição desse costume judaico, ver as notas referentes a João 9:22 no NTI). Quanto à exclusão da comunidade cristã, ver Mat. 18:15-17. O Senhor Jesus asseverou que os seus discípulos, por serem seus discípulos, haveriam de ser tratados como indivíduos maus e desvairados, porquanto ele mesmo fora assim tratado, e pior ainda.

A forma mais violenta e final de expulsão era a *execução* do expulso, algo que os judeus realizavam como uma espécie de sacrifício oferecido a Deus, que supostamente havia sido ofendido pela blasfêmia do acusado. Lemos que algumas vezes isso ocorria súbita e espontaneamente, pois nos próprios terrenos do templo ocasionalmente alguém era executado sem qualquer julgamento, por causa de alguma suposta blasfêmia.

EXECUTAR, EXECUTOR

Ver o artigo separado sobre a Punição Capital. O termo «execução» significa, formalmente (não popularmente) o ato da execução capital. O Antigo Testamento fazia a distinção entre o homicídio, feito por alguma pessoa e a execução legal, determinada por lei contra certos tipos de ofensa. Ver Gên. 9:6; Êxo. 20:13; II Crô. 25:2-4. No Novo Testamento, em Mat. 14:10, há uma referência à execução oficial. E, naturalmente, a crucificação era uma medida executora, usada pelo Estado romano, para o caso de criminosos especialmente perigosos ou escravos. A única referência neotestamentária a um executor fica em Mat. 14:10, em alusão à execução de João Batista, que foi decapitado. No trecho paralelo de Mar. 6:27 é mencionada a palavra grega *spekoùlátor*, de origem latina, *speculator*, «escoteiro», «correio» e, por extensão, «executor» (a palavra usada ali em nossa versão portuguesa).

EXEGESE

Esboço:

1. A Palavra
2. Contraste com Eisegese
3. No Antigo Testamento
4. No Novo Testamento
5. Após o Novo Testamento
6. Na Idade Média
7. Durante a Reforma Protestante
8. A Moderna Crítica Bíblica
9. Além da Exegese

1. *A Palavra*. Esse termo vem do grego, *ex*, «fora», e *agein*, «guiar», ou seja, «liderar» ou «explicar». A palavra portuguesa *exegese* é usada para indicar «narrativa», «tradução» ou «interpretação». Dentro do contexto teológico, a ênfase recai sobre a interpretação de modos formais de explicação que podem ser aplicados a algum texto, a fim de se compreender o seu sentido. Na linguagem técnica, a *exegese* aponta para a interpretação de alguma passagem literária específica, ao mesmo tempo em que os princípios gerais aplicados em tais interpretações são chamados *hermenêutica* (que vede).

2. *Contraste com Eisegese*. Temos provido um artigo separado sobre a *Eisegese*. Eisegese significa ler no texto aquilo que alguém quer encontrar ali, mas que, na realidade, não se encontra no mesmo, ou então significa distorcer um texto para adaptá-lo às próprias idéias do intérprete. Portanto, o quanto a exegese é séria, a eisegese não passa de uma burla. A maioria das pessoas que se envolve na exegese também pratica alguma eisegese.

3. *No Antigo Testamento*. Os sacerdotes eram os intérpretes oficiais da lei mosaica (Ageu 2:10-13). Os escribas eram seus sucessores. Usualmente provinham da seita dos fariseus, que foi a única seita judaica que conseguiu sobreviver à destruição de Jerusalém, no ano 70 D.C. Exegese, eisegese e uma vívida e criativa imaginação criaram o Talmude (que vede), as interpretações rabínicas do Antigo Testamento, bem como as produções literárias sobre os costumes, a cultura e a lei dos judeus. Eles apelavam muito para a interpretação alegórica, o que abre espaço para os maiores absurdos e fantasias. Esse método também transparece nos escritos de Filo (que vede), onde alcançou grande desenvolvimento.

4. *No Novo Testamento*. Os autores do Novo Testamento nem sempre empregaram os textos citados do Antigo Testamento de maneira literal, mas injetaram alguma eisegese. Ver o artigo separado sobre a *Acomodação*. Não obstante, há muita exegese autêntica do Antigo Testamento, no Novo, sobretudo no que tange à esperança messiânica. Algumas passagens empregam a alegoria. Ver I Cor. 9:9,10 e

Gál. 4:21-31.

5. *Após o Novo Testamento*. Prosseguiu então a atividade dos intérpretes literalistas e alegoristas. Orígenes exerceu tremenda influência sobre o cristianismo antigo; e ele e os pais alexandrinos da Igreja deram prosseguimento ao método alegórico de interpretação. Orígenes procurava pelos sentidos literal, moral, simbólico, alegórico e místico das passagens, supondo que um texto qualquer poderia ter vários sentidos tencionados. Passagens morais difíceis, do Antigo Testamento, como a história da criação e as violências supostamente ordenadas por Deus eram por eles interpretadas simbólica e moralmente, mas não literalmente. Ver os artigos separados sobre *Alegoria* e sobre *Alexandria, Teologia de*. A escola antioquiana, por sua parte, insistia em uma interpretação um tanto mais literal dos textos sagrados. Ver o artigo separado sobre a *Escola Teológica de Antioquia*.

6. *Na Idade Média*. Nesse período da história, a opinião geral dos exegetas, como Pedro Lombardo e Tomás de Aquino, era que a interpretação incorpora quatro modos básicos: a. interpretação literal; b. interpretação figurada (ou alegórica); c. interpretação moral; d. interpretação anagógica ou espiritual (mística). Esta última forma explicaria os segredos sobrenaturais.

7. *Durante a Reforma Protestante*. Com sua mentalidade de retorno à Bíblia, a Reforma frisava a comparação da Bíblia com a Bíblia, ou seja, a interpretação de um dado texto bíblico mediante o apelo a outros textos bíblicos (*Scriptura interpres scripturae*). Todavia, os reformadores também tinham os seus preconceitos, não se tendo livrado das tradições e das idéias doutrinárias dogmáticas e fixas. Nisso, eles não se distanciavam muito dos intérpretes católicos romanos, apesar dos protestos em contrário. Contudo, entre os protestantes começou a impor-se uma abordagem bíblica um tanto mais literal, com a diminuição da importância das abordagens alegóricas e puramente dogmáticas. Contudo, a teologia ocidental continuou sendo a principal norma na interpretação das idéias protestantes, visto que as igrejas luterana e reformada são filhas da tradição ocidental, que se concretizou na Igreja Católica Romana. Os discernimentos alcançados pelas igrejas ortodoxas orientais, através dos séculos, foram praticamente olvidados. Os protestantes dizem «apelamos somente às Escrituras»; mas a verdade é que suas interpretações por muitas vezes são eisegéticas, e não exegéticas, com base nos preconceitos e nas preferências pessoais ou denominacionais.

8. *A Moderna Crítica Bíblica*. Esse tipo de estudo tem lançado tanto luzes quanto sombras sobre o conhecimento bíblico e teológico. Apesar de ser uma atividade legítima e necessária, a fim de pôr os estudos bíblicos a par das evidências lingüísticas, literárias, históricas e científicas, infelizmente as pessoas que são conhecidas como críticas da Bíblia geralmente se têm mostrado dotadas de uma mentalidade cética, além de lhes faltar a experiência com elementos místicos e miraculosos da fé cristã. Portanto, esses críticos têm injetado em seus estudos uma *eisegese* própria da mente incrédula, ou pelo menos, cética. A despeito disso, eles têm produzido algumas contribuições de valor, dentro daqueles aspectos mencionados. Ver o artigo geral sobre a questão.

9. *Além da Exegese*. Nenhum livro isolado ou biblioteca, ou mesmo todo o conhecimento reduzido à forma escrita, pode conter e expressar toda a verdade. Também não podemos ter os livros como a nossa exclusiva autoridade. Portanto, é inútil esperar, da parte da exegese, o delineamento da verdade inteira, por mais exata e completa que ela possa ser. Há coisas que Deus simplesmente não nos revelou. Ver Deu. 29:29. Ver também o artigo sobre a *Autoridade*, quanto a um maior desenvolvimento desse tema. Nada disso, porém, diminui a importância da pesquisa bíblica séria, mediante corretos métodos exegéticos. Tão somente quisemos definir os limites da exegese, e não desencorajar esse tipo de estudo metódico e bem organizado. Antes, nas igrejas evangélicas há muita superficialidade doutrinária, há pouca interpretação séria da mensagem da Bíblia, e do evangelho em particular. Esta enciclopédia é uma tentativa ambiciosa, mas humilde, de atender a essa necessidade. Recomendamos ao leitor que procure estudar os princípios da Hermenêutica Bíblica. Em português já há bons compêndios a respeito. Ver também o artigo *Hermenêutica*. (B C E)

EXEGESE BÍBLICA

Ver **Exegese.**

EXEMPLARISMO

Esse é um ponto de vista da **Explação** (vide). Também é chamado de teoria *moral* ou *subjetiva*. Os nomes associados a essa posição são Abelardo e H. Rashdall, os quais representam, respectivamente, os seus aspectos medieval e moderno. Essa teoria afirma que o valor da expiação de Cristo jaz no caráter moral e exemplar de seu amor e auto-sacrifício. Esse exemplo despertaria o pecador, o qual chegaria assim a reconhecer a seriedade de seu pecado, levando-o a buscar o arrependimento. O exemplo dado por Cristo também inspiraria à convicção e à santidade, ou seja, a uma busca e a uma expressão cristã sérias.

EXEMPLO

Esboço

I. O Poder de Uma Vida Isolada
II. O Exemplo de Paulo
III. Deus: O Supremo Exemplo para Imitar
IV. O Exemplo de Cristo
V. Algumas Ilustrações

I. O Poder de uma Vida Isolada

1. Consideremos o que Saulo de Tarso, sozinho, foi capaz de fazer. A história fornece-nos muitos exemplos do que uma só pessoa, para o bem ou para o mal, pode fazer, com efeitos duradouros e tremendos.

2. Mas qualquer pessoa, por mais ínfima que seja, produz tais efeitos, sobre outrem ou sobre algumas poucas pessoas. Consideremos essa responsabilidade! Um pai pode arruinar ou salvar a um filho; uma mãe pode erguer ou degradar uma filha.

«Tudo serve para mostrar-nos que a influência de *um único homem* se propaga não como uma corrente, de elo para elo, em sucessão ininterrupta, e, sim, como um incêndio, fagulha após fagulha, saltando de vida para vida, atravessando continentes e cruzando os séculos. Estêvão apanhou aquele impulso divino de seu Senhor; então passou-o para Paulo; e de Paulo se tem propagado a homens e mulheres em todos os recantos do mundo. Estêvão não fazia a menor idéia da grande influência de sua corajosa morte sobre o futuro do mundo. Os homens raramente fazem idéia disso. Toda a influência humana que pode ser

calculada e predita, usualmente pode ser eliminada como fator importante. Até onde Estêvão poderia prever, ele perdeu a sua vida ainda jovem em troca de nada, parecendo-lhe que a sua memória haveria de desaparecer com aquela geração. Mas não! O seu nome continua vivo. Fala em prol do espírito de heroísmo que pode haver em um homem, bem como da disposição em sofrer sem qualquer esperança de ganho, como testemunha da verdade, a despeito das conseqüências. A influência dessa atitude é o extravasamento de sua vida abundante, a qual, sem nenhum esforço consciente, extravasa para as vidas de outras pessoas». (Theodore P. Ferris).

Uma outra citação, que ilustra admiravelmente bem a mensagem do poder da influência é a que damos abaixo, extraída da obra de Leomte du Nouy, «Human Destiny» (Nova Iorque, Longmans, Green and Co., págs. 254-255, 1947): «Não podemos deixar de ficar admirados ante a desproporção que há entre a duração da existência terrena de um homem e a duração de sua *influência* sobre as gerações futuras. Cada um de nós deixa uma trilha modesta ou rebrilhante; e essa convicção deveria fazer-se sentir em todos os atos de nossa vida... As ondas provocadas por Moisés, por Buda, por Confúcio, por Lao Tsé e por Cristo, provavelmente exercem mais poderosa influência sobre a humanidade, hoje em dia, do que quando esses homens ponderavam sobre sua sorte e felicidade».

À lista citada pelo autor acima transcrito poderíamos acrescentar muitos outros nomes, de pessoas tanto bem conhecidas como obscuras. O grande Tomás de Aquino viveu somente até os quarenta e nove anos de idade, mas a sua influência é *imortal*.

II. O Exemplo de Paulo

I Cor. 11:1: *Sede meus imitadores, como também eu o sou de Cristo.*

Paulo havia deixado exemplo de como se deve agir para com todos os homens (ver I Cor. 10:33), visando a salvação de todos quanto fosse possível salvar. Ele se fazia de tudo para todos, a fim de que pudesse ao menos conquistar alguns para Cristo. (Ver I Cor. 9:21,22). Ele olhava para o benefício espiritual deles; não agradava a si mesmo; pouco se importava com seu conforto físico e com sua prosperidade individual. Pelo contrário desgastava as suas energias para obter a vantagem espiritual de outros. Ora, isso é o cumprimento prático da lei do amor. Paulo dava porque amava; da mesma maneira que Deus amou ao mundo de tal maneira que deu o seu próprio Filho unigênito. E essa atitude de Paulo é digna de ser imitada e seguida, de ser considerada como um exemplo da conduta cristã ideal. Por sua vez, o apóstolo seguia a Jesus Cristo. Esse serviço tão destituído de egoísmo não era idéia de Paulo, não era invenção sua. O próprio Senhor Jesus é o exemplo supremo dessa atitude e ação de que Paulo fala aqui. (Ver João 13:12-16, mormente o décimo quinto versículo, sobre a questão do «exemplo de Cristo». Ver também os versículos seguintes sobre o tema do *exemplo*: Mat. 11:29; 16:24; 13:15; Rom. 15:5; II Cor. 10:1; Fil. 2:5; Col. 3:13; Heb. 3:1; 12:2; I Ped. 2:21; II Tes. 3:9; I Tim. 4:12; Tiago 5:10. Acerca dos maus exemplos que devem ser repelidos, ver Lev. 20:23; Pro. 22:24,25; Heb. 4:11 e II Ped. 3:17. Há notas expositivas especiais dadas sobre o «exemplo de Cristo», que precisa ser emulado pelos crentes, em Rom. 15:3 no NTI).

A.B. Davidson disse de certa feita a seus estudantes: «Uma vida ordinária, mas bem vivida, é o maior de todos os feitos». (Esse autor foi um célebre comentador escocês das Sagradas Escrituras). Sim, essa forma de vida é a maior prova que existe acerca da doutrina e da teologia moral, maior que muitos volumes escritos, melhor que os mais hábeis argumentos. Esse foi o grande e real argumento daqueles pescadores simples da Galiléia, como Pedro, Tiago e João. As pessoas tinham de dar atenção a eles, quando andavam pelas ruas (ver Atos 4:13), não porque fossem enumerados entre os eruditos rabinos, mas porque tinham aprendido certa sabedoria secreta, tendo estado em companhia do Senhor Jesus, e essa sabedoria havia transformado as suas vidas.

«É fato bem reconhecido de que a fé cristã depende da crença em um *guia* ou conselheiro espiritual, que se eleve com mais eficácia do que qualquer realidade meramente religiosa. As aspirações pelas quais lutamos podem ser reforçadas, as dúvidas vagas podem ser solucionadas, e a lealdade à causa pode ser revivificada e purificada, à medida que os homens forem capazes de ver seu fim almejado na personalidade de alguém para quem possam prestar homenagens gratas». (Moffatt, *in loc.*).

Não podemos deixar de ficar impressionados com a desproporção entre a duração da vida de um homem e a duração de sua influência nas gerações futuras.

«Cada vida humana é uma profissão de fé, exercendo uma propagação inevitável, embora silenciosa... Tende por transformar o universo e a humanidade segundo a sua própria imagem... Cada indivíduo é um centro de irradiação perpétua, semelhante a um corpo luminoso, semelhante a um farol que atrai o navio contra os recifes, se porventura não os guia em direção ao porto. Todo homem é um sacerdote, ainda que involuntariamente; a sua conduta é um sermão mudo, mas que ele não cessa de pregar a outros, mas existem sacerdotes de Baal, de Moloque e de todos os demais deuses falsos. Tal é a elevadíssima importância do exemplo». (*Diário de Amiel*, Londres: Macmillan and Co. 1890, págs. 24 e 25).

Imitadores. Temos aqui uma correta tradução, que é melhor do que «seguidores», conforme dizem outras traduções. Vemos aqui alguém que duplica um padrão de conduta, que reproduz alguma coisa, que é cópia fiel de uma idéia, de uma atitude.

Como também eu sou de Cristo. Nenhum espírito de arrogância levou o apóstolo dos gentios a solicitar que outros crentes o imitassem. Antes, assim agia a fim de que a imagem de Cristo se formasse neles, visto que era imitando a ele, o apóstolo de Cristo, que poderiam imitar automaticamente a Jesus Cristo. Tão-somente ele lhes mostrava um exemplo prático de como essa imitação é possível para o crente. Note-se que Paulo nos deixou um exemplo de auto-sacrifício; porque esse é o aspecto da imitação de Cristo que realmente impressiona os homens, como também era esse o aspecto comum da vida e da personalidade de Cristo que era exposta aos leitores do N.T. como o nosso grande exemplo. (Ver Rom. 15:2,3; II Cor. 8:9; Efé. 5:2 e Fil. 2:4,5). A vida cristã, quando é bem vivida requer uma dedicação suprema às realidades espirituais, com a negação de tudo quanto é meramente material e terreno. O crente precisa reconhecer e desenvolver os poderes de sua alma remida, para glória de Jesus Cristo.

O Exemplo do Viver Espiritual

1. Cristo deixou-nos exemplo, na perfeição (ver Heb. 7:26), na santidade (ver I Ped. 1:15), na pureza (ver I João 3:3), na humildade (ver Fil. 2:5,7), na obediência (ver João 15:10), na autonegação (ver

Rom. 15:3), na ministração às necessidades alheias (ver Mat. 20:28).

2. O exemplo deveria ser dado por cada crente, para os demais crentes, nos campos da santidade (ver Gál. 5:22,23), do zelo (ver I Cor. 15:10), e da vida segundo a lei do amor (ver I João 5:7).

3. O exemplo supremo se verifica no terreno do altruísmo, em imitação a Cristo. Os místicos que têm atingido elevados níveis de desenvolvimento espiritual informam-nos que, quanto ao lado prático da fé religiosa, ninguém pode deixar de lado a necessidade simples de amar e ser amado.

4. Estabeleçamos o exemplo da diligência: cada indivíduo é ímpar e se reveste de uma missão ímpar (ver as notas em Apo. 2:17 no NTI).

Lemos que «*...também Cristo não se agradou a si mesmo...*» (Rom. 15:3): pelo contrário, deu-se a si mesmo por nós, tendo deixado de lado toda a sua glória, a fim de completar a sua missão divina entre os homens, a fim de libertar as almas do jugo do pecado, a fim de livrar os homens para a gloriosa liberdade dos filhos de Deus. (Ver Efé. 5:2 e Fil. 2:4 e *ss*).

III. Deus: O Supremo Exemplo para Imitar

Efé. 5:1: *Sede pois imitadores de Deus, como filhos amados*;

Como se Pode Imitar a Deus?

1. Somente em Efé. 5:1 é usada essa expressão, embora a idéia de imitarmos Cristo seja comum. Paulo também convidou a outros para que o imitassem, porquanto era representante de Jesus Cristo (ver I Cor. 4:16; 11:1; Fil. 3:17; Heb. 6:12 e 12:2).

2. A idéia de imitarmos a Deus contém os seguintes elementos:

a. Imitemos o seu exemplo moral, cumprindo suas exigências quanto à santidade (ver Mat. 5:48). Quanto mais buscarmos a santidade, tanto mais imitaremos a Deus em sua natureza moral.

b. Busquemos também suas virtudes espirituais positivas, através do Espírito (ver Gál. 5:22,23). Assim avançaremos espiritualmente.

c. Procuremos viver a lei do amor, pois Deus é, supremamente, amor. O amor é a prova da espiritualidade, e o amor é implantado em nós quando do novo nascimento (ver I João 4:7). Deus amou de tal maneira, que deu o melhor que tinha (ver João 3:16). Se amarmos ao próximo, dando o melhor do que possuímos, então estaremos sendo imitadores de Deus.

d. Imitemos a Deus mediante a afinidade *com sua própria natureza*. Conforme vamos sendo transformados segundo a imagem do Filho, vamo-nos tornando filhos semelhantes a ele. Compartilhando em algo de sua natureza e de seus atributos, naturalmente o imitaremos (ver Efé. 3:19).

e. É o Espírito quem nos capacita a imitarmos o Pai. Devemos permitir suas operações em nós. Vivamos de acordo com a lei do Espírito (ver Rom. 8:2), e permitamos que ele nos transforme (ver II Cor. 3:18).

f. O Filho de Deus é nosso supremo exemplo. Se imitarmos o Filho, automaticamente imitaremos o Pai. (Ver Heb. 12:2 e I Cor. 11:1).

«Imitadores de Deus! A idéia é grandiosa e enobrecedora: e o próprio Senhor Jesus nos apresenta essa idéia, e sob idêntico aspecto, quando diz: 'Portanto, sede vós perfeitos, como perfeito é o vosso Pai celeste'. E isso porque '...ele faz nascer o seu sol sobre maus e bons, e vir chuvas sobre justos e injustos', (Mat. 5:45,48). Por essa razão também é que devemos amar os nossos inimigos». (Abbott, *in loc*), — que dessa maneira, ligou a idéia de «imitação» à idéia de «perdão», esta última necessidade exigida em Mat. 4:32. Contudo, embora exista realmente tal conexão de idéias, não podemos limitá-la somente a esse aspecto da necessidade de perdoarmos aos outros.

«A filiação infere a necessidade de 'imitação' (pois o amor nos impulsiona instintivamente a isso), sendo inútil alguém assumir o título de 'filho', se não se assemelha ao Pai». (Faucett, *in loc.*).

«É natural que os *filhos imitem os seus pais*; o alvo constante deles é aprender de seus genitores, copiando-os em todas as coisas... Portanto, se somos filhos de Deus, demonstremos esse amor a nosso Pai celeste, e imitemos todas as suas perfeições morais, adquirindo a atitude mental que havia em Jesus». (Adam Clarke, *in loc.*).

«...em atos de retidão, santidade, e particularmente em atos de misericórdia, bondade e beneficência, como quando perdoamos injúrias e ofensas...» (John Gill, *in loc.*).

IV. O Exemplo de Cristo

O Supremo Exemplo

1. Três coisas um pai deve a seus filhos, três coisas um mestre deve a seus alunos: Exemplo... exemplo... exemplo.

2. Jesus deu o supremo exemplo, ver Fil. 2:3-11.

3. Paulo servia de um subexemplo notável, ver I Cor. 11:1.

4. Há algumas crenças que têm grande importância. Certamente, uma delas é: seguir o exemplo de Cristo. Se seguires meu exemplo, poderás fazer as obras que eu faço e até maiores! (João 14:12). Deve haver poder nesse exemplo.

5. Não basta saber; é mister seguir. Senhor, não é de conhecimento que precisamos; é de força de vontade.

6. O versículo nos deixa bracejando em águas profundas. Quem é o Ideal? Do que consiste a vereda? Cristo é o ideal; e o seu caminho é a vereda. Pode o homem mortal atingir esse alvo? Em seu Espírito, sim; mas jamais por iniciativa própria apenas.

7. O exemplo específico que aqui nos é recomendado seguir é o do serviço humilde prestado ao próximo. Jesus destacou, ver João 13:16, que essa é a essência mesma da grandeza autêntica.

O último pensamento destacado neste versículo pelo autor sagrado é ouvido dos púlpitos evangélicos, porque expressa não só a necessidade da conformidade moral com Deus, mas também a própria participação em sua natureza.

Whittier expressou esse conceito como segue:

Por tudo quanto ele requer de mim,
Sei o que Deus deve ser.

Essa verdade, ainda que de forma modificada, também tem transparecido no sistema do estoicismo, conforme é expressa, ainda que debilmente, nesta citação de Sêneca: «Precisamos escolher algum homem bom, tendo-o sempre diante dos olhos, para que vivamos como se ele nos vigiasse e para que pratiquemos tudo como se ele nos estivesse vendo». Se substituirmos aqui *homem bom* por «Deus», teremos atingido em cheio a verdade encerrada nesta passagem do evangelho de João.

John Stuart Mill (*Três Ensaios sobre a Religião*) descobriu o princípio contido neste texto, e considerando-o elevadíssimo, comentou: «Até hoje não seria

fácil, mesmo para um incrédulo, encontrar melhor exemplo da regra da virtude, passando-a do abstrato para o concreto, do que se esforçar alguém por viver de tal modo que Cristo aprove».

Além disso, salienta-se a necessidade de alguma alma grande e nobre seguir à frente das outras, a fim de guiar no caminho, preparando-lhes a vereda, pela qual todos finalmente terão de seguir e da qual se beneficiarão, conquistando, finalmente, o mesmo terreno que foi conquistado pelo pioneiro. Esse ideal teve o seu cumprimento na pessoa de Jesus, o que é expresso por Browning em seu poema «*Paracelso*», parte III:

É no avanço das mentes individuais
Que a multidão lenta deve basear suas expectações,
E segui-las finalmente, como o mar
Espera séculos em seu leito, até que alguma onda
Dentre a massa de águas, estende
O império da totalidade, alguns metros talvez,
Sobre a faixa de areia que pode limitar
Suas colegas por tanto tempo: e então o resto,
Até a menor delas, se apressa imediatamente,
E esse tanto fica claro novamente.

«Não é tanto *aquilo* que vos tenho feito, e, sim, *como eu vos fiz, façais vós também*. A imitação não deve ser realizada senão mediante a aplicação do mesmo princípio de amor e de abnegação, em todas as variegadas circunstâncias da vida em que somos postos». (Ellicott, *in loc.*). No tocante à questão do serviço humilde e mútuo, entre os crentes, Jesus estabeleceu o grande exemplo. Ele baixou-se a fim de lavar os pés de seus discípulos, embora, mais do que qualquer outro, ele é quem deveria ter sido servido. A vida inteira, pois, deve servir-nos de palco no qual atos de serviço humilde, em favor de nossos semelhantes, devem ser feitos; e isso com o propósito de exibir o espírito humilde demonstrado por Jesus, em nossa vida.

V. Algumas Ilustrações

Conta-se a história de uma mulher que foi encarcerada. Era uma mulher ainda jovem, especialmente empedernida e corrupta. Mas a diretora daquela instituição penal era mulher firme, embora dotada de boa vontade e de sabedoria especial. Conforme já era mesmo de se esperar, a mulher mais jovem, a princípio, reagiu ao seu novo meio ambiente com insolência e ódio; mas, gradualmente, a influência benéfica da diretora foi exercendo seu efeito sobre ela. Uma noite, após as orações, o capelão observou que a mulher mais jovem beijava às escondidelas a sombra da diretora, lançada por um candeeiro sobre a parede. A natureza enferma da mulher mais jovem começara a ser curada e, como é usual, a cura estava tendo lugar através do *poder do exemplo*. Um pai deve a seus filhos três coisas: *exemplo, exemplo, exemplo*. Isso é o que devemos aos nossos semelhantes.

São líderes das igrejas, mas perderam toda e qualquer influência que poderiam ter, por viverem em uma piedade «somente de lábios».

A influência perdida: «Acharam, porém, que ele gracejava com eles» (Gên. 19:14). E assim Ló deixou muito a desejar devido ao modo como agira perante seus familiares, terminando por fazer grande mal aos que viviam em sua companhia. Conta-se a história de um pregador que achou um cão fugido. O cão era negro mas tinha alguns pêlos brancos na cauda. O pregador e seus filhos chegaram a estimar muito o cão. Então, um dia, saiu um anúncio em um jornal acerca do cão perdido. A descrição se adaptava perfeitamente ao cão achado. Contudo, não queria o pregador perder o cão, pelo que, com cuidado, cortou todos os pêlos brancos da cauda do animal, que o anúncio dizia que o distinguia. Não respondeu ele ao anúncio, mas assim mesmo, um dia o proprietário descobriu onde estava seu animal perdido, pois morava não muito longe da residência do pregador. Foi ver o cão, o qual, ao vê-lo, demonstrou todo o sinal de havê-lo reconhecido. Mas o pregador frisou que aquele cão não combinava com a descrição do anúncio, por não haver pêlos brancos em sua cauda. Sem deixar-se convencer por isso, o legítimo proprietário do animal foi embora, deixando o cão com o pregador e seus filhos. Mas a questão terminou sendo espiritualmente prejudicial para o pregador. Os filhos do pregador lhe perderam o respeito. E posteriormente declarou o mesmo: «Nós ficamos com o cão, mas eu perdi meus três meninos para Cristo». Sim, ele mostrava-se ortodoxo quanto à doutrina, mas não ortodoxo quanto à prática.

Os homens lêem o evangelho de Cristo e o admiram,
Com seu amor tão infalível e autêntico;
Mas, o que dizem e o que pensam eles,
Do 'evangelho' segundo nós?
(Anônimo)

EXEMPLUM

Trata-se de uma crônica qualquer, extraída da história, de uma lenda, da experiência geral dos homens, da história natural, etc., a fim de sublinhar alguma lição moral. Essa prática era muito comum nos sermões da era medieval e continua popular até hoje. Coletâneas de *exemplos* foram publicadas, para ajudar os pregadores. Nas modernas livrarias evangélicas pode-se encontrar facilmente livros de ilustrações, para enriquecimento dos sermões.

EXÉRCITO

1. *O termo*. No hebraico, *hayil*, que vem de uma raiz que significa força. No Novo Testamento temos o termo grego *strateuo*, servir no exército; e também *strateuma*, exército, tropas; *stratiotes*, soldado. Essas palavras são usadas na Bíblia de modo literal ou figurado.

2. *Israel no tempo do êxodo*. Cada homem de vinte anos para cima era um soldado (ver Núm. 1:3). Cada tribo tinha seu batalhão, com seu próprio pendão e seu líder (ver Núm. 2:2; 10:5,6,14). O exército movia-se de conformidade com sinais preestabelecidos, e em suas próprias fileiras (ver Êxo. 13:18). O escriba do exército fazia a convocação e escolhia os oficiais necessários (ver Deu. 20:5-9). O exército era dividido em pelotões de mil e de cem homens, com capitães sobre cada pelotão; e as famílias eram respeitadas nos arranjos assim feitos (ver Núm. 2:34 e 31:14).

3. *Os reis e os exércitos*. Os reis estabeleciam um grupo de guarda-costas, o primeiro passo de um exército permanente e profissionalizado. Saul tinha três mil homens escolhidos (ver I Sam. 13:3; 14:53). Davi contava com seiscentos homens, antes de sua subida ao trono (ver I Sam. 23:13). Posteriormente, houve um número muito maior de soldados, com guardas veteranos (ver II Sam. 8:18; I Crô. 12:18). Davi estabeleceu uma milícia nacional com doze regimentos, com seus respectivos oficiais (ver I Crô. 27:1). Havia um comandante em chefe, o «coman-

dante do exército», como Abner durante os dias de Saul, e Joabe, durante o governo de Davi. Em tempos posteriores, passaram a ser usados a cavalaria e um esquadrão de carros de guerra, principalmente porque os adversários de Israel usavam essas armas, pondo os israelitas em grande desvantagem (ver Jos. 17:16; Juí. 1:19; I Sam. 13:5 e II Sam. 13:5). Salomão especializou-se nesse tipo de armamento, e dispôs de mil e quatrocentos carros de guerra e doze mil cavaleiros (ver I Reis 10:26-29 e 9:19). A guarda pessoal era mantida de forma permanente (ver I Reis 14:28), ao passo que a milícia era conservada em estado de prontidão, embora não fosse freqüentemente convocada à guerra.

4. *Números.* Durante o êxodo, eram seiscentos mil homens (ver Êxo. 12:37). Nas fronteiras de Canaã, eram 601.730 homens. Durante o tempo de Davi, havia um milhão e trezentos mil homens (ver II Sam. 24:9). Em I Crô. 21:5,6 lemos sobre um número ainda maior de israelitas em armas. Em tempos posteriores a disciplina e os arranjos do exército eram copiados dos romanos pelos judeus, tal como os títulos dos oficiais.

5. *O exército romano.* Os romanos dividiam seus exércitos em legiões, cada qual variando em número de homens, embora usualmente contassem entre três mil a seis mil homens. Cada legião era dirigida por seis tribunos ou capitães superiores (ver Atos 21:31), que comandavam um por sua vez. A décima parte de uma legião, usualmente trezentos homens, era uma coorte (ver Atos 10:1). Com freqüência essas coortes tinham nomes específicos, como a «Coorte Italiana» (Atos 10:1), ou a «Coorte Imperial» (Atos 27:1). As coortes, por sua vez, estavam divididas em três manípulas, e as manípulas em duas centúrias, as quais originalmente tinham cem homens, embora posteriormente esse número variasse, dependendo da estrutura numérica da legião. As centúrias estavam sob o comando dos *centuriões* (ver Atos 10:1,22; Mat. 8:5 e 27:54). Além das legiões, havia coortes independentes, formadas por voluntários. É possível que a Coorte Imperial tivesse a função específica de servir de guarda pessoal do governante; e outras coortes tinham outras funções específicas.

6. *Uso metafórico.* Eliseu viu a hoste angelical com carros e cavalos (ver II Reis 6:17); e uma teofania que Josué encontrou chamava-se «príncipe do exército do Senhor» (Jos. 5:13-15). No fim dos tempos, haverá a batalha final entre as forças do bem e as forças do mal, e o Senhor Jesus aparecerá como o Capitão dos «exércitos que há no céu» (Apo. 19:14), que derrotará os exércitos de Satanás (vs. 19). Esses são termos metafóricos que indicam as forças espirituais que controlam os destinos humanos. A angelologia judaica falava não somente em anjos guardiães, mas também de anjos encarregados de nações. É apenas natural que nesta existência terrena, caracterizada por conflitos, termos como *armas* e *exércitos* sejam utilizados para descrever o nosso conflito espiritual (ver Efé. 6:11 ss). (ID ND UN)

EXÉRCITO DA SALVAÇÃO

Esse é o nome de uma organização religiosa e filantrópica internacional, fundada por Guilherme Booth (1829-1912). Há, nesta enciclopédia, um artigo separado sobre ele e sua família, que dá quase todas as informações de pano de fundo sobre o assunto.

Booth foi um evangelista inglês que começou sua carreira na denominação metodista de Wesley. Em 1849, ele chegou em Londres, onde ficou evangelizando nos cortiços ali existentes, usando reuniões de rua que, algumas vezes, provocaram desordens. A contenda cada vez maior fê-lo separar-se dos wesleyanos, quando então tornou-se ministro da Nova Conexão Metodista. Mas, em 1861, ele separou-se daquele grupo e lançou-se em um grande torneio de evangelismo em Cornwall, Cardiff e Walsall. Em 1865, retornou a Londres. Ele usava métodos que chocavam algumas pessoas, no desenvolvimento de seu evangelismo, como o uso de bandas de música, a fim de atrair pessoas às suas reuniões, especialmente aquelas efetuadas nas vias públicas. Também evangelizava nas prisões, nos hospitais, nas fábricas e até mesmo nos teatros. Abandonou o sermão formal e desenvolveu um sermão informal, quase coloquial. Ele fazia os seus convertidos darem testemunho de Cristo, mostrando-se diligentes na santidade pessoal.

Seu evangelismo militante levou-o ao estabelecimento do *Exército da Salvação*, em 1878. Esse grupo foi reorganizado, de acordo com diretrizes militares, em 1880. O Exército foi dividido em *territórios*, cada qual com o seu próprio *comandante*, que encabeçava a sua divisão de obreiros. Esses territórios geralmente ajustavam-se às fronteiras nacionais; mas os países mais extensos foram divididos em mais de um território, como é o caso dos Estados Unidos da América do Norte, que conta com quatro desses territórios.

O Exército da Salvação sofreu a amarga oposição da parte de eclesiásticos convencionais, mas nunca deixou de ganhar cada vez maior popularidade. O Príncipe de Gales tornou-se seu mais proeminente patrocinador. Booth foi convidado para a coroação de Eduardo VII, — em 1902.

A esposa de Booth encabeçava a ala feminina do Exército da Salvação, servindo também como general, visto que as esposas dos membros do grupo tinham a mesma patente militar que seus respectivos maridos. Afetuosamente, ela era chamada de Mãe Catarina. A maior parte dos familiares de Booth envolveu-se no movimento, e alguns deles foram grandes líderes, por si mesmos.

Em 1880, o movimento chegou à América do Norte. Em 1881 chegou à Austrália, e atualmente atua em mais de cem países diferentes. Booth ocupou-se em extensas obras sociais e reformas, o que significa que ele não foi um mero evangelista. Suas experiências, nesse campo, levaram à publicação, em 1890, de seu livro *Darkest England and the Way Out*. Nessa obra, ele propunha a concentração dos fundos filantrópicos da nação tendo em vista solucionar o problema dos cortiços, — que, na época, vinha sendo tratado somente por organizações religiosas. Ele desenvolveu um extenso programa de ministério em acampamentos de veraneio, creches, lares para os necessitados e idosos, centros de assistência social, etc. Em outras palavras, um tremendo esforço humanitário, admirável em seu escopo, considerando-se que tudo resultava do trabalho de um único homem e dos membros de sua família.

Teologicamente, o Exército da Salvação é conservador e fundamentalista; mas, em contraste com a maioria dos grupos dessa natureza, nunca perdeu de vista o aspecto humanitário e social.

Estatísticas. Em cerca de 1970, o Exército da Salvação contava com mais de 1200 igrejas, cerca de três mil e novecentos ministros consagrados, e seus membros eram de quase trezentos mil no total.

Operava mais de sessenta mil escolas dominicais, servindo em mais de cem países. Tem publicado literatura em mais de cem idiomas diferentes. Seu periódico, *War Cry*, tinha naquele ano uma circulação de cerca de 2.500.000 exemplares em cada edição.

EXÉRCITO DOS CÉUS

Ver Gên. 2:1, sobre o Exército dos Céus.

1. *O Termo*. Essa expressão usualmente é associada às atividades dos exércitos. Por extensão, pode indicar qualquer grande agrupamento de coisas. O termo hebraico *sabu*, portanto, pode significar um grupo de pessoas, um contingente de trabalhadores, uma tropa de homens armados. No Antigo Testamento, usualmente encontramos a expressão «todas as hostes do céu». Deus é chamado, entre outros títulos de *Yahweh Sabaoth*, «Senhor dos Exércitos». Essa expressão também poderia significar «Deus é proteção», tendo seus poderes cósmicos em vista. Porém, o «exército» pode referir-se àqueles que estão sob as ordens de Deus, os anjos, os homens, ou mesmo as estrelas e demais corpos celestes de sua criação.

2. *Um Nome de Deus: Yahweh Sabaoth*. O primeiro ponto introduz esse uso. Essa expressão, como um nome de Deus, é usada por quase trezentas vezes no Antigo Testamento, principalmente nos livros de Isaías, Jeremias, Zacarias, e Malaquias. Esse nome enfatiza o poder e a soberania de Deus, ocorrendo em contextos militares e apocalípticos. Aparece pela primeira vez em I Samuel 1:3, em conexão com o santuário em Silo. As traduções geralmente dizem «todo-poderoso», como uma maneira de exprimir a idéia envolvida. O título surgiu como uma maneira de expressar o domínio de Deus sobre os corpos celestes, sobre os anjos, sobre o povo de Israel e sobre as nações do mundo. Ver Jer. 5:14; 38:17; 44:7; Osé. 15:5.

3. *Os Corpos Celestes*. Os exércitos envolvidos podem ser os corpos celestes, como o sol, a lua e as estrelas, que são retratados como se fossem um grande exército. O sol seria o rei, a lua o vice-regente, e as estrelas os seus assessores. O exército celeste acabou sendo adorado até por Israel, o que representa uma das mais antigas formas de idolatria, entre os povos. Israel caiu nessa modalidade de idolatria, em certos momentos de sua história. Ver Deu. 4:19; II Reis 17:16; 21:3,5; Jer. 19:13; Sof. 1:5; Atos 7:42. Os trechos de Deu. 4:19 e 17:3 proibem essa prática.

4. *As Multidões Angelicais*. Em I Reis 22:19 e II Crô. 18:18, somos informados de que o profeta Miquéias contemplou o exército dos céus de pé ao lado do trono de Deus, em conversa com ele. Em I Reis 22:21, esses anjos são chamados de «espíritos». Ver Lucas 2:13 quanto a uma idéia similar. Talvez os filhos de Deus sejam as estrelas matutinas, em Jó 38:7.

5. *O Povo de Deus, os Anjos e as Divindades*. Todas essas idéias tem sido associadas ao trecho de Daniel 8:10-13, que menciona os exércitos do céu. Seja como for, que o povo de Deus foi assim chamado é evidente em Êxo. 7:4 e 12:41.

EXÍLIO

Ver os artigos separados sobre Cativeiro Assírio, Cativeiro Babilônico e Cativeiro (Cativeiros).

EXISTÊNCIA

I. A Palavra

II. Conceitos Filosóficos Referentes à Existência

III. A Existência Bíblica

I. A Palavra

Essa palavra vem do latim ex, «fora», e sistere, «pisar», ou seja, «pisar fora», «emergir». A base da palavra é o verbo latino *stare*, «pôr-se de pé». Isso posto, a existência pode significar «estar localizado». O particípio presente desse verbo latino é a base das palavras modernas que dali se derivam. Por conseguinte, aquilo que existe é aquilo que se põe de pé, que ocupa uma localização distinta, em contraste com outras coisas. Portanto, a existência consiste em *ser*, o estado de ser e continuar; de ter essência ou substância; de ser uma entidade. Ver o artigo separado sobre a *Ontologia*, a ciência ou filosofia do *ser*.

II. Conceitos Filosóficos Referentes à Existência

1. Os *filósofos materialistas* **referem-se à existência** em termos materiais, apenas, de tal maneira que a descrição da matéria é, igualmente, a descrição da existência.

2. Os *filósofos espiritualistas* incluem na discussão a essência espiritual e, usualmente, criam um dualismo, deixando-nos com dois assuntos a serem discutidos, se quisermos descrever a existência humana. A mesma coisa acontece no caso da *cosmologia*. O naturalismo e o sobrenaturalismo entram em aliança.

3. *Platão* pensava que a existência verdadeira e permanente (o ser) acha-se somente nos universais (que vede), isto é, no mundo imaterial, imutável e perfeito das entidades espirituais. No seu diálogo, intitulado *Leis*, ele sumariou as idéias ou universais com a Palavra de Deus. Nos particulares (os objetos deste mundo) temos meras imitações da realidade e, portanto, uma existência menos real.

4. *Aristóteles* associava a existência com a matéria formada (substância), ao mesmo tempo em que associava a essência à forma e aos constituintes de uma verdadeira definição.

5. *Tomás de Aquino* tinha um dualismo em que se combinariam a essência e a existência. Ver sobre *Essência*.

6. *Duns Scotus* (que vede) falava sobre *esta coisa* (haecceitas) como o princípio da individualização da essência, o que teria produzido as existências individualizadas. Ver o nono ponto do artigo sobre ele.

7. *Kant* afirmava que não podemos predicar a existência. Em outras palavras, as nossas *afirmações* de que coisas existem, com base em nossa razão ou em nossos dogmas, na verdade não as fazem existir.

8. *Hegel* equiparava o que é racional com o que é real (através da idéia de que o Absoluto é a suprema racionalidade) e, dessa maneira, pensava que a existência é a mesma coisa que a essência.

9. *Kierkegaard*, em sua forma de *existencialismo* (que vede), opunha-se ao essencialismo de Hegel, fazendo a existência ser anterior à essência, tal como o fazia Sartre, a quem é atribuída a declaração que diz: «A existência antecede à essência». Isso significa que um homem é capaz de fazer de si mesmo o que ele quiser, mediante sua própria vontade e escolha; e isso produziria a sua *essência*.

10. *Husserl* era um existencialista que não identificava o racional com o real. Ele evitava discutir sobre o real, a fim de facilitar a descoberta da essência dos fenômenos. Ver os artigos sobre ele e sobre a *Fenomenologia*.

11. *Russell* refere-se à existência em relação a

argumentos que satisfazem a alguma função. A sua análise das descrições definidas foi desenvolvida a fim de que ele não fizesse atribuições não intencionais de existência.

12. *Heidegger* sublinhava a existência humana usando a palavra alemã *Dasein*, «existência». A existência, para ele, tinha de tornar-se *autêntica* mediante o exercício da vontade, a fim de expressar-se como é devido. A isso ele denominava de *Ek-sistnz*. E Jaspers (que vede) falava de maneira idêntica.

III. A Existência Bíblica

A história de Gênesis, sem importar se a entendemos literal ou alegoricamente, ensina-nos que antes de qualquer coisa vir à existência, Deus já existia. O primeiro capítulo do evangelho de João diz a mesma coisa. Mediante a vontade de Deus, a existência proveio da não existência, presumivelmente devido a alguma mudança na energia divina, que atuou sobre a matéria e outras formas espirituais. Deus é a origem de toda existência.

A *mera existência*, porém, ainda não é a vida eterna; e nem a vida interminável é a vida eterna. Até mesmo as coisas que sempre existiram terão de receber uma nova forma de vida, para que possam ser chamadas eternas, segundo o pensamento bíblico. A vida eterna consiste na participação na própria *forma de vida* de Deus. O espírito humano será divinizado (Col. 2:10; II Ped. 1:4). Aquilo que é apenas interminável, portanto, tornar-se-á eterno. Ver o artigo sobre *Divindade, Participação dos homens na*. Ver também sobre a *Criação*.

EXISTENCIALISMO

Esboço:

I. O Termo e sua Caracterização Básica
II. Informes Históricos
III. Principais Filósofos e Teólogos Envolvidos com o Existencialismo
IV. O Existencialismo e a Tempestade; Depois da Tempestade

Ver o artigo separado, intitulado *Ética Existencialista*.

I. O Termo e sua Caracterização Básica

A base desse termo é **existência** (vide). O existencialismo tenta emitir algum tipo de declaração significativa sobre a natureza da existência. *Existencial* quer dizer «pertinente à existência». Logo, o existencialismo é um sistema ou atitude que emite uma declaração sobre o que considera ser característico na existência. De acordo com esse sistema, o homem é definido de acordo com essa atitude, como a soma total de seus atos, efetuados pelo exercício de seu livre-arbítrio, e não com base em suas intenções ou potencialidades. Uma pessoa existiria a fim de querer entrar em ação. Faz oposição ao racionalismo e ao empirismo, os quais supõem que o universo é determinado, como um sistema bem ordenado, inteligível para o observador contemplativo, o qual, mediante suas observações e experiências, pode descobrir as *leis* naturais que governam todas as coisas. O existencialismo rejeita o papel da razão como o poder que guia a conduta humana. Antes, enfatiza o que é caótico e pessimista, os temores da vida, a tempestade em que o ser humano se debate. À vida é dado um certo significado, não porque esse significado lhe seja inerente, mas porque a vontade humana pode agir de tal maneira que empreste um significado pessoal a essa caótica situação.

O sistema ou a filosofia do *existencialismo* baseia-se sobre a idéia de que a existência é anterior à essência. Quando é aplicado, o existencialismo afirma que o homem não é dotado de natureza fixa, porquanto ele age e escolhe as suas ações. Alguns filósofos têm objetado ao uso da palavra *sistema*, vinculado ao existencialismo, pensando que se trata mais de uma atitude ou de um tipo de pensamento filosófico. Mas, conforme tem aumentado o número de pessoas que subscrevem às idéias básicas do existencialismo e à medida que os seus escritos se vão tornando conhecidos, parece aos investigadores que eles estão testemunhando o desenvolvimento de uma nova escola filosófica ou sistema filosófico.

De acordo com essa maneira de pensar, o homem ocupa posição *central*. O existencialismo ressalta a existência concreta do homem, a sua natureza contingente, a sua liberdade pessoal e a sua conseqüente responsabilidade por aquilo que faz e por aquilo em que ele se torna.

II. Informes Históricos

Acredita-se que o existencialismo teísta foi lançado por Kierkegaard, ao passo que a sua variedade atéia começou com Nietzche. Ver os artigos separados sobre essas duas personagens. Naturalmente, todos os elementos comuns do existencialismo (religioso ou ateu) — são tão antigos quanto as histórias da própria teologia e filosofia. Kierkegaard, em sua revolta contra o sistema hegeliano do idealismo absoluto, e Sartre, que ampliou o ateísmo de Nietzche, procurando dar ao ateísmo um alicerce coerente e lógico, tiraram proveito de antigas idéias, revestindo-as em uma nova roupagem. Trata-se de uma específica combinação de idéias, que produziu esse sistema ou maneira de pensar. Como é claro, não há nenhum único pensamento existencialista e alguns filósofos que têm sido apodados de existencialistas, têm objetado ao uso desse nome. Porém, um certo fundo comum de idéias nos fornece uma certa maneira filosófica de pensar, mais ou menos identificável.

III. Principais Filósofos e Teólogos Envolvidos com o Existencialismo

1. *Kierkegaard* (que vede). Ele frisava o indivíduo, a subjetividade e a *angústia* (ver sobre *Angst*), como a principal emoção da existência humana. No entanto, paradoxalmente, nos últimos meses de sua vida, ele viveu em êxtase religioso. Parece que ele havia deixado para trás a tempestade mental que caracteriza tão fortemente os proponentes dessa filosofia. Ver o quinto ponto, quanto a um desenvolvimento desse tema.

2. *Nietzsche* (que vede). Ele advogava o monstruoso tema de que *Deus está morto*. Em conseqüência da morte de Deus, cada ser humano seria forçado a buscar os seus próprios valores, provendo uma ponte de ligação com um tipo diferente de futuro. Não admira, pois, que certo autor definiu o existencialismo ateu como «o culto do *nihilismo* e do *pessimismo*, popularizado na França após a Segunda Guerra Mundial, supostamente baseado nas doutrinas de Sartre e de outros existencialistas» (WA).

3. *Unamuno* (que vede). Nos seus escritos temos a reiteração de muitos dos temas de Kierkegaard. Ele falava sobre *o trágico senso da vida* e advogava a substituição da verdade objetiva pela crença autêntica.

4. *Ortega* (que vede). Reverberou os temas de Unamuno e os secularizou. Enfatizava o indivíduo concreto e a razão vital. De acordo com ele, o homem não tem natureza fixa, mas apenas uma história; contudo, o homem procuraria pela autenticidade.

5. *Heidegger* (que vede). Ele salientava a liberdade humana, a autenticidade, a preocupação (*Sorge*) e o nada (*das Nichts*).

6. *Jaspers* (que vede). Embora ele negasse ser um existencialista, salientava alguns dos principais temas do existencialismo, como a autenticidade, a liberdade e a historicidade.

7. *Bultmann* (que vede). Ele era influenciado por algumas idéias de Heidegger, tendo sido classificado como um teólogo existencialista. Alguns dos seus temas principais eram a liberdade, a angústia e a autenticidade. É possível que a saliência que dava à atividade de demitização do Novo Testamento estivesse vinculada a esses seus conceitos.

8. *Marcel* (que vede). Ele tem sido caracterizado como um existencialista teísta, que salientava o mistério e o temor do ser. De acordo com ele, vivemos em um mundo temível e desorganizado; mas o homem, o vagabundo, pode encontrar o seu lar por meio das virtudes do amor, da admiração, da oração e da comunhão com a divindade.

9. *Tillich* (que vede). Foi um teólogo existencialista fortemente influenciado por Heidegger. A alienação do homem é anulada em sua busca pelo Cristo eterno, embora a busca seja a própria vida, porquanto ninguém pode atingir o alvo final. Em Cristo devemos buscar o Novo Ser, a Nova Criação, a salvação.

10. *Sartre* (que vede). Ele misturava os temas do existencialismo ateu, da liberdade radical, da morte de Cristo, da invenção de valores humanos, mediante as escolhas autênticas, da angústia e do nada, como uma categoria fundamental.

IV. O Existencialismo e a Tempestade; Depois da Tempestade.

Lá no fundo da mente subconsciente do homem, há os arquétipos das principais questões da vida e da morte. Os estudos feitos com as experiências de quase morte têm mostrado que uma pessoa pode revisar o que significa morrer, incluindo o aspecto da separação entre a alma e o corpo, sem passar por qualquer perigo real de morrer. Um acidente que *ameaça* ser fatal, — embora a pessoa não sofra qualquer dano, — pode provocar a chamada experiência perto da morte. A mesma coisa pode ser provocada pela administração de drogas, embora nenhum perigo de vida esteja envolvido. Portanto, parece que as pessoas têm um conhecimento interno sobre o que significa morrer. Jung chamava isso de um arquétipo da mente inconsciente. Para mim, pois, parece claro que o existencialismo conseguiu penetrar nessa consciência e, subseqüentemente, demorou-se sobre a mesma, chamando essa doutrina de *Angst*, isto é, «angústia». Por ocasião da morte, a princípio o homem enfrenta a possibilidade de aniquilamento; mas então, quando a experiência desdobra-se, ele vê, chegando mesmo a surpreender-se com isso, que a morte é um *nascimento*, é a porta de uma nova existência!

Os teólogos e filósofos vêm ensinando isso há séculos; mas parece que a lição tem que ser aprendida por cada um. Há uma espécie de tempestade de sentimentos, provocada pela possibilidade de extinção; mas, para além dessa ameaça há uma nova vida. O existencialismo, pois, deixa-nos no meio da tempestade, sem resolver o problema. Trata-se de um discernimento genuíno, repleto de temores; mas pára no meio do caminho, deixando o homem metido em um grande mistério sobre a vida e a morte. Conforme já dissemos, a ingestão de certas drogas também pode provocar esse tipo de experiência.

Infelizmente, também há uma *teologia* que deixa o homem no meio da tempestade. Aqueles que pregam que a vasta maioria dos homens tem de enfrentar o julgamento às chamas eternas, e que tudo termina aí, também deixam os homens dentro da tempestade. Esses teólogos retêm a noção do julgamento retratada nos livros pseudepígrafos e que se acha no N. Testamento em alguns lugares. Mas recusam-se teimosamente a ver que outras porções do mesmo documento sagrado ultrapassam a esse fim *espantoso*. Contentam-se e isso em meio a afirmações pias, em deixar os homens em meio à angústia. Concordam com os existencialistas ateus de que o temor, a destruição e as agonias são o destino legítimo e necessário do homem. Chegam mesmo a ficar aquém da visão mais brilhante dos existencialistas religiosos. Naturalmente, esses pregadores também fazem a oferta do evangelho, que se oferece para libertar o homem de todo esse terror, mediante a expiação de Jesus Cristo, no Calvário. Mas, para o caso dos perdidos, eles não oferecem a menor fagulha de esperança.

Por outro lado, há uma teologia que nos leva para além desse triste final. A missão de Cristo, em toda a sua amplitude, tornou isso possível. A sua descida ao hades (ver I Ped. 3:18 — 4:6) teve o mesmo propósito que a sua subida dali, ou seja, tornar Cristo tudo para todos (ver Efé. 1:23). Para além do julgamento, há o mistério da vontade de Deus, que retrata uma restauração universal (Efé. 1:9,10). Sim, há uma teologia que mostra como será depois da tempestade. Ver o artigo geral sobre a *Restauração*. A filosofia, a teologia, as enfermidades graves e o uso de drogas podem despertar na alma dos homens a tempestade do medo. A desolação e a miséria podem levar os homens ao desespero, fazendo-os permanecer em meio à tempestade. Nossa teologia tradicional estagnou nesse ponto, ao ser fixada e oficializada. Mas a missão de Cristo, quando compreendida em todas as suas dimensões, nos leva para além dessa tempestade, embora nunca fique anulada a distinção entre os escolhidos de Deus e os demais, que meramente serão restaurados. (B E EP MM NTI WA)

EXISTENZ

Ver sobre **Jaspers**, pontos segundo e terceiro.

EX NIHILO

Expressão latina que significa «proveniente do nada». Quanto a uma completa discussão sobre o modo da criação, incluindo a idéia do *ex nihilo*, ver o artigo geral sobre a *Criação*, terceira seção, onde o primeiro parágrafo discute especificamente sobre esse assunto. A segunda seção do mesmo artigo fornece-nos as várias idéias sobre as *Origens da Criação* e o sexto ponto aborda o conceito do *ex nihilo*. Essa idéia foi criada, a princípio, para afirmar que houve um tempo em que somente Deus existia, e que não podem ser verdadeiras as teorias como a do panteísmo e a das emanações divinas. Contudo, é lógico supormos que *ex nihilo nihil fit*, «do nada, nada se faz». Portanto, a maioria dos teólogos modernos fala em termos de Deus a criar os mundos por meio da energia de seu próprio Ser, a qual, de alguma maneira, foi transformada em matéria e em formas espirituais, diferentes de seu próprio Ser.

EX NIHILO NIHIL FIT

Expressão latina que significa «do nada, nada se faz». Ela exprime o ponto de vista tradicional de que a

existência não surgiu do nada. Ver os artigos sobre o *Nada*, sobre *Ex Nihilo* e sobre a *Criação*, este último em suas seções segunda e terceira.

ÊXODO

O livro de Êxodo, segunda seção da Tora, é chamado em hebraico, *We'ele*, ou às vezes, *Shemoth*, nomes derivados de suas palavras iniciais «estes são os nomes», ou mais abreviadamente, «nomes dos», pois esta seção da Tora começa com os nomes dos patriarcas que desceram do Egito. Em português o termo *êxodo* é a forma latinizada que se derivou da LXX, versão grega do VT (*ex* — fora + *hodos* — caminho = «saída»).

Esboço:

I. Composição
  1. Autoria e Data
  2. Relação com o Resto do Pentateuco
  3. Ponto de Vista Literário
II. Historicidade
III. Quatro Áreas Salientadas
  1. Redenção dos Hebreus da Terra do Egito
  2. Estabelecimento do Pacto
  3. A Lei
  4. O Culto
IV. Conteúdo
V. Seção Legal
  1. Leis Dadas Antes do Sinai
  2. Os Dez Mandamentos
  3. O Livro do Pacto
  4. Regulamentações para o Tabernáculo e Estabelecimento do Sacerdócio.
  5. O Decálogo Ritual
VI. Milagres

I. Composição

1. *Autoria e Data*. Semelhantemente ao caso dos outros livros do Pentateuco, a questão da autoria de Êxodo divide os estudiosos em duas classes: a. a do ponto de vista conservativo e b. a da escola crítica.

a. *Ponto de vista conservativo*. Os conservativos reivindicam que Êxodo, bem como o Pentateuco como um todo foi escrito por Moisés. Eles admitem que talvez Moisés tenha usado fontes antigas, orais ou escritas, mas que a despeito disso, ele é o único autor dos cinco primeiros livros da Bíblia. Os que mantêm essa opinião, suportam seu ponto de vista com base nas seguintes passagens de Êxodo: 1. Duas vezes o livro declara que Deus falou para Moisés escrever (17:14; 34:27); 2. uma vez o livro diz que Moisés escreveu (24:4); 3. Cristo declarou que Moisés escreveu (João 5:46,47); 4. Cristo atribuiu também Êx. 20:12 e 21:17 a Moisés em Marcos 7:10. 5. Em Marcos 12:26 Jesus se refere ao «livro de Moisés» contudo, admitem os conservadores neste trecho que talvez Jesus estivesse se referindo à tradição judaica que atribuía a Moisés a responsabilidade do conteúdo do livro. Autoria mosaica implicaria uma data provavelmente no séc. XIII A.C.

b. *Ponto de vista crítico*. Os críticos afirmam que Êxodo é o resultado da compilação dos documentos J, E, D, e P(S) (que vide), onde cada um desses documentos consistia em uma narrativa e em um número de leis.

O documento J é constituído de narrativas judias antigas e seu autor revela um interesse no reino judeu e em seus heróis (850 A.C.). A palavra *Yahweh* (Jeová) é usada neste documento para referir-se a Deus.

O documento E contém as antigas narrativas efraemitas originadas por volta de 750 A.C. O escritor de *E* demonstra um interesse no reino do N de Israel e em seus heróis. Ele emprega o vocábulo *Eloim* em vez de Yahweh (Jeová) para referir-se a Deus.

O documento D, também chamado Código Deuteronômico, foi encontrado no templo no ano 621 A.C. Esse documento aborda o fato de que o amor é a razão mesma do servir; e salienta a doutrina de um único altar.

O Código Sacerdotal ou documento P(S) originou-se por volta do ano 500 A.C., todavia sua redação prorrogou-se até o IV séc. A.C. Esse documento evidencia uma preferência por números e genealogias, distinguindo-se dos outros também quanto ao seu ponto de vista sacerdotal e ritualístico.

Os críticos esclarecem que as fontes de Êxodo, além de distintas entre si, datam de um período bastante posterior aos eventos que narra. Eles acentuam também que o livro não só revela o trabalho de diferentes indivíduos, mas de diferentes escolas de registros históricos. Cada documento tem seu ponto de vista individual, assim como cada evangelho sinóptico apresenta sua própria visão da vida de Cristo. Certo erudito disse que o livro de Êxodo era como uma grande sinfonia, que uma vez pensou-se produzir uma harmonia uníssona, mas que agora tem sido demonstrado que em virtude de seus elementos intensamente discordes entre si, pode produzir uma harmonia ainda mais rica.

2. *Relação com o Resto do Pentateuco*. A narrativa de Êxodo está intimamente relacionada com a de Gênesis, pois continua a história dos descendentes dos patriarcas do ponto onde Gênesis 50 parou, embora um tempo considerável tenha se passado entre a morte de José e os primeiros eventos de Êxodo (1:7 *ss*), durante o qual o povo de Israel fora levado à posição de servidão. Depois de descrever a emigração do Egito, o livro relata o ato da entrega da lei e da construção do tabernáculo. As regras para o sacrifício que seguem formam a primeira parte de Levítico. Êxodo não é tanto um livro independente quanto uma porção arbitrariamente definida de uma seção do Pentateuco que abrange três livros. A divisão entre Êxodo e Levítico é semelhante àquela entre I e II Samuel ou entre I e II Reis.

3. *Ponto de Vista Literário*, como uma obra de literatura é inferior a Gênesis, embora algumas qualidades similares de estilo narrativo intenso e vigoroso sejam evidentes em certas porções. A despeito de algumas incertezas, este livro constitui uma fonte valiosa de história política e cultural. O conteúdo de Êxodo está dividido em partes quase iguais entre narrativa e seção legal. Os primeiros 19 caps. são quase inteiramente narrativos, com exceção de pequenas seções legais, a saber, 12:14-27, 42-49; 13:1-16. O restante do livro trata solidamente da lei, com exceção do cap. 24, que descreve o reconhecimento do pacto, e dos caps. 32-34, que descrevem a rebelião do povo, a intercessão de Moisés, e a renovação do pacto.

II. Historicidade

Grandes são os problemas de historicidade, rota percorrida, e data do êxodo. Enquanto os pesquisadores não têm descoberto nenhuma prova contemporânea direta desse evento, uma série de evidências indiretas tem ajudado a esclarecer muitos detalhes. Os primeiros 12 capítulos descrevem principalmente as ocorrências da última parte do 2º milênio A.C. no Egito. Os eventos dos capítulos restantes aconteceram na península Sinaítica. Um tratamento mais detalhado concernente à história, localidade geográfica e cronologia está apresentado no presente artigo.

Nesta seção, nos limitamos a apresentar a seguir, um breve sumário de alguns aspectos importantes ressaltados pelos peritos no assunto.

1. *Embora uma considerável porção* do livro reflita aspectos da vida e história egípcia, escassos são os detalhes que poderiam indicar o tempo preciso dos eventos narrados. Em nenhuma ocasião o rei do Egito é mencionado pelo nome. «Faraó» ou «rei do Egito», são as duas formas empregadas para referir-se a ele. Acreditava-se que a data do êxodo poderia ser determinada se fosse descoberto que Faraó morreu afogado. Todavia, esse detalhe não tem sido esclarecido e o texto de Êxodo nem mesmo indica que o rei tenha necessariamente morrido afogado, mas somente que sofreu uma grande derrota; que seus carros de guerra e sua carruagem se afundaram, e que seus capitães favoritos se afogaram.

2. A declaração em 1:8 «Levantou-se um novo rei sobre o Egito, que não conhecera a José», sugere fortemente que a expulsão dos hicsos ocorreu no período de tempo entre a morte de José e o nascimento de Moisés. Neste caso seria fácil entender porque o novo rei teria uma atitude hostil em relação àqueles que ele associava aos hiscos, que também eram asiáticos e que dominaram o Egito durante um considerável período de tempo.

3. *A referência às cidades* de Pitom e Ramessés em 1:11 tem sido apontada como prova de que os eventos descritos não poderiam ter ocorrido até a 19ª dinastia, considerando que os primeiros reis que levaram o nome Ramsés pertenciam àquela dinastia. Contudo, é possível que os nomes originais foram substituídos no texto pelos nomes conhecidos posteriormente. A despeito do fato de que os Ramsés não reinaram até a 19ª dinastia, poderia ter existido uma cidade com o nome Ramessés, pois o culto do deus RE ou RA, era proeminente em muitos períodos da história egípcia antiga, e «*mss*» era um sufixo comum para nomes pessoais.

4. *A opressão egípcia* é descrita como muito severa. Comprovando esse fato, há abundantes evidências do período da 18ª e 19ª dinastias que ilustram a crueldade dos egípcios em relação aos escravos e estrangeiros. O sinal hieroglífico representativo de um estrangeiro é a figura de um homem atado e com um ferimento sangrento na cabeça. Esse sinal é usado mesmo em conexão com nomes de honrados reis estrangeiros, com quais os egípcios fizeram acordos. Portanto, há evidências de crueldade dos egípcios em relação aos estrangeiros, e os eventos relatados no início de Êxodo se ajustam a essas evidências. No passado pensava-se que as grandes pirâmides do Egito eram o resultado do trabalho dos hebreus durante a opressão, contudo, essa idéia não é pertinente: as pirâmides provavelmente foram levantadas pelo menos mil anos antes do tempo do êxodo.

5. *Pesquisadores têm questionado* a historicidade do êxodo e do evento no mar Vermelho, com base no fato de que as ruínas do Egito antigo não mencionam tais ocorrências. Todavia essa objeção se baseia numa concepção errônea da natureza da arqueologia egípcia. Muitos dos registros cotidianos e das ruínas das casas do Egito antigo, estão debaixo da bacia de água no Delta, que era a região onde a maioria das pessoas viveram. Embora abundantes, as ruínas do Egito antigo consistem principalmente de sepulcros e de monumentos construídos no deserto para celebrar conquistas e vitórias egípcias. Derrotas tais como a partida dos israelitas e o insucesso do Faraó em recapturá-los, dificilmente resultariam na construção de monumentos.

6. *Outras questões são levantadas* no livro de Êxodo em relação à sua historicidade, tais como: a. Êxodo 1:5 declara que o número de pessoas que desceram de Jacó para o Egito era setenta, contudo, estudiosos observam que esse é um número meramente aproximado. b. A historicidade do capítulo 1 tem sido questionada com base no fato de que uma grande multidão, tal qual a dos israelitas, requereria mais do que duas parteiras para salvar as vidas dos meninos hebreus. Por outro lado, deve-se observar que a passagem não afirma que havia somente duas parteiras. c. Há algumas objeções em relação à história de Moisés narrada no capítulo dois. Alguns estudiosos sugerem que a história do salvamento de Moisés, através do cesto de junco é um eco da história de Sargon que também fora salvo através de um barco. Outros observam que a história de Sargon é de origem mesopotâmica e que dificilmente teria servido de base para uma história egípcia. Além disso, para as comunidades que viviam às margens do rio, esse incidente pode ser comparado ao de uma criança sendo abandonada na porta de uma casa atualmente e a existência de histórias com esse tema poderia ser perfeitamente independente. d. Aparentemente há uma contradição em relação ao nome do sacerdote de Midiã, que é chamado Reuel em 2:18, e Jetro em 3:1. Segundo os críticos, esses nomes devem ter pertencido a documentos diferentes, e o uso de ambos, comprova a combinação desses documentos.

III. Quatro Áreas Salientadas

1. *Redenção dos Hebreus da Terra do Egito.* O livramento dos israelitas do poder opressivo do Faraó é um aspecto acentuado, pois esse fato condicionou a mente dos israelitas para as eras vindouras, e estabeleceu um débito permanente de gratidão para com Aquele que os livrou da escravidão. Metaforicamente esse livramento salienta a importância da redenção da escravidão do pecado na vida de todo aquele que é remido por intermédio de Cristo, representado pelo cordeiro pascal, (12:1-14).

2. *Estabelecimento do Pacto.* O pacto fundamentou-se no fato de que Deus, tendo redimido seu povo, tinha o direito de esperar a aliança e lealdade daquele. (Referências à redenção, sobre a qual o pacto se baseia: 19:4-6; 20:2; 22:21; 23:9-15). Para Deus, os remidos se tornaram o povo de seu pacto, e ele prometeu protegê-los e dirigi-los. Em troca eles devem obedecer a sua Lei.

3. *A Lei.* A declaração do pacto inicia-se com o grande sumário da lei moral nos Dez Mandamentos, e apresenta a seguir várias leis importantes para a vida daqueles que são destinados a ser uma nação santa e um povo consagrado a Deus.

4. *O Culto.* Esse tema é referido no capítulo 3:5,6, e nas regras da *Páscoa* no capítulo 12, que estabeleceram na mente das gerações subseqüentes a natureza da redenção de Deus e a necessidade individual de participação pessoal. A questão de reverência é tratada especialmente nos capítulos 25—31, que descrevem os preparativos para a construção do tabernáculo e a separação dos sacerdotes, e no relato da construção do tabernáculo nos capítulos 35—40.

IV. Conteúdo

A. *Os Hebreus no Egito*, 1:1-12:36
  1. A opressão (1:1-22)
    a. Os descendentes de Jacó no Egito (1:1-14)
    b. As parteiras poupam as vidas dos recém-nascidos (1:15-22).
  2. Preparação dos representantes de Deus
    a. Nascimento e educação de Moisés (2:1-10)

b. Moisés mata um egípcio e foge para Midiã (2:11-22)
c. Moisés é chamado por Deus (2:23—3:22)
d. Deus concede poderes a Moisés (4:1-17)
e. Moisés regressa ao Egito (4:18-31)
3. Tentativas de sair do Egito
a. Moisés e Arão falam a Faraó (5:1-5)
b. Faraó intensifica a opressão dos israelitas (5:6-14)
c. Moisés é rejeitado por Israel mas encorajado por Deus (5:15—6:13)
d. Genealogias de Moisés e Arão (6:14-27)
e. Moisés fala novamente a Faraó (6:28—7:13)
4. As dez Pragas
a. As águas tornaram-se sangue (7:14-25)
b. Rãs (8:1-15)
c. Piolhos (8:16-19)
d. Moscas (8:20-32)
e. Peste nos animais (9:1-7)
f. Úlceras nos homens e nos animais (9:8-12)
g. Chuva de pedras (9:13-35)
h. Gafanhotos (10:1-20)
i. Trevas (10:21-29)
j. A morte do primogênito é profetizada (11:1-10)
5. A instituição da Páscoa (12:1-28)
6. Realização da décima praga: morte dos primogênitos (12:29-36)

B. *Os Hebreus no Deserto* (12:37—18:27)
1. A saída dos israelitas do Egito (12:37-51)
a. Consagração dos primogênitos (13:1-16)
b. Deus guia o povo pelo caminho (13:17-22)
2. Faraó tenta reconquistar Israel (14:1-15:21)
a. Perseguição de Israel (14:1-14)
b. A passagem pelo mar (14:15-25)
c. Os egípcios perecem no mar (14:26-31)
d. A canção da vitória (15:1-21)
3. Experiências no deserto (15:22-18:27)
a. As águas amargas tornam-se doces em Mara (15:22-27)
b. Deus manda o Maná (16:1-36)
c. A água da rocha de Refidim (17:1-7)
d. Amaleque ataca os Israelitas (17:8-16)
e. Jetro visita e aconselha a Moisés (18:1-12)

C. *Os Hebreus no Monte Sinai* (19:1-40:38)
1. Estabelecimento do Pacto Divino (19:3—24:11)
a. Preparação para o Pacto (19:1-25)
b. Os Dez Mandamentos. (20:1-17)
c. O temor do povo (20:18-21)
d. Leis acerca dos altares (20:22-26)
e. Leis acerca dos servos (21:1-11)
f. Leis acerca da violência (21:12-36)
g. Leis acerca da propriedade (22:1-15)
h. Leis civis e religiosas (22:16-31)
i. O testemunho e a falsa injúria (23:1-5)
j. Deveres dos juízes (23:6-9)
k. O ano do descanso (23:10-11)
l. O sábado (23:12-13)
m. As três festas (23:14-19)
2. Promessas divinas (23:20-33)
3. A aliança de Deus com Israel (24:1-11)
4. Deus dá instruções no Monte (24:12—31:18)
a. Moisés e os anciãos sobem ao monte (24:12-18)
b. Direções para a construção do tabernáculo (25:1—27:21)
c. Direções quanto ao sacerdócio (28:1—29:46)
d. Instruções suplementares (30:1—31:18)
5. Idolatria do povo (32:1—33:23)
a. O bezerro de ouro (32:1-6)
b. A ira de Deus (32:7-10)
c. Moisés intercedeu pelo povo (32:11-24)
d. Moisés manda matar os idólatras (32:25-29)
e. Moisés intercede pelo povo novamente (32:30-35)
f. O anjo de Deus guiará o povo (33:1-23)
6. Restabelecimento do pacto (34:1—35:3)
a. As segundas tábuas da lei (34:1-9)
b. Aliança e admoestação contra a infidelidade (34:10-34:17)
c. As três festas (34:18—34:28)
d. O rosto de Moisés resplandece (34:29-35)
e. O sábado (35:1-3)
7. Construção do tabernáculo (35:4—40:38)
a. Ofertas para o tabernáculo (35:4-29)
b. Obreiros para o tabernáculo (35:30—36:7)
c. As partes do tabernáculo (36:8-38:20)
d. O custo do tabernáculo (38:21-31)
e. As vestes dos sacerdotes (39:1-31)
f. Os utensílios do tabernáculo completados (39:32-43)
g. Deus manda Moisés levantar o tabernáculo (40:1-15)
h. O tabernáculo é levantado (40:16—33)
i. Manifestação divina de aprovação (40:34-38)

V. Seção Legal

As leis do livro de Êxodo têm como objetivos principais: a. estabelecer regras detalhadas para a conduta das pessoas em muitas situações, originando ordem e justiça entre os homens, e b. regular o relacionamento dos redimidos com Deus. Outros códigos de lei têm sido descobertos, alguns deles bem mais antigos que o de Êxodo, a saber: Código de Hamurabi, rei da Babilônia, encontrado em 1901 (XVIII A.C.); um código sumério, cerca de dois séculos mais antigo, e um outro babilônico mais velho ainda; o Código Hitita (XIV A.C.), e as Leis Assírias (XII). Um exame da natureza desses códigos em relação a Êxodo demonstra que uma diferença principal entre esses códigos e Êxodo é o fato de que os outros códigos são estritamente seculares, exceto quando ocasionalmente mencionam os privilégios ou responsabilidades dos sacerdotes; Êxodo por outro lado é pesadamente religioso; inclui regras para sacrifícios, festivais anuais e outros serviços religiosos. Algumas semelhanças são também encontradas entre as leis de Êxodo e as de certos códigos, como por exemplo, a existência de dois tipos de lei, casuística e apodíctica, nos Códigos Hititas e nas leis da Ásia Menor.

As leis casuísticas, também chamadas leis de sentença, referem-se a situações específicas, e formula uma sentença à qual o criminoso deve ser submetido em tais situações. Estas leis geralmente se iniciam com a partícula «se», introduzindo a descrição geral da situação. Ocasionalmente a partícula «se» ocorre, acrescentando detalhes mais específicos da situação, e introduzindo juntamente uma declaração da pena apropriada. As *leis apodícticas* consistem de declarações categóricas sobre os crimes, geralmente sem referir-se à pena, como nos Dez Mandamentos, mas também acrescentando a pena em certas ocasiões, simplesmente terminando a declaração com a frase «ele será morto», ou precedendo a declaração com a frase «amaldiçoado seja aquele que...». Albrecht Alt, o estudioso que sugeriu a divisão das leis do VT nesses dois tipos, é da opinião que as leis casuísticas do Pentateuco foram extraídas das leis cananitas, enquanto que as apodícticas são de origem especifica-

mente judaicas. Alegando o fato de que ambos os tipos de leis são encontrados também nos tratados hititas e nas leis da Ásia Menor, Mendenhall refuta essa declaração. As porções seculares das leis indicam contatos com as leis de períodos anteriores, contudo, dizem os conservatistas, esse fato não coloca em questão a autenticidade das leis recebidas através de Moisés.

As seções legais de Êxodo são extensivas e detalhadas. Os principais grupos são: 1. As leis dadas antes do Sinai. 2.Os Dez Mandamentos. 3. O Livro do Pacto. 4. Regulamentações para o tabernáculo e estabelecimento do sacerdócio. 5. O Decálogo ritual.

1. *As leis dadas antes do Sinai compreendem* a lei da páscoa, a lei da consagração dos primogênitos, e a lei do maná. Em 12:3-13 o Senhor deu ordens explícitas e completas quanto à cerimônia da páscoa, e em 12:43-49 e 13:1-16, estabeleceu regras permanentes a respeito do grande festival anual e da consagração dos primogênitos. A lei do maná, em 16:16, 23:33, estava relacionada à necessidade imediata de regular a arrecadação e o uso da comida.

2. *Os Dez Mandamentos*, também chamados *Decálogo* (em hebraico, as *Dez Palavras*), estão contidos em Êxo. 20:1-17, e repetidos com pequenas diferenças em Deuteronômio 5:6-21. O caráter especial dos Dez Mandamentos, dizem os estudiosos bíblicos, reside a. no fato de que eles foram «escritos pelo dedo de Deus» nas tábuas de pedra (Êx. 31:18; 32:16; Deut. 9:10) e b. no fato de que foram recitados para a nação de Israel como um todo. Esse fato está implícito em Êxodo 20:18,19, e explicitamente declarado em Deut. 5:4.

Os Dez Mandamentos (que vide) distinguem-se das outras seções legais quanto ao seu caráter sintético e formal de apresentar as leis. Esta seção consiste em um sumário das leis éticas, com poucos detalhes de explicação. Pena nenhuma é mencionada para a infração dos mandamentos.

A questão da originalidade dos Dez Mandamentos tem sido motivo de controvérsia entre os eruditos. Wellhausen e outros críticos afirmam que Os Dez Mandamentos representam uma forma desenvolvida de lei, que dificilmente teria existido até o tempo do último reino israelita. A diferença de redação entre o mandamento de Sabá em Êxodo 20:8-11, e sua contraparte em Deut. 5:12-15 indica que o mandamento original era ou mais longo, incluindo assim ambas as formas, ou mais resumido, sendo apresentado portanto em forma de sinótico. Os que acreditam na plena inspiração das Escrituras afirmam que os Dez Mandamentos incluem todas as palavras de ambas as passagens.

Quanto à enumeração dos mandamentos, há três formas principais: 1. a enumeração de Josefo (Antiq. III.c.6, sec. 5); 2. a enumeração do Talmude; e 3. a enumeração de Agostinho. A maioria das igrejas protestantes não luteranas, e a igreja grega seguem a enumeração de Josefo. A Igreja Católica Romana e a maioria dos luteranos seguem a enumeração de Agostinho.

A disposição dos mandamentos nas tábuas tem sido motivo de polêmica: 1. *Agostinho* sugeriu que os três primeiros mandamentos estavam na primeira tábua, e os outros sete na segunda; 2. Calvin sugeriu que quatro estavam na 1ª e seis na 2ª; 3. Filo e Josefo afirmaram explicitamente que haviam cinco mandamentos em cada tábua.

3. *O Livro do Pacto* corresponde à porção de 20:22 a 23:33. Essas leis abordam uma variedade de assuntos religiosos, morais, comerciais e humanitários. O livro do Pacto inicia-se com uma reiteração da advertência contra a idolatria, e segue com instruções sobre tipos de altares (20:24-26). Princípios humanitários proporcionam o tema para a próxima seção, onde são tratados problemas de relacionamento entre mestre e servo, preservação de propriedade, compensação de danos pessoais, e preservação de direitos de propriedade. Esta seção acrescenta ainda mandamentos específicos contra imoralidade, bestialismo, espiritismo, hostilidade ao fraco e oprimido, etc.

O Livro do pacto consiste basicamente de leis casuísticas, contudo, seu propósito não é fornecer um conjunto completo de leis para todos os diferentes tipos de problemas que possam eventualmente surgir, e sim, — indicar o tipo de punição — que deve ser efetuado em algumas situações comuns.

4. *Regulamentações para o tabernáculo e estabelecimento do sacerdócio* estão contidas entre os capítulos 25:1 e 31:17. Durante os 40 dias e 40 noites que Moisés permaneceu no Monte, o Senhor deu-lhe instruções quanto ao sistema israelita de adoração. Planos para a construção do tabernáculo, bem como de sua mobília e utensílios, foram estabelecidos com precisão. Segue uma descrição do uso e da natureza dos implementos usados pelos sacerdotes, tais como: a bacia de bronze para as sagradas abluções, e a preparação do perfume e do óleo sagrados, (30:17-38). Depois de seguidas as instruções desses versos, homens contemplados com o espírito de Deus eram apontados para construírem o tabernáculo e toda sua mobília (31:1-2). As descrições do santuário, do sacerdócio e forma do culto são seguidas por aquelas dos tempos e períodos sagrados (31:12 *ss*). Sobre tempos sagrados há aqui referência somente ao sábado, no qual outros regulamentos são contidos no que concerne às suas origens. A preparação — do tabernáculo — devia ter começado quando Deus entregou a Moisés as tábuas da lei, se o seu progresso não tivesse sido interrompido pelo ato de idolatria por parte do povo, e pelo seu conseqüente castigo pela ofensa, o que é o tema da narrativa nos capítulos 32-35. Contrária e em oposição a tudo que tinha sido feito por Jeová para Israel e na presença de Israel, a terrível apostasia deste último se manifesta da maneira mais melancólica como um ominosamente significante fato profético, que é incessantemente repetido na história de subseqüentes gerações. A narrativa disso está intimamente ligada com os relatos precedentes—a misericórdia e gratuita fidelidade de Jeová de um lado, e a descarada ingratidão de Israel do outro, sendo intimamente associadas. Esta conexão forma a idéia central de toda a história da teocracia. Somente após a narrativa desse significativo evento é que o relato sobre a construção e término do tabernáculo pode proceder (35—40). Tal relato se torna mais circunstancial à medida que o assunto mesmo ganha maior importância. Acima de tudo, é fielmente demonstrado que tudo fora executado segundo os mandamentos de Jeová. Na História descritiva de Êxodo, um plano fixo, de conformidade com os princípios apresentados acima, é consistente e visivelmente carregado — através de todo o livro, dando-nos assim, a mais certa garantia da unidade de ambos: livro e autor.

5. *O Decálogo Ritual* consiste em um grupo de leis nos vers. 34:10-28. Alguns dos Dez Mandamentos, e algumas das ordenanças religiosas do Livro do Pacto são repetidos neste trecho, exceto as leis casuísticas. A relação do Decálogo Ritual aos seus textos paralelos é um assunto controversial. A teoria de que esta passagem é mais antiga do que os Dez Mandamentos propriamente ditos é bastante aceita.

VI. Milagres

O livro de Êxodo descreve um dos grandes períodos de miraculosa intervenção divina nas Escrituras. Os milagres desse livro podem ser classificados em três grupos: 1. milagres que provaram aos israelitas que Moisés tinha sido realmente enviado por Deus. 2. O milagre das pragas que caíram sobre o Egito como castigo; 3. milagres de providência e proteção divina no deserto. O milagre da sarça ardente, primeiro incidente de ordem sobrenatural do livro de Êxodo, não pertence a nenhum desses três grupos mencionados acima. Nesse incidente Deus comunicou-se particularmente com Moisés revelando-lhe sua missão.

1. *Entre os milagres* que provaram a autenticidade da missão de Moisés estão: a. a transformação da vara em serpente e vice-versa; b. o fenômeno da mão de Moisés que se tornou leprosa repentinamente e foi restaurada em seguida; c. e o fenômeno da transformação da água em sangue.

2. *Com exceção da décima*, as pragas do Egito, até certo ponto, consistiram em fenômenos que poderiam ocorrer naturalmente naquela região. Contudo, quatro aspectos peculiares dessas pragas provam o caráter sobrenatural desses fenômenos, a saber: a. a intensidade—foram fenômenos extremamente severos; b. a aceleração—aconteceram num curto período de tempo; c. a especificação—a terra de Gósen não foi atingida por certas pragas; d. a predição —Moisés podia prever quando a praga ocorreria.

O caráter miraculoso da décima praga consistiu da intervenção divina fornecendo instruções aos israelitas sobre como proceder para que a vida de seus primogênitos fosse poupada.

3. *Entre os milagres de proteção* e providência divina no deserto estão: a. a travessia do mar Vermelho; b. a coluna de nuvem durante o dia, e a coluna de fogo à noite, que guiou o povo de Israel no deserto; c. a provisão de água em Mara e Refidim; d. a provisão de alimento: codornizes e maná; e. a entrega dos Dez Mandamentos.

Bibliografia: ALB AM ANET BA E G I IB IOT NAP NOT WBC WES Z

ÊXODO (O EVENTO)

Esboço:

I. A Palavra
II. Caracterização Geral
III. Informes Bíblicos
IV. O Êxodo em Trechos Bíblicos Posteriores; Tipologia

I. A Palavra

O termo português **êxodo** vem do grego **ékxodos**, «saída», «partida». Na Bíblia, a palavra é usada em sentido especializado, aludindo à saída de Israel do Egito, após um longo período de servidão. Dali, o povo de Israel partiu para a Terra Prometida. A história é figura da *redenção*, mas é um acontecimento histórico, com considerável confirmação.

II. Caracterização Geral

O livro de Êxodo (ver o artigo abaixo) começa descrevendo como o povo de Israel estava escravizado no Egito. O povo de Israel desenvolveu-se essencialmente no Egito, desde que Jacó e sua família mudaram-se para o Egito, em período de grande fome. O livro de Êxodo fornece uma detalhada descrição sobre as provações e sofrimentos de Israel, no Egito. E também como Moisés foi elevado por Deus como o libertador. Esse livramento concretizou-se quando do *êxodo* ou «saída» do Egito e Israel foi para o deserto do Sinai. O resultado final do êxodo foi a conquista da Palestina, mais de quarenta anos depois.

Os capítulos doze a dezenove do livro de Êxodo provêem a descrição bíblica do êxodo, com os eventos que se seguiram. Nisso vemos como Deus usou o seu poder e glorificou o seu nome e o seu povo. Foi uma grande época na história da redenção humana. Terminou a dispensação patriarcal e a lei começou, em um estágio específico das vagueações de Israel no deserto. No quadro inteiro podemos ver a providência de Deus. Deus havia guiado os hebreus até o Egito. Ali eles deixaram de ser o povo nômade que tinham sido e acostumaram-se com as lides agrícolas e com as artes, e assim adquiriram a mentalidade de uma sociedade bem radicada e progressista. Porém, o Egito não era lugar apropriado para o povo de Deus, pelo que Israel foi tirado dali, para o deserto, onde passaria por um período de preparação. Em seguida, o povo de Israel estabeleceu-se na Palestina. Grande parte da história subseqüente e das características de nossa civilização giram em torno desse acontecimento, incluindo a própria concretização da esperança messiânica.

Esse evento assinalou o nascimento de Israel como uma nação, como também a instituição da teocracia e a dispensação da lei.

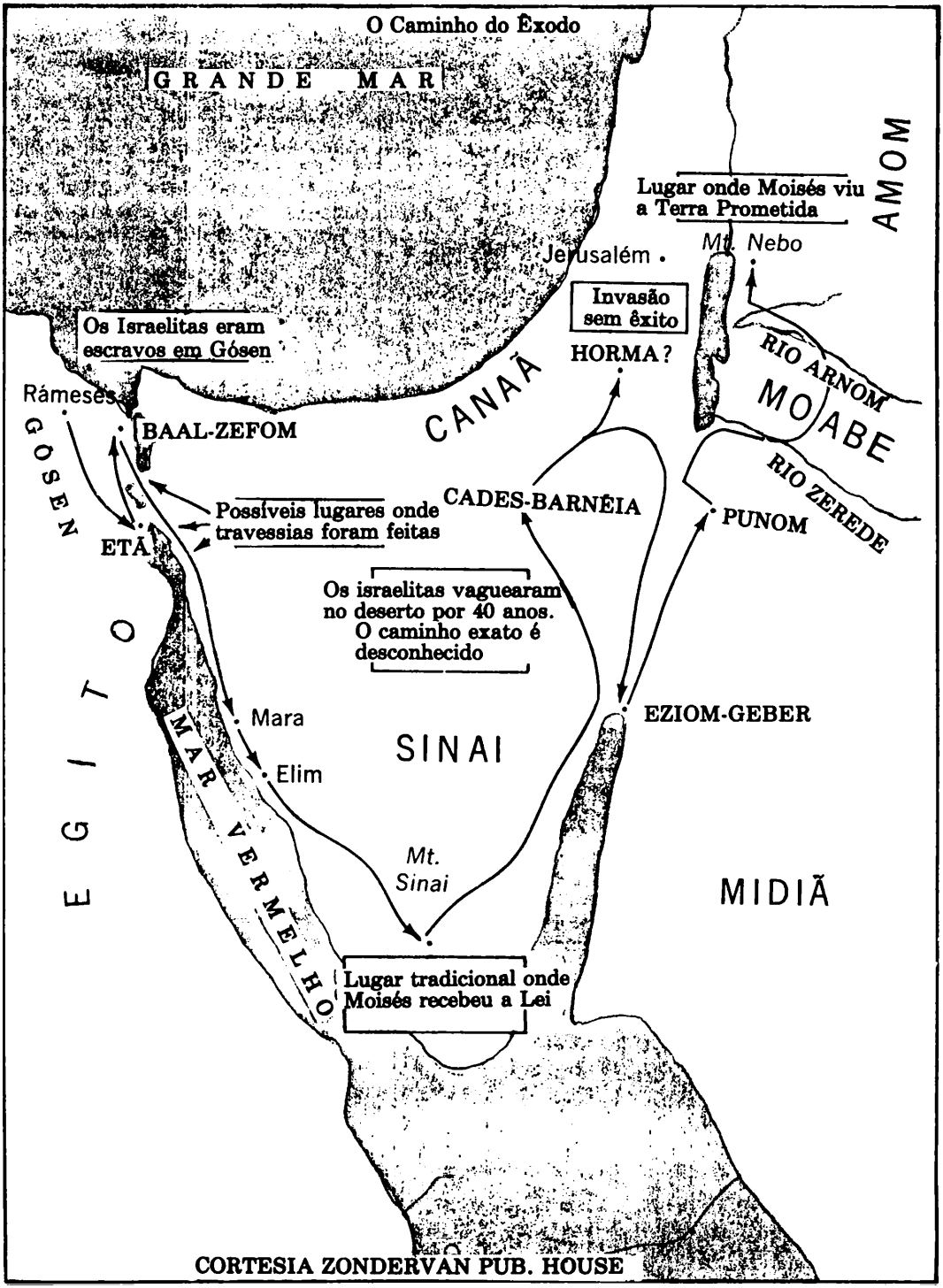
Os problemas da rota, da data e de outros detalhes do êxodo desde há muito vêm sendo discutidos pelos historiadores e teólogos. Há quem dispute a historicidade do evento; mas isso é apenas um exagero. Além do registro bíblico, temos o famoso tablete do Faraó Mernepta, que menciona a partida de Israel do Egito. Além dessas fontes informativas, há uma grande massa de evidências indiretas. O livro de Números pode ter exagerado o número de pessoas envolvidas, — no recenseamento das tribos de Israel; mas há evidências históricas em apoio à idéia de mudanças dinásticas no Egito, bem como de movimentos de povos no Oriente Próximo, no meio do que caíram cidades da Palestina e houve um caldeamento de culturas. A data do êxodo de Israel, todavia, permanece em dúvida, embora muitos eruditos suponham que o mesmo teve lugar no começo do século XIII A.C. Outros eruditos, porém, sugerem uma data tão antiga quanto o século XV A.C. Essa variação de opinião torna quase impossível determinar qual Faraó egípcio teria estado envolvido nos acontecimentos do êxodo.

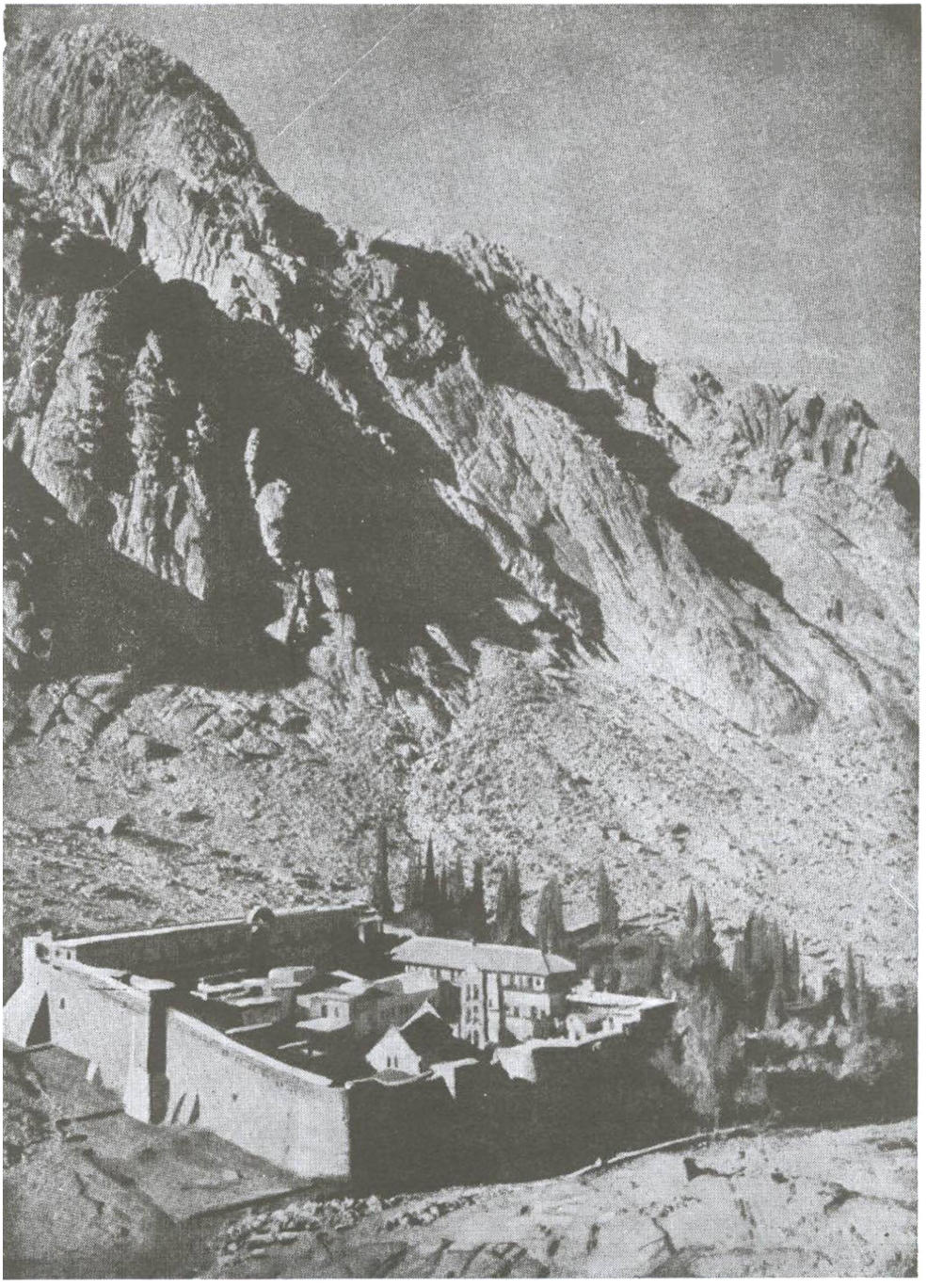
Áreas Geográficas. Muitos lugares específicos são mencionados na Bíblia, vinculados ao êxodo de Israel. E a arqueologia tem confirmado a realidade dessas localidades, além de adicionar muitos pormenores interessantes. Alguns estudiosos supõem que houve mais de uma onda de migrações, e que a Bíblia descreve apenas uma dessas ondas. Porém, detalhes dessa natureza são difíceis de investigar e confirmar.

III. Informes Bíblicos

Depois que o povo de Israel já residia no delta do Nilo por cerca de quatrocentos e trinta anos (Êxo. 12:40,41), tendo sido reduzido a escravos nas dinastias XVIII e XIX, Moisés e Aarão foram elevados por Deus, a fim de encabeçarem uma grande mudança histórica. O resultado disso foi a emergência de uma pequena nação, saída em massa de uma outra, tendo estabelecido a sua identidade em outro território. Essa não foi a primeira vez em que um grande número de pessoas saiu de um grande estado. Nos fins do século XV A.C., cerca de catorze grupos humanos (vindos de várias regiões), transferiram-se

ÊXODO


O Caminho do Êxodo
GRANDE MAR
Lugar onde Moisés viu a Terra Prometida
AMOM
Mt. Nebo
Jerusalém
Invasão sem êxito
Os Israelitas eram escravos em Gósen
HORMA?
RIO ARNOM
MOABE
Rámeses
GÓSEN
BAAL-ZEFOM
CANAÃ
Possíveis lugares onde travessias foram feitas
CADES-BARNÉIA
PUNOM
RIO ZERED
ETÃ
Os israelitas vaguearam no deserto por 40 anos. O caminho exato é desconhecido
EZIOM-GEBER
Mara
SINAI
Elim
EGITO
MAR VERMELHO
Mt. Sinai
MIDIÃ
Lugar tradicional onde Moisés recebeu a Lei
CORTESIA ZONDERVAN PUB. HOUSE



O Convento de Sta. Catarina ao pé do Monte Sinai.
Foto por Mr. e Mrs. William B. Terry

do reino hitita para a terra de Isuwa (conforme é descrito no prólogo do tratado de Suppiluliuma e Mattiwaza). Nesse caso, é verdade que o rei hitita, Suppiluliuma, os trouxe de volta. No caso de Israel, entretanto, a saída foi permanente, embora tivesse havido exílios posteriores de Israel. Ver sobre o *Cativeiro Assírio* e sobre o *Cativeiro Babilônico*. Artigos separados fornecem detalhes sobre a questão do êxodo, incluindo o artigo sobre o livro bíblico desse nome, quanto à *Data*, e onde também há alusão aos lugares onde os israelitas acamparam após o êxodo, como Baal-Zefom, Pitom, Ramessés, Sucote, Migdom, Sinai, Elim e Refidim. Ver o artigo sobre *Acampamento*.

A *rota exata* tomada por Israel (ver o mapa) depende de como relacionamos o *Yam Sup* (mar de algas) com o mar Vermelho. «No Antigo Testamento, a expressão *yam sup*, 'mar de algas' é usada para indicar: *a*. a região dos lagos amargos, no delta do Nilogo, ao norte de Suez, ao longo da linha do atual canal de Suez; *b*. os golfos de Suez e Ácaba e, talvez o próprio mar Vermelho, além desses» (NB). Ver o artigo sobre o *Mar Vermelho*.

A Data. Os estudiosos da Bíblia têm abandonado o método genealógico de determinar datas. Visto que não há qualquer alusão, no Antigo Testamento, ao nome do Faraó envolvido no êxodo de Israel, muitas conjecturas têm sido feitas, mas nenhum resultado seguro tem sido obtido. O método genealógico, contudo, fornece uma data em torno de 1500 A.C. Contudo, alguns eruditos pensam que o êxodo ocorreu até cerca de três séculos depois disso. Os Faraós identificados incluem, em um extremo, Amenófis II (cerca de 1440 A.C.) e **Ramsés II**, no outro extremo. Ver o segundo ponto, chamado *Historicidade*, no artigo sobre o *Êxodo* (*Livro*), quanto a alguns detalhes sobre esse problema.

IV. O Êxodo em Trechos Bíblicos Posteriores; Tipologia

A história do êxodo foi um marco na história de Israel, um evento que inspirou os escritores do resto do Antigo Testamento. Era mencionado como um período em que Deus exibiu seu poder e sua redenção, em favor de seu povo, como um exemplo do que o poder divino pode fazer em favor de um povo que anda na retidão. Ver Juí. 6:8,9,13; I Sam. 12:6,8; I Reis 8:51; II Crô. 7:22; Nee. 9:9; Sal. 77:14-20; 78:12-55; 80:8; Jer. 7:21-24; Dan. 9:15. Lemos em Heb. 13:13 que Jesus imitou o êxodo de Israel quando saiu fora do acampamento, onde nos espera para nos redimir totalmente. Em Heb. 11:28,29, a observância da páscoa e a travessia do mar Vermelho são apontados como atos de fé que deveriam ser imitados.

EXOGAMIA

Essa é a prática social que proíbe o casamento com algum membro do mesmo grupo populacional. Mas, o que constitui *o mesmo grupo*, é algo definido de várias maneiras. Universalmente, são proibidos casamentos entre os pais e seus filhos, entre irmãos e irmãs. O casamento entre primos é sabiamente proibido. As proibições normais devem-se à consangüinidade biológica. Outras formas enfatizam fatores sociais, éticos, tribais, etc. **Endogamia** é o oposto, exigindo casamentos dentro de um grupo restrito, seja racial, religioso, nacional, etc.

EX OPERE OPERATIO

Expressão latina que significa «da obra feita». Envolve a doutrina católica romana de que a eficácia dos sacramentos não depende dos méritos nem do sacerdote e nem da pessoa que os recebe, mas do poder essencial dos próprios sacramentos. Nem é preciso dizer que isso não concorda com os sentimentos bíblicos.

EXORCISMO Ver também **Possessão Demoníaca.**

Tanto nos tempos antigos como nos modernos, vários grupos, religiosos ou não, *podem* expulsar demônios, já que essa capacidade não é propriedade exclusiva do cristianismo. De fato, o exorcismo eficiente é muito mais antigo do que o cristianismo. Os judeus referidos em Atos 19:13, evidentemente eram exorcistas profissionais, que haviam ficado profundamente impressionados com o poder exibido pelo apóstolo Paulo na expulsão dos demônios. E, sabendo que ele assim agia através do poder do nome de Jesus, resolveram acrescentar o nome de Jesus às invocações que consideravam eficazes para tais coisas. O descobrimento de vários papiros de origem não-cristã, acerca de antigos ritos mágicos, tem-nos demonstrado que o *nome de Jesus* foi incorporado a tais sistemas. Isso já seria mesmo de esperar, porque outros nomes, muito menos importantes que o de Cristo, geralmente eram adicionados às fórmulas dos exorcistas.

Os exorcistas judeus costumavam utilizar-se de nomes de anjos, como Rafael, Miguel, ou do nome de grandes vultos, como Abraão, Isaque, Jacó, etc., além do nome do *Deus Altíssimo*. Éfeso, por sua vez, era centro de várias modalidades de artes mágicas, existindo muitos manuais ou livros especiais que versavam sobre a técnica de todas as formas de magia, incluindo fórmulas supostamente eficazes para a expulsão de demônios ou para efetivação de curas de enfermidades. Grande número desses antigos livros de mágica tem sido descoberto em certas regiões do Egito; e o pai da igreja, Clemente de Alexandria (200 A.C.), fez referências a esses livros, nos seus escritos. A declaração do Senhor Jesus, em Mat. 12:27, indica que entre os fariseus, havia aqueles que praticavam o exorcismo.

Tem-se observado que alguns espíritos malignos podem ser expulsos com relativa facilidade, podendo ser dominados pelo mero exercício da vontade, com ou sem o acompanhamento de cerimônias religiosas, orações, etc. E alguns têm expulso demônios até mesmo mediante o uso de palavras profanas em extremo, assim avassalando ao espírito psiquicamente, sem fazerem qualquer apelo a qualquer autoridade religiosa do passado. Alguns espíritos, entretanto, são extremamente poderosos e resistem a todas as tentativas de exorcismo. Em tais casos, é mister alguém como o Senhor Jesus ou como Paulo para conseguir a sua expulsão, porquanto tais espíritos são maliciosos e são psiquicamente poderosos. Em alguns casos enfrentados pelos exorcistas, — há uma invasão de uma multiplicidade de espíritos possuidores, e, nesses casos, os espíritos devem ser expulsos um por um. O Senhor Jesus, entretanto, era tão poderoso, que era capaz de expulsar todos os demônios de uma vez só, naturalmente. (Ver no **NTI** as notas sobre Mar. 5:2; Mat. 8:28 e Atos 15:8. Ver os artigos **Demônio (Demonologia)**; **Possessão Demoníaca e Exorcismo.**

O fato de que o nome do Senhor Jesus era empregado até mesmo nos exorcismos praticados pelos pagãos, uma vez iniciada a era cristã, é fato comprovado em uma linha do grande Papiro Mágico

Parisiense, que diz: «Eu te esconjuro por Jesus, o Deus dos hebreus». Essa declaração é deveras interessante, devido ao fato de que chama o Senhor Jesus de *Deus dos hebreus*, pois em Atos 19:13 os judeus não são distinguidos dos cristãos. Esse fenômeno talvez se deva ao fato de que, no princípio do cristianismo, tantos cristãos fossem judeus de nascimento; e, além disso, nos seus primórdios, o cristianismo era reputado apenas uma variedade da religião judaica, segundo a opinião de tantos antigos.

Havia determinada classe de exorcistas judeus que pretendiam ter o poder de expulsar os demônios, artes mágicas supostamente derivadas de Salomão. A palavra «...exorcistas...» se encontra exclusivamente na passagem de Atos 19:13 em todo o N.T., e, originalmente, significava «administrar um juramento», termo esse que ficou associado a várias formas de manipulações dos espíritos, incluindo a sua expulsão. (Ver *Josefo, Antiq.* viii. 2,5, quanto a essa seita judaica).

Justino Mártir (ver *Diálogo com Trifo*, pág. 311), apesar de haver admitido o sucesso ocasional de tais encantamentos, queixou-se de que os exorcistas judeus haviam resolvido adotar os mesmos métodos e as mesmas superstições dos pagãos. Na obra antiga *Didache* (ou *ensino*, uma das grandes peças da literatura cristã dos primeiros séculos do cristianismo) (ver iii.4), o uso de fórmulas de encantamento e de bruxaria é expressamente proibido, porquanto, ainda que não tivesse outro efeito, inclinava os seus seguidores para a idolatria. Esses exorcistas eram profissionais, isto é, ganhavam a vida com essa prática, e perambulavam de cidade em cidade, procurando quem se utilizasse dos seus préstimos.

Considerações sobre o exorcismo, na igreja cristã primitiva. Tal como no judaísmo, também no cristianismo primitivo o exorcismo desempenhou um papel importante. Da mesma forma que no judaísmo, na igreja cristã surgiu um grupo distinto de exorcistas, conferencistas e porteiros, como se fossem funções específicas das igrejas. Desenvolveu-se, como parte integrante do rito batismal, uma evocação especial sobre os candidatos ao batismo. Os pais antigos da igreja proferiram palavras fortes e decisivas sobre o poder do nome do Senhor Jesus, no tocante à questão do livramento de pessoas do poder dos espíritos malignos.

EXORTAÇÃO

Usualmente, a palavra grega por detrás desse vocábulo português é *paráklesis*, «chamada», «ordem», «consolo», «exortação». Dessa mesma raiz vem um dos títulos do Espírito Santo, o *paraclete*, isto é, «consolador» ou «advogado». Ver o artigo sobre o *Paracletos*. Quanto aos usos bíblicos da idéia de *exortação*, ver Atos 13:15; Rom. 12:8; I Tim. 4:13; Heb. 12:5; 13:22. Algumas vezes, não podemos distinguir claramente entre as idéias de consolo e de exortação, pelo que também as traduções não se mostram coerentes quanto a isso. Todos os crentes têm a responsabilidade de se exortarem mutuamente (Heb. 10:25) a interesse do bem da comunidade. Mas exortar faz parte do trabalho especializado dos pregadores e mestres cristãos (I Tim. 4:13). As exortações visam ao ensino são, à conduta correta, à aplicação entusiasmada dos princípios espirituais na vida, ou seja, têm em mira todas aquelas coisas ligadas a uma séria inquirição espiritual.

EXOTÉRICO

Vem do grego **exótero**, a forma comparativa de **éxo**, «fora». A palavra alude aos ensinamentos que devem ser dados, com propriedade, àqueles que estão *fora* de algum grupo particular, que é o público, em contraste com os membros iniciados. Contrastar isso com *esotérico* (que vede).

EXPECTATIVA ARDENTE DA CRIAÇÃO

Rom. 8:19: Porque a criação aguarda com ardente expectativa a revelação dos filhos de Deus.

As palavras *ardente expectativa*, são derivadas de um vocábulo grego encontrado somente aqui em todo o N.T., e em Fil. 1:20, composto de três palavras, a saber: «apó» (para fora), «kara» (cabeça) e «dokein» (observar) o que indica uma vigilância caracterizada pela cabeça esticada, um «esperar com suspense». Em Rom. 8:22, o apóstolo Paulo pinta a natureza ou a criação inteira como algo que sofre as dores de parto, a fim de produzir os filhos de Deus. Através de ambos esses quadros verbais, aprendemos o fato admirável de que todo o processo da história tem por finalidade realizar um grande alvo, até onde concerne à humanidade, ou seja, extrair da humanidade os «filhos de Deus». E isso haverá de, finalmente, cumprir o propósito de Deus em sua criação, porquanto ele criou o homem à sua própria imagem. Todavia, essa imagem foi distorcida e afeada pelo pecado. No entanto, em Cristo, a imagem maculada com a queda de Adão e seus descendentes é mais do que restaurada à sua posição primitiva, pois ela é elevada acima do que era, de tal maneira que, em sentido muito significativo, o homem chega a estampar a própria imagem de Deus, no mesmo sentido e extensão em que Cristo Jesus foi glorificado. Por conseguinte, neste versículo, vemos a totalidade da criação em atitude de intensa expectação, a esperar ansiosamente por esse extraordinário acontecimento.

Criação. A própria palavra grega, assim traduzida, pode significar diversas coisas, a saber:

1. O *ato divino* da criação, conforme lemos em Rom. 1:20.

2. O *objeto criado*, segundo vemos em Mar. 10:6; 13:19; 16:15; Col. 1:23 e Heb. 4:13. É neste segundo sentido que a palavra é usada por Paulo em Rom. 8:19, a despeito do que os comentadores não estão em harmonia sobre o que vem a ser essa «criação» ou «coisa criada». Abaixo damos os vários pontos de vista dos intérpretes:

a. Seria a *totalidade dos mundos*, o natural e o espiritual, envolvendo o homem, como ser sujeito à corrupção, e os seres angelicais.

b. Seria a *criação inanimada* somente. Neste segundo caso, Paulo teria empregado tão-somente uma figura de linguagem, porquanto, não tendo razão própria a criação inanimada, dificilmente poder-se-ia dizer que a mesma se encontra em estado de ardente expectação.

c. Seria a *criação animada*. E aqui há várias subcategorias de interpretação, ou seja: i. alguns pensam que seria a humanidade em geral, ou a humanidade incrédula; ii. outros falam nos pagãos inconversos; iii. outros atribuem essas palavras ao povo judeu; iv. outros pensam tratar-se dos crentes gentios; v. outros preferem imaginar os cristãos judeus.

d. Seria *a natureza* animada e a inanimada. Alguns estudiosos ainda modificam esta quarta possibilidade pondo a humanidade redimida em contraposição à natureza animada e inanimada. Essa humanidade redimida, nesse caso, participaria da

redenção apenas em parte, por enquanto.

3. Apesar de todas essas explicações e suas variantes se revestirem de algum valor, essas são tão-somente quadros parciais da verdade. Mui provavelmente o que Paulo tinha em mente era a *totalidade da criação*, tanto a racional como a irracional, tanto a material como a não-material, ainda não redimida, e, portanto, posta em contraste com os crentes redimidos, mas, apesar disso, capaz de vir a ser redimida, e aqui pintada como anelante pela redenção, e não somente a contemplar a redenção dos indivíduos já convertidos. O anseio referido, pois, visa a redenção, e isso envolve tanto os homens, como os anjos e a natureza em geral. — O vigésimo primeiro versículo do oitavo capítulo da epístola aos Romanos, parece exigir essa interpretação, já que ali aprendemos que a própria natureza será redimida.

Estamos aqui tratando, portanto, da *nova criação*, tanto na natureza inanimada como no tocante aos homens, ou seja, Paulo focaliza aqui a redenção completa. A natureza inteira, coletivamente considerada—animada e inanimada—é retratada como anelante por essa redenção. A grande verdade é que a futura ordem de coisas, na eternidade, produzirá transformações radicais na estrutura do governo de todas as coisas, e isso haverá de afetar as dimensões celestiais, as dimensões dos seres espirituais, dos seres celestiais. O trecho do primeiro capítulo da epístola aos Efésios também trata disso, mostrando-nos que a totalidade da criação, de um modo ou de outro, tem seu alvo e propósito centralizados em Cristo. É bem provável que a abreviada declaração do apóstolo aos gentios, em Rom. 8:19-23, se revista da mesma mensagem que o primeiro capítulo da epístola aos Efésios. Assim sendo, a criação inteira, celestial, terrena, racional e irracional, estaria sujeita a Cristo, redundando isso em sua glória.

4. Acredito que *toda a criação* participará nos benefícios da vida eterna, inclusive os *não-eleitos*. A missão universal de Cristo realizará uma *restauração* universal. Portanto, a *expectativa ardente da criação* é justificada. Contrasto a *redenção* dos eleitos com a *restauração* de todas as coisas, inclusive os não-eleitos. Ver o artigo sobre a *Restauração* para explicações completas.

EXPEDIÊNCIA

Ver sobre **Permissividade.**

EXPERIÊNCIA (NA FILOSOFIA)

Essa palavra portuguesa vem do latim **experior**, «provar» ou «submeter a teste». Na filosofia, usualmente refere-se ao conhecimento adquirido através da percepção dos sentidos. Essa é a base do empirismo, sobre cujo assunto provemos um artigo detalhado.

Idéias de Vários Filósofos a Esse Respeito:

1. *John Locke*, com sua doutrina da *tabula rasa* (que vede), representativa da mente vazia que receberia as marcas deixadas pela experiência diária, acreditava que a origem de todas as idéias é a experiência através da percepção dos sentidos.

2. *Avenarius* afirmava que a experiência é a base da sua idéia da *empirocrítica* (que vede).

3. *William James* pensava que a experiência é maior do que aquilo que é percebido pelos nossos sentidos e falava sobre as experiências da mente. Referia-se de modo favorável às experiências místicas, como uma importante fonte de informações e promoveu um dualismo metafísico. Ver o artigo sobre *Experiência Religiosa*.

4. *Ward* dividia as experiências mentais em cognitivas, afetivas e conotativas.

5. *Bradley*, um idealista, falava sobre o Absoluto como a experiência absoluta. Royce, por sua vez, argumentava que a experiência humana, limitada e parcial como ela é, subentende a experiência total do Absoluto.

6. *Dewey* fazia da experiência o âmago de sua filosofia. Tanto a observação quanto o raciocínio ocorrem dentro da experiência e constituem a mesma. A experiência teria fases instrumentais e consumadoras. Todo conhecimento nos chegaria através das experiências.

Oferecemos um artigo separado sobre cada um dos filósofos nomeados acima. Os filósofos de tendências estritamente empíricas dependem demais da experiência dos sentidos, e assim criaram uma epistemologia provincial. A razão, a intuição e os estados místicos, porém, também são experiências através das quais podemos obter conhecimentos. A ciência está alicerçada, essencialmente, sobre os sentidos físicos; mas até mesmo ali a intuição pode prover uma *idéia*, que então é desenvolvida através das experiências. A fé religiosa está baseada sobre as experiências místicas, visto que a revelação é uma subcategoria das experiências místicas.

EXPERIÊNCIA DOS SENTIDOS

A base do **empirismo** (vide) é a experiência adquirida pelos cinco sentidos físicos. Os empiristas radicais dependem somente da percepção dos sentidos, minimizando a importância da razão e ignorando totalmente o papel da intuição. Porém, empiristas mais iluminados insistem quanto ao uso do método científico, embora reconhecendo o grande valor da razão e da intuição, em conjunto com aquele. Muitas questões continuam sendo debatidas no tocante à — verdadeira natureza — dos sentidos físicos, exatamente como funcionam, — e como representam os objetos percebidos, se têm existência separada da mente, – que valor têm na obtenção de conhecimentos, quão completo é o conhecimento assim adquirido, e de quais outras maneiras a percepção dos sentidos pode ser suplementada.

EXPERIÊNCIA PERTO DA MORTE

Ver **Experiências Perto da Morte.**

EXPERIÊNCIA RELIGIOSA

Esboço:

I. Declaração Introdutória
II. Experiências Místicas
III. Surgimento da Crítica Bíblica
IV. Ponto de Equilíbrio
V. Não há Necessidade de Seleção
VI. As Drogas, o Jejum e a Meditação
VII. Religião Natural e Religião Sobrenatural
VIII. A Ênfase da Bíblia

I. Declaração Introdutória

Ver o artigo separado sobre o **Misticismo.** Alguns intérpretes cristãos têm feito objeção à palavra *misticismo*, no que concerne ao cristianismo. Isso é entender mal o sentido da palavra. Basicamente, significa contacto com algum poder ou entidade superior. No Oriente, geralmente crê-se que esse contacto é feito com o «eu» superior de cada pessoa. Temos aí o misticismo subjetivo. No Ocidente, o contacto proposto, usualmente, é o objetivo, ou seja,

contacto com algum ser de ordem superior, como os anjos, o Espírito de Deus, Cristo, ou Deus Pai. Com base nessa definição, torna-se óbvio que a religião bíblica é mística. O ministério do Espírito Santo, na regeneração, na santificação e na transformação dos crentes segundo a imagem do Filho (II Cor. 3:18) é um processo místico. Outro tanto se dá com a própria *revelação*, que é a base do conhecimento bíblico.

Nas experiências religiosas, pois, não basta buscar o conhecimento por meio dos livros sagrados, e então adicionar a isso o elemento da oração. De fato, há vários modos de desenvolvimento espiritual. Ver o artigo separado sobre o *Desenvolvimento Espiritual, Meios do*. Ver também sobre a *Espiritualidade*.

II. Experiências Místicas

Elas são mais comuns do que geralmente se supõe. Muitos milhões de pessoas, em todas as culturas, passam por muitas experiências dessa ordem. Podem variar desde as experiências intuitivas, que fornecem informações e inspirações genuínas, incluindo vívidos *sonhos* espirituais (que vede), até visões extáticas. Os *dons espirituais* (que vede), quando genuínos, não são exercícios meramente psíquicos ou espirituais, podendo estar envolvidos no misticismo.

Os evangélicos, queiram admiti-lo ou não, defendem a idéia de experiências religiosas místicas, em sua insistência sobre a necessidade da operação do Espírito, na conversão, e então no desenvolvimento espiritual subseqüente. E ao que seria reduzida a fé evangélica, sem a revelação? No entanto, excetuando os grupos do *movimento carismático* (que vede), as experiências místicas abertas e francas não são encorajadas entre os diversos grupos evangélicos. A razão primária disso é que há uma ênfase exagerada sobre o que é racional e comum, com a leitura da Bíblia e da oração como os únicos meios de desenvolvimento espiritual. No entanto, há vastos territórios do mundo espiritual, interno e externo, que podem e devem ser explorados, que aquela fórmula simples jamais poderá satisfazer.

III. Surgimento da Crítica Bíblica

A crítica bíblica (vide), surgida no século XVIII, para muitas pessoas debilitou a infalível autoridade da Bíblia, o que foi uma das causas de um renovado interesse pelas experiências religiosas, que ultrapassa a dogmática e também aquela situação em que textos de prova, extraídos da Bíblia, são usados para solucionar todos os problemas de interpretação. A *ortodoxia morta* deixa todas as pessoas de mente amortecida, impelindo *algumas* pessoas a buscarem refúgio em alguma experiência religiosa mais vital. Outras pessoas rejeitam a inquirição espiritual como se fosse uma atividade à qual falta a inspiração. Por outro lado, a ênfase demasiada sobre as experiências religiosas tem dado margem a uma multidão de grupos carismáticos que não dedicam tempo ao estudo bíblico sério, o que significa que seus membros não têm fortes alicerces para a fé cristã.

IV. Ponto de Equilíbrio

Deus é o Deus do intelecto. Aristóteles, com muito discernimento, denominou-O de *O Intelecto*. Não é errado promover as questões intelectuais no campo da fé religiosa. Precisamos estudar, precisamos adquirir conhecimentos, precisamos de ensino sólido. No entanto, alguns dos maiores intelectos da história do cristianismo também foram profundamente místicos. Uma coisa não elimina, necessariamente, a outra. Não há qualquer contradição entre as duas coisas. Naturalmente, surgem abusos quando os homens não buscam um ponto de equilíbrio entre a intelectualidade e as experiências; e os abusos piores geralmente são cometidos por aqueles que têm **zelo** sem conhecimento, e não por aqueles que têm conhecimento, mas não têm experiências místicas usuais. Schleiermacher (que vede) enfatizava a emotividade e as experiências religiosas, definindo a própria religião como «o senso de absoluta dependência». *Ritschl* (que vede) enfatizava o lado subjetivo da religião, supondo que os *julgamentos de valor* são básicos à fé, afirmando que a própria divindade de Cristo é uma daquelas questões percebidas subjetivamente, mediante um julgamento de valores. No entanto, *Herrmann* (que vede) excluía totalmente as experiências religiosas, supondo que o cerne da religião é a ética. De acordo com ele, o próprio Cristo histórico só nos é de algum valor no tocante aos valores éticos, por ele inspirados. Barth (que vede) devolveu ao cristianismo evangélico o ideal reformado da Palavra de Deus, da autoridade da Bíblia, e assim cortou as asas de muitas experiências religiosas aventurescas. O ponto de equilíbrio, portanto, é encontrado quando as experiências religiosas são testadas pela Palavra de Deus. É como diz um antigo ditado: «Nem tanto ao mar, nem tanto à terra».

V. Não Há Necessidade de Seleção

John Baillie (aluno de Herrmann; ver o parágrafo acima) certamente estava com a razão quando disse que não precisamos escolher entre a razão e a experiência, ou entre a fé religiosa subjetiva e a fé religiosa objetiva. A presença universal de Deus afeta o homem em todas as categorias, em todas as coisas, em todas as formas de experiência: morais, espirituais, místicas, etc. No entanto, há uma coisa que deve ser mencionada: «Aquele que tem uma experiência tem uma vantagem acima daquele que tem apenas um argumento». É mister experimentar a realidade e a vitalidade da fé, ou ficaremos famintos e sedentos. A Bíblia descreve o banquete espiritual; que cada qual estenda a mão e coma! Todavia, voltamos a dizer, enquanto não houver abusos, não haverá problemas. Por outro lado, Baillie certamente tinha razão quando disse que há muitos crentes que passaram por experiências significativas, que têm emprestado grande vitalidade à sua fé, mesmo que, em seus argumentos, continuem recusando-se a reconhecer o fato. Até os bons pagãos são uma espécie de criptoteístas, lá no fundo do coração. Deus toca até mesmo nesse tipo de homem, pois o ministério do Espírito é universal, conforme somos ensinados no primeiro capítulo da epístola aos Romanos.

VI. As Drogas, O Jejum e a Meditação

Sabe-se que as drogas podem provocar certas experiências que poderiam ser designadas como místicas. Há um delicado equilíbrio entre o corpo e o espírito, equilíbrio esse que pode ser perturbado, permitindo que o espírito manifeste-se mais abertamente. No entanto, é um erro moral lançar mão desse artifício a fim de provocar experiências místicas. Antes de tudo, porque esse método não garante que as experiências místicas sejam com o Espírito de Deus; bem pelo contrário, geralmente produz experiências autoprovocadas, ou mesmo abre caminho para manifestações demoníacas. Esse é um dos atalhos usado pelo diabo, para levar alguém à vitalidade; e aqueles que preferem esse atalho sempre têm de pagar um elevado preço, em troca de uma mercadoria falsificada. Naturalmente, as drogas produzem desde o êxtase até os mais horripilantes horrores. Os drogados têm visto infernos hiantes e espantosos. É claro que muitas dessas coisas não passam de alucinações induzidas pelas drogas; mas os usuários das drogas ocasionalmente passam por experiências

reais com forças malignas. Os místicos sérios têm visto o valor do jejum, sobretudo quando usado de modo regular. Não sabemos dizer até que ponto isso funciona (embora funcione); mas o certo é que «o espírito torna-se mais brilhante quando o corpo não é alimentado». A meditação é um *excelente* método, usado tanto nas religiões orientais quanto nos grupos cristãos ortodoxos. Há muita coisa em favor desse método de busca pela iluminação espiritual; mas o mesmo terá pouco valor se for usado apenas esporadicamente. Ver o artigo separado sobre esse assunto. Sem dúvida, é um dos meios legítimos de desenvolvimento espiritual, mas que a nossa gente não usa — talvez por motivo de preguiça mental e espiritual. Ver o artigo separado sobre a *Contemplação*. Ver também sobre *Psicodélico* (*Experiência Religiosa Psicodélica*).

VII. Religião Natural e Religião Sobrenatural

A religião natural é aquela que encontra toda a sua inspiração e todas as suas necessidades na natureza, na criação de Deus e na razão humana. A revelação divina é desprezada, se não mesmo rejeitada, como meio de conhecimento espiritual. A razão é entronizada como o principal meio de obtenção das crenças, de natureza ética ou metafísica. O primeiro capítulo de Romanos tece considerações sobre a religião natural. Os pagãos, embora lhes faltem revelações especiais, contam com a revelação divina na natureza, e, através da razão, são capazes de reconhecer isso. O segundo capítulo da mesma epístola mostra que os valores éticos também se encontram nesse caminho. Em contraste com isso, a religião sobrenatural parte do pressuposto que Deus intervém na história humana por meio de visões e experiências místicas, dadas aos profetas, através de quem a mensagem espiritual essencial é transmitida. As pessoas que insistem que devemos dar pouca atenção às experiências, na vida religiosa, aproximam-se em espírito, mesmo que não teoricamente, da mentalidade da religião natural. Ver o artigo separado sobre a *Teologia Natural e a Teologia Revelada*.

VIII. A Ênfase da Bíblia

O Antigo Testamento, do começo ao fim, repousa sobre a revelação dada mediante os profetas. Além de terem sido os receptores da revelação e de serem os meios de comunicação da mensagem de Deus aos homens, também foram homens dotados de profundas experiências místicas. Consideremos os casos de Elias, de Eliseu e de Isaías. No Novo Testamento, antes de tudo, encontramos o inspirado ministério de João Batista. Ele não era apenas homem que lia a sua Bíblia e orava. Era um líder cheio do Espírito, desde antes de seu nascimento (caso único em toda a Bíblia, se excetuarmos, naturalmente, o próprio Senhor Jesus, que não tinha o Espírito por medida). Jesus contava com o ministério direto e pleno do Espírito de Deus. Foi especificamente por esse motivo que ele foi tão poderoso, em sua vida e em seu ministério. O livro de Atos demonstra amplamente as experiências místicas dos apóstolos e dos primeiros diáconos e pregadores cristãos. A própria mensagem cristã surgiu mediante a inspiração e a revelação divinas. O poder cristão era dado aos crentes através dos dons espirituais. Paulo forneceu-nos uma perspectiva inteiramente nova da teologia, porque foi homem dotado de muitas visões e experiências místicas (II Cor. 12). Ele nos encoraja a buscar os dons espirituais (I Cor. 12) e a procurar a iluminação espiritual (Efé. 1:17 *ss*). Se buscarmos somente as experiências, porém, entraremos em situações injuriosas e falsas, levados pela nossa própria inadequação. Mas, se adicionarmos as experiências a um conhecimento bem fundado e à atividade intelectual, adicionaremos vitalidade ao nosso dogmatismo. A salvação, afinal de contas, consiste naquilo que nos acontece, naquilo que experimentamos, até onde avançamos em nossas experiências místicas, e não na mera crença em credos bem organizados. Sempre será verdade que a letra, isolada, mata, ao mesmo tempo em que o Espírito é quem dá vida (II Cor. 3:6). Dizemos isso como uma aplicação, e não como uma interpretação desse trecho de II Coríntios, pois, para Paulo, a letra era a lei, em suas exigências, sem o auxílio do Espírito.

EXPERIÊNCIA RELIGIOSA PSICODÉLICA

Ver Psicodélico: Experiência Religiosa Psicodélica.

EXPERIÊNCIAS ANTECIPADAS

Era a doutrina de Kant de que todas as sensações (isto é, percepções dos sentidos) têm algum grau de intensidade. Segundo Kant, as percepções dos sentidos são governadas por categorias mentais *a priori*, embora não saibamos dizer com antecedência qual será sua qualidade ou grau.

EXPERIÊNCIAS PERTO DA MORTE

Esboço:

I. Declaração Introdutória
II. Casos Específicos e Caracterização Geral
III. Sumário dos Elementos Principais
IV. Explicações Alternativas
V. Implicações Teológicas

I. Declaração Introdutória

Faz agora alguns anos que eu estava falando com dois missionários evangélicos. Entusiasmado, eu lhes dizia como a *ciência* não está longe de demonstrar a existência da alma e sua sobrevivência diante da morte, através das descobertas que estão sendo feitas pela parapsicologia. Para minha surpresa, eles não compartilhavam do meu entusiasmo. Quando comentei sobre isso, eles disseram que não necessitavam de tais provas, por terem a fé bíblica. Mas, as pessoas «do mundo» certamente precisam de provas assim. A crença na existência da alma leva-nos a poucos centímetros da crença em Deus. Em todas as religiões, essas são duas crenças básicas; confiar nas mesmas, certamente, não é prejudicial a ninguém. Ademais, seria uma coisa tremenda se a ciência viesse a confirmar, mediante seu método empírico, que os nossos filósofos e teólogos estavam com a razão o tempo todo, no tocante a essa questão. Sempre me senti fascinado pelos assuntos da alma. Qualquer coisa que nos ajude a entender o assunto, será sempre interessante para mim. Já escrevi um livro sobre a ciência e a alma, intitulado *Evidências Científicas Demonstram que Você Vive Depois da Morte* (Nova Época, SP), que talvez interesse ao leitor. Ver também o artigo geral sobre a *Parapsicologia*. Além disso, nesta enciclopédia, tratamos amplamente sobre a *Alma* e sobre a *Imortalidade* (que vede). Entre os artigos sobre a imortalidade há um chamado *Abordagem Científica à Crença na Alma e em sua Sobrevivência ante a Morte Física*, que sumaria as evidências.

Na opinião deste autor e deste tradutor, as experiências perto da morte constituem a melhor evidência, do ponto de vista científico, da realidade da alma humana e de sua sobrevivência ante a morte biológica.

Com toda a razão esse tema tem atraído muita

atenção em nossos dias. Um número crescente de obras literárias ou tem examinado exclusivamente o fenômeno do retorno após a morte clínica, ou tem discutido a sério esse fenômeno, paralelamente a estudos de natureza similar. Considero que esse fenômeno é a experiência humana mais convincente, tanto para demonstrar a existência da alma como para provar que ela sobrevive à morte biológica. O leitor poderá observar (enquanto perscruta este capítulo) a extraordinária semelhança dessa ocorrência com a projeção da psique, que foi ventilada em um artigo sobre esse assunto. Realmente, a morte física é apenas uma projeção permanente da alma para fora do corpo. Algumas pessoas têm podido retornar a seus corpos, mesmo depois que o espírito já se separara do seu veículo físico. E ao retornarem, conseguiram reter memória perfeita da sensação da morte. Porém, a informação mais importante que essas pessoas têm para nos dar, a respeito dessa experiência, é que a morte não mata. Longe de matar, na maioria dos casos a morte nem mesmo interrompe o fluxo da consciência. De fato, a consciência é intensificada e expandida, além de ser iluminada, devido a essa experiência. A morte é um acontecimento ao mesmo tempo jubiloso e triunfal. Várias das narrativas expostas abaixo ilustram bem essas declarações. (No fim deste capítulo, apresento uma avaliação e um sumário das implicações envolvidas nessas experiências).

A Dra. Elisabeth Kubler-Ross é uma perita em assuntos de tanatologia (o estudo da morte e do ato de morrer). Sendo médica e psiquiatra, naturalmente ela já teve contato com a morte por inúmeras vezes. Já estudou e observou a vida e a morte de muitos pacientes em estado desesperador, tendo efetuado muitas pesquisas de natureza psicológica com esse tipo de pessoas. Em resultado desses contatos, ela escreveu três livros muito procurados, que versam sobre a morte. Em inglês, os títulos dessas obras são: *On Death and Dying; Questions and Answers on Death;* e *Death, the Final Stage of Growth*. Antes de iniciar os seus estudos a respeito da morte, os quais foram incorporados nesses três volumes, a Dra. Kubler-Ross não acreditava na «sobrevivência» da personalidade humana diante da morte biológica. Todavia, as suas pesquisas modificaram a sua maneira de pensar. A princípio, ela julgou que estava descobrindo apenas uma «ciência contraditória», e sentiu-se embaraçada a respeito de suas descobertas. Finalmente, entretanto, centenas de episódios serviram para convencê-la sobre a grande possibilidade da sobrevivência da alma à morte física. Agora ela só teme o ridículo lançado pela «comunidade científica», cujos dogmas ela ousou desafiar.

Alguns dos casos abordados em seus livros envolvem a «morte clínica». Com surpreendente freqüência, as narrativas expostas por aquelas pessoas, acerca do retorno após a morte clínica, são incrivelmente similares entre si. Quase todas aquelas pessoas que foram «reavivadas», após terem experimentado a morte clínica, isto é, cujos corações não mais pulsavam, e que não demonstravam possuir quaisquer sinais de ondas cerebrais, deram a impressão de que a morte é uma «sensação incrivelmente maravilhosa». Essas pessoas nunca mais haverão de temer novamente a morte, embora continuem vivendo sob a ameaça diária de serem vitimadas por ela.

II. Casos Específicos e Caracterização Geral

1. A Dra. Kubler-Ross entrevistou centenas de pacientes que haviam sido declarados clinicamente mortos, mas que ressuscitaram. Essas pessoas invariavelmente testificaram sobre o fato de que **uma «auto-entidade», se separa do «corpo».** Então, quando isso sucede, disseram elas, o indivíduo é invadido por profundos sentimentos de tranqüilidade e bem estar. Muitas dessas pessoas foram testemunhas dos esforços enviados pelos médicos para reavivarem seus corpos inertes. Muitas delas haviam tentado comunicar-se com os médicos, dizendo-lhes que a morte é boa, e que os médicos deveriam desistir das suas tentativas de reavivamento.

As pessoas que abandonam o corpo físico são saudadas por alguém a quem muito estimam. Algumas pessoas especialmente religiosas vêem importantes personagens religiosas, que vieram para estar presentes à transição para a outra vida. Um caso típico dessa ordem é aquele que relatamos abaixo.

«A paciente contou-me como olhara para baixo e ficara surpreendida com a palidez do rosto de seu corpo físico. Então ela tomou consciência de que um grupo de médicos entrou precipitadamente, trazendo equipamento de ressuscitação para o interior da sala. E embora a paciente, naqueles momentos, não mostrasse batidas cardíacas, nem pulsação, nem ondas cerebrais e nem qualquer sinal de vida, mais tarde ela soube dizer quem entrara no aposento e o que essas pessoas tinham dito. Ela também afiançou que tentara dizer ao grupo de médicos que não perdessem tempo com ela; mas eles não a podiam ouvir. Após alguns momentos, ela sentiu que se apagava a sua nova consciência. Naquele instante, os instrumentos registraram sinais vitais novamente, no seu corpo».

O que isso demonstra para nós é que um homem é mais do que o seu corpo físico, e também que a sua inteligência, apesar de utilizar do cérebro como um veículo, pode operar, de maneira ainda misteriosa e desconhecida, sem o cérebro físico. Talvez a inteligência continue a usar um veículo qualquer como o cérebro do contracorpo, ou corpo superfísico. Ou então a alma nem precise de qualquer veículo a fim de agir, pois ela seria o princípio mesmo da inteligência, ou seja, a alma é um «intelecto».

Se, no momento da entrada nos primeiros estágios da morte—quando o corpo é declarado clinicamente morto—a inteligência permanece normal, e, além disso, se não há qualquer perda da «consciência» e da identidade pessoal, então diante de nós acha-se comprovado o fato de que a inteligência consiste em algo «extracerebral». Nesse caso, fica igualmente demonstrado que o cérebro é apenas um veículo da inteligência, um veículo que funciona sob certas circunstâncias, longe de ser ele a própria inteligência. A inteligência é *algo mais vasto* do que qualquer aparelho físico que possa contê-la temporariamente. Filosoficamente falando, referimo-nos ao ser vital como um «intelecto», conforme se vê, por exemplo, nos escritos de Aristóteles. E, teologicamente falando, denominamos esse intelecto de uma fagulha do Grande Intelecto.

A «realidade» envolvida em toda essa questão, em última análise, bem pode ser aquilo que o idealismo tem proposto, a saber, um campo de força de energia muito diferente daquilo que se chama «matéria». Talvez seja uma energia não-material, mais básica como forma de vida do que a matéria. Em outras palavras, a matéria seria apenas uma das manifestações da «realidade». A matéria, pois, não é a substância mesma da vida, mas somente uma das suas formas de expressão. No ser humano, o campo de energia, que sobrevive à morte biológica, pode ser chamado de alma ou intelecto. Ou então, o campo de

força, que temos chegado a conhecer através de certa modalidade de fotografia e de determinados instrumentos, pode ser apenas um outro veículo do «intelecto». De qualquer modo, as evidências mostram-nos que o homem é muito mais do que o seu corpo material, e que *aquilo que o homem é* sobrevive à morte biológica.

2. O Cleveland Beacon Journal estampou, nos primeiros meses de 1967, o convincente caso que envolveu a Sra. Mary Grohe, de cinqüenta anos de idade, que residia na localidade de Stow, no estado de Ohio. A Sra. Grohe, que durante algum tempo padecera de um coração combalido, a ponto de precisar trocá-lo por um novo marcapasso, chegou tão perto da morte quanto é possível, para depois reviver e narrar sua experiência. O marcapasso é um aparelhinho alimentado a pilha, com cerca de cinco centímetros de diâmetro e a metade disso em espessura. A sua finalidade é manter o coração batendo a um ritmo normal. Para tanto, é mister que o aparelho seja usado internamente, na área do abdome, — de onde o marcapasso envia impulsos elétricos ao coração, por meio de um fio. Dois dias depois da operação que se fizera necessária a fim de colocar o aparelho, a Sr. Grohe sofreu um ataque cardíaco.

Durante cerca de três minutos, para todos os efeitos a Sra. Grohe esteve clinicamente morta. Todavia, foi ressuscitada mediante a aplicação de choques elétricos no coração. Então, ao despertar, trazia consigo a vívida e plena memória de uma estranha experiência que ela não hesitou em relatar. Ela fora projetada para fora do corpo através de um espaço que era alternadamente vermelho e negro. O termo «morte» passou a predominar em sua consciência. Em seguida, ela viu a sua própria mãe, que havia falecido em 1949. Sua mãe trazia no colo um bebê que fora um aborto natural da Sra. Grohe, em 1941. E sua mãe lhe disse: «Ainda não, Mary!»

Então a genitora da Sra. Grohe desapareceu de sua visão, — e ela mesma viu o seu corpo, no hospital, lá embaixo, enquanto os médicos procuravam ressuscitá-la. (Informação extraída da revista *Fate*, edição de março de 1967, pág. 48).

3. Essas Experiências Não Respeitam Credos

Um dos fatores mais convincentes a respeito dessas experiências fora do corpo, e de seus respectivos relatos, quando o indivíduo retorna à vida, após a morte clínica, é a sua estranha *similaridade*, sem importar o credo dos participantes. Essa similaridade atravessa as barreiras culturais e raciais sem encontrar qualquer obstáculo.

O Dr. J., professor de filosofia da Universidade Oral Roberts, não se considerava um homem particularmente religioso. Mas esse fato não impediu que ele visse a realidade com transparente clareza: a morte não mata!

Na cidade de Albuquerque, estado de Novo México, nos Estados Unidos da América do Norte, em 1966, o Dr. J. e a sua esposa estavam assistindo a uma conferência dedicada exclusivamente a filósofos. Ele acabara de entregar o que julgou ser um discurso muito deficiente sobre as implicações filosóficas da vida após a morte física. Mais tarde, pensou que o que lhe veio a suceder fora um castigo por causa de sua exposição tão má. Como se tivesse sido antigido por um raio, ele teve um ataque cardíaco. Embora já tivesse sido marcada a viagem de automóvel, de volta para Tulsa, Oklahoma, que se daria no dia seguinte, essa ocorrência exigiu que ele permanecesse em Albuquerque e consultasse um médico, no dia posterior. Subseqüentemente, porém, voltaram para Tulsa, no automóvel dirigido por sua esposa, e, o Dr. J. pôde descansar durante o fim de semana.

Coisas piores estavam ainda por acontecer, entretanto. Imediatamente antes da aula de segunda-feira, um ataque cardíaco ainda mais severo que o primeiro deixou o Dr. J. em estado de coma. Em um momento em que recuperou a consciência, ele reconheceu instintivamente que o seu fim estava próximo. Os seus familiares tinham vindo postar-se perto de seu leito, mas foram afastados dali pelos médicos que o atenderam.

Assim que seus familiares saíram da sala, subitamente o Dr. J. **entrou em um estado no qual** tinha consciência, mas não do seu meio ambiente físico, imediato. Então ele se elevou para fora do seu corpo, e viu-se olhando para a figura imóvel que jazia lá embaixo,na cama.. «Olhei para baixo e vi a mim mesmo deitado ali, como se fosse um grande peixe que tivesse sido arrastado para a praia». Por essa altura, o Dr. J. tomou consciência de outros personagens que estavam em segundo plano. Ele não sabia quem ou o que eles eram. Mas viu a sua força vital escapar-se dele, e ouviu um daqueles seres afirmar que, ao terminar o processo de drenagem, ele estaria morto. Ora, o Dr. Crookall, diante disso, ter-nos-ia dito que se tratava do corpo vital, que estava emergindo do corpo físico, e que esse corpo vital envolve o corpo superfísico. Contudo, o Dr. J. nada sabia então sobre essas coisas. Tudo quanto ele sabia era o que estava observando pela primeira vez. Ao ver a sua vitalidade escapar, e tendo ouvido aquela casual observação da parte dos seres espirituais, a respeito da *sua morte*, subitamente ele sentiu uma aguda indignação, e, com isso, veio-lhe o pensamento de que existe uma *força* que era capaz de fazê-lo retornar à vida. Aquilo foi uma declaração de fé, sobre a qual ele nunca antes pensara, enquanto não passou por aquela experiência. Então o processo foi misteriosamente revertido. A estranha cena desapareceu, e o Dr. J. retornou à sua consciência normal, embora trouxesse consigo a memória perfeita e clara de tudo.

J.G.R. Forlong declarou de certa feita: «Não há como voltar; não há nenhum Eliseu cujos ossos possam trazer os mortos de volta à vida; não há nenhum Jesus que nos ordene a 'sair', como Lázaro; não há quem retire a pedra de diante do túmulo; todas essas coisas não passam de lendas». Entretanto, a experiência humana prova conclusivamente que o Sr. Forlong estava redondamente equivocado. Existem forças muito acima do nosso conhecimento, e homens comuns, vindos de todos os quadrantes da vida, têm sido testemunhas dessas forças em operação.

Referindo-se aos milagres, declarou Bertrand Russell, filósofo materialista, há poucos anos falecido:

«Se eles, os milagres, realmente existem, são uma interrupção em nossa jornada normal entre o nascimento e a morte». Na verdade, o dr. Russell duvidava que os milagres realmente possam ocorrer, e, além disso, ele supunha que, para o homem, nada mais existe senão aquela cansativa viagem desde o nascimento até à morte. Conforme declarou, ele mesmo vivia em um estado de «confiante desespero». A experiência humana, contudo, ensina-nos que o Dr. Russell era por demais pessimista. (Informação extraída do livro de Victor Levesque, *Miracle Cures*, Dell, Nova Iorque, 1969, primeiro capítulo). A designação, «Dr. J.» foi usada acima para indicar o

professor envolvido no episódio porque a sua universidade não quis uma publicidade indesejável, em razão de um de seus professores haver passado por uma experiência como aquela. A despeito da Universidade Oral Roberts ser uma instituição religiosamente orientada, o Dr. J. fora convidado a ensinar ali especificamente por não ser ele um homem especialmente religioso, porquanto esperava-se proporcionar aos estudantes uma outra perspectiva das coisas, que não fosse a perspectiva religiosa.

4. Crendo no impossível

Os Drs. R.L. MacMillan e K.W.G. Brown, co-diretores da unidade de socorros cardíacos da coronária, do Hospital Geral de Toronto, no Canadá, evidentemente acreditavam naquilo que outras pessoas julgavam ser impossível. Ao referirem-se à experiência de Leslie Sharpe, que passara por uma projeção astral, durante um episódio de morte temporária, devido a um ataque de coração, eles afirmaram que Leslie Sharpe passara pelo que «podia ser a experiência da alma deixando temporariamente o corpo».

As provações do Sr. Sharpe começaram com uma forte dor no braço esquerdo. No dia seguinte, quando estava ligado ao eletrocardiograma, sem qualquer aviso prévio ele soltou um suspiro profundo e a sua cabeça tombou para o lado direito. «Por que a minha cabeça ficou assim pendente?» pensou ele, perplexo. E então, repentinamente, notou que estava olhando para baixo, para o seu corpo, da cintura para cima, face a face, como se estivesse mirando em um espelho. Ele viu a si mesmo saindo do seu corpo, saindo pela cabeça e pelos ombros. Sob tais circunstâncias, o Dr. Crookall teria salientado que se tratava da projeção do corpo superfísico, o que se verifica a partir da área da cabeça, em contraste com a projeção do corpo vital, que sai da região do plexo solar. Em seguida, houve a sua projeção pelo espaço, tão comum nos relatos apresentados após a volta da morte clínica. Ele penetrou em um estado de grande tranqüilidade, e passou a flutuar em uma luz brilhante, pálida, amarelada. Foi então que recebeu pancadas como que com uma marreta, em seu lado esquerdo. Sharpe abriu os olhos. Médicos e enfermeiras estavam em redor da sua cama. Eles lhe tinham aplicado uma série de seis choques elétricos (no lado esquerdo do corpo, naturalmente) para que o coração começasse a pulsar novamente. (Informação extraída do *prólogo* do volume de Aleen Spraggett, *The Case for Immortality*, The New American Library, Nova Iorque, 1974).

5. Dr. C.G. Jung

O Dr. Jung passou por muitas experiências espontâneas de natureza psíquica durante a sua vida; mas nenhuma delas foi tão impressionante quanto seu próprio retorno da morte física. Jung fora vitimado por um pequeno acidente, mas que resultou em um ataque cardíaco. Foi devolvido à vida mediante injeções de cânfora e aplicação de oxigênio; todavia, antes que isso tivesse tido lugar, ele adicionou um grande tesouro às suas memórias.

Jung foi transportado para um nível acima do globo terrestre, e contemplou uma luz gloriosamente azulada, que banhava a terra. As cenas terrestres desapareceram de diante dos seus olhos admirados, e com grande espanto, contemplou um magnificente templo onde, em uma sala feericamente iluminada, ele sabia que estava a pique de encontrar-se com «todos aqueles a quem eu pertencia, na realidade». Toda a fantasmagoria da vida terrena foi retirada de sua presença. Ele sentiu que muito em breve receberia a resposta para todo o enigma da existência. Inesperadamente, porém, em meio àquela cena tão transcendental, apareceu o seu médico, que vinha flutuando, o qual lhe disse que ele não tinha o direito de ir embora, mas que deveria retornar ao mundo prontamente. Em vista disso, a sua visão ficou anuviada, e ele voltou ao seu corpo físico. Porventura ele se alegrou por estar de volta a esta vida? Ninguém se alegra com isso! Essa é uma das características mais comuns dessas narrativas. Muito pelo contrário, agora Jung via o mundo inteiro como se fosse uma *prisão* (eis que Platão está falando novamente!) e sentiu-se profundamente desapontado e invadido por grande nostalgia, por ter voltado à cena terrestre.

Durante semanas ele foi caçado por uma dolorosa saudade daquela experiência. Jung comentou posteriormente, acerca daquela experiência: «Eu jamais teria imaginado que tal experiência era possível. Não foi apenas um produto da imaginação. As visões e experiências foram totalmente reais; nada havia de subjetivo com elas; todas elas se revestiam das qualidades de uma absoluta objetividade. Só posso descrever essa experiência como o êxtase próprio de um estado não-temporal, no qual o presente, o passado e o futuro tornam-se um só... É a felicidade eterna, pensei. Isso não pode ser descrito; é maravilhoso demais». (C.G. Jung, *Memories, Dreams, Reflections, Nova Iorque, New York Books*, 1963).

6. Aqueles que esperam

Quase todas as narrativas que envolvem mortes clínicas referem-se também a certos personagens que esperam, como se formassem uma comissão de recepção, por aquele que está morrendo. Normalmente, quando esses seres podem ser identificados, trata-se de pessoas que os moribundos tinham conhecido em vida, usualmente amigos íntimos ou parentes, embora estejam incluídos também alguns conhecidos mais remotos. Ocasionalmente (e mui significativamente!) alguém que já falecera, mas cuja morte era um fato desconhecido para o paciente, é visto por este último. A reação do paciente, diante de uma ocorrência tão inesperada, geralmente consiste em surpresa, choque ou incredulidade.

7. Infundindo esperança nos desesperados

Uma mulher bastante rabujenta, mal-humorada e irreligiosa estava gravemente enferma e não queria ouvir aqueles «vendilhões» da religião que tencionavam consolá-la, antes dela partir para a outra vida. Ela sofreu uma morte clínica, mas foi ressuscitada por meio de um estimulante. Ao abrir os olhos, a mulher disse com voz solene: «Eu estava morta, mas toda a minha morte terminou. Vi os anjos, e eles são mais belos do que eu sou capaz de expressar». (Leslie Weatherhead, *Why do Men Suffer?*, Toronto, McCleland and Steward, Ltd. 1936, relatado em *The Case for Immortality*, Allen Spraggett, págs. 95 e *ss*).

Mais vinte e quatro horas, e aquela mulher azeda, que agora se tornara meiga, estava morta. O seu azedume e ressentimento haviam desaparecido. Ela morreu pacificamente, como uma pessoa gentil, paciente, serena, e acima de tudo, morreu sem qualquer sinal de temor. Havia recebido um pequeno vislumbre a respeito do mundo do além. Quão belas foram as suas palavras: «Toda a minha morte terminou». Quando ela morreu para o próprio «eu», abriu-se diante dela uma nova vida. É possível que somente a própria morte seja capaz de mostrar isso para determinadas pessoas.

Esse caso é interessante porque contradiz as explicações dadas pelos céticos, que falam em

«alucinações». Aquela mulher sob hipótese alguma esperava ver qualquer coisa de natureza mística, mormente alguma coisa que retratasse esperança e beleza. Se porventura ela tivesse tido alguma alucinação, só poderíamos esperar alguma forma de imagem demoníaca. A similaridade dessas experiências também contradiz essa explicação de «alucinação», tal como o faz o *modus operandi* da separação entre o espírito e o corpo físico, que permeia todas as experiências desse gênero. No sumário e avaliação que apresento no fim deste artigo, —tento expor algumas explicações sobre por qual razão muitos desses relatos sobre retornos após a morte clínica não podem ser considerados relatos acerca de meras alucinações.

Os pesquisadores indicam que as visões do leito de morte normalmente ocorrem dentro das últimas vinte e quatro horas anteriores ao falecimento do indivíduo, e com freqüência sem qualquer razão aparente. Muitos desses episódios são totalmente isentos de condições como a privação de oxigênio, como também não se verifica nenhuma dor incomum, febre ou intoxicação por meio de drogas. Tais visões geralmente apenas aparecem, e a única causa absoluta delas é que o indivíduo, na realidade, está bem próximo da morte, e, por conseguinte, bem perto de entrar na outra dimensão da existência. Enquanto a cortina da vida física desce, e a cortina da vida do além sobe, no momento em que essas cortinas se cruzam, o indivíduo pode dar uma espiada no outro mundo.

O prolífico e extraordinário escritor, Colin Wilson, presenciou, em primeira mão, um caso de retorno após a morte clínica. Realmente, esse episódio envolveu a sua própria genitora, —e então foram feitas observações posteriores que nos atraem a atenção.

Dores estomacais, que a princípio não foram reconhecidas como os sinais de um apêndice inflamado, quase fizeram desse episódio de retorno da morte clínica um caso sem retorno! Porém, quando o apêndice se rompe os sintomas não são nada agradáveis; no entanto, dessa vez o ataque de apendicite armou o palco para uma valiosíssima experiência. As condições da mãe de Wilson agravaram-se enormemente, e a opinião médica foi que ela estava à beira da morte. No entanto não somente ela estava resignada diante da morte, mas também esperava a morte com o senso da maior felicidade. Ela mesma é quem conta:

«Nada mais importava. E, repentinamente, eu olhei para um dos lados da cama, e lá estava um idoso homem de barba branca, que se parecia com um personagem bíblico. Lembro-me de haver dado uma espiada para baixo, tendo notado que ele usava sandálias. Havia uma espécie de rolo em suas mãos, como aqueles que se vêem nas lápides de cemitério. Ele começou a desenrolar o rolo e a falar comigo. Suas palavras eram belíssimas. Eu gostaria de poder me lembrar daquelas palavras, — mas não consigo. Ele parecia estar lendo aquelas palavras para mim. Porém, eis que ele olhou diretamente para mim, e disse: 'Olhe aqui, você não pode ir-se embora, pois ainda lhe resta fazer muita coisa. Você é necessária aqui!' Eu nunca me sentira tão feliz. Como eu gostaria de poder lembrar-me de todas as suas palavras. Todavia, ele prometeu-me uma coisa — ele disse que eu teria de ficar aqui por algum motivo. Depois que ele desapareceu, eu me senti muito melhor. E também sabia que não teria de morrer, se o que ele havia dito era a verdade. E eu *sabia* que era a verdade, pois a sua voz era tão gentil». (*Mysteries*, pág. 615).

Em favor da autenticidade desse relato, isto é, que não esteve envolvido algum sonho ou alucinação, podemos afirmar o seguinte: aquela mulher não estava dormindo. Ela recebeu aquela visão quando estava em estado de vigília. E a promessa feita a ela também mostrou ser veraz. Aquela mulher tinha um propósito para viver. O pai de Colin Wilson contraiu câncer, e a mãe dele foi aquela que cuidou do marido durante sete anos difíceis, antes que a morte lhe proporcionasse o livramento. Aquela experiência, no entanto, removeu inteiramente o temor da morte, de uma vez por todas. Apesar de que a personagem bíblica pode ter sido um colorido de sua mente, e não um fato objetivo quanto ao próprio visitante espiritual, a realidade da substância da visão nunca foi posta em dúvida por aquela mulher.

8. Consideremos a glória e a triunfo: o fator da alegria

Penso que incorreríamos em um grande erro se não enfrentássemos com franqueza a questão que a morte traz, para muitas pessoas, momentos de elevadíssima exultação e, praticamente para todos, uma considerável sensação de felicidade. Emanuel Swedenborg predisse, com muitas semanas de antecedência, a data exata da sua própria transição para a outra vida. Uma criada, que estava presente no momento de seu falecimento, disse que «ele estava satisfeito como se fosse desfrutar de um feriado, como se ele estivesse indo para alguma festa» (*Mysteries*, p. 617). William Blake, o poeta metafísico, fez essa transição de uma maneira simplesmente gloriosa. Sua esposa afirmou que, imediatamente antes de seu passamento, «a sua fisionomia tornou-se bela — os seus olhos rebrilharam, e ele começou a entoar um hino sobre as coisas que via lá no céu».

Foi Tolstoi quem disse, em seu conto, *A Morte de Ivã Ilyich* (e creio que sua declaração exprime a verdade) que um certo homem havia chegado ao final de sua luta contra o câncer, e estava prestes a morrer. Durante todo o tempo aquele homem demonstrara considerável medo da morte. Não obstante, ao chegar o momento da transição, embora procurasse no seu íntimo por aquele receio já costumeiro, não foi capaz de encontrá-lo. Na verdade, não houve temor, porque também não houve morte. Em lugar da morte, houve luz. E então, subitamente, ele exclamou em voz alta: 'Então é nisso que consiste a morte! Que alegria!' É conforme comentou Colin Wilson acerca dessa narrativa: «Esse episódio exibe as marcas de um profundo discernimento pessoal». (*Mysteries*, pág. 617).

9. ESTUDOS DO MÉDICO R.A. MOODY

As narrativas acerca do retorno à vida, após a morte clínica, são tão antigas quanto a história da humanidade. A obra de Platão, *O Conto de Er*; *O Julgamento da Alma* (*República*, x.614-21) quase certamente é uma dessas narrativas (apesar de alguns adornos, adquiridos com a passagem do tempo). Alguns eruditos do Novo Testamento acreditam que o trecho de II Coríntos 12:2 e *ss* relata uma experiência dessa ordem, recebida pelo apóstolo Paulo, talvez em resultado de haver sido apedrejado por uma multidão, em Listra (ver Atos 14:19 e *ss*). Muitos supuseram-no morto. Mas, enquanto os discípulos estavam ao seu derredor, ele mesmo «...levantou-se e entrou na cidade...» No dia seguinte, aparentemente em razoável estado de saúde, Paulo partiu para Derbe. Não é impossível que Paulo nos tenha contado, em sua segunda epístola aos Coríntios, o que ele experimentou durante aqueles momentos em que não somente foi dado por morto, mas em que realmente

havia morrido.

Durante as últimas poucas décadas, os pesquisadores têm procurado recolher material pertinente a essas experiências, a fim de estudá-las melhor. Assim sendo, apesar do Dr. Moody não ter sido o originador dessa espécie de pesquisas, ele tem realizado um trabalho excelente, compilando muitas dessas narrativas. Sendo um filósofo (tendo colado grau universitário nessa disciplina, antes de ter-se tornado médico) ele trouxe consigo certas habilidades analíticas para serem empregadas em suas pesquisas, uma vantagem que tem faltado à maioria de outros pesquisadores. Por conseguinte, tenho achado por bem devotar parte do presente artigo aos estudos feitos pelo Dr. Moody. Ele escreveu dois «best-sellers» sobre esse tema, intitulados: *Life After Life*, Bantam Books, Nova Iorque, 1976 (edição Bantam, seguida por quatro outras edições); e *Reflections on Life After Life*, Bantam Books, Nova Iorque, 1978 (segunda edição).

Extraindo da morte o seu elemento de terror

Não é agradável relembrarmos algum acidente que causou uma morte sangrenta, e que arrebatou de uma hora para outra uma vida humana. Não obstante, há bons motivos para crermos que *a vida*, e não a morte, é quem sempre diz a última palavra. Consideremos o caso daquela jovem que sofreu graves injúrias físicas, embora o episódio lhe tenha ensinado lições das quais ela jamais se esquecerá:

«Eu podia ver o meu próprio corpo, todo retorcido dentro do automóvel, entre todas aquelas pessoas que se tinham reunido à minha volta. Sem embargo, eu não tinha qualquer espécie de sentimentos a respeito do mesmo. Era como se fosse um ser humano inteiramente diferente, ou mesmo algum objeto... Eu sabia que aquele era o meu corpo, mas eu não embalava qualquer sentimento a respeito dele». (*Life After Life*, pág. 40).

Contraste-se isso com a estupidez daqueles que andam congelando cadáveres, na esperança de que, algum dia futuro, esses corpos possam ser ressuscitados! O que deve pensar uma *alma* quanto à qualidade espiritual daqueles que ela observa congelando seu cadáver? Oh, a tremenda *cegueira* do materialismo?

Os Estágios Preliminares

Estar presente, mas de um modo diferente? Em sua maioria, os casos de retorno após a morte clínica não envolvem longos períodos de tempo, sendo que encerram apenas as impressões iniciais dos quase falecidos. Naturalmente, as experiências que envolvem algum período mais extenso de tempo incluem uma maior variedade de tipos de coisas que acontecem aos que iniciaram a transição para a outra vida. O caso abaixo ilustra essas primeiras impressões:

«Os médicos e as enfermeiras estavam socando o meu corpo, procurando reiniciar as contrações cardíacas e devolver-me à vida, e eu continuava tentando dizer-lhes: 'Deixem-me em paz. Tudo quanto quero é ser deixado em paz. Parem de socar-me!' Porém, eles não me ouviam. Portanto, tentei segurar as mãos deles, para que não continuassem espancando o meu corpo, mas nada acontecia. De nada adiantavam os meus esforços. Não sei dizer como a coisa acontecia — realmente, não sei explicar, mas eu não podia segurar-lhes as mãos. Parecia que eu estava tocando nas mãos deles, e eu tentava segurá-las, e, no entanto, as mãos deles continuavam se movimentando. Não sei dizer se era a minha mão que atravessava as mãos deles, se ela girava em torno delas, ou o quê. Eu não sentia pressão alguma contra as mãos deles, quando tentava segurá-las».

E outro caso

«As pessoas chegavam vindas de todas as direções, procurando aproximar-se dos destroços do veículo. Eu podia vê-las, pois encontrava-me de pé em uma calçada muito estreita. Seja como for, ao se aproximarem, as pessoas não pareciam notar-me. Continuavam andando de olhar fixo para a frente. E, quando elas chegavam bem perto, eu tentava desviar-me delas, saindo de sua trajetória, mas elas simplesmente *atravessavam* por mim, e passavam» (*Ibid.*, págs. 44 e 45).

Aqueles que abandonam os seus corpos por algum tempo, retêm nesse estado o conhecimento do seu meio ambiente e são capazes de ver e ouvir, mas não podem comunicar-se audivelmente e nem podem ser vistos. Não sabemos explicar por qual razão isso acontece; porém, o mais provável é que isso esteja vinculado ao fato de que a alma, uma vez separada do corpo, visto ser ela composta de uma forma diferente de energia, é incapaz de interagir com a matéria crassa. As pessoas que se acham nesse estado não demoram a perceber que agora são possuidoras de um outro corpo. Esse outro corpo é sólido para o *próprio tato*, mas não oferece resistência à matéria e nem pode interagir com ela. A ciência, afinal, ensina-nos que mais de uma forma de energia pode ocupar um mesmo espaço, ao mesmo tempo.

Diferenças na percepção

Durante os estágios preliminares da morte física, enquanto o espírito ainda está se adaptando ao seu novo meio ambiente — (extraterreno) ausenta-se a percepção dos sentidos, conforme os conhecemos agora. Na verdade, certas percepções continuam idênticas às de agora, mas outras simplesmente desaparecem. As pessoas que têm retornado da morte clínica dizem que não sentiam qualquer variação de temperatura, ao passo que outras referem-se a um agradável calor que as circundava. Raríssimos são os relatos que aludem a paladar ou olfato. Entretanto, a visão e a audição mantêm-se perfeitamente intactas no novo corpo, espiritual, e em muitos casos, são significativamente intensificadas em sua acuidade. Verifica-se a transferência de pensamento com outros seres espirituais, e a compreensão intuitiva torna-se incrivelmente aguçada.

Deveríamos lembrar-nos, entretanto, que a maior parte das evidências que chegam até nós, na forma de testemunhos daqueles que retornaram da morte clínica, envolve um período curtíssimo de tempo, e que até mesmo esse brevíssimo período é apenas uma *transição*. Portanto, não podemos fazer juízos especialmente lúcidos a respeito da vida no além, com base nesses episódios. Todavia, uma lição nos é ministrada, em alto e bom som: a vida *tem prosseguimento* após a morte, e isso normalmente nos conduz a uma condição de existência melhor que a da vida terrena. Não obstante, as provas assim colhidas são por demais preliminares para que nos permitam formar, escudados nessas experiências, qualquer noção mais ampla sobre «o que será a vida do outro lado da existência». É verdade, todavia, que algumas dessas experiências incluem variedades de iluminação visionária, e não meras observações pessoais. Alicerçados sobre essas visões é que podemos tirar conclusões um tanto mais sólidas. Este *artigo* inclui algumas de tais experiências.

OS PARTEIROS

Um dos elementos mais comuns, dentro da

experiência com a morte, é o encontro com outros seres espirituais, que estavam à espera da alma da pessoa moribunda. Essas entidades normalmente consistem em pessoas que os moribundos haviam conhecido enquanto elas viviam, como amigos, parentes, e outros. A função dessas entidades parece ser dupla: em primeiro lugar, elas realmente prestam o seu auxílio na transição, cortando o fio de prata, ou seja, promovendo o *nascimento espiritual*, através da morte física. Devemos observar a estranha *semelhança* entre o ato de nascer e o ato de morrer. As evidências mostram-nos que, de uma maneira bem literal, a morte é um nascimento. Em segundo lugar, aquelas entidades espirituais que aguardam a alma sem dúvida, formam uma comissão de boas vindas. Sempre será mais fácil passarmos por alguma experiência trabalhosa quando somos ajudados por outras pessoas. A morte não é exceção à regra. Essa comissão vem a fim de celebrar, juntamente com o moribundo, a vitória da vida. Essa celebração jamais termina, pois a vida é uma grande continuação.

«Passei por essa experiência quando dava à luz a uma criança. O parto foi dificílimo, e eu havia perdido muito sangue. O médico simplesmente desistiu de salvar-me a vida, e disse a meus parentes que eu ia morrer. Entretanto, eu me conservava perfeitamente alerta diante de todos os acontecimentos e, quando o ouvi dizer isso, senti que voltava a mim. Ao fazê-lo, porém, percebi que toda aquela gente também estava ali, aparentemente formando uma multidão, pairando bem perto do teto da sala. Todas elas eram pessoas que eu havia conhecido no passado, mas que já haviam falecido. Reconheci entre elas a minha avó e uma menina que eu conhecera nos tempos de escola, além de muitos outros parentes e amigos. A minha impressão é que eu divisava principalmente os seus rostos e sentia a presença deles. Todos eles pareciam muito satisfeitos. Era uma ocasião muito feliz, e eu sentia que eles tinham vindo a fim de proteger-me ou guiar-me. Era quase como se eu estivesse voltando para casa e que eles estavam ali para receber-me ou dar-me as boas-vindas. Durante todos aqueles momentos eu tive a sensação de que tudo era luz e beleza. Foram momentos lindos e gloriosos». (Ibid., págs. 55 e 56).

A fé religiosa sempre nos ensinou coisas dessa natureza. E a própria ciência, atualmente, através do exame das experiências humanas, está ajudando a reforçar a nossa crença. Afinal de contas, toda a verdade é *uma só*, e na verdade há retidão e esperança firmes. — O pessimismo é produto da cegueira espiritual. A existência só é má quando insistimos em torná-la má.

Os visitantes desconhecidos

Alguns dos membros daquela comissão de recepção aparentemente são totalmente desconhecidos do moribundo e, vez por outra (mas raramente) nenhum deles é alguém conhecido por ele. De modo geral, são considerados *entidades humanas*, mas, algumas vezes alguns desses visitantes parecem pertencer a uma ordem *diferente* da criação, embora *não* inteiramente diversa dos seres humanos. Nesses casos, sentimo-nos tentados a pensar que eles seriam «anjos», porquanto esse é o vocábulo usado na terminologia teológica a fim de indicá-los. Estou conjecturando que qualquer membro dessas comissões de recepção tem alguma razão especial para fazer-se presente, por ter alguma conexão íntima com o moribundo. Essa conexão pode ser de natureza espiritual, relacionada *à vida* do indivíduo (preexistente, terrena e pós-existente). O que estou tencionando dizer é que esta vida terrena, que estamos vivendo (a qual, de fato, ocupa tão estreita faixa de tempo) dificilmente pode incorporar tudo quanto uma pessoa é. Também estou supondo, juntamente com os pais alexandrinos da Igreja cristã, que o espírito é preexistente e antiqüíssimo e que a vida física que o moribundo está terminando é um mero fragmento de sua existência total. Por conseguinte, aqueles visitantes podem ser pessoas que não foram conhecidas durante este mero fragmento da existência total — a vida terrena. A importância dos visitantes, para com o moribundo, não pode ser aquilatada mediante o contato ou a ausência de contato, durante alguns poucos e miseráveis anos de vida terrena. Afirmo que os nossos dogmas têm-nos furtado da «visão mais ampla» das coisas, — **pois fazem com que** a vida e o destino humano girem em torno de alguns poucos anos de existência neste mundo. Mas a alma é muito maior que isso!

ENCONTROS COM O SER LUMINOSO

Muitos casos que envolvem o retorno após a morte clínica, incluem um encontro do moribundo com um certo Ser Luminoso. Ele é a pessoa mais importante que está à espera do falecido. Com base nos relatos que tenho lido, o encontro com esse Ser é um encontro particular. Ele não é apenas um outro membro da comissão de recepção.

Identificando o Ser luminoso

A despeito do fato de que as descrições sobre esse Ser parecem bastante similares, dentro dos vários relatos que tenho podido ler, suponho que a identificação do mesmo, pelas pessoas, depende muitíssimo da orientação religiosa que uma pessoa tenha recebido em vida. Os crentes podem pensar ou não que ele é Cristo. Cristãos e judeus poderiam identificá-lo como «um anjo». Outros pensariam que ele é o próprio anjo da guarda do indivíduo. Certos indivíduos chamam-no, especificamente, de «um ser de luz», não lhe conferindo qualquer termo pertencente ao vocabulário teológico.

Características do Ser luminoso

Esse Ser aparece envolto em um brilho intensíssimo; mas a princípio esse brilho é fraco e então vai aumentando até adquirir um brilho extraterreno. Mas a luz que dele emana, apesar de ser intensíssima, não fere os olhos e nem impede que a pessoa veja as coisas ao redor desse Ser. O Ser luminoso é uma pessoa, e não alguma mera influência. Circunda-o uma aura de amor e simpatia. Ele obriga a pessoa a passar em revista a sua própria vida, extraindo julgamentos morais e espirituais a respeito da mesma. Apesar de ser totalmente santo, e a despeito de que as pessoas cujas vidas vasculhadas são cheias de defeitos, aquele ser não é inabordável. Muito pelo contrário, a sua presença as atrai e consola, mesmo em meio às mais horrendas revelações. O amor daquele Ser é inefável e a emanação que dele sai fortalece, consola e atrai. Ele é a essência do amor.

O Ser luminoso comunica-se

Entre os depoentes, há um consenso quase unânime no sentido de que a comunicação com aquele Ser se dá mediante a transferência de pensamentos. Essa comunicação é perfeitamente clara, não havendo qualquer chance de um mal-entendido. Ninguém pode mentir para aquele Ser. A entrevista começa com alguma pergunta pertinente e bem colocada, que tem o propósito de fazer a pessoa extrair de si mesma o significado da vida que até ali ela viveu, para ela avaliar seu valor e suas realizações. Esse Ser luminoso quer saber de coisas como estas: «Quanto você amou?» «O que você fez com a sua vida?» «A sua vida

foi digna de ser vivida?»

O Dr. Moody salienta um importante fato a respeito de inúmeros casos por ele estudados: «...todos insistem que aquela pergunta, final e profunda como ela possa ser, quanto ao seu impacto emocional, de forma alguma é feita visando à condenação. Parece que todos concordam que aquele Ser não faz indagações com a finalidade de acusá-los ou ameaçá-los, porquanto continuam sentindo o amor e a aceitação mais plena da parte daquela Luz, sem importar qual tenha sido a resposta deles. Pelo contrário, o propósito dessas indagações parece ser fazer as pessoas meditarem sobre as suas próprias vidas. Por assim dizer, trata-se de uma indagação socrática, não para adquirir informações, mas para ajudar o indivíduo que está sendo interrogado, a fim de que prossiga pessoalmente pelo caminho da verdade». (*Ibid.*, págs. 62 e 63). O Dr. Moody com toda a razão chama esse Ser de *fantástico*. Nada existe de comum em sua pessoa, ele atrai a si todos os homens.

Consideremos algumas narrativas a respeito desses particulares:

«Ouvi os médicos dizerem que eu estava morto, e naquele momento comecei a sentir como se eu estivesse caindo, ou melhor, flutuando em meio àquela escuridão, que era uma espécie de recinto fechado. Na verdade, não existem palavras capazes de descrevê-la. Tudo era negro, exceto que, longe de onde eu estava, eu podia divisar aquela luz. Era uma luz muito, muito brilhante, mas não muito grande a princípio. Porém, foi ficando cada vez maior, enquanto eu me aproximava dela».

«Tentei chegar àquela luz, no outro extremo, porquanto senti que aquela luz era Cristo, e eu procurava chegar àquele ponto. A experiência não era assustadora. Era algo mais ou menos agradável. Pois, sendo eu um crente, imediatamente liguei aquela luz a Cristo, o qual disse: *Eu sou a luz do mundo*. Então eu disse para mim mesmo: 'Se assim são as coisas, e eu tenho mesmo de morrer, então já sei quem está esperando por mim, na outra extremidade, lá naquela luz». (*Ibid.*, pág. 62).

Um outro episódio

«Flutuei diretamente... subindo para aquela luz tão pura como o cristal, uma luz branca e iluminadora. Era muito bela e tão brilhante, tão radiante, embora não me ofuscasse os olhos. Não se trata de qualquer espécie de luz que alguém possa descrever na terra. Realmente, não vi ninguém naquela luz, e, no entanto, ela possuía uma identidade especial, bem definida. É uma luz de perfeito entendimento e de perfeito amor».

«À minha mente subiu a pergunta: *Tu me amas?* Não foi exatamente essa a forma da pergunta, mas penso que a conotação do que a luz quis dizer, foi: 'se tu me amas, volta e completa o que começaste a fazer na vida'. E, durante todo aquele tempo, eu sentia como se estivesse rodeado por um amor e uma compaixão avassaladores». (*Ibid.*, págs. 62 e 63).

De uma outra pessoa foi indagado se ela estava preparada para morrer. Esse Ser queria que essa pessoa fizesse uma avaliação sobre a sua própria vida. E ela explicou, referindo-se à questão: «...a partir do instante em que a luz falou comigo, eu me senti muitíssimo bem — segura e amada. O amor que emana daquela luz é simplesmente inimaginável, indescritível. Era muito divertido estar com aquela pessoa! E quero deixar bem claro que ela tinha também senso de humor! (*Ibid.*, pág. 64).

A REVISÃO

O Ser luminoso leva a pessoa a contemplar uma revisão da sua própria vida, mediante imagens vívidas, coloridas, movimentadíssimas, com freqüências tridimensionais. Tudo se desenrola com incrível velocidade, mas coisa alguma se perde do cenário. Uma vida inteira é sumariada e avaliada por meio dessas imagens, havendo uma perfeita compreensão sobre o que houve de mau, de bom, de egoísta, de altruísta, de perda de tempo ou de valor. A maioria dos depoentes vê nisso não somente uma forma de julgamento (avaliação) mas também um esforço educativo.

Quais são as grandes lições da vida?

Quais são os objetivos da vida?

Duas coisas destacam-se claramente nessas experiências: e a *primeira delas é o amor*. Todavia, a segunda é a necessidade de adquirirmos o conhecimento. Aprendermos a amar ao próximo e, portanto, aprendermos a servi-lo, é a maior de todas as lições. A maior de todas as lições pode ser expressa através daquela antiga canção popular, que diz: «Amar e ser amado». Os místicos informam-nos que, sem importar o grau de iluminação espiritual que alguém possa atingir, destaca-se uma verdade óbvia que não pode ser contradita, e para além da qual ninguém é capaz de ultrapassar: o amor é a sobrequilha do universo, o seu maior princípio e prática, a essência mesma da espiritualidade.

Adquirindo conhecimentos

A vida é uma escola. Como segunda grande lição a ser aprendida, compete-nos extrair da vida o tipo de conhecinento capaz de nos ajudar a crescer espiritualmente. Certa dama, ao falar a respeito da revisão que ela fizera de sua vida, declarou:

«Durante o tempo todo, ele continuava salientando a importância do amor. Os lugares e ocasiões onde isso ficava mais patenteado, segundo ele me mostrou, envolviam a minha irmã. Eu sempre fui muito amiga dela. Porém, ele mostrou-me exemplos de onde eu me mostrara egoísta com a minha irmã, embora também tivesse mostrado todas as vezes em que eu, realmente, usara de amor e compartilhara com ela. Ele salientou que eu deveria tentar fazer coisas em favor das pessoas, realizando tudo o que estivesse ao meu alcance. Todavia, em *tudo aquilo* não houve qualquer laivo de acusação. Quando chegávamos a momentos em que eu fora egoísta, a atitude dela era somente a de que eu também tinha aprendido alguma coisa deles».

«Ele parecia muito interessado pelas coisas concernentes ao conhecimento, por igual modo. Ele continuava salientando coisas ligadas ao processo do aprendizado. (Ele disse que) sempre haverá a inquirição pelo conhecimento. Ele disse que se trata de um processo permanente, em razão de que fiquei sentindo que esse processo continua após a morte física». (*Ibid.*, págs. 67 e 68).

Consistirá nisso o julgamento?

Alguns têm feito objeções a essas narrativas porquanto sentem, dogmaticamente, que o julgamento divino não pode ser algo tão suave como se depreende desses relatos. Em primeiro lugar, contudo, quero frisar que esse não é um julgamento no sentido teológico. Antes, trata-se de uma orientação, ministrada à pessoa moribunda, a fim de que ela penetre em uma nova fase da existência. Esse julgamento não estabelece fronteiras eternas. Até onde sou capaz de compreender as Escrituras (ver o trecho de I Pedro 4:6) essas fronteiras só serão fixadas quando do segundo advento de Cristo. A morte do

indivíduo, pois, não fixa o seu destino eterno. Essa pequena parcela de discernimento teológico (e que está com toda a razão, segundo acredito) ajuda-nos a compreender melhor no que consiste essa revisão de que temos falado. Nessa oportunidade, não está sendo estabelecido qualquer estado permanente. Apesar de que essa revisão é uma forma óbvia de julgamento, ao mesmo tempo ela serve de orientação, de aprendizado, de experiência educativa. Por certo não é *o julgamento* final. O trecho de I Pedro 4:6 mostra-nos que o julgamento propriamente dito será uma medida restauradora, e não meramente retributiva. Todavia, isso é um tema que fica fora do escopo do presente artigo.

Chegando ainda mais adiante

O segundo livro de autoria do Dr. Moody, *Reflections on Life After Life*, faz acréscimos aos tipos de experiências relatadas no seu primeiro livro. Esse segundo volume enfatiza aquilo que temos denominado, no tocante à experiência da projeção da psique, de episódios «paradisíacos ou infernais». O próprio autor não lhes dá esse título, mas essa é a essência da questão. Supomos que essas experiências são conferidas visando a dar-nos instrução, por meio de visões (enquanto o indivíduo está fora do corpo) ou então poderíamos supor que certas pessoas realmente entram nas esferas do além, boas ou más. Em outras palavras, alguns indivíduos não vêem meramente certas cenas terrestres, relativas à sua experiência com a morte, juntamente com uma rápida revisão de sua vida neste mundo, no encontro com o Ser luminoso. Antes, as pessoas chegam a adquirir conhecimentos sobre a natureza da vida após a morte física. Deveríamos lembrar-nos aqui de que, mui provavelmente, estamos abordando modalidades de vida que caracterizam a experiência do pós-morte, em esferas não definitivas, e onde os destinos individuais não são delineados para sempre. Os teólogos chamam isso de «mundo intermediário».

Presume-se que o julgamento fixará estados e fronteiras, e normalmente (na teologia cristã) essa fixação é datada para a ocasião da segunda vinda de Cristo. Alguns teólogos, não obstante, objetam a qualquer idéia de fixação e determinação, acreditando que a situação das almas sempre se encontrará em estado de fluidez, permitindo mudanças, desenvolvimento, melhoria, etc., mesmo que isso não fique absolutamente garantido. Contudo, outros teólogos pensam que há uma base firme para aquela crença, porquanto existem certos passos bíblicos, neotestamentários, que concordam com tal avaliação. (Ver *Efésios* 1:10,23). Contudo, esses são problemas teológicos que estão fora do propósito deste artigo, sendo aqui mencionados somente para colocarmos, sob uma melhor perspectiva, as experiências «paradisíacas» e «infernais».

Experiências do tipo paradisíaco

Esse tipo de experiência envolve uma considerável medida de iluminação. Também envolve dimensões da existência onde o tempo, conforme o conhecemos, não mais existe, mas onde o passado, o presente e o futuro de algum modo co-existem em um estado que desconhece o fluxo do tempo. As pessoas (paralelamente aos místicos) costumam acentuar a natureza inexprimível dessas experiências. O indivíduo penetra em alguma modalidade de «conhecimento completo», onde grandes mistérios são solucionados e são intuídas grandes verdades. Pode-se então apreciar a imensidão do significado da vida. Porém, o retorno de tais dimensões da sabedoria é o bastante para apagar da memória a iluminação ali recebida, excetuando-se apenas uma melhor apreciação pela misericórdia e o amor de Deus, além de restar uma percepção mais clara de como tudo é permeado por propósitos divinos incomensuráveis.

Algumas pessoas têm salientado, especificamente, o fato de que o seu «Retorno» levou-as a perderem a iluminação que haviam adquirido naquela outra dimensão. «Foi-me dito que eu não poderia reter aquele conhecimento» (*ibid.*, pág. 11). Elas sabem tão-somente que viram coisas por demais grandiosas para poderem expressá-las agora, por demais imensas para poderem comunicá-las a outros. Isso faz-nos lembrar da projeção de Paulo *ao terceiro céu* ou «paraíso», conforme se registra em II Coríntios 12:1 e *ss*. No quarto versículo daquele capítulo, Paulo informa-nos especificamente que ele foi «arrebatado ao paraíso; e ouviu palavras inefáveis, de que ao homem não é lícito falar». Todavia, Paulo encontrou algo no que «se gloriar» naquela sua experiência, a despeito de haver reconhecido que era uma insensatez ufanar-se.

Essas experiências, longe de removerem a necessidade de buscarmos um maior conhecimento, asseguram-nos que existe um real conhecimento que precisa ser investigado, porquanto isso pode beneficiar não somente o próprio indivíduo, mas também todos os seres humanos. De fato, o conhecimento deve ser buscado com o propósito específico de ser comunicado aos nossos semelhantes.

Platão expressou de forma admirável essa aquisição e essa perda da iluminação, em sua estória sobre Er, um guerreiro que teria retornado à vida. Er viajou através da planície do Olvido, e resolveu descansar, acampando às margens do rio do Esquecimento, cujas águas nenhum vaso podia conter. Ali, as almas bebem daquelas águas e se esquecem de tudo, sendo que, ao regressarem ao mundo, nada podem relatar, embora reconheçam que algo de grandioso sucedeu a elas. O próprio Er, entretanto, não recebeu permissão de beber daquelas águas, e imediatamente pôde retornar ao seu corpo, sobre a pira fúnebre, conseguindo reter muitíssimas memórias da sua experiência. A estória contada por Platão, do princípio ao fim, soa como uma experiência genuína, e, em sua maneira poética de expressar as coisas, faz-nos lembrar de *O Peregrino*, de Bunyan. (Ver *República*, x.614-21).

CIDADES DE LUZ

Continuando a examinar as experiências paradisíacas, é mister que se diga que vários casos são aventados pelo Dr. Moody, no seu segundo livro, nos quais estão incluídas certas cidades de luz, dimensões *celestiais*. Nesse livro pois, ele afirma ter conversado com «numerosos indivíduos» que têm feito menção de tais experiências, embora ele não tivesse feito qualquer registro desses relatos, em seu primeiro volume, porquanto ainda não tomara consciência da coisa.

Certo homem, ao referir-se ao seu vôo até uma outra realidade, começa a descrever, daquela maneira já familiar, a separação entre seu espírito e seu corpo, a sua passagem pelo túnel escuro e a sua entrada na luz; no entanto, daí ele passou para a narração acerca de uma realidade diferente, um outro tipo de paraíso:

«...levantei-me e fiquei a alguns palmos acima do meu corpo, olhando para ele. Ali estava eu, enquanto várias pessoas trabalhavam em meu corpo. Eu não sentia medo e nem dor. Sentia apenas paz. Depois de provavelmente um segundo ou dois, pareceu-me que eu me varava e subia. Era escuro — poder-se-ia chamar àquilo de buraco ou túnel, mas também havia

aquela luz rebrilhante. Essa *Luz* ficava cada vez mais intensa. E pareceu-me que eu a atravessava.

Subitamente, eu estava em algum outro lugar. Havia uma luz dourada, por toda a parte. Era muito linda. Eu não podia encontrar qualquer fonte luminosa, em parte alguma. Simplesmente aquela luz estava por toda a parte, vinda de toda a parte ao mesmo tempo. E também havia música. E eu parecia estar em um campo dotado de riachos, grama, árvores e montanhas. No entanto, quando olhei ao redor — se você quiser entender as minhas palavras — aquelas coisas não eram árvores e outros objetos conforme os conhecemos agora. Para mim, a coisa mais estranha a respeito de tudo é que ali não havia pessoas, pelo menos na forma corpórea que conhecemos; mas simplesmente elas estavam presentes.

Estabelecera-se um senso de perfeita paz e de contentamento; havia amor. Era como se eu fizesse parte de tudo aquilo. Aquela experiência pode ter durado a noite inteira, ou apenas um segundo... não sei» (*Ibid.*, pág. 16).

Um outro depoente referiu-se a «...uma luz lindíssima que brilhava por toda parte... um lugar belíssimo...cores, cores ofuscantes, diferentes das da terra, simplesmente indescritíveis. Ali havia pessoas, pessoas felizes... Pude ver uma cidade. Havia edifícios... eram brilhantes, resplandecentes. Ali, as pessoas sentiam-se muito felizes. Havia água faiscante, fontes... uma cidade de luz, segundo acredito, seria a melhor maneira de descrevê-la... era uma cidade maravilhosa». E um outro depoente, declarou: «...é um lugar... realmente belo, mas simplesmente é impossível descrevê-lo. No entanto, acha-se ali, não há que duvidar. Ninguém poderia imaginar... é tal e qual se lê na Bíblia». (*Ibid.*, pág. 17).

O Grande Contraste do Hades

Outras pessoas, no estado de quem saiu do seu corpo físico, entram em dimensões onde imperam conflitos, a cobiça, o egoísmo, o espanto. Essas pessoas têm presenciado «almas apanhadas em armadilhas», um estado extremamente infeliz. Ouvem-se descrições como «apanhadas em armadilhas», «amarradas», «egocêntricas», «presas ainda ao mundo físico», «embotadas», «perplexas», «confusas», com uma *aparência deprimida*. Certa mulher recorda-se da questão como segue:

«Enquanto eu passava, elas nem ao menos erguiam a cabeça para ver o que estava acontecendo ao redor. Pareciam estar pensando: 'Bem, agora tudo terminou. E que estou fazendo? De que adianta fazer alguma coisa?' Somente aquele comportamento absolutamente esmagado, destituído de qualquer senso de esperança — sem saberem o que fazer, para onde ir, quem elas foram, sem saberem de nada». (*Ibid.*, pág. 19).

As almas que se encontram retidas nessas regiões, dizem-nos as narrativas, procuram ninguém sabe o quê, pois perderam todo o conhecimento, e nem ao menos lhes resta qualquer noção clara sobre a sua identidade pessoal. Não obstante, até mesmo ali há alguma esperança, pois os relatos demonstram que ali existem alguns *seres superiores*, que tentam alterar as condições vigentes, ainda que, segundo todas as aparências, esses seres superiores sejam totalmente ignorados. Aquele é um lugar onde não há qualquer amor, embora aqueles que amam tentem comunicar algum amor. Tudo isso, em um sentido não-teológico, faz-nos lembrar da tradição bíblica a respeito da descida de Cristo ao hades (ver I Pedro 3:18—4:6). Na verdade, «o evangelho foi pregado aos mortos», naquele mundo intermediário dos perdidos.

Apresentei acima um certo número de episódios (com o acompanhamento de comentários esparsos, a maioria de minha autoria) relatados pelo Dr. Moody, em seus livros. No final deste artigo, exponho um sumário e uma avaliação dessas questões. Consideremos, em primeiro lugar, uma afirmação concernente à natureza da experiência com a morte, para em seguida examinarmos algumas explicações alternativas. Se essas experiências não são realmente válidas, no que concerne à vida após a morte biológica, no que consistiriam elas?

III. Sumário de Elementos Principais

1. *Há uma causa qualquer*. Alguma enfermidade, algum acidente, falha do sistema orgânico devido à debilidade física, etc. Muitos casos falam de uma considerável angústia física. Em comparação com a experiência do nascimento, isso equivale às contrações uterinas, as quais, sem dúvida devem produzir mal-estar no nascituro.

2. *Há a declaração de morte*, feita pelo médico atendente; ou então o moribundo ouve um amigo ou parente exprimir a sua preocupação de que o paciente poderá vir a morrer.

3. *Há um ruído angustiante*, com zumbidos, tinidos, pancadas rápidas como que em um tambor, etc. Alguns chegam mesmo a falar em música, a qual pode até ser agradável. Essa experiência musical, entretanto, representa apenas uma minoria dos casos.

4. Esses ruídos são acompanhados pelo *movimento* através do túnel escuro ou corredor (o vale da morte). Quando é contrastado com a experiência do nascimento, isso se assemelha à passagem pela vagina maternal.

5. O espírito separa-se do corpo. Na maioria dos episódios relatados, a pessoa assim dividida, vê seu próprio corpo como uma coisa objetiva, pela qual usualmente ela de repente deixa de ter qualquer interesse. Em comparação com a experiência do nascimento, isso se parece com o momento em que o bebê já abandonou toda a ligação física com a sua mãe.

6. Algumas pessoas, nesse estágio, *vêem somente o seu meio ambiente físico*, onde agora jaz o corpo morto. Elas podem ver aqueles que acorrem em socorro do morto, e compreendem o que eles dizem uns aos outros. Todavia, não são capazes de se comunicar com os vivos. Por outro lado, há aqueles que entram imediatamente em um meio ambiente não físico, onde há características paradisíacas ou infernais.

7. No caso daqueles que, pelo menos durante um certo tempo, permanecem nesse meio ambiente físico, *segue-se um período de ajustamento*. Esses descobrem que agora possuem um outro corpo, sólido ao seu próprio tato, mas que pode atravessar a matéria, como se esta não existisse.

8. *Aparece a comissão de recepção*: amigos e parentes chegam a fim de ajudarem o moribundo a fazer a transição. A vida triunfa sobre a morte.

9. Aparece então o *Ser luminoso*, o qual submete a pessoa ao seu julgamento de revisão e orientação. Da pessoa é extraída a essência da sua vida terrena. Trata-se de um processo de reeducação, evidentemente necessário como uma orientação para que a pessoa passe a viver em uma nova esfera da existência.

10. Se, porventura, a pessoa tiver de retornar à vida terrena, então *ela faz meia volta* a partir de uma espécie de barreira ou fronteira, que a separa do mundo do além. Normalmente, as pessoas que chegam naquele limite relutam em regressar a este

mundo, porquanto chegaram a desfrutar de um novo estado de alegria, amor e paz, que não conhece paralelo nesta existência física. Não querem retornar à favela que é a vida neste mundo.

11. *Por causa de algum propósito*, a pessoa regressa à vida terrena. E então, encontra dificuldade para relatar sua experiência, porquanto grande porção da mesma está acima do seu conhecimento e do seu credo.

12. *Muitas das atitudes dessa pessoa mudam para melhor.* Ela agora reconhece que o significado da vida é o amor. Qualquer temor da morte terá desaparecido. O seu interesse passou a ser adquirir conhecimento, que lhe capacite a viver melhor, que lhe capacite a compreender melhor os mistérios da vida.

Deveríamos atentar para o fato de que esses são os elementos mais comuns envolvidos no morrer e no retornar à vida, embora nem todos eles sejam encontrados em todos os episódios. Também dever-se-ia notar que esses elementos, aqui enumerados, são baseados em relatos daqueles cujas experiências com a morte não perduraram por nenhum extenso período de tempo. Se pudéssemos trazer de volta uma pessoa que tivesse estado separada do corpo por alguns meses, provavelmente poderíamos adicionar mais itens do que aqueles que figuram acima, e isso talvez modificasse as nossas idéias a respeito de outras implicações, por igual modo. No tocante a informações que digam respeito à jornada da alma pelas dimensões espirituais, continuamos tendo de depender dos conceitos teológicos e filosóficos, das visões dos profetas e das declarações dos sábios. Entretanto, a ciência, por intermédio dessas experiências, conforme se tem descrito neste artigo, é capaz de levar-nos até o limiar da morte, e *um pouquinho* mais além. Através daquilo que temos podido aprender, não tememos afirmar: ali imperam o amor, a vida e a alegria.

13. Há algumas *viagens ao hades*. Antes de tudo, deveríamos observar que as experiências negativas, que incorporam os terrores de existências espirituais miseráveis, algumas vezes aproximam-se das horrendas descrições encontradas em alguns trechos do Novo Testamento (tomadas por empréstimo dos livros pseudepígrafos do Antigo Testamento), são em número bem menor do que as experiências positivas. A revisão da vida, feita pelo Ser Luminoso, é uma orientação, e não um julgamento. Isso acontece porque a alma não enfrenta o seu juízo final quando ocorre a morte física. Isso ocorrerá somente depois do *milênio* (que vede).

14. Acima, dissemos que essas experiências podem ser tanto paradisíacas quanto infernais. Quando algo acontece que ultrapassa o meio ambiente físico, *usualmente* transmite esperança, amor e harmonia, e não angústia. Compreendo que a graça de Deus é maior do que certos segmentos do cristianismo têm suposto; e algumas passagens do Novo Testamento demonstram isso, visto que Cristo desceu ao hades, a fim de anunciar o evangelho até mesmo ali (I Ped. 3:18 — 4:6). Ver o artigo sobre a *Descida de Cristo ao Hades*. O trecho de I Ped. 4:6 mostra-nos que a graça de Deus continua atuando entre os perdidos, mesmo após a morte biológica, e as experiências perto da morte demonstram esse fato.

15. Algumas dessas experiências têm demonstrado que existem missionários em lugares como o hades; e ali há esperança, procurando fazer dissipar o desespero. O fato da descida de Cristo ao hades demonstra esse princípio.

••• ••• •••

IV. Explicações Alternativas

Se essas experiências não são o que venho dando a entender que são (isto é, experiências autênticas com a morte, com subseqüente retorno à vida física), então o que elas são?

1. Alucinações (paralelamente a sonhos e ilusões)

Se uma pessoa porventura estivesse obcecada pela idéia da sobrevivência da alma, ou, simplesmente, estivesse muito interessada pelo fato, então, por ocasião da aproximação da morte, não poderia ela provocar em si mesma alucinações, sonhos ou fantasias? E aquelas formas de experiências de que falamos neste artigo, não seriam assim produzidas? Se assim fosse, seriam alucinações puramente psicológicas. Ainda outras alucinações poderiam ser causadas pelo uso de drogas tóxicas, pela privação de oxigênio, pela febre alta ou pela isolação, pois há pesquisas que mostram que todos esses fatores podem produzir alucinações.

ARGUMENTOS CONTRA TAIS SUPOSIÇÕES

1. Muitos desses casos envolvem pessoas que nem ao menos estavam febris e nem estavam drogadas.

2. Quase todos esses relatos envolvem pessoas que não estavam dormindo quando receberam as suas visões; ao contrário, estavam perfeitamente despertas.

3. Um número bastante razoável de casos elimina a possibilidade de ter havido privação de oxigênio ao cérebro, além do que não houve sinais posteriores de dano cerebral, como seria de esperar no caso de privações de oxigênio.

4. Essas experiências são extraordinariamente parecidas entre si, embora a nossa cultura ou as nossas doutrinas religiosas (quanto a muitos detalhes) não nos tenham preparado para anteciparmos a morte conforme ficou descrito acima. Parece-nos que as alucinações deveriam seguir os padrões gerais das crenças, ou mesmo padrões específicos, de acordo com essas crenças.

5. As pessoas que têm passado por essas experiências têm-nas distinguido, mui positivamente, de meros sonhos e alucinações. Tais fenômenos envolvem uma realidade que os torna diferentes das simples alucinações.

6. Ao que se saiba, as alucinações não transformam moral e espiritualmente as pessoas. Mas essas experiências são transformadoras.

7. Essas experiências são notavelmente semelhantes àquelas que envolvem a projeção da psique, as quais sob hipótese alguma dizem respeito aos indivíduos à beira da morte. Os argumentos em prol da validade da projeção da psique, assim sendo, também são aplicáveis a essas experiências. — No artigo separado sobre a *Projeção da Psique*, alistei dezesseis razões pelas quais essas experiências são diferenciadas dos sonhos e das alucinações. A maioria desses argumentos também pode ser aplicada à questão do retorno à vida física depois da morte biológica, e isso distingue essa questão dos sonhos e alucinações.

8. As verdadeiras alucinações dos moribundos, devidas a estados febris ou à intoxicação por meio de drogas, usualmente envolvem outras pessoas, vivas, e geralmente incluem imagens mentais de caráter religioso, sempre em consonância com as crenças desses moribundos. Em contraste com isso, os pacientes que retornam após a morte clínica vêem quase exclusivamente visitantes *já falecidos*, experimentando fenômenos que os seus credos jamais tinham antecipado. O fato de que essas ocorrências não antecipadas sejam experimentadas por tão

grande número de pessoas — o que comprova que existe um fundo comum de incidentes, que afeta pessoas representantes de muitas perspectivas religiosas e filosóficas, ou que não coincide com qualquer ponto de vista advogado pelos vivos, indica que não deveríamos pensar aqui em alucinações. Poderíamos até mesmo dizer que as alucinações podem ser responsáveis por alguns desses relatos; mas elas não podem explicar o grande acúmulo de informações que há a respeito desses fenômenos reais.

9. Se uma pessoa pudesse produzir uma experiência que lhe assegurasse a sobrevivência da alma, através de alguma simples ginástica psicológica (função do cumprimento da vontade) dificilmente seria provável que as suas alucinações pudessem produzir tal efeito sobre outra pessoa também. Cada indivíduo teria o seu próprio tipo de alucinação,—em consonância com suas próprias crenças. Todavia, a similaridade que há entre essas experiências é um fator que milita contra aquela explicação que fala em alguma alucinação. Seja de que modo for, poder-se-ia duvidar, e com toda a razão, que qualquer número mais apreciável de pessoas, mediante a simples determinação da vontade, por quererem cumpri-la, pudesse produzir tão elaboradas alucinações. Não obstante, o número desses casos é reconhecidamente elevado.

10. As genuínas alucinações à beira do leito de morte, parecem envolver o que é grotesco, esquisito e patológico, como visões de monstros, cenas aterrorizantes, etc., e isso de muitas formas variegadas. Tais fenômenos simplesmente não pertencem à mesma categoria daqueles casos que foram expostos neste artigo.

2. A teoria das drogas

Alguns afirmam que essas experiências seriam tão-somente subprodutos de drogas terapêuticas, administradas aos enfermos. Ora, é fato sobejamente conhecido que certas drogas podem produzir alucinações. Também não se desconhece que determinadas drogas, como o LSD, e até mesmo certas drogas utilizadas pela profissão médica (como a cilcohexanone, um anestésico de aplicação intravenosa) podem produzir experiências parecidas com aquelas que algumas pessoas têm tido à hora da morte (projeções da psique). Devido a esses fatos, poderíamos dizer que *algumas* das experiências descritas neste artigo poderiam ter essa causa. O fato, porém, é que essas experiências são comuns mesmo quando não houve administração de qualquer droga. Consideremos, além disso, que determinadas drogas realmente têm a capacidade de provocar autênticas projeções astrais, as quais jamais são meras alucinações. Algumas experiências induzidas por drogas, por conseguinte, poderiam ser genuínas projeções da psique, ao passo que outras poderiam ser meras alucinações. Acrescentemos a isso que, a despeito de algumas experiências provocadas por drogas compartilharem de elementos comuns às experiências de retorno após a morte clínica ou à projeção da psique, elas também envolvem muitos elementos atípicos àquelas primeiras. Finalmente, as alucinações produzidas por meio de drogas produzem uma grande variedade de experiências às quais faltam aquele elemento de similaridade, conforme se vê nas narrativas sobre o retorno após a morte clínica. Portanto, apesar de que essas duas categorias de experiências possam ter certos pontos particulares em comum, de tal maneira que nem sempre é possível fazer-se a distinção entre uma coisa e outra, via de regra devemos estar certos de que estão em pauta dois tipos distintos de experiência.

3. A teoria das secreções cerebrais

O homem é um animal admirável. Destarte, ao avizinhar-se o momento da morte, ele pensa que não é *justo* que uma *maravilha como ele* venha a morrer. Assim, através de um longo processo evolutivo, o seu cérebro teria adquirido a capacidade de secretar alguma droga alucinogênica, que lhe confira a idéia de que poderá sobreviver à morte física. Infelizmente, porém, tudo não passaria de um truque cerebral! E, visto que todos os homens são produtos de uma mesma evolução, e que a química envolvida sem dúvida é essencialmente idêntica em todos os homens, por isso mesmo as experiências à beira do leito de morte são praticamente idênticas, no caso de todos os indivíduos. O grande problema que acossa essa teoria é que é uma mera invenção imaginária. Não conta com evidências científicas em seu apoio. Enquanto não houver provas que lhe dêem apoio, nem ao menos precisamos levar a sério essa teoria.

4. Falta de oxigênio

Poder-se-ia julgar que, em muitos casos, ao começaram a falhar as funções orgânicas, o cérebro seja privado de oxigênio. Por essa razão, alguns pensam que as alucinações recebidas no leito de morte não passam de tentativas do cérebro para fazer interromper o processo e que a escassez de oxigênio seja o gatilho do *último suspiro* do cérebro. Apesar de que poderíamos admitir que alguns de tais episódios poderiam ser causados dessa maneira, muitos deles não envolvem qualquer tensão psicológica dessa natureza, pois ocorrem sem nenhuma ligação com os últimos instantes dos pacientes. Em certos casos relatados, não está envolvida qualquer injúria física. Até mesmo algum susto muito grande tem podido produzir essas experiências, ou seja, um susto assim pode levar o indivíduo a pensar que ele não tem qualquer chance de sobrevivência, como pode acontecer por ocasião de acidentes súbitos. Adicione-se a isso que o fenômeno às vezes ocorre vinte e quatro horas antes do falecimento do paciente, e não nos seus últimos instantes de vida, o que significa que não há qualquer ligação com a privação de oxigênio ao cérebro. Apesar de que a falta de oxigênio pode causar alucinações, essas alucinações podem ser facilmente distinguidas da experiência do retorno após a morte clínica, por ser algo de gênero muito diferente.

5. Causas neurológicas

Defeitos e doenças do sistema nervoso podem provocar alguns fenômenos similares aos da experiência do retorno após a morte clínica. Não obstante, nenhum caso sobre o qual eu tenha lido reproduz realmente uma dessas experiências de retorno. Antes, figuram apenas alguns aspectos do processo; e isso, por si mesmo, mostra-nos que não estamos tratando com o mesmo fenômeno. O Dr. Moody descreve um caso, por ele descoberto, em uma enfermaria de pacientes que sofriam de distúrbios neurológicos, no qual o paciente, ao sofrer ataques, recebia lampejos de acontecimentos ocorridos — em sua vida anterior. Essas revisões, contudo, não pareciam servir a qualquer propósito, não seguiam qualquer ordem específica de acontecimentos, e certamente não encerravam qualquer lição moral ou espiritual a ser aprendida. Também não houve qualquer *revisão da vida*, com uma seleção de ocorrências tendentes a projetar a essência da vida vivida. Tudo resumiu-se a uma série de imagens visuais, de eventos passados, ao acaso, dispersos, miscelâneos. O próprio paciente saiientou a natureza «trivial» dessas imagens. Por outra parte, a revisão que tem lugar na presença do Ser luminoso é proposital, e nada tem de trivial. Essa

revisão tem uma finalidade essencialmente educativa. Mas as revisões de fundo neurológico resultam de condições patológicas, e não têm quaisquer propósitos espirituais. A revisão por ocasião da morte clínica serve a finalidades espirituais, do princípio ao fim, e os seus efeitos sobre o indivíduo (quando ele retorna ao corpo físico) são permanentes.

6. Causas psicológicas

Pudemos ventilar, sob o ponto «1», o problema das alucinações. Tivemos ocasião de propor que certa variedade de alucinações pode ser causada por motivos puramente psicológicos. As visões à beira do leito de morte poderiam ser causadas pela função psicológica do cumprimento da vontade. Neste ponto também expomos certo número de razões pelas quais essas experiências não pertencem à mesma categoria das experiências do retorno após a morte clínica, e também mostramos por qual motivo as alucinações, sem importar a sua causa exata, não podem ser consideradas idênticas a esses tipos de experiências discutidas neste artigo.

7. Fraude proposital

Porventura as pessoas que têm narrado essas histórias estariam mentindo? Apesar de que algumas pessoas sem escrúpulos (a despeito de um encontro solene com a morte) possam contar depois alguma história fabulosa, com o propósito de serem glorificadas, é impossível pensarmos que um número tão grande de indivíduos se envolvesse em tal embuste, e que as centenas de casos que atualmente estão sendo registrados, por diversos pesquisadores, estejam todos alicerçados em alguma piada gigantesca. Além disso, é impossível que tais crônicas pudessem ser tão similares entre si, se todas fossem apenas invenções. Como é que tantas pessoas poderiam contar essencialmente a mesma mentira, se não houvesse alguma espécie de conspiração internacional e muito bem elaborada? Essa teoria, pois, fenece debaixo do seu próprio peso.

8. Experiências de isolamento

Estranhas coisas começam a acontecer quando uma pessoa é isolada de todo contato com seus semelhantes. Alguns isolam-se por motivos religiosos. Esses reclusos por razões religiosas algumas vezes afirmam receber visões e visitações, um tanto paralelas à experiência do retorno após a morte clínica. Algumas dessas pessoas põem em prática uma excepcional austeridade, e isso parece ser um dos fatores que produzem experiências da variedade mística. Mesmo quando o isolamento não se deve a qualquer finalidade religiosa, como no caso de marinheiros náufragos, exploradores de regiões remotas, etc., algumas vezes ocorrem coisas engraçadas. Há alucinações que envolvem salvamentos, fantasmas e espíritos. Há distorções no conceito do espaço e do tempo. Quando lemos a respeito de tais experiências, portanto, apesar de encontrarmos *alguns* fatores similares, não vemos a reprodução real dos elementos do retorno à vida após a morte clínica. É significativo, entretanto, que a experiência de isolamento possa revestir-se de algum valor moral e espiritual. Isso não nos deveria surpreender. Qualquer condição que envolva grande tensão, que pareça ameaçar o indivíduo, pode levá-lo a avaliar-se com grande seriedade, do que pode resultar uma modificação na maneira de pensar e de comportar-se. Isso sucede mesmo quando não há qualquer ameaça direta à vida da pessoa.

Li recentemente o caso da projeção da psique de um homem que ficou preso sob um edifício que ruiu. Ele ficou preso entre os destroços, e lhe era impossível escapar. Apesar de não ter sofrido qualquer ferimento, percebeu que talvez a ajuda não chegasse a tempo para salvá-lo da morte pela fome ou pela exposição às intempéries. Sob tal ameaça, o seu espírito projetou-se para fora de sua prisão. O que deduzimos de um episódio assim é que houve apenas uma *projeção forçada*. O poder por detrás do fenômeno foi de ordem psicológica, e não física. Por que haveríamos de negar que uma pura força psicológica possa produzir uma genuína experiência de projeção astral? É perfeitamente possível, pois, que certas forças psicológicas, produzidas pelo isolamento agudo, possam provocar algumas genuínas experiências espirituais (um tanto semelhantes à experiência da morte). Isso poderia, igualmente, produzir meras alucinações. Todavia, é impossível estabelecermos fronteiras bem definidas entre tais formas de experiências. É algo fatal para a pesquisa séria — pensar que todos os fenômenos estudados tenham de ser de um mesmo tipo.

Os pacientes que ficam reclusos em quartos de hospital, quer estejam enfrentando a possibilidade de morte iminente ou não, quando ficam essencialmente imóveis e isolados, na verdade passam por alucinações ou por genuínas experiências espirituais. Eles vêem imagens visuais. Com freqüência, essas visões são imagens triviais, produzidas neurologicamente. Mas, em outras oportunidades, parece estar envolvida alguma forma de lição, que o paciente precisa aprender.

Os místicos têm insistido sobre o valor do isolamento com vistas à iluminação espiritual. Não devemos desprezar essa possibilidade, pois talvez seja isso exatamente o que sucede em muitos casos. Consideremos o isolamento e o jejum de Jesus (ver *Mateus* 4:11) que produziram uma notável vitória espiritual. Isso pareceu ser uma espécie de preparação para o seu ministério público. Apesar de admitirmos que meras alucinações poderiam resultar dessa prática, também deveríamos estar preparados para confessar que podem ser obtidos assim os resultados os mais variegados, alguns deles espiritualmente significativos.

9. Isolamento proposital, efetuado em laboratório

Têm sido desenvolvidas algumas técnicas por meio das quais as pessoas podem ser sujeitadas a agudas privações dos sentidos. Na Universidade McGill, por exemplo, alguns pacientes foram confinados em pequenas saletas, onde não podia penetrar qualquer ruído, e onde se via apenas uma luz extremamente difusa. Foram preparados cubículos similares em Princeton, porém sem que ali penetrasse qualquer luz. Nas Universidades de Oklahoma e Utah, alguns pacientes foram imersos em escuros tanques de água. Nada podiam enxergar, e o seu sentido do tato ficou severamente prejudicado. A princípio, o isolamento leva o indivíduo à sonolência e à multiplicação dos sonhos. Entretanto, quando a sonolência e os sonhos não mais podem satisfazer à mente, esta recorre às alucinações. (Informação, *Super Nature*, Lyall Watson, p: 212).

Estamos informados, através de pesquisas, que um isolamento total pode produzir alucinações francas, inteiramente reais e tridimensionais, em um prazo tão curto como vinte e quatro horas depois do início do confinamento, em muitos dos casos. Uma vez mais, porém, apesar dessas alucinações serem tão reais quanto a vida normal (no que concerne aos próprios pacientes) elas não parecem envolver qualquer propósito, ensinar qualquer lição, e nem operam qualquer modificação posterior na conduta do

indivíduo. De fato, essas alucinações com freqüência são povoadas de terrores. Aparecem monstros perfeitamente reais para os participantes. Ao tornar-se prisioneira, aparentemente a mente inventa o seu próprio mundo. Se o indivíduo já se encontra em estado de ansiedade, então, devido à tensão adicional criada pelo isolamento, a mente pode reagir a esse estado, produzindo alucinações que envolvem desconforto ou terror. Todos nós já passamos por sonhos excepcionalmente reais, onde figuram cenas de extraordinária beleza e significação patente. Suponho que temos de admitir que a *mente* foi quem produziu tais resultados. Se isso está em harmonia com a realidade dos fatos, então não é motivo de admiração que a mente possa produzir cenas impressionantes sob certas circunstâncias tensas, estando a pessoa plenamente desperta. Ordinariamente, seríamos tentados a denominar tais acontecimentos de meras alucinações ou sonhos acordados. Apesar desses fenômenos representarem uma interessante área de pesquisas, não são suficientemente similares ao retorno após a morte clínica a ponto de sermos forçados a supor que estamos tratando com esse mesmo fenômeno.

10. Causas sobrenaturais

Alguns têm chegado à conclusão de que os demônios é que dão às pessoas essas experiências, por meio de visões ilusórias, sendo que elas não fariam parte genuína do processo da morte humana. Todavia, as pessoas que têm sugerido essa explicação são aquelas que não acreditam na existência da alma e em sua sobrevivência diante da morte biológica, em razão do que rejeitam, *a priori*, qualquer explicação natural para esses fenômenos. Ou então, visto que esses fenômenos não correspondem aos seus estreitíssimos dogmas, não podem aceitá-los como válidos; e disso resulta a explicação que oferecem para o fenômeno: «Quem fez isso foi o diabo!» Poderíamos rejeitar tal explicação, com toda a segurança, como uma tentativa de evitar a realidade. Acrescente-se a isso o fato de que o diabo jamais se atarefou na obra de melhorar os seres humanos; mas essas experiências à beira do leito de morte fazem precisamente isso.

Avaliação e sumário

1. A experiência do retorno após a morte clínica não é nenhum fenômeno isolado, relatado apenas por algumas poucas pessoas. É comum ela ser noticiada como porção integral da experiência humana. Parece ser interminável o suprimento de relatos sobre tais experiências, tal como não têm fim as próprias experiências da morte física. O Dr. Moody assevera que, quase inevitavelmente, em resultado de alguma conferência por ele apresentada a respeito do tema, um ou mais dos presentes narra alguma experiência semelhante. O mais significativo de tudo é que nesses relatos espontâneos sempre figuram esses mesmos elementos tão familiares, a despeito do fato de que seus narradores não tenham tido qualquer conhecimento prévio de que outros indivíduos já haviam passado por coisas idênticas, e que vários livros estão sendo escritos sobre o tema, na atualidade.

2. Reveste-se de bem pouco peso aquela objeção que diz: «Se tudo é verdade, por qual razão essa experiência não é mais amplamente conhecida e noticiada?» A literatura, antiga ou moderna, não infreqüentemente relata alguma experiência paralela às descrições oferecidas neste artigo. É extremamente comum que as conversas entre as pessoas girem sobre o tema. Não obstante, muitos daqueles que já passaram por tais experiências, não falam a respeito ou por temerem cair no ridículo ou por considerarem-nas por demais sagradas para serem tornadas públicas. Esses fatores, pois, reduzem o número de relatos, mas mesmo assim o seu número é impressionante.

O Dr. Moody relata um divertido incidente, no qual um médico, evidentemente cético quanto a essas realidades, tendo acabado de assistir a uma das preleções de Moody, observou que já vinha praticando a profissão médica há muitos anos, mas que nunca encontrara uma pessoa que tivesse tido tais experiências. Então Moody indagou do auditório se algum dos presentes conhecia algum caso dessa natureza. A própria esposa *do médico* levantou a mão e relatou um típico retorno após a morte clínica, que uma amiga íntima havia experimentado. Por igual modo, um outro médico, conhecido do Dr. Moody, tomou consciência dessas experiências, pela primeira vez, mediante a leitura de um artigo de jornal acerca de um discurso feito pelo Dr. Moody. No dia seguinte, de maneira totalmente espontânea, um de seus pacientes contou-lhe um episódio muito semelhante à experiência pessoal que fora noticiada pelo jornal. Esse paciente segredou a questão ao médico somente por ter ficado alarmado e por desejar receber uma opinião de seu médico a respeito.

3. Quando não são mentiras disfarçadas, é natural que alguns (ou mesmo muitos) desses relatos recebam alguns acréscimos elaborados. Sem embargo, a constante semelhança entre os relatos mostra-nos que isso em nada diminui a realidade essencial desses eventos. Essa semelhança permeia os relatos contados imediatamente depois das respectivas experiências, bem como as histórias que envolvem a passagem de um certo número de anos. Mas também ocorre o contrário da elaboração, a saber, a supressão de informações. O Dr. Moody está com a razão ao dizer que suspeita que muitas pessoas não lhe contam tudo quanto tem acontecido nessas experiências, quiçá por temor ao ridículo, ou simplesmente por não quererem passar por mentirosos. Certos indivíduos têm sido fortemente afetados, emocionalmente falando, pelas suas experiências fora do corpo, pelo que também não têm podido ajustar-se adequadamente a elas. Tais indivíduos, pois, suprimem memórias.

4. As evidências demonstram que se as crenças religiosas são capazes de emprestar um certo colorido a essas experiências, mormente no que diz respeito à suposta identidade do Ser luminoso, por outro lado não afetam a sua semelhança essencial. Na verdade, com freqüência essas experiências contradizem o que o indivíduo religioso esperava passar por ocasião da morte, — em vez de confirmar as suas crenças. Deveríamos salientar, entretanto, que a condição espiritual básica de um indivíduo, isto é, a sua qualidade espiritual genuína, afeta a sua experiência, dentro daquilo que ocorre durante a «revisão», sem importar se envolve ou não um elemento paradisíaco ou infernal.

5. Apesar de que as diversas explicações alternativas que temos ventilado sem dúvida explicam alguns dos relatos que podem ser lidos ou ouvidos, nenhuma delas, e nem todas elas coletivamente, podem justificar esse fenômeno. É um fenômeno *sui generis*, não devendo ser confundido com outros fenômenos, que meramente contenham elementos similares.

6. A despeito do fato de que este artigo foi escrito para sugerir razões *científicas* para a crença na existência da alma e em sua sobrevivência diante da morte biológica, seria um absurdo, ao nos defrontarmos com várias explicações alternativas, se não levássemos a sério o testemunho da filosofia e da

religião. Se eu indagar de mim mesmo: «A sobrevivência da alma é apenas uma alucinação confortadora de último minuto ou ela é uma realidade? As evidências apontam para qual dessas alternativas?» Então terei de considerar também outras disciplinas (além daquilo que é estritamente científico) a fim de ver o que essas outras disciplinas nos sugerem. A fé religiosa presta todo o seu peso em favor da genuína sobrevivência da alma à morte física. Não nos deveríamos olvidar desse fato, ao escolhermos entre as explicações alternativas. Apesar de que isso talvez não seja o único fator a ser levado em conta, quando temos de tomar uma decisão a respeito, trata-se de um fator que não podemos ignorar. Este artigo defende a idéia de que só existe *uma verdade*, afinal de contas, e que a ciência e a religião, apesar de encararem a verdade de acordo com duas perspectivas diversas, em última análise elas não se contradizem mutuamente.

Que poderia haver de mais importante para a ciência (que se professa interessada pelo bem-estar do ser humano) do que conseguir uma prova positiva de que o homem é mais do que o seu corpo físico, e de que o seu ser essencial sobrevive à morte biológica? Essa seria a mais notável descoberta científica de todos os tempos, e revolucionaria todos os aspectos do conhecimento científico. Não só isso, mas também reuniria todos eles em um único bloco, conferindo-lhes um importantíssimo terreno comum sobre o qual poderiam firmar-se. Sociólogos, psicólogos, estudantes e pesquisadores armar-se-iam de um novo ponto de vista acerca do homem e suas necessidades, se a sobrevivência da alma viesse a tornar-se um fato cientificamente demonstrado. O bem-estar do «homem total» tornar-se-ia importante, do dia para a noite, para todas as variedades de cientistas, bem como para toda e qualquer pessoa. É mesmo possível que a preocupação pelo aspecto espiritual do homem viesse a substituir o exagerado interesse pelo que é material; e assim, a nossa sociedade em pouquíssimo prazo viria a tornar-se mais humana. Talvez chegassem ao fim as guerras motivadas pela cobiça e pelo orgulho. Talvez a violência, alicerçada sobre a busca pelo que é material viesse a ceder lugar à atitude que cede diante do próximo e compartilha com ele, ajudando-o como um verdadeiro irmão. Isso poderia resultar em soluções genuínas para os problemas de ordem material.

V. Implicações Teológicas

1. A alma humana verdadeiramente existe e sobrevive ante a morte biológica.

2. Viver e morrer são questões espirituais sérias, e não questões dependentes do mero acaso ou do caos.

3. A morte é acompanhada por uma avaliação espiritual. Nessa avaliação está envolvido um elevado poder espiritual, o Ser Luminoso.

4. As grandes colunas mestras da espiritualidade são o amor e o conhecimento, e somos responsabilizados, na avaliação de nossa vida, pelo que tivermos feito a esse respeito.

5. A *revisão da vida*, diante do Ser Luminoso, revela a essência daquilo que cada um fez com sua própria vida. Todavia, isso ainda não é o julgamento final, mas antes, é uma orientação, que capacita a alma a prosseguir.

6. A morte biológica não assinala o fim da oportunidade. A atividade missionária prossegue até mesmo nas esferas infernais da existência, conforme já diziam os pais alexandrinos da Igreja.

7. A experiência da morte física demonstra claramente que Deus ama à alma humana, o que nos encoraja a pensar que o julgamento final será remedial, e não apenas retributivo. Ver os artigos separados sobre *Julgamento* e *Restauração*.

8. A morte física pode levar a alma a muitos estados espirituais, tanto negativos quanto positivos, tanto celestiais quanto relacionados ao hades. A graça de Deus é suficientemente grande para reverter qualquer estado imposto por ocasião da morte.

9. Há textos de prova no tocante a todos esses pontos, nas páginas do Novo Testamento. Quanto a uma descrição mais detalhada sobre essa experiência, ver o livro de Raymond Moody, **A Vida Depois da Vida**, um livro pioneiro neste campo.

Bibliografia. EC MOO OSI RIN SA.

EXPIAÇÃO

Ver também *Expiação pelo Sangue* e *Expiação pelo Sangue de Cristo*.

Esboço

I. Observações Preliminares
II. Principais Teorias
III. Explicações Suplementares
IV. Expiação ou Propiciação?
V. Paz da Expiação
VI. Referências e Idéias
VII. Expiação pelo Sangue
VIII. Extensão da Expiação: Efeitos Universais

I. Observações Preliminares

1. Ele produz nossa reconciliação (ver o artigo sobre *Reconciliação*).

2. Cristo é nossa Páscoa e nosso Cordeiro (ver I Cor. 5:7 e João 1:29).

3. Jesus antecipou o valor da expiação em sua reconciliação (ver Mateus 20:28), pelo que esse fato não foi uma invenção da igreja.

4. Ela tem efeitos universais (ver notas completas em João 14:6 no NTI) e produz total unidade em torno de Cristo. Ver o artigo sobre *Restauração*.

II. Principais Teorias

1. A teoria do martírio. Existem aqueles que negam abertamente que exista qualquer valor na morte de Cristo, exceto o de ter sido ele mártir de uma boa causa. De conformidade com essa teoria, a morte de Jesus não tem valor algum para apagar o pecado, e realmente nem tem conexão com essa questão, exceto como demonstração da iniqüidade dos homens, que matam os inocentes por sua pura malignidade. Não obstante, ainda segundo os que assim pensam, a morte de Cristo pode exercer alguma influência moral, isto é, estabelece um excelente exemplo de dedicação a uma boa causa. Jesus foi um dos maiores mártires da história, e de sua vida podemos obter alguns exemplos, e um modelo extraordinário de dedicação a uma boa causa. Desnecessário é dizer que embora muitos aceitem essa idéia e julguem-na de valor, ela fica muito aquém do pensamento expresso no N.T.

2. A teoria da influência moral. Fausto Socino (1539-1604) foi um dos maiores exponentes dessa idéia. A expiação, de acordo com essa teoria, não visa apresentar uma reparação diretamente a Deus, como se fosse alguma morte em sacrifício capaz de remover o pecado, mas antes, foi algo dirigido para os homens. Cumpre um determinado propósito no homem, em que se observa a dedicação de Cristo à sua missão, o que serve para influir sobre a natureza moral dos homens.

— É claro que todos os episódios da vida de Cristo, todos os grandes fatos de sua vinda a este

mundo, como a sua encarnação, a sua vida poderosa, a sua morte e a sua ressurreição são encarados sob esse mesmo prisma. Tudo visaria servir de influência moral. É interessante que a passagem de II Cor. 5:15 assevera algo similar a essa teoria, pois ali lemos: «E ele morreu por todos, para que os que vivem não vivam mais para si mesmos, mas para aquele que por ele morreu e ressuscitou». Cristo estabeleceu um elevadíssimo exemplo de amor que vai ao sacrifício, e isso sem dúvida exerce poderoso efeito moral sobre os homens, quando estes se tornam seus seguidores sérios. Naturalmente essa teoria expressa um aspecto da verdade, e tem o seu devido valor, mas não contribui em coisa alguma para dar solução ao problema do pecado, ainda que possa afetar a vida moral. Os defensores dessa teoria, como os unitários, os socínios e várias modalidades de liberais, usualmente não se preocupam por demonstrar que essa teoria tem bases bíblicas, porquanto, para eles, nenhuma verdade precisa ser confirmada, em preto e branco, nas páginas das Escrituras, e nem o que é assim confirmado é para eles necessariamente a verdade.

3. A teoria da **identificação**. De acordo com essa posição, Cristo identificou-se de tal modo com os homens que estes são aceitos totalmente por Deus em Cristo. A fraqueza dessa teoria reside no fato de que pode ignorar a necessidade de expiação pelo pecado. De conformidade com essa teoria pode haver «observância vicária da lei», bem como «sofrimento vicário pelo pecado», e ainda «recebimento vicário por parte de Deus». Existem alguns pontos verdadeiros nessa teoria (contanto que rejeitemos a observância vicária da lei, que não é uma idéia bíblica). A verdade, entretanto, é que a expiação realizada por Cristo é mais do que mera identificação. E o pior é que em suas formas extremas, esta terceira teoria nada exige dos homens, nem mesmo o arrependimento, porquanto isso também lhes teria sido dado em Cristo, o qual é perfeito, pelo que também, em Cristo, todas as imperfeições dos homens seriam esquecidas. Trata-se apenas de um exagero da doutrina bíblica da verdadeira identificação do crente com Cristo. (No sexto capítulo da epístola aos Romanos é que há a verdadeira versão dessa doutrina bíblica).

4. A teoria **governamental**. Essa teoria assevera que, em sua morte, Cristo proveu um sofrimento vicário, mas que de forma alguma ele o fez a fim de levar sobre si mesmo o nosso castigo. Os exponentes dessa teoria apresentam a objeção de que a imputação do pecado humano a Cristo não pode ser uma realidade, ou que a justiça de Deus seja atribuída aos homens. E eles também acreditam que a teoria da expiação por «satisfação» (ver as notas expositivas abaixo) não é certa porque nenhum homem, de fato, é salvo, o que significa que nenhuma verdadeira satisfação foi apresentada. Pelo contrário, asseveram que o pecado do homem levou Deus a sofrer, e que esse sofrimento recaiu sobre Cristo, o que quer dizer que houve uma completa concordância entre Deus Pai e Deus Filho, na hora do sofrimento deste. Através dos sofrimentos de Cristo, pois, Deus manifestou o seu santo ódio contra o pecado. É por isso que os defensores dessa teoria dizem que os sofrimentos manifestam a compaixão divina, e não o julgamento contra o pecado. Porém, isso sob hipótese alguma, concorda com o trecho de Isa. 53:4-6,10, ainda que tal posição tenha algum valor, pois faz-nos dar atenção a certo aspecto da verdade. Essa teoria, de modo geral, por meio do conceito do amor de Deus, assevera que Deus não precisa ser «propiciado» pelo pecado, porquanto isso não é o que é exigido pelo seu ser. Naturalmente, essa idéia é contrária às Escrituras, conforme se pode ver em passagens como Rom. 3:25 e I João 2:2.

O nosso grande problema é resolver como o governo de Deus, que é santo, *pode operar* em face da terrível realidade do pecado, o que Deus não pode admitir como parte integrante de sua criação, isto é, do universo. Porém, de acordo com essa idéia, mediante o sofrimento juntamente com Cristo, Deus revelou o seu santo repúdio ao pecado, nesse sofrimento, mostrando que ele é justo ao perdoar o pecador. Assim a penitência seria criada no pecador, quando Deus sofre, na consciência do pecador, por qualquer pecado que este tenha cometido, pois o pecado é que levou Cristo a sofrer. De acordo com essa teoria, a penitência se torna o tema central, e quando o homem chega a essa atitude, por reconhecer o que o pecado fez contra Cristo, e o que continua fazendo no mundo, então Deus, em sua prerrogativa governamental, perdoa o pecado. Tudo gira, pois, em torno da compaixão e do amor de Deus, e não em torno da justa e indignada sentença contra o pecado, e de severo juízo contra o mesmo.

«Essa teoria propõe que Deus não julga o pecado sob base pessoal, ou como aquilo que ultraja à sua santidade, porquanto ele é amor, mas antes, que ele deve julgar o pecado sob a base de sua relação governamental para com os homens. Nenhuma penalidade é sofrida por algum substituto, e o pecador penitente é perdoado como um ato de compaixão divina». (Lewis S. Chafer, *Systematic Theology*, vol. III, pág. 145).

A debilidade principal dessa teoria é que não reconhece jamais a necessidade de ser imputada a justiça, o que faz parte dos benefícios decorrentes da expiação provida pela morte de Jesus Cristo. E também deixa de fora o conceito penal da expiação, que tão bem expressou Isaías: «Mas ele foi transpassado pelas nossas transgressões, e moído pelas nossas iniqüidades; o castigo que nos traz a paz estava sobre ele, e pelas suas pisaduras fomos sarados» (Isa. 53:5).

5. A expiação como **satisfação**. Ver o artigo separado sob esse título. Ver ponto **7.** sobre **substituição**, nome possivelmente alternativo. Em Cristo foram satisfeitas as justas exigências de Deus contra o pecado. No cristianismo existem duas posições principais, que sustentam pontos de vista um tanto diferentes sobre esse ensino:

a. Os que ensinam a *satisfação absoluta*. Segundo esses, Cristo, em sua morte, deu uma satisfação absoluta a Deus na questão do pecado. Ele levou o pecado do mundo inteiro, em seu próprio corpo, encravando-o na cruz (ver I Ped. 2:24). A morte que se seguiu foi uma expiação por esses pecados, de tal modo que uma «satisfação» foi prestada, perante Deus e acerca de sua atitude para com o pecado. Em Cristo, pois, todos os pecados são removidos da humanidade. A pena contra o pecado não mais existe, porquanto foi inteiramente sofrida por Cristo. Assim, pois, Cristo sofreu nossas tristezas, nossas dores, nosso castigo, nossa iniqüidade, nossa opressão, nossa aflição, nosso julgamento. Sua alma foi dada em oferta pelo pecado, e Deus viu seu trabalho de alma e ficou satisfeito. Ele levou nossas iniqüidades, e agora temos a sua justiça por imputação divina, não somente a judicial ou forense, mas também a real, por meio da santificação. (Ver Isa. 53:4-11).

Como variedade extrema desse ponto de vista da teoria da «satisfação», o *universalismo* é a conclusão. De acordo com o «universalismo», todos os homens devem ser eleitos, e a única diferença reside no ponto

do tempo em que virão a Cristo. Todos finalmente exercerão a fé necessária para receberem os benefícios de sua obra expiatória, ainda que, para muitos, isso só aconteceria após a morte física. Vários bons eruditos cristãos têm mantido que se pode receber a salvação depois da morte física, pensando que as fronteiras eternas não serão determinadas senão no dia do julgamento. Assim pensavam os pais alexandrinos da igreja, como Clemente, Orígenes, Justino Mártir, e, modernamente, Lutero e vários mestres anglicanos, apesar de que a grande maioria deles não aceita a chamada aplicação «universal» da graça divina. Alguns poucos universalistas de notas existem, entretanto, na tradição da igreja, como Orígenes, que foi o maior intelecto de sua geração.

Há uma modificação dessa teoria absoluta que pode ser vista nas Escrituras Sagradas, em trechos bíblicos como I Ped. 3:18-20 e 4:6, porquanto ali se aprende que através da morte de Cristo houve benefícios universais, ainda que tais benefícios, no caso dos incrédulos, não se assemelhem de forma alguma aos benefícios recebidos pelos eleitos. Não obstante, alguma modalidade de existência espiritual será provida para os perdidos, os quais, dessa maneira, poderão desfrutar de alguma forma de *existência útil*, que pode redundar em alguma glória para Deus, ainda que, antes disso poder tornar-se uma realidade, terão de pagar pelos seus pecados até o último centavo, dando assim uma satisfação pelo mal cometido, porquanto serão julgados de conformidade com homens na carne, ainda que vivam segundo Deus, no espírito. Assim é que nos ensina o trecho de I Ped. 4:6. (Ver também Efé. 1:23 e Col. 1:16). Essa é a luz mais brilhante da esperança, no que diz respeito a todos os homens que não são eleitos do Senhor, que se pode encontrar em todas as Escrituras, ainda que se trate de uma luz convenientemente ignorada por certas denominações da igreja, onde geralmente se impõem idéias exageradas sobre a ira divina e o tipo de punição que será conferido aos impenitentes.

b. Já a teoria da *satisfação moderada* faz tudo depender da fé. A maioria daqueles que se apegam a esse ponto de vista pensa que tal fé deve ser exercida durante a presente existência física, e que a morte do corpo põe ponto final a toda a oportunidade de salvação da alma. A maioria das igrejas evangélicas aferra-se a essa posição e amargamente, sem qualquer necessidade, se opõem a qualquer forma de teoria da satisfação «absoluta».

Não nos devemos esquecer, finalmente, daquela aplicação da morte de Cristo que atinge todo o *cosmos* ou criação, conforme podemos depreender da leitura do primeiro capítulo da epístola aos Efésios. Ver também os trechos de Heb. 9:23 e Col. 1:20. Quanto a explicações completas sobre os benefícios da cruz de Cristo, no plano de Deus, ver o artigo *Cruz, Teologia da*.

Há certo aspecto da teoria da «satisfação» que não deve ser negligenciado por nós, o qual focaliza o fato de que quando Cristo, sobre a cruz, supostamente foi «esquecido» por Deus, porquanto levava os pecados do mundo inteiro em seu próprio corpo, por causa do supremo valor de Jesus, era impossível que Deus o tivesse abandonado. Assim, pois, quando o Senhor Jesus perguntou ao Pai: «Deus meu, Deus meu, por que me desamparaste?» (Mat. 27:46), vendo o valor supremo de Cristo, o Pai realmente não o desamparou, mas antes, recebeu a Cristo e juntamente com ele, a humanidade em geral, naturalmente isso só tendo realmente acontecido com aqueles que haveriam de recebê-lo mediante a fé pessoal. E assim Cristo, em seu valor supremo, conquistou a aceitação de todos os homens pecaminosos. Essa idéia pode igualmente ser classificada como pertencente ao conceito «governamental», que foi discutido mais acima. Por conseguinte, em seu valor supremo, Cristo apresentou total satisfação pelo pecado, no que diz respeito ao julgamento de Deus; e todos os homens são potencialmente aceitos nele; mas ele também provocou de tal modo a compaixão e o amor de Deus que nenhum homem, contanto que esteja em Cristo, poderá jamais ser rejeitado.

Perspectiva histórica da doutrina da expiação. Abaixo damos um breve sumário do desenvolvimento das teorias fundamentais acerca da «expiação» pelo sangue de Cristo, e com base nas quais as idéias mais complexas vieram à existência:

6. A teoria do resgate. Foi ensinada por Irineu, Orígenes, Atanásio e Agostinho. Em sua forma mais crua, supunha que o «resgate» foi pago ao diabo, porquanto ele tinha, em seu poder, todas as almas dos homens. Em troca de todas essas almas, portanto, o diabo teria aceito a barganha da alma de Cristo. Porém, ao morrer Cristo na cruz, tendo salvado potencialmente todas as outras almas, descobriu-se, ainda segundo essa teoria, que a alma de Cristo não era da espécie que pudesse ficar retida, porquanto era poderosa demais para isso; e assim, o diabo, frustrado em seus desígnios, perdeu completamente a batalha. Assim sendo, a doutrina da expiação é uma guerra triunfante contra o mal.

Todavia, alguns daqueles que seguem esse ponto de vista, modificam-no um tanto, dizendo que na realidade o resgate foi pago a Deus, e não ao diabo, em uma espécie de satisfação pelo pecado. Por conseguinte, Cristo Jesus resgatou os homens pela sua morte. Esse ponto de vista modificado, naturalmente está de conformidade com certos ensinos das Escrituras, ainda que seja *parcial*. Contudo, dominou o pensamento teológico por cerca de mil anos. (Ver Mat. 20:28; I Tim. 2:6).

7. A teoria substitucionária ou vicária, de Anselmo. No livro desse teólogo da Idade Média, *Cur Deus Homo?* vê-se que ele acreditava que a morte de Cristo deve ser compreendida como uma «satisfação» ou «reparação» paga a Deus, pelos pecados da humanidade. Foi exigida a morte do próprio Filho de Deus porque o pecado humano importa em um abuso infinito contra a honra de Deus. No entanto, ainda segundo esse conceito, a «satisfação» dada pelo sangue de Cristo também se reveste de valor infinito, pelo que tudo voltou ao perfeito equilíbrio. Em Jesus, Deus se tornou homem, a fim de tornar possível esse pagamento, em sua morte vicária voluntária, sobre a cruz, porque, devido ao seu caráter infinito, constituiu uma «satisfação» superabundante pelo pecado humano. As idéias de Anselmo acompanham bem de perto as teorias da «satisfação» e da «substituição», ainda que haja algumas modificações em vários pontos, dependendo do intérprete. Ver ponto 5 e o artigo separado sobre **Satisfação**.

8. A teoria de Abelardo sobre a «expiação». De conformidade com os pontos de vista desse outro grande vulto da Idade Média, a contemplação da cruz impulsiona de tal modo o crente que ele reconhece ali o poder transformador do *amor de Deus* que vai ao próprio sacrifício, e assim é levado a arrepender-se de seus pecados, devotando-se a um discipulado sério e, dali por diante, a um amor que se dispõe também ao sacrifício. Dessa idéia básica é que se desenvolveram a teoria do *martírio*, a teoria da *influência moral* e a teoria *governamental*, esta última no que diz respeito

a certos de seus aspectos. Por conseguinte, os humanistas, os socínios, os unitários e vários grupos liberais estão vinculados a esse conceito básico sobre a *expiação* de Cristo.

É necessário observarmos que a maioria das modernas teorias ortodoxas sobre a «expiação», de origem católica ou protestante, se baseia no ponto de vista ansélmico, aqui enumerado em sétimo lugar, e isso de uma ou de outra maneira.

III. Explicações Suplementares

As notas que transcrevemos abaixo, extraídas dos comentários de Adam Clarke sobre o trecho de Rom. 4:25, expressam o pensamento evangélico típico, acerca da «expiação» pelo sangue de Cristo:

1. Com base em um exame perscrutador dos oráculos divinos, transparece o fato de que a morte de Cristo foi a expiação pelo pecado do mundo. Pois Deus o apresentou como propiciação pela fé, no seu sangue, porquanto lemos em Rom. 3:25, 'a quem Deus propôs, no seu sangue, como propiciação, mediante a fé'. E Rom. 5:6 ensina: 'Porque Cristo, quando nós ainda éramos fracos, morreu a seu tempo pelos ímpios'. E diz o versículo décimo desse mesmo capítulo: 'Porque se nós, quando inimigos, fomos reconciliados com Deus mediante a morte do seu Filho...' Ainda lemos em Efé. 1:7: 'no qual temos a redenção, pelo seu sangue, a remissão dos pecados'. Também em Efé. 5:2: 'Cristo vos amou, e se entregou a si mesmo por nós, como oferta e sacrifício a Deus em aroma suave'. E em Col. 1:14: 'no qual temos a redenção, a remissão dos pecados'. Em Col. 1:20,22: 'e que, havendo feito a paz pelo sangue da sua cruz'. Em I Tim. 2:6: 'O qual a si mesmo se deu em resgate por todos'. E igualmente em Tito 2:14: 'o qual a si mesmo se deu por nós, a fim de nos remir de toda iniqüidade'. E por igual modo Heb. 10:10: 'Nessa vontade é que temos sido santificados, mediante a oferta do corpo de Jesus Cristo, uma vez por todas'. E, finalmente, em Heb. 9:27: 'assim também Cristo, tendo-se oferecido uma vez para sempre, para tirar os pecados de muitos...' (Ver também Efé. 2:13,16; I Ped. 1:18,19 e Apo. 5:9). Porém, seria mister transcrever uma porção considerável do N.T., para que pudéssemos apresentar todos os textos que fazem referência a essa verdade tão importante e gloriosa.

2. Assim como a sua morte serviu de expiação por nossos pecados, assim também a sua ressurreição foi a prova e a garantia de nossa vida eterna. (Ver I Cor. 15:17; I Ped. 1:3; Efé. 1:13,14, etc.).

As Chagas

Divinas mãos e pés, peito rasgado,
Chagas em brandas carnes imprimidas,
Meu Deus, que, por salvar almas perdidas,
Por elas quereis ser crucificado.

Outra fé, outro amor, outro cuidado,
Outras dores às vossas são devidas,
Outros corações limpos, outras vidas,
Outro querer no vosso transformado.

Em vós se encerrou toda a piedade,
Ficou no mundo só toda a crueza,
Por isso cada um deu o que tinha!
Claros sinais de amor, ah! saudade!
Minha consolação, minha firmeza,
Chagas do meu Senhor, redenção minha.

(Frei Agostinho da Cruz, Portugal 1540—1619)

IV. Expiação ou Propiciação?

A. Definições

1. *Propiciação*. Esta palavra vem do latim, *pro* (antes) e *petere* (procurar). Na sua aplicação, na forma do substantivo, o termo significa uma *disposição favorável* em relação a alguma coisa. Verbalmente a palavra significa *aplacar* ou *conciliar*. Em sentido amplo, exibido em diversos sistemas religiosos, o *favor obtido* pode ser através de algum tipo de expiação, sacrifício, ato de ascetismo, ou pelas boas obras. Na teologia cristã, a propiciação é efetuada pela expiação de Cristo na cruz. Alguns teólogos põe propiciação em oposição a expiação, como explicado abaixo, após a definição de *expiação*.

2. *Expiação*. Esta palavra vem do latim, *ex* (completamente) + *piare*, significando, *aplacar*. Na base das duas palavras, podemos ensinar a mesma doutrina, porque elas são utilizadas largamente como sinônimas. Porém, alguns teólogos empregam estes termos diferentemente.

B. Discussões e debates

1. *As distinções*. Alguns teólogos acham que o que aconteceu na expiação de Cristo não foi a pacificação da *ira de Deus*, mas sim, o cancelamento do pecado, — com seus efeitos. Assim, a *ira de Deus* é definida em termos *não-antropomórficos*: a ira é um processo de *causa e efeito*, resultado natural da lei da semeadura e ceifa, *não* um processo no qual um *Deus zangado* é pacificado, com o resultado de que não castiga o pecador que *O* ofendeu. Em favor deste tipo de interpretação, temos a citação que segue:

«Dodd prestou um significativo serviço ao estabelecer o fato de que, na Septuaginta, essa palavra raramente, se é que alguma vez, ocorre no sentido de aplacar a Deus, como se Deus tivesse de modificar sua atitude de ira para com o favor, e que, pelo contrário, tal palavra é constantemente empregada no sentido de 'meio de expiação', como se o homem fosse o agente; de 'meio de perdão', em que Deus aparece como o agente». (*Journal of Theological Studies*, XXXII, 1931, 352-360. Ver também «The Epistle of Paul to the Romans», Londres: Hodder and Stoughton, 1932, «The Moffatt N.T. Commentary»). (John Knox, *in loc.*).

2. *Contra este raciocínio*, temos estes argumentos:

a. O ensinamento bíblico sobre o assunto certamente inclui a idéia de um Deus que sente *ira* contra o pecado. No A.T., a ira de Deus é mencionada em 585 referências.

b. Está envolvido *mais* do que o cancelamento do pecado. Existe um Deus, uma Pessoa, ofendida com os pecados do homem, e sua ira deve ser avertida, Lam. 3:42 *ss*. Sal. 78:38 fala claramente sobre a ira de Deus que ameaça um julgamento que pode ser avertido.

c. A *ira de Deus* é contra o pecado, Rom. 1:18,24,26,28.

d. A remoção da ira de Deus tem a designação *propiciação*, e qualquer doutrina de expiação deve incluir aquele conceito. Assim, segundo esta idéia, podemos chamar o *ato salvador* de Cristo de *expiação*, se não eliminarmos a idéia específica que o termo *propiciação* acrescenta a doutrina. A *propiciação*, portanto, é um aspecto da *expiação*.

3. *Argumentação contra esta ênfase*. Confessamos que a Bíblia, às vezes, fala sobre um Deus *zangado* que deve ser aplacado. Mas isto é um conceito *primitivo* de Deus. Além disso, é um termo pesadamente *antropomórfico*. Isto é, atribui a Deus as emoções negativas dos homens e aproxima-se mais aos conceitos dos pagãos cujos deuses terríveis destruíram seres humanos no exercício de sua *raiva divina*. É impossível atribuir emoções deste tipo a Deus. Portanto, chegamos mais perto *da verdade* quando procuramos modificar tais ensinos na nossa

teologia. A compreensão da *pessoa de Deus* deve avançar além das expressões *antropomórficas* da Bíblia.

4. *Via eminentiae*. A *linguagem religiosa* (que vide) usa esta expressão do latim para indicar a atividade de atribuir a Deus (de maneira mais pronunciada), os atributos humanos. Ou, é a noção de que podemos descrever o Ser Supremo utilizando descrições da criatura, o homem — atribuindo a tais termos, uma natureza mais poderosa, exaltada e perfeita. O latim *eminentia* significa *proeminência*. Então, *o que* o homem possui em algum grau, supostamente, Deus possui em um grau maior. O argumento se usa em conexão com as qualidades positivas do homem, como justiça, bondade, amor, etc., que são transferidas para Deus, que supostamente é o próprio padrão destas qualidades. O argumento da *via eminentiae* também é aplicado na questão da *ira* de Deus. O homem piedoso pode sentir ira contra o pecado, e exigir um castigo brutal. Supõe-se, então, que Deus, como uma *Pessoa Suprema*, deve sentir uma emoção semelhante (mas em grau bem maior) que ameaça o pecador com um julgamento divinamente brutal. A *propiciação* seria o meio utilizado pelo amor de Deus para aplacar esta ira, e assim livrar o homem do castigo merecido. Esta teologia, naturalmente, tem um raciocínio útil. Mas o problema é isto: até que grau (se existe um grau), podemos atribuir emoções humanas ao *Ser Supremo?* Esta atribuição não é mera aplicação antropomórfica ilegítima? Os teólogos continuam debatendo.

C. Cristo e a ira de Deus

No que diz respeito ao fato de que Cristo suportou a ira de Deus, em nosso lugar, por causa de nosso pecado, precisamos considerar o seguinte: pensar que Deus se deixou arrebatar pela raiva, ou pensar que Cristo sofreu o exato equivalente a todas as agonias que os eleitos teriam sofrido por toda a eternidade é errar inteiramente quanto ao sentido da propiciação.

1. Lembremo-nos que foi o próprio Deus quem 'nos amou e enviou seu Filho como propiciação por nossos pecados'. Deus não guardava *nenhuma* atitude de inimizade contra nós. Deus nos ama.

2. Portanto, estritamente falando, não foi castigo que Cristo sofreu na cruz, e, sim, a *ira*. A punição é algo contra o ofensor; mas a ira que foi descarregada contra Cristo foi contra a ofensa, o pecado. Cristo suportou aquela *ira* que o ser e a natureza de Deus sempre e eternamente sentirão contra o pecado. O pecador não pode aproximar-se de Deus, mas deve morrer, deve perecer em sua presença santa—não porque Deus lhe vote ódio, mas porque Deus é santo. Por essa razão é que Cristo morreu—e foi abandonado à ira de Deus, porque tomou sobre si mesmo os nossos pecados, sobre seu próprio corpo, no madeiro. E assim, tendo sido posto nosso pecado sobre ele, sobreveio-lhe o julgamento e a ira. E é por isso, igualmente, que o crente não foi destinado 'para a ira' (I Tes. 5:9), pois a ira recaiu sobre Cristo.

3. O conceito de que Cristo, na cruz, suportava todas as agonias dos homens, que eles haveriam de sofrer por toda a eternidade, se alicerça diretamente sobre o *legalismo* do catolicismo romano, e do qual nem os reformadores puderam escapar, a saber, que ainda estamos vinculados, em nossas responsabilidades ao primeiro Adão; que a nossa história não terminou na cruz. Mas que o sangue derramado que era exposto aos olhos de Deus, no dia da expiação, simplesmente testificava que fora dada uma vida, que uma vida terminara. 'Os sofrimentos de todos os eleitos, por toda a eternidade', jamais poderiam tomar o lugar da 'vida dada' pelo grande sacrifício (de Cristo). Deus não requeria agonias; mas simplesmente o pecado não podia aproximar-se dele! Era mister que os pecadores fossem banidos de sua presença—a menos que aparecesse um substituto, o qual, tomando o lugar dos pecadores, e levando sobre si mesmo os pecados deles, desse assim a sua vida. Isso é o que foi feito por Cristo. Ele 'deu a sua vida para tornar a recuperá-la'. Por isso, convém que nos lembremos de ambas as porções dessa grande declaração: a. Ele deu a sua vida, levando o nosso pecado e fazendo-o desaparecer para sempre da presença de Deus. Porém, nem mesmo Cristo, enquanto levava o nosso pecado, por assim dizer, não podia aproximar-se de Deus, mas foi abandonado, debaixo da ira santa contra o pecado. Não foram as agonias de Cristo que tiveram valor, mas antes, tendo levado sobre si mesmo o pecado e tendo dado a sua vida, derramou a sua alma na morte. E desse modo ele reconheceu que a santidade de Deus era absoluta e infinita e declarou: *Está consumado!* b. E o fato de que ele recuperou novamente a sua vida, não significa que ele recuperou aquela vida que, de conformidade com Lev. 17:11, mostra que a vida está 'no sangue', porquanto 'a vida de toda a carne é o seu sangue' (Lev. 17:11,14), pelo que também foi dado como 'expiação' por nossas almas. Não, Cristo não recuperou a vida que está no sangue, mas antes, a *novidade de vida*, ao ressuscitar.

Deus, realmente, permitiu que o homem infligisse os terríveis sofrimentos da crucificação contra o seu próprio Filho unigênito. Mas esses sofrimentos não foram ainda o *cálice* que o Pai lhe dava para beber. O cálice era a *ira divina* contra o pecado, e isso envolveu a necessidade de ser ele 'cortado da terra dos viventes', sob a mão do juízo divino.

D. Natureza da propiciação: Rom. 3:25

Ao qual Deus propôs como propiciação, pela fé, no seu sangue, para demonstração da sua justiça por ter ele na sua paciência, deixado de lado os delitos outrora cometidos;

1. O único outro uso desse vocábulo, no N.T., é o que aparece em Heb. 9:5, onde se refere ao *propiciatório*, que era a tampa de ouro da arca da aliança, e sobre cuja tampa era derramado o sangue do sacrifício, no dia da expiação, ao entrar o sumo sacerdote no Santo dos Santos. O «propiciatório», pois, era o «local» da expiação. O propiciatório jazia oculto, e os judeus, através de seus sumos sacerdotes, podiam aproximar-se do mesmo apenas uma vez por ano. Era ali que Deus vinha encontrar-se com os homens. (Ver Êxo. 25:17-22; Lev. 16:2 e Núm. 7:89). Era aquele, por igual modo, o lugar da meditação, bem como da manifestação da remissão do pecado. Assim também, por intermédio de Cristo, que é o antítipo ou grande Mediador entre Deus e os homens, e que, por meio dele, os homens têm acesso a Deus. (Ver Efé. 2:18).

«Assim como a superfície de ouro cobria as tábuas da lei, assim também Jesus Cristo está por sobre a lei, vindicando-a como santa, justa e boa, e assim, igualmente, vindicando as reivindicações divinas que nos exigem obediência e santidade. E assim como o sangue era anualmente aspergido sobre a tampa de ouro, pelo sumo sacerdote, assim também Cristo é exibido 'em seu sangue', não vertido para aplacar a ira de Deus, mas para satisfazer a justiça de Deus ou para compensar pela desobediência humana, e isso, como a mais elevada expressão do amor divino pelo homem, tendo participado, junto com a humanidade, até da morte, a fim de que pudesse haver reconciliação do homem com Deus, mediante a fé e a

rendição a Deus». (Vincent, *in loc.*).

Essa é a interpretação central desse conceito, e que certamente é defendida pela esmagadora maioria dos eruditos na Bíblia, ainda que tal posição tenha sido vigorosamente combatida por outros, à base das seguintes alegações:

a. Cristo é mais apropriadamente apresentado como o *próprio sacrifício*, e o sangue referido é o seu, e não aquele que era aspergido sobre a tampa da arca da aliança, o que era apenas uma ilustração simbólica.

b. A «propiciação» aqui aludida não vem acompanhada do artigo definido, no original grego, o que deveríamos esperar se houvesse realmente alguma referência específica a algum aspecto do A.T. A esta objeção porém, respondemos que nada se pode concluir disso, porquanto o grego «koiné» não segue qualquer regra estrita, de forma coerente, quanto ao emprego do artigo.

c. Alguns estudiosos supõem que em vista de Cristo ser apresentado como justiça, isto é, como a demonstração da justiça, não pode ele ser assemelhado ao propiciatório, cuja idéia dominante era a de haver necessidade de aplacar a ira divina e demonstrar a graça de Deus. Replicamos, contudo, que não há razão para alguém supor que existe uma perfeita correspondência simbólica entre Cristo e o propiciatório. A justiça, além disso, não indica apenas o aspecto negativo, isto é, o perdão dos pecados; mas indica também a perfeita revelação da vida revivificadora, bem como a participação nos atributos positivos e santos de Deus. Diversas outras objeções têm sido levantadas contra essa interpretação, que apresentamos acima, mas nenhuma delas é conclusiva.

Em favor dessa interpretação, por outro lado, podemos enfileirar os seguintes motivos:

a. A palavra aqui traduzida por *propiciação*, na Septuaginta (tradução do A.T. hebraico para o grego, completada cerca de duzentos anos antes da era cristã), é geralmente a palavra usada para indicar o propiciatório. (Ver Êxo. 25:18-21), em um total de nada menos de 26 trechos diversos (conforme se lê no Comentário de Lange).

b. O único outro uso desse termo, «propiciação», em todo o N.T., aparece em Heb. 9:5, que indica o propiciatório.

c. Tal uso está de conformidade com a tipologia do A.T., onde Cristo aparece como a nossa páscoa, como a porta, como a rocha, como o amém e como o alvorecer da madrugada.

d. Transparece uma excelente idéia contrastante, nessa interpretação. É que o propiciatório jazia «oculto», entre cortinas, só podendo ser avizinhado uma vez por ano, pelo sumo sacerdote. Em contraste com isso, pois, Deus «propôs» ou exibiu a Cristo, em seu caráter, como o verdadeiro «propiciatório»; e isso é típico do caráter mais elevado do N.T., quando confrontado com a revelação do A.T., o que também está de conformidade com a idéia de toda a epístola aos Romanos, que contrasta o pacto antigo com o novo pacto, elevando o Novo Testamento muito acima do Antigo, como um desenvolvimento planejado e cumprido pelo próprio Deus.

2. A despeito desses muitos e variegados argumentos sobre o sentido da palavra «propiciatório», devemos admitir que a maioria dos eruditos modernos duvida que Paulo estivesse fazendo precisamente esse uso da palavra; pelo contrário, tal vocábulo tem o sentido mais geral de um sacrifício (o que também transparece nas páginas do A.T.), em propiciação oferecida a Deus, que anula os pecados e os seus daninhos efeitos. A idéia dominante, entretanto, não é a da necessidade de aplacar a ira de Deus, conforme se ouve comumente, mas antes, é um meio de expiação, de perdão.

V. Paz da Expiação

Ver Col. 1:20 — A expiação produz **paz** com Deus, e *reconciliação*. Isso supõe ter-se instaurado a desarmonia no universo, como também entre Deus e o homem. Esse caos e conflito foi causado pela entrada do pecado, tendo sido fomentada a rebeldia nos céus e na terra. Paulo não explica aqui por que o conflito teve começo. Supõe que seus leitores conhecessem o seu ensino sobre os efeitos do pecado e da rebelião, a qual Epafras havia ensinado com cuidado. Supõe que, sem a santificação, nenhuma pessoa jamais verá a Deus (ver Heb. 12:14), e que todos os homens participam do pecado, que provoca o desprazer e a ira de Deus. (Quanto a uma passagem que ensina isso de modo incisivo, ver Rom. 1:18-32). A ira de Deus se revela contra toda impiedade e injustiça, contra os homens que se deixam cativar pelos vícios, mediante a perversão de sua própria escolha e vontade, os quais são dignos de julgamento divino, que têm prazer em suas depravações, bem como naqueles que praticam depravações como eles. (Ver Rom. 5:1; João 14:27, e 16:33; Gál. 5:22).

Pelo sangue da sua cruz.

A Polêmica

1. Uma boa parte da epístola aos Colossenses foi escrita como uma polêmica contra os gnósticos. (Ver o artigo sobre *Gnosticismo*). Portanto, Paulo afirma que a verdadeira paz com Deus (ver Rom. 5:1) e a harmonia dentro do universo (através da restauração, ver Col. 1:16) tornar-se-ão realidade através de Cristo, e nunca por meio dos supostos «aeons».

2. Essa restauração e essa paz dependem da expiação de Cristo (ver Rom. 5:1). Os gnósticos negavam a validade de qualquer forma de expiação cruenta. (Ver Rom. 3:25). O trecho de I João 5:6, mostra-nos que os gnósticos viam valor no batismo de Jesus, pois, para eles, naquela ocasião é que o espírito do Cristo teria descido sobre Jesus. Ele veio «por meio da água», asseveravam. Mas também veio «por meio do sangue», porquanto sua missão requeria que fizesse expiação. Os gnósticos ensinavam que nenhum «aeon» (ou ser espiritual) poderia agir dessa maneira em uma missão terrena, e, por isso mesmo, procuravam descartar inteiramente o conceito da expiação pelo sangue, em seu sistema espúrio.

Ver Efé. 1:7 que é trecho paralelo a Col. 1:20, embora ali o escopo se limite à reconciliação terrena, ao passo que a reconciliação universal é o tema da passagem de Col. 1:20.

O sangue de Cristo, neste ponto, além de ser declarado como aquilo que faz expiação, parece ser visto como o selo do pacto de paz, dotado de poder místico, um poder que gera a vida, liberada através do seu sacrifício. O que foi realizado em sua morte é o que é salientado aqui, do que seu sangue é o símbolo, porquanto o apóstolo não falava de qualquer virtude literal do líquido sanguíneo, conforme os pagãos pensavam, no tocante às suas vítimas animais. A doutrina paulina nunca é sacramental, mas sempre é mística.

VI. Referências e Idéias. A Expiação

1. A expiação é explicada (ver Rom. 5:8-11; II Cor. 5:18,19; Gál. 1:4; I João 2:2; I João 4:10). 2. Foi preordenada (ver Rom. 3:25; I Ped. 1:11,20 e Apo. 13:8). 3. Foi universal (I Jo. 2:2; Efé. 1:10). 4. Foi

predita (Isa. 53:4-6,8-12; Zac. 13:1,7). 5. Foi efetuada exclusivamente por Cristo (ver João 1:29,36; Atos 4:10,12; I Tes. 1:10; I Tim. 2:5,6; Heb. 2:9; I Ped. 2:24). 6. Foi voluntariamente efetuada (ver Sal. 40:6-8 com Heb. 10:5-9 e João 10:11,15,17,18). 7. A expiação exibe a graça e a misericórdia de Deus (ver Rom. 8:32; Efé. 2:4,5,7; I Tim. 2:4; Heb. 2:9). 8. O amor de Deus (ver Rom. 5:8; I João 4:9,10). 9. O amor de Cristo (ver João 15:13; Gál. 2:20; Efé. 5:2,25 e Apo. 1:5). 10. Reconcilia entre si a justiça e a misericórdia de Deus (ver Isa. 45:21; Rom. 3:25,26). 9. É pelo sangue, Col. 1:20; Efé. 1:7.

VII. Expiação pelo Sangue. Ver **Expiação pelo Sangue, e Expiação pelo Sangue de Cristo.**

Quatro Compreensões

1. *Literalmente*. Os povos antigos pensavam que o sangue da vítima ficava automática ou magicamente «carregado» com o poder e a virtude do deus sobre cujo altar era sacrificada. Quando esse sangue «tocava» em algo, transmitia o poder e a virtude de tal deus, como que através de meios mágicos. Seja como for, o sangue literal precisava fazer o «toque». Naturalmente, rejeitamos essa interpretação literal e mágica sobre a expiação pelo sangue.

2. *Simbolicamente*. O sangue é o «símbolo» da morte de Cristo e dos seus efeitos. Essa posição expressa uma verdade, mas é incompleta, pois precisa incluir a interpretação seguinte.

3. *Misticamente*. O sangue de Cristo, por falar de sua «morte», revela-nos que, mediante o contacto «místico» com o Espírito Santo, o valor e os efeitos da morte de Cristo tornam-se nossos. Cristo venceu ao pecado; e o Espírito Santo, transmitindo a nós a morte de Cristo, conquista o pecado em nós. Cristo fez expiação perante Deus Pai, retirando o motivo de sua ira justa; e agora, ao sermos identificados com Cristo em sua morte, o pecado é expiado para nós. Portanto, recebemos perdão e purificação. A participação na morte de Cristo, pelo poder do Espírito Santo, é uma força transformadora. O Espírito de Deus literalmente «espiritualiza» os nossos seres, amoldando-os de acordo com Cristo, no tocante às suas relações com o pecado. Assim recebemos perdão, purificação e poder santificador. É o Espírito Santo, portanto, que transforma nossas almas, tornando isso plenamente operante em nós. Por conseguinte, a expiação pelo sangue de Cristo não é mera base para o decreto divino do perdão. É um poder operante. Assim sendo, o sangue de Cristo «desliga-nos» do pecado. E também santifica e purifica nossa vida de todo o pecado, já que nos dá a vitória sobre atos pecaminosos, tornando-nos pessoas santas. É óbvio que o Espírito Santo também nos identifica com a vida de Cristo, e dessa maneira nossos espíritos são espiritualizados, de tal modo que chegamos a compartilhar de sua própria imagem, de sua própria natureza. (Ver as notas expositivas em II Cor. 3:18 no NTI acerca dessa questão).

4. *Historicamente*. Na morte de Cristo, nós morremos e na ressurreição, nós participamos na vida dele (a mensagem de Rom. cap. 6). Por causa da expiação histórica de Cristo, somos aceitos no Amado (Efé. 1:6), e isto através da declaração forense de Deus. Mas o Espírito opera em nós tudo que é incluído na declaração forense, segundo as descrições dadas sob o ponto três.

VIII. Extensão da Expiação: Efeitos Universais

Jesus Cristo morreu pelo **mundo** (João 3:16). É ridículo dizer que isto quer dizer o mundo *dos eleitos*. I João 2:2 nega esta suposição absolutamente: «Ele é a propiciação pelos nossos pecados, e *não somente* pelos nossos, mas *também* pelos pecados de *todo o mundo*». A linguagem não tem mais sentido se insistimos (depois da ênfase que o versículo traz) em dizer que o *mundo* aqui significa os eleitos ainda não salvos. O problema não é *se* o Novo Testamento se declara em favor da expiação universal. É óbvio que assim se declara. O que *não é* tão óbvio é *até que ponto* a expiação universal será aplicada para ter efeitos *reais*, e não meramente teoréticos. Muitos dizem que a *intensão* é universal, mas a *aplicação* é parcial. Os universalistas ensinam que a vontade predestinária de Deus está atrás da intensão, portanto, o efeito deve ser universal, *afinal*. Segundo meu pensamento, a verdade é o seguinte:

1. *No caso dos eleitos*. A expiação abre a porta para uma participação na natureza divina como a realização mais grandiosa da própria salvação (que vide). A expiação é *uma* medida para garantir este efeito. Existem outras medidas como o ministério transformador do Espírito (II Cor. 3:18), porque o perdão do pecado é o *início* do ato salvador de Deus, não a própria *substância* do mesmo. De qualquer maneira, a participação na natureza e imagem de Cristo (Rom. 8:29), portanto, na *divindade* (II Ped. 1:4; Col. 2:10), depende, parcial e inicialmente, da expiação.

2. *No caso dos não-eleitos*. Escrituras como Efé. 1:10 e Col. 1:16,20 exigem uma aplicação absolutamente universal da expiação. Acredito que esta aplicação resultará em uma *restauração* dos não-eleitos, em um benefício *magnificente*, embora não na participação deles na natureza divina. Assim, contrasto a *redenção* (dos eleitos) com a *restauração* (dos não-eleitos). A expiação tem uma parte neste ato *salvador-restaurador*. Esse conceito exalta o poder e a pessoa de Cristo, reconhecendo o êxito de sua missão. Ver uma declaração mais detalhada sobre este ensino nos artigos a *Missão Universal do Logos* (Cristo), e a *Restauração*.

3. *Efeitos cósmicos*. Efé. 1:10 e Col. 1:16, 20 implicam que a expiação tem efeitos na criação inteira, de fato, *no cosmos*, entre seres de ordens não-humanas. Não temos praticamente nenhuma informação sobre este assunto. Certamente, deve ser considerado como parte da realização da *restauração*.

Bibliografia. AM B C CHA IB ID NTI R

EXPIAÇÃO, DIA DA

Ver **Dia da Expiação.**

EXPIAÇÃO INCLUI A CURA FÍSICA?

Ver o artigo sobre **Enfermidades na Bíblia**, IV, **A Teologia da Doença.**

EXPIAÇÃO PELO SANGUE

Ver a nota sobre a **expiação**, quanto a detalhes completos. O artigo sobre *sangue*, nos seus pontos segundo e terceiro, — fornece detalhes sobre esse conceito. Ver também o artigo sobre *Expiação pelo Sangue de Cristo*. Damos aqui apenas algumas sugestões.

Um Breve Sumário de Idéias:

1. Sabemos que os antigos povos semitas, e não apenas os hebreus, aceitavam que o sangue é a vida da carne, e que, por essa razão, o sangue servia de expiação. (Ver Lev. 17:11). Os intérpretes argumentam se a expiação seria obtida pela *vida* perdida pela

vítima, ou por sua *morte* (pois o sangue era capaz de representar ambos esses aspectos). E a maioria prefere pensar na morte. Porém, não vejo como poderíamos separar duas idéias inseparáveis. A vítima oferecia sua vida, quando morria. Além disso, há o conceito de que a vida está no sangue, e que o sangue, vertido quando do sacrifício, fornecia seu valor expiatório.

Os intérpretes que negam que a questão nada tinha a ver com a idéia de expiação, nos dias antigos, ignoram o ponto de vista semita da natureza do sangue, adaptando o que os antigos semitas acreditavam ao que eles agora acreditam, no que tange à expiação pelo sangue.

2. *O valor literal do sangue, como expiação.* Os povos antigos criam que o sangue das vítimas tinha poderes mágicos, transmissores de vida, e também que, ao ser derramado sobre o altar de alguma divindade, adquiria parte das virtudes daquela divindade. Quando esse sangue tocava em qualquer coisa, esses poderes seriam transferidos para o altar ou para os indivíduos que tocassem no sangue, ou sobre quem o sangue fosse aspergido. Exatamente por isso, havia batismos em sangue, como também havia sacrifícios cruentos, com o propósito de fazer expiação e purificação pelos pecados. Sabemos que os antigos hebreus compartilhavam de alguns desses conceitos, ainda que agora os consideremos supersticiosos. Porém, a hermenêutica requer fidelidade à compreensão histórica de qualquer idéia. Não podemos modernizar e purificar tais idéias, com base em nossos raciocínios *a priori*, imaginando que as antigas idéias sobre expiação não continham noções erradas, visto que tais coisas foram ordenadas por Deus. O tratado aos Hebreus é uma exposição sumariada da ineficácia dos sacrifícios de animais. Muitos hebreus obviamente assim pensavam, mas o trecho de Hebreus 10:4,11 declara iniludivelmente que tais sacrifícios jamais poderiam tirar pecados, sendo apenas memoriais dos pecados passados. É no Novo Testamento que entendemos que esses sacrifícios eram apenas simbólicos da expiação de Cristo, e que a morte de Cristo anunciou a remoção total daqueles sacrifícios simbólicos.

3. Os sacrifícios de animais, do Antigo Testamento, *simbolizavam* a morte expiatória de Cristo, conforme somos ensinados no décimo capítulo da epístola aos Hebreus e em muitas passagens do Novo Testamento. Ver a declaração geral a respeito, em Heb. 7:27.

4. Na expiação de Cristo, encontramos o poder místico do Espírito que purifica, perdoa e transforma, com base no ato salvatício de Cristo. O Espírito Santo torna real, na vida dos indivíduos, aquilo que a expiação pelo sangue de Cristo preparou potencialmente; e o seu sangue vertido simboliza essa operação mística do Espírito.

5. Porém, apesar de simbólico e místico, o sangue da expiação também tem um aspecto *histórico*. O ato tinha de ser realizado, a morte tinha de ser experimentada, o sangue precisava ser vertido. (B C E NTI)

EXPIAÇÃO PELO SANGUE DE CRISTO

Quanto a comentários completos ver o artigo sobre a *Expiação*. Ver também o artigo sobre *Expiação pelo Sangue*, quanto ao pano de fundo histórico a respeito. Oferecemos aqui apenas algumas indicações, como um sumário de idéias.

1. Rejeitamos a interpretação *literal* da expiação, segundo a qual o próprio fluido chamado sangue é que teria virtude, por ser a vida da carne, ou como se fosse a própria alma, conforme os antigos povos semitas acreditavam.

2. Contudo, historicamente falando, o ato da expiação, mediante a morte, precisava ser realizado, porquanto era isso que Deus requeria. Contudo, o sangue derramava-se no solo e se perdia. Portanto, em nenhum sentido literal o sangue de Cristo pode agora tocar nas pessoas e purificá-las, fazendo com que Deus perdoe os pecados delas.

3. Também rejeitamos a *crença sacramentalista*, chamada transubstanciação (que vide), a qual supõe que o sangue de Cristo, na eucaristia (ver o artigo), torna-se uma realidade presente, podendo ser recebido pelo organismo humano através da ingestão da hóstia, como se assim os seus pecados fossem perdoados. Aliás, o perdão viria quando da absolvição proferida pelo padre, e a participação na hóstia seria mais uma comunhão com Cristo. Essa idéia parece-se muito com o conceito do valor literal que os antigos hebreus davam ao sangue dos animais sacrificados. Embora seja um conceito expresso mediante uma sofisticada linguagem filosófica, vem a ser a mesma idéia. Essa posição concebe um deus que pode ser engolido por seus adoradores!

4. Todavia, há também um *aspecto místico*. O Espírito Santo é quem torna real e eficaz para o crente aquilo que é de Cristo. Seus poderes transformadores tornam-se possíveis graças ao sangue de Cristo. É através das operações do Espírito Santo, segundo a imagem de Cristo (Rom. 8:29) que o crente chega a participar dos efeitos da morte e da ressurreição de Cristo. Portanto, conforme esclarece Paulo, em Romanos 5:9,10, é a *morte* de Cristo que nos justifica, e é a sua *vida* que nos salva. Contudo, essa justificação e essa salvação são operadas pelo Espírito, que nos transmite a vida de Cristo (II Cor. 3:18).

No sangue de Cristo há vida, e não apenas morte. A vida de Cristo, que se torna disponível a nós, através de seu sangue, é o fator enfatizado por alguns teólogos, os quais insistem que o sentido central do sangue de Cristo está em suas propriedades transmissoras de vida, e que não deveríamos pensar tanto em sua morte como pensamos na perda de sua vida. Por assim dizer, a vida de Cristo foi liberada para operar em nós, quando seu sangue foi vertido. Essa é uma grande verdade mística, embora de forma alguma isolada. Pois a verdade é que a morte de Cristo também é aludida como motivo de nossa expiação, através de seu sangue. Não vejo motivos para negar qualquer desses dois aspectos—o da perda da vida de Cristo e o de sua morte—vinculados ao sangue de Cristo.

Referências Bíblicas ao Sangue de Cristo. 1. A justificação nos é dada através do sangue de Cristo (Rom. 5:9). 2. O sangue de Cristo obtém a reconciliação e a paz (que vide) (Rom. 3:25). 3. O sangue de Cristo provê expiação (ver o artigo) e propiciação (que vide), Rom. 3:25. 4. O sangue de Cristo obtém para nós a redenção e o perdão dos pecados (Col. 1:14). 5. O sangue de Cristo substitui todos os sistemas sacrificiais e todos os sacrifícios (Heb. 7:27 —bem como os capítulos 7-10). Esses trechos bíblicos provêm um número suficiente de detalhes específicos que poderiam participar desta lista, incluindo o ofício de Cristo como o nosso Sumo Sacerdote, bem como a questão de nosso acesso a Deus. 6. O novo pacto repousa sobre o sangue de Cristo (Heb. 12:24; I Cor. 11). (B C NTI STI)

••• ••• •••

EXPLANANDUM

Aquilo que deve ser explicado.

EXPLANANS

Aquilo que provê explicação para alguma coisa.

EXPLICAÇÃO

Essa palavra portuguesa deriva-se do latim, **ex**, «fora», e **planare**, «aplainar», ou seja, o procedimento que esclarece as coisas mediante palavras, atos ou gestos. Usualmente isso sucede dividindo-se uma idéia complexa em porções menores, que possam ser manuseadas mais facilmente, cuja soma total provê o conceito completo.

1. *Braithwaite* (que vede) pensava que as explicações de um assunto qualquer começavam em níveis inferiores, que depois iam subindo para níveis superiores.

2. *Hemple* (que vede) provia uma fórmula para ser usada em explicações científicas, fórmula essa que ele chamou de modelo dedutivo nomológico.

3. *Nagel* (que vede) pensava que as explicações são deterministas, sempre que elas surgem em cena, tanto na mecânica «quantum» (que vede) quanto na mecânica clássica, mas também na biologia, na psicologia, na história e na física.

4. *Popper* (que vede), insistia que, por muitas vezes, a falsidade é mais importante que a verificabilidade.

5. *Levi-Strauss* (que vede) fazia a filosofia da linguagem ter ligações com a questão das explicações, enfatizando modelos lingüísticos como elementos primários em qualquer tentativa de explicar algo.

6. *Na fé religiosa*, as explicações não se limitam aos meios empíricos e à linguagem humana. Ela também concebe a linguagem da alma. Há discernimentos místicos que podem fazer algo para explicar certos aspectos da experiência humana que não podem ser explicados empiricamente. Também existem livros sagrados misticamente obtidos, ou mesmo partes de livros, que explicam certas coisas que não podem ser sujeitadas à inquirição científica.

EXPLICAÇÃO MECÂNICA

Visto que o termo **mecânica** (vide) tem uma lata definição, assim também sucede a essa expressão, «explicação mecânica». A filosofia não usa o vocábulo mecânica somente para indicar aquilo que se relaciona às máquinas. Hobbes sugeriu que todas as coisas são *máquinas naturais*, sem elementos metafísicos misteriosos, e que todos os atos podem ser explicados em termos de átomos em movimento. De maneira geral, podemos dizer que, asseverando o mesmo princípio de modo negativo, a explicação mecânica postula que as coisas podem ser explicadas recorrendo-se aos conceitos teológicos de causa final. Mas, positivamente, essa teoria supõe que os processos mecânicos podem ser explicados por teorias relativas à matéria em movimento. O materialismo também apela para esse tipo de explicação. No campo da biologia, o conceito faz oposição a outro, chamado *vitalismo* (que vede). Por extensão, a teoria pode ser usada para indicar o conceito da religião natural, segundo o qual as leis naturais contêm todas as causas e efeitos que podem suceder, sem a necessidade de se pensar em princípios divinos. A explicação não mecânica do universo, por sua vez, parte do pressuposto que a natureza e o homem não podem ser adequadamente explicados sem que se postule o que é sobrenatural e imaterial, por detrás dos fenômenos físicos.

EXPOSIÇÃO

Trata-se da apresentação de um assunto qualquer de maneira ordeira, como uma análise detalhada. Na pregação cristã, usualmente isso envolve a *exegese* (que vede). Em sentido secundário, a exposição é um comentário, formal ou informal, essa palavra também é usada no catolicismo romano para indicar certa cerimônia em que a hóstia é deixada exposta, a fim de ser adorada. Ver também sobre *Pregação Expositiva*.

EXSULTET

Palavra latina que significa «exultar», «regozijar-se». De acordo com os ritos católicos romanos, essa palavra refere-se à declaração ou *praeconium* de um diácono, quando ele acende a vela pascal, no sábado da páscoa. Esse título deriva-se das palavras de abertura do rito: *Exsultet jiam angelica turba*, isto é, «Agora as hostes angelicais exultam».

ÊXTASE

No grego, literalmente, significa «estar fora de si mesmo». Essa palavra é usada para indicar alguma emoção dominante ou alguma exaltação mental, como um *êxtase de alegria*. No misticismo, entretanto, refere-se a um estado de consciência alterada, no qual os místicos entram em algum transe, no qual são inspirados a ter suas visões, ou no qual recebem suas comunicações, por quaisquer meios que estejam à sua disposição. Nesse estado, a pessoa pode ver-se tão envolvida em sua experiência que se desliga totalmente de seu meio ambiente físico. Ou então a pessoa pode encontrar-se em um estado mental essencialmente alterado, mas ter consciência parcial de seu meio ambiente. Uma pessoa, nesse estado, pode tornar-se totalmente insensível diante dos estímulos externos normais, mesmo que sofra dores. Uma maneira medieval de testar a validade dos estados de transe consistia em furar a pessoa com agulhas ou instrumentos pontiagudos, para ver como ela reagiria. Se a pessoa reagisse, o êxtase era considerado falso. Naturalmente, o teste nem sempre se aplica a todos os casos de êxtase.

O *êxtase* pode ser o ponto culminante da abordagem intuitiva e mística da fé religiosa, algumas vezes cultivado pela meditação. De certas vezes, ocorre espontaneamente, sem qualquer tipo de preparação prévia. No caso dos gigantes espirituais, o êxtase pode ser atribuído a alguma elevada busca espiritual, que é galardoada desse modo, para propósitos de iluminação, mesmo quando nenhum esforço especial foi enviado para provocar o estado. Estágios expurgadores e iluminadores podem anteceder o êxtase. O êxtase caracteriza-se por intenso júbilo, quando a pessoa é invadida pelo espírito do amor, quando o senso estético e ético são intensificados de modo extraordinário. Então a pessoa percebe a unidade de todas as coisas, e há experiências noéticas, quando a pessoa adquire compreensão sobre os grandes mistérios. Quase sempre, o êxtase envolve elementos inefáveis. Plotino (que vide) afirmava que no estado de êxtase é dado o conhecimento divino, de uma maneira que transcende às categorias humanas.

Métodos de Indução de Estados Extáticos. Como é óbvio, há estados verdadeiros e falsos de êxtase. Alguns desses estados são tipicamente humanos, embora envolvam dimensões desconhecidas e miste-

riosas do ser humano. Outros estados podem ser demoníacos, valendo-se de poderes malignos para produzir os seus fenômenos. E outros estados extáticos podem ser divinos, dependendo do Espírito de Deus quanto à sua manifestação e o seu poder e intensidade. Entre os povos primitivos, bem como na moderna cultura das drogas, têm sido usados psicotrópicos para produzir estados alterados de consciência, que podem ser classificados como estados extáticos. Além disso, jejuns, flagelações e danças frenéticas têm sido usados como provocadores de estados extáticos. Os grupos religiosos apelam para a disciplina corporal, para o ascetismo e para a meditação.

O Êxtase e os Mistérios. Sabemos bem pouco sobre os estados normais de consciência, e menos ainda sobre os estados alterados de consciência. Pouco sabemos acerca do verdadeiro potencial do espírito humano, e menos ainda a respeito do que o Espírito de Deus pode fazer com um homem. Sabemos que esse estado, inteiramente à parte de suas aplicações religiosas, tem produzido alguma música notável, peças literárias de grande inspiração, tudo o que indica que esse estado está vinculado às funções criativas do homem, ou, pelo menos, pode utilizar-se de poderes criativos extra-humanos. Os homens, de alguma maneira, podem tornar-se parte de todas as coisas, chegando assim a participar da grande comunidade da vida, uma porção unida à existência maior e mais ampla. Visto que esse tipo de experiência nem sempre tem uma orientação religiosa, surgem problemas de definição. Esse é um tipo de experiência que pode ter resultados variegados. Ou então pode ser de vários tipos, com elementos similares. O êxtase pode ser profético, estético, ético, criativo, ou mesmo visando a propósitos científicos. A própria experiência, portanto, permanece um mistério, e o seu *modus operandi* ainda é pouco compreendido. Sua realidade, entretanto, dificilmente pode ser posta em dúvida. Não se trata apenas de uma pequena demonstração de atletismo mental.

Quase todos os místicos concordam que é errado buscar o estado extático somente por si mesmo, ou principalmente, por si mesmo. Quando assim sucede, o orgulho humano começa a operar. O nosso grande objetivo é Deus, bem como o desenvolvimento de nossas almas. O êxtase pode ser um meio para obter esse alvo, e não algo para ser buscado por seus próprios méritos. Paulo recebeu experiências extáticas, e em sua ufania forçada (os crentes de Corinto forçaram-no a jactar-se), ele afirmou passar por esse tipo de experiências. Ver II Cor. 12:1 *ss*. No entanto, ele começou dizendo que tal jactância não era correta. Sem o tempero do amor cristão, coisa alguma reveste-se de valor, incluindo essas grandiosas experiências (I Cor. 13). Pedro teve experiências extáticas quando lhe foram reveladas verdades importantes, que não conseguira aprender sem elas (Atos 10:9 *ss*). Penso que é seguro dizer que algumas passagens do Novo Testamento, ou, pelo menos, *as idéias* ali contidas, foram escritas em estado de êxtase, ao passo que outros trechos bíblicos resultam do aprendizado espiritual. Ver o artigo sobre as *Escrituras*, sob *Inspiração*. Ver também sobre *Revelação*. Portanto, esse estado tem sido identificado com a iluminação que confere um maior conhecimento espiritual. Também pode envolver a união da alma com alguma realidade superior, o que significa que o êxtase pode ser um elemento da transformação da alma, o que, finalmente, produzirá a participação na natureza divina. Ver II Ped. 1:4. O êxtase é como um marco no caminho da transformação, mostrando que mais ainda espera pela pessoa que o recebe. Precisamos de iluminação em nossa inquirição espiritual, e a vida deveria ser disciplinada e conduzida de tal modo que o êxtase se tornasse uma grande possibilidade em nossas vidas. Contudo, relembramos que há experiências extáticas genuínas, como também há enganadoras, espúrias, e prejudiciais. (E EP)

EXTENSÃO

Uma palavra usada pelos filósofos para indicar aquilo que tem dimensões espaciais. Descartes usou o termo para indicar a *matéria*, que seria uma extensão no espaço, em contraste com a *mente*, reputada como uma substância pensante, radicalmente diferente da matéria. Ver sobre o *Dualismo*. A mente não teria dimensões espaciais. Os termos por ele usados eram *res extensa* e *res cogitans*. Seriam essas as substâncias fundamentais, embora de natureza inteiramente diversa uma da outra. Para Spinoza, o pensamento e a extensão seriam dois atributos de Deus, a Substância Infinita.

EXTORSÃO

Essa palavra portuguesa vem do latim ex, «fora», e torquere, «torcer», ou seja, «expremer para fora», «extrair». Na ética, essa palavra é usada para indicar a obtenção de alguma vantagem por meio da violência, da opressão ou do abuso de autoridade. Os oficiais do governo tornam-se extorsivos quando recebem suborno da parte de alguém, que se torna vítima por consentimento, a fim de concederem, em troca, alguma vantagem.

A Bíblia proíbe essa prática, em qualquer de suas formas. Ela é a antítese da confiança em Deus, uma afronta à honestidade. Ver Sal. 62:1. Ver também Sal. 109:11; Isa. 16:4; Sal. 62:10 e Eze. 18:18. Jesus acusou alguns fariseus de extorsão e saque (Mat. 23:25). Esse vício também aparece na lista preparada por Paulo, em I Cor. 5:11, como um pecado que caracteriza aqueles que não são herdeiros do reino de Deus.

EXTREMA-UNÇÃO

Ver o artigo geral sobre os **Sacramentos.** Quando um católico romano está às vésperas de morrer, é ungido com óleo bento. As porções do corpo ungidas são os olhos, as orelhas, as narinas, os lábios, as mãos e os pés, ao mesmo tempo em que o sacerdote oficiante diz: «Através deste óleo santo e de sua mais terna misericórdia, que o Senhor perdoe qualquer ofensa que tenhas cometido por meio da visão, da audição, etc.». Tanto a Igreja Católica Romana quanto a **Igreja Ortodoxa Oriental** praticam o rito, embora a cerimônia defira um tanto de um caso para o outro. Assim, na Igreja Ortodoxa, somente um padre devidamente ordenado está qualificado para aplicar a extrema-unção. O texto bíblico usado como prova é o de Tiago 5:14,15, que os protestantes, naturalmente, interpretam de outra maneira.

Tal como no caso dos outros seis sacramentos da Igreja, conforme eles são designados, supõem-se que a extrema-unção comunica a graça divina, removendo o pecado e os seus efeitos, consolando os moribundos e conferindo-lhes uma maior confiança na misericórdia divina. Também fica entendido que a cura do corpo pode ocorrer, em resultado da unção, se isso for da vontade de Deus.

A natureza dessa doutrina foi oficialmente declara-

da na décima quarta sessão do Concílio de Trento. A pessoa deve ter sido batizado, — deve ter chegado ao uso da razão e deve estar correndo perigo de vida em face de enfermidade, cirurgia, acidente, ou ferimentos de qualquer tipo, ou então por motivo de idade avançada. Nos casos possíveis, é preferível que a pessoa — já tenha recebido o sacramento da penitência, esteja em estado de graça e tenha recebido a Santa Comunhão (tudo o que faz parte da nomenclatura católica romana). — Caso a pessoa venha a recuperar-se, poderá receber novamente a extrema unção, tantas vezes quantas tiver de enfrentar a possibilidade de morrer.

EWALD, GEORG HEINRICH AUGUST VON

Suas datas foram 1803-1875. Foi orientalista, hebraísta, historiador e crítico da Bíblia, nascido na Alemanha. Popularizou o conceito da Hipótese do Desenvolvimento do Antigo Testamento. Produziu também uma das primeiras introduções ao Antigo Testamento, de grande valor até hoje.

EZBAI

No hebraico, «brilhante» ou «bonito». Seu nome é mencionado exclusivamente em I Crô. 11:37. Ele foi o pai de Naari, um dos trinta poderosos heróis de Davi. O trecho paralelo de II Sam. 23:35 diz «Paarai, arbita». Os eruditos não têm achado uma maneira convincente de harmonizar «Ezbai» com «Paarai, arbita». Se um desses trechos contém algum erro de transcrição, talvez seja melhor ficar com o trecho de II Sam. 23:35. Comparar com Jos. 15:52, que diz «Arabe». Arabe era o nome de uma cidade de onde vem o adjetivo locativo «arbita». Portanto, «Ezbai» aparentemente era o nome próprio daquele homem, ao passo que «arbita» era uma alusão àquela localidade.

EZBOM

Alguns estudiosos pensam que o sentido do nome é desconhecido, mas outros opinam que seria «esplendor». Esse é o nome de duas personagens bíblicas:

1. Um chefe da tribo de Benjamim, filho de Bela (I Crô. 7:7). Viveu em cerca de 1670 A.C. É estranho que apesar de Ezbom não ser mencionado em outros trechos entre os filhos de Bela, ele aparece nesse trecho juntamente com Iri, que não pertencia à tribo de Benjamim, pois era um gadita. Ele é chamado «Ozni», em Números 26:16. Por isso mesmo, alguns estudiosos pensam que tudo isso deve ser dito a respeito do Ezbom de número «dois», abaixo. Este viveu em torno de 1670 A.C.

2. Um dos filhos de Gade, chefe de um dos clãs de Gade (Gên. 46:16). Talvez seja o Ezbom que é chamado «Ozni», em Números 26:16.

EZEL

No hebraico, «separação», «partida». De acordo com o texto massorético (ver sobre o texto da *Masorah*), esse era o nome de uma pedra que havia perto da residência de Saul, e que foi a cena da despedida entre Davi e Jônatas. Porém, a Septuaginta e algumas traduções modernas dizem «o distante montão de pedras». A nossa versão portuguesa diz: «...e fica junto à pedra de Ezel» (II Sam. 20:19).

EZEM

Ver sobre **Azém**.

EZEQUE

No hebraico, «briga», «opressão». Era o nome de um benjamita, descendente de Saul e fundador de uma família de arqueiros (I Crô. 8:39), algum tempo antes de 588 A.C.

EZEQUIAS

Esboço:

1. Caracterização Geral
2. Cronologia
3. Ezequias como um Reformador
4. Aventuras Militares
5. As Obras de Ezequias

I. Caracterização Geral

Ezequias foi o décimo segundo rei do reino separado de Judá. Ele governou de 715 a 687 A.C. Era filho de Acaz e nasceu em cerca de 736 A.C. Ver II Reis 18:1,2; II Crô. 29:1. Era descendente de Davi e foi o pai de Manassés. O seu reinado é historiado em três lugares diferentes do Antigo Testamento: II Reis 18:1 — 20:21; II Crô. 29:1 — 32:33; Isa. 35:1 — 39:8.

O nome dele significa «Yahweh é a força». Foi um dos melhores reis de Judá, tendo-se tornado conhecido por sua piedade pessoal e por suas atividades políticas vigorosas e bem-sucedidas. A narrativa sobre a sua vida, em II Reis e em Isaías, é quase idêntica, excetuando que Isaías acrescenta o cântico de ação de graças de Ezequias, por haver-se recuperado de uma grave enfermidade. Ver Isa. 28. O segundo livro de Crônicas enfatiza as suas reformas religiosas. As questões cronológicas atinentes à sua vida têm ocasionado consideráveis dificuldades para os estudiosos. É dito que a queda de Samaria ocorreu no sexto ano de seu reinado (II Reis 18:10), o que ocorreu em cerca de 722 A.C. No entanto, a invasão de Judá, pelas tropas de Senaqueribe, em 701 A.C., é posta no décimo quarto ano de seu reinado (II Reis 18:13). Por essa razão, muitos eruditos pensam que ele foi co-regente com seu pai, Acaz, desde cerca de 729 A.C., e então tornou-se o único ocupante do trono, em cerca de 716 A.C. A duração de seu reinado também enfrenta algumas dificuldades. O último evento registrado de suas atividades como rei foi o livramento de Jerusalém, do exército de Senaqueribe (II Reis 19:35,36). Os registros assírios mostram que a invasão de Judá teve lugar em 701 A.C. A referência a Tiraca, rei da Etiópia, em II Reis 19:19, tem ocasionado a idéia de que Senaqueribe invadiu Judá uma segunda vez, em cerca de 688 A.C.

As reformas religiosas dirigidas por Ezequias incluíram a derrubada dos bosques que havia nos lugares altos (Aserá), onde era cultivada a adoração de uma certa deusa pagã.

Durante o seu reinado, Judá foi invadida tanto por Sargão II quanto por Senaqueribe, ambos da Assíria. Uma vez que o suprimento de água de Jerusalém fora ameaçado, visto que era trazido de fora dos portões da cidade, e as fontes eram de fácil acesso para algum inimigo invasor, Ezequias ordenou a escavação de um túnel no monte Ofel, trazendo água das fontes de Giom, até dentro das muralhas de Jerusalém. Isso é descrito no quinto ponto deste artigo, *As Obras de Ezequias*. Quando Senaqueribe assediou Laquis, Ezequias ofereceu-lhe tributo, a fim de tranqüilizar a situação. Mas Senaqueribe pressionou tanto que a situação ficou insuportável. Porém, quando Senaqueribe lançou cerco final a Jerusalém, o seu exército foi dizimado por uma praga e ele teve de retroceder. Desse acontecimento foi que surgiu a crença de que

Jerusalém era invencível (II Reis 18:17; 19:37). O cativeiro babilônico, que ocorreu um tanto mais tarde, pôs fim a essa crença. Senaqueribe não conseguiu tomar Jerusalém, mas a destruição efetuada em Judá (o reino do sul) foi tão grande, que nunca mais teve a oportunidade de recuperar-se.

2. Cronologia

Ezequias reinou durante cerca de vinte e nove anos, e isso, ao que parece, cobriu o período de 716/715 a 687/686 A.C. Os eruditos encontram problemas com a data do período de Ezequias, no Antigo Testamento. Se adotarmos essas datas, então o Antigo Testamento poderá ser sincronizado com os registros da Síria, da Assíria, da Babilônia e do Egito.

Datas Importantes de Ezequias:

a. Seu nascimento (740 A.C.)
b. Acaz, seu pai, **co-regente com Jotão (736)**
c. Damasco derrotada pelos assírios; João morre; Oséias substitui a Peca, em Samaria (732)
d. Salmaneser V torna-se rei da Assíria (727)
e. A Assíria conquista Samaria (723)
f. Sargão torna-se rei da Assíria (722)
g. Acaz morre; Ezequias torna-se o único rei de Judá (716-715)
h. Asdode é conquistada por Sargão II (711)
i. Senaqueribe torna-se rei da Assíria (705)
j. Ezequias adoece, mas recebe quinze anos extras de vida (701)
l. Judá é libertada da pressão assíria (701)
m. Manassés torna-se **co-regente com Ezequias** (697)
n. Senaqueribe destrói a Babilônia (689)
o. Senaqueribe não consegue conquistar Jerusalém, na sua segunda tentativa (688)

3. Ezequias como um Reformador

As obras de reforma começaram no templo, que ele expurgou, reparou e reabriu para uso público. O templo havia sido negligenciado e poluído por anos de idolatria e decadência. Seu débil pai, Acaz, nada fizera para remediar a situação. Mas Ezequias restaurou as grandes festas anuais, especialmente a páscoa. Derrubou os lugares altos e chegou a destruir a serpente de bronze de Moisés, que se transformara em objeto de adoração idólatra. Ver II Crô. 29:1-36; II Reis 18:3-7 e II Crô. 30.

4. Aventuras Militares

Para começar, Ezequias combateu contra os filisteus, reconquistando várias cidades que seu pai havia perdido (II Crô. 28:18), e até conquistou algumas cidades inteiramente filistéias (II Reis 18:8; Josefo, *Anti.* 9.13,3). Mas, herdou a ameaça assíria contra o seu reino. De 715 A.C. em diante, Ezequias teve de enfrentar uma série de invasões assírias. Judá havia emergido como o poder mais forte, no centro da Palestina, sob Uzias (750-740 A.C.). Porém, nos anos que se seguiram, a Assíria aumentou muito as suas forças, até que, em 723 A.C., Samaria, capital do reino do norte, foi tomada, tendo assim lugar o *cativeiro assírio* (que vede). A expansão assíria foi temporariamente impedida, por meio da coalizão feita, no norte da Síria, da qual Azarias (Uzias), rei de Judá, havia participado, em cerca de 743 A.C. Jotão deu continuação a essa política, mas Acaz, pai de Ezequias, começou a ceder às pressões assírias, tendo pago tributo para preservar o resto de independência de que ainda desfrutava. Contudo, teve de pagar um alto tributo por essa independência. Os assírios derrotaram Peca, de Samaria, e Rezin, de Damasco; e a transigência diante desse poder estrangeiro fez com que a idolatria e o paganismo avançassem em grande escala no templo de Jerusalém.

Ezequias, pois, herdou essa calamitosa situação. Senaqueribe tornou-se rei da Assíria em 705 A.C. Ele conquistou certo número de cidades, na planície costeira. Ele afirmou ter conquistado quarenta e seis dessas cidades. Ameaçou reiteradamente a Ezequias, embora nunca tivesse conseguido conquistar Jerusalém. Em 701 A.C., seus planos foram atrapalhados por uma rebelião que estourou na Babilônia. Então ele retornou e destruiu aquela cidade-estado (689 A.C.). Aparentemente, ele fez outra tentativa de conquistar Jerusalém, mas sem êxito. Seja como for, ele jactou-se de ter engaiolado Ezequias, como um pássaro, dentro de Jerusalém. Embora Jerusalém, nessa ocasião fosse salva da destruição, a própria nação de Judá havia recebido um golpe paralizante. Ficou ao encargo da uma outra potência estrangeira destruir, afinal, Judá, o reino do sul. Ver sobre o *Cativeiro Babilônico*. Senaqueribe, entretanto, foi assassinado por dois de seus filhos, em 681 A.C.

Não obstante, Senaqueribe havia reduzido a nação de Judá a uma sombra do que havia sido. Cerca de dois terços da população de Judá foi morta ou levada para o exílio e uma grande porção de seu território se perdeu. Contudo, alguma recuperação foi conseguida, antes que a estrela babilônica surgisse em cena, o que significou o pôr-do-sol de Judá.

5. As Obras de Ezequias

Ezequias tem se tornado famoso, entre os arqueólogos, por haver conseguido trazer água potável para Jerusalém, por meio de um túnel, atualmente chamado de Túnel de Siloé. Ver II Reis 20:20. É dito que ele tapou a fonte superior das águas de Giom, canalizando-as ladeira abaixo até o lado, oriental da cidade (II Crô. 22:30). Visto que essas águas eram importantíssimas para o suprimento de Jerusalém, mas eram tão vulneráveis a qualquer ataque do inimigo, Ezequias cobriu a canalização externa e desviou essas águas para um túnel com 542 m de extensão, cavado na rocha sólida. Essas águas, chegando à cidade, eram armazenadas em um reservatório, no interior das muralhas. Túneis encontrados em Megido e em Gezer eram obras de engenharia similares.

Em adição a isso, Ezequias edificou um reservatório chamado Poço de Siloé. Tem cerca de 9,15 m de comprimento por 6,10 de largura. Jesus determinou que o cego fosse lavar-se ali, de acordo com João 9:7-11.

A Inscrição de Siloé. Um menino, vagueando pelas águas rasas do poço, encontrou essa inscrição inteiramente ao acaso, em 1880. Diz essa inscrição: «A escavação terminou. E esta é a história da escavação. Quando os trabalhadores ainda estavam levantando suas picaretas, cada qual na direção de seu vizinho e quando um metro e meio ainda precisava ser escavado, cada qual ouvia a voz do outro, do outro lado da escavação, pois havia uma fenda na rocha, no lado direito. E no dia em que a escavação terminou, os escavadores encontraram-se, picareta com picareta. E fluíram as águas para o poço, por quinhentos e quarenta metros; e a altura da rocha, acima de nossas cabeças, era de cinqüenta metros». Essas palavras foram escritas em caracteres de hebraico clássico. O seu encontro foi uma das maiores descobertas arqueológicas. (ALB FIN S STA UN Z)

Houve outros três homens com o nome de Ezequias, a saber:

1. Um filho de Nearias, da família real de Judá (I Crô. 3:23). Ele viveu em cerca de 536 A.C.

2. Um homem mencionado em conexão com Ater (Nee. 7:21), que viveu antes de 536 A.C.

3. Um antepassado do profeta Sofonias (Sof. 1:1). Viveu antes de 630 A.C.

EZEQUIEL (A PESSOA)

No hebraico, **yekhezkale**, «Deus fortalecerá» ou «Deus prevalecerá».

1. Família e História. O nome «Ezequiel» aparece em I Crô. 24:16, como cabeça de uma das ordens sacerdotais. O profeta Ezequiel era filho de Buzi (que vede) e esteve entre aqueles judeus que foram deportados para a Babilônia. Ver sobre o *Cativeiro Babilônico*. As tradições dizem que ele era nativo de Sarera. Não dispomos de quaisquer informações sôbre o começo de sua vida, pelo que a sua história começa em II Reis 24:12-15, onde ele é descrito como membro da comunidade de judeus exilados, que se tinha estabelecido às margens do Quebar, um rio ou canal da Babilônia. É possível que sua deportação tenha ocorrido ao mesmo tempo que a do rei Jeoaquim, em 597 A.C. A aldeia em que ele vivia no cativeiro chamava-se Tel-Abibe. Depois de cerca de cinco anos de exílio, o Senhor o chamou como profeta, quando tinha talvez trinta anos de idade. Todavia, aquela referência também poderia indicar o trigésimo ano da nova era de Nabopolassar, pai de Nabucodonosor (que vede). Ver Eze. 1:1. Uma referência incidental, em Eze. 8:1, informa-nos de que ele era homem casado e que tinha uma casa no exílio. Eze. 24:1,2,15-18 é trecho que informa que no dia em que Nabucodonosor cercou Jerusalém, a esposa de Ezequiel faleceu subitamente. Do que ela morreu, não nos é dito, mas podemos estar certos de que isso fazia parte dos planos divinos para Ezequiel, como preparação para a sua missão profética. Ezequiel não deveria lamentar-se e nem passar pelas cerimônias usuais do luto. Dessa maneira, Ezequiel tornou-se um sinal para Israel, como profeta que era, dos terrores que logo sobreviriam. Sabe-se que, no exílio, ele era homem de grande reputação e respeito, e os anciãos constantemente o consultavam (Eze. 8:1; 11:25; 14:1; 20:1, etc.). Com base na última data que ele menciona (Eze. 29:17), que foi o vigésimo sétimo ano do cativeiro dos judeus, sabemos que seu trabalho se prolongou pelo espaço de vinte e dois anos.

2. Características Pessoais. Ezequiel fora escolhido por Deus como profeta, e era dotado da energia da força de vontade e das qualificações espirituais para ocupar o seu dificílimo ofício. Fora educado como hebreu e era zeloso pelas tradições de seus antepassados. Foi capaz de suportar privações e misérias e, em meio às mesmas, foi incansável em seus labores (Eze. 4; 24:15,16). Era muito amado por seu povo (Eze. 9:8,11-13), e também respeitado pelos líderes da nação judaica (Eze. 8:1; 11:25). Viveu em uma época muito difícil, tendo sacrificado seus próprios interesses e afetos, a fim de servir melhor ao Senhor. As muitas visões que teve mostram-nos que ele foi um místico de primeira ordem. Ver sobre o Misticismo. Suas visões eram especialmente ricas em seus detalhes, sendo evidente que ele vivia na presença do Senhor. Praticamente nada vemos nele que se veja nos homens ordinários. Tudo quanto é relacionado a ele, mostra-o em meio a visões, profecias e serviço prestado. Até mesmo a morte de sua esposa foi mencionada quase incidentalmente, em meio a outras considerações sacerdotais e proféticas. Em contraste com ele, o seu contemporâneo, o profeta Jeremias, é descrito em termos pessoais e proféticos. Ezequiel também foi um dos contemporâneos de Daniel. Os escritos de Ezequiel mostram que ele era poeta e autor literário de considerável habilidade.

3. Seu Ministério Profético. O ministério de Ezequiel envolve duas divisões cronológicas principais, a saber: *a.* de 592 a 586 A.C. Ezequiel advertia continuamente ao povo acerca da tempestade que se avizinhava (o cativeiro babilônico). O seu propósito era levar o povo de Judá ao arrependimento, restaurando Israel a sua fé histórica em Yahweh. *b.* De 586 a 570 A.C. teve lugar a destruição da cidade de Jerusalém; o templo dali foi arrasado; Judá foi para o exílio. Ezequiel encontrava-se entre os exilados, tornando-se um de seus pastores, em uma terra estrangeira. Ezequiel estava na Babilônia quando Jerusalém foi destruída, tendo sido levado para a Babilônia antes desse acontecimento (Eze. 3:21,22). Ver os capítulos 33 a 48 do livro de Ezequiel quanto à sua obra pastoral, na Babilônia. A primeira deportação ocorreu em 695 A.C. Daniel encontrava-se entre os cativos da primeira deportação, efetuada sob as ordens de Nabucodonosor. Então esse rei babilônico invadiu Judá novamente, em 597 A.C. E foi na oportunidade que o rei de Judá, Jeoaquim, além de muitos outros, incluindo Ezequiel, foram levados para o cativeiro. A terceira deportação ocorreu em 586 A.C., antes da destruição de Jerusalém e do templo. Essa foi a maior crise da história do reino de Judá; e foi durante esse período que Ezequiel mostrou-se ativo. Seu ministério fez soar o aviso, revelando as razões para tal sofrimento.

4. *Sua Influência.* Além da tremenda influência exercida por Ezequiel em sua própria época, sua personalidade e seus escritos aparecem em obras pseudepígrafas e nos escritos do Novo Testamento. Grande parte do simbolismo do Apocalipse foi tomada por empréstimo do livro de Ezequiel. Visto que nos dias de Ezequiel houve significativos desenvolvimentos na teologia dos hebreus, algumas vezes Ezequiel tem sido denominado de «pai do judaísmo». As doutrinas da imortalidade pessoal, da ressurreição e do profundo respeito pelas tradições dos pais (a legislação mosaica) tornaram-se as colunas da fé judaica posterior. Suas predições contribuíram muitíssimo para o estilo e o simbolismo apocalípticos, que ocuparam uma boa parte do período intermediário entre o Antigo e o Novo Testamentos. Outrossim, o misticismo da Cabala (que vede) foi influenciado por Jeremias, por sua vida, por seus escritos e pelas tradições que circundaram a sua pessoa. No entanto, a escola de Shammai considerava o livro de Ezequiel como um livro apócrifo, na suposição de que o mesmo contém contradições com a lei mosaica. Também surgiram tradições em torno de sua pessoa. Somos informados de que ele foi morto na Babilônia, pelo chefe do povo judeu, por haver sido reprovado pelo profeta por motivo de idolatria e que ele foi sepultado no campo de Maur, no túmulo de Sem e de Arfaxade. Tradições dessa natureza geralmente são imprecisas e revestem-se de pouco valor histórico.

EZEQUIEL (LIVRO)

Houve três deportações distintas do povo de Judá para a Babilônia. Daniel foi exilado quando da primeira dessas deportações. Ezequiel foi exilado quando da segunda delas. A destruição de Jerusalém e do templo ocorreu como um prelúdio da terceira deportação. Jeremias também era contemporâneo de Ezequiel. Quanto à deportação de Ezequiel ver II Reis 24:11-16. Tal como Daniel e o apóstolo João (este bem mais tarde, já dentro do cristianismo), Ezequiel profetizou na terra do exílio. E o método dele assemelhava-se muito ao método deles, repleto de símbolos e visões, ao que ele acrescentava atos

simbólicos. No exílio, ele foi capaz de salientar a causa do infortúnio de Israel, a saber, seus muitos pecados e deslealdades (Eze. 14:23). Seus propósitos incluíam o encorajamento dos cativos até que a vontade de Deus os libertasse para uma nova expressão nacional. Em sete grandes arranques proféticos, introduzidos pelas palavras «a mão do Senhor veio sobre mim», ou coisa semelhante, ele entregou a sua mensagem. Ver Eze. 1:3; 3:14,22; 8:1; 33:22; 27:1; 40:1. Há outras predições introduzidas pelas palavras «Veio a mim a palavra do Senhor». Os eventos registrados nesse livro ocupam um período de cerca de vinte e um anos.

Esboço:

I. O Profeta Ezequiel
II. Pano de Fundo Histórico
III. Períodos Pessoais e Proféticos de Ezequiel
IV. Autencidade, Unidade, Canonicidade
V. Ezequiel no Novo Testamento e no Apocalipse
VI. Data
VII. Proveniência
VIII. Propósito e Ensinamentos
IX. Esboço do Conteúdo
Bibliografia.

I. O Profeta Ezequiel

Temos apresentado um artigo separado sobre o homem Ezequiel, imediatamente antes deste artigo, que o leitor deveria consultar. Ele era filho de Buzi, pelo que ou era sacerdote ou filho de um sacerdote (provavelmente, ambas as coisas), tendo sido chamado por Deus como profeta, por ocasião da maior crise de Judá; e então tornou-se um dos pastores de todo o Israel no exílio. Foi chamado por Deus para o exílio profético no quinto ano do primeiro exílio judaico, que teve início em 598 A.C., ou seja, o seu trabalho profético começou em 593 A.C. Sua última mensagem vem datada do ano 571 A.C. (ver Eze. 29:17). Dos vinte ou vinte e dois anos em que ele serviu, cerca de três foram os mais difíceis da história da nação de Judá. Os severos modos e os ensinamentos morais de Ezequiel têm-lhe conquistado o apodo de João Calvino de Judá.

II. Pano de Fundo Histórico

Antes do cativeiro babilônico (que vede) de Judá, houve o cativeiro assírio que envolveu a nação do norte, Israel (que vede). A queda de Samaria, capital do reino do Norte, ocorreu em 722 A.C. O domínio assírio sobre Judá começou em 721 A.C., quando caiu o reino do norte, mas Judá nunca se tornou uma província assíria, embora tivesse pago tributo regular aos reis assírios. Com o surgimento do reino caldeu, sob Nabucodonosor (605-562 A.C.), a situação de Judá piorou rapidamente. Em 598 A.C., Nabucodonosor invadiu Judá e levou para o cativeiro o seu rei, Jeoaquim, e muitos dos principais cidadãos dessa nação. O trecho de II Reis 24:15 mostra-nos que Ezequiel encontrava-se entre esses exilados. Os eruditos discordam quanto ao modo geral e ao número das deportações. Presumivelmente, antes disso, em cerca de 605 A.C., houve uma outra deportação, de tal modo que a deportação de Ezequiel foi a segunda de três deportações. Na Babilônia, Ezequiel continuou a advertir aos que tinham sido deixados na Judéia de que o pior ainda estava por vir. Os pecados nacionais, mormente a idolatria, eram as causas espirituais de todos esses infortúnios. O governo de Zedequias, em Judá, sob as ordens de Nabucodonosor, foi incapaz de controlar os rebeldes líderes do estado judeu. A revolta irrompeu contra o domínio estrangeiro, em 588 A.C. Nabucodonosor não perdeu um instante. Em 586 A.C., a terra inteira de Judá jazia arruinada, Jerusalém estava destruída e saqueada e o templo não existia mais. E muitos outros milhares de judeus foram então deportados (na terceira deportação).

III. Períodos Pessoais e Proféticos de Ezequiel

O trabalho da vida de Ezequiel pode ser dividido em cinco períodos. 1. Sua chamada (Eze. 1:4-28); 2. Seus atos simbólicos (Eze. 4:1-3; 4:4-8; 4:9-17; 5:1-17; 12:1-16); 3. Suas denúncias contra os pecados de Israel (Eze. 8 — 11, 16 e 20); 4. Seus ensinamentos sobre a responsabilidade humana (Eze. 3:16-21; 8:4; 14:12-20; 33:1-29); 5. Suas promessas de restauração de Israel (Eze. 33:21 *ss* e os capítulos 40 — 48, onde se encontram as mais notáveis visões de Ezequiel quanto ao futuro).

Cronologicamente, suas obras dividem-se em dois períodos principais, a saber: 1. de 593 a 586 A.C. — repetidos avisos e atos simbólicos, com o intuito de levar o povo de Judá ao arrependimento, contidos em Ezequiel 1 - 24. 2. De 586 a 571 A.C. — Ezequiel passa a agir como pastor dos cativos, no exílio, e também como mensageiro da esperança, no tocante à futura restauração, contidos em Ezequiel 33 — 48. Entre um bloco e outro de material, temos os seus oráculos contra as nações estrangeiras, nos capítulos 25 a 32. Algumas de suas mais brilhantes declarações encontram-se nessa porção, especialmente nos capítulos 27 e 28 e 30 e 31.

IV. Autenticidade, Unidade, Canonicidade

1. *Autenticidade.* A escola de Shammai (que vede) considerava o livro de Ezequiel um livro apócrifo, sobre bases doutrinárias, supondo que haja ali contradições com a lei mosaica. Isso pressupunha ou que Ezequiel não foi um profeta genuíno, ou que um pseudoprofeta usara o seu nome, para dar maior prestígio ao livro. Até o ano de 1924, o livro escapou a críticas sérias; mas, a partir daquele ano, começou uma atividade que lançava em dúvida o livro como uma obra autêntica do profeta Ezequiel, excetuando algumas porções. Dos seus 1.273 versículos, Gustavo Hoelscher (*Hesekiel, der Dichter und das Buch*, 1924) só pôde encontrar 170 que ele considerava genuinamente de Ezequiel. Esse julgamento radical, todavia, não foi largamente apoiado. No tocante às antigas críticas, o rabino Hananias escreveu um comentário sobre o livro, com o intuito, entre outras coisas, de harmonizar o livro com os ensinos de Moisés. Contudo, por causa de sua obscuridade, as visões do livro não eram lidas publicamente, e somente quem tinha mais de trinta anos de idade tinha permissão para lê-lo em particular. No entanto, desde os tempos antigos, o livro tem sido reputado uma profecia genuína; e até mesmo os críticos mais radicais vêem no livro a mão de autoria de Ezequiel, pelo menos quanto a alguns trechos.

2. *Unidade.* Até 1924, pouca dúvida fora lançada sobre a unidade do livro de Ezequiel. Em outras palavras, cria-se que um único autor havia escrito a obra inteira. Depois daquele ano, o livro tornou-se o fulcro de um temporal de críticas literárias. Gustavo Hoelscher (mencionado acima), só pôde encontrar 170 versículos que ele atribuiu a Ezequiel. Um autor moderno, C.C. Forrgy, chegou ao extremo de chamar o livro de obra pseudepígrafa do século III A.C.! A maioria dos estudiosos, entretanto, supõe que o livro é obra genuína de Ezequiel, embora com algumas pequenas adições, feitas por mãos posteriores. Até mesmo um livro drasticamente criticado revela um poderoso profeta e um homem de consideráveis habilidades literárias. A maior parte da crítica

baseia-se sobre questões de estilo; mas isso nos transporta para uma subjetividade que não pode produzir qualquer resultado acima de toda dúvida.

3. *Canonicidade*. Ver o artigo separado sobre o *Cânon do Antigo Testamento*. A canonicidade do livro de Ezequiel foi estabelecida desde a antiguidade pelas autoridades judaicas, tendo sido confirmada pelas autoridades cristãs. Ben Siraque (Eclesiástico 49:8), um pouco antes de 320 A.C., usou o livro e considerou-o canônico. Nos dias dos rabinos Shammai e Hillel, o problema do cânon do Antigo Testamento foi calorosamente discutido.

Certos eruditos chamam alguns livros de *Antilegômenos*, usando a designação grega, isto é, livros que não concordam com os demais e não merecem a mesma posição que outros. Vale dizer, livros não canônicos. Esses livros, na opinião deles, são: Ezequiel, Ester, Provérbios, Eclesiastes e Cantares. Certos indivíduos rejeitavam o livro de Ezequiel, mas nunca houve qualquer esforço conjunto para tirá-lo da coletânea do Antigo Testamento. A questão maior era se esses livros deveriam ser usados ou não na leitura pública e nos propósitos litúrgicos. O Talmude (*Hag*. 1:13a) destaca o problema central. Os capítulos 40 — 48 contêm contradições com a Tora. O rabino Hananias supostamente encontrou soluções para o problema, mas nem todos os eruditos deixam-se convencer. Talvez esses capítulos de Ezequiel não devessem ser reputados como um reavivamento do judaísmo (com algumas corrupções) e, sim, uma descrição do templo futuro, com suas cerimônias, o que produziria algumas diferenças, em comparação com a legislação mosaica original.

Na opinião dos pais da Igreja, dos concílios e dos cânones, o livro de Ezequiel é solidamente defendido, sendo mencionado favoravelmente nos catálogos de Melti, Orígenes e Jerônimo.

V. Ezequiel no Novo Testamento e no Apocalipse

No Novo Testamento não há citações explícitas desse livro, mas há empréstimos bem definidos. Comparar Rom. 2:24; com Eze. 36:21; Rom. 10:5 e Gál. 3:12 com Eze. 20:11; II Ped. 3:4 com Eze. 12:22 e 20:11. As palavras «quem tem ouvidos, ouça» (Mat. 11:15; Mar. 7:16; Luc. 14:35; Apo. 2:7,11,17,29; 3:6,13; 13:9) talvez sejam um reflexo de Eze. 3:27. A solene advertência de que o juízo divino precisa começar pela casa de Deus (I Ped. 4:17), provavelmente foi tomado por empréstimo de Eze. 9:6. E o trecho de II Cor. 6:16 talvez combine e condense as passagens de Eze. 37:27 e Lev. 26:11. E II Cor. 6:18 parece repousar sobre Eze. 36:28.

Esses empréstimos ainda são mais óbvios e freqüentes no livro de Apocalipse. Temos ali menção a Gogue e Magogue (Eze. 38:2-22; 39:1-11 = Apo. 20:8); a visão de Deus (Eze. 1:22-28, com reflexos literários no Apocalipse); a voz de Cristo como o sonido de muitas águas (Eze. 1:24, com reflexos em Apo. 1:15 e 19:6). A figura simbólica do rio doador de vida, que flui do trono de Deus (Apo. 22:1,2) é similar ao que se lê em Eze. 47:1-12. As águas e árvores curadoras, que produzem toda espécie de fruto, a cada mês (Eze. 47:12), também foram incorporadas no texto de Apocalipse (cap. 22). A Nova Jerusalém (Apo. 21:10-27) é idéia tomada por empréstimo de Eze. 48:15-35.

Referências Joaninas. O Messias como Pastor (Eze. 34:11-31) tem paralelos em João 10:1-39. Ver a vinha inútil, em Eze. 15, que tem paralelo em João 15:15.

Apocalipses. Ver o artigo separado sobre *Apocalípticos, Livros*. As visões de Ezequiel contribuíram para as atitudes psicológicas que produziram a volumosa literatura apocalíptica, principalmente entre o século II A.C. e o século II D.C. O misticismo da Cabala (que vede), igualmente, pelo menos em parte, depende do livro de Ezequiel. Autores apocalípticos tomaram por empréstimo certas idéias e símbolos de Ezequiel, de tal modo que a similaridade é notável. Por esse motivo, já houve até quem sugerisse que o livro de Ezequiel é um livro pseudepígrafo do século III A.C.

VI. Data

A data da compilação desse livro tem sido muito debatida. A maioria dos eruditos supõe que as datas fornecidas no próprio livro são dignas de confiança, de tal maneira que as atividades de Ezequiel teriam começado em julho de 593 A.C., tendo prosseguido até abril de 571 A.C. (ver Eze. 1:1 e 29:17). Aqueles que rejeitam esses informes como pseudo-adições e truques literários, fornecem datas que vão de 691 a 230 A.C. Porém, uma data depois de 200 A.C. torna-se impraticável, devido ao fato de que Ben Siraque (Eclesiástico 49:8) exibe ter conhecimento do livro de Ezequiel, tendo-o reputado como parte do cânon hebraico das Escrituras. A data mais remota supõe que o cativeiro de Israel (por parte dos assírios) predizia a mesma sorte para Judá. Contudo, a idéia nunca obteve larga aceitação.

VII. Proveniência

O próprio livro afirma que foi escrito às margens do rio Quebar (um canal que ligava as cidades de Babilônia e Uruque), juntamente com Nipur, que, em acádico, chamava-se *nar Kabari*, que significa «grande canal». No entanto, as descrições sobre a conquista de Jerusalém, na opinião de alguns estudiosos, sugerem que houve a mão de uma testemunha ocular. Ver Eze. 8 e 11:1-13. Isso significaria que Ezequiel estava, realmente, em Jerusalém, quando Nabucodonosor a atacou, e que o profeta viu tudo. Nesse caso, em algum tempo posterior, material produzido na Babilônia foi acrescentado ao livro, por algum editor posterior. Contra essa posição, pode-se supor que Ezequiel poderia ter tido acesso ao relato feito por testemunhas da destruição de Jerusalém, sem a necessidade de ter estado pessoalmente presente. Quanto a essa questão, parece melhor depender do testemunho dado pelo próprio livro. Ver Eze. 1:1.

VIII. Propósito e Ensinamentos

O livro foi dado ao profeta Ezequiel a fim de avisar sobre o desastre envolvido no cativeiro babilônico, provocado pelos pecados pessoais e coletivos de Israel. Uma vez ocorridos os acontecimentos, o propósito foi o de fazer Ezequiel atuar como pastor, consolador e profeta da restauração da nação, segundo se vê em Eze. 37:11,15-24. O livro oferece a justificação para os horríveis acontecimentos que tiveram lugar. Esse é o tema dominante dos capítulos oito a trinta e três. O propósito espiritual do livro era para que os israelitas aprendessem a sua responsabilidade diante de Deus e se conduzissem de acordo com isso. Outrossim, foi-lhes garantido que as nações que estavam exultando por causa da queda de Israel haveriam de ter seu próprio severo julgamento (Eze. 25:1 — 32:32). Foi prometida a restauração final de Israel, quando do reino davídico medianeiro (Eze. 33:1; 48:35). A expressão «saberão que eu sou Deus» ocorre por mais de trinta vezes, dentro da seção de Eze. 6:7 — 39:28.

Ensinamentos Importantes. Alguns dos temas centrais do livro são:

1. *Conceitos específicos de Deus*. Ele é um Ser glorioso (1:2 *ss*), que requer santidade da parte dos

homens, que se equipare com a sua santidade. A glória de Deus pode revelar-se em qualquer lugar, até mesmo entre os pagãos (3:23). O nome de Deus é «eu sou Yahweh» (em nossa versão portuguesa, «eu sou o Senhor») (6:7). Deus poupava seu povo, embora este fosse pecaminoso, por amor ao seu nome, a fim de não serem ridicularizados entre as nações (20:9,14, 22). Eles retornarão do exílio, não por merecerem tal misericórdia, mas por causa do nome do Senhor (36:22). A santidade de Deus é constantemente enfatizada (Eze. 20:41; 28:22,25; 36:23; 38:16,23; 39:27). É prometida a exaltação do nome de Deus entre as nações gentílicas (Eze. 28:22; 38:16,23).

2. *Conceito de Israel.* Israel foi escolhida para ser instrumento da glória de Deus, beneficiando espiritualmente a outras nações (20:5,14,22). Também havia a revelação de Deus em Israel, para o próprio benefício de Israel, por ser a nação que estava cumprindo a vontade do Senhor (39:23). Foram prometidos o triunfo e a salvação finais, —que serão obtidos devido à inexorável vontade de Deus (Eze. 20:42-44; 36:11,37; 39:28,29).

3. *Conceito da responsabilidade humana.* Essa é frisada na expressão: «...a alma que pecar, essa morrerá» (Eze. 18:4). Um homem não transfere sua culpa a seu filho, como também não pode transmitir a sua retidão aos seus descendentes (Eze. 18; 14:12-20). —Cada um haverá de receber sua própria recompensa ou punição (3:16-21; 18:19-32; 33:1-29). O profeta Ezequiel precisava cumprir fielmente a sua comissão, a fim de que não incorresse em culpa (33:1-6; 3:16-21).

4. *Os ensinamentos proféticos.* Os capítulos 40 a 48 oferecem-nos certa variedade de ensinamentos que incluem visões messiânicas, as futuras dificuldades de Israel e a restauração final; o estabelecimento do reino de Deus; a restauração das nações. O reino final de Deus só poderá tornar-se uma realidade mediante a intervenção e a presença pessoais de Yahweh entre os remidos, quando o Tabernáculo de Deus descer aos homens. «...e o nome da cidade, desde aquele dia, será: O Senhor está ali» (Eze. 48:35). A cultura de Israel é retratada como algo que continuará quando da era do reino. Os capítulos 38 e 39 têm sido largamente interpretados como elementos que farão parte da Terceira Guerra Mundial (ou então da Terceira e da Quarta Guerras Mundiais, segundo pensam outros intérpretes), de acordo com o que a União Soviética e seus aliados serão derrotados, e a posição de Israel no futuro, será finalmente confirmada como a posição de cabeça das nações.

IX. Esboço do Conteúdo

Há quatro divisões principais do livro de Ezequiel:

I. Chamada e Comissão de Ezequiel (1:1 — 3:27)

II. Profecias contra Judá e Jerusalém (4:1 — 24:27)

III. Profecias contra Nações Estrangeiras (25:1 — 32:32)

1. Condenação de Amom (25:1-7); 2. Condenação de Moabe (25:8-11); 3. Condenação de Edom (25:12-14); 4. Condenação da Filístia (25:15-17); 5. Condenação de Tiro (26:1 — 28:19); 6. Condenação de Sidom (28:20-26); 7. Condenação do Egito (29:1 — 32:32).

IV. Profecias sobre Tribulações Futuras e sobre a Restauração Final (33:1 — 48:35)

1. Eventos Preliminares (33:1 — 39:29)

a. Castigo dos ímpios (33:1-33); b. Os falsos pastores são eliminados e o verdadeiro Pastor é estabelecido (34:1-31); c. Restauração de Israel à sua terra (36:1-15); d. Restauração geral dos povos (36:16 — 37:28); e. Julgamento dos inimigos (38:1 — 39:24); f. As nações restauradas (39:25-29).

2. A Adoração Durante a Era do Reino (41:1 — 48:35).

a. O templo milenar (40:1 — 43:27); b. A adoração milenar (44:1 — 46:24); c. A terra milenar (47:1 — 48:35).

Bibliografia. ALB BA E ELL I TOR WBC WES Z

••• ••• •••

EZER

No hebraico, «ajuda», embora uma variante, Ezar, signifique «união» ou «tesouro». Há passagens, em português, que grafam o nome como Eser, e outras como Ezer. Há seis homens com esse nome, nas páginas do Antigo Testamento:

1. Um filho de Seir, o horeu, na terra de Edom. Ele é mencionado como um dos chefes do seu povo (Gên. 36:21,30 e I Crô. 1:38 — com a forma «Eser»). Três de seus filhos são mencionados em Gên. 36:27 e I Crô. 1:42. Viveu por volta de 1900 A.C.

2. Um homem da linhagem de Judá, pai de Husá (I Crô. 4:4). Nada mais se sabe acerca dele. Viveu em torno de 1650 A.C.

3. Um filho de Efraim, morto pelos habitantes de Gate, quando, juntamente com outros homens, tentava roubar gado pertencente a eles (I Crô. 7:21). Viveu em cerca de 1680 A.C.

4. Um chefe da tribo de Gade, que se pôs ao lado de Davi, quando este estava exilado em Ziclague (I Crô. 12:9). Viveu em cerca de 1054 A.C.

5. Um levita, filho de Jesua, que era maioral em Mispa. Ezer ajudou a reparar as muralhas de Jerusalém na época de Neemias (Nee. 3:19). Viveu por volta de 446 A.C.

6. Um sacerdote que era cantor e músico. Ajudou Neemias quando da dedicação das muralhas reparadas de Jerusalém (Nee. 12:42). Viveu em cerca de 445 A.C.

EZIOM-GEBER

Ver também sobre Elate, um lugar das proximidades, e talvez até o mesmo.

No hebraico, «espinha do gigante». Era uma antiqüíssima cidade, não distante de Elate, no braço oriental do mar Vermelho. Ficava na extremidade norte do golfo de Ácaba (que vede). A leste ficavam e ficam as colinas de Edom; a oeste, as colinas da Palestina. O local é assinalado pelo moderno *Tell el Kheleifeh*. No Antigo Testamento, Eziom-Geber é mencionado pela primeira vez em Núm. 33:35, como um lugar onde os hebreus pararam, em sua jornada pelo deserto (Deu. 2:8).

Do porto de Eziom-Geber foi que Salomão enviou a flotilha que havia mandado construir, até à terra de Ofir, de onde, no retorno dos navios, foram trazidos quatrocentos e vinte talentos de ouro. Foi fundada ali uma refinaria de cobre por mando de Salomão (I Reis 9:26). Esse local foi escavado pela American School of Oriental Research e pelo Instituto Smithsoniano. Complexas obras de tijolos, em vários níveis, ilustravam cinco séculos de ocupação humana. O aspecto mais importante foi a descoberta da refinaria de cobre. Foi essa a maior e mais complexa refinaria de cobre que já se encontrou, vinda do mundo antigo. Salomão ganhou muito dinheiro com a exploração do

cobre, e assim aumentou a sua reputação de riquezas e sabedoria. No entanto, foi mediante a ajuda da técnica fenícia que aquele porto marítimo foi aberto, ajudando-o a estabelecer a sua indústria de cobre. Instalações de refino de metais, na ilha de Sardenha e na Espanha (onde ficava, de acordo com muitos, a cidade de Tartesso), eram chamadas *tarshish* (que vede).–Os navios que faziam o transporte do minério e do metal já preparado eram chamados navios de *tarshish* (em português, *navios de Társis*). Não há que duvidar de que o cobre era o principal produto de exportação de Salomão. Na volta, os navios de Salomão traziam certa variedade de produtos, obtidos em áreas ocupadas pelos árabes e pelos africanos. Unger chamou Salomão de «rei do cobre», tendo comparado Eziom-Geber com a cidade norte-americana de Pittsburgh (que produz grande quantidade de aço). Os produtos trazidos de volta para o porto de Eziom-Geber incluíam o ouro, o ébano, a prata, o marfim, os babuínos e os pavões (ver I Reis 9:26-28; 10:11,12; II Crô. 8:17).

Alguns séculos mais tarde, Josafá (I Reis 22:48; II Crô. 20:36) mandou construir uma frota de navios mercantes para serem enviados a Ofir, a fim de restabelecer as linhas comerciais de Israel. Aliou-se a Acazias, de Israel, nesse projeto; mas os navios naufragaram no porto, e assim não puderam ir a Társis. Josafá tentou imitar Salomão, mas sua tentativa terminou em fracasso.

EZORA

Não há certeza quanto ao significado dessa palavra. Em I Esdras 9:34, ele aparece como o pai ou chefe de clã de diversos homens que participaram do divórcio em massa, requerido por Esdras. Esse nome não figura no relato paralelo do livro canônico de Esdras.

EZRAÍTA

Os intérpretes mais antigos dizem que essa palavra indica o nome de família dos descendentes de Zera (I Crô. 2:6; I Reis 4:31). Também é adjetivo gentílico que designa Hemã e Etã, autores dos salmos 88 e 89 (no título de cada um). Em nossa versão portuguesa, esse adjetivo não figura em I Crô. 2:6, embora ali apareça o nome de Zera e de seus cinco filhos, entre os quais Etã e Hemã.

No entanto, W.F. Albright descobriu evidências em favor da interpretação de que o sentido dessa palavra é «aborígene», ou seja, um membro de uma família pré-israelita.

EZRI

No hebraico, «minha ajuda». Nome de um supervisor dos cultivadores de plantio das terras reais, mencionado em conexão com o recenseamento de Davi, que o Senhor não aprovou, em I Crô. 27:26. Ezri era filho de Quelube. Viveu por volta de 1014 A.C.



Decoração barroca